

**DESBRAVAR, MAPEAR E INTEGRAR OS SERTÕES:
DISCURSOS GEOGRÁFICOS
SOBRE O NORDESTE BRASILEIRO
(1939-1964)**



**RIO DE JANEIRO
2017**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TOMAS PAOLIELLO PACHECO DE OLIVEIRA

DESBRAVAR, MAPEAR E INTEGRAR OS SERTÕES:
DISCURSOS GEOGRÁFICOS SOBRE O NORDESTE BRASILEIRO
(1939–1964)

RIO DE JANEIRO

2017

Tomas Paoliello Pacheco de Oliveira

Desbravar, mapear e integrar os sertões:
discursos geográficos sobre o Nordeste brasileiro (1939-1964)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (Organização e Gestão do Território), Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia

Orientadora: Prof. Dr^a. Ana Maria Lima Daou

Rio de Janeiro

2017

CIP - Catalogação na Publicação

P211d Paoliello Pacheco de Oliveira, Tomas
Desbravar, mapear e integrar os sertões:
discursos geográficos sobre o Nordeste brasileiro (1939-1964)
/ Tomas Paoliello Pacheco de Oliveira.
-- Rio de Janeiro, 2017.

579 f.

Orientadora: Ana Maria Lima Daou. Tese
(doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Instituto de Geociências, Departamento de Geografia,
Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2017.

1. Sertão. 2. Região Nordeste. 3. História da Geografia
brasileira. 4. Revista Brasileira de
Geografia - RBG. 5. Instituto Brasileiro de Geografia
e Estatística - IBGE. I. Maria Lima Daou, Ana ,
orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo autor.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Tomas Paoliello Pacheco de Oliveira

**DESBRAVAR, MAPEAR E INTEGRAR OS SERTÕES:
discursos geográficos sobre o Nordeste brasileiro (1939-1964)**

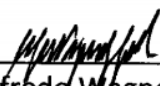
Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (Organização e Gestão do Território), Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia (Organização e Gestão do Território)

Aprovada em 30 de março de 2017



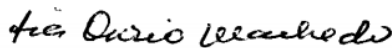
Prof^ª. Dr^ª Ana Maria Lima Daou

(Orientadora - Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGG / Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ)



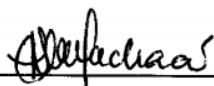
Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida

(Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia - PNCSA / Universidade do Estado do Amazonas - UEA)



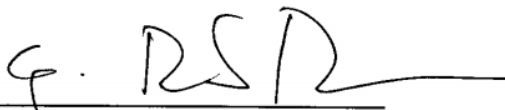
Prof^ª. Dr^ª. Lia Osorio Machado

(Programa de Pós-Graduação em Geografia— PPGG / Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ)



Prof^ª. Dr^ª. Monica Sampaio Machado

(Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGEO / Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ)



Prof. Dr. Guilherme da Silva Ribeiro

(Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGGEO / Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ)

Agradecimentos

Agradeço a todos os quais de variadas maneiras me ajudaram durante o longo período dedicado à Tese. Aos professores cujos cursos participei e que muito somaram não só para minha formação no Doutorado em Geografia, como para este trabalho: Marcelo Lopes de Souza, Roberto Lobato Corrêa e Antônio Carlos Robert de Moraes (USP). Ao professor Sérgio Nunes Pereira (UFF) pelas ótimas contribuições no exame de qualificação. Aos professores que compuseram minha banca, pelo aceite, leitura, críticas e contribuições. Lia Osório Machado foi uma interlocução e referência fundamental, desde o exame de qualificação. Ao professor Alfredo Wagner Berno de Almeida (UFAM), pela disponibilidade e observações preciosas. Ao professor Guilherme Ribeiro (UFRRJ) pela dedicação na análise crítica e disposição ao diálogo. À professora Mônica Machado, pelas contribuições principalmente no fundamental e esquecido campo da História da Geografia. Pela disponibilidade aos professores André Novaes e Maria Célia Nunes Coelho. Também à esta última pela presença na defesa. À minha orientadora de longa data, Ana Daou, pelo acompanhamento, leituras e orientações. Aos meus amigos e parentes, especialmente minha mãe que me acompanhou em momentos cruciais e ao meu pai, pelas dicas e leituras. À Camilla, minha companheira de vida, pelo amplo apoio. Finalmente, ao PPGG/UFRRJ e à CAPES/MEC, por possibilitarem condições concretas de trabalho.

Resumo

PAOLIELLO, Tomas. **Desbravar, mapear e integrar os sertões: discursos geográficos sobre o Nordeste brasileiro (1939-1964)**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rio de Janeiro, 2017.

As relações entre o período inicial de institucionalização da Geografia brasileira e os sertões nordestinos foram o foco da pesquisa. Associando as perspectivas da História da Geografia e da Geografia Histórica com análises dos discursos, buscou-se relacionar escolhas metodológicas com ações políticas e propostas de regionalização e territorialização. Se no século XX as fronteiras internacionais estavam relativamente consolidadas, a imensidão do território nacional impunha permanente tensão. Povoamento e colonização dos sertões ainda eram questões chave no pensamento social quando Vargas estabeleceu o CNG/IBGE. O claro caráter espacial destes discursos situava a ciência geográfica no centro idealizador das estratégias e projetos que disputavam e comandavam ações do Estado. Para investigar tal relação a pesquisa promoveu um levantamento dos 104 números da Revista Brasileira de Geografia, publicados desde a sua fundação em 1939 até 1964. Conceituou-se sertão como poderosa representação espacial, usada para tratar espaços ditos ‘vazios’, ‘amplos’, ‘incultos’, ‘distantes’ e ‘pretendidos’. Foi privilegiada a dimensão política do espaço, permitindo a crítica da redução das diferenças espaciais à meros estágios. Foi precisamente esse modelo narrativo que serviu aos projetos de imposição de um progresso unilinear chamado de “modernização” e “desenvolvimento”. Ao qualificar espaços como ‘sertões’ instaurava-se uma visão dual, opondo atrasados e modernos e definindo espaços para a expansão territorial. Foi possível identificar na RBG quatro formas de pensar e agir sobre os sertões nordestinos. A majoritária – análise geográfica do fenômeno das secas – revelou dentre outros estudiosos os pioneiros da Meteorologia e Climatologia brasileira, Adalberto Serra e Sampaio Ferraz. Discutiu-se delimitações dos espaços de ocorrência deste fenômeno, normatizações que criavam comissões e definiam recortes territoriais, bem como soluções (açudagem, irrigação, modernização agrícola e emigração). O segundo discurso – das expedições de levantamento das coordenadas geográficas para o mapeamento do Oeste baiano, chefiadas pelo engenheiro geodesta Gilvandro Simas Pereira – apresentava-se como desbravador de espaços desconhecidos, pobres, isolados e sujeitos a problemas ambientais seríssimos. Eram propostas ‘grandes obras’ baseadas em ‘planos racionais’ que promoveriam o ‘desenvolvimento industrial’ e a ‘civilização’. O terceiro discurso – do planejamento regional brasileiro – demonstrou fundamentais relações do IBGE com a geografia estadunidense (principalmente nas figuras de Jorge Zarur, Preston James, Orlando Valverde e Leo Waibel). A partir de uma metodologia ‘moderna’, utilitária e regional, postulava-se que tais ‘espaços vazios e isolados’ não seriam ‘aproveitados’ devido ao ‘espírito especulativo, exploratório e extrativo’ de seus moradores. O levantamento aéreo fotográfico e a construção de represas e hidrelétricas foram protagonistas destes planejamentos que resultaram na Operação Nordeste e na SUDENE. A quarta perspectiva apresentou trabalhos que enveredavam nos nascentes subcampos sociais/humanos da disciplina, como a Geografia Agrária, Urbana e Econômica. Eram os primeiros geógrafos do IBGE formados no Brasil, e seus textos registraram uma variedade de leituras sobre os sertões, implicando em uma ruptura com os anteriores. Geógrafos como Milton Santos e Roberto Lobato Corrêa, além de integrantes dos grupos de pesquisa de Michel Rochefort e Lysia Bernardes, operaram com escalas (cidades, regiões, colônias agrícolas) bem diferentes dos recortes administrativos comuns aos planejamentos regionais. Apresentavam-se com outra estrutura (mais científica e especializada) e utilizavam novos métodos (como fointerpretação, uso massivo de estatísticas e o destaque ao mapeamento que expressava dados quantitativos).

Palavras-chave: Sertão; Região Nordeste; História da Geografia brasileira; Revista Brasileira de Geografia; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Abstract

PAOLIELLO, Tomas. **Desbravar, mapear e integrar os sertões: discursos geográficos sobre o Nordeste brasileiro (1939-1964)**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rio de Janeiro, 2017.

The relationship between the initial period of Brazilian Geography institutionalization and the Northeastern backcountries ('sertões') was the focus of the research. Associating the Geography History and Historical Geography perspectives with discourse analyzes, this study aimed to relate methodological choices with political actions and regionalization and territorialization proposals. If in the 20th century international borders were relatively consolidated, the immensity of the national territory imposed permanent tension. Settlement and colonization of the backcountries were still key issues in social thinking when Vargas established the CNG / IBGE. The clear spatial character of these discourses placed geographic science at the center of strategies and projects that disputed and commanded state actions. To investigate this relationship, the research promoted a survey of the 104 Brazilian Geography Review issues, published since its founding, in 1939, until 1964. It was defined as 'backcountry' a powerful spatial representation, used to treat so-called 'empty', 'wide', 'uncultured', 'distant' and 'intended' spaces. The political dimension of space was privileged, allowing criticism of the spatial differences reduction to mere stages. It was precisely this narrative model that served the projects of imposing a unilinear progress called "modernization" and "development." By qualifying spaces as backcountries, a dual vision was established, opposing backward and modern and defining spaces for territorial expansion. It was possible to identify in RBG four ways of thinking and acting on the northeastern backcountries. The majority - geographic analysis of the drought phenomenon - revealed among others the pioneers of Brazilian Meteorology and Climatology, Adalberto Serra and Sampaio Ferraz. There were discussed delimitations occurrence's spaces of this phenomenon, norms that created commissions and defined territories, as well as solutions (dams, irrigation, agricultural modernization and emigration). The second discourse - the expeditions for geographical coordinates collection to the Western Bahia mapping, headed by the geodesic engineer Gilvandro Simas Pereira - presented itself as a pioneer of unknown, poor, isolated, and subject to very serious environmental problems. Great constructions were proposed based on 'rational plans' that would promote 'industrial development' and 'civilization'. The third discourse - Brazilian regional planning - demonstrated the fundamental relations of the IBGE with the American geography (especially in the persons of Jorge Zarur, Preston James, Orlando Valverde and Leo Waibel). From a 'modern', utilitarian and regional methodology, it was postulated that such 'empty and isolated spaces' would not be 'harnessed' due to the 'speculative, exploratory and extractive spirit' of its residents. The aerial photography survey and the construction of dams and hydroelectric were protagonists of these plans that resulted in Operation Northeast and SUDENE. The fourth perspective presented works that were in the nascent social / human subdomains of the discipline, such as Agrarian, Urban and Economic Geography, written by the first geographers of the IBGE formed in Brazil. These texts registered a variety of readings on the backcountries, implying in a rupture with the previous ones. Geographers such as Milton Santos and Roberto Lobato Corrêa, besides members of Michel Rochefort and Lysia Bernardes research groups, operated with scales (cities, regions, agricultural colonies) quite different from the administrative cuts common to regional planning. These analyzes had another structure (more scientific and specialized) with the use of new methods (such as photointerpretation, massive use of statistics and highlights mapping that expressed quantitative data).

Keywords: Backcountry; North East Region; Brazilian Geography History; Brazilian Journal of Geography - RBG; Brazilian Institute of Geography and Statistics - IBGE

Lista de Figuras

Figura 1: Quadro dos conceitos de espaço.....	27
Figura 2: Quadro Justificativas da Pesquisa.....	35
Figura 3: Quadro Propostas de Regionalização do Brasil.	67
Figura 4: Mapa dos Reinos, Sub-Reinos e Províncias da América do Sul.	69
Figura 5: Primeira delimitação do que viria a se tornar o Polígono das Secas, de acordo com a Lei nº 175, de 1936.	75
Figura 6: Esquema demonstrando a Serra do Espinhaço.....	76
Figura 7: Esquema demonstrando a Serra da Borborema.	77
Figura 8: Esquema demonstrando a Serra da Ibiapaba.....	78
Figura 9: Mapa Hipsométrico do Nordeste.	81
Figura 10: Mapa mostrando cidades que estão na região de estudo no Nordeste brasileiro.....	82
Figura 11: Mapa com a posição das massas de ar durante a circulação normal em setembro.	83
Figura 12: Mapa com a posição das massas de ar durante a circulação normal em março.	84
Figura 13: No mapa visualiza-se a área de ocorrência do tipo de clima semiárido (BSh) nas regiões com hachuradas na vertical.....	86
Figura 14: Mapa do Polígono das Secas e seus Vértices. Secção Regional Nordeste, D.G., CNG, IBGE, 1955.	88
Figura 15: Mapa da Distribuição da Vegetação em Pernambuco.	96
Figura 16: Mapa com a Probabilidade de Chuvas..	100
Figura 17: Mapa da região de maior aridez do Brasil Nordeste.....	101
Figura 18: Mapa delimitando a região Nordeste e sua porção semiárida.	103
Figura 19: Mapa do índice de Aridez do Nordeste do Brasil..	104
Figura 20: Mapa das demarcações do Polígono das Secas – DNOCS/MVOP.....	106
Figura 21: Mapa dos postos pluviométricos e da rede fluvial do Maranhão e Piauí.	118
Figura 22: Mapa dos postos pluviométricos e da rede fluvial de Sergipe e Bahia.....	119

Figura 23: Mapa dos postos pluviométricos e da rede fluvial do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.	120
Figura 24: Mapa das estações meteorológicas funcionando em 1958 na ‘Grande Região Nordeste’, GRNE.	122
Figura 25: Mapa das áreas aero fotografadas na ‘Grande Região Nordeste’.	123
Figura 26: Uma representação do sertão norestino bastante singular.	136
Figura 27: Mapa dos Recursos Minerais do Polígono das Secas.	149
Figura 28: Mapa Agrológico da Bacia de Irrigação do Açude Santo Antonio de Ruças.	150
Figura 29: Mapa do Brasil mostrando as áreas levantadas nos diversos anos 1942, 1943 e 1944 para o Centro Ocidental da Bahia.	160
Figura 30: Mapa do Estado da Bahia mostrando as áreas levantadas nos diversos anos (1942 – 1944) e respectivas sedes de expedições.	161
Figura 31: “Mapa do Estado da Bahia mostrando as vias de comunicação de que se serviam os expedicionários para alcançarem as sedes dos trabalhos, nos diversos anos.”.	162
Figura 32: Foto da tropa de Gilvandro Simas Pereira.....	163
Figura 33: “Tirando a caminhante da lama, assim colocada por uma imprudência do nosso cinegrafista, que muito se aproximou do rio durante nossa viagem ‘de cabeça baixa, pela vereda’ do rio de Borá”. 165	
Figura 34: Mapa mostrando as diferenças entre os diversos autores da situação do divisor de águas entre as bacias dos rios São Francisco e Tocantins..	166
Figura 35: Mapa da Zona de Limites entre os Estados de Minas Gerais, Goiás, Baía, Maranhão e Piauí. 167	
Figura 36: Mapa com o itinerário da Expedição Goiás – Baía.	169
Figura 37: Mapa Expedição Goiás-Baía com os levantamentos feitos nas zonas de limites dos Estados de Minas Gerais, Goiás e Baía.....	170
Figura 38: “Vista do chapadão baiano, na altura da cidade goiana de São Domingos. Verificar-se-á aí a imensidade dêste ‘mar de terra’, absolutamente plano e quase inteiramente nu”.....	172
Figura 39: Cabeceira com buritizal, sinal certo de água e o cerrado que cobre a vereda, espaço limpo em seu redor, e o cerrado menos denso, que orla a vereda.	173

Figura 40: “O autor, com várias outras pessoas, inclusive o nosso motorista, atravessando, em balsa, chamada ‘ajôjo’, o rio Grande, em Barreiras, Baía, depois de levantado as coordenadas geográficas do aeródromo desta cidade.....	175
Figura 41: “Uma vista do território de Goiás, no boqueirão dos Macacos, nas proximidades da cidade de São Domingos. Vista tirada do alto do divisor de águas entre as bacias dos rios São Francisco e Tocantins. Note-se a elevada escarpa, e, ao fundo, um morro testemunha, de forma cônica” .	177
Figura 42: “Um dos muitos morros testemunhas da erosão que vai destruindo o chapadão. Ao fundo, a escarpa. Boqueirão do rio Palmeiras, Goiás” .	182
Figura 43: “O começo da escarpa, nas proximidades da cidade de Posse, Goiás. Note-se a vegetação do território goiano, neste trecho, muito semelhante à das caatingas do Nordeste brasileiro” .	182
Figura 44: “Buritisa da lagoa do Pratinho, Baía” ...	183
Figura 45: Um belo aspecto da escarpa, no boqueirão de São Domingos. Também há uma vereda, com seus buturizais e cerrados.....	183
Figura 46: Mapa da região do Jalapão mostrando o possível roteiro da expedição.....	186
Figura 47: “A cidade de Formos no terraço sobre o rio Preto. Grande parte da população veio assistir a partida dos membros da expedição” .	188
Figura 48: Ilustração demonstrando a importância do marco na cidade. “Praça principal de São Domingos, vendo-se a igreja e o cruzeiro, em frente dos quais está situado o marco de coordenadas geográficas dessa cidade” .	195
Figura 49: “Viajando com a tropa através do território goiano, com destino à cidade de Arraias. Notamos o Francino, com o nosso cronômetro às costas. Observe-se a mata rala e inteiramente ressecada” .	199
Figura 50: Mapa do Brasil com as áreas já levantadas pela seção de levantamentos mixtos.	206
Figura 51: “Vemos nesta foto o estado de pobreza da zona ora estudada. Esta casa está caindo como se vê e seu proprietário, pobre lavrador, não conta com recursos para os simples consertos. A construção, em taipa, com cobertura de telhas, é característica. Trechos de paredes, caiados, mostra a proximidade do calcáreo” .	217
Figura 52: “Mapa mostrando as diversas zonas geográficas abordadas no presente trabalho”	231
Figura 53: Esquema tetraédrico do relevo brasileiro.	240

Figura 54: Regiões naturais do Brasil segundo vários autores.....	242
Figura 55: Mapa com os principais rumos de penetração no Brasil, séculos XVI-XVII.....	243
Figura 56: Máxima expansão da capitania de São Paulo, séculos XVI-XVIII, por Taunay.....	245
Figura 57: Retroterra do Porto de Santos, 1914.	246
Figura 58: Quadro da extensão ferroviária no Brasil.....	252
Figura 59: Mapa da Viação Férrea do Meio Norte – Maranhão e Piauí.....	253
Figura 60: Mapa da Viação Férrea do Nordeste – Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.....	254
Figura 61: Mapa da Viação Férrea do Meio-Sudeste – Sergipe e Baía.....	255
Figura 62: Quadro decrescente das extensões de ferrovias construídas por unidade da federação.	258
Figura 63: Traçado final da rodovia Rio-Bahia, definido pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.	260
Figura 64: Mapa do plano rodoviário para a região Nordeste.	261
Figura 65: Quadro da extensão total da rede rodoviária do Brasil, pelas regiões e unidades federadas, segundo o ‘Anuário estatístico do Brasil’, de 1938..	263
Figura 66: Quadro da exportação de cabotagem nas cinco regiões geo-econômicas, em 1938.....	264
Figura 67: Quadro descrevendo as rodovias e suas classificações no Plano Rodoviário Nacional de 1944..	267
Figura 68: Quadro geral das rodovias do plano rodoviário nacional.	268
Figura 69: Quadro da distribuição geográfica do plano rodoviário nacional segundo as grandes regiões do Brasil.	269
Figura 70: Mapa do Plano Rodoviário Nacional de 1944.	270
Figura 71: Mapa dos arcos e cordas tradicionais nos transportes do Brasil.	272
Figura 72: Esquema com as estradas tronco e as linhas da Great Western.	273
Figura 73: Perfis longitudinais das três linhas troncos da Great Western.	274
Figura 74: Mapa ferroviário do Nordeste, séculos XIX e XX.	275

Figura 75: Quadro sobre a rede da Great Western, em 1945.	276
Figura 76: Gráfico da incidência do tema planejamento regional nos sertões nordestinos nas RBG 1939-1964.	277
Figura 77: Tabela com as publicações de Preston James relativas ao Brasil.....	283
Figura 78: Mapa do relevo do Nordeste brasileiro.....	290
Figura 79: Mapa das calamidades de parte do Nordeste.....	291
Figura 80: Mapa da utilização da terra no Nordeste do Brasil.	291
Figura 81: Mapa das regiões da bacia do rio São Francisco.	304
Figura 82: Mapa da distribuição de população na bacia do São Francisco.	306
Figura 83: Mapa de energia e dos depósitos minerais conhecidos na bacia do São Francisco.	307
Figura 84: Mapa da vegetação na bacia do São Francisco.	308
Figura 85: Mapa da distribuição do gado na bacia do São Francisco.....	309
Figura 86: Esboço de Divisão Regional visando o Planejamento Econômico do vale do rio São Francisco..	332
Figura 87: Esboço de um Planejamento do São Francisco para a criação de centros metropolitanos.	333
Figura 88: Sistemas Elétricos em Estudo na Bacia do São Francisco - Visando atender a áreas de possibilidades conhecidas de fomento industrial..	334
Figura 89: Mapa representando a contribuição unitária da bacia hidrográfica compreendida entre dois pontos do rio São Francisco.	335
Figura 90: Aeroportos na rota do rio São Francisco.	336
Figura 91: Imagem com a tentativa de esquematização de “um” dos aspectos do problema de recuperação econômica do rio São Francisco.	337
Figura 92: Mapa da Vegetação do município de Abaeté..	339
Figura 93: Esquema nº 1	340
Figura 94: Elevações capeadas de sedimento que marcam a passagem para a zona dos tabuleiros.	341
Figura 95: “Esquema N. 03.	341

Figura 96: Órgãos da CVSF no interior da Vale.....	370
Figura 97: Perspectiva da barragem de Três Marias..	373
Figura 98: Vista da obra na barragem de Três Marias.....	374
Figura 99: Mapa com os principais projetos de hidroeletricidade e áreas de irrigação..	376
Figura 100: Trabalhos de derrocamento no ‘submédio’ São Francisco..	377
Figura 101: Mapa dos aproveitamentos hidrelétricos e áreas de irrigação por bombeamento no submédio São Francisco.	379
Figura 102: Viticultura no Submédio São Francisco.	382
Figura 103: Cultura do alho no Submédio São Francisco..	382
Figura 104: Cultura da cebola no Submédio São Francisco.....	383
Figura 105: Pequena irrigação (moto-bomba) no Submédio São Francisco..	383
Figura 106: Gado holandês estabulado no Submédio São Francisco.....	384
Figura 107: Usina de beneficiamento de arroz, em Petrolândia.....	384
Figura 108: Planta parcial da Colônia Pindorama.....	387
Figura 109: Obras Rodoviárias Federais – construção e pavimentação e suas extensões.	391
Figura 110: Gráfico da frequência dos temas Geografia Agrária e Econômica na RBG, 1939-1964.	400
Figura 111: Mapa da produção de cacau na Bahia, por município, 1948.	407
Figura 112: Mapa demonstrando os Tipos de Uso da Terra e Faixas Econômicas.	409
Figura 113: Quadros sobre o crescimento demográfico na zona cacaeira e a valorização econômica do cacau.	411
Figura 114: Gráfico do crescimento demográfico da Zona Cacaeira, entre 1872 e 1950.....	411
Figura 115: Mapa do uso da terra no leste da Paraíba..	419
Figura 116: Mapa do itinerário da excursão do GEB.....	423
Figura 117: Gráfico da produção de babaçu e arroz no Maranhão, em volume e valor..	424
Figura 118: Mapa da produção de Babaçu no Maranhão e Piauí..	425
Figura 119: Esquema ‘ideal’ de uma propriedade rural na margem esquerda do baixo rio Açú. ...	430

Figura 120: Mapa da vegetação da região de Touros (RN).	433
Figura 121: Mapa do uso da terra na região de Touros (RN).	434
Figura 122: Mapa dos itinerários do trabalho de campo na região de Touros (RN).	437
Figura 123: Mapa do índice de aridez I.	438
Figura 124: Mapa do índice de aridez II.	439
Figura 125: Esquema padrão de utilização do solo nos pequenos vales do Nordeste potiguar.	441
Figura 126: Croqui funcional de Touros..	441
Figura 127: Desenho dos ‘Balcões’, na margem da Lagoa Boqueirão.....	441
Figura 128: Foto do Engenho Santa Águeda, por Valverde.....	442
Figura 129: Esquema da utilização do solo no baixo vale do Maxaranguape.....	442
Figura 130: Mapa do regime de exploração de terra do Nordeste, 1950.....	444
Figura 131: Quadro da distribuição geográfica dos regimes de exploração da terra no Nordeste..	445
Figura 132: Mapa com a localização de Irecê na Zona da Chapada Diamantina, Bahia.	451
Figura 133: Mapa do uso de terra na região agrícola de Irecê, 1962.....	452
Figura 134: Mapa da influência regional do Crato.	455
Figura 135: Mapa de utilização da terra no Cariri cearense, 1962.....	456
Figura 136: Mapa da região agrícola do Cariri e suas fronteiras com o Sertão.	459
Figura 137: Mapa da população urbana do Maranhão, 1940.	472
Figura 138: Mapa da distribuição da população do Maranhão por domicílio, 1940.	473
Figura 139: Mapa da distribuição da população do Piauí, por situação de domicílio, 1940.....	474
Figura 140: Mapa da população urbana do Piauí, 1940.	475
Figura 141: Mapa comparativo da população do Rio Grande do Norte, 1920 e 1940.	477
Figura 142: Mapa da distribuição de população do Ceará, 1950.	478
Figura 143: Mapa da estrutura profissional do Nordeste.	482
Figura 144: Recorte da legenda do Mapa da estrutura profissional do Nordeste.....	483

Figura 145: Gráfico da incidência de textos sobre Geografia Urbana na RBG entre 1939 e 1964. ..	485
Figura 146: Desenho de uma vista do porto, cidade e morro de Bom Jesus da Lapa, por Percy Lau.	487
Figura 147: Mapa das áreas regionais de Jequié e Ilhéus-Itabuna.....	491
Figura 148: Mapa da Região de Jequié.....	491
Figura 149: Mapa da cidade de Campina Grande (PB).....	494
Figura 150: Mapa da área de influência de Campina Grande em relação às zonas de jurisdição dos bancos.	495
Figura 151: Mapa da área de influência de Campina Grande, em relação ao movimento médio rodoviário.	496
Figura 152: Mapa da área de influência de Campina Grande, em relação ao movimento médio ferroviário.	496
Figura 153: Mapa da área de influência de Campina Grande nas relações com a vida rural	497
Figura 154: Mapa da área de influência de Campina Grande em relação à religião, saúde e jornalismo..	498
Figura 155: Mapa da área de influência de Campina Grande em relação ao comércio varejista.. ..	499
Figura 156: Mapa da posição geográfica de Campina Grande.....	500
Figura 157: Mapa da área de influência de Campina Grande em relação ao comércio atacadista..	501
Figura 158: Gráfico da incidência de temas ligados ao Nordeste na série Tipos e Aspectos do Brasil, da RBG, entre 1940 e 1964.	505
Figura 159: Quadro com os ‘tipos’ e ‘aspectos’ detectados direta e indiretamente sobre o Nordeste, na RBG, 1940-1964.	506

Lista de Siglas e Abreviaturas

AGB	Associação dos Geógrafos Brasileiros
AAG	<i>Association of American Geographers</i>
AGS	<i>American Geographical Society</i>
ANCAR	Agencia Nacional de Cartografia
BB	Banco do Brasil
BCA	Banco Comercial do Atlântico
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BN	Banco do Nordeste
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BND	Banco Nacional de Desenvolvimento
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CAN	Comissão de Abastecimento do Nordeste
CEAA	Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CGS	<i>Casa Grande & Senzala</i>
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
CNER	Campanha Nacional de Educação Rural
CNG	Conselho Nacional de Geografia
CNI	Confederação Nacional das Indústrias
CNPA	Comissão Nacional de Política Agrária
CODENO	Conselho de Desenvolvimento do Nordeste
CODEPI	Companhia de Desenvolvimento do Piauí
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
CVSF	Comissão do Vale do São Francisco
DNEF	Departamento Nacional de Estradas de Ferro
DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas
DNPRC	Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais
Dr.	Doutor
E. F.	Estrada de Ferro
Eng ^o	Engenheiro
EUA	Estados Unidos
Exmo.	Excelentíssimo
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FIT	Frente Intertropical
FPA	Frente Polar Atlântica
G.R.N.E.	Grande Região Nordeste
GT	Grupo de Trabalho
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
hab.	Habitante
HIDROSERVICE	Serviços Técnicos de Hidrologia, Hidrografia e Hidráulica Ltda.

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICB	Instituto de Cacau da Bahia
IFOCS	Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas
IHGB	Instituto Histórico Geográfico Brasileiro
INE	Instituto Nacional de Estatística
INIC	Instituto Nacional de Imigração e Colonização
IOCS	Inspetoria de Obras Contra as Secas
IPGH	Instituto Panamericano de Geografia e História
Ltda.	Limitada
MA	Ministério da Agricultura
MEA	Massa Equatorial Atlântica
MEC	Massa Equatorial Continental
MNEA	Mobilização Nacional de Erradicação do Analfabetismo
MVOP	Ministério da Viação e Obras Públicas
NPA	National Planning Association
ONU	Organização das Nações Unidas
OPENO	Operação Nordeste
OSS	<i>Office of Strategic Services</i>
PAIGH	<i>Pan American Institute of Geography and History</i>
PPGG	Programa de Pós-Graduação em Geografia
PQORF	Plano Quinquenal de Obras Rodoviárias Federais
Prof./ Prof.ª	Professor/ Professora
R&A Branch	<i>The Research and Analysis Branch</i>
RBG	Revista Brasileira de Geografia
s/d	sem data
SESI	Serviço Social da Indústria
SIRENA	Sistema Rádio Educativo Nacional
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
Sr.	Senhor
SRRG	Curso de Planejamentos Regionais da Associação dos Geógrafos Brasileiros
SSR	Serviço Social Rural
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento Econômico do Nordeste
SUVALE	Superintendência do Vale do São Francisco
TVA	<i>Tennessee Valley Administration</i> - Administração do vale do Tennessee
UB	Universidade de Brasília
UDF	Universidade do Distrito Federal
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UGI	União Geográfica Internacional
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USP	Universidade de São Paulo
UB	Universidade do Brasil
EUA	Estados Unidos da América
USAF	Força Aérea dos Estados Unidos

Sumário

1. Introdução	1
1.1. Apresentação	2
1.1.1. Contextualizando o objeto.....	3
1.1.2. Questão fundadora, objetivos e hipóteses primárias	5
1.2. A Modernização dos sertões: estratégias metodológicas, ferramentas conceituais e questões específicas	10
1.2.1. Epistemologia, método científico e contextos históricos.....	10
1.2.2. Geografia histórica e história da geografia: ambiguidade e possibilidades entre método e objeto	14
1.2.3. Os significados de sertão e suas relações com a categoria ‘espaço’	18
1.2.4. A análise dos recortes espaciais definidores de sertão através da categoria região	28
1.2.5. Sertão e territorialização	29
1.3. Os sertões em meados do século XX	31
1.3.1. A Modernização desenvolvimentista e suas significâncias espaciais	31
1.3.2. O Recorte temporal: 1939-1964	35
2. Os Sertões Nordestinos como unidade de análise geográfica	40
2.1. O que é o Nordeste? O problema da regionalização brasileira	45
2.1.1. O nascimento do Nordeste	45
2.1.2. O Nordeste Freyreano	47
2.1.3. Regionalização oficial.....	62
3. Os Sertões da Seca.....	70
4. Expedições do CNG/IBGE ao Oeste Baiano	157
5. Geografia dos Transportes	238
6. Planejamento Regional e Desenvolvimento	277
6.1. CNG - EUA: a ciência geográfica no planejamento regional (1939-1950)	278
6.2. Análises específicas de aspectos naturais da geografia Sanfranciscana (1951, 1952 e 1957).....	338
6.3. Os Bispos Nordestinos, Juscelino Kubitschek, a CVSF e a SUDENE (1959-1960)	343
6.4. O planejamento regional além do Vale Sanfranciscano (1958, 1961 e 1963)	387
7. Geografia Agrária e Econômica	400
8. Outras lentes geográficas	461

8.1. Sertanejos Nordestinos na Amazônia	462
8.2. Estudos demográficos	470
8.3. Geografia Urbana	485
8.4. Tipos e Aspectos do Sertão Nordestino	505
9. Considerações finais	507
Sertões nordestinos experimentados pela análise geográfica do fenômeno das secas	510
Sertões nordestinos experimentados pelas expedições geográficas: a seca e os transportes	516
Sertões nordestinos experimentados pelo planejamento regional brasileiro e suas influências estadunidenses.....	520
Os discursos dos subcampos da Geografia Humana sobre os sertões nordestinos na RBG	531
Referências Bibliográficas:	542

1. Introdução

1.1. Apresentação

O que define sertão? Sertão ou sertões? Sertão de onde? Desde quando aqui não é mais sertão? Estas são algumas perguntas iniciais quando os geógrafos enfrentam esse tema básico na história da formação territorial brasileira, porém atualmente pouco explorado em nossa disciplina. O sertão tem forte apelo espacial, pois se constitui num qualificativo de determinadas áreas, com características específicas e ao mesmo tempo enorme diversidade interna. Por outro lado, a definição de quais espaços são considerados como sertanejos depende de distintos contextos de enunciação destas regionalizações. Todas essas variáveis demarcadoras, a cada momento, de um conceito de sertão, podem ser pesquisadas à luz de questionamentos geográficos.

Assim, estabelecemos o objetivo geral neste trabalho de explorar uma possibilidade de abordagem histórica pela ciência geográfica. Para tanto elegemos centralmente o conceito de *sertão*, a ser analisado através das categorias geográficas *espaço* e *região*. O processo de *modernização* determinará o recorte temporal aqui definido. Neste sentido propomos pesquisar como o processo de modernização se relacionou com as mudanças e permanências nas delimitações espaciais do que foi considerado sertão ao longo de um período particular, inteiramente situado no passado.

Primeiramente, nesta seção do trabalho (1.1.) apresentaremos os objetivos da pesquisa, as questões, suas justificativas e uma inicial contextualização histórica para situar o objeto.

Em seguida (1.2.) abordaremos os desafios metodológicos enfrentados para execução da pesquisa, principalmente no tocante ao caráter geográfico-histórico do trabalho (1.2.1) e (1.2.2.) à escolha dos conceitos para tratar do tema definido. Neste sentido em três subseções são explicitadas as aproximações entre 'sertão' e os conceitos geográficos de espaço, região e territorialização (1.2.3., 1.2.4. e 1.2.5.). No capítulo 1.3. serão discutidos instrumentos teóricos e dados históricos sobre o processo de modernização desenvolvimentista. Este funcionará como um eixo condutor para a definição dos recortes temporais da pesquisa. Através de sua análise verificaremos as mudanças e permanências das definições de sertão, considerando tais definições em dois níveis: o teórico e acadêmico; e o territorial ou estatal, das políticas públicas e suas instituições. Primeiro apresentaremos o processo de modernização desenvolvimentista e suas relações espaciais envolvidas (1.3.1.) e em seguida indicaremos as justificativas para o escopo temporal definido (capítulo 1.3.2.).

1.1.1. Contextualizando o objeto

Para justificar as questões da pesquisa e as hipóteses primárias apresentaremos uma brevíssima contextualização histórica do tema selecionado. Nesta seção serão introduzidos personagens, instituições e marcos históricos essenciais para o desenrolar da narrativa.

Lia Osorio Machado, em dois excelentes artigos *Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930)* e *As idéias no lugar: O desenvolvimento do pensamento geográfico no Brasil no início do século XX* retratou o período imediatamente anterior à institucionalização da geografia brasileira, época de redefinição da identidade nacional e do início da mudança do Brasil colonial para o moderno, analisando a difusão e aplicação de ideologias científicas originárias da Europa as quais veiculavam “(...) através de argumentos pseudo-científicos, julgamentos morais sobre território e a população, articulados a um questionamento do tempo futuro.” (MACHADO, 2003, p.310). A autora explora no segundo artigo (2000) como a “heurística geográfica” filtrada de determinados autores e teorias estrangeiras foi utilizada por intelectuais brasileiros bastante influentes para se contraporem aos ditames de que a questão da raça era determinante no problema essencial da época: o progresso e a modernização.

Entre tais intelectuais Machado (2000) aponta Silvio Romero (introdutor da ideia de uma ‘geografia social’, oriunda de Le Play e Demolins), Capistrano de Abreu (introduziu a ‘antropogeografia’ de Ratzel), Roquette-Pinto (também usando a antropogeografia, através de Ratzel, mas principalmente de Jean Brunhes), e Oliveira Vianna (a ‘geografia humana’ de Vidal de la Blache e Lucien Febvre e a ‘geografia + civilização’, de Huntington e Semple). Tais ideias, ainda de acordo com Machado, foram reinterpretadas através de três mecanismos que possibilitariam o estabelecimento dos ‘modelos-meta de modernização interna’: o gradualismo, a adaptação e o essencialismo (MACHADO, 2000, p.3).

O primeiro mecanismo – o gradualismo – foi utilizado por Silvio Romero para propor uma ‘aproximação gradual à mudança’ da modernização (MACHADO, 2000, p. 4-5). A – adaptação – foi utilizada junto à abordagem etnográfica pelos seguidores da antropogeografia (Capistrano de Abreu e Roquette-Pinto) para diminuir a importância do meio físico e da raça em favor do ‘híbrido do território’, ‘fortemente comprometido com a ideia de estado nacional’ (MACHADO, 2000, p. 5-6). O terceiro mecanismo – o essencialismo – foi em certos momentos promovido por Oliveira Vianna, ao

tratar da tropicalização das raças exóticas, associando clima e civilização (MACHADO, 2000, p. 9-10). Apesar de buscar uma narrativa próxima (principalmente no objetivo de rastrear fluxos de ideias, pensamentos, teorias e ações de um campo disciplinar específico) nosso período foco de estudo é imediatamente posterior ao abordado por Machado (2000 e 2003). Neste sentido observaremos estes importantes acontecimentos anteriores somente quando tiverem direta relação com nosso objeto, e proporcionarem explicações específicas para o período em foco. Os geógrafos acima relacionados por Machado (2000), Sílvio Romero, Capistrano de Abreu, Roquette Pinto e Oliveira Vianna, são mais recentes, mas temos também na história do Brasil geografias e geógrafos mais antigos: tais como os viajantes, os naturalistas, historiadores, religiosos, governantes.

Assim, apesar de estudiosos produzirem trabalhos sobre o espaço territorial brasileiro desde os primórdios da colonização, a institucionalização da ciência geográfica no Brasil somente aconteceu na década de 1930 (MACHADO, 2003; MORAES, 1996; ANDRADE, 1999; PEREIRA, 1955; AB'SABER, 1994; MACHADO, 2000). Apoiados por geógrafos franceses (MACHADO, 2003; PEREIRA, 1955), a grande escola nacional de geografia no período, liderados por Vidal de la Blache (GOMES, 1996, p. 192-222), foram fundados cursos universitários em São Paulo e Rio de Janeiro. Em ambas o pioneiro foi Pierre Deffontaines. Em São Paulo ele inaugurou em 1934 a cadeira de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Neste mesmo ano fundou a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). No ano seguinte, já no Rio de Janeiro, organizou o curso de Geografia na Universidade do Distrito Federal (UDF), como relato de José Veríssimo da Costa Pereira:

(...) a atividade geográfica passou a concentrar-se, outrotanto, no antigo Colégio Universitário (1938) da Universidade do Brasil¹ e na Faculdade Nacional de Filosofia, da mesma universidade, instalada solenemente em 1939. Esta, por transferência legal, absorveu os cursos de geografia, até então ministrados com êxito na extinta Universidade do Distrito Federal. (PEREIRA, 1955, p. 438-439)

Além da geografia universitária, Deffontaines teve destaque, juntamente com Fabio de Macedo Soares Guimarães, Jorge Zarur e Orlando Valverde, na fundação do Conselho Nacional de Geografia (CNG), instituído pelo governo federal em 1937 (ALMEIDA, 2000, p. 171). Esta instituição governamental tinha como objetivo "(...) reunir, coordenar e promover a articulação dos serviços oficiais, instituições particulares e dos profissionais que se ocupem de geografia do Brasil." (PEREIRA,

¹ A partir de 1961, com a transferência da capital para Brasília, a UB é renomeada como Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

1955, p. 448). Um ano depois foi criado o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), abrangendo o antigo Instituto Brasileiro de Estatística (de 1934), o Conselho Nacional de Estatística e o CNG.

Todo esse período de florescimento institucional da geografia brasileira situou-se sob o governo de Getúlio Vargas, num primeiro momento, após a Revolução de 1930, como chefe do Governo Provisório (1930-34), depois como presidente da República eleito pela Assembleia Nacional Constituinte de 1934 (até 1937), e finalmente, após o golpe de 1937, como governo ditatorial, o Estado Novo (até 1945). No âmbito global este último ano ficou marcado pelo fim da 2ª Guerra Mundial e a consolidação dos Estados Unidos (EUA) e seu modelo fordista-keynesiano, como grande potência global (junto à União Soviética), e potencia única no mundo ocidental (HARVEY, 2006, p. 125). Neste momento o Brasil deparava-se com questões essenciais para seu futuro como nação, e entre as mais centrais estavam as preocupações com a integração do imenso território nacional e com a modernização e desenvolvimento do país, recém-saído do rol das nações exclusivamente exportadoras de produtos primários (FURTADO, 1964; IANNI, 1965). Estas grandes questões nacionais também se transformavam em pesquisas, hipóteses e teses nas nascentes universidades brasileiras, principalmente nas ciências sociais e na geografia. Até 1964 (com o golpe que instaurou a Ditadura Militar) existiram grandes esforços científicos de interpretação do Brasil a partir destas questões, reconhecidos como referenciais até os dias de hoje².

1.1.2. Questão fundadora, objetivos e hipóteses primárias

Partimos da construção desses grandes esquemas interpretativos, neste contexto histórico e acadêmico específico, para buscarmos entender a persistência da ideia que vincula diretamente, e em muitos casos, exclusivamente, a diversidade do espaço às diferenças temporais. Para tanto identificamos a concepção de *'sertão'* como exemplar dessa leitura moderna que explica as diferenças de padrões espaciais em termos de sequências temporais. A partir de uma demarcação das ideias que comandam a classificação de determinados espaços como sertões, objetivamos também relacioná-las com alguns projetos de intervenções estatais no território nacional ocorridos no período 1939-1964.

A definição do objetivo da pesquisa como *compreender a persistência da definição de espaço – como*

² Apontamos por exemplo Gilberto Freyre, Caio Prado Junior, Sérgio Buarque de Holanda, Darcy Ribeiro e Celso Furtado.

uma superfície a ser percorrida, entendido a partir de uma narrativa única, e de algum modo já, originalmente, regionalizado – a partir da permanência da ideia de sertão e suas relações com determinadas políticas territoriais nacionais é a justificativa geográfica geral para realização desse estudo. Para entender como a ideia de *sertão* foi construída e reproduzida trataremos da definição do conceito de espaço, focando na sua relação com as temporalidades, principalmente a dos grandes processos territoriais comandados pelo Estado nacional brasileiro.

Como hipótese primária ressaltamos determinadas características intrínsecas à definição de *sertão* as quais favoreceriam a implantação em espaços assim denominados, de certas territorializações (notadamente as de cunho ‘modernizante’). Espaços caracterizados como *sertões* são inúmeros e intensamente diversos, mas convergem para uma definição básica de *espaços vazios, distantes, diferentes e atrasados* (MORAES, 2002/2003; AMADO, 1995; LIMA, 1999; MACHADO, 2003). Neste sentido espaços muito mais suscetíveis de receber intervenções territoriais do governo central. Estas territorializações foram comandadas por um ideário muito próximo ao que delimita certos espaços como *sertões*. Como uma marca desses processos apontamos a hegemonia na origem geográfica destes pensamentos, em sua grande maioria externos ao espaço delimitado, nomeado e territorializado³.

A partir da breve contextualização acima apresentamos a questão norteadora de nossa pesquisa: *Quais os tipos de territorialização que podemos observar nos espaços identificados em diferentes contextos como sertões? Que concepções teóricas, representações sociais e modalidades de intervenção prática implicam?* Nossa questão relaciona a construção de representações espaciais singulares (científicas) com movimentos de territorialização comandados pelo Estado brasileiro. Propomos trabalhar estas ideias a partir da Revista Brasileira de Geografia (RBG), publicada pelo CNG/IBGE.

Conforme a resolução nº 18, de 12 de julho de 1938 da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, que ‘provê à publicação da Revista Brasileira de Geografia’, em seu artigo segundo que a Revista seria o ‘órgão de divulgação do Conselho’, e teria ‘por finalidade geral’ ‘divulgar os conhecimentos geográficos’. Os três objetivos principais da Revista citados na resolução foram:

1º - a divulgação do conhecimento do território brasileiro; 2º - a divulgação da metodologia geográfica moderna, da metodologia do ensino da Geografia e dos conhecimentos da ciência

³ Mignolo (1998) e Moraes (1996) indicam a importância da origem geográfica do fazer científico em relação aos seus espaços de atuação e aplicação.

geográfica e ciências correlatas; 3º - a vulgarização da atividade geográfica brasileira, especialmente dos empreendimentos e realizações do Conselho. (p.7)

A tiragem da Revista seria de no mínimo 5.000 exemplares, dos quais se previa uma ambiciosa distribuição:

I. -às autoridades superiores dos poderes da República; II.-às presidências do Tribunal de Contas e dos Conselhos Nacionais, do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura e de seus Conselhos Regionais; III. -aos serviços e representação de cada Ministério, no país e fora dele, de acordo com a relação que o mesmo fornecer; IV. -aos chefes dos governos regionais e respectivos secretários de Estado; V. -às principais instituições econômicas e culturais do país; VI.- aos órgãos regionais do Instituto e aos membros dos seus órgãos centrais; VII.-aos Diretórios Municipais de Geografia; VIII.-às bibliotecas e escolas de ensino secundário e superior, que forem mantidas pelos poderes públicos; IX.-à União Geográfica Internacional, à União Pan-Americana, às sociedades de geografia e instituições internacionais de maior significação; X.-à principal organização geográfica de cada país estrangeiro, especialmente considerados os países aderentes à União Geográfica Internacional; XI.-às demais personalidades e corporações, a juízo do Diretório Central. (p.8)

Destacamos dentre as considerações mencionadas para que se resolvesse pela publicação da Revista a filiação do CNG como representante brasileiro na União Geográfica Internacional (UGI), e que “(...) a publicação de uma Revista ilustrada é a norma de divulgação universalmente adotada pelas instituições geográficas, oficiais ou não” (p.7).

Esta publicação trimestral do CNG foi iniciada em 1939, e conforme um editorial por conta do décimo aniversário do Conselho (rbg_1947_v9_n2), era uma revista de ‘caráter científico’, enquanto a outra publicação periódica do CNG, o Boletim Geográfico, teria ‘caráter informativo’ e seria mensal. Outro editorial, 15 anos depois, indicou que “Nas páginas da Revista Brasileira de Geografia, são estampados trabalhos regionais e estudos referentes ao Brasil” (, 1962, p.304).

Na ‘Apresentação’ ao primeiro número da Revista Brasileira de Geografia o presidente do IBGE, José Carlos de Macedo Soares, apontou quatro possíveis contribuições da nascente publicação:

Em primeiro lugar, como veículo de divulgação, ela servirá de instrumento de penetração com o qual o Conselho se fará presente em todos os recantos de atividade geográfica do país (...).

Além disso, pondo-se ao par das atividades geográficas, culturais e profissionais, oficiais ou particulares, e noticiando como se desdobram, ela facilitará o entendimento e o fecundo intercâmbio dessas mesmas atividades, constituindo assim o Conselho a sua força propulsora mais importante.

Acresce ainda que, ventilando assuntos geográficos de natureza vária, ela trará a público conhecimentos novos uns, mais perfeitos outros, e por vezes suscitará debates dos quais surgirá a conceituação mais verdadeira de determinados aspectos do território nacional, considerado no seu todo ou nas suas particularidades.

Por fim, aparecendo com ritmo certo, a Revista Brasileira de Geografia dará agasalho à boa colaboração, proporcionando com isso a divulgação de estudos especializados e o estímulo à

produção geográfica de qualidade. (p.4)

Portanto, pesquisaremos um órgão divulgador do CNG/IBGE, uma instituição vinculada diretamente à Presidência da República, que objetivava conhecer e atuar sobre o território nacional. As relações demonstradas entre a Revista e outras instituições também será objeto de nossa atenção. Principalmente as instituições nacionais, regionais ou estaduais que pensem e atuem sobre o território, ou porções deste. Tanto instituições político-administrativas, como a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), quanto as instituições científicas e educacionais, como a UB/UDF/UFRJ. Problematizando essas relações objetivamos detectar determinadas redes científicas que conectaram diversas trajetórias acadêmicas.

Nos interessa especialmente também buscar as relações entre a Revista e a teoria da modernização em escala mundial, expressa através da ideologia do desenvolvimentismo brasileiro. A construção, estabelecimento e inter-relações entre dois campos de saberes geográficos institucionalizados, o científico e o de Estado deve ser problematizado. Destacamos num primeiro momento, que através de diversos mecanismos, os dois saberes acabam por desempenhar um caráter normatizador, quando observados numa escala local. Seja pela definição na classificação de determinados espaços como *sertões*, seja nas propostas e ações territorializantes sobre os *sertões*.

Justamente nosso objetivo aqui proposto é pesquisar como algumas descrições científicas sobre os *sertões* se transformavam em delimitações de regiões, assim classificadas a partir de uma determinada visão de *espaço*, esta por sua vez semelhante as que comandaram processos de territorialização desenvolvimentistas e modernizantes. Para tanto trabalharemos com dois tipos de pensamento geográfico que estiveram envolvidos nestes processos: o saber acadêmico e o saber de Estado (BOURDIEU, 1989a; L'ESTOILE, B., NEIBURG, F. e SIGAUD, L., 2002). O primeiro, tendo seu polo nas universidades, se aproxima mais de um modelo acadêmico francês, e se relaciona teórico-conceitualmente com outras ciências, principalmente as ciências sociais e a história. Seu objetivo é a produção científico-interpretativa. Já o saber de Estado tem caráter mais operacional e é gestado em órgãos e agências governamentais. Estes são formuladores de políticas territoriais e de políticas de controle do espaço e da população.

Identificamos nestes dois campos da geografia a similaridade da definição de espaço como uma superfície a ser percorrida, entendido a partir de uma narrativa única, e de algum modo já, originalmente, regionalizado. O espaço perde assim sua condição de espaço da coetaneidade, da

coexistência de uma multiplicidade de trajetórias, da convivência da diversidade, enfim, do político (MASSEY, 2008). Tais discursos instauram uma dualidade na qual o espaço caracterizado como *sertão* é definido como mais atrasado em relação a outro, de onde partirão definições e ações que comporão os processos de territorialização. Por serem mais atrasados os espaços sertanejos não eram passíveis de estar no mesmo plano de existência dos espaços modernos ou desenvolvidos.

Portanto trataremos da construção e reprodução de poderosas representações espaciais favoráveis a atividade colonizadora, ancoradas no pensamento moderno evolucionista. Este vinculava distâncias espaciais às diferenças temporais, classificando alguns espaços como atrasados. Esta modalidade de racionalização permite uma hierarquização de espaços, a qual pode ser explorada pelos sujeitos legitimados a discursarem sobre estes espaços (via de regra externos a eles), para prescrever intervenções já planejadas e desejadas. Exploraremos aqui como estes discursos espaciais e o contexto de sua produção estiveram relacionados com certos aspectos de determinadas territorializações ocorridas ou planejadas para os *sertões*. Para tanto nossas questões específicas são:

- *Como os processos de territorializações impostos aos sertões se relacionavam com a produção e o pensamento da geografia acadêmica e institucional da época?*
- *Por que em alguns sertões a modernização e o desenvolvimento significaram a imposição de uma territorialização particular?*

1.2. A Modernização dos sertões: estratégias metodológicas, ferramentas conceituais e questões específicas

1.2.1. Epistemologia, método científico e contextos históricos

Consideramos fundamental para o projeto avançar na compreensão das inter-relações entre contextos sociais específicos e o desenvolvimento teórico e metodológico no campo disciplinar da ciência geográfica. Neste sentido iremos nesta seção realizar uma breve narrativa de como a ciência moderna, na qual a geografia insere-se, sempre desenvolveu-se relacionando-se intimamente com seus contextos sociais.

A ciência foi se desenvolvendo desde os primórdios das civilizações humanas, porém somente a partir de uma época pôde se considerar como a legítima origem de todo o conhecimento. Nesta seção, buscamos definir o processo que culminou na instituição da ciência como verdadeira fonte dos conhecimentos sociais a partir da modernidade. Como apontou Gomes (1996), a modernidade é caracterizada por um novo lugar conferido à ciência, que a partir deste momento perseguirá o monopólio do discurso do conhecimento. O discurso da modernidade assenta-se (GOMES, 1996, p. 48) em três elementos fundamentais, intimamente ligados à ciência moderna: o caráter de ruptura, a imposição do novo e a pretensão de alcançar a totalidade.

Podemos situar as origens da modernidade a partir do século XVI, com, entre outros processos fundamentais, a mercantilização, o absolutismo, as grandes descobertas, o renascimento humanista e a colonização. Sua consolidação acelerada ocorre ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, com destaque para a revolução francesa, o iluminismo, o capitalismo, a primeira (1780-1830), a segunda (1870-início do séc. XX) e a terceira (a partir da 2ª Guerra e anos 60/70) revolução industrial, e a globalização. Esta delimitação da modernidade no tempo-espaco não é consensual, sendo objeto de estudo de inúmeros clássicos científicos, ao longo de séculos de debate. Os fatores devem ser analisados de maneira relacionada, e através dessa organização pretendemos construir uma rápida narrativa das condições históricas do surgimento e desenvolvimento da ciência moderna. O estudo epistemológico deve buscar esse enriquecimento através do debate histórico, buscando analisar o contexto no qual certos conceitos e ideias tiveram seus usos referendados, explicitando as relações entre ciência e poder, ou mais especificamente, ideologias e estabelecimento da academia, além das matrizes originários de pensamento em cada subcampo científico (MOREIRA, 2010).

Partimos da concepção de modernidade como “um verdadeiro campo de tensões, com conflitos periódicos em torno do tema da legitimidade da atividade intelectual e da sua organização” (GOMES, 1996, p. 27). Lembrando que a “ciência, como elemento fundador da modernidade, está comprometida em sua base por esta discussão sobre a legitimidade e os limites da razão” (GOMES, 1996, p. 27). Neste sentido o autor propõe a existência de dois sistemas opostos entre si, mas que estruturam a ordem da modernidade, que seriam o par novo/tradicional (GOMES, 1996, p. 29). O processo de construção e reprodução da modernidade também acontece numa oposição: “de um lado, o território da razão, das instituições do saber metódico e normativo; do outro, diversas “contracorrentes”, contestando o poder da razão, os modelos e métodos da ciência institucionalizada e o espírito universalizante” (GOMES, 1996, p. 26).

Como discorre Eric Hobsbawm (1979, p. 304), a ciência foi profundamente influenciada pelas revoluções industrial e francesa, principalmente em dois pontos: a) o crescimento do número de cientistas e eruditos, devido a uma ideologia da busca pela razão, que promove a educação científica numa escala antes nunca alcançada (de início na França e depois em outros países da Europa) e a busca das inovações tecnológicas, apoiada principalmente, num primeiro momento, em investimentos privados, na Inglaterra:

Pois, de fato, o “iluminismo”, a convicção no progresso do conhecimento humano, na racionalidade, na riqueza e no controle sobre a natureza – de que estava profundamente imbuído o século XVIII – derivou sua força primordialmente do evidente progresso da produção, do comércio e da racionalidade econômica e científica, que acreditamos estar inevitavelmente associados a ambos (HOBSBAWM, 1979, p. 36-37).

Nos campos da economia e política, a modernidade caracterizou-se pelas suas inter-relações com o capitalismo. Como bem explorado por Harvey (2006), o capitalismo associa-se profundamente com a ocidentalização e a globalização. Nesse contexto capitalista o autor incluía a ciência como uma atividade essencialmente voltada para a reprodução das relações sociais de produção. A globalização é então definida como um processo de expansão capitalista que vai englobar todo o mundo. Suas origens, como identificou Harvey (2006), são sistemas econômicos regionais dominados por cidades-estados, que floresceram com a crise da sociedade medieval.

Neste sentido a primeira fase da ocidentalização do mundo ocorreu através do braço armado e do saber marítimo e naval de Portugal e Espanha, financiados pela Holanda e seu capital acumulado pelo pioneirismo bancário. Como fatores políticos fundamentais, nesta primeira etapa, o autor aponta a consolidação do Estado Absolutista, a formação dos primeiros Estados-Nação e a

necessidade de garantir mercados consumidores e matérias primas, que sustentou o colonialismo. Para Haesbaert e Porto Gonçalves (2006, p. 13-29), a modernidade é incompreensível sem a colonialidade. Antes desta a Europa não podia considerar-se como centro do mundo. A partir do sistema colonial a Europa passa a concentrar riqueza e poder que lhe permitem contrapor-se ao Oriente e mesmo impor-se ao mundo. Como exemplos de inter-relações entre a modernidade, a ciência e a colonialidade, os autores lembram a imposição de determinadas ideologias sob a forma de argumentos científicos e/ou religiosos.

Ao longo do processo histórico de afirmação da modernidade há uma coincidência entre poder (político, econômico, militar e cultural) e o desenvolvimento da ciência e tecnologia. Destacamos um exemplo simbólico destas relações: a proposta de implantação do método científico cartesiano na administração das indústrias, feita pelo engenheiro mecânico Frederick Taylor e concretizada pelo empreendedor e industrial Henry Ford. Neste sentido poderíamos apontar como a supremacia científica e técnica acompanhou constantemente as hegemonias políticas, econômicas e militares consolidadas no mundo. Primeiro com Portugal e Espanha (percursores do Estado Territorial), e as grandes navegações e o colonialismo. Depois com França e Inglaterra (berços da Revolução Industrial e do Iluminismo) e, em seguida, com a segunda Revolução Industrial e as guerras mundiais, o protagonismo científico passa para os EUA. Mesmo nos primórdios da ciência moderna podem ser identificadas como conquistas militares, formação e dissolução de impérios, e outras questões políticas influenciaram no desenvolvimento científico, como narrado por Benoit e Micheau (2002).

A modernidade, caracterizada então pela crescente ocidentalização e globalização do mundo, assiste à emergência de um tipo de conhecimento, o científico, que é produzido no contexto específico das sociedades ocidentais e alimenta uma série de transformações técnicas. Entendemos que a instituição da ciência como fonte verdadeira dos conhecimentos sociais se deve a dois fatos, que não são isolados um do outro: a) ser um conhecimento que, por um lado, está atrelado a uma nova visão do mundo e, por outro, está no bojo de transformações técnicas que chegam em todo planeta, como procuramos demonstrar ao longo desta seção e b) o fato de ser um conhecimento que se pretende geral, transcendente aos fatos, permite que ele absorva e se sobreponha a outros tipos de conhecimentos pré-modernos ou pré-científicos. Este segundo fato se refere às características e procedimentos peculiares ao conhecimento científico, que serão tratados a seguir.

A ciência opera contra a crença de que o mundo existe e é exatamente tal como o percebemos – o

dogmatismo. Contra o dogmatismo se constrói a busca pela verdade, através da desconfiança, da dúvida, da crítica. Essas são as origens do conhecimento filosófico e científico: “para a atitude crítica ou filosófica, a verdade nasce da decisão e da deliberação de encontra-la, da consciência da ignorância, do espanto, da admiração e do desejo de saber.” (CHAUÍ, 2001, p. 98).

O que separa a ciência dos outros tipos de conhecimento são seus critérios de validade. Estes critérios dependem de distintos métodos científicos para realizar-se. O método pode ser definido como uma organização de técnicas e sistema filosófico. Assim, o método seria uma ponte entre a filosofia e a ciência. Para tanto cada método combina diferentes posições em três campos básicos da filosofia: a ontologia (sobre os objetos do conhecimento, sobre o que fala o discurso, se é verdadeiro ou não), a epistemologia (sobre a natureza do conhecimento, como este se constrói, verificação da validade da forma pela qual o conhecimento é apreendido) e a gnosiologia (sobre as relações sujeito-objeto). Como um exemplo dos diferentes arranjos e prioridades dadas em cada método para os campos filosóficos podemos apontar o neopositivismo, o qual concede maior ênfase à discussão epistemológica, e o marxismo, que em geral concede maior espaço as questões ontológicas (MORAES, 2011).

Cada método tem um conjunto de ferramentas através das quais constrói seu conjunto de significados. Estas ferramentas podem ser de três tipos: as categorias, os conceitos e as noções. Desta maneira os grandes tipos de método utilizados ao longo da história do pensamento científico propõem uma teoria central para o seu tema. Portanto, métodos são instrumentos, mas não respondem questões empíricas. Cada método teve sua origem e desenvolvimento, porém suas principais matrizes foram definidas no século XIX. Citamos como bastante difundidos nos diferentes campos de conhecimento científico a dialética, o estruturalismo, o empirismo e o positivismo, dentre outros.

As ciências sociais, e a ciência geográfica em particular, vivenciam um momento de pluralismo epistemológico no qual não há uma filosofia de base comum, paradigmática (MOREIRA, 2010). Diante deste pluralismo, que julgamos enriquecedor, convém sublinhar a importância de algumas categorias básicas da produção do conhecimento científico. A reflexão sobre estas categorias ajuda-nos a honrar os primeiros e tão longínquos fundamentos da ciência, cujos desenvolvimentos ao longo dos milênios desembocam tanto no mundo material em que vivemos, quanto na maneira como construímos nossos critérios de verdade.

A partir dessas explicações iniciais iremos nas próximas seções (capítulos 2.2 a 2.5) apresentar nossas escolhas metodológicas e teóricas.

1.2.2. Geografia histórica e história da geografia: ambiguidade e possibilidades entre método e objeto

Uma característica deste trabalho que reforça o caráter ambíguo entre a definição de *metodologias* e *objeto* é que esse último apresenta-se como *uma análise da situação, da constituição, da definição, e da reprodução conceitual sobre sertão (e o conceito de espaço implícito e sua relação com o tempo) na geografia*. Já a metodologia consiste num *estudo geográfico sobre um período do passado*, então fatalmente estes dois elementos terão muitos pontos de encontro ao longo do trabalho. Neste intento faremos aqui apenas apontamentos iniciais sobre a metodologia e os conceitos utilizados, os quais serão desenvolvidos no corpo do trabalho.

A partir do momento em que o objeto da pesquisa é descrever uma situação histórica na qual foram definidos métodos e teorias de um campo disciplinar específico – a geografia - e como estas foram (ou não) postas em ação, instala-se uma ambiguidade entre a definição deste objeto e a definição da metodologia a seguir nesta pesquisa. A escolha das nossas estratégias metodológicas passa também, portanto, pela crítica que está sendo feita às metodologias utilizadas na época foco do trabalho (meados do século XX). O uso de reflexões e propostas teóricas contemporâneas para compor um quadro crítico de análise da *situação-objeto* demonstra essa imbricação entre o método e o objeto da pesquisa. Afinal esta postura metodológica contemporânea adotada é também decorrente do desenvolvimento do campo disciplinar como um todo, incluindo-se aí os importantes momentos inseridos no período selecionado para a pesquisa.

Como um aspecto favorável desta ambiguidade temos também a possibilidade de entender melhor as propostas metodológicas e teóricas feitas à época, observando suas origens e seu desenrolar no tempo. A isto se somarão os levantamentos e análises realizados para compor a metodologia e o balizamento teórico desta pesquisa (principalmente devedores de reflexões contemporâneas). Com isso ressaltamos que o objetivo do trabalho também é teórico: a busca por melhor compreensão do desenvolvimento histórico do campo disciplinar da geografia, e de como determinadas escolhas metodológicas no âmbito da academia e do Estado relacionaram-se com ações políticas e propostas de regionalizações e territorializações.

Um exemplo dessa ambiguidade pode ser vista quando analisamos o debate entre os dois grandes

expoentes da geografia estadunidense do período: Carl Sauer e Richard Hartshorne. Nesta disputa intelectual Sauer propunha a geografia histórica quase como o método por excelência da geografia, enquanto Hartshorne apostava numa geografia do momento presente. Ao mesmo tempo tal debate nos interessa por seu destaque na geografia do período, mas também por apontar caminhos metodológicos e instrumentos conceituais importantes no campo da geografia histórica.

Aqui devemos também ressaltar as diferenças e proximidades entre geografia histórica e história da geografia. Sinteticamente, ambas pertencem a ordens diferentes dentro do campo geográfico: a primeira apresenta-se como um método de pesquisa, podendo ser aplicado a diferentes subcampos da disciplina, enquanto a segunda alinha-se com a história das ciências, porém especializada na geografia.

Nesta pesquisa acreditamos que os dois campos serão importantes. Tratamos da história da geografia mais diretamente, pois buscamos entender o desenvolvimento de conceitos e teorias e suas relações com ações territorializantes. Em outra via também nos aproximamos da geografia histórica, ao pesquisar as configurações territoriais de determinado período, comparando-as com as teses geográficas do mesmo período.

Pensamos não haver impedimentos para conjugar estes dois campos do saber, principalmente no caso desta pesquisa específica. Na medida em que o objeto desta é também a busca pela compreensão de uma definição metodológica/teórica/política específica (a modernização, a integração nacional, as novas teorias acadêmicas, as tradições do pensamento nacional, as ações e planos governamentais, ...), toda a escolha metodológica aqui é reflexiva.

Assim, buscamos definir o recorte temporal de modo que abarque um momento no qual foram feitas escolhas fundamentais para o posterior desenvolvimento da disciplina. Embora a escolha de focar nos 'sertões' não seja, similarmente, feita para ter essa comparabilidade (não é o momento no qual essa categoria teve maior vulto histórico), tal objeto funciona como um estudo de caso. Desta maneira, estudar a modernização dos sertões através da geografia deste período é também estudar as definições e escolhas metodológicas feitas no período, suas consequências e desenrolares.

Também nesta ocasião devemos deixar transparente que apesar de filiar-se mais diretamente à geografia a pesquisa assenta-se numa visão interdisciplinar, dentro das ciências sociais, transitando muito entre geografia e história, mas também com aportes da sociologia e antropologia. Grande contribuição para esse aspecto da pesquisa é a definição do período a ser estudado. Neste as ciências

estão se institucionalizando no Brasil, e os cursos de ciências sociais são muito próximos, compartilhando métodos, teorias, autores e instituições.

Logo estarão dentro de nosso escopo de análise o desenvolvimento histórico da geografia e suas relações com as outras disciplinas no período determinado. Apesar de alguns dos acontecimentos responderem a temporalidades distintas, poderão ser abordados por serem determinantes para ideias e teorias do período foco. Deste modo buscamos relacionar a questão da modernização com a individualização da ciência geográfica. Ainda que tragamos aportes de outros países (principalmente os EUA e França) nossa análise será voltada para avaliar tais processos e relações no caso brasileiro.

Por fim também justificamos nossas escolhas metodológicas e do recorte temporal pela visão que temos do momento atual (início do século XXI): uma sensível recuperação do desenvolvimentismo nacionalista, através de governos de centro-esquerda, que buscam alternativas ao modelo neoliberal predominante. Dois aspectos bem diferentes deste período contemporâneo são ressaltados e poderiam ser comparados ao período de meados do século XX: a busca por maior desenvolvimento social, diminuição da pobreza e da desigualdade; e por outro lado, imposição de um modelo e caminho único, centralizador, nacionalismo como justificativa para a ação, não permitindo a abertura para outros modelos/perspectivas, opera com as diferenças espaciais em termos de sequencias temporais. Neste sentido, embora não seja o caminho proposto na pesquisa, apontamos que o trabalho também poderia alargar-se e alcançar o momento contemporâneo, apresentando diacronicamente situações históricas diferentes através de um mesmo eixo de análise (a modernização dos sertões).

A definição metodológica necessariamente está relacionada com a demarcação dos objetivos e da questão a ser problematizada na pesquisa. Ao optarmos pelo estudo de uma categoria de forte caráter espacial – o sertão, suas transformações e permanências – ao longo de um período definido inteiramente no passado acreditamos que a ciência geográfica pode se beneficiar fortemente promovendo a utilização de diferentes recortes temporais que não somente o contemporâneo. Nesse sentido acompanhamos inteiramente a crucial crítica do geógrafo Maurício de Almeida Abreu à “(...) uma das leis férreas da geografia, (...) que impõe despoticamente à disciplina o estudo do presente, (...) e que só lhe autoriza tratar do passado se for para buscar nele o entendimento do presente ou a previsão do futuro” (ABREU, M., 1998, p.92). O autor vai mais além, afirmando que a

geografia ficou refém de “(...) uma lei castradora, que impele-a na direção exclusiva da interpretação do presente dos lugares, e não no caminho da interpretação dos lugares” (ABREU, M., 1998, p. 95).

Esta crítica foi desenvolvida em artigo posterior, no qual Abreu, M. (2000, p. 24) faz um convite a todos os geógrafos para superar as barreiras que limitam temporalmente o que é a geografia e assumir as suas responsabilidades na interpretação do passado. O caminho metodológico que fornece suporte para estes estudos tem algumas particularidades em relação ao exame do presente (ABREU, M., 2000, p. 18):

- a. Enquanto as categorias de análise da geografia são transtemporais, as variáveis que as operacionalizam e desagregam devem ter seu entendimento adequado para cada momento do passado;
- b. Só podemos entender o passado através de um forte investimento em sua contextualização;
- c. O último ponto diz respeito às dificuldades de se trabalhar não com o ‘passado propriamente dito, mas com os fragmentos que ele deixou’, e assim é obrigatória a problematização sobre quem deixou os vestígios e para que os produziu, e também atentar para o passado que não deixou vestígios.

Feitas estas adaptações metodológicas a pesquisa sobre “(...) as geografias do passado contam com uma vantagem insuperável: como já se sabe o que aconteceu depois, pode-se trabalhar com muito mais confiabilidade com as categorias presente e futuro.” (ABREU, M., 2000, p. 18). Como já apontamos essa será um dos trunfos do projeto, ao justamente, pesquisar sobre processos de modernização dos sertões a partir das leituras geográficas. De tal modo utilizaremos categorias contemporâneas (definidas a seguir) para propor o estudo de um momento definido no passado, afinal “se nossas categorias de análise são verdadeiramente universais, assim como servem para estudar a atualidade, também servirão para desvendar esses presentes do passado.” (ABREU, M., 2000, p. 18).

Nessa proposta apostamos na geografia histórica como um campo importante da geografia a partir do uso de distintas temporalidades. Como descrito por Alves (2011b) a geografia histórica como um campo de pesquisas possui grande diversidade de definições, com distintas possibilidades metodológicas, estado esse que reflete um debate de longa tradição entre geografia e história, e a complexidade existente nas relações entre espaço e tempo.

Consideramos fundamental no estudo sobre sertão/sertões a abordagem histórica dentro da

geografia. Primeiramente por fornecer uma genealogia deste importante conceito dentro do campo disciplinar da geografia, mas principalmente por se tratar de um conceito extremamente dinâmico ao longo do tempo. A geograficidade da pesquisa arraiga-se na pergunta norteadora “por que tal lugar é considerado sertão?”. Porém vemos que se tal lugar é considerado sertão hoje, em outro tempo não o foi, ou vice-versa. Neste sentido o entendimento das relações entre as definições de sertão promovidas pelos geógrafos e as políticas territoriais empreendidas pelo governo nacional deve-se apoiar também na problematização das distintas temporalidades que comandavam diferentes demarcações conceituais e espaciais do que seria sertão.

A partir do levantamento bibliográfico preliminar acerca do conceito chave deste projeto – *sertão* – definimos como categorias geográficas auxiliares espaço e região. A primeira está referida no objetivo do trabalho, de pesquisar uma concepção particular de espaço, enquanto a segunda seria a mais natural associação entre os conceitos geográficos para se tratar do tema *sertão*. Além destes devemos utilizar como instrumentos conceituais o processo de territorialização engendrado por ideais desenvolvimentistas e modernizantes, também este definido no objetivo do trabalho, e as escalas de análise, essenciais nos trabalhos geográficos.

1.2.3. Os significados de sertão e suas relações com a categoria ‘espaço’

Iniciamos esta seção indicando a dificuldade na definição da etimologia da palavra sertão. No *Dicionário Eletrônico Houaiss* a palavra é datada no século XV e referida como de ‘origem obscura’, tendo como significados:

- 1 região agreste, afastada dos núcleos urbanos e das terras cultivadas.
- 2 terreno coberto de mato, afastado do litoral.
- 3 a terra e a povoação do interior; o interior do país.
- 4 Regionalismo: Brasil. Toda região pouco povoada do interior, em especial, a zona mais seca que a caatinga, ligada ao ciclo do gado e onde permanecem tradições e costumes antigos.

Mesmo buscando em dicionários de Portugal as referências não são conclusivamente coincidentes. O *Dicionário da Língua Portuguesa 2003*, da Porto Editora, aponta a origem do vocábulo “do lat[im] *sertānu-*, ‘do bosque’, de *sertu-*, ‘bosque’”. A definição é exatamente a mesma citada do Houaiss. Já no *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*, sertão consta como “Lugar inculto, afastado de povoações. Distante de povoações ou de terrenos cultivados” e “Floresta no interior de um continente, longe da costa”.

Uma tese de doutorado defendida na Universidade de Lisboa intitulada “*Novidade de pallavras*” no

português do século XV, de autoria de Mário José Silva Meleiro (2011) confirma a origem da palavra no século XV e assim a descreve, já naquela época: “região agreste, distante das povoações ou das terras cultivadas” (MELEIRO, 2011, p. 204). O autor ainda assinala que José Pedro Machado, no Dicionário Etimológico do Português Medieval, traz a seguinte explicação etimológica “na opinião de certos autores, o vocábulo seria evolução do lat. *desertānu-*, com operações fonéticas ainda não suficientemente esclarecidas” (MELEIRO, 2011, p. 204). Outra informação interessante é uma citação que exemplifica o verbete: “*E logo de começo se foy dereitamentemte a çidade com seys ou sete de cavallo e pareço assy sobre a carreira que se fazia amtre as portas que sayam da çidade pera o sertam*” (MELEIRO, 2011, p. 204). Identificamos neste uso a acepção de sertão que descreve o que está além dos portões da cidade.

Outra fonte localizada é o *Glossário Crítico de Dificuldades do Idioma Português*, de Vasco Botelho de Amaral (Editorial Domingos Barreira, Porto, 1947, p. 476-481 *apud* GUÉGUÉS, 2008). Nesta é descrita uma troca de cartas entre o autor e o brasileiro Pedro Calmon, que teria fomentado a pesquisa sobre o vocábulo:

E não fui eu o inspirador deste assunto. O ilustre escritor brasileiro Dr. Pedro Calmon, Presidente da Academia Brasileira de Letras, escreveu-me, formulando o seguinte problema da língua portuguesa:

“... poderia dar-me a etimologia mais aceitável da palavra sertão, que tanto ocorre na nossa linguagem, sem que ainda a tenhamos devidamente esclarecido no Brasil? Diz o refrão que a rico é quem se pede...” (Editorial Domingos Barreira, Porto, 1947, p. 476-481 *apud* GUÉGUÉS, 2008)

Na sua explicação Amaral cita duas hipóteses, além da já comentada sobre sertão ser derivado de *desertão*, à qual tal autor não demonstra muito apreço. A primeira é uma ‘possível irmandade etimológica’ entre *sertão* e *sertã* (um tipo de frigideira larga e de pouco fundo, de ferro ou de barro):

A ideia de ardência, de calor grande está, aliás, na origem que considero comum a *sertã*, a *sertão*, e também comum ao espanhol *sartén*. É o latim *sartago*, *sartaginis*, frigideira, sertã. Algum português nos primeiros contactos com a quentura das terras do interior da África, da Ásia não podia um dia ter relacionado a forma *sertão* com a ideia dessa quentura sentida? A mim me parece possível. (AMARAL, 1947 *apud* GUÉGUÉS, 2008).

A segunda hipótese é relacionada à palavra do latim:

(...) *sertus*, isto é, entrelaçado, particípio de *sero*, entrelaçar, enredar, etc. Para isso, convém lembrar que *sertão* pode ser floresta, mata densa no interior. As terras interiores de África e Ásia muita vez se apresentavam aos Portugueses como *entrelaçadas* ou densas florestas virgens. Quem sabe se, por outra hipótese que também formulo, à ideia de sertão, originariamente, se ligava a ideia de mata densa e grande? (AMARAL, 1947 *apud* GUÉGUÉS, 2008)

A historiadora Janaína Amado (1995) também realizou um levantamento bibliográfico sobre as

origens desta palavra. Citando Jaime Cortesão a autora indica o uso de sertão para se referir a áreas situadas dentro de Portugal, porém distantes de Lisboa, desde o século XII ou XIV (CORTESÃO, 1958, p. 28 *apud* AMADO, 1995, p. 147). A partir do século XV, usaram-na também para nomear espaços vastos, interiores, situados dentro das possessões recém-conquistadas ou contíguas a elas, sobre os quais pouco ou nada sabiam. Tal uso foi bastante comum, "(...) até o final do século XVIII, pela Coroa portuguesa e pelas autoridades lusas nas colônias" (AMADO, 1995, p. 147).

Outra fonte citada por Amado é Gilberto Mendonça Teles, o qual concorda com uma acepção já referida: as derivações do latim clássico *serere/sertanum* (trançado, entrelaçado, embrulhado). Por outro lado o autor traz duas novas definições interessantes: *desertum*, também do latim, que significa desertor, aquele que sai da fileira e da ordem; e *desertanum*, lugar desconhecido, para onde foi o desertor (TELES, 1991 *apud* AMADO, 1995, p. 147).

Já voltando a nos referir às leituras brasileiras sobre sertão, citamos o Dicionário do Folclore Brasileiro, de Luís da Câmara Cascudo (1969), que traz a contribuição de vários autores clássicos. Nesta importante obra assim consta o verbete sertão:

É o interior. Assim escreviam João de Barros, Damião de Góis, Fernão Mendes Pinto, o Padre Antônio Vieira, o escrivão Pero Vaz de Caminha. As tentativas para caracterizá-lo têm sido mais convencionais que reais. Sua fauna e flora existem noutras paragens do mundo que em nada semelham o sertão. Melhor, e folclóricamente, é dizer interior, mais ligado ao ciclo do gado e com a permanência de costumes e tradições antigas. O nome fixou-se no Nordeste e Norte, muito mais do que no Sul. O interior do Rio Grande do Sul não é sertão, mas poder-se-ia dizer que sertão era o interior de Goiás e de Mato Grosso, na fórmula portuguesa do século XVI. A origem ainda se discute e apareceu mesmo a idéia de forma contrata de *desertão*. Morisot, comentando a relação de Rolox Baro em Pierre Moreau (*RELATIONS VERITABLES ET CURIEUSES DE L'ISLE MADAGASCAR ET DU BRÉSIL*, ed. Augustin Courbé, pp. 266-267, Paris, 1651), sugeriu: "*Le Certan est une contrée particulière dans le Continent, qui est derrière Pernambuco. Ce mont signifie BOUCE D'ENFER, à ce que m'a notre traducteur.*" E continua o debate. (CASCUDO, 1969, p. 620)

Devemos também atentar para a descrição de sertão nos dicionários geográficos. No *Dicionário de Termos Geográficos* de Éverton Florenzano é bem próxima à primeira definição aqui citada, do dicionário Houaiss: "1) lugar inculto, distante de povoações ou de terrenos cultivados. 2) Floresta no interior de um continente ou longe da costa. 3) Zona do interior brasileiro, caracteristicamente árida e que serve para a pecuária." (FLORENZANO, s/d, p. 302). No mesmo dicionário encontramos os vocábulos sertanizar e sertanista, respectivamente referindo-se à: "penetrar os sertões em busca de riquezas (ouro, diamante, etc). Percorrer os sertões, ou desbravá-los." e "o que penetrava os sertões em busca de riquezas. Todo aquele que conhece ou percorre o sertão" (FLORENZANO, s/d, p. 303). Outro ponto interessante é a lembrança da relação de sertão com o 'sertão australiano', que seria

um:

(...) tipo de região da Austrália, recoberta de mato ralo, ou bosques isolados, ainda não roçada, e que os colonizadores do país chamam “*bush*” (termo do velho nórdico que significa ‘mato’ ou ‘bosque’), a exemplo da expressão adotada para regiões análogas da África do Sul. Aos habitantes destas os ingleses chamaram ‘*Bushmen*’, isto é, ‘homens do mato’, que se aportuguesou com ‘bosquímano’ e ‘boximane’. (FLORENZANO, s/d, p. 303)

No *Dicionário Enciclopédico de Geografia de A a Z*, sertão é uma “região mais afastada dos centros desenvolvidos e povoados” além da mesma descrição sobre o sertão nordestino do Houaiss (1979, p. 157). No *Dicionário de Geografia do Brasil com terminologia geográfica* de Erasmo D’ Almeida Magalhães, sertão está assim descrita:

Zona das caatingas, típica do Nordeste. Constitui uma modalidade de savana. Costuma ser assolada por secas periódicas, não tanto por escassez de chuvas, em relação à precipitação total, mas porque elas são mal distribuídas, o que dificulta o aproveitamento econômico da região. (MAGALHÃES, 1976, p. 460)

Já para explicitar o verbete ‘sertanejo’ (‘morador do sertão’), é citado um longo trecho de Euclides da Cunha, em *Os Sertões*. (MAGALHÃES, 1976, p. 461).

Em curto artigo intitulado *Sobre a palavra “sertão”: origens, significados e usos no Brasil (do ponto de vista da ciência geográfica)*, o geógrafo Fadel David Antonio Filho indica que:

Para a Geografia, o sertão no Brasil corresponde à vastíssima zona interiorana, que começou a ser penetrada ainda no Século XVI, logo depois da chegada dos colonizadores, quando as fazendas de gado foram separadas das fazendas agrícolas, particularmente na Região Nordeste. Enquanto a produção agrícola, principalmente a cana-de-açúcar, ficava basicamente restrita à faixa litorânea, a criação de gado se estendia para as remotas paragens do interior do continente. A restrição a sua marcha era somente os cursos d’água mais caudalosos ou as serranias mais formidáveis.

Segundo estudiosos como Gustavo Barroso (1947), da Academia Brasileira de Letras, de modo geral, admite-se que a palavra portuguesa ‘sertão’ nada mais é que a corruptela ou abreviatura de ‘desertão’, deserto grande, apelativo dado pelos portugueses às regiões despovoadas e hispides da África Equatorial. Tal vocábulo, por sua vez, derivou-se da forma latina correspondente: desertus (interior, coração das terras).

Mas, no mesmo trabalho, Barroso (op.cit.) levanta a tese de que “sertão” pode ter se derivado do vocábulo ‘muceltão’, abreviado para ‘certão’, cujo significado latino – locus mediterraneus – é perfeito. Afirma ainda, aquele autor, que a palavra ‘celtão’ ou ‘certão’ possa ser também corruptela de puro angolano, da língua bunda – michitu, muchitu e por fim muchitun, segundo ele, por nasalização dialetal. Esse termo era empregado com o significado de ‘mato’ pelo nativo do interior. Tal palavra tornou-se designativo de ‘mato longe da costa’. Depois, por influência lusa, ‘muceltão’ e sua forma abreviada – ‘celtão’ ou ‘certão’, com o significado de selva, interior das terras africanas coberto de mataria (e não somente ‘deserto grande’ ou ‘desertão’). (ANTONIO FILHO, 2011, p. 85)

Seguindo indicações de que a palavra constava duas vezes na Carta de Pero Vaz de Caminha, Antonio

Filho aponta que o uso significava então “lugar oculto, ou sem arvoredo, situado longe da costa” (CUNHA, 1964, p. 102 *apud* ANTONIO FILHO, 2011, p. 85). Outra hipótese citada relaciona a palavra a um topônimo português:

Outra hipótese, citada ainda por Silva (1950), centra-se no fato de haver uma vila em Portugal chamada “Sertã” (fundada na época dos romanos com o nome de “Sertago”). Situada na zona sudoeste da Beira Baixa, ao norte do Tejo, região de domínio das “charnecas” e afastada do mar, enquadra-se na definição de ‘sertão’. Lembra o autor que a vila de Sertã encontra-se numa região de terra seca, pouco fértil, quase despovoada, onde é comum o cultivo da oliveira – assemelhando-se bastante àquelas áreas que os portugueses encontraram nas zonas de semiaridez do Nordeste do Brasil (ANTONIO FILHO, 2011, p. 86).

Antonio Filho advoga no sentido de sertão significar originalmente uma área “(...) localizado longe do litoral, no interior ainda despovoado (entenda-se colonizado) ou mesmo desconhecido, não importando se ali houvesse ou não um deserto ou uma paisagem semiárida.” (ANTONIO FILHO, 2011, p. 86). Isto justifica-se, segundo o mesmo autor, pois já no período inicial das grandes navegações e ‘descobertas’ dos lusos, nos séculos XIII e XIV tal uso era reconhecido. Neste sentido Antonio filho indica que o significado de zona quente, semiárida, teria sido lançado e propagado por Euclides da Cunha em Os Sertões.

No Brasil o autor identifica alguns usos locais e regionais de sertão, “(...) para designar áreas interioranas, sejam elas os hervais no Planalto da Serra Geral, no oeste catarinense, como a cimeira das vertentes íngremes das áreas serranas do Sudeste brasileiro, as chapadas e cerrados do Centro-Oeste ou a região de semiaridez do Nordeste.” (ANTONIO FILHO, 2011, p. 86). Outra observação é a não fixação deste topônimo na Amazônia, apesar das ‘drogas do sertão’ e do uso “(...) eventualmente encontrado na literatura ou nos relatos escritos por viajantes, cientistas, exploradores ou literatos regionalistas. Mas, aí trata-se de uso mais formal, literato ou erudito, no mais das vezes transcrito por gente de fora da região.” (ANTONIO FILHO, 2011, p. 87).

O mesmo autor indica que principalmente na geografia deve-se sempre explicitar a qual sertão está se referindo, pois “O ‘sertão’, ao que parece, tem a conotação de um só sentido (a interioridade), mas que se expressa na fisiologia da paisagem, numa diversificação, muitas vezes sem similaridade.” (ANTONIO FILHO, 2011, p. 87). Conforme as várias descrições de sertão aqui reunidas, não nos permitimos fechar o sentido desta palavra tão rigidamente quanto o autor acima.

Apesar da tradicional não habilitação do *sertão* como uma figura do universo empírico da geografia (este não era declaradamente um objeto), um dos objetivos dessa disciplina foi o levantamento e explicação destes espaços: “Descrever os sertões tem sido uma das metas mais praticadas pelo labor

geográfico no Brasil, aparecendo mesmo como um elemento forte de legitimação desse campo disciplinar em diferentes conjunturas históricas do país” (MORAES, 2002/2003, p. 12). Como já afirmamos no início do trabalho, nosso objetivo aqui proposto é pesquisar como estas descrições científicas sobre os sertões se transformavam em delimitações de regiões, assim classificadas a partir de uma determinada visão de espaço.

A bibliografia sobre sertão é vasta, considerando que este serviu desde o início da colonização como “(...) uma condição atribuída a variados e diferenciados lugares, (...) símbolo imposto – em certos contextos históricos – a determinadas condições locacionais, que acaba por atuar como um qualificativo local básico no processo de sua valoração.” (MORAES, 2002/2003, p. 13). O mesmo autor pondera que:

O sertão não é uma materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica: uma ideologia geográfica. (...) trata-se da construção de uma imagem, à qual se associam valores culturais geralmente (...) negativos, os quais introduzem objetivos práticos de ocupação ou reocupação dos espaços enfocados. (...) a adjetivação sertaneja expressa uma forma preliminar de apropriação simbólica de um dado lugar (MORAES, 1996).

De maneira similar à classificação de sertão como uma ideologia geográfica, mais do que uma materialidade da superfície, apontamos a identificação de um tipo de visão particular do espaço fortemente enraizado no pensamento geográfico brasileiro, do espaço geográfico como metáfora (MACHADO, 2003). Essas formas de representações espaciais nos remetem ao raciocínio de Edward Said, em *Orientalismo*, no qual são aludidas como *geografias imaginativas* (SAID, 1990). Este autor efetuou o estudo das lentes através das quais o oriente é experimentado – como jornada, história, fábula, estereótipo e confronto polêmico:

A geografia imaginativa (...) legitima um vocabulário, um universo de discurso representativo. (...) essa prática universal de designar na própria mente um espaço familiar que é ‘nosso’ e um espaço desconhecido além do ‘nosso’ como ‘deles’ é um modo de fazer distinções geográficas que pode ser inteiramente arbitrário. (SAID, 1990).

Ressaltamos assim, que mesmo o caráter imaginativo, ideológico ou metafórico dessas construções de representações espaciais está sempre relacionado a processos de valoração de espaços com consequências absolutamente concretas. Neste sentido, como veremos adiante, a classificação geográfica através da territorialização é um instrumento poderoso de classificação social (SACK, 1986, p. 5). Desta maneira, poderíamos analisar as lentes pelas quais o sertão é experimentado no período selecionado, e como essa geografia imaginativa foi utilizada na construção de determinadas territorialidades.

A ideia de sertão reveste-se de grande centralidade no pensamento social e geográfico brasileiro, pois “(...) transformar estes fundos territoriais em território usado é uma diretriz que atravessa a formação histórica do Brasil, alçando-se mesmo à condição de um projeto estatal-nacional básico do país” (MORAES, 2002/2003, p. 13). Janaina Amado, em *Região, sertão, nação*, também destaca a sua permanência histórica, “(...) variando segundo a posição espacial e social do enunciante, sertão pôde ter significados tão amplos, diversos e aparentemente antagônicos” (AMADO, 1995, p. 149):

(...) durante a época colonial (à medida, portanto, que a colonização avançava sobre as terras), ‘sertão’ foi empregado para nomear áreas tão distantes quanto, por exemplo, o interior da capitania de São Vicente (...), a atual Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro (...), a Amazônia (...), a cidade do Recife (...), a capitania de Minas Gerais (...), as áreas contínuas ao Recôncavo Baiano, plantado com cana-de-açúcar (...), o aldeamento indígena de Mossâmedes, no atual Goiás (...), e a ilha de Santa Catarina (...)! (AMADO, 1995, p. 149).

Esse movimento de avanço da conquista colonial é descrito por Siqueira (2008) como o processo de sertanização do Brasil, a partir das narrativas de Capistrano de Abreu sobre as trajetórias dos bandeirantes, suas conquistas e estabelecimentos. Para esse historiador pernambucano este processo teve duas características principais. Primeiro, o de que o sertão “(...) é, no nascedouro, um deslocamento de pessoas” (SIQUEIRA, 2008). A segunda característica diz respeito a algo importante “(...) que se plasma na trilha desses caminhos e desses lugares inóspitos, ou seja, uma violência incomum que, como a história registra, persistirá como ‘violência fundadora’ na estrutura incipiente de relações sociais no interior dos nossos Sertões” (SIQUEIRA, 2008, p. 6).

O geógrafo Antonio Carlos Robert de Moraes (2002/2003) enumera três características que seriam gerais às diversas definições de sertão. A primeira é o sertão como uma projeção futura usada como argumento para políticas territoriais a partir de interesses específicos:

(...) os lugares tornam-se sertões ao atraírem o interesse de agentes sociais que visam estabelecer novas formas de ocupação e exploração daquelas paragens. (...) projetar sua valorização futura em moldes diferentes dos vigentes no momento dessa ação. (...) A noção pode, então, ser equacionada como elemento de argumentação no processo de hegemonização de políticas públicas e práticas territoriais do Estado ou de segmentos da sociedade. (MORAES, 2002/2003, p. 14).

A segunda característica geral é de que o sertão:

(...) trata-se de uma valoração aplicável para novos lugares ou para novas ondas colonizadoras. (...) um espaço para a expansão. (...) o objeto de um movimento expansionista que busca incorporar aquele novo espaço assim denominado, a fluxos econômicos ou a uma órbita de poder que lhe escapa naquele momento. (MORAES, 2002/2003, p. 14).

Portanto sertão é, neste sentido, considerado uma área de soberania incerta, usada “(...) para qualificar porções que se quer, apropriar dos fundos ainda existentes no território nacional em cada

época considerada.” (MORAES, 2002/2003, p. 14). Normalmente após a classificação de sertão introduz-se “(...) um novo surto de dominação política no âmbito espacial delimitado pela qualificação proposta.” (MORAES, 2002/2003, p. 14). A terceira característica apontada por este autor trata da dualidade na visão de espaço necessária para a definição de sertão:

(...) o sertão só pode ser definido pela oposição a uma situação geográfica que apareça como sua antípoda. (...) para existir o sertão é necessária a existência de lugares que não sejam englobados nessa denominação, que apresentem condições que expressem o oposto do qualificado por tal noção. (...) parte de uma realidade vista como cindida e dual, na qual a condição sertaneja ocupa a posição negativa ou subordinada. (...) o lugar a partir do qual se qualifica uma localidade como um sertão está sempre localizado no campo contraposto (...) imagem construída externamente (...) a partir de uma sensibilidade estrangeira e de interesses exógenos, que atribuem àquele espaço juízos e valores que legitimam ações para transformá-lo. (...) é sempre um espaço-alvo de projetos. (MORAES, 2002/2003, p. 15)

Identificamos “(...) esse modo de pensar, em termos de espaço-dividido, [como] um produto do próprio projeto da modernidade.” (MASSEY, 2008, p. 105). Nísia Trindade Lima, em seu livro intitulado *Um sertão chamado Brasil*, aborda a visão dualista sobre espaço, como sertão e litoral, a partir do debate entre tradição e modernidade:

Poucas perspectivas seriam tão predominantes na sociologia do século XIX quanto o contraste tipológico de duas formas de ordem social, estruturalmente distintas e historicamente sucessivas. (...) No caso brasileiro, sertão e litoral podem ser vistos como imagens espaciais e simbólicas que guardam estreita relação com esta idéia de dois tipos de ordem social. Aqui, o contraste ocorreria não entre formas distintas e historicamente sucessivas, mas pela justaposição de épocas históricas, numa sociedade em que, como acentuou Roger Bastide (1978), a geografia não se separa da história. (LIMA, 1999, p. 23)

Portanto, precisamente nesta ‘justaposição de épocas históricas’ prescritas a partir de uma única narrativa, detectamos a construção de representações espaciais classificadas a partir de uma perspectiva temporal evolucionista, negando a existência de espaços coetâneos. A autora prossegue neste mesmo sentido, afirmando que:

(...) a idéia da existência de ‘dois Brasis’ tenderia a ser vista a partir de uma concepção linear do tempo histórico, geograficamente representada pela concepção de uma parcela do território estagnada, atrasada, e outra mais suscetível de receber a influência de correntes modernizantes. (LIMA, 1999, p. 27)

Essa classificação entre *espaço atrasado* e *espaço moderno* é fortemente consolidada no pensamento moderno, sendo um dos pressupostos do pensamento social brasileiro, mais precisamente no período no qual as ciências sociais e a geografia haviam acabado de se institucionalizar nas universidades e órgãos governamentais. Reforçando essa percepção, Lima cita dois cientistas sociais muito importantes nesse processo de institucionalização:

A geografia não se separa aqui da história. Pedro Calmon observou que o Brasil se divide menos numa estratificação de classes sociais do que numa justaposição de épocas históricas. Partindo do litoral para se embrenhar no interior, o viajante assiste ao milagre de remontar o tempo (BASTIDE, 1978 *apud* LIMA, 1999, p. 155).

Numa extremidade está a metrópole moderna representando um tipo de civilização urbana que se está rapidamente difundindo em todas as zonas da terra onde entrou a cultura ocidental. (...) já bem distante do ponto de partida, populações caboclas cuja vida parece decorrer em um mundo diferente do nosso. Pouco ou nada as liga ao mercado urbano. Não dependem dele e o uso que fazem do dinheiro é muito restrito (...). Geralmente se é impiedoso com essas populações; aplicam-lhe epítetos como 'atrasados', 'indolentes' (...). Embora falem português não parece fácil entender-se com eles (WILLEMS, 1944 *apud* LIMA, 1999, p. 155).

Outra fonte importante que debate esta importância do sertão (e seu par oposto, o litoral) no pensamento social brasileiro mesmo na consolidação da nação, ou 'pátria geográfica', é o livro de Candice Vidal e Souza (1997), derivado de uma pesquisa de mestrado em antropologia realizado na UNB. Sua discussão é bem próxima das nossas questões, todavia nosso foco está no pensamento geográfico, apesar de abordar quando necessário, importantes produções de área fins. Além da dicotomia entre sertão e litoral, a autora (SOUZA, 1997) trata do projeto nacional de incorporação do sertão, enquanto uma fronteira (o imaginário do 'vazio-sertão').

Desta maneira, após descrever rapidamente estes trabalhos que tratam do tema, concordamos que, assim como conclui Moraes (2002/2003), o conceito de sertão é altamente político, no sentido mesmo da dimensão política do espaço, tanto em termos de imaginário, qualificativos de espaços, quanto em termos de territorialização, apropriação de espaços:

Tem-se o sertão como um qualificativo de lugares, um termo da geografia colonial que reproduz o olhar apropriador dos impérios em expansão. (...) tratam-se de sertões, que qualificam caatingas, cerrados, florestas, campos. Um conceito nada ingênuo, veículo de difusão da modernidade no espaço. (MORAES, 2002/2003, p. 21)

A relação entre política e espaço (e suas definições modernas) é o tema central de Doreen Massey no seu livro *Pelo Espaço*, enfatizando as possibilidades e contingências que as definições de espaço podem representar para a ação política. Neste sentido a autora (MASSEY, 2008, p. 23-33) enumera três características persistentemente associadas ao conceito de espaço moderno as quais devem ser modificadas para possibilitar o fazer político através da dimensão espacial (**Figura 1**):

Definições modernas de espaço	Propostas de Doreen Massey
Representação de espaço como superfície	Definição de espaço como um encontro de histórias, produto de inter-relações, como sendo constituído através de interações, desde a imensidão do global até o intimamente pequeno.
A representação dos espaços como tempo	Espaço como dimensão das coexistências simultâneas, coetâneas, a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, no sentido da pluralidade contemporânea, como a esfera na qual distintas trajetórias coexistem; como a esfera, portanto, da coexistência da heterogeneidade. Assim, multiplicidade e espaço são co-constitutivos.
Representação de espaço como, de algum modo, originalmente regionalizado, como sempre já dividido em partes iguais, e consequentemente, lugar como algo fechado, coerente, integrado, autêntico.	Não diferenciar lugar e espaço, recusando o caráter fechado que isto provocaria. Só assim poderíamos reconhecer o espaço como estando sempre em construção

Figura 1: Quadro dos conceitos de espaço. Fonte: Construção do autor com base em Massey (2008).

A partir destas propostas aceitamos a definição de espaço como a “(...) esfera da coexistência de uma multiplicidade de trajetórias (...) uma simultaneidade de estórias-até-agora” (MASSEY, 2008, p. 29). Neste sentido, dentro da história da modernidade ocorre um “(...) desenvolvimento de uma compreensão hegemônica particular do próprio espaço e da relação entre espaço e sociedade. (...) imaginação geográfica (...) integrante daquilo que se tornaria um projeto para organizar o espaço global.” (MASSEY, 2008, p. 102). Justamente nosso objetivo caracteriza-se por problematizar essa “(...) maneira particular de organizar o espaço-dividido em lugares da modernidade, (...) característica do pensamento espacial moderno: a concepção da diferença espacial em termos da seqüência temporal” (MASSEY, 2008, p. 107).

Esta conceituação de espaço serviu historicamente aos projetos evolucionistas de imposição de um progresso unilinear, da modernização, do desenvolvimento, da seqüência de modos de produção, e da globalização. Os espaços objetos desta teorização são privados de sua unicidade, sua existência coetânea, pois “As multiplicidades do espacial foram apresentadas como meros estágios na fila do tempo.” (MASSEY, 2008, p. 111) e “(...) aqueles que ainda não estão integrados nessa única globalidade são descritos com atrasados, como ainda, temporariamente atrás.” (MASSEY, 2008, p. 120).

Apesar de partir de outra base teórica, Milton Santos (2002 e 2007) identificou um recorte espacial – o lugar – que seria a extensão do acontecer solidário “entendendo-se por solidariedade a obrigação de se viver junto” (ABREU, 1998, p. 82). Assim, ao qualificar o lugar como o lócus do coletivo, do intersubjetivo, Santos aborda dimensão do espaço aqui por nós ressaltada, o espaço como lócus da coetaneidade, do encontro de trajetórias. Atentamos para o fato da importância do conceito de lugar conferida na ocasião (SANTOS, 2002), pois apesar do livro tratar da ‘Natureza do Espaço’ e buscar

centralmente a definição desta categoria, suas considerações finais indicam na direção de propor uma análise do lugar no contexto da globalização.

1.2.4. A análise dos recortes espaciais definidores de sertão através da categoria região

Outra categoria tradicional da geografia que comumente é acionado para a compreensão da ideia de sertão é o de região. Afinal sertão, como caracterizamos, é uma delimitação de áreas com determinadas especificidades. Por sua vez, região, em primeiro lugar, como propriedade comum a todas suas definições, a partir das diferentes disciplinas e escolas teóricas que utilizam esta importante categoria, é a delimitação de certo espaço, o qual possui determinadas especificidades (CORRÊA, 1987). Rogério Haesbaert salienta que “(...) correspondendo aproximadamente ao que representa a periodização como questão central para os historiadores, a regionalização aparece como uma problemática central para os geógrafos.” (2010, p. 24).

Como resgatou Paulo César da Costa Gomes (2003) desde sua primeira utilização, no império romano, como *regione*, a palavra representava áreas as quais, ainda que dispusessem de uma administração local, estavam subordinadas às regras gerais e hegemônicas de Roma. Daqui extraímos a segunda característica fundamental dessa categoria: tratar a relação entre a centralização e a diversidade espacial (ambiental, cultural, econômica e política). Relação esta que sempre estará presente na definição do recorte que define cada região. Além dessa relação, Haesbaert aponta que a abordagem regional pode trabalhar com a:

(...) relação entre a parte e o todo, o particular e o geral, o singular e o universal, o idiográfico e o nomotético ou, em outros termos, num enfoque mais empírico, entre o central e o periférico, o moderno-cosmopolita e o tradicional-provinciano, o global e o local... (HAESBAERT, 2010, p. 9).

Algumas destas características aproximam bastante a categoria às discussões sobre sertão, pois este é uma região dentro do Estado brasileiro, portanto submetida a este poder central. Sertão também instaura essa alteridade acima descrita em diferentes aspectos. Em algumas interpretações da formação nacional o discurso sobre a região-sertão adquire central importância. O já citado artigo de Janaína Amado (1995) trata do sertão como a mais relevante categoria espacial do Brasil. Relacionando a afirmação da nação com os processos de regionalização, a autora afirma que o sertão não só representa uma regionalização, como conforma uma região, a maior do território nacional. Os limites dessa região seriam dados em um extremo, pelo alcance da colonização, e em outro, pela dominação virtual colonial (uma posse pretendida).

Pierre Bourdieu, também problematizou a categoria região, partindo do ‘poder simbólico’ – que produz a existência daquilo que enuncia. Debatendo a oposição entre representação da realidade e a realidade da representação, afirma que a fronteira “(...) produz a diferença cultural do mesmo modo que é produção desta” (BOURDIEU, 1989a, p. 115). Região estaria, assim, ligada diretamente ao princípio da *di-visão*, pois “(...) introduz por decreto uma descontinuidade decisória na continuidade natural (...) ao impor a definição (...) legítima, conhecida e reconhecida, das fronteiras e do território, em suma, o princípio de *di-visão* legítima do mundo social” (BOURDIEU, 1989a, p. 113-114). Assim o estudo regional deveria necessariamente tratar das lutas pelo poder de impor estas divisões – pelo poder de regionalizar.

Portanto, não devemos naturalizar estes recortes regionais e sim questionar suas definições e pressupostos. As regionalizações têm uma propensão em provocar a naturalização de escalas para a análise de processos sociais. Assim concordamos com a constatação de Massey (2008) de que na modernidade a compreensão hegemônica do espaço e de sua relação com a sociedade é de uma relação isomórfica entre espaço e lugar e também entre sociedade e cultura. Neste sentido:

Foi através dessa imaginação do espaço como (necessariamente por sua própria natureza) regionalizado/dividido, que o projeto (na verdade particular e altamente político) de generalização, através do globo, da forma Estado-Nação, poderia ser legitimado como progresso, como ‘natural’. (MASSEY, 2008, p. 102).

Por exemplo, foram naturalizadas as relações de isomorfismo, respectivamente, entre comunidades e localidades, culturas e regiões, e nações e Estados. Portanto escalas geográficas foram naturalizadas para a análise de grupos sociais específicos, a partir de interesses determinados. Logo, muitas das questões regionais são similares às questões levantadas para a análise de *sertão* e por isso devemos abordá-las.

1.2.5. Sertão e territorialização

Outra categoria central da geografia que nos será de grande valia neste trabalho é a de território. Aqui utilizaremos *territorialização*, para tratar dos processos de apropriação/desapropriação de territórios promovidos principalmente através dos ideais modernizantes e desenvolvimentistas. Aqui ressaltamos que apesar do uso hegemônico deste conceito na bibliografia ser para representar processos que operam no sentido governo → sociedade, entendemos que falar em territorialização não garante necessariamente a discriminação da origem do poder que comanda este processo. Todavia neste trabalho primordialmente estaremos nos referindo às ações estatais (isto justifica-se

também pelos tipos de fontes selecionadas: trabalhos acadêmicos e produções institucionais). Conseqüentemente, a perspectiva trazida pela categoria território, do poder sobre o espaço, tem grande centralidade no estudo sobre o sertão. Como vimos, a própria definição do que é sertão passa por pretensões de controle sobre determinados territórios.

Partimos da definição abrangente de território, em seus aspectos de forma material, de campo de relações de poder, e ao mesmo tempo de dimensão simbólica. Portanto território compreendido, de acordo com Souza (2003), como um lócus de relações de poder, e também como um meio de identificação e de reformulação de sentidos e valores. Tal como proposto por Sack a “(...) territorialidade (...) é uma poderosa estratégia geográfica para controlar pessoas e coisas através do controle da área (...). Territorialidade é a expressão geográfica primária do poder social.” (SACK, 1986, p. 5).

Em cumprimento aos nossos objetivos estudaremos processos de territorialização conduzidos primordialmente pelo Estado e durante o período de 1939-1964. Conseqüentemente buscaremos identificar e analisar as relações de poder envolvidas em territorializações específicas. Nos será de grande valia a utilização do conceito de política territorial, como “(...) toda e qualquer atividade estatal que, implique, simultaneamente, uma dada concepção do espaço nacional, uma estratégia de intervenção ao nível da estrutura nacional e, por fim, mecanismos concretos que sejam capazes de viabilizar essas políticas” (COSTA, 1997, p. 13). Como introduzimos na justificativa deste projeto, o período selecionado caracteriza-se, no Brasil, pela profusão de políticas territoriais de largo alcance e intensidade pelo território nacional. Boa parte dessas políticas se concentrava na atuação sobre espaços particulares, definidos como sertões.

1.3. Os sertões em meados do século XX

Nosso recorte espacial apresenta-se de maneira multiescalar. Primeiramente a definição de trabalhar processos territoriais gestados pelo Estado brasileiro, sempre relacionados às construções e reproduções de teorias científicas dentro do território nacional, contudo lembrando as relações globais também envolvidas. Por outro lado, nossa escolha de focar na ideia de *sertão* como uma representação geográfica nos abre um imenso leque de regiões e lugares que assim foram caracterizados. Definimos nos limitar aos sertões nordestinos.

Conseqüentemente a definição espaço-temporal destes recortes de análise (os sertões) deve ser feita sem grande rigidez, uma vez que os processos objetos nem sempre serão sincrônicos. Buscaremos exatamente analisar e descrever estas dinâmicas nas quais determinados espaços são qualificados como sertão em um momento, e em outro, não mais. Assim, para cada unidade de análise foram definidos específicos recortes temporais e espaciais, que melhor abarquem essa dinâmica.

As escalas geográficas de análise são definidas conforme a pesquisa identifique os espaços sertanejos nordestinos. Estes serão apresentados e terão suas dimensões problematizadas. Não esquecendo de que o discurso criador desses espaços sertanejos em sua grande parte é gestado e proclamado externamente. E, portanto devemos também estudar personagens e instituições que não viveram ou localizam-se em locais-sertões, para rastrear seus discursos e a origem de suas ações.

1.3.1. A Modernização desenvolvimentista e suas significâncias espaciais

O processo de modernização desenvolvimentista será aqui considerado um eixo condutor para a definição dos recortes temporais da pesquisa. Através de sua análise verificaremos as mudanças e permanências das definições (teóricas e territoriais) de sertão.

Por conseguinte devemos nos munir de instrumentos teóricos que tratem do assunto. A teoria política e econômica predominante à época era a do desenvolvimento, da modernização. Um dos seus principais teóricos foi Walt W. Rostow, com o livro *The Stages of Economic Growth: A non-communist manifesto* publicado pela Universidade de Cambridge em 1960. Em suas linhas gerais, defendia que o mundo desenvolver-se-ia linearmente, superando cinco etapas: 1ª) agricultura de subsistência; 2ª) transição, com as condições preliminares para 'decolar'; 3ª) surgimento das indústrias; 4ª) segunda revolução industrial; 5ª) economia de serviços (ROSTOW, 1974). Neste sentido ressaltamos a característica evolucionista da teoria, sua concepção de tratar diferentes

espaços a partir de uma única narrativa, e o caráter de fechamento das possibilidades futuras.

Abreu (1998) no artigo “Sobre a memória das cidades”, aborda a relação entre projeto modernizador e a valorização ou desvalorização do passado, apresentando dois exemplos que apontam em sentidos diferentes: na Europa, “o passado sempre fez parte do cotidiano de diversas sociedades contemporâneas” (ABREU, 1998, p. 80); entretanto, no Brasil, o passado era rejeitado, visto como ‘vergonha’ e por isso dever-se-ia tentar aboli-lo, para melhor supera-lo. A relação com o passado instaurada no Brasil pela proposta modernizadora foi de identificá-lo com o atraso, e com a tradição conservadora. Em contraponto, o moderno significaria o novo, o progresso e o desenvolvimento.

Todavia, essas valorizações diferenciadas do passado/presente/futuro não variam apenas em relação ao local de aplicação (Europa e Brasil, por exemplo), mas também ao longo do tempo. Como prossegue Abreu (ABREU, 1998, p. 81), “a situação hoje é diferente” e isso reflete um processo mundial, com “(...) a emergência de uma nova relação identitária entre os homens e as mulheres no final do século XX e os conjuntos espaciais que lhe dão ancoragem no planeta, sejam eles os estados-nações, as regiões ou os lugares” (ABREU, 1998, p. 77). A partir destes exemplos, o autor demonstra que não podemos naturalizar os recortes temporais e as relações entre eles e recortes espaciais, pois estes dois são manipuláveis teoricamente e ideologicamente.

Outra característica importante para nossos objetivos é a localização geográfica de origem da teoria, justamente o espaço classificado como mais avançado, numa etapa a qual todos os outros espaços devem alcançar. Walter Mignolo apresenta essa construção:

Pues bien, este panorama que giró en torno al control epistemológico de Europa hasta 1945, se adaptó a las nuevas circunstancias imperiales a partir de 1945 cuando el mundo se dividió en Primero, Segundo y Tercero (...) y se inventó una tercera configuración disciplinaria que complementó a la antropología y que desplazó (en cuanto hegemonía académica) al estudio de las civilizaciones (aunque no necesariamente su dimensión ideológica, el "orientalismo"): estos nuevos invitados fueron los estudios de área (Berger 1996). En esa distribución, el lugar de la producción de conocimiento se desplazó de Europa a Estados Unidos, en forma paralela al desplazamiento del poder económico y político. Las "áreas" (a diferencia de las "civilizaciones" y del "mundo primitivo,") se definieron particularmente para el Tercer Mundo, como "áreas no-desarrolladas," "en vías de desarrollo," o "subdesarrolladas". (...) Los estudios de áreas configuraron la dimensión epistemológica equivalente a la tárea de los misioneros, por un lado, y a la creación de la antropología en el siglo XIX, por el otro. (MIGNOLO, 1998)

Assim como Mignolo demonstra a conexão entre espaços geográficos e localizações epistemológicas a partir da modernidade, utilizando a unidade de escala dos Estados Nacionais, trataremos neste trabalho dessa questão, a partir também de unidades internas ao Estado brasileiro, como os sertões e os lugares nos quais este conhecimento (a delimitação dos sertões) era produzido, reproduzido e

legitimado. Neste sentido propomos pesquisar as relações entre redes científicas e políticas territoriais, as quais se utilizem da ideia de sertão. Como apontou Janaína Amado o sertão no Brasil continha a virtualidade da inversão: “Inferno ou paraíso, tudo dependeria do lugar de quem falava.” (AMADO, 1995, p. 150).

No Brasil as teorias sociais se relacionavam profundamente com a discussão sobre fronteira, na época tema de grande repercussão científica. Por exemplo, o trabalho de Leo Waibel, serviu de influência para o desenvolvimento de teorias sobre a fronteira na antropologia (Otávio Velho, Roberto Cardoso de Oliveira e Darcy Ribeiro) e sociologia (José de Souza Martins).

Salientamos que nem sempre as unidades de análise definidas para nossa pesquisa estarão referidas na bibliografia estudada como ‘sertões’. Justamente nosso trabalho consistirá em identificar tais espaços com as definições apresentadas sobre o que é ‘sertão’, e explicar porque este nome foi usado, ou não (em diferentes momentos), para qualificar essas áreas. Nesse sentido trabalharemos com conceitos que imaginamos ter grande correlação com as definições de sertão, principalmente em meados do século XX. Entre eles estão os conceitos de fronteira, zona de expansão, frente de expansão, frente pioneira, espaços vazios, fundo territorial, colonização, incorporação, integração.

A situação na época do país frente à economia mundial favorecia estas ações coloniais em espaços ainda não territorializados por práticas capitalistas. Segundo Celso Furtado o Brasil era considerado como estando então numa etapa intermediária “Se se admite a renda per capita como indicador principal do grau de desenvolvimento, o Brasil deve ser classificado como um típico país subdesenvolvido.” (FURTADO, 1964, p. 94). Entretanto, no contexto mundial, situava-se “(...) numa posição intermediária ou, pelo menos, na camada mais alta do grupo de países subdesenvolvidos.” (FURTADO, 1964, p. 94). Isso se devia, segundo as interpretações da época, a grande massa demográfica, que somada ao nível de renda per capita mercado interno, permitiriam um desenvolvimento industrial autônomo. O processo teria começado com a Revolução de 1930:

A ruptura com o mundo agrário e colonial, em 1930, foi realizada por meio de um processo revolucionário que produziu a reintegração das classes sociais, em termos de relações de poder, a criação de partidos nacionais, a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, a sistematização da legislação trabalhista, a inauguração de sistemas universitários, a democratização de certas esferas da sociedade, a reforma do aparelho estatal e muitas outras alterações. (IANNI, 1965, p. 46)

A conjuntura mundial era favorável, principalmente após a segunda guerra, pois:

A América agia como banqueiro do mundo em troca de uma abertura dos mercados de capital e

de mercadorias ao poder das grandes corporações. Sob essa proteção, o fordismo se disseminou desigualmente, à medida que cada Estado procurava seu próprio modo de administração das relações de trabalho, da política monetária e fiscal, das estratégias de bem-estar e investimento público, limitados internamente apenas pela situação das relações de classe e, externamente, somente pela sua posição hierárquica na economia mundial e pela taxa de câmbio fixada com base no dólar. (HARVEY, 2006, p. 131-132).

Essa internalização do modelo fordista alcançava variadas dimensões da sociedade: “(...) a adequação do sistema institucional às condições de formação e desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil, envolve a penetração do modo capitalista de organização social, sucessivamente, em todos os setores da produção e em todas as esferas da vida.” (IANNI, 1965, p. 29). Pretendemos, assim, pesquisar como esta modernização mundial atuou, através do desenvolvimentismo no Brasil e mais especificamente nos sertões, relacionando-a com o pensamento geográfico e com as ideias sobre sertão do período.

Ressaltamos primeiramente a importância científica e política de geógrafos (em sua maioria, mas também de áreas relacionadas), que trabalharam com a temática da modernização e desenvolvimento no período, realizando leituras e reflexões sobre os sertões. Outro ponto é a centralidade, no período selecionado, das políticas territoriais no Brasil, principalmente das voltadas aos sertões. Enumeramos na **Figura 2** esses cientistas, obras, atos e políticas territoriais.

CIENTISTAS	
Pernambuco	Gilberto Freyre, Josué de Castro, Mario Mello, Manoel Correa de Andrade, Barbosa Lima Sobrinho, Estevão Pinto, Gilberto Osório de Andrade, Celso Furtado ⁴
São Paulo	Pierre Monbeing, Maria da C. Carvalho, Aziz Ab' Saber, Aroldo de Azevedo, Caio Prado Jr.
Rio de Janeiro, na UDF / UB / UFRJ	Pierre Deffontaines (1936-1938), Carlos Delgado de Carvalho (1935-1943; 1945-), Fernando Antônio Raja Gabaglia, André Gilbert (1939), Francis Ruellan (1941-1956), Hilgard Stenberg e Josué de Castro (Antropologia, 1935- 1938; Geografia, 1940-1964);
Rio de Janeiro no IBGE e CNG	Orlando Valverde ⁵ (1938-1982), Leo Waibel (1946-1950), Clarence Jones (1948), Preston James (1949), Pedro Geiger (1942-1984), Fábio de Macedo Soares (engenheiro, pós-graduado em geografia nos EUA, entre 1945-1946, e formado pela Escola Superior da Guerra em 1950. No IBGE desde sua fundação até 1968. Professor da PUC/RJ de 1943 a 1979), José Carlos de Macedo Soares (presidente do IBGE entre 1936-1951), Cristóvão Leite de Castro (Secretário Geral do CNG, entre 1937-1950), José Veríssimo da Costa Pereira (1940-1955 no IBGE, foi

⁴ Foi diretor da Divisão de Desenvolvimento da CEPAL (1949-1957); criador da SUDENE e diretor do BNDE durante o governo Juscelino; e no governo Jango, Ministro do Planejamento e Superintendente da SUDENE.

⁵ Possui também vários trabalhos sobre o Nordeste brasileiro, tais como: “O Sertão e as serras – o centro-norte do Ceará; Estudo geográfico para a localização de uma missão rural” (1952), “Relatório técnico da excursão ao Rio Grande do Norte” (1953), “A Geografia Agrícola e seu interesse para os trabalhos da CNER” (1954), “Reconhecimento geográfico no município de Pompéu-M.G.” (1955) e “O uso da terra no leste da Paraíba” (1955).

	também professor da Universidade do Brasil e da Faculdade Fluminense de Filosofia), Lúcio de Castro (de 1940 até sua aposentadoria nos anos 1970), Lindalvo Bezerra, Nilo Bernardes (1944-1987 no IBGE, além de professor titular do Colégio e da Faculdade Pedro II e da PUC/RJ), Lysia Maria Bernardes (no IBGE entre 1944-1975, e na UFRJ entre 1959-1977. Diretora do Ministério do Planejamento e do Interior, e no governo do Estado do Rio de Janeiro, Speridião Faissol (1941-1986), Walter Egler (1943-1952), Jorge Zarur (1939-1957 no IBGE, lecionou no Colégio Pedro II, Universidade Católica e Universidade do Brasil), Miguel Alves de Lima (1939-1982), Antônio Teixeira Guerra (1945-1965 no IBGE, também foi professor na UERJ e UFF), Roberto Lobato Corrêa (1959-1993, também professor na UFRJ).
Obras emblemáticas (além das executadas pelos já citados)	
A Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, publicada pelo IBGE partir de 1957 ⁶ ; Os três tomos de O homem no Vale do São Francisco, somente publicados em 1972, mas originados de um projeto binacional firmado entre a Escola de Sociologia e Política de São Paulo e o Instituto de Antropologia Social da Smithsonian Institution, na capital estadunidense. Este compôs-se de uma viagem do autor, o sociólogo Donald Pierson ⁷ e outros dois colegas seus, ocorrida em 1950 e de posteriores reflexões e pesquisas produzidas até 1959; O grande estudo liderado pelos estadunidenses Charles Wagley e Marvin Harris Minorities in the new world - Six case studies, de 1958, no qual Darcy Ribeiro teve participação na parte relativa ao Brasil. Outro estudo empreendido e financiado por universidades dos EUA foi a viagem do antropólogo William Hohenthal ⁸ .	
Centralidade das questões territoriais e desenvolvimentistas no Brasil da época	
A Marcha para o Oeste, iniciada por Vargas ainda no Estado Novo ⁹ ; a criação da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) em 1945 (em 1954 entrou em operação a Usina de Paulo Afonso I, e em 1961 foi criada a Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás); do lançamento de várias campanhas entre 1947 e final dos anos de 1950 visando à extensão do ensino em áreas rurais e mais pobres: Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) e, posteriormente, Mobilização Nacional de Erradicação do Analfabetismo (MNEA), e o Sistema Rádio Educativo Nacional (SIRENA); da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) em 1948; da Comissão Nacional de Política Agrária (CNPAA) em 1952; do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) em 1952; do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) em 1953; do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC, em 1955 foi criado o Serviço Social Rural, SSR, autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura, e em 1962 a Superintendência de Política Agrária, SUPRA, absorvendo as atribuições do INIC e do SSR) e da Petróleo Brasileiro (Petrobras) em 1954; da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959; além da construção de Brasília, das grandes obras de integração rodoviárias, e das políticas de colonização e desenvolvimento agrário.	

Figura 2: Quadro Justificativas da Pesquisa. Fonte: Compilado pelo autor.

1.3.2. O Recorte temporal: 1939-1964

Esse recorte temporal foi definido a partir de dois elementos. O primeiro de que 1939 é o ano inicial da RBG. O segundo é o de que este período (levando-se em consideração o primeiro elemento aqui mencionado) pode ser justificado tanto nacionalmente quanto em relação ao momento social,

⁶ “Durante o período de Juscelino Kubitschek e com o IBGE sob a direção de Jurandir Pires Ferreira, Faissol assume o cargo de Secretário Geral do Conselho Nacional de Geografia. Sob sua direção e auxiliado por Antônio Teixeira Guerra na chefia da Divisão de Geografia foi editada a coleção da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, além do Atlas Nacional do Brasil” (ALMEIDA, 2000, p. 174).

⁷ Sobre a influência de Pierson na geografia paulista: “Tínhamos uma vantagem em terrenos de épocas culturais dos anos 40 em São Paulo: recebemos os ensinamentos de Monbeig sobre as abordagens geográficas para estudar uma cidade e podíamos incorporar a elas os princípios e fundamentos criados pelos sociólogos da Escola de Chicago, introduzidos em boa hora por Donald Pearson em suas aulas e livros na Escola de Sociologia e Política.” (AB¹ SABER, 1994).

⁸ “(...) sob os auspícios da *Social Science Research Council*, de Washington DC, e como representante da Universidade da Califórnia, o autor levou a cabo um levantamento etnográfico em certos Estados cortados pelo rio São Francisco: Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. A maior parte das pesquisas de campo foi feita no sertão pernambucano, onde ainda existem certas tribos indígenas sobreviventes, das quais algumas guardam um número surpreendente de tradições aborígenes.” (HOHENTHAL, 1960, p. 56)

⁹ Esta campanha, lançada entre 1937 e 1938 “(...) comportou orientações bastante nítidas a favor do avanço da conquista territorial. Mais significativo ainda, sua propositura passou a povoar o imaginário e as ações de amplos setores governamentais que a entenderam como uma possibilidade concreta de integração espacial do país via uma política de colonização orientada pelo Estado. A repercussão de suas propostas, em associação direta com as questões da expansão das vias de circulação e da estruturação do mercado interno pretendidas nessa época, foi decerto muito forte entre os geógrafos que nasceram ao desfaldar do regime e cumpriram um papel proeminente na orientação de suas pesquisas geográficas.” (ADAS, 2007, p. 39).

político e econômico do mundo. No Brasil temos este período consolidado na historiografia a partir de dois demarcadores fundamentais: o Estado Novo e o golpe civil-militar que deu início a ditadura que se estenderia por mais de vinte anos.

Na escala mundial o fim da Segunda Guerra e a consolidação dos EUA como grande potência imperial, promovendo seus interesses numa escala global. A Europa não era mais um competidor que ameaçasse, pois estava completamente voltada para sua recuperação após ser o maior palco da guerra. Esse novo equilíbrio geopolítico mundial favoreceu também o surgimento e fortalecimento de teorias científicas que acompanhassem essas mudanças. Nesse período os EUA se firmaram como grande locus de construção do pensamento científico, o qual passa a ser difundido em todas as regiões de influência da nova superpotência (HARVEY, 2006, p. 125-133).

A grande questão sócio-político-econômica era a modernização do mundo, a qual também era representada em termos temporais aplicados à dimensão espacial: os EUA como espaço moderno e o resto do mundo como espaços atrasados, nos quais forças deveriam atuar para acelerar a modernização. Além do poderio político e econômico dos EUA no patrocínio das novas teorias científicas, as novas instituições globais, como a ONU (criada em 1945), o Banco Mundial e o FMI (ambos gestados nas conferências de Bretton Woods¹⁰, em 1944, e instalados em 1945), financiam e incentivam pesquisas com estes interesses.

Neste contexto de revoluções científicas, identificamos que na geografia do Brasil a escola francesa era predominante, tanto na geografia acadêmica quanto nas agências de Estado (ALMEIDA, 2000; MONTEIRO, 1980; PEREIRA, 1955; ANDRADE, 1999). Como relata Almeida, a maioria dos geógrafos do IBGE, entre 1938 e 1968 confirmaram em depoimentos essa hegemonia, vinculada a presença de importantes geógrafos franceses, e a participação de cursos de aperfeiçoamento na França, a partir de 1947 (ALMEIDA, 2000, p. 144). Entretanto,

Essa tendência só não se tornou totalmente francesa, passando a sofrer também uma influência da escola americana e, indiretamente, da alemã, por conta dos caprichos da Segunda Guerra que inviabilizou a ida de Geógrafos brasileiros entre 1938 e 1947 para Europa, e pelos esforços dos americanos em garantir também um esquema de aperfeiçoamento profissional aos geógrafos do IBGE, (...) como parte de uma campanha de aproximação do governo americano, objetivando o afastamento do governo Vargas da esfera de influência do Nazismo. Agências de Inteligência americanas como o Office of Strategic Service (OSS), e o Army Map Service (AMS) empregaram

¹⁰ “Tudo isso se abrigava sob o guarda-chuva hegemônico do poder econômico e financeiro dos Estados Unidos, baseado no domínio militar. O acordo de Bretton Woods, de 1944, transformava o dólar na moeda-reserva mundial e vinculou com firmeza o desenvolvimento econômico do mundo à política fiscal e monetária norte-americana.” (HARVEY, 2006, p. 131-132)

muitos geógrafos durante a Segunda Guerra como Cotton Mather, Clarence F. Jones, Preston James e Richard Hartshorne (Barton e Karan, 1992:56). (ALMEIDA, 2000, p. 144-145)

O primeiro responsável pela conexão com os EUA foi o funcionário do IBGE Jorge Zarur, convidado pelo governo estadunidense a se especializar e posteriormente a fazer o mestrado em Winsconsin e Chicago, travando “(...) contato com a escola americana de Geografia voltada para o planejamento espacial do *New Deal* de Franklin Roosevelt, da qual o planejamento do Vale do Tennessee foi um dos principais projetos” (ALMEIDA, 2000, p. 144-145). No seu retorno ao Brasil, em 1945, Zarur trouxe cinco novos convites para geógrafos do IBGE para cursos nas universidades de Winsconsin, Northwestern e Chicago. Desta maneira, Fábio de Macedo Soares (à época chefe da divisão de estudos de geografia do IBGE), Orlando Valverde, José Veríssimo da Costa Pereira, Lúcio de Castro e Lindalvo Bezerra, também realizam estudos nos EUA¹¹ (ALMEIDA, 2000; ADAS, 2007).

Outro marco dessas relações é a vinda de Leo Waibel, a convite de Fábio de Macedo Soares e Orlando Valverde, os quais foram seus alunos em Winsconsin (ALMEIDA, 2000; ADAS, 2007; PEREIRA, 1955, p. 442-443). Segundo relato do próprio Valverde, os dois assistiram o:

(...) curso de leituras de Geografia Tropical e tínhamos só nós dois (...) com Waibel... um dos maiores geógrafos deste século... porque Waibel foi discípulo da maior plêiade de geógrafos da primeira metade deste século e do fim do século passado... além disso ele tinha uma experiência de sete anos de pesquisa de campo na África e cinco na América Central... era um pesquisador excepcional... então nós obtivemos convite do Leite de Castro para que ele viesse para o Brasil e ele aqui ficou de 1946, do fim de 46, até 1950, quase cinco anos... (ADAS, 2007, p. 62).

Através de Leo Waibel, geógrafo alemão exilado nos EUA desde 1939, as influências da geografia germânica chegaram no Brasil. As principais fontes do pensamento de Waibel foram Alfred Hettner, Carl Ritter e Von Thünen (ADAS, 2007 e ALMEIDA, 2000). Dos dois primeiros herdou a abordagem corológica e a perspectiva naturalista da formação da paisagem, ao que se somaram a Teoria da Localização Agrícola de Von Thünen (ALVES e FERREIRA, 2011a). O geógrafo do IBGE Walter Egler traduziu do alemão para o português o primeiro capítulo do livro de Waibel, de 1933, *Problemas da Geografia Agrária*, aqui publicado pelo IBGE como parte do importante livro *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*, de 1958. Neste, Waibel desenvolveu uma metodologia de análise e classificação das diferentes paisagens agrárias, através dos dados estatísticos, ecológicos e fisionômicos (WAIBEL, 1958, p. 29-35). O outro texto clássico de Waibel publicado no Brasil, também pelo IBGE, na RBG em

¹¹ Almeida ainda destaca as relações institucionais EUA-Brasil travadas pelo “(...) *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (...), que tinham como objetivo a ampliação das relações culturais entre os Estados Unidos e o Brasil, na ocasião representado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão da estrutura do Estado Novo.” (ALMEIDA, 2000, p. 145).

1955, foi *As zonas pioneiras do Brasil*. Neste Waibel (1955) aborda historicamente as zonas pioneiras criadas pela expansão da agricultura no território brasileiro desde o século XVIII. A partir de seu método, que conferia central importância ao trabalho de campo, de coleta e sistematização de dados apoiados em leituras sistemáticas e aprofundamento teórico, objetivando a generalização, o geógrafo alemão também fez comparações entre o processo de expansão da agricultura e das zonas pioneiras ocorridos no Brasil e nos EUA (WAIBEL, 1955). Apesar de sua filiação institucional, Waibel eventualmente não se furtou de tecer fortes críticas às políticas do governo de Vargas, como no artigo acima citado, em relação à campanha da Marcha para o Oeste.

Desta maneira devemos também pesquisar relações entre estas instituições e suas ideologias e suas filiações teóricas com determinados processos de territorialização que se projetavam no país. O IBGE, por exemplo, esteve desde a sua fundação e até 1967 vinculado diretamente à Presidência da República (ALMEIDA, 2000, p. 174).

Após o fim da Segunda Guerra a geografia francesa retoma progressivamente sua hegemonia através da liderança de Francis Ruellan que organiza junto com o IBGE novas idas de geógrafos brasileiros para universidades francesas, a partir de 1947 (ALMEIDA, 2000; LIMA, 2003). O geógrafo francês, especialista em geomorfologia, foi professor da Universidade do Brasil entre 1940 e 1956 e assistente técnico do CNG. Neste sentido,

Proporcionou a aproximação dos estudantes de geografia da Faculdade de Filosofia (...) com o Conselho Nacional, criando espaços para as carreiras de geógrafos. Organizou trabalhos de campo (...). Esse levantamento empírico (do Paraná a Roraima), foi fundamental para o desenvolvimento profissional do grupo de geógrafos do Rio de Janeiro e para construção do pensamento sobre o Brasil em termos de grandes conjuntos geográficos, o que sem dúvida era essencial para um país muito extenso e pouco conhecido geograficamente. (MACHADO, 2000b)

Em 1956, já no início do período da presidência de Juscelino Kubitschek¹², aconteceu no Rio de Janeiro o XVIII Congresso Internacional de Geografia promovido pela União Geográfica Internacional (UGI), o primeiro realizado no hemisfério sul e considerado um marco para a ciência geográfica brasileira. O governo de Juscelino é lembrado vastamente pelo seu desenvolvimentismo, tendo na construção de Brasília seu maior símbolo. Seu plano de metas e a abertura para os capitais externos financiaram e possibilitaram pesados investimentos em infraestrutura e indústrias de base,

¹² Antes deste o Brasil teve como presidentes: o General Eurico Dutra (1946-1951) do PSD, período caracterizado por Paul Singer (1965, 86-90) como o governo da burguesia industrial brasileira; novamente Getúlio Vargas, de 1951 até sua morte, em agosto de 1954 quando assumiu Café Filho, que "(...) reproduziu formalmente o esquema de forças que compunham o governo Dutra, com maior predomínio da UDN." (SINGER, 1965, p. 86-103).

entretanto significaram certa desnacionalização da grande burguesia brasileira e o temerário descontrole da inflação (SINGER, 1965, p. 103-108). O XVIII Congresso da UGI teve como grande patrocinador o governo federal, através da Marinha, do Ministério das Relações Exteriores (EVANGELISTA, 2004). A ocasião serviu para aproximar os geógrafos brasileiros dos principais geógrafos da época, com destaque para a organização do Curso de Altos Estudos¹³, após o Congresso.

O Congresso de 1956 teve também grandes repercussões no Nordeste. Na Bahia, após o primeiro contato entre Milton Santos e Jean Tricart (Universidade de Strasbourg), o geógrafo brasileiro segue para cursar o doutorado na França com o segundo (junto com mais três geógrafos baianos). Em 1959, um ano depois de seu retorno, criou, com apoios do reitor e de Tricart, o Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais da Universidade da Bahia. O Congresso também promoveu algumas excursões, das quais uma foi para o Nordeste, sob a direção de Mário de Melo, com o apoio de Aziz Ab'Saber e Dárdaro de Andrade Lima, tendo a participação de 16 congressistas, de 11 países (EVANGELISTA, 2004).

Após breve governo de Jânio Quadros (1961), assumiu a presidência João Goulart, prometendo e preconizando as chamadas reformas de base, como a agrária, a educacional, a eleitoral, a fiscal, a bancária e a urbana. Durante seu governo o processo inflacionário não é controlado (SINGER, 1965, p. 111-116), o que somado a intensas campanhas oposicionistas e a uma radicalização ideológica provocam grandes instabilidade política. Por fim, 1964 demarcou o encerramento destes debates públicos, nos moldes em que se apresentavam. O golpe civil-militar instaurou um regime no qual determinadas questões (como as diferentes formas de desenvolvimento para o país e a problemática territorial) não poderiam ser discutidas. Entre elas uma grande parte dos principais objetos de pesquisa nas ciências sociais. A ditadura militar atravancou o pensamento no qual se acreditava e apostava no desenvolvimentismo nacional promovido pelas burguesias industriais nacionais, representando, ao invés disso, a imposição da geopolítica americana, de forma intervencionista direta ou indiretamente em grandes áreas do mundo.

¹³ O curso foi ministrado pelos professores Carl Troll (da Universidade de Bonn, sobre "Biogeografia da América Latina"), Irwin Raisz (sobre Cartografia), Orlando Ribeiro (da Universidade de Lisboa, "Geografia da Expansão Portuguesa no Mundo"), e pelos franceses da Universidade de Paris, Pierre Deffontaine ("Geografia da Pecuária na América do Sul"), André Cailleux ("Sedimentologia"), Pierre Birot ("Geomorfologia do Cristalino") e Pierre Monbeig ("Geografia Agrária do Mundo Tropical"), para quarenta professores universitários brasileiros (EVANGELISTA, 2004).

2. Os Sertões Nordestinos como unidade de análise geográfica

Neste capítulo apresentaremos o desenvolvimento da pesquisa. Objetivamos analisar e descrever historicamente a representação espacial sertão e sua relação com a região do Nordeste brasileiro em meados do século XX. Atentamos para o papel da geografia em criar, reforçar e desconstruir a representação espacial sertão em diferentes espaços nordestinos. Trabalhamos buscando essa representação nos textos da Revista Brasileira de Geografia referentes, de algum modo, ao Nordeste. Especificamente almejamos responder se existe no período a caracterização do espaço estudado como sertão e se existe no período relação entre a ideia de sertão e a caracterização deste espaço. Por fim, também observamos com especial atenção as territorializações nas quais a representação espacial sertão foi utilizada.

O que define a região dos sertões nordestinos? Características ambientais estruturadas em torno do determinante elemento climático da aridez? Ou um desenrolar histórico, dinâmico, criado e acionado por poderosas narrativas, que em muitos casos foram profundamente incutidas em seus habitantes criando uma identidade regional bastante estabelecida e conhecida país afora?

Em meados do século XX essas eram questões bastante comuns. A geografia, estabelecida como importante disciplina no campo científico, acadêmico e do poder de Estado, avançava em suas teorias e métodos. Esse avanço ocorria em diversas direções e sentidos. Destacamos o aprofundamento de questões específicas que foram criando verdadeiras subdisciplinas, e também a crescente aceitação, como grande reação anti-determinista ambiental, do caráter social e histórico da geografia. Neste contexto situamos o debate que inicia esta seção. O campo geográfico abrigava as duas diferentes hipóteses acima levantadas e diferentes variações das duas.

Retomando a ideia formulada na introdução, de entendermos e analisarmos sertão como uma representação espacial, nos propomos a estudar as lentes pelas quais o sertão é experimentado em meados do século XX, mais especificamente entre 1939 e 1964. Limitamo-nos àquelas perspectivas que compunham a ciência geográfica do período e, portanto, não analisaremos poderosíssimas representações artísticas sobre o sertão. Outra ressalva que delimita nosso campo de pesquisa é a utilização da Revista Brasileira do IBGE como a grande fonte. Logo, estudamos como as lentes geográficas, que passaram de alguma maneira pelos 104 números da RBG fichados, experimentaram os sertões nordestinos.

Neste sentido definimos alguns temas recorrentes, identificados durante a pesquisa, os quais

comporão os capítulos 3 ao 8. Foram 9 recortes delimitados, sendo cinco deles (capítulos 3 ao 7) com destacada quantidade de informações relevantes à pesquisa, e outros quatro que somente contribuíram em pontos específicos (agrupados no capítulo 8).

O próximo subcapítulo (2.1) consiste numa introdução aos temas selecionados, apresentando uma questão que lhes transpassa: a regionalização brasileira, e mais especificamente, a definição do Nordeste, e suas relações com o sertão. Em seguida (capítulo 3) apresentamos nossa análise sobre os 'Os Sertões da Seca', a mais cristalizada representação espacial sertaneja do Brasil. A partir desta objetivamos ordenar as seções cronologicamente, porém sem muito rigor, pois os temas não são estanques e limitados a curtos períodos.

Por conseguinte, no capítulo 4 narramos os sertões nordestinos vistos através de um tipo particular de pesquisa geográfica bastante ativo no período inicial da pesquisa, as expedições científicas, 'Expedições do CNG/IBGE ao Oeste Baiano'. Já no capítulo 5 foi abordado a 'Geografia dos Transportes', no que tange aos sertões nordestinos. No capítulo 6 o foco foram os textos da RBG que versaram sobre os importantes projetos de planejamento regional e desenvolvimento do período, com grande destaque para a região do vale do São Francisco: 'Planejamento Regional e Desenvolvimento'.

No capítulo 7 analisamos textos da RBG relacionados ao amplo campo da 'Geografia Agrária e Econômica'. Em seguida, no capítulo 8 apresentamos 'Outras lentes geográficas' que focalizaram os sertões nordestinos, todavia em menor magnitude do que as precedentes. Na seção 8.1 abordamos os textos da RBG que citaram a emigração nordestina, com grande destaque para o tema dos 'Sertanejos Nordestinos na Amazônia'. Na seção seguinte, 8.2, o foco são os 'Estudos demográficos', tradicional subdisciplina geográfica no período. Na seção 8.3, foram analisados os textos relacionados ao 'novo' campo da 'Geografia Urbana', e, por fim, na 8.4 apresentamos somente um levantamento sobre a notável seção da RBG 'Tipos e Aspectos do Sertão Nordestino', enumerando aqueles itens que trouxeram elementos sobre os sertões nordestinos, ou sobre o Nordeste.

Apesar de definirmos os sertões nordestinos como nosso recorte espacial, entendemos primordialmente que mesmo a construção dessas representações e recortes espaciais ultrapassam o próprio espaço delimitado e, por conseguinte nos levarão a outras escalas de análise. Seguimos, assim, a proposta de "(...) considerar a dualidade implícita no objeto de trabalho do geógrafo: o fenômeno e o recorte espacial ao qual ele dá sentido" (CASTRO, 2003, p. 138-139). Atentamos

também ao alerta de Marcelo Lopes de Souza em não se pensar cientificamente o desenvolvimento a partir de perspectivas reducionistas, monodimensionais, monoescalares, negligentes com o papel do espaço e de caráter fechado, absolutizante, etnocêntrico e teleológico (SOUZA, 1997).

Como definido no início do trabalho, observamos sertão tendo várias representações, que confluem para a de espaços vazios, distantes, diferentes e atrasados. Pesquisaremos aqui o contexto de enunciação desses discursos, focando essencialmente nos seus caracteres geográficos: as geografias imaginativas (ou ideologia geográfica, ou o espaço geográfico como metáfora) sobre **sertões nordestinos**. Em seguida pretendemos relacionar tal descrição com específicos processos de territorialização, ou seja, avançar sobre como essas representações se territorializam (ou não) num contexto específico.

Os dois processos analisados, a enunciação de uma geografia imaginativa e as territorializações relacionadas com esses discursos, fornecerão resultados complementares. Em alguns casos a relação será direta e em outros a relação pode não existir (ou não ser detectada).

Como um caminho possível para analisar os sertões nordestinos propomos abordar os seguintes pontos:

Como essa representação se relaciona com a ideia/conceito de sertão?

Qual a origem geográfica do discurso?

Qual a temporalidade do discurso?

Qual o interesse dos enunciadores no espaço-sertão específico?

Quais foram os desenvolvimentos desse discurso, tanto em relação à imagem do espaço, quanto em relação à territorializações efetivadas?

O objetivo de responder essas questões será perseguido através da narrativa sobre os sertões nordestinos, as quais não são delimitadas precisamente, pois a cada momento, a cada enunciação, são redefinidas. Nossa tarefa aqui é a de descrever essas redefinições, focando nas suas relações com geógrafos e cientistas sociais e com políticas públicas territoriais. Ao considerarmos estes sertões como representações admitimos o desígnio de narrar uma história das representações geográficas acerca de uma região, que contribuiriam de alguma maneira para o entendimento de lugares específicos como sertão.

Se partirmos da concepção de que sertão é um qualificativo de espaços que possuem temporalidades

próprias, devemos também buscar entender a qual 'etapa de sertão' cada representação se refere. Por exemplo, devemos procurar num largo escopo temporal a nomeação de sertão para a unidade definida, porém devemos buscar também quais foram as outras classificações espaciais que contribuíram para efetivar tal local como sertão, ou, dependendo de seu 'estágio' não mais sertão.

Consideramos os sertões nordestinos como a imagem mais reproduzida e consolidada quando se pensa em sertão no Brasil contemporâneo. O que antes, durante o processo de consolidação do território nacional foi um qualificativo transitório para representar locais não territorializados pela colonização, porém já objetos de interesse, no caso do sertão nordestino cristalizou-se com tamanha força que suplantou o sentido 'original' da palavra.

Todavia, se focarmos na utilização da palavra após o início da colonização portuguesa na América, este sentido 'original' surgiu não muito tempo depois à caracterização do interior semiárido da região Nordeste como sertão. Assim, o que estamos ressaltando é a antiguidade de tal toponímia, ainda que não definida tão precisamente quanto atualmente (essa indefinição também lhe é característica). Portanto, ainda que a origem da palavra esteja em Portugal, foi nesta região que ela alcançou sua maior eficácia e permanência.

Como já abordamos em outra seção (1.2.3.) a explicação etimológica de sertão é incerta, porém algumas hipóteses a aproximam de um qualificativo de locais com características de: deserto (desertão), interior (longe da costa, coração das terras), inculto (não civilizado, colonizado, rústico, selvagem, domínio do mato, bosque), quentura (ardência, onde há grande calor), entrelaçamento (de vegetações densas, difíceis de penetrar). Entendemos que sertão foi uma representação espacial aplicada à lugares muito variados, porém aqui, por enquanto, podemos arriscar que os sertões nordestino apresentavam características muito próximas às origens do termo sertão, principalmente ao conjugar a sua posição frente ao avanço colonial (área não civilizada, domínio dos bárbaros), a característica ambiental do clima semiárido e da caatinga (quente, ardente, vegetação de difícil penetração), e a posição geográfica de interior (longe da costa).

Outra característica, essa vinculada ao uso da palavra no Brasil, principalmente no início do século XX, apresentava o sertão com um reduto da brasilidade, uma verdadeira identidade nacional (conforme apontado, por exemplo, por Vidal e Souza (1999). Também essa característica pode ser aplicada ao sertão nordestino, uma vez que tal região foi a base para a definição da região Nordeste tal como a conhecemos atualmente, e que depois é extrapolada para uma definição de país.

Esse uso metonímico do Nordeste como representação do Brasil é explorado pelo historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior no livro *A invenção do Nordeste* (2006). O autor, a partir principalmente da perspectiva cultural e da desconstrução de discursos, situa o processo de 'invenção', de nascimento do Nordeste, nos anos 1910. Aliás, neste âmbito cultural é onde mais se reproduz e consolida a imagem sertaneja, seja na literatura, no cinema, ou em outras expressões artísticas com larga difusão interna e externamente à região.

Além desse fator, o sertão nordestino foi alvo de diversos projetos de caráter modernizante neste período de meados do século XX, relacionados com importantes reflexões e definições científicas, gestadas interna ou externamente ao seu espaço objeto. Somam-se aos autores da época estudos recentes que interpretam aqueles espaços, como a tese de doutoramento da geógrafa Iná E. de Castro, *O mito da necessidade - Discurso e prática do regionalismo nordestino*, de 1989, a qual faz uma minuciosa pesquisa sobre a construção dos discursos que reivindicavam a seca pelos políticos nordestinos, relacionados às suas ações concretas (CASTRO, 1989). Mais recentemente a tese *Metonímias Geográficas: imaginação e retórica da paisagem no semi-árido pernambucano* teve como objeto as construções identitárias relacionadas às leituras das paisagens da região (MACIEL, 2004). A construção destas representações é antiga e persistente, como aponta Albuquerque Júnior, lembrando o clássico 'Grande Sertão: Veredas' de Guimarães Rosa (1956):

O Nordeste (...) está em toda parte desta região, do país, e em lugar nenhum, porque ele é uma cristalização de estereótipos que são subjetivados como característicos do ser nordestino e do Nordeste. Estereótipos que são operativos, positivos, que instituem uma verdade que se impõe de tal forma, que oblitera a multiplicidade das imagens e das falas regionais, em nome de um feixe limitado de imagens e falas-clichês, que são repetidas *ad nauseum*, seja pelos meios de comunicação, pelas artes, seja pelos próprios habitantes de outras áreas do país e da própria região. (ALBUQUERQUE Jr., 2006, p. 307)

Iremos aqui apresentar e descrever algumas diferentes formas de se utilizar a representação espacial sertão em variados espaços contidos preferencialmente na atual região Nordeste do Brasil. Este recorte definido para a pesquisa apoiou-se no estudo de diversas propostas de regionalização e das regionalizações oficiais que sucessivamente foram cristalizando esta unidade administrativa formada por diferentes unidades da federação. No próximo item (2.1, p. 45) iremos justamente debater como essas regionalizações conformaram e justificam a adoção deste recorte.

A mais conhecida dessas formas promove a associação entre uma região natural (o semiárido) e a caracterização de sertão. Tão poderosa, ofusca outras formas de uso da estratégia representativa sertão. Podemos até nos perguntar se existem sertões nordestinos que não o sertão semiárido.

2.1. O que é o Nordeste? O problema da regionalização brasileira

2.1.1. O nascimento do Nordeste

Se Albuquerque Júnior (2006) indicou o nascimento do Nordeste em 1910, nossa primeira referência para o tema será a de Euclides da Cunha (1902). Neste sentido colocamos agora em questão justamente a construção da representação espacial sertão. No caso, dos sertões nordestinos, pois embora tal qualificativo localizador não fosse assim utilizado à época, a obra foi fundamental para a cristalização daquela representação espacial sertaneja para vastas áreas do que hoje conhecemos por Nordeste.

Assim sendo, verificaremos nesta seção a hipótese de que as representações sertanejas no Nordeste podem ter sido capitais para a própria consolidação desta grande região brasileira. O texto escolhido foi *Os Sertões*, visceral relato de Euclides da Cunha sobre alguns destes sertões nordestinos. Esta descrição da guerra sertaneja de Canudos, publicada em 1902¹⁴ com enorme divulgação e aceitação, é determinante para todas as caracterizações seguintes sobre qualquer espaço denominado sertão. Em relação especificamente ao sertão nordestino, podemos considerar que muitas representações sobre esse espaço foram geradas nesta obra.

Contudo a região estabelecida no livro não se intitula Nordeste, mas sim Sertão do Norte. Esta seria delimitada por corresponder à zona tropical, ao norte da região sudeste, que se contrapunha a região Sul de clima temperado e ao Centro, região de transição subtropical (CUNHA, 2000, p. 70). Portanto, uma regionalização puramente natural.

Tal região conformaria um habitat no qual desenvolveram-se etnias singulares, que também contribuem para a diferenciação entre os Sertões do Norte e o Sul. Sobressai em Euclides da Cunha uma sofisticada narrativa organicista e evolucionista, da qual a primeira parte do livro – A Terra – é exemplar. O autor descreveu o terreno e sua formação como num romance. A geologia, a geomorfologia e a climatologia desta maneira ganham vida, evoluindo em um todo orgânico, como se tivessem um sentido previamente traçado. Nesta concepção a terra é muito mais do que um cenário, pois determina uma radical adaptação do homem ao seu ‘habitat’.

Os Sertões ressaltou a influência física do espaço no movimento histórico de formação étnica dos

¹⁴ Apesar de datar um período anterior ao nosso escopo temporal, sua análise e conhecimento fazem-se necessários para uma básica compreensão sobre a construção da região sertaneja do Nordeste brasileiro.

‘sertanejos’ durante toda sua narrativa, porém a título de exemplos destacamos estes trechos: “(...) perfeita tradução moral dos agentes físicos da sua terra” (CUNHA, 2000, p. 103) e “(...) inconstante como ela (...) bárbaro, impetuoso, abrupto...” (CUNHA, 2000, p. 104).

No capítulo denominado ‘O homem’ (CUNHA, 2000, p. 57-178) Euclides afirma que devido à ‘variante trágica’ da seca – a insurreição da terra contra o homem – “(...) o homem dos sertões (...) mais do que qualquer outro está em função imediata da terra” (CUNHA, 2000, p. 119).

Para este autor a colonização dos sertões foi marcada pela rivalidade entre os missionários e os colonos quanto ao relacionamento com os indígenas. Enquanto os primeiros foram mostrados como executores de uma ‘tarefa nobre’ os segundos foram qualificados como ‘gananciosos’ e agindo com ‘perversidade’ para combater a ‘barbárie’ dos índios. Num primeiro momento os “sertanistas suplantam, dominam, escravizam e capturam o selvagem” (CUNHA, 2000, p. 87), mas depois, inevitavelmente vai acontecendo o cruzamento entre eles. Neste sentido Cunha aponta o rio São Francisco como caminho para a unificação étnica entre os ‘paulistas’ (homens do sul) e os baianos, formando uma sociedade “rude, (...) incompreendida e olvidada [que] era o cerne vigoroso da nossa nacionalidade” (CUNHA, 2000, p. 87). Esta seria uma ‘raça forte e antiga, imutável e definida’.

Por outro lado, na mesma região, prossegue o autor, alguns locais apresentavam uma população diferente, a qual seria a mescla entre os indígenas canhembora (índio fugido) e os negros quilombolas (negros foragidos). Estes locais eram refúgios no sistema de colonização das fazendas criatórias, estabelecidas através da estratégia de “combater o índio com o próprio índio” (CUNHA, 2000, p. 90). Assim neste tipo de povoamento sobressaia o indígena, vindo a formar uma “população perdida num recanto dos sertões [e que] lá permaneceu até agora (...) como que insulada” (CUNHA, 2000, p. 90), um tipo ‘mestiço bem definido, completo’. Euclides da Cunha aponta que a região, cujo nome em Tupi era Porá-pora-eima (lugar despovoado, estéril), ou Tapui-retama (região do Tapuia) “foi o asilo do Tapuia” e onde os “Cariris encontraram proteção singular naquele colo duro da terra (...) ali se amorteciam”. Consequentemente o autor conclui que “o sertanejo do norte é, inegavelmente, o tipo de uma subcategoria étnica já constituída” (CUNHA, 2000, p. 92):

É natural que grandes populações sertanejas, de par com as que se constituíam no médio São Francisco, se formassem ali com a dosagem preponderante de sangue tapuia. E lá ficassem ablegadas, envolvendo em círculo apertado durante três séculos, (...) num abandono completo, (...) guardando, intactas, as tradições do passado. (CUNHA, 2000, p. 92-93).

Por conseguinte, são complexas as conclusões aportadas por Cunha, relacionando uma região

natural, um hábitat, e uma etnia. José Veríssimo da Costa Pereira, estudioso da obra de Euclides da Cunha, indicou o pioneirismo deste:

À luz da geografia moderna, o trecho referente ao exemplo destacado (diferença entre gaúcho e jagunço) demonstra que, em sua orientação básica Euclides precedeu ao conceito lablacheano de gêneros de vida, aparecido em 1911. Tal conceito lablacheano é, aliás, persistente em Euclides da Cunha. Os princípios metodológicos de geografia humana formulados por Demangeon em 1947, foram espontaneamente aplicados por Euclides em os Sertões, conforme já ficou demonstrado. (PEREIRA, 1955, p. 424 *apud* ALMEIDA, 2000, p. 99).

O segundo número da RBG de 1940 dedicou a Cunha a seção 'Vultos da Geografia do Brasil', na qual foi ressaltado o caráter geográfico de suas obras:

Se há aspecto dominante na obra de Euclides da Cunha êste é de certo o geográfico. Sua primeira e obra prima é estudo de legítima antropogeografia e o último trabalho que saiu de sua pena, mutilado em meio de um vocábulo, foi o artigo de crítica ao Atlas do Barão Homem de Melo. Entre os dois Euclides escreveu e fez geografia. (EUCLIDES DA CUNHA, 1940, p. 96)

Especificamente 'Os Sertões' foi considerado um livro 'nitidamente' geográfico, e "(...) talvez o mais notável trabalho de geografia humana que um pedaço de Terra mereceu de um escritor. Dentro dos princípios modernos fez derivar da terra o homem à sua imagem e semelhança" (EUCLIDES DA CUNHA, 1940, p. 96). Foram mencionados autores que também afirmaram a geografia na obra de Cunha:

Por tudo isso Roquette Pinto, quando estudou Euclides naturalista, classificou-o como 'ecólogo'. Maurício Joppert, ao apreciar o engenheiro, acentuou como os planos, projetos e concepções do profissional tinham a base geográfica. Raja Gabaglia e Everardo Backeuser mostraram que nele o geógrafo ao par das idéias mais modernas se traía a cada passo. Firmo Dutra não vacilou em apontar como característica dominante da sua personalidade a de geógrafo e explorador. (EUCLIDES DA CUNHA, 1940, p. 97).

O texto-homenagem da RBG finalizou asseverando que "(...) o 'filho da terra perdidamente enamorado dela', como se apelidou, Euclides da Cunha, havia de ser um grande geógrafo, dentre os maiores do Brasil' (EUCLIDES DA CUNHA, 1940, p. 97).

2.1.2. O Nordeste Freyreano

Outra importante leitura para a investigação objetivada nesta seção são as obras do pernambucano Gilberto Freyre. Analisaremos aqui duas delas: *Casa Grande & Senzala* (1933) e o *Manifesto Regionalista* (publicado em 1952, porém lido no Primeiro Congresso Brasileiro de Regionalismo, em Recife, em 1926). Estas obras embora não tenham o sertão como foco serviram para cristalizar fortemente um discurso sobre o Nordeste no imaginário nacional. Discurso esse que ao longo das décadas do século XX vai sendo desapropriado por diferentes interesses.

O primeiro livro aqui objeto de exame é a principal obra desse autor, e representa um grandioso esforço de interpretação do Brasil que permite nos aproximar de troncos vitais da teoria social brasileira. O antropólogo Darcy Ribeiro, por exemplo, considerou a publicação como o grande livro brasileiro e que fundou o país no plano cultural. Somente no Brasil foram mais de cinquenta edições. É o ensaio brasileiro mais traduzido no mundo, foi editado em doze países e vendeu mais de 250 mil livros. Faz parte de uma trilogia denominada “*Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil*”: *Casa Grande & Senzala* (doravante referido como CGS) é de 1933, *Sobrados e Mucambos* de 1936, e *Ordem e Progresso* de 1957. O primeiro aborda o período colonial, o segundo o momento imperial e o terceiro o final do império e a primeira república. Além dessas existem dezenas de outros livros e artigos que complementam esse que foi o tema central da obra do escritor pernambucano. A título de ilustração sobre o destaque de CGS no pensamento social brasileiro citamos:

Verdadeiro acontecimento na história da cultura brasileira, ele veio revolucionar a visão predominante, completando a noção de raça (que vinha norteando até então os estudos sobre a nossa sociedade) pela de cultura; mostrando o papel do negro no tecido mais íntimo da vida familiar e do caráter do brasileiro; dissecando o relacionamento das três raças e dando ao fato da mestiçagem uma significação inédita. Cheio de pontos de vista originais, sugeriu entre outras coisas que o Brasil é uma espécie de prefiguração do mundo futuro, que será marcado pela fusão inevitável de raças e culturas. (CÂNDIDO, 2000)

Mas não é difícil insistir no que de realmente novo – além do painel inspirador de Casa-grande & senzala como um todo – veio para ficar. De alguma forma Gilberto Freyre nos faz fazer as pazes com o que somos. Valorizou o negro. Chamou atenção para a região. Reinterpretou a raça pela cultura e até pelo meio físico. Mostrou, com mais força de que todos, que a mestiçagem, o hibridismo, e mesmo (mistificação à parte) a plasticidade cultural da convivência entre contrários, não são apenas uma característica, mas uma vantagem do Brasil. E, acaso não é esta a carta de entrada do Brasil em um mundo globalizado no qual, em vez da homogeneidade, do tudo igual, o que mais conta é a diferença, que não impede a integração nem se dissolve nela? (CARDOSO, 2003).

Em CGS o sertão não é um objeto central ou mesmo secundário do livro. Sua principal ocorrência ao longo do texto é significar uma representação de outro espaço em relação às regiões onde vigoram o modelo casa grande e senzala. No sertão de CGS este modelo não funcionava. Conforme o próprio autor narra, lá não se fixou a escravidão. Lá predominou, ou teve mais força, o elemento étnico indígena, ao invés do negro. Talvez neste sentido da construção freyriana seria o sertão brasileiro o lugar dos índios? Em contraponto ao Brasil da casa grande e senzala, na qual o índio foi esvanecido? Podemos utilizar a chave interpretativa do ‘equilíbrio de antagonismos’ para entender essa dimensão espacial da formação nacional em CGS?

No livro o litoral é caracterizado como local da monocultura escravista e voltada para a lavoura, e o

sertão o lugar da pecuária e do nomadismo. Seguindo esse raciocínio teríamos a caracterização dual do território nacional: civilização patriarcal do açúcar versus sertão. Ou a civilização patriarcal também se instalou nos sertões? As respostas não estão explícitas no texto. Verificamos que o sertão é caracterizado em CGS como o local propício à expansão colonial: tanto de bandeirantes paulistas, como de povoadores cearenses e mesmo de negros fugidos. Enfim, sertão era nessa visão o lugar diferente do complexo casa grande e senzala, habitado por índios originalmente, mas que perdeu ou perderá ao longo da história essa condição.

Essa perda da condição indígena pode ser identificada, por exemplo, nas passagens nas quais Freyre aponta que mesmo no sertão, a contribuição indígena não foi dominante em relação à do negro, principalmente pela superioridade racial/cultural dos últimos. Neste sentido apontamos que CGS representa um passo além no apagamento do indígena na formação nacional: nega-se frontalmente a perspectiva do romantismo indígena e diminui sobremaneira o papel do indígena no estabelecimento do sertanejo. Nesta discussão o autor, apoiado em Roquette-Pinto, critica Euclides da Cunha¹⁵. Este último foi, conforme apontou Lia Osorio Machado (2003), o criador do dualismo brasileiro entre litoral e sertão.

Para entendermos melhor essa construção espacial da nação em CGS devemos explicitar algumas questões chave que relacionam raça, cultura, espaço, sertão, natureza e nação. Um ponto central da importante tese freyriana de que o português colonizador não era racista, é o de que o estabelecimento da identidade acontecia muito mais através da conversão ou do batismo do que pela raça: “(...) o catolicismo foi realmente o cimento da nossa unidade” (FREYRE, 2003). Assim em CGS é lembrado como outros povos (raças) aqui se fixaram sem sofrerem grande discriminação, somente sendo obrigadas a se converterem oficialmente ao catolicismo.

Porém atentemos que essa ‘benevolência racial’ colonizadora passava principalmente por um pragmatismo que aceitou a tese de que a colonização só seria possível com a participação dos povos indígenas. O próprio autor ressalta essa característica de nossa história em várias passagens, não só pelo fator racial/cultural, mas na questão demográfica: Portugal era um país com pequena

¹⁵ A relação entre Gilberto Freyre e Euclides da Cunha deve ser ainda melhor explorada. Identificamos algumas referências para posterior incorporação:

FREYRE, Gilberto. **Atualidade de Euclides da Cunha**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1941. 59 p.

_____. **Atualidade de Euclides da Cunha 2**. ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1943. 63 p.

_____. **Perfil de Euclides e outros perfis**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944. p. 21-63.

NICOLAZZI, Fernando. À **sombra de um mestre: Gilberto Freyre leitor de Euclides da Cunha**. História [online]. 2010, vol.29, n.1, pp. 254-277.

população, a qual sozinha, não conseguiria povoar um território tão grande como o Brasil. Além disso, durante muito tempo a colônia sobreviveu sendo minoritária tanto em população quanto em território (se comparada ao espaço total de pretense domínio português).

Nesse sentido entendemos que os povos indígenas da narrativa freyriana eram a população não conquistada, mas que através do batismo se tornariam colonos e súditos. Este debate também se insere na questão da tão criticada indefinição entre os conceitos de raça e cultura em CGS. Mais especificamente podemos apontar que tal discussão pode avançar relacionando-se, além de raça e cultura, a categoria de espaço. Não o espaço social da geografia atual, mas um espaço muito mais próximo do que se considerava como natureza, ou como Freyre o nomeia, meio físico. Esta relação permite identificar a perspectiva evolucionista e racialista na narrativa de CGS sobre a formação nacional brasileira.

Podemos como exemplo lembrar que em texto do ano 2000, no qual indica dez livros para conhecer o Brasil, Antonio Cândido, justamente quando se refere ao sertão narra que "Da Proclamação da República até 1930 nas zonas adiantadas, e praticamente até hoje em algumas mais distantes, reinou a oligarquia dos proprietários rurais, (...)" (CÂNDIDO, 2000). Nesta citação detectamos o pensamento que identifica as diferenças espaciais através da negação da coetaneidade. Cândido usa 'zona adiantada' em oposição à 'mais distantes', classificando assim os deslocamentos espaciais como diferenças temporais. Isso pode ser devido apenas (ou em parte) a uma questão da localização do autor, que (declaradamente ou não) sempre falará de algum lugar, e no caso, Cândido se coloca como falando a partir da 'zona adiantada', e não do 'sertão'. Ainda assim mostra a permanência no pensamento social brasileiro desta lógica evolucionista moderna de associar espaço e tempo (através da imposição do discurso do progresso, da modernização ou do desenvolvimento).

Outro exemplo desse aspecto transparece quando analisamos as diferentes relações da natureza com os portugueses, negros e indígenas. Os colonizadores são descritos como dominadores da natureza, justamente por sua evolução cultural, enquanto os índios, ao contrário, são dominados pela natureza. Além da questão atraso/evolução a relação entre espaço (natureza) e raça (cultura, nação) estabelece-se em CGS através do conceito de gênero de vida.

O autor explora o conceito mostrando que o meio físico da colônia, apesar da dimensão territorial, não era muito variável, permitindo assim a consolidação de um único gênero de vida colonial: "Venceu a tendência no sentido da uniformização. Por mais que a comprometesse a espantosa

mobilidade dos bandeirantes e missionários, sua influência se fez sentir desde o primeiro século de povoamento e de expansão territorial.” (FREYRE, 2003).

Embora hegemônico o gênero de vida do engenho nunca deixou de ser desafiado como o único da colônia. Essa oposição insere-se também na estrutura narrativa delineada por Freyre, do equilíbrio dos antagonismos. Exemplarmente expomos um trecho de CGS em que o autor discorre sobre o antagonismo entre os gêneros de vida na colônia, citando textualmente ‘sertão’:

O antagonismo econômico se esboçaria mais tarde entre os homens de maior capital, que podiam suportar os custos da agricultura da cana e da indústria do açúcar, e os menos favorecidos de recursos, obrigados a se espalharem pelos sertões em busca de escravos – espécie de capital vivo ou a ficarem por lá como criadores de gado. Antagonismo que a terra vasta pôde tolerar sem quebra do equilíbrio econômico. Dele resultaria entretanto o Brasil antiescravocrata ou indiferente aos interesses da escravidão representado pelo Ceará em particular, e de modo geral pelo sertanejo ou vaqueiro. (FREYRE, 2003)

Este uso do conceito de gênero de vida, entre diversas outras passagens já aqui citadas, demonstra o forte aspecto neolamarckiano presente em CGS. Consideramos, portanto que a confusão entre raça e cultura em Freyre é de natureza similar à indefinição que promove a teoria lamarckiana em relação à darwinista: a confusão entre a ‘história biológica’ e a ‘evolução cultural humana’. Relacionando estas duas matrizes do pensamento da biologia ao início da institucionalização da geografia, Leo Name aponta a conexão entre Vidal e Lamarck, justamente através do conceito de gênero de vida:

Como apontado por Stodart (1966), a geografia herdou de Darwin a noção de história, em um sentido evolutivo. Além disso, transferiu o embate entre os seres e a seleção natural para o embate dos seres humanos entre si, no contexto colonial em que emergia como ciência moderna: pois se a biologia dizia que o sobrevivente era aquele mais forte, evidentemente este era o europeu, não o nativo. Entretanto foi Lamarck quem influenciou a geografia com mais contundência. Junto com outros cientistas sociais como Durkheim, Mauss e Weber, geógrafos como Vidal de La Blache e Demangeon adotaram uma visão neolamarckiana de adaptabilidade em escala regional (ARCHER, 1993).

(...) Ratzel não abraçava completamente o darwinismo e o evolucionismo. Ao contrário, foi cauteloso em utilizá-los em suas teorizações, e assim como Vidal de La Blache e toda a escola francesa clássica, tinha uma filiação muito mais forte ao lamarckismo: enquanto Lamarck serviu à teoria lablachiana como referência para a definição dos gêneros de vida, serviu a Ratzel como parte de seu raciocínio sobre graus de civilização. No fundo, tratavam do mesmo fato: as maneiras sob as quais o homem transformava a natureza. (NAME, 2010).

Embora seja usado esse conceito em CGS, Vidal não é citado nem encontramos referências diretas de que tenha sido lido ou servido de inspiração para o autor de CGS. Por outro lado, localizamos na biobibliografia de Gilberto Freyre (presente na 48ª edição de CGS) que em 1921, o autor pernambucano então com 21 anos leu Ratzel. Neste mesmo ano Freyre cursou classes de graduação e pós-graduação com vários professores, entre eles Franz Boas.

Leo Name também explora as relações de Ratzel com Lamarck, e Ratzel com Boas. Sobre a primeira, Name apresenta uma citação do geógrafo alemão acerca de Lamarck, que estabelece a preferência de Ratzel por este, em relação a Darwin¹⁶:

(...) com o vasto conhecimento que possuía do mundo orgânico, (...) tentou expressar no seu conceito de *devir* aquilo que hoje chamamos de *adaptação*, fazendo deste um de seus conceitos fundamentais. Segundo Lamarck as grandes mudanças que se verificam nas condições externas produzem grandes alterações nas ações da vida. Se as novas necessidades se tornam permanentes, os organismos assumem novos hábitos ou realizam novas ações que se tornam habituais (...). Com as modificações da habitação da posição geográfica, do clima, do alimento, dos hábitos de vida, vemos do mesmo modo a alteração das dimensões dos organismos, de sua forma, da proporção das partes, cor, espessura, elasticidade etc. Lamarck, como mais tarde Darwin, considera já então as plantas e os animais domésticos como os melhores exemplos destas mutações; mas ele ainda considera como um reflexo da ilimitada variedade das condições externas toda a múltipla variedade de animais e vegetais (RATZEL, 1990a [1882-1891], p. 42, grifos do autor *apud* NAME, 2010).

Entretanto esse ponto comum entre Freyre e Ratzel (a filiação ao pensamento de Lamarck) não teria sido, segundo aponta Name, resultado da interação do autor de CGS com Boas:

A visão implícita de cultura em Ratzel era praticamente oposta, então, àquela explícita em seu conterrâneo Franz Boas, autor de extrema importância que, com formação de geógrafo, colaborou ativamente na formação e transformação da antropologia americana. Boas por todo tempo exigiu um recorte geográfico limitado (Boas, 2004b [1896]) e a relativização dos fatores biológicos, e formulava suas teorias tendo como foco inicial as semelhanças de adaptações ao ambiente – vários povos de diversos lugares terem chegado aos mesmos arco e flecha, por exemplo – sugerindo os acasos do devir histórico e a difusão territorialmente delimitada do conhecimento como fatores explicativos. Ratzel, ao contrário, valorizava a difusão dos povos sobre o globo, sem limites territoriais, e seu foco estava nas diferenças causadas pela influência que o ambiente exercia sobre os aspectos biológicos do homem, por isso mesmo transmitidos ao longo do tempo. Os dois conseguiam detectar diferenças culturais, valorizavam tempo e história e priorizavam o recorte espacial, mas em vias completamente diferentes. (NAME, 2010).

Voltando à CGS, destacamos um exemplo dessa utilização dos preceitos neolamarckianos para superar o conceito de raça e propor o de cultura. Para o autor a vantagem da miscigenação entre senhores brancos, ou padres (indivíduos altamente selecionados) e negras/mulatas/índias (as quais, porque escolhidas com liberdade pelo homem, provavelmente eram indivíduos exemplares) foi o desenvolvimento da sociedade brasileira através da transmissão de uma forma de ‘riqueza’,

¹⁶ Para ilustrar esta forma de pensamento trazemos uma citação de Stephen Jay Gould, importante paleontólogo e biólogo evolucionista estadunidense (que, embora vivendo na segunda metade do século XX, coincidentemente lutou contra ao que considerava uma pseudociência legitimadora do racismo): “A evolução darwiniana, sem dúvida, prossegue no *Homo sapiens*, mas com taxas tão baixas que já não têm grande impacto na nossa história. Na história da Terra, este ponto crucial foi alcançado porque os processos lamarckianos foram finalmente libertados. A evolução cultural humana é de carácter lamarckiano, em forte oposição à nossa história biológica. O que aprendemos numa geração transmitimo-lo directamente pelo ensino e pela escrita. Caracteres adquiridos são herdados na tecnologia e na cultura. A evolução lamarckiana é rápida e acumulativa, explica a diferença profunda entre o nosso modo de mudança passado, puramente biológico, e a aceleração enlouquecedora com que corremos em direcção a algo novo e libertador - ou em direcção ao abismo.” (GOULD, 1980).

caracterizada como ‘superioridade ancestral’ ou ‘cultura intelectual’.

Por outro lado, tal como apontou Fernando Henrique Cardoso, em prefácio de CGS, o livro suscitou um preconceito acadêmico que provocou seu ‘esquecimento’, e isto porque “salvo poucas exceções as interpretações do Brasil posteriores a Casa-grande & senzala partiram de premissas opostas às de Gilberto Freyre, em uma rejeição velada de suas idéias” (CARDOSO, 2003). Autor de excelente análise de parte (anos 1930) da obra de Freyre, Ricardo Benzaquen de Araújo aponta que quando definiu o tema, na época para sua tese de doutorado, Gilberto Freyre era considerado um autor intelectualmente desprezível (ARAÚJO, 2010). Com o fim da ditadura militar arrefece certo preconceito político à CGS e o livro volta a ser objeto de atenção destacada na academia.

Para Cardoso (2003) o livro é perene “talvez porque ao enunciar tão abertamente como valiosa uma situação cheia de aspectos horrorosos”. Freyre narra “a história que os brasileiros, ou pelos menos a elite que lia e escrevia sobre o Brasil, queriam ouvir”. E “a história que está sendo contada é a história de muitos de nós, de quase todos nós, senhores e escravos. Não é por certo a dos imigrantes. Nem a das populações autóctones. Mas a história dos portugueses, de seus descendentes e dos negros” (CARDOSO, 2003).

Essas ‘ausências’ são vastamente criticadas por vários leitores de CGS. Cardoso indica

(...) suas confusões entre raça e cultura, seu ecletismo metodológico, o quase embuste do mito da democracia racial, a ausência de conflitos entre as classes, ou mesmo a ‘ideologia da cultura brasileira’ baseada na plasticidade e no hibridismo inato que teríamos herdado dos ibéricos. (CARDOSO, 2003).

Como aponta Araújo, essa indefinição de raça e cultura deixa transparecer um não abandono da ideia de raça por Freyre:

De fato, a leitura de CGS evidencia inclusive que o destaque recebido pela noção de raça não se concentra em uma passagem localizada nem se refere apenas a um ou outro dos grupos sociais citados no texto. Ao contrário, ela dá a impressão de se distribuir, ainda que de forma irregular e sempre dividindo o seu prestígio com o conceito de cultura, ao longo de virtualmente todo o relato, alcançando indistintamente portugueses, mouros, judeus, negros e índios. (ARAÚJO, 1994, p. 31).

Para além da problemática indefinição entre raça e cultura o livro, percebido no contexto político nacional dos anos 1930/40 tem implicações complicadas, pois “com as características culturais e com a situação social dos habitantes do latifúndio, não se constrói uma nação, não se desenvolve capitalisticamente um país e, menos ainda, poder-se-ia construir uma sociedade democrática” (CARDOSO, 2003). Isto explicaria, para o mesmo autor, o afastamento dos intelectuais e acadêmicos

do período e posteriores de Freyre:

Gilberto Freyre contrapunha a tradição patriarcal a todos os elementos que pudessem ser constitutivos do capitalismo e da democracia: o puritanismo calvinista, a moral vitoriana, a modernização política do Estado a partir de um projeto liberal e tudo o que fundamentara o estado de direito (o individualismo, o contrato, a regra geral), numa palavra, a modernidade. (CARDOSO, 2003).

Neste ponto podemos questionar à qual modernidade Fernando Henrique refere-se. Pois, como anotado mais adiante, Freyre trata detidamente da modernidade colonial (e do aspecto 'globalizante' deste processo). Cardoso relaciona diretamente a modernidade às ideias de nacionalidade, capitalismo e democracia, todas de certa maneira contrapostas ao patriarcalismo. Entretanto Freyre tem uma análise mais refinada da modernidade, que desconta certo ufanismo nacionalista patriótico, por vezes insere o Brasil num contexto internacional que geralmente não é levado em consideração em outras análises históricas contemporâneas. Atualmente despontam as análises pós-coloniais, que relacionam diretamente a colonização à modernidade. Talvez Freyre mostre, apesar de em algumas passagens ter comparado o sistema patriarcal brasileiro aos feudos, o Brasil como um espaço no qual a colonização constituía e construía a própria modernidade, no sentido dos vários 'pioneirismos' brasileiros ressaltados pelo autor:

(...) a primeira sociedade moderna constituída nos trópicos com características nacionais e qualidades de permanência.

(...) A verdade é que em torno dos senhores de engenho criou-se o tipo de civilização mais estável na América hispânica.

(...) O colonizador português do Brasil foi o primeiro entre os colonizadores modernos a deslocar a base da colonização tropical da pura extração de riqueza mineral, vegetal ou animal – o ouro, a prata, a madeira, o âmbar, o marfim – para a de criação local de riqueza. (FREYRE, 2003)

Próximo a essa análise, Araújo ressalta que se por um lado Freyre distanciava-se de certa ideia predominante da modernidade, por outro, fornecia as bases para a formação de uma possível nação brasileira, com uma identidade minimamente comum:

(...) para tentar construir uma outra versão da identidade nacional, em que a obsessão com o progresso e com a razão, com a integração do País na marcha da civilização, fosse até certo ponto substituída por uma interpretação que desse alguma atenção à híbrida e singular articulação de tradições que aqui se verificou.

Reconhecendo o valor da influência dos negros e dos índios, a reflexão desenvolvida por Gilberto parecia lançar, finalmente, as bases de uma verdadeira identidade coletiva, capaz de estimular a criação de um inédito sentimento de comunidade pela explicitação de laços, até então insuspeitos, entre os diferentes grupos que compunham a nação. (ARAÚJO, 1994, p. 30).

Como apontou Fernando Henrique, em trecho citado anteriormente, a interpretação nacional freyriana apresenta o hibridismo e a 'plasticidade cultural da convivência entre contrários' como

‘vantagens’ do Brasil frente ao ‘mundo globalizado’ da ‘homogeneidade’. Por outro lado, de maneira bem característica na construção de Freyre, estas vantagens também trazem muitos e insolúveis problemas. Colocando-se de modo ufanista/patriótico, Freyre cria uma história com um fim já definido e dessa maneira ‘justifica’ a escravidão e a guerra aos índios.

Atentemos aqui então para o fato de que ainda que diverjam em outras questões, várias das interpretações analisadas sobre CGS concordam que o ‘coração’ da obra é uma forma de estruturação identificada como equilíbrio dos contrários, ou antagonismos em equilíbrio. Esta ideia perpassa tanto a construção formal do livro quanto suas estratégias teóricas. Em seu prefácio Cardoso aponta que

(...) sua obra está perpassada por antagonismos. Mas dessas contradições não nasce uma dialética, não há a superação dos contrários, nem por consequência se vislumbra qualquer sentido da História. Os contrários se justapõem, frequentemente de forma ambígua, e convivem em harmonia. (CARDOSO, 2003).

Aprofundando esta questão Araújo desenvolve o que seria na verdade a própria base de construção da narrativa freyriana:

Assim, da mesma maneira que as distintas influências étnicas e culturais conseguiram combinar-se separadamente no português, a violência e a proximidade sexual, o despotismo e a confraternização familiar parecem também ter condições de conviver lado a lado, em um amálgama tenso, mas equilibrado. Neste sentido, minha impressão final é a de que esse argumento, fundado em um relativo louvor da **ambiguidade**, da **particularidade** e, portanto, incapaz de pensar a totalidade [*‘a preocupação de apresentar uma visão sistemática e exaustiva das questões em pauta’* (ARAÚJO, 1994, p. 203-204)] a não ser que os seus componentes tenham condições de guardar ao menos parte da memória da sua variada origem, é, mais do que uma característica de uma ou outra parte isolada do raciocínio de Gilberto, um ponto central, decisivo mesmo, da sua reflexão. (ARAÚJO, 1994, p. 57).

Essa complexidade enriquece muito a obra, fornecendo-a um caráter de não fechamento, o que é salientado e muito bem desenvolvido por Araújo. Na conclusão de sua tese o mesmo autor aborda exatamente esta discussão:

Espero que tenha ficado claro, agora, que nosso autor de fato lida com pelo menos duas formas diversas de equilibrar antagonismos: uma, mais “feminina”, temperada e medida, mostra-se capaz de produzir uma harmonia absolutamente estável entre distintas heranças culturais; a outra, mais “masculina”, eminentemente ambígua, instável e paradoxal, parece se radicar na excessiva experiência colonial, mas ganha uma sobrevida na própria forma de Gilberto construir sua argumentação.

Ele, a propósito, transmite a sensação de preferir, ou melhor, de cultivar mais pessoalmente essa alternativa masculina, sem que isso signifique, muito ao contrário, qualquer despreço pelo tranquilo caminho “feminino”, pelos fraternos mocambos, ou até mesmo por aqueles moderados pomicultores paulistas mencionados em CGS. Todos, afinal, são aparentemente bem mais saudáveis, democráticos e equilibrados do que a tradição propriamente patriarcal, não sendo

evidentemente por acaso que, especialmente os dois primeiros, são tão destacados e louvados por Gilberto ao longo da década de 30.

Contudo, acredito que seja necessário ressaltar que a opção de Gilberto vai lhe permitir transferir para o interior de seu texto, para sua própria forma de escrever, parte da ambigüidade, do excesso e da instabilidade que, segundo ele próprio, caracterizavam a sociabilidade da casa-grande. Assim, a oralidade termina realmente por desempenhar um papel de destaque no bloqueio daquela chance de estilização e na conseqüente preservação da vitalidade da reflexão do nosso autor. O tom de conversa, de bate-papo que ela propicia, parece facilitar sobremaneira que ele arme um raciocínio francamente paradoxal, fazendo com que a cada avaliação positiva possa se suceder uma crítica e vice-versa, em um ziguezague que acaba por dar um caráter antinômico à sua argumentação. A antinomia, ou seja, a defesa simultânea de argumentos que se opõem, consegue portanto radicalizar o inacabamento do ensaísmo de Gilberto, devolvendo-lhe, até certo ponto, aquela distância mínima em relação ao seu objeto que o abuso da autenticidade, em termos apenas virtuais, é claro, ameaçava retirar-lhe. Desse modo, ele pode até manter a preocupação com a solidariedade entre as esferas da intimidade, da ciência e da política, com a condição de que registre também as patologias, os pontos fracos ainda que inevitáveis — a ostra e a pérola — da sua posição predileta.

Nesse sentido, não devemos nos surpreender que seja precisamente nos trabalhos em que os seus ideais, sua identidade pessoal e sua vocação pública são colocados mais fortemente em jogo, como Nordeste, Sobrados e Mucambos, e, logicamente, Casa-Grande & Senzala, que aquela gota de controvérsia e de ambigüidade se torne mais visível. Na verdade, minha impressão é a de que é fundamentalmente por esse motivo que esses livros, ao contrário dos que lidam com outras tradições, em geral de forma mais condescendente e até idealizada, permanecem vivos e em condições de despertar interesse e debate em nossos dias. (ARAÚJO, 1994, p. 207-209).

Outro ponto importante que iremos abordar da obra de Freyre é o regionalismo. Ainda em CGS podemos analisar criticamente a questão da escala de análise utilizada, suas generalizações e limites. Freyre percorre a história desde seus meandros da microescala, com o universo do engenho, até o mar da história das grandes narrativas, como a formação da nação portuguesa. Contudo, consideramos que a análise é muito restrita ao Nordeste, e mais precisamente à Pernambuco e Bahia, o que não permite tamanhas generalizações tecidas pelo autor (com pontuais exceções, nas quais se refere, principalmente, ao Sudeste, e em poucos casos, à Amazônia). Assim ocorre uma extrapolação do ‘complexo casa grande e senzala’ para toda a história da formação brasileira: “A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político” (FREYRE, 2003), que era a “monocultura escravocrata e latifundiária”. Isso se expressa na importância dada à família. Esta seria ‘o grande fator colonizador do país’, ‘a unidade produtiva’, ‘o capital’ e ‘a força social e política’ aristocrática.

A identidade nacional propagada por Freyre apesar de fortemente baseada neste *ethos* patriarcal, também abarcava outros complexos, principalmente o modelo paulista/bandeirante, e o jesuíta/catequético. Essa relação promovida por Gilberto Freyre entre região e nação está inscrita na sua estratégia de equilíbrio de antagonismos, que não permitem um fechamento da análise, como

demonstram as citações a seguir, de dois comentadores de sua obra:

Enganam-se, portanto, os que consideram Gilberto Freyre como intérprete somente do ethos nordestino. Ninguém, na verdade, interpretou o Nordeste como ele, em páginas ao mesmo tempo de ciência ecológica e de geografia lírica. Mas suas inquietações e suas pesquisas sempre tiveram por objeto o conjunto nacional: desde as origens remotamente ibéricas, afronegras e ameríndias até suas projeções no mundo moderno e pós-moderno. E isso desde os dias de estudante de pós-graduação na *Columbia University* (1921 - 1922). (FONSECA, 1987)

O método freyriano busca ser, ao mesmo tempo, totalizante e regionalizante, como regionalismo, em sua obra, funcionando no contexto de dualidades que ele mesmo se apressa em definir: regionalismo e cosmopolitismo; provincianismo e universalismo; continentalismo e oceanismo. E, segundo ele, a análise que se pretende é complexa: da totalidade regional. Não particularmente geográfica, porém também antropológica, econômica, política e sociológica. Não só as formas como a substância da vida regional de tal forma grudada às formas que sem elas as mesmas se desmancham ou se desfazem em pó. (SOUZA, 2006)

‘Os Sertões’ e ‘Casa Grande & Senzala’

Analizamos dois dos maiores intérpretes do Brasil no século XX, em suas obras principais: Euclides da Cunha e *Os Sertões*, e Gilberto Freyre e *Casa Grande e Senzala*. Ambos os livros e autores estão inseridos no contexto de institucionalização das ciências sociais brasileiras, sendo considerados marcos na passagem do discurso ensaístico para o científico. Nesse contexto também compartilhavam as grandes questões nacionais do período e a pretensão de encará-las a partir de métodos científicos considerados modernos.

O engenheiro militar e jornalista fluminense e seu relato da Guerra de Canudos foram fundamentais para reforçar o duradouro e poderoso dualismo brasileiro entre litoral e sertão e cristalizar uma representação espacial sertaneja em vastas áreas do Nordeste. Suas influentes descrições relacionaram uma região natural, um hábitat e uma etnia.

Neste sentido, especificamente na ciência geográfica ‘*Os Sertões*’ foi também um livro pioneiro. José Veríssimo da Costa Pereira, estudioso da obra de Euclides da Cunha citou que ‘à luz da geografia moderna’ este teria ‘precedido’ ao conceito lablacheano de gêneros de vida, de 1911. Quando escolhido um dos ‘Vultos da Geografia do Brasil’, na RBG de 1940, Euclides foi descrito como ‘um grande geógrafo’, ‘dentre os maiores do Brasil’. *Os Sertões* seria uma ‘legítima antropogeografia’, um livro ‘nitidamente’ geográfico, e “(...) talvez o mais notável trabalho de geografia humana que um pedaço de Terra mereceu de um escritor. Dentro dos princípios modernos fez derivar da terra o homem à sua imagem e semelhança” (PEREIRA, 1940, p. 96).

Casa Grande e Senzala, também essencial no pensamento social brasileiro, foi publicado 31 anos

após Os Sertões e produziu e legitimou uma outra narrativa da região Nordeste e do Brasil. Suas análises são de certa maneira complementares. De seu lado, Cunha teria 'revelado' uma face do Brasil desconhecido, justamente os sertões, mas 'ignorado' o complexo casa grande e senzala descrito por Gilberto Freyre. Por sua vez o sociólogo pernambucano diminuiu a participação do 'gênero de vida' do sertão na formação da nação, ao reivindicar a civilização patriarcal e escravista do açúcar como gênero de vida hegemônico na colônia e modelo para o país.

Ainda assim como vimos, Freyre, a partir da sua estrutura narrativa do 'equilíbrio dos antagonismos', admitiu que o gênero de vida do engenho nunca deixou de ser desafiado como o único da colônia. Para este autor o sertão era o lugar da pecuária e do nomadismo, desbravado por bandeirantes e missionários. Desse sertão 'resultaria' o Brasil 'indiferente' aos interesses da escravidão, cujos representantes mais simbólicos seriam o estado do Ceará e os gêneros de vida do sertanejo ou vaqueiro. Sertão em CGS era também um espaço propício à expansão colonial (efetuadas por bandeirantes paulistas, povoadores cearenses e até negros fugidos). Portanto, sertão para Gilberto Freyre era um espaço externo ao complexo casa grande e senzala, habitado originalmente por índios, mas que perdeu ou perderá ao longo da história essa condição.

Mesmo o sertanejo descrito por Freyre teria 'contribuição dominante' do negro em relação à indígena. Neste tema o autor, apoiado em Roquette-Pinto critica diretamente o 'sertanejo do norte' retratado por Cunha, o qual seria inegavelmente, o tipo de uma subcategoria étnica já constituída" (CUNHA, 2000, p. 92) ao longo de 'três séculos', com a 'dosagem preponderante de sangue tapuia'. Esta foi descrita como uma 'raça forte e antiga, imutável e definida', e teria sido formada pelo encontro entre os 'paulistas' e os 'baianos' acontecido através do rio São Francisco. Euclides da Cunha concluiu que neste tipo de povoamento sobressaia o indígena e que a sociedade aí formada, "(...) rude, (...) incompreendida e olvidada era o cerne vigoroso da nossa nacionalidade" (CUNHA, 2000, p.87).

Os Sertões abrigariam uma população 'perdida', 'insulada', 'ablegada', "(...) evoluindo em círculo apertado durante três séculos, (...) num abandono completo, (...) guardando, intactas, as tradições do passado" (CUNHA, 2000, p. 92-93). Ressaltamos que assim como Cunha, Freyre baseou sua estrutura teórica e discursiva nas relações entre espaço e raça. Todavia em CGS a ideia de espaço foi tratada a partir do conceito 'natureza, meio físico, ou trópico' e a de raça, pelos conceitos de 'cultura' e 'nação'. Esses conceitos foram utilizados para explicar os aspectos de atraso e de evolução nos

gêneros de vida identificados por Freyre. Por exemplo os colonizadores foram descritos por Freyre como ‘dominadores da natureza’, justamente por sua ‘evolução cultural’, enquanto os índios, ao contrário, eram ‘dominados pela natureza’.

Neste sentido Freyre considerou que o amplo meio físico colonial não variava muito, o que permitiu a consolidação de um único gênero de vida na colônia, precisamente aquele retratado em CGS: a monocultura escravocrata e latifundiária. Entretanto, para o grande pensador pernambucano, exatamente a ‘terra vasta’ tornou possível ‘tolerar’ o ‘antagonismo econômico’ entre o engenho e os sertões, e permitiu alcançar um ‘equilíbrio econômico’.

O historiador Fernando Nicolazzi (2010) explorou Freyre como um leitor de Euclides¹⁷, concluindo por uma suposta atitude reativa do primeiro quanto ao segundo. Vários fatores foram apontados para justificar essa hipótese. Primeiramente Freyre (1941) teria buscado marcar uma diferença entre CGS e Os Sertões nas quais o segundo seria falho em termos científicos. O principal ponto dessa crítica foi o de que o relato da Guerra de Canudos teria sido marcado pela experiência pessoal de Cunha, um morador da capital federal, no sertão.

Freyre indicou nestes textos que a primazia conferida por Cunha ao sertão (e mesmo toda a caracterização desta ‘paisagem’) seria uma escolha estética, fundada em aspectos da sua personalidade ‘angustiada’ que se identificava com a ‘dor do sertanejo’ e com a ‘tristeza da vegetação’. Assim Nicolazzi (2010, p.264) citou que Cunha teria uma atração pelo ‘anguloso’, o ‘ossudo’ e o ‘hirto dos relevos ascéticos’ e ‘secamente masculinos’ do agreste e dos sertões. Simultaneamente Cunha também ‘repugnava’ o ‘gordo’, o ‘arredondado’, o ‘farto’, o ‘satisfeito’, a ‘moleza’, a ‘maciez’ (‘como que de carne’), o ‘pegagento’ (da terra) e a ‘doçura’ (do massapê). Por fim, o pernambucano conclui que Cunha “(...) não só acrescentou-se aos sertões como acrescentou os sertões sempre á sua personalidade e ao ‘caracter brasileiro’ de que ficou um dos exemplos mais altos e mais vivos. Uma especie de martyr” (FREYRE, 1939, p.X-XI apud NICOLAZZI, 2010, p.262).

Por conseguinte, destacamos essa interpretação de Freyre porque não somente diz respeito ao autor de Os Sertões, mas buscava atingir o discurso dos sertões como lócus da nacionalidade. Para Freyre (2003) a casa-grande, ‘completada’ pela senzala, representaria ‘todo’ um ‘sistema econômico, social,

¹⁷ São principalmente três textos utilizados por Nicolazzi (2010): uma introdução de Freyre na publicação do diário de Euclides da Cunha da expedição de Canudos (1939); uma transcrição do discurso ‘Atualidade de Euclides da Cunha’ proferido por Freyre na Casa do Estudante do Brasil em 1941; e um texto em que Freyre apresentou uma edição de 1966 das obras completas do autor de Os Sertões, ‘Euclides da Cunha revelador da realidade brasileira’.

político’, a ‘monocultura escravocrata e latifundiária’. Essa extrapolação foi expressa pela importância conferida por Freyre à família, ‘o grande fator colonizador do país’, ‘a unidade produtiva’, ‘o capital’ e ‘a força social e política’ aristocrática.

Freyre construiu sua narrativa calcado na continuidade e aproximação entre sujeito e objeto. Logo, o autor pernambucano privilegiou uma concepção homogênea de temporalidade, ao contrário da distância e ruptura observadas na relação ‘sujeito-objeto’ experimentada por Cunha ao promover a dualidade ‘litoral-sertão’ (NICOLAZZI, 2010). Essa distância temporal e espacial entre o autor e seu objeto é uma característica do pensamento moderno. Juntamente com Massey (2008) identificamos que além de separar sujeito e objeto a modernidade também permitiu analisar as distâncias espaciais como sequências temporais.

O Manifesto Regionalista

O *Manifesto Regionalista* foi lido no Primeiro Congresso Brasileiro de Regionalismo, em Recife, no ano de 1926¹⁸. Neste texto Freyre lança uma arrojada proposta regionalista, concebida por um Movimento Regionalista por ele descrito. Logo no início o autor se questiona sobre a legitimidade da expressão ‘Nordeste’: “Realidade que a expressão "Nordeste" define sem que a pesquisa científica a tenha explorado até hoje, sob o critério regional da paisagem, a não ser em raras obras como a de um Von Luetzelburg, admirável ecologista alemão” (FREYRE, 1952).

Freyre também se esmera em diferenciar a sua proposta de regionalismo de separatismo ou de um regionalismo supremacista nordestino:

Seu fim [do Movimento Regionalista] não é desenvolver a mística de que, no Brasil, só o Nordeste tenha valor, só os sequilhos feitos por mãos pernambucanas ou paraibanas de sinhás sejam gostosos, só as rendas e redes feitas por cearense ou alagoano tenham graça, só os problemas da região da cana ou da área das secas ou da do algodão apresentem importância. Os animadores desta nova espécie de regionalismo desejam ver se desenvolverem no País outros regionalismos que se juntem ao do Nordeste, dando ao movimento o sentido organicamente brasileiro e, até, americano, quando não mais amplo, que ele deve ter.

A maior injustiça que se poderia fazer a um regionalismo como o nosso seria confundi-lo com separatismo ou com bairrismo. Com anti-internacionalismo, anti-universalismo ou anti-nacionalista. Ele é tão contrário a qualquer espécie de separatismo que, mais unionista que o atual e precário unionismo brasileiro, visa a superação do estadualismo, lamentavelmente

¹⁸ Há um polêmico debate em torno da data em que o manifesto foi escrito. Embora Gilberto Freyre na sua publicação de 1952 indique que ele tenha sido feito e lido no Congresso de 1926, Joaquim Inojosa e depois Neroaldo Pontes de Azevedo apresentaram documentações que comprovavam isto não ter acontecido. Antonio Dimas, em longo prefácio da sétima edição do Manifesto, de 1996, aceita esta versão, mas relativa o falseamento da data por Freyre, apontando textos da época que tinham conteúdo bastante similar (DIMAS, 1996).

desenvolvido aqui pela República - este sim, separatista - para substituí-lo por novo e flexível sistema em que as regiões, mais importantes que os Estados, se completem e se integrem ativa e criadoramente numa verdadeira organização nacional. Pois são modos de ser - os caracterizados no brasileiro por suas formas regionais de expressão - que pedem estudos ou indagações dentro de um critério de interrelação que ao mesmo tempo que amplie, no nosso caso, o que é pernambucano, paraibano, norte-riograndense, piauiense e até maranhense, ou alagoano ou cearense em nordestino, articule o que é nordestino em conjunto com o que é geral e difusamente brasileiro ou vagamente americano. (FREYRE, 1952).

A base do manifesto é a contraposição às ideias, do seu ponto de vista, estrangeiras e não adaptadas às nossas realidades, e a proposição de uma:

(...) nova organização do Brasil. (...) em que as vestes em que anda metida a República - roupas feitas, roupagens exóticas, veludos para frios, peles para gelos que não existem por aqui - sejam substituídas não por outras roupas feitas por modista estrangeira mas por vestido ou simplesmente túnica costurada pachorrentamente em casa: aos poucos e toda sob medida.

Essa desorganização constante parece resultar principalmente do fato de que as regiões vêm sendo esquecidas pelos estadistas e legisladores brasileiros, uns preocupados com os "direitos dos Estados", outros, com as "necessidades de união nacional", quando a preocupação máxima de todos deveria ser a de articulação inter-regional. Pois de regiões é que o Brasil, sociologicamente, é feito, desde os seus primeiros dias. Regiões naturais a que se sobrepuseram regiões sociais. (FREYRE, 1952).

Destacamos esta última frase, na qual Freyre demonstra a posição teórica que baseia seu regionalismo, uma análise sociológica e histórica, como muito comumente acontecia nas suas obras. Nesta proposta as regiões seriam antes naturais e ao longo do tempo teriam sido transformadas em regiões sociais. A união destas regiões conformaria o Brasil, muito mais do que os estados, recortes administrativos que careciam de legitimação histórica e sociológica:

O conjunto de regiões é que forma verdadeiramente o Brasil. Somos um conjunto de regiões antes de sermos uma coleção arbitrária de "Estados", uns grandes, outros pequenos, a se guerrearem economicamente como outras tantas Bulgárias, Sérvias e Montenegros e a fazerem às vezes de partidos políticos - São Paulo contra Minas, Minas contra o Rio Grande do Sul - num jogo perigosíssimo para a unidade nacional.

Regionalmente é que deve o Brasil ser administrado. É claro que administrado sob uma só bandeira e um só governo, pois regionalismo não quer dizer separatismo, ao contrário do que disseram ao Presidente Artur Bernardes. Regionalmente deve ser estudada, sem sacrifício do sentido de sua unidade, a cultura brasileira, do mesmo modo que a natureza; o homem da mesma forma que a paisagem. Regionalmente devem ser considerados os problemas de economia nacional e os de trabalho. (FREYRE, 1952).

Apesar destas propostas em nenhum momento Freyre deixa claro qual seria a delimitação exata de tal região Nordeste. Podemos inferir, por algumas passagens, que Pernambuco (e principalmente sua região agrária) seria a core área da região, e ainda Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Alagoas, Piauí e Maranhão estariam nesse recorte. A presença da Bahia e Sergipe é ambígua.

2.1.3. Regionalização oficial

Outra estratégia possível para entender o sertão nordestino é através da regionalização oficial do Brasil. Como principal fonte nesta questão, para o período selecionado, apresentamos a monografia de Fábio de Macedo Soares Guimarães, *Divisão regional do Brasil*, publicada em 1942 pelo IBGE. Neste trabalho, além de promover densa discussão conceitual acerca da região e formas de regionalização (GUIMARÃES, 1942, p. 9-21), citando, entre outros, Jean Brunhes, Camille Valaux, Pierre Deffontaine, Lucien Febvre e Georg Von Mayr ('um dos ilustres mestres da estatística'), o autor descreve quatorze propostas de regionalização do território nacional feitas por estudiosos e duas apresentadas por órgãos do governo federal (GUIMARÃES, 1942, p. 21-39).

O mote da monografia é afirmar a necessidade da fixação de uma divisão regional única do território nacional (GUIMARÃES, 1942, p. 2-9). O exemplo do Nordeste é citado:

Quando um autor se refere, por exemplo, ao Nordeste do Brasil, fica-se frequentemente em dúvida quanto ao trecho do território nacional que ele quer considerar: para uns tal região abrange nove estados, desde o Maranhão até a Bahia, enquanto que para outros ela compreende apenas cinco, do Ceará a Alagoas. (GUIMARÃES, 1942, p. 3)

Nesse sentido depois de descrever e analisar rapidamente as principais propostas de regionalização do Brasil o autor define suas orientações para uma divisão regional 'que atenda aos melhores critérios geográficos e possa se consolidar como oficial, tanto em termos administrativos como didáticos' (após o quadro serão indicadas estas orientações). Apresentaremos as propostas descritas por Guimarães em um quadro que facilitará a visualização destes dados (**Figura 3**). As dezesseis propostas são individualizadas e expostas em ordem cronológica (três propostas que não tinham indicação de data foram colocadas no final do quadro). Destacam-se em cada item o ano da proposta, o autor, a referência ao texto de Guimarães, a fonte na qual foi publicada a proposta, algumas observações deste autor consideradas pertinentes e, por fim, a descrição das regiões que engloba a área hoje considerada como região Nordeste.

Apesar das três primeiras propostas apresentadas por Guimarães serem do século XIX todas as restantes são bastante próximas ao período foco do trabalho. Notamos, apenas a título de ilustração, que em artigo de 1955, Gilberto Freyre criticava o esquecimento no Brasil do trabalho de Emilie Adet, *O Império do Brasil e a Sociedade Brasileira em 1850*, publicado em português (Revista Universal Lisbonnense, 1851) e francês (*Revue des Deux Mondes*, 1851). Segundo Freyre tal obra representaria uma 'antecipação do critério regional nos estudos brasileiros', pois esforçava-se na tentativa de

caracterizar o brasileiro segundo as principais regiões do país. Ressaltamos, porém, que tal estudo versava sobre uma regionalização em critérios culturais o que, na perspectiva de Guimarães não se apresentava como alternativa viável.

A geógrafa Angélica Alves Magnago (1995) em artigo publicado na Revista Brasileira de Geografia do IBGE faz uma revisão de algumas destas propostas, porém destinando maiores considerações as mais recentes, posteriores ao estudo de Guimarães. Magnago (1995, p. 67) cita ainda duas divisões regionais propostas por João Segadas Vianna (1933) e Everardo Beckheuser, feitas nos anos 1930, porém sem explicitar seus contornos (Guimarães também não as apresenta). No final desta década, com a fundação do Conselho Nacional de Geografia e do IBGE, e o regime do Estado Novo, se consolida a necessidade de uma regionalização oficial, como as duas últimas destacadas no quadro, fato que inclusive é a origem da monografia de Fábio de Macedo Soares Guimarães.

Na conclusão da monografia o autor confirma que, segundo sua análise, a melhor divisão em regiões naturais é a criada por Delgado de Carvalho e adotada no ensino secundário (como já exposto na descrição citada no quadro acima). Porém,

Dentre as divisões em regiões econômicas, relativas, portanto a fatos da geografia humana, a melhor é a que foi estabelecida pelo Conselho Técnico de Economias e Finanças (desde que os estados do Maranhão e Piauí passem a ser incluídos na região Nordeste), tendo-se em vista a atual situação econômica do país. (GUIMARÃES, 1942, p. 44).

Na decisão entre os dois tipos de classificação o autor aponta sua preferência pela região natural, por causa da vantagem da estabilidade, em relação às regiões humanas, “que em sua instabilidade, ora se distanciam, ora se aproximam das regiões naturais” (GUIMARÃES, 1942, p. 44). Assim conclui a monografia e suas recomendações:

Ao geógrafo, somente cabe fornecer ao administrador uma base para a divisão prática, única para fins administrativos, sobretudo estatísticos. Se ao administrador mais importar uma divisão que corresponda à situação econômica momentânea do país, então é natural que escolha uma divisão em zonas econômicas, embora tenha de alterá-la alguns decênios mais tarde. Se, porém, preferir uma divisão estável, permanente, que permita bem estudar a evolução do país, pela referência de todos os dados a quadro regionais fixos, indicados pela natureza, deverá nesse caso basear-se numa divisão em ‘regiões naturais’.

O depoimento da Geografia é favorável a esta última solução. (GUIMARÃES, 1942, p. 45)

Divisão Regional do Brasil - GUIMARÃES, 1942

Principais propostas de regionalização:

1843 - Von Martius (GUIMARÃES, 1942, p. 22), a proposta era parte da monografia *Como se deve escrever a história do Brasil*, publicada pelo IHGB. O autor indicava a necessidade, através de argumentos geográficos, de estudar a história nacional em grupos regionais, conformados por aspectos da sua natureza física. Entretanto, Guimarães afirma que “é certo que as regiões por ele consideradas eram de caráter histórico” (GUIMARÃES, 1942, p. 21).

1889 – André Rebouças (GUIMARÃES, 1942, p. 22-23), e sua proposta de dez zonas agrícolas. É uma divisão prática (considera os limites estaduais). A atual região Nordeste estava cindida em quatro regiões na regionalização de André Rebouças: Zona da Paranaíba (Maranhão e Piauí), do Ceará (Ceará), do Paraíba do Norte (Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas), do São Francisco (Sergipe e Bahia) (GUIMARÃES, 1942, p. 23). Guimarães aponta que para definição das regiões foi realizado “um amplo estudo geográfico”, não apenas de fatores econômicos. Porém o resultado é criticado pelo número excessivo de regiões.

1893 – Elisée Reclus (GUIMARÃES, 1942, p. 23), e sua proposta, parte do livro *Estados Unidos do Brasil*. Guimarães (1942, p. 23) destaca que essa “(...) representa já um grande passo no sentido da consideração de verdadeiras regiões naturais”. Entre as oito regiões delimitadas a Costa Equatorial (do Maranhão a Alagoas) e a Bacia do São Francisco e Vertente Oriental dos Planaltos (Sergipe, Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais) nos interessam diretamente. Essa regionalização também é criticada pelo número excessivo de regiões, e pelo peso dado “(...) às relações entre bacias fluviais e regiões naturais” (1942, p. 23).

1905 – Said Ali (GUIMARÃES, 1942, p. 25), proposta parte do livro *Compêndio de Geografia Elementar. Divisão em cinco regiões*, e “atendendo às afinidades econômicas dos estados entre si e com elas conciliando, tanto quanto possível, as condições geográficas” (ALI, 1905, p. 136 *apud* GUIMARÃES, 1942, p. 25). Repete-se a definição de uma região do Maranhão até Alagoas – Brasil Norte-Oriental, e cria-se uma região Brasil Oriental, abrangendo Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Minas Gerais, e São Paulo (GUIMARÃES, 1942, p. 25).

1913 – Delgado de Carvalho (GUIMARÃES, 1942, p. 25-27), proposta parte do livro *Geografia do Brasil*. Para Guimarães (GUIMARÃES, 1942, p. 25) esta é a primeira publicação de um “livro didático, em que a Geografia Regional merecia realmente tal nome. Em vez do estudo feito até então pelas unidades políticas isoladas, eram estas agrupadas, e dentro de cada quadro regional passava a ser estudada, quer a Geografia Física, quer a Geografia Humana”. Guimarães também salienta que essa divisão foi adotada no ensino de geografia alguns anos depois de publicada. A região Brasil Norte-Oriental, de Said Ali é mantida, e a Brasil Oriental passa a abranger Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, e Minas Gerais. Guimarães considera esta uma síntese evolutiva das regionalizações anteriores. Tais regiões seriam posteriormente redefinidas sem atentar aos limites estaduais pelo Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, conforme publicado na RGB, ano II, nº4, páginas 640e 641.

Tais blocos devem ser denominados 'Grandes Regiões Naturais', cada uma formando um grande todo caracterizado por uma certa unidade geral, tendo em vista fatos fundamentais 'em torno dos quais se agrupam todos os outros', segundo o pensamento de Vallaux. Cada um deles compreende forçosamente partes que se distinguem uma das outras, as 'Regiões' propriamente ditas, e estas, por sua vez, ainda podem comportar sub-divisões. (GUIMARÃES, 1942, p. 27).

Novamente o Nordeste é o exemplo utilizado para ilustrar essas definições, que para Guimarães é a melhor proposta de regionalização já apresentada:

(...) o Nordeste, que comporta certamente sub-divisões. A chamada 'zona da Mata', faixa litorânea que se estendo do cabo de São Roque para o sul, encosta oriental da chapada que constitui a maior parte da região, distinguem-se certamente das zonas chamadas 'agreste e sertão'. Destacá-la, seria, porém quebrar a unidade deste grande 'todo' regional que é o Nordeste. Trata-se de duas partes complementares, indissolúvelmente ligadas. Tais laços refletem-se claramente nos fatos da Geografia Humana, sobretudo nos fatos econômicos. Conforme salientamos (...) os fatos humanos podem servir como elemento de caracterização das regiões naturais desde que se considerem apenas aqueles que resultem do determinismo geográfico. As ligações entre os habitantes da 'mata' e os do 'agreste' e 'sertão' não são artificiais, não resultam de nenhum capricho do livre arbítrio humano, mas foram determinadas pelas próprias condições naturais. Pierre Denis salienta mesmo que 'de todos os exemplos de associação entre regiões pastorais e regiões agrícolas, tão numerosos na América do Sul, este é o mais estável, o mais perfeitamente de acordo com as condições geográficas'. (GUIMARÃES, 1942, p. 27).

1922 - professor **Honório Silvestre**, presente no capítulo *Aspecto Físico*, da *Geografia do Brasil*, publicada pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. O país foi dividido em quatro regiões, tendo como aspecto fundamental as bacias fluviais. Todos os estados do atual Nordeste, que não fazem parte da bacia do São Francisco eram pertencentes à região da Vertente Amazônica. A bacia do São Francisco fazia parte, junto com a do Paraná, da Região Intermediária.

1926, padre **Geraldo Pauwels** (GUIMARÃES, 1942, p. 30-35), proposta estabelecida no artigo *O conceito da região natural e uma tentativa de estabelecer as regiões naturais do Brasil*, publicado na revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Esta seria diferente de todas as precedentes, pois observava rigorosamente um 'critério científico' de regiões naturais baseadas na Geografia Física, "(...) e por conseguinte abrindo mão das unidades políticas" (GUIMARÃES, 1942, p. 30). Sua desvantagem nesse sentido é não "(...) servir de base conveniente para uma divisão de caráter prático" (GUIMARÃES, 1942).

São seis as regiões definidas por Pauwels, estando à parte oeste do Maranhão vinculada à Amazônia. A Região das Caatingas compreende o Ceará, e parte dos estados do Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas e 'talvez' parte de Goiás e Mato Grosso, 'até o Tapajós', o que só seria verificado após estudos que avançassem no conhecimento geográfico destas áreas. Mesmo Guimarães aponta que eram então estas as áreas onde existiam "partes das mais desconhecidas do Brasil, como seja o norte de Mato Grosso, a leste do Tapajoz" (GUIMARÃES, 1942). Uma outra região, a Litoral, abrangia uma estreita faixa litorânea, desde o cabo de São Roque, no Rio Grande do Norte, até o ponto onde no Rio grande do Sul, a Serra Geral inflete para oeste. A largura da faixa é definida pela proximidade do planalto brasileiro, e pela presença da "(...) grande

fímbria florestal da encosta do planalto” (GUIMARÃES, 1942), a mata atlântica.
1926 - Roy Nash , em <i>A conquista do Brasil</i> , em seis ‘províncias fisiografias’, baseadas unicamente nas características do relevo, “Basta notar-se que nela não figura a região do Nordeste, uma das mais características regiões do Brasil” (GUIMARÃES, 1942, p. 36).
1927 – Pierre Dennis (GUIMARÃES, 1942, p. 27-28), a proposta faz parte do livro <i>Amérique du Sud</i> . Tal regionalização apresenta uma particularidade em relação às outras, pois divide o estado da Bahia em três das seis regiões definidas para o território nacional. Deste modo a região Nordeste abrange a totalidade dos estados do Maranhão à Sergipe, e a parte Nordeste da Bahia, incluindo o recôncavo e Salvador. A região Minas e o São Francisco abrange Minas Gerais e grande parte da Bahia. E a Costa Atlântica de Baía ao Rio, compreende o Sul da Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal. Guimarães considera positiva essa classificação, que se aproximaria mais das regiões naturais.
1937 – Betim Pais Leme (GUIMARÃES, 1942, p. 28), divisão proposta em aulas da cátedra Geografia Regional, na Universidade do Distrito Federal. O aspecto privilegiado são as estruturas geológicas predominantes, que conformariam ‘zonas estruturais’. Na Zona Intermediária constavam os estados do Maranhão e Piauí, na Zona Estabilizada, por Peneplanização, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, e em uma outra Zona Intermediária, Sergipe e Bahia.
1939 – Moacir Silva (GUIMARÃES, 1942, p. 29), proposta publicada na série de artigos <i>Geografia dos Transportes no Brasil</i> (RGB, ano I, nº2, p. 93). Este engenheiro era consultor técnico do Conselho Nacional de Geografia e propõem uma divisão baseada em Delgado de Carvalho. Em relação a esta última Moacir Silva cria três zonas de transição além das cinco regiões. Maranhão e Piauí conformam a primeira zona de transição, Sergipe e Bahia a segunda, e São Paulo a terceira. A vantagem desta divisão regional era conciliar muitas das divergências das regionalizações anteriores: “Com efeito, as três partes por ele destacadas como ‘zona de transição’ são justamente as que mais tem variado de posição, quanto às ‘grandes regiões’ as que devam pertencer. Conciliam sobretudo as discordâncias entre ‘regiões naturais’ e ‘regiões humanas.’” (GUIMARÃES, 1942, p. 29). Por outro lado, o mesmo autor indica como desvantagem o elevado número de divisões.
Sem data - Alberto Rangel , proposta em <i>Aspectos Gerais do Brasil</i> ¹⁹ , divide o território nacional em quatro partes. O Setor do Nordeste abrange “(...) os estados entre o Gurupi e o Real, do Maranhão ao Sergipe. A Cordilheira Marítima” (RANGEL <i>apud</i> GUIMARÃES, 1942, p. 36) possui a parte do estado da Bahia a leste da Chapada Diamantina, e as Terras Centrais, a parte restante da Bahia.
Sem data - Silvio Romero , em treze zonas socioeconômicas. Um mapa delimitando tais regiões existiria na Geografia Elementar, de Delgado de Carvalho (7ª edição, p. 290).
Sem data - Lionel Wiener , em oito regiões definidas sob o aspecto das comunicações ferroviárias. Encontra-se explicitada num mapa no artigo já citado de Moacir Silva.
Propostas de regionalização oficiais

¹⁹ Guimarães não fornece nenhuma indicação bibliográfica sobre este trabalho. Também não localizamos nenhuma publicação. Com esse mesmo título encontramos um curso ministrado por Alberto Rangel na Academia de Altos Estudos da Faculdade de Filosofia e Letras do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em quatro conferências realizadas no período de 2 de dezembro de 1913 a 8 de janeiro de 1914, conforme artigo de Lucia Maria Paschoal Guimarães (2007).

1938 - A primeira regionalização oficial é a divisão em cinco zonas adotada pelo IBGE em 1938, estabelecida pelo Conselho Nacional de Estatística, indicando a regionalização então em uso no Ministério da Agricultura (GUIMARÃES, 1942, p. 36). Faziam parte da região Norte os estados do Maranhão e Piauí, enquanto Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, e Alagoas compunha o Nordeste. Sergipe, Bahia e Espírito Santo conformavam a região Este. O autor critica essa regionalização, "(...) que, ao nosso ver, não encontra base suficiente, quer na Geografia Física, quer na Geografia Humana. Parece ter dominado o critério da posição geográfica" (GUIMARÃES, 1942, p. 38).

1939 - A segunda é a regionalização proposta pelo Conselho Técnico de Economia e Finanças, de 1939, baseada em aspectos predominantemente econômicos (GUIMARÃES, 1942, p. 39). São cinco zonas geoeconômicas. Maranhão e Piauí pertencem à região Norte, e a Região Nordeste é composta por todos os outros estados que hoje conformam a região de mesmo nome.

Figura 3: Quadro Propostas de Regionalização do Brasil. Fonte: Compilado pelo autor, com base em Guimarães (1942).

No endereço virtual do IBGE a seção intitulada Divisão Regional apresenta um histórico das regionalizações realizadas pela instituição, afirmando que "Com o prosseguimento desses trabalhos [de Guimarães, 1942], foi aprovada, em 31/01/42, através da Circular nº1 da Presidência da República, a primeira Divisão do Brasil em regiões, a saber: Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste". Esta regionalização irá sofrer revisões em 1943 e 1945²⁰, e somente sofrerá modificações na década de 1970:

No contexto da expansão do capitalismo no Pós-Segunda Guerra Mundial, em escala global e nacional, as transformações socioeconômicas implicariam em novas formas de organização do espaço brasileiro, derivando daí uma necessária revisão e reformulação do modelo de divisão regional do País. Por isso, após longo estudo realizado pelos técnicos da Divisão de Geografia do IBGE, o Diário Oficial da União publicou, em 24 de novembro de 1970, o decreto nº. 67.647, posteriormente retificado no DOU de 4 de dezembro do mesmo ano, estabelecendo, em seu artigo 1º., a Divisão Regional do Brasil para fins estatísticos elaborada em 1967, mas revista em 1969 e divulgada através da Resolução nº. 1 da Comissão Nacional de Planejamento e Normas Geográfico-Cartográficas em 8 de maio daquele ano. Esta divisão estabeleceu novo quadro com 5 Grandes Regiões (ver mapa 10):

Norte - estados do Amazonas, Pará e Acre e territórios federais do Amapá, Roraima e Rondônia;

Nordeste - estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia e território federal de Fernando de Noronha;

Sudeste - estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Guanabara e São Paulo;

Sul - estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; e

Centro Oeste - estados do Mato Grosso e Goiás e Distrito Federal. (LIMA, 2002, p. 11)

Deste levantamento histórico sobre as diversas propostas de regionalização do território nacional

²⁰ "A Resolução 143 de 6 de julho de 1945, por sua vez, estabelece a Divisão do Brasil em Zonas Fisiográficas, baseadas em critérios econômicos do agrupamento de municípios. Estas Zonas Fisiográficas foram utilizadas até 1970 para a divulgação das estatísticas produzidas pelo IBGE e pelas Unidades da Federação. Já na década de 60, em decorrência das transformações ocorridas no espaço nacional, foram retomados os estudos para a revisão da Divisão Regional, a nível macro e das Zonas Fisiográficas." IBGE, Divisão Regional – Histórico, disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm

concluimos nenhuma delas ter classificado o que hoje conhecemos como sertão nordestino como uma região específica. Por outro lado, como confirmado pelo próprio Guimarães algumas vezes, a região Nordeste caracteriza-se por ser uma das mais identificáveis nas várias regionalizações abordadas.

Outra referência para tratarmos dos sertões nordestinos, e mais especificamente, dentro da geografia, são os trabalhos de Manuel Correia de Andrade. A sua clássica divisão entre Zona da Mata, Agreste e Sertão é básica para a caracterização geográfica desta região. A abrangência do Nordeste em *O Homem e a Terra no Nordeste* (1963) é do leste do Piauí ao norte da Bahia, abarcando o Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, a parte leste do Piauí, e a porção norte da Bahia.

Já o Sertão nordestino é definido por Andrade (1963, p. 25) como sendo um espaço sujeito "(...) a secas periódicas que matam a vegetação, destroçam os animais e forçam os homens à migração". Especificamente no estado de Pernambuco esta região ocupa 88,7% da superfície, e é formada por grandes pediplanos e serras. Nas primeiras áreas, usadas na criação extensiva de gado, o clima é quente e seco e a vegetação de caatinga, enquanto que nas serras o clima é mais úmido e a vegetação mais abundante e verde, prevalecendo a agricultura (ANDRADE, 1963, p. 40-43).

Identificamos 22 textos na RBG que mencionaram ou produziram regionalizações relacionadas ao Nordeste brasileiro. Algumas respondem a critérios muito específicos, outras adaptam levemente as diferentes demarcações oficiais. Apesar da possibilidade de uma análise detida deste material propiciar um melhor entendimento sobre a região Nordeste, este não é nosso foco principal, e alguns desses textos já se encaixavam também em outros temas selecionados para analisar os sertões nordestinos. Assim, à título de exemplo, citamos apenas um texto dentre os 22.

'As Zonas de Fauna da América Tropical' de autoria do professor Cândido de Mello-Leitão (1946), consultor técnico do CNG, e delimitou três 'províncias' as quais continham os espaços da região Nordeste: Cariri, Tupi e Hiléia (**Figura 4**, p.69). A segunda somente na porção sul da Bahia, e a última apenas em porções Noroeste do Maranhão. A província que contém todo o sertão nordestino é a Cariri:

Esta Província quase não apresenta zonas de mata, sendo seu revestimento florístico constituído por palmereta, pelos vários tipos de caatinga, por cerrados, savanas e vastas campinas. Um estudo mais minucioso permitiria separar aí vários Distritos, correspondendo no Nordeste às Zonas aí conhecidas por brejo (litorânea), agreste, sertão, pequenos Distritos na porção oriental da Província; os Distritos do cerrado e das matas ciliares em sua porção média; a porção dos

campos das altiplanícies do Brasil Central; o Distrito dos terrenos alagadiços do pantanal mato-grossense, continuação do Chaco; as Regiões do Chaco Boliviano. (...) Sua fauna é, essencialmente, a fauna das campinas e savanas. (MELLO-LEITÃO, 1946, p. 103)

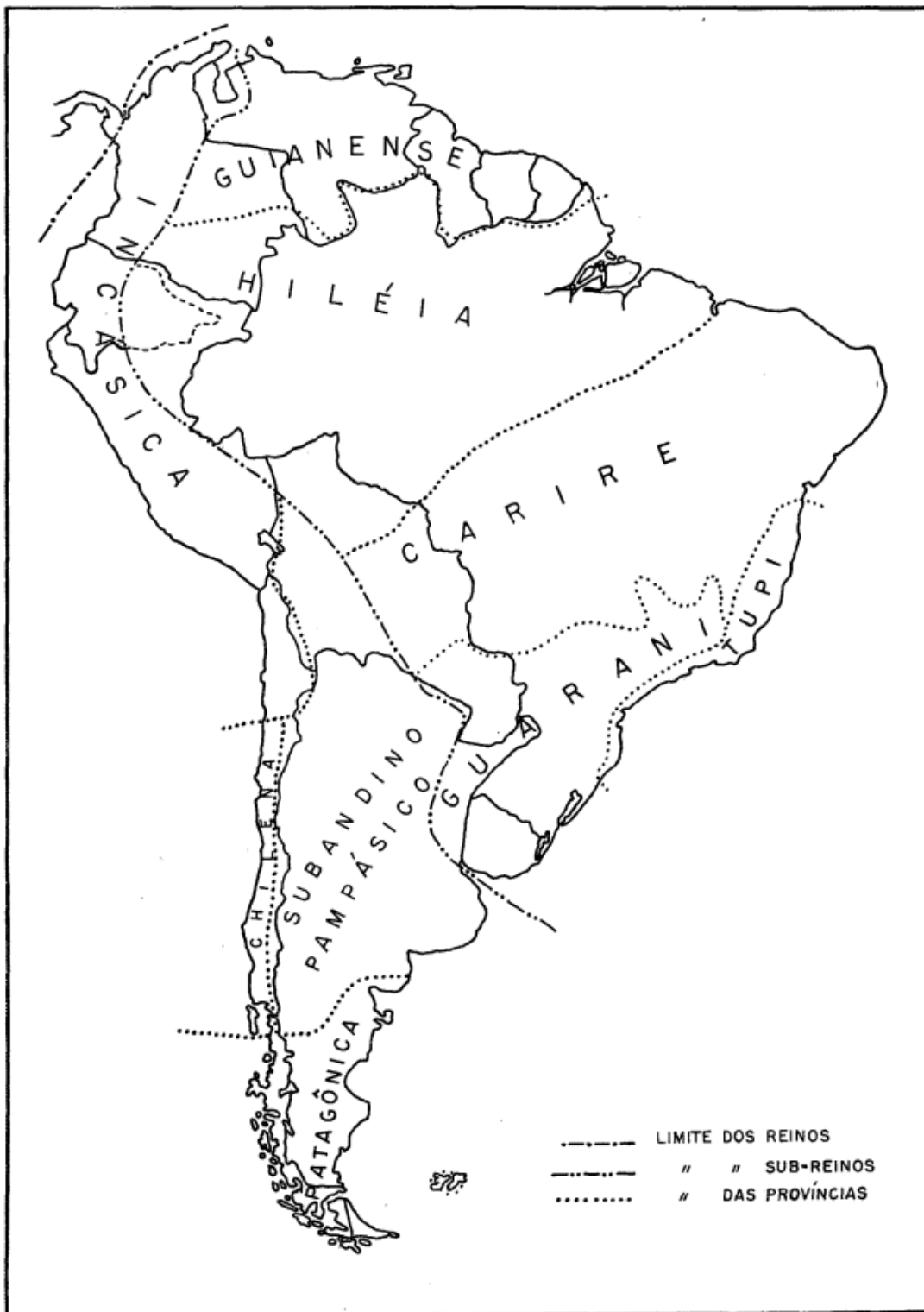


Figura 4: Mapa dos Reinos, Sub-Reinos e Províncias da América do Sul. Fonte: MELLO-LEITÃO, 1946, p. 98.

3. Os Sertões da Seca

Nesta seção apresentaremos os sertões nordestinos através das lentes da seca. Mais especificamente, daquelas porções da lente que foram apropriadas pelos estudos à época desenvolvidos como geografia. Assim terão destaque pesquisas meteorológicas, que debatiam as possibilidades de previsão e as causas das secas; pesquisas climatológicas; estudos regionais que abarcavam os variados subcampos da geografia e os aplicavam em determinados recortes de área, com vistas ao planejamento; trabalhos sobre a rede hidrográfica da região; sobre a sua famosa e característica formação vegetal – a caatinga; sobre os solos e o relevo da região; sobre determinados eventos de seca específicos; e sobre as já então tradicionais políticas de combate à seca, com realce para o debate sobre a pertinência da construção dos açudes, entre outros temas.

Todas estas discussões foram intensamente pesquisadas pela geografia, estabelecendo uma importante tradição temática na disciplina. Em meados do século XX significativa porção dos trabalhos geográficos sobre estes espaços os focalizam diretamente sob a perspectiva da seca.

Distribuindo-se ao longo do intervalo de 26 anos pesquisado detectamos na RBG 21 textos com este teor. Sua frequência é variada: entre o primeiro, publicado em 1944 e o último em 1964, temos o período de 1951 a 1955 concentrando 11 publicações, porém as restantes distribuem-se de maneira mais uniforme. Este pico está relacionado a um período em que a região experimentou uma das recorrentes grandes secas, o que obviamente trouxe o tema à tona.

Quanto à abordagem dedicada ao tema também observamos uma variação. Alguns textos são estudos diagnósticos meteorológicos mais gerais (mais ou menos extensos e aprofundados), outros tratam estritamente da questão da seca (tanto através de estudos climáticos, quanto do ponto de vista social – cultural, econômico e político), e ainda outros são pesquisas subsidiárias/diagnósticas de planejamentos (regionais ou locais, públicos ou privados) que procuram traçar possibilidades para o ‘aproveitamento’ da região.

Quanto à escala de análise os textos também variam bastante. Temos estudos gerais (dos quais os sertões nordestinos figuram entre outros espaços, como o Brasil, ou mesmo as Américas), uma maioria de análises inteiramente focadas na região e apenas um que trata de uma situação local, sobre um açude.

Iniciamos sinalizando que no período em voga a região dos sertões nordestinos, apesar de muito reivindicada, não tinha seus limites definidos consensualmente. A partir de diferentes critérios

geográficos, todos vinculados de alguma maneira à perspectiva da seca, variadas delimitações foram defendidas. Alguns textos fazem desta questão seu objeto principal, outros utilizam definições já estabelecidas, e ainda há os que não se preocupam em definir explicitamente a região, deixando apenas diretrizes subentendidas.

O primeiro texto foi escrito por José Veríssimo da Costa Pereira, e tratava-se de uma homenagem ao engenheiro de minas e civil e geólogo, formado na Escola de Minas de Ouro Preto (1894) e incentivador da mineração no país, Miguel Arrojado Lisboa (1872-1932) na seção 'Vultos da Geografia do Brasil' no último número da RBG de 1944. Lisboa foi designado em 1909 como primeiro inspetor geral do mais antigo órgão federal com atuação no Nordeste, a Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS, criado naquele ano, sob o governo do presidente Nilo Peçanha. Em 1919 esta instituição tem seu nome mudado para Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas – IFOCS e em 1945, para a denominação que perdurou até os dias atuais, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS:

Sendo, de 1909 até por volta de 1959, praticamente, a única agência governamental federal executora de obras de engenharia na região, fez de tudo. Construiu açudes, estradas, pontes, portos, ferrovias, hospitais e campos de pouso, implantou redes de energia elétrica e telegráficas, usinas hidrelétricas e foi, até a criação da SUDENE, o responsável único pelo socorro às populações flageladas pelas cíclicas secas que assolam a região.

Chegou a se constituir na maior "empreiteira" da América Latina na época em que o Governo Federal construía, no Nordeste, suas obras por administração direta tendo marcado com a sua presença, praticamente, todo o solo nordestino. Além de grandes açudes, como Orós, Banabuiú, Araras, podemos registrar a construção da rodovia Fortaleza-Brasília e o início da construção da barragem de Boa Esperança.

Com a criação de órgãos especializados, o acervo de obras construídas pelo Departamento vinculado a ações "não hídricas", como rodovias, linhas de transmissão, ferrovias, portos, etc, foram àqueles transferidos. Posteriormente, transferiram-se aos Estados as redes de abastecimento urbano e à SUVALE, hoje CODEVASF, os Projetos públicos de Irrigação situados no vale do Rio São Francisco. (DNOCS, s/d)

Assim sendo, Lisboa, dirigindo a IFOCS entre 1909 e 1912,

(...) desenvolveu os trabalhos em todos os estados flagelados procurando obter os dados de observação necessários à confecção dos projetos destinados a corrigir as falhas do clima. Iniciou várias obras de açudagem dando execução às que encontrou projetadas e orçadas pelas antigas Superintendência dos Estudos Contra as Sêcas e Comissão de Estudos e Irrigação, e, ao mesmo tempo, instalou os serviços de observação científica, indispensáveis à solução do problema, tais como estudo da flora das caatingas, observações regulares da queda das chuvas, medições das correntes d'água, observações geológicas das diferentes bacias hidrográficas e relativas aos regimes das águas superficiais e subterrâneas. Iniciou o serviço de reflorestamento, pela criação de estações florestais em Quixadá e Juazeiro, e fez o levantamento das cartas topográficas dos Estados do Nordeste. (PEREIRA, 1944, p. 98)

Lisboa voltou a dirigir a IFOCS em 1920, permanecendo até sua ‘exoneração voluntária’, em 1927. Nesta segunda fase como diretor Lisboa reorganizou a instituição e estabeleceu a ‘Caixa Especial de Obras de Irrigação de Terras Cultiváveis no Nordeste Brasileiro’. Lisboa também teria arquitetado

(...) o plano das grandes obras de irrigação e iniciou a construção das grandes barragens de Quixeramobim, Patu, Orós, Poço-dos-Paus, Pilões, Piranhas, São-Gonçalo, Parelhas e Gargalheira, e (...) [editado] setenta notáveis publicações foram impressas por sua ordem, enfeixando investigações e trabalhos de ordem científica e técnica da Inspeção. (PEREIRA, 1944, p. 99)

O texto ainda nos informou que Lisboa aliava uma forte atuação no gabinete com constantes trabalhos de campo, e possuía pendores geográficos deterministas²¹, embora conhecesse ‘exuberantemente’ o problema da seca. Lisboa

(...) focalizou com grande felicidade, o quadro de uma sêca do Nordeste e analisou-lhe os diferentes estágios. Investigou a causa dos êxodos e balanceou os conhecimentos relativos a todo o conjunto do problema. Definiu, cristalina, a região semiárida e descreveu a vida que ‘gira de fato, sobre a pressão do sertão sêco’. Focalizou os traços essenciais da geologia regional e abordou problemas de geografia pura e até questões do mais alto interesse geo-político. (PEREIRA, 1944, p. 100).

O ‘problema do São Francisco’ também foi tema de Lisboa, assim como a definição do ‘homem das regiões da seca’, sempre em relação ao meio, pesquisando “(...) seu tipo, sua formação, seu gênero de vida, seus horizontes de trabalho” (PEREIRA, 1944). Como grande proposta para solucionar todos esses problemas Lisboa citava a educação. Neste sentido comparou a situação do semiárido nordestino com as terras áridas dos EUA:

(...) as condições das sêcas no Nordeste são muito diferentes das apresentadas nas terras áridas norte-americanas, principalmente porque, lá, depois de resolvido o problema da água para irrigação permanente, o resto consistia em ‘derramar sobre a terra o homem já educado e até abastado’ (PEREIRA, 1944, p. 100).

O texto conclui-se expondo que Lisboa foi “(...) um grande técnico, um grande cientista e um grande administrador, de visão amplíssima, que fez da geografia uma ciência - sempre colocada ao serviço do homem” (PEREIRA, 1944, p. 100). Nesta mesma RBG foram publicados a ‘bibliografia técnico-científica’ do homenageado, e a relação das publicações da Inspeção Federal de Obras Contra as Sêcas, do primeiro número, em 1910, até o n.º 57, em 1923.

O texto seguinte, ‘Dispositivos da Carta Constitucional de 1946, que interessam à Geografia’ foi publicado na seção de noticiários da RBG número 3, de 1946. Seleccionamos dois pontos que dizem

²¹ Moraes (2010), classificou Lisboa como um “(...) profundo conhecedor dos sertões e adepto da antropogeografia do alemão Friedrich Ratzel, cuja matriz entendia o progresso como uma ação coordenada entre homem e natureza”.

respeito às secas nordestinas e ao Nordeste em si. O primeiro, o artigo 198 (Título IX, Disposições gerais) previa que

Na execução do plano de defesa contra os efeitos da denominada sêca do Nordeste, a União dispenderá, anualmente, com as obras e com os serviços de assistência econômica e social quantia nunca inferior a três por cento da sua renda tributária. § 1.0 - Um terço dessa quantia será depositada em caixa especial, destinada ao socorro das populações atingidas pela calamidade, podendo essa reserva, ou parte dela, ser aplicada a juro módico, consoante as determinações legais, em empréstimo a agricultores e industriais estabelecidos na área abrangida pela sêca. § 2.0 - Os Estados compreendidos na área da sêca deverão aplicar três por cento da sua renda tributária na construção de açudes, pelo regime de cooperação e noutros serviços necessários à assistência das suas populações. (DISPOSITIVOS da Carta Constitucional de 1946, 1946, p. 146)

Observamos que nesta mesma linha o artigo seguinte (199), no âmbito do ‘plano de valorização econômica da Amazônia’, normatizava a reserva por pelo menos 20 anos dos mesmos percentuais destinados aos atingidos pela ‘seca do Nordeste’. O outro item destacado foi o artigo 32 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o qual concedia dois anos para a conclusão da rodovia Rio Nordeste pela União (DISPOSITIVOS da Carta Constitucional de 1946, 1946).

Salientamos também, além destes dispositivos comentados na RBG que esta carta magna de 1946 introduziu uma mudança no seu Artigo 5º, em relação à Constituição de 1934, a qual definiu que competia “(...) privativamente à União: (...) XV - organizar defesa permanente contra os efeitos da seca nos Estados do Norte”. Na mudança foi retirado o trecho ‘nos Estados do Norte’ e acrescentado o seguinte: ‘das endemias rurais e das inundações’.

O artigo 177 da Constituição de 1934 havia definido que “A defesa contra os efeitos das secas nos Estados do Norte obedecerá a um plano sistemático e será permanente, ficando a cargo da União, que dependerá, com as obras e os serviços de assistência, quantia nunca inferior a quatro por cento da sua receita tributária sem aplicação especial” (art. 177 da Constituição de 1934). Este artigo somente foi regulado dois anos depois, pela Lei 175/1936, que tratou do ‘plano systemático da defesa contra os efeitos das seccas nos Estados do Norte’. Embora ainda não contivesse a expressão Polígono das Secas, esta normatização demarcou o seguinte:

A área dos Estados do Norte, a considerar no plano referido no art. 1º, é limitada pela polygonal, cujos vertices são os seguintes: cidades de Aracaty, Acarahú e Camocim no Ceará; intersecção do meridiano de 44º W. G., com o paralelo de 9º; intersecção do mesmo meridiano, com o paralelo de 11º e cidade de Amargosa, no Estado da Bahia; cidade de Traipú no Estado de Alagoas; cidade de Caruarú, no Estado de Pernambuco; cidade de Campina Grande, no Estado da Parahyba; e cidade de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte. (Lei nº 175, de 1936)

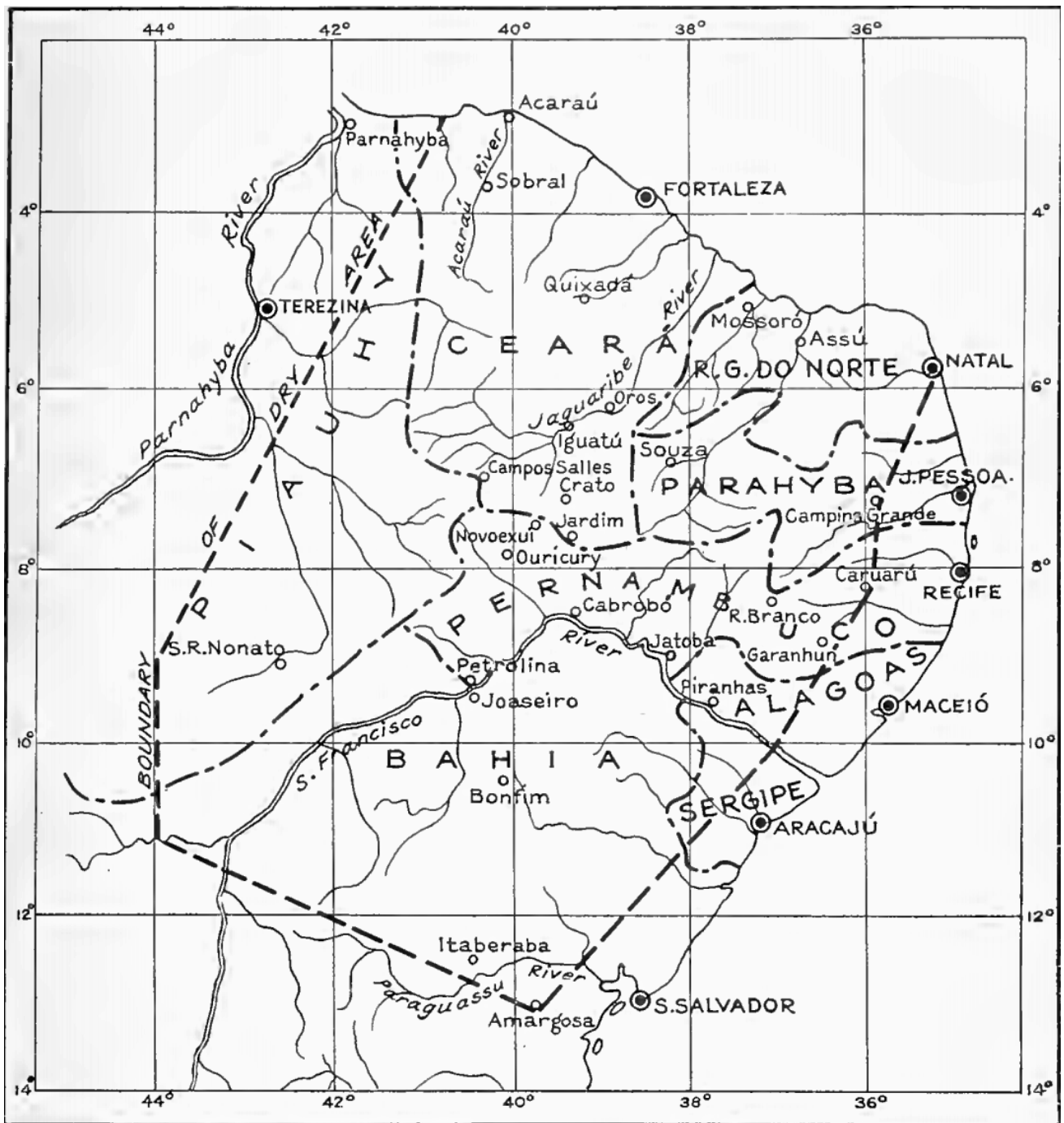
Esta primeira delimitação do que viria a se tornar o Polígono das Secas foi representada em mapa

(**Figura 5**, p.75) de autoria de Francisco Saturnino Brito Filho, em artigo publicado no 'Bulletin of the Pan American Union', nos EUA em 1936. Notamos que apesar da lei citar os 'Estados do Norte', Brito Filho nomeia o mapa como 'The Dry Region of northeast Brazil', ou A Região Seca do Nordeste do Brasil', em mais uma evidência do uso de Nordeste como uma região consolidada ainda que não oficialmente delimitada.

Dez anos depois, um decreto ampliou a demarcação de 1936, que passou a ser a "(...) área compreendida entre a margem direita do rio São Francisco desde Barra, no Estado da Bahia, até Pirapora, no Estado de Minas Gerais, a linha Pirapora-Montes Claros e a linha Montes Claros-Amargosa, no Estado da Bahia" (Decreto-Lei 9857, de 13 de setembro de 1946). Por fim, a última mudança no Polígono das Secas no período da pesquisa foi a revisão feita pela Lei 1.348/1951:

(...) a poligonal que limita a área dos Estados sujeitos aos efeitos das secas, terá por vértices, na orla do Atlântico, as cidades de João Pessoa, Natal, Fortaleza e o ponto limite entre os Estados do Ceará e Piauí na fóz do rio São João da Praia; a embocadura do Longá, no Parnaíba, e, seguindo pela margem direita dêste, a afluência do Uruçui Preto cujo curso acompanhará até as nascentes; a cidade de Gilbués, no Piauí; a cidade de Barras, no Estado da Bahia; e, pela linha atual, cidades de Pirapora, Bocaiuva, Salinas e Rio Pardo de Minas, no Estado de Minas Gerais; cidades de Vista Nova, Poções e Amargosa, no Estado da Bahia; cidades de Tobias Barreto e Canhoba, no Estado de Sergipe; cidade de Gravatá, no Estado de Pernambuco; e cidade de João Pessoa, no Estado da Paraíba. (Lei nº 1.348, de 10 de fevereiro de 1951)

Estas três demarcações (1936, 1946 e 1951) foram objeto de vários debates nas páginas da RBG, conforme veremos adiante. Um mapa (**Figura 20**) apresentado por Maio (1961, p.86, artigo que também será analisado em seguida neste mesmo capítulo), representou aquelas três versões do Polígono das Secas.



Courtesy of F. Saturnino de Brito, Jr.

MAP 2.—THE DRY REGION OF NORTHEAST BRAZIL.

Figura 5: Primeira delimitação do que viria a se tornar o Polígono das Secas, de acordo com a Lei nº 175, de 1936.

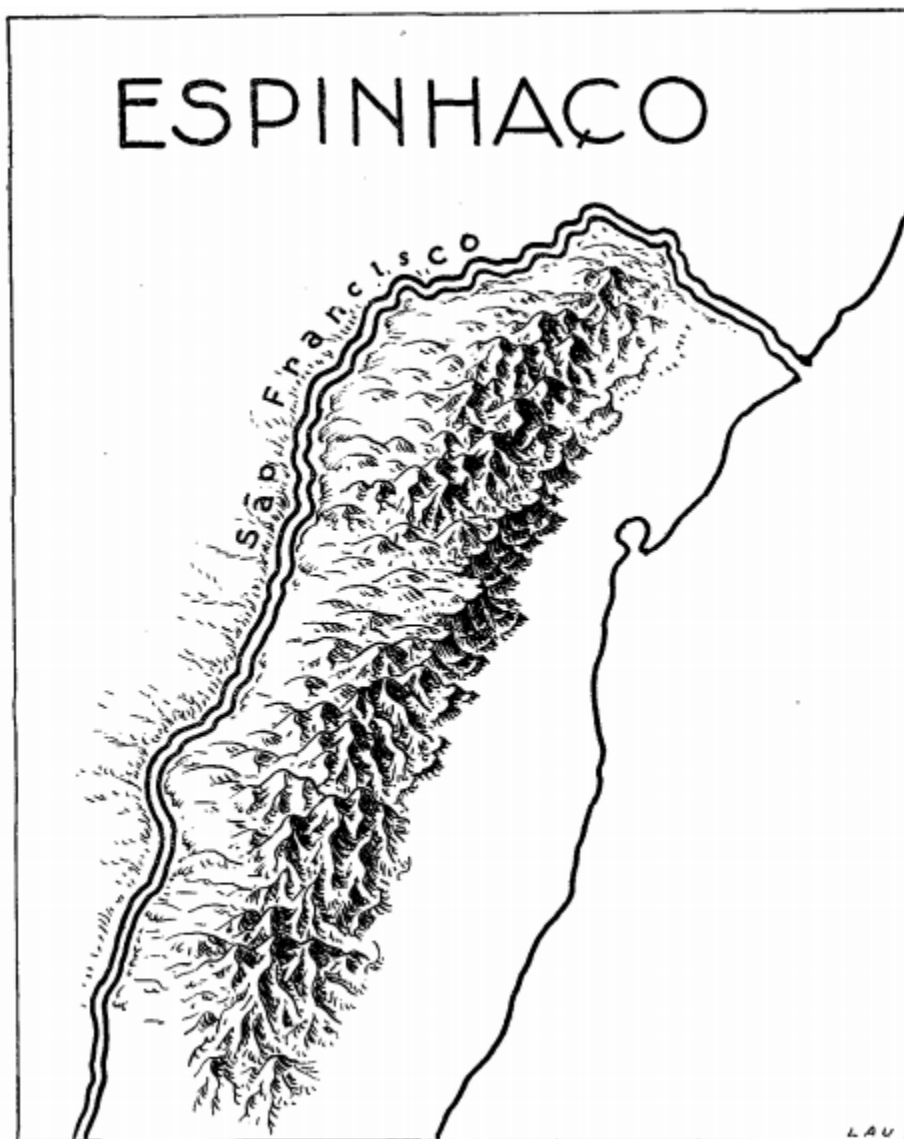
Fonte: BRITO FILHO, 1936, p. 925-931.

O texto mais antigo encontrado na RBG que tratou da delimitação de uma região sertaneja no Nordeste, sob a perspectiva da seca, foi o do professor do Instituto de Educação do Distrito Federal Affonso Várzea, 'Relêvo do Brasil', publicado no primeiro número da revista do ano de 1942. Como indicado no título o artigo abordou os sertões nordestinos somente enquanto parte de uma análise

maior, no caso, do território nacional.

As seções destinadas a estas análises são denominadas 'Nossos desertos de pedra e areia', 'Os quadrângulos de fratura', e 'O Peneplano Nordestino' (VÁRZEA, 1942). O eixo do trabalho acompanha o chamado por ele de Grande Planalto Brasileiro, e as serras, em geral bordas deste planalto.

No trecho 'Nossos desertos de pedra e areia' descreve a contenção feita pela Serra do Espinhaço ao Rio São Francisco (Figura 6, p.76), e a continuação destas serras, ao norte do grande rio, já com o nome de Borborema (Figura 7, p.77).



O bordo de enrugamento do Espinhaço, tendo ao centro os patamares da Chapada Diamantina, obrigou o São Francisco a serpentejar centenas de quilômetros para o norte, paralelamente ao oceano, antes de poder saltar do planalto na cachoeira de Paulo Afonso.

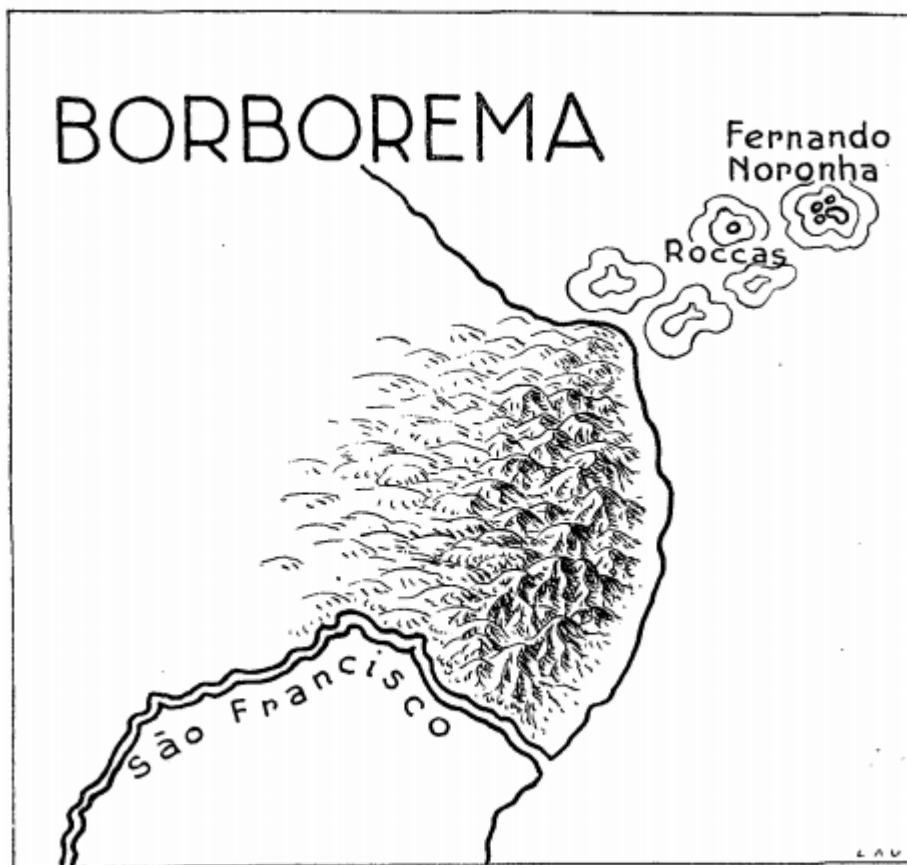
Figura 6: Esquema demonstrando a Serra do Espinhaço. Fonte: VÁRZEA, 1942, p.116.

Identificamos dentre a narrativa sobre o relevo brasileiro feita por Várzea um trecho no qual

descreveu e delimitou o Agreste e o Sertão:

As rampas abobadadas da Borborema que sobem para o altiplano, constituem a sub-região natural do Agreste, e como daí para o alto raramente cai uma gota da água trazida pelo alíseo de sueste, e também raramente tombam as gotas trazidas pelo alíseo de Nordeste, em suas irregulares e exageradas penetrações de meio do ano além do equador, tôda a faixa do planalto ostenta a paisagem ressequida, marca Arizona, que caracteriza nossa Região da Sêca, pontilhada de desertos de pedra, cercada pelos desertos de areia das dunas litorâneas e da larga zona da esquerda do São Francisco, a partir de Pilão Arcado. (VÁRZEA, 1942, p. 119).

Aqui, portanto, a delimitação da região seria dada por uma conjunção de aspectos ambientais, desde a formação geológica e os desenvolvimentos geomorfológicos da paisagem, passando pela vegetação e alcançando os fatores climáticos.



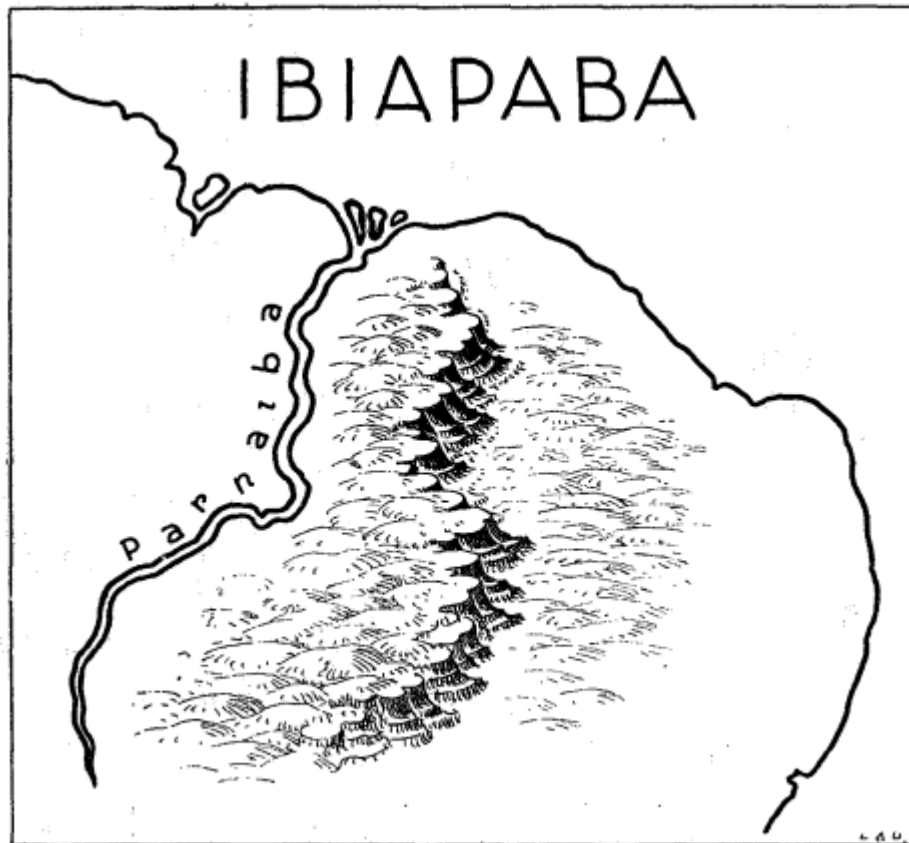
O bordo da Borborema também tem seu vulcanismo extinto, como se pode reconhecer no Rio Grande do Norte, no pico do Cabugi, e prolonga além da Ponta dos Touros a estrutura do Complexo Cristalino que forneceu fundos rasos para atoll das Rocas e para o grupo eruptivo de Fernando de Noronha.

Figura 7: Esquema demonstrando a Serra da Borborema. Fonte: VÁRZEA, 1942, p.119.

Na segunda seção deste texto por nós destacada, 'Os quadrângulos de fratura', o autor discorreu sobre outra borda do Grande Planalto Brasileiro que se localiza no Nordeste, a Serra da Ibiapaba (Figura 8, p.78):

Depois de cruzada a foz do Coreaú, a costa cearense corta o meridiano da "serra" de Ibiapaba

que os cearenses, acostumados ao rebaixado ondulado do seu complexo cristalino, apelidam com razão de Serra Grande, tão impressionante é a muralha de rutura, barrando de norte a sul o acesso à Savana de Cocais do Piauí. (VÁRZEA, 1942, p.121)



O paredão de rutura da Ibiapaba é uma réplica da Serra Geral, a leste do Parnaíba, ascendo a pique sobre a peneplanície cearense do Complexo Cristalino.

Figura 8: Esquema demonstrando a Serra da Ibiapaba. Fonte: VÁRZEA, 1942, p.120.

Finalmente, entre as serras da Ibiapaba e da Borborema situa-se 'O Peneplano Nordestino':

Os morros da Borborema, muito desgastados, estão longe de ostentar as cotas alcantiladas das arestas do Espinhaço, e das abóbadas da Mantiqueira e do Mar, e o complexo cristalino que deles se estende até o paredão da Ibiapaba, constituindo o chão ardente de nossos desertos de pedra e areia nordestinos, encontra-se tão rebaixado pela erosão, que a larga área representa a esquina nordeste do Grande Planalto Brasileiro francamente peneplainada, sendo mais que oportuno empregarmos a expressão Peneplano Nordestino. (VÁRZEA, 1942, p.121).

O autor aponta que ilhadas neste extenso peneplano desértico temos as serras úmidas:

"(...) as capas resistentes de rochas mais recentes armam terraços aqui e alí, elevações tabulares que são (...) excelentes respiradouros de altitude naquela zona de clima quente desértico dona de nossa mais alta isoterma anual - 28° - e condensando as umidades da brisa do mar armam oásis de altitude, autênticos jardins suspensos, jardins de cafezais, como acontece nas "serras" cearenses de Baturité e da Meruoca, que são calombos graníticos. Como o sol do deserto é terrível, mesmo nos oásis, êsses cafezais crescem à sombra de árvores maiores" (VÁRZEA, 1942, p.122).

A região Nordeste, e mais especificamente, os seus sertões, ainda contém mais dois bordos do Grande Planalto Brasileiro, as chapadas do Apodi e do Araripe, assim descritas por Affonso Várzea

(notamos também a curiosa comparação de partes do sertão nordestino com o deserto do Saara):

Os dois grandes terraços de teto cretáceo, dispostos em escalão recuado NE-SW e desenvolvidos no sentido do paralelo, são as Chapadas de Apodí e Araripe, a primeira armando parapeito entre a planície costeira terciária, a noroeste de Natal e a linde cearense, que trepa pela extrema ala ocidental do terraço. É rigorosamente paralela à costa e vestida de Savana pobre com dédalos de carnaubais nos valos dos *oueds*, os rios temporários da região, um dos quais lhe dá nome: o Apodí.

Significativamente estamos na ponta do Brasil mais próxima do maior deserto de pedra e areia do mundo, o Saara, que estende seus sete milhões de quilômetros quadrados alguns milhares de milhas a nordeste, lá do outro lado do oceano. Secura mais terrível é aquela que se alastra no alto da Chapada do Araripe, menor que a outra, porém bastante mais distante da influência suavizadora do mar. Equidistante entre êsses dois patamares esculpidos pela erosão, fica o terraço de Sousa, também de teto cretáceo. (VÁRZEA, 1942, p.122).

Apesar do foco do artigo claramente ser a descrição do relevo brasileiro em linhas mais gerais o autor não se furta a propor várias relações entre as descrições físicas e aspectos do que chama de geografia histórica. No que toca à região Nordeste é interessante este trecho:

A planície costeira apertada entre as meias laranjas da Borborema e o mar, em estreitamento progressivo das Alagoas para a Paraíba, estava coberta da floresta fechada, própria do clima quente tropical chuvoso, quando da chegada de Cabral à extremidade sul dessa Costa de Coral, mas os primeiros colonos europeóides, preferindo desembarcar naquelas praias mais chegadas à mãe pátria, incrementaram logo enérgico desflorestamento, iniciado pelos coletores franceses de pau brasil, mas agora norteado pelo consumo em madeira dos núcleos de povoamento de modelo ibérico, e pela necessidade, em que se viam imigrantes também imbuídos de hábitos agrícolas, de desbastar o rico terreno para estender as plantações que estavam criando fortunas nas ilhas do Atlântico: plantações de cana. Destarte foi o retalho dessa planície fértil, que se afina entre as orlas de coral e os morros da Borborema, já muito delgada na Paraíba do Norte e reduzida apenas à faixa dos cocais e a dunas no Rio Grande do Norte, o primeiro trecho do território brasileiro a ser culturalmente valorizado, tendo atraído na primeira metade do século dezessete a cobiça dos senhores do mar àquele tempo, os marinheiros e mercadores protestantes do delta do Mosa, do delta do Reno e das ilhas da Frisia, os quais por longos anos porfiaram em eternizar-se na posse de nossos primeiros canaviais e engenhos de açúcar, obra de católicos. A Guerra do Açúcar, lógico reflexo econômico da Guerra dos Trinta Anos em solo brasileiro, tem também peculiar significação na interpretação de nossa geografia histórica. (VÁRZEA, 1942, p. 118-119)

Neste parágrafo o autor relaciona as características ambientais a importantes fatos históricos, como a antiguidade da colonização europeia na região, a rápida e quase completa devastação a que as áreas de mata foram submetidas neste processo colonizador, e o estabelecimento triunfal da civilização do açúcar. Quanto as regiões interiores foco de nosso interesse, entretanto, o autor somente as descreve do ponto de vista da paisagem natural.

O segundo texto de publicação mais antiga na RBG que identificamos nesta seção é um extenso artigo de 87 páginas intitulado Meteorologia do Nordeste Brasileiro, de autoria de Adalberto Serra (1909-1989). Este juntamente com seu colega de escola politécnica do Rio de Janeiro Leandro Ratisbonna,

apesar de mais novos, foram contemporâneos de Joaquim Sampaio Ferraz. Os três são considerados os mais importantes meteorologistas brasileiros, tendo central importância na institucionalização, no desenvolvimento de trabalhos pioneiros e na divulgação desta ciência no país.

João Lima Sant'anna Neto, em sua tese de livre-docência defendida na UNESP Presidente Prudente em 2001, 'História da Climatologia no Brasil', caracterizou o período de 1920 a 1960 como um dos mais profícuos para as ciências atmosféricas no Brasil. A Climatologia e a Meteorologia ainda se desenvolviam de forma paralela,

(...) meteorologistas e geógrafos trabalhavam com alguma cooperação (...). De tal modo que ao mesmo tempo em que a Geografia fornecia valiosas contribuições em termos da fisiologia das paisagens, de caráter mais regional, os meteorologistas se empenhavam na compreensão dos mecanismos da circulação atmosférica – superior e secundária, possibilitando uma análise de interface entre os fenômenos atmosféricos e suas relações com a superfície terrestre, em termos de organização do espaço. (SANT'ANNA NETO, 2001, p.29).

Neste contexto o papel de Adalberto Serra foi fundamental pois "(...) a partir da sua obra, pode a Geografia elaborar um modelo conceitual, que culminaria com o paradigma do ritmo climático, proposta por Monteiro (1971)" (SANT'ANNA NETO, 2001, p.29).

No texto da RGB (SERRA, 1945) foi desenvolvida uma análise bastante técnica, apresentando para apoiar-la muitos gráficos (21 páginas inteiras) e mapas (13 páginas). Apesar de figurar no título do trabalho, não foi possível identificar no artigo de Serra o recorte que delimita a região Nordeste. Destacamos dois mapas que nos permitem inferir a área de estudo da pesquisa. O primeiro (**Figura 9**, p.81), intitulado 'Brasil Nordeste' embora não apresente a malha territorial-política-administrativa é em grande parte coincidente com a atual definição da região, contendo desde a Bahia até a porção leste do Maranhão, e limitando-se, a oeste, no meridiano 44°.

O segundo mapa (**Figura 10**, p.82) é bastante simples, constituindo-se do continente sul-americano, e a localização de nove pontos representando cidades. Entretanto, não possui título ou legenda, o que não permite compreender se tais cidades são de algum modo demarcadoras da região Nordeste para o estudo. O autor não fornece nenhuma indicação de seguir a regionalização oficial do país. Por conseguinte, identificamos alguns elementos que reforçam a potência da tradicionalidade da região Nordeste, de tal monta que o autor ao tratar do tema não sentiu necessidade de defini-la.

BRASIL NORDESTE

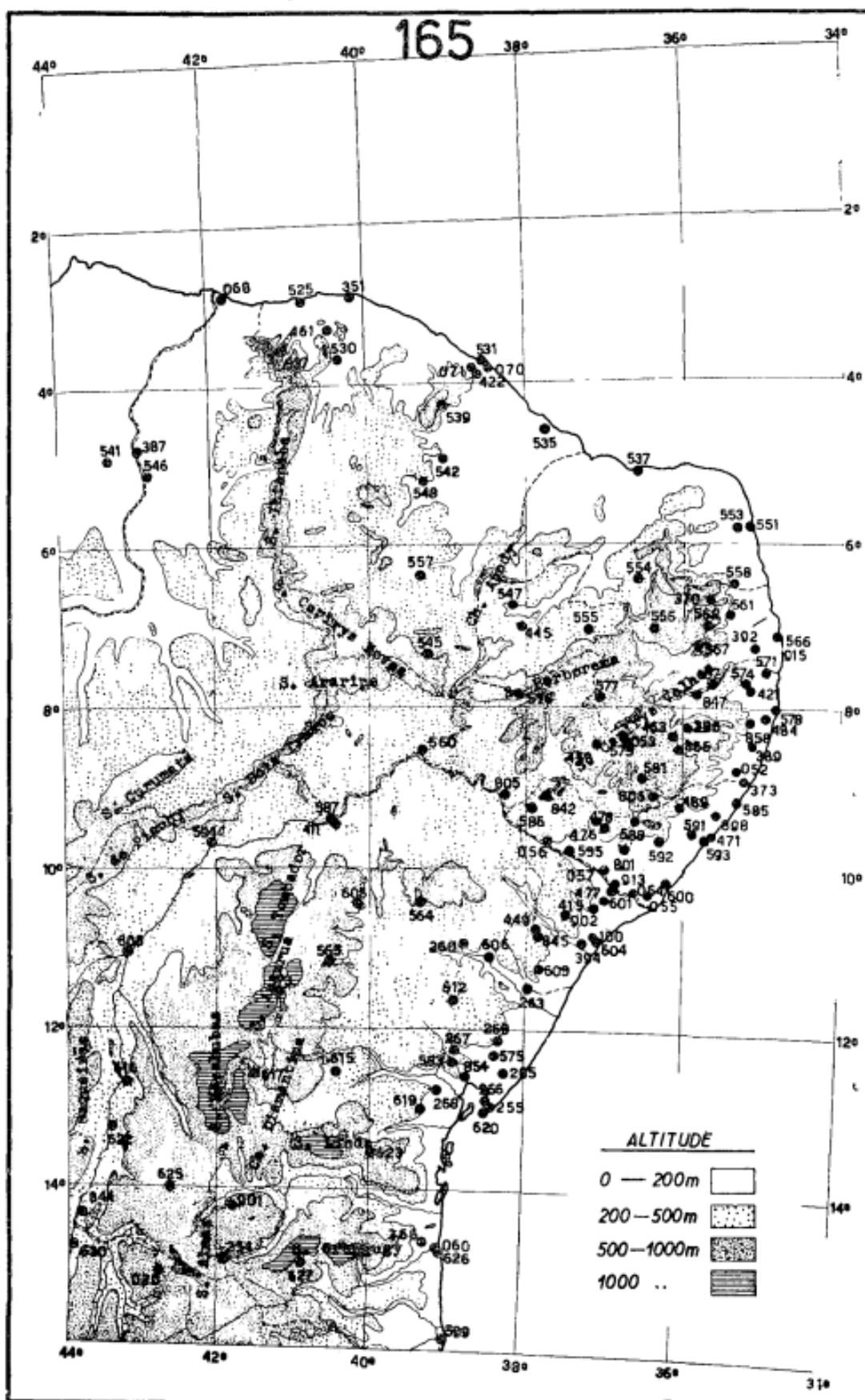


Figura 9: Mapa Hipsométrico do Nordeste. Fonte: SERRA, 1945, p. 80.



Figura 10: Mapa mostrando cidades que estão na região de estudo no Nordeste brasileiro. Fonte: SERRA, 1945, p. 87.

Dezenove anos depois do texto de Serra, na RBG do segundo trimestre de 1964, o geógrafo do CNG Edmon Nimer²² publicou um artigo de onze páginas intitulado 'Circulação atmosférica do Nordeste e suas consequências – o fenômeno das secas', no qual afirma:

Como sabemos, a intervalos diversos se abatem sôbre o Nordeste sêcas calamitosas. Hoje, êste fenômeno não é somente explicável, como ainda previsível. A tal respeito ADALBERTO SERRA, eminente meteorologista brasileiro, já publicou diversos volumes, nos quais os aspectos do fenômeno ficaram bem esclarecidos. Entretanto, seja pelas reduzidas tiragens, ou por outros motivos que não conheço, essas obras não têm despertado o interêsse que seria de desejar, continuando o fenômeno inexplicado para a maioria e os nordestinos sem o almejado 'prognóstico das sêcas'. Contudo, é possível que muitos leitores por inadaptação a questões atinentes à Meteorologia não tenham podido compreender exatamente tal fenômeno; assim, parece-me conveniente resumir aqui seus princípios fundamentais. (NIMER, 1964, p. 3)

Para Nimer "(...) o clima sêco do Nordeste não provém, como se tornou tradicional dizer, de aí ocorrer contacto de massas de ar com regimes de chuvas não coincidentes durante o ano. Tais regiões de

²² "Edmon Nimer tornou-se o mais importante climatólogo do IBGE a partir da segunda metade dos anos 60 até sua aposentadoria nos anos 90 (...). Outra faceta importante de Edmon Nimer foi sua capacidade de formar profissionais (ALMEIDA, 2009, p.55). Destacamos também o protesto de Nimer na citação a seguir, pelo pouco interesse então destinado às obras de Adalberto Serra, 'eminente metereologista brasileiro', e também ao tratamento científico do tema das secas do Nordeste.

contacto, ao contrário do que alguns dizem, possuem em geral, chuvas bem distribuídas” (NIMER, 1964, p.11). O autor cita outros exemplos no Brasil de regiões de contato de massas de ar que não apresentam o problema da aridez. E, portanto,

(...) o caráter sêco do Nordeste brasileiro decorre de estar esta região durante todo o ano sob o domínio do centro de ação do Atlântico, representado aí pela MEA (**Figura 11**, p.83). Apenas no verão e outono, particularmente de janeiro a abril (**Figura 12**, p. 84), o centro de ação é afastado do Nordeste permitindo a descida da FIT até a borda setentrional da Borborema e Araripe, e o avanço da MEC até a serra de Ibiapaba, no máximo - nos anos secos. Nos anos úmidos o centro de ação se retira inteiramente do Nordeste, propiciando o avanço para o mesmo da MEC até a Borborema e Chapada Diamantina, e a descida da FIT ultrapassando o Araripe e parcialmente a Borborema, atingindo o limite Pernambuco-Bahia. O forte progresso da FIT coincide com o enfraquecimento do centro de ação dos Açôres e conseqüentemente, com o avanço do ar polar setentrional para a faixa equatorial. Êste caso, que não se verifica nos anos secos, raramente é observado nos de chuvas normais, sendo típico dos anos úmidos. (NIMER, 1964, p.11)



Figura 11: Mapa com a posição das massas de ar durante a circulação normal em setembro. **Fonte:** NIMER, 1964, p.4.

Nimer conclui lamentando novamente a falta de interesse pelas possibilidades de provisão das secas:

Todos êses fenômenos são passíveis de previsão, tudo dependendo de algum interêsse pela questão. Êste parece inexistente, uma vez que os estudos de Serra, publicados em 1947, continuam esgotados e inaproveitados na prática. Para sua devida aplicação, nem sequer verbas elevadas se tornam imprescindíveis, bastando meras providências administrativas visando a assegurar comunicações com rapidez, e o cálculo de índices estatísticos. (NIMER, 1964, p.11-12).

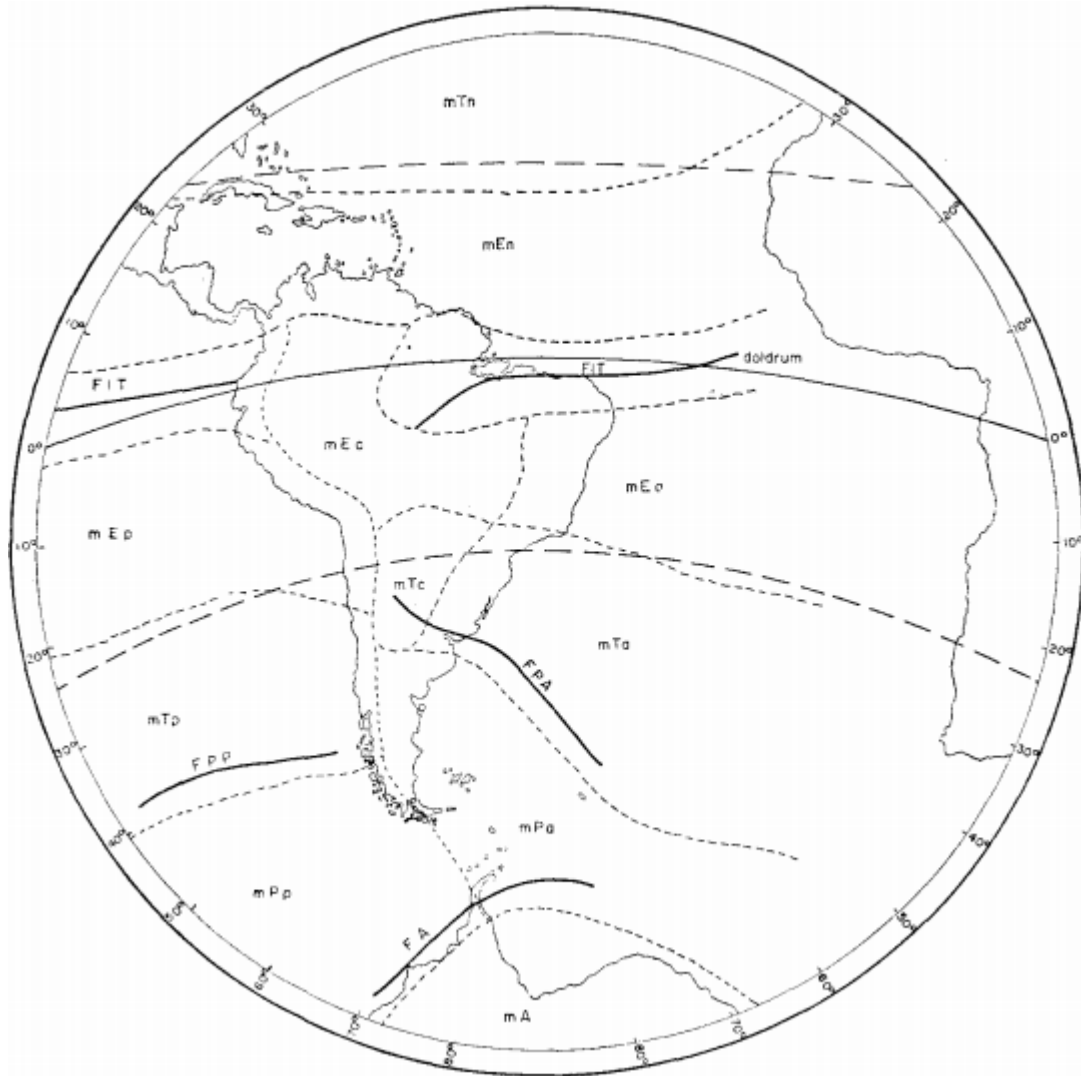


Figura 12: Mapa com a posição das massas de ar durante a circulação normal em março. Fonte: NIMER, 1964, p.5.

Já o artigo 'Tipos de Clima do Nordeste' da geógrafa do CNG Ignez Amelia Leal Teixeira Guerra expôs uma análise da classificação e distribuição dos climas existentes no Nordeste. Logo de início, em uma nota, a autora justificou seu recorte espacial sobre o que consideraria como região Nordeste:

A divisão oficial do Brasil, segundo regiões geográficas, considera cada unidade da Federação, fazendo parte por inteiro de uma determinada região, a fim de facilitar as necessidades de ordem didática, bem como a elaboração de quadros estatísticos, embora os limites naturais não coincidam com a divisão administrativa. Nesse nosso trabalho adotamos êste critério, isto é, consideramos os estados que formam a Região Nordeste - Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, não levando em conta a divisão natural. (GUERRA,

1955, p.63)

Portanto, ao utilizar a regionalização oficial de então a autora não inclui na sua pesquisa o estado da Bahia. Quanto ao critério utilizado para a classificação e mapeamento dos tipos de clima Guerra define que “A Região Nordeste apresenta vários tipos climáticos cujo principal fator de diferenciação é a precipitação. Na realidade é em função das chuvas, quer quanto à sua quantidade, quer quanto ao seu regime, que se distinguem os climas nesta região” (GUERRA, 1955, p.63). Para explicar estes diferentes regimes de chuvas a autora mobiliza diversos fatores “(...) tais como condições gerais da circulação da atmosfera (deslocamentos das massas de ar), proximidade do mar, elevações que se salientam em meio ao relevo esbatido da região, ou outros fatores puramente locais” (GUERRA, 1955, p. 104).

Desta maneira o artigo apresenta detidamente cada tipo de clima existente do Nordeste: quente e úmido com chuvas de verão, quente e úmido com chuvas de verão-outono, quentes e úmidos com chuvas de outono-inverno do litoral oriental, e o que aqui nos interessa mais, o semiárido quente. Entretanto notamos que a autora descreve que em todos estes tipos de clima são observadas a existência da estação seca, “(...) que de maneira geral se estende por oito meses do ano, sendo mais intensa nos climas semi-áridos e mais atenuada no clima mais úmido do litoral pernambucano” (GUERRA, 1955, p.105).

Em resumo, pode-se dizer que no Nordeste se observa uma zona de precipitações regularmente abundantes na sua porção ocidental, que corresponde ao estado do Maranhão e parte do Piauí. (...). Esta região constitui uma transição entre a Amazônia sempre úmida e a zona mais seca, pois as precipitações vão-se tornando cada vez menos intensas para leste, até se chegar à semi-aridez.

O litoral oriental desde o Rio Grande do Norte até o norte da Bahia constitui outra zona de precipitações abundantes (...). As precipitações desta faixa litorânea não avançam muito para o interior devido à barreira montanhosa que intercepta a passagem dos ventos. Daí a transição da zona úmida para a semi-árida se verificar de maneira repentina.

Finalmente, pode-se dizer que o clima semi-árido característico de grande parte dos estados do Nordeste abrange uma zona de contactos de massas de ar diferentes, recebendo, portanto, com pouca intensidade suas influências e ainda mais, de modo muito irregular, o que ocasiona muitas vezes anos chuvosos e anos extremamente secos, trazendo crises calamitosas para a região” (GUERRA, 1955, p. 105).

Nesta parte do texto da geógrafa do CNG é de grande importância para nossos objetivos acompanhar o debate realizado entre a delimitação por ela definida - as áreas de ocorrência do tipo de clima semiárido quente - e a delimitação oficial do polígono das secas. Para melhor percepção deste debate reproduzimos os mapas que retratam estas duas delimitações.

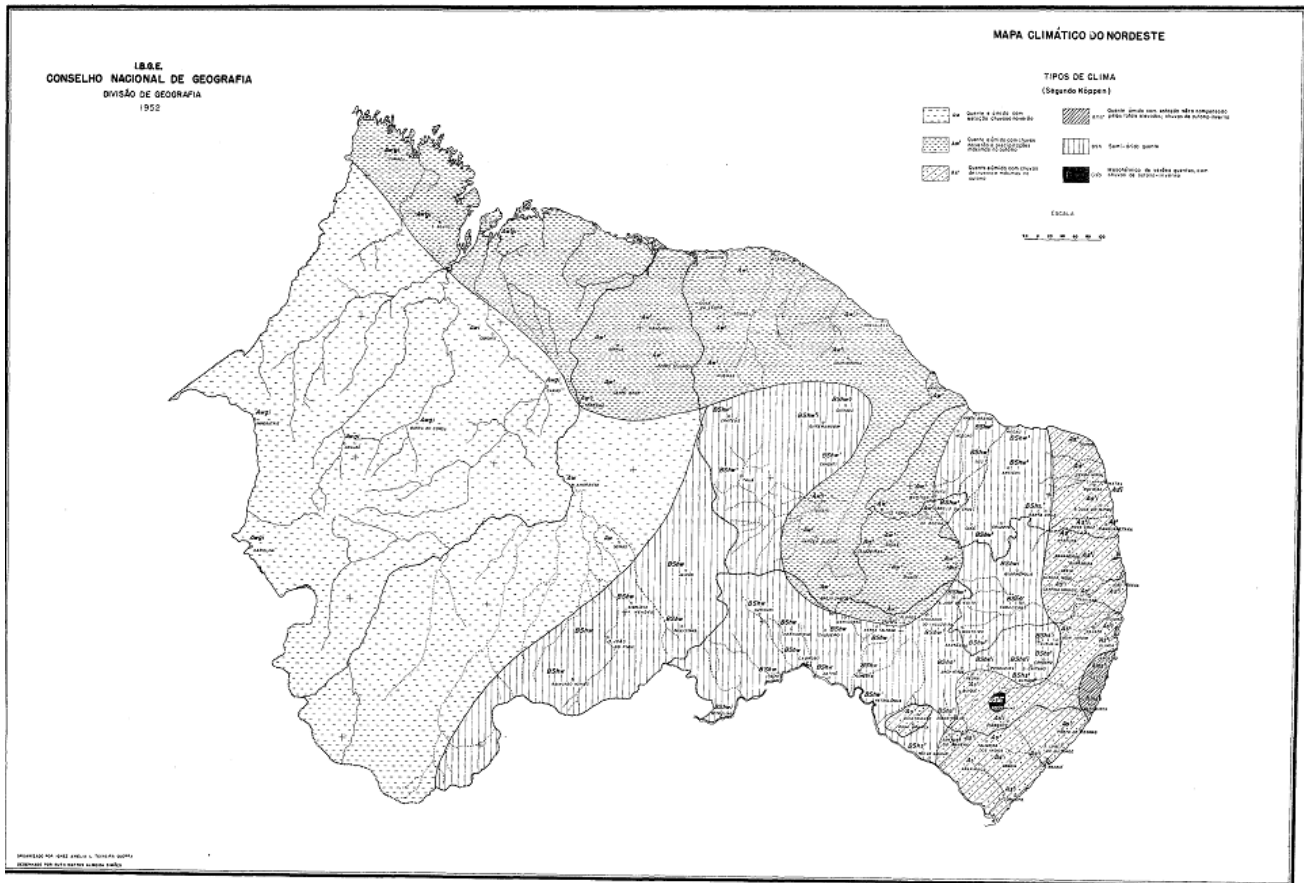


Figura 13: No mapa visualiza-se a área de ocorrência do tipo de clima semiárido (BSn) nas regiões com hachuradas na vertical. O Mapa dos Tipos Climático do Nordeste "(...) foi elaborado com dados fornecidos pelo Serviço de Meteorologia do Ministério da Agricultura, além das normais de chuvas publicadas no atlas pluviométrico da Divisão de Águas e de alguns dados dos vários postos da DNOCS, instalados no Polígono das Secas". **Fonte:** GUERRA, 1955, p.65.

Quanto ao mapa (**Figura 13**, p.86) produzido como resultado do trabalho apresentado no artigo por nós agora estudado a autora explica:

Para elaborarmos o mapa dos "Tipos de Clima do Nordeste", é preciso salientar, que levamos em conta as médias de um longo período, o que dá uma idéia, por assim dizer, do clima normal da região, e não das irregularidades, tão freqüentes no caso do Nordeste. Quando a época sêca se estende por período maior, às vêzes um ano, ou mesmo mais, o que acontece com certa periodicidade, surgem grandes crises. (GUERRA, 1955, p. 90).

Por outro lado, o mapa do Polígono das Secas²³ (**Figura 14**, p.88) apresenta uma delimitação de área muito superior que a demarcada no estudo de Guerra como de ocorrência do clima semiárido. Tal fato é assim justificado pela autora, ao comentar sobre o Polígono das Secas:

²³ O polígono das secas (**Figura 14**) comentado por Guerra foi o definido em 1951: "(...) a poligonal que limita a área dos Estados sujeitos aos efeitos das secas, terá por vértices, na orla do Atlântico, as cidades de João Pessoa, Natal, Fortaleza e o ponto limite entre os Estados do Ceará e Piauí na fóz do rio São João da Praia; a embocadura do Longá, no Parnaíba, e, seguindo pela margem direita dêste, a aflüência do Uruçui Preto cujo curso acompanhará até as nascentes; a cidade de Gilbués, no Piauí; a cidade de Barras, no Estado da Bahia; e, pela linha atual, cidades de Pirapora, Bocaiuva, Salinas e Rio Pardo de Minas, no Estado de Minas Gerais; cidades de Vista Nova, Poções e Amargosa, no Estado da Bahia; cidades de Tobias Barreto e Canhoba, no Estado de Sergipe; cidade de Gravatá, no Estado de Pernambuco; e cidade de João Pessoa, no Estado da Paraíba." (Lei nº 1.348, de 10 de fevereiro de 1951).

(...) nêle se enquadra tôda a Região Nordeste sujeita a sêcas intensas, que em determinados anos se tornam calamitosas, bem como uma parte da Região Leste, que também sofre os seus efeitos, embora não com a mesma intensidade. São nove os estados que fazem parte da "zona sêca legal": Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais. No entanto, os três estados que sofrem mais intensamente os rigores da sêca são Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. (GUERRA, 1955, 78-80)

ESCALA

50 100 150 200 250 300 km

POLÍGONO DAS SÊCAS

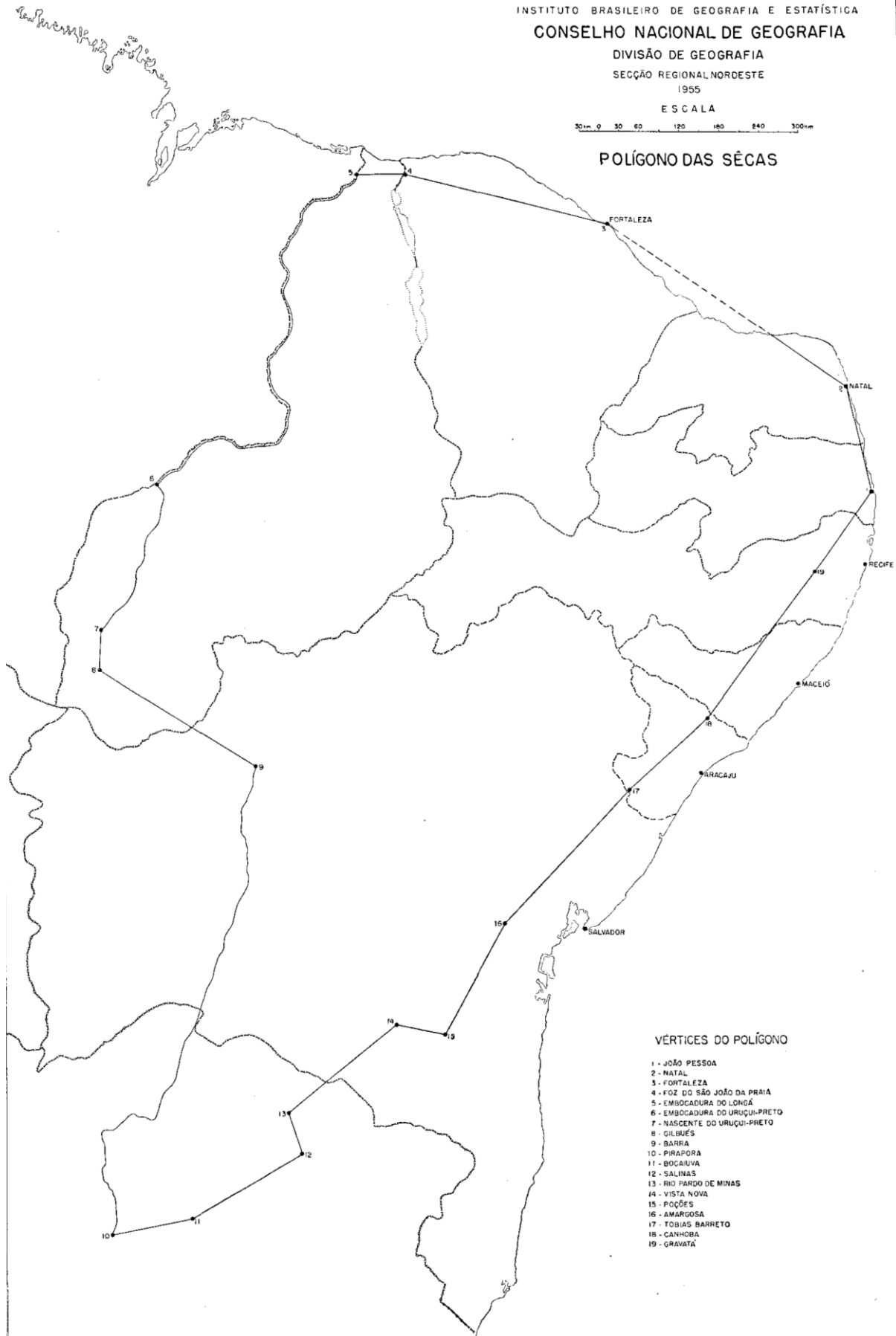


Figura 14: Mapa do Polígono das Secas e seus Vértices. Secção Regional Nordeste, D.G., CNG, IBGE, 1955. Fonte: GUERRA, 1955, p.79.

Esta excepcionalidade dos eventos de secas mais abrangentes torna, portanto difícil um recorte preciso do que seria a área afetada. No trecho do artigo dedicado à explanação sobre o tipo climático semiárido quente a autora desenvolve o tema das políticas e medidas tomadas com o caráter de combate às secas. Logo de partida salienta que “Embora muitas tenham sido as soluções tentadas para minorar os efeitos deste fenômeno inevitável, podemos dizer que ainda não lograram seu objetivo” (GUERRA, 1955, p. 90-91). Reforçando este diagnóstico a autora cita então um longo trecho de um texto de 1921, do engenheiro agrônomo Cristóvão Dantas, concluindo que a situação continuaria no mesmo patamar. Dos trechos citados destacamos o seguinte, já suficiente para demonstrar o sentimento do autor:

A transumância vexatória para as plagas amazônicas, onde o trabalhador humilde e obscuro é um infeliz acorrentado às deliberações impiedosas de patrões sem escrúpulos, perseguido ademais pela adversidade de um clima atroz, abandonado pelo govêrno de sua pátria no inferno verde das florestas traiçoeiras²⁴; os mantimentos distribuídos nas aberturas da fome à turba-multa esganada, como se por acaso o povo nobre do sertão fôsse condenado à humilhação execranda de uma esmola que se deixa cair com muito orgulho; a remoção desordenada dos habitantes para as zonas produtoras do sul do país, são propostas que traduzem muito intimamente a nossa fraqueza em debelar os males que afetam o desenvolvimento e o prestígio da nacionalidade. "A Lavoura Sêca no Rio Grande do Norte. Aspectos Econômicos". Natal, 1921 (pp. 30-31). (GUERRA, 1955, p.91).

Em seguida a autora critica a insistência do DNOCS em focar suas ações – “(...) que visam a tornar esta área uma região de melhores condições de vida, e evitar por ocasião das sêcas prolongadas, as retiradas desordenadas das populações” (GUERRA, 1955, p.93) – na construção de grandes obras de açudagem e irrigação, citando quatro grandes sistemas de irrigação, cujas obras estão sendo realizadas:

Sistema do Acaraú, no Ceará (com capacidade para represar cêrca de 1,5 bilhões de metros cúbicos); Sistema do Jaguaribe, no Ceará (com capacidade para represar cêrca de 9 bilhões de metros cúbicos); Sistema do Alto Piranhas, na Paraíba, constituído pelos rios Piancó e Piranhas, formadores do Açu; e Sistema do Açu ou Baixo Piranhas, no Rio Grande do Norte. Cada um desses sistemas compreende um certo número de açudes, muitos dos quais já construídos e outros em estudos. Além desses grandes sistemas, construíram-se obras isoladas, dentre as quais se salientam os açudes Xoró e General Sampaio, ambos no Ceará. (GUERRA, 1955, p.93)

Dizendo estar apenas acentuando o que muitos autores já vêm proclamando (como verificamos na própria RBG, em outros textos), Guerra explica que os custosos açudes em si não resolvem o problema das secas, assim como as irrigações a eles relacionada. Lamenta ainda o fato de que a

²⁴ Retomaremos este assunto das emigrações dos sertanejos nordestinos, com especial atenção àquelas rumo a Amazônia, mais adiante, quando apresentaremos outros textos publicados na RBG que tratam do tema (seção 7, p.386).

agricultura na região é praticada de 'maneira rotineira' e não considera a conservação dos solos: "O homem é portanto, em parte, culpado pelos efeitos desastrosos da seca. Ele acelera a erosão do solo não o conservando convenientemente" (GUERRA, 1955, p.96). A autora cita uma publicação do DNOCS, "Solo e Água no Polígono das Sêcas" de autoria do agrônomo José Guimarães Duque²⁵, a qual salienta o não "uso eficiente da terra, sob os diversos sistemas agrícolas, que a salvaguardam do empobrecimento".

Outro fato climático que dificulta e complexifica as ações de combate à seca é que

No Nordeste, o homem tem que lutar com o problema da seca, durante a longa estação da estiagem, como também contra a impetuosidade da água, na quadra do "inverno", pois muitas vezes durante o período chuvoso as precipitações são torrenciais, podendo chover num dia, quase a metade do total mensal. (GUERRA, 1955, p.96)

Nos mantendo nas definições da região dos sertões nordestinos feitas sob o comando de critérios da geografia física temos importante aporte ao tema no texto 'Contribuição ao estudo da Caatinga Pernambucana', de Walter Alberto Egler, da Divisão de Geografia do CNG, e publicado no número quatro da RBG do ano 1951. O artigo de Egler resulta de um trabalho apresentado na 'I Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia', realizada no Rio de Janeiro em setembro de 1949, e foi concebido após "(...) observações feitas no campo, pelo autor, em julho e agosto de 1948, quando participou da excursão de estudos que a Secção Regional Nordeste da Divisão de Geografia do C.N.G. realizou no Nordeste Brasileiro" (EGLER, 1951, p.65).

Walter Alberto Egler (1926-1961), foi um engenheiro agrônomo especializado em Fitogeografia, de 1943 a 1952 trabalhou no IBGE onde participou do 'núcleo inicial de pesquisadores em Biogeografia', conforme identificou Almeida (2000, p.169). Durante o período em que Leo Waibel trabalhou no IBGE (1946-1950) Egler foi um de seus principais colaboradores, privilegiado pois era o único à época que falava correntemente alemão, e Waibel só falava alemão e inglês. Entre 1945 e 1946 Egler, junto com Speridião Faissol, Nilo Bernardes e Jorge Zarur trabalharam com Waibel sobre processos de colonização e de 'reconhecimento de áreas propícias para colonização futura' (ALMEIDA, 2000, p.155, 163 e 202). Egler assumiu a chefia da 'Secção Sul' da Divisão de Geografia do IBGE em 1951 (MAGNANINI, A., 1962, p.71).

Após o IBGE, assim como Alceu Magnanini, Egler transferiu-se para o Museu Nacional, especializando-se no estudo da vegetação amazônica. Em 1961, quando era diretor do Museu Emílio

²⁵ "Solo e Água no Polígono das Sêcas" Publ. Nº 148, série I A. M.V.O.P. D.N.O.C.S. (p. 91) *apud* GUERRA, 1955, p.94.

Goeldi, no Pará, morre tragicamente ao cair de barco na cachoeira Macacudra, no rio Jari, durante um levantamento florístico do vale daquele rio:

Numa tentativa de salvar a embarcação com todo o material coletado, Egler e outro companheiro ficaram a bordo, além da área de segurança de queda. Seu companheiro conseguiu agarrar-se a uma árvore, mas Egler não teve a mesma sorte. Em termos de homenagens, além das do IBGE, existe uma reserva florestal do estado do Amazonas com o nome de Walter Egler no município de Rio Preto da Eva. (ALMEIDA, 2000, p.210)

Embora restrito em seu recorte espacial ao estado de Pernambuco o artigo de Egler (1951) apresenta debate de grande interesse para nosso trabalho: em sua introdução, ao definir a escala temática e espacial do seu trabalho (a caatinga) o autor discute as relações entre sertão e caatinga, e a possibilidade de uso do primeiro para se referir a uma zona do segundo. Salientamos que tal debate invoca justamente os elementos mais centrais tradicionalmente utilizados na definição dos sertões nordestinos, quais sejam sua complexa formação vegetal, e a relação desta com a palavra sertão.

O autor expõe de início a hipótese que defenderá ao longo do trabalho: “Partindo do litoral para o interior, apresenta o Estado de Pernambuco quatro faixas em que a vegetação natural é sucessivamente: a vegetação do litoral, a mata, o agreste e a caatinga” (EGLER, 1951, p.65). Prossegue citando dois trabalhos (Luetzelburg e Vasconcelos Sobrinho) que trataram do tema de formas divergentes entre eles, e sobre o último afirma que:

É diferente, porém, o ponto de vista deste autor no que se refere à divisão das ditas "zonas", pois considera o agreste uma subzona da caatinga. Segundo o conceito que adota, a caatinga é subdividida em agreste e sertão. Esta divisão, entretanto, acreditamos que não deixe bem clara a situação, pois embora possuindo estreitas ligações com a flora da verdadeira caatinga, o agreste apresenta particularidades que justificam a sua separação como tipo de vegetação à parte, conforme faz Luetzelburg na sua obra e como o estabelece a própria tradição popular. (EGLER, 1951, p.65).

Conquanto nos interesse mais diretamente a discussão sobre a segunda face da proposta de Vasconcelos Sobrinho – a de que o sertão é a outra subzona da caatinga – o não aceite pelo geógrafo do CNG da inclusão do agreste como uma subzona da caatinga também nos fornece informações importantes. A inclusão da área denominada agreste como parte dos sertões nordestinos se constitui numa recorrente contenda nas tentativas de definição de tal região.

Retomando à crítica por Egler da proposta de Vasconcelos Sobrinho, no que esta proclama ser o sertão a outra subzona da caatinga, o autor busca definições de sertão, apostando na imprecisão e amplitude do termo:

Por outro lado, o termo sertão é de uso corrente na terminologia popular do sertanejo, variando,

porém, o seu significado conforme a maneira em que é empregado.

Num sentido amplo, e isto tanto no Nordeste como em outras regiões do Brasil, o termo sertão significa lugar inculto, sem recursos, longe de povoações maiores, tendo um vago significado de civilização inexistente ou pouco desenvolvida. Neste sentido não há uma definição exata do que é sertão. Compreende-se que seja, sentindo-o como uma paisagem natural, um conceito que entrou na tradição, mas não se sabe defini-lo. (EGLER, 1951, p.65).

Portanto na leitura do autor, sertão, em seu significado mais amplo e difundido nacionalmente, é um lugar inculto, sem recursos, longe de povoações maiores. Mais além, sertão também possui um 'vago' significado de civilização inexistente ou pouco desenvolvida. Porém, após definir em nossa visão precisamente o termo, o autor pondera de que 'neste sentido' não há uma definição exata. E embora admitindo que compreende que o sertão 'seja' e que pode senti-lo, não se permite defini-lo. A esta percepção do sertão, Egler compara o sentir uma paisagem natural.

Entendemos aqui tratar-se de um tipo de modéstia do autor em não buscar a definição, que ele próprio apresenta afinal. Ademais a análise central do texto refere-se ao zoneamento pela vegetação, característica que tem muito mais precisão do que um conceito histórico, que trata da sociedade, e principalmente, como lembra o próprio, que 'entrou na tradição'. Aqui revela-se a instalação de uma importante contradição entre este caráter social/histórico do termo sertão, e o caráter natural do zoneamento proposto no artigo. Esta é, inclusive, a base argumentativa com a qual Egler vai confrontar a inclusão do sertão como uma subzona da caatinga, ao lado do agreste. Todavia, aprofundando esta contradição sinalizada o autor, no mesmo trecho acima citado, identifica aquilo que seria quase uma essência do sertão: sua percepção como a de uma paisagem natural.

Para confirmar e reforçar esta proclamada indefinição sobre a palavra sertão são citados dois grandes expoentes da descrição e análise do espaço brasileiro, Euclides da Cunha e Auguste de Saint-Hilaire. Do naturalista francês, Egler cita trecho de 'Viagens pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas' (1847): "O nome "sertão" ou "deserto" não designa uma divisão política de território; não indica senão uma espécie de divisão vaga e convencional determinada pela natureza particular do território e, principalmente, pela escassez de população" (Saint-Hilaire *apud* EGLER, 1951, p.65). Assim, para Egler, mesmo sendo um 'observador profundo' Saint-Hilaire não precisa o termo.

Entretanto, consideramos ter alguns elementos neste sentido, senão vejamos. Primeiramente, a comparação com deserto, que é descrito como sinônimo de sertão. Em seguida o viajante francês afirma o caráter não oficial do conceito. Outro ponto importante é que o critério principal para recorta-lo de outros territórios seria a sua escassez de população. Uma última característica de sertão

proclamada por Saint-Hilaire não pode ser precisamente compreendida: uma divisão determinada pela natureza particular do território. Aqui pode-se entender 'natureza' como 'mundo natural', ou como 'essência de algo'. No primeiro sentido teríamos um recorte espacial definido fundamentalmente por características naturais, e no segundo não. Acreditamos mais na segunda hipótese, a de que sertão na leitura de Saint-Hilaire seria, portanto, definido por uma essência particular do território, sendo parte importante desta essência a escassez de população.

O segundo autor que Egler mobiliza para destacar a indefinição do termo sertão é Euclides da Cunha:

Não é preciso ir tão longe, porém. Basta que atendemos para o título da magistral obra de Euclides da Cunha, *Os Sertões*. Nesta obra o autor, que é paisagista por excelência, analisa de maneira clara o sertão nordestino, sente-o na profundidade de seus pormenores, descrevendo com palavras vivas a paisagem em seus múltiplos aspectos; mas nunca, em parte alguma do livro, procura defini-lo. (EGLER, 1951, p.65).

A partir do já exposto por nós na seção 2.1, não podemos concordar com esta afirmação. Euclides não define diretamente 'os sertões', mas define um sertão particular (e um tipo étnico que o habita), o qual ele descreve em minúcias e vivacidade: o Sertão do Norte. Detectamos em Egler uma tentativa de dissociar a chamada 'descrição da paisagem' feita por Cunha de uma definição conceitual, mais científica. Embora compreendamos essa diferenciação naquele período de afirmação da cientificidade da disciplina geográfica, um olhar mais distanciado, como o atual, não pode desconsiderar a narrativa de Euclides como de grande valia, mesmo no que diz respeito a sua contribuição para a definição de conceitos científicos. Esta divergência, em nossa opinião, decorre principalmente das características inovadoras e fundantes apresentadas em *Os Sertões*, as quais, ao lhe conferir uma forte permanência, permite interpreta-lo de diferentes maneiras, em diferentes épocas.

Neste sentido, sem entrar no debate foco promovido por Egler (o de que sertão não serviria para denominar uma porção da caatinga), não percebemos, nem em sua própria definição, nem nas de Cunha e Saint-Hilaire, a propagada indefinição do termo sertão.

Outras duas definições são ainda apresentadas por Egler, advindas dos 'sertanejos' habitantes dos sertões nordestinos. A primeira se aproxima mais da tese confrontada pelo autor do artigo aqui analisado:

Já nos estados nordestinos o mesmo termo é também usado com outro sentido, mais específico, para designar a parte mais sêca e mais inóspita da caatinga, onde a vegetação, nas associações ricas em espécies xeromórficas, reflete estas condições mais drásticas do ambiente. (EGLER, 1951, p.65).

Entretanto, justificando a não precisão do termo, Egler cita novamente 'Estudos Botânicos do Nordeste' de Luetzelburg:

Assim, escreve Luetzelburg, tratando da distinção entre sertão e caatinga: "Nesta determinação o sertanejo não obedece à classificação botânica, atende, apenas, o aproveitamento útil do terreno, para fins agrícolas ou pecuários. Em vista disto, denomina a parte mais sêca e inútil da caatinga de 'sertão', dando ao restante o nome geral de caatinga. E, em outro trecho: "Os habitantes da região classificam de 'caatinga legítima' a região onde vegeta o *Cereus Jamaru* (mandacaru), que é aproveitável para pastagem; enquanto o 'sertão', representado pelo *Cereus squamosus* (facheiro) não tem utilidade alguma: é região deserta, de difícil trânsito e subsistência". (EGLER, 1951, p.65-67).

Novamente discordamos de Egler e, embora sem entrar no debate específico sobre as zonas de vegetações, entendemos que a distinção popular aqui descrita entre sertão e caatinga se apoia claramente em diferenciações na distribuição de espécies vegetais.

A segunda utilização de sertão pelos sertanejos, agora baianos, e contatados diretamente pelo autor em seus trabalhos de campo é a seguinte:

No contacto que tivemos com a população sertaneja da Bahia, foi-nos dado observar o emprêgo das expressões 'sertão' e 'praia', de significados opostos entre si e relacionados ao regime pluviométrico. A população local denomina de sertão a parte mais sêca da caatinga, onde o regime pluviométrico fica restrito a chuvas irregulares e torrenciais, conhecidas como 'trovoadas', não se exercendo mais a benéfica influência do período chuvoso regular (o chamado 'inverno' do nordestino) que, no litoral ao norte de Salvador coincide com o outono-inverno. Em oposição ao sertão fica a praia, que compreende tôda a região desde a bôca do sertão até a costa, gozando os benefícios das chuvas regulares, de outono-inverno. O emprêgo dêstes têrmos, sertão e praia, é de uso corrente nesta região, e serve de exemplo característico, pelo seu sabor regional, uma profecia de 'Antônio Conselheiro', citada por Euclides da Cunha: "... em 1896 há de rebanhos mil correr da praia para o sertão; então o sertão virará praia e a praia virará sertão." (Os Sertões). (EGLER, 1951, p.67).

Compreendemos que este sentido da palavra sertão é relativo ao lugar de enunciação da mesma. A característica fundamental é a oposição sertão seco – praia úmida, e esta pode se aplicar conforme o local que o enunciante esteja, e conforme o local a ser comparado. Portanto praia é entendida não somente como a linha de costa, mas como qualquer lugar mais úmido, e de maneira similar, porém no sentido inverso, sertão nesta definição seria qualquer lugar mais seco que outro, a ser denominado praia.

Fechando esta discussão e reforçando sua escolha o autor proclama:

O fato é que, para designar um tipo de vegetação, o têrmo "sertão" não me parece adequado, pelo seu sentido dúbio e vago, razão pela qual considero mais conveniente manter a separação de agreste e caatinga, e não introduzir o conceito de sertão que o uso generalizou num sentido vago, conforme ficou exposto acima. (EGLER, 1951, p.67).

Além deste importante debate específico o artigo oferece muitas informações interessantes que qualificam e definem a zona de vegetação da caatinga. Assim, apesar da decisão do autor de não utilização do termo sertão, identificamos como fundamental a associação entre caatinga e a região dos sertões nordestinos. Neste sentido o trabalho de Egler nos é precioso, pois além de definir a zona de prevalência da caatinga apresenta suas várias subdivisões:

Sob o termo geral de caatinga, que é de origem indígena (caa-mata; tinga-branca, clara, aberta), está englobado um grande número de formações e associações vegetais, fisionômica e floristicamente diferente. Dos grandes tipos de vegetação do Brasil é a caatinga, sem dúvida, o mais heterogêneo. Há na caatinga sempre um aspecto novo, seja de um local para outro, seja na mesma região em estações diferentes. (EGLER, 1951, p.67).

Desta maneira o trabalho de Egler prossegue analisando e descrevendo, a partir dos critérios das espécies mais características, das condições de solo e da utilização humana, os seguintes tipos de caatinga: seca e agrupada, seca e esparsa, arbustiva densa, das serras, e do chapadão do Moxotó. O autor ainda cita que existem outros tipos, que não serão por ele abordados, como o caso da Serra Negra e da chapada do Araripe. Sobre esta última assinala:

Um problema interessante oferece a chapada do Araripe, cuja vegetação, segundo Luetzelburg, era de agreste em vias de devastação. Atualmente, segundo o relato dos participantes da excursão, que lá estiveram, a devastação chegou a tal ponto que não é mais possível identificar a vegetação natural. Fica, portanto uma dúvida neste ponto. (EGLER, 1951, p.75).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

DIVISÃO DE GEOGRAFIA
- SEÇÃO REGIONAL NORDESTE -

DISTRIBUIÇÃO ESQUEMÁTICA DA VEGETAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO



Figura 15: Mapa da Distribuição da Vegetação em Pernambuco. Fonte: EGLER, 1951, p.66.

Na finalização de seu artigo Egler apresenta um mapa (Figura 15, p.96) no qual esquematiza a distribuição das zonas de vegetação em Pernambuco. Contudo o autor salienta serem necessários 'estudos mais demorados e minuciosos' para além de assinalar, delimitar essas áreas:

A realização dêstes estudos seria de grande interêsse não só sob o ponto de vista da pesquisa puramente científica, mas também, sob o da aplicação prática, uma vez que está em estudo o aproveitamento do vale do São Francisco. Cumpre chamar a atenção, por exemplo, de que exatamente as áreas mais próximas ao rio, e por isso as que estariam em cogitação para uma irrigação econômica, são as que oferecem piores condições de solo, principalmente no que se refere à profundidade do mesmo. Para qualquer plano de aproveitamento será indispensável um levantamento minucioso, não só topográfico, como também pedológico e fitogeográfico, com a finalidade de reconhecer as áreas cujo aproveitamento seja realmente econômico. (EGLER, 1951, p.75).

A realização de estudos geográficos para subsidiar o planejamento de grandes regiões, como no caso o Vale do São Francisco, é uma modalidade de mobilização de atividades acadêmicas/científicas com fins de 'aproveitamento econômico' de espaços considerados cabíveis dessa intervenção, que foi amplamente utilizada em meados do século XX. Nos interessa a delimitação desses espaços, e os

critérios usados, pois muitas vezes estes recortes são muito próximos daqueles que delimitam os variados sertões espalhados no território nacional. No caso do São Francisco temos uma região de colonização bastante antiga e consolidada. O que a torna mais passível de tornar-se objeto destes planejamentos que outras áreas? Porque o recorte em termos de bacia hidrográfica? São definições concebidas a partir de um desenvolvimento da ciência geográfica? Ou estas definições são tomadas via de regra pelo agente interventor (órgão de Estado, empresa) e seguida nas pesquisas geográficas? Citando também a necessidade de estudos sobre o caroá na região, o autor finaliza o artigo reivindicando novos investimentos de pesquisas que complementem e fundamentem os planos de aproveitamento:

Seria interessante, também, o real conhecimento das grandes reservas de caroá, o que serviria de base para um plano de exploração racional, pois que, atualmente, esta exploração é desordenada e sem a mínima preocupação de garantir reservas para o futuro. Além disso, não está excluída a possibilidade de uma agricultura intensiva, - mesmo sem irrigação, desde que se empreguem as culturas mais adequadas e os métodos agronômicos mais atualizados em tais condições. Toda região, portanto, oferece um vasto campo para interessantes estudos, necessários como base para o plano de aproveitamento que se pretende realizar, em função da utilização da cachoeira de Paulo Afonso. (EGLER, 1951, p.76).

Observamos a partir da leitura deste artigo a estreita vinculação entre a delimitação de espaços foco de grandes projetos e o interesse geográfico, como ciência diretamente subsidiária à definição e correto progresso destes projetos. Ainda que tenhamos mais adiante uma seção (seção 5, p.238) inteiramente ligada a este tipo de lente para se experimentar a região dos sertões nordestinos – o dos planejamentos regionais e grandes projetos – compreendemos que nosso recurso narrativo de apresentar em diferentes seções as principais lentes pelas quais os sertões nordestinos são experimentados através do campo geográfico no período não deve se impor ao fato que tais lentes não se constituem como elementos isolados, estanques.

Muito pelo contrário, ressaltamos que estas lentes possuem diversos elementos que se inter-relacionam, e buscaremos, quando possível, explicitar essas relações. Neste sentido o artigo de Egler é exemplar, pois parte de uma perspectiva de análise que busca delimitar a região de ocorrência/distribuição da caatinga (uma das principais características dos discursos que tradicionalmente definem os sertões nordestinos a partir das lentes da seca), dialoga com outras formas de delimitação e demonstra bastante preocupação com a necessidade de estudos geográficos que sustentem os programas de aproveitamento econômico da região então em voga.

Logo, apresentaremos a seguir alguns textos que também relacionam diretamente estas duas

importantes formas discursivas de se definir os sertões nordestinos: a da seca e a das intervenções territoriais (planejamentos regionais, aproveitamentos econômicos, etc.).

No mesmo ano da publicação do artigo de Egler, no número anterior da RBG em um comentário de sete páginas intitulado 'Notas sobre o clima da bacia do São Francisco', a geógrafa Lysia Maria Cavalcanti Bernardes expõe um exercício de classificação de zonas climáticas ao longo da bacia sanfranciscana. Apesar do texto não se vincular diretamente a nenhum projeto de intervenção territorial identificamos uma similaridade que permite sua inclusão neste contexto. Dois elementos principais conformam essa similaridade: a data de publicação e a escala de análise do comentário.

Lysia Maria Cavalcanti Bernardes (1924-1991) se formou aos 20 anos em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, se especializou em planejamento regional e urbano, trabalhou como geógrafa e ocupou cargos de direção no IBGE entre 1944 e 1968, foi professora de graduação e pós-graduação em Geografia na UFRJ entre 1959 e 1977 e concomitantemente técnica de planejamento no Ministério do Planejamento/IPEA entre 1968 e 74 (NACIF, 2014, p.3-4). No IBGE, Lysia Bernardes foi

(...) a partir do final dos anos 50 e durante toda a década de 1960, (...) a principal divulgadora dos estudos de redes urbanas trazidos para o Brasil pelo professor francês Michel Rochefort. Seus importantes trabalhos nesta linha de pesquisa a conduziram, nas décadas de 1970 e 1980, para níveis mais altos da comunidade de planejamento brasileiro. (ALMEIDA, 2000, p.169)

Lysia Bernardes no texto publicado na RBG produziu e analisou um mapa na qual classifica zonas do vale do São Francisco pelos seus tipos climáticos, segundo Koppen. A autora utilizou dados

(...) recolhidos nas estações do Serviço de Meteorologia do M. A. (1), completados, sempre que possível pelas normais pluviométricas dos postos da Divisão de Águas (M. A.) e da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas, atual Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (M. V. O. P.), particularmente úteis na delimitação do clima semi-árido do Nordeste. Por outro lado, dada a importância da modificação da temperatura pela altitude, foram de grande auxílio as cartas hipsométricas, na interpretação das normais assinaladas por algumas estações, particularmente influenciadas por sua maior altitude, como também para avaliar a extensão e os limites dos tipos de clima modificados por influência deste fator. (BERNARDES, 1951, p.149)

Notamos que a autora iniciou sua narrativa ressaltando a excepcionalidade da situação seca na região estudada

Dada a sua posição em relação ao equador, a bacia do São Francisco deveria apresentar em toda sua extensão um clima quente e, com exceção do litoral - de regime pluviométrico diferente - um clima úmido caracterizado por duas estações, a chuvosa no verão e a seca no inverno. Todavia, se isto se verifica em grande parte da bacia, registra-se quanto às precipitações um decréscimo acentuado, à medida que se caminha para Nordeste, o que dá lugar ao aparecimento do clima semi-árido. (BERNARDES, 1951, p.149)

Tal aparição da aridez foi justificada por ser a zona uma área de transição entre os tipos climáticos as quais tem períodos invertidos de chuva e seca: “Este fato, aliado às temperaturas sempre elevadas dá origem ao aparecimento do clima semi-árido que caracteriza a maior parte da bacia média inferior do São Francisco” (BERNARDES, 1951, p.155). A autora utilizou no texto duas vezes a palavra sertão, entanto não é muito clara a sua significação. O uso nos dois casos foi uma referência a subdivisões de unidades da federação, Pernambuco e Alagoas. Nos dois casos também o termo foi usado para se dizer que o clima semiárido atinge “(...) todo o alto sertão de Pernambuco e mesmo no Ceará, como na estação de Araripe” e “(...) a maior parte do sertão dêste Estado” de Alagoas (BERNARDES, 1951, p.155).

Outro dentre os textos que partam da perspectiva da seca para identificar os sertões nordestinos, e também tenham relações com as perspectivas do planejamento, trazemos à baila o artigo de 39 páginas ‘Contribuição ao estudo das massas de ar da bacia do São Francisco’, de autoria de Linton Ferreira de Barros, também um geógrafo do CNG²⁶. Apesar de somente publicado no segundo semestre de 1957 este trabalho foi realizado em 1953, como parte integrante do relatório do convênio Vale do São Francisco – Conselho Nacional de Geografia, como informado em nota inicial. Destacamos aqui mais uma vez o recorte utilizado e lembramos que mais adiante esse convênio será por nós estudado com maior foco (seção 5, p.238).

Quanto ao recorte da bacia do São Francisco salientamos que ao longo do texto o autor extrapola esses limites, principalmente quando objetiva demarcar as porções da região Nordeste sujeitas a seca. Em busca deste objetivo Linton Barros desenvolve um índice de aridez, definido pela temperatura e pluviosidade, sobre o qual afirma: “(...) sua variação um tanto irregular deva ser justificada na irregularidade da distribuição das chuvas. Portanto, sentimo-nos compelidos a estudar tudo que havia sôbre as chuvas no Nordeste brasileiro”. (BARROS, 1957, p.49).

²⁶ Não conseguimos localizar maiores informações biográficas sobre Linton Barros, a não ser que ele enquanto pesquisador do IBGE estudou na universidade de Paris I entre 1956 e 1957 (ALMEIDA, 2000, p.486), e que, após a instalação em 1959 do curso de Geografia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro (SP), lá assumiu a Cadeira de Cartografia e Topografia, e que até então era Professor do Curso de Meteorologia do Instituto Tecnológico de Aeronáutica, Especialista em Aerofotogrametria e geógrafo do IBGE (BRAY, 2005, p.2349).

Neste texto da RBG Linton Barros agradeceu alguns geógrafos do CNG:

“Queremos agradecer aqui a orientação e auxílio que nos foi dado pelo Prof. José Carlos Junqueira Schimidit, como também, a confiança que nos foi depositada pelo Prof. Alfredo José Pôrto Domingues em entregar-nos um serviço de grande responsabilidade, bem como ao Prof. Jorge Zarur por ter concordado com a nossa escolha para tal empreendimento. Mais uma vez agradecemos ao Prof. Alfredo José Pôrto Domingues por nos ter auxiliado criticando e fazendo revisão final dêste trabalho, bem como ao geógrafo Catarina Vergolino Dias, que se prontificou a refazer grande parte dos mapas dêste trabalho dando-lhes melhor apresentação, e ainda o seu auxílio prestimoso pela melhor apresentação da "Conclusão" dêste trabalho. A todos os colegas de serviço que espontâneamente procuraram colaborar neste trabalho aqui externamos nossos agradecimentos.” (BARROS, 1957, p.50)

DISTRIBUIÇÃO DAS CIDADES AO LONGO DO RIO SÃO FRANCISCO, DA CABECEIRA PARA A FÓZ: BOM JESUS DA LAPA, BARRA, XIQUE-XIQUE, PILÃO ARCADEO, REMANSO E PETROLÂNDIA

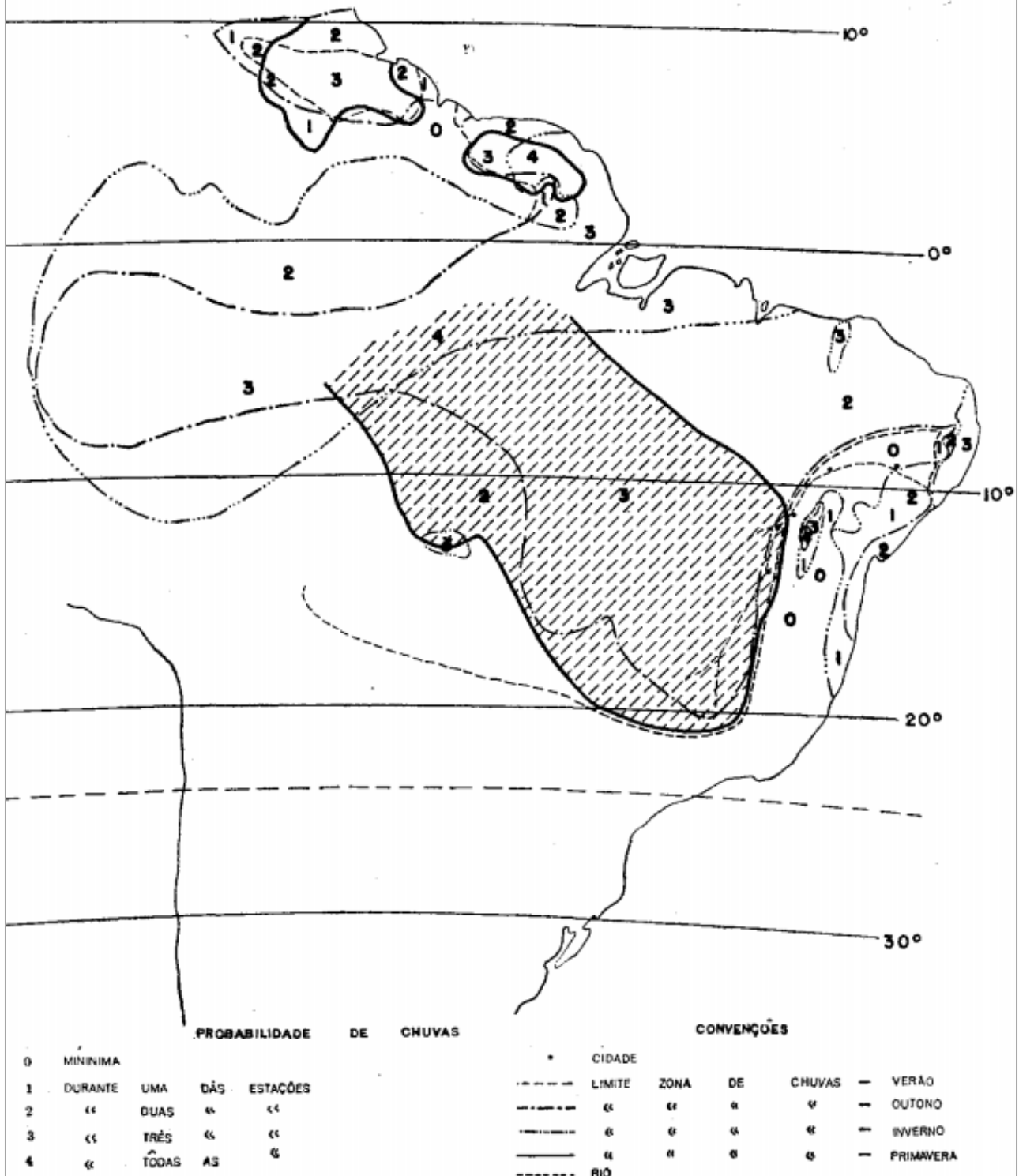


Figura 16: Mapa com a Probabilidade de Chuvas. Fonte: BARROS, 1957, p.84.

Estas análises são consolidadas em dois mapas, um (Figura 16, p.100) demonstrando as probabilidades de chuvas não só na bacia do São Francisco, mas em grande parte do Brasil, e o segundo (Figura 17, p.101), restrito ao Nordeste, no qual demarca as áreas de maior aridez.

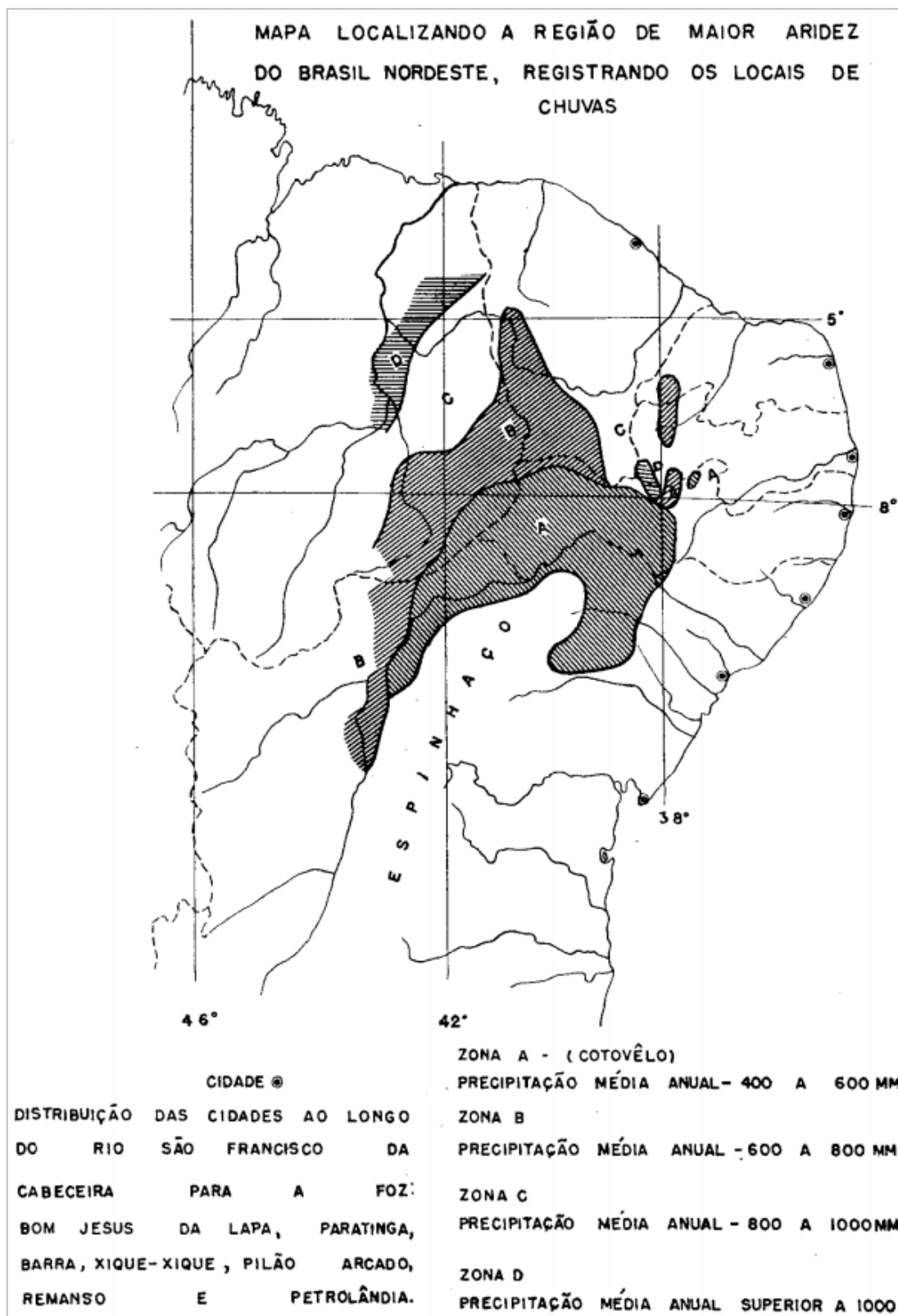


Figura 17: Mapa da região de maior aridez do Brasil Nordeste. Fonte: BARROS, 1957, p.86.

Assim o autor explica a dinâmica das secas:

Todo o Nordeste brasileiro fica sujeito às chuvas de verão e outono. Mas, conforme tentamos demonstrar, esta ocorrência de chuvas está intimamente ligada às perturbações ocasionadas pela presença da FPA. Durante o verão e início de outono, nos anos em que as penetrações da massa polar forem fracas, a seca, infalivelmente, assolará a região, uma vez que é pequena a possibilidade de chuva nas demais estações.

A maior ou menor umidade relativa da massa de ar, a disposição do relevo e a temperatura do solo são três fatores que influem, grandemente, na maior ou menor intensidade de chuvas. (BARROS, 1957, p.85).

No mapa das probabilidades de chuvas (**Figura 16**, p.100) a região das secas estaria demarcada nas áreas sinalizadas com o número zero, probabilidade de chuva mínima. No mapa das zonas de aridez esta região está sinalizada com a letra A. Especificamente quanto a bacia do São Francisco o autor conclui:

Quando se examina a bacia do São Francisco, um fato salta à vista; é o aumento progressivo da aridez. Tal ocorrência se verifica após o rio penetrar no estado da Bahia, aumentando progressivamente na direção norte. Considerando-se o mapa de índice de aridez do Nordeste anexo a este trabalho [**Figura 17**, p.101], nota-se uma ilha de máxima aridez em seu centro, na grande curva do rio São Francisco, à altura da cidade de Remanso; e saindo desta ilha, tanto para nordeste quanto para sudeste, observa-se que a aridez gradativamente vai diminuindo. (BARROS, 1957, p.49)

‘Köppen e Serebrenick - Climas da Bacia do Rio São Francisco’ é o título de outro texto sobre o tema da seca, de autoria de Carlos A. Fragoso SENRA (1954), publicado na seção de comentários da RBG, com 13 páginas e que também segue o recorte escalar da bacia do São Francisco, e no caso, diretamente vinculado aos projetos de planejamento, tema que será retomado adiante (seção 5, p.238). O autor em duas seções com mapas respectivos analisa ‘o clima do São Francisco’. A primeira de acordo com Köppen e a segunda, Serebrenick²⁷. Em sua conclusão afirma:

Comparando os mapas de Köppen e Serebrenick concordamos que ambos abrangem um conjunto de pormenores que ampliam e facilitam os estudos e as conclusões sobre a região. Calcadas no auxiliar magnífico em que se constitui a climatologia e nos fenômenos meteorológicos as classificações por nós analisadas poderão servir como diretrizes, ao soerguimento agrícola do vale para, tocando neste aspecto, não citar muitos outros problemas que poderão receber orientação mais segura e correta, baseados que sejam nas cuidadosas e bem expressas conclusões dos trabalhos que acabamos de comentar. (...) Köppen e Serebrenick, ambos atingem seus objetivos precípuos: a classificação climática do São Francisco facilitando o nortear de soluções para os inúmeros problemas dessa região, peça magnífica a recuperar do território nacional (SENRA, 1954, p. 94-95).

Senra também apresenta um mapa (**Figura 18**, p.103) que mostra a localização da área de clima

²⁷ Salomão Serebrenick foi chefe da Divisão de Estudos e Projetos da CVSF e teve um discurso proferido no Curso de planejamentos Regionais da AGB transcrito na RBG. Esse texto (SEREBRENICK, 1960) foi analisado no capítulo 6.2.

semiárido do Nordeste, destacando na legenda que este clima ‘não abrange toda a região’. Temos aqui, portanto, mais uma proposta de delimitação da região seca do Nordeste.

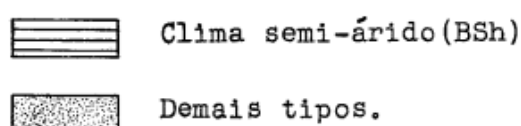
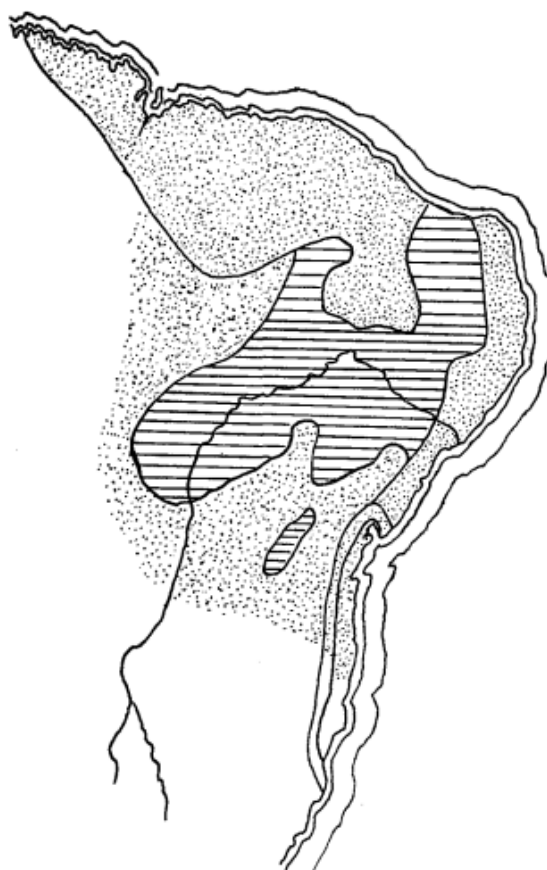


Fig. 1 — O clima semi-árido do Nordeste não abrange toda a região.

Figura 18: Mapa delimitando a região Nordeste e sua porção semiárida. Fonte: SENRA, 1954, p. 85.

Um texto de grande interesse para pensar a questão da seca, e as delimitações que foram construídas para estudá-la, compreendê-la, e combatê-la, foi originalmente uma tese aprovada pelo XVIII Congresso Internacional de Geografia, realizado no Rio de Janeiro, em agosto de 1956. Escrita pela Geógrafa do CNG Prof.^a Celeste Rodrigues Maio²⁸, foi publicada na RBG do último trimestre de 1961 como um artigo de 37 páginas, intitulado ‘Considerações gerais sobre a semi-aridez do Nordeste do Brasil’.

²⁸ Poucas informações encontramos sobre esta geógrafa. Em 1962 ela participou do terceiro projeto de estudos regionais do IBGE, focado no Nordeste e Meio Norte, no capítulo intitulado ‘Litoral - Interior’, juntamente com o Alfredo Porto Domingues, que também organizava o projeto (ALMEIDA, 2000, p.249). Em 1973 Celeste Maio organizou uma coletânea de comentários sobre 201 fotos do relevo brasileiro, reeditada em 1980 (ALMEIDA, 2000, p.278).

O artigo possui uma introdução que aborda aspectos gerais da semiaridez e metodologia empregada na sua determinação, e em seguida expõe uma análise comparativa entre dois mapas representativos da aridez do Nordeste: um baseado em valores anuais e outro nos valores anuais-mensais (Figura 19, p.104).

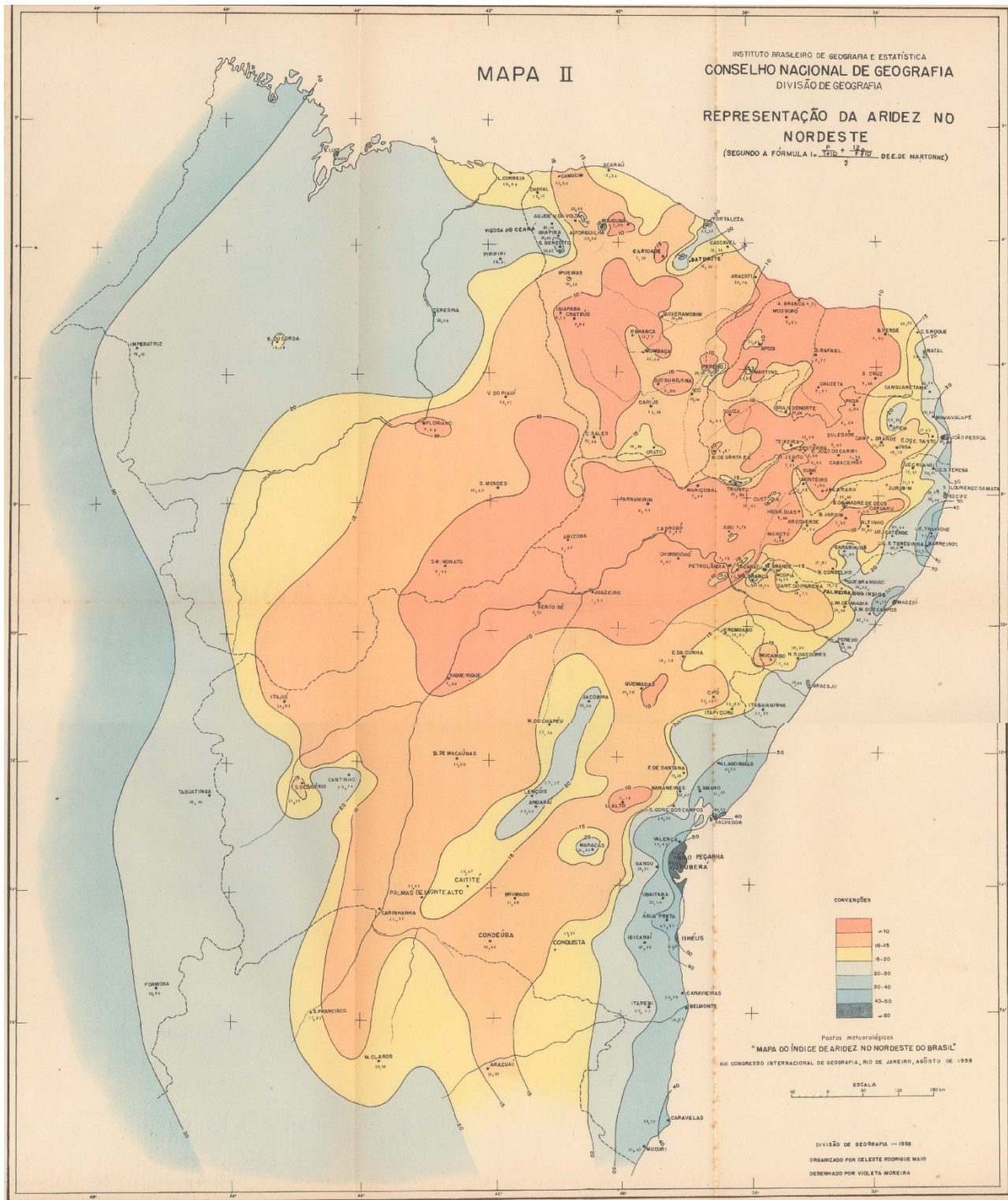


Figura 19: Mapa do índice de Aridez do Nordeste do Brasil. Fonte: MAIO, 1961, p.60-61.

Esta comparação é feita para cada uma das quatro zonas definidas pela autora: zona de influência marítima oriental (subdivide-se em litoral compreendido entre os estados do Rio Grande do Norte e da Bahia, até a cidade do Salvador, litoral ao sul do estado da Bahia, entre as cidades de Salvador e Caravelas, e litoral ao sul da cidade de Caravelas; a transição entre o litoral oriental e o interior; o litoral setentrional; e a última, o sertão semiárido. Maio conclui que os estudos devem se dedicar aos valores mensais, "(...) porque concentram período onde as diferenças pluviométricas e térmicas aliam-se às observações fisiográficas generalizadas e locais" (MAIO, 1961, p.87) e ,portanto, o 'verdadeiro conceito semi-árido' é melhor esclarecido no mapa aqui reproduzido (**Figura 19**, p.104).

Outra conclusão da tese da geógrafa do CNG, de central interesse para nossos objetivos, é a de que:

Nas representações cartográficas, as linhas que sugerem os diversos limites entre os principais trechos semi-áridos não têm associação precisa com o fenômeno das "sêcas". A própria designação do conhecido "Polígono das Sêcas" foge às realidades geográficas, conforme se observa ao compará-lo aos mapas de aridez ou a qualquer representação climática dessa região brasileira. (MAIO, 1961, p.87).

O mapa **Figura 20** (p.106) demonstra as sucessivas demarcações do Polígono das Secas. A primeira, estabelecida da Lei nº 175 de 07/01/1936 abarcava 620.000 km². A segunda, baseada no decreto-lei nº 9.857, de 13/07/1947, já totalizou 834.666 km². A terceira, definida pela lei nº 1348, de 10/02/1951, aumentou a área para 1.150.662 km². Neste sentido reconhecendo

A impossibilidade de poder marcar, verdadeiramente, as áreas-problemas do Nordeste, conduziu o Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas (Ministério da Viação e Obras Públicas) a estabelecer as áreas onde os efeitos das calamidades parecem ser mais severos. Conforme se pode depreender do mapa que acompanha êsse trabalho, os limites tentados até os dias atuais obedecem às razões de ordem administrativa e política. Os diversos acordos sobrevindos de estudos remotos não esclareceram até hoje as causas que levaram aos seus reais traçados. (MAIO, 1961, p.88).

A autora lembra, citando um relatório dos trabalhos apresentados pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, relativo ao ano de 1955, que a ampliação da segunda para a terceira e então vigente demarcação do Polígono das Secas foi feita

(...) alegando-se para tanto que "nas áreas anteriores não foram incluídas nas zonas das sêcas, regiões que embora não estejam sujeitas ao fenômeno das sêcas com a mesma intensidade e frequência da área abrangida nos limites iniciais, sofrem acidentalmente as conseqüências dessa calamidade". A área passou, então, a (...) atender, (...) a uma população de 13.000.000 de pessoas, aproximadamente. (MAIO, 1961, p.88).

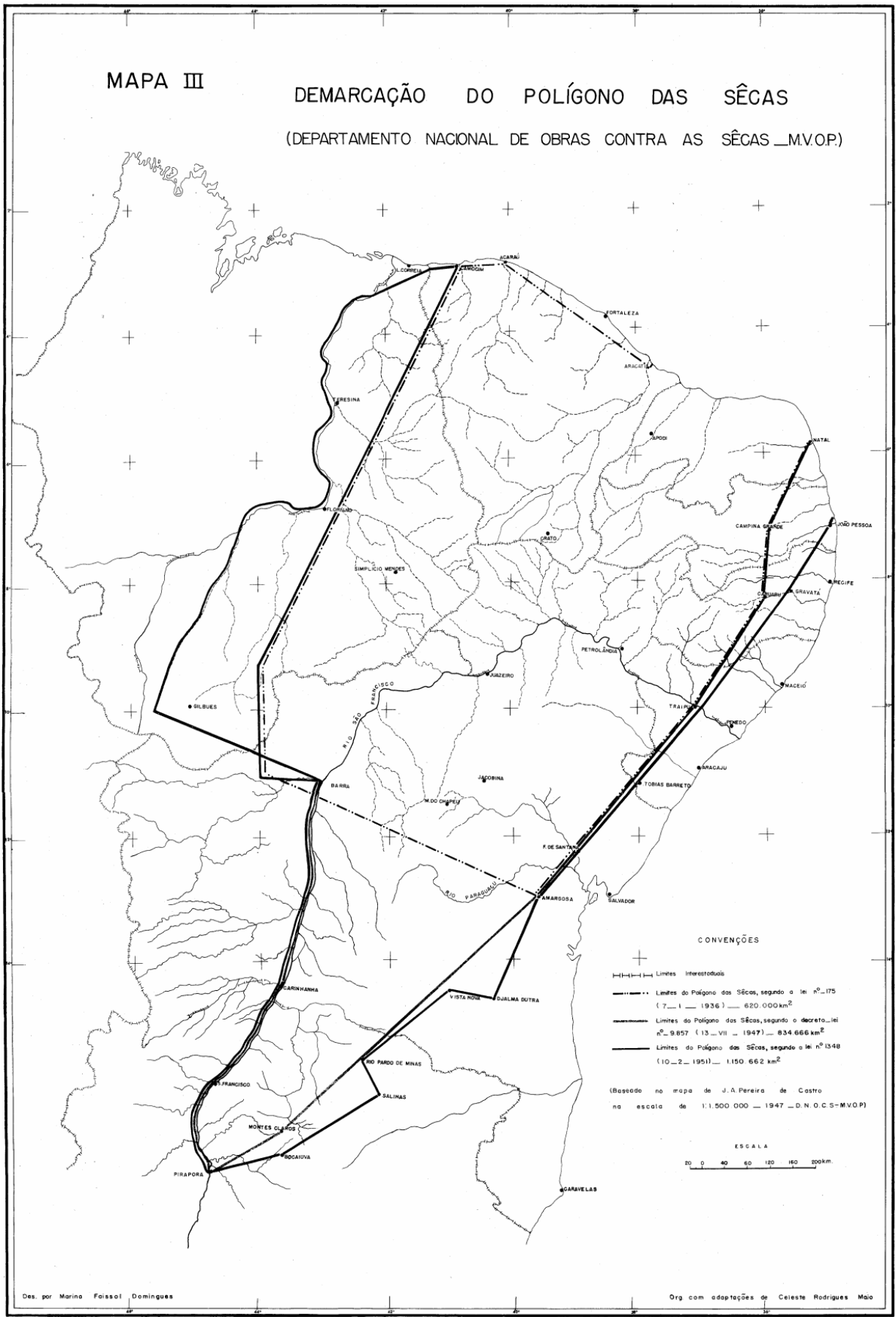


Figura 20: Mapa das demarcações do Polígono das Secas – DNOCS/MVOP. **Fonte:** MAIO, 1961, p.86.

Portanto Maio (1961) considera que os fins do DNOCS não coincidem com os geográficos e assim o fenômeno das secas seria mais de ordem social-política do que meteorológico-fisiográfica:

A deficiência dos limites exige, portanto, novos reparos e conseqüentemente novas verificações surgem à medida que se apuram os estudos efetuados. Como a finalidade geográfica é bem diversa da do DNOCS, a região em estudo não tem limites absolutos, não responde apenas pelas áreas de "sêca comprovada" ou de "possíveis sêcas", mas circunscreve uma extensão abrangendo inclusive, zonas onde os índices revelam a mais fraca semi-aridez, passando, mesmo, à umidade. A fixação da área em estudo, por decreto, é muito difícil por fugirem êles às características próprias da semi-aridez: irregularidade pluviométrica, alta temperatura e evaporação elevada.

Depreende-se do pouco que se focalizou, que os fenômenos das "sêcas", no Nordeste, são problemas mais de ordem social-política do que meteorológico-fisiográfica. (MAIO, 1961, p.88-89).

A partir desta constatação a autora questiona que "(...) a semi-aridez acometida pelo Nordeste não é vigorosa, mas a sua instabilidade, no tempo e no espaço, continua a transparecer, até os dias presentes, como se fôsse oriunda de causas climáticas muito mais sérias" (MAIO, 1961, p.89). Para Maio, entretanto, o problema se colocava em termos do conhecimento pelo homem acerca do 'meio adverso do Nordeste'. Na época, devido ao estado de desconhecimento, o homem não vence o meio, porém a autora cita que "Alguns estudos, entretanto, em vias de elaboração, podem iluminar um pouco mais as medidas a tomar, quanto à defesa e desenvolvimento da região" (MAIO, 1961, p.89).

O primeiro dos estudos que a autora menciona é o vinculado aos planejamentos regionais, os quais "(...) podem amenizar ou sobrepor-se às hostilidades do meio, como tem ocorrido em tantas outras regiões de características semelhantes ou mais severas ainda" (MAIO, 1961, p.89). Para tanto é esperada uma ação governamental que impulse 'o reerguimento do Nordeste'.

Outros exemplos citados de possibilidades de realizações de estudos que visem 'vencer o meio adverso' são o DNOCS, a ação dos bispos, o OPENO, a CODENO e a SUDENE, que "(...) visam programas que devem ser auxiliados pelas entidades no sentido de reparar e compensar, as deficiências apontadas pelas várias porções irregulares onde se distribuem e intercalam áreas semi-áridas e semi-úmidas" (MAIO, 1961, p.89).

Entretanto, novamente salientando as diferenças de objetivos que comandam os estudos geográficos e a demarcação da área que receberá especial atenção acerca de sua aridez, a autora lembra que

(...) a semi-aridez do Nordeste sendo herança de um clima mais rigoroso, ocorrido entre o plioceno e o pleistoceno, concorre enormemente para não atribuí-la, apenas, a fatores meteorológicos. As suas manifestações paleoclimáticas e paleogeográficas, tão complexas,

fornececeram um cabedal heterogêneo que requer sérias investigações e explicações, através das superimposições fluviais, desagregação mecânica, traçado de oueds, depressões, sedimentos clásticos, de alta significação para o estudo geral da semi-aridez. (MAIO, 1961, p.89).

Desta maneira Maio reconhece que as representações cartográficas são inseguras, pois ainda sujeitas a pesquisas pouco estabelecidas, e também pelas deficiências de observações meteorológicas. Por outro lado, ressalta que tais representações cartográficas são prestimosas “(...) quando associam suas causas geratrizes aos fatos humanos, de ocupação do solo, na divisão das propriedades, nos assuntos econômicos e sociais, que tão bem caracterizam e identificam as terras áridas e semi-áridas de outros continentes” (MAIO, 1961, p.89).

Os últimos textos aqui discutidos partiram do clima para experimentar o sertão através da seca. Aportamos no debate outros dois artigos publicados na RBG, os quais compartilham esta perspectiva da seca, contudo partem da questão da água. São eles ‘Água no Nordeste’, de Pimentel Gomes, publicado em 1960, e ‘O estado atual dos conhecimentos sôbre os recursos de água do Nordeste’, de Henry Maksoud (1961).

Conforme informações obtidas em Crisafuli (2006), Frederico Pimentel Gomes (1921-2004) nasceu em Piracicaba (SP), formou-se engenheiro agrônomo em 1943 na ESALQ e no ano seguinte tornou-se assistente da 16ª Cadeira de Matemática na ESALQ. Em 1954, foi aprovado com distinção no concurso para professor adjunto desta mesma cadeira. Dois anos depois como professor catedrático substituto da 1ª Cadeira de Física e Meteorologia, recebeu voto de louvor pela congregação da ESALQ e em 1959 tornou-se professor catedrático. Pimentel Gomes consolidou o uso da estatística na experimentação agrônômica, sendo considerado o ‘pai da estatística agrícola no Brasil’. Recebeu uma bolsa de estudos da Fundação Rockefeller e esteve como professor visitante na Universidade da Carolina do Norte (EUA), considerada a ‘Meca da estatística’. Em 1964 foi Reitor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

O texto deste autor trata-se de um interessante artigo de 37 páginas, no qual Pimentel Gomes aborda a questão das diferentes classificações dos climas quanto à umidade, propõe uma ‘classificação ecológica’, faz um extenso estudo da hidrografia da região seca do Nordeste, e então finaliza fazendo vários exercícios de planejamento da inteira organização de uma fazenda que fosse lucrativa e também ‘resistente às secas’ nos seus variados detalhes, com a sua distribuição de área, considerando as variações ambientes locais, e as diferentes zonas nas quais a unidade estaria localizada. (GOMES, 1960).

O autor iniciou dialogando com um livro publicado pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos em 1941, *'Climate and Man'*, mais especificamente com um capítulo sobre o clima e colonização, que contém um mapa planisférico que sinalizava

(...) as terras julgadas desfavoráveis ao povoamento, pelos excessos de frio, seca e calor úmido. As glaciais tundras e as florestas subpolares tornariam quase todo o Canadá, Noruega, Finlândia e Sibéria e praticamente todo o Alasca, impróprios ao povoamento. Nas mesmas condições estariam algo como dois terços da Suécia e talvez um terço do que podemos chamar Rússia européia. Os climas árido e semi-árido criariam dificuldades ao povoamento de imensas áreas asiáticas, africanas e australianas. Na nossa América, uns 40% dos Estados Unidos, metade do México, mais de dois terços da Argentina, metade do Chile e grandes áreas da Bolívia e do Peru estariam fortemente prejudicados pela insuficiência das chuvas. Pequeno trecho do Brasil, maior do que o indicado no mapa em aprêço, uns 8% da área total, podem ser incluídos nas glebas de terras insuficientemente pluviosas. O clima quente e úmido, também julgado desfavorável ao povoamento, prejudicaria grandes áreas do planeta, inclusive brasileiras. (GOMES, 1960, p. 23)

Consideramos bastante significativo este diálogo, por envolver uma publicação de um órgão de estado estadunidense e as respectivas análises que demarcam regiões no mundo todo nas quais o povoamento não seria favorável. Gomes afirma que “O mapa do Departamento de Agricultura ianque tem muitos erros de detalhe. Na parte referente ao Brasil, é um aleijão”, porém ofereceria um bom panorama da habitabilidade no planeta, e ressaltou terem havido surpresas:

Mostra, por exemplo, o trecho brasileiro perfeitamente favorável ao homem, o sul mais ou menos até à altura do paralelo 15, Pantanal mato-grossense evitado. É pelo menos tão grande quanto todas as outras terras nas mesmas condições, da América do Sul. Mostra, ainda, que o problema da escassez das chuvas é pouco intenso no Brasil e compreende área relativamente muito pequena. De fato é assim. Vejamos algo a respeito. (GOMES, 1960, p.343)

Em sua ‘classificação ecológica do Nordeste’, com finalidades agrícolas, o autor levou em consideração a pluviosidade e a vegetação e definiu quatro zonas ecológicas: Matas, Caatingas, Mocolândia e Espinho (GOMES, 1960, p.25). Pimentel Gomes também descreveu em seu artigo três métodos de classificação climática quanto à umidade, e os aplicou para definir zonas na região Nordeste.

O primeiro, considerado pelo autor como ‘dos mais interessantes’, é o do geógrafo francês De Martonne, que estabeleceu um índice de aridez através da análise da pluviosidade e da temperatura. O autor apresentou tal índice conforme as modificações introduzidas por Conti (para melhor adaptá-la a finalidades agrícolas):

Classe 1 = 1 a 5 - Regiões desérticas, terrenos áridos sem chuvas, e sem cursos de água e, portanto, inúteis à agricultura, quando não irrigados

Classe 2 = 5 a 10 - Estepes desérticas, com vegetação xerófita arbustiva e poucos pastos duros; a agricultura só é possível com irrigação.

Classe 3 = 10 a 20 - Savanas com pastos mais abundantes, às vezes com árvores, zonas aptas para o pastoreio, a agricultura irrigada ou lavoura seca .

Classe 4 = 20 a 30 - Prados ou regiões com vegetação mais variada, caatingas, zonas mais aptas para a cultura de cereais e às vezes de árvores frutíferas.

Classe 5 = 30 a 35 - Regiões de bons pastos, de cerrados aptos para qualquer lavoura sem irrigação.

Classe 6 = 35 a 40 - Regiões ricas de cursos de água, florestosas, impróprias para trigo, aptas para culturas exigentes de umidade subtropicais. (GOMES, 1960, p. 24).

Aplicando ao “(...) nosso Nordeste teríamos, de acordo com a minha classificação ecológica Matas, nas classes 6 e 5, Caatingas, principalmente na classe 4. Mocolândia, principalmente na classe 3. Espinho, principalmente na classe 2” (GOMES, 1960, p.24).

O segundo método de classificação trabalhado por Gomes foi o de Koeppen, que aplicado no Nordeste brasileiro assim foi descrito:

- As' (quente com chuvas de outono-inverno) na faixa litorânea oriental, interessando terras do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. É a região clássica da cana-de-açúcar do Nordeste.

- Aw' (quente com chuvas de verão-outono) na maior parte do Ceará e em trechos relativamente pequenos do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

- BSh (semiárido quente) numa ampla faixa do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia, e em trechos relativamente pequenos do Ceará, Piauí, Alagoas e Sergipe

- Cs' (temperado com chuvas de outono-inverno) em um trato da Borborema. (GOMES, 1960, p.25).

Os climas As' e Aw' são tropicais úmidos e assim, lembrou Gomes, verificou-se que pela classificação de Koeppen ‘surpreendentemente’ a maior parte do Nordeste era considerada tropical úmida. E aqui fez uma provocação quanto à definição do Polígono das Secas: “Isto ocorre mesmo em grandes áreas incorporadas ao Polígono das Secas, dos políticos, que não é o mesmo dos geógrafos e agrônomos” (GOMES, 1960, p.25).

O terceiro método de classificação climática usado por Gomes foi o de Wigtsoe. Aplicando-se este, seriam áridas 25% das terras mundiais, semiáridas, 30%, e subúmidos, 20%. Portanto,

Moramos num planeta de poucas chuvas. Chuvas suficientes, como as existentes na quase totalidade do Brasil, são uma exceção. Constituem algo de valor inapreciável. Ademais, podemos considerar a região insuficientemente pluviosa do Nordeste, como a mais chuvosa das terras consideradas secas. A técnica, estou hoje absolutamente certo, poderá solucionar o problema das secas periódicas nordestinas, o problema angustiante do Brasil. (GOMES, 1960, p.25).

Destacamos nesta citação a disposição do autor de situar a questão das secas do Nordeste – ‘o problema angustiante do Brasil’ – numa perspectiva positiva e esperançosa. Tal sentimento permeia todo o artigo. Utilizando sua classificação ecológica Gomes descreveu rapidamente um quadro geral

das quatro zonas definidas, quanto à pluviosidade, hidrografia, pedologia, possibilidades agrícolas, vegetação e subdivisões. Consideramos esta uma ótima descrição da região seca do Nordeste, com uma abordagem bastante exemplar, contribuindo com nossos objetivos e, por conseguinte, transcrevemos aqui as descrições de Gomes de três das quatro zonas definidas, justamente aquelas foco de nosso estudo, por mais tradicionalmente representarem uma delimitação dos sertões nordestinos.

Sobre a zona da caatinga, e suas subdivisões:

As Caatingas recebem de 600 a 1 000 milímetros de chuvas. As águas, quanto à qualidade, são regulares. Os rios e riachos são semiperiódicos ou periódicos, menos em trechos da região montanhosa oriental. O solo se apresenta com profundidade média ou rasa, raramente profundo. As águas, em regra, são suficientes para quase tôdas as culturas. Os pastos secam na estação seca. Quase tôdas as árvores, na mesma estação, perdem as fôlhas. São tropófitas. Conservam as fôlhas na Caatinga Ocidental - a oeste da Borborema - entre outras, os juazeiros, as canafístulas, as oiticicas, as timbaúbas, as algarobeiras. A Caatinga Ocidental é sujeita a sêcas periódicas. Os meses mais chuvosos são março e abril. A Caatinga Oriental - a leste da Borborema é isenta de sêcas periódicas e tem a pluviosidade mais bem distribuída, mesmo quando recebe menos chuvas do que a Caatinga Ocidental. Os meses mais chuvosos são maio, junho, julho e agosto. (GOMES, 1960, p.27).

E prosseguiu detalhando as possibilidades agrícolas da zona da caatinga:

A Caatinga Oriental é a terra por excelência dos algodoeiros herbáceos. Apenas num trecho mais sêco pode ter, e tem, algodoeiros arbóreos. A Caatinga Ocidental quase sempre produz bem algodoeiros arbóreos de fibra longa -o Mocó ou Seridó -, principalmente nos trechos menos chuvosos. Os algodoeiros herbáceos, de fibra média, são plantados nas glebas mais úmidas e nas faixas irrigadas. As Caatingas, sem irrigação, produzem bem algodão, milho, feijão, mandioca, fumo, batata-doce, algumas frutas, ótimas pastagens herbáceas. Isto, em regra, nos anos de pluviosidade normal ou chuvosos. Há pequenos vinhedos muito prometedores, nas glebas irrigadas. A vinha irrigada tem grande futuro. Nas serras, há batatinha, cebolas e outras hortaliças, e pode haver trigo, vinhedos, etc. A vinha tem muito futuro. Em trechos das serras orientais, por exceção, há cafezais bem produtivos. A agave prospera bem nas zonas altas e pode constituir ótima fonte de renda. O arroz é cultura precária quando não irrigado ou não plantado em trechos naturalmente mais úmidos. A cana-de-açúcar necessita de rega.

As pastagens são magníficas, muitas vêzes uma mistura de boas gramíneas e leguminosas. A zona tem ótimas condições para uma pecuária de valor. É indispensável, porém, corrigir a natureza, preparando forragens para a estação sêca e para as sêcas periódicas. Lembro os pastos arbóreos, como a algarobeira, a canafístula cearense, a palma-doce ou cacto-sem-espinhos. E há a mandioca manipeba, a silagem e o feno. A técnica corrige a natureza de forma completa e altamente econômica. Técnica e economicamente o problema está solucionando. Falta aplicar a solução na devida escala.

Tomada a providência que a técnica indica, a Caatinga se transformará numa das melhores zonas da pecuária leiteira intensiva do Brasil e do mundo. Tornar-se-á altamente produtora de carne, leite e laticínios, farta, rica. Não se deve esquecer que o gado se apresenta com excelentes condições de sanidade. Não há berne, carrapato nem aftosa.

A Caatinga Ocidental tem duas grandes riquezas vegetais nativas: a carnaubeira e a oiticica Falta

aproveitá-las devidamente. Já plantam grandes carnaubais. O Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas criou a técnica da enxertia da oiticica O Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas plantou alguns pequenos tamareirais a título experimental A tamareira tem futuro nos trechos mais secos irrigados. A Caatinga Ocidental é a zona da açudagem por excelência O Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas construiu grande quantidade de açudes grandes, médios e pequenos. Os maiores, os gigantescos, são: Araras, 1 000 milhões de metros cúbicos; Banabuiu, 1 500 milhões, Orós, 4 000 milhões, Castanheiro, 1 000 milhões. Os três primeiros estão construídos. O último está em estudos. Todos ficam no Ceará. (GOMES, 1960, p.27-28).

A segunda zona ecológica definida pelo autor foi a Mocôlândia:

A Mocôlândia ocupa o centro do Nordeste, o âmago do Polígono das Sêcas. Recebe, em média anual, 400 a 600 milímetros de chuvas, quase tôdas distribuídas em três ou quatro meses. A distribuição é muito caprichosa de ano para ano. Solos quase sempre de profundidade média ou rasos. A rocha aflora em muitos lugares. As árvores perdem as folhas na estação sêca. As pastagens secam. Rios periódicos, quase sempre secos. As águas do subálveo dos rios e do subsolo são, quase sempre, muito ruins. Às vêzes, péssimas. Há a Mocôlândia do planalto e a Mocôlândia da planície. A primeira se encontra quase sempre entre 450 e 800 metros de altitude, sôbre a Borborema. O Carirí Velho e o Curimataú paraibanos são quase totalmente Mocôlândia planaltina.

A Mocôlândia planaltina tem clima delicioso. É salubérrima. É um sanatório. Talvez seja a zona mais salubre do Brasil. Vejamos alguns dados meteorológicos da Estação Experimental de Pendência, em plena Mocôlândia planaltina da Paraíba. Fica no chamado Cariri Velho. O clima, é, portanto, quanto à temperatura, simplesmente admirável. À sombra não se sente calor nesta zona, em qualquer época do ano, tanto mais que há constante viração. A zona é extraordinariamente salubre. Avulta o número de macróbios fortes. A umidade relativa é muito mais elevada do que se poderia julgar da escassa pluviosidade. A Mocôlândia planaltina tem clima temperado-doce, pluviosidade escassa, orvalhos relativamente abundantes. É a terra do caroá e do umbuzeiro. Não produz algodão, Mocó, senão muito precariamente. Boas pastagens. Boa ecologia para a palma. Não se presta à açudagem.

A Mocôlândia da planície é a terra por excelência do algodoeiro Mocó ou Seridó, algodoeiro arbóreo de fibra magnífica. O Seridó, a bacia hidrográfica do rio do mesmo nome, um afluente do Açú, é quase totalmente Mocôlândia. Tem grande quantidade de açudes, principalmente médios e pequenos. Só o município de Caicó tem mais de 500. A Mocôlândia da planície tem pluviosidade pequena, caprichosa. A temperatura, muito quente, é suportável graças à viração constante e à escassa umidade relativa. A fertilidade se refugia nos vales de inúmeros rios e riachos periódicos. Em tôrno de cada açude, uma mancha verdejante. Plantam batata-doce, feijão, abóbora, aipim, milho, capim, etc. As águas, riquíssimas em plancto, são extremamente piscosas. Cêrcas de pedra. Boas pastagens na estação úmida. Não se presta à palma-doce. Em compensação a algarobeira se desenvolve bem. Há carnaubais por exceção, em algumas várzeas mais úmidas. Há criação intensiva de gado leiteiro em algumas fazendas açudadas. A Mocôlândia da planície tem apreciável produção de leite, creme e queijo. Vende creme para Recife. O algodoeiro arbóreo Mocó ou Seridó é a grande riqueza vegetal. (GOMES, 1960, p.28-30)

E por fim a zona ecológica do Espinho:

No âmago da Mocôlândia se situa o Espinho, cuja pluviosidade média anual é inferior a 400 milímetros. Em Cabaceiras, Paraíba, o município mais sêco do Brasil, a pluviosidade média anual está avaliada em 256 milímetros. É uma área muito pequena. Há o Espinho planaltino e o da planície. O Espinho planaltino é a terra das bromeliáceas e cactáceas. Há caroá e macambira. O

caroá era a riqueza vegetal principal. Hoje, há a prodigiosa algarobeira. Sem irrigação não há lavoura. Os caprinos vivem bem. Boas pastagens na precária estação chuvosa. Clima fresco. O Espinho da planície tem clima muito quente. Não há lavoura sem irrigação. Açudes. Algodoads arbóreos. É um semi-deserto. A algarobeira dar-lhe-á melhores condições de habitabilidade. (GOMES, 1960, p. 30)

Na seção intitulada Hidrografia o autor faz um extenso estudo sobre a hidrografia nordestina. Iniciou apontando que os seus rios perenes ficam quase todos entre a Borborema e o Atlântico.

Há ainda, o grande rio São Francisco, proveniente da região Leste. Quase todos os cursos potâmicos de além Borborema são semi-periódicos No Ceará existem riachos perenes. Alguns rios são perenes nas proximidades das nascentes São raros. Embora semi-periódicos, geralmente têm muita água durante alguns meses do ano. Quando as chuvas da estação úmida são normais ou ultrapassam a média, alguns rios se tornam bastante caudalosos. Estão neste caso o Coreaú, o Acaraú, o Curu, o Apodi, o Açu. Levam bastante água o Mundaú, o Pacoti, o Xoró, e alguns afluentes semi-periódicos do São Francisco, como o Pajeú e o Moxotó. (GOMES, 1960, p. 30)

Em seguida o autor apresentou o rio Jaguaribe, o maior rio cearense e do Nordeste pouco chuvoso, São Francisco excluído:

Tem 860 quilômetros de curso. São navegáveis os últimos 33 quilômetros, influenciados pelas marés. A bacia mede aproximadamente 72 mil quilômetros quadrados. Há quem lhe dê algo como 80 mil quilômetros quadrados. Tem 300 metros de largura média. O baixo Jaguaribe tem muitas ilhas, algumas muito grandes. Corre, em grande trecho de seu curso, entre amplas e fertilíssimas faixas de aluvião. O mesmo sucede com os seus afluentes. Há imensos carnaubais no baixo Jaguaribe e no baixo Banabuiu. (GOMES, 1960, p. 30-31)

Ressaltou que a devastação das matas e caatingas da sua bacia eram as possíveis causas de o rio ter se tornado semi-periódico. Ainda assim,

Há sempre muita água no seu subálveo e no subálveo de seus principais afluentes. Motobombas e cataventos elevam água do subálveo e dos poços profundos abertos na aluvião das margens. Irrigam áreas relativamente grandes e crescentes. São afamadas as laranjas dos pomares irrigados de Ruças. Os grandes açudes ora em construção, vão perenizar o Jaguaribe. Faz-se mister reflorestar a sua bacia. (GOMES, 1960, p. 30-31)

Usando da estratégia de comparar a vazão do rio Jaguaribe com alguns rios europeus e peruanos o autor objetivou destacar que “(...) há muita água no Jaguaribe. Resta saber como aproveitá-la devidamente”:

Decididamente os possíveis 5 800 milhões de metros cúbicos do Jaguaribe não envergonham. E o chamam de rio sêco! Também a descarga do Jaguaribe não envergonha quando comparada com a dos rios peruanos que descem para o Pacífico. Gonzalo Reparaz, chefe da Missão de Assistência Técnica da UNESCO no Peru, em "*El Programa de Estudios de la Zona Arida Peruana*", calcula as descargas médias anuais dos principais rios peruanos que descem para o Pacífico. (GOMES, 1960, p. 33)

Gomes listou os quinze principais açudes desta bacia construídos pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, citando seus nomes, o rio, a capacidade e a data de conclusão, ou sua

previsão. O autor contabilizou 80.000 hectares de terras ‘fertilíssimas’ no baixo Jaguaribe, e que “(...) Há quem pense em águas do São Francisco e mesmo do Parnaíba para aproveitar a área restante” (GOMES, 1960, p. 34). A bacia do Jaguaribe também ofereceria potencial de geração de hidroeletricidade, e no texto foram apontadas três futuras centrais hidrelétricas na bacia, nos rios Orós, Banabuiú e Castanheiro. O autor também citou, sobre esta bacia, a produção de pescado potencial (superior a 5 000 toneladas anuais).

Esta análise feita para o rio Jaguaribe foi repetida para todos os mais importantes rios que tem seus cursos, ou partes deles, nas regiões áridas, seguindo a mesma sequência de apresentação dos dados. Na ordem do texto foram estudados os rios: Acaraú, Coreaú, Curu, Aracati-Açu, Pacoti, e Poti, no Ceará; Apodi, Ceará-Mirim e Potenji no Rio Grande do Norte; Açu ou Piranhas, que nasce na Paraíba e deságua no Rio Grande do Norte; Paraíba do Norte, na Paraíba; Pajeú, Moxotó, e Brígida, afluentes pernambucanos do São Francisco; Ipanema, que atravessa Pernambuco e Alagoas; Salitre, afluente baiano do São Francisco; e Irapiranga ou Vaza-Barris, que nasce próximo a Canudos e alcança o oceano em Sergipe.

Sobre o São Francisco, resumiu:

O São Francisco atravessa grande trecho do Nordeste semi-árido. Tem 3 160 quilômetros de curso. A bacia hidrográfica mede, aproximadamente, 612 000 quilômetros quadrados. A descarga média anual está avaliada em 120 000 milhões de metros cúbicos. É um pouco menor do que a do Nilo em Assuã- 125 000 milhões de metros cúbicos. As águas do grande rio, no trecho semi-árido, começam a ser mecânicamente elevadas. Irrigam-se glebas grandes e em rápida expansão. A cultura da cebola e da vinha está tomando grande incremento. A região oferece excepcional ecologia à vinha, quando a rega não é esquecida. Finíssimas uvas de mesa, ótimas passas, excelentes vinhos licorosos rivais do Pôrto e do Xerez um dia serão aí produzidos em escala gigantesca. Também a zona é boa para a tamareira. (GOMES, 1960, p.43).

Lembrando que somente apresentou os rios das regiões secas, o autor ressaltou que “Há muito mais água nos rios nordestinos do que geralmente se pensa. Comparado com outras regiões pouco pluviosas, o Nordeste pode ser considerado uma região privilegiada. Há relativa abundância de água em seus rios” (GOMES, 1960, p.46). Todavia admitiu que tais rios são “(...) quase sempre de regimes muito caprichosos”, e propôs como forma de correção a açudagem:

O açude é o grande meio de corrigir-lhes os regimes. As barragens vertedoras são utilíssimas. Infelizmente estão bastante esquecidas pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas. Servem para alguns rios grandes. Têm aplicação muito grande nos riachos. Deter a água, represá-la, é a grande providência. Não há açudes inúteis no Nordeste. O reflorestamento em grande escala é de absoluta necessidade. A algarobeira, a *Prosopis juliflora* proveniente dos desertos e semi-desertos peruanos, se está revelando árvore providencial, capaz de contribuir extraordinariamente para fazer do Nordeste uma região agrícolamente muito rica. Para isto se

faz mister criar fazendas resistentes às sêcas periódicas. Já organizei algumas para as diversas ecologias do Nordeste. Existem outras águas. (GOMES, 1960, p.43).

A outras águas Gomes se referia a lagoas, que escreveu serem poucas e insignificantes, e as águas subterrâneas, 'às vezes muito importante', e sobre as quais discorreu, citando diferentes zonas geológicas e suas possibilidades de aproveitamento. Em outra seção do seu trabalho intitulada Lavoura Seca o autor promoveu a aplicação das informações reunidas para pensar possibilidades de ocupação das regiões áridas, no que chama de fazendas resistentes à seca:

As irrigações nunca serão muito grandes no Nordeste semi-árido. A área irrigável não irá além de 3%. Faz-se mister, portanto, encontrar um método e um método experimentado, muito eficiente, que aproveite bem os 97% restantes. Enquanto não chegarem as chuvas artificiais, este método será a lavoura seca, a dry-farming dos estadunidenses. Será, porém, uma lavoura seca muito afastada da praticada no oeste dos Estados Unidos. Será uma lavoura seca adaptada ao meio, muito mais eficiente do que aquela. Faz-se mister criar tipos de fazendas resistentes às sêcas. Chamo fazenda resistente à seca a capaz de ter vida normal, de produzir bastante nos anos mais secos, embora não irrigada. Isto é perfeitamente possível desde que a agropecuária da fazenda se baseie na pluviosidade mínima e não na pluviosidade média. Vejamos tipos de fazendas resistentes à seca. (GOMES, 1960, p.50-51)

O autor fez vários interessantes exercícios de planejar a organização de uma fazenda nos seus variados detalhes, com toda sua distribuição de área, considerando os diferentes ambientes, e que fosse 'resistente à seca'. A primeira fazenda foi pensada para ser instalada nas margens do rio Acaraú, abaixo da cidade de Sobral, onde ainda não chegam os canais de irrigação, portanto na região classificada por Gomes como Caatinga Ocidental. A segunda situar-se-ia também nessa região, porém numa situação mais desfavorável. A terceira fazenda estaria na região da

(...) Mocolândia, nas proximidades de Irauçuba, Ceará. A pluviosidade gira em torno dos 500 milímetros. Nas crises climáticas, muito menos de 250 milímetros. Tem, então, pluviosidade de deserto. Em 1915, caíram 120 milímetros. O solo é quase sempre raso. Serrotes pedregosos. Grande escassez de água corrente. Riachos raros, insignificantes, quase sempre secos. (GOMES, 1960, p.56)

São ainda descritas possibilidades de aproveitamentos nas regiões da Mocolândia do planalto da Borborema, das Matas Ocidental e Oriental, e do Litoral. Em todas as hipóteses o autor explicitou quais culturas deveriam ser priorizadas, em que proporções, quais terras deveriam ser reflorestadas, as técnicas agrícolas a serem implementadas, diferentes tipos de criações intensivas, com seleção de determinadas raças, entre outras orientações que transmitem ao leitor grande confiança nas possibilidades aventadas. O último parágrafo bem resume o espírito do texto: "Quando aproveitarem devidamente a água disponível no Nordeste, este se tornará uma das regiões agricolamente mais ricas do Brasil e do mundo. Faz-se apenas mister usar, na devida escala, o que a técnica agrônômica ensina" (GOMES, 1960, p.60).

O segundo texto publicado na RBG em meados do século XX que aborda os sertões nordestinos a partir da perspectiva da seca, e focado na questão da água é um extenso artigo (117 páginas) intitulado 'O estado atual dos conhecimentos sobre os recursos de água do Nordeste', assinado por Henry Maksoud. Apesar de publicado no primeiro trimestre de 1961 o trabalho foi "(...) preparado em 1959 para o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO), hoje SUDENE, sob a direção do autor, pela HIDROSERVICE - Serviços Técnicos de Hidrologia, Hidrografia e Hidráulica Ltda." (MAKSOUND, 1961, p.3). Sobre a pesquisa foi explicado que

Para a elaboração deste relatório, foram levantadas informações de variada natureza, compreendendo a compilação de dados, viagens de reconhecimento, entrevistas e inquéritos junto a entidades públicas, etc. Reconhecemos, agradecidos, a boa vontade sempre demonstrada por técnicos, administradores e funcionários do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, Divisão de Águas, do Serviço de Meteorologia e do Departamento Nacional da Produção Vegetal do Ministério da Agricultura; da Comissão do Vale do São Francisco, do Departamento Nacional de Obras de Saneamento; do Serviço Especial de Saúde Pública; do Banco do Nordeste; da CPE da Bahia; do CODEPE de Pernambuco, etc. De forma especial, reconhecemos a entusiástica e efetiva ajuda prestada pelo major-engenheiro Paulo Teixeira da Costa, pôsto à disposição do CODENO pela Diretoria de Vias de Transporte do Ministério da Guerra para colaborar neste trabalho da HIDROSERVICE. (MAKSOUND, 1961, p.5)

Portanto destacamos que o trabalho se constitui num relatório, de autoria de uma empresa privada contratada pela agência governamental federal responsável por fomentar e planejar o desenvolvimento da região Nordeste, a CODENO. Este arranjo particular do trabalho geográfico 'técnicos-empresa-órgão de planejamento' determina, como veremos, a estrutura e os objetivos da pesquisa.

Henry Maksoud (1929-2014), nascido em Aquidauana (MS), foi um engenheiro civil, engenheiro eletricitista, empresário e divulgador liberal brasileiro. Formou-se engenheiro pela Universidade Mackenzie, e Mestre em Mecânica de Fluidos pela Universidade de Iowa, nos Estados Unidos. A empresa Hidroservice Engenharia de Projetos Ltda, fundada em 1958, foi seu primeiro empreendimento. Já nos anos 1960 a empresa foi considerada a maior das empresas de engenharia consultiva do Brasil, oferecendo um amplo espectro de atividades em prestação de serviços, e vastíssima capacidade comercial e tendo grande penetração no governo (PULHEZ, 2014).

Durante a década de 1970 a empresa foi responsável pelo projeto da Usina Hidrelétrica de Sobradinho, no rio São Francisco, para a CHESF. Outra grande obra que também teve sua participação nesse período foi a do aeroporto Galeão, no Rio de Janeiro. Principalmente a partir dos anos 1970 a Hidroservice expandiu sua atuação mundialmente, tornando-se uma das maiores empresas da área.

Maksoud também detinha empresas em diversos outros ramos, como a Sisco – Sistemas e Computadores S.A., fabricante de hardware e software para computadores de micro, mini e médio porte, a Editora Visão e a HM Empreendimentos e Participações, especialista em projetar hotéis de alto luxo, além de atuação no mercado imobiliário (FONSECA, 1994, p.31 apud CEZAR JUNIOR, 2010, p.3). Gervasio Cezar Junior (2010, p.7) também apontou nesse mesmo período como a Editora Visão, através da Revista Visão, divulgou o pensamento liberal professado pelo dono da editora, principalmente aquele baseado nas ideias de Frederick August von Hayek, o qual inclusive veio a convite de Maksoud proferir três palestras no Brasil entre 1977 e 1981.

No texto publicado na RBG Maksoud, após uma introdução geral sobre o tema o texto apresentou um diagnóstico sobre a questão da disponibilidade e adequabilidade das informações relacionadas com a ocorrência, características, uso e controle dos recursos de água. Este diagnóstico englobou, entre outras considerações, a coleta de dados sobre chuvas, clima, água subterrânea, regime fluvial, evaporação, transpiração, qualidade das águas, meteorologia, transporte de sedimentos. A partir desta pesquisa, nas palavras do relatório, “São apresentadas discussões sobre a necessidade dos dados e a adequabilidade do que se dispõe e, para cada caso, foram elaboradas sugestões e recomendações específicas para melhoria” (MAKSOUUD, 1961, p.3).

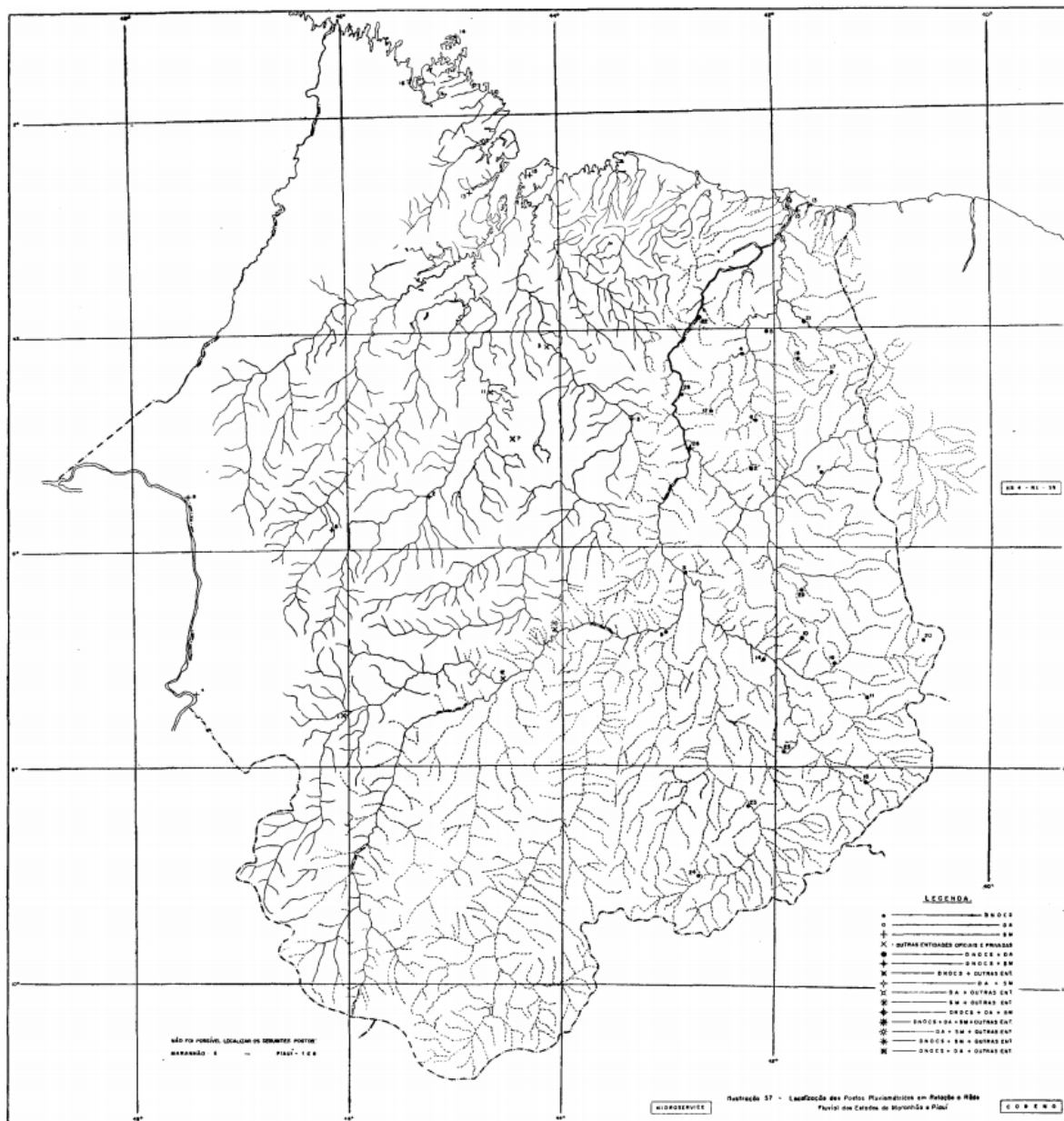


Figura 21: Mapa dos postos pluviométricos e da rede fluvial do Maranhão e Piauí. Fonte: MAKSOUD, 1961, p.66-67.

Por exemplo foram descritas nesta parte a existência, localização e densidade de postos pluviométricos e estações meteorológicas. Todos estes dados foram analisados em gráficos, tabelas e mapas, entre os quais disponibilizamos os relativos a distribuição dos postos pluviométricos (Figura 21, Figura 22, e Figura 23), das estações meteorológicas (Figura 24) e das áreas fotogrametradas da região (Figura 25).

O diagnóstico sobre a situação do conhecimento sobre a topografia, e os mapas existentes da região, estava localizado no texto numa seção a qual explicita a necessidade de dados ‘correlatos’ – que seriam a topografia, a geologia, solos e cobertura vegetal, elementos cadastrais e dados socioeconômicos – para os trabalhos relacionados com os recursos de água. Estas informações

seriam “(...) necessárias às várias fases dos projetos de desenvolvimento da utilização dos recursos de água” (MAKSOU, 1961, p.92).

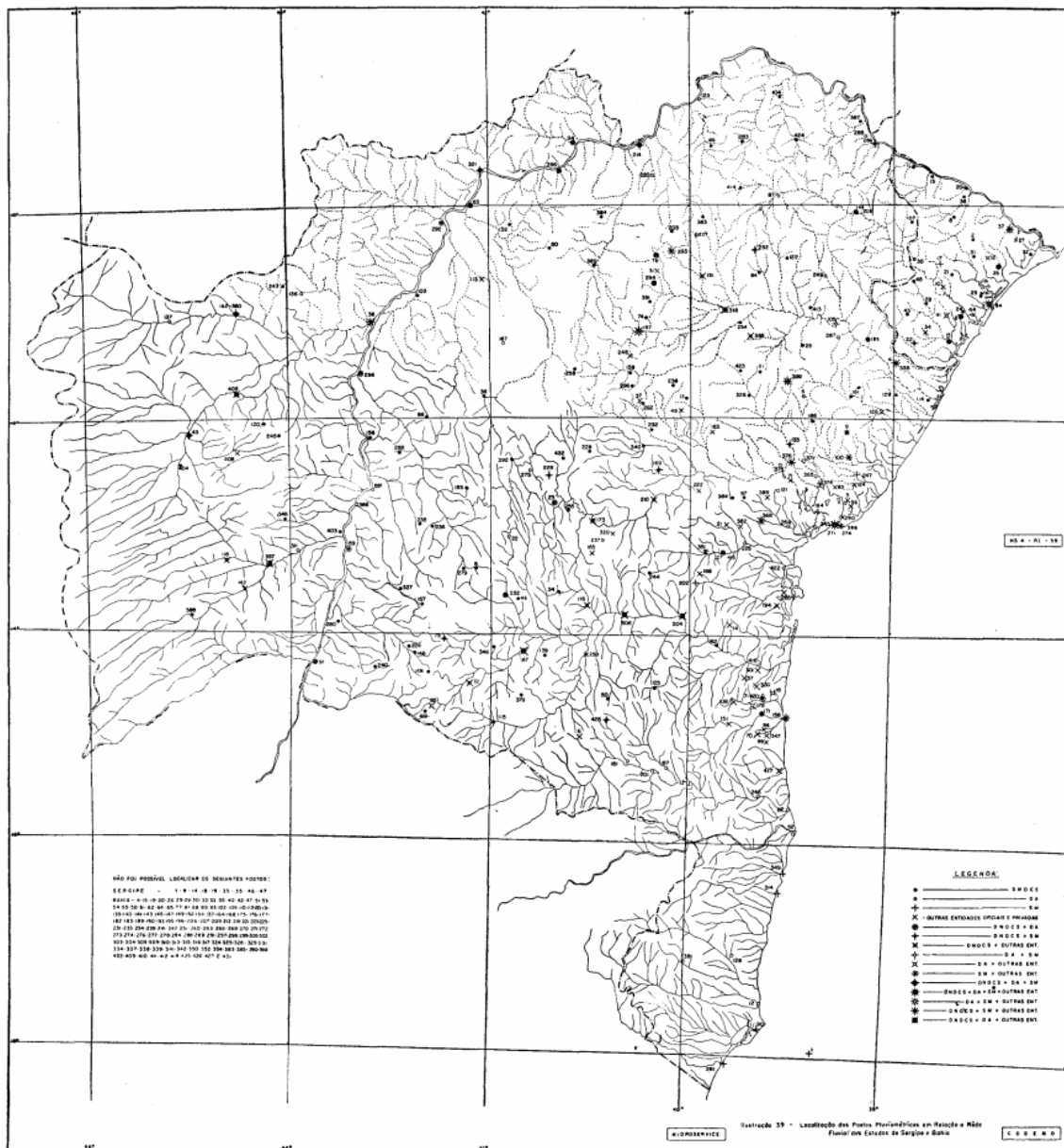


Figura 22: Mapa dos postos pluviométricos e da rede fluvial de Sergipe e Bahia. Fonte: MAKSOU, 1961, p.66-67.

O relatório afirmou que a existência de ‘informações exatas’ sobre a topografia, a qual concentrou os dados de relevo, drenagem e ocupação e uso da terra, é

(...) um pré-requisito para qualquer programa de desenvolvimento. Eles são necessários e imprescindíveis para o planejamento e projeto de tôdas as obras necessárias ao contrôlle e utilização da água, como também constituem uma base fundamental para dar sentido geográfico e analisar todos os demais dados básicos hidrológicos, geológicos, pedológicos, econômicos, etc. (MAKSOU, 1961, p.92).

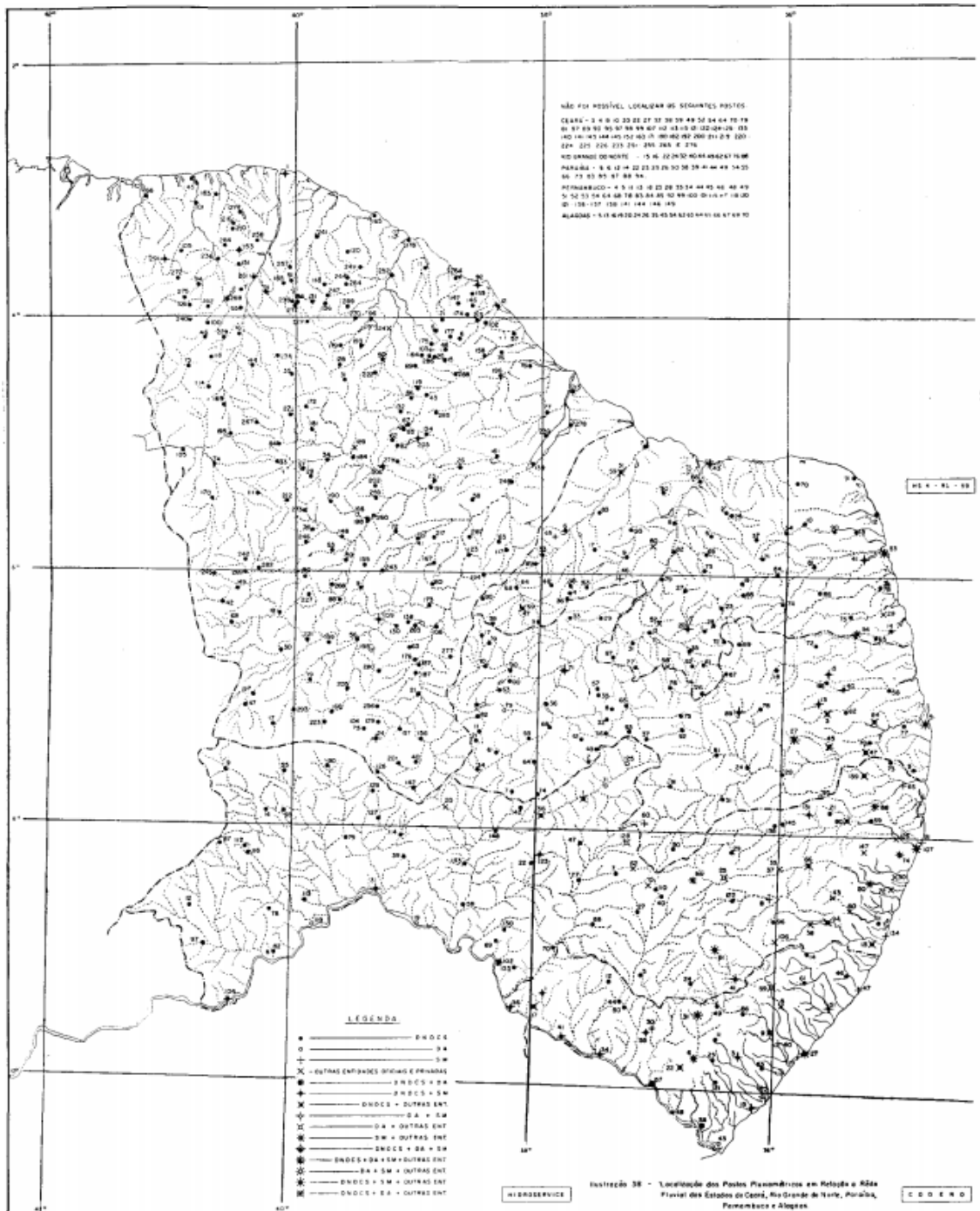


Figura 23: Mapa dos postos pluviométricos e da rede fluvial do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. Fonte: MAKSOUD, 1961, p.69.

Ressaltamos aqui que os autores do trabalho contratado pela CODENO destacaram o papel do geógrafo e da geografia no planejamento e na estruturação de programas de desenvolvimento que abarcassem dados de aspectos bastante diferentes como os acima enumerados. Eles também destacaram o papel da Divisão de Cartografia do CNG na produção de mapas do país, e que esta seria mesmo uma função original básica deste órgão.

Em relação à região de estudo foram detectados na época "(...) as folhas da carta do Brasil na escala

1:500 000, que abrangem quase toda a região, e as folhas na escala 1: 250 000 abrangendo apenas grande parte da Bahia e de Pernambuco, e parte de Alagoas e Sergipe” (MAKSOUUD, 1961, p.92). Os autores ainda apontaram que

Existem sem dúvida outros mapas mais pormenorizados, porém, se referem a pequenas áreas relacionadas com determinados projetos tendo sido levados a cabo especificamente para a realização daqueles projetos. Supõe-se, por exemplo, que o DNOCS possua mapas em escala pequena das áreas dos açudes, locais de barragens, etc. A Comissão do Vale do São Francisco vem executando nos últimos anos o mapeamento de boa parte do fundo do vale do trecho inferior do médio São Francisco. (MAKSOUUD, 1961, p.92).

Todavia tais mapas não seriam suficientes, e segundo o relatório da *Hidroservice*,

Há necessidade imperiosa de uma cobertura topográfica da região em escalas adequadas. Como indica a ilustração 55, grande parte da Grande Região Nordeste encontra-se já recoberta aerofotograficamente; há pois bastantes elementos para restituição aerofotográfica e mapeamento. É preciso que se desenvolva um programa bem coordenado e sistemático de aproveitamento dessas fotografias. (MAKSOUUD, 1961, p.92).

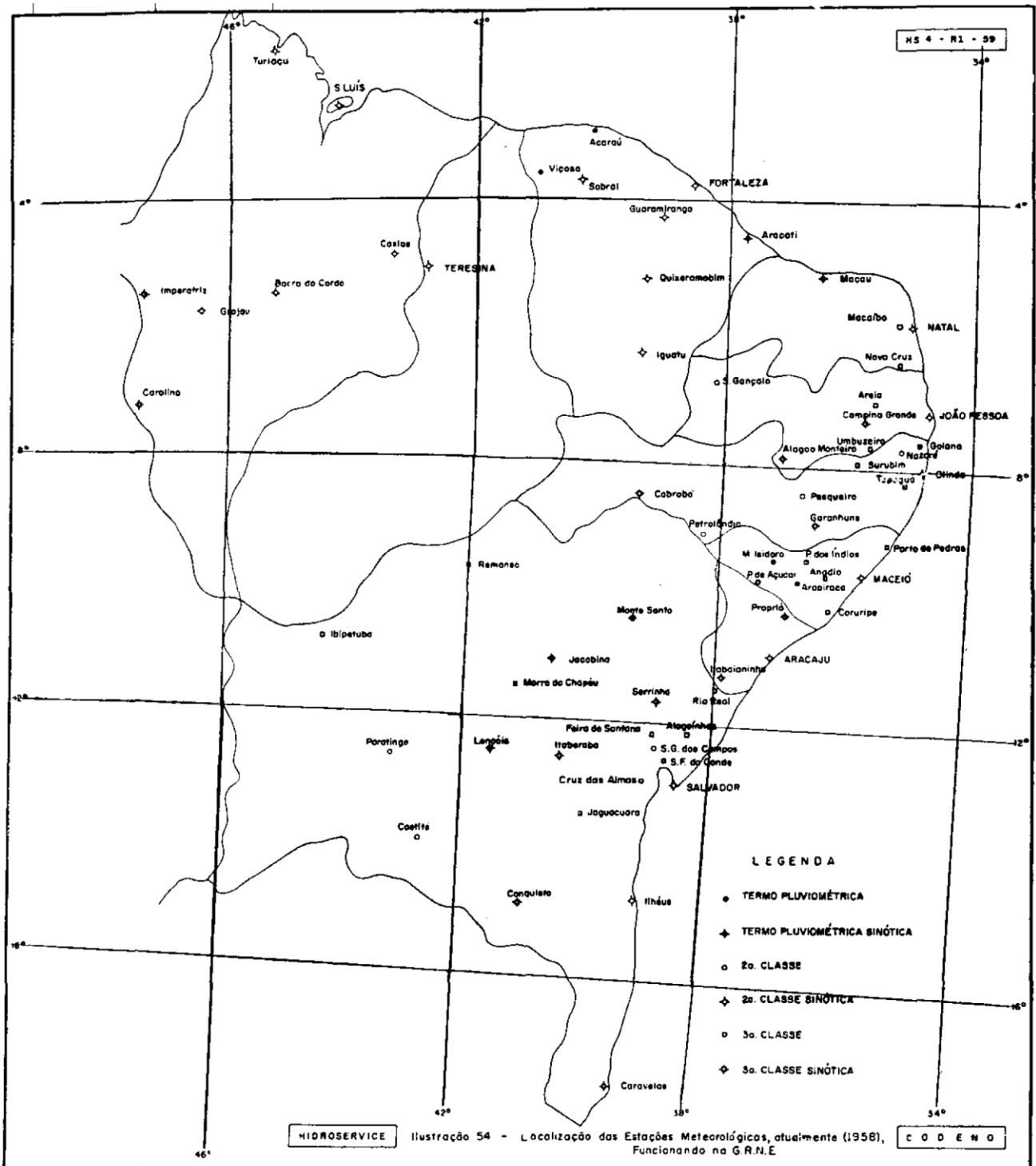


Figura 24: Mapa das estações meteorológicas funcionando em 1958 na 'Grande Região Nordeste', GRNE. Fonte: MAKSOUD, 1961, p.91.

A referida ilustração está aqui copiada (Figura 25, p.123) e demonstra a cobertura de diferentes projetos de fotografias aéreas, identificados na legenda como Cruzeiro do Sul, PROSPEC, USAF, e Diretoria de Hidrografia e Navegação.

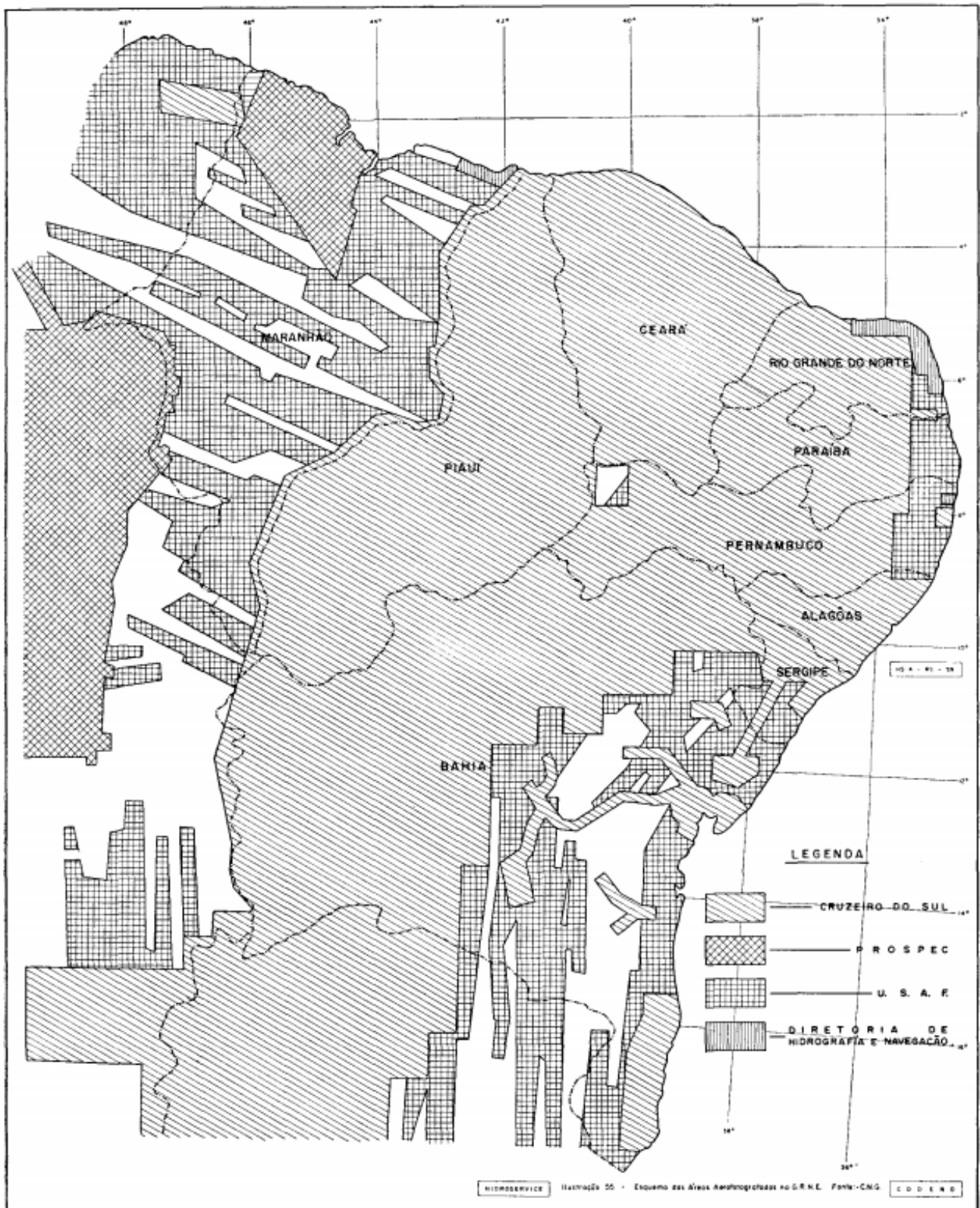


Figura 25: Mapa das áreas aero fotografadas na 'Grande Região Nordeste'. Fonte: MAKSOUD, 1961, p.93.

É interessante notar a importância dedicada pelo relatório as fotografias aéreas, úteis "(...) não só para o mapeamento fotográfico mas também como ferramenta de estudo e planejamento, mediante a técnica conhecida como fotointerpretação" (MAKSOUD, 1961, p.94). Em seguida os autores

informaram as novas possibilidades de interpretação das fotografias aéreas nas quais seria possível reconhecer vários fenômenos superficiais e subterrâneos “através do estudo estereoscópico das fotos e mediante procedimentos de correlação, análise, síntese e verificações” (MAKSOU, 1961, p.94). E ainda elogiaram sua precisão, rapidez e economia alcançada, e logo de sua imprescritibilidade nos planejamentos locais e regionais:

É vasto o campo de aplicação da técnica da fotointerpretação, merecendo realce os seguintes: classificação dos solos para a engenharia e a agricultura; materiais de construção; rede hidrográfica; seleção de locais para barragens e reservatórios; uso e ocupação da terra; geologia; erosão e conservação do solo; valor da terra; seleção de traçados de estradas, etc. A precisão dos resultados obtidos mediante o uso da fotointerpretação bem planejada, aliada à rapidez e economia que essa técnica permite, convertem-na em um elemento necessário para a obtenção de muitas informações básicas necessárias ao planejamento local e regional. (MAKSOU, 1961, p.94)

Identificamos nesta ‘propaganda’ das fotografias aéreas e da fotointerpretação um sinal de uma das grandes mudanças que transformavam o fazer geográfico em meados do século XX. A absorção pela geografia dessa técnica desenvolvida e aprimorada no esteio das grandes guerras e dos seus derivados aumentos de incentivos para a pesquisa de interesse militar.

Em outra seção o diagnóstico feito foi sobre as análises e interpretações hidrológicas dos dados básicos (mencionados na seção anterior). Nesta também foram discutidos os métodos de aqüedagem e seus problemas. Na última parte do trabalho “(...) é apresentado um esquema sucinto das atividades necessárias a uma melhoria geral dos conhecimentos e ao bom uso da água no Nordeste” (MAKSOU, 1961, p.3). O caráter diagnóstico e prescritivo exposto no longo artigo foi bastante forte e notável.

Como primeira conclusão deste estudo foi exposto que o nível de conhecimento sobre os recursos de água da ‘Grande Região Nordeste’ era muito baixo. Isto devido à ‘aguda falta de dados básicos hidrológicos’, ausência de estudos e análises interpretativas adequadas das informações disponíveis, e falta de técnicos especialistas que se dedicassem ao estudo dos inúmeros aspectos da hidrologia regional. Sobre essa falta de dados, estudos e técnicos em hidrologia, no relatório foi ressaltado que “Embora haja exceções, grande parte das informações hoje disponíveis resulta de iniciativas de 15 ou mais anos atrás. No último decênio, pouquíssimo foi feito no sentido de realmente estudar sistematicamente, ou ampliar, os conhecimentos sobre água no Nordeste” (MAKSOU, 1961, p.4). Se o trabalho foi realizado em 1958, e publicado em 1961, o autor referiu-se então ao período pré-1945, como um tempo de maior realização de pesquisas no tema, em relação ao período 1945-61.

Outro problema abordado como conclusão do estudo efetuado pela Hidroservice foi o do 'contrôle indiscriminado, por meio de açudes, das bacias fluviais'. Este seria decorrente tanto de imposições regulamentares, quanto do desconhecimento de outros métodos para suprir certas demandas de água. A partir deste diagnóstico foi feito um alerta: "(...) se esta tendência se intensificar, poderão surgir (se é que já não existem em algumas áreas) sérios problemas inclusive de deterioração da disponibilidade dos recursos de água" (MAKSOUND, 1961, p.4). Ainda em relação aos açudes o estudo afirmou que os métodos usados para o 'dimensionamento hidrológico' dos açudes no Polígono das Sêcas, são 'inadequados' e 'devem ser abandonados'.

Após sinalizar a importância da fase subterrânea do ciclo hidrológico para o Nordeste, o estudo atestou que este recurso era pouco conhecido e explorado. Concisamente, a pesquisa coordenada por Maksoud detectou que a causa fundamental das deficiências no conhecimento da água "(...) é a falta de reconhecimento formal - por parte da administração pública, dos próprios técnicos e mesmo de órgãos nacionais, estaduais e regionais de pesquisa e planejamento - da importância dos dados básicos e da necessidade de obtenção sistemática dos mesmos" (MAKSOUND, 1961, p.4).

Portanto temos uma pesquisa geográfica realizada no âmbito de uma companhia limitada que diagnosticou uma profunda deficiência no planejamento dos desenvolvimentos e aproveitamentos locais/regionais comandados por instituições de Estado. Nesse sentido o estudo não se limitou ao diagnóstico mas prescreveu mudanças gerais, que envolviam uma ampla gama de escalas, instituições, pessoas, situações e características:

1. Compreender que para ter água e usá-la bem, é necessário conhecer as características de sua disponibilidade; e para conhecer, é preciso observar, analisar e interpretar;
2. Ter pessoal técnico, apto e interessado, para lidar com os múltiplos problemas envolvidos nas fases do conhecimento e da programação do uso da água;
3. Ter entidade com interesses específicos nos problemas da água da região, e divorciada de quaisquer atividades executivas de obras para tornar mínimas as possibilidades de parcialidade, as flutuações de verbas e a derivação de esforços no sentido das obras em detrimento da coleta e análise dos dados. (MAKSOUND, 1961, p.4-5).

Portanto eram diretrizes que atingiam diferentes etapas do planejamento e ação estatal, e que muitas vezes envolviam características profundamente estabelecidas nas estruturas institucionais. Para se aproximar mais concretamente da resolução do problema diagnosticado a pesquisa feita pela Hidroservice ainda apresentou sob o título de 'recomendações', três sugestões mais específicas e de pronta aplicação:

- a) Que se promova o treinamento de técnicos e pessoal auxiliar, e se incentive a realização de

trabalhos técnicos e científicos relacionados com os recursos de água;

b) Que se inicie, tão cedo quanto possível, a programação e ativação de um sistema de coleta de dados básicos, envolvendo tôdas as fases do ciclo hidrológico, dando-se ênfase especial, na fase inicial, aos trabalhos de fluviometria, água subterrânea, evaporação e pluviometria.

c) Que se organize, no âmbito da futura SUDENE, um serviço ou setor de estudos sobre a água, tendo como principais incumbências:

- 1) A promoção, coordenação e execução das atividades relativas ao conhecimento sistemático e à utilização e controle racionais dos recursos de água superficiais e subterrâneos da Grande Região Nordeste;
- 2) A revisão e diagnose de todos os empreendimentos isolados, relacionados com os recursos de água que forem programados, a fim de situá-los em programas globais de desenvolvimento das bacias fluviais e dos aquíferos. (MAKSOU, 1961, p.5).

Salientamos que o diagnóstico e as prescrições da Hidroservice transpareceram uma particular perspectiva de planejamento, de organização administrativa e intervenção territorial. Notamos um caráter declaradamente técnico, que buscava incentivar trabalhos científicos pretensamente voltados somente à aplicação no planejamento/intervenção territorial e, portanto, apartados o quanto possível das questões políticas e de administração pública. Outro ponto foi o reforço da necessidade de estudos prévios a qualquer planejamento e projeto, tarefa que não se associava facilmente ao tradicional fazer circunstancial do político, expresso por Maksoud na preferência pela realização e apresentação de obras que proporcionassem um retorno de capital político mais imediato.

Outro tipo de texto selecionado nesta seção foi aquele que trata especificamente de algum evento de seca. Temos no primeiro número da revista do ano de 1950 a publicação do artigo de J. de Sampaio Ferraz, que já trazia no título uma advertência: 'Iminência duma "Grande" Seca Nordestina (algumas indicações empíricas de sua possível ocorrência em torno de meados do atual decênio)'. Mais adiante, na primeira revista de 1953 o mesmo autor retoma o tema no comentário 'A atual sêca nordestina'. Neste mesmo número da revista outro comentário dedica-se ao tema: 'Contribuição para o Problema da Sêca', de autoria de Paulo Vageler. Dois anos antes, em 1951, no número três da revista foram publicados um artigo e um comentário sobre: 'Aspectos da seca de 1951, no Ceará', de Hilgard O'Reilly Sternberg.

Como já indicamos anteriormente, Joaquim de Sampaio Ferraz (1882-1966) foi um dos três pioneiros da Meteorologia brasileira. Formou-se em engenharia civil no *Merchant Venturer's Technical College*, de Bristol, na Inglaterra (1896-1900), e estudou praticamente eletricidade industrial na *Western Electric Company*, em Chicago (1901-1903). Sampaio Ferraz assumiu a Diretoria de Meteorologia e

Astronomia (DMA), vinculada ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e recém-criada pelo presidente Nilo Peçanha em 1909.

Ainda na DMA estagiou em grandes centros meteorológicos europeus (França, Bélgica e Inglaterra) com o objetivo de conhecer o que havia de 'mais moderno e avançado' na época (GODOY, S/D). Sampaio Ferraz iniciou as primeiras cartas sinópticas do tempo e previsões meteorológicas no Brasil (1915), as quais ajudaram a abrir o caminho para a implantação do serviço de previsão do tempo no Brasil. Em 1931 aposentou-se do serviço público "(...) muito decepcionado com a falta de apoio para o desenvolvimento do serviço e a falta de perspectivas e oportunidades" (GODOY, S/D), embora tenha se tornado Consultor Técnico de Climatologia do IBGE a partir de 1938. Almeida (2000, p.278) informou que nos primeiros anos do IBGE os estudos de climatologia eram feitos por engenheiros, citando José Carlos de Junqueira Schmidt e Jorge de Sampaio Ferraz.

No seu primeiro texto analisado na RBG Sampaio Ferraz lançou uma previsão sobre uma grande seca:

Hesitamos por longo tempo se deveríamos ou não dar publicidade às nossas suspeitas de possível ocorrência de uma nova "grande" seca nordestina, em tôrno de meados do presente decênio. Divulgá-las é anunciar a possibilidade de mais uma dolorosa contingência de sede e destruição, enchendo muitos milhares de brasileiros de justas apreensões, senão do próprio terror que sempre infundem os caprichos extremos de Amanaiara, o deus das águas. Por outro lado, ocultar o risco seria gesto de duvidosa generosidade, dadas as vantagens do aviso prévio, pelo qual se alertam o particular e os governos, e nunca propriamente em vão, numa área tão sujeita a calamidades meteorológicas.

A previsão aqui ensaiada é aleatória por que empírica. Não se trata de um vaticínio astronômico, baseado em movimentos certos, inexoráveis, de alguns corpos celestes. A trama atmosférica é muitíssimo mais complexa, seus protagonistas mais numerosos e muito menos definidos. O prognóstico meteorológico a longo prazo é ainda um lance precário, terreno em que bem poucos cientistas conservadores se aventuram. Assim sendo, não há lugar para temores em plena convicção da incidência. A profecia poderá falhar. Os recursos ao alcance do técnico são diminutos, e explorados numa meia ciência que ainda balbucia.

O fenômeno cruel antecipado aqui com a maior humildade, não é novel para o Nordeste. Em perto de três séculos e meio de seus fatos históricos, consta o registo de seis "grandes" secas, a última tendo ocorrido nos anos sombrios de 1877-79. Na média, tem tocado uma desgraça para cada geração, não contando as secas menores, em muito maior número. Não nos iludamos. As "grandes" retornarão - breve ou mais tarde - e por séculos ... Infelizmente temos alguns indícios, respeitáveis embora empíricos, de que a próxima, poderá ser breve. Examinemos êsses indícios. (FERRAZ, 1950, p.3)

Mais adiante o autor explicou a classificação das secas nordestinas em parciais, totais e grandes, e sua relação com a delimitação do polígono das secas:

As secas nordestinas são habitualmente classificadas como parciais, totais e 'grandes', as últimas, inconfundíveis pela intensidade, persistência e extensão sôbre o polígono semi-árido já bem delimitado em alguns bordos adjacentes; as "parciais", por mais fortes que sejam não cobrem

tôda aquela área; enquanto as "totais", abrangem-na completamente, porém, menos intensas e persistentes. Claro poder-se aperfeiçoar essa classificação, mas aqui a aceitamos como está, e consoante a usança consagrada. (FERRAZ, 1950, p.8)

E por fim, analisando dados sobre o sol alertou sobre coincidências que apontavam a probabilidade de uma grande seca:

Em virtude da coincidência provável, acima referida, poder-se-ia prever um ou mais invernos duros, destacados, em tórno da próxima descaída dupla. Há ainda entretanto a considerar, a possibilidade de incidência de uma 'grande' sêca - essa que se processa impiedosa, intensa, dilatada e persistente, em anos consecutivos.

(...) a impressionante seqüência de três terríveis calamidades, ocorridas com intervalos iguais, justamente quando a atividade solar entra em grande declínio após quatro ciclos de forte agitação. Parece pois haver chegado a conjuntura ominosa. (...) A previsão científica de uma "grande" sêca será irrealizável ainda por muitos anos. Sua antecipação por processos empíricos, como êstes que acabamos de descrever, talvez se imponha para melhor aprendermos. Se falharmos por êsse caminho aleatório, folgarão, por ora, os nossos irmãos do Nordeste, enquanto limpamos, nós, a lousa das pseudocertezas. Se acertarmos, outros virão para muito maiores colheitas, e ainda em benefício da brava gente nordestina. (FERRAZ, 1950, p.8-12)

Três anos depois o mesmo autor publicou um contundente comentário na RBG, afirmando que

A intensa estiagem nordestina do corrente ano, e que ainda perdura no momento que escrevemos, a despeito de chuvas esporádicas e passageiras, ao que consta nas zonas mais próximas do oceano, tende a convencer-nos de que estamos assistindo ao fato calamitoso da "Grande Sêca" prevista, e iniciada ao que parece, em 1951, em parte frustrada em 1952, e agora agravada em 1953. (FERRAZ, 1953, p.162).

Sampaio Ferraz iniciou este comentário reclamando a centralidade do problema da seca nordestina na meteorologia brasileira:

'A Sêca Nordestina' constitui o problema máximo da Meteorologia Brasileira. Nenhum outro o sobreleva em importância, por si, através do prisma científico, como também por suas dolorosas conseqüências de ordem humana, social e econômica. Para êle deverão convergir a melhor atenção e solicitude dos poderes públicos - apoiando, sem solução de continuidade, as organizações meteorológicas da nação - e, de igual, o mais esforçado desvêlo dos pesquisadores da atmosfera, reservando-lhe absoluta preferência dentre os estudos brasileiros da seara. A contribuição do meteorologista visará precipuamente à previsão da anomalia - a longo e a médio prazo - isto é, primeiramente, com a antecedência máxima possível e, em seguida, ao se aproximar a época da incidência do fenômeno, dentro de alguns meses, ou no prazo mínimo permitido pela persistência de determinadas configurações de sistemas circulatórios da alta atmosfera. Pondo de parte a possibilidade da meteorologia oficial prestar auxílios no trabalho de estimulação de chuvas por meios artificiais, assunto ainda controvertido, mas que se encaminha aparentemente para realizações concretas aproveitáveis, embora de pequena escala, excluindo essa cooperação de ordem prática e posterior, quiçá iminente, caberá ao meteorologista brasileiro o dever primordial de estudar e procurar prever a "Sêca Nordestina", por mais árdua que seja a tarefa como a reconhecemos ser. (FERRAZ, 1953, p.162)

Em seguida descreveu suas experiências de trabalho neste sentido, sobre a seca nordestina, iniciando em 1924, no recém-criado Instituto de Meteorologia – "(...) criado no govêrno de Epitácio Pessoa

(sequela do maior surto pelas Obras Contra as Sêcas)” (FERRAZ, 1953, p.162) – quando

(...) sugere, em modesto estudo as causas prováveis da "Sêca Nordestina"; em 1928, ainda na direção da Meteorologia da União, tratamos novamente do assunto, ventilando as possibilidades da previsão das desastrosas estiagens pelo método de correlações; em 1940, já aposentado, mau grado os intensos trabalhos em tórno do sueste brasileiro, estudamos, com a colaboração do pranteado colega Magarinos Tôrres, regime das chuvas no Nordeste brasileiro, quando aproveitará o autor destas linhas, para refletir as suas velhas preocupações com o problema da previsão das sêcas, citando a análise da curva de chuvas de Fortaleza (série longa e clássica de medições pluviométricas), pela qual verifica a participação misteriosa da ação solar no regime de precipitações do Nordeste. (FERRAZ, 1953, p.162)

E então Sampaio Ferraz retomou suas previsões, salientando as promissoras análises solares para a meteorologia (“A teoria de que a atividade solar, quase-periódica, intervém na circulação geral da atmosfera, ganha corpo dia a dia no meio científico mais conservador”), e lamentando a inatividade dos governos frente seus alertas: “(...) imolamos possível "humilhação" de um malôgro pessoal, em magna e delicada questão, ao também possível "bem" que traríamos a patrícios, com o aviso prévio, certos, ademais, que os governos nada fariam em vão e perda, na alternativa de falso prognóstico” (FERRAZ, 1953, p.162).

Em suas palavras finais o autor voltou a colocar em questão os estudos dos ciclos e manchas solares e suas íntimas relações com a frequência e intensidade das secas nordestinas:

Estamos pois, provavelmente, nas vésperas de uma mutação para melhor. Será temerário precisar datas. A atual estiagem poderá cessar ainda no decurso dos meses restantes do "inverno" nordestino. A atual estiagem poderá ser a derradeira da série da "Grande Sêca". Uma e outra, em a nossa humilde opinião, dependem do que está acontecendo no sol. Se o velho ciclo permanece em coma por mais tempo do que parece indicar a observação contemporânea, e, conseqüentemente, retarda o aparecimento do novo ciclo, tenhamos paciência para espetar mais um pouco. Somos leigos e ignorantes na seara da física solar, nada podendo positivar. O destino do Nordeste está no colo do astro rei. (FERRAZ, 1953, p.164).

Como apontamos acima outro autor também publicou na RBG um artigo especificamente sobre a seca de 1951. O Consultor Técnico do CNG Hilgard O'Reilly Sternberg, no texto ‘Aspectos da Seca de 1951, no Ceará’ reproduziu

(...) ligeiramente ampliada em alguns pontos podada noutros, a exposição feita na Câmara dos Deputados em 19 de setembro de 1951, a convite da Comissão do Polígono das Sêcas. Os elementos então apresentados foram colhidos no decorrer de uma excursão de estudos efetuada pela cadeira de Geografia do Brasil da Faculdade Nacional de Filosofia em julho do corrente ano. Ao reeditar êsse depoimento, preferimos suprimir as observações que não fôssem de natureza geográfica e de interesse mais ou menos permanente; deixamos, assim, de lado aquelas que dizem respeito à situação angustiosa dos flagelados e as medidas de assistência adotadas. (STERNBERG, 1951, p.3)

Hilgard O'Reilly Sternberg (Rio de Janeiro, 1917- Fremont, 2011) formou-se bacharel em Geografia e

História na Universidade do Brasil (UB) em 1940. Ainda no terceiro ano da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) foi autorizado a lecionar no Instituto Santa Úrsula. Em 1940 tornou-se professor da recém-fundada PUC-RJ, e em 1942, professor assistente da UB. No ano seguinte ganhou uma bolsa nos EUA, onde estudou com Richard J. Russell na Louisiana, e com Carl O. Sauer na Universidade da Califórnia em Berkeley (UCLA/Berkeley) - 1943.

Assim Sternberg teria tido sua “(...) trajetória científica (...) profundamente marcada pela escola alemã de geografia e de seus seguidores nos Estados Unidos, principalmente da geografia da paisagem (Otto Schluter) e da geografia cultural (Carl Sauer)” (LACORTE et al, 2011, p.191). Estes estudos teriam consolidado em Sternberg seu interesse nas perspectivas geográfica e histórica na apreciação pelo tratamento abrangente das comunidades humanas e seu habitat. O geógrafo incorporou também “(...) o conceito de biodiversidade e a implícita persuasão da responsabilidade humana pela gestão prudente do patrimônio natural” (Academia Brasileira de Ciências, S/D).

Retornando dos EUA tornou-se professor interino na UB em 1944, onde ficaria até 1968. Nesta universidade ‘marcou gerações sucessivas de professores’ pela importância conferida ao trabalho de campo e inaugurou a “(...) tradição de estudos amazônicos no atual Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro” (LACORTE et al, 2011, p.189). Em 1956 apresentou tese ao concurso à cátedra de Geografia do Brasil na UB, intitulada ‘A água e o homem na Várzea do Careiro’, e em 1958 “(...) recebeu o título de doutor pela Universidade do Brasil” (KOHLHEPP, 2015, p.42). No número três da RBG de 1958 foi transcrito o discurso proferido por Sternberg ao se empossar na referida cátedra.

Destacamos deste discurso sua citação de sertão, ao mencionar o desafio ‘dos que se dedicam à Geografia do Brasil’ em “(...) contribuir com sua parcela para que se implantem no nosso imenso sertão condições plenamente compatíveis com a humana dignidade.” (STERNBERG, 1958, p.92). O discurso enfatizou que no âmbito da Geografia do Brasil estariam não só as questões nacionais mas também as ‘áreas-problemas’ do país. Como exemplo desta ponderação Sternberg citou justamente a ‘região semiárida do Nordeste’. Foi indicado que a geografia, a partir de ‘sua visão global dos problemas regionais’ deveria enfrentar tais questões, relacionando aspectos econômicos, sociais, políticos e o desenvolvimento regional, às ‘possibilidades ou impossibilidades físicas’ (STERNBERG, 1958, p.93).

Entre 1947 e 1956 foi professor do Instituto Rio Branco. Em 1956 completou seu doutorado em

Geografia na Louisiana State University. Foi Vice-Presidente e, depois, Primeiro Vice-Presidente da União Geográfica Internacional (1952-1960), período no qual organizou o Congresso da UGI, no Rio de Janeiro (1956), o primeiro fora da Europa ou EUA. Depois do Congresso promoveu o Curso de Altos Estudos Geográficos, com professores estrangeiros que haviam participado do evento da UGI. Sternberg também “Articulava a vinda de professores estrangeiros para fazer pesquisas de campo pelas estradas poeirentas do interior do Brasil” (LACORTE et al, 2011, p.190). A realização do Congresso da UGI teria sido o ápice das relações envolvendo a UB e o IBGE na década de 1950, graças ao empenho de Sternberg em conseguir o apoio do IBGE para o evento (ALMEIDA, 2000, p.483).

Lacorte, Mariana Miranda, Maristella Brito e Lia Osorio Machado narrram que

Embora intransigente defensor da reforma agrária no Brasil, desde o início de sua carreira foi considerado como um intelectual conservador da “direita” católica entre muitos de seus colegas e alunos na antiga Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Apesar de ser declaradamente anticomunista, o professor exigia de seus alunos a leitura das obras de Caio Prado Jr., assim como de destacados geógrafos franceses considerados de esquerda, entre outros, Pierre George e Michel Rochefort. (LACORTE et al, 2011, p.190)

Sternberg teria sido pioneiro na criação de um ‘laboratório de pesquisas geográficas’ no período em que a pesquisa científica concentrava-se no CNG:

Reivindicou um espaço para um centro de estudos, que acabou sendo instalado no último andar do prédio da Av. Pres. Antônio Carlos. Conseguiu o que queria à custa de muita determinação e, também, de criatividade: as negociações envolveram até a troca de mapotecas por espaço no terraço do prédio que pertence atualmente ao Consulado da Itália. Foi buscar o apoio da Fundação Rockefeller para montar a excelente biblioteca no 9º andar da FNFi e para comprar uma camionete que permitisse aos professores e pesquisadores realizarem os trabalhos de campo. Foi recompensado por seus esforços com a criação do Centro de Pesquisas de Geografia do Brasil - CPGB. (LACORTE et al, 2011, p.190)

O CPGB foi criado em 1952 como órgão vinculado à cadeira de Geografia do Brasil da UB, sendo o “(...) primeiro centro de pesquisas universitário que preparou uma série de pesquisadores durante seus cursos de graduação e que depois foram absorvidos pelo CNG” (ALMEIDA, 2000, p.483). Sternberg foi também membro e Presidente do Comitê de Pesquisas de Terras Áridas da UNESCO (1955-1956). Mais adiante apresentamos dois textos (COMISSÃO, Consultiva para a Pesquisa das Regiões Áridas, 1955, p.117; e STERNBERG, 1955, p.107) que informaram sobre esta passagem do importante geógrafo brasileiro pelo Comitê da UNESCO.

Nesse contexto Sternberg foi designado “(...) para uma missão ao Egito, a fim de dar parecer relativo à ajuda financeira, solicitada pelo governo do Cairo para pesquisar problemas de aridez” (Academia Brasileira de Ciências, S/D). Sternberg também “concebeu e coordenou a colaboração da UB, da

Marinha de Guerra do Brasil e do Serviço Geológico dos Estados Unidos, em projeto que, em 1963, conduziu às primeiras medições diretas da vazão, da carga sedimentar e das características da água do rio Amazonas” (Academia Brasileira de Ciências, S/D). Assim sendo, Sternberg “(...) Desconfiava da ideologia “desenvolvimentista”, porém usava quando podia os avanços tecnológicos na medição de aspectos ambientais” .

Em 1964, convidado pela UCLA/Berkeley tornou-se professor titular até 1988, quando obteve o título de emérito. Na UFRJ havia se tornado professor emérito em 1973. Também em 1964 ganhou o título de Doutor Honoris Causa da Universidade de Toulouse. Ministrou cursos nas Universidades de Heidelberg, Flórida, UCLA, Columbia, Wisconsin, Nacional Autônoma do México e Beijing (Academia Brasileira de Ciências, S/D). Em 1998 recebeu do governo brasileiro a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito Científico.

Como grandes temas de suas pesquisas foram identificados os seguintes: ‘Paleoclimatologia: hipótese dos refúgios na Amazônia; variabilidade e mudança climática’; ‘Impacto antrópico sobre os ecossistemas tropicais’; ‘Expansão das frentes pioneiras’ e ‘Geomorfologia geral e aluvial’ (Academia Brasileira de Ciências, S/D). Dentre principais trabalhos de Sternberg, Lacorte (et al, 2011, p.191) sinalizou aqueles que tratam em especial da Amazônia, das secas do Nordeste e do vale do Paraíba, sempre integrando os aspectos físicos e humanos.

No discurso transcrito de Sternberg observamos uma exemplar narrativa da região a partir da perspectiva da seca: “no Nordeste semi-árido - onde a carência de água é o fator que limita o crescimento das plantas e a expansão e progresso da civilização”. (STERNBERG, 1951, p.13). Após duas seções mais específicas sobre a questão climática (‘O quadro pluviométrico’ e ‘A água no solo’) o autor aborda o tema do homem como fator das secas. Para além de considerar a seca um acontecimento social, no sentido dos “(...) problemas sociais enquanto consequência da seca”, Sternberg aponta algumas práticas que contribuem e aprofundam estes problemas:

Na trama complexa dos fatores que dão origem à seca, se insinuam vários fios urdidos pela mão do homem. Este aparece, assim, nas duas extremidades de um encadeamento trágico de causa e efeito, ajudando a deflagrar a calamidade que irá prostrá-lo.

(...) O homem, portanto, ao mesmo tempo, reduz a capacidade de armazenamento do solo precisamente nas regiões favorecidas por maior precipitação e, pela remoção do solo arável, restringe as áreas cultiváveis justamente naquelas terras que, embora acidentadas, possuem maior vocação para a agricultura, por serem menos sujeitas a deficiências pluviométricas. (STERNBERG, 1951, p.10-13)

Sternberg também apresenta um levantamento de ‘soluções tentadas’, no qual inicia propondo

que uma abordagem do problema que foque na “(...)”eficácia no aproveitamento da precipitação”, ou seja o rendimento agrícola das chuvas”, na qual o “(...) preceito fundamental é o de evitar que se dissipe improdutivamente qualquer parcela daquelas chuvas que efetivamente caem”. O autor lamenta que “(...) há três quartos de século, se tenta, com a intervenção direta do poder central, resolver o problema cearense e êste permanece ainda sem solução”, e que o “(...) malôgro parece decorrer de uma compreensão apenas parcial da questão, precisamente do fato de não se tirarem as conclusões últimas a que, se nos afigura, deve conduzir o raciocínio desenvolvido acima” (STERNBERG, 1951, p.13).

O autor descreve então os dois tipos de soluções “(...) que com mais insistência se apontam para a estabilização do regime hidrológico do Nordeste”

A primeira é a solução hidráulica, a solução da engenharia. Defendem-na os que buscam tal estabilização na construção de reservatórios superficiais, os açudes, sejam êstes pequenos, médios ou grandes. Embora haja outros trabalhos de engenharia apropriados à área sêca, corrigir o regime pluviométrico caprichoso, "retendo a água preciosa por meio de barragens (grifo nosso) parece ser, hoje como ao tempo da IFOCS, "a tarefa primordial que o govêrno empreende no Nordeste". Como àquela época, o "programa fundamental" do D. N. O. C. S. continua a ser a "construção dos grandes sistemas de irrigação". O mais são obras subsidiárias, "de interêsse limitado".

A segunda solução a repontar sempre que se discute o tema das sêcas é a solução florestal. No juízo de seus adeptos, as matas são os agentes naturais de regularização do regime hidrológico, havendo que preservá-las intactas ou reconstituí-las onde houverem sido destruídas. Para esta escola, tudo se resume, afinal, na fórmula mágica do revestimento florestal. (STERNBERG, 1951, p.14)

Entretanto o autor avalia que nem a açudagem nem a silvicultura ‘satisfazem plenamente à prescrição invocada acima’, pois cada uma seria eficiente em apenas uma perspectiva. Sternberg introduz então uma terceira solução, a qual teria ‘eficiência comprovada’: a agricultura conservadorista, um conjunto de práticas agrícolas que visam a conservação do solo e da água. Destacamos da exposição feita pelo consultor técnico do CNG na Comissão do Polígono das Sêcas, na Câmara dos Deputados, a presença de uma abordagem propositiva. Isto no sentido de ressaltar que Sternberg traça um estudo científico, com base inclusive em pesquisas de campo, e as divulga na sede de um dos poderes da república, como um parecer.

Mais além, o também professor de Geografia da Faculdade Nacional de Filosofia relaciona suas propostas a diferentes escalas da administração pública. Como melhor exemplo temos a seguinte proposta, a qual relaciona diferentes escalas, tanto da administração, quanto de análise: “O planejamento que ela [agricultura conservadorista] pressupõe não exclui a açudagem nem a

silvicultura, mas utiliza uma e outra dentro de um sistema orgânico, estabelecido após cuidadosa análise regional” (STERNBERG, 1951, p.16). Portanto, temos que a agricultura conservadorista pressupõe um planejamento, e que este será estabelecido após cuidadosa análise regional. A agricultura conservadorista inclui a açudagem e a silvicultura, utilizando-as em um sistema orgânico. Assim, um apelo advindo do discurso científico geográfico, que como veremos (seção 5, p.238), estava fortemente comprometido no período com a análise regional voltada para o planejamento.

Esta característica teórica-metodológica dos estudos geográficos era conservada e propagada por relações como essa – a análise de uma das grandes questões mobilizadoras da política nacional, por um geógrafo, e suas prescrições acerca do problema para os deputados federais – e como outras, aqui já vistas, nas quais o geógrafo participa diretamente das comissões e estudos de planejamento regional. Sternberg expõe aos deputados que é a agricultura conservadorista “(...) a nosso ver, [que] deve ser o eixo de qualquer programa que tenha por objeto prevenir os efeitos das sêcas e valorizar a região nordestina” (STERNBERG, 1951, p.16).

A parte do texto intitulada ‘A sêca de 1951 e a agricultura conservadorista’ contém 11 páginas, nas quais Sternberg inicia ‘demonstrando objetivamente’ que estava havendo uma seca no Ceará, contrapondo aqueles que estariam fechando “(...) os olhos a seus efeitos devastadores, atribuindo tudo à dramatização de interessados (...) [e] querem resolver o problema da sêca de negando a sua existência” (STERNBERG, 1951, p.17). Situando o problema em outra perspectiva, o autor denuncia que

Fôssem, todavia, outros os tratos culturais adotados, e a sêca não teria ocasionado prejuízos tão vastos, nem teria desarraigado de seus lares fração tão considerável da população, lançando-a na maior indigência. (...) é tempo de apontar a responsabilidade do homem, ou melhor, das técnicas agrícolas impróprias por êle adotadas, na explicação da calamidade da sêca. (STERNBERG, 1951, p.18).

O autor, comparando outros locais do mundo com precipitações similares à verificada no ano de 1951 no Ceará, reafirma a necessidade de radicais mudanças na agricultura para melhor aproveitamento da pouca chuva caída. Por outro lado, citando vários lavradores entrevistados em campo, demonstra como a sabedoria empírica deles é efetiva: “Vem a pêlo dizer que a maioria dos lavradores por nós inquiridos a respeito tinha alguma noção da causalidade do fenômeno observado” (STERNBERG, 1951, p.20).

Sternberg utiliza um relato que lhe foi oferecido por um dos sócios de uma firma que explorava uma fazenda no município de Quixeramobim para “(...) por assim dizer, tirar a prova dos nove da

exeqüibilidade de se modificar significativamente o teor de umidade do solo” (STERNBERG, 1951, p.22). Neste exemplo o autor ressalta “(...) a possibilidade de o homem modificar deliberadamente e a seu favor a absorção da água pelo solo. De lograr um aproveitamento mais eficaz da precipitação” (STERNBERG, 1951, p.23). E prossegue:

Esta idéia de extrair o máximo rendimento dos recursos do meio está na base da agricultura moderna. Milhares de estabelecimentos agrícolas prósperos lhe devem a existência; poderíamos trazer aqui inúmeros exemplos para mostrar como o homem, servindo-se de práticas conservadoristas, tem ampliado o seu domínio sobre terras que, de outra forma, seriam julgadas inaproveitáveis. (STERNBERG, 1951, p.23)

A celebração da agricultura ‘moderna’ que objetiva ‘extrair o máximo rendimento dos recursos do meio’ é associada pelo consultor técnico do CNG ao uso das práticas conservacionistas, e a ‘prosperidade de milhares de estabelecimentos agrícolas’. E ainda além, essas técnicas modernas permitiram ao homem ‘ampliar o domínio sobre terras’ antes ‘inaproveitáveis’. Assim sendo reforçamos nossas hipóteses que relacionam a legitimidade da ciência geográfica associada à máquina de Estado, propagando ideais e executando intervenções territoriais relacionadas em espaços para este fim delimitados. Retomaremos mais adiante tais considerações, porém o desenrolar do texto nos trará mais elementos para a discussão desta temática.

Outro exemplo citado pelo autor de aplicação bem-sucedida das práticas conservadoristas nas áreas secas do Nordeste é o das Indústrias Alimentícias Carlos de Brito S/A (Fábricas Peixe), no município de Pesqueira, em Pernambuco (**Figura 26**). Sternberg salienta que a

(...) a área escolhida pelas Fábricas Peixe para o seu empreendimento - trata-se de uma grande cultura de tomateiros - fica no limite entre o "Agreste" e o "Sertão" e sua média pluviométrica anual, calculada na base de um longo período de observações (1910-1950), é de apenas 707 milímetros - inferior, portanto, à normal de qualquer uma das dez estações cearenses por nós citadas. Mais ainda: noventa e cinco por cento da área cultivada corresponde a terrenos de encosta, a solos fracos de caatinga que possuem pequena capacidade de retenção de água e são facilmente erodíveis. (STERNBERG, 1951, p.23)

Ainda assim, através de ‘trabalhos agrônômicos’ realizados por, dentre outros técnicos, o agrônomo Moacir Brito de J. Freitas (autor de um trabalho citado por Sternberg, O Solo de Pesqueira e sua Conservação²⁹) tal empreendimento tornou exemplar e “(...) as conclusões e os conceitos a que se puder chegar não de ser aplicáveis, com maior ou menor intensidade, a grandes extensões da caatinga nordestina” (STERNBERG, 1951, p.23). O autor explana como se deu essa aplicação dos

²⁹ “Moacir Brito de J. Freitas. O Solo de Pesqueira e sua Conservação, trabalho apresentado à Terceira Reunião Brasileira de Ciência do Solo, realizada no Recife em julho de 1951, 29 páginas, 10 gráficos, 1.5 quadros, fotografias. (Inédito, dactilografado)”.

conhecimentos científicos ('descritos na literatura estrangeira') à prática agrícola, e reforça o caráter de experimentação, a ser pensado no contexto de um plano 'de grande alcance' para o Nordeste:

Desde que, em 1938, foi adquirido o primeiro conjunto terraceador de tração mecânica e foi dado início ao terraceamento dos campos de cultura, tem-se desenvolvido um esforço paciente no sentido de adaptar os métodos de conservação descritos na literatura estrangeira às condições específicas da região. Não se deixando desanimar com os malogros inevitáveis em semelhante tarefa, os agrônomos responsáveis por ela vêm introduzindo e experimentando, incorporando ou rejeitando, modificações nos métodos empregados, os quais se vão, assim, apurando cada vez mais. Quando, por exemplo, verificaram que o afloramento das rochas impedia a continuidade dos terraços, esta foi assegurada pela construção de muros de pedra nos trechos lacunosos, onde a lâmina da máquina e a enxada não podiam trabalhar. Onde o solo raso dificultava a construção dos terraços segundo o perfil aconselhado nos Estados Unidos, tentaram-se outros perfis e outros intervalos. E, dêste modo, se vai desenvolvendo utilíssimo trabalho de experimentação dentro de um plano de grande alcance para a região nordestina. (STERNBERG, 1951, p.24)



Fig. 8 — Vista aérea de encostas trabalhadas em obediência a princípios da agricultura conservadorista. Propriedade das Indústrias Alimentícias Carlos de Brito S/A (Fábricas Peize) no limite entre o "Agreste" e o "Sertão". Município de Pesqueira, Pernambuco. Gentileza de Carlos de Brito & Cia.

Figura 26: Uma representação do sertão nordestino bastante singular. Fonte: STERNBERG, 1951, p.24.

Mais adiante Sternberg destaca o contraponto entre a perspectiva do geógrafo – "(...) interessado no equilíbrio da paisagem como um todo orgânico e indivisível" (STERNBERG, 1951, p.25), similar à dos conservadoristas, e a posição dos partidários da solução puramente 'hidráulica, da açudagem', na qual "(...) a água só começa a ser propriamente objeto de desvêlo depois que ela se encontra no açude; antes disso, o que importa é encaminhá-la para lá, no maior volume possível. Acumular, conduzir, distribuir - esta, a tarefa precípua" (STERNBERG, 1951, p.25).

Portanto fica patente a importância conferida à geografia na promoção de um “(...) sistema de agricultura racional, planejado em função das possibilidades e dos problemas específicos da região” (STERNBERG, 1951, p.25), que além de armazenar a água “(...) consegue, de um golpe, resolver também o problema da conservação do solo” (STERNBERG, 1951, p.25). E, logo, a orientação de Sternberg aos deputados é de que tal vantagem da agricultura conservadora “(...) por si só, justificaria uma revisão completa no programa de recuperação do Polígono das Secas” (STERNBERG, 1951, p.25).

O autor prossegue em suas críticas à solução isolada da açudagem, expondo os enormes prejuízos consequentes do corriqueiro rompimento de açudes e barragens na região. Ao concluir esta seção do texto Sternberg faz uma observação no sentido de diferenciar zonas dentro da área sujeita à então corrente seca. Tal classificação espacial está diretamente associada ao debate de longa data, e aqui por nós bastante referido, nas delimitações dos sertões nordestinos:

(...) de modo geral, as serras do Ceará, malgrado sua maior pluviosidade, sofreram bastante com a seca de 1951. Cremos que nelas é que a agricultura conservadora poderá produzir os mais convincentes e imediatos resultados. Acrescentaremos, todavia, que no próprio sertão, as práticas de conservação de solo e de água muito devem contribuir, pelos anos afora, para melhorar as condições de vegetação e solo. Nem deixarão de produzir benefícios imediatos. (STERNBERG, 1951, p.28).

Relacionando as possibilidades de aplicação das modernas técnicas agrícolas com as diferentes classificações espaciais que definem os sertões nordestinos, Sternberg esclarece:

(...) não sustentamos que as práticas conservadoras permitam à agricultura sertaneja atravessar incólume uma sucessão de anos de pluviosidade inferior a determinado mínimo. Afirmamos, porém, que na medida em que as chuvas ultrapassarem este mínimo, o fenômeno da seca, é, não só em seus efeitos - miséria, fome, êxodo -, mas também em suas origens, um fato cultural, não físico. Por outro lado, se em algumas áreas as práticas da lavoura seca, talvez permitam até armazenar os excedentes dos invernos chuvosos, delas não se podem esperar efeitos miraculosos. (STERNBERG, 1951, p.28).

Portanto, o autor aprofunda a oposição entre regiões e critérios para defini-las. Uma região, as serras, estariam na zona das secas, porém com a aplicação correta das técnicas conservacionistas seria quase que totalmente aproveitável agricolamente. A outra região, nesta narrativa de Sternberg é o sertão. Este, contudo, comporta diferentes situações. A principal é a sujeição à “(...) uma sucessão de anos de pluviosidade inferior a determinado mínimo” (STERNBERG, 1951, p.28). Nestes locais a situação é, assim, variável. Nos anos em que as chuvas ultrapassarem este mínimo definido “(...) o fenômeno da seca, é, não só em seus efeitos – miséria, fome, êxodo –, mas também em suas origens, um fato cultural, não físico” (STERNBERG, 1951, p.28). Todavia, nos outros anos, nem as técnicas modernas

podem constituir-se como solução.

Além destes sertões nordestinos que variam a sua situação quanto às possibilidades agrícolas de acordo com a ocorrência de grandes e prolongadas secas, o autor distingue que há outros sertões, definidos deterministicamente por fatores naturais: “Não se olvide que há ‘grandes extensões niveladas de rochas graníticas, impermeáveis que se tostam a um sol ardente, em zonas quase sem chuvas. Aí, podemos concluir com Arrojado Lisboa³⁰, aí teremos sempre o deserto” (STERNBERG, 1951, p.28).

O pronunciamento de Sternberg na Câmara dos Deputados ainda possui mais três seções. Na intitulada ‘Uma lição do passado’ o autor, num exercício de ‘investigação histórico-geográfica’, busca comparações e exemplos que avancem o debate do tema do aproveitamento agrícola e povoamento de regiões secas, em dois ‘trabalhos recém-publicados’ sobre a África Romana. Da análise destes estudos destaca as possibilidades de aplicação de ‘boas técnicas agrícolas’ que permitam um concreto progresso social, contra a fome e escassez resultantes das ‘crises econômico-sociais da seca’:

(...) vemos como são ricas e úteis para o presente as lições que se podem extrair da organização romana em zonas secas. São lições de que precisamos no Brasil. Os métodos empregados pelos romanos para quebrar a ditadura das isoietas, não de merecer especial atenção no planejamento da defesa preventiva contra as secas do Nordeste. Nesta região, embora variem de lugar para lugar, segundo a natureza do meio físico e a forma de utilização das terras, são também isoietas que cada ano delimitam grosseiramente as áreas de escassez e de miséria. Com boas técnicas agrônômicas, veremos recuar a isoietas da fome (encolhendo-se as áreas flageladas) e fazerem-se mais espaçadas as recorrentes crises econômico-sociais da seca. (STERNBERG, 1951, p.32).

Na penúltima seção do artigo é abordada outra questão de grande importância para a geografia: a forma de territorialização promovida pelas políticas de combate à seca. Sob o título de ‘O regime de arrendamento de terras do D. N. O. C. S. - Um contrassenso’ Sternberg expõe pesadas críticas ao método promovido até então pelo Estado brasileiro. O autor parte de uma citação de um prefácio dos ‘Relatórios sobre Estudos Críticos dos Métodos de Previsão do Tempo a Longo Prazo’, publicado em 1940 pelo *Weather Bureau* do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos. Neste é defendido que ‘a calamidade observada nas grandes secas de 1934 e 1936 pode ser evitada mediante organização econômica e social’. O consultor técnico do CNG compara então tal afirmação com as práticas do DNOCS, em especial no tocante à “(...) a relação social existente entre a população e a

³⁰ “Miguel Arrojado Lisboa, “O Problema das Sêcas. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol. XXXV, 1913, p.141”

terra - o regime de terras -, um dos fatores básicos da organização social rural” (STERNBERG, 1951, p.33).

Para efetuar essa comparação Sternberg examinou uma Portaria do MVOP de 1950³¹ que regula o assunto e afirmou: “(...) custa a crer que a alguém possa escapar a incongruência entre o objetivo primacial de "fixação do homem ao solo" (art. 49) e o regime de terras adotado” (STERNBERG, 1951, p.33). A crítica ao sistema territorial promovido pelo DNOCS, portanto, é no sentido da preferência do arrendamento frente à propriedade individual, e ainda que ‘comprovada que fôsse a necessidade’ de aplicação do sistema de arrendamento,

“(...) seria mister cercar o usuário das terras de um certo número de garantias legais - e garantias que não se limitassem a tratar do prazo de arrendamento. No caso dos terrenos a cargo do DNOCS, o arrendatário fica à mercê do arbítrio do administrador (Exemplo: "Art. 38. Terminado o prazo de arrendamento, cabe à administração do açude julgar a conveniência ou não de sua renovação"). Compare-se esta situação com a seguinte recomendação do comitê nomeado para estudar o problema do arrendamento agrícola nos Estados Unidos:

"As questões entre arrendador e arrendatário serão dirimidas por tribunais locais de arbitramento, constituídos por representantes idôneos de arrendadores e arrendatários e cujas decisões ficarão sujeitas a revisão em juízo sempre que se tratar de importâncias consideráveis ou problemas de interpretação legal" (*Farm Tenancy, Message from the President of the United States Transmitting the Report of the Special Committee on Farm Tenancy, Washington, 1937*).

Não atenua, antes agrava o contraste, o fato de que, no nosso caso, o arrendador seja o próprio Estado. (STERNBERG, 1951, p.34-35).

Neste mesmo sentido, o autor já havia explicitado que:

Somos - devemos confessá-lo - visceralmente a favor da propriedade individual: na razão em que ela é alcançada, vemos a terra bem administrada, a erosão combatida, os recursos naturais conservados. "A disseminação generalizada da propriedade fundiária, afirma o destacado sociólogo-rural Lynn Smith³², tem sido, até agora, o melhor meio de obter segurança para a população agrícola e a formação de uma cidadania capaz e segura de si mesma". Descendo ao terra-a-terra da vida rural, encontramos, sob outra forma, a mesma lição. Assim a exprimiu certa vez ARROJADO LISBOA³³ - e muito de propósito, fomos buscar o testemunho do primeiro diretor da IFOCS: "Os que vêm na pobreza e selvagem rusticidade das habitações sertanejas uma manifestação da indolência nativa, deveriam refletir que ninguém promove construção sólida em terra alheia". Como pois, pretender que o homem lance raízes profundas, que cuide da terra carinhosamente, a fim de legá-la, conservada e melhorada, aos filhos - que só assim compreendemos a fixação do homem ao solo -, se lhe negarmos a primeira condição para uma vida rural equilibrada e estável: o domínio efetivo sobre a terra? (STERNBERG, 1951, p.33)

Sternberg ainda cita longo trecho de Lynn Smith, e outro de Charles M. Hardin³⁴, no mesmo sentido,

³¹ "Portaria nº 118, de 6 de fevereiro de 1950. Publicado no Diário Oficial de 15 de fevereiro de 1950."

³² "T. LYNN SMITH, *The Sociology of Rural Life, Revised Edition, New York: Harper & Brothers, 1947, p. 288.*"

³³ "Miguel Arrojado Lisboa, "O Problema das Sêcas. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol. XXXV, 1913, p.145"

³⁴ "CHARLES M. HARDIN, do *Department of Political Science, Universidade de Chicago, em artigo intitulado "Land or People?"*,

afirmando que “Está longe de constituir uma opinião isolada, a do eminente pesquisador. Muito ao contrário, espelha opinião generalizada de quantos se preocupam com os problemas do homem e da sociedade em suas relações com a terra” (STERNBERG, 1951, p.34).

Em suas considerações finais, expostas na seção intitulada ‘Necessidade de programas de pesquisas e de divulgação’, Sternberg resume que a sua fala focalizou ‘a precariedade da estrutura agro-econômica’, e foram abordadas questões que “(...) dizem respeito a uma larga faixa de especializações do saber humano - meteorologia, geologia, pedologia, agrologia, sociologia, economia, etc.” (STERNBERG, 1951, p.35). Neste sentido “(...) impõe-se um programa de pesquisas para servir de base a um planejamento realmente orgânico. É preciso desconfiar das generalizações apressadas e a presente contribuição não tem a menor pretensão de haver dado a palavra final sobre qualquer um dos tópicos aflorados” (STERNBERG, 1951, p.35).

Logo, o autor finaliza defendendo que:

Só um programa de estudos bem traçado e pacientemente executado poderá indicar os rumos definitivos que se devam tomar na procura de uma solução de longo alcance. Tal programa deverá atentar não só para os problemas das áreas irrigáveis, como também para os das bacias alimentadoras; não só para as questões de engenharia, mas também - e ousamos dizer, principalmente - para as de bioclimatologia, de agronomia, de sociologia rural.

Paralelamente ao programa de pesquisas, há necessidade de um plano eficiente de divulgação, uma enérgica campanha educativa - só assim será possível realizar a imprescindível transformação dos métodos agrícolas; só assim será possível criar e desenvolver a mentalidade conservadorista que implica na poupança, não só do solo e da água, mas de todos os recursos naturais (STERNBERG, 1951, p.35)

Quatro anos após a publicação deste artigo, o consultor-técnico do CNG, geógrafo brasileiro, professor catedrático de Geografia do Brasil na Faculdade Nacional de Filosofia e diretor do Centro de Pesquisas de Geografia do Brasil da mesma Faculdade, Hilgard O'Reilly Sternberg retorna às páginas da RBG como tema de uma notícia informando o convite para integra-lo à Comissão Consultiva para a Pesquisa das Regiões Áridas da UNESCO:

Formada por nove membros de nacionalidades distintas, todos especialistas nos problemas científicos e técnicos relativos às zonas áridas e semi-áridas. A Comissão tem como atribuição aconselhar o Comitê Executivo e o diretor-geral da UNESCO na preparação e execução de programas relativos ao estudo dos problemas das zonas áridas, opinando também sobre os problemas científicos e técnicos que forem apresentados por um ou mais dos países-membros ou pelas Nações Unidas. (COMISSÃO, Consultiva para a Pesquisa das Regiões Áridas, 1955, p.117)

A notícia também lembra que Sternberg é ‘autor de vários trabalhos sobre o problema das secas no

Nordeste, entre os quais' o aqui analisado, e: "No estudo dessa área-problema, tem propugnado pela consideração da paisagem geográfica como um todo e a integração ele várias técnicas conservadoras da água num plano de conjunto" (COMISSÃO, Consultiva para a Pesquisa das Regiões Áridas, 1955, p.117).

Interessante notar a relação feita pela RBG entre o 'problema das secas no Nordeste' e a 'essa área-problema'. Conseqüentemente, não a nomeia sertão, nem a define de maneira fixa: é uma área definida pela ocorrência de um problema, no caso a seca. Mais além é uma área definida dentro de outro recorte maior, a região Nordeste.

Outro texto publicado na seção dos noticiários da RBG imediatamente posterior, traz maiores informações sobre a referida Comissão e a participação do geógrafo brasileiro. A Comissão foi fundada após resolução aprovada na Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, em sua sexta sessão (1951), que autorizava

(...) o diretor geral da UNESCO a promover, em cooperação com os Estados-Membros, as Nações Unidas e seus órgãos especializados e organizações internacionais apropriadas, e com o auxílio de uma Comissão Consultiva para a Pesquisa da Zona Árida, a investigação de problemas científicos e técnicos relativos às terras de clima sêco. (STERNBERG, 1955, p.107)

Ao relacionar os membros da Comissão é ressaltado pelo autor que estes 'foram recrutados nas mais diversas especialidades e áreas geográficas':

Georges Aubert, chefe do Serviço de Solos do Departamento de Pesquisa Científica e Técnica de Além-Mar, Paris; B. T. Dickson, chefe (aposentado) da Divisão de Produção Vegetal, Organização de Pesquisa Científica e Industrial da Comunidade Australiana, Canberra; Herbert Greene, consultor em solos tropicais do "*Colonial Office*", e técnico da estação experimental de Rothamsted, Inglaterra; S. Mazloum, diretor de Irrigação e Energia Hidráulica, Ministério de Obras Públicas, Damasco, Síria; S. N. Naqvi, diretor do Serviço de Meteorologia, Karachi, Paquistão; R. Pichi-Sermolli, curador do Herbário, Instituto Botânico, Universidade de Florença, Itália; M. S. Thacker, diretor do Instituto Indiano de Ciência, Bangalore, Índia; o geógrafo Gilbert F. White, atual presidente do *Haverford College*, Pennsylvania, Estados Unidos; e o autor desta nota. (STERNBERG, 1955, p.107)

Sternberg também esclarece que a 'Comissão Consultiva' se reunia duas vezes por ano, sendo uma na sede da UNESCO em Paris e outra realizada como parte de um simpósio, organizado pela Comissão em colaboração com algum 'Estado-Membro'. O autor inicia o relato das atividades divulgando a existência de uma verba disponível de quinze mil dólares anuais para até três trabalhos subvencionados ou especificamente comissionados, a serem selecionados pela Comissão. A seguir é informado que a Comissão Consultiva já havia produzido quatro volumes, sobre problemas relativos à hidrologia, à ecologia vegetal e à utilização da água salgada, entre outros.

Um interessante projeto de estudo sobre as possibilidades de utilização dos solos no semiárido ou árido que pressupõe a construção de um 'modelo' em campo, é assim explicado por Sternberg:

Um dos empreendimentos de que cogita presentemente a Comissão Consultiva é o levantamento integral de uma pequena área (da ordem de 2.500 quilômetros quadrados) de terras áridas ou semi-áridas, de forma a estabelecer um verdadeiro modelo para estudos dessa natureza. Caso esta idéia venha a concretizar-se, já ficou assentado que será executada em uma área subdesenvolvida da América Latina, do Oriente Médio ou do Sul da Ásia. Vários países já pleitearam a realização dessa pesquisa em seus territórios. A equipe a cujo cargo ficaria a pesquisa iria definir, em seus traços gerais, as possibilidades de utilização do solo na área estudada, salientando, é óbvio, o problema do melhor uso da água. (STERNBERG, 1955, p.108)

A partir deste trecho o autor passa a relatar várias atividades, dentre as quais uma participação própria em reuniões promovidas pela Associação Americana para o Progresso da Ciência. Como objetivo principal colocava-se o de "(...) proporcionar o encontro de representantes das várias ciências com a intenção de somarem suas idéias e esforços na solução dos problemas científicos e de desenvolvimento das zonas áridas. (STERNBERG, 1955, p.108).

Ocorreram quatro sessões técnicas: Variabilidade e previsibilidade do suprimento de água nas regiões áridas; Melhor uso dos recursos existentes (a qual teve a apresentação de Sternberg, a convite da Comissão Organizadora, sobre 'o ponto de vista da geografia'); Possibilidade de se obterem novos suprimentos de água; e Melhor adaptação de plantas e animais a condições áridas. Em cada sessão havia apresentações de 'representantes de diversas disciplinas científicas' sobre a contribuição de sua especialidade para a solução do problema posto. Das sessões "(...) resultaram algumas recomendações específicas para programas de pesquisa e desenvolvimento" (STERNBERG, 1955, p.109).

Dentre essas recomendações o consultor técnico do CNG destaca algumas, 'pelo seu grande interesse relativamente ao Nordeste'. A primeira recomendação consagrou "(...) o princípio de que "a precipitação que se verifica nas bacias hidrográficas não deve ser encarada apenas do ponto de vista da utilização para a irrigação, devendo-se dar mais consideração ao aproveitamento da chuva onde ela cai"" (STERNBERG, 1955, p.109-110), o que Sternberg considera "Advertência oportuna, quando se sabe que talvez menos de 10% da população do Nordeste semi-árido venha a receber os benefícios propiciados pelos grandes sistemas de açudagem planejados" (STERNBERG, 1955, p.110).

Outra resolução que nos interessa particularmente, em face da falta de uma delimitação objetiva, precisa e definitiva da área do Nordeste considerada como sujeita ao fenômeno das secas, é a que recomenda a execução de "estudos com ampla base em vários ramos de ciência, visando a tornar mais nítidos os conceitos utilizados na definição, delimitação e classificação das terras áridas, com especial atenção para a variabilidade da precipitação." (STERNBERG, 1955, p.110)

Esta observação nos é de grande interesse, pois demonstra a preocupação do geógrafo brasileiro na Comissão Consultiva para a Pesquisa das Regiões Áridas da UNESCO com a ‘falta de delimitação objetiva e definitiva da área do Nordeste’ sujeita ao fenômeno das secas. Lembremos aqui que diversos textos debateram esse tema e diferentes demarcações foram propostas, alguns anteriores ao noticiário de Sterneberg e outros posteriores.

Algumas outras resoluções mais específicas aprovadas (as quais demonstram particulares direções do desenvolvimento da ciência geográfica e suas divisões) também foram ressaltadas pelo autor: a recomendação de maior

(...) atenção ao estudo da geomorfologia dinâmica na avaliação das possibilidades regionais e no planejamento da utilização da terra. (...) a importância de se pesquisarem os aspectos geomorfológicos da ocorrência de água subterrânea, (...) a importância do microclima e aconselhavam estudos relacionados com a utilização do orvalho no crescimento vegetal, na estabilização dos solos e no possível aumento da umidade do solo. (STERNBERG, 1955, p.110)

Concluindo esta notícia, Sternberg aponta que “A necessidade de estudos de conjunto das regiões secas foi devidamente reconhecida em recomendações como aquelas relativas à utilização da ecologia e da geografia para fins de planejamento nas regiões áridas” (STERNBERG, 1955, p.110). Assim, é destacada a importância da geografia e da ecologia no planejamento das regiões áridas, ao que Sternberg acrescenta que “(...) o exame das resoluções aprovadas deixa bem claro que o problema das terras áridas e semi-áridas não é solúvel dentro dos limites estreitos de uma única especialidade científica ou técnica” (STERNBERG, 1955, p.110). Por fim o autor ainda escreve que tais recomendações ‘fortalecem’ as convicções de que faltam ‘dados básicos’, necessários a um ‘planejamento definitivo das obras de recuperação do Nordeste’.

Conselhos similares aos feitos por Sternberg no seu artigo de 1951, acima analisado, são descritos no texto ‘Contribuição para o Problema da Sêca’, de Paulo Vageler, publicado na seção de comentários da RBG do primeiro trimestre de 1953, com seis páginas. Inclusive o autor relata que formula suas conclusões apoiado na opinião de ‘reconhecidos especialistas brasileiros’, citando Sternberg e Landulfo Alves.

Paul Wilhelm Eduard Vageler (1882 - 1963) nasceu em um distrito da Prússia Oriental que existiu de 1818 até 1945, quando o local tornou-se Pasłęk, parte da Polónia. Filho do administrador de um feudo senhorial, ingressou em 1900 na Universidade de Königsberg (Albertus-Universität Königsberg), “(...) principal centro de formação universitária dos alemães do Báltico, onde estudou

Geologia, Pedologia, Química Agrícola e Biologia. Obteve o grau de doutor em 1904” (VAGELER, 2016).

Estudando a fertilidade do solo trabalhou em instituições alemãs de investigação pedológica até 1909 quando foi admitido no Serviço Colonial do Império (*Reichskolonialamt*) como especialista. Prosseguiu sua formação na mesma universidade, onde formou-se em Química Agrícola e Bacteriologia. Este foi um período de ‘grande exaltação nacionalista’, que bastante influenciou Vageler. Foi enviado para o Sudoeste Africano Alemão (actual Namíbia) como conselheiro econômico, onde ingressou, em 1914, como oficial miliciano voluntário nas Forças de Auto-Proteção da colônia (VAGELER, 2016)..

Participou de uma expedição que estudou o sul de Angola, mas se envolveu em um incidente com as tropas portuguesas em Naulila. Após a rendição da colônia às forças da União Sul-Africana em Março de 1915 ficou internado como prisioneiro de guerra até ser deportado para a Alemanha em 1919 (VAGELER, 2016). Neste período Vageler produziu relevantes artigos científicos sobre a geologia da região e ‘um dos mais claros’ relatos sobre os eventos conflituosos que atravessou.

Depois de mais de quatro anos preso em África, Vageler realizou pesquisas pedológicas em diversas regiões tropicais “(...) acumulando uma extensa experiência e múltiplos materiais de estudo e dados. Entre 1924 e 1928, trabalhou em Java, então parte das Índias Orientais Neerlandesas, como director de um laboratório de estudos agro-geológicos” (VAGELER, 2016). Lançou em 1930 um livro sobre a pedologia tropical e subtropical, que ainda mantém valor como referência para aquele tipo de solos.

Em 1932 foi enviado pelo governo imperial alemão para o Brasil, onde coordenou junto a partir de 1933 a ‘Comissão Vageler’ que realizou investigações pedológicas e outras para analisar as possibilidades de colonização alemã no Brasil, em especial nas vastas terras da Companhia de Viação São Paulo-Matto Grosso.

Durante a segunda guerra mundial Vageler publicou o livro Mosaico Africano (*Afrikanisches Mosaik*) sobre suas viagens pela Africa que obteve grande popularidade, e na qual ficou claro o seu compromisso com nazismo e um mal disfarçado racismo. Aliás, a 1 de novembro de 1931 tinha aderido formalmente ao Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP) (VAGELER, 2016). Professor e director do Instituto Colonial de Ciência do Solo e Tecnologia Agrária da Universidade de Hamburgo entre 1940 e 1945, também dirigiu o Departamento Florestal e de Ciência do Solo do Instituto Alemão de Paris, quando a cidade estava sob ocupação alemã (VAGELER, 2016).

Paul Vageler retornou ao Brasil em 1948, tornando-se o 'principal conselheiro em matéria de solos e fertilidade do solo' da Sociedade Rural Brasileira, em São Paulo, e professor do Instituto Agrônomo do Norte, no Pará. Realizou diversas pesquisas sobre a ciência dos solos no Brasil e seu último trabalho foi uma colaboração com Kurt Renz, em 1957, publicando um livro sobre a história, o presente e o futuro do Brasil (VAGELER, 2016).

O texto de Vageler (1953) na RBG inicia-se informando e felicitando a criação da subcomissão da CAN (Comissão de Abastecimento do Nordeste) denominada 'Dados Geográficos do Nordeste', resultado da 'feliz' união das subcomissões de 'Conservação dos Solos e da Água' e de 'Meteorologia'. Tal união, "(...) por si só já prova, com a maior clareza, que o grande problema da seca do Nordeste brasileiro não é solúvel unicamente por "medidas de emergência" tomadas por ocasião das secas e por meios puramente técnicos, como sejam, construção de açudes, perfuração de poços, etc." (VAGELER, 1953, p.156). Neste sentido o autor também citou uma fala do geógrafo do CNG Jorge Zarur, por ocasião da II Reunião da CAN:

(...) somente metódicas medidas preventivas de grande estilo poderão conduzir a êxitos eficientes, medidas estas que devem alicerçar-se em conhecimento profundo da totalidade das condições climáticas, ecológicas, agrogeológicas e agrícolas locais, isto é, no conhecimento exato de todos os "dados geográficos", como, aliás, ensina a experiência das regiões secas do mundo, e isso historicamente, no correr dos séculos e dos milênios. (VAGELER, 1953, p.156).

O autor também mobilizou a sua experiência de pesquisas em muitas zonas áridas do mundo, "(...) onde o problema da seca é combatido com êxito, e isso em parte sob condições muito mais difíceis do que as reinantes em nossas regiões de seca":

Pessoalmente, em estudos agrogeológicos e ecológicos feitos durante mais de 50 anos em quatro continentes, tive farta ocasião de conhecer, ou pelo menos observar intensivamente, os problemas da seca e o combate à mesma, com seus êxitos e suas falhas, na África do Sul e do Norte, na Abissínia, no Sudão, no Egito, na Arábia, Palestina, Mesopotâmia, Pérsia, no Turquestão, na Índia e no próprio Brasil, na região do São Francisco, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, etc. sempre levando em conta a experiência histórica local. (VAGELER, 1953, p.156).

Vageler expôs, baseado nestas observações, a sua contundente avaliação sobre a política da açudagem:

Em tôdas as partes, as repêras foram consideradas e construídas, como medida primária para o abastecimento de água para homem e animal e, antes de tudo também para fins de irrigação. Os resultados desta maneira de proceder, com o correr do tempo, em todo o mundo, provam ser duvidosos, para não dizer catastróficos, ao menos em parte. Hoje em dia se encontram repêras apenas nas regiões onde há rios permanentes e mesmo aí quase sempre só repêras gigantescas, servindo simultaneamente para irrigação e fornecimento de energia elétrica. Açudes menores, exceto poucos casos isolados que devem ser considerados como recordações históricas, quase

nem existem mais, nem em regiões fluviais permanentes e faltam praticamente por completo onde os rios só correm periodicamente, como é o caso no nosso Nordeste (VAGELER, 1953, p.156).

Neste sentido o autor enumerou quatro perigos os quais ameaçam as regiões secas, todos mais ou menos relacionados às represas. O primeiro foi a erosão nas nascentes dos rios, e a conseqüente ocorrência de 'inundações catastróficas', e enchimento das represas com lodo. O segundo perigo estava nas enormes perdas de água, tanto nas regiões das bacias superiores, através do escoamento, quanto nos cursos inferiores, pelas evaporações nas represas. O terceiro foi a alcalinização e salga das represas e da região inferior irrigável. O último foi o perigo de "(...) perdas de grandes superfícies aproveitáveis de solo e quantidades d'água por represas rasas largas" (VAGELER, 1953, p.159).

Na finalização de seu texto Vageler apresentou três ações relacionadas com o 'combate metódico direto dos perigos da sêca' a serem incorporadas ao 'programa de estudo dos Dados Geográficos do Nordeste', então sugerido por Jorge Zarur:

1) Imediato levantamento global agro-geológico, com fundamento na teoria das catenas hoje reconhecida internacionalmente, e que possibilita o levantamento rápido de grandes extensões, como base para a eliminação de regiões sem futuro, separação de reservas florestais e zonas de reflorestamento, bem como a elaboração de adequado planejamento racional de rotações, culturas sêcas e de irrigação Quanto ao último tópico, os colegas em atividade no Norte, especialmente Duque e Melo, já realizaram trabalhos locais muito valiosos.

2) Minucioso estudo botânico e ecológico da flora indígena, do ponto de vista da sua apropriação para o reflorestamento, sob a consideração de possível fornecimento de forragem ou até de alimento humano, no que diz respeito a eventuais culturas novas a serem introduzidas, dentre as quais existe tôda uma série que satisfaz amplamente a tais exigências.

3) Exata pesquisa geofísica e levantamento das regiões contendo água doce no subsolo, a fim de evitar dispendiosas perfurações que não forneçam pouca água, ou então água sem valor, de alto teor em sais. Perfurações muitas vezes abandonadas, no último caso embora seja possível que em profundidades não atingidas pela perfuração se encontre água doce sob camadas de água salgada o que nunca pode ser verificado geológica, mas sim geofisicamente. A economia final representada pela exclusão de perfurações tentativas sem resultado, provavelmente superará de muito as despesas para tais pesquisas (VAGELER, 1953, p.161)

Portanto notamos nas análises, considerações e sugestões de Vageler o mesmo traço de críticas às políticas estabelecidas no combate à seca do Nordeste brasileiro, e de tentativa de superação dos problemas através da aplicação de soluções científicas, como o 'imediato levantamento global', os 'minuciosos estudos', e as 'exatas pesquisas' prescritas acima. Assim sendo transpareceu a particular perspectiva da leitura destes sertões nordestinos, declaradamente situada no campo científico geográfico.

O artigo "Polígono das Sêcas - Súmula dos seus recursos minerais" embora não se refira diretamente

a seca então corrente no Nordeste brasileiro, foi publicado do ano de 1953 e objetiva contribuir com

(...) a necessidade de ampliar e intensificar as atividades para a avaliação e aproveitamento dos nossos recursos minerais, em geral, e do "Polígono das Secas", em particular, com óbvia prioridade, que é ponto pacífico o extraordinário reflexo econômico e social que poderá advir da execução de um programa a longo prazo, diríamos até permanente, como incentivo ao desenvolvimento de tantas fontes de riqueza ali ainda pouco exploradas.

Como ponto de partida para a execução de um plano de real envergadura, tentemos esboçar, em largos traços, os fundamentos que nos parecem capitais para a participação do setor mineral em tal empreendimento (ERICHSEN, 1953, p.154)

Por conseguinte, identificamos neste texto publicado na seção de comentários da RBG, a perspectiva de tratar um espaço a partir das lentes da seca, mais especificamente como uma contribuição do 'setor mineral' ao 'Polígono das Secas'. O comentário inicia-se com uma citação de Humbolt – "(...) *the development of mines, far from jeopardizing or hindering the cultivation of the land, has favored it singularly (Humboldt, 'Political Essay')*", e traduzido pelo autor³⁵ 'o desenvolvimento das minas, longe de trazer riscos ou obstáculos ao cultivo da terra, tem-no favorecido singularmente'.

O autor expõe que no Brasil a mineração sofre pela fraqueza das organizações técnicas e científicas, a 'flagrante escassez de profissionais' e ainda pela tendência 'mais ou menos generalizada para os trabalhos de caráter imediatista', de 'cunho individual', de 'lucro fácil'. A partir desta constatação e dos objetivos acima citados Erichsen passa a enumerar dez áreas com possibilidades mais 'promissoras' para o desenvolvimento de fontes de riqueza dentro do limite do Polígono das Secas, "(...) que tenham substancial influência na economia geral da região e que, conseqüentemente, importam em considerável melhoria do ambiente rural" (ERICHSEN, 1953, p.154).

Para cada região é traçado uma delimitação e são inventariadas as possibilidades no campo da mineração. São elas: 1. A faixa litorânea, desde a costa do Espírito Santo e Bahia até o litoral do Maranhão; 2. A região do Alto São Francisco; 3. O distrito mineiro de Minas do Rio de Contas; 4. O 'clássico território central da Bahia', das 'lavras diamantinas'; 5. A região de Paulo Afonso,

(...) em cujo raio de influência mais de perto se incluem os estados da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, constitui, sem sombra de dúvida, um dos pontos de eleição para o estabelecimento de

³⁵ Não foram encontradas maiores referências biográficas acerca de Alberto G. Erichsen, somente que em 1934 compunha como assistente técnico a 1ª Divisão Técnica (Geologia) do Instituto Geológico e Mineralógico do Brasil (ALMANAK LAEMMERT, 1934) e que em 1952 era geólogo consultor no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) (AVERITT, 1952), ambas instituições vinculadas ao Ministério da Agricultura.

uma forte e coesa base de estudos de geologia e solos, indústrias minerais, agricultura, etc. É tão intuitiva a conveniência de tal passo que se dispensa qualquer justificativa. Apenas, no campo específico da mineração e indústrias de seu âmbito, vale acentuar as perspectivas regionais para a sua futura integração na rede econômica do chamado "retângulo Paulo Afonso" Com efeito, variadas são as atividades industriais que poderão surgir quando concluídas as instalações hidroelétricas e se possa contar com energia a baixo preço (ERICHSEN, 1953, p.155).

6. A região vasta do Planalto da Borborema; 7. A região da Chapada do Araripe; 8. O vale do rio Jaguaribe, 'o maior do semi-sêco do Nordeste'; 9. O restante do Ceará:

Fora do Vale do Jaguaribe é precário o conhecimento do setor mineral e dos solos neste estado, conhecimento a bem dizer colhido de erráticas campanhas pioneiras, aliás de muito valor, ocorridas no passado e atualmente. Após o advento do Código de Minas, e, em particular, no decênio 1939-1949, durante e no pós-guerra, houve marcante atividade em busca de bens minerais, especialmente dos comerciáveis e estratégicos, como o berilo, a tantalita e columbita, o cristal de rocha, a mica, o rutilo, etc. Muito acentuadas foram as incursões de pesquisa no território cearense ao tempo das atividades da "Comissão de Compras", dos Estados Unidos, operando em conexão com o D N P M. em diversas unidades da mencionada "Província da Borborema" (ERICHSEN, 1953, p.156).

10. A região dos estados do Piauí e Maranhão.

Juntamente com o Ceará, êsses dois estados, nos quais realmente se entrelaçam os mais prementes problemas do Nordeste, como o das águas subterrâneas, do petróleo e do carvão (bacia do rio Parnaíba), são os menos conhecidos no ramo mineral, dentro e fora do "Polígono das Sêcas".

Embora dêles se tenha indicações várias de interesse econômico, (...) ainda não se pode balancear com razoável segurança as suas possibilidades minerais. São necessários trabalhos muito ativos e prolongados. (ERICHSEN, 1953, p.157).

O texto de Erichsen apresenta ainda um mapa (**Figura 27**, p.149) do Brasil, onde é demarcado o Polígono das Secas, e também as regiões acima descritas.

A seguir, comentamos o texto 'Levantamento do mapa de solos da bacia de irrigação do açude público Santo Antônio de Ruças (município de Ruças, estado do Ceará)', de Edilberto Amaral (1946). Identificamos este texto como passível de ilustrar tanto um resultado local da aplicação das políticas tradicionais de combate à seca de uma perspectiva interna à esta estrutura estatal (em geral bastante criticados – políticas e estruturas – nos últimos textos da RBG aqui apresentados), quanto ilustrar um tipo de análise diferenciada da maioria dos textos nesta seção comentados, pois restrito à uma escala bastante local. Sinalizamos também a maior antiguidade deste texto, publicado no terceiro trimestre de 1946, frente a grande parte dos outros textos já analisados (é o terceiro mais antigo desta seção).

Este texto (AMARAL, 1946), publicado na seção de artigos, é baseado num memorial que relata o levantamento do mapa de solos da bacia de irrigação do açude público Santo Antônio de Ruças dirigido em 1942 pelo autor e apresentado à Secção de Solos do Instituto José Augusto Trindade, da

Comissão de Serviços Complementares da Inspeção de Sêcas. O levantamento objetivava subsidiar e "(...) orientar o traçado dos canais de irrigação, a possível instalação de uma rede de drenagem e a exploração racional das terras irrigadas" (AMARAL, 1946, p. 71). Ressaltamos aqui a proposta de, através de um estudo científico, promover melhorias sociais, ao 'racionalizar' a exploração das terras.



Figura 27: Mapa dos Recursos Minerais do Polígono das Secas. Fonte: ERICHSEN, 1953, p.156.

Neste mesmo sentido, outro ponto interessante de destaque neste texto é uma menção do autor sobre um auxiliar, na parte em que explicita os métodos da pesquisa: "Os limites entre os diversos tipos de solo eram assinalados no terreno por um "marcador de manchas", o auxiliar Antônio Ferreira, sertanejo inteligente, que em dois anos de trabalho na Secção de Solos adquirira um talento invulgar para êsse serviço" (AMARAL, 1946, p. 352). Destacamos a qualificação de sertanejo,

conferida ao auxiliar, porém não destacada ao autor e outros técnicos, e igualmente, o adjetivo inteligente, que se segue ao 'sertanejo'. O talento adquirido pela experiência no trabalho é reforçado pela adjetivação de invulgar, contratando diretamente com a formação científica de outros pesquisadores.

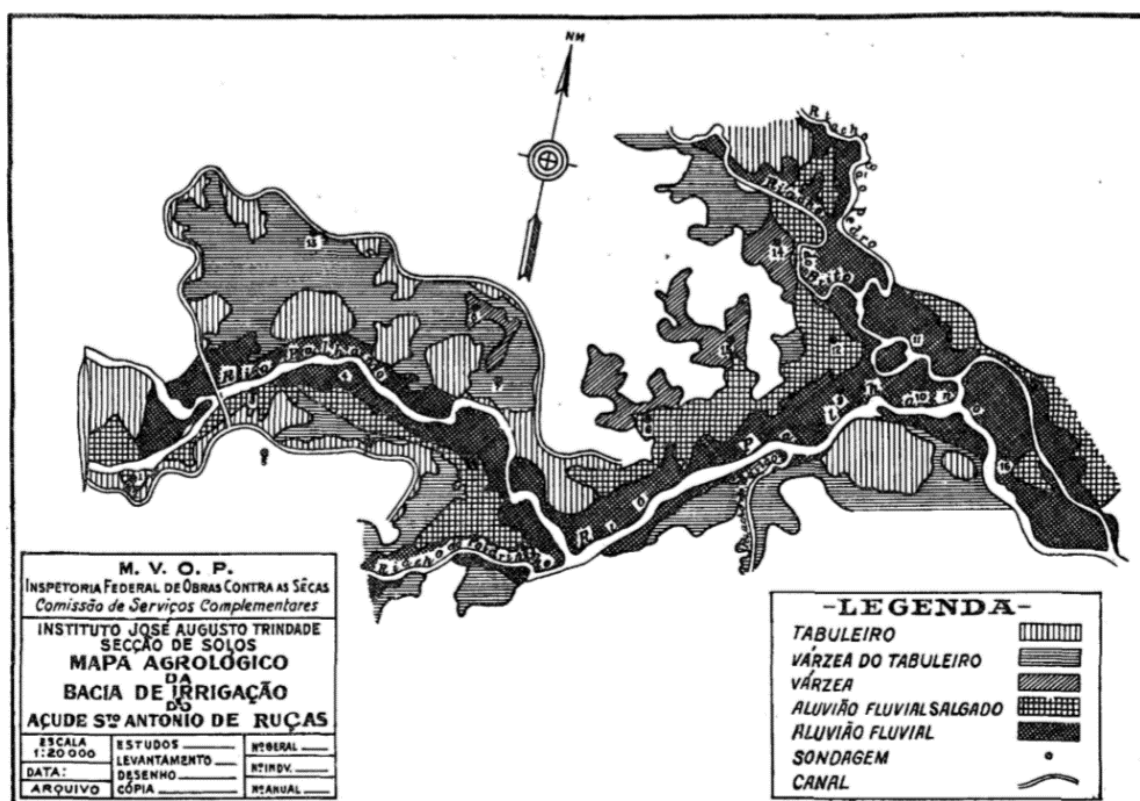


Figura 28: Mapa Agrológico da Bacia de Irrigação do Açude Santo Antonio de Ruças. Fonte: AMARAL, 1946, p.76.

O autor citando sucessivos relatórios do IFOCS (1916, 1928 e 1931) ressalta – como antecedentes ao seu levantamento, a título de exemplo de insucessos – as muitas dificuldades enfrentadas pelo açude, desde o atraso das obras, e a conseqüente multiplicação dos custos (e verbas), até a realização de um estudo, com mais de mil sondagens de terra, que foi ignorado no prosseguir das obras: “O mapa que resultou desse levantamento agrológico tem apenas valor como curiosidade histórica. Destarte o estudo procedido na bacia de irrigação em nada orientou o traçado dos canais principais, que obedeceu tão somente ao critério topográfico” (Figura 28). (AMARAL, 1946, p. 73).

Em sua última conclusão após levantamento e análise, Edilberto Amaral ataca frontalmente a tese de que os solos dos sertões nordestinos seriam especialmente bons:

Ao examinar os solos da bacia de irrigação do açude Santo Antônio de Ruças pode-se bem compreender a inanidade da clássica exaltação da fertilidade de solos do sertão nordestino. Aqui o problema da irrigação condiciona obrigatoriamente o problema da adubação. Devem ser feitas largas aplicações de estrume, e adubos verdes devem ser usados como culturas intercalares e nas rotações. (AMARAL, 1946, p. 81).

Outro texto aqui analisado será o de Mariano Feio (1914 –2001), do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. Em 1936 licenciou-se em Engenharia no Instituto Superior Técnico, e estudou Geologia, Paleontologia e Geomorfologia na Alemanha, em Berlim e Munique. Por conta da segunda grande guerra não pode terminar estes cursos e voltou para Portugal em 1942. Em 1944 após participar de pesquisas geomorfológicas tornou-se assistente de Geografia na Universidade de Lisboa. Participou ativamente da organização do primeiro Congresso Internacional de Geografia do pós-guerra e publicou, em 1948, a Bibliografia Geográfica de Portugal, na qual

“(…) compilou, organizou e traduziu as várias resenhas bibliográficas já publicadas por Hermann Lautensach sobre Portugal, mas completou-as e reorganizou-as profundamente, oferecendo assim a todos os interessados um excelente instrumento de trabalho, que reúne o essencial da bibliografia geográfica sobre Portugal continental até 1946. (DAVEAU, 2002, p.102)

Doutorou-se em Geografia Física na Faculdade de Letras de Lisboa, em 1952, com uma tese que perdurou “(…) como uma das obras-primas que fundaram a Geomorfologia portuguesa, constituindo a sua leitura uma insubstituível lição de exigência metodológica” (DAVEAU, 2002, p.103). Ainda sobre geomorfologia Feio realizou trabalhos no Noroeste de Portugal (1948 a 1951), no Nordeste brasileiro (entre 1953 e 1954, na Universidade Federal da Paraíba, ocasião em que publicou na RBG o artigo que analisamos a seguir), na Índia portuguesa (1955-1956) e Angola, (vários, entre 1958 e 1966).

Outra área de interesse de Feio foi a agricultura:

Tendo herdado uma vasta exploração agrícola, situada nos solos pobres da bacia sedimentar do Sado – a Herdade do Outeiro (1200 ha), em Canhestros –, Mariano Feio decidiu fazer dela um laboratório de experimentação, para tentar definir racionalmente as técnicas agrícolas mais bem adaptadas ao ambiente natural do Sul de Portugal e às condições socio-económicas vigentes. Esta autêntica aventura, que iniciou no começo dos anos 50 e que prolongou quase continuamente até à morte, (...) O próprio Mariano Feio (...) reuniu as suas principais conclusões em quatro livros (...). Dois deles tratam de temas relativos ao clima nas suas relações com a agricultura, enquanto dois outros apresentam a evolução histórica da agricultura praticada no Alentejo e as possíveis vias da sua futura adaptação e reconversão. (DAVEAU, 2002, p.104-105).

Daveau (2002, p.106) informou que o geógrafo também manteve um significativo interesse na organização e crenças das sociedades com que conviveu. Sobre essa outra faceta de Feio foram citados duas publicações principais: “(…) o livro sobre As Castas Hindus de Goa, resultante da sua viagem à Índia em 1955-56, e o artigo sobre ‘Um possesso numa aldeia do Alentejo nos anos 80’, penetrante análise da mentalidade mágica que perdura enraizada nas sociedades actuais.” (DAVEAU, 2002, p.106).

Foi professor na Universidade de Évora e na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde regeu, ao longo de alguns anos, um seminário sobre Clima e

Agricultura (BRITO, 2001, p.5). Foi também consultor de numerosas organizações, como a FAO, a 'Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos' e a 'Junta Nacional de Investigação Científica'. Publicou 'perto de' 200 títulos e foi agraciado pelo governo português com a Grã Cruz da Ordem do Infante Don Henrique, em 1998.

Na primeira parte do artigo de Mariano Feio na RBG, intitulada 'O problema do Nordeste', o autor definiu o que entende pelo fenómeno da seca em sua leitura geográfica: "O fenómeno social e económico das "sêcas" resulta da carência de meios de subsistência da população rural do Nordeste Sêco nos maus anos agrícolas. A maioria dêstes deve-se à escassez das chuvas ou à sua má distribuição" (FEIO, 1954, p. 55). Por conseguinte, Feio considerou a seca um fenómeno social e económico, relacionado com o fato da escassez e má distribuição de chuvas, porém 'resultante' da situação de carência da população afetada.

Identificamos aqui uma leitura particular do problema da seca, ao analisá-lo sob a perspectiva socioeconómica, como exemplificado a seguir, quando o autor analisou o tema relacionando aspectos demográficos e relações sociais de produção:

A maior parte da população agrícola é constituída pelos "moradores", que exploram a terra em regime de parceria, em regra "a meias", e que vivem da colheita anterior e dos adiantamentos feitos pelos patrões por conta da colheita futura. As reservas são em geral muito pequenas (nulas quando os anos de "sêca" se sucedem), por causa da pequena capacidade económica e da imprevidência dos moradores. Quando o "inverno" falta ou se atrasa muito, os patrões suspendem os adiantamentos, por não os poderem fazer ou na expectativa de os perderem. A população de moradores, a que se juntam assalariados, relativamente pouco numerosos no Sertão, e algumas outras classes profissionais dependentes desta, ficam reduzidos à miséria e acabam por abandonar as suas casas, em grande estado de penúria, porque só o fazem quando de todo em todo se não podem manter, recorrendo à caridade ou procurando trabalho em terras distantes ou nos serviços públicos. (FEIO, 1954, p. 55)

Destacamos o uso da palavra sertão, aqui significando um sinónimo de área seca do Nordeste, ou do Nordeste Seco, como usado no título do artigo. O autor esclarece em nota que a designação 'Nordeste Sêco' objetivou excluir do escopo espacial do trabalho a 'faixa oriental de chuvas abundantes'.

Quanto à leitura particular da seca oferecida pelo autor, destacamos o peso dado ao aspecto demográfico, determinante para tornar o problema de impossível resolução, se não houvesse uma 'retirada' da população das 'terras secas':

É evidente que a açudagem não pode obstar ao desencadeamento dêste fenómeno, pois não modifica a produtividade das terras sêcas e a área irrigada é e será sempre uma fração mínima da área total. Como veremos adiante, a açudagem pode concorrer apenas indiretamente para a

solução, facilitando a colocação das populações que vierem a ser retiradas das terras secas. Mas, enquanto estas forem ocupadas por uma população da ordem de grandeza da atual e forem usados os mesmos métodos agrícolas, nos anos de seca dar-se-ão as mesmas calamidades, quer haja açudes, quer não. A terra irrigada permanecerá ao lado, como pertencente a outro mundo, ocupada por população permanente, com culturas regulares, que pouco sofrerão com as "secas" se a administração das reservas de água fôr prudente, mas incapazes também de aceitar de repente um grande excesso de mão de obra deslocada de outros territórios. A área irrigada será sempre muito pequena em relação ao total: como calculou o agrônomo J. G. Duque³⁶, chefe do Serviço Agro-Industrial do DNOCS, mesmo se se represassem tôdas as águas caídas só se poderia irrigar 1% da área total" (FEIO, 1954, p. 55)

Neste sentido o autor já se colocava frontalmente contra as políticas tradicionalmente aplicadas no combate à seca nordestina, numa posição compartilhada com a grande maioria das análises sobre o tema. Assim, Feio prosseguiu afirmando que "De qualquer maneira, mesmo com açudagem intensiva e bem sucedida, fica sempre o problema do destino a dar a mais de 99% do solo" (FEIO, 1954, p. 56). A partir destas constatações o autor reafirma que a principal decisão a ser tomada na resolução do problema da seca nordestina era o de 'retirar' as populações que 'cultivam terras':

É certo que a maioria destas terras está inculta e parece que assim terá de ficar sempre, pois só o aproveitamento com pastos pobres parece viável. Não obsta que hoje tôda a população rural do Sertão viva destas terras secas. A maneira de as aproveitar, o destino a dar-lhes, parece-me constituir o problema fundamental do Nordeste, não sei se o mais importante, pelo menos o que deve ser considerado em primeiro lugar. Terras cultivadas com ótimos resultados nos anos de bom inverno, "escapam" nos anos meio secos e falham inteiramente nos secos, lançando as populações na fome e no desespero com o cortejo de dificuldades por demais conhecido para ser necessário insistir nêle. Uma primeira questão a decidir é a seguinte: as populações que cultivam terras deverão manter-se ou retirar-se?" (FEIO, 1954, p. 56)

Feio dialoga diretamente com o agrônomo J. G. Duque e com Hilgard Sternberg, em seu artigo sobre a seca de 1951 no Ceará. O autor aceitou que as soluções propostas pelos dois autores citados (as quais são descritas por Feio como: utilização das variedades de plantas mais apropriadas, os métodos da "agricultura conservadorista" e o combate às pragas) trariam melhorias nas 'condições de vida no Sertão', mas não acreditava que estas 'resolveriam a situação'. Neste sentido o autor lembrou que Sternberg já alertara que os métodos conservacionistas possuíam alcance limitado.

Esta limitação possui um recorte espacial, que foi descrito por Feio a partir da categoria 'Sertão nordestino': "(...) [os métodos conservacionistas] no Sertão nordestino, na maioria constituído por terrenos com relevos fracos e rochas pouco permeáveis, requeimadas por sol ardente, só poderão ser decisivos em áreas restritas" (FEIO, 1954, p. 57). O autor então retomou suas considerações que relacionaram o problema da seca com a quantidade de população: "Os terrenos com boas condições

³⁶ "J. G. Duque, "Solo e Água no Polígono das Secas", publ. n.º 148 do DNOCS, Fortaleza 1949, p. 91."

agrícolas são muito limitados e virão sempre os grandes anos de "sêca", em que a terra praticamente nada produzirá. Nestes anos, quanto menor fôr a população rural, menores serão também a miséria e as dificuldades" (FEIO, 1954, p. 57).

Assim sendo, mesmo a utilização de métodos modernos não seria compatível com o arranjo demográfico de então: "A máquina pode trazer aqui excelente contribuição, permitindo cultivar a mesma terra com menos gente, portanto poucos ou nenhuns flagelos nos momentos de crise" (FEIO, 1954, p. 57). Este tamanho demasiado grande de sua população seria, curiosamente, consequência do mesmo fator que causa sua aridez:

O Nordeste contém em si uma contradição grave. A grande secura do Sertão produz dois efeitos inconciliáveis: por um lado prejudica a agricultura, tornando a ocupação do solo difícil, irregular, pouco ou nada produtiva; por outro, a mesma secura faz com que a região seja muito saudável: faltam as doenças da umidade, pois o sol e a sêca tudo esterilizam. Resulta de aqui um crescimento muito rápido da população que a agricultura não pode absorver. A taxa anual de nascimentos no "Polígono das Sêcas", para o período de 1940 a 1950 foi de 40 p. 1000; no mesmo período o crescimento de fato (descontando, portanto, as mortes e a emigração) foi de 24 p. 1000. Com esta taxa de crescimento, a população duplica em 30 anos. Nas próximas décadas, com a generalização do emprêgo das vacinas e a diminuição da mortalidade infantil, só se pode esperar que o ritmo do crescimento se acelere. (FEIO, 1954, p.58)

Desta maneira o autor concluiu que "As conseqüências desta contradição estão à vista: tem saído e continua a sair muita gente do Nordeste; encontram-se nordestinos em todo o Brasil" (FEIO, 1954, p. 58). Este problema não poderia ser alcançado com as medidas propagadas anteriormente, pois só o tempo necessário para sua 'aplicação generalizada', 'dezena de anos', nas palavras de Feio, já seria suficiente para o crescimento da população, e novamente o 'problema do excesso' estará em questão. Portanto,

Para êste excesso de população das terras sêcas apresentam-se duas soluções principais: a açudagem com irrigação e a saída para outras regiões. A açudagem aparece, portanto assim, em paralelo com a emigração, como uma solução para colocar a gente que não encontra sustento no Sertão semi-árido (FEIO, 1954, p. 58)

Destacamos dessa fala, primeiramente, a questão da delimitação da área em estudo. Referindo-se ao 'Sertão semi-árido' o autor ressaltou em nota que

O estado de Pernambuco, embora também faça parte do "Polígono das Sêcas", tem condições muito mais favoráveis do que os seus vizinhos do Norte (Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará): os solos do litoral são melhores, porque em grande parte formados a partir do Arqueano; o "agreste", que recebe chuvas suficientes, ocupa parte importante da área total; o estado é atravessado por um rio perene com grande caudal disponível, o São Francisco, e tem a cidade e pôrto mais importante do Nordeste, o Recife, cuja indústria certamente terá grande impulso com a energia elétrica de Paulo Afonso. Nas considerações que se seguem, referimo-nos apenas aos três estados atrás citados, que constituem o núcleo da zona sêca. (FEIO, 1954, p. 58)

Assim, mais uma vez o autor restringiu o alcance espacial da pesquisa: no título foi usado 'Nordeste Seco'. O primeiro tópico descreveu o 'Problema do Nordeste'. Agora, Feio avançou nesta definição, estabelecendo seu recorte como sendo o 'núcleo da zona sêca', conformado segundo o mesmo pelos estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

Passemos então a segunda solução prescrita acima pelo autor 'para colocar a gente que não encontra sustento no Sertão semiárido': a açudagem com irrigação. Ao avaliar os aspectos econômicos desta solução, Feio questiona: "Para logo, pode-se dizer que havia uma solução com certeza mais econômica: fazer açudes numa região onde chovesse com abundância e regularidade" (FEIO, 1954, p. 64). E após avaliar variadas questões sobre as possibilidades da açudagem em diferentes regiões, concluiu:

Resumindo: imagine o leitor a mesma obra de engenharia, o mesmo açude, o mesmo muro de terra ou de concreto, construído no Sertão nordestino e em Goiás. A despesa seria evidentemente a mesma, salvo pequenas diferenças devido a maiores ou menores dificuldades na obtenção de alguns materiais. A mesma obra regará muitas vezes - talvez umas dez - a área que poderia regar no sertão semi-árido e, portanto, alimentar um número de famílias igual porção de vezes maior. É caso para dizer: se querem fazer açudes para auxiliar os nordestinos, que façam, mas não no Nordeste semi-árido!" (FEIO, 1954, p. 65)

O autor reconheceu, todavia, que as obras que já estivessem adiantadas deveriam ser terminadas, "(...) pois o prejuízo de abandonar as despesas feitas, até o prejuízo moral do espetáculo de uma orientação vacilante, deve ser em regra maior que o de levar ao fim uma obra que uma análise realista mostre não ser econômica" (FEIO, 1954, p. 64). Outra ressalva feita por Feio foi a de que esta comparação entre o rendimento de diferentes regiões climáticas da açudagem era apenas um exercício. Ainda que em regiões de clima favorável, a solução mais econômica 'para colocar o excesso de população' não fosse a construção de açudes:

O aproveitamento direto de terras de razoável qualidade, utilizáveis sem irrigação nem dispendiosas obras de engenharia, é com certeza uma solução mais econômica. Enquanto existirem terras nestas condições, e sabe-se quanto o Brasil ainda está longe do aproveitamento total dos seus solos com condições para a agricultura, devia ser esta a solução preferida. A açudagem corresponde a uma segunda fase da utilização do solo, quando as possibilidades da primeira, aproveitamento direto e por isso menos dispendioso, estiverem aproximadamente esgotadas. (FEIO, 1954, p. 64)

Prosseguindo no detalhamento de sua proposta, o autor esclareceu que 'de modo nenhum' o 'Sertão', ou 'Nordeste Seco' deveria ser abandonado. Observando que suas cidades vivem em grande parte 'da gente e dos produtos do interior', Feio sinalizou a 'racionalização da agricultura' como solução. Tal racionalização teria o sentido de 'produzir muito mais do que produz hoje, com menos

gente', e seria grandemente apoiada no uso de máquinas:

(...) capaz de trabalhar grandes áreas quando as condições o aconselham, pode também como que enquistar, mantendo-se nas crises sem despesa, sem precisar de água nem de comida, ao contrário das máquinas humanas e dos animais Poderiam ficar assim muito atenuadas as crises das 'sêcas' e continuaria assegurada a vida do comércio e das cidades. (FEIO, 1954, p. 64)

Assim sendo, o autor constatou que a emigração era um fato inexorável para o Sertão:

Só devia emigrar do Nordeste a parte da população que não pudesse encontrar nêle condições regulares de sustentação. A palavra emigração pode ferir, mas, na realidade, que tem acontecido até agora? Enquanto se trabalha com pouca eficiência em soluções que não são as mais convenientes, a pressão da vida não perdoa: o 'pau ele arara' é um fato, há nordestinos espalhados por todo o Brasil; a emigração não é uma invenção, nem tão pouco uma novidade. Do município de Monteiro (Paraíba) saiu nos últimos três anos um têrço da população. Isto apesar das verbas verdadeiramente gigantescas que têm sido despendidas no combate às sêcas. Importava, sim, que esta emigração se fizesse em boas condições, se facilitassem os meios de transporte, se dessem terras em áreas favoráveis e em condições de produzir. Seria essa a melhor maneira de auxiliar os nordestinos que não encontram meios de subsistência na sua terra e que já têm sido tão castigados pela sorte. (FEIO, 1954, p. 66)

E na sua conclusão, retornou e aprofundou o exercício em que propôs sua solução:

Por que não fazer um novo Nordeste no território mais próximo com boas condições agrícolas? Suponhamos, apenas, para concretizar, que êsse território seja a parte norte de Goiás. Que para começar se construía uma via de comunicação direta e eficiente; que se começava uma colonização em grande escala, em terras previamente limpas da mata, com orientação técnica de agrônomos competentes e defendida da especulação dos comerciantes. Seria de fato um novo Nordeste, não pela terra, mas pela gente; em comunicação direta com a terra-mãe e, portanto, com ligações relativamente fáceis que, de resto, os serviços oficiais podiam favorecer quanto julgassem conveniente. Bastava dar razoáveis condições de vida e facilitar os transportes para não faltar gente. De resto, os trabalhos preparatórios já ajudariam a vencer as crises e facilitariam o conhecimento da região a possíveis futuros colonos. (FEIO, 1954, p. 66)

As despesas seriam grandes? Muito menores do que aquelas em que importará a fixação do mesmo número de pessoas pela irrigação do Nordeste Sêco. Havia a despesa da estrada, mas como a solução em si é muito mais econômica do que a da açudagem, seria possível, com dada verba, resolver o problema de muito maior número de famílias. (FEIO, 1954, p. 67)

A maior dificuldade contra um plano de emigração para outro estado é o bairrismo. Cada um pensa que a sua região é a melhor, que os melhoramentos devem ser feitos nela, considerar-se-ia traidor se colaborasse num plano que trouxesse mais vantagens à região vizinha do que à própria, etc. Trata-se de uma maneira de pensar bastante primitiva e que me parece de tãda a vantagem combater. É preciso pensar no Brasil em conjunto e não na Paraíba, ou no Rio Grande do Norte, ou Alagoas. Mas, se, por motivos sentimentais, se insistir em fixar os excessos de população no Nordeste semi-árido, ao menos que se tenha consciência bem clara de estar sacrificando as razões econômicas às sentimentais, luxo que só os povos muito ricos se deviam permitir, e de que neste caso resulta a miséria de milhares de famílias. (FEIO, 1954, p. 67)

4. Expedições do CNG/IBGE ao Oeste Baiano

Nesta seção vamos acompanhar uma porção dos sertões nordestinos narrados através das expedições científicas realizadas pelo CNG/IBGE. Esta é uma importante modalidade do fazer geográfico no período estudado, e também se constitui num gênero particular de texto da RBG. Muito próximo dos relatos de viagens, são deveras descritivos da paisagem física, mas também explicitam vários importantes aspectos da geografia humana regional. Demonstram o interesse científico e político sobre uma região, e como veremos, ressaltam o caráter de desconhecimento, vazio, estagnação e isolamento. Promovem também um particular e interessante diagnóstico geográfico, representativo da época, além de apresentarem diversas propostas e soluções aos problemas detectados, com vistas ao 'progresso' da região.

Entretanto no período estudado vemos o ocaso desta modalidade. Pode-se notar pela cronologia dos textos selecionados para esta seção, e também nos debates diretos e indiretos publicadas em textos da própria RBG, como os que celebravam a substituição do jegue e pelo avião (MAKSOU, 1961, p.3).

Portanto temos dois interesses básicos nesta seção: analisar a descrição feita sobre os espaços-sertões objetos das expedições e a forma da narrativa, relatos de viagem.

Para esta seção foram selecionados oito textos da RBG, os quais totalizam 334 páginas. Todos se referem à região oeste do estado da Bahia, e alguns são relatos que abrangem também pequenas porções de outros estados próximos de suas fronteiras com a Bahia, como Goiás, Piauí, Minas Gerais e Maranhão. No total os textos são baseados numa sequência de quatro expedições, uma em cada ano, a partir de 1942 (excetuando-se o último, que somente será aqui mencionado, sem maiores interesses específicos).

Os quatro primeiros textos são todos do mesmo autor, o engenheiro Gilvandro Simas Pereira, os três seguintes do geógrafo do CNG Alfredo José Porto Domingues, e o último do membro do Instituto Biológico da Bahia, Gregório Bondar.

Gilvandro Simas Pereira era engenheiro geodesta e integrou a Campanha de Coordenadas Geográficas do CNG, e a campanha de Determinação de Coordenadas Astronômicas das Sedes Municipais do IBGE. A primeira foi uma operação

(...) dirigida por Allyrio de Mattos, entre 1939 e 1945, que resultou na determinação de milhares de coordenadas em todos os estados do Brasil, a qual foi realizada pelos engenheiros Honório Bezerra, Gilvandro Simas Pereira, Lysandro Rodrigues, Dalmy Antônio de Souza e outros. Com o

estabelecimento desses pontos, puderam os elementos básicos serem amarrados convenientemente aos aludidos pontos, na enorme tarefa que foi a compilação das 46 folhas que constituem a Carta do Brasil ao milionésimo, concluída, na primeira edição, em 1960. (OLIVEIRA, 1987, p.70)

Sobre o geógrafo do CNG Alfredo José Porto Domingues (1921-) citamos brevemente sua biografia:

(...) considerado um dos mais importantes geomorfólogos do país. Sua formação inicial em História Natural, foi o passaporte para seu ingresso no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 1943, participando do grupo que iniciou os estudos de Biogeografia. Paralelamente, seu interesse pela Geomorfologia foi ampliado pela orientação de Francis Ruellan, o principal mestre de Geomorfologia da segunda geração de geógrafos do IBGE. Foi enviado para França para se especializar com Jean Tricart, outro importante formador de profissionais em Geomorfologia. Alfredo Porto Domingues foi um pioneiro nos estudos de geo-ecologia, área que ganharia importância no final dos anos 80, coordenando estudos sobre movimentos de solo nas encostas da Serra do Mar no início da década de 1970. Aposentou-se do IBGE em 1986. Além da pesquisa, lecionou em várias instituições de ensino superior do Rio de Janeiro e foi autor de dezenas de artigos e capítulos de livros sobre a Geomorfologia do Brasil, editados pelo IBGE. Sua participação nos capítulos de Geografia Física da coleção Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, publicada pelo IBGE, é considerada até hoje um dos melhores trabalhos sobre o assunto no Brasil.

O terceiro autor nesta seção é o russo Gregório Gregorievitch Bondar (1881 - 1959), graduado Engenheiro Agrônomo pelo Instituto Agrícola da Universidade de Nancy (França), e membro da Sociedade Entomológica de Petrogrado (atual Sociedade Entomológica Russa) e da Sociedade Brasileira de Entomologia. No Brasil desde 1910, trabalhou no Instituto Agrônomo de Campinas, na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, na Secretaria da Agricultura do Estado da Bahia e foi um dos pioneiros do Instituto de Cacau da Bahia (BONDAR, 2015). Pesquisou a lavoura cacauzeira, nos campos da Entomologia, Botânica, Fitopatologia e Geologia. Bondar também descreveu várias novas espécies de palmeiras e publicou obras sobre o estudo econômico destas, além de diversas outras obras de botânica economia (BONDAR, 2015).

Em 2014 o geógrafo Pedro Pinchas Geiger publicou o artigo 'Excursão ao Jalapão - Trechos de um relatório inédito'. Geiger (2014) entrou no IBGE em 1942 sob indicação de Francis Ruellan, também seu professor no curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, e foi trabalhar na 4ª Seção do antigo CNG sob a chefia de Fábio Macedo Soares Guimarães. O geógrafo descreveu que

Nos anos 40, o IBGE estava terminando o projeto da produção da carta do Brasil ao milionésimo, iniciado na década de 20, e programara a folha do Jalapão para o ano de 1943. A iniciativa requeria levantamentos geodésicos e cartográficos na região localizada nas fronteiras dos estados da Bahia, Goiás (hoje Tocantins), Maranhão e Piauí seguidos de elaboração de uma respectiva folha cartográfica. Numa das reuniões preparatórias da expedição para realizar os trabalhos de campo, o Professor Ruellan sugeriu que um geógrafo fizesse parte da mesma e indicou o meu nome. Eu deveria realizar, paralelamente aos levantamentos geodésicos e

cartográficos, um relatório de Geografia Física e Humana da região. (GEIGER, 2014)

Geiger também relatou como os trabalhos de campo foram centrais nesse momento de institucionalização da Geografia universitária e dos anos iniciais do CNG. A sugestão de integrar um geógrafo à expedição de 1943 teria sofrido resistência daqueles que ‘já se encontravam há mais tempo no CNG’. Segundo Geiger (2014) o fato de Ruellan ao chegar no Brasil em 1940 ter introduzido o ‘treinamento de trabalhos de campo na Universidade’, o tornava menos sujeito às contestações, e a sugestão foi aceita ‘à contragosto’. Nesse sentido “os trabalhos de campo viriam a ser o instrumento distintivo da atividade modernizadora geográfica. Com a utilização da mesma, os jovens diplomados em Geografia iriam ocupar o lugar dos não diplomados de instituições como o IBGE.” (GEIGER, 2014).

Isto seria explicado porque

Antes de se tornar uma disciplina universitária autônoma, a Geografia era praticada, inclusive por razões patrióticas, por militares, diplomatas, engenheiros, advogados, geólogos e escritores. (...) Em 1940, parte dos que participavam da gestão do CNG não era formada de geógrafos, caso do historiador Virgílio Correa Filho, subsecretário do CNG. O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro possuía forte ingerência no IBGE e os Congressos de Geografia reuniam massas de não geógrafos. (GEIGER, 2014).

Logo, Geiger concluiu que a introdução dos trabalhos de campo, segundo métodos definidos, na História da Geografia teve potente significado político. Além do descontentamento com as ‘interferências’ de Ruellan, Geiger (2014) atribuiu a não publicação de seu relatório à ‘uma redação considerada deficiente’ ou à percepção de suas tendências marxistas já transparecendo na escrita. Estes fatores teriam “(...) influído para que o meu trabalho não fosse editado e a descrição geográfica que cabia inicialmente a mim aparecesse no relatório do chefe da expedição, o engenheiro geodesta Gilvandro Simas Pereira” (GEIGER, 2014).

Da sequência de quatro expedições relatadas na RBG (**Figura 29**, **Figura 30** e **Figura 31**), destacamos no momento as três últimas, explicadas pelo seu coordenador, Gilvandro Pereira:

Ao encerrarmos esta campanha, terminamos também os estudos geográficos de uma imensa área até agora quase inteiramente virgem aos conhecimentos dos homens estudiosos: a parte ocidental da Bahia, que se alonga no sentido das longitudes, desde o talvegue do São Francisco - o rio da unidade nacional, - até o seu divortium aquarum - aquele que divide suas águas com as do rio Tocantins - e marca o fim do âmbito baiano e o início das terras goianas. No sentido nortel-sul as extensões estudadas começam nos limites norte do grande Estado, quando se bipartem as águas que caem nos altiplanos da chapada das Mangabeiras e serra da Taguatinga, divisas (Bahia-Piauí) correndo uma parte para o rio Prêto (São Francisco) e outra para o rio Parnaíba (Piauí), e vão terminar ao defrontarem-se com o leito do majestoso e extenso rio Carinhanha, já nas confrontações com Minas Gerais. Aproximadamente são em números redondos cêrca de 138.000

quilômetros quadrados de território baiano mapeados e estudados no largo campo de ação da moderna Geografia em três campanhas sucessivas e realizadas nos três últimos anos: em 1943, (Expedição ao Japão), em 1944 (Expedição à região centro-ocidental da Bahia), e, finalmente, em 1945 (Expedição ao sudoeste da Bahia). (PEREIRA, 1946, p.3).

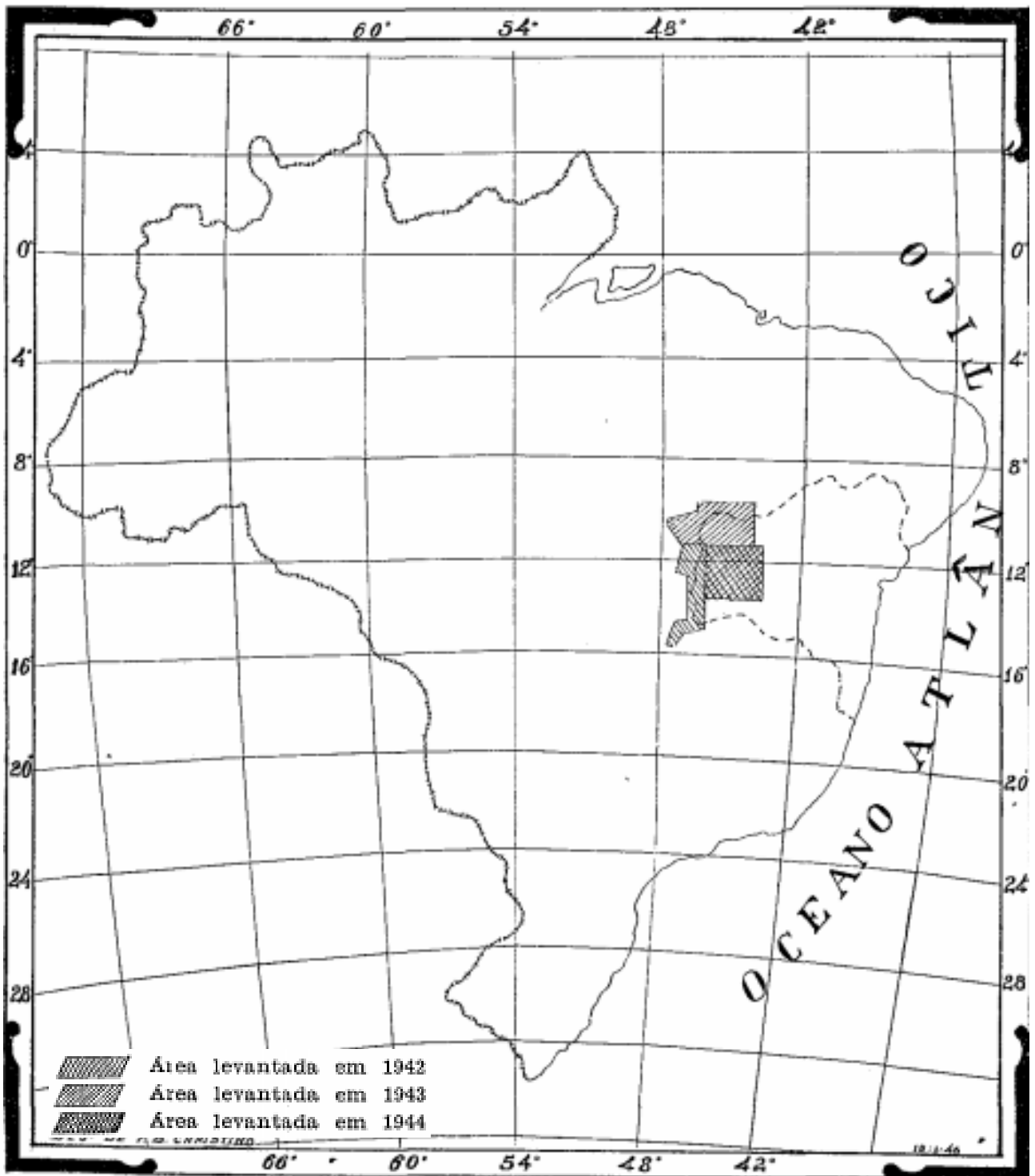


Figura 29: Mapa do Brasil mostrando as áreas levantadas nos diversos anos 1942, 1943 e 1944 para o Centro Ocidental da Bahia. Fonte: PEREIRA, G., 1945, p. 29.

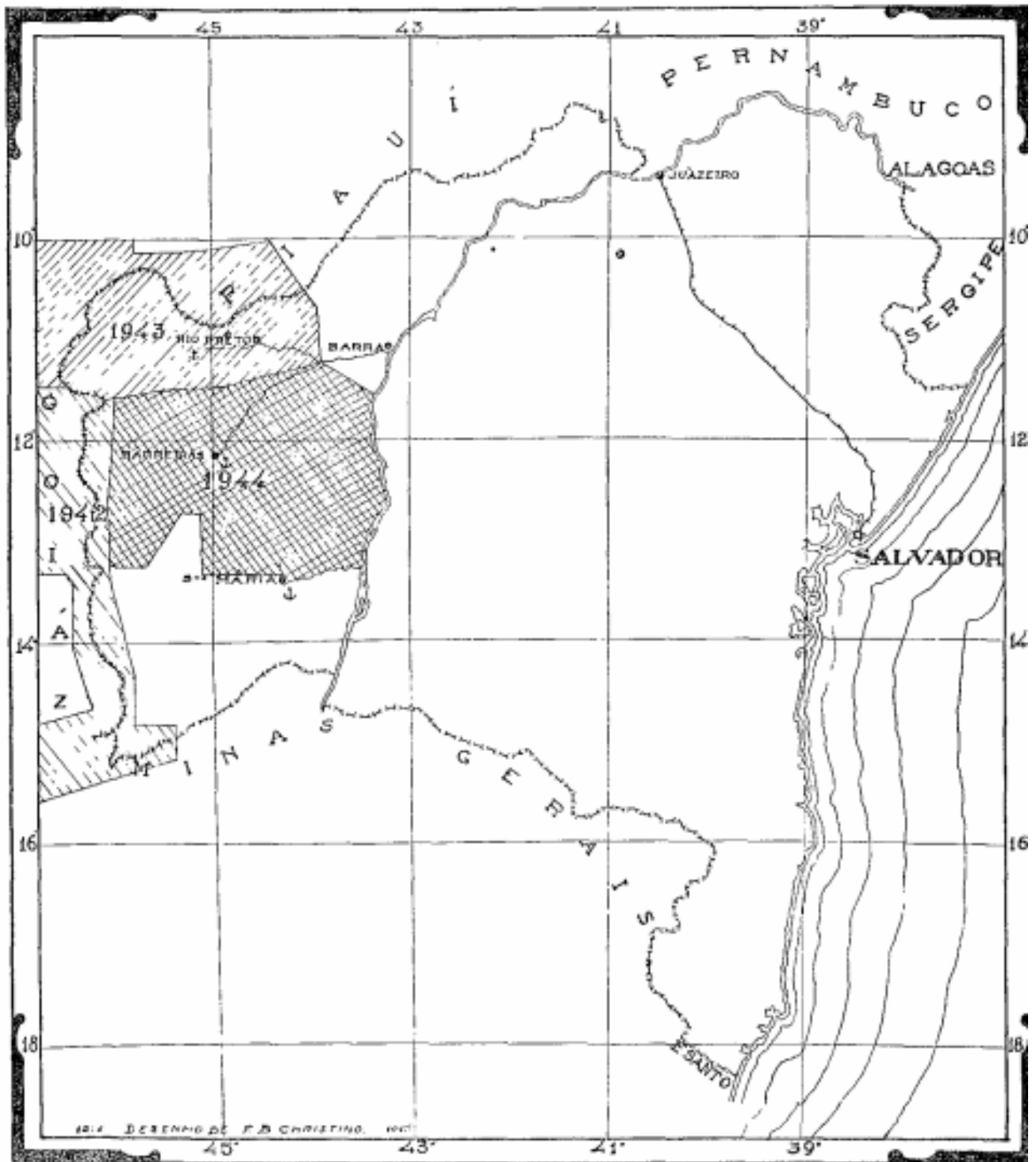


Figura 30: Mapa do Estado da Bahia mostrando as áreas levantadas nos diversos anos (1942 – 1944) e respectivas sedes de expedições.
 Fonte: PEREIRA, G., 1945, p. 30.

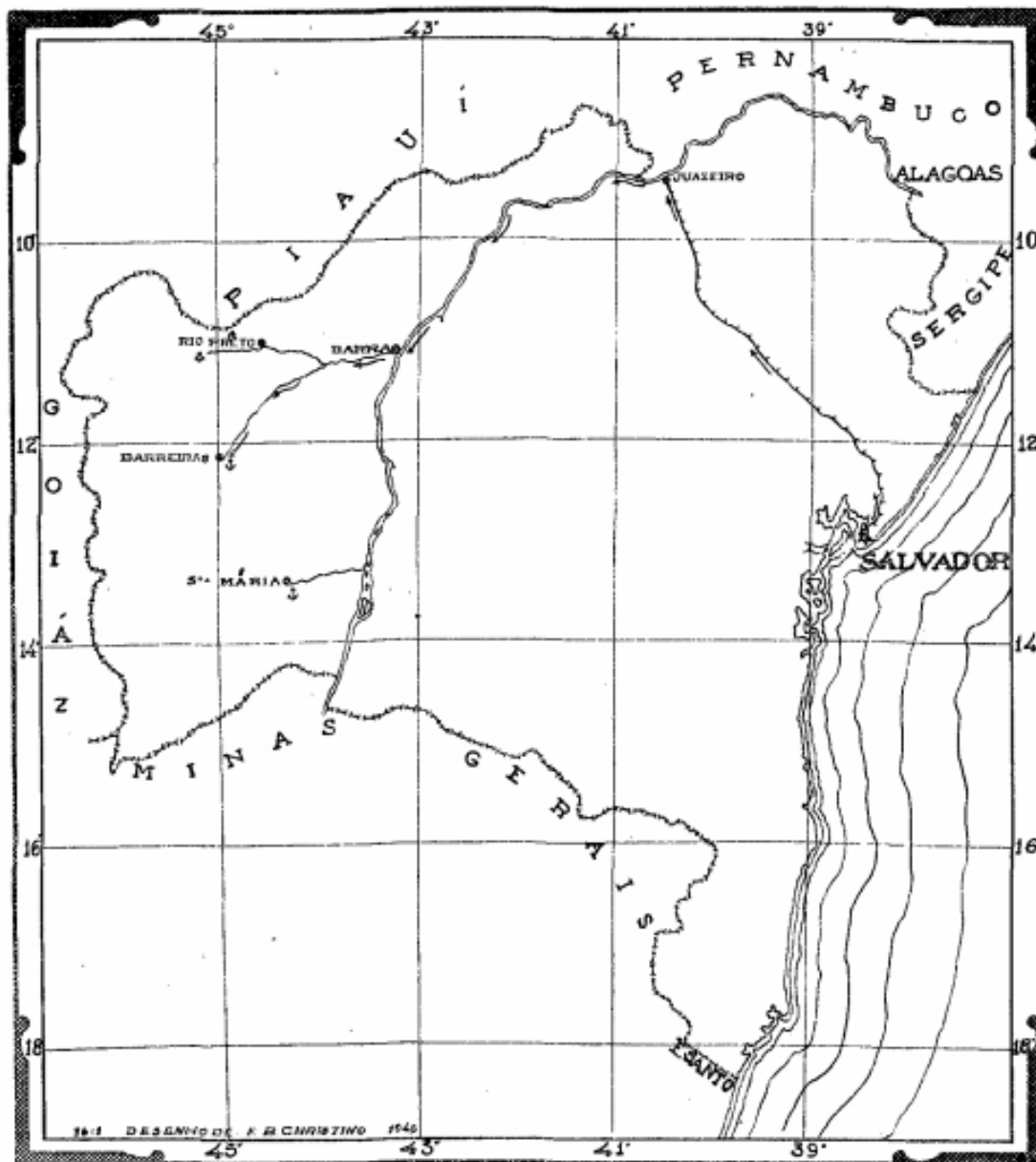


Figura 31: “Mapa do Estado da Bahia mostrando as vias de comunicação de que se serviam os expedicionários para alcançarem as sedes dos trabalhos, nos diversos anos. É possível notar a Estrada de Ferro de Salvador à Juazeiro e navegação fluvial do São Francisco e afluentes, rio Grande e rio Preto, além do rio Corrente.” Fonte: PEREIRA, G., 1945, p. 37.

A primeira expedição foi relatada pelo mesmo autor acima em artigo de 46 páginas publicado na RBG número quatro de 1942. Este mesmo número da revista trouxe um noticiário de quatro páginas que também narrou a expedição (REGRESSO da Expedição científica [...], 1942, p.185). Por ocasião de seu primeiro relato da série de excursões, Pereira foi apresentado como engenheiro da Campanha de Levantamento de Coordenadas Geográficas do CNG. O artigo foi fartamente ilustrado, com 42 fotos, e 4 mapas, dentre os quais selecionamos alguns para aqui figurar.

No início do texto Gilvandro Simas Pereira justificou não ter realizado esta expedição sozinho (Figura 32), como ocorrido na campanha para as sedes municipais, pelo “(...) fato de termos de ir a uma zona

sem recursos de nenhuma espécie, além de, cientificamente, quase desconhecida (...). Também geologicamente, bem como sua fauna, vegetação e clima, esta região, como muitas outras, era quase desconhecida” (PEREIRA, G., 1942, p.87-88). Este caráter de desbravamento acompanha todo o texto. Pereira propôs então “(...) uma expedição científica que, a exemplo de muitas outras, que já haviam estudado o interior brasileiro, em vários pontos e ocasiões diversas, trouxesse para o rol das causas conhecidas, o território em questão”.



Nossa tropa caminhando para a trijunção, carregando os materiais e mantimentos do pessoal

Figura 32: Foto da tropa de Gilvandro Simas Pereira. **Fonte:** PEREIRA, G., 1942, p.93.

O autor citou que outro motivador da expedição havia sido que

A êste tempo, o engenheiro encarregado do levantamento das coordenadas das sedes municipais no Estado de Goiaz, informava ao Conselho Nacional de Geografia da impossibilidade de alcançar as cidades que se achavam nas proximidades da região referida "pela dificuldade de transporte e distâncias enormes". (PEREIRA, G., 1942, p.87)

Neste sentido a organização de uma expedição com a participação de diferentes técnicos e com um maior suporte financeiro foi mais razoável. Excetuando-se ‘operários necessários e auxiliares ocasionais’, como cozinheiros, tropeiros, arreeiros e guias, foram quatorze os participantes da expedição ao divisor de águas Tocantins-São Francisco, ou simplesmente ‘Goiaz – Baía’, segundo listagem publicada no noticiário da RBG:

Primeira parte: engenheiro Raimundo Nonato dos Santos, chefe e geólogo da turma; engenheiro Gilvandro Simas Pereira, encarregado do levantamento das coordenadas geográficas e declinação magnética e representante do Estado da Baía; engenheiro Luiz Honório Ferreira, representante do Estado de Goiaz e topógrafo da turma; Sr. Afonso Guára Heberle, topógrafo e paisagista; Sr. Eduardo Costa, topógrafo; Srs. João Alvim e Valdemar Santos, auxiliares; Germano Anísio dos Santos, motorista e demais operários necessários e auxiliares ocasionais.

Segunda parte: engenheiro José Lino de Melo, chefe e geólogo; engenheiro Gilvandro Simas Pereira, encarregado do levantamento das coordenadas geográficas e da declinação magnética e representante do Estado da Baía; engenheiro Luiz Honório Ferreira, representante do Estado de Goiaz e topógrafo; engenheiro Osvaldo Ramos, geólogo; Srs. Eduardo Costa, Basílio Gomes e

Herbert Von Stadler, topógrafos; Sr. João Alvim, auxiliar; Sr. Alexandre Karpate, cinematografista; Sr. Germano Anísio dos Santos, motorista e vários outros auxiliares, cozinheiros, arreeiros, tropeiros, guias, etc. (REGRESSO da Expedição científica [...], 1942, p.185)

Entretanto o autor do presente artigo, mencionou também o engenheiro Aníbal Alves Bastos (representante da Divisão de Geologia e Mineralogia, do Ministério de Agricultura no CNG).

Como antecedentes da expedição, que ajudam a contextualizar nossa análise do texto, apontamos o primeiro pedido sobre o tema, feito para Pereira:

Em meados de 1940, quando me achava em plena execução do programa de levantamento das coordenadas geográficas das sedes municipais, no Estado da Baía, recebi ordens para, logo me achasse nas proximidades da zona, levantasse três coordenadas sobre o divisor das águas das bacias dos rios São Francisco e Tocantins e mais duas ou três no divisor das bacias do primeiro destes rios e do Parnaíba, limites, o primeiro destes divisores, dos Estados de Goiás e Baía e o segundo de Baía e Piauí. (PEREIRA, G., 1942, p.85).

Após a proposta de Pereira, esta foi encampada pela Divisão de Geologia e Mineralogia, do Ministério de Agricultura, "(...) por seus chefes e representantes no Conselho Nacional de Geografia, engenheiro Aníbal Alves Bastos e Gérson de Faria Alvim, de comum acôrdo com os técnicos e dirigentes do referido Conselho" (PEREIRA, G., 1942, p.87). A expedição não somente percorria territórios pretensamente desconhecidos, mas também proporcionava, ao mesmo tempo, sua 'abertura':

Dada a grande extensão da zona a percorrer, em estudos, dificuldades de transportes, grandes distâncias entre pontos de provável abastecimento, tempo relativamente exíguo, grande volume da bagagem a transportar e dificuldades topográficas da região, o Conselho Nacional de Geografia, por seus dirigentes citados, resolveu e contratou a construção de um caminho que permitisse a passagem de automóveis ou caminhões. Caminho êste que, correndo pelo lado baiano do divisor de águas em questão, o acompanhasse na direção do norte, até encontrar a estrada que liga a cidade baiana de Barreiras à goiana de Dianópolis, partindo do ponto terminal da estrada existente que liga Januária (Minas) a São Domingos (Goiáz), cortando o território baiano. Esta estrada foi, como veremos mais adiante, o verdadeiro 'abre-te Sésamo' de toda a zona. (PEREIRA, G., 1942, p.90)

Além deste grande investimento, feito pelo CNG, outras questões como organização final, material necessário e pessoal, foram objeto de ajuda pela Divisão de Geologia e Mineralogia do Ministério de Agricultura. Salientando ainda mais a importância da expedição nos planos de Estado, "resolveu-se também que seria feito, sempre que possível, o transporte em automóvel ou caminhão, tendo sido, para êste fim e em vista do racionamento já em vigor, tomadas tôdas as providências quanto ao fornecimento da gasolina necessária" (PEREIRA, G., 1942, p.90). (**Figura 33**).



Figura 33: “Tirando a caminhante da lama, assim colocada por uma imprudência do nosso cinegrafista, que muito se aproximou do rio durante nossa viagem ‘de cabeça baixa, pela vereda’ do rio de Borá”. **Fonte:** PEREIRA, G., 1942, p.108.

A expedição tinha a tarefa de apurar precisamente o divisor de águas entre as bacias dos rios São Francisco e Tocantins. Diversas eram as demarcações existentes, conflitantes entre si, e que foram representadas pelo autor do artigo em um mapa com este fim (**Figura 34**, p.166).

Para efetuar tal tarefa a expedição dividia-se em duas partes (**Figura 35**, p.167):

(...) a primeira do estudo do trecho do divisor de águas entre as bacias dos rios São Francisco e Tocantins compreendido entre as proximidades das cidades de Formosa e Sítio d'Abadia, e que serve de divisa entre os Estados de Goiás e Minas Gerais; e o segundo do restante do mesmo divisor, em direção ao norte, até as proximidades das cabeceiras do rio Parnaíba, que separa os Estados de Maranhão e Piauí, trecho êsse que marca as delimitações dos Estados de Goiás e Baía. (PEREIRA, G., 1942, p.90-91)

A primeira parte ficou sob responsabilidade do Departamento Geográfico do Estado de Minas Gerais. A segunda foi a que Pereira participou e relatou. O autor aponta que a faixa de estudos da ‘turma mineira’ era de aproximadamente 240 quilômetros, e a da sua turma, cerca de 500 quilômetros, no sentido norte-sul.

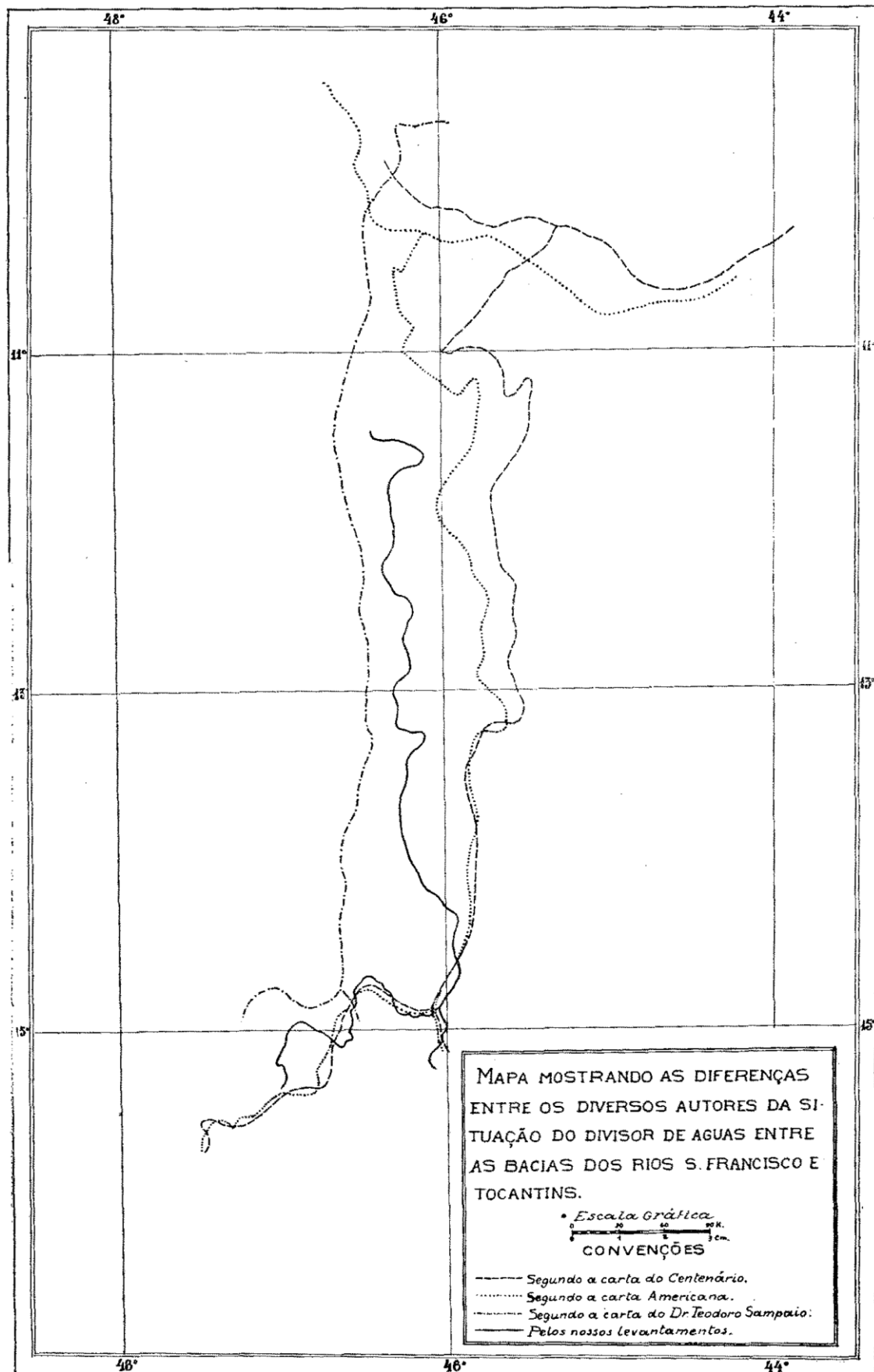


Figura 34: Mapa mostrando as diferenças entre os diversos autores da situação do divisor de águas entre as bacias dos rios São Francisco e Tocantins. Fonte: PEREIRA, G., 1942, p.86.

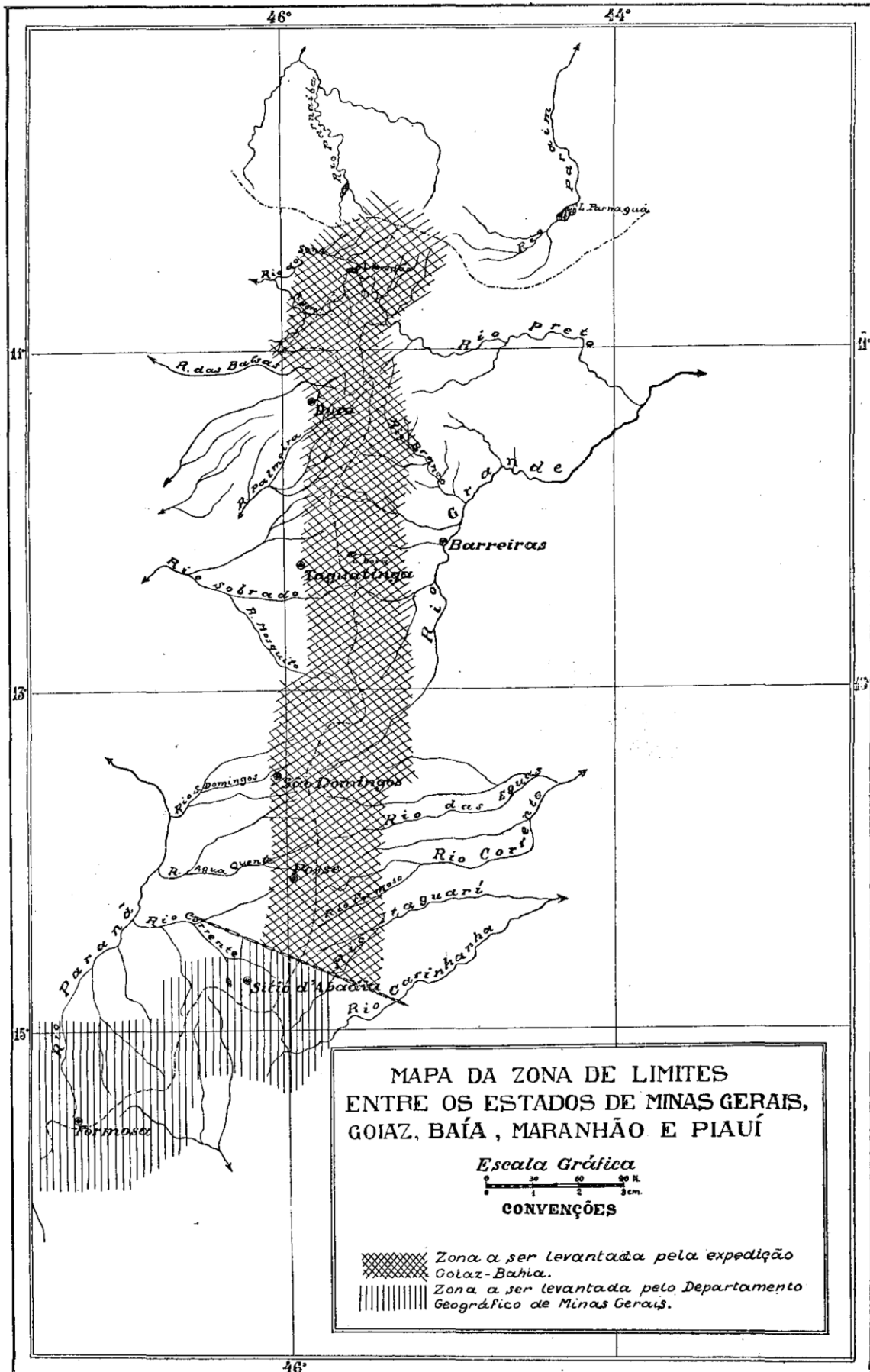


Figura 35: Mapa da Zona de Limites entre os Estados de Minas Gerais, Goiás, Bahia, Maranhão e Piauí. Fonte: PEREIRA, G., 1942, p.89.

O texto apresentado como artigo na RBG por Pereira (1942) constitui-se de um relato da expedição, bastante detalhado, e narrado de forma cronológica. Como a expedição era composta por membros oriundos de diferentes locais, a reunião inicial foi feita na cidade de Formosa, Goiás. A primeira turma de expedicionários, chefiada pelo engenheiro Raimundo Nonato dos Santos saiu do Rio de Janeiro em 9 de maio e de trem chegou a Formosa dia 22 do mesmo mês. Lá, se encontraram, dias depois, com o autor do artigo, e os engenheiros Aníbal Alves Bastos e Luiz Honório Ferreira.

Tal itinerário, e todo o traçado cumprido pela expedição, estão devidamente representados em mapas, um discrimina os trajetos pelos meios de transporte utilizados (**Figura 36**), e outro os levantamentos realizados (**Figura 37**).

O caráter de desbravamento da expedição transparece constantemente no artigo, reforçando a imagem do espaço 'desconhecido'. Desde estradas ruins e acidentes de automóvel: "(...) quebraram-se os nossos freios e o carro despencou-se, ladeira abaixo, quase nos roubando as vidas. Por muita perícia de nosso motorista conseguimos continuar a viagem sem mais novidades" (PEREIRA, G., 1942, p.94-95). Passando por erros de caminho, e suas consequências:

Seguimos sua opinião, abandonando o conselho de nosso guia (...) e nos demos mal. (...). Estávamos nas cabeceiras do rio Corrente, e havíamos aprendido uma grande lição: nunca abandonar os conselhos dos moradores, conhecedores dos locais em que vivem, seja qual fôr o pretexto.

(...). Num caminhão velho e com 40 pessoas, fora nós, foi um verdadeiro martírio, esta viagem. Viajamos durante quatro dias e grande parte das noites, frias ao extremo, quase sem alimentação e sem dormir, até que chegamos com perfeita saúde, o que constituiu, para nós, motivo de surpresa e contentamento. (PEREIRA, G., 1942, p. 97-98)

E até o trágico falecimento de dois integrantes da expedição, 'em consequência de moléstia endêmica naquela região':

Moléstias

Ao alcançarmos Formosa, uma surpresa desagradável nos esperava: dois de nossos companheiros, os Srs. Afonso Guaíra e Valdemar Santos, topógrafo e auxiliar, aí se encontravam gravemente enfermos, trazidos do mato, pelos companheiros. Pela chefia da expedição foram imediatamente tomadas as medidas que o caso requeria, sendo solicitado, do Conselho Nacional de Geografia e da Divisão de Geologia e Mineralogia, o transporte dos doentes para o Rio de Janeiro, por via aérea, única compatível. Forçou êste nosso pedido a absoluta falta de medicamentos e alimentação apropriada, embora, em Formosa, existissem socorros médicos. Estes companheiros viajaram no dia 18 de Julho, e, posteriormente, viemos a saber do falecimento, no Rio, de ambos. (PEREIRA, G., 1942, p.101)

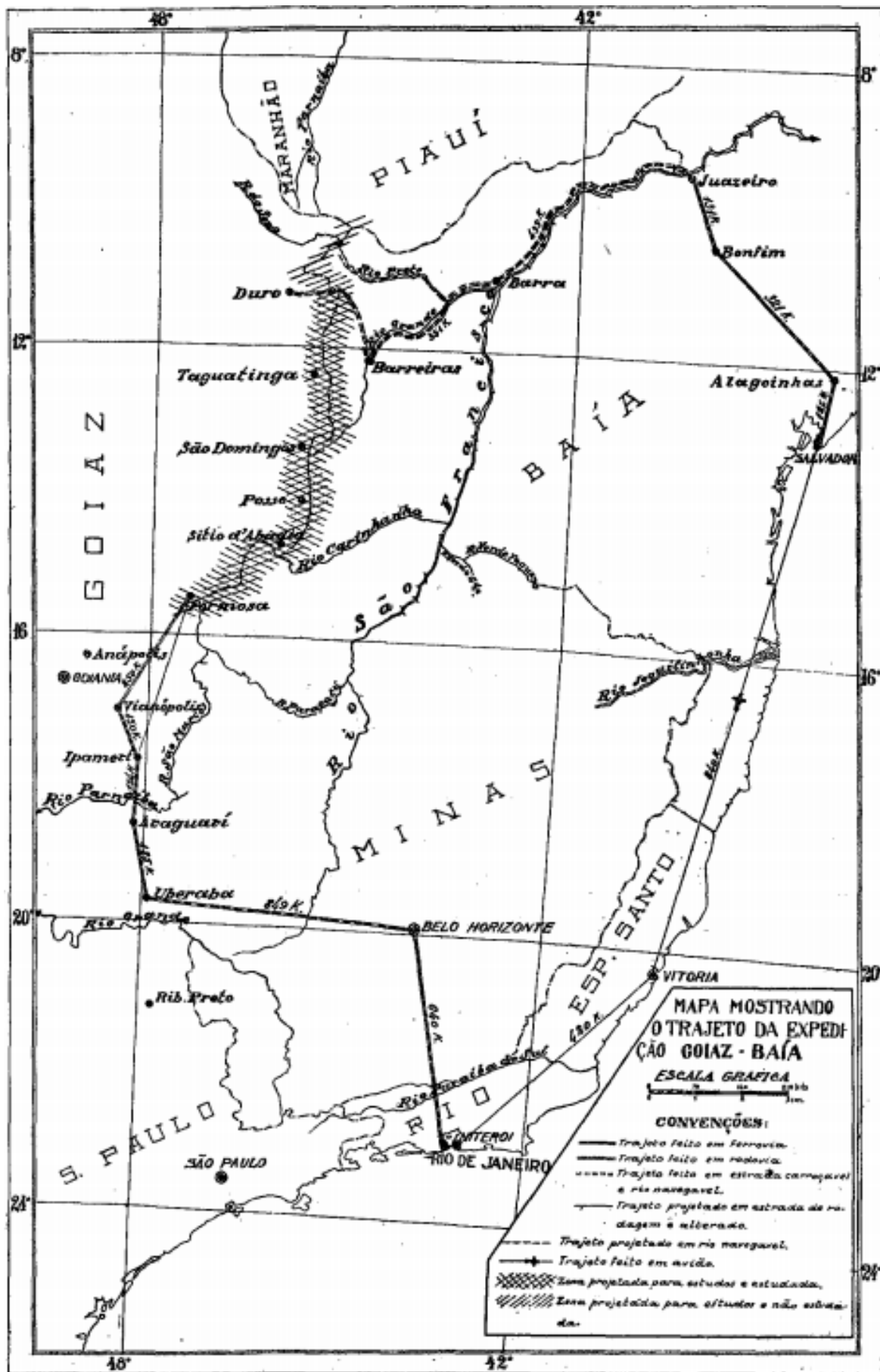


Figura 36: Mapa com o itinerário da Expedição Goiaz – Baía. Fonte: PEREIRA, G., 1942, p.99.

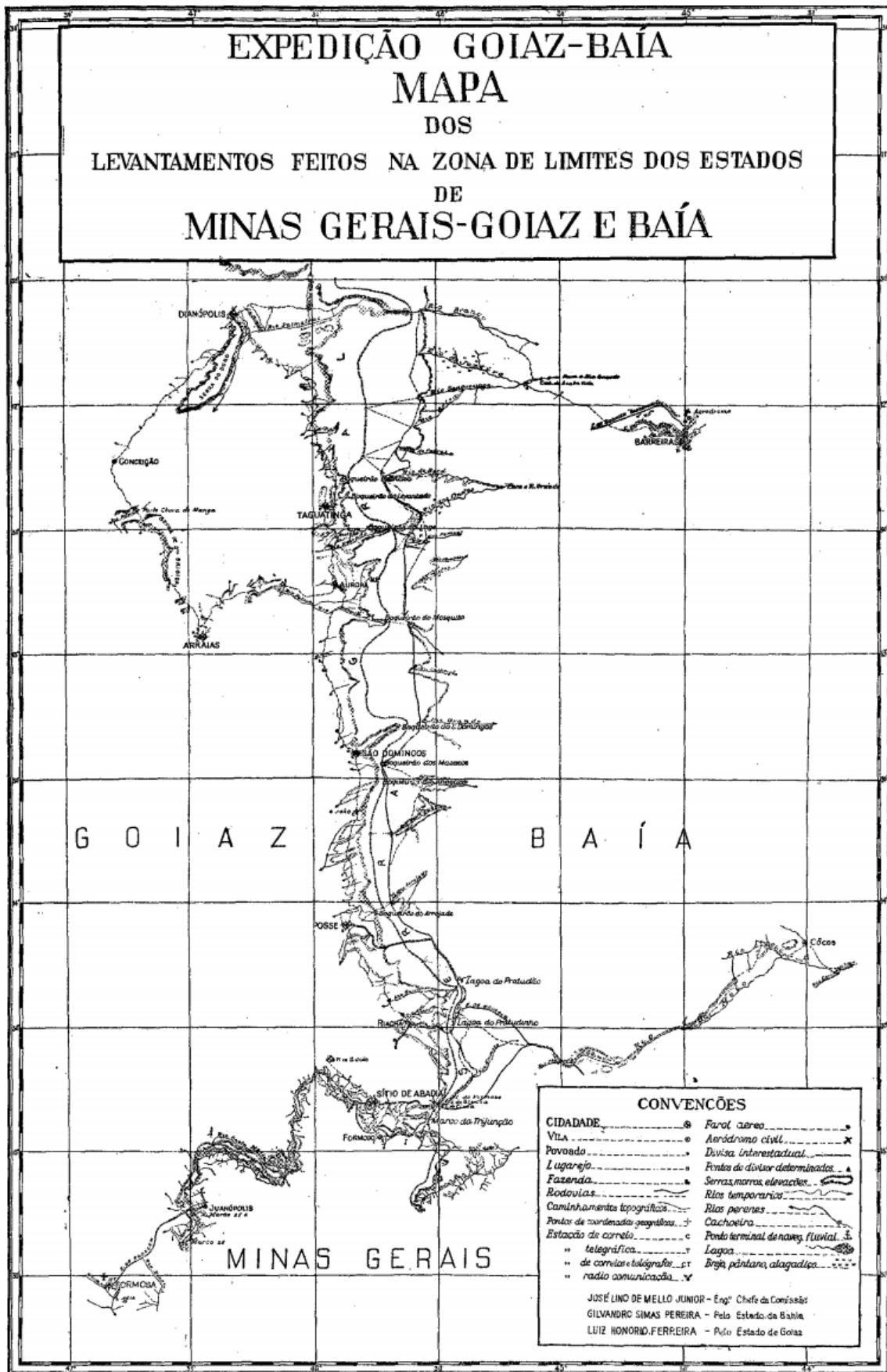


Figura 37: Mapa Expedição Goiaz-Baía com os levantamentos feitos nas zonas de limites dos Estados de Minas Gerais, Goiaz e Baía.
 Fonte: PEREIRA, G., 1942, p.122.

Outros trechos também são exemplares neste sentido, demonstrando os ritmos de trabalho – “A 24 de Junho encetávamos a caminhada de volta a Sítio d'Abadia, onde chegamos três dias após, isto é, a 27, depois de termos coberto 90 quilômetros, com caminhar topográfico, em seis dias” – ou comentando os preparativos para trechos da expedição mais difíceis:

Depois de despacharmos uma das turmas topográficas para Dianópolis acompanhando a escarpa, pela sua fralda, e outra, com a caminhonete, pelo chapadão, do lado da Baía, com guia fornecido pelo Dr. José de Sena, empreiteiro da estrada que o Conselho havia mandado abrir, e que se achava em Taquatinga, nos aguardando, e que era justamente o mangâbeiro que já nos havia mostrado o caminho, partimos para essa viagem, não sem antes contratar uma boa tropa composta de 12 animais e 2 tropeiros, e de prepararmos os mantimentos suficientes para tal travessia. (PEREIRA, G., 1942, p.116)

A dureza das características ambientais é bastante focada no relato de Pereira. Uma seção, na qual reclama sobre o clima da região é modelar:

Calor sufocante

Nosso programa, quase diário e durante 10 longos e penosos dias, era o seguinte: acordávamos às 5 horas e, logo começava a faina, desarmando camas e barraca, dobrando roupas e metendo tudo em seus respectivos sacos; tomávamos café com biscoitos e, às 6,30 já estávamos montados, iniciando a viagem, que durava, geralmente, até as 14 ou 15 horas, quando parávamos e acampávamos; somente lá para às 16 ou 17 horas é que tínhamos comida e, logo após, ao escurecer, iniciávamos o trabalho de observações de estrêlas, que durava até às 22 ou 23 horas, quando íamos dormir. Junte-se a tudo isto, um calor sufocante e um sol fortíssimo, que nos castigava barbaramente, além de uma falta d'água que não esperávamos. Quase todos os riachos estavam secos, e, somente no rio Palma e em alguns outros riachinhos é que encontramos água, assim mesmo, de péssima qualidade.

O ponto em que o calor foi maior, sufocante mesmo, foi na vila de Conceição, onde, depois de termos chegado, às 14 horas, tivemos que ficar deitados e imóveis, semi-nus, até às 18 horas, quando cuidamos de fazer algo, inclusive as observações astronômicas. (PEREIRA, G., 1942, p.117)

Embora não seja nosso objetivo a descrição do texto-relato em seus pormenores destacamos algumas passagens que contribuem para nossa pesquisa, sejam descrições de espaços/regiões, descrição de habitantes 'típicos', e alguns acontecimentos de interesse. O primeiro destes destaques é uma passagem, logo no início da expedição, na qual o autor comenta o encontro com um velho fazendeiro de grande poder e influência na área.

Sr. Zequinha do Pinduca

A duas léguas da vila de Joanópolis, na margem do riacho do Pinduca, cujas águas pertencem à bacia do São Francisco, mora o Sr. Zequinha do Pinduca, baiano de nascimento, morador do Estado de Minas e goiano por vontade. O Sr. Zequinha possui a melhor fazenda das redondezas, onde empregou todos os esforços de sua longa vida, já maior de 80 anos. É homem muito conhecido e respeitado, segundo observamos. Sua fazenda, cuja sede está à beira da estrada, é ponto de parada obrigatória de todos os viajantes e nós não fizemos exceção, aceitando o seu

café. Por êste homem viemos a saber da maior vontade de todos os moradores da zona: ter seu território anexado ao Estado de Goiaz. Foram as seguintes, as palavras de "seu Zequinha":

- Doutores, se os senhores fizerem estas terras passarem para Goiaz, eu mato uma vaca e dou uma festa que durará três dias. Imaginem que, qualquer negócio que temos de fazer é com Formosa ou Sítio, pois são os lugares mais próximos e onde há estrada de máquina (automóvel ou caminhão, como chamam na zona), e, neste caso temos que pagar imposto de exportação. Com Minas não podemos negociar, desde que São Romão (centro populoso, mineiro, mais próximo e sede do município), fica a 60 léguas, no burro! Do govêrno de Minas só temos notícia para pagar imposto, e, assim mesmo temos que viajar 10 dias ou mais, para pagar, às vêzes, 20\$000! Isto aqui, doutores, é o "fundo" de Minas!

Por fatos desta ordem, o estado de decadência de Joanópolis é flagrante: casas em ruínas e população mudando-se. (PEREIRA, G., 1942, p.93-94)

Notamos neste trecho, pela sua simples aparição no texto final, publicado pela RBG, a importância de tal personagem. É um interessante exemplo das inter-relações entre as diferentes escalas do poder de Estado. Os expedicionários representando diferentes unidades da federação, e também o poder central, e o fazendeiro, o poder local.

Outro destaque no texto de Pereira é seu relato da paisagem baiana dos chapadões e cerrados:

Enormes chapadões e cerrados

Ao atravessarmos êste trecho do território da Baía, vimos e sentimos, verdadeiramente, o que são os vastíssimos chapadões do planalto central do Brasil: terrenos quase que absolutamente planos, sem vegetação de alto porte, onde apenas se desenvolve uma gramínea de pequena altura e onde qualquer avião pode aterrar com a máxima segurança. Anda-se de automóvel por êste enorme "mar de terra" (**Figura 38**) em qualquer direção. Sua planura e extensão são a perder de vista. (PEREIRA, G., 1942, p.103)

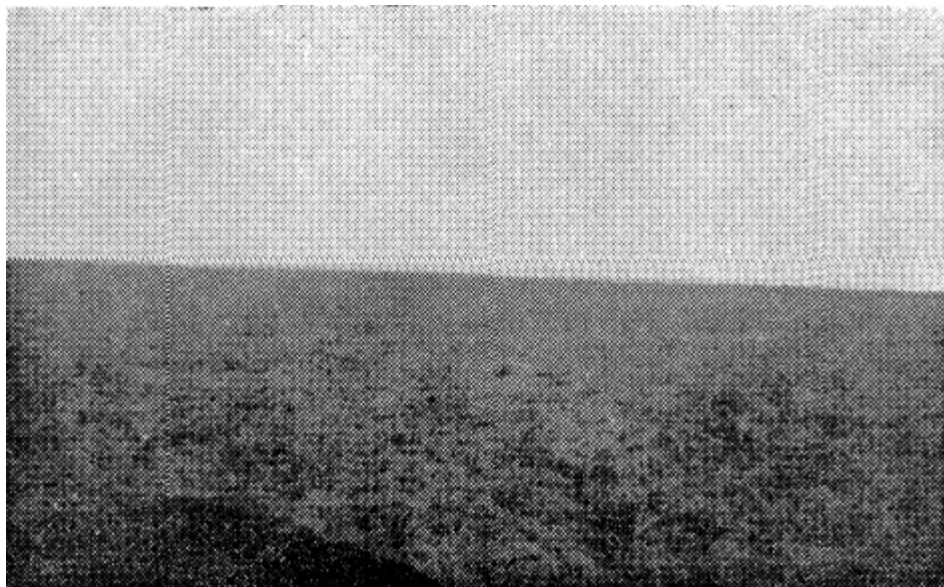


Figura 38: "Vista do chapadão baiano, na altura da cidade goiana de São Domingos. Verificar-se-á aí a imensidade dêste 'mar de terra', absolutamente plano e quase inteiramente nu". **Fonte:** PEREIRA, G., 1942, p.107.

Outras paisagens são também descritas e brevemente analisadas por Pereira, como a seguinte:

O aspecto geográfico do lado goiano é completamente diverso do divisado na Baía. Por Goiaz, as cabeceiras (**Figura 39**) são muito frequentes, a vegetação é de maior porte e o terreno muito mais arenoso, a ponto de atrasar até o andamento de animais, não permitindo a passagem de automóveis. A temperatura, também, aí é mais elevada e o vento menos forte, o que, aliás, é justificável, em vista da diferença de altitude e da presença d'êste imponente paredão, provocado, naturalmente, pela erosão durante tantos séculos. (PEREIRA, G., 1942, p.107-108)



Figura 39: Cabeceira com buritizal, sinal certo de água e o cerrado que cobre a vereda, espaço limpo em seu redor, e o cerrado menos denso, que orla a vereda. (PEREIRA, G., 1942, p.120)

Todavia o autor não fica somente nas descrições da paisagem, e descreve alguns dos habitantes locais, mais especificamente, os 'baianos' e os 'mangabeiros':

Movimento de baianos

Uma das cousas que mais chama a atenção do viajante é o contínuo movimento, por tôdas as estradas que passamos, desde Formosa, de baianos que, num vai e vem constante, procuram os garimpos goianos e matogrossenses, na esperança de conseguir fortuna. Mas estes homens tem um grande apêgo à terra em que nasceram, de maneira que, logo conseguem algum dinheiro, voltam à terra natal, para retornar aos garimpos, mal mortas suas saudades. Tivemos oportunidade de conversar com muitos, que, viajam com mulher e filhos, todos a pé, por intermináveis léguas, e muitos deles já estavam fazendo a segunda viagem, neste ano.

São, geralmente, homens de boa índole, mas de grande ignorância. Seu sistema de vida é muito primitivo e a alimentação simplíssima, aliás, a mesma de todos os habitantes da região: farinha, rapadura, feijão e um pouco de carne sêca à sol. Passam as noites, durante as viagens, que, muitas vêzes duram por mais de um mês, ao relento, e tem, por cama, uma simples rêde de caroá, que trazem a tiracolo. Carregam também, amarrada a tiracolo, uma cabaça com água e um pequeno saco com mantimentos. Usam chapéu de palha e andam de alpercatas, ou, a mais das vêzes, descalços.

Estes homens estão, em minha opinião, tendo decisiva atuação no progresso e aumento de população d'êstes territórios brasileiros, pois muitos deles aí ficam, definitivamente, constituindo grandes famílias. Tive ocasião de constatar que grande parte dos habitantes das cidades goianas que percorremos, são baianos de nascimento. (PEREIRA, G., 1942, p.104-105)

Assim sendo, ao mesmo tempo em que ressalta o 'grande apego à terra natal' destes baianos, Pereira também opina que eles estavam sendo agentes 'decisivos' para o 'progresso e aumento da população' destas áreas goianas. Interessante também a leitura feita sobre este tipo social, e as suas adjetivações: boa índole, grande ignorância, sistema de vida primitivo, alimentação simplíssima.

Outro tipo social descrito por Pereira é o dos mangabeiros, e suas íntimas relações com o ambiente:

Estes homens vivem nos imensos chapadões baianos, alimentando-se exclusivamente de caça, sem habitações, pois dormem debaixo de palmas de burití colocadas de encôsto a qualquer tronco de árvore, mudando-se constantemente, e tirando o leite das mangabeiras, nativas e abundantes aí, transformando-o em borracha, que vendem. São perfeitos conhecedores da zona, onde se orientam com a máxima facilidade. (PEREIRA, G., 1942, p.111)

Outro aspecto interessante no texto de Pereira, que também diz respeito a características culturais locais é a sua descrição sobre a existência de diferentes bases de medidas, no caso a léguas:

Léguas goianas

De tôdas as conversas e informações que havíamos tido durante nossa excursão, pudemos concluir que, em tôda esta zona, os moradores tomavam, para base da medida de léguas, 5 quilômetros e não 6, como devia ser. Este fato se explica assim: no sertão, as distâncias, marcadas em léguas, não são, naturalmente, medidas, calculando-as então os sertanejos pelas dificuldades apresentadas e pelo tempo gasto em percorrê-las. No caso, pelo lado goiano, tínhamos os grandes areiões que retardam grandemente as marchas e, pelo lado da Baía, no alto do chapadão, a dificuldade de água e a falta de vegetação, sujeitando os viajantes a uma forte solina, faziam com que as léguas fôssem sempre calculadas com um quilômetro a menos. Outro fato que justifica esta assertiva é a maneira deles dizerem que, se uma distância, por eles avaliada, é de 7 ou 8 léguas, para nós, em 'máquina', ficava reduzida para 3 ou 4. (PEREIRA, G., 1942, p.113-114)

Salientamos a qualificação pelo autor da região como sertão, e de seus habitantes como sertanejos. É usado justamente numa parte do texto em que se demarcam diferenças culturais, e mais especificamente, diferenças nas formas de se calcular as distâncias e o tempo de percorrê-las. A representação sertão também é utilizada no texto publicado na RBG na seção de noticiário, logo no início do informe, onde dizia-se que "(...) os expedicionários internaram-se sertões a dentro em demanda do ponto inicial dos trabalhos, antes programados - a cidade de Formosa" (REGRESSO da Expedição científica [...], 1942, p.185)

Assim Pereira descreveu a situação na qual encontrou da cidade de Barreiras (**Figura 40**):

Barreiras é uma cidade muito antiga, porém agora, com o impulso que lhe estão dando as realizações da '*Pan American Airways System*' e do engenheiro Geraldo Rocha, com grande emprego de capitais, está progredindo rapidamente, vendo-se, sinais evidentes dêste progresso, em todos os sentidos. (PEREIRA, G., 1942, p.121)

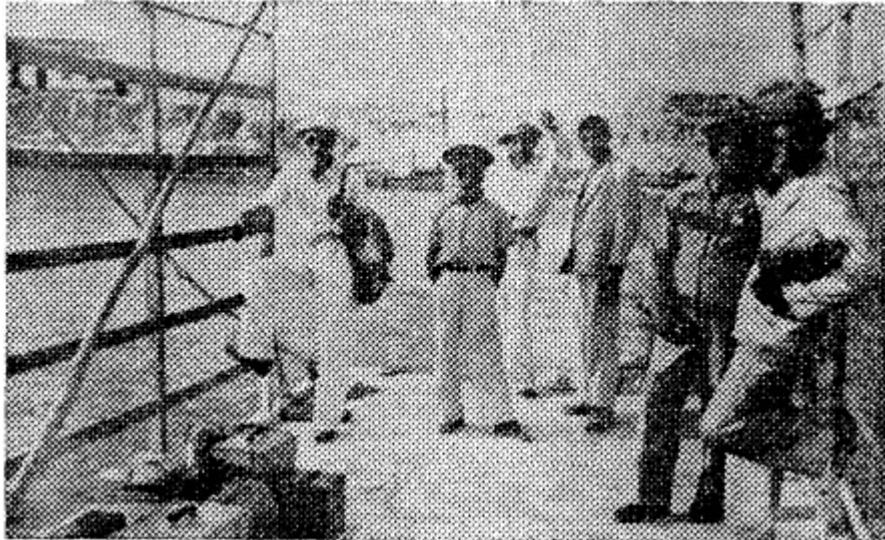


Figura 40: “O autor, com várias outras pessoas, inclusive o nosso motorista, atravessando, em balsa, chamada ‘ajôjo’, o rio Grande, em Barreiras, Baía, depois de levantado as coordenadas geográficas do aeródromo desta cidade. Fonte: PEREIRA, G., 1942, p.121.

Outra observação interessante de Pereira foi a descrição sobre o comércio em Goiás:

Pelo que conseguimos observar, o comércio, nessa parte de Goiás é feito, de Sítio d' Abadia até São Domingos, com a cidade mineira de Januária, naturalmente pela influência da estrada carroçável que as liga. De São Domingos para o norte, inclusive Arraias, tôda a saída e entrada de mercadorias e mesmo de viajantes, é feita por Barreiras, na Baía, por estradas de tropas, grandemente trafegadas, sobretudo a que segue, partindo de Taguatinga, acompanhando o rio de Borá, e, depois, o de Ondas” (PEREIRA, G., 1942, p.124-125)

Contudo os expedicionários tomaram a decisão de suspender a jornada por diversos motivos, dentre eles: a entrada do país em guerra e a necessidade dos participantes, reservistas se apresentarem, a falta de recursos, os problemas médicos, e escassez de combustível.

Por todos estes motivos, resolvemos interromper os trabalhos, pois também o adiantado do tempo, já fazia com que se aproximassem as trovoadas, e tínhamos que, caso o continuássemos, de enfrentar uma distância de mais de 300 quilômetros, para ir, e voltar ao ponto final do programa traçado.

Como ponto mais indicado para saída, de tôda a turma, impunha-se a cidade de Barreiras, na Baía. (PEREIRA, G., 1942, p.119-120).

Sobre a parte da expedição que seguiu para a zona de limites entre os estados de Goiás e Minas Gerais, o Noticiário da RBG já acima citado traz algumas informações. Destacamos a vinculação da expedição e seus trabalhos com o CNG, o mesmo caráter de desbravamento detectado na primeira parte da expedição aqui analisada, os meios de transporte utilizados, e a observação sobre o atraso ocorrido pelas chuvas:

Completando os trabalhos feitos pela expedição científica, na parte da zona de limites entre os Estados de Goiás e Minas Gerais, o engenheiro Dalmí Alvares Rodrigues de Sousa deu pleno e satisfatório desenvolvimento ao plano previamente traçado para seus trabalhos, como representante do Estado de Minas Gerais, e encarregado, por parte do C.N.G. do levantamento

de coordenadas.

Durante os meses de Julho, Agosto e Setembro, este engenheiro que também integra a equipe de Minas na campanha de coordenadas geográficas, enfrentando as maiores dificuldades de alimentação, de transportes e de estado do tempo, teve oportunidade de, numa campanha desenvolvida em duas fases, levantar 25 coordenadas geográficas, que vêm, de uma maneira muito positiva, esclarecer a realidade geográfica de uma zona, até então, pouco explorada. (...) na primeira fase dos trabalhos, em que foram usados como meio de transporte, caminhões, em péssimas estradas carroçáveis, foram levantadas as coordenadas geográficas das cidades goianas (REGRESSO da Expedição científica [...], 1942, p.186)

Na segunda fase, que o autor denomina de "fase da tropa", foi realizado um circuito fechado, abrangendo vilas, povoados, fazendas e pontos geográficos interessantes, nos territórios dos Estados de Goiás e Minas Gerais, num total de 20 outros pontos. (...) a comitiva, composta de 4 pessoas; o engenheiro Dalmí, 2 arreeiros, um cozinheiro e 9 animais, para o transporte do pessoal, material instrumental, gêneros alimentícios e bagagens diversas (...).

Nos primeiros dias do mês de Outubro foi terminada esta longa e penosa viagem, de cerca de 116 léguas e meia, ou sejam cerca de 700 quilômetros, em que foram determinadas 20 coordenadas geográficas, em diversos pontos políticos e geograficamente singulares, onde as chuvas, já abundantes, muito atrasaram os trabalhos, além de encharcaram, diariamente, os viajantes. Além das coordenadas citadas, o engenheiro Dalmí fez várias observações de caráter geográfico, e tomou muitas informações que lhe permitiram a organização de um mapa que vem anexado a seu ótimo relatório, onde também estão todos os croquis dos pontos trabalhados, com suas respectivas amarrações e identificações. (REGRESSO da Expedição científica [...], 1942, p.187)

Os mapas e croquis mencionados no noticiário não foram disponibilizados na RBG.

Com o objetivo de terminar o programa estabelecido pela expedição interrompida foi organizada outra, no ano seguinte. O relato sobre esta expedição, um artigo de 44 páginas, foi publicado no último número da RBG de 1943. O texto novamente é de autoria do engenheiro Gilvandro Simas Pereira, e intitula-se 'Expedição ao Jalapão'. Além do levantamento do divisor São Francisco-Tocantins (**Figura 41**), na região do Jalapão, "(...) parte principal de nossos trabalhos, e onde deveríamos encontrar a lagoa do Veredão, ponto de união das águas dos grandes rios acima referidos, e já descrita em várias obras" (PEREIRA, G., 1943, p.53) foram também planejados:

Como parte integrante deste novo programa, já que o estudo da parte faltante do divisor referido era relativamente pequena para uma excursão como a nossa, foram também projetados trabalhos para a determinação de uma parte do divisor São Francisco-Parnaíba, outra do divisor Tocantins-Parnaíba, a bacia do rio Preto e uma parte das bacias do Parnaíba, do rio Novo e, conseqüentemente, do rio do Sono. (PEREIRA, G., 1943, p.53)

Assim sendo a área estudada englobaria 37.000 km² e as divisas entre os estados de Bahia e Goiás, Bahia e Piauí, e Goiás e Maranhão, e a verificação sobre a convergência dos limites desses quatro estados. O autor do relato da expedição informa que devido as limitações de verba do CNG buscou o auxílio dos estados, e destaca o grande apoio fornecido pela Bahia, tanto financeiro, quanto em material e pessoal. Pereira imputa esta ajuda às 'excelentes' relações mantidas entre "(...) o Governo

do Estado da Bahia e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e o elevado sentimento de patriotismo e compreensão de verdadeiro cooperativismo por parte dos atuais governantes do grande Estado brasileiro” (PEREIRA, G., 1943, p.55). O autor ainda apontou que por interferência do secretário da Agricultura da Bahia foi conseguido o fornecimento de gasolina e querosene, racionados na época. As passagens, de ida e volta, de Salvador a Juazeiro, na Viação Férrea Federal da Leste Brasileiro, e de Juazeiro a Boqueirão, na Viação Baiana do São Francisco, com direito a toda a bagagem, de cerca de três toneladas foi também oferecida pelo governo da Bahia.



Figura 41: “Uma vista do território de Goiás, no boqueirão dos Macacos, nas proximidades da cidade de São Domingos. Vista tirada do alto do divisor de águas entre as bacias dos rios São Francisco e Tocantins. Note-se a elevada escarpa, e, ao fundo, um morro testemunha, de forma cônica”. Fonte: PEREIRA, G., 1942, p.103.

Da expedição participaram, além do autor, três agrônomos contratados para os serviços de topografia (um pelo Departamento de Geografia do Estado da Bahia e outro funcionário do Serviço de Engenharia Rural da Secretaria de Agricultura, posto à disposição pelo governo baiano), o engenheiro Álvaro Martins Sampaio, o auxiliar Germano Anísio dos Santos, Aires Amorim e Pedro Geiger, êste da Secção de Estudos do Conselho Nacional de Geografia.

O autor também informa que foram concedidas aos expedicionários licenças para o porte de armas, ‘tão necessárias’ e que foram feitas recomendações às autoridades policiais da região a ser zona de atuação da expedição científica. Apesar deste caráter já por nós destacado, do desbravamento de territórios desconhecido, Pereira relativiza tal fato afirmando que:

As expedições científicas caracterizavam-se sempre pelo espírito de sacrifício e mesmo pelo heroísmo de seus componentes, o que os cercava de verdadeira auréola, qual a dos bandeirantes desbravadores do Brasil primitivo. Hoje, com o progresso da ciência e da indústria, não podemos mais sujeitar o êxito de uma missão desta ordem ao espírito mais ou menos heroico dos homens que a compõem. Numa organização moderna, tudo tem que ser previsto, levando-se em conta a zona a ser estudada, seu clima, seus recursos, seus transportes, etc., de maneira que não se leva material a mais, causando um aumento de peso e volume prejudiciais, ou a menos, o que de antemão garante o fracasso da missão. Assim, a organização prévia e a seleção do pessoal e do material, é mais que 50% de êxito garantido. (PEREIRA, G., 1943, p.54)

Esta singular afirmação de Pereira, situando no passado o caráter heroico das expedições científicas

– as quais são comparadas com a ‘auréola’ dos bandeirantes ‘desbravadores do Brasil primitivo’ – não condiz com o aspecto geral dos seus relatos de expedições (e mesmo da notícia veiculada na RBG sobre a expedição de 1942). Interessante notar a oposição construída entre o heroísmo/sacrifício e o ‘progresso da ciência e da indústria’, ou uma ‘organização moderna’.

A viagem iniciou-se, para o autor, o engenheiro Alvaro Sampaio e o auxiliar Germano dos Santos, no dia primeiro de maio, partindo de Salvador pela ferrovia da Leste Brasileiro, e chegando no dia seguinte à Juazeiro. De lá, em um pequeno vapor da Viação Baiana do São Francisco, linha de Barreiras, mais oito dias até Barra, onde se juntaram à expedição Aires Amorim e Pedro Geiger. O autor lembra que não foi possível o embarque da ‘camioneta’ do Departamento de Geografia no vapor, ficando então os expedicionários sem esse importante meio de transporte, no qual planejavam fazer, ao menos, o trajeto Boqueirão - Rio Preto – Formosa. Pereira destaca, neste trecho da viagem, as belas paisagens do rio, e das populações ribeirinhas, porém sinaliza que:

(...) o quadro mudava de aspecto quando passávamos pelos centros de populações de escala obrigatória. Em Sobradinho, Casa Nova, Sento Sé, Remanso, Pilão Arcado, etc., vimos no grande número de pedintes, o estado de miséria que assola esta gente. Homens pálidos e amarelos pelo impaludismo, mulheres cheias de filhos e mal alimentadas, grande número de aleijados, todos de uma fraqueza extrema e cobertos de trapos, como única vestimenta, nos mostravam uma grande penúria dentro de um quadro de imensa riqueza latente. O São Francisco de hoje é o São Francisco de 100 anos atrás! (PEREIRA, G., 1943, p.58)

Desta maneira, aos problemas sociais o autor contrapõe a riqueza e exuberância do quadro natural. E, neste sentido, segue fazendo um apelo para o ‘aproveitamento’ do rio, principalmente para geração de energia:

Apesar de tudo que se tem escrito e dito sôbre o grande rio, êle continua como se lá não vivessem brasileiros que merecem um amparo, homens dispostos ao trabalho e aos maiores sacrifícios, pois disto têm dado as maiores provas, e como se êste grande rio não fôsse essencial a vida do país, e a sua grande unidade, como artéria natural de ligação entre o Sul e o Norte, e como vasto campo de criação e culturas.

Há quem meça o grau de civilização de um povo pela quantidade de fôrça hidráulica aproveitada. O São Francisco é um grande manancial de energia. Sem falar nas grandes cachoeiras de Paulo Afonso e Itaparica, muitas são as corredeiras e saltos que precisam ser aproveitados, dando-nos energia elétrica e facilitando a navegação, por meio de barragens e comportas, o que ainda proporcionaria a regularização do regime do rio, diminuindo os efeitos das grandes cheias, e dando elementos para um grande plano de irrigação, absolutamente essencial. (PEREIRA, G., 1943, p.58-59)

De Barra a expedição continuou navegando pelo rio Grande e alcançou o povoado de Boqueirão no dia 11 de maio. O autor comenta que tal povoado possui uma estação telegráfica, uma pequena capela e oito a dez casas, e naquele momento se beneficiava da suspensão da navegação do rio Preto,

tornando-se então ponto de drenagem de todas as 'mercadorias exportáveis' e produtos importados dos municípios de Rio Preto, Corrente, Paranaguá, no Piauí, e da zona do Jalapão, hoje pertencente à Goiás, objeto da excursão. Outro fator que beneficia o povoado seria o esgotamento da linha de passageiros de Barreiros.

Outro percalço na expedição ocorre no Boqueirão, quando os participantes receberam a informação, via telegrama de Rio Preto, "(...) que o caminhão que nos havia: sido prometido para o nosso transporte até aquela cidade achava-se desarranjado, não sendo, portanto, possível utilizá-lo. Pelo mesmo telegrama ficamos sabedores de que nossa tropa chegaria a Boqueirão no dia imediato, para nela viajarmos". (PEREIRA, G., 1943, p.59). Por conta desse fato parte considerável da bagagem teve que ser despachada em 'pacotes', canoas grandes assim denominadas no São Francisco, já que a expedição seguiria sua trajetória em muares. Nesta localidade também são iniciados os 'trabalhos geográficos', com o levantamento de coordenadas.

A partida de Boqueirão aconteceu no dia 12 de maio, e o autor faz uma observação sobre a paisagem natural que relaciona aspectos de interesse para o tema das definições da região Nordeste, e a ocorrência da caatinga: "(...) O terreno continua sempre baixo e a vegetação é quase idêntica à do Nordeste brasileiro. Estávamos numa verdadeira caatinga, onde não faltava o conhecido mandacaru ou a palma". (PEREIRA, G., 1943, p.60)

Já na cidade de Rio Preto, na qual o autor felicita a prefeitura pelo apoio ao seu grupo, são feitos interessantes comentários acerca do transporte na região, finalizados por Pereira clamando que 'desta maneira' eram feitas as viagens no 'interior' do Brasil:

Embora demorássemos quatro dias com esta viagem de Boqueirão a rio Preto, somente seis dias após é que chegou o 'pacote' com o restante da bagagem. A navegação do rio Preto, sobretudo rio acima, é penosa, pois, a grande declividade do mesmo e seu enorme número de voltas, torna necessário um dispêndio de tempo muito grande. Os barcos sobem empurrados por varas, durante todo o percurso, dispendendo, seus tripulantes, um excessivo esforço físico. A subida do rio, mesmo em vapor, é de sacrifícios. Enquanto êle gasta 6 dias para vencer êste trecho, que, por terra, são 97 quilômetros, a descida é feita em 24 horas, apenas. Lugares há, onde a correnteza é maior, e só se consegue fazê-lo subir utilizando-se os guinchos de bordo, amarrando-se a ponta da corda em algum tronco de árvore maior e acima do local da corredeira. Em outros trechos de corredeiras mais longas, a subida é feita por meio de operações sucessivas, como a que acabamos de descrever. Muitas vêzes, uma pessoa a pé pela margem anda mais rapidamente que o vapor. É muito mais rápida uma viagem por meio de montarias, levada a efeito normalmente em dois dias apenas. Assim são feitas as viagens no interior do Brasil. (PEREIRA, G., 1943, p.61).

Essas caracterizações sobre os locais visitados, especialmente as observações sobre temas que não dizem respeito estritamente ao objeto da expedição, e que ganham destaque nos respectivos relatos,

trazem muitas informações. Denotam, primeiramente, que os autores apesar de cumprirem objetivos bastante técnicos e específicos, lançam suas análises em campos muito mais amplos. Essa variação na abrangência dos campos alcançados nos fornecem bons indicativos de quais eram os interesses do autor, e da própria ciência geográfica do período. No caso, além do caráter de desbravamento aqui já discutido, o qual acompanha a importância do relato da viagem, pois quaisquer informações acerca de lugares desconhecidos são válidas, observamos também a presença do caráter de denúncia sobre problemas sociais.

E mesmo a perspectiva de abordagem destes problemas sociais (assim como o que são considerados problemas) nos é importante. Tais problemas são analisados e descritos a partir de particulares concepções científicas e geográficas. Identificar essas concepções que comandam fazeres geográficos do período constitui-se num dos objetivos do nosso trabalho. Neste sentido apontamos no texto agora em foco, um exemplo destes trechos onde Pereira faz observações com o teor de denúncia de problemas sociais, sobre uma cidade:

A cidade de Parnaguá apresenta hoje um triste aspecto de abandono. Suas casas estão, quase totalmente, em ruínas, faltando-lhe quase todos os recursos mais rudimentares dos centros povoados. O próprio Prefeito não mora no local. Parnaguá tende a desaparecer e, a viagem a esta cidade só não é perdida, porque têm-se a oportunidade de admirar a grande lagoa, de igual nome, e onde duas ilhas aparecem para dar mais graça ao ambiente. Moradores antigos, afirmam que esta lagoa situa-se hoje num local onde, outrora, desenvolveu-se grande buritizal. (PEREIRA, G., 1943, p. 65)

A denúncia sobre a questão do abandono é relacionada com uma abordagem memorial/testemunhal, na qual o autor demonstra estar registrando dados de fontes primárias, como a existência e destruição do buritizal. Em outro trecho a descrição da paisagem é direta, e caracteriza um espaço vazio e seco, de caatinga, areia e rocha:

(...) a turma do Funil atravessou terrenos absolutamente planos, onde não se distinguem os divisores de águas naturalmente existentes e nem encontrou moradores. Atravessou esta turma uma zona terrivelmente sêca e desabitada, cuja vegetação é puramente de caatingas, e onde só encontraram, de rocha, uma areia interminável. (PEREIRA, G., 1943, p. 64)

Depois de analisar fatores que contribuíram para o secamento de muitas veredas pela região, e apresentando boas descrições sobre tais ambientes, o autor resume os feitos da expedição até o momento de encerramento da primeira parte:

Com esta viagem, havíamos esgotado o programa estabelecido para esta primeira parte. Estávamos com 737 quilômetros de caminhamento expeditos. Mil cento e quatorze quilômetros de viagens a cavalo e quatorze coordenadas já determinadas, além de várias dezenas de pontos com altitudes, um ponto com determinação de declinação magnética e uma grande coleção de amostras de rochas. Havíamos gasto 40 dias em suas execuções. (PEREIRA, G., 1943, p. 66)

A segunda parte da expedição teve como base a cidade de Formosa. Porém, ainda antes de alcançá-la foi necessária

(...) uma grande providência: em nossa tropa havia vários cavalos e tínhamos chegado à conclusão de que esta espécie de animais não nos servia, os cavalos são fracos e ficam estropiados com as pedras das estradas. Era necessária a sua substituição por muares. Isto foi feito não sem grandes dificuldades, pois a quantidade de animais na zona, é pequena, já possuíamos 22 dos melhores. A viagem para Formosa foi feita da mesma maneira que as precedentes, levando-se em carros de bois o excesso da bagagem que não pode ser transportado nos animais de carga. (PEREIRA, G., 1943, p. 66)

Já em Formosa são reunidas as turmas, e formada uma 'longa tropa', na qual cinco animais carregavam as rações de milho e rapadura para todos. O primeiro destino foi São Marcelo, alcançado dois dias depois. A imagem descrita por Pereira da cidade 'outrora florescente' é de decadência, comentando sobre suas poucas casas e pouquíssimos moradores, suas ruínas, 'resultado das lutas fratricidas de épocas, já felizmente muito distantes'. Contudo, neste trecho do percurso os expedicionários identificam também uma mudança na paisagem natural, e desta feita, a mudança tem um caráter positivo, segundo a descrição de Pereira: "(...) a paisagem mudou bruscamente. Da caatinga seca e cheia de carrapatos, que vínhamos atravessando, entramos nos famosos gerais, onde até a temperatura é menos elevada. O brejo de Mato Grosso (...) é o primeiro sinal de que entramos em nova zona" (PEREIRA, G., 1943, p. 67).

Nesta segunda parte da viagem vamos iniciar destacando as exposições feitas pelo autor de suas percepções da paisagem dos gerais e também a questão da exploração da mangabeira:

Os 'gerais' são de uma paisagem complexa, entrando em sua constituição as campinas, as chapadas, os brejos, os arriões e as indispensáveis escarpas do chapadão de arenito (**Figura 42**). Os 'gerais' são extensíssimos e cobrem uma boa parte dos Estados da Bahia e Goiás, Piauí e Maranhão, sobretudo os dois primeiros. Nêles são encontradas imensas planuras, com uma mudança insensível de declividade, a não ser quando caem em grandes escarpas (**Figura 43**), para o lado goiano, piauiense ou maranhense.

A vegetação desta grande área é escassíssima, encontrando-se apenas uma gramínea, que, como disse, denomina-se agreste. Aí se encontram esparsos, muitos pés de mangabeiras, cujo látex está sendo retirado avidamente, nesta febre de borracha, sem nenhum controle, causando uma criminoso devastação, pois as pequenas árvores, cortadas e recortadas, acabam por morrer. Assim são as campinas, situadas tôdas nos planos mais elevados do grande chapadão.

Nas campinas nascem os rios, em imensos alagadiços, situados sempre em baixões, e que, no início, quase não correm. É aí, nestes grandes pântanos, conhecidos por 'pântanos' ou 'brejos' que vive uma multidão das belas palmeiras buritis (**Figura 44**) e touceiras de buritirana. Nos alagadiços, e quando a água começa a correr, a vegetação é sempre cerrada, constituindo os capões ou 'cerrado'. Enfeixando os brejos, e acompanhando o curso dos rios, cada vez mais impetuosos até formarem grandes 'canyons', encontramos o agreste, de vegetação própria e de tronco bastante fraco, cobrindo as chapadas, existentes, apenas, depois de formados os

'canyons', e dêles serem suficientemente largos. Margeando os rios, que correm sempre em terrenos de arenito, e entre êstes e o agreste das chapadas, há uma faixa inteiramente sem árvores, coberta de relva, e por onde se anda livremente, contanto que se afaste o suficiente para evitar os atoleiros que acompanham sempre os rios. Estas são as 'veredas' dos 'gerais' (**Figura 45**), de significado completamente diverso da 'vereda' que encontramos nas caatingas de Rio Preto, Formosa, Corrente e Parnaguá. (PEREIRA, G., 1943, p. 67-68)

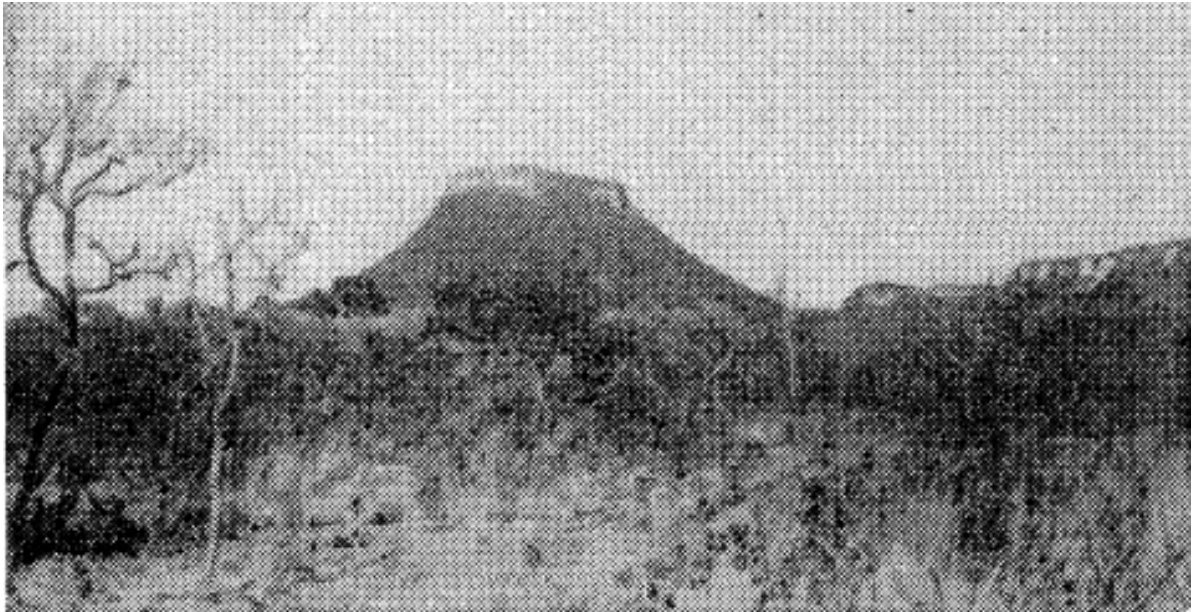


Figura 42: "Um dos muitos morros testemunhas da erosão que vai destruindo o chapadão. Ao fundo, a escarpa. Boqueirão do rio Palmeiras, Goiás". **Fonte:** PEREIRA, G., 1942, p.118.

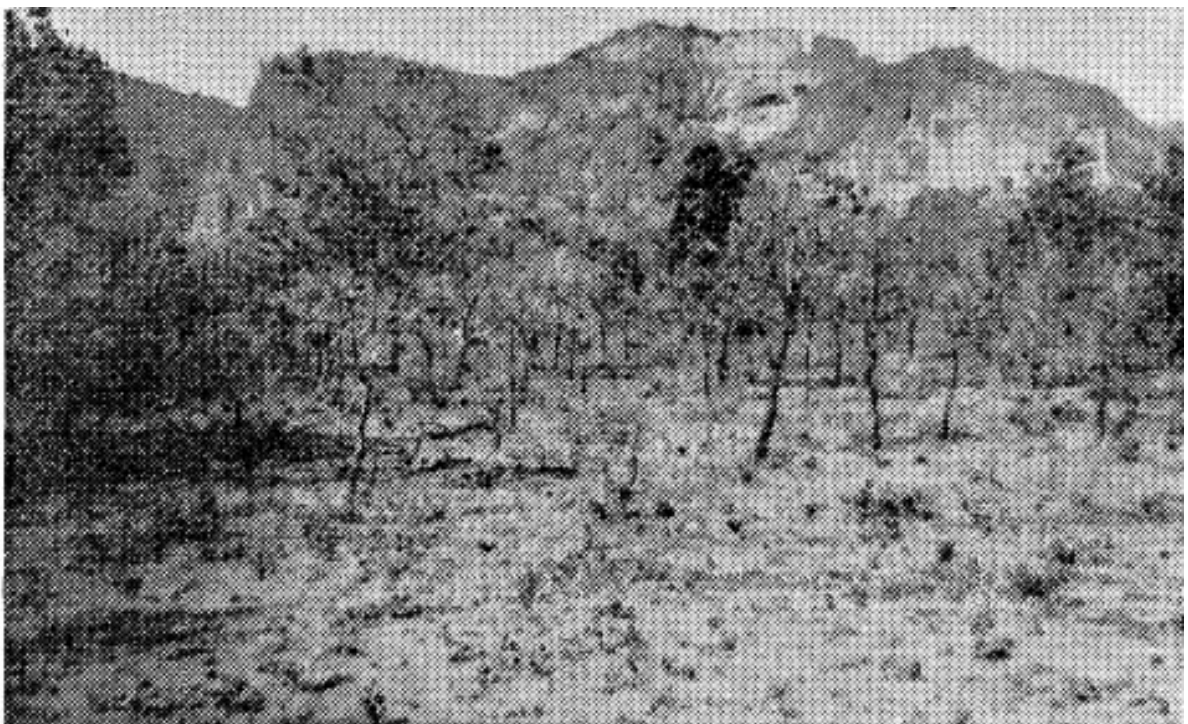


Figura 43: "O começo da escarpa, nas proximidades da cidade de Posse, Goiás. Note-se a vegetação do território goiano, neste trecho, muito semelhante à das caatingas do Nordeste brasileiro". **Fonte:** Pereira, G., 1942, p.102.



Figura 44: “Burital da lagoa do Pratudinho, Baía”. “O buriti nesta região fornece ao homem alimento, de seu côco; habitação de suas palmas, pois com elas são feitas as tapagens e coberturas de casas; corda, da fibra dos seus talos, e meio de transporte, na construção de balsas, com a amarração de grande número dos mesmos talos. Com o tronco são feitos os esteios das habitações”.
Fonte: PEREIRA, G., 1942, p.114-115.

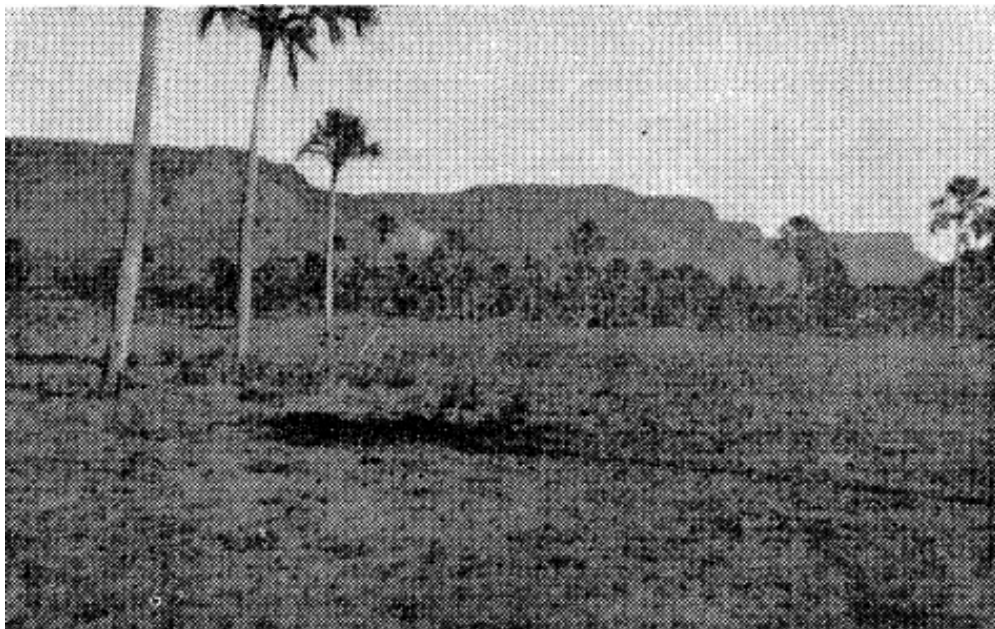


Figura 45: Um belo aspecto da escarpa, no boqueirão de São Domingos. Também há uma vereda, com seus buturizais e cerrados.
Fonte: PEREIRA, G., 1942, p.105.

Desta maneira, nesta longa descrição acerca dos gerais podemos identificar que este foi caracterizado pelo autor como uma região (como, entre outras, também seria a caatinga), uma imensa região, que abrangia ‘boa parte’ de Goiás e Bahia, além de trechos do Piauí e Maranhão. Neste sentido são definidas cinco sub-regiões: campinas, chapadas, brejos, arriões e escarpas do chapadão de arenito. O primeiro elemento distintivo da região apontado por Pereira é a geomorfologia (imensas planuras), e em seguida a vegetação (escassíssima, gramínea, agreste). Dentre a vegetação típica destaca-se a mangabeira. O relato de Pereira era um alerta sobre sua

exploração desenfreada, sobre a qual cita a febre de borracha, e qualifica como sem controle e criminosa. O cerrado, como o agreste, são aqui tipos particulares de vegetações. O último como um tipo de gramínea e o primeiro como sinônimo de capão. Também é assinalada pelo autor a diferença entre as veredas das gerais e as das caatingas.

Outro trecho do relato de Pereira sobre a segunda parte da expedição a ser aqui analisado é o que informa sobre o falecimento de um dos guias. Novamente, assim como na ocorrência no ano anterior, a empreitada passava por trágicos acontecimentos, que ocasionaram a morte de participante em meio à viagem. O autor discorre que logo que teve conhecimento de que um dos guias, Olívio Brandão, não estava passando bem de saúde, o aconselhou voltar de balsa para Formosa:

(...) uma vez que a viagem, como êle bem conhecia, era longa e cheia de sacrifícios, e que não conviria, a êle, que, além de doente, era bastante idoso, a continuação da viagem. O conselho não foi aceito, garantindo-me êle que o incômodo era passageiro, (...), prosseguindo então. (PEREIRA, G., 1943, p. 69)

Todavia a situação descrita por Pereira piora, e depois de um dia complicado, com o atolamento dos animais cargueiros e o conseqüente "(...) esforço tremendo que dispendemos para arrancar os pobres muares, enterrados na lama até a altura da barriga" (PEREIRA, G., 1943, p. 69) que durou três horas, os expedicionários finalmente dormiam quando foram surpreendidos com a notícia de que a situação piorara drasticamente. Apesar dos cuidados tomados, injeções da farmácia de campanha, acontece uma ligeira melhora, porém

(...) na manhã do outro dia, 15 de julho, terminávamos nosso café para continuar a viagem, fomos alcançados por duas mulheres, moradoras da casa em que o guia Olívio havia ficado, portadoras ela notícia do seu falecimento, durante a noite. Repetindo-se a hemorragia, o velho guia não resistiu, falecendo. A notícia, embora péssima, era, no entanto, esperada. Regressamos e fizemos o seu enterramento. Tivemos o cuidado ele cercar a sepultura e colocar, também, uma cruz, embora tosca, onde gravamos a canivete e lápis o seu nome, com data da morte. Depois ele fazemos um ligeiro inventário de seus poucos pertences, escrevemos uma carta para a família elo morto, comunicando o lutuoso acontecimento, carta essa que seria levada por um portador, para Formosa. Regressamos ao acampamento, pelas 14 horas, com os nervos muito abalados, não só pela perda ele um companheiro, como pela triste cena, que nunca havíamos presenciado, de jogar-se terra diretamente sôbre o corpo de uma pessoa, até a véspera viva! (PEREIRA, G., 1943, p. 70)

Após enfrentar esse funesto e marcante episódio a expedição ruma para o seu grande objetivo, o Jalapão, contudo as primeiras informações não são animadoras:

Precisávamos de alimentos, para nós e para os animais, e soubemos logo pelo Salu [velho Salu, antigo "geralista", conhecedor de tôdas as redondezas, contratado em sua casa para guia] que isso não encontraríamos em todo o Jalapão. Precisávamos trocar nossos animais cargueiros, para podermos ir a São Félix e às cabeceiras do Parnaíba. Também não havia animais no Jalapão. Enfim,

disse-nos o Salu, e depois pudemos verificar que Jalapão não possui as riquezas propaladas. (PEREIRA, G., 1943, p. 75)

O caráter de desilusão do autor com a área do Jalapão era flagrante

Esta zona, situada no "*plateaux*" intermediário que havíamos passado e que aí muito se alarga, nada mais era que a continuação do que já havíamos visto, tudo perfeitamente idêntico. Recurso de nenhuma espécie, muito menos agora, que a população, cansada de tanto trabalhar sem nada produzir, estava abandonando a zona, de volta à Bahia, sua terra de origem, e de onde dependiam para todo o seu comércio e sua vida. (PEREIRA, G., 1943, p. 75)

Neste trecho Pereira reafirma a inexistência de 'recursos' no Jalapão, e o fato de que seus habitantes estariam voltando à Bahia, de onde se originavam. O autor também sinaliza que era a Bahia o polo que concentrava o comércio da região. A parte do Jalapão visitada pela expedição científica foi o alto, justamente a zona em discussão sobre os limites dos estados da Bahia e Goiás. Desta maneira, ressalta Pereira, "É possível que, andando-se muito para oeste e descendo-se dêste plano intermediário de erosão (...) na direção do vale do Tocantins propriamente dito, lá para as bandas de Pôrto Nacional e Pedro Afonso, (...), tudo mude de figura, com a melhora dos terrenos" (PEREIRA, G., 1943, p. 75). Contudo a imagem descrita do Jalapão (**Figura 46**) de cima é mesmo a de que "(...) nada existe, além da beleza natural" (PEREIRA, G., 1943, p. 75).

A única 'utilidade' do Jalapão, a qual não o individualizava frente aos outros gerais, era seu uso como refrigério pelos grandes criadores da região da caatinga:

O alto do Jalapão é estéril como tôdas as grandes chapadas de areia, e é utilizado, como todos os gerais, pelos grandes criadores das caatingas, para nêle colocarem o seu gado, nas épocas de sêca, afim de não morrerem. De fato, a quantidade de água que sai do terreno arenoso, é grande. O Jalapão serve, como todos nos disseram, para "refrigério", que é o têrmo usado para exprimir êste recurso do homem, em sua luta contra a natureza (PEREIRA, G., 1943, p. 75)

Portanto esta é a representação construída e propagada pela expedição sobre o Jalapão: um lugar estéril, sem nenhum recurso, onde nada existe, senão a beleza natural, abandonado por sua população que nem era daí originária, e que, por outro lado, era um espaço utilizado como refrigério. A última parte do percurso planejado seria alcançar as cabeceiras do Parnaíba, todavia esta teve de ser cancelada, segundo Pereira, pois para tanto deveria ser atravessado um grande chapadão, sem água, o que poderia provocar a morte dos animais.

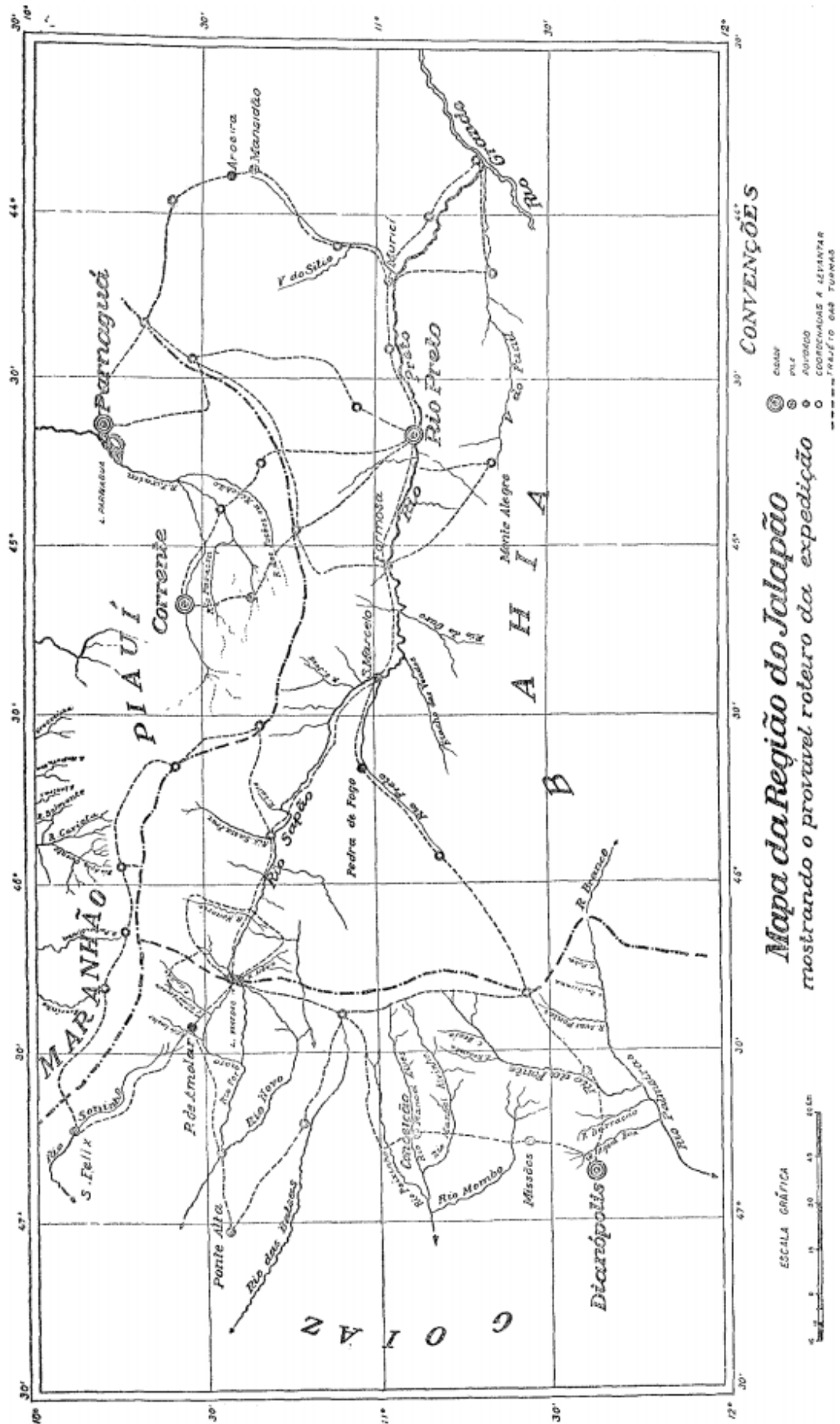


Figura 46: Mapa da região do Jalapão mostrando o possível roteiro da expedição. Fonte: PEREIRA, G., 1943, p. 57.

Assim termina a expedição à zona do Jalapão, com seus membros retornando à Formosa, onde encontram-se com a outra turma, que havia cumprido seu programa, descrito em linhas gerais pelo autor do artigo. De Formosa a expedição ainda faz outra viagem até a região do município de Corrente. Nesta cidade é feita uma interessante observação pelo autor, na qual ressaltamos a caracterização da região como 'longínquo sertão', relacionada com a inesperada e contrastante presença de uma escola norte-americana, e a sua conseqüente 'elevação do nível cultural do sertanejo local':

Nesta cidade tivemos ocasião de demorar 48 horas, fazendo um pequeno descanso. Em nossa estada, percorremos seus arredores e o Colégio do Instituto Batista Industrial, dirigido por americanos. Êste colégio, metido em tão longínquo sertão, tem feito verdadeira obra de humanidade, instruindo o sertanejo de uma maneira bastante elevada. Devido a êle, o nível cultural de Corrente é bastante superior ao de tôdas as cidades que tivemos ocasião de percorrer. (PEREIRA, G., 1943, p. 78)

Depois do novo retorno à Formosa a expedição programou sua volta até Boqueirão, local de passagem do 'gaiola' da navegação do São Francisco, através da construção de balsas de buriti e assim, descer o rio Preto até aquela cidade. Contudo, no meio tempo da construção das balsas ainda foram feitas mais duas pequenas viagens de 'grande utilidade geográfica': a 'definição' de dois dos principais afluentes do rio Preto, o rio do Ouro e o Riachão. As duas viagens foram realizadas simultâneamente, por duas turmas, e atravessaram "(...) terrenos em tudo semelhantes. Somente 'gerais' foram vistos" (PEREIRA, G., 1943, p. 79).

Os trabalhos realizados a partir de Formosa, significaram quase 3 mil quilômetros de viagens em muares, durante cento e vinte dias, nos quais foram feitos 2.473 quilômetros de caminhamentos expeditos, a definição de 41 coordenadas geográficas, 200 determinações de altitudes, 2 pontos de determinação de declinação magnética e a coleta de muitas dezenas de quilos de amostras de rochas, e de "(...) observações pessoais de objetos e fatos de interêsse geográfico, como nos havia sido solicitado. Os nossos recursos haviam chegado ao fim e o programa estava completo. Regressávamos exaustos, porém satisfeitos pela certeza do dever cumprido" (PEREIRA, G., 1943, p. 80). Porém o 'alívio' somente viria mais adiante:

Ao atingirmos Juazeiro, 15 dias após nossa saída de Boqueirão, depois de uma viagem das mais acidentadas, pois, o pequeno vapor a todo momento, encalhava nas águas baixas do São Francisco, sentimos uma grande sensação de alívio, pois, tínhamos a certeza de que haviam terminado nossos tão grandes padecimentos. (PEREIRA, G., 1943, p. 82)

A relação dos expedicionários com a população local e suas 'esperanças' é também objeto de descrição no relato de Pereira. Comentando que tiveram oportunidade de participar, já em Formosa,

das comemorações da semana da pátria, os membros da expedição fizeram uma exposição dos levantamentos executados e também uma demonstração prática dos materiais utilizados. Neste sentido é reafirmado o caráter de desbravamento – a expedição levaria informações do desconhecido e abandonado lugar ao poder central – e também da importância da expedição na região, como uma das poucas intervenções do governo central na região:

Por ocasião de nosso embarque, fomos alvos de uma manifestação da população local que, em elevado número de representantes, esteve no pôrto, onde não faltou o indispensável discurso, cheio de elogios e gratidão, o que, muito de perto, nos tocou e comoveu (**Figura 47**, GEIGER, 2014).

Também em Rio Preto, as altas autoridades e a filarmônica local, nos prestaram significativa homenagem, o que demonstra a felicidade que levamos a êste povo, com as esperanças, muito justas, aliás, de futuros amparos, por parte dos governos. (PEREIRA, G., 1943, p. 82)



Figura 47: “A cidade de Formos no terraço sobre o rio Preto. Grande parte da população veio assistir a partida dos membros da expedição”. **Fonte:** Foto do Eng. G. S. Pereira (GEIGER, 2014).

Quando estavam os expedicionários na cidade de Boqueirão, estes encontraram-se, no mesmo navio no qual embarcariam rumo à Barreiras com

(...) três oficiais da Aeronáutica do Exército norte-americano que, afim de levantarem coordenadas geográficas nos vales dos rios Preto e Sapão, para localização e amarração de levantamento aerofotogramétrico- por êles executados sob as ordens do cônsul Asla Kson, da Embaixada dos Estados Unidos da América, - iam para a zona da qual vínhamos. (PEREIRA, G., 1943, p. 82)

Pereira relata que eles já eram ‘sabedores’ dos trabalhos da expedição e ‘convidaram para uma conferência’ os brasileiros,

(...) que se realizou, sem mais tardança, no próprio navio, e da qual resultou, diante da exposição de nossos serviços, altamente satisfatórios, na desistência de suas atuações nesta área, seguindo êles a viagem, em procura de outras áreas, onde mais útil fôsem os seus trabalhos. · Posteriormente, em Salvador, foi-lhes facilitada a cópia do que necessitavam, não sem antes haverem êles exibido um cartão do Brigadeiro Tromposwsky, Chefe do Estado Maior de nosso Ministério de Aeronáutica, que recomendava-lhes fôsse facilitado tudo o que necessitassem, em todos os sentidos. Útil se tornará a utilização, por nós, da enorme faixa de mais de 100 quilômetros de largura, pelos mesmos aerofotografadas, e que acompanha, mais ou menos, a atual linha aérea Rio-Barreira-Belém, além da parte sanfranciscana, tôdas já terminadas, conforme pelo menos nos foi dito. (PEREIRA, G., 1943, p. 82-83)

Além do relato feito sobre os trabalhos e percalços da expedição científica, Pereira escreveu uma seção no seu artigo intitulada ‘O homem - Sua vida - Hábitos e costumes - Transportes e comunicações’, que nos aporta vários elementos de interesse. O autor fez uma classificação de três ‘espécies’ de homens que habitam as regiões percorridas, de acordo com a zona de moradia e suas atividades: citadinos, veredeiros e geralistas. Do ponto de vista racial, segundo Pereira, em ordem de suas percentagens, existiam brancos, caboclos nordestinos e pretos, e seus ‘naturais derivados’. Em termos de trajetória, brancos e pretos vindos das regiões norte-centrais da Bahia, seriam os

(...) primeiros povoadores da região, daí expulsando os índios, nativos, de cuja raça não encontramos nenhum vestígio, nem mesmo, longe descendência. Mais tarde os caboclos piauienses e cearenses, desceram de seus penates, assolados pelas sêcas, sendo encontrados em grande número, seguidos de longe, pelos maranhenses e pernambucanos, aquêles, principalmente, na parte goiana. (PEREIRA, G., 1943, p. 83)

Ainda sobre tal ‘povoamento’ Pereira descreve que “Já vai para mais de dois séculos que esta zona é habitada e explorada” (PEREIRA, G., 1943, p. 83). Identificamos aqui um tipo de discurso que além de invisibilizar a presença indígena na contemporaneidade (não existiriam vestígios deles, nem mesmo de longe descendência), nega-lhes uma narrativa histórica factível (dizendo eufemisticamente apenas que os primeiros povoadores ‘expulsaram’ os índios), e mesmo a condição humana de habitar e explorar o espaço. Ou talvez, em outra interpretação possível do relato de Pereira, a condição de explorar a natureza não fosse compatível com a raça indígena. Essa narrativa naturalizante dos povos autóctones também é tradicional e recorrente na historiografia brasileira.

No presente de então Pereira narra que os moradores dos gerais goianos estavam migrando em massa para leste, depois de uma última movimentação feita para oeste, em busca do cristal de rocha descoberto na zona do rio Pinus, entre o Tocantins e o Araguaia, próximo da cidade de Porto Nacional. Essa constante migração seria um estado natural do ‘nordestino’, conforme afirma o autor:

“Esta é a vida do nordestino, caminhando para um lado e outro, conforme a visão da fortuna lhes acene, sem nunca ser realmente encontrada” (PEREIRA, G., 1943, p. 83).

Pereira passa então a descrever as três espécies humanas da região. Inicia demonstrando que os cidadãos viveriam em grande maioria do comércio, e seriam ‘em tudo’ dependentes dos vereadores. Já estes seriam “(...) homens que, habitando nas veredas das caatingas, dedicam-se quase que exclusivamente à agricultura, sendo também, em alguns casos, os administradores dos bens dos fazendeiros, residentes nas cidades” (PEREIRA, G., 1943, p. 84). A descrição dos vereadores é bastante informativa, passando pela sua moradia, a divisão doméstica do trabalho, as organizações familiares, as suas atividades produtivas e sua distribuição e posicionamento:

As moradias dos vereadores são o que há de mais rudimentar em matéria de casas. Uma pequena área coberta com palha de palmáceas, dividida geralmente em duas partes principais, uma fachada com taipa e sem janelas, onde dormem com suas sempre numerosas famílias, e a outra inteiramente aberta, à guisa de varanda, esses homens levam vida simplíssima, muito pouco exigindo para seu uso particular. Passam todo o dia nas roças, ao redor da pequena casa, ajudados pelos filhos maiores, quando não vão vender o produto de seu labor nas cidades, e, em troca, adquirir pequenas coisas para o uso da família. As mulheres, quando não estão a cozinhar, do lado de fora das casas, vão buscar a lenha - lenhar, como dizem - ou lavar. Algumas vezes também ajudam nas roças - vão roçar - verbo também muito usado. Em quase todas as roças dos vereadores, onde encontramos pequenas plantações de mandioca, milho, arroz, feijão e fumo, além de algumas árvores frutíferas, entre as quais a limeira, a laranjeira e a bananeira, encontramos alguns pés de algodão, que são usados pelas mulheres para, quando há necessidade, tecerem, em primitivos teares que geralmente possuem, o pano de que necessitam para as suas vestes e as de seus filhos. Os vereadores, geralmente analfabetos, são em grande número, e é nas veredas que encontramos os maiores adensamentos de população, excetuando-se, naturalmente, as maiores cidades. É também pelas veredas que se estendem as estradas de tropas e pedestres, por onde se fazem todas as comunicações da região. (PEREIRA, G., 1943, p. 84-85)

Destacamos a descrição das moradias, ‘rudimentares’, a caracterização de seu estilo de vida, ‘simplíssimo’, a sua dedicação às roças, com diversificadas culturas, sua condição de analfabetos, seu grande número e adensamento, e seu posicionamento coincidente às estradas que concentram todas as comunicações da região.

O terceiro tipo humano que habitava a região do Jalapão eram os geralistas. A sua moradia era similar às dos vereadores, substituindo-se o material, que no caso é somente o buriti. Seu posicionamento era via de regra à beira dos rios, “(...) uma vez que é impossível a vida nas chapadas, onde falta, completamente, a água” (PEREIRA, G., 1943, p. 85). Além de analfabetos, como os vereadores, os geralistas não teriam “(...) nenhuma noção das responsabilidades que pesam sobre um homem normal” (PEREIRA, G., 1943, p. 85). Esta característica estaria associada às suas atividades: em

maioria eram caçadores, para seu próprio sustento, e outros dedicados a extração do látex das mangabeiras e ao corte dos pecíolos de buriti dos brejos.

Outras observações feitas pelo expedicionário demonstram seu estranhamento frente aos habitantes da região:

Como os veredeiros e citadinos, os geralistas usam verbos que não utilizamos, como roçar, lenhar, banhar, etc. e têm a particularidade de adicionar um "E" final a tôdas as palavras terminadas em "L", dizendo sole, quintale, animale, etc. Estes homens não têm nenhum indício de patriotismo ou regionalismo, o que só vemos nas cidades, onde a existência de poucas escolas procura inspirar êste sentimento e onde, as festas cívicas se reproduzem em épocas que já conhecemos. (PEREIRA, G., 1943, p. 85)

Neste trecho do relato de Pereira (os habitantes não têm indício de regionalismo) e no seguinte transparece um sentimento sobre a utilidade prática, para os habitantes da região, da demarcação das fronteiras estaduais, objeto primeiro da expedição científica: “A existência das fronteiras só é sentida pela necessidade do pagamento dos impostos obrigatórios, a esta ou aquela autoridade, a êste ou aquêl Estado”. (PEREIRA, G., 1943, p. 85)

Sobre as crenças e religiosidade dos moradores da região Pereira afirma serem católicos em maioria, à exceção da cidade de Correntes, a qual, pela existência do já mencionado colégio protestante norte-americano. Mesmo nesta cidade a presença dos protestantes é restrita, pois o colégio somente ministraria “(...) às crianças de pais mais favorecidos de tôda a zona, uma instrução sã” (PEREIRA, G., 1943, p. 85). O autor ainda comenta não existirem “(...) casos de credices ou deturpações religiosas pela superstição. Não havendo nenhum médico em tôda a área percorrida, não foi encontrado um só caso de curandeirismo industrializado, o que é comum em outras regiões” (PEREIRA, G., 1943, p. 85).

Em geral, grande parte da população dedica-se a criação de gado bovino, em terrenos abertos, nas caatingas. Todavia, na época da estiagem,

(...) quando as caatingas ficam inteiramente desprovidas dos elementos necessários a vida animal -capim e água- o gado é transportado para os "gerais" alimentando-se do fraco capim das veredas, para o que são feitas grandes queimadas, em ocasiões anteriores, a fim de, na hora de ser usada, êle encontrar-se novo e tenro, sendo facilmente assimilado.

Em vista da necessidade sempre crescente dos grandes mercados consumidores, neste caso o litoral baiano, o gado é exportado em grandes boiadas que seguem pelos próprios recursos- a pé- para as matas, isto é, as áreas dos municípios baianos de Jacobina, Mundo Novo e Feira de Santana, onde são vendidos. Para êstes centros também é levado o gado da parte de Goiás, mais para oeste, vale do Tocantins e adjacências, que passam pelas estradas da região, por nós atravessadas e em grande número, ultimamente decrescente. (PEREIRA, G., 1943, p. 86)

Em relação aos meios de transporte utilizados, o autor aponta como única alternativa o uso dos cavalos e muares. Em termos de comunicação, as localidades de Corrente, no Piauí, Rio Preto, a Formosa e Boqueirão na Bahia, são ligadas por linhas telegráficas. As outras cidades, vilas e povoados da região são atendidas pelo serviço de correios “(...) feitos a pé ou em lombo de animais, moroso e cheio de dificuldades (...). Perde-se um mês, na remessa de uma carta, de Salvador à Rio Preto, e cêrca de dois de Teresina a Corrente ou Parnaguá, ou de Goiânia a Dianópolis!” (PEREIRA, G., 1943, p. 87).

Após a expedição de 1943 ao Jalapão, no ano seguinte novamente Gilvandro Simas Pereira (apresentado como engenheiro do Serviço de Geografia e Cartografia do CNG) chefiou uma expedição em ‘zonas pouco conhecidas de nosso território’. Desta feita o relato foi o artigo de 48 páginas, publicado no número 4 da RBG de 1945³⁷, e finalizado pelo autor em 22 de março de 1945, em Salvador: ‘Expedição a região Centro Ocidental da Bahia’.

O destino restringiu-se ao estado da Bahia, na sua porção oeste, em zonas não alcançadas pelas duas expedições precedentes. Pereira celebra que neste ano, foram levantados 56.000 quilômetros quadrados, área bem superior aos outros anos. Tal eficácia foi atingida devido a diversos fatores. O primeiro foi a experiência adquirida nos trabalhos anteriores. O segundo motivo de maior celeridade nos levantamentos foram ‘certas facilidades da zona’, sobretudo esta ser menos ‘deserta’. Outro fator foi a referida zona estar circundada por terrenos já levantados – o divisor São-Francisco-Tocantins, na expedição de 1942; a bacia do rio Prêto, na expedição ao Jalapão, em 1943 e o rio São Francisco, em vários anos anteriores. A zona estudada neste ano englobava a totalidade dos municípios de Barreiras, base da expedição, Angical, Cotejipe e Sant'Ana, e parte dos municípios de Barra, Bom Jesus da Lapa, Santa Maria da Vitória e Correntina. Foram cumpridos 4.900 quilômetros de caminhamentos expeditos, durante quatro meses de trabalhos. Estes

(...) constituem a primeira parte de um plano previsto para ser executado em dois anos, cobrindo tôda a área baiana que está além do rio São-Francisco, até êste momento quase virgem de estudos desta natureza, o que vem constituindo um sério entrave à organização do mapa do Estado, tão necessário, como todos os outros, à final execução da primacial preocupação do Conselho Nacional de Geografia - o mapa do Brasil ao milionésimo. (PEREIRA, G., 1945, p. 31)

Pereira explica que os planos da expedição foram primeiramente aprovados pelo CNG e depois avalizados pelo governo a Bahia. A expedição era composta, além do autor, pelo engenheiro Álvaro

³⁷ Assim como o primeiro texto, este teve muitas ilustrações, foram 42 fotos e 2 mapas em 44 páginas de artigo.

Martins Sampaio, funcionário da prefeitura do Salvador, e que já havia atuado como topógrafo na expedição ao Jalapão, em 1943; o professor Alfredo José Pôrto Domingues, do CNG, encarregado dos estudos de geologia, geomorfologia, fitogeografia, geografia humana e 'outros ramos da moderna geografia'; Moacir da Costa Dória, contratado pelo governo da Bahia, conjuntamente com Erenito Suterio Pinheiro, para a parte topográfica, "(...) todos já afeitos às duras provações dos trabalhos em zonas grandemente afastadas das áreas mais povoadas do âmbito brasileiro" (PEREIRA, G., 1945, p. 31).

O autor e chefe da expedição felicitou no artigo seus companheiros pelo cumprimento dos trabalhos. Alvaro Sampaio assumiu a direção dos trabalhos na ausência de Pereira, "agindo sempre com alto espírito de patriotismo, procurando e conseguindo estabelecer a boa camaradagem e cooperação entre todos, quer no campo, quer no escritório, sua atuação como chefe foi das mais eficientes e decisivas" (PEREIRA, G., 1945, p. 72-73). Destacamos nesses elogios feitos aos companheiros a importância dada pelo autor ao espírito de patriotismo, a contribuição daqueles para o 'progresso da nossa terra', e a caracterização feita dos espaços objetos, como regiões secas e sem recursos. Mais adiante Pereira prossegue os agradecimentos: "Aos topógrafos Moacir Dória e Erenito Suterio, também devemos o grande record de caminhamentos expeditos executados. Jamais se recusaram ou se queixaram com desânimo, das agruras dos desconfortos e inconvenientes das longas viagens por regiões secas e sem recursos" (PEREIRA, G., 1945, p. 73).

Um atraso de 60 dias na liberação do pagamento ao engenheiro Sampaio pelo governo baiano provocou o adiamento do início dos trabalhos, e a expedição teve que prosseguir até novembro, "(...) sofrendo as conseqüências do excessivo calor da região percorrida, e da falta de água e das pastagens ressecadas, uma vez que já iam longe os dias da estação chuvosa anterior, além da grande ameaça das novas chuvas em perspectiva" (PEREIRA, G., 1945, p. 33). Após este imbróglio os expedicionários se encontraram em Barreiras, cidade escolhida para ser a base das operações:

(...) por sua situação central na zona a ser percorrida; por seu comércio, bastante desenvolvido; por possuir estação de rádio, correios e telégrafos; por seu pôrto fluvial de grande importância, como ponto extremo do ramal do rio Grande da Navegação Fluvial do São Francisco e por ser ponto de escala dos aviões da Panair do Brasil linha Rio- Belém,- e da *Pan American World Airways* -linha: Miami - Rio - Buenos Aires - com um dos melhores aeroportos da América, (...), alugando-se aí uma casa onde foi montado o escritório para desenhos e cálculos dos trabalhos já prontos, e onde moravam os engenheiros nas ocasiões em que, de volta das grandes viagens, descansavam para novas lutas. (PEREIRA, G., 1945, p. 34)

O trajeto até esta cidade foi feito via Juazeiro desde Salvador, com exceção do professor Domingues,

que vindo do Rio, partiu via Pirapora, para a cidade de Barra, e aí juntou-se ao grupo. O autor do artigo lembra que “o material foi quase que totalmente aproveitado da expedição ao Jalapão (...). Pouquíssimo material foi necessário ser adquirido, o que muito facilitou a parte orçamentária” (PEREIRA, G., 1945, p. 32).

Uma inovação desta expedição frente às anteriores foi o aluguel de

(...) tôda uma tropa de mais de trinta animais, a um só proprietário, homem que vive dêste mister, o que é muito rendoso na zona, absolutamente desprovida de todo e qualquer outro meio de transporte, e que, responsabilizando-se inteiramente por tudo que com ela se relacionava nos tirou a preocupação de alugar pasto, tratar de animais lidar com tropeiros etc., pois de tudo isto êle cuidava, uma vez que conosco viajava, sendo de seu próprio interêsse manter sempre os animais em boas condições físicas. (...) tendo nós, apenas, que pagar a importância do contrato, fixa e mensal e determinar o dia em que queríamos viajar (PEREIRA, G., 1945, p. 32).

Pereira comemorou que nesta expedição nenhum dos participantes adquiriu doenças graves, e que a farmácia de emergência do grupo somente foi usada para ajudar ‘por espírito de humanidade’ pessoas da região, ‘geralmente impaludadas e cheias de vermes’. No dia 15 de julho os expedicionários se reuniram na “(...) cidade de Barreiras, e se preparavam os últimos detalhes para o início das grandes viagens, por "gerais" e caatingas, rios caudalosos e terrenos inteiramente secos, que viriam desvendar uma zona, até então, mal representada em nossos mapas” (PEREIRA, G., 1945, p. 34).

O artigo de Pereira divide-se em três capítulos tratando diretamente do relato das viagens, narradas de forma cronológica, seguidos de um capítulo sobre a população das áreas visitadas e um último capítulo sobre os resultados da expedição e as conclusões. Abordaremos aqui algumas informações específicas sobre as viagens e em seguida nos ateremos mais ao capítulo sobre a população.

O primeiro capítulo que inicia o relato das viagens realizadas pela turma de expedicionários é denominado ‘Primeiras Viagens - Os Gerais’. Para esta parte da expedição os membros foram alocados em três turmas, assim constituídas. Turma A: Álvaro Sampaio, Alfredo Pôrto Domingues e mais 1 guia, 1 cozinheiro, 1 auxiliar e 2 tropeiros. Turma B: Topógrafo Moacir da Costa Dória e mais 1 guia, 1 cozinheiro e 1 tropeiro. Turma C: Topógrafo Erenito Suter Pinheiro e mais 1 guia, 1 cozinheiro e 1 tropeiro.

O autor descreve minuciosamente o roteiro e os trabalhos cumpridos por cada turma. Além da constante descrição da paisagem. A primeira turma cumpriu seu itinerário de quase 650 quilômetros de caminhamentos em 15 dias. A segunda fez 450 quilômetros de caminhamentos numa viagem de

mais de 600 quilômetros. A última turma “(...) também regressou à base, em Barreiras, mais ou menos na mesma época das turmas A e B, sendo sua contribuição de mais de 400 quilômetros de caminhamentos” (PEREIRA, G., 1945, p. 43).

Pereira também salienta os pontos de contato com as outras expedições. Em uma dessas observações, comenta sobre o estado de conservação dos marcos (**Figura 48**):

Prosseguindo, foi alcançada a cabeceira do rio Branco, onde mais uma ligação com trabalhos anteriores foi feita, ao ser encontrado o marco de coordenadas geográficas determinadas em 1942, - expedição Goiás-Bahia, já sem a placa identificadora, com as iniciais I.B.G.E. que, sendo de metal, são invariavelmente arrancadas pelos geralistas mangabeiras, para à guisa de chumbo, completarem a carga dos cartuchos com que matam veados, emas, etc., único meio de se alimentarem. (PEREIRA, G., 1945, p. 39)



Figura 48: Ilustração demonstrando a importância do marco na cidade. “Praça principal de São Domingos, vendo-se a igreja e o cruzeiro, em frente dos quais está situado o marco de coordenadas geográficas dessa cidade”. Fonte: PEREIRA, G., 1942, p.103.

Sobre estes habitantes dos gerais o autor relembra a expedição anterior no qual os analisou, afirmando que os gerais seriam praticamente desabitados. “Os mangabeiras, são os únicos exemplos de seres humanos que aí têm sua morada, e, mesmo assim, sem fixação. São nômades” (PEREIRA, G., 1945, p. 44). Destacamos também, nesta parte da expedição nos gerais, a posição deste frente ao comércio regional, e o seu largo alcance:

Esta região é atravessada, sempre seguindo o vale dos rios, por estradas de tropas, por meio das quais é feito o comércio com as cidades de Goiás, comércio êste que alcança, em alguns casos, as margens do Tocantins, ou, como no caso do garimpo de Piuns, muito além, indo quase ao Araguaia, já nas confrontações ocidentais dêste Estado. (PEREIRA, G., 1945, p. 45)

Outra observação interessante, no relato de Pereira sobre os gerais é o seu ‘aproveitamento’ pelos criadores de gado como refrigério:

Ainda aqui, como no Jalapão, os "gerais" são aproveitados pelos criadores de gado bovino para, nas quadras secas, evitarem a morte dos animais. Retirando-os da caatinga, inútil nessa época, evitam a sua morte em massa, pois, nos "gerais" não falta, pelo menos, a água que é abundante, e o capim agreste que, depois de suficientemente queimado, é tenro, quando novo, apesar de pobre, como alimento. São os já conhecidos refrigérios. (PEREIRA, G., 1945, p. 45)

O segundo capítulo do artigo de Pereira que relata as viagens feitas pelos expedicionários é intitulado 'Novas Viagens - Agora as Caatingas'. Os trabalhos iniciaram-se no fim de agosto, "(...) percorrendo a parte leste da bacia do rio Grande e alcançando as margens do rio São Francisco" (PEREIRA, G., 1945, p. 47). Pereira ressalta atuação do 'geólogo' Alfredo José Pôrto Domingues, o qual "(...) Adaptando-se facilmente aos trabalhos expeditos e- com elevada visão da topografia nunca o referido companheiro negou-se a esta ou aquela viagem em separado e a trabalhos que não eram, a princípio, de sua especialidade" (PEREIRA, G., 1945, p. 48). E para buscar dados mais específicos de seu interesse, Domingues

(...) várias vezes, (...) dispersou-se de nós acompanhado apenas por um guia, sem abarracamento ou cozinha, levando tão só uma rede para dormir e algumas latas de conserva, passando diversos dias em atuação isolada e encontrando-se sempre nos pontos e nas datas marcadas com o seu trabalho sempre aproveitado, quer geológica quer topograficamente. (PEREIRA, G., 1945, p. 48).

Após pormenorizada descrição dos percursos feitos o autor traçou uma detida descrição física da paisagem, e algumas relações entre esta e a ocupação humana. Uma primeira análise é feita sobre os 'marimbus', alagadiços formados no chapadão situado na margem direita do rio Grande, e entre esse, o São-Francisco e o Corrente. Os marimbus "(...) abrigam uma população que teima em plantar e criar na areia, procurando assim fugir das secas temporárias que assolam as caatingas, fertilíssimas quando molhadas, dos terrenos silurianos" (PEREIRA, G., 1945, p. 51-52). No alto destes chapadões Pereira informa a presença da palmeira tucum, a qual estaria então tendo sua fibra 'aproveitada' industrialmente.

Ainda tratando dos marimbus, o autor explica a relação entre a formação geológica da região e a presença humana, com especial atenção a presença de uma camada geológica – o siluriano associada à existência de solos ricos e à concentração populacional:

No fundo dos vales destes marimbus, em lugares onde a erosão já vai adiantada, o siluriano aflora com o seu calcáreo, o que justifica a existência de muitos aglomerados humanos, como Várzeas, Catão, Santa Helena, Cantinho, Buritizinho, São-Desidério etc.

Situado imediatamente abaixo da camada de arenito cretáceo, com seus contactos numa linha quase horizontal e entre as cotas de 650 e 700 metros, o siluriano cobre quase todo o restante da área percorrida.

Aparecendo sempre sob a forma de xistos ou de rochas calcáreas, é no siluriano que estão todos os terrenos férteis da região, terrenos estes que, se houvesse água se tornariam um dos maiores

celeiros do Brasil (PEREIRA, G., 1945, p. 52-53).

Contudo, “Devido à fácil infiltração das águas nestes terrenos, é que toda a região siluriana é inteiramente seca”. E desta maneira, Pereira conclui que “(...) os terrenos férteis, que poderiam ser largamente aproveitados para a agricultura e a pecuária estão quase abandonados, já que a água é um dos elementos essenciais à vida” (PEREIRA, G., 1945, p. 55-56).

Detectamos uma contradição no artigo de Pereira, sobre a relação da região abrangida pela expedição e o ‘Nordeste brasileiro’. Neste trecho a região integra o Nordeste: “Nos fundos desta habitação das caatingas dos municípios de Cotegipe, vemos um tear com que seus moradores fazem suas vestimentas. No momento, vemos o início da confecção de uma das afamadas redes do Nordeste, cujos punhos já aparecem nesta fotografia” (PEREIRA, G., 1945, p. 56). Entretanto, nesse outro trecho a zona estudada não compõe a região do Nordeste brasileiro:

A barriguda é a árvore mais característica dos terrenos calcáreos do siluriano. Ela é abundante em toda a área calcárea. Ao fundo vemos a vegetação ressequida e sem folhas, porém de maior porte que a das caatingas do Nordeste brasileiro. (PEREIRA, G., 1945, p. 55)

Conseqüência desta falta absoluta de água, toda a área siluriana é coberta por uma vegetação característica de caatingas, onde não faltam as cactáceas, representadas por várias de suas espécies, desde o agreste mandacaru até a palma. Nos terrenos mais calcáreos abundam as originais barrigudas, de aspecto sempre interessante. Estas caatingas, não são tão raquíticas como as do Nordeste brasileiro, encontrando-se sempre árvores de maior porte, e até muitas madeiras de lei como o cedro e o jacarandá. (PEREIRA, G., 1945, p. 56-57)

No caso acima a diferenciação entre a zona analisada e a região Nordeste é identificada pelo fato desta região ter as características da caatinga mais acentuadas que a das áreas alcançadas pela expedição. Neste sentido o autor propagava uma definição que associa zona da caatinga e região Nordeste.

Por outro lado, Pereira sinaliza esperançosamente a existência de algumas possibilidades para esta zona seca, que poderiam ter impactos econômicos na escala nacional:

Acreditamos, porém, que um serviço de irrigação, por meio de canais, tecnicamente bem estudados e construídos aproveitando-se as águas abundantes das elevadas cabeceiras ou das partes mais altas dos cursos dos grandes rios, ou mesmo de alguns dos menores, poderia transformar a fisionomia econômica, não só desta região como do país. (PEREIRA, G., 1945, p. 57).

Pereira apontou que nas margens irrigadas dos riachos que correm no siluriano “A iniciativa particular, com os seus pequenos recursos, muito já tem trabalhado no local, e encontramos grandes áreas assim regadas, transformando os vales ressequidos em zonas verdejantes, servindo para grandes plantações de cana de açúcar”. A menção aos pequenos recursos da iniciativa privada

explica-se porque

Nestes vales a subdivisão de terrenos é enorme e, para quem os vê de cima, do chapadão, o aspecto é impressionante. O número de engenhos que transformam uma grande quantidade de cana em rapadura, grandemente exportada, é bastante elevado, e sua proximidade, uns dos outros, é animadora. Na época em que por aí andamos, todos êles estavam moendo e era um grande prazer tomar copos e copos do doce caldo, retirado das moendas acionadas a bois e alimentadas pelos braços do homem. Seus métodos e maquinarias são essencialmente rudimentares, nada diferenciando dos engenhos coloniais. (PEREIRA, G., 1945, p. 57-58)

Outra situação ambiental, esta determinada pela presença de uma formação geológica quaternária, foi encontrada nas partes mais baixas dos vales dos grandes rios. Destacamos a descrição de grande parte desta zona como ambiente extremo, totalmente 'imprópria à vida', mesmo da fauna:

(...). Estas áreas quaternárias são cobertas, quando nas margens, logo junto aos rios, por uma vegetação frondosa e sempre verdejante, vegetação esta que não alcança uma faixa, em ambas, as margens, maior de 100 metros, porém que engana a quantos viajantes que, subindo pelos rios navegáveis têm a impressão muito diferente da real, ao julgar ter êste aspecto, tôda a região. Além desta estreita cinta o que encontramos é uma ingrátíssima caatinga, raquítica e cheia de espinhos, em muito pior situação que as caatingas do siluriano. Estas caatingas são tão impróprias à vida que o homem as abandonou por inteiro, sendo hoje totalmente desabitadas, até pelos próprios animais. (PEREIRA, G., 1945, p. 58)

Outra possibilidade de desenvolvimento vislumbrada no relato de Pereira é a geração de eletricidade através das várias cachoeiras da região a oeste do rio São-Francisco. Uma das maiores foi identificada pela expedição como sendo a localizada próximo à cidade de Correntina. Após salientar o tamanho da cachoeira o autor lamenta que "(...) por uma destas causas muito naturais no sertão brasileiro, Correntina não tem luz elétrica" (PEREIRA, G., 1945, p. 59).

A terceira parte da expedição científica liderada por Pereira é descrita no capítulo 'Últimas Viagens - Novamente os Gerais'. Esta não constava no programa inicial, mas impôs-se pela permanência de dúvidas sobre a possibilidade de um 'grande engano' nos mapas anteriores. Tais trabalhos iniciaram-se no mês de outubro, "(...) sob a ameaça constante de grandes chuvas, já muito anunciadas, não só pelos pesados cúmulos, como pelo excessivo calor já reinante. Felizmente sua demora permitiu que mais esta parte, que foi uma dilatação extra-programa, se realizasse apesar dos sacrifícios exigidos" (PEREIRA, G., 1945, p. 59).

Com estas últimas viagens foi dado por encerrado o trabalho de campo, passando os topógrafos e trabalhar no escritório, no desenho dos caminhamentos, seleção de amostras de rochas e em notas úteis para os relatórios, tão necessários, enquanto aguardavam o pequeno navio da Viação Baiana do São-Francisco, que os transportaria a Juazeiro, donde, por estrada de ferro, chegariam a Salvador, onde os trabalhos finais seriam coordenados e relatados. A contar da data da partida, haviam decorrido mais de 5 meses de atuação. (PEREIRA, G., 1945, p. 61).

Pereira descreveu também os materiais e métodos utilizados na expedição. Em seus trabalhos de

determinação das coordenadas os expedicionários usaram “(...) um cronômetro "Ulisses Nardim", de fabricação inglesa, que era sempre carregado por um homem a pé, a fim de levar um mínimo possível de abalos próprios das viagens” (PEREIRA, G., 1945, p. 62-63) (**Figura 49**). Foram determinadas na campanha de 1944 dezoito coordenadas geográficas novas.

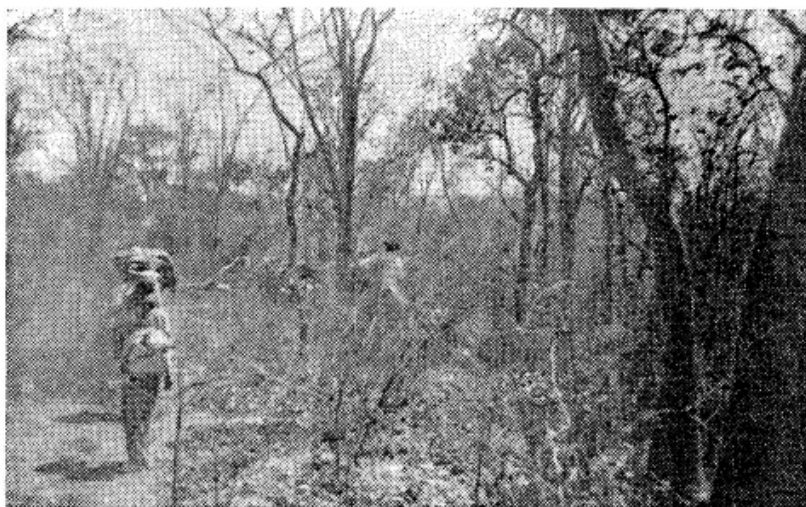


Figura 49: “Viajando com a tropa através do território goiano, com destino à cidade de Arraias. Notamos o Francino, com o nosso cronômetro às costas. Observe-se a mata rala e inteiramente ressecada”. **Fonte:** PEREIRA, G., 1942, p.117.

Pereira discrimina detalhadamente os custos da expedição (despesas de campo, materiais, pessoal, passagens, fretes), que totalizaram Cr\$ 200 000,00 (duzentos mil cruzeiros), divididos entre o CNG e o estado da Bahia. O autor considerou a quantia ‘pequena’ e citou que “(...) o custo unitário de nossos trabalhos foi inferior a Cr\$ 4,00 por quilômetro quadrado!” (PEREIRA, G., 1945, p. 65).

Agora passamos a analisar o capítulo do relato de Pereira sobre ‘A População, seus centros, comércio e meios de comunicação’. Nesta seção o autor apresenta um relatório sobre as cidades visitadas, principalmente Barreiras, classificada como principal centro populoso do oeste sanfranciscano. A cidade era sede de comarca, além de moradia dos grandes comerciantes e os maiores fazendeiros da zona, “(...) e possuindo alguns médicos, advogados, professôres, etc., que muito contribuem para o seu progresso social e comercial” (PEREIRA, G., 1945, p. 66). Pereira relatou que a cidade atravessava então uma fase de progresso, “(...) graças ao impulso que lhe deram a *Pan American World Airways*³⁸, e o industrial brasileiro Eng^o Geraldo Rocha, instalando aí uma moderna charqueada, fôrça hidro-elétrica e indústrias outras sucedâneas do gado bovino” (PEREIRA, G., 1945,

³⁸ “A Pan American construiu, em 1939, um dos melhores aeroportos do continente, no alto do chapadão e a 14 quilômetros da cidade, aeroporto êste que tem facilitado grandemente as comunicações da cidade com o restante do país, sobretudo com a Capital-Federal, principalmente agora, que a Panair do Brasil, faz viagens semanais entre o Rio-de-Janeiro e Belém e vice-versa, com escala aí, bem como o Correio Aéreo Nacional, grande realização da nossa aviação militar.”

p. 65).

Outro trunfo da cidade à época da expedição era ter a sede final da linha de navegação fluvial do rio Grande, conectada à do São-Francisco. Pereira ressaltou também a situação geográfica de Barreiras, cidade baiana mais próxima de Goiás. Estas características sustentavam a cidade como centro comercial de “(...) grande parte da área estudada e de trecho do norte do Estado de Goiás, agora ligado por duas estradas carroçáveis que se dirigem a Taguatinga e Dianópolis, e que estão sendo prolongadas para Arraias e Natividade, além das várias estradas de tropas que para aí se dirigem” (PEREIRA, G., 1945, p. 65).

Pereira citou que existia ainda outra estrada carroçável, ligando Barreiras a Angical, Jupaguá e Cotegipe. Porém estaria em péssimas condições de conservação, pois “a falta de gasolina, imposta pela situação de guerra em que nos encontramos, anulou o pequeno tráfego que existia, e isto causou o abandono da estrada, por praticamente inútil” (PEREIRA, G., 1945, p. 65-66). Desta maneira, somente “as estradas para Goiás, e que atravessam os grandes chapadões onde vivem os nativos mangabeiras são hoje trafegadas por um pequeno número de caminhões que, levando artigos manufaturados, voltam carregados com a borracha, tão angustiosamente necessária” (PEREIRA, G., 1945, p. 66).

Outros produtos exportados por Barreiras e locais próximos eram: charque, couros, peles, gado em pé, e rapaduras. Estas últimas “(...) em grandes quantidades, por preços baixíssimos e destinadas a outras cidades da bacia sanfranciscana, principalmente Xiquexique” (PEREIRA, G., 1945, p. 65). Os produtos manufaturados eram todos importados. Já o abastecimento de alimentos da cidade era feito por pequenas unidades produtoras existentes no vale do riacho da Boa-Sorte e de São-Desidério. Pereira relatou a construção de um sistema de irrigação através de longos canais, que possibilitavam a produção de arroz, feijão, milho, frutas, capim, e principalmente a cana, já exportada sob a forma de rapadura e mel pelos vários engenhos existentes.

O autor salienta que este descrito progresso do município se dava apesar da situação ambiental a qual estava submetida: “(...) a sua grandeza territorial é enganosa, pois, talvez dois terços são improdutivos, de ‘gerais’” (PEREIRA, G., 1945, p. 66).

Outra cidade que consta nos relatos de Pereira é Santa Maria da Vitória, segunda cidade mais importante visitada pela expedição.

Muito mais antiga que Barreiras, Santa-Maria-da-Vitória, que também é ponto terminal de um

dos ramais da navegação do São-Francisco, não tem progredido satisfatoriamente, sendo seu comércio muito fraco, apesar dos terrenos de seu município, se bem que de área total menor que Barreiras, serem mais férteis. (PEREIRA, G., 1945, p. 66)

Santa Maria da Vitória possuía então estação telegráfica e luz elétrica, mas segundo o relato de Pereira, seu progresso estava praticamente paralisado. O autor ainda apontou que estudos e descrições mais detalhadas acerca da localidade seriam feitos posteriormente, pois a referida cidade “(...) impõe-se como base dos próximos estudos programados para 1945” (PEREIRA, G., 1945, p. 66).

Entre outras cidades mencionadas o autor compara Sant’Ana – e seus ‘ótimos terrenos para plantações’, principalmente de cana, seu aspecto ‘agradável’ e ‘alegre’, suas muitas ruas espaçosas e regular comércio – e Cotegipe, com poucas casas, ‘triste e excessivamente quente’, com suas desalinhadas e estreitas e até mesmo seu prefeito residiria na vila de Jupaguá, local no qual se encontrava a estação telegráfica que servia à cidade. Assim, Cotegipe está

(...) fadada a desaparecer. Sua situação, no centro de uma caatinga inacreditavelmente sêca, onde só um pequeno riacho, que corta a cidade é perene, lhe impede o progresso.

Este riacho, onde se abastece, para tôdas as necessidades, uma pequena população, é fonte de possíveis epidemias, pois nêle vivem porcos e se fazem todos os despejos e é apanhada a água que se bebe. Não podemos compreender como ainda vive gente nesta cidade, sendo um verdadeiro milagre a conservação da saúde da população. (PEREIRA, G., 1945, p. 67)

Duas cidades foram ainda citadas mais detidamente, sendo a primeira Correntina, a qual teria “(...) pouquíssimo progresso e nenhum recurso fora do normal das cidades tão afastadas do litoral” (PEREIRA, G., 1945, p. 67). Transparece assim a concepção do Brasil dicotômico entre litoral e interior, associados respectivamente à progresso e atraso. Além do fato por nós já mencionado de tal cidade não possuir então eletricidade, e estar muito próxima a uma importante e ‘inaproveitada’ queda d’água, Pereira relatou que

Dentro da cidade, no leito arenoso do rio das Éguas, os habitantes de Correntina garimpam pequenas pepitas de ouro utilizando, para isso, os processos mais rudimentares. Grande é o número de crianças, meninos e meninas, que se dedicam a êste gênero de atividade, conseguindo um pequeno rendimento em poucas horas de trabalho, pois, o restante do dia é empregado em trabalhos domésticos ou nas roças mais próximas. (PEREIRA, G., 1945, p. 67)

A segunda foi Campo Largo, somente lembrado por “(...) seu atual estado de triste decadência” (PEREIRA, G., 1945, p. 68), pois “(...) de cidade, sede de comarca de tôda a região, (...) passou a cidade sede de município, depois vila, sede de distrito e, finalmente hoje, nem mais esta última classificação possui. É um simples povoado cheio de ruínas e em vésperas de completo desaparecimento” (PEREIRA, G., 1945, p. 68). O artigo ainda listou 25 ‘centros de população’, entre alguns das vilas e povoados que foram visitados pela expedição. Invariavelmente eram localizados próximos à alguma

fonte de água: às margens dos rios, riachos ou marimbus, e nas áreas de brejos e ribeiras.

Contudo além de todos esses centros populacionais descritos acima o autor relata a existência de outra modalidade de habitação: “Grande, outrossim, é o número de habitações isoladas ou em grupos de duas e três, espalhadas à guisa de fazendas, pelas caatingas menos inóspitas ou margens de cursos d'água mais acessíveis às plantações” (PEREIRA, G., 1945, p. 68). Suas casas eram de paredes de taipa e cobertas com telha, palha, e em alguns casos com madeira. Duas foram as formas de vida relatadas por Pereira destes habitantes dispersos. A primeira era a das pessoas posicionadas próximo aos brejos, que produziam pequenas plantações de feijão, mandioca, cana de açúcar. A segunda, dos localizados nas caatingas, era a administração do gado dos grandes proprietários de terras, moradores dos povoados, vilas ou cidades. Aqui mais uma vez é reforçada a tese da dicotomia entre litoral, e suas ‘grandes cidades’, e interior (no caso uma porção do interior mais acentuadamente entendida como tal), isolado e autossuficiente:

As necessidades desses homens solitários são as mínimas imagináveis, quer para alimentação, vestuário ou comodidades outras tão comuns a nós, moradores das grandes cidades do litoral. Em muitos casos, tecem a própria roupa que vestem em teares rudimentares e, em suas habitações, não possuem uma simples cadeira ou tamborete, dormindo em leitos de varas unidas e amarradas com fibras vegetais, camas estas a que dão o nome de "jirau". (PEREIRA, G., 1945, p. 68).

Outro tema aportado nesse capítulo sobre a população da zona estudada foi o do paludismo.

Segundo Pereira no vale do rio Grande

(...) grandes alagadiços provocados pelas volumosas cheias tornam esta zona infestada pelos mosquitos, favorecidos pela baixa altitude e elevada temperatura aí reinantes. Os habitantes ribeirinhos, são, quase sem exceção, atacados perenemente de febre palustre. São homens amarelados e franzinos que vivem numa eterna luta contra a moléstia impiedosa e a pobreza inevitável. (PEREIRA, G., 1945, p. 69).

Portanto tal problema estaria diretamente relacionado com o regime climático da região. O autor afirma que esse era o mesmo que o encontrado no Jalapão e na bacia do rio Preto. Apenas duas estações, sendo estas “(...) o verão, quente e chuvoso, (...) os rios transbordam, a terra fica ensopada e as estradas intransitáveis. Repetindo-se (...) elas se tornam impraticáveis, paralisando inteiramente todos os transportes terrestres, e conseqüentemente, quase todo o comércio” (PEREIRA, G., 1945, p. 69). E o inverno, com temperatura mais baixa e sem chuva, de março a novembro. Todavia, a época mais sujeita ao aparecimento da doença do paludismo seria o da

(...) transição, entre as "águas" que é época das chuvas, e a "sêca", correspondendo ao nosso inverno, (...) pois, baixando os rios, as grandes lagoas que ficam nas margens alagadas, são campo propício ao desenvolvimento rápido de quantidade assustadora de anofelinos. Depois do mês de

maio, secas estas lagoas, o perigo diminui de quase noventa por cento. Aí começa a época boa para o desenvolvimento de nossos trabalhos, quase não havendo necessidade de uso dos mosquiteiros que apesar de tudo, sempre é útil possuir-se. (PEREIRA, G., 1945, p. 69)

Já no ambiente dos altos dos chapadões, "(...) possivelmente devido à altitude elevada, embora os pantanais das cabeceiras, veredas e marimbus, sejam freqüentes e de grande área, não existem mosquitos e os mangabeiras não são atacados de paludismo ou "sezão" como esta febre é mais conhecida em nossos sertões" (PEREIRA, G., 1945, p. 69).

Sobre as comunicações e transporte na região abrangida pela expedição o autor traçou um relato com caráter geral bastante negativo. Além de viagens em lombo de animais existiam as navegações dos rios Grande, até Barreiras, e Corrente, até Santa-Maria-da-Vitória, ambas feitas por pequenos vapores da navegação do São-Francisco, 'morosos e antigos', e por embarcações a vela ou a remo. Pereira considerava que tais linhas, mensais e demorando 15 dias cada trecho, eram insuficientes "(...) para ligar todo êste vasto trecho de território ao litoral, por intermédio das cidades ribeirinhas do grande rio, sobretudo Juazeiro, na Bahia, e Pirapora em Minas-Gerais" (PEREIRA, G., 1945, p. 70). Mais uma vez é usada a categoria litoral para qualificar espaços centrais, no caso um local que deve ser por definição o destino dos transportes e comunicação da região interior estudada.

Outro meio de transporte regular que atingia esta região era o avião, através do aeroporto de Barreiras. Em viagens de quatro horas se chegava ao Rio de Janeiro ou Belém, nas companhias Panair do Brasil e Pan American Worlds Airways. Contudo o autor avaliava serem necessárias a "(...) criação de linhas aéreas, pelo govêrno do Estado da Bahia, ligando esta e outras cidades à capital baiana, seria recomendável, a bem da boa administração estadual, tornando mais fácil, as comunicações entre governantes e governados, todos com interêsses recíprocos" (PEREIRA, G., 1945, p. 70). Interessante esta observação de Pereira, sinalizando a consequente melhora da administração estadual como motivo para o estabelecimento de novas linhas aéreas.

Também aqui identificamos uma hipótese sobre a utilização das representações espaciais interior/litoral, a qual seria que o autor, sendo morador de Salvador, e estando à serviço do governo estadual da Bahia, teria este escopo da unidade da federação como seu universo de análise. Dentro deste universo o espaço central e adiantado seria a capital, Salvador, situada no litoral, e o interior, toda a vasta periferia. Ou em outras palavras, a capital no litoral e o interior sendo o sertão baiano.

Pereira descreveu também a existência de duas estradas carroçáveis. De Barreiras uma saía em direção à Goiás, se bifurcando para alcançar Taguatinga, e Dianópolis (ex-São José do Duro ou Duro).

A outra estrada atravessava a cidade de Angical e a vila de Jupaguá, e finalizava em Cotegipe. A primeira era trafegada por “(...) um ou dois caminhões particulares que, levando artigos manufaturados, aí vão, à procura da borracha de mangabeira, com que o Brasil procura auxiliar os Estados-Unidos-da-América-do-Norte, nas necessidades atuais” (PEREIRA, G., 1945, p. 70). Já a segunda estava “(...) praticamente abandonada, pois o pequeno tráfego que poderia ter está inteiramente paralisado pela presente falta de combustível para automóveis e caminhões” (PEREIRA, G., 1945, p. 70). Observamos, assim, as consequências diretas da guerra nesta região, descrita como tão remota.

O autor também se referiu a um projeto do governo estadual para restaurar uma antiga estrada carroçável abandonada há muitos anos a qual saía de Sítio do Mato, um porto no rio São Francisco e chegava até a cidade de Sant'Ana, e então prolongá-la até Santa Maria da Vitória, às margens do rio Corrente. Pereira comenta que esta obra facilitaria muito o transito e a situação de Sant'Ana.

O último item citado sobre os transportes e comunicações desta região foi o telégrafo. As linhas do Telégrafo Nacional alcançavam então as cidades de Barreiras, Angical, Sant'Ana, Santa Maria da Vitória e Correntina, e a vila de Jupaguá. Pereira lamenta que “São êstes, em resumo, as comunicações e transportes de uma grande área baiana que, devidamente aproveitada e cuidada muito poderia produzir e progredir, em benefício do Estado e do País” (PEREIRA, G., 1945, p. 70).

O artigo assinado por Pereira tem seu capítulo derradeiro abordando as ‘grandes alterações cartográficas’ verificadas através dos levantamentos feitos pela expedição. O autor referia-se então a ‘enormes surpresas’, principalmente na rede fluvial, e inclusive em “(...) parte dos trabalhos da expedição Goiás-Bahia em 1942, verificamos erros sempre que nos fiamos em informações, grandemente prejudiciais à boa confecção dos mapas” (PEREIRA, G., 1945, p. 71). Tais erros foram assim justificados:

Os sertanejos têm por hábito, ao serem interrogados sobre o destino das águas dêste ou daquele rio, informar sempre sobre o seu despejo final nos grandes coletores. (...) A bacia do rio de Janeiro também nos apresentou uma diferença radical na situação de seus afluentes e sub-afluentes, demonstrando, mais uma vez a falsidade e os enganos das informações dadas, aliás, de muito boa vontade. (PEREIRA, G., 1945, p. 71)

Estes erros provocaram a realização de “(...) duas viagens complementares e bastante longas, realizadas já nos fins do mês de outubro, quando o calor já era abrasador e as chuvas constantes, sobretudo à noite e acompanhadas de fortes trovoadas” (PEREIRA, G., 1945, p. 71). O tamanho, volume, direção, e mesmo a existência de vários rios foram verificados e corrigidos. Outra grande

contribuição da expedição foi o esclarecimento de “(...) uma grande parte de "marimbus" e lagoas (...) acabando de maneira eficaz com a balbúrdia existente quanto a suas localizações e deságuos, além de conhecimento da verdadeira significação do termo [marimbus], até então sem uma explicação satisfatória” (PEREIRA, G., 1945, p. 72). Pereira então finaliza afirmando que

Uma comparação entre os mapas de nossos trabalhos e outros, mostra claramente tôdas as alterações e correções que sofreu a área estudada, inclusive na verdadeira situação de inúmeras localidades, cidades, vilas e povoados, além de pontos de interêsse particular por se tratar de divisões municipais e distritais, permitindo uma melhor avaliação das respectivas áreas e um mais perfeito estudo, para correções futuras, das linhas divisórias, atualmente rica em imperfeições, por desconhecimento quase completo da região. (PEREIRA, G., 1945, p. 72).

Em seu último número do ano de 1946 a RBG publicou um artigo de 71 páginas que dava conta de uma expedição realizada no ano anterior, ‘Expedição ao Sudoeste da Bahia (Relatório- 1945)’ de autoria do engenheiro Gilvandro Simas Pereira, então apresentado como Chefe da Secção de Levantamentos Mistos do Serviço de Cartografia do Conselho Nacional de Geografia.

Esta expedição completou uma série de quatro, todas aqui analisadas, as quais abrangeram a porção ocidental do estado da Bahia. Especificamente a realizada em 1945 compreendeu uma área correspondente a mais da metade de toda a superfície levantada pela série de expedições. A área pode ser vista no Mapa (**Figura 50**, p.206). Assim sendo a expedição atingiu novos recordes de alcance espacial (uma área superior a 65.000 quilômetros quadrados), de caminhamentos (mais de 6.000 quilômetros), e de pontos de cota (mais de 1.000). Também foram determinadas 18 coordenadas geográficas, organizados mapas e relatadas observações de caráter geológico, geomorfológico e geográfico.

Tais recordes são justificados pelo autor pela presença de

(...) várias coordenadas geográficas anteriormente determinadas e com suas limitações norte e oeste já levantadas por campanhas anteriores, (...) esta área permitiu um grande desenvolvimento de caminhamentos topográficos. Também a inclusão de mais uma turma topográfica, em relação às que atuaram em 1944, muito influiu no aumento da área levantada. (PEREIRA, G., 1946, p. 4).

Novamente, como nas outras expedições, o estado da Bahia cooperou, fornecendo pessoal, material e numerário. Pereira destaca o caráter ‘feliz e patriótico’ desta cooperação, e que este lhe “(...) faz prever novas campanhas úteis ao Estado e ao País. Assim sendo e assim continuando em cooperação interadministrativa com outras Unidades Federadas muito pretendemos fazer em benefício do mapa do Brasil e do conhecimento integral de nosso vasto território” (PEREIRA, G., 1946, p. 4).

Salientamos a relação apresentada por Pereira entre os objetivos específicos das expedições e a sua

justificativa geral, trazer aos mapas um conhecimento mais exato de uma significativa região do grande estado da Bahia.

Assim como na maioria dos outros anos a expedição não se furtou a enfrentar sérios contratemplos. Todos aqueles resultados foram alcançados mesmo com o acometimento dos expedicionários por doenças, como relatou Pereira:

Vencendo uma série grande de obstáculos interpostos por diversas moléstias provocadas pela inesperada e incomum situação climática, moléstias estas que atacaram quase todos os componentes do corpo técnico e dos trabalhadores da "Expedição ao sudoeste da Bahia", podemos, enfim, apresentar os resultados obtidos e o desenvolvimento dos serviços realizados para a completa execução dos planos traçados para o ano em curso. (PEREIRA, G., 1946, p. 3).

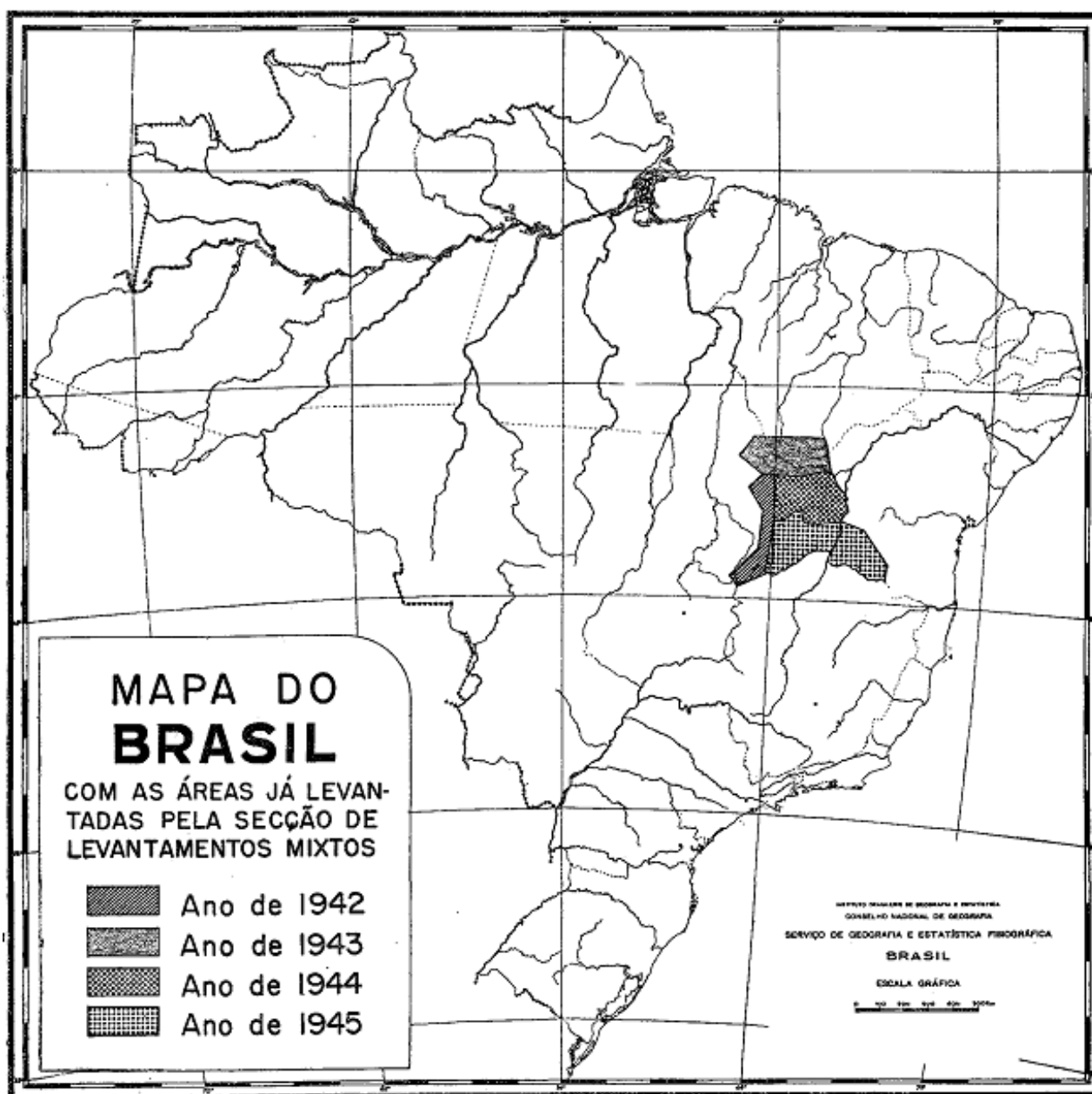


Figura 50: Mapa do Brasil com as áreas já levantadas pela seção de levantamentos mixtos. Fonte: PEREIRA, G., 1946, p. 38.

Neste ano a expedição foi descrita por Pereira na RBG de forma diferente, apresentando suas observações e comentários separadamente em três capítulos os quais correspondem a três zonas definidas sob 'olhar geográfico', 'perfeitamente distintas' "por sua diferente constituição geológica, vegetação, cultura, meios de transporte, tipos de relevo e paisagem e até mesmo pelos tipos humanos característicos" (PEREIRA, G., 1946, p. 5): o Chapadão, a oeste, o Vale do São Francisco, no centro e o Espinhaço, a leste. Cada uma delas teve sua geografia, geologia e geomorfologia estudadas, principalmente através dos elementos clima, vegetação e homem.

A primeira zona apresentada por Pereira foi o Chapadão: "Compreendendo a parte ocidental do trecho da bacia sanfranciscana percorrida em 1945 - a bacia do rio Corrente e a parte baiana da bacia do Carinhanha - esta parte é caracterizada, sobretudo, pelo aspecto tabular de seu relevo" (PEREIRA, G., 1946, p. 5) e também pela presença de "(...) vales apertados e de seção transversal semelhante a um 'V', formando também cachoeiras, uma das maiores riquezas potenciais da região" (PEREIRA, G., 1946, p. 5).

Nesta zona o autor afirma que podem ser definidas duas subzonas, "a dos 'gerais' e uma menos elevada, de solo arqueano siluriano, onde vive o homem, e onde estão localizadas as cidades e outros centros de população: vilas, povoados, fazendas, etc." (PEREIRA, G., 1946, p. 6). Pereira recordou que já havia estudado a primeira subzona nas suas outras três expedições anteriores "suas semelhanças são absolutas e uma nada mais é do que a continuação das outras" (PEREIRA, G., 1946, p. 6).

Neste sentido, reafirmando suas observações, o autor descreve os gerais como uma área quase desabitada, "como consequência de um solo fraco, sem possibilidades, portanto, para um aproveitamento agrícola em escala justificável" (PEREIRA, G., 1946, p. 9). Embora segundo Pereira o homem não tenha conseguido fixar-se nos gerais, aí viveria em 'estado de nomadismo': "(...) passando rapidamente em suas viagens quando acompanha os cursos dos rios, ou procurando tirar as poucas vantagens que pode obter" (PEREIRA, G., 1946, p. 9).

Essas vantagens eram basicamente a caça e as mangabeiras, de onde os geralistas extraíam o látex: "São os mangabeiras e os caçadores. Quase sempre, estas duas funções são exercidas simultaneamente, pois a caça de animais silvestres só é feita, na maioria das vezes, pela necessidade que têm os mangabeiras de se abastecer" (PEREIRA, G., 1946, p. 9-10). O autor apresenta uma descrição destes habitantes dos gerais bastante condicionada pelas características ambientais, e pelo domínio daqueles sobre tais paisagens:

O hábito de percorrer as intermináveis chapadas à procura dos esparsos, porém abundantes pés de mangaba, deu a êstes homens um perfeito conhecimento dêstes chapadões, permitindo que êles se locomovam, em longas caminhadas, dias e dias seguidos, numa paisagem excessivamente monótona de tanta semelhança. Sem o mais leve engano, atravessando bacias e cruzando divisores, subindo ou descendo rios e pequenos afluentes, êles por aí andejam e nunca se perdem! (PEREIRA, G., 1946, p. 10)

Conforme as observações de Pereira um terceiro tipo de gênero humano também habitava os 'intermináveis' gerais, negociantes estabelecidos principalmente nos cruzamentos das estradas mais importantes, "afim de abastecer das mais indispensáveis utilidades, viajantes e mangabeiras, trocando suas mercadorias pela borracha tôscamente preparada, ou por poucos cruzeiros" (PEREIRA, G., 1946, p. 10). Muitas vezes esta ocupação ensejava a "(...) formação de pequenos povoados, pois logo, ao seu derredor, os mangabeiras constroem rapidamente tôscas moradas usando para sua vedação palha de buriti, e aí habitando com suas famílias" (PEREIRA, G., 1946, p. 10).

Nestes lugarejos os terrenos mais próximos aos rios são aproveitados para pequenas roças de mandioca. A primeira colheita era excelente, todavia com o passar de pouco tempo "(...) a fertilidade decresce e desaparece, havendo então a necessidade da mudança da roça, o que é feito sem cessar" (PEREIRA, G., 1946, p. 10). Outro aproveitamento agrícola desta zona era o chamado localmente de 'botar um brejo'. A pequena mata (floresta de galeria) das margens embrejadas dos rios era parcialmente derrubada para o plantio do arroz, 'rudimentarmente' beneficiado. Assim como na cultura da mandioca acima mencionada, "(...) as plantações de arroz são anualmente mudadas de local, já que a fertilidade do solo é apenas superficial, desaparecendo logo seja derrubada a mata" (PEREIRA, G., 1946, p. 10).

O autor ainda aponta uma terceira cultura existente nos gerais, a "(...) plantação de pequenos canaviais, que são utilizados na produção da rapadura, feitas em toscos engenhos. Aí a água em abundância, é distribuída sôbre a área plantada, fornecendo uma umidade suficiente à vida desta plantação muito exigente como é, de grande índice de umidade" (PEREIRA, G., 1946, p. 11).

Além destas três culturas os gerais eram utilizados pelos criadores de gado bovino e cavalariço como refrigérios, "(...) nas ocasiões das sêcas rigorosas e anuais, salvarem êste mesmo gado da morte certa pela fome e sede, transportando-o para as longas veredas e várzeas sempre verdejantes" (PEREIRA, G., 1946, p. 11), porém de pastagens 'impróprias'.

Após explicitar estas atividades produtivas e seus personagens, Pereira apontou alguns recursos dos gerais e suas potencialidades associadas. Estes até aquele momento estariam 'abandonados', e "(...)

com um planejamento racional muito podem contribuir para a economia nacional” (PEREIRA, G., 1946, p. 11-12). Primeiramente as riquezas nativas vegetais, destacadamente a mangabeira

(...) com seu "látex" transformável em borracha de boa qualidade além da excelente fruta que permite a produção de doces, refrescos e essências, o "tucum" com fibras de boa qualidade, as resinas de diversas espécies dentre as quais se salientam o "angico" e o "sassafrás", a "canela-de-ema", aplicada na confecção de brochas para pintura, os "buritizeiros", com ótimo azeite tirado da fruta que permite também a confecção de doces e refrescos, os "araçás", os "cajus", etc., etc., (PEREIRA, G., 1946, p. 12)

Em termos de aproveitamento agrícola o autor ressaltou a possibilidade de pequenas plantações de cana, mandioca e arroz, associadas à produção de açúcar e farinha. Outra possibilidade seria organizar melhor a caça, explorando seus valorizados derivados como os couros, peles e penas.

Contudo a maior aposta de Pereira foi no aproveitamento do ‘enorme’ potencial em geração de energia das grandes quedas d’água existentes na região (aqui delimitada por ele como tendo uma ‘área que é 48 vezes apenas menor que o nosso vasto país’). O abandono deste potencial “(...) constitui uma das maiores causas do empobrecimento geral dos poucos habitantes locais, e favorece a constante diminuição do índice de densidade de sua população, com a sua constante evasão à procura de zonas que lhes permitam uma vida mais fácil” (PEREIRA, G., 1946, p. 14).

As ‘longas e potentes’ quedas d’água, corredeiras e rápidos seguidos e de grande desnível final, foram formadas por um afloramento mais rígido entre duas camadas pouco resistentes à erosão. Estas eram encontradas em todos os principais afluentes do rio Corrente, como o Formoso, o Arrojado, o das Éguas ou Correntina e o do Meio. Com seus aproveitamentos poderia se “(...) fornecer eletricidade a uma vastíssima área, permitindo a industrialização e irrigação a baixo custo, dando ao homem da região uma comodidade que êle nunca teve nem pensou ter, valorizando-a acima de todas as previsões atuais” (PEREIRA, G., 1946, p. 12). O autor advogava então pela criação e execução de um plano de eletrificação de amplo alcance, abrangendo indústria, agricultura e pecuária.

Este plano previa também o “(...) aproveitamento, por meio de açudagem da grande quantidade de água que nos fornecem os elevados ‘gerais’” (PEREIRA, G., 1946, p. 12), permitindo a irrigação por gravidade das zonas secas de terrenos férteis, além da regularização dos rios, até mesmo o São Francisco e assim facilitando a navegação de forma mais segura e constante. A eletricidade permitiria a instalação de ‘boas’ serrarias que possibilitariam o aproveitamento em grande escala de madeiras de lei existentes na região como: cedro, jacarandá, aroeira, ipê, e ‘gonçalo alves’. Permitiriam também a instalação de fábricas de cimento e cal das melhores qualidades, beneficiadas pela

‘enorme’ quantidade de rocha calcária aflorante em uma área ‘imensamente grande’.

As cidades e centros de povoação poderiam ser iluminados eletricamente, e tais infraestruturas serviriam também às fazendas, facilitando a instalação de “(...) outras indústrias menores, como sejam as derivadas do gado vacum, dos produtos agrícolas etc., aproveitando, *in totum*, todos os recursos minerais, vegetais e animais próprios da região” (PEREIRA, G., 1946, p. 15). O parágrafo seguinte resume a esperançosa análise regional de Pereira, baseada neste aproveitamento hidroelétrico:

Que riqueza não seria para a Bahia e para o nosso país, se um plano conjunto, de grandes proporções, pudesse ser levado a efeito, embora por partes, plano êste que incluísse força elétrica, irrigação, regularização dos regimes dos rios e industrialização, agricultura e pecuária, somado a um bem estudado plano de viação aérea, terrestre e fluvial permitindo um transporte fácil, barato e comunicações rápidas, transformando enfim, tôda uma área até agora virgem de trabalhos e obras racionalizadas, e que, possivelmente, seria maior que tôda a área realmente bem aproveitada do Brasil inteiro e que, no momento, se acha entregue ao maior dos abandonos, chegando ao cúmulo das cidades serem iluminadas com péssima eletricidade produzida por velhíssimas máquinas a capar, que consomem lenha cara e madeiras excelentes, como Santa Maria da Vitória e Santana, ou ainda, ao extremo de não terem nenhuma iluminação pública, utilizando querosene importado para sua iluminação particular quando, dentro da cidade, cortando suas ruas uma enorme cachoeira com mais de 10 000 H.P. continua inaproveitada, como é o caso de Correntina... (PEREIRA, G., 1946, p. 15)

Em seguida o artigo de Pereira expõe uma longa e densa narrativa que enquadrava as cidades dos gerais e suas posições em relação aos fatores naturais e sociais da região. Esta análise é bastante exemplar como um estudo/diagnóstico geográfico regional e, por conseguinte, tentaremos aqui assinalar e contextualizar os pontos que mais nos deem elementos para pensar no uso da representação sertão nestes espaços.

A primeira cidade descrita foi a de Correntina e já permite observarmos a caracterização espacial bastante particular e associada com a imagem de ‘deserto’, ‘estagnação’ e ‘fronteira de ocupação humana’:

No contacto do arqueano com o arenito do grande chapadão, na bacia do rio Corrente, está a cidade de Correntina, cidade apenas por força de expressão e necessidade administrativa. Sua localização demonstra o último local em que o homem pôde se fixar, antes da grande viagem que representa a travessia dos altiplanos de arenito em busca do siluriano já descoberto, pela erosão, para oeste do divisor São Francisco-Tocantins, em Goiás. Podemos dizer que Correntina, como Barreiras e São Marcelo, é o último pôrto antes do grande mar de areia que cobre os afloramentos de terras boas para a fixação do homem, na ligação entre as bacias do São Francisco e Tocantins. Cidade pequena, de péssimas casas e sem nenhum recurso maior, Correntina é a sede de um município em que 4/5 do território é de "gerais". A parte restante é de terrenos na maioria arqueanos e onde o homem vive e luta contra a natureza. Sua maior produção, chegando mesmo para uma pequena exportação, é a do arroz, plantado nos pântanos marginais dos grandes rios,

em pleno chapadão de arenito. Na parte arqueana, e nas encostas virgens dos apertados vales em forma de 'V', planta-se mandioca, milho e feijão que mal dão para o consumo local, e, em menor escala ainda, árvores frutíferas e legumes. Algumas fazendas mantêm criatórios, em quantidades mínimas, de gado vacum, cavalos e muias. É um enorme município de população pequeníssima, tôda ela concentrada na parte abaixo do cretáceo, praticamente deserto. (PEREIRA, G., 1946, p. 15-16)

A imagem da cidade como um 'último porto' antes do 'mar de areia' dos gerais é exemplar. Correntina seria o 'último' ponto onde o homem conseguiu se fixar, portanto demarcando uma fronteira natural à ocupação humana. Essa zona fronteira ainda permitiria ao homem 'viver e lutar contra a natureza'. Portanto aqui observamos a representação de espaços limítrofes, nos quais a população humana é de um lado, rarefeita, e de outro, nula. Tal limite, nesta análise de Pereira, está direta e exclusivamente determinado pela formação geológica da paisagem.

A segunda cidade estudada pelo autor foi a de Santa Maria da Vitória, sede da expedição objeto do artigo. A sua posição de último ponto alcançável pela navegação franca no rio Corrente era o grande trunfo da cidade. Desta maneira Santa Maria era um ponto obrigatório de passagem e mudança de modal de transporte. Descendo o rio Corrente a navegação é feita por pequenos navios uma ou duas vezes por mês, e por barcas e canoas à remo, grandes e pequenas, chamadas localmente de 'paquêtes'. Da cidade em direção aos outros centros povoados da região do alto Corrente o transporte se dava em carro de boi ou lombo de mula.

Os produtos que pela cidade passavam em direção ao São Francisco eram basicamente rapadura, algodão, couros e peles, e com menor peso, farinha, feijão, aguardente e até mesmo alguns vinhos próprios da região. Em outro sentido a cidade e a região importavam todos os produtos manufaturados que utilizavam, como tecidos, calçados, chapéus, sal, panelas, pratos, copos e talheres. O autor ainda observa que antes da

(...) guerra havia um caminho que, transitando em estrada carroçável ruim, na época de sêca, fazia viagens para Coribe, vila do município de Santa Maria da Vitória e, algumas vezes, para a cidade de Santana e a vila de Sítio do Mato, pôrto já no rio São Francisco, procurando diminuir as dificuldades causadas pelas poucas viagens - Decorre de tudo isto o atrofiamento constante de tôda a região - e a diminuição das plantações, pois os agricultores e comerciantes não querem ver os seus produtos apodrecerem por falta de transportes. É comum ver-se um grande acúmulo de mercadorias no cais, expostas à ação destruidora do tempo, pois não existem armazéns que as guardem enquanto esperam pelo deficiente transporte. (PEREIRA, G., 1946, p. 17)

Portanto em Santa Maria, diferentemente de Correntina, o principal fator para sua estagnação seria de ordem humana e não natural: a inexistência de vias de transporte eficazes. Ainda assim, devido ao seu posicionamento frente ao sistema de transportes existente, além, principalmente, da sua

posição relativa aos terrenos aproveitáveis agricolamente, Santa Maria era maior, mais desenvolvida e mais populosa do que a primeira cidade analisada por Pereira. Outro problema que limitava o crescimento da cidade eram as periódicas enchentes do rio, em ambas as margens.

Além de uma pequena indústria de manteiga, que não dava conta nem do consumo local, a cidade contava com uma famosa indústria de barcas e canoas, utilizadas na navegação a vela e a remo, do São Francisco e afluentes. Nesta indústria era aproveitada a grande quantidade de boas madeiras obtidas nas matas próximas.

Prosseguindo rio Corrente abaixo,

Como um marco, a separar terrenos de idades geológicas diferentes e mais ou menos a meia distância entre a barra do Corrente e a cidade de Santa Maria da Vitória, está a vila de Pôrto Novo, à margem esquerda do citado rio, e que juntamente com Sitio do Mato, êste à beira do São Francisco, atendem, como portos, às necessidades comerciais do município de Santana. O trecho do rio Corrente, acima de Pôrto Novo, apresenta suas margens bastante cultivadas, com regulares plantações de cana de açúcar, milho, mandioca, feijão, mamona e alguns legumes. Embora estreita, esta faixa nos mostra o que poderá ser esta zona quando bem irrigada. (PEREIRA, G., 1946, p. 18)

Portanto verificamos novamente o marcador geológico usado para definir as zonas estudadas pelo autor. A posição de porto fluvial e de sua área de abrangência também eram diferenciais para classificar as cidades e povoados da região. Sobre as possibilidades agrícolas a partir da irrigação Pereira afirmava que eram utilizados sistemas de madeira de lei das matas próximas e que usavam a própria força do rio para levar a água às 'margens ressequidas'. Embora a duração destes sistemas fosse

(...) muito grande, dada a boa qualidade da madeira, mas, geralmente, estas rodas são destruídas e arrancadas pelas águas por ocasião das enchentes anuais do rio, sendo então reconstruídas. É a luta constante do homem do sertão, abandonado e desarmado dos recursos de que dispõem outros homens de outras regiões, em sua labuta diária contra a natureza. (PEREIRA, G., 1946, p. 19)

Assim sendo o autor usou a palavra sertão para se referir justamente à região que, subentende-se era a região de estudo da expedição. Esta região sertaneja foi contraposta por Pereira àquelas que dispõem mais recursos e onde o homem não estaria 'abandonado'. Sertão aqui também significava um espaço com menor grau de independência frente à 'labuta diária contra a natureza'. A utilização de sertão como classificador de um tipo humano também denota o pensamento do autor, no sentido da existência do sertanejo, enquanto um tipo identitário nacional.

Após Porto Novo o autor aponta que quase desapareciam as culturas, em razão, como nas outras

zonas, da formação geológica do terreno “(...) formação quaternária, e um imenso areal cobre a superfície da terra” (PEREIRA, G., 1946, p. 19). Desta maneira, “o trecho de território entre os rios Corrente e Carinhanha, (...) está inteiramente abandonado, a partir da altura aproximada do meridiano de Santa Maria da Vitória, para leste e até encontrar as proximidades do leito do São Francisco pois suas condições essenciais à vida são más” (PEREIRA, G., 1946, p. 19-20). Esta zona foi descrita por Pereira como uma grande planície, sem água perene e só interrompida pela serra do Ramalho:

De natureza imprópria à conservação ou manutenção de rios ou riachos perenes, tôda esta superfície calcárea inclusive a referida serra, é desconhecida, pois sua penetração é difficilima pela necessidade de transporte de tôda a água necessária. Apenas uma estrada de tropas corta esta zona, correndo, diretamente, de Santa Maria da Vitória para Carinhanha, atravessando a serra Ramalho e passando pelos dois pequenos povoados de Descoberto e Ramalho, um em cada lado da serra. (PEREIRA, G., 1946, p. 20).

Portanto, uma grande área ‘desconhecida’ de características ambientais desérticas, com a vegetação apresentando

(...) todos os ·característicos das caatingas, não faltando as cactáceas, sobressaindo a ‘unha de gato’, que, emaranhando-se densamente e com inúmeros espinhos, donde lhe deriva o nome, impede a passagem dos homens, sendo difícil, até a abertura de uma picada, por mais simples que seja. (PEREIRA, G., 1946, p. 20).

População mais ‘densa’ era encontrada apenas a oeste do meridiano de Santa Maria da Vitória, também numa área definida geologicamente pelos “(...) contactos do arqueano, do siluriano e do cretáceo, (...) já que, possuindo águas perenes e assim mantidas pelo grande reservatório conservado pelo arenito, podem desenvolver a agricultura e a pecuária” (PEREIRA, G., 1946, p. 20-21). Nesta zona existiam as vilas de Coribe (ex-Rio Alegre), na bacia do rio Corrente, e Côcos, na bacia do Carinhanha, ‘vários’ povoados e ‘inúmeras’ fazendas. As plantações de cana eram abundantes, assim como os engenhos e casas de farinha, sendo então a produção de rapadura, aguardente e farinha constante.

O autor ressaltou a fertilidade dos terrenos das bacias dos rios São José (um afluente do Formoso e o outro do Itaguari). Nesta área os habitantes aproveitavam “(...) o grande desnível, desviando as águas por um rudimentar sistema de canais, espalhando-as pelas baixadas calcáreas, onde se desenvolvem as plantações de cana de açúcar. É o que êles chamam de ‘água de rega’, expressão muito conhecida no sertão brasileiro” (PEREIRA, G., 1946, p. 21). Observamos essa utilização da representação sertão para designar a região estudada, salientando que o recorte utilizado foi sertão ‘brasileiro’ e não ‘nordestino’ ou ‘baiano’.

Outro destaque na descrição da paisagem pelo autor era a ocorrência frequente dos desabamentos

de solo, relacionados com a dissolução do calcário pelas águas, e também de muitas grutas, “(...) estando as mais importantes na serra das Porteiras, próximo de Pôrto Novo, e na serra do Ramalho, sôbre a qual, dado o seu quase completo desconhecimento, o espírito do sertanejo ignorante criou lendas verdadeiramente fantásticas” (PEREIRA, G., 1946, p. 21-22). Neste trecho Pereira relaciona o ‘desconhecimento’ de um espaço sertanejo particular à ‘ignorância’ do seu habitante, a qual ensejou a criação de lendas ‘fantásticas’.

Após esta descrição geográfica dos gerais, a segunda zona analisada no artigo de Pereira que relatava a expedição do ano de 1945, foi a do vale do rio São Francisco. O autor iniciou apresentando um quadro geral da zona, sua importância regional, e então passava a descrever os habitantes, em seus tipos, identificados pelas suas atividades. Fechando o capítulo foram apresentadas as cidades e municípios desta zona, numa análise que relacionava fatores naturais e sociais.

O vale do São Francisco, na sua porção estudada situava-se entre o chapadão e a serra do Espinhaço, conformando-se como uma ‘larga e comprida’ planície, a qual tem seu ambiente completamente dominada pelo grande rio, “(...) captando não só as águas, como também as atenções de grande parte do território pátrio” (PEREIRA, G., 1946, p. 26). Neste trecho o rio corre na direção sul-norte, sendo descrito por Pereira como

Acidente geográfico e econômico de marcante importância no cenário brasileiro, via de ligação insubstituível e natural entre o sul e o norte, o rio da unidade nacional, ao cortar a área onde se desenvolveram nossas atividades no ano corrente, está no trecho mais calmo de todo o seu longo percurso, e que corresponde justamente à parte que vai da cidade mineira de Januária à baiana de Remanso, a montante, muito para baixo dos limites setentrionais da área, objeto de nossos estudos.

Limitada a oeste pela serra do Ramalho, que, como frisamos atrás, separa o vale do chapadão, e a leste por uma linha que acompanhando a direção geral do divisor de águas da serra de Monte Alto, continua para o norte, depois de terminada esta, pelos sopés dos primeiros contrafortes da serra do Espinhaço, uma série grande de morros isolados ou paralelos, e já no município de Riacho de Santana, o vale do São Francisco é caracterizado por uma perfeita planície, grande a perder de vista, onde apenas o serrote da Lapa, na encosta do qual está a cidade de Bom Jesus da Lapa, e a serra de Iuiu, muito mais ao sul, comprida e quase paralela ao curso do rio, ambas situadas em sua margem esquerda, destoam, como elevações maiores. (PEREIRA, G., 1946, p. 26-27).

Após esta descrição geral da paisagem natural o autor passou a estudar os habitantes do vale sanfranciscano. O primeiro tipo característico analisado foi o lameiro, o qual “aproveitando a lama das vazantes, (...) aproveita a fertilidade dos ‘lagamares’ e das numerosas ilhas, para fazer suas plantações de legumes, milho, arroz, feijão, mandioca, batatas etc.” (PEREIRA, G., 1946, p. 28). Os lameiros constituíam uma população de ribeirinhos ‘mais ou menos densa’, embora muito pobre.

Suas casas eram feitas a ‘sopapo’,

(...) isto é, de barro puro, seguro por um grande entrelaçamento de varas, armação esta sustentada por ‘pés direitos’ de madeira, muitas vezes de lei. Em alguns casos estas pequenas casas são cobertas de telhas, mas, na maioria, elas o são com cascas de troncos de árvores não possuindo nenhum revestimento nas paredes ou no chão de terra batida, nem cozinha ou aparelho sanitário. Em sua maioria, elas são destruídas, todos os anos, pelas enchentes do rio, e novamente reconstruídas. Apenas salvam-se as que são feitas nos lugares mais altos. (PEREIRA, G., 1946, p. 28-29)

Além da rusticidade das habitações e de sua pobreza Pereira traça um quadro angustiante, no qual transparece um caráter de denúncia, não somente direcionada às autoridades receptoras do seu relatório, mas a todos os leitores da RBG, como podemos verificar no seguinte parágrafo:

Gente sem recursos, de qualquer espécie, êstes brasileiros vivem em grande miséria física, moral e mental, não sendo raros os casos de enormes aleijões e demência. Aumentando o sofrimento dêstes deserdados da sorte, os ‘lagamares’ que lhes dão o ‘pão nosso de cada dia’, também lhes aumentam os sofrimentos, habitat natural, como são as águas estagnadas, dos anofelinos, os mosquitos transmissores da malária, aí nunca combatida. (PEREIRA, G., 1946, p. 29)

O segundo típico habitante ribeirinho do São Francisco descrito pelo autor foram os pescadores. “Pescando em canoas, com rêdes de arrasto ou linha, êles vendem seus produtos nas feiras das duas cidades mais importantes dêste trecho do grande rio: Bom Jesus da Lapa e Carinhanha” (PEREIRA, G., 1946, p. 29). Pereira afirmou que o grande rio era bastante piscoso, “(...) permitindo isto a instalação de uma indústria muito rendosa, são muito apreciados os surubins, os dourados, as curimatãs, e as piranhas do São Francisco, sendo até exportados, depois de secos, sobretudo o surubim, que podemos classificar como o bacalhau do São Francisco” (PEREIRA, G., 1946, p. 29).

Pereira sinalizou uma associação entre estes dois primeiros tipos – os lameiros e os pescadores. Eles seriam quase sempre habitantes da mesma casa e da mesma família, sendo “(...) comum até o mesmo homem ou mulher ter as duas profissões” (PEREIRA, G., 1946, p. 29). Além destes tipos Pereira salienta que

Os ribeirinhos sanfranciscanos se empregam em duas outras atividades: o vaquejamento do gado, pertencente aos grandes criadores, moradores na área fora do alcance das enchentes, onde estão localizadas as casas dêstes latifundiários, e o corte de lenha nas caatingas, que é vendida aos navios a vapor da navegação fluvial. São os ‘vaqueiros’ e os ‘lenheiros’. (PEREIRA, G., 1946, p. 29-30).

Uma grande diferença separava esses dois primeiros tipos descritos: os vaqueiros e lenheiros eram empregados dos fazendeiros, e os lameiros e pescadores eram trabalhadores independentes. Sobre os vaqueiros Pereira relatou que o gado era criado em grandes fazendas, “(...) à sôlta, como o é em tôdas as extensões de ‘carrascos’, ‘caatingas’ e ‘gerais’ do território brasileiro, o que obriga os que

vivem da agricultura a cercar as plantações, evitando, assim, que sejam destruídas”. Os vaqueiros da região estudada, tais como os das ‘caatingas do Nordeste’, “(...) usam o indumento inteiramente feito de couro, com que enfrentam os espinhos e os emaranhados da vegetação agreste desta região, durante suas longas cavalgadas em busca das reses desgarradas nas imensas planuras do vale” (PEREIRA, G., 1946, p. 30).

Sua remuneração era no sistema ‘de quarto’, no qual ganhavam $\frac{1}{4}$ dos bezerros nascidos. O autor lembrou que tal sistema era muito usado no ‘sertão brasileiro’. Pereira ressaltou que

A primeira vista, tem-se a impressão de que este sistema poderia proporcionar, dentro de pouco tempo, algum recurso maior aos ‘vaqueiros’, mas, se levarmos em conta a pequena quantidade relativa de animais criados, as crias que se perdem, por morte, devido ao sistema de criação à solta, às moléstias não combatidas, ao grande número de membros das famílias desses homens, sempre doentes, como também à enorme falta de instrução, chegamos à conclusão de que eles jamais poderão ter recursos maiores, levando toda a vida num grande estado de pobreza. (PEREIRA, G., 1946, p. 30-31).

Os proprietários do gado e das fazendas eram também os patrões dos lenheiros. Tal atividade foi criada a partir do estabelecimento da navegação a vapor na região, em meados do século XIX. Desde então a navegação foi feita por

(...) ‘gaiolas’ de pequena capacidade de carga, e utilizando lenha como combustível (...). Não tendo capacidade para o transporte de grandes quantidades de combustível que lhes permita a viagem, sem reabastecimento, por um percurso maior, estes ‘gaiolas’ têm suas etapas dependentes dos ‘portos de lenha’, lugares, na margem do rio, onde a situação do canal permite a atracação, e onde são acumuladas as toras de madeira cortadas na caatinga e arrumadas de maneira a facilitar a medição da quantidade necessária em cada vez. (PEREIRA, G., 1946, p. 31).

Os lenheiros faziam suas habitações próximas ao porto e cabia-lhe “(...) além do corte da lenha, feito nas caatingas para além da zona do ‘lagamar’ e trazido para a margem do rio em carros de boi ou animais, muares ou jumentos, a fiscalização de sua venda” (PEREIRA, G., 1946, p. 31). A cada metro cúbico de lenha cortada e transportada os lenheiros ganhavam em média dois cruzeiros, contudo os ‘gaiolas’ as compravam por cinco ou seis cruzeiros, “(...) lucrando assim, o proprietário da fazenda e da lenha, sem nenhum trabalho, o duplo do que paga a quem trabalha e lhe dá margem a este ganho” (PEREIRA, G., 1946, p. 31-32). O caráter denunciador exposto pelo autor ganha aqui aspecto diferente. Não é somente o abandono pelas autoridades, mas a exploração pelos grandes proprietários de terra dos lenheiros e seu trabalho. A seguir o autor aprofundou ainda mais sua crítica, generalizando esta situação de ‘exploração social’ para a maioria dos habitantes dos sertões brasileiros:

Este caso, como muitos outros, vem mostrar o estado de miséria e de exploração social em que

vive o ribeirinho sanfranciscano, como a maioria dos sertanejos brasileiros, não tendo chegado até aí os benefícios das leis sociais brasileiras, que só são aplicadas no litoral e circunvizinhanças! (PEREIRA, G., 1946, p. 32) (Figura 51)



Figura 51: “Vemos nesta foto o estado de pobreza da zona ora estudada. Esta casa está caindo como se vê e seu proprietário, pobre lavrador, não conta com recursos para os simples consertos. A construção, em taipa, com cobertura de telhas, é característica. Trechos de paredes, caiados, mostra a proximidade do calcáreo”. Fonte: PEREIRA, G., 1945, p. 55.

Deste modo Pereira opunha os sertões brasileiros ao litoral e suas proximidades, além de acentuar esta dicotomia pela concepção de que nos sertões as leis ‘sociais’ não eram aplicadas. Logo identificamos nesta ‘denúncia’ do autor uma nova característica associada a representação de espaços como sertões: a exploração do trabalhador, principalmente sustentada através da extrema desigualdade na posse das terras. Assim, o grande proprietário de terra é também o dono de todos os recursos com os quais os trabalhadores, a grande maioria da população, realiza seus labores que permitem sua sobrevivência. Tal situação é referendada nos sertões pela ineficiência da ação estatal que garantisse o mínimo de direitos, como observou Pereira.

O autor ainda relatou que o lenheiro executava um trabalho ‘árido’, de ‘sol a sol’, o que tornava ainda mais acintoso o contraste com o grande proprietário, que muito lucrava ‘sem nada trabalhar’. Esta situação repetia-se segundo Pereira por todos os sertões brasileiros, mas especificamente em relação ao ribeirinho lenheiro do São Francisco o autor mencionou que tal atividade ocupava muita gente, devido à constante necessidade de reabastecimento das gaiolas, e da conseqüente grande quantidade de ‘portos de lenha’ ao longo do curso do São Francisco e de seus afluentes navegáveis.

Esta denúncia de Pereira encerrava a parte sobre os tipos característicos do capítulo que estudou a região do vale do rio São Francisco. Em seguida o autor analisou mais detidamente as cidades e suas regiões. No trecho do rio abrangido pela expedição de 1945 apenas duas cidades situavam-se em suas margens. No extremo norte dessa área, próxima a barra do rio Corrente, encontrava-se a cidade de Bom Jesus da Lapa. No outro extremo do trecho estudado, na foz do rio Caririnha, a cidade de mesmo nome.

Esse posicionamento, ainda como pequenos povoados, foi primeiramente condicionado por servir de base aos ‘heroicos’ bandeirantes ‘desbravadores’ das bacias dos grandes afluentes do São Francisco. Mais adiante cresceram e desenvolveram-se conforme o desenvolvimento destas bacias, mas também por servirem de portos intermediários da regular navegação da linha tronco Pirapora (MG) – Juazeiro (BA), em seus quase 1400 quilômetros cursados por grandes vapores.

Entre Bom Jesus da Lapa e Caririnha, cerca de 30 léguas pelo rio, existia o maior trecho do médio São Francisco navegável sem cidades ou portos maiores. Somente pequenos povoados ou casas esparsas de moradores ribeirinhos eram encontrados nas margens, entre estas duas cidades. Essa situação foi justificada de maneira geral pela “(...) existência dos ‘lagamares’, lagoas e meandros, além da pequena elevação das margens e a proximidade de um interior muito pouco habitado e, conseqüentemente, sem produção exportável ou necessidade de importação” (PEREIRA, G., 1946, p. 32).

O autor caracteriza estes espaços como ‘inabitados’, ‘muito pouco conhecidos’, ‘inaproveitáveis’, isto principalmente devido

(...) à absoluta falta de água perene, já que todos os afluentes do São Francisco são intermitentes, com exceção apenas do Verde Grande, na margem direita, e do Carinhanha e Corrente, pela esquerda, no trecho em questão, esta zona é inaproveitável, no momento, para o nosso homem, desprovido como está, e já o frisamos, para enfrentar as dificuldades opostas pela natureza. Por estas razões, uma vasta zona está inabitada, sendo muito pouco conhecida, e, assim mesmo, por alguns vaqueiros e em pequeno número de pontos. Sua densidade de população é baixíssima e inferior a um habitante por quilômetro quadrado. (PEREIRA, G., 1946, p. 42).

Por conseguinte, a ocupação humana, com ‘aglomerados humanos de importância’ era somente possível nos sopés das serras. Nesta zona havia a possibilidade de aproveitamento de alguns riachos e nascentes, as quais, logo eram absorvidas para o lençol subterrâneo. Neste sentido Pereira citou a região de luiu e

(...) mais para o norte (...) encontramos, às margens de algumas lagoas, uma esparsa ocupação humana representada pela existência de várias fazendas, cujas atividades são agora dirigidas para

a criação, em vista da pequena quantidade de água disponível não permitir um aproveitamento agrícola. Também no município de Palmas de Monte Alto, para leste da serra de Iuiu, é encontrado um tipo de ocupação humanas semelhante. Muitas destas lagoas são, aliás, feitas pelo próprio homem, barrando, nos lugares mais favoráveis, os cursos dos rios intermitentes, conseguindo assim reter o resto da água que passa, ao se aproximar a época da seca. Uma quantidade apreciável dessas lagoas seca, com o prolongamento da estiagem, em vista não só da quantidade de água retida ser pequena, como também pela infiltração e forte evaporação a que estão sujeitas. (PEREIRA, G., 1946, p. 43-44).

Portanto para Pereira tais ocupações humanas comprovavam que

Ao fazer êstes rústicos aproveitamentos, os poucos habitantes desta vasta área do vale mostram, o quê aliás está claro para os estudiosos, que não é a falta de água ou a má qualidade dos terrenos que provoca o inaproveitamento de tal região, mas sim a absoluta falta de interesse por parte dos responsáveis pelo bem-estar do povo. Cremos que fácil seria a realização de um plano de irrigação, como já insistimos, aproveitando, não só a água que por aí passa, em grande volume, nas épocas de chuvas, como também, por elevação da parte disponível na descarga do rio São Francisco e seus afluentes, transformando assim a fisionomia tristonha desta parte de território que poderia manter uma população muitas vêzes superior, porém, até agora destinada, por inteiro, a um criminoso abandono. (PEREIRA, G., 1946, p. 44).

Neste parágrafo transparece o aspecto de denúncia, desta feita bastante dura para com os 'responsáveis pelo bem-estar do povo', qualificados como responsáveis pelo 'abandono criminoso' desta grande região. Observamos também que a denúncia de Pereira parte de uma constatação científica, porém foi reforçada por bem-sucedidos exemplos de alternativas desenvolvidas localmente.

Como já visto as duas únicas cidades neste trecho do vale do São Francisco eram situadas próximas ou justamente nas barras de dois afluentes navegáveis do grande rio. Além deste fator a cidade de Bom Jesus da Lapa deve sua localização à existência da gruta de mesmo nome, onde foi construída uma pequena igreja e santuário em louvor do Senhor Bom Jesus da Lapa. Estritamente em relação às suas posições como pontos estratégicos de conexão entre a região da bacia de seus afluentes e o rio da integração nacional, Bom Jesus já levava vantagem sobre Cariranha, pela maior riqueza da bacia do rio Corrente em comparação com a do rio Cariranha. Todavia, o maior fator de desenvolvimento de Bom Jesus da Lapa era a presença do santuário, destino da

(...) peregrinação anual de elevado número de sertanejos que, vindos de várias localidades e regiões muitas vêzes grandemente distantes, por ocasião dos festejos anuais em honra ao dos festejos anuais em honra ao Senhor Bom Jesus da Lapa, o santo mais credenciado de todo o sertão brasileiro, aí se reúne, fazendo a festa religiosa mais conhecida fora do litoral. (PEREIRA, G., 1946, p. 34).

Mais uma vez Pereira se valeu da representação sertão para designar um tipo humano, um local, e uma região. O recorte aqui não é muito claro, mas seria provavelmente coincidente com a área na

qual fosse marcante este laço espiritual – a devoção ao Senhor Bom Jesus da Lapa. O quadro traçado por Pereira sobre a época das festas religiosas anuais era caótico:

Nestas ocasiões, espessa nuvem de pó cobre a cidade e arredores, piorando de muito a situação higiênica deste aglomerado humano, já bastante precária pela absoluta falta de banheiros e aparelhos sanitários, comum em nossos sertões. Além de tudo temos a acrescentar a quantidade de doentes que para aí acorrem, na esperança de um milagre que cure a lepra, a tuberculose ou a loucura que os acometem, cumprindo acrescentar que não existe nenhuma instituição hospitalar na cidade, o que contribui também para ameaçar grandemente toda esta população que delira, em sua ignorância, sem se aperceber do perigo que todos correm. (PEREIRA, G., 1946, p. 35).

Por outro lado, estes eventos eram a maior fonte de renda para a população que vive permanentemente na cidade. Neste sentido, o maior fator de desenvolvimento da cidade era também um fator de ameaça a toda sua população, pela insalubridade gerada. O autor considerava ainda que tal situação era ignorada e, assim, agravada pelo ‘delírio’ provocado pelo fervor religioso característico destas ocasiões.

Outro fator mais recente de ‘impulso’ ao desenvolvimento da cidade, e de sua saída do ‘marasmo’, era a existência de um ‘bom’ aeródromo. Pereira observou que Bom Jesus estava nas linhas da Navegação Aérea Brasileira que, partindo do Rio de Janeiro, seguiam para Recife, Fortaleza, Teresina ou Belém, diretamente ou com escalas em Belo Horizonte, Pirapora e Juazeiro. O aeródromo também era utilizado pelo Correio Aéreo Nacional, em sua linha São Francisco.

Em relação às estradas carroçáveis o autor destacou a que conectava a cidade “(...) ao restante da banda oriental da Bahia e a grande parte do Brasil, (...) a põe em contacto com o plano geral de rodovias de 1ª classe que deve alcançá-la, no plano rodoviário da Bahia, e ainda não passou da cidade de Brumado” (PEREIRA, G., 1946, p. 36). Entretanto, esta estrada tinha o tráfego muito reduzido, “(...) já que os produtos exportáveis que saem de Bom Jesus da Lapa não podem ser transportados em veículos de tração a gasolina, pelo elevado frete que lhes é peculiar” (PEREIRA, G., 1946, p. 36).

Assim, embora contasse com a comunicação via telegráfica, postal, e pela navegação fluvial com o ‘resto do Brasil’, para Pereira, a cidade necessitava “(...) de um melhor e mais rápido transporte para a capital do Estado da Bahia, que as duas linhas aéreas citadas não alcançam senão indiretamente” (PEREIRA, G., 1946, p. 36).

O percurso para Salvador pressupunha descer o São Francisco até Juazeiro para daí prosseguir em ferrovia. Em termos de comércio e transporte da produção da região, essa rota obrigava

(...) a qualquer produto que se destine a Salvador, ou a outros centros consumidores, a fazer uma

grande volta, num percurso desnecessário (...). Como resultado desta insuficiência temos o entravamento do progresso em toda a bacia do Corrente e nas zonas de dependência de Lapa e outros portos na mesma situação, inclusive Carinhanha. Cremos que a única solução para o caso seria a construção de uma ferrovia que, sendo um prolongamento da Central da Bahia, trouxesse diretamente ao litoral, o arroz, a farinha e a rapadura aí produzidas e que, sendo produtos de baixo custo e facilmente deterioráveis, não suportam, para serem comerciáveis, fretes elevados ou longas esperas por um transporte moroso. Como acontece em todo o Brasil, ainda aqui é o transporte deficiente o culpado pelo atraso e pelo abandono em que vivem muitas áreas brasileiras. (PEREIRA, G., 1946, p. 36-37).

Portanto o autor caracterizou grandes áreas que por deficiências nos transportes tem seu progresso 'travado'. Neste sentido o problema de Bom Jesus da Lapa era o mesmo que a outra cidade do trecho do vale do São Francisco estudado, Caririnha. A cidade, segundo Pereira, era pequena e com muito pouco recursos, porém sede de um dos maiores municípios da Bahia. Contudo, grande parte destes terrenos são de 'difícil e caro' aproveitamento: os gerais e as caatingas descritas na primeira seção do artigo. Desta maneira, "apenas nas redondezas da vila de Côcos, na zona do chapadão, da vila de Iuiú, na encosta da serra do mesmo nome, já na zona do vale, e nos 'lagamares' das margens do São Francisco, são tirados alguns produtos que justificam a existência de Carinhanha como município" (PEREIRA, G., 1946, p. 37).

Esses produtos eram, principalmente, os couros, o algodão, o milho e a borracha de mangabeira. Duas indústrias situavam-se em Caririnha: uma usina de beneficiamento de algodão e outra de arroz. Assim como Bom Jesus da Lapa e grande maioria "(...) de cidades e outros centros povoados de nosso vasto *hinterland*, não possuem serviços de água encanada ou esgotos, utilizando, para as necessidades domésticas, a água do grande canal, que é transportada em lombo de animais ou, na cabeça, por homens e mulheres" (PEREIRA, G., 1946, p. 41). Notamos o uso de '*hinterland*' para se referir não somente a região em estudo, mas a todo o interior do país.

Mais adiante, ao descrever as feiras da região o autor utiliza a representação sertão novamente para se referir, supomos, aos sertões nordestinos, espaços nos quais tais feiras são tradicionais. Estas constituíam-se em eventos nos quais os lameiros e roceiros vendiam suas produções e com o dinheiro adquirido compravam itens manufaturados e utilizavam os serviços disponíveis nos centros urbanos:

Semanalmente, por ocasião das feiras tão comuns no sertão, são centralizadas as atenções gerais destas cidades, fazendo as famílias os seus abastecimentos de gêneros alimentícios (...). É nos dias de "feira" que os sertanejos fazem as maiores transações comerciais e tomam resoluções com que orientam sua vida sempre de grande simplicidade. (PEREIRA, G., 1946, p. 41).

Pereira após estes comentários iniciou então seus relatos sobre a terceira e última zona do vale do

São Francisco visitada pela expedição:

Ao abandonarmos a grande planície do vale do São Francisco (...) verificamos imediatamente que uma nova zona nos espera. É a zona do Espinhaço, o grande sistema montanhoso da orografia brasileira que, num longo trecho, serve de divisor de águas oriental da imensa bacia hidrográfica do conhecido rio. (PEREIRA, G., 1946, p. 46).

Esta zona possuía uma topografia crescentemente montanhosa, e assim, diferente da ‘monotonia das planuras’ das duas outras zonas estudadas – o chapadão e o vale. Tal contraste foi explicado pelo Espinhaço ser constituído por uma

(...) geologia inteiramente diversa da até agora vista, uma vegetação também diferente e mais rica e um sistema de vida mais ativo e com o homem aplicando suas energias em trabalhos que representam maior progresso e também demonstrando maior ambição aguçada pela maior facilidade na realização de negócios. (PEREIRA, G., 1946, p. 46)

Nos sopés da serra de Monte Alto encontravam-se dois centros populacionais de ‘relativa’ importância. A cidade de Palmas de Monte Alto era sede do município de mesmo nome e estava então

(...) em período de decadência, depois de, em período áureo que não vai longe, haver dominado, economicamente, toda a região. Suas casas estão velhas e arruinadas, como testemunhas das antigas lutas políticas que tanto prejudicaram a vida dos sertões. Também a recente crise de gasolina muito prejudicou o comércio local, já que todo o seu transporte é feito por estradas carroçáveis. (PEREIRA, G., 1946, p. 47).

O autor não se aprofundou sobre qual teria sido o teor destas ‘lutas políticas’, mas observamos sua utilização como fator que ‘prejudicaria’ a ‘vida dos sertões’. Já a vila de Mutans, pertencente ao município de Guanambi, estava construída no outro lado da serra de Monte Alto, às margens de uma grande lagoa, e encontrava-se em progresso:

Esta vila domina uma grande área, centro que é de irradiação de estradas de tropas que se dirigem às vilas de Pindaí e Guirapã. Também por estradas carroçáveis ela está ligada a Palmas de Monte Alto e Guanambi, donde, por outras estradas, é feita a ligação com o restante da zona e com o vale do São Francisco. Hoje ela está em progresso, estando seus moradores, na maior parte, ocupados numa usina de beneficiamento de algodão e em culturas diversas como as de algodão, feijão, cana, fabricando também rapadura e farinha, para o que utilizam as águas da lagoa e dos pequenos córregos que descem da serra. (PEREIRA, G., 1946, p. 48).

Pereira destacou a presença na região de várias grandes lagoas, e como se desenvolveram nas suas margens vários povoados, vilas ou fazendas, aproveitando-lhes a água. Quanto aos rios da zona do Espinhaço afirmou serem eles prejudicados pela “(...) extraordinária evaporação provocada pelos ventos quentes e secos que descem do alto do Espinhaço, depois de aí deixarem toda a umidade” (PEREIRA, G., 1946, p. 50). Consequentemente os rios secavam periodicamente, e somente restavam pequenas lagoas. Desta maneira “apenas nas encostas das serras, onde estão situados os maiores

centros de população, encontramos água perene que, logo que alcançam os terrenos da baixada, são invariavelmente evaporados” (PEREIRA, G., 1946, p. 50).

Como tentativas de superar a falta de água os habitantes dessa zona construíam açudes, barragens, ou aumentavam o nível do sangradouro das lagoas, elevando o volume de água represada. Pereira argumentou que embora tais obras diminuíssem

(...) os efeitos devastadores das temporadas sem chuvas mas, tôdas as vêzes que elas se prolongam por mais de um ano, as águas desta forma retidas se esgotam, vindo então o grande flagelo que todos conhecemos como acontecimento exclusivo do Nordeste, mas que, também aqui, se faz sentir em tôda a plenitude. É a sêca, trazendo os sofrimentos, os prejuízos morais e materiais e também a morte, para animais, vegetais e para o homem que teima em não abandonar a terra que tanto ama, e aguarda que um govêrno providencial se lembre que êle aí vive, guardando, bem guardado, um pedaço do Brasil. Ainda aqui, e mais uma vez, insistimos num programa de irrigação bem distribuída que possa permitir o aproveitamento agrícola por todo ano, das margens dos canais abertos, não sendo bastante, como já verificamos em muitas ocasiões, a simples construção de açudes, por maiores que sejam. (PEREIRA, G., 1946, p. 50-51).

Primeiramente notamos novamente que a delimitação da região Nordeste utilizada pelo autor não inclui a região estudada. Todavia, neste parágrafo e em outros já por nós destacados, fica claro que Pereira refere-se constantemente ao Nordeste para comparar alguma característica coincidente com a área em análise. Seja esta característica a ocorrência da caatinga, como já visto anteriormente, ou das secas, ambas identificadas como elementos tradicionalmente característicos da região Nordeste. Outro destaque no parágrafo acima citado é o retorno do aspecto de denúncia, aqui acompanhado de uma confirmação do amor pela terra dos seus habitantes, e do abandono destes pelos governos.

Conforme Pereira, a constância dos ventos quentes e secos advindos do alto do Espinhaço além de causar a seca também provocava a existência de grande quantidade de sal na superfície da terra. O sal era usado tanto para cozinha como para o gado:

(...) o gado é o maior beneficiado por êste acontecimento, pois êle lambe a terra, completando assim, por um processo tão natural, as necessidades orgânicas.

As mulheres de Pajeú, (que, por sinal, é conhecida como Pajeú do Vento), chegam a extrair cêrca de vinte litros de sal de cozinha, diariamente. Utilizam, para isto, os processos mais primitivos, como seja a simples lavagem da terra extraída, para depois, aquecê-la em tachas, com o auxílio do fogo, aproveitando o resíduo, que nada mais é que o cloreto de sódio. (PEREIRA, G., 1946, p. 52-53).

Nestas condições a grande atividade na área era a pecuária. Segundo Pereira informou um ‘ciclo’ agrícola havia passado anteriormente, o que se observava na paisagem, com vários ‘bons’ engenhos abandonados por completo. Assim, à época da expedição apenas as “(...) pessoas de menores recursos recorrem às plantações, para sua própria subsistência e dos moradores dos aglomerados

humanos que lhes ficam mais próximo” (PEREIRA, G., 1946, p. 54). Tinham maior destaque as culturas de mandioca, milho, mamona, algodão e o feijão. Da mandioca era produzida a farinha, “(...) alimento básico do sertanejo que, com o feijão e o milho, é vendida nas feiras. O algodão é levado para os lugares onde existem usinas, para ser beneficiado e exportado. Também a mamona é exportada, quando não é aproveitada para o fabrico do azeite” (PEREIRA, G., 1946, p. 55).

Por outro lado, Pereira observou que “os habitantes desta zona, de mais recursos que os ‘geralistas’, compram nos comércios os tecidos de que necessitam, não se vendo aqui, os teares caseiros tão comuns no grande chapadão” (PEREIRA, G., 1946, p. 55). A seguir o autor fez um interessante comentário, relacionando a densidade populacional em toda a zona do Espinhaço diretamente a dois fatores: o relevo montanhoso e a proximidade com a estrada dos Romeiros. “Assim é que, quanto mais montanhoso, mais populoso é o trecho. Nas partes mais planas, onde é maior a evaporação (...) a população é menor em vista da falta d'água” (PEREIRA, G., 1946, p. 55). Quanto à estrada dos Romeiros:

(...) como é conhecida a estrada carroçável que, vindo de Espinosa, em Minas Gerais, entra na Bahia, dirigindo-se para Bom Jesus da Lapa, passando por Urandi, Guanambi e Riacho de Santana. A afluência de ‘romeiros’, que anualmente visita o santuário da Lapa é enorme, e, por esta estrada passa o maior número dêles, e, talvez, os de maiores posses, pois são justamente, os ricos criadores de gado da alta bacia do Jequitinhonha, em Minas Gerais. Sendo péssimas as condições desta estrada, as necessidades de pouso são constantes, de maneira a ajudar grande número de pessoas que vivem de alugar pastos e dar hospedagem a tôda esta imensa quantidade de viajantes, como também a fazer outros negócios, os quais nunca faltam nestas ocasiões. Riacho de Santana é, neste caso, a mais favorecida de tôdas elas, pois, além de ser o último pouso obrigatório dêsses ‘romeiros’, por aí também passam e pousam os que vêm de outras zonas, como seja das Lavras Diamantinas, da região de Macaúbas, Brotas etc. (PEREIRA, G., 1946, p. 55-56)

Neste sentido Pereira confirmava sua tese comparando as densidades populacionais municipais. Palmas de Monte Alto, em área mais plana e longe da estrada dos Romeiros, tinha então uma densidade de população de 1,82 hab./km², Riacho de Santana, “(...) desfavorecido pelas condições naturais, mas muito ajudado pela ‘Estrada de Romeiros’, tem um coeficiente de 5,26. Já Guanambi, ajudado por ambas as condições, tem uma população de 9,58 habitantes por quilômetro quadrado”.

Assim sendo Guanambi era a cidade maior e mais importante da subzona dos contrafortes do Espinhaço. Para tanto contribuía além dos fatores citados acima a cidade ser um entroncamento rodoviário “(...) ligando-a diretamente com Riacho de Santana, no norte, Palmas de Monte Alto, a oeste, Caetitê, a leste, e Urandi, ao sul e, indiretamente, ao vale do São Francisco, por Lapa, ao resto do território baiano e a Minas Gerais, e conseqüentemente, a todo o Brasil” (PEREIRA, G., 1946, p.

56). Como destaques de Guanambi frente aos outros centros populacionais da região Pereira indicou as casas ‘boas’ e de ‘bom aspecto’, o arruamento e ‘várias’ praças, a presença de ‘vários’ aparelhos de rádio, o que denotava ‘um maior progresso e cultura’, ‘vários’ automóveis e caminhões (as ‘máquinas’, meio de transporte mais utilizado), a importância comercial, e a presença de “(...) duas usinas de beneficiamento de algodão, sendo uma pertencente ao govêrno federal e a outra de propriedade particular” (PEREIRA, G., 1946, p. 56).

A cidade seguinte nesta escala formulada por Pereira era Urandi, ‘encravada’ entre montanhas, e tendo a passagem da estrada dos Romeiros. Urandi atravessava um ‘grande surto de progresso’ com o início das obras de prolongamento da Ferrovia Bahia-Rio. Para completar esta importante ligação faltava apenas o trecho da vila baiana de Contendas³⁹ à cidade mineira de Montes Claros. A chegada das turmas de construção da ferrovia já movimentava o comércio local e criava para Urandi “(...) um problema inteiramente desconhecido tal seja o de insuficiência de habitações, apesar das construções novas feitas pelos próprios ferroviários, trouxe, no entanto, como já frisamos, vida nova a uma comprida faixa até então em constante marasmo” (PEREIRA, G., 1946, p. 56-57).

Desta maneira, a ‘possível’ e ‘próxima’ chegada da ferrovia traria um estado de ‘progresso normalizado’, no qual Urandi seria o centro de convergência de toda a zona então estudada, concentrando o comércio. Esta cidade já era iluminada com luz elétrica, advinda do aproveitamento hidráulico da queda da Boa Vista, no rio da Raiz.

As duas cidades seguintes, em ordem de importância definida no artigo eram Riacho de Santana e Palmas de Monte Alto. Nas redondezas da primeira cidade, “(...) um grande número de fazendeiros mantém pastos que são alugados aos romeiros, tirando disto boa renda” (PEREIRA, G., 1946, p. 57). Outra atividade era o aproveitamento dos terrenos às margens dos vários meandros antigos do referido rio, para culturas diversas como cana de açúcar, arroz, mandioca e feijão.

Os transportes desta subzona dos contrafortes do Espinhaço eram feitos por meio de carros de boi ou tropas de muares, das fazendas e povoados menores até as cidades. Destas, seguiam em máquinas por estradas carroçáveis, com destino à cidade de Brumado. Desta última estação àquela época da Estrada de Ferro Central da Bahia ia-se diretamente para a capital baiana. Pereira comentou sobre a vantagem desta rota em relação à utilizada nas outras zonas – a navegação do São Francisco

³⁹ Mais adiante em seu artigo, Pereira cita que a cidade de Brumado teria substituído a vila de Contendas, com o avanço das obras de prolongamento da Ferrovia.

(esta com duração duas vezes maior que a primeira):

Não possuindo, na lista de seus produtos exportáveis, senão peles, algodão, mamona e gado em pé, produtos valorizados ao extremo, a sub-zona dos contrafortes do Espinhaço pode utilizar o transporte citado, já que êstes produtos suportam, perfeitamente, o elevado custo dêsse meio de transporte, evitando assim a deficientíssima navegação do rio São Francisco, com a qual não mantém nenhuma relação comercial, não só por ela não corresponder às expectativas, não dando, como já dissemos, vazão às pequenas necessidades próprias do vale, como também pelo grande percurso, com dispêndio de longo tempo, a que os produtos ficam obrigados, em vista da falta de outras vias de ligação com o litoral, além das ferrovias que partem de Juazeiro e Pirapora. (PEREIRA, G., 1946, p. 57).

Contudo, essa opção por utilizar as poucas ferrovias existentes em detrimento da navegação fluvial sanfranciscana não era uma peculiaridade desta zona. Áreas mais ao norte também faziam essa opção. Neste sentido o autor reforçou a necessidade da construção de ligações ferroviárias que alcançassem o grande rio nas alturas das cidades de Lapa e Barra: “Isto, como já vimos, é projeto antigo, hoje abandonado, e que, se concretizado, outra seria a situação das áreas que temos percorrido nestes últimos anos de explorações geográficas” (PEREIRA, G., 1946, p. 58).

Outras vantagens do modal ferroviário frente ao rodoviário eram os altos custos do segundo:

(...) que além de tudo, requer uma larga importação, uma vez que não produzimos os caminhões e seus combustíveis, lubrificantes e peças sobressalentes, contribuindo isto largamente para a saída de ouro nacional, pesando muito para o desequilíbrio da balança comercial, além de nos colocar em difícil e quase insolúvel situação em caso de guerras com potências marítimas, como acaba de acontecer, e em que fique paralisado, quase por completo, o nosso intercâmbio comercial com os países de além mar. (PEREIRA, G., 1946, p. 58).

O combustível para as ferrovias deveria ser substituído da lenha pela hidroeletricidade. Esta era uma grande aposta de Pereira, as potenciais ‘imensas riquezas’ da energia hidráulica: “Assim evitaremos o consumo de carvão de pedra, que até o momento não temos de boa qualidade e abundante, ou de lenha, pondo um paradeiro seguro à contínua devastação de nossas já semi-destruídas matas” (PEREIRA, G., 1946, p. 58). Neste sentido conclui:

Por tais fatos, somos partidários da construção de ferrovias que permitam um transporte cômodo, seguro e barato, para os longos percursos (...). A nosso ver, as rodovias devem ser construídas como elementos subsidiários das ferrovias, irradiando das estações ferroviárias e nelas concentrando todos os produtos das áreas próximas, mas nunca para as substituir, pois que, embora de menor custo serão, no entanto, eternamente, um fator negativo no barateamento da vida. (PEREIRA, G., 1946, p. 59).

A questão dos transportes era central nas preocupações geográficas de Pereira. Apesar de alguns dos quadros naturais descritos terem sido não muito animadores ele apostava que a existência de transporte regular e barato possibilitaria um franco ‘progresso’ à toda a região estudada, nas sucessivas expedições. E esta ‘solução’ não seria exclusiva dessa zona, mas de todo o *hinterland*

nacional, também identificado pelo autor em outras passagens como o interior, ou os sertões brasileiros. Tal sentimento foi claramente exposto no trecho citado a seguir:

Desta forma e completando este sistema com a navegação fluvial bem organizada e linhas aéreas inteligentemente distribuídas, de maneira a todos os meios de transportes trabalharem coordenadamente e se completarem, pensamos resolver o problema do transporte do Brasil - um dos pontos mais fracos em nossa organização de país independente, e com êle muitos outros que lhe são dependentes como sejam a educação, a saúde pública, a indústria e o abastecimento das grandes cidades do litoral - vindo, assim, permitir uma maior exploração mineral e agrícola do *hinterland* quase desconhecido, além de baratear o custo da vida, e trazer muitos outros benefícios a nós, brasileiros. (PEREIRA, G., 1946, p. 59).

Outra subzona alcançada pela expedição foi a do Alto do Espinhaço: “Finalmente, depois de subirmos por um dos inúmeros boqueirões cavados pelos pequenos rios, que daí nascem, e alcançarmos o alto do Espinhaço verificamos que a primeira impressão desta imensa serra, que se nos afigurava, de longe, não representa a realidade” (PEREIRA, G., 1946, p. 59). Isto porque ainda existiam mais duas ou três séries de planaltos até o divisor de águas São Francisco-rio de Contas.

Uma observação feita pelo autor dava conta de que em sua avaliação as três zonas estudadas tinham uma situação climática ‘inteiramente’ semelhante, com apenas as duas estações, chuvosa e seca. No Alto Espinhaço “O homem (...) fixou-se nos vales, construindo suas casas e suas roças nas margens dos rios ou pequenos riachos que favorecem a agricultura, povoando os terraços que ficam fora de alcance das enchentes comuns nas épocas das ‘águas’” (PEREIRA, G., 1946, p. 64). Nas partes mais baixas Pereira relata que eram construídas pequenas barragens. Isto ocorria principalmente nas partes mais ao norte desta subzona, “(...) onde a sêca assola com muita intensidade” (PEREIRA, G., 1946, p. 64).

Devido à maior quantidade de água então existente nesta subzona a atividade preponderante era a agricultura. Conforme a área oferecesse mais ou menos água eram estabelecidas as culturas molhadas (a cana de açúcar) e as secas (algodão e mandioca). A pecuária exportava gado em pé “(...) para os grandes mercados do Estado - Jequié e Feira de Santana, - onde é vendido nas grandes feiras regulamentadas que aí se realizam semanalmente” (PEREIRA, G., 1946, p. 65).

Outra atividade existente nesta zona era o aproveitamento dos recursos minerais, principalmente a exploração de ametistas, ‘célebres no mundo inteiro’. O principal centro desta exploração era a vila de Brejinho das Ametistas, onde existia uma oficina de lapidação, de onde saíam as pedras, já prontas para o comércio

(...) formada nas proximidades do local onde os cristais são encontrados em maior quantidade.

Localizados a jusante do riacho que passa na vila, os depósitos de ametistas vêm causando uma pequena transformação na topografia da área, já que os 'garimpeiros' fazem verdadeiros desmontes de pequenas colinas, para retirar da argila que as constitui os seixos onde está o objeto de seu labor. Quando as ametistas assim retiradas são de inferior qualidade, são queimadas em 'borralho', transformando-se assim em falsos topázios, e dêste modo comercializadas. (PEREIRA, G., 1946, p. 67).

Sobre este aproveitamento dos recursos minerais, Pereira comentou que o homem do alto do Espinhaço estaria "(...) aproveitando, como sempre acontece no sertão, a situação que a natureza lhe apresentou" (PEREIRA, G., 1946, p. 66). É interessante destacarmos a relação construída entre a caracterização espacial sertão e a proximidade, a dependência da natureza.

Pereira citou que "Em épocas que não vão longe, notava-se um grande movimento populacional nesta área como nos contrafortes, em direção aos cafezais de São Paulo, onde a sêca não os impedia de progredir" (PEREIRA, G., 1946, p. 64). Todavia, na época da expedição, principalmente, segundo Pereira, por conta da chegada da ferrovia "(...) êste movimento cessou, pois êles muito amam a terra em que nasceram, empregam suas atividades na zona, tornando-se 'garimpeiros', termo genérico empregado na região para caracterizar as pessoas que trabalham cavando a terra" (PEREIRA, G., 1946, p. 64).

Todos os principais centros populacionais eram ligados entre si por 'extensa' rede de estradas carroçáveis. "De uma maneira geral, tôdas elas procuram confluir em Contendas, ponto extremo, até há pouco tempo, da ferrovia Central da Bahia, concentrando nesta vila, já na bacia do rio de Contas, todos os produtos comerciáveis do Espinhaço" (PEREIRA, G., 1946, p. 65).

O autor já relatava a ansiedade existente pela concretização da ligação entre a Viação Férrea Federal do Leste Brasileiro com a Central do Brasil, a qual em Montes Claros, Minas Gerais, corria na bacia do São Francisco. Neste sentido Pereira previa que a zona estudada, principalmente em sua porção sul, "(...) entrará em fase de incontestável progresso, cujos primeiros indícios já se verificam, não só com a maior fixação do homem, como também no aumento do movimento comercial e em novas construções residenciais" (PEREIRA, G., 1946, p. 65-66). Nas cidades onde as obras se iniciaram já se sentia

(...) êste movimento renovador que, em breve, se espalhará por tôda a área, logo as "cabeças de fogo", nome dado às locomotivas, possam fazer suas viagens regulares. Nesta ocasião, então, nenhum "paulista" como é chamado o emigrante, precisará abandonar sua terra, pois seus produtos, geralmente gêneros alimentícios, plantados em maior escala, poderão gozar de fretes baixos podendo ser exportados em condições de concorrer em preço com os similares cultivados nas redondezas das grandes cidades do litoral, os maiores centros consumidores. (PEREIRA, G., 1946, p. 66).

Sobre a presença de núcleos populacionais no Alto Espinhaço o autor sinaliza que “(...) a grande maioria está situada além do divisor, isto é, já na bacia do rio de Contas”. O primeiro destacado foi o de Caetité:

(...) é a mais importante das cidades, já tendo sido mesmo uma das maiores do sertão baiano. Suas edificações são excelentes e distribuídas por um elevado número de ruas e praças, quase tôdas calçadas. A falta de regularidade nos alinhamentos destas mesmas ruas denota o elevado número de anos de existência desta cidade, que de fato, é uma das mais antigas da Bahia. Dentre suas melhores construções destacam-se a Escola Normal, a Catedral, o Observatório Meteorológico e a Prefeitura, além de um grande número de boas residências particulares. O nível cultural de Caetité é também dos mais altos, possuindo a cidade luz elétrica, um bom cinema e a mais importante feira semanal da região, nela se vendendo muitas verduras, feijão, arroz, farinha, rapadura, carne, animais etc., além de ser um importante entroncamento rodoviário. (PEREIRA, G., 1946, p. 67).

A segunda cidade então destacada por Pereira foi a de Caculé. O autor apostava numa ‘alegre perspectiva’ na qual Caculé tornar-se-ia a primeira cidade em importância da zona, devido a sua condição de ser atravessada pela ferrovia, como já citado. Tal acontecimento mobilizava os ânimos regionais, e o autor relatava que já se providenciava a construção de uma barragem e usina hidrelétrica no rio do Salto, para oferecer luz elétrica, que a cidade ainda não dispunha. O crescimento da cidade também seguia em direção à estação ferroviária. Mesmo outra cidade próxima – Jacaraci, a terceira em importância na subzona – conforme descrição de Pereira era igualmente impactada, com a construção já finalizada de uma ‘boa rodovia’ que a ligaria com a tão esperada estação de Caculé.

O autor afirmou que “além das cidades referidas um grande número de vilas e povoados é encontrado nesta área” (PEREIRA, G., 1946, p. 68), a grande maioria em ‘fase de progresso’, à exceção de Lagoa Clara, pois por sua posição sofria as ‘consequências da seca’. Pereira destacou os povoados de Santa Luzia, Ibiaçucê, Rio do Antônio e Paiol, que assim como “(...) Caculé, estão situados sobre terraços de altura entre 5 e 8 metros, evitando os efeitos das enchentes, e com suas atividades inteiramente baseadas na agricultura, sobretudo no cultivo da cana, possuindo, quase tôdas, engenhos em suas proximidades” (PEREIRA, G., 1946, p. 68).

Desta maneira Pereira finaliza suas análises das três zonas visitadas que conformam a bacia do São Francisco, ‘divisor a divisor’. “Apesar da diferença paisagística e topográfica, o homem, nesta vasta área, enfrenta os mesmos problemas básicos, que se resumem na falta d’água e de transporte, com tôdas as suas consequências” (PEREIRA, G., 1946, p. 69). Contudo, para o autor, ‘grandes obras’ seriam capazes de ‘resolver’ estes problemas e então a região entraria “(...) numa fase de inestimável

progresso, podendo desenvolver-se grandemente, elevando o nível de vida do baiano e do brasileiro, tornando-se um enorme celeiro de gêneros alimentícios e recursos minerais” (PEREIRA, G., 1946, p. 70). As propostas de Pereira são assim resumidas:

Assim a falta d'água será evitada com a construção de grandes e numerosos lagos artificiais e uma racional rede de canais que proporcionem a irrigação dos férteis terrenos existentes. A dificuldade de transporte seria vencida com o aumento e a modernização em elevadas proporções dos navios que fazem a navegação do São Francisco e seus afluentes navegáveis, além das obras necessárias para a regularização dos regimes destes mesmos rios, o que se conseguiria também com a construção de açudes em seus cursos superiores, (...). Além de servirem, assim, para a regularização do regime dos rios e para a irrigação destes açudes, se construídos em locais apropriados, servirão para o aproveitamento, em larga escala, do enorme potencial de energia hidro-elétrica como já referimos, permitindo também um grande desenvolvimento industrial, como o aproveitamento das matérias primas de que a região é riquíssima. Outras obras não menos importantes fixarão o curso do grande rio e evitarão a constante mobilidade das coroas e bancos de areia que se formam em seu curso, como resultado da destruição constante do chapadão cretáceo. Tais obras terão ainda a incalculável vantagem de, evitando as enchentes, sanear completamente o grande vale, desaparecendo, desta maneira, o impaludismo, que com as secas, causa os maiores prejuízos.

A construção de um ramal ferroviário que ligue (...) a cidade de Bom Jesus da Lapa à Central da Bahia e uma rede de rodovias subseqüentes completariam o sistema de transportes da região. Linhas aéreas regulares e reformas no sistema telegráfico seriam o complemento de uma obra que redimiria esta área e elevaria ainda o nome do Brasil no meio dos grandes países do mundo civilizado.

Muitos poderão julgar utopia a realização de tal plano, mas os exemplos de outras nações aí estão para mostrar que sua realização é perfeitamente viável, nada tendo de impossível. Apenas persistência e honestidade são necessárias para que possa ser concretizada. Nunca devemos nos esquecer que, sendo o Brasil um dos maiores países do mundo em extensão territorial, seus problemas são relativamente ainda maiores que sua extensão. Jamais as futuras gerações brasileiras nos desculparão se não realizarmos esta obra que já devia estar, pelo menos iniciada ... (PEREIRA, G., 1946, p. 70).

Portanto observamos a importância da expedição e de seu relato não só quanto aos objetivos específicos da empreitada, mas principalmente pelo seu caráter desbravador de um território desconhecido. Pereira produziu e divulgou um diagnóstico científico geográfico de uma região descrita como subpovoada, pobre, sujeita a problemas ambientais seríssimos e fortemente isolada. Mais além, conforme se comprova nesta última citação, o autor utilizou seu diagnóstico para propor ‘grandes obras’ de ‘modernização’ baseadas em ‘planos racionais’ que promoveriam o ‘desenvolvimento industrial’ e a ‘civilização’.

A seguir consideraremos três artigos do geógrafo do CNG Alfredo José Porto Domingues publicados na RBG entre 1947-1948, mas relativos às mesmas expedições já aqui estudadas através dos relatos de Pereira. Os artigos ‘Contribuição a geologia da região centro-ocidental da Bahia’ (DOMINGUES,

1947a) e ‘Contribuição a geologia do sudoeste da Bahia’ (DOMINGUES, 1947b) se concentraram nos aspectos geológicos da região oeste da Bahia, os quais já foram por nós abordados, o quanto interessassem aos nossos objetivos. O terceiro artigo nos traz alguns novos elementos de reflexão e intitula-se ‘Contribuição ao estudo da geografia da região sudoeste da Bahia’ (DOMINGUES, 1947b).

MAPA ESQUEMÁTICO DA REGIÃO ESTUDADA

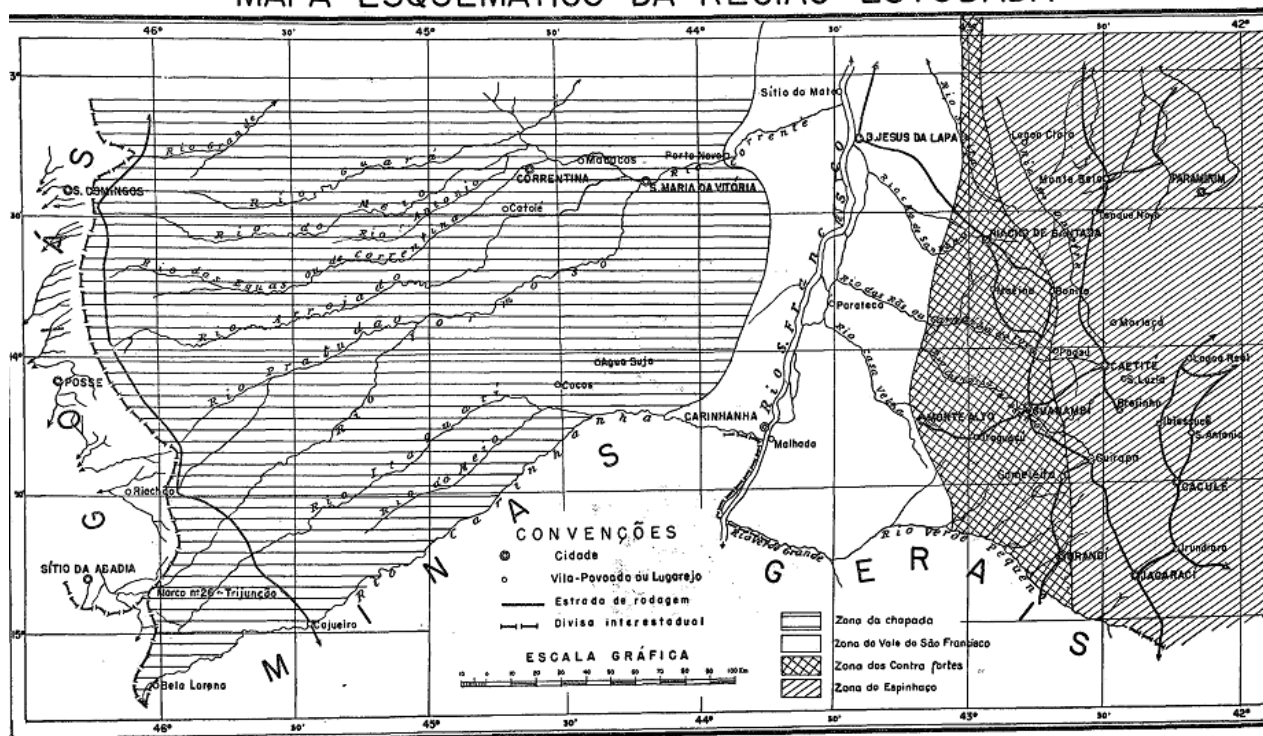


Figura 52: “Mapa mostrando as diversas zonas geográficas abordadas no presente trabalho”. Fonte: DOMINGUES, 1947b, p.31.

O texto estruturou-se em torno das quatro zonas, já descritas por Pereira, e explicitadas no mapa (Figura 52). Mesmo dentro de cada capítulo dedicado a cada zona Domingues iniciava seu estudo descrevendo a paisagem natural, sua formação geológica, a hidrografia, os solos e a vegetação. Somente então inseria o homem nestas paisagens, e seguia a descrição conforme as subzonas definidas anteriormente, exclusivamente por critérios naturais. Desta maneira, após apresentar as zonas que conformam a ‘Grande Chapada’, afirmou: “O homem, chegando a esta região, deu tipos diferentes conforme as possibilidades condicionadas ao solo e a água” (DOMINGUES, 1947b, p.38). O texto prosseguia analisando cada um destes tipos humanos.

O primeiro ambiente analisado foi o chapadão arenítico e o tipo humano do geralista ou mangabeiro. Domingues inicialmente afirmava que nesta área “(...) não existe uma ocupação verdadeira” (DOMINGUES, 1947b, p.38). Contudo tal ambiente servia de habitat para um dos tipos humanos ao qual mais os expedicionários dedicam seus relatos. Neste sentido a descrição do autor sobre os chapadões admitia então que esta era “(...) uma zona quase totalmente vazia” (...), e que somente

um tipo humano bastante característico e adaptado poderia ali estabelecer morada: “O indivíduo para viver aí precisa ser talhado para tal; surge então um tipo - é o ‘geralista’ ou mangabeiro; indivíduo geralmente nômade, que tem como única atividade a extração da borracha de mangaba” (DOMINGUES, 1947b, p.38-39). Mais adiante o autor informava que era normal que este tipo humano também trabalhasse com a comercialização de couros de caça.

O mangabeira segundo Domingues era

(...) um indivíduo bastante queimado pelo sol, devido à forte insolação no alto do chapadão. É nômade, leva seus apetrechos todos nas costas numa espécie de mochila (...). Na cintura carrega uma faca ou punhal, arma que tem muitas utilidades no mato. A tiracolo carrega a espingarda. Ainda para completar carrega uma ou duas cabaças d'água para as grandes travessias e, na cabeça, um chapéu de couro. (DOMINGUES, 1947b, p.39).

Suas relações comerciais eram limitadas ao dono do ‘barracão’, para quem vendia a borracha e comprava ‘tudo que necessita’. O autor sublinhou que o barraqueiro “explora muito os mangabeiras pois vende, na cidade, a borracha por preço muito superior ao da compra. O mangabeira precisa trabalhar muito para extrair mais borracha; (...) com o tempo, chegam a exterminar as mangabeiras devido às incisões que se prolongam até a raiz” (DOMINGUES, 1947b, p.40). Domingues descreveu a rotina destes geralistas de maneira semanal, com a ida ao barracão aos sábados, onde dormia e voltava ao seu trabalho no domingo à tarde.

A sua moradia durante os trabalhos era uma ‘tenda’, “(...) um pequeno rancho de palha construído para passar a noite” (DOMINGUES, 1947b, p.40). Aos sábados “(...) retorna ao abarracamento, casas-de palha de buriti construídas em redor de uma maior que é o barracão” (DOMINGUES, 1947b, p.40). Contradizendo as primeiras observações o autor prosseguiu seus estudos relatando a presença de outros tipos humanos nos gerais: “Existe na chapada um outro tipo, se bem que em número muito reduzido, é o negociante que se estabelece em pontos de pouso de grandes travessias nesta área desértica. Aí os viajantes e vaqueiros podem se suprir de alguma causa que falte para suas travessias” (DOMINGUES, 1947b, p.40).

E por fim, outra ocupação dos gerais: “(...) agora já próximo à orla da chapada, [se estabelecem] as fazendas para onde é levado o gado na época da seca quando na várzea não há mais pasto. Aí moram os vaqueiros” (DOMINGUES, 1947b, p.40). Tantos esses quanto os negociantes faziam “(...) pequenas roças domésticas nas quais domina a mandioca” (pequenas roças domésticas nas quais domina a mandioca). Um outro último tipo humano à época encontrado nos gerais eram os matadores de onça. Eles eram contratados pelos fazendeiros para combater a onça “(...) animal que liquida tôda a sua

criação” (DOMINGUES, 1947b, p.40).

Outro ambiente descrito por Domingues foi o das margens dos rios. Nesta zona

(...) desaparece quase completamente a criação, surge a lavoura e o agricultor. Tem êle também alguma criação de gado vacum para puxar carros de boi, um ou dois cavalos para seu transporte à cidade, cabritos, porcos, galinhas, cabras e carneiros, que constituem a criação doméstica. Próximo à casa geralmente se encontra um engenho de rapadura e outro de mandioca. É um indivíduo que trabalha de sol a sol. Tem que providenciar a perfeita irrigação do terreno, a sua cultura, a colheita e finalmente a venda dos produtos. (DOMINGUES, 1947b, p.41).

Todo o chapadão calcário escoava seus produtos para o principal ‘centro humano’ da zona, a cidade de Santa Maria da Vitória. Domingues lembrava que eram “(...) famosas as rapaduras de Santa Maria da Vitória até no baixo São Francisco. Anualmente sobem inúmeras barcas carregadas para vender aí seus produtos e descem sobrecarregadas de rapadura” (DOMINGUES, 1947b, p.42) até Remanso e Juazeiro.

Além da rapadura encontramos outros produtos, se bem que de menor vulto na exportação, como arroz, farinha, feijão, mamona, algodão, etc., entretanto, com exceção da mamona, podemos dizer que êstes produtos são na quase totalidade absorvidos pelo consumo local. Como produtos desta região, mas que são consumidos localmente, encontramos muita banana e laranja. (DOMINGUES, 1947b, p.42).

Domingues também confirmou que “devido à grande riqueza em mata das margens dos rios Correntes, Formoso, Arrojado e das Éguas, encontramos localizado na cidade de Santa Maria um estaleiro em que se fazem as célebres barcas que cruzam o São Francisco além de canoas e paquêtes de diversos tamanhos” (DOMINGUES, 1947b, p.43). Outro núcleo populacional da zona calcárea era Porto Novo, “(...) no município de Sant' Ana dos Brejos (...) famoso igualmente pela sua rapadura” (DOMINGUES, 1947b, p.42).

Além destas análises sobre os tipos humanos o autor ofereceu em seu texto observações acerca das comunicações e transportes da zona:

Como vias de comunicações, temos as estradas, na sua maioria carroçáveis, que ficam em precário estado devido às chuvas, por isso transformam-se em lamaçais reduzindo as possibilidades das comunicações entre as várias localidades, que ficam restringidas a trilhas. Outra via importante é o rio Corrente que apresenta navegação franca até Santa Maria e mesmo São José que só é, entretanto, atingido com sacrifício devido à velocidade das águas. A oeste, próximo a Goiás, existe uma rodovia que conduz de Manga e Januária para São Domingos. Os meios de transporte utilizados nesta zona podem ser grupados em terrestres e fluviais. (DOMINGUES, 1947b, p.43).

Dentre os primeiros foram mencionados os carros de bois e os animais de carga. Quanto aos fluviais: navios, barcas, paquetes e canoa. Todos eles foram descritos por Domingues. Destacamos a dos

animais de carga “(...) o transporte por excelência do interior (...) são o burro e o jumento. Todo caminho, por pior que seja, serve para êste meio de transporte; êsses animais são conduzidos em grupos de 3 ou mais, podendo chegar até a duas dezenas e chama-se tropa” (DOMINGUES, 1947b, p.43). Todavia o autor reafirmava o diagnóstico negativo da situação geral, e fazia algumas propostas de intervenções:

Todos êstes meios de transporte (...) são ainda muito deficientes e se se construíssem duas estradas, uma ligando Sant' Ana a Sitio do Mato e outra ligando Correntina a Barra, localidade fronteira a Bom Jesus da Lapa, se por ela circulassem caminhões, certamente estaria resolvido parcialmente êste problema. (DOMINGUES, 1947b, p.44).

Outra intervenção na região da ‘grande chapada’ proposta por Domingues eram os muitos possíveis ‘aproveitamentos’ das cachoeiras. Assim finalizava-se este trecho do artigo de Domingues, passando-se para o seguinte, que tratava do vale do São Francisco. Primeiramente era descrito o ambiente e suas peculiaridades.

Desta parte destacamos o relato feito sobre a caatinga-carrasco. Sua delimitação seria determinada pelos solos ricos em sais calcários, e nela se encontrariam “(...) uma formação florística cujos elementos são altos tendo em média 3 metros, aí se salientando as gigantescas barrigudas (*Bombax* sp.) com a sua forma berrante, características do terreno muito rico em cálcio” (DOMINGUES, 1947b, p.49). Segundo Domingues estas características eram impeditivas para a ocupação humana:

Esta vegetação constitui uma barreira para o homem, e associada à extrema aridez do clima, torna determinados pontos inaproveitáveis. Assim, para se chegar à serra do Ramalho na margem esquerda do São Francisco, temos que atravessar uma zona dificilmente transponível. Esta serra só é conhecida em alguns pontos por vaqueiros. Aliás, em tôdas as margens do São Francisco, se apresenta para o interior êste tipo de vegetação, e isto contribui para a baixa densidade de população que não chega a 0,5 por quilômetro quadrado, no interior. (DOMINGUES, 1947b, p.49-50).

Outra interessante observação quanto à caatinga-carrasco foi a de que esta, “(...) aqui, não tem aquêle aspecto tão característico do Nordeste” (DOMINGUES, 1947b, p.49). Tal vegetação somente mudava ‘muito para leste’, substituída pelo “(...) que os naturais denominam ‘carrasco, que é caracterizado pela presença de unha-de-gato, surgindo a maniçoba (...) donde se extrai a borracha e também pelo caroá (que verificamos não correr junto à macambira na caatinga-carrasco)” (DOMINGUES, 1947b, p.50).

Neste sentido Domingues concluiu que “A extrema secura da região (...) torna esta região muito pouco habitável, e, por isso, as poucas habitações humanas que são aí encontradas estão distribuídas nos sopés das serras” (DOMINGUES, 1947b, p.50), e às margens de lagoas. Os habitantes dos sopés

das serras dedicavam-se à agricultura, e os segundos à criação.

Após esta descrição das feições paisagísticas naturais o autor apontou que o São Francisco canalizava predominantemente o escoamento das produções regionais, e então apresentou suas análises para as cidades e centros populacionais em suas margens localizados. A primeira e mais importante era Carinhanha, ao sul, e ao norte a cidade de Bom Jesus da Lapa. Ressaltamos, sobre a segunda, que “(...) a cidade vive unicamente do comércio durante a festa de Bom Jesus da Lapa; no resto do ano, é uma cidade morta, como qualquer outra do interior do Brasil” (DOMINGUES, 1947b, p.51-52). Esta caracterização do geógrafo Domingues sobre o interior do país, como uma região bem definida e ‘morta’, contrasta com a ‘vida’ proporcionada pelo grande afluxo de pessoas e o comércio decorrente.

Outras observações interessantes sobre a cidade-santuário, além das similares feitas por Pereira e já aqui apresentadas, foram a de que “(...) as ruas principais convergem para a praça onde êle se situa. Na forma da cidade, o rio não influenciou, o que constitui exceção na margem do São Francisco” (DOMINGUES, 1947b, p.52). E a de que “(...) Os seus habitantes alugam casas durante a festa, cobrando preços exorbitantes; possuem nas redondezas pastos, que alugam ‘por animal’ aos romeiros” (DOMINGUES, 1947b, p.52).

A zona fisiográfica seguinte no artigo de Domingues era a dos contrafortes. Permanecia aqui a questão da seca, determinando os locais de ocupação humana. Nesta zona a ocupação era dispersa, acompanhando um ‘grande número de lagoas’, e majoritariamente dedicada a criação de gado vacum. Este “(...) vive solto, não existem quase pastos cercados, a não ser nas imediações dos comércios. Não dão sal ao gado e êste lambe o que existe na terra. Em alguns lugares êste sal existe em tanta quantidade que pode ser extraído do solo e surge assim uma pequena indústria” (DOMINGUES, 1947b, p.60).

Domingues identificou nesta zona outra variedade das caatingas, que ao menos na sua aparência, parece ser mais seca do que a do vale do São Francisco: “O leito sêco dos rios, cobertos de gramíneas, sem vegetação alta, é chamado ‘vereda’. A vegetação desta zona difere da caatinga-carrasco pela existência destas savanas, entretanto a vegetação alta ainda pertence a uma variedade das caatingas” (DOMINGUES, 1947b, p.61).

Em termos de atividade produtiva o autor citou que haviam engenhos abandonados ‘ao tempo’, mas que naquele momento a dedicação era quase por completo à criação. Domingues também nota que

“(…) os vaqueiros aqui possuem a clássica vestimenta de couro tão característica do homem da caatinga nordestina” (DOMINGUES, 1947b, p.63). Outra observação no campo dos costumes foi a de que “aqui não se observam mais aqueles teares caseiros, tão característicos do chapadão da margem esquerda do São Francisco, pois esta região já é mais rica do que a outra; êles compram os seus tecidos no ‘comércio’” (DOMINGUES, 1947b, p.63-64).

Uma interessante análise feita por Domingues resultou na verificação de “(…) que quanto mais montanhoso é o município desta zona tanto mais densamente povoado, devido, certamente, ao maior número de fontes que aí existem e ao fato das elevações evitarem a ação dos ventos secos” (DOMINGUES, 1947b, p.64). Assim, Riacho de Sant'Ana tinha 5,26 hab./km², Monte Alto 1,82 hab./km², e Guanambi 9,58 hab./km².

A última zona estudada por Domingues foi a do Espinhaço. A distribuição espacial da ocupação humana era similar à da zona anterior: concentração nas margens de pequenos riachos e lagoas. Caetité era a principal cidade, e situava-se próximo ao divisor de águas do São Francisco. Foi “(…) durante muito tempo a primeira cidade do sertão. É um importante entroncamento rodoviário, e o maior centro cultural desta região” (DOMINGUES, 1947b, p.78), tendo também a ‘melhor’ feira, escola normal, luz elétrica, cinema, observatório meteorológico e catedral.

Domingues finalizou seu artigo afirmando que a área estudada conformava uma região, na qual era possível distinguir diferentes paisagens, aqui já mencionadas. Toda a região apresentava ao homem o mesmo e grande problema: a assoladora falta de água. O autor propõe então que a “(…) solução dêste problema seria certamente a construção de açudes com bastante capacidade” (DOMINGUES, 1947b, p.88). Um segundo problema, também comum às diversas paisagens da zona é o dos transportes:

Faltam meios de transporte e vias de comunicação. Urge construir inúmeras estradas e nelas fazer circular caminhões que transportem os produtos da região para os portos ou estações da estrada de ferro que breve estará concluída. Nos rios urge aumentar o número de vapôres fazendo o serviço entre Melancias e Juazeiro, entre Sítio do Mato e Pirapora, bem como para descer o rio Corrente. Assim a região entrará numa fase de intenso progresso, pois a navegação beneficia unicamente os portos extremos e a região ribeirinha intermediária não consegue escoar seus produtos. (DOMINGUES, 1947b, p.88).

Portanto Domingues relacionava a diretamente a resolução do problema dos transportes ao início de uma ‘fase de intenso progresso’ da região. Temos, assim, um diagnóstico similar ao produzido por Pereira, e também propostas de soluções aos problemas encontrados semelhantes.

Citamos ainda nesta seção o texto do membro do Instituto Biológico da Bahia Gregório Bondar, intitulado 'As possibilidades econômicas do centro do estado da Bahia', publicado em 1950 na seção de comentários da RBG. Este foi resultado de uma viagem realizada pelo autor com o objetivo de empreender um estudo geobotânico, geológico e sobre as possibilidades econômicas do vale do rio Utinga. O autor cita que tal estudo estava inserido nas premissas estabelecidas em 1947, em lei estadual que tratava do "Planejamento de aproveitamento econômico do vale do rio Utinga, empreendendo obras de saneamento, estímulo à produção regional e facilidade de transportes, de modo a fixar a população e promover o desenvolvimento da região" (BONDAR, 1950, p.106).

5. Geografia dos Transportes

Abordaremos a seguir nove textos que focalizam estes espaços sertanejos através das lentes da geografia do transporte. Sete destes foram publicados entre 1939 e 1942, portanto nos primeiros anos da RBG. Os outros dois textos são de 1945 e 1950.

Duas peculiaridades são marcantes nesta seção, em primeiro lugar o fato de que todos os nove textos analisados têm a mesma autoria, o consultor técnico do CNG (Secção XXXVI - Geografia dos Transportes), engenheiro Moacir Malheiros Fernandes Silva. A segunda é a de que os seis primeiros textos, publicados entre 1939 e 1941, compõem uma série denominada 'Geografia dos Transportes no Brasil'.

A série é uma monografia extensa composta por oito capítulos, publicados sequencialmente em onze números da RBG, entre 1939 e 1941. Seus oito capítulos são, na ordem de publicação, os seguintes: Meio; Penetração; Interiorização; Produção; Circulação Interna Primitiva; Circulação Interna Atual (dividido em três números da revista); Circulação Periférica; Circulação Superior; e Último Capítulo. Anos depois, em 1949 o serviço gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística publicou o texto com 270 páginas, como o volume sete da série A de livros 'Biblioteca geográfica brasileira'.

Conforme Simas e Machado (2014), Moacir Malheiros Fernandes Silva, nasceu no Rio de Janeiro em 1891, e formou-se em Engenharia Civil na Escola Politécnica do Rio de Janeiro no ano de 1919. No mesmo ano trabalhou no Serviço de Controle de Secas, entre 1921 e 1922 na Estação Meteorológica do Ministério da Agricultura, e entre 1926 e 1931 no Departamento de Estradas e Rodagens Federais. Em 1931, por intermédio do então Ministro da Viação e Obras Públicas, José Américo de Almeida, tornou-se técnico consultor da Viação e membro da Comissão que elaborou o Plano Geral de Viação Nacional de 1934 e da equipe do Recenseamento Geral do Brasil de 1940 (SIMAS e MACHADO, 2014).

Desde 1937 "(...) integrou o quadro permanente do Conselho Nacional de Geografia (...), como Consultor Técnico da 36ª seção, Geografia dos Transportes. Foi professor no Colégio Pedro II e Inspetor Geral do Sistema Elétrico de Iluminação do Rio de Janeiro entre 1944 e 1945" (SIMAS e MACHADO, 2014). Moacir Silva foi também vice-presidente do IBGE nos mandatos (1956-1958 e 1958-1961) de Jurandyr de Castro Pires Ferreira e também professor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE).

As mesmas autoras, efetivamente incluem Moacir Silva no 'campo científico da Geografia Brasileira' por conta de suas "(...) atividades intelectuais e políticas, desempenhadas em importantes

instituições geográficas e de planejamento, principalmente entre as décadas de 1930 e 1950, associadas à qualidade dos seus vários estudos geográficos” (SIMAS e MACHADO, 2014). Seus trabalhos e metodologia desenvolvida na Geografia dos Transportes formaram um importante legado:

Suas observações e propostas para o Brasil buscavam, assim, integrar o País a partir da implantação e desenvolvimento de uma malha ferroviária e rodoviária interna adaptada às diferentes realidades regionais. Conforme será visto, para apresentar e discutir os transportes, Moacir Silva partia de um amplo e rico levantamento e descrição do espaço geográfico. Esta descrição merece destaque não apenas pela qualidade dos dados apresentados e do seu valor histórico, mas sobretudo pela interface que o autor estabelece entre a perspectiva geográfica, histórica e geopolítica. (SIMAS e MACHADO, 2014).

A seguir teremos oportunidade de analisar um dos principais trabalhos de Moacir Silva, a já mencionada monografia ‘Geografia dos Transportes no Brasil’. Deste extenso estudo selecionamos aqueles capítulos e itens que abordaram os espaços sertanejos do Nordeste brasileiro.

O primeiro capítulo, ‘O Meio’ (SILVA, 1939) introduziu o tema, contextualizando-o no território nacional. Assim apontou as ‘facilidades e oposições do meio físico natural à circulação de mercadorias e pessoas’, apresentou as montanhas e planaltos, e a defendeu a hipótese da existência do ‘teto do Brasil’, com suas três vertentes. Reivindicou o oceano como eixo de nossa viação, discutindo a orientação e alguns aspectos do litoral. Descreveu a situação das ‘estradas isoladas’, das redes ferroviárias, dos portos, e finalizou na definição das ‘grandes regiões naturais geográfico econômicas’.

Ressaltamos deste capítulo a hipótese do ‘teto do Brasil’ (**Figura 53**), segundo a qual o país seria esquematicamente “(...) uma pirâmide triangular, irregular, truncada (planalto), de que uma das faces desce para o Amazonas, outra para o Atlântico e a terceira para o sistema fluvial Paraguai-Paraná-Uruguaí” (SILVA, 1939(a), p.87). Nesta construção analítica o autor escreve que “(...) todos os produtos brasileiros naturalmente teriam de rolar por essas três faces” (SILVA, 1939(a), p.87). Ainda ‘naturalmente’ essas convergiriam para costa atlântica, o que destacava ainda mais esta face da pirâmide, já considerada como a ‘mais povoada e civilizada’.

A partir deste quadro, “(...) para evitar viagens mais longas e a saída de produtos nossos pelo estrangeiro, tem sido construídas estradas, rumo leste-oeste, cuja finalidade, além da penetração civilizadora, é captar para os portos brasileiros a produção do Brasil central” (SILVA, 1939(a), p.87). Identificamos no texto a concepção colonial moderna, que qualifica os espaços de acordo com suas etapas civilizacionais, aplicada à temática da circulação e comunicação.

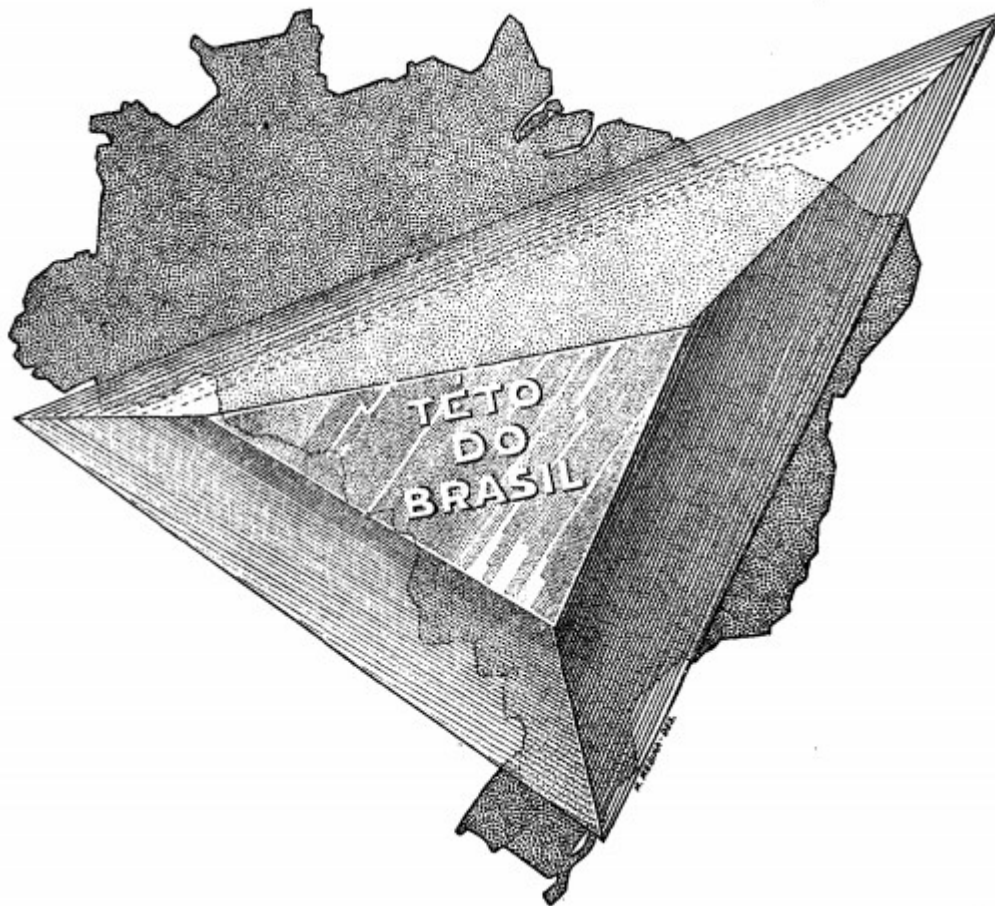


Figura 53: Esquema tetraédrico do relevo brasileiro. Fonte: SILVA, 1939(a), p.86.

Moacir Silva, lembrando o ‘espírito de aventura’ português, afirmou que o brasileiro

(...) não pode permanecer no litoral, à espera que a civilização daí se infiltre lentamente no interior vastíssimo e profundo. Quer mude ou não, a capital para o centro, o brasileiro tem que conquistar, pacificamente, o sertão, ligá-lo ao litoral, e às fronteiras dos países de oeste, por estradas de ferro, e de rodagem, por linhas de navegação aérea, por todos os sistemas, enfim, de transportes e comunicações. (SILVA, 1939(a), p.87).

Destacamos as indicações do autor sobre a necessidade urgente de conquista do sertão, o ‘interior vastíssimo e profundo’, pela civilização. Notável foi condicionar tal conquista à uma atitude pacífica. Neste sentido o autor busca desvencilhar-se do aspecto violento constituinte da colonização, da expansão da civilização através da conquista territorial.

Outro ponto que destacamos neste primeiro capítulo foi a análise sobre os portos nacionais. Foram citados e localizados num mapa os 15 portos principais do país, e em seguida classificados em três classes. Na primeira classe apenas dois portos são listados, o do Rio de Janeiro e o de Recife. Outros seis seriam de segunda classe – Belém (Pará), Baía (Bahia), Vitória (Espírito Santo), Santos (São Paulo), São Francisco (Santa Catarina), e Rio Grande (Rio Grande do Sul) – e os demais de terceira classe. O autor ainda sinalizou a importância do porto de Natal quanto à navegação aérea, pela sua posição de

primeiro ponto de aterrissagem das aeronaves vindas da Europa (SILVA, 1939(a)).

Em seguida Silva (1939a) faz uma informada discussão sobre a regionalização brasileira, citando e comparando as divisões propostas por: André Rebouças (1889), Elisée Reclus, Lionel Wiener (1912), Ezequiel Cândido de Souza Brito, Alberto Rangel, Duilio Ramos (1916), Inspetoria Federal das Estradas, e Delgado de Carvalho. O engenheiro do CNG descreveu que esta última regionalização seria a então 'geralmente aceita', ressaltando que dela também haviam sido paladinos os professores Th. Savio e Said Ali. (**Figura 54**).

Sobre a proposta de Delgado de Carvalho o autor julgava serem necessárias incluir três subdivisões:

- a) Maranhão e Piauí, serem desmembrados do Nordeste, e constituírem uma "zona de transição".
- b) Sergipe e Baía serem considerados outra "zona de transição" entre o Nordeste e o resto do Brasil Oriental.
- c) São Paulo ser separado do Sul para também constituir uma "zona de transição" entre este e o Brasil Oriental e Central. (SILVA, 1939(a), p.93).

Ainda assim o autor reserva-se a possibilidade de escolher em sua monografia "(...) essa ou aquela subdivisão que melhor convenha a cada aspecto do problema de transporte em apreciação" (SILVA, 1939(a), p.93). Isto foi justificado pela dependência dos transportes, em seus variados modais, aos "(...) aspectos geográfico-econômicos das várias regiões atravessadas" (SILVA, 1939(a), p.93).

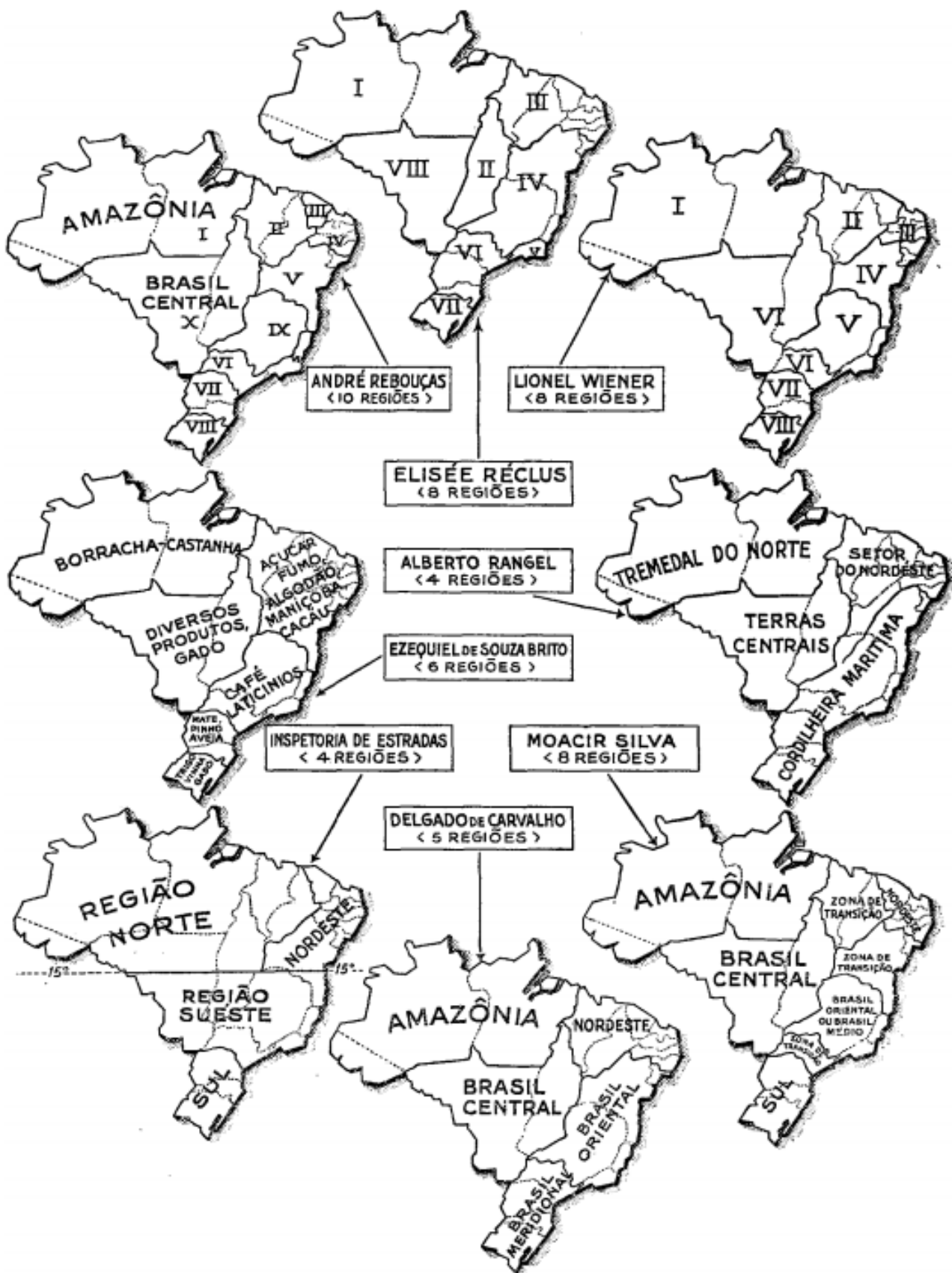


Figura 54: Regiões naturais do Brasil segundo vários autores. Fonte: SILVA, 1939(a), p.92.

O segundo capítulo da série Geografia dos Transportes no Brasil, 'Penetração', apresenta os seguintes temas:

Os meios de transporte: homem, animais, veículos; sistemas. - Trilhas sertanejas- Caminhos indígenas- Vegetação e topografia- Veredas de gado - o cavalo - O burro - O jumento no Nordeste - Tropas e tropeiros - O carro de bois - Causas da penetração - Obstáculos - Expansão linear - Colonização periférica - Expansão em profundidade - O grande caminho da civilização brasileira - As estradas eternas - Rumos de penetração - Centros irradiantes - Indiscriminação das vertentes - Lugar geométrico das cabeceiras dos sistemas fluviais amazônico e platino. (SILVA, 1939(b)).



Figura 55: Mapa com os principais rumos de penetração no Brasil, séculos XVI-XVII. Fonte: SILVA, 1939(b), p. 65.

Destacamos o trecho onde o autor afirmou serem os rios as 'estradas eternas' que propiciavam a penetração dos sertões (Figura 55). Citando Capistrano de Abreu ('Caminhos antigos e povoamento do Brasil'), Silva (1939b) indicou alguns centros e linhas cruciais no povoamento nacional. O primeiro centro é a capitania de São Vicente, depois São Paulo.

Conforme descreveu Silva o relevo 'ditou' os rumos dos paulistas, para o sul, para oeste e para o Nordeste. Para o Nordeste, os bandeirantes através dos rios Paraíba do Sul e Sapucaí e da Serra da Mantiqueira 'foram conduzidos' pelo rio São Francisco a Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Paraíba,

Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão. (SILVA, 1939(b), p. 69).

O segundo centro 'irradiante' citado foi o baiano. Primeiramente o litoral,

(...) mais tarde, ocupou o São Francisco, em ambas as margens, mesmo na que pertencia a Pernambuco, acima de Paulo Afonso, "povoando-os ininterruptamente, enchendo-as de gado, que encontra seu *optimum* no terreno salitrado, nos campos mimosos e por fim se adapta às caatingas, aos agrestes e carrascos. O gado transporta o dono. E pululam fazendas e nascem estradas e o povoamento quasi contínuo se torna ao menos no sentido longitudinal. A população baiana transborda para Maranhão, Piauí; remonta depois para todos os descobertos auríferos que, sem gado, teriam perecido no nascedouro." (ABREU *apud* SILVA, 1939(b), p. 70).

Outros três centros e suas linhas também compõem a tese de Capistrano:

c) Pernambuco, no expandir-se para o sul, deteve-se no baixo S. Francisco, até Paulo Afonso, deixando tudo mais aos baianos; para o norte, foi mais eficaz, distendendo-se pelo litoral até Amaração e penetrando pelo interior até os sertões do Ceará e Piauí.

d) Maranhão teve seu movimento próprio. Para o sul, procurou unir-se a Pernambuco e Baía, utilizando o Parnaíba e o S. Francisco; para o norte, uniu-se ao Pará, e para o centro, aproveitando o Tocantins e o Araguaia, embrenhou-se por Goiás. Paula Freitas ("1º do Centenário", III, 1902) afirmou que maranhenses exploraram o Amazonas e seus afluentes.

e) Rio de Janeiro, outro foco de povoamento, mais moderno que S. Paulo, Pernambuco e Baía, também só posteriormente se expandiu em caminhos para S. Paulo, Minas e, através desta, para Baía, "depois que os paulistas rasgaram a cintura de matas ambientes, contra a qual os cariocas não se animaram" (ABREU *apud* SILVA, 1939(b), p. 70).

O capítulo seguinte da monografia sobre os transportes no Brasil intitula-se 'Interiorização' e trata destes temas:

O desbravamento dos sertões. - Fixação do povoamento no "interior". -, A "Geografia das bandeiras". A "Carta Geral" de Taunay. - Entradas e Bandeiras. Classificações esquemáticas. Basílio de Magalhães. Capistrano de Abreu. Gentil de Assis Moura. - O cavalo e o "cargueiro", nas bandeiras. - Das trilhas dos índios se originaram as veredas de penetração dos bandeirantes. Dêstes caminhos provieram as rodagens coloniais e destas as estradas de ferro. - Bandeiras povoadoras. - Sertanistas baianos. Caminhos da Baía para o Maranhão, Minas e S. Paulo. - Internação e devassamento da Amazônia. - o paulista, o criador e o jesuíta. - As três "Histórias". - o sertanejo, o matuto e o gaúcho. (SILVA, 1939(c), p. 55)

Silva iniciou definindo que interiorização seria o desbravamento dos sertões brasileiros, "(...) fenômeno social de completo devassamento do território e conseqüente formação de núcleos de povoamento adensado" (SILVA, 1939(c), p. 55). Este processo teve como sujeitos os 'nacionais': "(...) o desbravamento dos sertões brasileiros, foi, indiscutivelmente, obra dos nacionais, mestiços, mamelucos, principalmente dos paulistas, mais do que empreendimento espontâneo dos colonizadores alienígenas" (SILVA, 1939(c), p. 55).

Neste sentido havia uma indefinição do texto quanto ao alcance temporal deste fenômeno da 'interiorização'. Primeiramente o autor reafirmou, como já o havia feito em seu primeiro capítulo, o

não acabamento do processo em questão. Contudo, no decorrer do capítulo, suas análises se limitaram aos primeiros séculos da colonização, não atingindo o momento contemporâneo ao texto. O autor apontou como curiosa a comparação entre dois mapas que tratam da importância e alcance da cidade de São Paulo neste processo de interiorização. O primeiro (**Figura 56**, p.245) mostra a máxima expansão da capitania de São Paulo entre os séculos XVI-XVIII, e foi produzido por Afonso de Taunay, servindo como base do texto 'Ensaio de Carta Geral das Bandeiras Paulistas', de 1922. O segundo (**Figura 57**, p.246), de autoria de J. J. Silva Freire, foi publicado em 'Expansão Econômica de S. Paulo', no ano de 1914, representava a retroterra, ou 'interlândia tributária' do porto de Santos. Compreendemos que tal curiosidade referia-se ao fato da ligeira semelhança entre as regiões demarcadas nos dois mapas. Assim sendo o autor estaria afirmando as teses da importância de São Paulo no movimento de interiorização, e da relativa paralisação deste movimento após o período das bandeiras.



Figura 56: Máxima expansão da capitania de São Paulo, séculos XVI-XVIII, por Taunay. Fonte: SILVA, 1939(c), p. 56.



Figura 57: Retroterra do Porto de Santos, 1914. Fonte: SILVA, 1939(c), p. 57.

O primeiro mapa (**Figura 56**) apresenta uma região delimitada maior do que o segundo (**Figura 57**), principalmente com a exclusão de Minas Gerais e das áreas ao sul de São Paulo. Desta comparação podem derivar duas hipóteses, não apresentadas ou discutidas pelo autor neste momento do texto. Primeiramente, indicamos a partir da semelhança dos mapas, a confirmação do forte condicionamento dos fatores da paisagem natural sobre o processo de interiorização, hipótese defendida pelo autor no primeiro capítulo do texto. Neste sentido a região da expansão da capitania paulista teria sido associada às influências do relevo e hidrografia, assim como a região alimentadora do porto de Santos.

Contudo, o que nos leva a segunda hipótese, a interiorização tratou-se de um movimento pioneiro, desbravador, enquanto na constituição da região alimentadora de um porto, já no século XX, tratou-se de otimizar os transportes, e para tanto, construíram-se estradas e outros portos foram acionados, nestas regiões primariamente sob polarização paulista. Portanto, o grande lapso temporal existente entre os mapas explica a diminuição da área polarizada por São Paulo, principalmente pela constituição das importantes rotas entre Minas Gerais e Rio de Janeiro, e pelo estabelecimento de portos no litoral sul do país.

O autor abordou em seguida o debate historiográfico sobre as definições de entradas e bandeiras,

citando Pe. R. Galanti (História do Brasil, 1895), João Ribeiro (História do Brasil, 1901), eng. José Luiz Batista (História das Entradas - Determinação das áreas que exploraram"), Basílio de Magalhães, e Alfredo Elis Junior. Mais adiante, apresentou algumas esquematizações sobre a interiorização.

O primeiro esquema citado foi o de Basílio de Magalhães, na sua obra 'Expansão Geográfica do Brasil Colonial' (Memória premiada pelo IHGB), o qual demarca cinco ciclos: I - Ciclo das Entradas ou Ciclo Oficial da expansão geográfica - (1504 a 1696); II - Ciclo das Bandeiras ou Ciclo Espontâneo da expansão geográfica - (1526- 1700); III - Os criadores de gado (século XVII), expansão espontânea; IV - Os Missionários Católicos (também durante o século XVII), limitada ao vale amazônico; V - Expansão geográfica no século XVIII, compreendendo "(...) a Conquista e povoamento de Mato Grosso; b) - Conquista e povoamento de Goiás; c) -Viagens pelo Rio Madeira; d) - Novos descobrimentos em Minas, Baía e Espírito Santo; e) - Nova expansão de S. Paulo para o Sul e para Oeste" (SILVA, 1939(c), p. 60).

A segunda sistematização sobre a interiorização brasileira citada no texto foi a de Paulo Padro. Esta enumera e descreve as bandeiras paulistas, baianas, pernambucanas, maranhenses, e amazônicas, observando que tal esquema foi descrito por Capistrano de Abreu em 'Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil'. O esquema interpretativo seguinte mencionado por Silva foi o de Gentil de Assis Moura, como publicado em 'As Bandeiras Paulistas - Estabelecimento das diretrizes gerais a que obedeceram, e estudo das zonas que alcançaram'. Classificou as bandeiras em: de expansão, religiosas, guerreiras, exploradoras de ouro, e exploração científica. Sobre suas direções citou as bandeiras do Sul, de Mato Grosso, goianas, mineiras e do Norte.

A quarta sistematização foi a de Alfredo Elis Junior ('O Bandeirismo Paulista e o recuo do Meridiano', São Paulo, 1934). Quanto ao tempo foram citadas as bandeiras quinhentistas, seiscentistas e setecentistas. Quanto ao objetivo, as bandeiras poderiam ser de 'caça ao índio' ou de 'busca aos metais'. Outra esquematização (Romário Martins em 'História do Paraná', Curitiba, 1937) também definiu as bandeiras pelos três primeiros séculos coloniais, acrescentando quatro 'bandeiras povoadoras', já no século XIX. Por fim Silva abordou estudos que trataram do 'Norte' e da Amazônia. Quanto ao Norte, destacou a importância dos bandeirantes baianos e a abertura de estradas por estes entre os séculos XVI e XIX.

O tópico seguinte deste capítulo sobre a interiorização foi destinado a demonstrar a importância das bandeiras no processo. Foram comentados alguns estudos que problematizaram esta questão e

concluíram que o Brasil foi formado através de três histórias. João Ribeiro ('formação do Brasil') citou o jesuíta, o criador e o paulista como os três grandes 'fatores' da grandeza territorial do Brasil. Basílio de Magalhães reivindicou reordenar tal tríade: "(...) os paulistas, os criadores de gado e os missionários católicos, pois que a ação dos bandeirantes meridionais, por sua intenção e extensão no tempo e no espaço, foi em muito superior à dos outros coeficientes da constituição geográfica do Brasil" (SILVA, 1939(c), p. 66).

Oliveira Lima acentuou este primordialismo bandeirante, afirmando que "(...) do sul ao norte do país, foi, portanto, o bandeirante o agente por excelência do seu desenvolvimento econômico e o seu traço de união moral" (LIMA, Rev. do Inst. Hist. de S. Paulo, XVII, 17 *apud* SILVA, 1939(c), p. 66). Já Vicente Licínio Cardoso, na conferência 'o Rio de S. Francisco - base física da unidade do Império', observou: "(...) a nossa história pátria é composta de três histórias que se superpõem e entrelaçam, espelhando as próprias terras altas, os chapadões e os taboleiros, vinculados à costa pelas trajetórias variadíssimas de nossos rios" (CARDOSO, À margem da História do Brasil, São Paulo, 1933 *apud* SILVA, 1939(c), p. 66). Oliveira Viana a partir de análise antropogeográfica afirmou ser

(...) possível distinguir, da maneira mais nítida, pelo menos três histórias diferentes: a do norte, a do centro-sul, a do extremo sul, que geram por seu turno, três sociedades diferentes: a dos sertões, a das matas, a dos pampas, com seus três tipos específicos: o sertanejo, o matuto, o gaúcho. É impossível confundir êsses três tipos, como é impossível confundir essas três sociedades, como é impossível confundir essas três Histórias, como é impossível confundir êsses ecúmenos. (VIANA, 'Populações Meridionais' *apud* SILVA, 1939(c), p. 67).

Finalizando este terceiro capítulo Silva 1939(c) comentou que as cidades brasileiras do litoral surgiram a partir de interesses metropolitanos específicos, como bons portos, abundância de água, ou presença do pau-brasil. Já no interior as cidades brasileiras são decorrentes de

(...) antigos "pousos" dos "bandeirantes" e "faiscadores", nas "entradas" ao sertão, em busca de "minas" de ouro e pedras preciosas, ou em perseguição e captura dos índios. "Violador de sertões, plantador de cidades", eis como o poeta, em um só verso alexandrino, sintetizou a ação do "bandeirante", do "caçador de esmeraldas" inexistentes, fantásticas. (SILVA, 1939(c), p. 67).

Após citar estas origens dos núcleos populacionais brasileiros Silva questionou como 'modernamente' surgiram as futuras cidades. Sua resposta encerrou o capítulo:

Da confluência das estradas? Nos pontos de boa água? Nos locais de melhor clima? Mais provavelmente, das explorações agrícolas ou industriais, em larga escala, como vinham, para exemplo, fazendo, na Amazônia, os japoneses e a empresa Ford. São novas "entradas", de norte para o sul, da margem direita do rio Amazonas, em direção à encosta do planalto central, que irão subindo... Certamente, outras muitas surgirão, paralela e perpendicularmente, a estas, para a extração da borracha, das madeiras, do coco babassú, etc. tendendo tôdas para o centro do país, mais elevado, ou mais continental, e geralmente, mais saudável. (SILVA, 1939(c), p. 67).

Notamos o uso do qualificativo ‘moderno’ para definir o contexto no qual o texto foi escrito e publicado, e a aposta nas grandes explorações agrícolas e industriais. Estas últimas foram intituladas como ‘novas entradas’, e objetivavam a exploração de recursos naturais, sempre tendo como rumo o centro do país.

O quarto capítulo da série foi intitulado como ‘Produção’, e tratou dos temas:

Ocupação produtiva do solo - Razões econômicas dos transportes Distribuição histórico-geográfica dos ciclos econômicos - Relações entre a produção e a origem e desenvolvimento dos transportes I. O pau-brasil - II. O açúcar – III. A pecuária - IV. O Ouro – V. o Diamante - VI. O Café -VII. A Borracha- VIII. O Mate - IX. O Algodão – X. O ciclo industrial - Zonas geo-econômicas e comerciais - Geografia dos produtos de alimentação (SILVA, 1940).

Conforme a proposta de analisarmos precisamente os pontos do texto que abordaram a região Nordeste focaremos nossas considerações no item ‘Ciclo do Algodão’. O autor pontuou que em alguns estados do então chamado Norte, e mais especialmente da sua porção então denominada Nordeste, a cultura do algodão tem sido uma das bases econômicas da região desde o período colonial. ‘Modernamente’ Silva identificava um novo ciclo do algodão, no Nordeste e em São Paulo. Entretanto neste último estado a cultura algodoeira assumia um “(...) aspecto meramente mercantil, sem influência notada no ambiente social paulista” (SILVA, 1940(a), p. 45), enquanto:

No Nordeste é diferente. Assim o diz Limeira Tejo ("Brejos e carrascais do Nordeste", S. Paulo) - "Só mesmo o algodão tem tido essa força para civilizar a caatinga. Nos intervalos dos seus maiores momentos comerciais, sofrendo crises muitas vezes, é, ainda o ouro branco que sustenta tãda à economia de uma sociedade de pequenos produtores. E foram ainda as suas cotações quasi fabulosas durante a safra 1922-23 que levaram a civilização do automóvel para êsse mundo, provocando um aperfeiçoamento considerável da maquinária de beneficiamento, fazendo crescer cidades da noite para o dia, estabelecendo, enfim, as condições para uma industrialização que progride a passos largos, abrindo os horizontes para uma definitiva e real ocupação econômica do deserto." (SILVA, 1940(a), p. 45)

Sinalizamos neste capítulo a relativa indefinição das regiões Norte e Nordeste, inclusive com a possibilidade de a segunda ser parte da primeira. Outro ponto de destaque é a repetida classificação como ‘moderno’ do período contemporâneo à escrita de Silva. Nesta última citação, enfim, apontamos a utilização da narrativa civilizacional em relação ao papel do algodão (‘ouro branco’) na caatinga, ou ‘deserto’.

O capítulo seguinte (quinto) de Geografia dos Transportes no Brasil, ‘Circulação interna primitiva’, apresentou e discutiu os temas: “Circulação considerações gerais, definições, classificação dos transportes - Vias de transportes anteriores ao advento das ferrovias - Alguns caminhos antigos - Principais estradas carroçáveis - Meios de transporte primitivos, segundo as regiões -- Duração das

viagens e marchas” (SILVA, 1940(b)).

Destacamos neste capítulo a discriminação dos meios de transporte utilizados ‘primitivamente’ segundo as regiões. Na Amazônia o autor aponta o predomínio da canoa ou montaria, como ‘pitorescamente’ era chamada localmente. “Nas regiões semi-áridas do Nordeste usa-se de preferência o jumento como animal de carga, dada a sua resistência à seca, o cavalo como animal de montada. Na costa oceânica, a jangada, às vezes bem longe de terra” (SILVA, 1940(b), p. 230-231). Já

“Nas zonas montanhosas de Minas Gerais, S. Paulo e outras - o carro de boi, o burro cargueiro e como animais de montada, o cavalo e o burro, êste mais seguro.

Nas coxilhas do Sul- o cavalo como animal de montaria; na zona serrana o carretão alongado puxado por 4 ou 5 cavalos, em junta, ao lado uns dos outros.

Nos altiplanos do interior (Goiaz, Mato Grosso) - o burro, o carro de boi; o cavalo, e mesmo o boi, como montaria, (boi-cavalo, como justamente o denominam por lá). Uso análogo existe na ilha de Marajá” (SILVA, 1940(b), p. 231).

Em geral Silva descreveu que no transporte de pessoas, “As viagens pelo interior eram feitas, outrora, utilizando-se o cavalo e o burro, geralmente para os homens; o carro de boi, se havia senhoras e crianças, e também, por vezes as liteiras (ou banguês), e as redes, em casos especiais, de enfermos e outros”. (SILVA, 1940(b), p. 232). Já no transporte de mercadorias predominavam os carros de bois e as tropas de burros cargueiros.

No item em que analisou a duração das viagens e marchas notamos uma interessante descrição da resistência e velocidade do ‘sertanejo’ ou ‘matuto’:

(Sabemos que os nossos matutos andam muito mais. Admitindo 8 horas de sono (das 20 às 4), 4 horas de descanso e refeições, e 12 horas de marcha normal a passo, - a 4 Km por hora (Mazzocchi, "Memorial Técnico", dá 4,32) -podemos admitir 48 Km como marcha diária de um sertanejo nosso, a pé, em caminho, ou em terreno fácil, é claro) (SILVA, 1940(b), p. 233).

O sexto capítulo, ‘Circulação interna atual’, continha uma primeira seção relativa às estradas de ferro, na qual foram abordados os seguintes temas:

Considerações gerais sobre o traçado das vias terrestres - Terras planas e terras acidentadas - Classificação das linhas férreas pelo aspecto dos perfís - Classificação pelos tipos esquemáticos dos traçados - Ferrovias penetrantes, irradiantes e divergentes - Distribuição das ferrovias pelas regiões geo-econômicas - Redes. Estradas isoladas. Portos servidos por vias férreas. Grandes, médias e pequenas estradas. Distribuição pelos Estados - Vias férreas na faixa das fronteiras (SILVA, 1940(c)).

Destacamos nesse capítulo a seção ‘Distribuição das ferrovias pelas regiões geo-econômicas’, na qual o autor utilizou tal regionalização já apresentada no primeiro capítulo da série, baseada na delimitação de oito unidades, definidas pelos estados e suas condições ‘morfo-clímato-botânicas’

semelhantes:

I - Amazônia: Acre, Amazonas e Pará.

II - Meio-norte: Maranhão e Piauí.

III - Nordeste: Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

IV - Meio-sudeste: Sergipe e Baía.

V - Este: Espírito Santo, Estado do Rio, Distrito Federal e Minas Gerais. (Minas pode dizer-se o centro-este).

VI - Meio-sul: São Paulo.

VII - Sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. (Podendo destacar-se este último como Extremo-Sul)

VIII - Centro: Mato Grosso e Goiás (Mato Grosso é o centro-oeste). (SILVA, 1940(c), p. 419-420).

Silva esclareceu que "(...) os nomes de Meio-norte, Meio-sudeste e Meio-sul para as regiões II, IV e VI, a que havíamos chamado apenas zonas de transição, são devidos ao Dr. Valdir Niemeyer ("As regiões geo-econômicas do Brasil", "Jornal do Comércio", Rio, Dez. 1939)" (SILVA, 1940(c): 420). O autor apresentou também um quadro (**Figura 58**, p.252) no qual constava a quilometragem ferroviária distribuída por essas regiões, como foi verificada em 1º de janeiro do ano corrente (1940), conforme dados a ele fornecidos pelo engenheiro da Inspeção Federal das Estradas, Valter Luz.

Observamos que mesmo somando-se as regiões II - Meio-norte, III – Nordeste e IV - Meio-sudeste, existiam nessa grande região, em 1940, menos ferrovias em extensão do que apenas no estado de São Paulo (respectivamente 20% e 21,75% de participação no total de ferrovias do país). Todas essas regiões possuem mapas individuais mostrando as suas viações férreas construídas, em construção e em estudo (copiamos aqui os mapas das regiões II - Meio-norte, III – Nordeste e IV - Meio-sudeste, correspondentes às **Figura 59**, **Figura 60** e **Figura 61**, p.253, 254 e 255).

EXTENSÃO FERROVIARIA NO BRASIL			
Regiões	Estados	Ferrovias (Km)	% do Brasil
I - Amazônia	<i>Total</i>	381	1,11
	Acre	0	
	Amazonas	5	
	Pará	376	
II - Meio-norte	<i>Total</i>	696	2
	Maranhão	449	
	Piauí	247	
III - Nordeste	<i>Total</i>	3.676	10,74
	Ceará	1.240	
	Rio Grande do Norte	519	
	Paraíba	489	
	Pernambuco	1.082	
	Alagoas	346	
IV - Meio-sudeste	<i>Total</i>	2.467	7,2
	Sergipe	303	
	Baía	2.164	
V - Este	<i>Total</i>	11.754	34,34
	Espírito Santo	744	
	Rio de Janeiro	2.708	
	Distrito Federal	142	
	Minas Gerais	8.160	
VI- Meio-sul	<i>Total</i>	7.447	21,75
	São Paulo	7.447	
VII - Sul	<i>Total</i>	6.249	18,25
	Paraná	1.566	
	Santa Catarina	1.193	
	Rio Grande do Sul	3.490	
VIII - Centro	<i>Total</i>	1.555	4,54
	Mato Grosso	1.170	
	Goiaz	385	
TOTAL BRASIL		34.225	100

Figura 58: Quadro da extensão ferroviária no Brasil. Fonte: Elaborado pelo autor com base em SILVA, 1940(c), p.421-424.

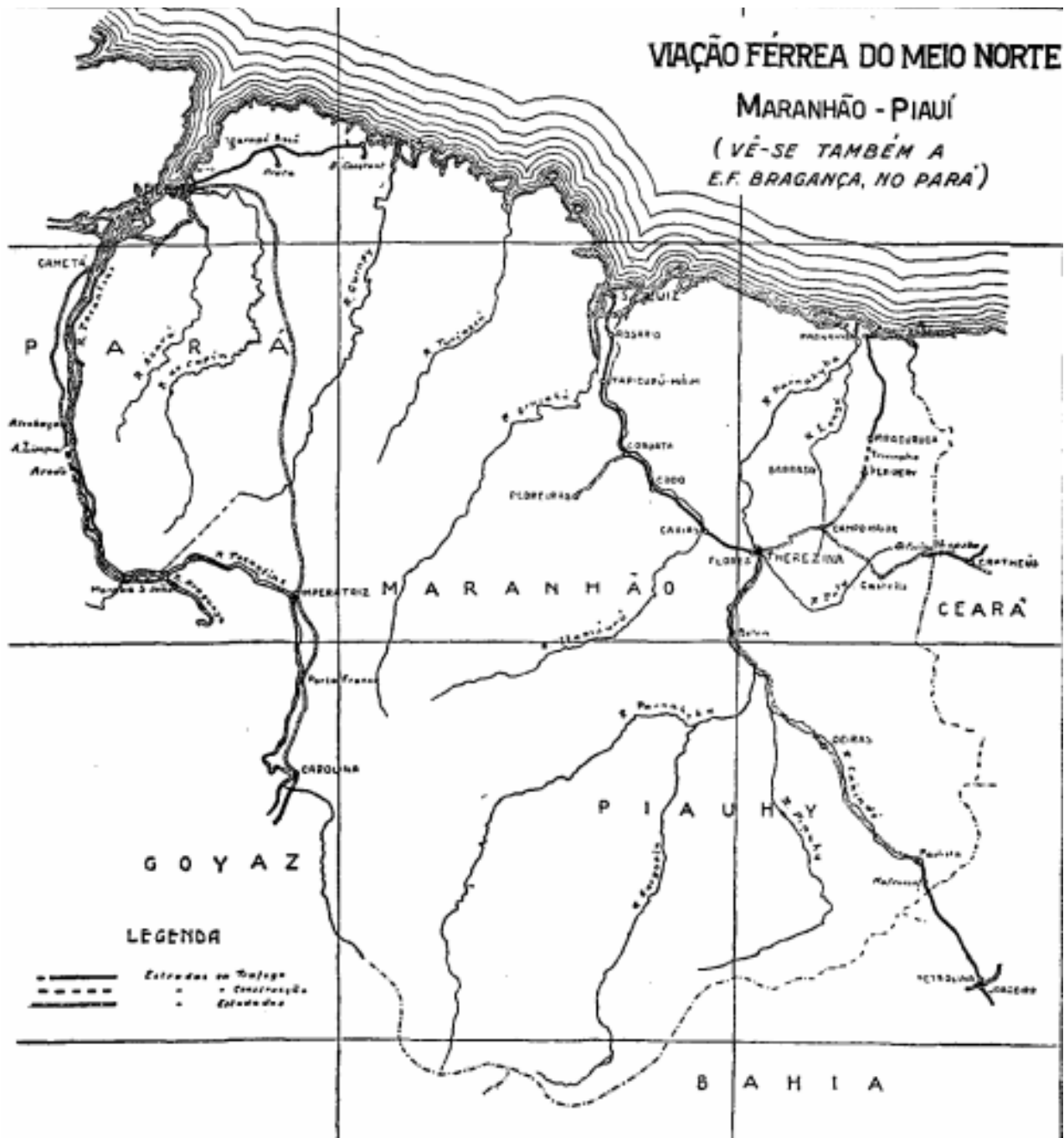


Figura 59: Mapa da Viação Férrea do Meio Norte – Maranhão e Piauí. Fonte: SILVA, 1940(c), p. 420.

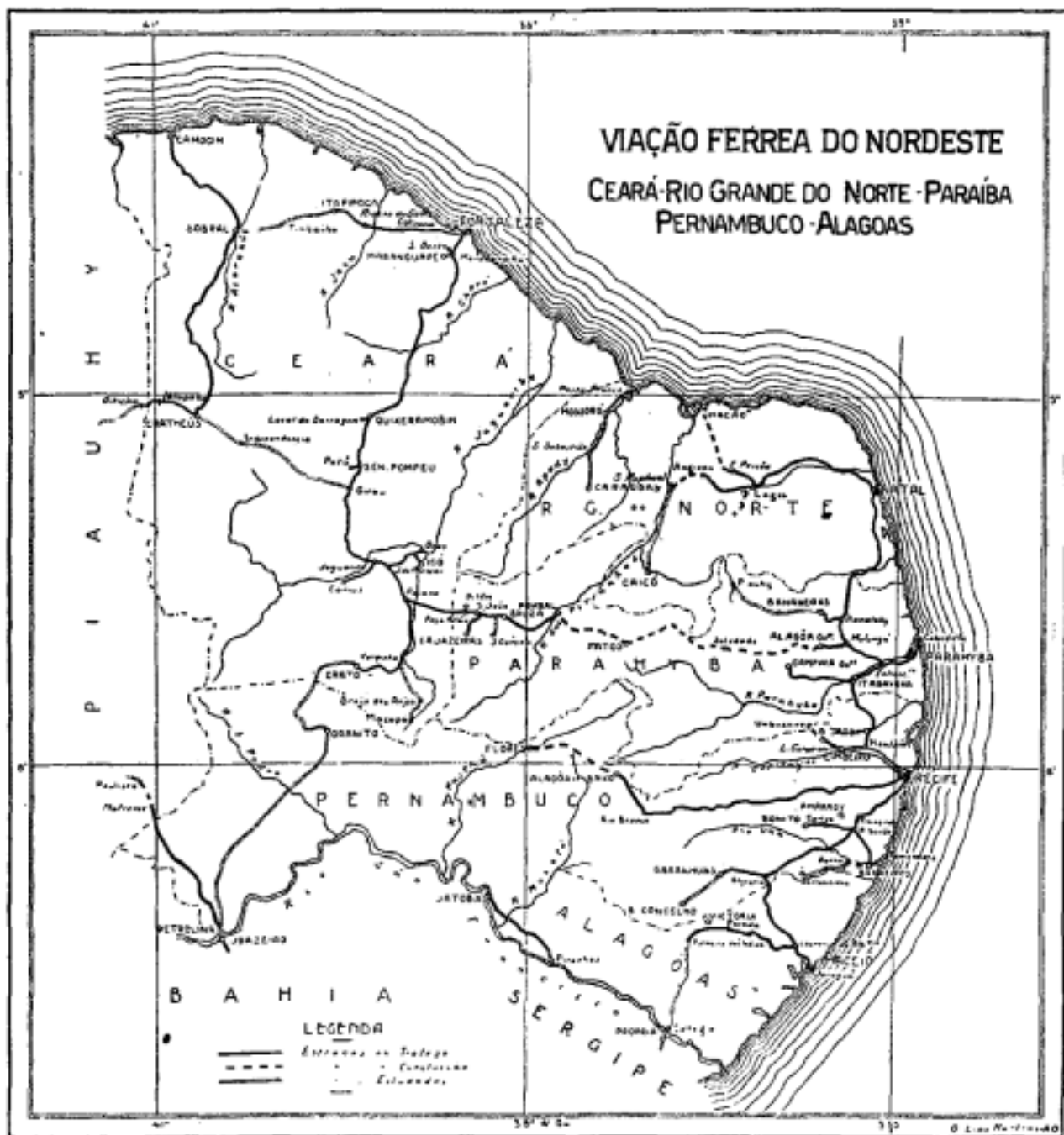


Figura 60: Mapa da Viação Férrea do Nordeste – Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. Fonte: SILVA, 1940(c), p.421.



Figura 61: Mapa da Viação Férrea do Meio-Sudeste – Sergipe e Baía. Fonte: SILVA, 1940(c), p. 422.

Silva (1940c) analisou também o caráter de rede ou isolamento destas ferrovias. Em relação às regiões por nós selecionadas para estudo, são citadas as consolidadas redes Baiana, à qual se prende Sergipe e Nordestina, de Alagoas ao Rio Grande do Norte, constituída pela *The Great Western of Brazil Railway co.*. A rede Cearense não seria apropriada para receber tal denominação, “(...) pois as duas estradas de Baturité e de Sobral, a que se dá êsse nome conjunto, ainda não estão ligadas. A Rede Cearense ligar-se-á à rede nordestina, de que é parte integrante” (SILVA, 1940(c), p. 426). Mesma situação verificava-se na ainda em formação Rede do Meio-Norte, da qual faltava a ligação, por Teresina, das estradas do Piauí, ao Maranhão.

Outras estradas de ferro foram classificadas como isoladas por Silva. Dentre as que foram nominalmente citadas no texto várias estão em nossa área de interesse: Sobral e Baturité, no Ceará, Mossoró, no Rio Grande do Norte, São Luiz – Teresina, no Maranhão, Ilhéus – Conquista e E. F. Baía-Minas, na Bahia, e a Central do Piauí. Excetuando-se outras de ‘menor importância’, somente foram também citadas as E. F. Madeira-Mamoré, em Mato Grosso, inteiramente isolada e a de Bragança, no Pará.

A seção seguinte deste capítulo enumerou estradas de ferro que partem de portos. Nos estados nordestinos foram descritas a E. F. São Luiz-Teresina, partindo do porto da capital maranhense, com 450 km e prevista para ligar-se à E. F. Sobral, para leste, e com a E. F. Petrolina-Teresina, para o sul. A E. F. Central do Piauí iniciava-se em Amarração, no Piauí, possuindo apenas 191 km, e deveria ligar-se ao sul com o futuro braço Teresina-Crateús (último ponto na E. F. Sobral).

Camocim, no Ceará, é o começo da E. F. Sobral, que tende a ligar-se com a S. Luiz-Teresina, a oeste, e a E. F. Baturité, a leste, pelo ramal de Itapipoca.

Fortaleza, no Ceará, de onde parte a E. F. Baturité, descendo o Estado de norte ao sul, até Crato, e com um ramal de Paiano para Sousa, na Paraíba, que tenderá a prolongar-se até ligação com o trecho da *Great Western*, que parte da capital do Estado da Paraíba e vai a Campina Grande.

Areia Branca, no Rio Grande do Norte, de onde parte a E. F. Mossoró, que tende a ligar-se no braço Sousa-Campina Grande.

Natal, no Rio Grande do Norte. Daí parte a E. F. Central do Rio Grande do Norte, com 221 km, no sentido leste-oeste, e um ramal da *Great Western*, para o sul, para Recife, depois de atravessar o Estado da Paraíba.

Dos portos de Cabedelo (Paraíba), Recife (Pernambuco), e Jaraguá (Alagoas) partem linhas da *Great Western*, cuja principal sai de Recife no sentido transversal ao Estado de Pernambuco.

De Aracajú (Sergipe) e de S. Salvador (Baía) partem linhas da Viação F. F. Leste Brasileiro. Essa Rede radial em torno de S. Salvador, estende um braço para noroeste, até Juazeiro, defronte de Petrolina (Pernambuco), de onde parte a E. F. Petrolina-Teresina, demandando êsse último ponto no Piauí, mas de que está ainda muitíssimo distante.

Ilhéus, na Baía, é o começo da E. F. Ilhéus-Conquista, com 127 km, servindo uma região produtora de cacau.

De Caravelas, na Baía, parte a E. F. Baía-Minas com 536 km em direção a Arassuaí, no Estado de Minas Gerais. (SILVA, 1940(c), p. 426-427).

Outras duas classificações mencionadas por Silva foram a econômica, pela renda bruta anual, e a pela sua extensão. Na primeira, estabelecida pela ‘Estatística da Inspetoria Federal das Estradas’, existiam três categorias. As empresas de 1ª categoria teriam renda superior a 20.000 contos, as de 2ª categoria, entre 5.000 e 20.000 contos e as de 3ª categoria, renda inferior a 5.000 contos. A última publicação da Estatística acima citada era referente ao ano 1937 e contabilizava 11 estradas de 1ª

categoria, 6 de segunda e as demais de terceira.

A região Nordeste possuía apenas uma empresa de primeira categoria, a *Great Western of Brazil Railway* e duas de segunda, a Viação Férrea Federal do Leste Brasileiro e a Rede de Viação Cearense. Quanto à extensão, as redes ferroviárias foram classificadas em grandes, com mais de 1.000 km, médias, entre 300 e 1.000 km, e pequenas, inferiores a 300 km. Dentre a lista das 12 grandes estradas brasileiras encontravam-se as três já citadas, sendo a do Leste em oitavo lugar (com 1.813 km), a Great Western em nono lugar (1.758 km) e a Cearense em 12º lugar (1.368 km).

Dentre a lista das seis estradas médias brasileiras duas eram nordestinas: a E. F. Baía e Minas (com 536 km) e a E. F. S. Luiz-Teresina (com 450 km), ocupando respectivamente, o segundo e o terceiro lugar. Quinze foram as classificadas no Brasil como estradas pequenas, e dentre elas encontramos em sétimo lugar a E. F. Central do Rio Grande do Norte (com 221 km), em oitavo a E. F. Central do Piauí (191 km), e em nono a E. F. Petrolina-Teresina (189 km). Em 11º a E. F. Mossoró (174 km) e em 14º a E. F. Ilhéus a Conquista (127 km). Silva informou ainda existirem “22 ferrovias de menos de 100 km de utilidade meramente local, sem outro sentido econômico, que justifique mencioná-las aqui” (SILVA, 1940(c), p. 431).

Na última seção do capítulo dedicado à rede ferroviária brasileira o autor apresentou a distribuição pelos estados das vias férreas (**Figura 62**, p.258), e concluiu pela grande desigualdade nesta repartição. Silva apontou que somente três estados, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul concentravam 55,5% das ferrovias nacionais.

O estado da Bahia foi o quinto com maior extensão de ferrovias, porém quando observado sua grande área os 2.164 km eram poucos. Tal carência era maior nas porções noroeste, ocidental e sul do estado. A capital ligava-se a capital de Sergipe, Aracaju. O Ceará teve a sétima maior rede ferroviária (1.240 km), com destaque para a E. F. Baturité, que atravessa no sentido norte – sul, e a E. F. Sobral, a qual servia a metade do ocidente cearense. Porém, sinaliza Silva, na parte central do estado, compreendida entre essas duas ferrovias, não existiam ferrovias, excetuando-se a ainda inacabada ligação Fortaleza-Sobral (ramal de Itapipoca).

O décimo estado em extensão de ferrovias foi Pernambuco, com 1.082 km. Próximo ao litoral, de norte a sul, serpenteava a E. F. Great Western, com um ramo para oeste, beirando a fronteira com a Paraíba. No extremo sudoeste pernambucano passava a E. F. Petrolina-Teresina, porém Silva concluía que no interior do estado não haviam ferrovias. O Rio Grande do Norte, com seus 519 km de ferrovias

foi o 12º dentre os estados brasileiros. No litoral, até Natal, existia a E. F. Great Western. Da capital rumo ao oeste a E. F. Central do Rio Grande do Norte. No ocidente, rumo ao sul, a E. F. Mossoró, que deveria conectar-se aos sistemas do sul, “(...) ativará a região ocidental norte-riograndense até Mossoró” (SILVA, 1940(c), p. 433).

Extensão de ferrovias construídas por unidade da federação	
U.F.	Ferrovias (km)
Minas Gerais	8.160
São Paulo	7.447
Rio Grande do Sul	3.490
Rio de Janeiro	2.708
Baía	2.164
Paraná	1.566
Ceará	1.240
Santa Catarina	1.193
Mato Grosso	1.170
Pernambuco	1.082
Espírito Santo	744
Rio Grande do Norte	519
Paraíba	489
Maranhão	449
Goiaz	385
Pará	376
Alagoas	346
Sergipe	303
Piauí	247
Distrito Federal	142
Amazonas	5
Acre	0
Total Brasil	34.225

Figura 62: Quadro decrescente das extensões de ferrovias construídas por unidade da federação. **Fonte:** Elaborado pelo autor com base em SILVA, 1940(c), p. 431-434.

Em 13º lugar, com 489 km de ferrovias estava a Paraíba. Sua faixa litorânea era atravessada por uma ramificação da E. F. Baturité. Silva considerou bom o ‘delineamento geral’ das estradas, e que convinha prosseguir a construção da linha do centro até Campina Grande, onde chegava a E. F. *Great Western*. Logo em seguida, no 14º lugar vinha o Maranhão, com 449 km de ferrovias.

A via férrea que, partindo de São Luiz, chega à margem esquerda do rio Parnaíba, defronte de Teresina, mantém comunicações fáceis entre as duas capitais; mas sua posição não permite que concorra para o desenvolvimento da parte central do Estado; necessário, portanto, que se construam progressivamente outras estradas que sirvam o interior. (SILVA, 1940(c), p. 433).

Alagoas, em 17º lugar com 346 km ferroviários era servido pela E. F. *Great Western*. O autor apontava

a presença da linha de Palmeira dos Índios, que o ligaria à rede baiana através de Sergipe, e também que a sua porção ocidental estava completamente desprovida de ferrovias. Em seguida vinha Sergipe (303 km), onde apenas no litoral havia uma ferrovia, ligada a rede baiana. No 19º lugar, com 247 km de estradas de ferro aparecia finalmente o Piauí, com três ferrovias que alcançavam Teresina. A Central do Piauí, vinda do norte, o prolongamento da E. F. Sobral, vinda de leste, e a E. F. Petrolina, vinda pelo sudeste rumo à capital.

Ao chegarmos ao fim da primeira parte deste capítulo concluímos que o Nordeste possuía importantes ferrovias, uma razoável rede de estradas de ferro intermediárias e várias delas conectavam-se aos portos da região. Por outro lado, grandes porções da maioria dos estados estavam totalmente descobertas dessa infraestrutura de transporte.

A segunda parte deste sétimo capítulo 'Circulação interna atual' foi dedicado ao estudo das 'Rodovias modernas', e tratou dos seguintes temas:

Conceito de rodovias nacionais. As grandes rodovias tronco: para o centro, para o sul e para o norte - Rio-Petrópolis. Rio-Belo Horizonte. Rio-São Paulo. Rio-Pôrto Alegre. Rio-Montevideu - Chuvas ao longo do tronco Sul - Circuito rodoviário das estações hidro-minerais do Sul de Minas - Rio-Baía - Caminho de transumância - Rede rodoviária federal do Nordeste- A Transnordestina- Do Rio ao Piauí, de automóvel - A Rodovia Transbrasiliiana e a Rodovia Panamericana, no Brasil - Outras rodovias nacionais - Extensão quilométrica total das rodovias em todo o país. (SILVA, 1940(d)).

Silva (1940d) iniciou definindo que, na falta de melhor fixação legal, as rodovias seriam consideradas federais, estaduais ou municipais conforme fossem responsáveis pela sua construção e conservação os poderes públicos respectivos. O autor indicou que por 'fatal imposição histórico-geográfica' foram definidos três setores de irradiação natural a partir da capital do país, aos quais correspondiam três diretrizes gerais que permaneciam ativas desde o primeiro decreto ferroviário de 1835.

Tais diretrizes seriam, saindo do Rio de Janeiro, buscando a capital mineira, o tronco-centro. Rumo à capital do Rio Grande do Sul e passando pela paulista, o tronco-sul, e por fim, no sentido da capital baiana, o tronco-norte. Assim sendo a primeira grande e moderna rodovia-tronco era a Rio-Belo Horizonte, com possíveis prolongamentos e esgalhamentos para Goiás e Mato Grosso. A segunda era a Rio-São Paulo, prolongada até o Rio Grande do Sul, e a terceira, a Rio-Bahia, com suas possíveis ramificações para nordeste e norte.

Sobre o tronco-norte, Silva comentou que o mais antigo 'projeto de estrada da cidade da Baía para a do Rio de Janeiro' era datado de 1815, de autoria anônima. Esta teria uma extensão similar ao traçado

da rodovia moderna. Prosseguiu Silva (1940d) afirmando que

Desde que se cogitou, aí pelos fins de 1930, da possibilidade de ligação rodoviária entre as cidades do Rio de Janeiro e do Salvador, capital do Estado da Baía, vários traçados foram sugeridos. Descrevêmo-los em nosso livro Quilômetro Zero (págs. 276-325). Depois de haver estudado longamente êsses diversos traçados, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem decidiu-se, em definitivo, pelo seguinte, em parte já construído e de que prossegue a construção da parte restante: (SILVA, 1940(d), p. 574) (**Figura 63**)

I — Rio-Muriaé (via Petrópolis — Areal — Pôrto Novo — Leopoldina)	320, Km 500
II — Muriaé-Caratinga (passando em Santa Rita do Glória — Sacramento — Santa Bárbara)	198 Km
III — Caratinga-Figueira (Governador Valadares) (via Inhapim)	105 Km
IV — Figueira-Teófilo Otoni (passando em Chonin — Itambacuri — Igreja Nova)	174 Km
V — Teófilo Otoni-Fortaleza (Cel. Francisco Sá — Santa Rita)	321 Km
VI — Fortaleza-Conquista	186 Km
VII — Conquista-Jequié	160 Km
VIII — Jequié-Feira de Santana	270 Km
IX — Feira-Salvador	144 Km
Total	1.878, Km 500

Figura 63: Traçado final da rodovia Rio-Bahia, definido pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Fonte: SILVA, 1940(d), p.574.

Os trechos não construídos da grande rodovia-tronco eram o de Muriaé – Figueira, pequenas partes do trecho Figueira – Teófilo Otoni, e o de Fortaleza – Conquista. Sobre algumas vantagens do traçado escolhido Silva citou parecer do engenheiro Odilon Dias Pereira. A principal era que a resultante dos traçados que uniam o Rio de Janeiro às capitais dos estados do Norte (no caso, contendo Belém, São Luís, Teresina, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju e Salvador) era muito semelhante à diretriz Rio-Bahia.

Assim supondo, poderíamos acrescentar: êsse fato parece exprimir que, se por causas quaisquer, se verificasse um fenômeno de transumância das populações dos Estados do Norte, -da Baía ao Pará, deveriam, a princípio, encaminhar-se para S. Salvador, atraídas pela força desta cidade, e depois daí, ou mesmo, ainda a meio caminho dela, essas massas humanas migratórias infletiriam, tôdas, em última etapa, para a estrada de rodagem Rio-Baía, eixo por onde desceriam, lentamente, até atingir o foco de atração maior, a Capital do País, - Rio de Janeiro. (SILVA, 1940(d), p. 576)

A esta hipótese o autor soma outros interesses nacionais que seriam contemplados com a construção da rodovia Rio-Bahia. Primeiramente mencionou a ‘necessidade’ de interligação entre as redes de comunicação do Sul e do Centro com as do Norte. Outro ponto importante tratou da “(...) eficiência das modernas rodovias sob todos os pontos de vista, mas principalmente como caminhos

civilizadores” (SILVA, 1940(d), p. 577).

Portanto, notamos o caráter de modernização e civilização assumidos como objetivos primários da implantação da rede rodoviária nacional. Citando um Boletim da Inspeção Federal de Obras contra as Secas de agosto de 1934, de autoria do inspetor engenheiro Luiz Vieira, foi descrito o plano rodoviário geral do Nordeste:

(...) projetado e em execução progressiva pela Inspeção Federal de Obras contra as Secas, (...) ficou constituído, inicialmente, de 7 estradas-tronco e 15 estradas subsidiárias ou ramais. Esse programa tem sido ampliado, constando do Guia Rodoviário, editado pela Inspeção em 1939, não mais apenas 15 estradas subsidiárias, mas 50. (SILVA, 1940(d), p. 578).

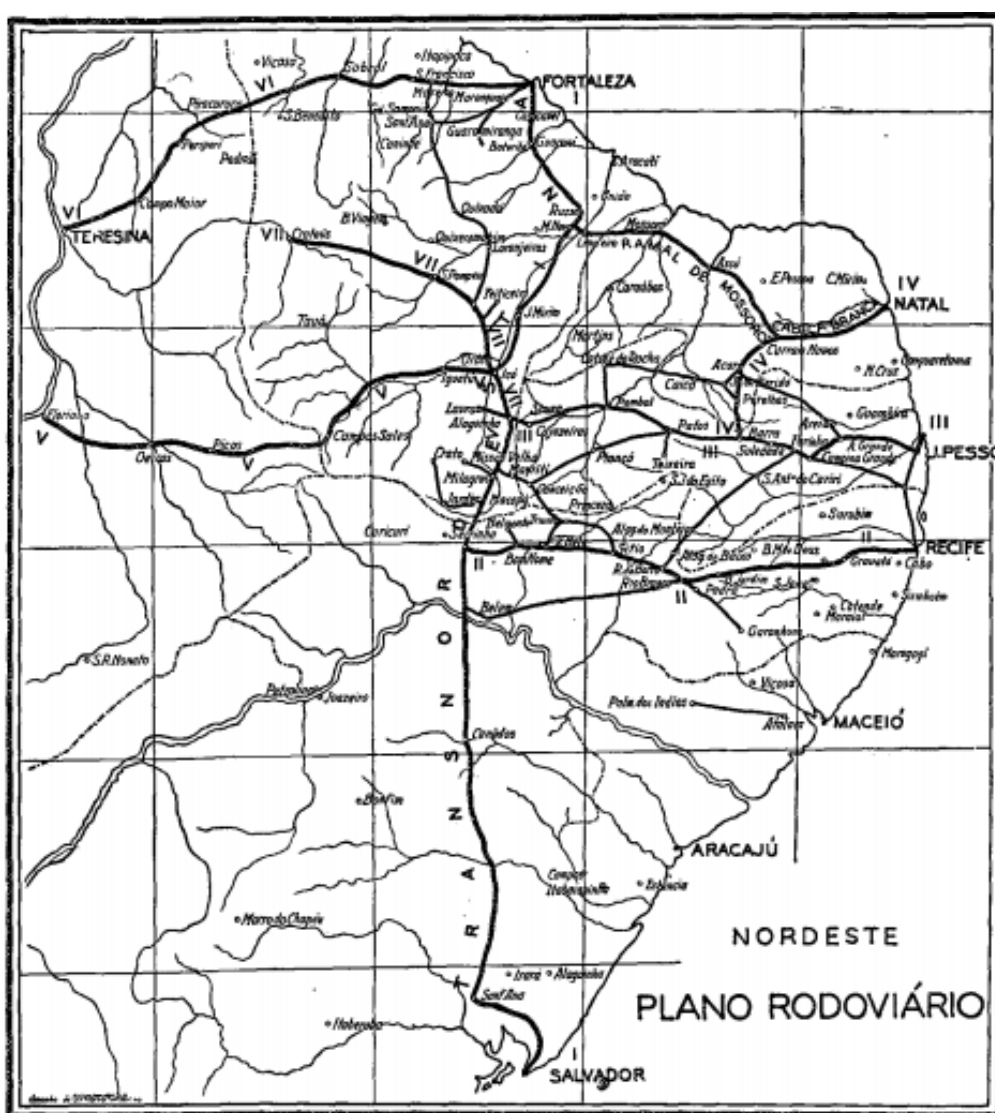


Figura 64: Mapa do plano rodoviário para a região Nordeste. Fonte: SILVA, 1940(d), p. 578.

Como mostrados no Mapa (Figura 64, p.261), as estradas-tronco nordestinas eram as seguintes:

1º - Tronco São Salvador-Fortaleza, ou Transnordestina, - passando por Feira de Santana, Serrinha, Cumbe e Canudos, na Baía; Salgueiro em Pernambuco; Macapá, Milagres, Alagoinha,

Icó, Jaguaribe-Mirim e Russas, no Ceará. É a corda rodoviária Transnordestina, de caráter eminentemente político e social; estabelece ligação entre as linhas de penetração dos diferentes Estados.

2º - Central de Pernambuco, - partindo de Recife e terminando em Leopoldina, passa por Gravatá, Caruarú, Rio Branco, Sítio e Salgueiro onde cruza a Transnordestina.

3º - Central da Paraíba, - partindo de Cabedelo, entronca-se em Alagoinha, no Ceará, com a Transnordestina, passa por João Pessoa (Paraíba), Alagoa Grande, Campina Grande, Soledade, Patos, Pombal, Sousa e Cajazeiras.

4º - Central do Rio Grande do Norte, - partindo de Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte, passa pelas cidades de Macaíba e Santa Cruz e vai entroncar na Rodovia Central da Paraíba, em Barra, passando por Cabeça Branco. Importante é o ramal de Mossoró, partindo de Cabeça Branco, passando em Angicos, Assú, Mossoró, entroncamento com a Transnordestina em Limoeiro, no Ceará. Estabelece a ligação das capitais Natal e Fortaleza.

5º - Central do Piauí, - partindo de Icó e passando por Iguatu, Campos Sales, no Ceará; Picos, Oeiras e Floriano, no Piauí.

6º - Fortaleza-Teresina, - passando por São Francisco de Uruburetama, Sobral e Tianguá, no Ceará, Periperí e Campo Maior, no Piauí.

7º - Central do Ceará, - parte do açude "Lima Campos" passando por Orós, Senador Pompeu e termina em Crateús, no Ceará. (SILVA, 1940(d), p. 577-578).

Destacamos a importância da 1ª estrada – tronco, conectando Salvador e Fortaleza, e também chamada Transnordestina. Silva assinalou o caráter ‘eminente político e social’ desta rodovia, principalmente por possibilitar a ligação entre as diversas e isoladas ‘linhas de penetração’ do litoral rumo ao interior. Citando novamente o engenheiro Luiz Vieira, o texto apontou a Transnordestina como “(...) uma articulação feliz com as diversas rodovias estaduais, facultando o acesso fácil ao rio São Francisco, - a grande válvula de escoamento e campo de abrigo às populações castigadas nas secas futuras” (SILVA, 1940(d), p. 579).

Silva citou ainda a bem-sucedida viagem automobilística do Rio de Janeiro ao Piauí realizada em 1939 por J. R. Parkinson, do Automóvel Clube do Brasil, e a avaliação de D. L. Derron, A. R. Neto, R. Bopp e L. R. Sanson no livro Caminhos para o Brasil (S. Paulo, s/d), de que

Ao contrário do que geralmente se acredita, o Brasil está muito próximo de possuir um sistema rodoviário nacional (...). E de tal modo se manifestou a febre construtiva de estradas de rodagem no Brasil que não é exagêro afirmar bastarem uns dois mil quilômetros de ligações para dotar o país de uma rede rodoviária verdadeiramente nacional e de magnitude que mal se pode ainda suspeitar (Derron, Neto, Bopp, Sanson, S/D, *apud* SILVA, 1940(d), p. 582)

Este capítulo terminou com a apresentação de um quadro (**Figura 65**) com as extensões totais das estradas de rodagem, distribuídas pelas regiões Norte, Nordeste, Este, Sul e Centro, e pelas unidades federadas. Observamos que de maneira similar à distribuição da rede ferroviária nacional, o atual Nordeste tinha uma densidade rodoviária razoável, porém ainda bastante menor que a de São Paulo,

Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina.

EXTENSÃO TOTAL DA REDE RODOVIÁRIA DO BRASIL EM 31-XII-1937
SEGUNDO O "ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL", DE 1938

Regiões e Unidades Federadas	Extensão das rodovias (km)	
<i>Norte</i>		
Acre	—	
Amazonas	400,7	
Pará	1.011,3	
Maranhão	3.768,0	
Piauí	7.324,0	12.504,0
<i>Nordeste</i>		
Ceará	5.780,0	
Rio Grande do Norte	4.200,0	
Paraíba	3.404,6	
Pernambuco	5.377,6	
Alagoas	2.922,0	21.684,2
<i>Este</i>		
Sergipe	703,0	
Baía	11.739,9	
Espírito Santo	5.365,6	17.808,5
<i>Sul</i>		
Rio de Janeiro	4.233,7	
Distrito Federal	514,7	
São Paulo	48.059,0	
Paraná	15.461,4	
Santa Catarina	15.581,2	
Rio Grande do Sul	11.944,6	95.794,6
<i>Centro</i>		
Mato Grosso	7.093,0	
Goias	8.623,0	
Minas Gerais	36.829,0	52.545,0
<i>Brasil</i>		200.336,3

Figura 65: Quadro da extensão total da rede rodoviária do Brasil, pelas regiões e unidades federadas, segundo o 'Anuário estatístico do Brasil', de 1938. Fonte: SILVA, 1940(d), p. 582-583.

Passamos para o capítulo nono da monografia de Silva, intitulado 'Circulação periférica', que abordou os seguintes temas:

O Atlântico Sul - A costa do Brasil. Sua extensão, segundo vários autores. - Diversos trechos da costa. Tipos de costa. - Iluminação da costa. - O Gigante de Pedra - Navegação nacional - Portos. Sua classificação. - Portos organizados. - Principais portos ainda não organizados. - Portos de exportação e portos periféricos. - Regiões geo-econômicas e seus portos. (SILVA, 1941(b)).

Sobre a navegação de cabotagem Silva destacou que "A circulação periférica se realiza em um mar apenas, o Atlântico, prolongando-se a navegação de cabotagem, para o interior do país e do continente, respectivamente, ao Norte e ao Sul, através das duas grandes bacias fluviais, amazônica e platina" (SILVA, 1941(b), p. 150). A análise dos portos e da exportação de cabotagem brasileira foi feita a partir de uma regionalização geoeconômica, conforme explicitou Silva: "A Conferência Nacional de Economia e Administração, há tempos realizada no Rio de Janeiro, sob a presidência do Exmo. Sr. Dr. GETÚLIO VARGAS, Presidente da República, dividiu o país em cinco regiões geo-econômicas: 1ª Norte; 2ª Nordeste; 3ª Centro; 4ª Sudeste; 5ª Sul" (SILVA, 1941(b), p. 172).

Embora a análise de Silva esteja muito bem desenvolvida e tenha exposto diversas características interessantes dos portos nordestinos, o caráter totalmente litorâneo não nos traria muitos elementos para pensar os sertões nordestinos. Apresentamos, então, o quadro síntese do capítulo (Figura 66, p.264), no qual o autor descreve a distribuição da exportação de cabotagem, em quantidade e em valor, pelas cinco regiões geo-econômicas acima mencionadas, e também pelos estados e seus portos.

EXPORTAÇÃO DE CABOTAGEM NAS CINCO REGIÕES GEO-ECONÔMICAS, EM 1938

REGIÕES GEO-ECONÔMICAS	Estados	Portos	Toneladas	%	Valores das mercadorias	%
1.ª Região NORTE	Acre.....	---	---			
	Amazonas.....	Mauaus.....	32.037			
	Pará.....	Belém.....	141.053			
	Maranhão.....	São Luis.....	31.991			
	".....	Tutóia.....	4.053			
Piauí.....	Luis Correia.....	2.008				
(Norte)	---	(Amarração)	211.142	8,27	213.632:000\$	5,21
2.ª Região NORDESTE	Ceará.....	Fortaleza.....	18.974			
	".....	Camocim.....	3.572			
	".....	Aracati.....	5.000			
	Rio Grande do Norte	Natal.....	16.108			
	Paraíba.....	Cabedelo.....	46.215			
	".....	João Pessoa.....	3.741			
	Pernambuco.....	Recife.....	80.155			
	Alagoas.....	Maceió.....	345.964			
	Sergipe.....	Aracaju.....	54.829			
	Bahia.....	Salvador.....	94.589			
(Nordeste)	".....	Ilhéus.....	39.798	27,78	941.047:000\$	22,45
708.945						
3.ª Região CENTRO (Centro)	Mato Grosso.....	Corumbá.....	1.423			
	Goias.....	".....	---	0,05	413:000\$	0,01
4.ª Região SUDESTE	Minas Gerais.....	---	---			
	Espírito Santo.....	Vitória.....	28.886			
	Rio de Janeiro.....	Niterói.....	943			
	".....	Cabo Frio.....	3.142			
	São Paulo.....	Santos.....	203.163			
	Distrito Federal.....	Rio de Janeiro.....	355.784			
(Sudeste)	---	---	591.918	23,21	1.986.656:000\$	48,45
5.ª Região SUL	Paraná.....	Paranaguá.....	37.998			
	Santa Catarina.....	São Francisco.....	97.633			
	".....	Imbituba.....	112.834			
	".....	Itajaí.....	51.075			
	".....	Florianópolis.....	11.819			
	".....	Laguna.....	15.554			
	Rio Grande do Sul....	Pôrto Alegre.....	479.333			
	".....	Rio Grande.....	131.921			
(Sul)	---	Pelotas.....	99.885	40,69	958.679:000\$	23,38
1.038.052						
BRASIL	---	---	2.551.480	100,00	4.100.427:000\$	100,00

Figura 66: Quadro da exportação de cabotagem nas cinco regiões geo-econômicas, em 1938. Fonte: SILVA, 1941(b), p. 173.

Silva (1941b) contabilizou 138 portos naturais no Brasil, sendo 47 marítimos e 91 flúvio-marítimos, e destes destacou 53 os quais foram classificados em nove categorias. Entre estes 53 Silva sobressaiu 14, já 'organizados', pois construídos, devidamente aparelhados e em exploração comercial. Dentre os postos organizados constavam cinco na região Nordeste: Natal, Cabedelo, Recife, Bahia (Salvador) e Ilhéus.

Dentre os 18 mais importantes portos ainda não organizados classificados por Silva (1941b) encontramos nove na região nordestina: São Luiz – Maranhão, Itaqui- Maranhão, Tutóia – Maranhão, Luiz Correia (Amarração) – Piauí, Fortaleza – Ceará, Areia Branca - Rio Grande do Norte, Macau- Rio Grande do Norte, Maceió – Alagoas, e 9. Aracajú – Sergipe. O porto de Fortaleza foi também classificado (assim como Belém, Vitória, Paranaguá e São Francisco do Sul) como de exportação, e o de Recife (juntamente com Rio, Santos e Rio Grande) como de importação e exportação. Os demais portos brasileiros seriam periféricos. Os portos de Recife e Bahia ainda foram classificados por Silva como sendo distribuidores (ao lado de Belém, Rio de Janeiro, Santos e Rio Grande).

Desta maneira encerramos nossas análises baseadas na importante e extensa monografia Geografia dos Transportes no Brasil. Ainda sobre o tema dos transportes traremos mais três textos do mesmo autor, o engenheiro Moacir Silva, consultor técnico da 36ª Seção do CNG - Geografia dos Transportes.

O primeiro texto, 'Transportes na Amazônia', foi publicado apenas um ano após o último capítulo da sua monografia acima mencionada. Tal artigo nos interessa por ter tratado em uma de suas seções da 'rota do São Francisco'. Sobre este tema Silva (1942) citou uma conferência do engenheiro Filúvio C. Rodrigues no Ministério da Viação na qual este observou que duas novas rotas para o 'extremo norte' do Brasil estariam se definindo, a rota do Tocantins e a já mencionada, do São Francisco.

Conforme estas observações a 'rota do São Francisco' seria constituída por dois trechos iniciais, quais sejam: de Rio de Janeiro à Pirapora, via Estrada de Ferro Central do Brasil (1.000 km), e de Pirapora à Juazeiro, através da navegação do Rio São Francisco (1.371 km).

De Juazeiro se vai por via-férrea a Salvador (Baía) e Paulista (Piauí). Rodovias e outras ferrovias permitem comunicações com os Estados do Nordeste. Faltam ainda as ligações com a Amazônia. A expansão da rota do São Francisco está ainda a exigir:

l) para o norte:

1) ligação terrestre entre Paulista e Floriano, ou então:

a) ligação Paulista- Teresina (terrestre) a construir-se.

b) Teresina - Itapicurú - Mirim (E. F.) - existente.

c) Itapicurú- Bragança (terrestre) - a construir-se.

II) para oeste:

1) ligação entre São Marcelo, no Rio Preto, (afluente do São Francisco) pôrto acessível à navegação, e Pôrto Franco, no rio do Sono (afluente do Tocantins) também acessível à navegação.

Assim se estabeleceria a ligação das duas rotas, São Francisco e Tocantins, por uma transversal, aproximadamente entre Barra do Rio Grande (Baía) e Pedro Afonso (Goiaz). (SILVA, 1942, p. 106)

Neste sentido as obras propostas não eram de grande magnitude visto os benefícios a serem alcançados, porém possivelmente não representavam prioridades naquele momento. Eram propostas para integrações de espaços que carregavam muito dos significados de sertão. Justamente podemos identificar o sentido da pretensão de futura apropriação destes espaços, embora sem imediatas intervenções. Assim sendo, na narrativa da continuidade 'inexorável do progresso/desenvolvimento', tais espaços ainda não estariam destinados a perder sua condição sertaneja, ao menos se comparados com outros, menos marginais.

O segundo texto do mesmo autor que trazemos para o debate intitula-se 'A geografia no plano rodoviário nacional', e foi publicado em 1944 na seção de comentário da RBG. Sua introdução indicava que tratou dos seguinte temas: "Descrição sumária do Plano - Arcos e cordas nos transportes internos do Brasil - Eixos fundamentais do Plano: a Transbrasiliana e a Centro-Oeste - Distribuição das rodovias pelos Estados e pelas Regiões - Grandes, médias e pequenas rodovias" (SILVA, 1944, p. 106).

O Plano Rodoviário Nacional havia sido aprovado pelo Decreto nº 15.093, de 20 de março de 1944, e compreendia os seguintes grupos de rodovias: "I - Rodovias longitudinais, aproximadamente no sentido norte-sul; II - Rodovias transversais, sensivelmente no sentido leste-oeste; III - Ligações entre pontos importantes de duas ou mais rodovias" (SILVA, 1944, p. 106).

Neste sentido o autor classificou e enumerou 27 rodovias nestes três grupos (**Figura 67**, p.267), e depois as descreveu individualmente, narrando sua função e seus principais pontos de passagem. Todas estas foram também representadas conforme a numeração acima, em um mapa, aqui copiado (**Figura 70**, p.270). Silva ainda exibiu um quadro (**Figura 68**, p.268) no qual constavam as 27 rodovias, seus pontos extremos, suas extensões, seus trechos coincidentes, e a extensão destes.

Descontando-se tais trechos coincidentes, o plano nacional totalizava 35.631 quilômetros de rodovias. Outro quadro apresentado no texto analisado permitia o entendimento da distribuição da extensão de estradas pelas regiões e sub-regiões brasileiras (**Figura 69**). Somando-se o Nordeste

Ocidental e o Oriental a grande região teria o maior percentual (24,7%) de extensão de rodovias no plano nacional, 8.821 quilômetros.

Destacaremos a seguir as rodovias que possuíam trechos na atual região nordestina.

1º) — No sentido norte-sul:			
I	—	Rodovia	Getúlio Vargas
II	—	"	Pan-Nordestina
III	—	"	Transnordestina
IV	—	"	Transbrasiliiana
V	—	"	Amazônica
VI	—	"	Acreana
2º) — No sentido leste-oeste (e de norte para sul). teremos as linhas-tronco transversais:			
VII	—	Rodovia	Transversal do Maranhão
VIII	—	"	" " Piauí
IX	—	"	" Rio Grande do Norte
X	—	"	da Paraíba
XI	—	"	de Pernambuco
XII	—	"	" Alagoas
XIII	—	"	" Sergipe
XIV	—	"	da Bahia
XV	—	"	Centro-Oeste
XVI	—	"	do Estado do Rio de Janeiro
XVII	—	"	" Estado de São Paulo
XVIII	—	"	" Paraná
XIX	—	"	de Santa Catarina
XX	—	"	do Rio Grande do Sul
XXI	—	"	" Sul de Mato Grosso
3º) — Quanto a ligações, são consideradas as seguintes:			
XXII	—	Recife - Salvador	
XXIII	—	Rio de Janeiro - Belo Horizonte	
XXIV	—	Belo Horizonte - São Paulo	
XXV	—	Resende - Araraquara	
XXVI	—	Vacaria - Passo Fundo	
XXVII	—	Dourados - Ponta Porã.	

Figura 67: Quadro descrevendo as rodovias e suas classificações no Plano Rodoviário Nacional de 1944. Fonte: SILVA, 1944, p. 106.

QUADRO GERAL DAS RODOVIAS DO PLANO NACIONAL

Número de ordem	DENOMINAÇÕES	PONTOS EXTREMOS	Extensão aprox (km)	TRECHO COMUM A OUTRA RODOVIA DÊSTE PLANO	Extensão a subtrair
	I) LONGITUDINAIS:				
I	Getúlio Vargas	Belém e Jaguarão	6 151		—
II	Pan-Nordestina	São Luís e Salvador	3 087	Peritoró-Teresina (Tabela I)	295
III	Transnordestina	Fortaleza e Salvador	1 275	Fortaleza-Russas (Tabela II)	162
				Salgueiro-Feira (Tabela I)	505
IV	Transbrasiliana	Belém e Livramento	4 743		—
V	Amazônica	Santarém e Pôrto D Carlos	2 946		—
VI	Acreana	Cruzeiro do Sul e Cuiabá	2 814		—
		Total	21 016	A subtrair	962
	II) TRANSVERSAIS:				
VII	do Maranhão	São Luís e Carolina	1 344	Peritoró-Caxias (Tabelas I e II)	216
VIII	do Piauí	Teresina e Loreto	803	Teresina-Picos (Tabela I)	343
IX	do Rio Grande do Norte	Natal e Barra	316	Natal-Cabeço Branco (Tabela II)	179
X	da Paraíba	Cabedelo e Icó	610	João Pessoa-Alagoinha (Tabela II)	91
XI	de Pernambuco	Recife e Petrolina	720	Recife-Rio Branco (Tabela XXII)	251
XII	de Alagoas	Maceió e Paulo Afonso	333	Maceió-Pilar (Tabela II)	30
XIII	de Sergipe	Aracaju e Juazeiro	552	Aracaju-Jeremoabo (Tabela II)	200
XIV	da Bahia	Salvador e Pôrto Nacional	1 361		—
XV	Centro-Oeste	Vitória e Mato Grosso	3 052		—
XVI	do Estado do Rio de Janeiro	Entre-Rios (hoje Três Rios) e Resende	219	Barra Mansa-Resende (Tabela I)	36
XVII	do Estado de São Paulo	Santos e Corumbá	1 780		—
XVIII	do Paraná	Paranaguá e Iguaçú	878		—
XIX	de Santa Catarina	Cuitiba e Tôres	699		—
XX	do Rio Grande do Sul	Tôres e Uruguiana	884		—
XXI	do Sul de Mato Grosso	Pôrto 15 de Novembro e Pôrto Murtinho	780		—
		Total	14 331	A subtrair	1 346
	III) LIGAÇÕES:				
XXII	Recife-Salvador	Recife e Salvador	932	Jeremoabo-Salvador (Tabela II)	393
XXIII	Rio de Janeiro-Belo Horizonte	Rio de Janeiro-Belo Horizonte	530	Rio de Janeiro-Entre Rios (hoje Três Rios) (Tabela I)	114
XXIV	Belo Horizonte-São Paulo	Belo Horizonte e São Paulo	802	Bragança-São Paulo (Tabela XVII)	85
XXV	Resende-Araraquara	Resende e Araraquara	625		—
XXVI	Vacaria-Passo Fundo	Vacaria e Passo Fundo	180		—
XXVII	Dourados-Ponta Porã	Dourados e Ponta Porã	115		—
		Total	3 184	A subtrair	592
		TOTAL GERAL	38 531	Total a subtrair	2 900
		A SUBTRAIR	2 900		
		EXTENSÃO TOTAL PLANO	35 631		

Figura 68: Quadro geral das rodovias do plano rodoviário nacional. (SILVA, 1944, p. 111).

Distribuição geográfica do plano rodoviário nacional segundo as grandes regiões do Brasil

REGIÕES	SUB-REGIÕES	ESTADOS E TERRITÓRIOS	Extensão (km)	Em %
I — Norte	—	Amapá, Pará, Rio Branco, Amazonas, Acre, Guaporé.....	3 831	10,7
	Nordeste Ocidental	Maranhão, Piauí.....	4 566	12,8
II — Nordeste	Nordeste Oriental	Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas.....	4 255	11,9
III — Leste	Leste Setentrional	Sergipe, Bahia.....	3 232	9,1
	Leste Meridional	Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Minas Gerais.....	4 689	13,1
IV — Sul	—	São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Iguazu, Rio de Grande do Sul.....	7 660	21,5
V — Centro-Oeste	—	Goiás, Mato Grosso, Ponta Porã.....	8 167	22,9
BRASIL.....	—	—	35 631	100

Figura 69: Quadro da distribuição geográfica do plano rodoviário nacional segundo as grandes regiões⁴⁰ do Brasil.

Fonte: SILVA, 1944, p. 122.

⁴⁰ O autor notou sobre a inclusão dos novos territórios federais que "O Plano Rodoviário Nacional, embora tenha sido aprovado neste ano de 1944 (pelo Decreto nº 15 093, de 20 de março), foi, entretanto, estudado e elaborado entre os dois anos anteriores, 1942 a 1943, de meados daquele a junho desse último, - portanto, em época anterior à criação dos cinco novos Territórios Federais (a qual ocorreu em setembro de 1943). Assim se explica que esses Territórios não tenham figurado expressamente nem no Plano, nem no relatório da Comissão ao Sr. Ministro da Viação (embora tal documento fôsse entregue àquele titular, em 8 de novembro de 1943). Sobrevindo a criação dos Territórios e feito, agora, esse estudo geográfico do Plano observamos que o Território do Amapá e Rio Branco não apresentam rodovias, - evidentemente em consequência do critério, (adotado pela Comissão segundo consta de seu relatório), de excluir do Plano, nessa primeira etapa quase toda a Amazônia (pelo menos, a parte ao norte do Acre e do rio Amazonas). Quanto aos demais Territórios (Guaporé, Ponta Porã e Iguazu), embora o Plano também silencie a respeito, não poderíamos, já agora, deixar de mencioná-los nesta distribuição geográfica, porquanto essas regiões fronteiriças (ainda como partes integrantes dos antigos Estados de que foram desmembrados) tiveram trechos de rodovias nacionais." (SILVA, 1944, p. 122-123).



Figura 70: Mapa do Plano Rodoviário Nacional de 1944. Fonte: SILVA, 1944, p. 112.

A primeira é a rodovia Getúlio Vargas, grande tronco norte-sul que ligaria Belém do Pará a Jaguarão, no extremo sul do país. Conforme pode-se visualizar no mapa (Figura 70, p.270), esta partia de Belém, atravessava o Maranhão e alcançava Teresina. Da capital piauiense seguia até Salgueiro, em Pernambuco, aonde sobrepunha-se à rodovia Transnordestina (III) até Feira de Santana, na Bahia. Daí, passando por Jequié e Vitória da Conquista, rumava ao sul via Minas Gerais.

A rodovia II era a denominada Pan-Nordestina (Figura 70, p.270), e estabeleceria a conexão de todas as capitais nordestinas, desde o Maranhão até a Bahia. Silva informou que esse tronco rodoviário seguia "(...) parte próximo ao litoral e parte pelo interior, mais ou menos a meia distância entre a Transnordestina e o litoral" (SILVA, 1944, p. 107).

A rodovia Transnordestina (III no mapa: **Figura 70**, p.270) estava com a construção bastante adiantada, a cargo da Inspetoria Federal de Obras Contra as Sêcas, e estabeleceria a ligação entre Fortaleza e Salvador. Construía-se no grande tronco central do Nordeste, ao qual articular-se-iam linhas ramais partindo das capitais Natal, João Pessoa, Maceió e Aracaju.

Já dentre as rodovias do segundo grupo, das linhas troco transversais, citamos as rodovias Transversal do Maranhão (VII, de São Luís a Carolina), Transversal do Piauí (VIII, de Teresina a Picos), Transversal do Rio Grande do Norte (IX, de Natal a Barra), Transversal da Paraíba (X, de Cabedelo a Icó, passando por Campina Grande), Transversal de Pernambuco (XI, de Recife a Petrolina), Transversal de Alagoas (XII, de Maceió a Paulo Afonso), Transversal de Sergipe (XIII, de Aracaju a Juazeiro, passando por Jeremoabo, onde ligava-se com a transversal XII, de Alagoas), e a Transversal da Bahia (XIV, de Salvador a Porto Nacional, passando também por Feira de Santana, Lençóis, Barreiras e Taguatinga).

A rodovia Recife – Salvador (XXII) foi citada no terceiro e último grupo de rodovias, intitulado ‘de ligação’. Tal estrada, passando por Arcoverde, Petrolândia, Paulo Afonso e Jeremoabo, encurtaria a rota, se comparada à Transnordestina (III). Silva destacou que a concretização do plano no que tange ao Nordeste, interligaria o Vale do São Francisco ao importante porto de Recife, e também ao de Sergipe e Salvador, além de conectar a capital baiana ao considerável campo de aviação de Barreiras (parte da rota Rio-Belém, e América do Sul – América do Norte), e também dilatar “a hinterlândia do pôrto de Salvador ao centro mediterrâneo do País, - o Estado de Goiás” (SILVA, 1944, p. 109).

Uma característica interessante assinalada por Silva, a qual já havia sido notada na monografia do mesmo autor e por nós analisada, foi a,

(...) formação - ou pelo menos da tendência para a formação - de um duplo sistema de transportes entre os pontos mais importantes da orla atlântica: um, marítimo, bordejando a costa, seguindo o arco litorâneo; outro, interior, cortando pela corda terrestre [como mostrado no mapa da **Figura 71**, p.272].

Talvez a distante origem histórica do fenômeno remonte ao período do “bandeirismo”, quando êste se irradiava de cinco focos principais: bandeiras *paulistas*, bandeiras *baianas*, bandeiras *pernambucanas*, bandeiras *maranhenses* e bandeiras *amazônicas* (partidas estas últimas, do Pará).

Mas indubitavelmente a razão mais forte é de ordem geográfica: a forma da costa brasileira (esquemáticamente) em uma série de arcos convexos, constituindo finalmente o conjunto, por sua vez (esquemáticamente) também um grande arco convexo. (SILVA, 1944, p. 112).

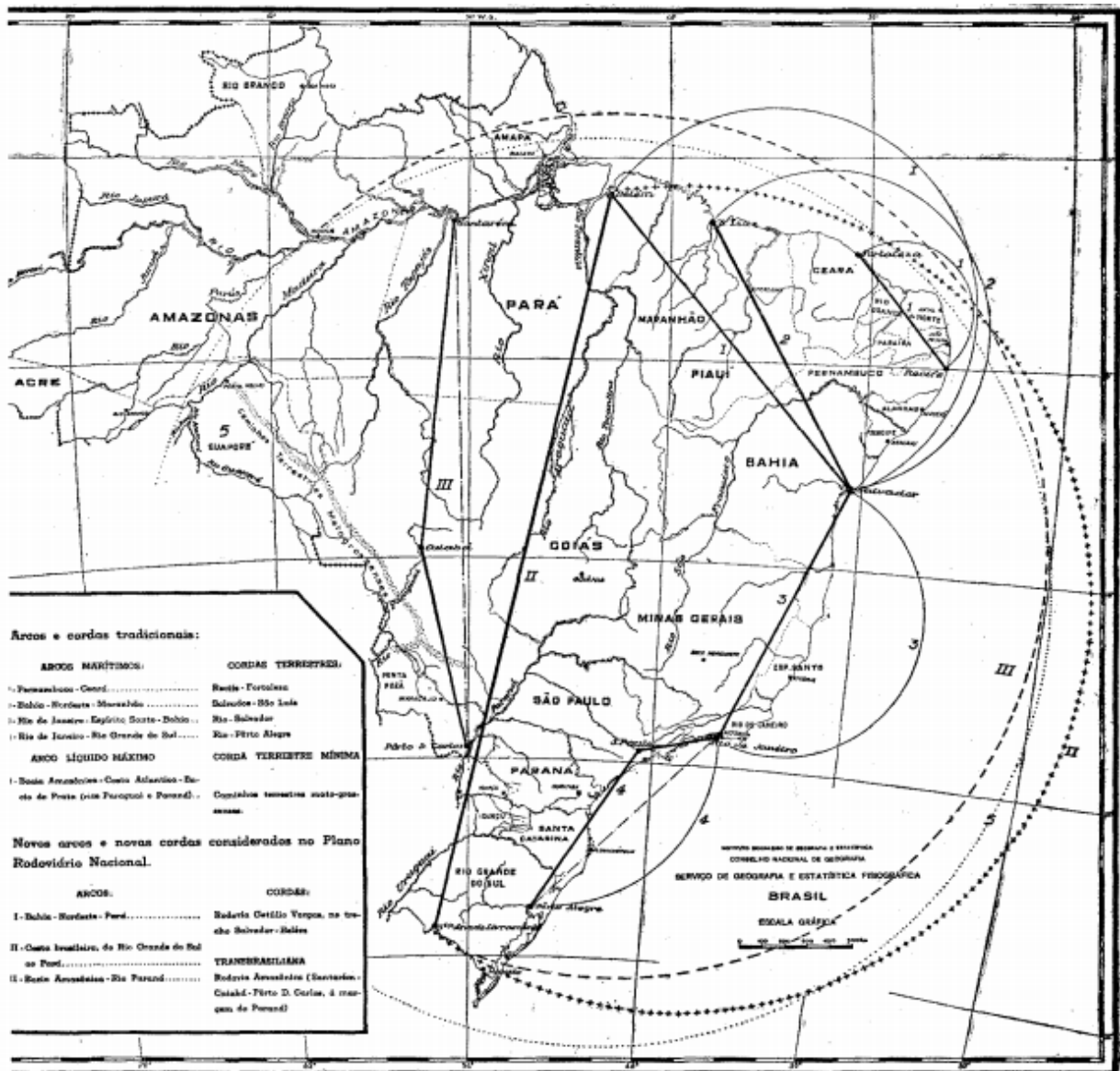


Figura 71: Mapa dos arcos e cordas tradicionais nos transportes do Brasil. Fonte: SILVA, 1944, p. 113.

O derradeiro texto analisado sobre a questão dos transportes intitulava-se ‘Uma Estrada de Ferro do Nordeste’, e foi igualmente ao último, publicado na seção de comentários da RBG do ano de 1950. O autor é o mesmo, embora agora também consultor técnico do MVOP, além do CNG. Neste texto Silva comentou a obra de Estevão Pinto “História de uma Estrada de Ferro do Nordeste - Contribuição para o estudo da formação e desenvolvimento da empresa ‘The Great Western of Brazil Railway Company Limited’ e das suas relações com a economia do Nordeste brasileiro”, a qual considerou um trabalho antropogeográfico.

Silva aponta que Pinto estudou o tema desde a formação nos tempos coloniais dos antigos caminhos carroçáveis, acompanhando assim o desenvolvimento das linhas de viação interior do Nordeste até a origem e expansão da *Great Western*. A obra de Pinto tratou a expansão desta rede ferroviária (“...)

sob o ponto de vista das influências recíprocas do meio ambiente” (SILVA, 1950, p. 97), sendo por isso considerada por Silva como geográfica.

Silva, sobre os limites temporais da publicação, observou que

Essa ‘História da *Great Western*’, atinge apenas até 1946 (com uma nota sôbre 1947). Daí para cá a situação da empresa é de entregar definitivamente ao govêrno federal tôda a rêde ferroviária, 1ª conformidade de um acôrdo, feito em Londres, entre o presidente da *Great Western* e um representante do govêrno brasileiro. A solução está dependendo do Congresso, ao qual já foi enviada a matéria em causa, com exposição de motivos historiando, pormenorizadamente, as negociações havidas e pedindo a ratificação do Legislativo. (SILVA, 1940, p. 121)

O comentário de Silva apresentou várias ilustrações, dentre as 47 existentes na obra de Pinto. Aqui copiamos algumas que nos pareceram mais significativas ao nosso interesse (Figura 72, Figura 73, Figura 74 e Figura 75).

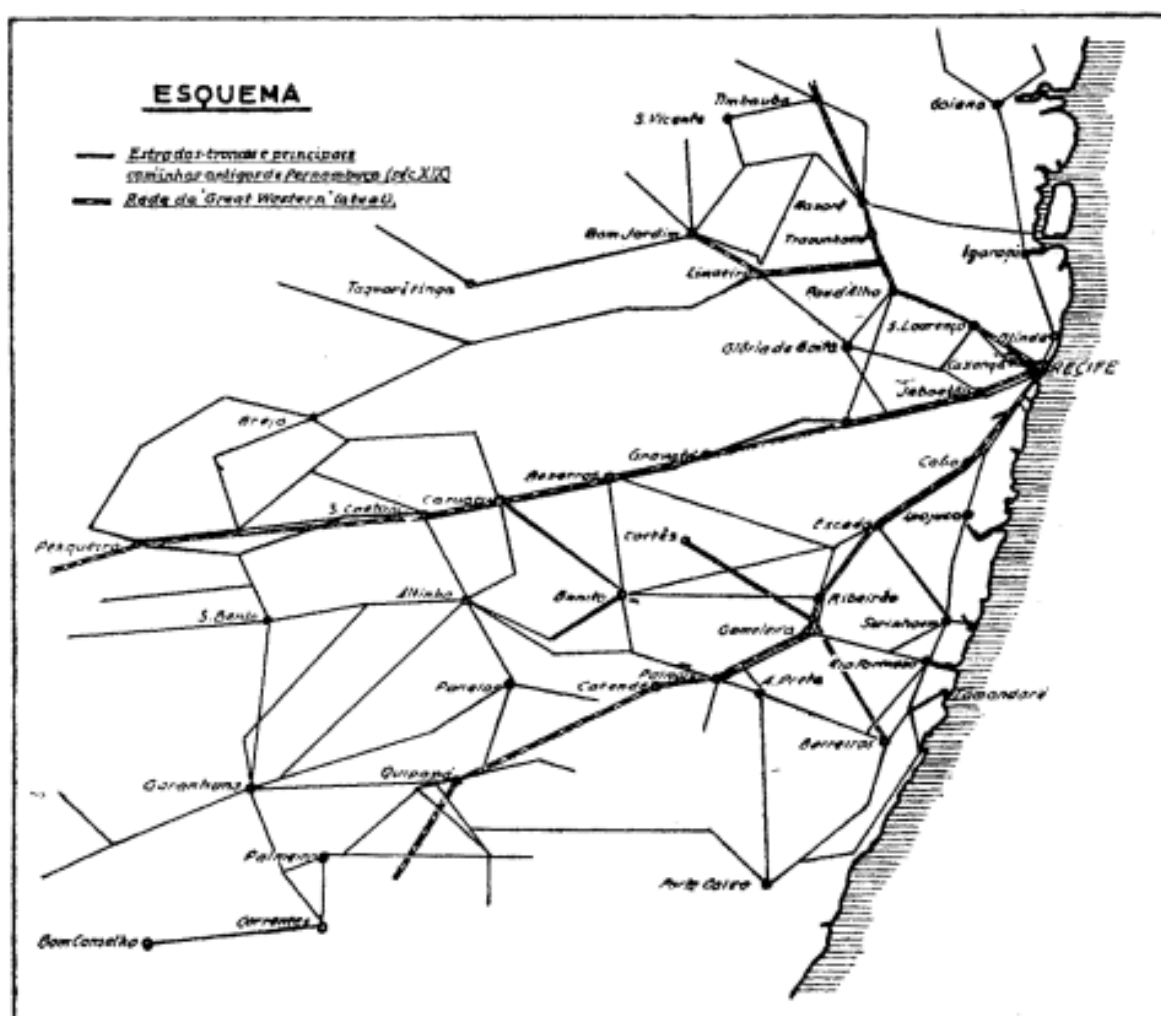


Figura 72: Esquema com as estradas tronco e as linhas da Great Western. Fonte: SILVA, 1950, 97.

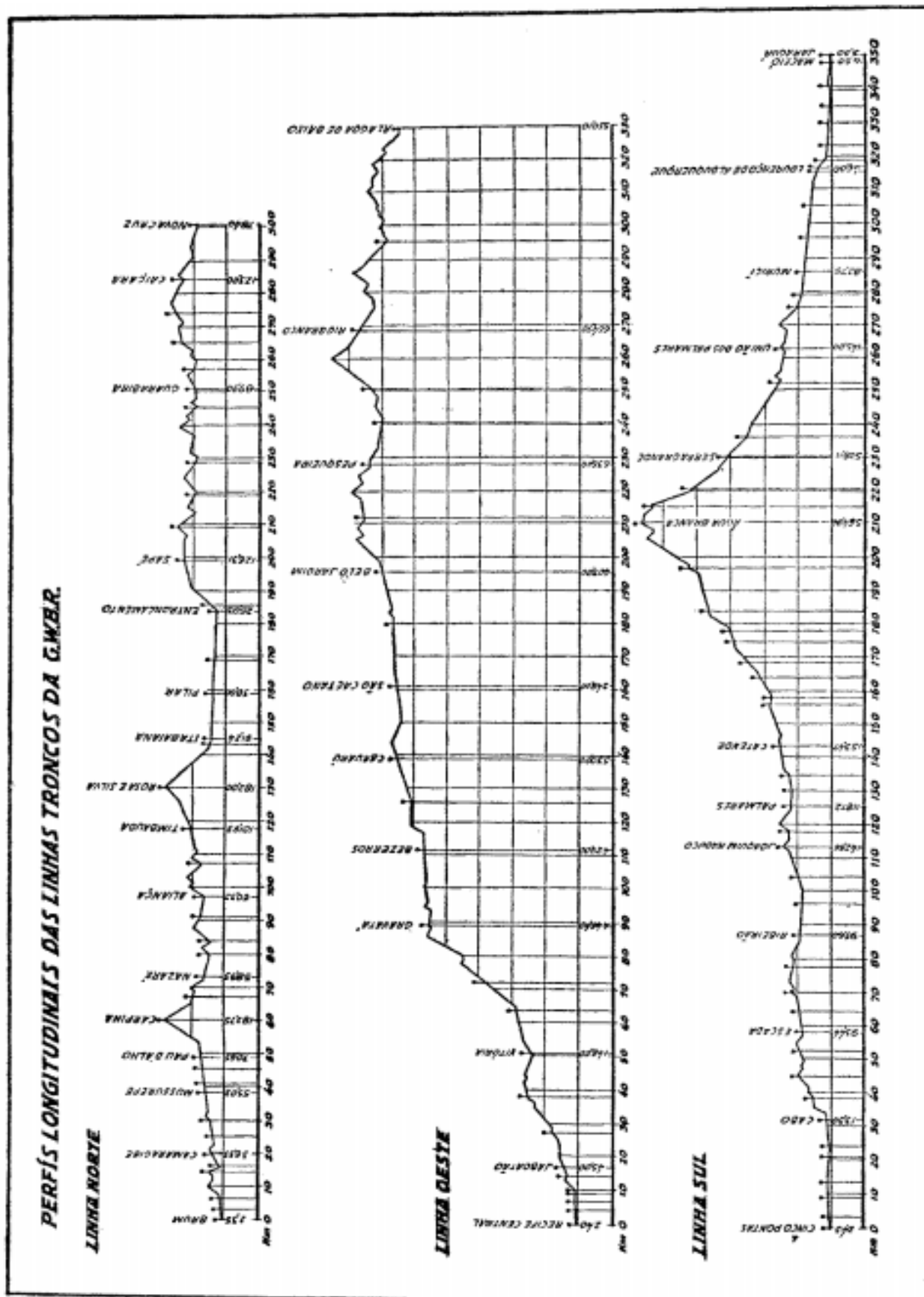


Figura 73: Perfis longitudinais das três linhas troncos da Great Western. Fonte: SILVA, 1950, p. 107.

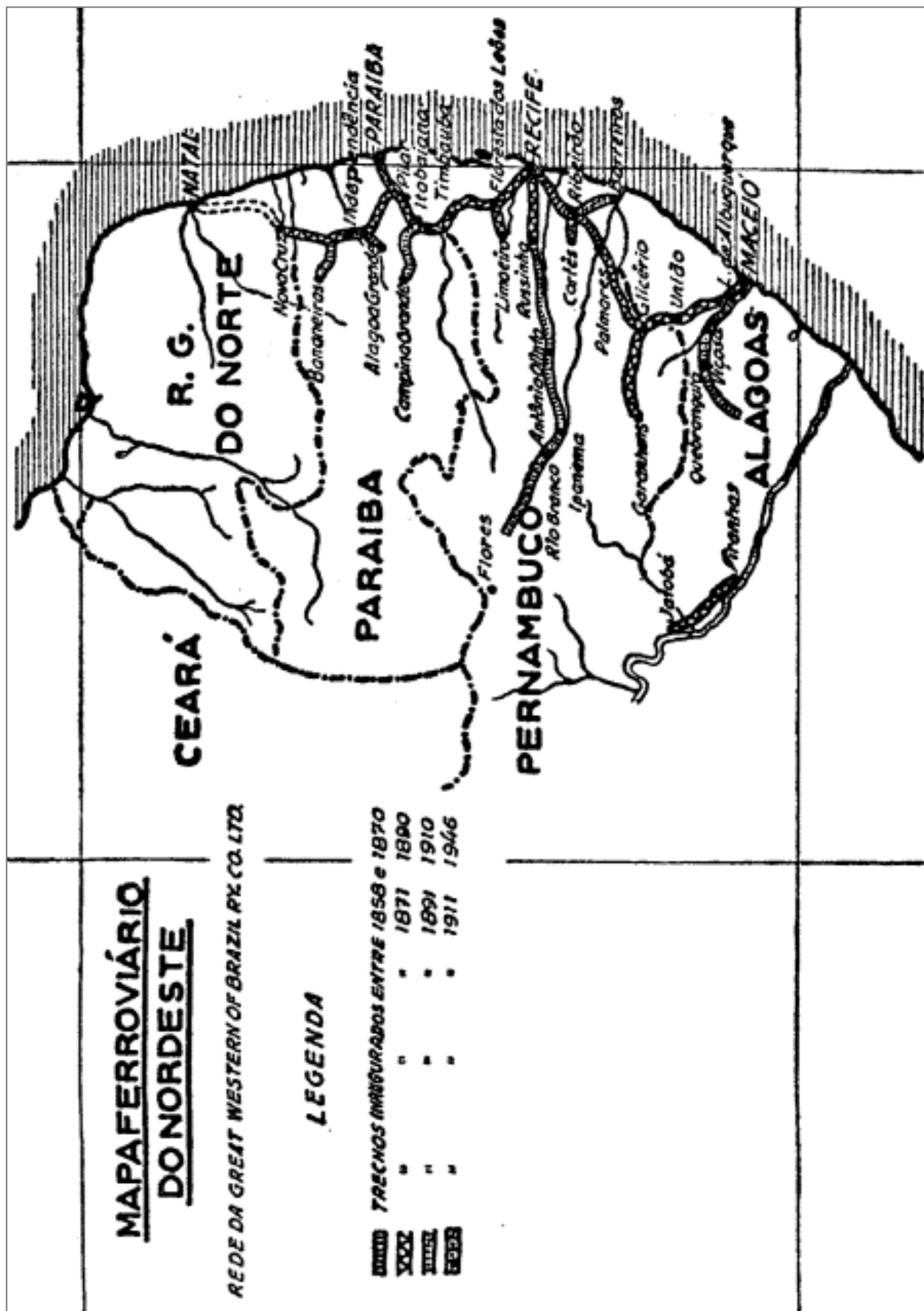


Figura 74: Mapa ferroviário do Nordeste, séculos XIX e XX. Fonte: SILVA, 1950, p. 112.

RÉDE DA GREAT WESTERN OF BRAZIL RAILWAY CO. LTD.
(em 31-XII-945)

Linhas principais:

<i>Designação:</i>	<i>Extensão (Km)</i>	<i>Est. de início:</i>
Linha Norte (Recife – Nova Cruz)	301,197	Brum
” Oeste (Recife – Albuquerque Né)	350,456	Recife (Central)
” Sul (Recife – Jaraguá)	350,110	Cinco Pontas
E. F. Paulo Afonso	115,136	Piranhas (hoje Mal. Floriano)

Ramais:

(a) da Linha do Norte:

Carpina – Bom Jardim	53,238	Carpina
Tabaiana – Campina Grande	79,800	Tabaiana
Entroncamento – Cabedelo	51,000	Entroncamento
Camarázal – Alagoa Grande	23,000	Camarázal
Itamataí – Bananeiras	35,800	Itamataí

(b) da Linha do Oeste:

Edgar Werneck	6,223	Edgar Werneck
Coqueiral – Camarajibe	9,421	Coqueiral

(c) da Linha do Sul:

Ribeirão – Barreiros	55,300	Ribeirão
Lôbo (Km. 15, Barreiros – Antas)	3,080	Lôbo
Ribeirão – Cortês	28,665	Ribeirão
Paquevira – Garanhuns	56,301	Paquevira
Lourenço de Albuquerque – Palmeira dos Índios	138,137	L. Albuquerque

Total 1 656,856

Figura 75: Quadro sobre a rede da Great Western, em 1945. Fonte: SILVA, 1950, p.120.

6. Planejamento Regional e Desenvolvimento

Para esse importante capítulo foram selecionados 20 textos, os quais foram agrupados em quatro temas/perspectivas. O primeiro tema (6.1) será o que descreverá, através de nove textos publicados entre 1939 e 1950 na RBG, a relação entre a ciência geográfica do CNG e instituições e geógrafos dos EUA. O segundo tema (6.2) apresenta três análises específicas sobre variados aspectos ambientais, realizadas no âmbito de projetos de planejamento regional no São Francisco.

A terceira seção deste capítulo (6.3) trata de um outro momento do planejamento regional, no qual a abrangência das ações é estendida para grande parte da região Nordeste, conforme analisaremos a partir de cinco textos publicados na RBG em 1959 e 1960. Por fim abordamos três outras experiências de planejamento em outros recortes regionais que não o vale do São Francisco, já no período final de nosso escopo temporal (1958, 1961 e 1963).

Portanto tentamos a grosso modo manter uma ordem cronológica na apresentação das seções e dos textos, ligeiramente modificada quando identificamos uma grande associação entre temas ou autores (**Figura 76**, p.277).

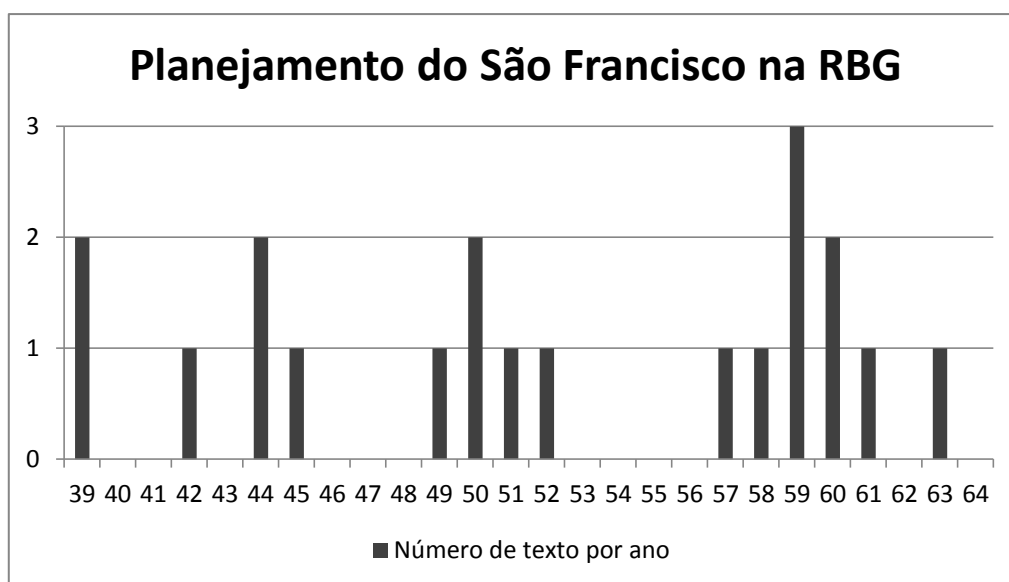


Figura 76: Gráfico da incidência do tema planejamento regional nos sertões nordestinos nas RBG 1939-1964.
Fonte: Organização do autor.

6.1. CNG - EUA: a ciência geográfica no planejamento regional (1939-1950)

Nesta seção o foco recairá sobre os trabalhos geográficos que utilizaram a perspectiva do planejamento regional, mais especificamente, sobre aqueles projetos que contemplavam os sertões nordestinos. Foram selecionados nove textos, publicados na RBG entre 1939 e 1950. Três autores sobressaem neste período: Preston James, Jorge Zarur e Orlando Valverde. O tema que ganha maior destaque são as discussões acerca da relação entre a ciência geográfica e o planejamento regional, tendo o Vale do São Francisco como palco principal dos estudos.

Antes de apresentarmos os textos da RBG escolhidos iremos contextualizar rapidamente a situação que permitiu essa seleção. Para tanto é indispensável descrever a importância de James, Zarur e Valverde, tanto individualmente quanto em suas relações, para a geografia do período, para os projetos nacionais de Estado dos EUA e do Brasil, e mais especificamente, para a idealização e construção dos planejamentos regionais.

Iniciamos demonstrando a importância de Zarur nas relações entre a geografia brasileira e a feita nos EUA. Conforme indicações da tese de Almeida (2000, p.49) e do artigo na seção 'Vultos da geografia do Brasil' da RBG, de Antônio Teixeira Guerra (1958), Jorge Zarur (1916-1957) foi um dos 'pioneiros' do CNG/IBGE, participando inclusive de um dos 'embriões' destas instituições: O setor de Estatísticas Territoriais do Ministério da Agricultura - chefiado por Cristóvão Leite de Castro, e tendo como equipe, entre outros, Fábio de Macedo Soares Guimarães e Miguel Alves de Lima - órgão que foi transformado em 1937 num novo Conselho Brasileiro de Geografia, incorporado ao Instituto Nacional de Estatística.

Tendo como colegas Hugo Segadas Viana, Christóvam Leite de Castro, Orlando Valverde, Fábio Macedo Soares Guimarães e Hilgard Sternberg, Jorge Zarur cumpriu sua formação geográfica com 'professores veteranos', como Everardo Backheuser, Fernando Antônio Raja Gabaglia, João Capistrano Raja Gabaglia, Silvio Fróis de Abreu, Carlos Delgado de Carvalho (MACHADO e ZARUR, 2015, p. 332). Neste período, entre 1935 e 1939, Zarur recebeu a influência da "(...) escola francesa lablachiana, principalmente a partir da atuação de Delgado de Carvalho e de Pierre Deffontaines" (MACHADO e ZARUR, 2015, p. 332).

Contudo, como já havíamos apontado na introdução através da narrativa de Almeida (2000), a partir da Segunda Guerra Mundial as relações com a Europa ficam dificultadas e novos laços acadêmicos e políticos são tecidos, desta vez voltados prioritariamente aos EUA. O acima citado artigo de Mônica

Sampaio Machado e Marcela Bonelli Zarur, oferece justamente uma narrativa do pioneirismo e do papel de articulação assumidos pelo jovem geógrafo e bacharel em direito Jorge Zarur no período nas aproximações entre as geografias institucionais brasileiras e estadunidenses (MACHADO e ZARUR, 2015, p. 332-333).

Após conseguir uma bolsa de estudos de pós-graduação para Universidade de Wisconsin-Madison por intermédio de Carlos Delgado de Carvalho, Zarur foi para os EUA em 1941. Lá o geógrafo brasileiro teve como professores Glenn T. Trewartha, V. C. Finch, e Leo Waibel. Baseado em cartas de recomendações escritas pelos três professores em 1943, Machado e Zarur (2015, p. 333) afirmaram que Waibel considerou Zarur um de seus melhores alunos, e que Trewartha e Finch o indicaram como um importante elo de ligação dos EUA com a América Latina.

Formado em 1943 com o grau de '*Master of Arts*' na especialidade de Geografia Regional, Zarur seguiu para a Universidade de Chicago, onde também adquire título em Geografia de Campo, no mesmo ano (GUERRA, 1958, p. 73). Ainda em 1943 Zarur foi contratado pela

(...) grande organização cultural e econômica norte-americana *National Planning Association*, de Washington, para trabalhar como seu especialista em trabalhos geográficos de análises regionais no Brasil, tendo realizado nesse particular um trabalho sobre a bacia do rio São-Francisco, depois de haver percorrido essa região brasileira (PROFESSOR Jorge Zarur, 1945, p. 168).

Este trabalho teve a direção de Clarence Jones, o controle técnico de um comitê composto de Charles Colby, Preston James e Robert Platt e durou 18 meses. Em seguida deu

(...) início a elaboração de sua principal obra a Bacia do Médio São Francisco: uma análise regional, publicada em livro, em 1946. Este livro, na realidade, trata-se de um relatório elaborado por Zarur para a *National Planning Association*. Era o terceiro relatório de sete preparados para o escritório de Nelson Rockefeller pelo *Latin-American Regional Resources Project*, da *National Planning Association* (MACHADO e ZARUR, 2015, p. 346).

Ainda no ano de 1943 Zarur passou a representar o CNG no Instituto Panamericano de Geografia e História (IPGH) e também iniciou um intercâmbio cultural entre o CNG/IBGE e a *American Geographical Society* (AGS), Nova Iorque, o qual

(...) foi concluído por Cristóvão Leite de Castro, na época Secretário Geral do CNG/IBGE, e John Wright, então Diretor da AGS. Nele ficou estabelecida a permissão da recíproca divulgação dos artigos e comentários veiculados entre a Revista Brasileira de Geografia (RBG - revista editada pelo CNG) e a *Geographical Review* (revista editada pela AGS). O que explica o número de artigos norte-americanos publicados na RBG nesse período. (MACHADO e ZARUR, 2015, p. 345).

Central no fazer geográfico de Zarur foram suas relações com diferentes esferas da administração pública na realização de projetos de planejamento regional. Como veremos ao longo desta seção, ele propagava a necessidade da adoção deste utilitarismo científico na geografia brasileira. Este

pensamento, por exemplo, está umbilicalmente conectado às suas experiências na geografia dos EUA.

Tal experiência foi bem avaliada e logo após seu retorno ao Brasil Zarur organizou um programa oferecendo 5 novas bolsas para estudo na área da geografia nos EUA (ALMEIDA, 2000, p.49). Assim sendo, já em 1945 Orlando Valverde e Fábio de Macedo Soares Guimarães seguem para a Universidade de Wisconsin-Madison, Lúcio de Castro Soares e Lindalvo Bezerra dos Santos para a Universidade de Chicago, e José Veríssimo da Costa Pereira, para Universidade de Northwestern. Diversos destacados geógrafos estadunidenses também vieram ao Brasil, conduzir pesquisas e lecionar: Robert Platt (1944), Leo Waibel (1946), Clarence Jones (1948), Preston James (1949) e Lynn Smith (1952). Segundo Machado e Zarur (2015, p. 333), Jorge Zarur havia igualmente exercido um papel 'articulador' nestas vindas.

O segundo protagonista desta seção é o geógrafo estadunidense Preston E. James (1899–1986). Este foi um dos grandes geógrafos do século XX nos EUA, importante professor, famoso autor, e pesquisador destacadamente na área da geografia regional da América Latina, sua teoria e aplicação, além de entusiasta dos trabalhos de campo. Conforme memorial publicado dois anos após sua morte nos *'Annals of the Association of American Geographers'* (MARTIN, 1988, p. 168), James pode ter participado em mais reuniões anuais dessa Associação e apresentou mais artigos para a AAG do que qualquer outra pessoa em sua história.

James foi professor nas universidades de Michigan, de 1923 a 1941, e Syracuse, entre 1945 e 1970. Segundo Martin (1988, p. 172), muitos dos alunos de pós-graduação de James ocuparam cargos universitários em geografia ou departamentos latino-americanos nos Estados Unidos e no exterior e quase todos os estudantes de pós-graduação daquelas duas universidades tomaram cursos com ele. Estudantes em todo o mundo de língua inglesa e além estudaram uma geografia que tinha sido influenciada pelo pensamento de James (MARTIN, 1988, p. 172).

No memorial da AAG foi mensurado em dez mil o número de alunos em toda sua carreira, e várias dezenas de milhares através de seus livros. Estes alcançaram não somente estudantes de graduação e de pós-graduação, mas também crianças de escola primária em números consideráveis (MARTIN, 1988, p. 172). Neste texto também foi avaliado ser provável que entre 1935 e 1965 nenhum outro autor tenha dominado os cursos regionais introdutórios de faculdades e universidades como James o fez.

Outra experiência do geógrafo estadunidense se deu na área da inteligência militar. Em 1941 o veterano da primeira guerra mundial, William J. Donovan foi designado pelo presidente Roosevelt para estabelecer um serviço de inteligência e criou o *Office of Strategic Services* (OSS). Este órgão funcionou durante a segunda guerra mundial, é considerado o precursor da *Central Intelligence Agency* (CIA), e tinha como tarefa coordenar as atividades de espionagem ‘atrás de linhas inimigas’ para todos os ramos das Forças Armadas dos Estados Unidos, além do uso de propaganda, subversão e planejamento pós-guerra.

Ainda em 1941 Donovan contatou James, que rapidamente recomendou que Richard Hartshorne fosse nomeado Chefe da Divisão de Geografia e que Clarence F. Jones fosse feito seu próprio assistente (MARTIN, 1988, p. 167). Preston James se inseriu no *The Research and Analysis Branch* (R&A Branch) da OSS, um dos principais ramos desta organização, pois mesmo depois da dissolução do OSS em 1945, foi uma das poucas estruturas que foram recuperadas, e no caso, entregue ao Departamento de Estado dos EUA (CIA, 2010).

Durante períodos auge da segunda guerra mundial o OSS empregou quase 24 mil pessoas⁴¹. Já o R&A Branch era composto por 900 acadêmicos de diferentes disciplinas como historiadores, economistas, cientistas políticos, geógrafos, psicologistas, antropologistas e diplomatas⁴² (CIA, 2010). James foi Chefe da Divisão Latino-Americana na OSS até 1943⁴³, supervisionando a preparação de numerosos manuais geográficos e mapas (MARTIN, 1988, p. 167). Barnes entendeu que

A R & A devia tornar-se um ‘*centre of calculation*’. Não se tratava exatamente do mesmo molde previsto por Latour e representado pelas grandes sociedades científicas, museus e jardins botânicos das capitais da Europa Ocidental (seus exemplares). Mas suas funções eram idênticas. Em primeiro lugar, foi para levar o resto do mundo para o centro, neste caso, para o ramo de R & A no Edifício Sul, na *23rd Street e East, Washington DC*. O mundo chegou à R & A sob a forma de

⁴¹ Martin (1988, p.167) informou que durante os tempos de guerra a capital Washington testemunhou um grande afluxo de geógrafos: “75 in OSS, 46 in the War Department, 23 in the Intelligence Division [G2], 23 in the Army Map Service, 13 in the Office of the Geographer, Department of State, 15 on the Board on Geographic Names, 12 in the Department of Agriculture, 8 with the Geological Survey, 6 with the Coast and Geodetic Survey, 5 in the Weather Bureau, 4 in the Map Division of the Library of Congress, and 18 others scattered between a variety of agencies”.

⁴² O site da CIA, em sua seção histórica, qualifica estes acadêmicos como os ‘melhores e mais brilhantes’, ressaltando a presença entre eles de dois vencedores do prêmio Nobel, sete futuros presidentes da *American Historical Association* e cinco da *American Economic Association* (CIA, 2010).

T.J. Barnes (2006, p.153) citou também os três futuros presidentes da *Association of American Geographers*, Richard Hartshorne, o próprio Preston James e Edward Ackerman.

⁴³ Barnes (2006, p. 154) descreveu que nos seus primeiros anos a R&A “(...) foi organizada em termos de disciplinas tradicionais, com cada especialista na disciplina em sua própria caixa com apenas o seu próprio tipo. Isto é o que a divisão inicial da geografia de Hartshorne representou: os geógrafos que falam somente aos geógrafos. Isso mudou radicalmente no início de 1943, quando a antiga grade de organização baseada em disciplinas na R & A foi abandonada. Após essa data, a pesquisa e a análise foram organizadas geograficamente pela área de teatro: Europa, África, URSS, Extremo Oriente (incluindo o Pacífico) e América Latina. Para cada área, pesquisas e análises concentraram-se na economia, topografia, política, cultura e sociedade”.

vários tipos de inscrições e representações em papel, tais como mapas, fotos, relatórios de terreno, informações de censos, monografias regionais, artigos acadêmicos, recortes de jornais, tabelas estatísticas, desenhos de linhas, enciclopédias estrangeiras e mais. Em segundo lugar, a tarefa de R & A, como em todos os centros, era então juntar-se a fontes tão heterogêneas, a 'embaralhar papéis', para se envolver em "inscrições do sétimo grau", isto é, fazer traduções para produzir ainda mais inscrições. Finalmente, se concluída com sucesso, a R & A, em virtude do conhecimento acumulado, possuía o potencial de dominar outros locais, para 'agir à distância em muitos outros pontos'. (BARNES, 2006, p. 152)

Todavia esta relação de Preston James com a atividade militar, e mais especificamente, relacionadas à América Latina, não era nova. Conforme exposição de Martin (1988, 166) James se voluntariou ao serviço militar em 1918, mesmo ano em que completou com distinção o curso para oficiais de infantaria em Camp Lee, Virginia. Após o fim da primeira grande guerra, James retornou a Harvard, embora em 1923 tenha se tornado Segundo-Tenente da *Military Intelligence Reserve*. Nesta atividade James foi designado para a Seção Latino-Americana, G2, o que lhe deu acesso a valiosa informação sobre a região e também ampliou seu círculo de conhecidos (MARTIN, 1988, p. 166). Inclusive, foi por conta dessa missão a ele delegada, pela qual James era bem conhecido nos círculos militares de Washington, que Donovan o convocou para uma reunião ainda no período de gestação do OSS, e coube a ele a indicação de Hartshorne (BARNES, 2006, p.153).

Portanto nota-se facilmente como o interesse de James na América Latina foi duradouro, e suas análises e descrições da região foram mundialmente conhecidas, principalmente através do grande livro *Latin America*, de 1942, uma de suas principais obras, largamente traduzida, e adotada como livro base na língua inglesa sobre o conjunto regional. Mais adiante nesta seção comentaremos uma resenha sobre este livro, redigida justamente por Zarur (1942) na RBD. *Latin America* foi resultado de vários trabalhos de campos realizados por James desde 1921 em muitos países, mas também de sua experiência no *Handbook of Latin American Studies* (1935) e *Institute of Latin American Studies* (1939) no campus da Universidade de Michigan. Seu interesse na região precedeu inclusive os seus trabalhos em geografia regional.

Na Universidade de Syracuse James intercedeu junto à um rico benfeitor para financiar um programa que permitiria ao departamento publicar uma série de livros sobre a América Latina e financiar estudantes de pós-graduação. Martin (1988, p. 172-173) também relatou como o próprio James forneceu uma doação substancial para proporcionar bolsas de estudo.

Em relação especificamente ao Brasil, Martin (1988, p. 172) citou um longo trabalho de campo com oito meses de duração em 1930 e outro em 1938. Entre 1949 e 1950 James foi professor visitante

em universidades do Brasil e também conduziu extensos trabalhos de campo no país. Martin (1988, p. 167) ressaltou que além das suas pesquisas de campo e estudos regionais, James se destacou por seus artigos na *Association of American Geographers*, e no *Pan American Institute of Geography and History* (PAIGH).

Na primeira reunião da comissão consultiva desta última organização (PAIGH), realizada no Rio de Janeiro, em 1949, James foi o chefe da delegação dos EUA. A parte do livro *Latin America* dedicada ao Brasil foi publicada novamente, em separado, em 1946. James publicou ainda vários trabalhos relativos às pesquisas sobre o Brasil, como se pode visualizar na tabela (**Figura 77**).

Publicações de Preston James relativas ao Brasil

Ano	Título	Fonte
1932	<i>The coffee lands of southeastern Brazil</i>	<i>Geographical Review</i> 22:225-44, 19
1933	Rio de Janeiro and São Paulo	<i>Geographical Review</i> 23:271-98
1933	<i>The surface configuration of southeastern Brazil</i>	<i>Annals of the Association of American Geographers</i> 23:165-93
1938	<i>The changing patterns of population in São Paulo State, Brazil</i>	<i>Geographical Review</i> 28:353-63
1946	<i>Brazil</i>	New York: Odyssey Press
1951	<i>The cultural regions of Brazil</i>	<i>In Brazil, portrait of half a continent</i> , ed. T. Lynn Smith and Alexander Marchant, pp. 86-103. New York: Dryden
1952	<i>Observations on the physical geography of northeast Brazil</i>	<i>Annals of the Association of American Geographers</i> 42:153-76

Figura 77: Tabela com as publicações de Preston James relativas ao Brasil. **Fonte:** Organização do autor, com base em Martin (1988).

A primeira grande obra de James foi o livro *'Regional Geography: A Chorographical Study of the World'*, publicado em 1929 em dois volumes, no qual segundo Martin (1988, p.171) já transpareciam sua aceitação do estudo regional, seu ceticismo acerca do determinismo, e sua adoção das teses expostas em *'The Morphology of Landscape'*, lançado em 1925 pelo também geógrafo estadunidense Carl O. Sauer.

No memorial da AAG sobre James foi mencionado que ele se correspondeu com Sauer por mais de cinquenta anos, especialmente sobre matérias relativas à América Latina, e que o tema corográfico permaneceu com ele através de toda sua vida:

James também defendia o princípio corológico que fazia uso de conceitos de associações e interconexões de áreas entre coisas e eventos de origem diferente, onde diferentes tipos de processos interagem em lugares particulares. Era uma noção importada da Alemanha, mais especialmente de Schluter, Passarge, e Hettner. Constituiu sua aproximação à geografia regional,

que ele proclamou como o núcleo da geografia. James passou muito tempo pensando e discutindo a filosofia geográfica. Ele falou e correspondia com Richard Hartshorne e encorajou-o a escrever *The Nature of Geography*. (MARTIN, 1988, p. 171. Livre tradução do autor).

Tendo em vista o exposto acima resta evidente a relação que permitiu a junção dos textos referentes aos dois autores (Zarur e James) nesta mesma seção, dedicada ao estudo geográfico do planejamento regional nos sertões nordestinos. Já o terceiro autor presente, Orlando Valverde terá um peso diferente em nossa análise, pois somente identificamos um texto dele que se qualificasse neste tema, embora sua importância na geografia do planejamento regional brasileiro seja fundamental.

Valverde, assim como Jorge Zarur, foi um dos 'pioneiros' do IBGE. Conforme entrevista o próprio contou ter sido consultado por Christóvão Leite de Castro, ainda em seu segundo ano no curso de Geografia da UDF:

(...) aí o Leite de Castro chegou para mim e disse: 'Orlando você toparia trabalhar em Geografia?' – 'É claro, eu estou estudando para ser professor.' – 'Não, não é no ensino, é fazer geografia para o governo'. (...) – 'Não, eu estou criando, querendo criar um órgão e tal...', e explicou que era de Geografia para apoiar as estatísticas do Instituto Nacional de Estatística, porque iam fazer um recenseamento. Eu não entendi muito bem na época..." (ALMEIDA, 1996, *apud* ADAS, 2007, p.32)

Adas (2007), citando artigo de Valverde denominado 'Pré-história da AGB carioca', demarcou a enorme importância do decreto-lei de 1938 conhecido como 'Lei Geográfica do Estado Novo', no estabelecimento institucional da geografia brasileira e na própria história profissional de Valverde. Neste sentido, após trabalhar três meses sem remuneração no INE (Instituto Nacional de Estatística), órgão que havia sido criado por Mário Augusto Teixeira de Freitas em 1934, Valverde foi efetivamente contratado pelo CNG:

(...) foi no trâmite dessas mudanças institucionais que Valverde adentrou na história do que mais tarde viria a ser o IBGE. Nos meses entre março e outubro de 1938, momento em que o CNG ainda não estava devidamente estruturado, o geógrafo atuou numa estrutura à época pertencente ao Conselho Nacional de Estatística, cujo prédio era do Ministério da Agricultura. (...) esse envolvimento resultou em sua contratação, em 1º de outubro do mesmo ano, quando então foi co-participante do cumprimento das metas assumidas pelo já ativo CNG, órgão colegiado cuja instância suprema era sua Assembléia Geral, que se reunia anualmente, tendo um representante de cada estado. Dentre alguns objetivos iniciais do CNG dos quais participou ativamente o jovem geógrafo, entre a data de seu ingresso até meados de 1943, constaram: a atualização e reedição da Carta do Brasil ao Milionésimo; a campanha de determinação de coordenadas das sedes de municípios de todos os Estados do Brasil; o planejamento de uma revisão territorial e administrativa do país; a organização do censo de 1940 e, em nível nacional, do sistema de estatística; e o desenvolvimento dos estudos regionais pelo país. Foi também nesse período que vários serviços geográficos e cartográficos estaduais foram inaugurados ou reativados, adquirindo a Geografia em nosso meio um impulso de crescimento sob as rédeas do governo central. (ADAS, 2007, p.35)

Segundo interpretação construída em sua tese, Adas situa Valverde em meio ao que chama de

‘ideologias geográficas e políticas territoriais estadonovistas’. Em seção denominada ‘A “redenção dos sertões” e a ocupação dos fundos territoriais’ Adas comentou essa associação entre o fazer geográfico científico e a administração pública:

As atividades do IBGE entre 1937 e 1945 foram orientadas desde cedo como suporte para a implantação de um importante instrumental técnico-científico de administração do território, visando, em última instância, contribuir para o avanço das políticas governamentais no campo econômico e a efetivação de suas práticas atinentes ao rearranjo político. Isso ocorreu com a instituição funcionando principalmente como suporte de funcionamento da máquina estatal no tocante à implementação de políticas públicas e como núcleo administrativo central responsável pelas formulações e execução de políticas territoriais. (ADAS, 2007, p.38)

Esta estratégia política adotada no Estado Novo, de utilização e fomento das práticas geográficas, teria assumido no Brasil uma forma inédita, de acordo com o próprio Valverde:

O IBGE, através do Conselho Nacional de Geografia, foi a primeira instituição do mundo a fazer planejamento regional fora de ambiente universitário, do mundo... para fins de administração; o Canadá fez dez anos depois... porque antes eram as universidades dos países mais avançados que faziam. (Depoimento de Orlando Valverde à equipe de Memória Institucional do IBGE, ALMEIDA, 2000, p.275, *apud* ADAS, 2007, p.37).

A Marcha para o Oeste foi citada por Adas (2007) como exemplar desta ação federal, e de como ela foi absorvida pela geografia oficial, de governo, e mais amplamente, por toda uma geração de geógrafos:

(...) é importante reconhecer que a Campanha Marcha para o Oeste comportou orientações bastante nítidas a favor do avanço da conquista territorial. Mais significativo ainda, sua propositura passou a povoar o imaginário e as ações de amplos setores governamentais que a entenderam como uma possibilidade concreta de integração espacial do país via uma política de colonização orientada pelo Estado. A repercussão de suas propostas, em associação direta com as questões da expansão das vias de circulação e da estruturação do mercado interno pretendidas nessa época, foi decerto muito forte entre os geógrafos que nasceram ao desfraldar do regime e cumpriram um papel proeminente na orientação de suas pesquisas geográficas. (ADAS, 2007, p.38).

Um dos textos por nós selecionados para análise nesta seção foi citado por Adas, entre outros dois, como exemplar do ‘vigor que o labor de Valverde naquele período transparecia suas tendências filiativas’: o artigo ‘Divisão regional do Vale do São Francisco’ (VALVERDE, 1944). Essas tendências foram assim compiladas por Adas (2007, p.40): “(...) Valverde compartilhou posições da mentalidade cientificista e modernizadora, (...) aderindo para tanto ao empirismo sob o revestimento da aplicação do método regional para fins práticos bem delimitados, isto é, segundo os eixos principais daquelas ideologias geográficas” do Estado Novo.

Este texto também exemplificava, conforme Adas, uma mudança de orientação institucional do IBGE e do Estado brasileiro, de estreitar relações com os EUA, em detrimento das relações com os países

européus, abaladas com a grande guerra:

A expedição resultou de um convênio entre o CNG e o *National Planning Association*, de Washington, importante organização econômica norte-americana à época – sob a orientação dos geógrafos Clarence Jones e Preston James, entre outros (PENHA, 1993, p. 90) –, que pretendia investir grandes somas de capital no melhoramento do Vale, visando ao aproveitamento de seu potencial econômico, à semelhança do que se fizera no vale do rio Tennessee, na década de 1930. (ADAS, 2007, p. 44)

A expedição foi composta além de Valverde por Jorge Zarur, cujos métodos de análise regional adquiridos nos seus estudos nos EUA deveriam ser utilizados por Valverde no estudo que deu origem ao artigo em questão, conforme estabelecido pelo Diretório Central do CNG (ADAS, 2007, p. 44-45). Neste sentido Zarur apresentou seu relatório ao NPA enquanto Valverde o fez ao CNG. Simultaneamente, prosseguiu Adas (2007, p. 44), esse trabalho estava associado ao Plano de Colonização do Vale do São Francisco.

A forte e nova influência exercida pelos EUA,

(...) embora identifique o início de um segundo momento da formação geográfica de Orlando Valverde – que, à semelhança de outros geógrafos de sua geração, seguiu doravante munido de referenciais metodológicos que obstaculizaram a hegemonia da primeira corrente teórico-metodológica –, não autoriza afirmar que tenha operado uma substituição ou mesmo minimização do peso da abordagem regional francesa nos primeiros escritos de Orlando Valverde. (ADAS, 2007, p.43)

Esta constatação é demonstrada por Adas através de minuciosa análise sobre as influências teóricas e metodológicas reconhecidas (principalmente o artigo, já aqui analisado, de Fábio de Macedo Soares Guimarães, de 1941) no artigo sobre a regionalização sanfranciscana (VALVERDE, 1944).

Diante do exposto consideramos existirem suficientes laços entre os nove textos selecionados para análise nesta seção, tanto em relação a uma demarcação temporal, passando por relações acadêmicas e pessoais, e também pelas áreas e temas de estudo. Contudo reafirmamos que essa opção pela apresentação em diferentes subcapítulos não significa um entendimento de que os textos de diferentes seções não têm várias inter-relações.

O primeiro texto analisado desta seção será um comentário assinado por Delgado de Carvalho sobre o artigo de James ‘Alterações nos tipos de povoamento no estado de S. Paulo’ (CARVALHO, 1939). O segundo, um resumo da tradução de uma conferência realizada por James, ‘O problema da colonização permanente no sul do Brasil’ (JAMES, 1939).

O terceiro texto foi uma detida resenha feita por Jorge Zarur do livro de Preston James, de 1942, '*Latin America*' (ZARUR, 1942). O texto seguinte foi a transcrição de uma conferência de Zarur no X Congresso Brasileiro de Geografia, 'Geografia: ciência moderna ao serviço do homem' (ZARUR, 1944). O quinto texto é uma nota informativa sobre uma contratação de Zarur pelo IBGE (PROFESSOR Jorge Zarur, 1945).

O sexto texto foi a tradução de uma resenha de James sobre um trabalho de Zarur 'A bacia do São Francisco: Um sertão brasileiro' (JAMES, 1949). O sétimo é o artigo 'Divisão regional do Vale do São Francisco' (VALVERDE, 1944).

O oitavo texto informava sobre o 'Convênio sobre Estudos Geográficos e Cartográficos do Vale do São Francisco' (CONVÊNIO, sobre Estudos Geográficos (...), 1950). Por fim, o nono texto, embora não tenha relação direta com os três autores mencionados, também se encaixa no período e no recorte temático delimitado, tratando-se de uma transcrição de conferência realizada em Salvador pelo então diretor da Comissão do Vale do São Francisco, professor Lucas Lopes, por ocasião da IX Assembleia Geral do CNG, em 1949 (LOPES, 1950).

Assim sendo iniciaremos, em ordem cronológica, com o comentário de Delgado de Carvalho sobre o artigo de James 'Alterações nos tipos de povoamento no estado de S. Paulo' (CARVALHO, 1939). Tal artigo havia sido originalmente publicado na revista '*The Geographical Review*' (vol. XXVII n. 3) e o geógrafo estadunidense foi apresentado como professor da Universidade de Michigan. Desta resenha destacamos as observações feitas sobre o conceito de Zona de Fronteira. O autor informou que James distinguiu, na análise da 'conquista do sertão para oeste' dois períodos: de 1850 até 1928 e daí a seguir.

Esta conquista do sertão seria 'revelada' para James pelo crescimento da população na chamada zona da fronteira. O primeiro período mencionado seria uma contínua e "(...) tradicional penetração dos colonos com a extensão dos cafezais que, partidos das vizinhanças de Campinas, se alastravam em grandes fazendas nas terras privilegiadas" (CARVALHO, 1939, p. 77).

O segundo período teve seu início demarcado pelas "(...) limitações impostas e a política de controle dos preços. (...) em vez da fazenda, passa a ser a pequena propriedade rural do imigrante o tipo da nova ocupação" (CARVALHO, 1939, p. 77). Neste sentido o autor ressaltou que nem todos os 'recém-chegados' seriam imigrantes estrangeiros, sendo então forte a entrada de emigrantes nordestinos e baianos. Estas condições foram acentuadas a partir de 1937 com a nova política do café, a qual teria

restringido os proveitos da monocultura cafeeira.

O segundo texto foi a publicação na RBG dos 'tópicos principais' da conferência 'O problema da colonização permanente no sul do Brasil' proferida por Preston James. Delgado de Carvalho também assinou uma pequena apresentação do autor, ressaltando sua relação com o Brasil: "é um conhecedor de nossa terra, tendo-a visitado, longamente, conscienciosamente e com muita simpatia, em 1930 e em 1938" (JAMES, 1939, p. 70). Carvalho também apontou que "em algumas questões de detalhes, certas ponderações podem ser feitas a respeito do que diz Preston James, mas, no seu conjunto, o quadro que apresenta é de profunda realidade" (JAMES, 1939, p. 70).

Segundo a apresentação feita James teria 'grande interesse e amor' ao Brasil, e sua escrita demonstraria isto, contudo Carvalho afirmou que estes sentimentos "(...) não impediram o autor de observar meticulosamente" (JAMES, 1939, p. 70). James, conforme descrição de Delgado de Carvalho, não recorreu a "um '*leit-motiv*' incondicionalmente elogioso a todo propósito" (JAMES, 1939, p. 70), que seria comum em outros estudos estrangeiros.

Neste sentido que Carvalho justificou a importância do texto, traduzido para a RBG, e que teve como base as "(...) palavras que foram dirigidas pelo sagaz observador aos membros da Associação dos Geógrafos Brasileiros" (JAMES, 1939, p. 70). Carvalho ainda destacou a possibilidade que o autor teve de "(...) manter interessantes e sugestivas conversas com elementos estrangeiros mal assimilados no interior do Brasil" (JAMES, 1939, p. 70), e a conclusão e sugestão final, 'Lição dos Estados Unidos', considerada "(...) da mais elevada significação e oportunidade" (JAMES, 1939, p. 70).

Sobre o texto em si assinalamos, na seção intitulada 'A migração e a colonização rural', na qual James discorreu sobre a grandeza do Brasil, a capacidade da terra acolher a colonização e imigração, além de comentar as possibilidades de tornar o Nordeste uma região muito produtiva:

(...) o Brasil possui também grandes áreas de boa terra para cultura, apropriada à colonização agrícola permanente. Nenhuma nação de extensão comparável à sua, perde tão pequena porção de seu território devido a elevações íngremes, excesso ou deficiência de umidade. Omitindo a planície do Amazonas que, ocupada à maneira do Oriente, poderia sustentar milhões de pessoas empregadas na cultura do arroz, e omitindo o Nordeste que, com o auxílio da irrigação, poderia tornar-se muito produtivo, somente as partes central e meridional do país poderiam absorver toda a imigração que possa vir para o Brasil no tempo em que aqui estivermos para presenciá-la. (JAMES, 1939, p. 74).

Apontamos também as propostas feitas para a Amazônia, que se baseavam na aplicação da ocupação 'à maneira do oriente', o que suporia uma radical transformação desse espaço. Primeiramente, pela substituição das florestas pelo plantio de arroz, mas também pelo estabelecimento de 'milhões' de

pessoas na região, empregadas nessa cultura. Neste sentido, o autor conclui pelas amplas possibilidades de absorção de imigrantes pelo país.

O texto seguinte é uma minuciosa resenha de Zarur sobre o grande livro de James '*Latin America*' publicada na seção de comentários da RBG, com 13 páginas, no mesmo ano do lançamento do livro em Nova Iorque (ZARUR, 1942). Conforme Zarur descreveu a obra tinha 900 páginas, das quais 200 sobre o Brasil, "(...) estudo ao qual vem consagrando uma grande parte de sua atividade profissional, da sua longa competência e da sua constante simpatia" (ZARUR, 1942, p. 125). Zarur também apresentou Preston James como então 'Coordenador de Informações' em Washington.

Zarur (1942) produziu sua resenha em duas partes, sendo a primeira dedicada a apresentar uma caracterização geral do livro de James, analisando seus objetivos, linhas gerais, estrutura e conclusões. Em seguida, numa segunda parte da resenha, Zarur abordou especificamente alguns trechos de especial interesse dos estudos regionais apresentados por James. Daremos aqui prioridade à específicos aspectos teóricos (colonização e imigração) e aos estudos envolvendo o Brasil, e a região Nordeste. Outros pontos interessantes de observarmos são a relação entre o autor da resenha e o autor do livro, e a peculiaridade da perspectiva estrangeira (dos EUA) sobre estes espaços objeto de pesquisa.

O geógrafo brasileiro indicou que James, já no prefácio de seu livro sinalizou a existência no continente americano uma atual "(...) necessidade de um destino comum, de (...) transformar a ignorância e suspeitas mútuas numa compreensão de simpatia" (ZARUR, 1942, p. 125). Essas necessidades alcançavam os 'os anglo-americanos', os 'hispano-americanos' e os 'luso americanos'.

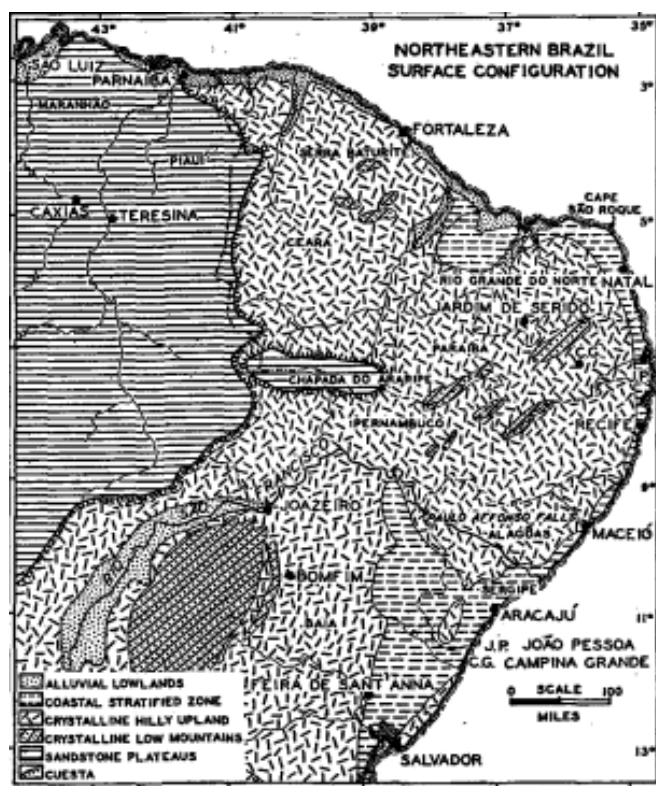
A leitura de Zarur destacou na apresentação de James a "(...) primitiva falta de interêsse do povo americano em relação à América Latina" (ZARUR, 1942, p. 125), e citou um trecho no qual o geógrafo estadunidense reivindicou uma nova perspectiva dos EUA para a América Latina:

(...), porém de qualquer maneira nós precisamos aprender urgentemente como compreender e apreciar os outros americanos que também vivem no Novo Mundo. Precisamos aprender, antes que seja tarde, que a América Latina não é um rico território esperando ser explorado pelos geniais homens de negócio norte-americanos; precisamos aprender que a América Latina não é uma terra pioneira do passado seguindo o mesmo plano traçado pelos pioneiros norte-americanos; precisamos aprender que a América Latina tem Universidades, Bibliotecas, Imprensa e outras evidências de civilização desde pelo menos um século antes que essas causas aparecessem nas acidentadas e florestais regiões do Este americano do norte; precisamos aprender que os laços culturais da América Latina estão mais próximos da Europa do que da Anglo-América; finalmente precisamos aprender que as condições de terra e povo são tão diversos através tãda a América Latina que não se pode usar uma simples generalização para

descrever as maneiras de vida encontradas aí. (ZARUR, 1942, p. 126)

Zarur ressaltou que o livro tratava da distribuição das populações na terra sob o ponto de vista histórico, pois segundo James "(...) para compreender o presente arranjo dos povos teremos que olhar para as origens e traçar o seu desenvolvimento" (ZARUR, 1942, p. 126). Nesta construção teórica cada país, cada região e cada aglomeração humana "(...) possui uma distinta individualidade - uma individualidade criada pelas diferenças na natureza do povo, diferenças na natureza da terra e diferenças nas experiências que êsse povo teve em seu esforço para formar uma conexão com a terra" (ZARUR, 1942, p. 126).

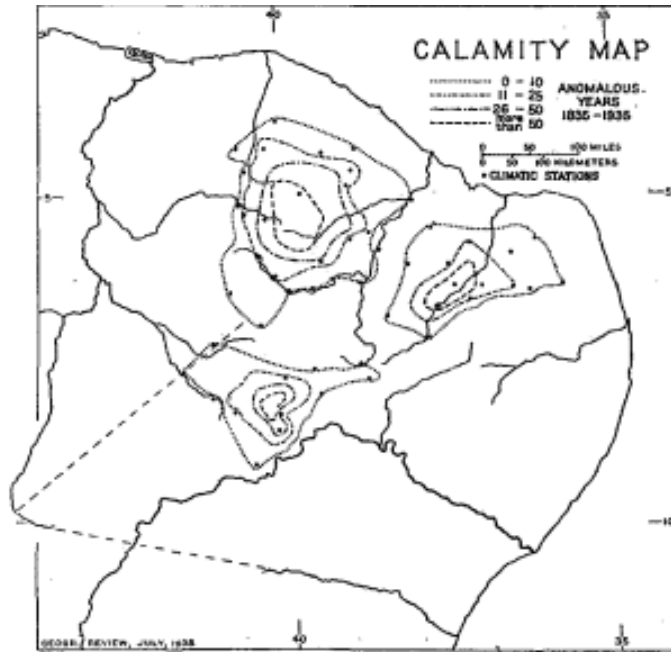
O geógrafo brasileiro notou que o livro de James apresentou 'inúmeros bons mapas', elogiando principalmente os populacionais, baseados em dados censitários, porém considerando de menor qualidade os de relevo e vegetação. Alguns mapas foram reproduzidos na RBG em escala reduzida, e aqui copiamos os três que se referiam ao Nordeste brasileiro: relevo (**Figura 78**, p.290), uso da terra (**Figura 80**, p.291) e o de 'calamidades' da seca (**Figura 79**, p.291).



RELEVO DO NORDESTE DO BRASIL
Trad. das convenções

- 1 — Baixadas aluviais
- 2 — Zona costeira com estratos
- 3 — Colinas cristalinas
- 4 — Montanhas cristalinas pouco elevadas
- 5 — Planaltos de arenito
- 6 — Cuestas

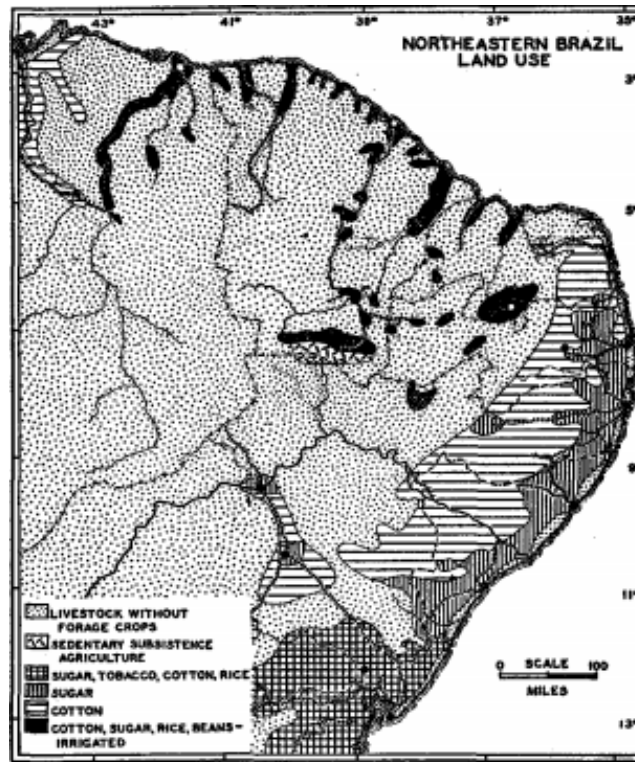
Figura 78: Mapa do relevo do Nordeste brasileiro. Fonte: ZARUR, 1942, p. 128.



MAPAS DAS CALAMIDADES

Anos anormais
 Estações climáticas

Figura 79: Mapa das calamidades de parte do Nordeste. Fonte: ZARUR, 1942, p. 129.



UTILIZAÇÃO DA TERRA DO NORDESTE DO BRASIL

Trad. das convenções

- 1 — Criação sem cultura de forragens
- 2 — Agricultura sedentária
- 3 — Açúcar, fumo, algodão e arroz
- 4 — Açúcar
- 5 — Algodão
- 6 — Algodão, açúcar, arroz e feijão, com irrigação.

Figura 80: Mapa da utilização da terra no Nordeste do Brasil. Fonte: ZARUR, 1942, p. 130.

Os mapas de relevo e uso da terra também constaram na RBG para as regiões Sudeste e Sul. Para a região do baixo Amazonas e das Guianas, na resenha somente foi reproduzido o mapa de relevo. Outros mapas copiados na RGB foram o de clima da América do Sul, e os cinco da produção cafeeira na região de Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, representando a evolução dessa cultura entre 1835 e 1928.

Destacamos especialmente o mapa de ‘calamidades’ da seca (**Figura 79**, p.291), demonstrando a especificidade desta região, e sua visibilidade mesmo numa análise em escala continental. Lembramos que James concedeu grande destaque à região do Atacama, analisando-a no mesmo nível dos outros países sul americanos da América espanhola. A justificativa foi a particularidade da região frente ao restante do território chileno. Estes mapas aqui reproduzidos não foram especificamente analisados por Zarur (1942).

Da introdução do livro resenhado Zarur (1942) citou uma passagem que reafirmava e afinava as propostas de James que objetivavam provocar uma mudança na visão dos estadunidenses em relação à América Latina. Após ter tecido rápidos comentários sobre a antiguidade das ‘civilizações indo-americanas’ e o seu ‘estado cultural’ James concluiu que

Realmente a América Latina não é uma terra virgem, esperando pela chegada do pioneiro. É uma velha terra explorada e muitos dos seus recursos foram acumulados, tesouros explorados e abandonados, muitas de suas paisagens foram profundamente alteradas pela mão do homem. É porém a terra na qual vastas áreas continuam relativamente vazias. (ZARUR, 1942, p. 127).

Desta maneira o geógrafo estadunidense avança na sua qualificação da América Latina, negando o caráter de terra virgem, e ressaltando a antiguidade da exploração e alteração de suas paisagens e recursos, contudo, acima de tudo, indicando a presença ‘ainda’ de ‘vastias’ áreas ‘relativamente’ vazias. Na estrutura da pesquisa de James estava o estudo do homem e da terra, e sobre isso Zarur citou: “Não se pode compreender um grupo humano sem considerá-lo em relação à terra ocupada por êste grupo” (ZARUR, 1942, p. 127). James enumerou, neste sentido, quatro principais características que resumiriam as condições do homem e da terra na sua área de estudo.

I - Relativamente pequena população;

II - Distribuição da população em pequenas aglomerações;

III - Diversidade cultural e racial do povo latino-americano: a) o índio (mapa com a distribuição dos principais grupos indígenas) b) Os europeus c) A conquista européia da América (Mapa com a distribuição das principais linhas de penetração e conquista) d) A recente imigração.

IV - Diversidade das condições físicas da terra: a) O relêvo (Mapa do relêvo e outro da vegetação não muito claros) b) Climas - apresenta 4 mapas (...) c) Vegetação natural. (ZARUR, 1942, p. 127).

A partir dessa caracterização James, conforme resumo de Zarur, passou a tratar da relação entre a população e a terra, na qual foram apresentados cinco pontos para análise: “a) Habitabilidade ou produtividade da terra; b) A luta pelo estabelecimento da ordem; c) Contacto dos diversos grupos raciais e culturais; d) Diversidades sociais numa sociedade feudal; e) Conflitos da sociedade industrial” (ZARUR, 1942). O ponto (b) seria particular de cada Estado ou grupo populacional e, portanto, em cada um “(...) esta luta tomou uma forma diferente e alcançou diferentes fases. Como resultante: a significação dos elementos da terra - o valor potencial dos recursos naturais - difere no tempo e no espaço” (ZARUR, 1942, p. 127). Logo, ao analisar a distribuição dos povos no mapa, James observou ser “(...) composta de povos que fizeram uma separada e distinta contribuição (mesmo se essa contribuição foi negativa) para a luta no sentido do desenvolvimento de uma sociedade homogênea” (ZARUR, 1942, p. 127).

A partir destas considerações James ponderou que se em muitas partes ‘estáveis’ da América Latina (exemplificadas pelas comunidades predominantemente ‘índias’ do México, Guatemala e pelas porções andinas da Colômbia, Equador, Peru e Bolívia) a influência dos europeus foi ‘relativamente pequena’, “(...) muitas das áreas mais importantes, quanto à produtividade comercial no mundo moderno, eram esparsamente habitadas há menos de um século atrás”. (ZARUR, 1942, p. 128). Neste sentido identificamos que James produziu uma narrativa na qual a América Latina era inserida na história mundial de forma menos subalternizada, pois acompanhava os processos mundiais conforme seus desenvolvimentos.

Por conseguinte, James marcou fortemente a diferenciação histórica entre as por ele chamadas de ‘sociedades feudais’ e as ‘sociedades industriais’, principalmente no sentido da relação entre homem e terra:

As explorações destrutivas dos recursos naturais tiveram novo significado com o advento da sociedade industrial. Explorações em pequena escala largamente espalhadas pelos continentes caracterizaram a sociedade feudal; explorações em larga escala em concentradas áreas é o modo de ação da sociedade industrial. (...). Porém a procura de matérias primas é hoje maior do que em todo o passado histórico da terra. Os lugares onde importantes recursos naturais foram encontrados tornaram-se centros de rápido povoamento e de um crescente desenvolvimento econômico. Porém permanência e estabilidade são difíceis num mundo que está sofrendo as maiores transformações. Os homens continuam procurando freneticamente as riquezas acumuladas do *El-Dorado* e quando nada encontram movem-se de um lugar para outro. Será provável que o crescimento das novas cidades industriais traga estabilidade e permanência, ou apenas uma nova forma de migração, uma nova e ainda mais caótica forma de exploração, seguida por um novo declínio? (ZARUR, 1942, p. 128).

Zarur observou uma bem-sucedida interpretação geográfica do continente, na qual James descreveu

uma distribuição diferenciada de “(...) numerosos grupos isolados, separados por enormes áreas territoriais insuficientemente ocupadas” (ZARUR, 1942, p. 129). Tais grupos teriam ‘peculiar individualidade’, identificada por próprias composições raciais e formações econômicas, o que seria justamente o objeto de estudo da geografia, o homem, a terra, e suas relações.

Conforme descrição de Zarur o livro teve suas conclusões apresentadas em três itens. No primeiro James retomou o tema da ‘luta para estabelecer a ordem’, na qual problematizou a unidade latino-americana:

Visivelmente a América Latina não é uma unidade. A palavra ‘latina’ aplicada à América não define uma cultura comum ou raça comum, nem tão pouco uma linguagem comum. Esta expressão pode ser usada para descrever uma área geográfica com pequenas partes ocupadas por povos latinos; esta expressão pode ser usada para descrever as civilizações erigidas por Espanha e Portugal através das históricas experiências de colonização numa terra nova, da subjugação de povos tecnicamente primitivos e da exploração da nova terra para o aproveitamento em breve tempo dos seus recursos. (ZARUR, 1942, p. 129).

Portanto neste parágrafo citado por Zarur ficou bem clara a caracterização espacial feita por James. O segundo item desta conclusão foi intitulado ‘problemas de população e colonização’, e nela foram sinalizadas “as quatro áreas de expansão colonizadora: a) As terras altas de Costa Rica; b) As terras altas de Antióquia, na Colômbia; c) Chile, na parte central; d) Os três Estados do sul do Brasil” (ZARUR, 1942, p. 129). Estas ‘regiões pioneiras’ foram demarcadas segundo cinco fatores: “1 - A densidade e a taxa de crescimento da população; 2 - O caráter cultural e racial da população; 3 - A produtividade da terra; 4 - A acessibilidade da zona pioneira para o mundo exterior; 5 - Estabilidade dos núcleos originais de colonização” (ZARUR, 1942, p. 129).

James considerou que as ‘grandes propriedades e as plantações comerciais’ teriam sido as ‘causas do fracasso’ da colonização pelo pequeno agricultor. Zarur notou que o uso do termo ‘comercial’ para designar as plantations não era exato, pois em todas as plantações estaria ‘subentendido’ um caráter comercial. O geógrafo brasileiro citou neste assunto que Leo Waibel, “(...) autoridade mundialmente conhecida em geografia dos trópicos, tendo estudado carinhosamente o problema das Plantations, (...) definiu o termo como sendo *cash crop agriculture [agricultura comercial]*” (ZARUR, 1942, p. 130).

No terceiro item desta conclusão James tratou do ‘comércio e a indústria na América Latina’, em quatro seções: “I - Desenvolvimento industrial da América Latina antes de 1914; II - Desenvolvimento industrial desde a primeira guerra mundial; III - Os maiores centros industriais. Brasil, Argentina, Chile, México, Perú, etc.; IV - Rivalidades comerciais na América Latina; V - A situação comercial do

hemisfério ocidental” (ZARUR, 1942, p. 130).

Sobre o ponto (II) Zarur destacou a apresentação por James da distribuição das aplicações de capitais pelos EUA na América Latina, nas seguintes proporções: Chile, 33%; Brasil, 13%; Colômbia, 7%; Argentina, 24%; Venezuela, 13%; Peru, 6%; e outros países, 4%. Sobre o ponto (V) Zarur indicou que James considerou o ‘hemisfério ocidental’ como não independente economicamente, pois não possuía capacidade de mercado para seus produtos, e nem as matérias primas básicas que demandava (ZARUR, 1942, p. 130).

Ainda sobre as conclusões de James o autor da resenha citou algumas frases que considerou demonstrarem um “(...) retrato pessimista dos princípios sôbre os quais a solidariedade continental se acha baseada” (ZARUR, 1942, p. 131). Os pontos principais nos quais se assentavam essa conclusão foram a maior relação cultural e econômica dos povos latino-americano com a Europa e não com os EUA, e a proximidade “(...) do tempo das conquistas de terras latino-americanas pelos Estados Unidos. (...) O ‘perigo ianque’ não pode ser apagado da mente dos povos que vivem ao sul dos Estados Unidos por somente uma década de ‘boa vizinhança’” (ZARUR, 1942, p. 131).

Zarur discordou dessas conclusões de James sobre a artificialidade da ‘unidade pan-americana’, tanto sobre a falta de laços culturais, que poderiam ser rapidamente construídos, quanto acerca das relações econômicas, sobre as quais o geógrafo brasileiro asseverou que “(...) o próprio autor nos fornece os elementos para discordar e sustentar que os atuais movimentos econômicos entre as nações americanas são fortes e prometem para um breve futuro maior desenvolvimento. As estatísticas provam as nossas afirmações” (ZARUR, 1942, p. 131). Os dados então apresentados por Zarur foram as vendas mundiais por país para a América Latina, em 1936. Nestes, a liderança coube aos EUA, com quase 50% de todas as vendas, seguidas por Alemanha e Reino Unido (23% cada), e pelo Japão, com 4%.

Assim sendo Zarur finalizou esta primeira parte de sua resenha (uma caracterização geral da obra) salientando cinco pontos.

- 1 - O prof. James apresenta inúmeros problemas sôbre a América Latina sem se preocupar muito em apresentar sugestões para as suas soluções. Fez quase que unicamente diagnose. Ele não pensa pelo leitor, mas faz o leitor pensar muito;
- 2 - A parte de geografia econômica não se apresenta no nível dos excelentes estudos populacionais;
- 3 - Os pontos altos do livro estão no prefácio, conclusões e nos capítulos referentes ao Brasil e à Argentina. A parte referente à América Central é a mais fraca de toda a obra;

4- O autor cometeu uma grave injustiça quando não procurou salientar o papel desempenhado pela Igreja Católica na formação da América Latina;

5- Aos interessados em ler boa e moderna geografia, o prof. Preston James oferece um grande livro que se recomenda pelo objeto tratado e pela grande capacidade do autor. (ZARUR, 1942, p. 131).

Na segunda parte da resenha Zarur analisou mais especificamente os ‘estudos regionais’ apresentados por James, que eram focados nas análises populacionais, e na geografia regional e cultural. Assim James teria seguido um roteiro mais ou menos similar ao longo do livro sobre cada ‘unidade política’ da América Latina:

1 - Introdução geral com algumas referências históricas; 2 - As características gerais da população, a) As populações primitivas e b) A população presente; 3 - Divisão regional dos países quase sempre sob o ponto de vista humano, a) As condições físicas: relevo, hidrografia, clima e vegetação, b) A colonização agrícola, c) Desenvolvimento e estado atual das estradas de ferro e de rodagem e d) Estudo detalhado dos grandes centros urbanos; 4 - O país como unidade política (ZARUR, 1942, p. 131-132).

Zarur chamou a atenção para a presença de mapas ilustrativos destes estudos regionais, geralmente representando para cada região: o relevo, o uso da terra, e a distribuição da população. A primeira unidade analisada no livro era a América Espanhola, dividida em duas partes, a América do Sul (com estudos individuais de Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia, Atacama, Chile, Paraguai, Argentina e Uruguai) e, na segunda parte, México, América Central e as Antilhas. Zarur identificou a justificativa de James para apresentar o Atacama como uma região individualizada:

As regiões ocupadas pelos índios estão muito ligadas à existência da água, ficando isolados, estáticos e imutáveis. Os europeus a princípio não ligaram importância à região, mas depressa adquiriram um grande interesse pelo deserto em virtude da descoberta de sua única riqueza: o nitrato de sódio. (...). Tão distintas são as características desta parte norte do Chile que nos pareceu desejável estudar o Atacama separadamente antes de estudar a nação chilena. (ZARUR, 1942, p. 132).

Na resenha foi indicado que o ponto mais alto do livro, no qual o autor teria mostrado ‘conhecimento perspicaz’, teria sido o estudo da Argentina. Zarur, todavia, acerca do estudo de James sobre o Brasil, também concordou com a crítica dos EUA de que este seria “(...) um dos pontos altíssimos ou melhor a parte mais bem feita da obra. Nós, também, assim pensamos” (ZARUR, 1942, p. 133).

Segundo a leitura feita por Zarur ‘*Latin America*’ havia dedicado 185 das 900 páginas do livro ao Brasil. Este destaque foi justificado pelo fato do país ser então o maior centro populacional da América Latina e justamente o estudo das populações ser o principal objetivo da obra, e também pelo fato do autor conhecer grande parte do ‘Brasil Sul’. Nesta seção do livro James objetivou responder duas questões: “1 - Porque a população do Brasil é relativamente tão pequena? 2 - Estará o Brasil iniciando

um movimento pioneiro similar ao movimento para o oeste da fronteira norte-americana durante o período de 1870 a 1914?” (ZARUR, 1942, p. 134).

Para tratar destas questões, e quaisquer outras geográficas, James apontou como fundamental a necessidade de estudar a diversidade interna do Brasil. A parte do livro dedicada ao país foi dividida em duas seções: 1- A Terra, a) o relevo, b) o clima, c) a vegetação natural e d) os recursos naturais; 2- O Povo, a) os primeiros elementos raciais, b) o desenvolvimento da colonização, c) a colônia açucareira, d) o ouro, e) o café, f) outros produtos comerciais, g) a imigração, h) as colônias e i) as cidades e o sertão (ZARUR, 1942, p. 134).

Zarur salientou que foi “(...) no estudo dos climas que o autor, baseado quase que exclusivamente no trabalho do Sr. Alberto Serra, apresenta uma defesa do nosso tão difamado clima” (ZARUR, 1942, p. 134). Neste sentido citou-se James “Um considerável número de informações erradas existem sobre a temperatura de países tropicais como o Brasil” (ZARUR, 1942, p. 135). O autor estadunidense discorreu sobre o clima brasileiro como tendo poucos extremos e não sendo “(...) tão uniformemente monótonos ou insuportavelmente quentes e úmidos a ponto de deprimir o espírito humano” (ZARUR, 1942, p. 134-135).

Logo, James relativizou a influência do clima em problemas enfrentados pelo país: “Se a população do Brasil em certas regiões parece sem energias, não se pode interpretar isto como o inevitável resultado do clima até que os outros elementos, tais como a alimentação e as doenças, sejam levados em conta” (ZARUR, 1942, p. 135). O geógrafo brasileiro ainda destacou o uso por James do conceito ‘moderno’ de massa de ar para ‘explicar’ o ‘mecanismo’ do tempo e clima, e assim não ficando “(...) na descrição dos clássicos elementos do clima: ventos, pressão, umidade, temperatura” (ZARUR, 1942, p. 136).

O estudo de James efetuou uma divisão regional baseada, conforme interpretação de Zarur, principalmente nas características ‘culturais e elementos econômico-populacionais’:

- 1 - O Nordeste - Compreende os Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e parte do Maranhão e Baía.
- 2- O Sudeste - Abrange parte de Minas, Estado do Rio de Janeiro, Espírito Santo e parte de São Paulo.
- 3- São Paulo - São Paulo (parte), Triângulo Mineiro e Norte do Paraná.
- 4 - O Sul - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul - Na opinião do autor esta é uma das regiões de expansão colonizadora da América do Sul.
- 5 - O Norte - Parte do Maranhão, Pará, Amazonas e Acre. (ZARUR, 1942, p. 136).

Zarur traduziu e reproduziu alguns tópicos da seção do livro intitulada 'Brasil como Unidade Política', ressaltando, de maneira pouco clara, que "na realidade temos aí as conclusões gerais que não comentaremos. Queremos salientar, porém que não concordamos com muitas das afirmações do autor mas reconhecemos a veracidade de certos conceitos externados aí" (ZARUR, 1942, p. 136).

Dentre estes trechos do livro disponibilizados pela resenha na RBG destacamos alguns de interesse para nossa pesquisa. No primeiro observamos a utilização por James das concepções de 'espaços vazios', 'terras pioneiras', 'população esparsa' e 'incontrole territorial':

Quase que a metade do continente sul-americano pertence aos Estados Unidos do Brasil. Mas grande parte do seu território, qualquer que sejam as suas possibilidades, continua vazia. Apesar de mais do que a metade da população da América do Sul ser brasileira, a terra por ela ocupada é tão vasta que somente poucas áreas isoladas foram capazes de formar uma população maior do que 10 pessoas por milha quadrada. Grande parte do Brasil, mesmo depois de quatro séculos, continua uma terra pioneira com uma esparsa população que -exerce um controle mínimo sobre o seu território. O espírito especulativo e os métodos de mineração produziram um tipo de população instável e nômade. Porém a tendência de obedecer ao *slogan*- 'fique rico', cabe mais na mente imaginativa do brasileiro, do que o desejo da permanência e estabilidade a ser conseguida pela forma de trabalho menos espetacular. (ZARUR, 1942, p. 136).

Esta denominada por James de 'economia especulativa' não seria, de acordo com sua interpretação "(...) característica peculiar do Brasil. De um modo geral êste tipo de economia caracteriza todo o mundo ocidental. O desejo de pilhar e de ter lucros rápidos motivou a colonização não somente da América Portuguesa e Espanhola, mas também da Anglo-América" (ZARUR, 1942, p. 136-137). A diferença crucial entre estas colonizações apontada por James foi que

(...) na América do Norte e em poucas partes da América Latina o aumento da população em relação à terra e aos recursos fizeram diminuir as oportunidades para proveitos especulativos continuados. [Enquanto que] no Brasil a economia especulativa sobreviveu a quatro séculos de colonização na maioria do território nacional. O esforço continuado de colhêr o fruto sem plantar a árvore constitue a variação brasileira do tema fundamental da América Latina apresentado nas primeiras páginas dêste livro pela história do El-Dorado. (ZARUR, 1942, p. 137).

Esta análise é fundamental para nosso estudo, pois James pensou o Brasil a partir de três situações geográficas, quais sejam as regiões de população concentrada na costa atlântica ou próximo a ela, as pequenas áreas do interior nunca aproveitadas, nem mesmo pela economia de subsistência, e entre estas duas regiões, uma

(...) vasta zona intermediária de transição - as terras conhecidas como sendo os 'sertões'. Nesta zona intermediária uma população escassa e largamente esparsa procura fazer uma permanente fonte de subsistência de uma vasta extensão de terras. Somente, intermitentemente e em pequenas proporções, é que alguns pontos são usados em muito pequena escala, é que estas regiões contribuem para a economia brasileira em geral, porém, os sertões não podem ser excluídos inteiramente do território nacional efetivo. Não se pode avaliar, tão pouco, a

importância dos sertões na evolução da vida brasileira, somente pelo gado que vem daí. A típica atitude brasileira em relação à terra e o sentimento de futilidade que frustra tôdas as tentativas de avanço para uma forma mais intensiva do uso da terra, relega todos os conceitos de conservação dos recursos para as esferas acadêmicas e teóricas. Esta atitude desenvolveu-se nos sertões e condiciona as relações do povo com a terra, até nos centros da civilização brasileira, nas grandes cidades. (ZARUR, 1942, p. 137).

Portanto identificamos o conceito de sertão usado em *'Latin America'* como uma das três situações geográficas constituintes do território nacional, representando justamente aquela situação de transição, intermediária, conforme a definição acima. Tal análise era bastante fundamentada pelos estudos de população, que indicavam os sertões serem uma área de população escassa e largamente esparsa. Outro ponto interessante foi o questionamento de James sobre a inclusão dos sertões no que chamou de 'território nacional efetivo'.

Este, o vazio populacional dos sertões, era a principal questão brasileira na narrativa de James, o qual reconhecia o valor dos 'portugueses-americanos' em construírem uma civilização própria considerando-se a vastidão da área e de que o país teria as maiores possibilidades de futuro desenvolvimento dentre as nações estudadas. Para alcançar esse 'futuro desenvolvimento' o Brasil precisaria quebrar uma causalidade circular, retroalimentada entre "(...) uma esparsa população no centro de vasta área [e] a continuação da economia especulativa, a exploração extrativa e a instabilidade; e isso faz com que as condições de população esparsa continuem" (ZARUR, 1942, p. 137).

Neste sentido a avaliação feita por James da questão foi exatamente a de

O Brasil é uma das poucas partes do mundo que, no que se refere à economia do mundo presente, precisa de mais população. Um grande influxo imigratório fornecendo o contingente humano necessário para desenvolver a 'Marcha para oeste' poderá romper o círculo e suportar o tipo caótico de progresso que favoreceu a colonização de grande parte dos Estados Unidos no período de 1870 a 1914. Nos anos presentes tal influxo de imigrantes não poderia ser recebido sem sérios perigos para o Brasil; os dirigentes brasileiros acham-se inclinados a favorecer uma extensão da colonização para o interior mais lenta e talvez mais sadia. Neste ínterim a economia do Brasil continuará especulativa, extrativista e instável. (ZARUR, 1942, p. 137-138).

Portanto para o autor do livro em questão o projeto da Marcha para Oeste só seria bem-sucedido com um grande influxo migratório. Com este contingente humano o círculo vicioso poderia ser rompido e promover, ou como escreve James, 'suportar' um tipo de progresso 'caótico', com rápida expansão da colonização. Assim sendo, a opção 'menos arriscada' à época, e 'talvez mais sadia', do governo brasileiro pela colonização mais lenta porque sem grande leva de imigrantes, foi criticada por James.

Para o geógrafo estadunidense a economia, se não fosse rompido o ciclo, continuaria especulativa, extrativista e instável. A seção do livro dedicada à análise econômica foi fundamentada, segundo Zarur, nas estatísticas mais modernas, e abordou os seguintes itens: “1 - A exportação; 2 - A importação; 3 - A relação da importação e exportação com os centros populacionais; 4- O comércio interno” (ZARUR, 1942, p. 138). Apesar do quadro diagnosticado por James ter sido de estagnação, neste último item o autor asseverou que o Brasil era o país latino-americano com maiores possibilidades de um desenvolvimento continuado do comércio, por dois fatores, sendo o primeiro a

(...) população relativamente grande dentro dos limites de uma única unidade política, (...) [e a] grande variedade de recursos e produtos que existem nas vastas áreas brasileiras. Potencial fonte de produtos que vão desde os tipos tropicais até os de média latitude e desde os tipos agropecuários até os de mineração e manufatura (ZARUR, 1942, p. 138).

Zarur citou ainda a presença de três seções do livro sobre ‘O controle da imigração’, ‘Áreas potenciais de colonização’ e ‘As cidades brasileiras’ que encerram a parte sobre o Brasil. O geógrafo brasileiro encerrou a resenha de ‘*Latin America*’ comentando que “(...) em relação à parte que toca ao Brasil achamos que o autor de *An Outline of Geography* e grande amigo nosso apresentou uma diagnose feita por quem sinceramente quer e se acha empenhado em contribuir para a cura do seu cliente” (ZARUR, 1942, p. 138).

Por fim concluímos reafirmando a importância dessa resenha para nossa pesquisa. Primeiramente pela relação que demonstra existir entre o seu autor e Preston James, e a importância dessa relação para a geografia brasileira, também demonstrada pela própria publicação na RBG do texto. O segundo ponto é que o livro objeto da resenha, ‘*Latin America*’, apresenta como discussões centrais a colonização, a imigração, e mais especificamente no Brasil, a questão da ocupação dos sertões, a qual é alçada à posição de grande problema nacional. James não trabalhou com a categoria sertão associada ao semiárido, mas como uma situação geográfica, que relacionava a terra e o homem, numa denominada por Zarur geografia cultural, que focava nos estudos populacionais e econômicos.

O texto seguinte, é uma transcrição da conferência de Jorge Zarur no ‘X Congresso Brasileiro de Geografia’, publicado na terceira RBG de 1944 como um artigo de 13 páginas.

A apresentação foi feita por Cristóvão Leite de Castro, Secretário Geral do CNG entre 1937 e 1950. Zarur foi caracterizado por ele como ‘o geógrafo moderno’. Em seguida Castro explicou entender existir três grupos de atividades geográficas, a medição, a representação e a interpretação do

território. Este último grupo era o de atuação do geógrafo. E Castro define, portanto:

Entendo por geógrafo moderno aquele que faz a interpretação dentro de três características fundamentais: primeira, o caráter científico, isto é, a explicação dos fenômenos; segunda, tenha a interpretação, como fundamental, a consideração do homem- é a tendência moderna da Geografia; terceira, haja na interpretação um sentido de utilidade. (ZARUR, 1944, p. 5).

Logo, o geógrafo moderno de Castro iniciou sua conferência intitulada 'Geografia: ciência moderna ao serviço do homem', abordando a circunstância de sua volta ao país, e como esta foi importante para sua convicção da "(...) necessidade de se desenvolver no Brasil, de maneira intensiva, os estudos sobre o Brasil e procurar conhecer a sua Geografia nos detalhes mínimos para podermos defendê-lo e tirar de suas riquezas um nível de vida decente para o seu povo" (ZARUR, 1944, p. 6). A constatação dessa necessidade levou Zarur a apelar

(...) para que o Geógrafo possa trazer elementos ao Administrador, que precisa conhecer mais que todos as realidades da nossa Terra - o Geógrafo, instrumento do Administrador; o fornecedor dos fatos básicos da vida nacional -o Geógrafo é o cientista que tem olhos especiais e que vê certas coisas de maneira bem diferente. Colhe o material das várias regiões, interpreta-o e o oferece, já completamente manipulado e trabalhado, ao Administrador, que, então, poderá fazer seus planos, realizar as tarefas de direção, baseado em conhecimentos reais das coisas do Brasil (ZARUR, 1944, p. 6).

Contudo, o autor lamentou que

Nos últimos dez anos, as nossas universidades se têm esforçado em formar professores de Geografia. Geógrafos no verdadeiro sentido da palavra são poucos e quase todos auto-didatas. Tenho esperança de que, no futuro, teremos também o técnico de Geografia, o Geógrafo profissional, como eu vi nas várias regiões americanas por onde passei, pesquisando e não somente ensinando Geografia, mas indo ao campo para realizar pesquisas, construindo a Ciência Geográfica e dando-nos um conhecimento maior do mundo em que vivemos. (ZARUR, 1944, p. 6).

Zarur afirmou que a Geografia moderna era uma renovação e não uma 'evolução completa' da Geografia clássica, da Geografia tradicional. Essa renovação teria como base a região, e assim superaria a tradicional divisão de Geografia Física e Humana. Para o conferencista esta divisão não era mais cabível, e a geografia era então o estudo dos contrastes regionais. Desta maneira a ciência geográfica deveria objetivar examinar "(...) a distribuição dos fenômenos na terra e os contrastes que cada grupo de fenômenos homogêneos possam apresentar" (ZARUR, 1944, p. 7).

Neste sentido a Geografia Regional tornar-se-ia 'quase' sinônima de Geografia Utilitária, adquirindo um caráter dinâmico "(...) devido ao método de estudar os problemas e às conclusões a que chega e às sugestões de caráter evolutivo que apresenta" (ZARUR, 1944, p. 7). Logo, a Geografia moderna deveria estar "(...) ao serviço de todos. A Geografia saiu da academia, está passando para a rua e está

sendo praticada e usada por todos” (ZARUR, 1944, p. 7).

Como um exemplo dessa aplicação do conhecimento geográfico Zarur apresentou aquela que considerou uma das realizações do século, a TVA (*Tennessee Valley Administration* - Administração do vale do Tennessee). De acordo com a transcrição da conferência ficamos sabendo que foi exibido na ocasião um filme de 20 minutos sobre esta experiência de utilização dos conhecimentos geográficos. À título de apresentação do filme Zarur exprimiu que

Nos Estados-Unidos, havia uma bacia mais ou menos idêntica, mas sete vezes menor que a do São-Francisco -a bacia do Tennessee, com problemas mais simples, por certo. O problema do latifúndio não existia no Tennessee. E isto facilitou muito o planejamento e a execução dos planos. Acresce aí ainda que as chuvas são regulares e caem em média 1.000 milímetros por ano. A bacia do Tennessee, em 10 anos, conseguiu ter perto de 20 barragens, produzindo mais de dois milhões de kws, em números redondos e servindo também para controlar as enchentes e facilitar a navegação. Trata-se de uma das grandes realizações do Governo americano, e quiçá do século em que vivemos, onde os Geógrafos prestaram uma grande contribuição prática e foram os pioneiros da obra executada. (ZARUR, 1944, p. 16).

Outro exemplo de aplicação da moderna geografia citado por Zarur foi o uso dessa ciência pelo governo dos EUA na grande guerra que ainda ocorria na ocasião:

A Geografia utilitária fez milagres nesta guerra. Só quem acompanhou, de perto, os trabalhos do batalhão de geógrafos mobilizados pelo Governo norte-americano, poderá saber da eficiência e da grandeza da contribuição que trouxe o Geógrafo à causa da guerra moderna: desde o mapa até à análise, quilômetro por quilômetro, das regiões invadidas. Entretanto, essa Geografia que está prestando já tantos serviços, hesitante na sua delimitação e nos seus objetivos, só agora começa a ter os seus filósofos e precisa ainda que a sua filosofia seja feita. (ZARUR, 1944, p. 8).

Zarur falava sobre o assunto com conhecimento de causa, pois afirmou ter tido

(...) a ventura de trabalhar num projeto desse tipo. Fui treinado pelos chefes da escola regionalista, e depois de dois anos de estudos com os professores Finch e Trewartha, de Wisconsin, com o professor Waibel, de Bonn, um dos diletos discípulos do professor Hettner, que teve grande influência na Geografia alemã e americana modernas, e é o continuador, por assim dizer, dos trabalhos de Ritter, principalmente na parte regionalista. Em minha opinião Ritter foi o maior regionalista que até agora o mundo teve; basta compulsar os seus trabalhos. Mais tarde, na *National Planning Association* de Washington, D C, trabalhei 18 meses sob a orientação do meu bom amigo o professor Clarence Jones, num projeto de grande envergadura que compreendia toda a América Latina e onde tive a oportunidade de observar o continuado uso da Geografia como um instrumento da administração, da guerra e do capital. (ZARUR, 1944, p. 8-9).

Assim Zarur vinculou-se diretamente a esta corrente geográfica autodenominada regional, e que, conforme estudos de Gronö por ele citados, estaria se desenvolvendo sobremaneira no período, e também descreveu o quanto ela devia aos alemães e americanos: “Na realidade, é uma formação alemã; acadêmica, posta na prática em grande escala pelos americanos e com certa reserva pelos franceses que, entretanto, prestaram notável contribuição ao estudo regional da França e do

Mundo” (ZARUR, 1944, p. 9).

O projeto que teve oportunidade de participar nos EUA foi o seu importante trabalho sobre o vale do rio São Francisco. Zarur notou que sua descrição deste trabalho deveria servir de exemplo da técnica moderna regionalista, sugerindo que os delegados do evento pudessem reproduzi-las no Brasil, pois “(...) se cada um de nós, voltando ao seu Estado ou região em que vive, fizer um estudo (...) no fim de certo tempo, teremos uma Geografia do Brasil, em tamanho maior, coisa que infelizmente não possuímos” (ZARUR, 1944, p. 9).

Zarur iniciou comentando que este trabalho havia lhe permitido pôr em prática o que tinha aprendido nas escolas. O projeto foi feito na *National Planning Association* sob a direção de Clarence Jones e sob o controle técnico de um comitê composto de Charles Colby, Preston James e Robert Platt. Como justificativa para eleição do vale do São Francisco da área de estudo Zarur mencionou o objetivo de “(...) estudar uma região com potenciais econômicos não explorados e não bem conhecidos; uma região possuidora de uma literatura abundante, porém sem fundamento científico” (ZARUR, 1944, p. 9).

A crítica de Zarur à abundante literatura sobre a região centrou-se no que considerou como não cientificidade destes estudos:

Os autores compilavam sem atender às realidades da região e deixavam-se entrar pelas divagações literárias sobre a beleza do céu, a grandeza do rio, repetindo os lugares-comuns que os cientistas verdadeiros repudiam; uma região considerada com muito patriotismo e, portanto, passível de interpretações perigosas, às vezes desviando-se da verdade, o que trazia grande prejuízo para a sua compreensão e seu desenvolvimento (ZARUR, 1944, p. 10).

Zarur caracterizou o vale do São Francisco como uma região com sérios problemas econômicos. Pela sua posição, ‘encravada dentro’ do Brasil a região enfrentava à época uma importante questão, pois o país “(...) estende a sua população para o oeste, porém quando galgarmos o platô vamos deparar com a bacia do São-Francisco. Que faremos? Ocupar esta região com problemas que encarecem a colonização ou deixaremos o São-Francisco e ocuparemos as terras mais fáceis de povoar?” (ZARUR, 1944, p. 10).

A metodologia de pesquisa mobilizada por Zarur iniciou-se com o levantamento e fichamento de ‘todo o material existente’ e a realização de uma primeira crítica, ainda prévia ao conhecimento da região. Somente após o trabalho de campo foi então selecionada a literatura que proporcionaria maiores contribuições. Zarur salientou que seu maior esforço teria sido o de “(...) compor devidamente o material colhido e preparar a sua apresentação numa língua estrangeira” (ZARUR,

1944, p. 10).

Nesta conferência Zarur não apresentou seus resultados, anunciando que em breve seriam lançadas duas edições do trabalho, “(...) uma em inglês, nos Estados-Unidos, e outra aqui, em português, editada pelo CNG, e aí poderão ver com mais detalhe os resultados obtidos com o método das análises regionais modernas” (ZARUR, 1944, p. 10). Todavia o conferencista ‘projetou’ alguns mapas do trabalho, que buscavam retratar cartograficamente o vale do médio São-Francisco em ‘todas as suas fases’.

Estes cinco mapas foram acompanhados, no artigo aqui em análise, por pequenas descrições, que Zarur informou tratarem-se conjuntamente de um resumo feito para facilitar ao “(...) administrador, que às vezes não tem o tempo necessário e interesse para ler quatrocentas páginas” (ZARUR, 1944, p. 16).

O primeiro mapa apresentado por Zarur demonstrava uma regionalização da bacia do São-Francisco segundo as condições físicas e atividades econômicas (**Figura 81**, p.304). Foram definidas três regiões, as bacias superior, média e inferior. A primeira e a última foram descritas como regiões de população ‘bastante’ densa e com atividades econômicas ‘adaptadas’ às condições ambientais.

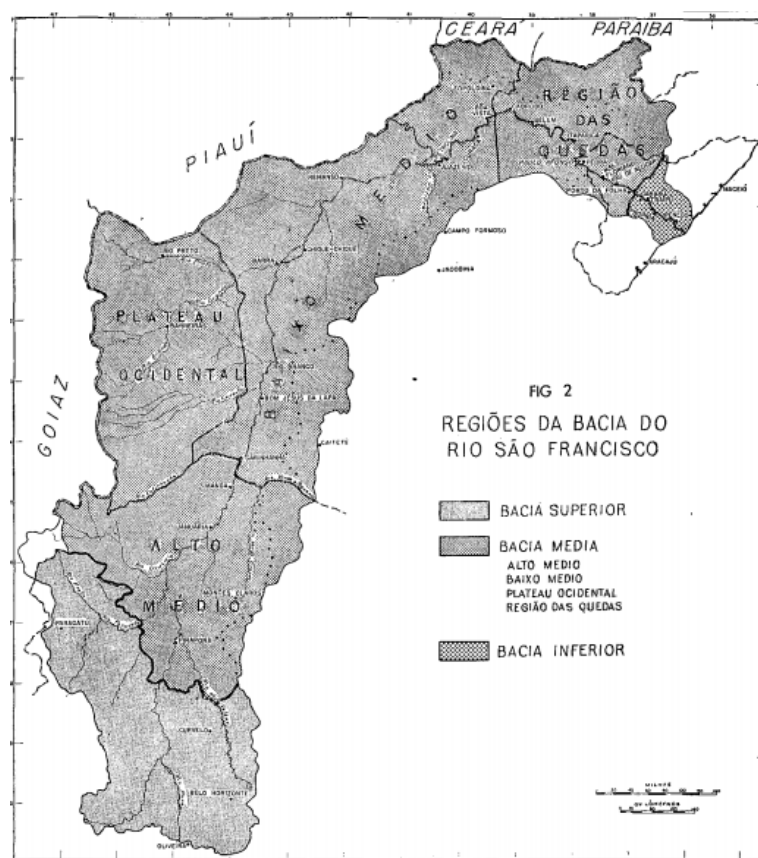


Figura 81: Mapa das regiões da bacia do rio São Francisco. Fonte: ZARUR, 1944, p. 11.

Já a região da bacia média do São Francisco foi privilegiada na análise pela sua condição de desconhecimento acerca dos recursos humanos e naturais, e por ser considerada, conforme afirmou Zarur, um dos maiores problemas do Brasil. Logo, foram delimitadas quatro sub-regiões: Alto Médio, Baixo Médio, Planalto Ocidental e Região das Quedas. O autor ainda indicou que as linhas tracejadas demarcaram “(...) regiões da bacia que diferem um tanto das outras partes da Bacia Média e cujos contactos econômicos, em virtude da localização e das facilidades de comunicação, se relacionam mais com regiões exteriores do que com o próprio vale do São-Francisco” (ZARUR, 1944, p. 11).

No mapa seguinte Zarur apresentou a distribuição populacional nos municípios da bacia sanfranciscana de acordo com os dados preliminares do Censo de 1940 (**Figura 82**, p.306). Os pontos menores significavam uma concentração de 200 pessoas nas áreas rurais. Já as circunferências representavam entre menos de mil até quinze mil pessoas em áreas urbanas, excetuando-se Belo Horizonte. Zarur destacou como traço mais marcante do mapa (**Figura 82**, p.306) a aglomeração em núcleos.

O mapa seguinte retratou as usinas hidroelétricas e os locais potenciais para estes aproveitamentos, além das usinas termoelétricas e dos depósitos minerais conhecidos (**Figura 83**, p.307). Zarur mencionou como fontes o mapa da Divisão de Águas do Ministério da Agricultura de 1943, dados deste mesmo órgão e outras informações de variadas origens. O autor informou que apesar da bacia estudada ter 8% do potencial hidráulico do Brasil a maioria das usinas identificadas foram termoelétricas. Grande parte deste potencial se localizava na Região das Quedas, em Itaparica e Paulo-Afonso, contudo, as pequenas quedas da Bacia Superior eram as mais exploradas. Se instaladas ‘modernas’ usinas nas duas grandes quedas acima mencionadas a geração de luz e força seria suficiente para “(...) quase toda a zona densamente povoada de leste de Pernambuco, parte da Paraíba, a totalidade de Alagoas e Sergipe, Salvador da Bahia e pontos ao longo do São-Francisco, até Santo-Sé para leste” (ZARUR, 1944, p. 13).

Sobre o mapa da vegetação Zarur observou que a distribuição dos tipos identificados era associada aos diferentes regimes de chuva (**Figura 84**, p.308). O autor também ressaltou que os limites de todas as áreas eram generalizações, pois os tipos vegetais se interpenetravam. Zarur descreveu que apesar do uso não controlado a forragem e a floresta ainda constituíam uma fonte de riqueza apreciável em toda a Bacia Média do São-Francisco. Foi criticado o caráter destrutivo da exploração das árvores e arbustos, o pastoreio intensivo e continuado que reduzia a qualidade e a quantidade da forragem, e

o avanço do desflorestamento para fornecimento de lenha, enquanto a força hidráulica continuava inaproveitada (ZARUR, 1944).

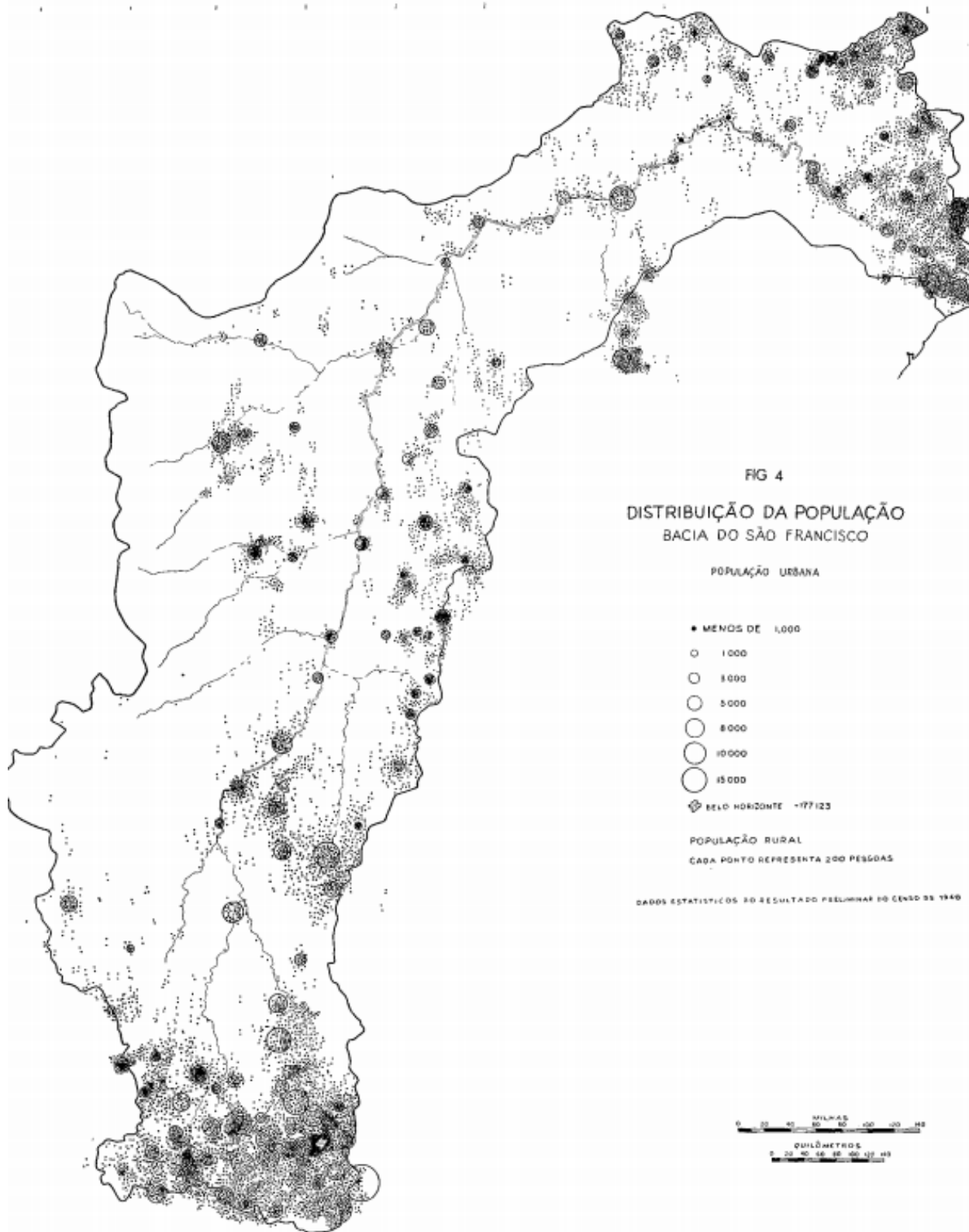


Figura 82: Mapa da distribuição de população na bacia do São Francisco. Fonte: ZARUR, 1944, p. 12.

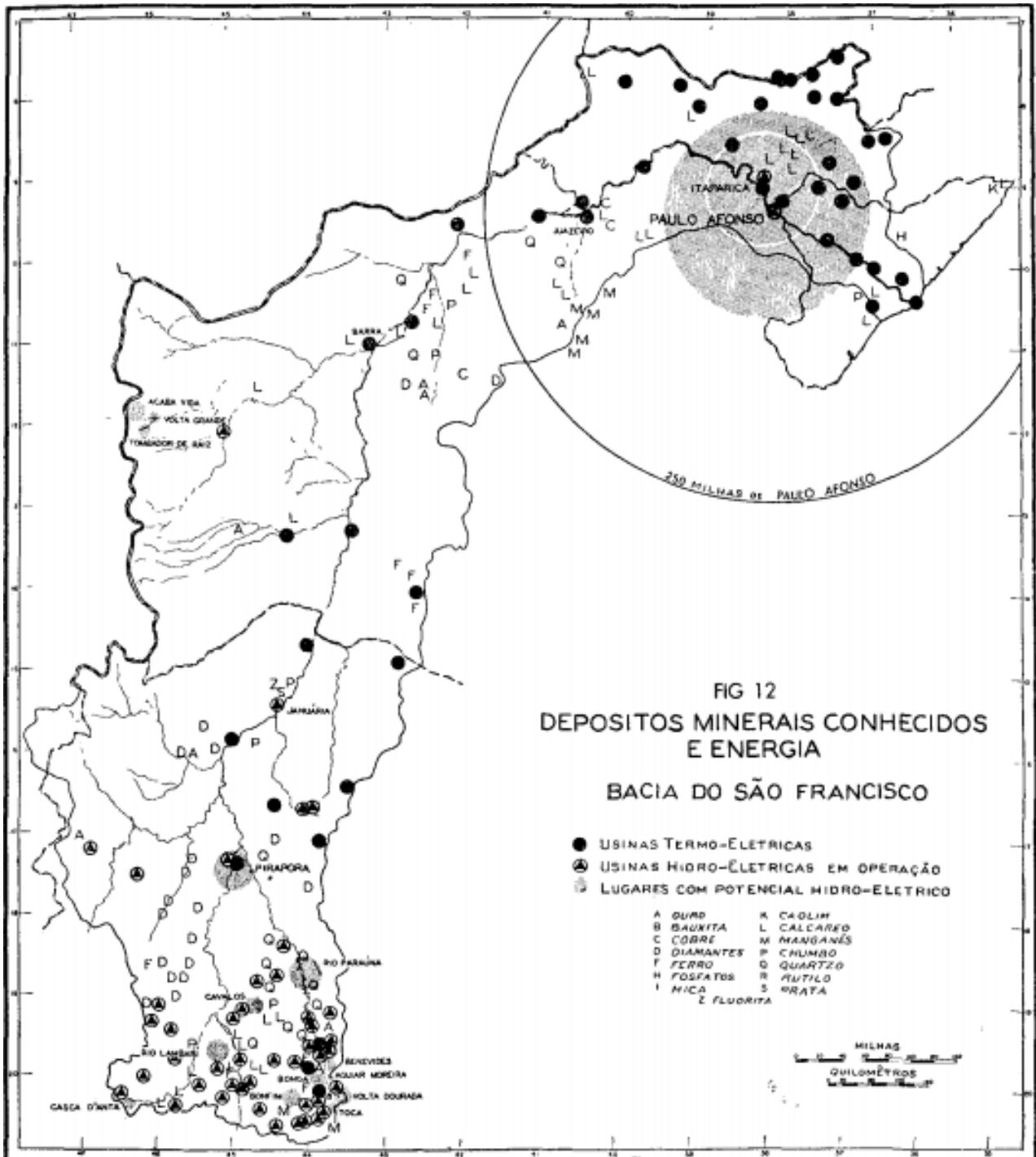


Figura 83: Mapa de energia e dos depósitos minerais conhecidos na bacia do São Francisco. Fonte: ZARUR, 1944, p. 13.

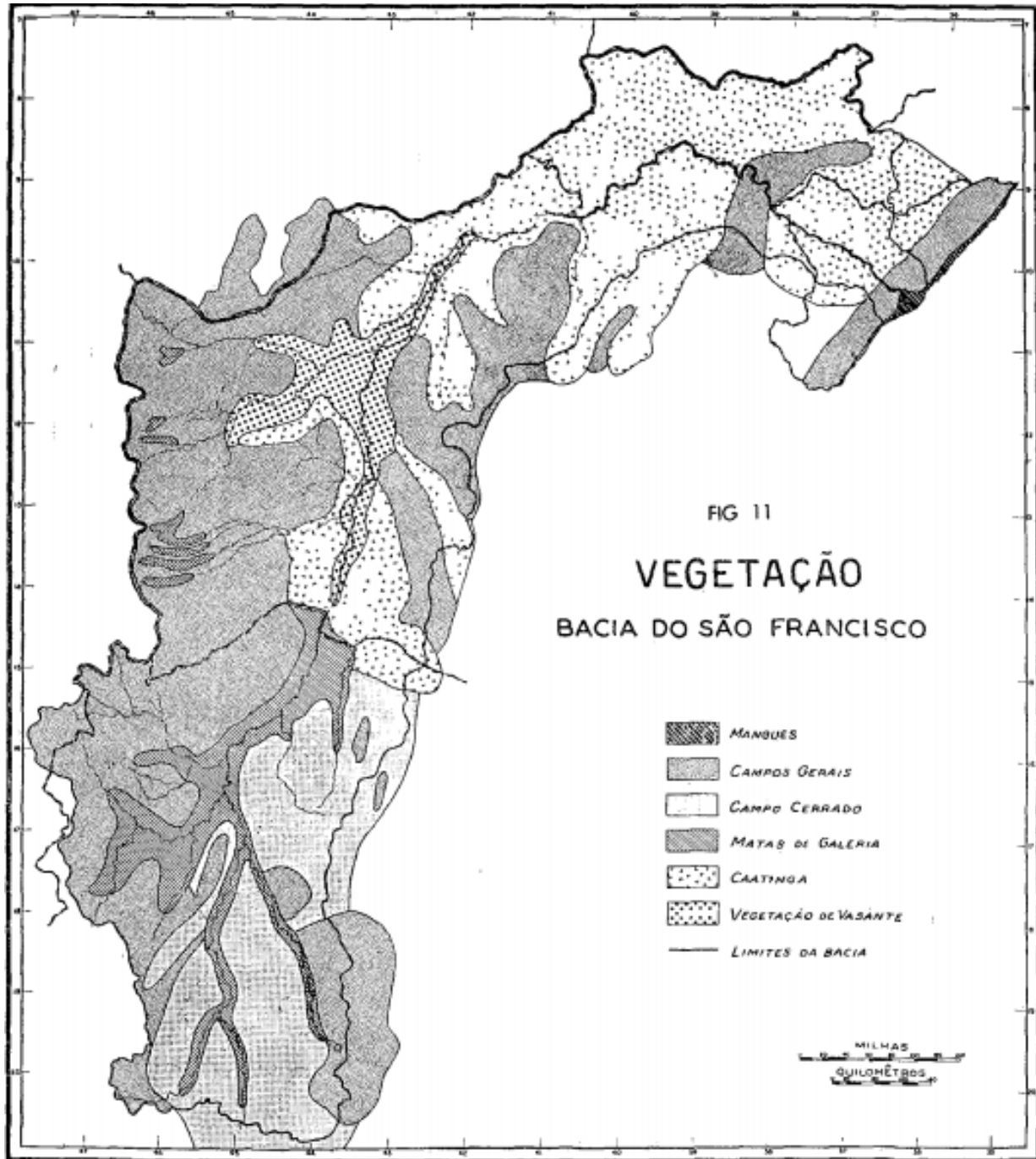


Figura 84: Mapa da vegetação na bacia do São Francisco. Fonte: ZARUR, 1944, p. 14.

O último mapa apresentado por Zarur foi o da distribuição do gado na bacia do São Francisco (**Figura 85**, p.309). Este confirmava a criação de gado como atividade econômica dominante de toda a região. O autor salientou que a área da bacia superior concentrava aproximadamente metade do total de cabeças de gado do São Francisco. Esta sub-região compunha uma grande e importante zona criatória, com Minas Gerais e Goiás. Na bacia média do São Francisco Zarur destacou a zona de São Francisco – Brasília – Montes Claros:

Nos trechos altos, entre cursos d'água, há ótimas pastagens naturais e também muitos campos plantados especialmente para o gado. Esta área é importante para a invernagem do gado, que é trazido a pé da parte oeste da bacia de Goiás, e mesmo do Piauí. Depois da engorda, o gado é transportado por via férrea para os mercados urbanos, tais como Rio-de-Janeiro e outros. (ZARUR, 1944, p. 15).

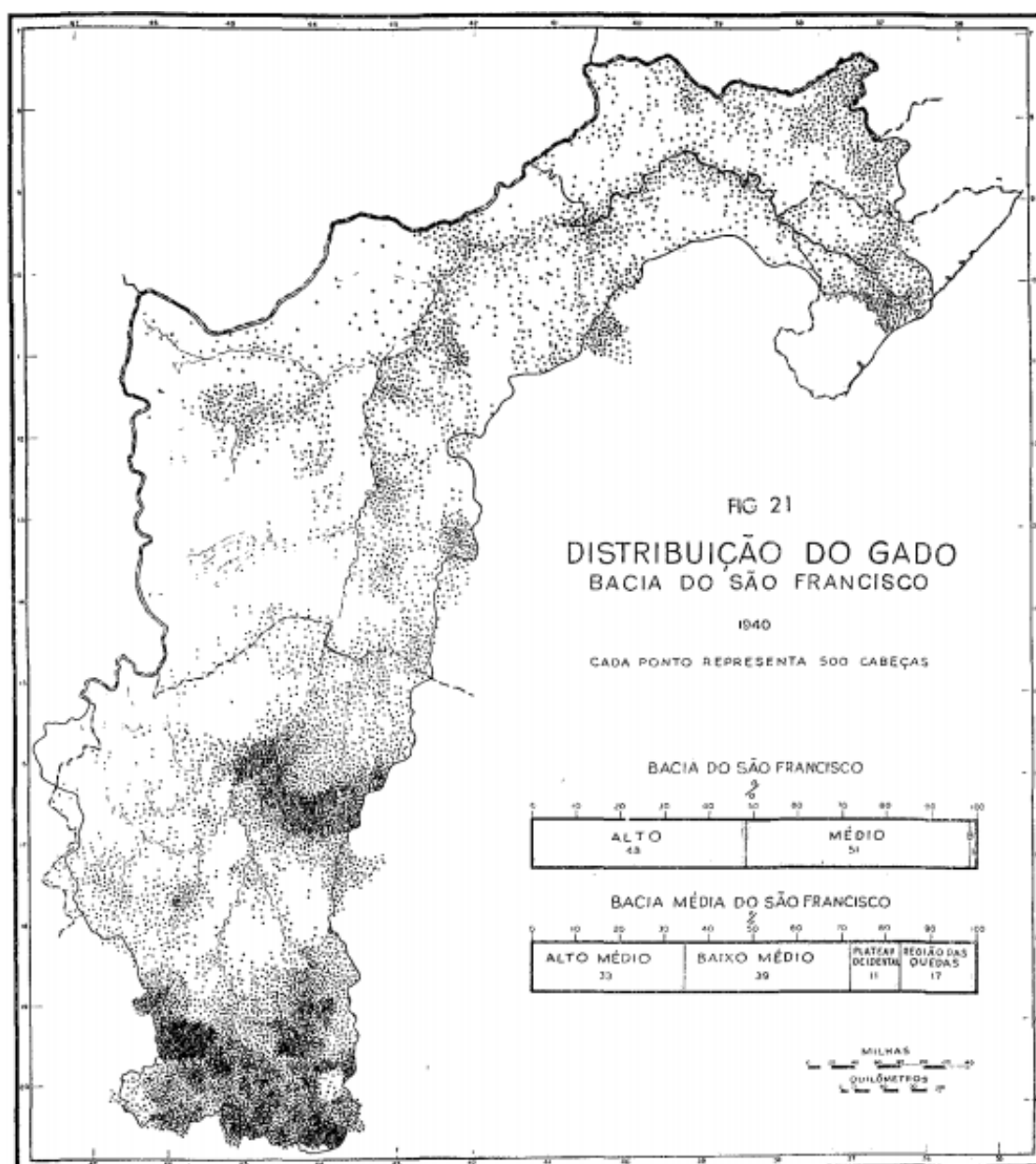


Figura 85: Mapa da distribuição do gado na bacia do São Francisco. Fonte: ZARUR, 1944, p. 15.

Sobre o mesmo mapa (**Figura 85**) Zarur indicou a distribuição constante do gado na zona da caatinga, e que na sua parte mais seca “(...) o gado é encontrado ao longo do São-Francisco e dos afluentes principais em virtude da existência de água durante todo o ano. Note-se também que os tabuleiros de arenito no Platô Ocidental e da Bacia Média Superior possuem relativamente pouco gado” (ZARUR, 1944, p. 15).

O texto seguinte foi publicado na seção dos noticiários da primeira RBG de 1945, informando que o embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente do IBGE, havia assinado portaria em 15 de dezembro de 1944, contratando o professor Jorge Zarur como assistente do diretor do Serviço de Geografia e Cartografia, repartição central do CNG (PROFESSOR Jorge Zarur, 1945, p. 168). Como membro do Diretório Central do CNG Zarur fez

(...) um longo estágio de aperfeiçoamento nos Estados-Unidos, onde a par de se especializar em conhecimentos técnicos hauridos no contacto que manteve com os principais órgãos oficiais especializados daquele país; freqüentou a Universidade de Wisconsin tendo ali feito vários cursos, inclusive o de Geografia Regional (PROFESSOR Jorge Zarur, 1945, p. 168).

Já no Brasil em princípios de 1944 Zarur foi contratado pela

(...) grande organização cultural e econômica norte-americana *National Planning Association*, de Washington, para trabalhar como seu especialista em trabalhos geográficos de análises regionais no Brasil, tendo realizado nesse particular um trabalho sobre a bacia do rio São-Francisco, depois de haver percorrido essa região brasileira (PROFESSOR Jorge Zarur, 1945, p. 168).

Novamente a publicação das duas edições do livro resultado deste trabalho foi prometida para um momento próximo. A edição brasileira seria intitulada ‘A Bacia do Médio São-Francisco (análise regional)’ e constituiria um dos volumes da ‘Biblioteca Geográfica Brasileira’, coleção editada pelo CNG.

Na notícia ainda foi informado que este livro teria três partes, sendo a primeira voltada para a caracterização da geografia física e humana da região, a seguinte um ‘moderno’ estudo de geografia econômica, e a terceira apresentando diretrizes para o ‘reajustamento’ da região. Nesta última parte Zarur propõe também a organização de um plano de obras públicas.

O texto trouxe uma citação do parecer feito por Delgado de Carvalho, na condição de relator perante a comissão diretora da Biblioteca Geográfica Brasileira. Neste parecer foi concluída a conveniência da publicação da monografia de Zarur:

a) - Em primeiro lugar, a obra revela o contacto direto do autor com os meios descritos e analisados. A divisão natural da região parece muito acertada, em vista das características que a justificam;

b) - O estudo da população, com boas representações gráficas e estatísticas, além da exposição geral, feita na 1ª parte, é acompanhado em todo o trabalho do qual constitui uma sólida base sociológica São especialmente os dados demográficos e os esclarecimentos sobre o movimento migratório pelo vale do rio. Do mesmo modo, é valiosa a apresentação dos tipos sociais do fazendeiro, do vaqueiro, do agregado daquela região a relação social sui generis, refletindo o meio. A Geografia Humana, nestes quadros se confunde com a sociologia urbana e rural da região do médio São-Francisco

c) - A parte de Geografia Econômica, que é mais demorada e detalhada apresentada com a mesma abundância de documentação parece ser a finalidade principal do trabalho. Os assuntos mais importantes foram tratados com o cabedal maior possível de informações completas e recentes. O método de pesquisa aí empregado, constitui um excelente modelo para estudos análogos. É especialmente cuidado o problema dos transportes.

Em suma, é um digesto muito prático e muito em dia da região estudada, da qual foram tratados todos os assuntos em cuidadosas análises. (PROFESSOR Jorge Zarur, 1945, p. 168).

Portanto Delgado de Carvalho elogiou a obra em diversos aspectos, desde o trabalho de campo, o uso das representações gráficas e estatísticas, o estudo da população e da geografia econômica, considerada a finalidade principal de Zarur. O próximo texto selecionado para análise nesta seção também tem como objeto o livro de Zarur, sendo uma tradução de sua esposa Cecília de Cerqueira Leite Zarur, da resenha de quatro páginas feita por Preston James e publicada originalmente na *Geographical Review* (JAMES, 1948). O texto teve como título 'A bacia do São Francisco: Um sertão brasileiro' e foi publicado no primeiro número da RBG de 1949.

James iniciou sua resenha indicando a importância do CNG, o qual 'centralizava e irradiava' um interesse na cultura geográfica. O autor identificou nesse interesse a justificativa do crescimento que verificou ter ocorrido na 'incidência da atenção geográfica': "(...) um notável desenvolvimento dos últimos vinte anos. De uma das regiões menos estudadas da América Latina no passado, surgiu o Brasil como uma das mais bem conhecidas" (JAMES, 1949, p. 119).

Em seguida James apontou a dificuldade de interpretação pelos estrangeiros de aspectos da cultura brasileira, por "(...) não situarem com precisão as concepções filosóficas e valores morais fundamentais que os escritores brasileiros conhecem naturalmente" (JAMES, 1949, p. 119). Esta dificuldade seria

(...) muito bem ilustrada por trabalhos recentes sobre a bacia do São Francisco. De maior importância, é uma penetrante monografia de Jorge Zarur, que forma uma espécie de estudo experimental para uma série de análises regionais. Várias outras obras, por ambos brasileiros e norte-americanos, tratam de aspectos distintos da bacia do São Francisco. (JAMES, 1949, p. 119)

Segundo James existiria uma "(...) lacuna entre as obras de brasileiros, os quais não sentem necessidade de discutir as atitudes básicas e objetivos a eles tão familiares, e as dos estrangeiros,

que tendem a exagerar a importância desses elementos” (JAMES, 1949, p. 119). No caso dos estudos sobre a bacia do São Francisco a lacuna deixada, do ponto de vista do estrangeiro, foi a incompreensão do termo ‘sertão’. Por outro lado, ainda conforme James, “(...) para o brasileiro em geral, culto ou inculto, a bacia do São Francisco é o sertão” (JAMES, 1949, p. 119).

Assim sendo, por estar escrevendo uma resenha do trabalho de Zarur para uma revista dos EUA, James precisava preencher essa lacuna-sertão que possibilitaria o entendimento do texto por estrangeiros. Seu primeiro comentário já advertia para a dificuldade na tradução da palavra. Primeiro James citou exemplos do que seriam entendimentos errados ou ao menos incompletos sobre sertão:

Sertão não é uma espécie de vegetação. Não é só terra virgem no sentido Norte-americano da palavra. Não é inexplorado, o interior do Brasil tem sido percorrido vâzes e vâzes, por quatrocentos anos, e vez após vez tem enriquecido os bastante fortes, bravos e persistentes o bastante para descobrir e explorar seus recursos ocultos. Ele não é vazio, sôbre tôda suas extensões existem vilarejos e cidades perdidos em léguas de terra desocupada. (JAMES, 1949, p. 119).

Por conseguinte James descartou uma definição ambiental (uma provável associação com a formação caatinga), uma demográfica (de espaço vazio), e outra histórica (do espaço inexplorado). Logo, avançando na complexificação de sua tradução de sertão, o geógrafo estadunidense explicou que “(...) nenhuma descrição das coisas fisicamente presentes no sertão pode expressar por completo a palavra; pois trata-se também de um processo mental, uma crença na existência de riquezas ocultas e num povo dotado de discernimento e energia pouco comuns” (JAMES, 1949, p. 119).

Quanto análise da historicidade do conceito, James informou apenas vagamente sua origem, comentando que “mesmo antes de Euclides da Cunha desenvolver êste tema, o conceito de sertão já se tinha fixado na mente do brasileiro” (JAMES, 1949, p. 119). Por outro lado, seu alcance foi questionado “para o brasileiro do século vinte, este sentimento ‘quase-místico’ pelo sertão não representa uma atração” (JAMES, 1949, p. 119).

Notamos na narrativa de James, que embora o sentimento popular em relação ao sertão tenha mudado, perdendo sua atratividade, a representação espacial sertão continuava estabelecida e reconhecida amplamente. Mesmo a escolha por James do sertão como a chave explicativa essencial para a compreensão da geografia sanfranciscana demonstrava que o geógrafo acreditava nessa permanência da categoria até o momento de então.

Essa perda de atratividade do sertão foi justificada, pois as grandes cidades ofereceriam vantagens

‘reais ou imaginárias’. James citou a existência de uma pouca densa, todavia contínua migração do sertão para as ‘áreas habitadas’, onde situavam-se os maiores centros urbanos. Esta seção da resenha foi concluída com a afirmação por James de que o “(...) brasileiro da cidade (...) [esperava] a possibilidade de que outra pessoa que não ele encontre a chave para desvendar as riquezas do sertão e principiar um grande avanço para o interior, a ‘marcha para o oeste’” (JAMES, 1949, p. 119).

Outra observação interessante de James sobre o sertão foi a de que para a população de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro, o ‘sertão imediatamente atrás’ era exatamente a bacia do São Francisco. Na seção seguinte, ‘Bacia do São Francisco’, foi apresentado fisicamente e socialmente este espaço, citando as características das quatro subdivisões da bacia média do grande rio definidas por Zarur.

Após esta pequena descrição das sub-regiões foi concluído que “em parte alguma da Bacia Média há gente realmente próspera, nem mesmo os grandes proprietários de terra” (JAMES, 1949, p. 120). Segundo contou na resenha, esta situação foi explicada por Zarur escrevendo que a pobreza seria uma causa da dominância das grandes propriedades e não um resultado. James prosseguiu descrevendo um péssimo quadro de vida do sertanejo e sua confiança ‘mística’ em soluções para o desenvolvimento advindas do governo federal:

Ela tem produzido uma espécie de democracia na qual pessoa alguma goza de renda suficiente para fazê-la objeto de inveja ou imitação. E a higiene precária e dita inadequada criam uma resignação paciente ou apatia em face das dificuldades. Para o sertanejo não há mistério acerca do processo de viver no sertão, qualquer ação visando uma solução dos problemas de desenvolvimento, pensa êle, deve vir do que para êle significa de fato um poder místico, - o govêrno federal. (JAMES, 1949, p. 121).

Na última seção da resenha James apresentou uma avaliação sobre o livro do geógrafo brasileiro, definido como de natureza exploratória. Inicialmente foi elogiada a clareza dos objetivos, quais sejam “(...) ordenar os fatos relevantes relativos às condições presentes na região, para identificar problemas e sugerir medidas ulteriores” (JAMES, 1949, p. 121).

No texto foi comentado que Zarur principiou o trabalho colocando a questão da ‘pobreza humana’, lamentando que na região estudada os habitantes não viviam tão bem quanto os recursos o permitiriam. James acrescentou ser este tema um dos problemas básicos de toda a ciência social e, portanto, de grande relevância. A partir destes apontamentos seria natural pensar em ‘medidas corretivas’, contudo Zarur ressaltou que antes destas serem “(...) determinadas e adotadas, é essencial prover um fundo de quadro informativo e esclarecer o que precisa ser remediado” (JAMES,

1949, p. 121).

Sobre a estrutura adotada por Zarur, o geógrafo estadunidense afirmou que foi seguido o esquema sugerido pelo *Land Committee do National Resources Planning Board*. Desta maneira o livro iniciava com uma descrição geral das características físicas e sociais da região, um esquema das 'partes contrastantes' mais importantes, e prosseguia com uma descrição da vida econômica, da população e seu modo de vida.

James também destacou positivamente a apresentação e análise por Zarur de 49 fatores que afetavam a economia regional. Por fim, Zarur no capítulo derradeiro ofereceu recomendações que proporcionariam 'reajustamentos' na economia, as quais deveriam ser aplicadas "(...) na administração pública, no levantamento 'minucioso' dos recursos, em possíveis mudanças na vida econômica, na eficiência dos meios de transportes, e nas instituições sociais das comunidades do vale" (JAMES, 1949, p. 121). Como recomendação especial Zarur sugeriu "devido à necessidade de um ataque total coordenado aos problemas, em oposição ao ataque local, tradicional e fragmentado, (...) a criação de uma 'autoridade' regional para o propósito definido de planejar uma utilização mais efetiva dos recursos e realizar êsses planos" (JAMES, 1949, p. 121).

Narrando suas avaliações do trabalho do geógrafo brasileiro James afirmou que Zarur, por algumas razões, levou vantagem sobre os estrangeiros que estavam escrevendo sobre a mesma área. Zarur teria oferecido maior minúcia e discernimento, além de contar com sua natural familiaridade com o assunto, todavia a razão considerada a mais importante foi a capacidade do brasileiro de 'selecionar o relevante do irrelevante'. Um questionamento de James foi o de que muitas das recomendações feitas por Zarur custariam muito caras para serem executadas.

Em seguida James afirmou que a região do São Francisco apresentava oportunidades, mas também sérios obstáculos, indicando, por exemplo, que "para pequenos fazendeiros há provavelmente maiores oportunidades em outra parte qualquer, principalmente no sul do Brasil, onde há menos riscos climáticos, e onde também existe menos competição com o sistema social tradicional da grande propriedade" (JAMES, 1949, p. 121). Outros questionamentos de James foram a possibilidade da região competir na produção açucareira com São Paulo e o 'Nordeste', e o apontamento de que a "(...) produção de mamona exige muitos trabalhadores e seria tão custosa e especulativa como a maioria das outras plantações tropicais" (JAMES, 1949, p. 122).

Na conclusão da resenha James comentou que a bacia do São Francisco oferecia um desafio especial

para os brasileiros:

O fato de que a região cobre partes de vários estados, fornece os elementos para ação pelo governo federal. A suposição de que a estratégia exige o desenvolvimento de um sistema de comunicação interno entre o Nordeste e o resto do Brasil favorece fortemente a idéia da ação federal nessa região. O fato de o São Francisco ligar os dois centros tradicionais da vida nacional brasileira, o sudeste e o Nordeste, e de a maioria dos brasileiros estar pronta a ajudar o desenvolvimento de qualquer parte do sertão, e especialmente êste sertão, significa que em nenhuma outra região poderia o governo federal principiar um ataque ao problema do interior com tão pouca oposição. É interessante observar que um geógrafo brasileiro é quem está apontando o caminho (JAMES, 1949, p. 122).

Assim sendo foi destacado o papel que o governo federal teria na promoção do desenvolvimento do sertão da bacia do São Francisco. James destacou também o papel cumprido naquele momento por Zarur, apontando o caminho e auxiliando possíveis intervenções territoriais. Neste sentido foi notável a indicação de James de que o espaço analisado forneceria pouca oposição local, frente às outras áreas do país, a um projeto idealizado e executado pelo governo federal. Observamos também que James considerou entre os problemas fundamentais da nação o 'interior'.

O texto seguinte também é relacionado com estes anteriores. Tanto em relação à sua data de publicação, quanto ao tema e a proximidade dos autores. É o artigo 'Divisão regional do Vale do São Francisco', escrito por Orlando Valverde, geógrafo e então secretário-assistente do CNG, e publicado no número 2 da RBG de 1944. O texto derivou de uma 'excursão de reconhecimento geográfico', realizada pelo autor e o professor Jorge Zarur entre julho e setembro de 1942. Valverde destacou que o trabalho "(...) tem a vantagem de que a maior parte dos dados foram obtidos por observação direta" (VALVERDE, 1944, p. 27).

O artigo foi estruturado iniciando por análises específicas para depois alcançar a questão dos critérios da regionalização. Os temas estudados foram ordenados por sua característica de serem mais naturais/físicos ou humanos/sociais. Desta maneira o autor tratou, na ordem utilizado no artigo, da geologia e paleogeografia, da geomorfologia, do clima, da vegetação e por fim, da geografia da produção, a qual se dividia em três itens: produção mineral, vegetal e animal. Este trecho inicial somou 36 páginas do texto, porém entremeado por muitas ilustrações, principalmente fotos, croquis e mapas.

Em seguida Valverde passa para o tema principal do trabalho, a regionalização do Vale do São Francisco:

O critério que resolvi então adotar para constituir o quadro de regiões do São Francisco foi o de dividir o vale segundo os seus diferentes tipos de paisagens, sem levar em conta fôssem elas

paisagens naturais ou culturais. Esta me parece a atitude mais sensata que deve tomar o geógrafo ao estudar um território cuja ocupação pelo homem vem de longa data, por que espontaneamente os fatos geográficos mais característicos ressaltam ao observador. (VALVERDE, 1944, p. 50)

Assim definido o critério, o autor apresentou uma primeira divisão, calcada nos diferentes trechos do curso do rio: baixo São Francisco, trecho encachoeirado, médio São Francisco e alto São Francisco. Tal divisão em quatro trechos e não três, como classicamente feita, é justificada, pois “(...) a passagem do planalto para a planície litorânea não se faz de um salto, mas por uma transição representada por uma série de cachoeiras numa extensão de 408 quilômetros” (VALVERDE, 1944, p. 50).

Todavia, o objetivo central de Valverde era estabelecer uma divisão regional não somente do curso do rio, mas de toda a área do vale, a qual

(...) abrange apenas as vizinhanças de um lado e outro do leito do São Francisco, ou, mais precisamente, o vale dêste rio. Como o vale em aprêço é, em grande parte, limitado pelas escarpas de dois chapadões, a sua delimitação geográfica é bem nítida. Não foram, por conseguinte, consideradas na divisão que vou propor, as superfícies que, embora pertencentes à bacia do São Francisco, extrapolam das escarpas dos planaltos aludidos. (VALVERDE, 1944, p. 51)

Feita esta observação, o autor ressaltou que “a grosso modo, as regiões geográficas do vale do São Francisco correspondem aos trechos em que o rio foi dividido. (...). Há, assim, entre as regiões geográficas do vale e os trechos correspondentes do rio, relações mútuas de causa e efeito” (VALVERDE, 1944, p. 51). Por conseguinte, tanto “(...) os diferentes trechos do curso fluvial, acarretam diferentes conseqüências, sobretudo no campo antropogeográfico [quanto] (...) inversamente, o curso do rio sofre as conseqüências das diferenças geológicas, orográficas” (VALVERDE, 1944, p. 51).

As ‘regiões geográficas’ foram então apresentadas, juntamente com suas características dominantes. A primeira foi a do São Francisco inferior, e seu regime das chuvas. O uso de inferior ao invés de baixo deveu-se a região avançar “(...) um pouco mais para montante em relação ao baixo curso” (VALVERDE, 1944, p. 51). A segunda foi a região das corredeiras “(...) cujo aspecto dominante é a semi-aridez. Julgo a palavra ‘corredeiras’ mais aplicável no caso do que ‘cachoeiras’, porque aquelas são em maior número. Essa denominação me foi sugerida pelo Prof. Jorge Zarur” (VALVERDE, 1944, p. 51). A terceira região foi a do médio São Francisco, determinada principalmente pela navegação.

Quanto ao critério utilizado nesta definição, Valverde sinaliza que

Êste é, aliás, um caso em que aquêles que dão a preponderância absoluta aos elementos de

ordem fisiográfica na caracterização das regiões geográficas encontrariam um tropêço sério (prefiro, por isso mesmo, usar a expressão 'regiões geográficas', em vez de 'regiões naturais'). Há, por exemplo, muito mais semelhança na estrutura geológica, e provavelmente nas paisagens, entre as vizinhanças da foz do rio Abaeté e as de Januária, do que entre esta e uma zona qualquer entre Barra e Juazeiro. Entretanto, tôdas as divisões que têm sido até hoje propostas para o vale do São Francisco unem Januária e Remanso, por exemplo, na região do médio São Francisco, ao passo que deixa a foz do Abaeté na região do alto curso. (VALVERDE, 1944, p. 51)

A quarta e última região descrita foi a do alto São Francisco, caracterizada pela prevalência dos aspectos de alto curso fluvial. Cada uma destas regiões geográficas foi analisada pelo autor nas suas delimitações, subdivisões e principais características. Destacamos destas descrições os argumentos mobilizados pelo autor para diferenciar as regiões das corredeiras e do médio São Francisco:

Não há dúvida, como disse acima, que a região das corredeiras é a que possui características mais nítidas e paisagem mais uniforme. Mas tudo nela liga-a ao Nordeste, o rio é um acidente de segunda ordem. Já a região do médio São Francisco, não. Ela é tipicamente sanfranciscana, diríamos assim; ela possui mais peculiaridades, mais aspectos particulares ao próprio vale. Por isso, ela representa melhor o vale do São Francisco. É verdade que ela não possui uniformidade de paisagem, em compensação, é uma unidade antropogeográfica quase perfeita. (VALVERDE, 1944, p. 58)

Outro critério mencionado por Valverde foi o do tipo étnico. Embora apontasse não ter dados suficientes para comprovar a hipótese, o autor comentou que

O homem do médio São Francisco se assemelha bastante ao sertanejo nordestino (que é o tipo de habitante da região das corredeiras). Mas parece que, em média, há um índice de melanização mais alto, sobretudo à proporção que se marcha para o sul. Nestas condições, o homem do médio São Francisco seria um tipo mameluco (cruzamento de índio com branco), ao qual se teria mesclado o tipo negro, proveniente das minas. Resulta assim um tipo bronzeado, de tez mais escura do que o caboclo, com zigomas salientes, olhos às vêzes mongolóides, e cabelo suavemente ondulado, diferindo do caboclo, que tem cabelo lisótrico. (VALVERDE, 1944, p. 59)

Notamos nas duas últimas citações o uso do fator Nordeste na definição das regiões do vale do São Francisco. Neste sentido a região das corredeiras é comparada tanto em suas paisagens natural e cultural, quanto aos seus habitantes ao Nordeste, e mais especificamente, ao sertão nordestino. Observamos assim o reforço à identificação da grande região Nordeste pela sua porção sertaneja.

Outro texto analisado nesta seção foi publicado como um item no Noticiário da RBG de 1950, sôb o título 'Convênio sôbre Estudos Geográficos e Cartográficos do Vale do São Francisco'. Tal convênio foi estabelecido em dezembro de 1949 entre a Comissão do Vale do São Francisco e o Conselho Nacional de Geografia com a finalidade de serem realizados estudos geográficos e cartográficos na bacia do rio São Francisco por parte do CNG. O texto reproduz integralmente o termo de contrato, firmado diretamente pelo Presidente da República, pelo diretor-superintendente da Comissão do Vale do São Francisco engenheiro Paulo Peltier de Queirós, e pelo presidente do Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística, embaixador José Carlos de Macedo Soares (CONVÊNIO, sobre Estudos Geográficos (...), 1950).

Os objetivos gerais do convênio eram, além da obtenção 'urgente' de dados cartográficos, geográficos e estatísticos, "(...) o conhecimento objetivo das condições atuais da adaptação humana ao meio físico do Vale; (...) [e] permitir ao Conselho a intensificação imediata de seus trabalhos normais naquilo que se refira à bacia do São Francisco" (CONVÊNIO, sobre Estudos Geográficos (...), 1950, p. 153). Mais especificamente caberia ao CNG organizar uma mapoteca contendo mapas municipais (na divisão administrativa em vigor até 1948 e na divisão posterior), e outros mapas da bacia, uma biblioteca temática, uma fototeca "(...) fornecendo-lhe para isso cópias de cerca de vinte e cinco mil (25.000) fotografias aéreas da bacia, tiradas pelo sistema Trimetrogon, com o indicador correspondente" (CONVÊNIO, sobre Estudos Geográficos (...), 1950, p. 154), e um arquivo municipal, com as divisas e estatísticas, e fornecer "(...) outros dados estatísticos e geográficos indispensáveis ao preparo dos cartogramas de interpretação e dos estudos e mapas previstos neste Convênio" (CONVÊNIO, sobre Estudos Geográficos (...), 1950, p. 154).

Em seguida competiria também ao CNG a interpretação dos dados coligidos, e a produção de estudos pré-determinados, tais como

- a) um atlas da bacia do São Francisco, compreendendo cartogramas da bacia sobre aspectos físicos, biológicos e humanos de interesse, como sejam o relêvo, geologia, solos, clima, vegetação, população, recursos naturais, economia e organização social; b) estudo de uma "Divisão Regional da Bacia do São Francisco", em que se condensem segundo o moderno método geográfico, os conhecimentos mais atualizados da bacia; c) estudos de geografia comparada do rio São Francisco, com vários outros rios dos dois hemisférios; d) pesquisas sobre as possibilidades do povoamento da bacia do São Francisco. (CONVÊNIO, sobre Estudos Geográficos (...), 1950, p. 154).

Em relação aos trabalhos de cartografia o termo de cooperação previa a compilação cartográfica, desenho e impressão de mil exemplares de cinco mapas específicos. O primeiro deveria representar a divisão política da bacia, o segundo e o terceiro seriam mapas gerais da bacia do São Francisco, na escala de um para dois milhões, um preto e branco e outro a cores. O quarto seria um mapa geral da bacia do São Francisco, correspondente as sete folhas da carta geográfica do Brasil, na escala de um para um milhão, e por fim "(...) cópias heliográficas de mapas, em escalas diferentes, que o Conselho já possuía desenhados" (CONVÊNIO, sobre Estudos Geográficos (...), 1950, p. 154).

A última tarefa específica definida para o CNG era promover e apresentar estudos 'completos' sobre a geografia dos recursos minerais, geomorfologia e geologia "(...) mediante a execução de trabalhos

de campo, de laboratório e de gabinete que se tornarem necessários para isto, podendo contratar a colaboração de firmas especializadas” (CONVÊNIO, sobre Estudos Geográficos (...), 1950, p. 154). O prazo estabelecido para os trabalhos foi de um ano, e estava previsto o pagamento pela Comissão de despesas com material e pessoal os quais fossem além do funcionamento normal do CNG, no valor de dois milhões de cruzeiros.

Além deste termo de cooperação principal o noticiário da RBG trazia também um termo aditivo, o qual descrevia o contrato entre a Comissão do Vale do São Francisco e a empresa Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul S.A, e foi estabelecido dias após o primeiro termo. Este tratava da transferência para a Comissão do contrato similar firmado dois anos antes, desta mesma empresa (à época nomeada Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul Ltda.) com o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais (CONVÊNIO, sobre Estudos Geográficos (...), 1950).

Ambos os contratos objetivavam o levantamento aéreo do vale do São Francisco. O contrato foi firmado pelo diretor-superintendente da Comissão do Vale do São Francisco engenheiro Paulo Peltier de Queirós, pelo diretor geral do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, o doutor Clóvis de Macedo Côrtes, pelo diretor superintendente dos Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul S.A., doutor Edson Cabral, e pelo diretor comercial da mesma empresa, Roberto Lacourt (CONVÊNIO, sobre Estudos Geográficos (...), 1950).

O contrato lembrava que até o fim de 1948 já haviam sido realizados (e pagos) os seguintes trabalhos:

- a) vôo fotográfico e mosaicos do trecho da bacia hidráulica do Médio São Francisco entre os portos de Juazeiro e Pirapora e do trecho da bacia hidráulica do rio Grande entre os portos de Barra e Boqueirão; b) serviço terrestre de apoio do trecho da bacia hidráulica do Médio São Francisco entre os portos de Juazeiro e Carinhanha e do trecho da bacia hidráulica do rio Grande entre os portos de Barra e Boqueirão; c) restituição fotogramétrica correspondente às plantas do trecho da bacia hidráulica do Médio São Francisco entre os portos de Juazeiro e Lapa e do trecho da bacia hidráulica do rio Grande entre os portos de Barra e Boqueirão; d) desenho cartográfico das plantas correspondentes ao trecho da bacia hidráulica do Médio São Francisco, entre os portos de Juazeiro e Boa Vista das Esteiras. (CONVÊNIO, sobre Estudos Geográficos (...), 1950, p. 158).

O texto seguinte por nós analisado é uma transcrição de conferência realizada na ‘IX Assembléia Geral do CNG’, em Salvador na data de julho de 1949, pelo diretor da Comissão do Vale do São Francisco, professor Lucas Lopes. Foi publicado na seção de comentários da RBG número um, do ano de 1950, e intitulava-se ‘O Vale do São Francisco - Experiência de planejamento regional’ (LOPES, 1950).

Este texto investe-se de imenso interesse para nossa pesquisa, pois trata diretamente da inter-

relação entre a geografia científica e a sua aplicação em projetos de planejamento de grande porte. No caso um diretor da agência governamental responsável por executar o planejamento regional do vale do São Francisco, se dirigindo diretamente, para uma audiência de geógrafos, ou estudiosos da geografia, reunidos por ocasião da assembleia anual do CNG. Neste sentido o texto apresenta importância tanto por demonstrar a opinião de um dos responsáveis pelo planejamento, quanto por expressar o que se esperava na época dos geógrafos e da ciência geográfica como contribuição para o projeto.

Lucas Lopes iniciou seu texto comentando que foi convidado para proferir a conferência por Christovam Leite de Castro, e que lamentava “falar sobre o rio São Francisco numa Assembléia de geógrafos e estatísticos, com a responsabilidade de membro da comissão técnica que estuda sua recuperação econômica” (LOPES, 1950, p. 122), pois os trabalhos da Comissão ainda eram muito iniciais. Assim, explicitou que sua palestra seria mais no sentido de convocar a audiência “(...) para um trabalho comum e solicitar conselhos e sugestões” (LOPES, 1950, p. 122), porque “(...) estamos a falar-vos sobre um tema que é também vosso, a lembrar-vos que o vosso auxílio é esperado por nós que temos a incumbência de conduzir uma experiência inédita de planejamento regional no Brasil” (LOPES, 1950, p. 122).

Desta maneira, além da convocação aos geógrafos o diretor da Comissão fez um apelo à nacionalidade e ao sentimento identitário baiano:

Congratulamo-nos convosco por podermos trazer-vos nosso problema nesta Bahia eternamente brasileira, nesta terra que aprendemos a amar nas primeiras páginas da História do Brasil, neste rincão que vive uma parte decisiva da vida do São Francisco e que o percebe como o âmbito geográfico de página brilhante do futuro que desejamos construir em nossa pátria. (LOPES, 1950, p. 122).

O primeiro item no texto de Lopes foi intitulado ‘Projeção nacional do aproveitamento do São Francisco’, e analisou os ‘objetivos políticos mais amplos’ que fundamentavam a ideia do planejamento regional do São Francisco. O autor recorda que a ideia foi estabelecida pelo constituinte de 1946, que determinou o emprego “(...) durante 20 anos de 1% das rendas tributárias da União no estudo e na execução de um ‘plano de aproveitamento total das possibilidades econômicas do rio São Francisco e seus afluentes’” (LOPES, 1950, p. 122). Para avançar nestas justificativas da escolha deste recorte espacial o autor propôs “(...) atentarmos a observações de caráter geográfico, de sabor levemente geopolítico, que apontam as circunstâncias mais atuantes no processo de fixação e desenvolvimento humano no grande vale” (LOPES, 1950, p. 122).

A questão que associa o rio São Francisco e a unidade nacional foi a primeira sinalizada por Lopes, explicando que “a ‘posição’ parece-nos o fator geográfico que maior projeção nacional confere ao São Francisco” (LOPES, 1950, p. 123). Outros fatores geográficos agiriam no sentido contrário. Primeiramente, por ter grande parte de seu curso correndo paralelamente ao litoral o grande rio não possuiu “(...) o caráter de rio de penetração da hinterlândia” (LOPES, 1950, p. 123). Outros fatores que contribuiriam para esta constatação foram o de que tinha “(...) sua função carreadora interrompida bem próximo da embocadura” (LOPES, 1950, p. 123) por uma série de quedas e desníveis, os quais, conjuntamente com a presença de grandes trechos de terras semi-áridas obstruíam “(...) a penetração montante de gentes” (LOPES, 1950, p. 123). E, assim, por conseguinte “(...) o São Francisco não assistiu ao desenrolar de uma ocupação humana contínua de suas margens” (LOPES, 1950, p. 123).

Neste sentido entre o baixo e o alto curso do São Francisco existiam “(...) mais de um milhar de quilômetros [nos quais] as margens do grande rio permanecem quase vazias de população, sem o poder de fixação humana que os grandes vales têm apresentado em outras regiões do mundo, sem atrativos para desbravamentos e imigrações” (LOPES, 1950, p. 123). E ainda assim a ocupação no alto curso do rio não foi feita “(...) sob a influência direta das águas do São Francisco, porém ao estímulo de uma grande riqueza mineral e de uma agricultura pioneira, que eram exploradas por homens vindos do Sul, de outras bacias e outras veredas de penetração do território” (LOPES, 1950, p. 123).

Quanto às áreas de ocupação do Brasil, e suas vias de penetração, Lopes apontava:

Quem observar com atenção os mapas de distribuição da população do Brasil, ou cartogramas de produção, de riqueza, de trabalho, de vida social, de presença humana enfim, notará que duas grandes áreas escuras, cheias de atividade e em franco progresso se encontram isoladas. De um lado o Nordeste, densamente povoado e intensamente trabalhado, de outro o Centro, a "*core area*" do país, a auréola tributária de Vitória, do Rio e de Santos, onde se acumula uma população numerosa, ativa e progressista. (LOPES, 1950, p. 123).

Notamos na análise do autor a utilização do discurso que estabelecia a dicotomia entre dois tipos de espaço formadores da nação brasileira. O primeiro (representando as regiões por ele denominadas de Centro e Nordeste, isoladas entre si) concentrava a ‘presença humana’, a ‘população’, a ‘produção’, a ‘riqueza’, o ‘trabalho’, a ‘vida social’, e encontrava-se então em ‘franco progresso’. Oposto a todas estas características compunham o território nacional vastas regiões ‘vazias’, inclusive entre as duas áreas polos acima mencionadas. Através do litoral, “(...) desde Salvador até o rio Doce, em tôda a extensão paralela ao vale médio do São Francisco (...) a ocupação humana é (...)

rarefeita e não teve poder de expansão que lhe permitisse alargar uma mancha contínua de gentes até o caudal sanfranciscano” (LOPES, 1950, p. 123).

Era neste sentido que a ‘ocupação efetiva’ e ‘valorização econômica’ do vale do São Francisco se estabeleciam como objetivos “(...) do mais alto interesse político da nação” (LOPES, 1950, p. 123). No discurso de Lopes, ‘eliminar o vazio’ entre os dois pólos econômicos e de população seria fundamental para dar vazão “(...) ao esforço que ainda precisamos despender para consolidar a unidade nacional” (LOPES, 1950, p. 123). Destacamos aqui que a narrativa de Lopes se utilizava fartamente das representações espaciais relacionadas aos sertões. Além disso, confirmava a situação de que a unidade nacional não era então algo concreto, mas uma possibilidade aventada e reivindicada por específicos grupos sociais. Assim sendo o autor propunha “(...) implantar uma civilização ribeirinha que seja uma síntese, uma transição, uma ligação entre as civilizações que se constroem no Nordeste e no Centro do país” (LOPES, 1950, p. 123).

Portanto o vale do São Francisco foi pensado como um espaço ‘destinado’ por sua posição geográfica a servir de “(...) eixo material de união dos brasileiros” (LOPES, 1950, p. 123). Contudo somente atingiria essa condição se, como parte de um ‘Plano Político Nacional’ para fortalecer a unidade nacional, fosse efetivada a sua ‘recuperação’.

Outro aspecto que conferia ao vale do São Francisco importância nacional era sua caracterização como uma franja pioneira ou uma fronteira vazia/oca. O autor usou tais termos em inglês – *pioneer fringe* ou *hollow frontier* – citando o já mencionado Preston James e também Isaias Bowman, ambos geógrafos estadunidenses. Nesses termos Lopes sinalizava que a região poderia se desenvolver nas duas direções, conforme o sucesso da política de recuperação. Portanto o autor propunha uma análise do vale do São Francisco relacionada com os movimentos de povoamento, estudando “(...) o processo de deslocamento da frente pioneira de ocupação de nosso território” (LOPES, 1950, p. 124). Lopes ‘reconheceu’ (citando Isaias Bowman) que esse processo não é constante, e sofre “(...) paralisações e recuos, amortecimento e retrocessos” (LOPES, 1950, p. 124).

Logo, a *hollow frontier* foi caracterizada através desta perspectiva, sendo então uma área de rarefação demográfica, que pode ter duas explicações. A primeira seria o bloqueio da frente pioneira por encontrarem “(...) áreas menos favoráveis ao povoamento, regiões de difícil exploração com os métodos técnicos e culturais que possuam” (LOPES, 1950, p. 124). Esta situação demandaria aguardar um estágio de ‘evolução cultural’ que permitisse “(...) colhêr êxito no aproveitamento econômico da

região” (LOPES, 1950, p. 124). A segunda possibilidade de surgimento da *hollow frontier* era assim explicada: uma região que já sofrera a “(...) passagem de uma onda humana que não se fixou, que desbravou e espoliou as riquezas naturais mais fáceis de colhêr e passou adiante, tomou outros rumos, deixando atrás de si um território de pobreza e de malogros. Êste panorama se apresenta em muitos trechos de nossa frente pioneira” (LOPES, 1950, p. 124).

Portanto observamos nestas definições a potência da ideia de espaço como superfície a ser percorrida (MASSEY, 2008), e no caso, a ser sucessivamente conquistada, povoada e explorada. Justamente tal espaço assim representado é o que foi delimitado como objeto das ações de planejamento e recuperação. Outras características da representação espacial sertão são também recorrentes no texto hora analisado: espaços vazios, não civilizados e estagnados.

Especificamente no caso em voga, escreve Lopes:

O rio São Francisco, que foi por algum tempo um condensador de gentes, perdeu, há muito, esta função para se tornar principalmente uma rota de migrações. As ondas humanas, que atingem suas margens no trecho médio navegável, tendem a subir ou descer a corrente, sem a transpor, sem se fixarem na margem oposta, sem ocuparem as bacias tributárias de Oeste, na escala que seria desejável. A recuperação econômica do vale deverá restituir-lhe a função de condensador de gentes, de área progressista e expansionista para que mais tarde seja possível o alargamento de nossa linha de ocupação demográfica até as vertentes do Tocantins e as nascentes do Parnaíba.

(...). Se analisarmos os mapas de densidade de população do São Francisco em 1920 e 1940, notaremos que, em todo trecho médio, a isaritma de cinco habitantes por quilômetro quadrado, representando um povoamento incipiente, apenas o toca em um ponto, retrocede em outro e paralisa-se em grande extensão. Será possível restituirmos ao São Francisco o característico de uma *pioneer fringe* de uma frente de expansão demográfica se introduzirmos no vale novas técnicas de vida, novos instrumentos de trabalho, novo impulso cultural. Se falharmos neste propósito êle perdurará como um *hollow frontier* no conceito de Preston James. (LOPES, 1950, p. 124).

Por fim o autor apontou que bastariam para justificar o ‘esforço de recuperação’ do vale do São Francisco estes dois aspectos acima tratados: servir como “(...) área de contacto entre o Nordeste e o Centro e base de expansão demográfica sôbre o Brasil Central” (LOPES, 1950, p. 124). Todavia, além destes fatores principais Lopes mencionou

(...) inúmeras outras vantagens, tais como a integração de uma grande área ao ritmo da economia que progride no litoral; a utilização de recursos energéticos, minerais e agrícolas de uma região imensa e, principalmente, o soerguimento social de uma população forte que vive e luta desamparada, nas barrancas do grande rio. (LOPES, 1950, p. 124).

Em seguida Lopes iniciou uma seção de sua conferência na assembléia do CNG sobre a relação entre geografia e planejamento, citando uma mensagem anual do presidente da Associação dos Geógrafos

Americanos Gruffith Taylor:

Algum dia nossa disciplina terá progredido além do presente estágio de Cinderella das ciências. Poderíamos nós geógrafos estudar o mundo com tal visão que viéssemos a ser considerados como uma equipe capaz de guiar a nação no rumo de seu progresso material e cultural? *Can we not all strive to become Nation Planners?* [Poderíamos todos nos empenhar para tornarmos-nos planejadores nacionais?]. (LOPES, 1950, p. 125)

O autor prosseguia dizendo que esta tinha sido uma tese que vinha seduzindo geógrafos de todo o mundo, embora ressaltasse que “bem sabeis que a pretensão de transformar a geografia em ciência pragmática, visando fundamentar os planos de ação política de um povo, conduziu a geopolítica alemã às mais aberrantes formas de atividade cultural” (LOPES, 1950, p. 125). Ainda assim, para Lopes, não se podia ‘desconhecer’ a contribuição no planejamento regional e nacional da geografia ‘moderna’, “(...) com sua preocupação de correlacionar, coordenar, localizar e explicar os fenômenos que estuda, apresenta um cabedal tão valioso de fatos registrados, de realidades investigadas” (LOPES, 1950, p. 125).

Neste sentido o planejamento regional se iniciaria com “(...) um esforço para discenir qual o ‘plano’ que a Natureza estabeleceu para a vida humana nessa região, como bem lembrou Beton Mackey. E esta é uma tarefa de geógrafos” (LOPES, 1950, p. 125). Assim, o trabalho do geógrafo no planejamento regional estaria principalmente na capacidade deste de oferecer uma “(...) visão global e ponderada de uma análise regional” (LOPES, 1950, p. 125), que incluísse “(...) a interpretação do ‘plano’ que a natureza parece estabelecer para as relações entre o homem e o meio ambiente, na região escolhida” (LOPES, 1950, p. 125).

Apesar desta afirmação Lopes salientou que não julgava pertinente assumir uma atitude determinista no planejamento, mas sim “(...) que as mais altas finalidades de um plano regional devem ser inspiradas em uma filosofia possibilista” (LOPES, 1950, p. 125). O autor mencionou que algumas regiões podem oferecer “(...) resistências e oposições à ocupação humana e ao progresso” (LOPES, 1950, p. 125), as quais seriam superadas pelos métodos e instrumentos da técnica. Ressaltamos aqui a ideia proferida por Lopes, de que certos espaços teriam como ‘destino natural’ uma ‘hostilidade’ à ocupação humana e ao progresso.

Além desta contribuição para os planejamentos regionais, o geógrafo analisaria descritivamente e comparativamente as áreas objetos dos planos. No fim desta seção o autor expressou um apelo para a cooperação dos geógrafos brasileiros com o planejamento da recuperação do São Francisco:

E não foi em vão o nosso apêlo, porque encontrou o Conselho Nacional de Geografia aparelhado

para prestar-nos serviços inestimáveis, treinado em tratar dos mais graves problemas nacionais, orientado no sentido de prestar serviços ao Brasil sem descurar do cultivo da geografia como ciência pura. (LOPES, 1950, p. 125)

Na seção seguinte de seu texto Lopes se aproximou mais do que seria a tarefa do geógrafo no planejamento regional: a própria concepção do planejamento e a definição da área objeto. Assim, a formulação do planejamento, ou a ‘filosofia’ do planejamento, como escreveu Lopes, “(...) tem nítido caráter geográfico, além do sentido geopolítico que encerra” (LOPES, 1950, p. 127). Neste sentido o autor apontou que embora naquele momento houvesse desconfiança quanto ao planejamento econômico,

A experiência universal tem apresentado resultados convincentes de planos regionais bem concebidos e bem executados, e nisto já podemos indicar um ponto de contacto interessante com a geografia moderna, que abriu largos horizontes de trabalho quando focalizou em seus estudos a ‘região’, quando desenvolveu o setor da geografia regional. (LOPES, 1950, p. 127).

Logo Lopes apresentou sua concepção de ‘unidade regional’ citada de Robert S. Platt: “área delimitada sob o critério de uma homogeneidade geral de característicos da terra e homogeneidade geral de ocupação humana” (LOPES, 1950, p. 127). Assim sendo uma região apresentaria semelhança nas ‘reações’ do homem frente ao meio físico ‘homogêneo’. Para o autor essa “(...) consciência de atividade, coordenação e correlação dos fenômenos naturais e humanos que se verificam no âmbito de uma unidade territorial foram a contribuição mais útil que os geógrafos poderiam oferecer aos planejadores do desenvolvimento de um país” (LOPES, 1950, p. 127).

Pensando especificamente na delimitação das áreas que serão objetos dos planejamentos regionais Lopes acreditava que a região natural seria o recorte mais próximo do perfeito. Citando John Orchard o autor afirmou que a seleção da região para o planejamento deve obedecer aos seguintes critérios. Primeiro, a região deveria compartilhar um problema/interesse (*‘some unifying core’*), e também incluir toda a área dependente do problema/interesse central. A região não poderia comportar a presença de interesses conflituosos sérios, e pôr fim a “(...) região não deve ser tão diversificada e seus problemas tão variados, que apresente limitações à habilidade e treino dos planejadores” (LOPES, 1950, p. 127). Neste sentido, para Lopes, “quando analisamos as características ótimas que deve possuir uma área a ser destacada para um planejamento social ou econômico, verificamos que em última análise elas coincidem com as que podem em certos casos definir uma região natural em geografia” (LOPES, 1950, p. 127).

Por conseguinte, o autor prosseguiu sua conferência introduzindo uma seção na qual apresentou as justificativas para a seleção de ‘grandes vales’ como um recorte propício para aplicação de projetos

de planejamento regional. Lopes lembrou que em outros países, além dos planejamentos regionais baseadas no recorte das bacias de drenagem, eram normais as experiências de planejamentos de áreas metropolitanas e de regiões industriais.

Embora “(...) nem sempre as linhas de vertentes de uma bacia hidrográfica limitem um território com característicos de uma região natural” (LOPES, 1950, p. 129), os grandes vales de drenagem “(...) apresentam certos elementos de geografia física que sugerem sua eleição como áreas propícias ao estudo e planejamento de verdadeiras regiões humanas” (LOPES, 1950, p. 129). Estes elementos eram unificados por relacionarem-se direta ou indiretamente com a questão da água: “Desde as chuvas nas nascentes até os transbordamentos na foz, a água dos grandes rios entra em relações complexas de causa e efeito com quase todos os outros fatores físicos, biológicos e humanos que atuam no vale” (LOPES, 1950, p. 129).

Dentre os elementos naturais que dependem da água numa bacia hidrográfica o autor citou as chuvas, as cheias, a erosão, os entulhamentos, as secas, e as flutuações de vida de um grande rio. Por sua vez tais elementos “(...) marcam uma unidade de interesse humano em toda bacia” (LOPES, 1950, p. 129). Lopes recordava que grandes rios unificaram e criaram civilizações quando conquistam “(...) um equilíbrio favorável entre os fatores que sobre ela atuam, e as têm riscado dos mapas humanos quando esse equilíbrio se rompe” (LOPES, 1950, p. 129).

Portanto essa ‘responsabilidade’ da gestão unificada foi a principal justificativa do autor na questão da definição dos grandes vales como regiões de planejamento: “O planejamento econômico e social de uma bacia hidrográfica tem a justificativa lógica de possuir um problema central a água – e deve ser conduzido fundamentalmente, no sentido de racionalizar o seu uso, de ordenar as relações entre ela e as populações que dela dependem” (LOPES, 1950, p. 129).

Assim justificada essa escolha do recorte espacial para o planejamento, Lopes discorreu sobre outras experiências ‘modernas’ de planejamento ‘integral’ de grandes bacias hidrográficas. Esta seção do texto foi baseada num trabalho do engenheiro Morris L. Cooke ‘O movimento de âmbito mundial em torno da idéia de desenvolvimento dos vales de rios de múltiplas finalidades’ (*Multiple-purpose river valley development - progress being made in world-wide movement*). Este trabalho foi apresentado ao Primeiro Congresso Pan-Americano de Engenharia, no Rio de Janeiro, e teve como seu parecerista justamente Lucas Lopes, o qual afirmou que Cooke era “(...) um dos mais destacados técnicos americanos, um dos maiores responsáveis intelectuais pelo desenvolvimento da idéia de

planejamento regional de bacias hidrográficas” (LOPES, 1950, p. 129). Morris Cooke já havia criado e dirigido o

(...) célebre *Water-planning Committee*, que forneceu aos mais lúcidos homens da elite que se associou a Roosevelt a filosofia e a técnica de todo movimento de planejamento regional dos grandes vales. Os relatórios desse comitê e especialmente o valiosíssimo *volume Drainage Basin - Problems and programs* - em que são estudadas tôdas as grandes bacias do território dos Estados Unidos, deram ao grande presidente americano os argumentos que o levaram a propor ao Congresso a criação de mais seis "*authorities*" além da TVA. Acreditamos que, se êste movimento ainda não ampliou seu campo, em território americano, como seria justo esperar, em face dos êxitos do TVA, deve-se a dificuldades de ordem política ainda não superadas. (LOPES, 1950, p. 131).

Para Morris Cooke o planejamento regional calcado naqueles “(...) que, como os cientistas e os engenheiros, podem ajudar aos políticos e administradores a dirigir a humanidade no sentido de maior abundância e felicidade” (LOPES, 1950, p. 132) seria uma alternativa à perigosa situação da época. O engenheiro estadunidense assim caracterizou tal situação:

(...) uma tremenda devastação de recursos indispensáveis à felicidade humana, que vem se processando pela erosão dos solos cultiváveis, pela atitude predatória com que a humanidade explora os recursos minerais, agrícolas, florestais, pastoris ou industriais de que dispõem, pelos preconceitos que cultiva, pelas guerras periódicas (LOPES, 1950, p. 132).

Partindo da experiência do *Tennessee Valley Authority*, Morris citado por Lopes, buscava apresentar alguns princípios gerais sobre planejamentos de bacias hidrográficas. O primeiro ponto ressaltado foi o de que o projeto deveria ser concebido “(...) visando desenvolver de forma integral e de modo coordenado, todos os recursos da bacia em benefício do conjunto de sua população” (LOPES, 1950, p. 131). Por exemplo, as obras de aproveitamento hidroelétrico deveriam prever as repercussões “(...) na retenção de enchentes, na melhoria de navegação, na irrigação de áreas marginais e na regularização do regime fluvial” (LOPES, 1950, p. 131).

O segundo ponto foi a observância do princípio da ‘múltipla finalidade’ (*multiple purpose*). Lopes, exemplificando, mencionou que seria necessário avançar na perspectiva do “(...) problema do escoamento das águas como intimamente correlacionado ao problema da conservação do solo. Erosão e regularização do regime fluvial são problemas de solo e de água que formam um todo no planejamento dos vales” (LOPES, 1950, p. 131).

Em seguida Lopes citou trechos do trabalho de Cooke que analisavam diversas experiências de planejamento de bacias hidrográficas mundo afora, todas com sinalizações sobre a “(...) preocupação de unidade e coordenação no tratamento das grandes bacias, em tórno dos temas - água e solo” (LOPES, 1950, p. 131). Os empreendimentos citados começavam nos EUA, com o *San Francisco Valley*

Authority, e passavam por China, Níger, Índia, rio Jordão, mar Morto, Escócia, México e Porto Rico.

A conclusão do engenheiro Cooke foi avalizada por Lopes e expressava a sua opinião sobre as relações entre as atividades científicas e as questões políticas. Neste sentido os engenheiros e cientistas foram chamados à responsabilidade pelo ‘bem-estar da coletividade’, e incitados a deixar a “(...) tórrre de marfim em que comumente se isolam” (LOPES, 1950, p. 131). Lopes então afirmou que “os políticos desejam e precisam de maior contacto com os engenheiros e cientistas” (LOPES, 1950, p. 133), e para justificar narrou uma passagem curiosa, acontecida na Alemanha nazista:

Tentando explicar por que motivo havia reunido no Instituto de Geopolítica de *Munich* várias centenas de cientistas e técnicos o general Haushofer, mentor intelectual do grupo nazista que empolgara o poder no *III Reich*, respondeu: - Nossa finalidade prática é educar os nossos senhores! Pensamos que os técnicos e cientistas têm também o dever de transmitir suas idéias e conclusões aos políticos, ajudando-os a melhor servir à coletividade. Eles não erram por desejarem errar quando contrariam a opinião dos técnicos; erram muitas vezes porque não encontram nos projetos e estudos sôbre que precisam decidir, elementos de convicção demonstrando que a solução sugerida é a que melhor pode atender aos anseios do povo que representam. (LOPES, 1950, p. 133).

Portanto Lopes conclui que esta relação entre ciência e política deve ter uma mão dupla, pois “se é verdade que devem os políticos nesta era da técnica, ouvir os cientistas e engenheiros, é também uma necessidade que êstes raciocinem em têrmos políticos quando precisarem transformar suas investigações de ciência pura em realidades práticas e úteis à humanidade” (LOPES, 1950, p. 133).

Em outra seção da sua conferência aos geógrafos Lopes tratou da relação entre o São Francisco e a experiência do Tennessee. O grande ponto destacado pelo autor foi o de que o exemplar planejamento foi além de lançar “(...) as bases de uma revolução técnica no planejamento de um rio, mas também [implantou] a semente de uma concepção sadia de planejamento democrático” (LOPES, 1950, p. 133). Portanto aqui transpareceu novamente a relação entre ciência e política aventada por Lopes. Este afirmou que o maior mérito da obra do Tennessee foi a ‘tese política’ que fundamentou sua concepção.

Tal observação era central nos debates políticos do momento pós-guerra, que estavam polarizados entre a questão do livre mercado e do planejamento econômico. Assim, Lopes argumentava que

À convicção generalizada que a idéia de ‘plano’, imposta pela evolução social, só se poderia realizar através de governos totalitários, contrapunham os homens do *New Deal* a idéia de um plano democrático, de um plano em que o cidadão participasse como colaborador e não somente como beneficiário ou vítima. (LOPES, 1950, p. 133),

Para embasar sua afirmativa Lopes citou o ‘grande cérebro do TVA’, David Lilienthal,

(...) êste empreendimento envolvia um teste de planejamento democrático - "até onde seria possível assistirmos ao povo lutar por êle - não apenas aceitá-lo ou aprová-lo - mas lutar por êle". Apenas num setor possuía o T. V. A. poderes absolutos - no projeto e execução de obras hidráulicas visando a regularização do rio e suas conseqüências - distribuição da energia produzida, tráfego nas eclusas, contrôle das enchentes. Em todos os outros trabalhos realizados em benefício da coletividade do vale, agia através de persuasão e cooperação. No saneamento, na recuperação agrícola, no fomento industrial, em múltiplos itens de um grande plano o T. V. A. oferecia o apoio da ciência e da engenharia para elaboração de programas e projetos e procurava coordenar as atividades dos governos estaduais, das administrações municipais, das universidades, de associações e de cidadãos, para realização dos empreendimentos selecionados, auxiliando-os com parte do financiamento que necessitassem. (LOPES, 1950, p. 133).

Ressaltamos que o propalado caráter democrático deste planejamento era declaradamente limitado quando as ações se referiam às obras hidráulicas. Tais obras, como se sabe, provocam enormes conseqüências nos espaços atingidos e frequentemente são objetos de reclamações e repúdio pelas populações locais. Outra questão que deve ser notada na citação acima é a da já mencionada associação entre as ações políticas e científicas no planejamento regional.

Já Lopes sublinhou a questão da participação de diferentes esferas administrativas no planejamento e a importância deste aspecto para o projeto brasileiro: "O problema do São Francisco envolverá antes de mais nada uma experiência de cooperação entre os vários níveis de govêrno. Será uma experiência de federalismo atuante. Esta é a grande lição do TVA, aplicável ao nosso rio" (LOPES, 1950, p. 135). O autor calculou que em 20 anos o planejamento do vale do São Francisco teria 48 vezes menos recursos financeiros por quilômetro quadrado do que o do Tennessee teve em 10 anos.

Assim sendo,

Em face desta contingência impõe-se um esforço de cooperação entre o govêrno federal, os governos dos cinco estados sanfranciscanos, as prefeituras dos 100 municípios mineiros, 40 municípios baianos, 32 municípios pernambucanos, 14 municípios alagoanos e 12 municípios sergipanos que vêm suas águas verterem para a bacia do São Francisco, e mais a iniciativa privada em tôdas as suas formas. Será possível realizarmos uma grande obra de conjunto se reunirmos nossas fôrças em tórno de planos coordenados e complementares (LOPES, 1950, p. 133).

As duas últimas seções do texto de Lopes foram voltadas para apresentar informações específicas sobre o andamento e as perspectivas do planejamento do vale do São Francisco. A primeira delas, intitulada 'São Francisco - Recuperação em marcha', descreveu os empreendimentos já em execução na região.

O grande destaque era então a construção da usina de Paulo Afonso: "A captação de um grande potencial hidroelétrico no centro de um círculo de 300 quilômetros de raio cobrindo grande parte do Nordeste, onde não existem outras fontes ponderáveis de energia" (LOPES, 1950, p. 135). Lopes

apontava que uma 'imensa' região não podia 'progredir' pois não tinha energia disponível seria beneficiada, num 'movimento de âmbito nacional'. O autor citou também o apoio do presidente Eurico Dutra que criou a Companhia Hidroelétrica. Outra obra

(...) semelhante em seu significado econômico realiza-se em Fecho do Funil. Uma grande barragem reterá integralmente as enchentes do Paraopeba e as restituirá no período de estiagem, ao caudal sanfranciscano através de turbinas que irão gerar a energia indispensável à utilização industrial de toda a riqueza de minérios que se depositaram na área do quadrilátero ferrífero. (LOPES, 1950, p. 135).

Já na área em torno de Paulo Afonso seria responsabilidade dos membros da comissão que elaborava e executava o plano geral de recuperação do vale idealizar um "(...) programa de incentivo ao consumo de energia no médio e baixo São Francisco, e isto significa ajudá-la a criar na região um parque industrial e um amplo sistema de eletrificação urbana e rural" (LOPES, 1950, p. 135).

Outras obras já em andamento citadas genericamente foram o combate à malária e a construção de hospitais e postos de saúde em locais 'menos favorecidos' da bacia. Em relação ao transporte e as comunicações, "nos trechos navegáveis constroem-se várias obras que significarão maior segurança, melhor equipamento e maior eficiência do tráfego fluvial. Ligações rodoviárias e comunicações telegráficas lançam-se sobre o vale tentando integrá-lo na economia nacional" (LOPES, 1950, p. 136).

Lopes ressaltou que todas essas obras seriam parte do 'plano quinquenal de emergência' do governo federal, e apoiadas 'entusiasticamente' pela 'Comissão Parlamentar do São Francisco'. Portanto, caberia "(...) à Comissão técnica do São Francisco apoiar os órgãos que executam esse plano de emergência, e tentar coordená-lo com o plano mais amplo que deverá elaborar até o próximo ano" (LOPES, 1950, p. 136).

A última seção da conferência de Lopes abordava diretamente o 'ambicioso e ousado plano geral do São Francisco'. O autor sinalizou que "o mérito mais amplo que esperamos venha ter o plano em elaboração será convencer e criar adeptos que lutem por sua realização" (LOPES, 1950, p. 136). Desta maneira explicitou que estavam sendo realizados "(...) uma série de estudos, de ordem cultural e científica, nos gabinetes e no campo, que nos darão a visão completa e ponderada de nossos problemas e a autoridade para apontar suas soluções" (LOPES, 1950, p. 136). Dentre estes estudos a serem feitos Lopes destacou:

Disporemos de recursos para elaborar uma cartografia perfeita da bacia, teremos em mãos fotografias aéreas de todo o seu território, completaremos os estudos de hidrologia e hidrografia fluvial em todos os pormenores, ampliaremos os conhecimentos atuais sobre os recursos naturais do vale, meditaremos sobre estatísticas e monografias que espelhem o panorama social da bacia,

teremos em mão uma completa geografia humana e econômica da região. Vivendo no vale, de olhos abertos para a realidade, sonhando com um futuro possível, traçaremos as linhas mestras de uma obra que marcará nossa geração, de um empreendimento que realizaremos em nossos dias. (LOPES, 1950, p. 136). (**Figura 86, Figura 87, Figura 88, Figura 89, Figura 90 e Figura 91**).

Assim Lucas Lopes concluiu sua conferência à Assembléia do CNG, ressaltando a convocação aos cientistas brasileiros, e especificamente os geógrafos, para somarem-se aos esforços de ‘recuperação’ do vale do São Francisco:

Reconhecemos no São Francisco um rio de múltiplas finalidades. Estamos convencidos que sua recuperação só se poderá fazer sob a forma de uma cooperação geral. Acreditamos na execução de um plano democrático de soerguimento do vale. Colocamos o homem e a pátria na posição de temas centrais da obra a realizar. Se tivermos a nosso lado os geógrafos do Brasil, os cientistas que aprenderam a descrever e interpretar o nosso país como um todo grandioso e unido, poderemos confiar no êxito de nosso esforço. (LOPES, 1950, p. 136).

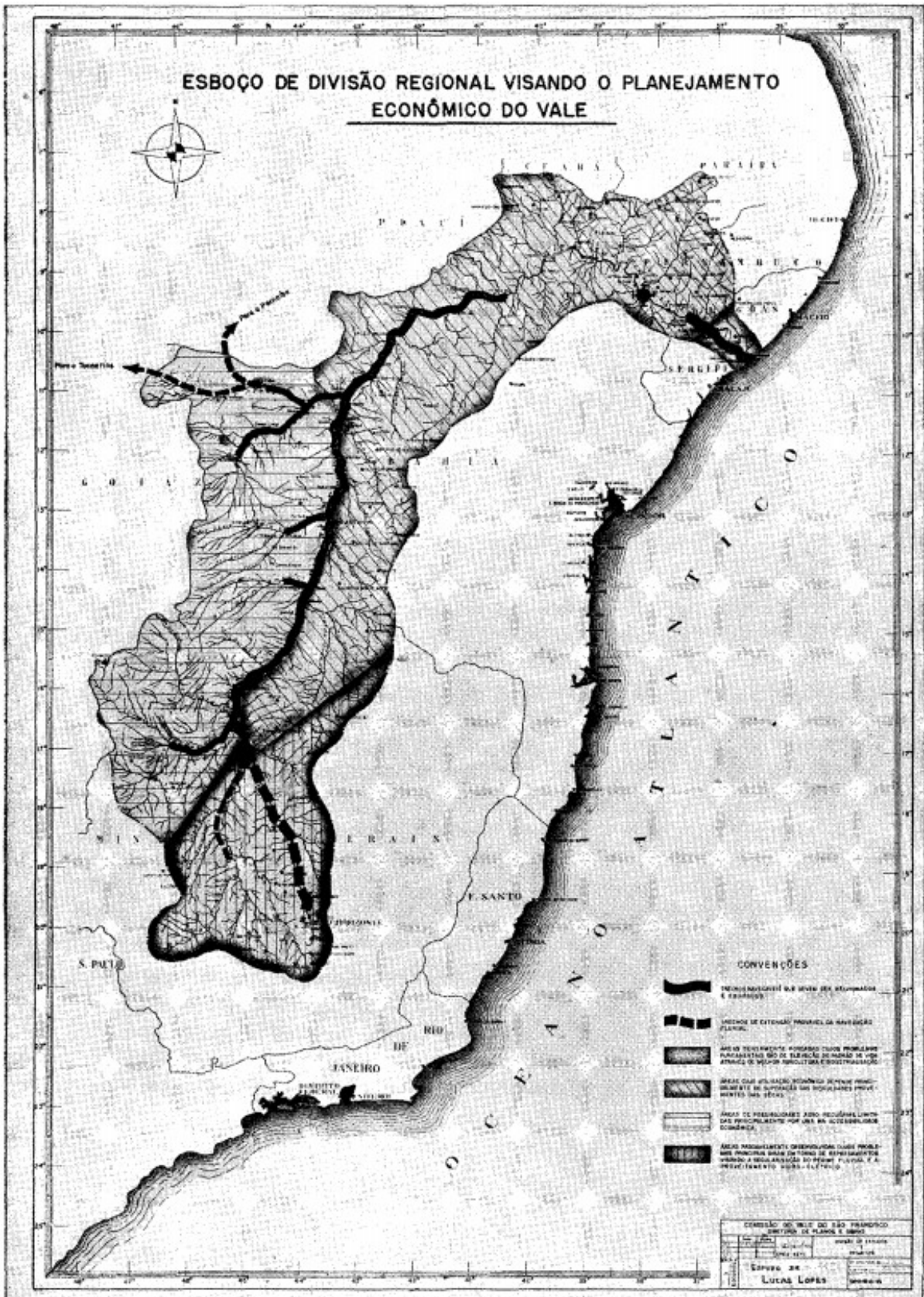


Figura 86: Esboço de Divisão Regional visando o Planejamento Econômico do vale do rio São Francisco. Fonte: LOPES, 1950, p. 126.

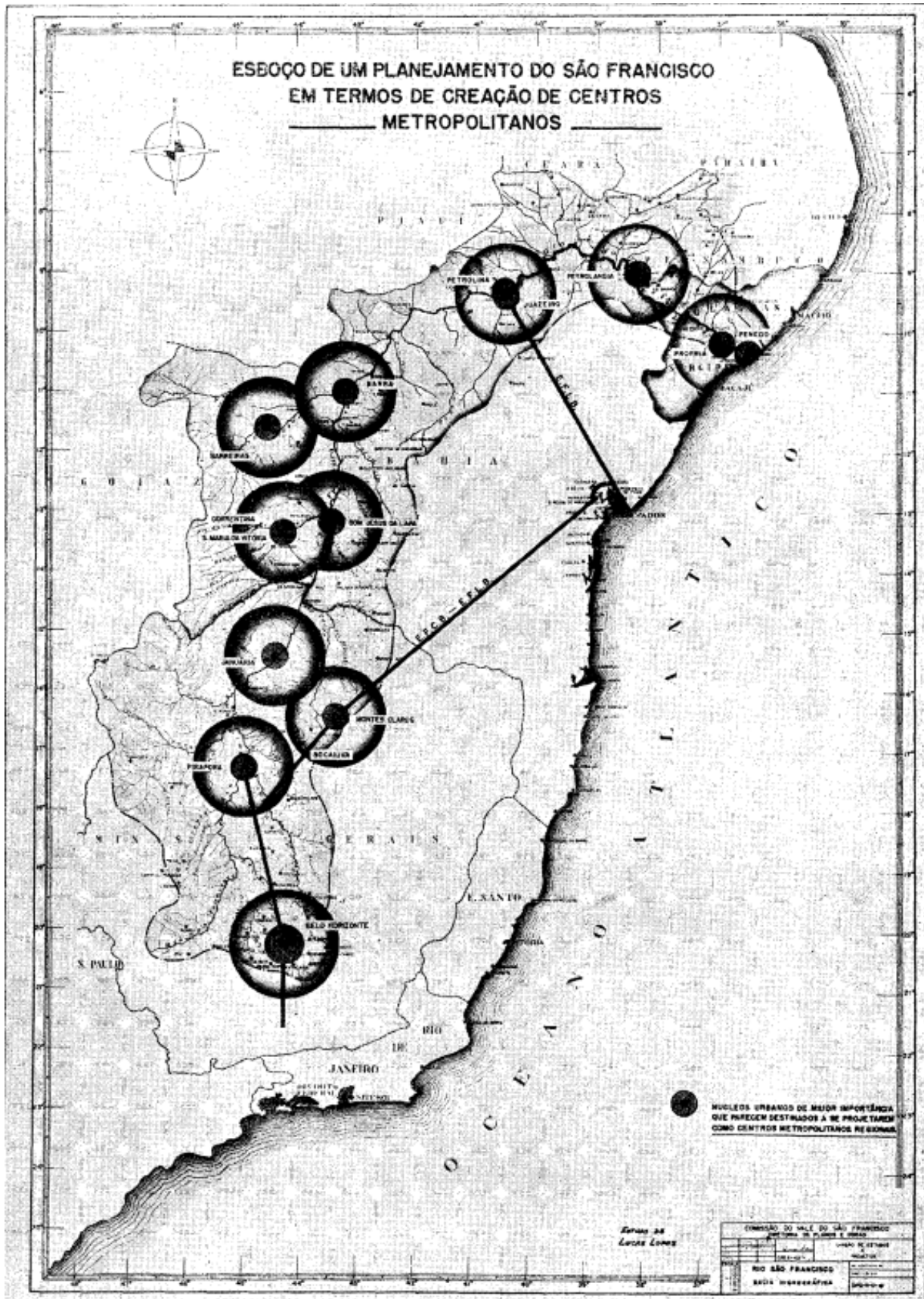


Figura 87: Esboço de um Planejamento do São Francisco para a criação de centros metropolitanos. Fonte: LOPES, 1950, p. 128.

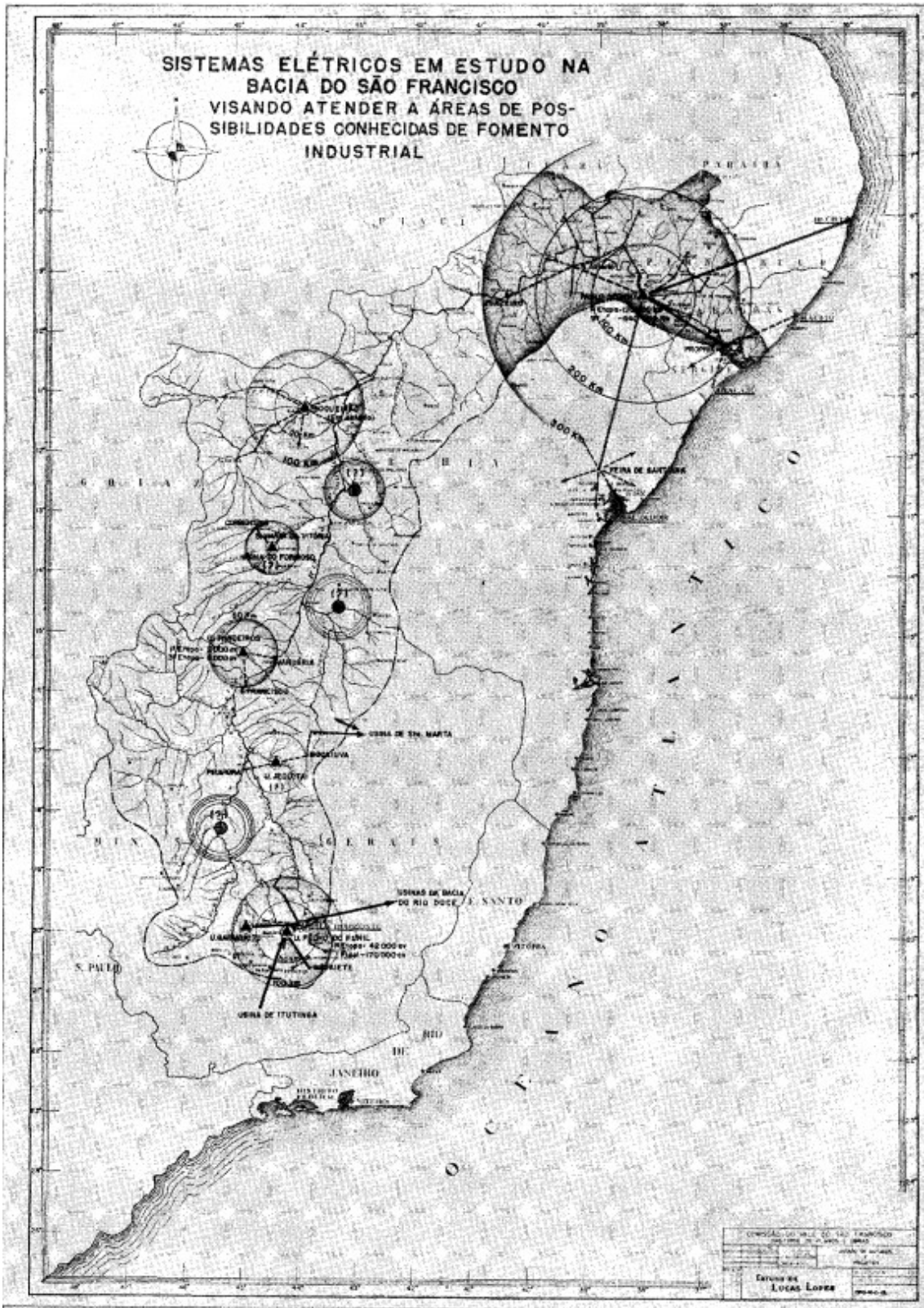


Figura 88: Sistemas Elétricos em Estudo na Bacia do São Francisco - Visando atender a áreas de possibilidades conhecidas de fomento industrial. Fonte: LOPES, 1950, p. 130.

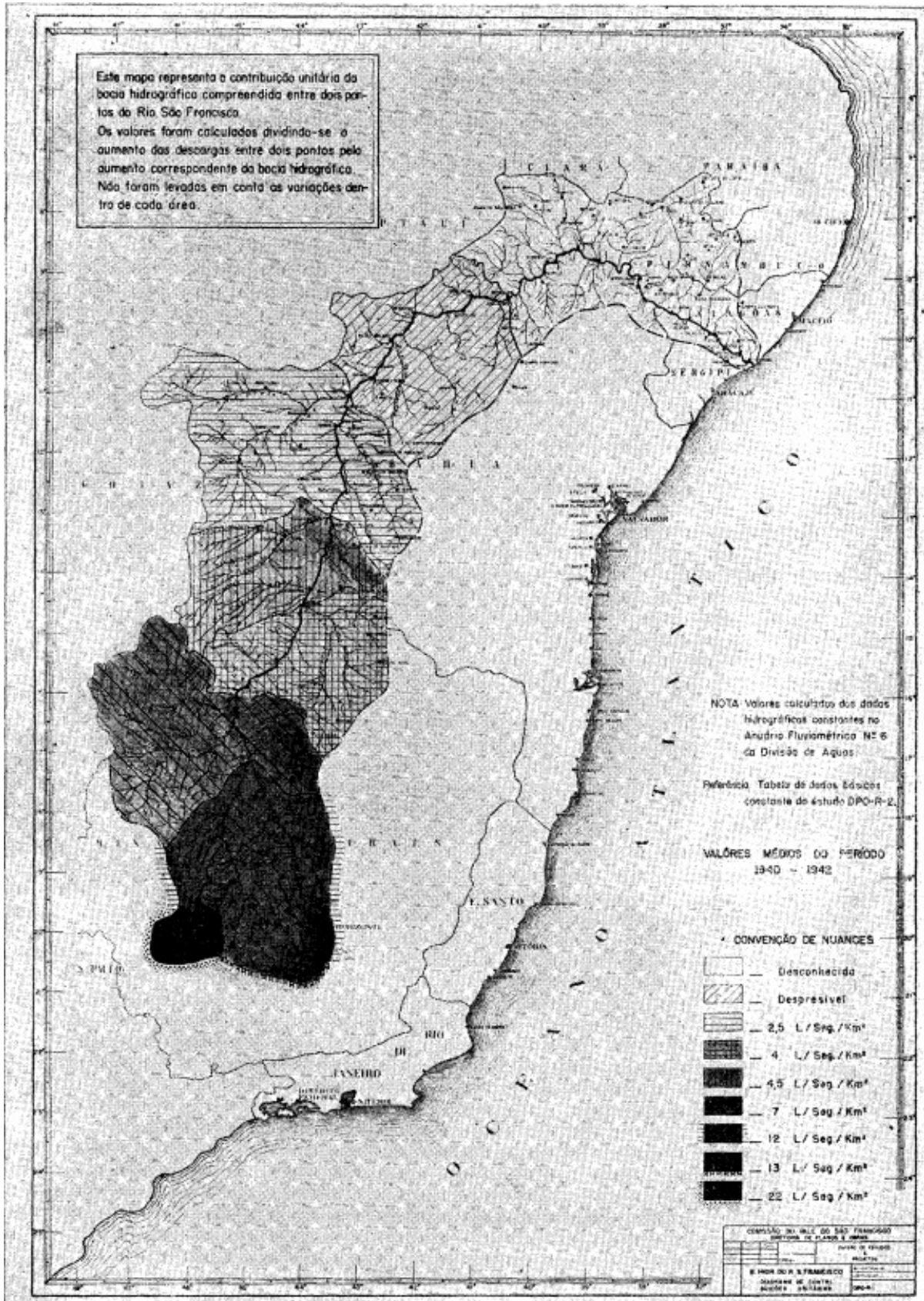


Figura 89: Mapa representando a contribuição unitária da bacia hidrográfica compreendida entre dois pontos do rio São Francisco.
Fonte: LOPES, 1950, p. 132.

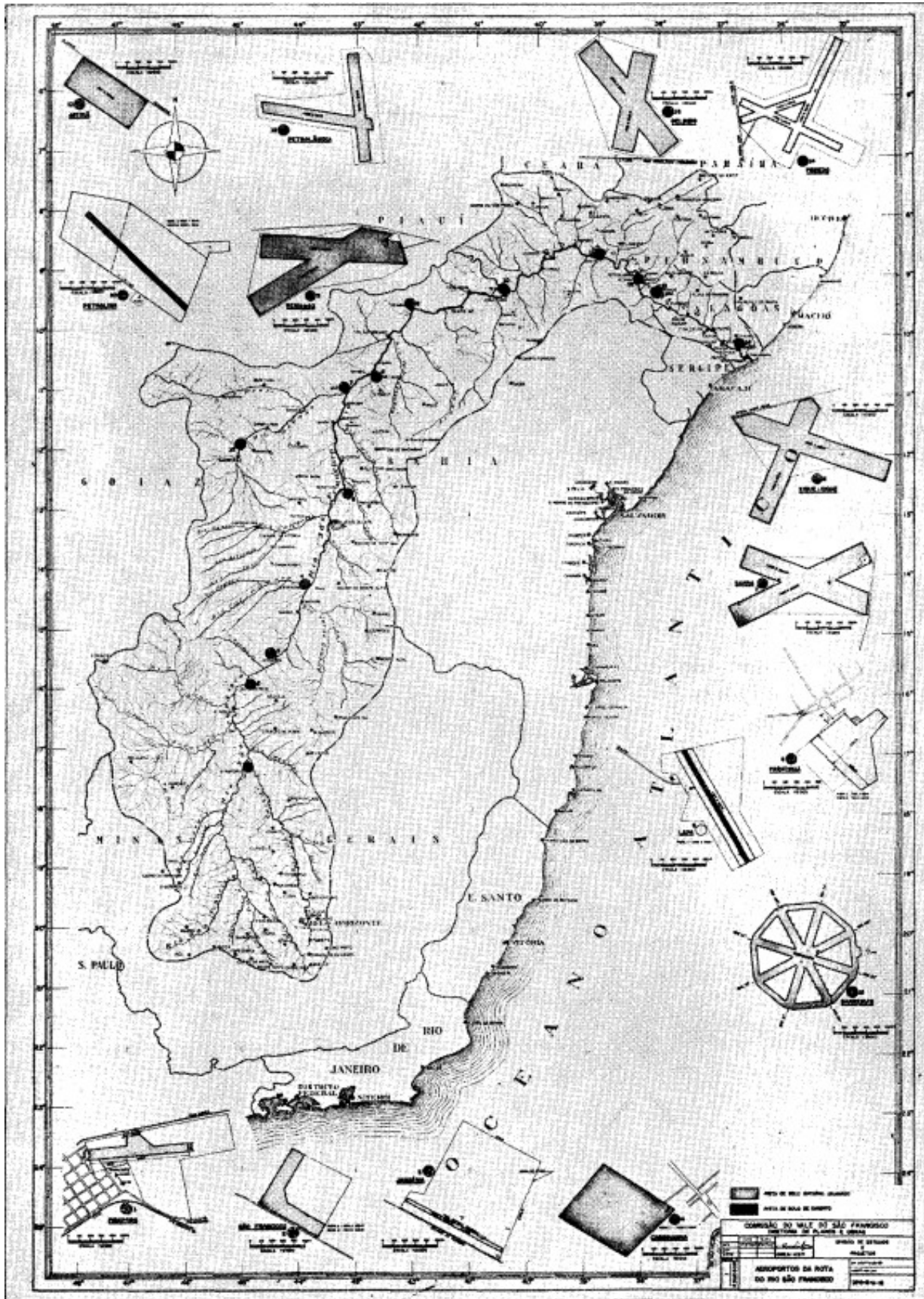


Figura 90: Aeroportos na rota do rio São Francisco. Fonte: LOPES, 1950, p. 134.

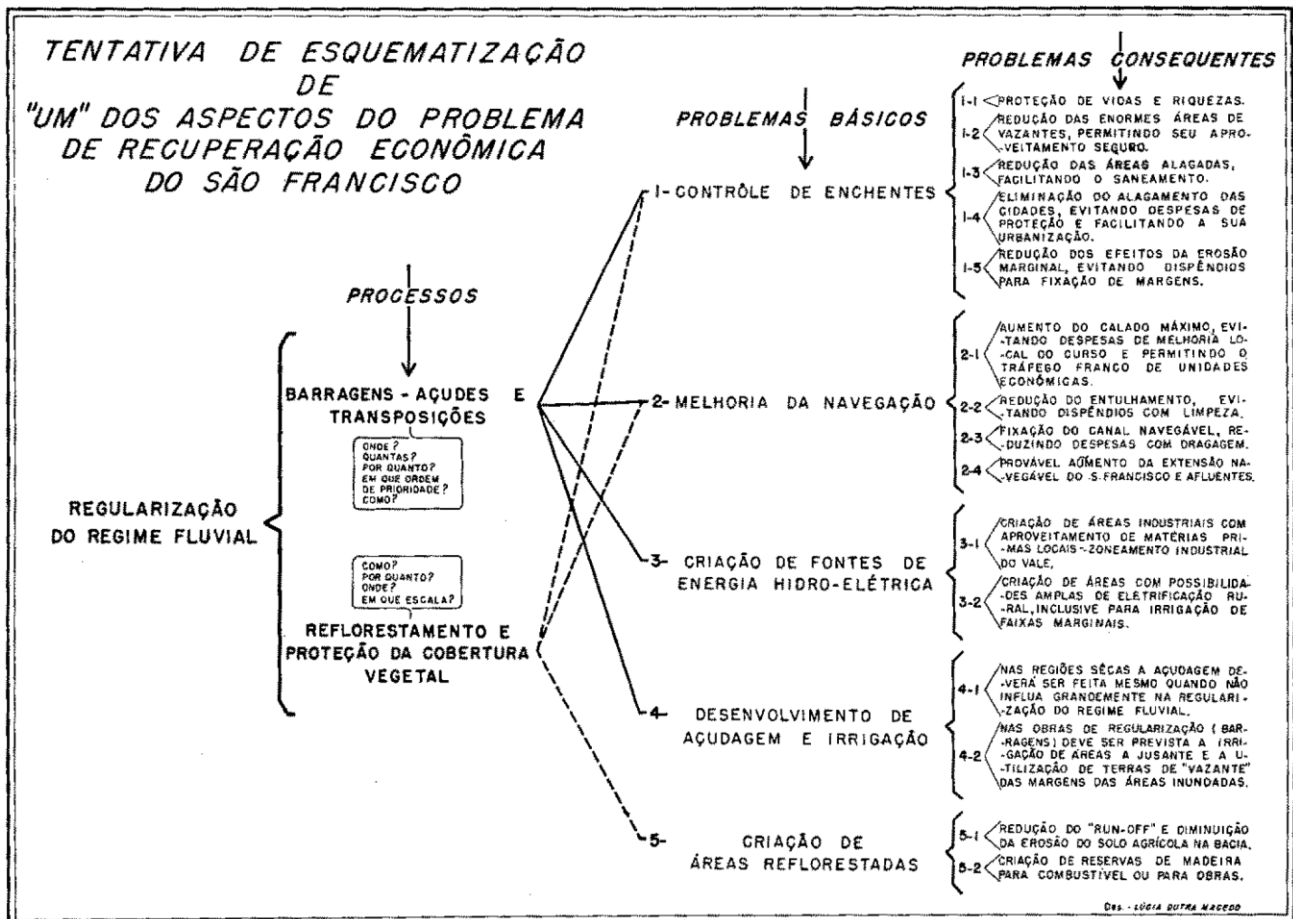


Figura 91: Imagem com a tentativa de esquematização de "um" dos aspectos do problema de recuperação econômica do rio São Francisco. Fonte: LOPES, 1950, p. 135.

6.2. Análises específicas de aspectos naturais da geografia Sanfranciscana (1951, 1952 e 1957)

A seguir apresentaremos três textos voltados ao estudo mais específico de determinado aspecto da paisagem natural sanfranciscana. O primeiro tratou da vegetação do alto São Francisco, o segundo da geomorfologia da região de Paulo Afonso, e o terceiro da morfologia do planalto ocidental do grande rio. Os dois primeiros textos são de 1951 e 1952, se aproximando mais do último artigo aqui analisado, o de Lopes (1950). O terceiro texto é de 1957, portanto cinco anos após a última publicação sobre o assunto na RBG.

O primeiro texto foi publicado na seção de comentário e escrito por Edgar Kuhlmann, da Divisão de Geografia do C.N.G. O trabalho derivou de uma excursão ao alto São Francisco realizada por um grupo de funcionários do C.N.G. e alunos do Curso de Geografia e História da Faculdade Nacional de Filosofia, sob a direção do prof. Francis Ruellan (KUHLMANN, 1951). Tal excursão objetivou, segundo Kuhlmann, estudos de geomorfologia, geografia humana e fitogeografia.

Em relação ao tema de interesse específico do texto, foi indicado que a região estudada, o alto São Francisco, em fazendo parte do 'planalto brasileiro' tinha como vegetação característica o cerrado e o campo limpo. Conforme Kuhlmann o cerrado possui "(...) algumas vêzes o tipo de savana e outras o de mata aberta decídua ou semi-decídua. É, entretanto individualizado por suas espécies dominantes, variando muito sua fisionomia" (KUHLMANN, 1951, p. 148.).

Desta maneira o autor esquematizou a vegetação do alto São Francisco em Cerrado (e suas três expressões, cerrado típico, cerrado degradado e cerradão), Campo limpo ou campinas (era a estepe seca com predominância de gramíneas), e Matas: representadas pela "(...) mata seca - aberta e semi-decídua da região calcária - *woodland* dos americanos, com manchas de vegetação sub-xerófita caatinga", pela mata ciliar, e pelos Buritizais – "Vegetação hidrófita, constituída pela palmeira buriti (*Mauritia vinifera*)" (KUHLMANN, 1951, p.144). (**Figura 92**)

Kuhlmann ressaltou a metodologia e a localização do seu estudo de vegetação, o qual iniciou-se na

(...) cidade de Formiga. No município de Abaeté foram realizadas duas excursões com a finalidade de estudar com mais minúcias a vegetação dêste município. A primeira, estendeu-se até Pompéu e daí à foz da Paraopeba e a segunda à vila de Cedro e rio Indaiá. No município de Moravânia foram feitas também observações minuciosas de alguns trechos do cerrado próximo à foz do rio Indaiá. As observações foram feitas ao longo das estradas, sendo anotados o tipo de solo, o relêvo, e a estrutura da vegetação, seguidos sempre da coleta de plantas. Teve-se desta forma uma visão bem ampla dos tipos de vegetação dominantes nesta parte da bacia sanfranciscana e até certo ponto as modificações nêles introduzidas pelo homem. (KUHLMANN, 1951, p.141)

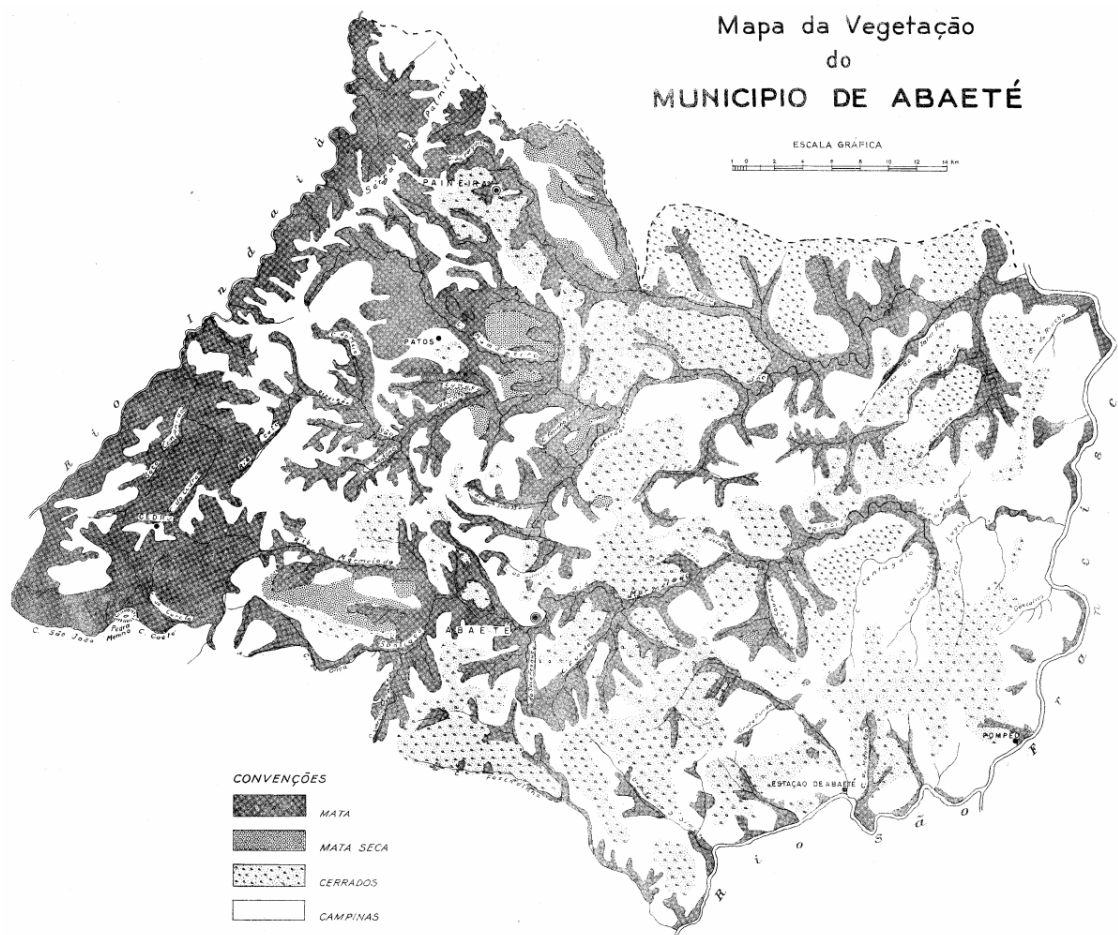


Figura 92: Mapa da Vegetação do município de Abaeté. Fonte: KUHLMANN, 1951, p.144.

O segundo texto analisado nesta série sobre trabalhos geográficos acerca da paisagem natural foi escrito por Alfredo José Porto Domingues, da Divisão de Geografia do CNG (DOMINGUES, 1952). Este artigo à semelhança do primeiro texto da série baseava-se em pesquisa de campo, contudo não foram explicitadas informações sobre os trabalhos de campo, apenas deixando subentendido a realização destes. O escopo espacial do artigo foi definido pela área da Folha Paulo Afonso na escala de 1:250.000⁴⁴, o que demonstra o interesse imediato do trabalho relacionado com a construção/planejamento da barragem/usina hidrelétrica. O tema específico tratado no texto foi a geomorfologia da região.

A primeira observação feita por Domingues (1952) foi de que, diferentemente do que era esperado, a área estudada tem várias superfícies de erosão. Desta maneira, considerando os aspectos topográficos da paisagem, o autor dividiu a área da folha em quatro unidades. Cada uma foi descrita separadamente, com a utilização de croquis, mapas e fotos.

⁴⁴ Parte da Folha preparatória para a carta do Brasil de 1: 1.000.000 então em elaboração pelo C.N.G..

'Planícies cristalinas de leste' foi a primeira unidade paisagística natural delimitada por Domingues. Esta foi por sua vez dividida em três porções, sendo a primeira a 'Zona de Glória, Delmiro e Riacho'. (Figura 93).

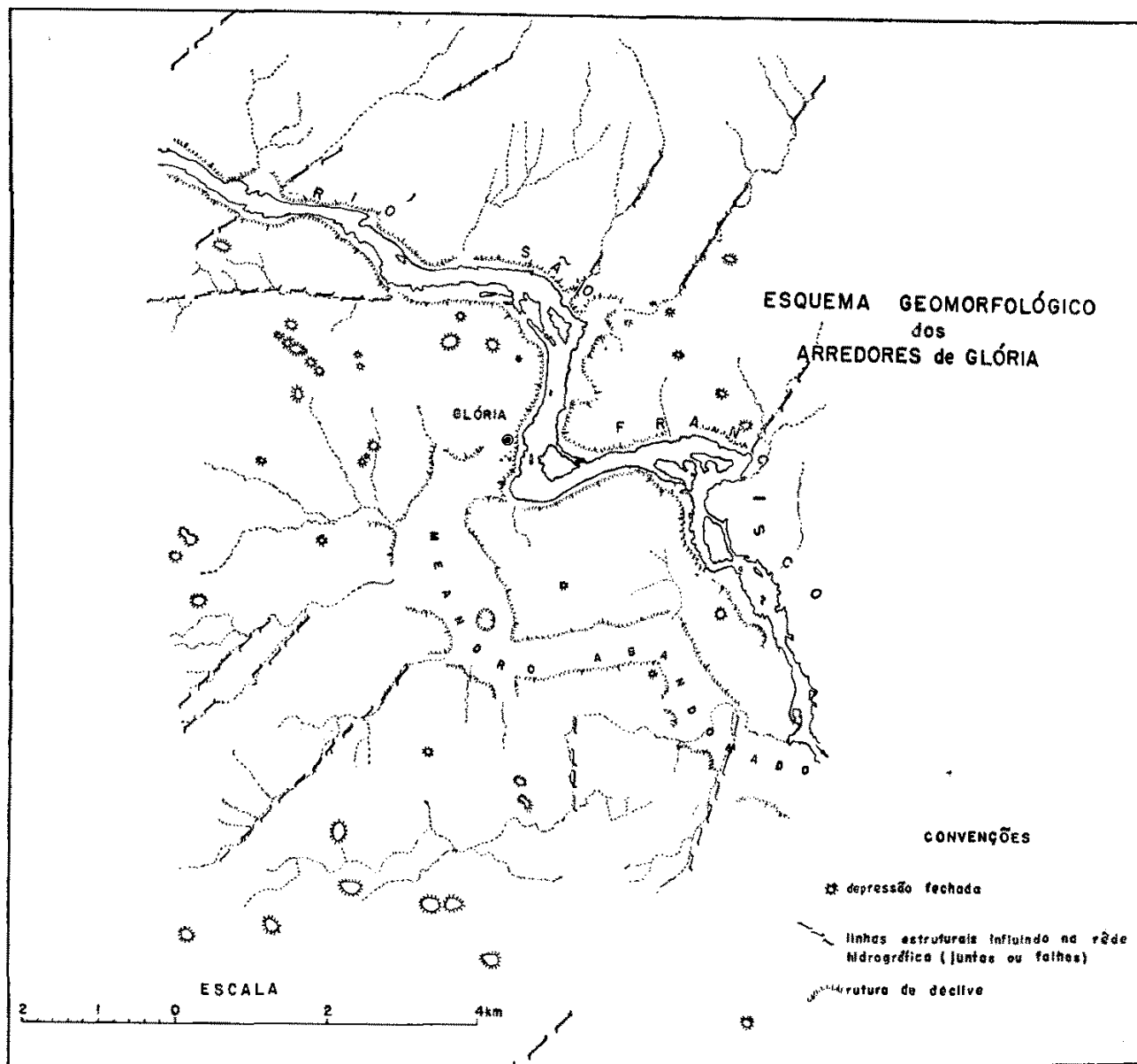


Figura 93: Esquema n° 1 – “O presente esquema geomorfológico representa um trecho pouco a montante da cachoeira de Paulo Afonso. Nota-se, perfeitamente, que a hidrografia segue, em muitos casos, linhas rígidas que cortam o granito da região, provavelmente, algumas delas correspondem a talhas que foram niveladas por uma superfície de erosão cuja altitude oscila entre 230 e 280m. Nota-se, ainda, um grande meandro abandonado pelo São Francisco. Outro fato interessante é o grande número de depressões fechadas, existentes na zona em aprêço, e das quais apenas algumas estão representadas no presente esquema. As suas dimensões chegam a duas centenas de metros. Algumas se anastomosam, formando uma depressão maior. Outras aproveitam linhas mais fracas da estrutura, como por exemplo, as linhas de fratura.” **Fonte:** DOMINGUES, 1952, p. 31.



Figura 94: Elevações capeadas de sedimento que marcam a passagem para a zona dos tabuleiros. Estas limitam a planura levemente ondulada da caatinga, nos arredores de Glória. Tais elevações apresentam, por vezes, perfis bastante abruptos que contrastam com a topografia suave das ondulações do sertão. *Fonte:* DOMINGUES, 1952, p. 31.

A segunda subdivisão da unidade ‘Planícies cristalinas de leste’ foi a ‘Zona de Tabuleiro’ (**Figura 94**), delimitada entre Marechal Floriano e Delmiro, e a terceira a ‘Zona de Piranhas’. A segunda unidade de paisagem natural definida foi a dos ‘Tabuleiros sedimentares’.

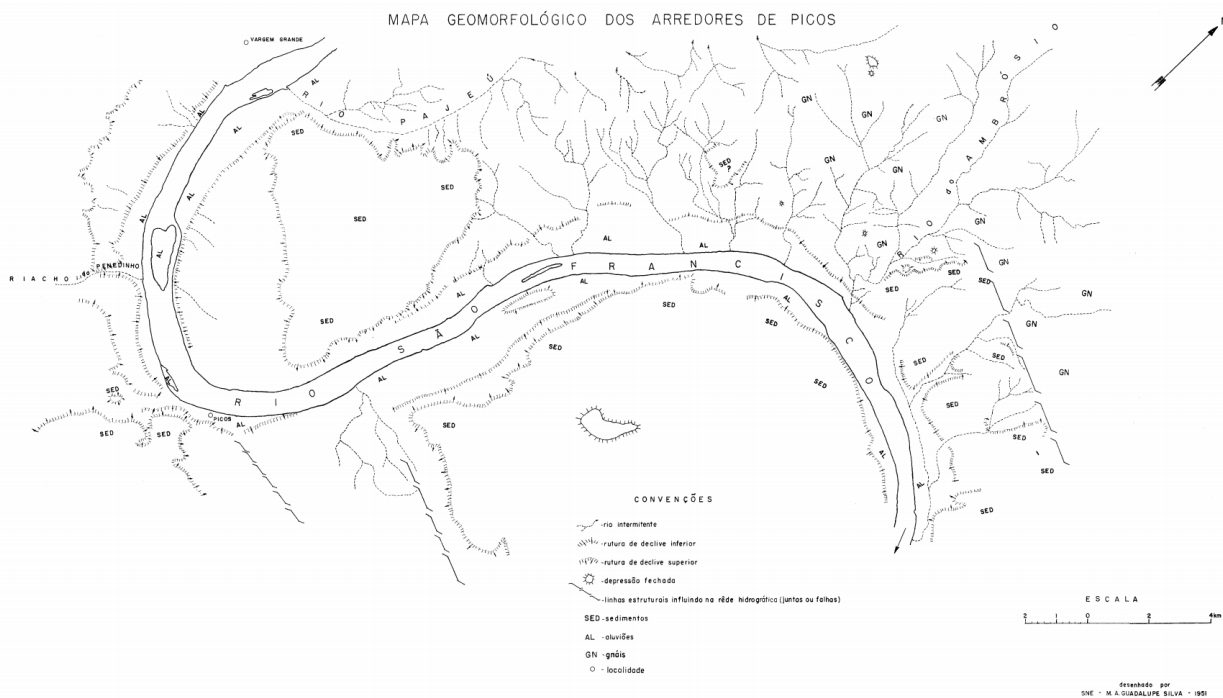


Figura 95: “Esquema N. 03 - O mapa acima apresenta o São Francisco penetrando na região sedimentar. Na parte central e a oeste vê-se o rio dissecando a depressão periférica generalizada, observando-se ainda testemunhos sedimentares, em ambas as margens, pouco a jusante da foz do Pajeú - À direita do esquema, o contacto entre as formações dá-se, provavelmente, por uma falha. O tópo dos sedimentos coincide com o das rochas cristalinas, parecendo pertencer a uma mesma superfície de erosão. Os sedimentos inclinam-se suavemente para leste, coincidindo com a inclinação da superfície fósil. - Note-se, ainda, a pobreza da rede hidrográfica da região sedimentar comparada com a da zona cristalina.” *Fonte:* DOMINGUES, 1952, p.41.

A terceira unidade de paisagem apresentada por Domingues foi a das ‘Serras sertanejas e as superfícies fósseis’, e a quarta e última a das ‘Planícies cristalinas de oeste’. Em sua conclusão o autor destacou que na área de estudo “O mecanismo da evolução do relêvo assemelha-se ao das regiões semi-áridas” (DOMINGUES, 1952, p.52), e também apontou algumas relações dos aspectos geomorfológicos pesquisados com questões de concentração de população, atividade produtiva e

tamanho de propriedade:

Em consequência da formação de um solo aluvional mais espesso, em certas várzeas, leitos de rios periódicos e depressões, ocorre em algumas localidades uma considerável concentração da população. A propriedade, mostra-se mais dividida, contrastando com as grandes propriedades latifundiárias da zona quase desabitada de caatinga seca, onde a atividade se restringe quase que exclusivamente à criação extensiva. Nos vales pode-se dar o acúmulo d'água, em lençol subterrâneo, que o homem capta por meio de cacimbas (poços rudimentares). Nas serras, devido à maior umidade, o solo é mais espesso. Nota-se uma subdivisão maior da propriedade e a pecuária restringe-se em favor da agricultura. (DOMINGUES, 1952, p.52).

O terceiro e último texto da série que analisa a região sanfranciscana, ou porções desta, em relação aos aspectos de sua paisagem natural, foi publicado como um comentário no primeiro número da RBG de 1957, intitulado 'Esboço morfológico do planalto ocidental do São Francisco' (CARDOSO, 1957). A autora é Maria Francisca Theresa Cardoso, da Divisão de Geografia do CNG. Diferentemente dos dois primeiros textos este não é resultado de observações de campo, mas de comentários efetuados sobre as "(...) fôlhas geomorfológicas desta região na escala de 1:250.000, executadas para a C. V. S. F. e elaboradas à base das fotografias aéreas do Serviço Fotogramétrico da Cruzeiro do Sul e dos vôos trimetrogom da A. A. F". (CARDOSO, 1957, p. 157).

6.3. Os Bispos Nordestinos, Juscelino Kubitschek, a CVSF e a SUDENE (1959-1960)

O próximo texto por nós selecionado inaugurou uma série de cinco, publicados entre 1959 e 1960 e que tratam de amplas questões e perspectivas sobre a política de desenvolvimento e planejamento regional no Nordeste brasileiro. Salientamos a concentração destes textos em apenas dois anos, um indicativo de como essa lente do planejamento regional foi destacada na ciência geográfica do período. Mais detidamente nestes textos nos interessará como, através dessas diferentes perspectivas, as representações sertão e sertões nordestinos, foram resignificadas e utilizadas.

Essencialmente os cinco textos desta seção dividem-se em três grupos. O primeiro composto por duas transcrições de simbólicos discursos do presidente Juscelino Kubitschek, uma por ocasião da reunião com os governadores nordestinos no palácio do Catete e assinatura da criação da SUDENE (OPERAÇÃO Nordeste, 1959), e outra quando da instalação em Recife do Conselho Deliberativo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (SEMINÁRIO (...), 1959). Estes textos ainda apresentam discursos (menos marcantes) do presidente da Confederação Nacional da Indústria, Lídio Lunardi, e o do presidente do Conselho Nacional do SESI, Pedro Paulo Penido.

O segundo grupo é relativo ao 'Segundo Encontro dos Bispos do Nordeste', objeto de dois noticiários da RBG: Um baseado na extensa declaração final do evento (SEGUNDO Encontro dos Bispos do Nordeste, 1959); Outro nos decretos governamentais emitidos a partir dos 'Convênios para execução das recomendações' decorridas do Encontro episcopal (CONVÊNIOS para execução das recomendações (...), 1960).

O terceiro e último grupo desta seção tem apenas um texto, porém denso de informações bastante significativas para a nossa pesquisa. É uma transcrição da conferência de Salomão Serebrenick, então chefe da Divisão de Estudos e Projetos da Comissão do Vale do São Francisco, proferida em 1959 no Curso de Planejamentos Regionais da Associação dos Geógrafos Brasileiros (SRRG), e intitulado 'A Comissão do Vale do São Francisco - Objetivos e Realizações' (SEREBRENICK, 1960).

O primeiro texto foi publicado na seção de noticiário da segunda RBG de 1959, intitulava-se 'Operação Nordeste'. O objetivo do texto era informar o leitor sobre a "(...) ação do govêrno federal no setor da nova política inaugurada no tocante ao Nordeste" (OPERAÇÃO Nordeste, 1959, p. 101), e para tanto foi transcrito o discurso do então presidente Juscelino Kubitschek "(...) proferido na histórica reunião realizada no Palácio do Catete na presença dos governadores dos estados

nordestinos” (OPERAÇÃO Nordeste, 1959, p. 101), em início de fevereiro de 1959, ocasião na qual foi assinada a mensagem ao congresso sobre a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Neste sentido o tema principal a ser enfrentado eram os denominados ‘problemas nordestinos’, e as “(...) novas diretrizes governamentais para combatê-los” (OPERAÇÃO Nordeste, 1959, p. 101).

O noticiário da RBG informava que o governo de Juscelino estava se empenhando na

(...) Operação Nordeste, plano de larga envergadura que consubstancia os propósitos e esforços da alta administração do país no sentido de reformular, em bases objetivas, uma política de amparo ao desenvolvimento da economia nordestina. Uma das primeiras providências tomadas pelo govêrno federal foi sugerir, em projeto enviado ao Congresso Nacional, a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), organismo ao qual competirá; entre outras atribuições, estudar e propor as diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste, coordenar e controlar a elaboração e execução dos projetos a cargo de órgãos federais na região, executar diretamente ou mediante convênio, acôrdo ou contrato, os projetos referentes ao desenvolvimento do Nordeste que lhe forem atribuídos, bem como contratar diretamente créditos no exterior, e coordenar programas de assistência técnica estrangeira. (OPERAÇÃO Nordeste, 1959, p. 101)

Através de um decreto presidencial de 20 de fevereiro de 1959, como medida imediata, pré-instalação da SUDENE, foi instituído o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste, constituído por uma secretaria executiva e um conselho deliberativo. Este último é composto por dezenove membros, dos quais nove indicados pelos governadores da região do Nordeste e dez representantes dos seguintes departamentos federais: Ministério da Viação, Ministério da Agricultura, Ministério da Saúde, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, Banco do Nordeste, Comissão do Vale do São Francisco, Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, e o secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Este Conselho teria como objetivo “(...) adotar as providências preliminares, visando ao estabelecimento de uma estrutura econômica para a região” (OPERAÇÃO Nordeste, 1959, p. 101).

O discurso presidencial é longo e dividido em algumas seções. Na introdução Juscelino procurou explicitar a importância central dedicada à questão nordestina pelo seu governo. Notamos nesta seção alguns temas que bastante nos interessam. O primeiro é a indefinição da região sobre a qual se falava – algumas vezes mencionada como ‘Polígono das Sêcas’ e majoritariamente, apenas como ‘Nordeste’.

O Brasil tem derramado lágrimas sôbre o destino de milhões de patrícios nossos, obrigados a sofrer as inclemências da natureza madrasta e a participar das agruras de uma existência que encontrou sua expressão mais perfeita e terrível na denominação de "vidas sêcas", que lhe deu

um dos mais exatos e implacáveis romancistas do drama nordestino. Vidas sêcas, vidas sem rumo, vidas sem qualquer espécie de conforto. O Nordeste - no Polígono das Sêcas. (OPERAÇÃO Nordeste, 1959, p. 101)

A delimitação territorial da região nordestina parecia ser secundária, ou mesmo derivada, da utilização deste conceito como uma questão, um problema, tal como apontava o presidente:

O Nordeste jamais deixou de figurar-se ao nosso país como um problema de consciência. Era uma região digna de particular afeto, sôbre cujas desgraças não se dividia jamais a opinião nacional, tôda ela de acôrda em que os seus habitantes mereciam prioridade na atenção do país, em virtude das suas condições adversas. (OPERAÇÃO Nordeste, 1959, p. 101)

O segundo tema de interesse na introdução do discurso presidencial é o foco deste na promoção da superação do subdesenvolvimento diagnosticado na região através do progresso ensejado pelos estudos técnicos e da aplicação destes, como planejamento oficial. Neste sentido Juscelino falou que

(...) luta pelo reerguimento do nosso grande Nordeste vai ser travada em tôda a sua magnitude (...). Irá ela desenvolver-se com o pleno reconhecimento de que os recursos técnicos de nossos dias patenteiam, auspiciosamente, ter o engenho humano logrado encontrar, para tais problemas, solução que, há menos de meio século, nem mesmo os mais arrebatados ousariam imaginar. (OPERAÇÃO Nordeste, 1959, p. 101-102)

(...). Não seremos jamais o país que, a despeito de tudo, desejamos ser, sem que se realize integralmente o trabalho que neste momento se inaugura depois de estudos demorados. A caminhada que hoje dá o seu primeiro passo é fruto de meditação, de estudos, de planificação técnica. Não iniciamos uma viagem de aventura por mares desconhecidos, ao sabor dos ventos, mas vamos seguir uma rota balizada por aparelhos de precisão que nos permitirão surpreender as dificuldades ao longe, evitando a perda de tempo e de recursos preciosos. (OPERAÇÃO Nordeste, 1959, p. 102)

Contra o 'subdesenvolvimento' propôs-se uma 'guerra', que seria similar à proposta em termos de política externa do governo, representada pela Operação PanAmericana. Esta imagem da guerra é recorrente, sendo associada à 'libertação' dos espaços objeto. Juscelino situou essa iniciativa política como prioritária em seu governo, dizendo que a Operação Nordeste, dentre estas outras também teria sucesso:

Depois que a nação assistiu ao encontro das turmas que abriram na floresta selvagem o primeiro caminho por-onde se realizará a redenção do mundo amazônico; depois que as grandes obras prometidas passaram de projeto a execução Furnas, Três Marias e outras – a promessa solene de acelerarmos o progresso do Brasil de cinqüenta anos em cinco deixou de provocar a ironia e os risos negativos dos descrentes. (OPERAÇÃO Nordeste, 1959, p. 102).

A seção seguinte à introdução é intitulada 'Tratamento prioritário para o problema nordestino', e prosseguiu enfatizando a prioridade dedicada ao Nordeste pelo governo. Fazendo uma crítica às ações federais pretéritas Juscelino apresentou uma visão particular da região:

(...) a intervenção do governo federal, na maioria dos casos, orientou-se por critérios meramente assistenciais, para auxiliar e socorrer multidões desempregadas e famintas, como se o Nordeste estivesse pedindo caridade e, não, reclamando justiça. O Nordeste sempre aspirou a ser, não apenas uma abstração geográfica, dotada de peculiaridades folclóricas pitorescas, mas uma vigorosa unidade econômica e demográfica. A importância do problema nordestino, em função de plano de desenvolvimento global do país, reclama agora um tratamento prioritário por parte do governo federal. (OPERAÇÃO Nordeste, 1959, p. 103)

Antes de iniciar a terceira seção do discurso ('Os trabalhos que estão sendo executados') o presidente relembra que

Em maio de 1956, tive o privilégio de comparecer ao encontro dos bispos de Campina Grande, onde foi proposto um plano de ação com a necessária assistência das repartições e técnicas federais vinculados ao assunto. Nessa oportunidade, assinei dezenove decretos executivos conformes às conclusões da reunião dos bispos, sancionando medidas que beneficiavam todos os estados nordestinos. (OPERAÇÃO Nordeste, 1959, p. 103)

Esta terceira seção enumerou as iniciativas governamentais que tiveram como foco a região nordestina, inclusive as mencionadas na citação acima. Notamos inicialmente a utilização recorrente da imagem da 'colonização' para se referir a assentamentos agrícolas, geralmente beneficiados por redes de irrigação e açudes. Destacamos entre estas iniciativas apresentadas a criação em julho de 1956 de um grupo de trabalho, subordinado ao Conselho de Desenvolvimento, com 'muitos especialistas' nacionais e estrangeiros, com o objetivo de estudar e formular uma política de desenvolvimento no Nordeste. Como principal resultante desta iniciativa o presidente citou a feitura e entrada em vigor (pelo decreto nº 4.478, de 6 de novembro de 1958) do plano de abastecimento de água.

Outra iniciativa de destaque foi a aceleração das ações da Comissão do Vale do São Francisco e da Companhia Hidrelétrica de São Francisco "(...) no sentido de intensificar seus programas de colonização e eletrificação no Nordeste, cujas atividades produtivas também tiveram (...) a cobertura financeira do Banco do Nordeste e do Banco do Desenvolvimento Econômico" (OPERAÇÃO Nordeste, 1959, p. 103). Também mereceram destaques iniciativas no campo das obras relacionadas à irrigação, quais sejam a construção de açudes, e a colonização de áreas próximas, e no campo da hidroeletricidade: "Antes do atual governo, havia apenas uma pequena turbina de 200 CV instalada no açude Piranhas. Hoje, estão encomendados, ou em fabricação, 10 grupos hidrelétricos, os quais, em conjunto, terão uma potência de cerca de 22 330 CV" (OPERAÇÃO Nordeste, 1959, p. 103-104).

Um grande incremento na construção de estradas de rodagem também foi mencionado: "(...) o governo federal entregou ao tráfego 1.230 quilômetros de rodovias no biênio 1956-1957. Note-se que, de 1909 a 1955, haviam sido construídos, ao todo, 9.980 quilômetros de estradas de rodagem"

(OPERAÇÃO Nordeste, 1959, p. 104). Entre 1956 a 1958 foram iniciados serviços de abastecimento de água em 100 cidades nordestinas. O discurso presidencial ainda ressaltou a construção de pistas de pouso em cinco cidades, a aquisição e recuperação de equipamentos para o DNOCS. Por fim Juscelino recordou que

A sêca do ano passado exigiu a mobilização de vultosos recursos para assistência às populações nordestinas, tendo sido aprovados, entre dotações orçamentárias, créditos de emergência, extraordinários e rotativos, num total de cêrca de 11 bilhões de cruzeiros. Foram alistados pelo DNOCS e outros órgãos federais mais de meio milhão de trabalhadores e abertas cêrca de 300 frentes de trabalho. (OPERAÇÃO Nordeste, 1959, p. 104).

Por fim foi dito que a superação do ‘atraso’ do Nordeste só aconteceria com a execução de “(...) uma política de desenvolvimento coordenado das atividades produtivas do Nordeste, com base no estudo metuculoso das peculiaridades da região, [que] traga uma modificação de estrutura na economia nordestina” (OPERAÇÃO Nordeste, 1959, p. 104). Justamente sobre a ‘Situação econômica do Nordeste’ era a seção seguinte do discurso de Juscelino. Esta parte do pronunciamento foi grandemente apoiada nos resultados apresentados pelo Grupo de Trabalho incumbido de ‘diagnosticar os problemas nordestinos’.

O diagnóstico iniciou apontando que “(...) o Nordeste é seguramente uma das regiões menos desenvolvidas do hemisfério ocidental” (OPERAÇÃO Nordeste, 1959, p. 104), com uma população imensa (‘igual à da Argentina’), acelerado crescimento demográfico (‘aproximadamente 500 mil pessoas por ano’) e renda per capita de menos de 100 dólares. Citando os estudos do GT o presidente mostra que “(...) a diferença de grau de desenvolvimento entre o Nordeste e o centro-Sul do país é maior que a existente entre esta última região e as nações mais industrializadas da Europa Ocidental” (OPERAÇÃO Nordeste, 1959, p. 104). No setor da agricultura a produtividade no Centro-Sul era 52% maior que no Nordeste “(...) e aproximadamente 63% no conjunto das demais atividades econômicas. (...) A área de cultivo agrícola no centro-Sul do Brasil era, em 1950, 85% maior do que no Nordeste” (OPERAÇÃO Nordeste, 1959, p. 104).

Segundo Juscelino tal desequilíbrio regional dos ‘níveis de desenvolvimento’ estaria vinculado a duas “(...) causas básicas: escassez relativa do fator terra no Nordeste e menor concentração de capitais” (OPERAÇÃO Nordeste, 1959, p. 104). Os estudos do GT apontaram que a participação do Nordeste na renda nacional decresceu de 15,5% para 13,4% entre 1948 e 1956, e que a renda per capita na região passou de 37,3% da renda do habitante do Centro-Sul, em 1948, para 32% em 1956. No mesmo sentido, o ritmo de crescimento do Nordeste equivalia a pouco mais da metade do observado

no Centro-Sul. Uma projeção destes dados para 1970 mostrava que a renda per capita do Nordeste chegaria a 118 dólares, enquanto a do centro-Sul alcançaria 440 dólares.

Neste momento o presidente volta a discutir os limites alcançados pelas iniciativas, observando que o 'complexo econômico do Nordeste' contém duas sub-regiões, a 'faixa úmida do litoral', da Bahia ao Rio Grande do Norte e a 'zona semi-árida', abrangendo 'extenso território' do Piauí à Bahia. Desta maneira,

Os aspectos mais dramáticos do problema do Nordeste se concentram especialmente na região semi-árida, onde vivem cerca de 12 milhões de pessoas, que se dedicam basicamente a uma agricultura de sobrevivência, de baixo rendimento, à cultura do algodão e outras plantas xerófilas, e à pecuária. A economia dessa área é particularmente débil; a sua produtividade, quase primitiva. A produção agrícola de subsistência é praticamente absorvida na alimentação da grande massa de trabalhadores rurais. Os únicos fatores de renda monetária, cuja maior parte se destina aos proprietários das terras, são a cultura do algodão e a criação do gado. Às fraquezas naturais desse sistema de produção, que retira à maioria, ocupada na lavoura de subsistência, os benefícios elementares da comercialização de seus produtos, vem juntar-se a calamidade periódica das secas. O grave problema climático que provoca ciclos freqüentes de crise de produção, deve ser entendido em seus aspectos econômicos fundamentais para a formulação de uma nova política de governo. (OPERAÇÃO Nordeste, 1959, p. 104-105).

Apesar desta constatação Juscelino declarava que as 'repetidas' estiagens poderiam ser "(...) progressivamente controladas, por meio do represamento de água e de outros recursos da tecnologia moderna" (OPERAÇÃO Nordeste, 1959, p. 105). E mesmo tais grandes obras e sua intensificação não seriam suficientes diante do diagnóstico oferecido e, portanto, deveriam se somar como "(...) uma etapa na programação econômica global" (OPERAÇÃO Nordeste, 1959, p. 105). Assim terminou esta seção do discurso presidencial, e se iniciou outra, intitulada 'Modificação da estrutura do atual sistema de produção'.

Neste sentido, o principal objetivo da política econômica planejada para a região deveria ser modificar a estrutura do sistema de produção vigente, de acordo com o discurso presidencial, aquele baseado na lavoura de subsistência. Este seria precisamente o "(...) aspecto da economia das regiões semi-áridas, que lhe dá grande vulnerabilidade ao impacto das secas" (OPERAÇÃO Nordeste, 1959, p. 105). Como consequência desta situação

(...) grande massa da população rural se vê privada dos produtos agrícolas que lhe permitem sobreviver e lançada à fome e à indigência, sendo compelida a deslocar-se em êxodos dramáticos para os centros urbanos, o que provoca a intervenção de emergência do governo para lhe dar empregos esporádicos e alimentação. (OPERAÇÃO Nordeste, 1959, p. 105).

Juscelino adianta que os 'programas setoriais de irrigação' não seriam suficientes para superar "(...) os grandes desajustamentos econômicos existentes na região semi-árida". Assim, prosseguiu em seu

discurso afirmando que seriam medidas necessárias, entre outras,

(...) a abertura de frentes de colonização, que permitam à economia do Nordeste o aproveitamento pleno de terras periféricas bem servidas de água, mas ainda insuficientemente utilizadas. Esse deslocamento da fronteira agrícola nordestina será facilitado pela obra de desbravamento das regiões centrais do país, cuja expressão máxima é a rodovia Belém-Brasília. (OPERAÇÃO Nordeste, 1959, p. 105).

Portanto a proposta presidencial neste momento era claramente apoiada na ideia de que tal espaço (os sertões semiáridos nordestinos) não poderia se desenvolver povoado com tamanha população que lá habitava. Deste modo a saída seriam projetos de avanço das ‘frentes de colonização’ e ‘fronteiras agrícolas’, principalmente nas áreas ‘sub-utilizadas’ da região central do Brasil. Não à toa, Juscelino introduz esse parágrafo afirmando que “a situação exige esforço coordenado de reorganização econômica e social” (OPERAÇÃO Nordeste, 1959, p. 105).

Acompanhando essa proposta principal, que passava pela migração, o presidente apresenta algumas possibilidades que modificassem o ‘tipo’ de unidade produtiva da região. A primeira citada foram as iniciativas que visassem o acréscimo da produtividade e a comercialização dos produtos disponíveis, seguida da proposta de desenvolver culturas menos vulneráveis à seca. Ainda foram mencionadas a zootecnia, a formação de pastagens para intensificar a produção pecuária, a criação de mercados internos e externos, a pomicultura e a industrialização das frutas em conserva, o incentivo à indústria dos óleos vegetais. Por conseguinte, afirmou Juscelino que

(...) todos êsses elementos conjugados, juntamente com a irrigação racional e a fixação do trabalhador rural em zonas férteis, poderão dar ao nordestino fontes de renda para adquirir, não só os alimentos escassos dos períodos de seca, como outros produtos necessários à elevação de seu nível de vida. (OPERAÇÃO Nordeste, 1959, p. 105).

O presidente também declarou que “o govêrno considerará com simpatia a colaboração ativa da iniciativa privada, nacional e estrangeira” (OPERAÇÃO Nordeste, 1959, p. 105) nos setores acima citados. A última questão tratada nesta seção disse respeito às deficiências no abastecimento de gêneros alimentícios, as quais não se limitam às áreas semi-áridas, mas atingem “(...) seriamente os centros urbanos da zona úmida do litoral, onde se concentram grandes contingentes de população subocupada” (OPERAÇÃO Nordeste, 1959, p. 105).

Outra seção do discurso presidencial tratou do ‘Fomento às exportações’. Foi observado a dependência da economia nordestina das exportações e a necessidade da diversificação das linhas de exportação. Entretanto foi também reforçada, recorrentemente, a obrigatoriedade da industrialização da região para a promoção do desenvolvimento. Esta constatação era calcada na

tese de que “nas regiões em que a terra é um fator escasso ou pouco produtivo, o desenvolvimento de tal exportação exige, necessariamente, elevado esforço de capitalização. Se não fôr possível aumentar em volume suficiente a exportação de produtos agrícolas, em razão de desvantagens naturais, a única forma de diversificar a oferta é industrializar” (OPERAÇÃO Nordeste, 1959, p. 106). O autor ainda ressalta que “se, para o sul do Brasil, a industrialização é uma forma racional de abrir o caminho do desenvolvimento, para o Nordeste ela é, em certa medida, a única forma de atingir êsse objetivo” (OPERAÇÃO Nordeste, 1959, p. 106). Tal ‘técnica de desenvolvimento’ – a ‘solução inevitável’ da industrialização intensiva – teria sido adotada ‘com sucesso’ em economias consideradas no discurso semelhantes às do Nordeste, como as do Porto Rico e Japão.

A seção seguinte reveste-se de grande importância, pois tratava da ‘Criação da superintendência do desenvolvimento do Nordeste’, e anunciava “(...) as diretrizes da nova política de desenvolvimento para o Nordeste, formulada de acordo com os estudos cuja conclusão me foi apresentada nos primeiros dias de fevereiro” (OPERAÇÃO Nordeste, 1959, p. 106). O eixo dessa política seria a ‘recuperação econômico-social’ da região, a qual corresponderia a ‘libertação do atraso crônico’.

Juscelino ressalta que a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste teria recursos próprios na forma de “(...) um fundo rotativo de um bilhão de cruzeiros a serem utilizados em projetos constantes de um Plano Diretor e estará diretamente sob a supervisão e a fiscalização do Presidente da República” (OPERAÇÃO Nordeste, 1959, p. 107). O novo órgão se sistematizaria através de um Conselho Técnico de Planejamento e Controle e de uma Secretaria Executiva, que atuariam em projetos de âmbito regional ou mediante assistência técnica aos estados.

Outro ponto sinalizado na mensagem presidencial é a não previsão da criação de cargos, a contribuição ao projeto por congressistas de diferentes correntes partidárias, e a enumeração de algumas medidas que seriam tomadas imediatamente, enquanto se processasse a aprovação no legislativo.

Já na próxima semana, o grupo incumbido do novo plano de ação se transferirá para o Nordeste, a fim de pôr em marcha o programa recomendado pelo governo. Com o objetivo de dar a necessária cobertura financeira aos projetos relativos a 1959, determinei o levantamento dos recursos disponíveis no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e no Banco do Nordeste, propondo-se, em consequência, o governo a orientar para investimentos produtivos no Nordeste, ainda este ano, cerca de 3 bilhões de cruzeiros. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico destinará dois bilhões a aplicações de caráter bancário no setor privado, em indústrias de base na região subdesenvolvida. O Banco do Nordeste reservará cerca de um bilhão a aplicações agropecuárias e pequenas indústrias. (OPERAÇÃO Nordeste, 1959, p. 107).

A seção seguinte, penúltima do discurso de Juscelino, tratou do tema 'Recuperação da zona agropecuária e industrialização'. Aqui foram citadas todas as principais medidas governamentais para a região do Nordeste, derivadas do estudo realizado pela comissão responsável e da interpretação deste feita pelo presidente.

As iniciativas para 'recuperação da zona agropecuária' foram consideradas como mais urgentes, pela "(...) sua densidade de população e condições rudimentares de desenvolvimento" (OPERAÇÃO Nordeste, 1959, p. 107). Neste campo foram levantadas para a região semi-árida as possibilidades imediatas de irrigação, e prometido empenho e recursos para superar o alto custo das obras e a desapropriação das novas áreas cultiváveis. Paralelamente seriam executados programas "(...) de utilização racional dos vales úmidos, de acordo com as diretrizes econômico-sociais do plano de desenvolvimento" (OPERAÇÃO Nordeste, 1959, p. 107).

As iniciativas propulsoras da industrialização priorizariam as indústrias de base, com a implantação da siderurgia, através de duas unidades localizadas em Recife e Salvador de 40.000 toneladas cada. Seriam impulsionadas as indústrias baseadas na utilização de matérias-primas locais. No campo energético o foco das atuações seria o Ceará, com a extensão das linhas da Companhia Hidrelétrica do São Francisco para a zona do Cariri, e a instalação de uma usina térmica na sua costa marítima.

Outras iniciativas planejavam o

(...) desenvolvimento da indústria de fosfatos em Pernambuco e de adubos potássicos no Rio Grande do Norte; industrialização de minérios como o rutilo, a magnesita, gipsita e o cobre no Ceará; instalação da indústria de montagem de veículos em Pernambuco, a qual normalmente acarreta o desenvolvimento de outras atividades manufatureiras conexas; industrialização do tungstênio do Rio Grande do Norte e Paraíba, onde esse minério existe em abundância. Especial atenção se dará ao aproveitamento das reservas de calcário na indústria do cimento, com vista às possibilidades de exportação, uma vez que, como a experiência já demonstrou, o cimento nordestino pode ser vendido mais barato.

(...) reorganização da economia canavieira com o aproveitamento dos subprodutos da cana-de-açúcar para a produção de celulose; intensificação da industrialização da agave, tendo como finalidade a exportação de fios e o suprimento interno de celulose de alta qualidade; assistência técnico-financeira à indústria têxtil, objetivando a modernização dos seus equipamentos e a recuperação de sua capacidade produtiva; ampliação da rede de armazéns e silos e de matadouros e frigoríficos; assistência técnico-financeira à indústria do pescado, não só para suprimento de alimentação como para fins de exportação. (OPERAÇÃO Nordeste, 1959, p. 108).

Por fim Juscelino também anunciou neste discurso que a Petrobrás já tinha aprovado planos para instalação de uma fábrica de asfalto no Nordeste, com previsão de entrada em funcionamento em um ano. E assim terminou essa seção do discurso presidencial:

Destarte, pela primeira vez na história dos esforços fragmentários, pôsto que sinceros e entusiásticos, em prol da valorização do Nordeste, chegamos a uma conclusão racional e orgânica, conseguimos diagnosticar os males que afligem a região e apontar os remédios adequados para enfrentar o problema do desenvolvimento nordestino e resolvê-lo definitivamente, assegurando a plena integração na economia brasileira de uma verdadeira nação sacrificada, estrangulada na estagnação do seu desajustamento econômico. (OPERAÇÃO Nordeste, 1959, p. 108).

Ressaltamos nessa narrativa a valorização do ‘estudo diagnóstico’, o qual apresentou uma população ‘sacrificada’ e ‘estrangulada’ por seus ‘desajustamentos econômicos’. De acordo com o discurso presidencial esta percepção levaria a uma ‘conclusão racional e orgânica’ em prol do desenvolvimento regional e de sua integração à economia nacional.

A última seção do discurso abordava a ‘Execução imediata das medidas recomendadas’, um compromisso pessoal do Presidente da República na urgência e prioridade conferida à implantação da nova política e sua concretização. Neste trecho é também reforçada a pretensão em realizar esta política em conjunto com os governadores.

Algumas imagens utilizadas por Juscelino foram por nós destacadas. A primeira – ‘arrancar o Nordeste das garras seculares do subdesenvolvimento’ – transparece novamente o discurso da ‘libertação pelo desenvolvimento’. Em seguida a ideia de que essa libertação passaria necessariamente por estudos diagnósticos e planejamentos assim fomentados. O ‘desenvolvimento’ por sua vez, traria um avanço nos ‘índices de progresso e de bem-estar’, que igualariam o Nordeste ao ‘estágio’ alcançado na região Centro-Sul. Essa equivalência entre as regiões cumpriria para a nação um “(...) débito de honra para com o Nordeste” (OPERAÇÃO Nordeste, 1959, p. 108). Neste sentido finalizou o histórico discurso desta maneira, celebrando a unidade nacional:

Plantemos no solo calcinado das caatingas a bandeira da redenção econômica de uma grande terra e de sua gente, temperada pelo infortúnio e disposta a colaborar no engrandecimento nacional.

(...) A luta pela recuperação do Nordeste é obra de todos e não só do meu govêrno. Tarefa dos brasileiros de boa vontade, sem distinção de opiniões políticas ou econômicas. O Brasil é um só! (OPERAÇÃO Nordeste, 1959, p. 109)

O texto seguinte também foi publicado na seção de noticiários da RBG, no número posterior ao deste discurso acima analisado. Trata-se de um informativo sobre o ‘Seminário para o Desenvolvimento do Nordeste’ (SEMINÁRIO (...), 1959), este também sendo o título do texto. Além de um breve resumo sobre o Seminário, o texto apresentou transcrições de alguns discursos.

Por ocasião da solenidade de abertura do seminário houveram três discursos transcritos: o do

Presidente da República, sobre a 'Operação Nordeste', o do presidente da Confederação Nacional da Indústria, Lídio Lunardi, e o do presidente do Conselho Nacional do SESI, Pedro Paulo Penido. O texto ainda traz outro discurso do presidente Juscelino Kubitschek, feito no mesmo dia, quando também se instalou em Recife o Conselho Deliberativo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste.

O Seminário que aconteceu entre 25 de abril a 3 de maio de 1959 em Garanhuns, Pernambuco, foi orientado pelo economista Celso Furtado, então presidente da CODENO, realizado pela Confederação Nacional das Indústrias, e coordenado pela Divisão de Estudos e Planejamento do SESI. Participaram do certame "representantes das Federações de Indústrias do Brasil, banqueiros, capitalistas e empresários nacionais, bem como grupos financeiros da França, Bélgica, Estados Unidos, Inglaterra, Itália e Alemanha Ocidental" (SEMINÁRIO (...), 1959, p. 185).

A RBG trouxe nesse texto a relação dos temas abordados pelo Seminário para o Desenvolvimento do Nordeste de Garanhuns:

1 - Implantação da indústria siderúrgica; indústria de transformação do ferro e aço; indústria mecânica. - Assunto: Produção de ferro e aço no Nordeste; coqueria; fabricação de autopeças e montagem de veículos; fabricação de equipamentos industriais e implementas agrícolas, etc.

2 - Criação e expansão de indústrias com base nas matérias-primas locais. - Assunto: Cimento, fosfatos, álcalis, adubos potássicos, refratários, transformação de outros não-ferrosos, petróleo, etc.; aproveitamento integral das oleaginosas, fibras duras e bagaço de cana; elastômetros etc.

3 - Modernização das indústrias tradicionais da região. - Assunto: Melhor utilização da capacidade instalada e reequipamento das indústrias têxteis, do vestuário, couros e peles, fumo, cerâmica, vidro, etc.

4 - Desenvolvimento das indústrias de produtos alimentares. - Assunto: Reestruturamento da indústria açucareira; moagem de farinha; óleos comestíveis, conservas de peixe, carne e frutas; laticínios etc.

5 - Assessoramento técnico da indústria. - Assunto: Elaboração de projetos econômicos; aspectos ligados ao financiamento e organização de novas indústrias; assistência técnica às indústrias já existentes; cooperação da CNI com as autoridades de planejamento do desenvolvimento do Nordeste.

Além disso, foram debatidos mais 5 temas de ordem geral, incluindo financiamento de empreendimentos regionais, ação de órgãos governamentais, modificação de estrutura agrária e outros. (SEMINÁRIO (...), 1959, p. 185-186).

Chamamos a atenção para a semelhança dos temas definidos para debate no seminário e aqueles presentes no discurso presidencial tratado por nós acima, que lançava a 'Operação Nordeste', com suas novas políticas econômicas. O novo discurso, em Garanhuns, é bastante sucinto em relação ao já analisado.

Primeiramente Juscelino assinala o fato de que o equilíbrio harmônico do desenvolvimento nacional,

entre suas regiões é uma necessidade, e que, portanto, “a Operação Nordeste não é um ato de simples reparação de situações injustas, a correção do desnível entre as partes do Brasil, mas um ato de prudência, de salvaguarda da unidade nacional e de alta política” (SEMINÁRIO (...), 1959, p. 186). O teor estrutural do texto é a crença no conhecimento científico (‘uma interpretação exata para as dificuldades e peculiaridades regionais’), no seu avanço, e na sua aplicação, via vontade e atuação política, no planejamento que possibilitaria superar a ‘estagnação’ e o ‘subdesenvolvimento’.

No fechamento do seu discurso o presidente fez um apelo aos participantes do seminário pelo envolvimento nesta epopeica ‘luta’ pela ‘recuperação’ do Nordeste, o que seria um ‘ato de grandeza’, uma ‘ação viril’ e teria “(...) um caráter libertador, um aspecto relevante de salvar o homem, que aqui luta e sofre, um sentido elevado de redenção do Brasil” (SEMINÁRIO (...), 1959, p. 186).

A seguir comentaremos o discurso, também por ocasião do Seminário de Garanhuns, do presidente da Confederação Nacional da Indústria, Lídio Lunardi. Este principiou celebrando o capitalismo, que, segundo sua fala teria tido início no século XV, e teve para a humanidade um duplo efeito: “(...) alargou singularmente seus horizontes e tornou-a senhora do seu próprio destino” (SEMINÁRIO (...), 1959, p. 186). Esses efeitos tenderiam a se expandir com ‘singular rapidez’, assim como o ‘campo de ação do homem político’: “(...) a partir do século XV, de local a nacional, e já em nosso século somos obrigados a raciocinar e agir em termos internacionais. As Nações Unidas, a Comunidade Européia e, mais perto de nós, a Operação Pan-Americana, são um atestado dêsse fato” (SEMINÁRIO (...), 1959, p. 187).

Outra consequência do capitalismo e sua expansão teria sido uma liberação da humanidade das ‘regras empíricas herdadas da experiência ancestral’, e a conquista de uma ‘atitude ativa’ frente ao ambiente, ‘físico e social’. Lunardi prosseguiu clamando que no período as pesquisas ‘profundas’ em economia possuíam “(...) sistemas aperfeiçoados para medir as quantidades econômicas significativas ou para prever a sua evolução” (SEMINÁRIO (...), 1959, p. 187) e, portanto, poderiam ‘conduzir’ as políticas econômicas, através do cálculo e estipulação de metas, programas e estabilização.

O presidente da CNI considerava que a primazia econômica da iniciativa privada deveria ser garantida, porém ‘exigiu’ do ‘poder público’ uma “(...) política racional no setor de crédito, finanças públicas, comércio exterior” (SEMINÁRIO (...), 1959, p. 187). Com estes aspectos obedecidos Lunardi previa que fosse “(...) eliminado ou moderado o fenômeno periódico das crises e o progresso material

se (...) [tornasse] controlável, liberto, finalmente, dos caprichos do acontecimento histórico” (SEMINÁRIO (...), 1959, p. 187).

O discurso prosseguiu situando o problema do desenvolvimento regional do Nordeste numa ‘ampla moldura’ dos “(...) grandes problemas surgidos como consequência do crescimento harmonioso e equilibrado da América Portuguesa” (SEMINÁRIO (...), 1959, p. 187). Nesse sentido, comparando a situação brasileira, sobre a integração nacional, com a da Comunidade Européia e sua integração continental, posicionou a situação brasileira como muito mais favorável, pelo ponto de partida da existência de base territorial única, e da livre circulação de capitais e mão de obra.

A diferença da ‘Operação Nordeste’ para outras políticas regionais anteriores seria a de que o objetivo atual não se tratava de amparar a região, “(...) mediante uma política puramente assistencial, mas de despertar as forças vivas do seu dinamismo. E entre estas se acha o espírito empresarial” (SEMINÁRIO (...), 1959, p. 188). Esta mudança de ‘clima’ na definição das políticas regionais foi comprovada pelo autor com base no texto anterior por nós apresentado, o discurso presidencial que lançou a Operação.

O principal ponto destacado por Lunardi foi o diagnóstico do governo, externado por Juscelino, de que “(...) o fluxo de investimentos públicos Sul - Norte é compensado por deslocamento proporcional de capitais privados em sentido oposto” (SEMINÁRIO (...), 1959, p. 187-188). Desta maneira,

(...) pouco valeria, pois alargar o fluxo de recursos governamentais para o Nordeste. A fuga dos investidores particulares mostra que a região não oferece condições para aproveitamento eficiente desses capitais. Os investimentos públicos tendiam, desse modo, necessariamente, a assumir um aspecto assistencial, sem vantagens permanentes para a zona e com duvidosos ganhos para o desenvolvimento global do país. O caminho a seguir consiste em criar no local, através de uma política fiscal, creditícia e de ampliação da infraestrutura econômica, as condições favoráveis aos investimentos verdadeiramente produtivos. O primeiro resultado seria fixar, na região, os capitais particulares que, atualmente, se deslocam em fluxo contínuo para o Centro-Sul. E não seria pequena a vantagem obtida. De fato, os cálculos do governo estimam que o volume atual de poupança do Nordeste, se aplicado localmente, bastaria para proporcionar à região ritmo de crescimento igual ao do Centro-Sul. Além disso, a Operação Nordeste, possibilitando lançamento das bases de uma programação geral dos investimentos públicos, aumentará a eficiência dos mesmos criando novos estímulos ao progresso da região. No que se refere ao setor privado, algo mais se poderá fazer além da simples fixação de capitais particulares. Creio possível atrair para a região importantes somas oriundas da poupança privada de outras áreas, desde que se leve ao conhecimento destas as novas oportunidades criadas pela Operação Nordeste. (SEMINÁRIO (...), 1959, p. 188).

Portanto, para o então presidente da CNI a solução para o desenvolvimento regional passaria pela melhor aplicação das verbas existentes, pela criação de ‘condições mais favoráveis’ ao ‘capital particular em fuga’, e principalmente, pela escolha política de enfrentar ‘diretamente’ e

‘profundamente’ o problema, através de projetos e estudos específicos. Lunardi deixou claro estar convencido de que o governo Juscelino cumpriria estas condições e neste sentido possuía e transmitia uma perspectiva bastante esperançosa.

Outro discurso feito na mesma ocasião e também transcrito na RBG foi o do presidente do Conselho Nacional do SESI, Pedro Paulo Penido. O tom esperançoso foi mantido neste discurso, que iniciava proclamando a certeza num desenvolvimento econômico-social da região, o qual ‘venceria’ “(...) os óbices impostos pela natureza e as calamidades dêles decorrentes” (SEMINÁRIO (...), 1959, p. 189). Aos industriais o presidente do SESI expõe o exemplo do “(...) corajoso sertanejo, que enfrenta, estóico, as tragédias naturais, sem se deixar sucumbir nela sua implacabilidade. Isto porque, para tanto, somente uma deliberação assim inabalável, planejada com firmeza e dirigida tenazmente ao fito colimado, conseguirá frutificar” (SEMINÁRIO (...), 1959, p. 189).

Penido destacou a ‘posição vanguardeira’ do CNI na ‘efetivação dos desígnios da classe que representa’ e também do SESI, ambos na concepção e execução do Seminário. Este serviria como um ‘grande passo’ na integração da região no processo de desenvolvimento econômico nacional, e na conformação de uma ‘nova ordem econômico-social’. A título de ilustração da importância dos estudos e debates a serem realizados no Seminário o discursante ressaltou alguns aspectos estatísticos da preocupante situação do Nordeste naquele momento:

Há dois decênios, a produção regional representava 30% da produção nacional. Hoje, esta porcentagem é de apenas 13%. Na sêca de 1932, foram socorridos 200 mil flagelados, enquanto que, na última, registrada em 1958, êsse número se elevou para 500 mil. Outrossim, na sêca de 1951, a produção de alimentos baixou de 70%, em relação à de 1950; na de 1958, esta baixa foi da ordem de 84%, em comparação com a de 1957. (SEMINÁRIO (...), 1959, p. 189).

Assim sendo seria imprescindível a reunião proporcionada pelo Seminário entre investidores e técnicos, da qual derivasse

(...) um acurado planejamento, formulado meticulosamente e baseado, sobretudo, em outros aspectos de igual importância, no fomento à industrialização, na coordenação entre capital e trabalho, na ampliação dos meios de crédito e melhoria de seus sistemas, na maior produção da energia, no favorecimento, enfim, e melhores e mais seguras condições para os investimentos na região, tendo em vista o eficaz aproveitamento de seus recursos naturais, as possibilidades de meio e o emprêgo da mão-de-obra fornecida pela sua população. (SEMINÁRIO (...), 1959, p. 189).

Observamos nestes três últimos discursos analisados uma forte conjunção de objetivos. Tanto o Presidente da República, quanto o do CNI e o do SESI concordavam com as diretrizes definidas para a nova política econômica da região Nordeste. Assim também aderem ao mesmo projeto de planejamento regional, fundado numa ideia de que o conhecimento técnico-científico, aliado à

vontade política e ao incentivo à atuação da iniciativa privada seriam o caminho para o desenvolvimento.

No mesmo dia da inauguração do seminário de Garanhuns foi instalado em Recife o Conselho Deliberativo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste, ocasião na qual o presidente Juscelino Kubitschek também esteve presente e proferiu discurso, transcrito no mesmo texto acima por nós analisado. Tal discurso foi bem mais longo que o de Garanhuns, e considerando que já havíamos tratado de um grande discurso presidencial sobre o mesmo assunto faremos a seguir apenas breves considerações, apontando similaridades e diferenças entre as duas falas. Observamos em princípio a utilização pelo presidente da segunda pessoa do plural para se referir ao público, aos sertanejos, e à população nordestina em geral, escolha que o excluía da referência.

O presidente iniciou seu discurso lembrando que a instalação do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste só tinha sido possível após as tratativas realizadas na reunião de fevereiro, no Rio de Janeiro (ocasião do outro discurso já analisado). Neste sentido destacou o caráter pioneiro da experiência, ao conjugar diferentes órgãos da administração federal e também dos governos estaduais:

(...) transcendendo as considerações político-partidárias, articula vigorosamente, a ação federal e estadual, em vasta área do país, a serviço de um plano amplo, elaborado com rigor técnico, um programa racional de obras e investimentos aceito por todos, porque a todos se evidenciou a sua necessidade, a sua adequação, a sua exeqüibilidade. (SEMINÁRIO (...), 1959, p. 190).

Juscelino também recordou da importância no processo de instalação do Conselho da “(...) iniciativa extraordinária que há três anos levantava o Nordeste, como consciência coletiva, para a defesa dos mais prementes problemas de sua comunidade. Refiro-me ao Encontro dos Bispos, em Campina Grande” (SEMINÁRIO (...), 1959, p. 190). Neste encontro, tendo como secretário-geral Dom Helder Câmara, foram debatidas ‘a fundo’ “(...) as causas materiais da penúria em que vivem as vossas populações sertanejas, neste país de tanta riqueza, onde não deve faltar a ninguém aquilo que é essencial à vida” (SEMINÁRIO (...), 1959, p. 190). O presidente afirmou que no referido encontro episcopal não foram apenas lançadas propostas para intervenções governamentais, algumas já concretizadas, mas que “(...) o seu mais feliz resultado foi haverem-se derrubado as fronteiras que a divisão administrativa estabelece, foi haver-se fixado o princípio de que os problemas do Nordeste devem ser resolvidos em seu conjunto, segundo um vasto plano regional” (SEMINÁRIO (...), 1959, p. 190).

O Conselho então instalado deveria, enquanto não se aprovasse a SUDENE, realizar debates que

aproximassem as diretrizes do plano formulado pela presidência da república aos interesses dos estados, representados pelos governadores, e ao conhecimento técnico-científico dos órgãos federais e estaduais. Este trabalho já estava sendo realizado pela Secretaria Executiva do CODENO, instalada dois meses antes do presente discurso. Sob orientação dessa secretaria “(...) constituíram-se vários grupos de trabalho para elaborar planos prioritários, nos setores básicos em que prepondera a responsabilidade da União, tais como os de energia elétrica, rodovias, ferrovias, portos e obras de irrigação” (SEMINÁRIO (...), 1959, p. 191).

A opção governamental definida para o suprimento elétrico foi a de fonte hidráulica, complementada pelas usinas térmicas nos locais distantes dos aproveitamentos hidrelétricos. Toda a região entre Salvador e Fortaleza teria sua energia elétrica suprida pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco, de acordo com um acordo firmado entre esta e o CODENO. Juscelino discorreu minuciosamente sobre este plano, sua enorme magnitude em termos de área e população atingida, o que o colocaria entre ‘os mais importantes’ já empreendidos no mundo. Com investimentos em torno de 27 bilhões de cruzeiros o plano previa obras sucessivas, desde algumas iniciadas imediatamente, até outras que teriam seu início apenas em 1964. O presidente detalhou quais seriam estas obras, suas previsões de término e os benefícios e regiões atingidos.

Em relação aos transportes foi feita a opção pelo modal rodoviário, em detrimento do ferroviário. Segundo Juscelino,

Só as rodovias podem realmente desempenhar papel pioneiro, numa região, como esta, de fraca densidade econômica e de cargas leves. A ferrovia deverá seguir a rodovia, onde surja uma economia de cargas pesadas como a da mineração, ou quando o desenvolvimento econômico efetivamente o justifique. (SEMINÁRIO (...), 1959, p. 192).

A rede de viação regional deveria integrar as economias em um só mercado, ao articular-se com os portos principais, que receberiam obras de melhorias, tais como o de Mucuripe (Fortaleza) e Recife. O presidente ainda descreveu as obras que constariam no plano do seu governo, quais sejam o “(...) prosseguimento e conclusão das obras ferroviárias de cunho econômico, mediante liberação de 237 milhões de cruzeiros incluídos no Plano de Economia” (SEMINÁRIO (...), 1959, p. 192), e a “(...) construção prioritária de uma rede básica de estradas de rodagem, no total de 5.887 quilômetros, dos quais, 1.418, de estradas novas, a serem implantadas, 2.570, de estradas existentes, a serem melhoradas substancialmente, e 1.899 de estradas pavimentadas” (SEMINÁRIO (...), 1959, p. 192).

Especial destaque foi dado no discurso “(...) à grande estrada Fortaleza-Brasília, traço de união entre

o Nordeste e o centro do país. Já se encontra essa grande via em adiantada fase de implantação e, nos seus 1.709 quilômetros de percurso, irá criando vida, riqueza, progresso” (SEMINÁRIO (...), 1959, p. 192). Todo esse programa das rodovias, planejado para quatro anos, demandaria um investimento de 10 milhões de cruzeiros. Quando finalizado quadruplicaria a atual rede pavimentada da região. No total as obras no setor de transportes gastariam somente em 1959 um bilhão de cruzeiros, já incluídos no Plano de Economia.

Os projetos de irrigação eram outra grande parcela da Operação Nordeste. Primeiramente Juscelino destacou a necessidade de legislação específica que regulasse o uso das águas e das terras, nas bacias de irrigação beneficiárias de investimentos públicos: “É imperioso que as terras irrigadas com o dinheiro do povo se destinem exclusivamente à produção de alimentos, pois a fome é o que mais vos castiga, quando a sêca vem com o seu sinistro cortejo” (SEMINÁRIO (...), 1959, p. 192). Para o governante a utilização de ‘uma boa faixa’ de terras irrigadas seria o suficiente para a produção de alimentos que garantissem o fim da fome, mesmo nos anos de secas. Consequentemente, acreditava Juscelino que “não mais o Nordeste assistirá ao sombrio espetáculo das retiradas” (SEMINÁRIO (...), 1959, p. 192). O plano de cinco anos, excetuando-se o rio São Francisco, previa irrigação de 45 mil hectares, distribuídos em 8 sistemas, o que quadruplicaria a extensão de terras irrigadas por açudes públicos na região.

Já no grande rio “(...) as possibilidades não se medem por dezenas de milhares de hectares e sim por milhões” (SEMINÁRIO (...), 1959, p. 192). Juscelino citou que o CODENO havia solicitado uma verba de 1.400.000 dólares ao Fundo Especial de Assistência Técnica das Nações Unidas, para estudar um plano amplo de irrigação por gravidade no São Francisco, e “a par disso, a Comissão do Vale do São Francisco elaborou um plano quinquenal de irrigação das terras de aluvião do médio-baixo São Francisco mediante emprêgo da energia de Paulo Afonso” (SEMINÁRIO (...), 1959, p. 193). Somente este último plano irrigaria 50 mil hectares, o que foi considerado no discurso presidencial como representando ‘radical transformação’ da economia sanfranciscana. A confiança nas obras de irrigação era grande por parte de Juscelino:

Estou convencido de que estas obras de irrigação planejadas modificarão, só por si, a economia da zona semiárida do Nordeste. Se seguirmos êste rumo com persistência, em menos de um decênio eliminaremos a primeira e mais impiedosa conseqüência das sêcas: a fome. (SEMINÁRIO (...), 1959, p. 193).

Para reestruturar a economia da zona semiárida, diminuir sua exposição às secas, e elevar sua produtividade o governo ofereceria crédito e a assistência técnica, paralelamente às obras de

irrigação. Novamente é ressaltada a centralidade da iniciativa privada para o sucesso dos planos, especificamente na questão da detenção na fuga dos capitais regionais. Neste sentido,

A fim de acelerar o andamento dos projetos de investimento no Nordeste, constituímos, junto ao CODENO, um grupo coordenador, que reúne as autoridades monetárias, fiscais e cambiais incumbidas do registro de câmbio, da redução de tarifas alfandegárias e da concessão de licenças para importação de equipamentos. E o orçamento de câmbio do próximo semestre já reservará uma quota para projetos prioritários a critério do CODENO. (SEMINÁRIO (...), 1959, p. 193).

Em relação às indústrias o discurso presidencial sinalizou a introdução da siderurgia na região, através da instalação de uma unidade próxima à Recife. No setor da indústria têxtil algodoeira foi prometido o reaparelhamento, através do estímulo à instalação de fábricas de máquinas ou de acondicionamento de equipamentos têxteis. Uma fábrica de asfalto seria construída proximamente pela Petrobrás. Outras possibilidades foram ainda aventadas pelo presidente, como a de indústrias químicas, a industrialização de alguma das riquezas minerais da região, e o aproveitamento integral do babaçu, ainda em fase experimental e semi industrial.

Tais estudos e experiências no campo da industrialização necessitavam especialistas nos quais o Brasil era deficiente. Desta maneira foram solicitadas ajudas da Assistência Técnica das Nações Unidas e seus organismos especializados e do governo francês. Internamente a cooperação da CNI, do CEPAL e do BNDE eram também fundamentais. Estes dois últimos promoviam desde 1956 cursos no Rio de Janeiro para treinamento de técnicos em desenvolvimento econômico, os quais seriam no ano de 1959 oferecidos também em Recife.

Outra questão importante no discurso de Juscelino era o abastecimento de gêneros alimentícios nos principais centros urbanos. Para enfrentar o encarecimento destes produtos, principalmente em Fortaleza, Recife e Salvador seriam tomadas algumas medidas. São citadas: a industrialização da carne, a instalação de frigoríficos, armazéns e silos; a garantia de preços ao produtor de alimentos e a distribuição dos mesmos nas grandes cidades; e o desenvolvimento da indústria da pesca.

Na finalização de seu discurso por ocasião da instalação do Conselho Deliberativo da CODENO, o Presidente da República desenvolveu uma interessante comparação entre a Operação Nordeste e Operação PanAmericana:

A Operação Nordeste é a aplicação dos princípios da Operação PanAmericana, por um país, dentro do seu próprio território. Realizando-a, demonstraremos às nobres nações da América que somos capazes de fazer, dentro de casa, aquilo que almejamos, em escala maior, para o continente, conforme tivemos ocasião de expressar, quando dirigimos aos povos americanos o nosso apêlo, em favor da luta em comum contra o subdesenvolvimento.

A Operação Nordeste não se deterá, como não se deterá a Operação PanAmericana. Uma e outra se firmam em fôrças invencíveis: a aspiração de uma vida melhor e mais alta, o desejo veemente de progresso, o ideal cristão de fraternidade e de justiça. A primeira pretende redimir, no seio do Brasil, uma região que se empobreceu e que, entretanto, possui abundantes riquezas para dar à grande pátria. A segunda almeja banir das Américas as penúrias e privações que desfiguram a personalidade humana e erguer, em todo o continente, uma civilização que honre a nossa época e os nossos povos (SEMINÁRIO (...), 1959, p. 194).

O próximo texto a ser analisado possui o mesmo recorte temático dos dois últimos, sendo também publicado na seção do noticiário, agora na RBG número 4, de 1959. O noticiário informava sobre o 'Segundo Encontro dos Bispos do Nordeste' (SEGUNDO Encontro (...), 1959), realizado entre 24 e 26 de maio do mesmo ano na cidade de Natal. Neste texto foram reunidas diversas informações sobre o encontro, todas baseadas na declaração final do encontro, assinada por 22 prelados.

Primeiramente foram transcritas algumas 'afirmações', que tratavam do 'júbilo' ao ver surgir a Operação Nordeste⁴⁵, da necessidade de o planejamento econômico regional ser completado por 'aspectos humanos' e por 'implicações sociais', do desenvolvimento econômico do Nordeste, e da reforma agrária. Estas duas últimas 'afirmações' foram detalhadas em tópicos específicos.

Quanto ao desenvolvimento econômico do Nordeste o documento afirmava alguns condicionantes.

O primeiro era a participação

(...) das fôrças atuantes de tôda a comunidade, para o que se torna urgente a preparação, em todos os seus níveis, de líderes especializados em modernas técnicas de organização comunitária, tais como a promoção de cooperativismo, do serviço de extensão rural e de outros processos de educação de base. (SEGUNDO Encontro (...), 1959, p. 128).

O segundo condicionante era conceder tratamento igualitário para a agricultura frente ao desenvolvimento industrial. O terceiro foi a exigência de medidas relativas à melhora do nível alimentar e da saúde pública, através de projetos regionais e locais com a ajuda federal voltados para enfrentar principalmente os problemas sanitários e de assistência à maternidade e infância. O quarto e último condicionante era a

(...) necessidade de elaboração imediata de um plano de trabalho que permita assegurar aos migrantes nordestinos assistência humana condigna, sobretudo aparelhando os postos de migração e modificando a orientação das hospedarias para que venham a cumprir adequadamente suas finalidades, uma vez que estão ainda precárias as condições de assistência, em particular quando ao problema de transporte e colocação. (SEGUNDO Encontro (...), 1959, p. 128).

⁴⁵ Também os bispos efetuam a comparação entre as operações Nordeste e PanAmericana: "(...) a Operação Nordeste, aplicação, dentro de nossa fronteira, dos princípios que animam a Operação Pan-Americana, cuja bandeira o Brasil, em hora feliz, desfraldou" (SEGUNDO Encontro (...), 1959, p. 127-128).

Em relação à afirmação sobre a reforma agrária, foram assinaladas as seguintes prescrições. Primeiramente a necessidade de fornecer apoio técnico e financeiro a particulares que desejassem 'dar destino social mais adequado' às próprias terras. O segundo tópico abordava a obrigação do poder público de fornecer exemplo a partir da adoção de 'planos racionais' para as terras sob sua propriedade. Tais planos deveriam tomar uma nova forma de colonização, com atuação conjunta de órgãos como o MA, o INIC, o DNOCS, o BDN, o SSR e a ANCAR em grupos de trabalhos. O terceiro ponto apoiava a adoção de contratos de arrendamento e parceria agrícola, com bases na 'justiça social' que possibilitassem maior estabilidade do trabalhador rural à terra que cultive. O quarto tópico tratava de casos especiais, nos quais fossem adquiridas pelo poder público "(...) terras da zona úmida ou valorizadas por obras dos poderes públicos, quando improdutivas ou utilizadas com exclusiva finalidade especulativa" (SEGUNDO Encontro (...), 1959, p. 128). Tais operações objetivariam "(...) ampliar e diversificar o parque de produção de gêneros alimentícios para o abastecimento da população nordestina ou (...) outros fins de interesse social" (SEGUNDO Encontro (...), 1959, p. 128). O último tópico abordava o 'cuidado extremo' necessário para

(...) evitar açodamentos demagógicos, paixão partidária, personalismos de vez que se trata de matéria delicada e facilmente explosiva, cujo tratamento legal, partindo dos estudos da Comissão Nacional de Política Agrária deve ser confiado a grupo interpartidário especialmente constituído para êsse fim. (SEGUNDO Encontro (...), 1959, p. 128).

Outro capítulo da declaração dos bispos transcrita na RBG foi o das conclusões. De pronto é dito que as partes positivas das avaliações sobre as iniciativas decorrentes do I Encontro dos Bispos do Nordeste eram "(...) devidas, antes de tudo, ao apoio absoluto que lhes deu o senhor Presidente da República, Dr. Juscelino Kubitschek, através de seu gabinete civil (e, somos gratíssimos ao Dr. Vítor Nunes Leal e a seu assessor-técnico Dr. Francisco Monteiro Filho)" (SEGUNDO Encontro (...), 1959, p. 129). Nesta seção foram apresentadas as avaliações sobre o andamento das iniciativas acima mencionadas.

O primeiro tópico referiu-se aos 'Planos que vão muito bem'. Foram quatro citados, sendo o primeiro relativo ao decreto que dispunha sobre as medidas necessárias ao desenvolvimento econômico dos vales secos do baixo Piranha e Apodi no estado do Rio Grande do Norte. São enumerados os 'melhoramentos' já inaugurados, tais como casas populares, maternidades, conjunto educacional, rodovias, eletrificação, oficina de reparo de máquinas, moto-bombas, armazéns, e uma emissora rádio educativa rural. O documento aponta estarem "à frente desses trabalhos (...) D. Eugênio Sales e D. Eliseu Mendes. O maior prodígio foi obter o perfeito entrosamento de 11 órgãos federais, que

viviam desarticulados” (SEGUNDO Encontro (...), 1959, p. 129).

O segundo plano citado dentre os ‘que iam muito bem’ foi o que dispunha sobre as medidas necessárias ao desenvolvimento da criação de gado e a indústria leiteira nos estados da Paraíba e Alagoas. Tais trabalhos eram conduzidos por D. Otávio Aguiar, bispo de Campina Grande, e foram divididos em dois grupos: Cariri e Alagoas. O primeiro proporcionou a articulação de 5 órgãos federais que ‘viviam desarticulados’ e efetivou o crédito rural supervisionado, que possibilitou a “(...) construção de silos para forragens, a plantação de sorgo, de palma e de algaroba; financiamento de gado, e sobretudo a perfuração de poços tubulares com resultados capazes de modificar a economia da pecuária local” (SEGUNDO Encontro (...), 1959, p. 129). Sobre o grupo Alagoas (Palmeiras dos índios) somente foi mencionado que estaria ‘começando’ a obter resultados similares.

O terceiro plano/decreto considerado pelos bispos nordestinos como bem-sucedido foi o que dispunha sobre as medidas necessárias ao máximo aproveitamento do açude Curema e suas áreas de influência. Neste âmbito o documento informou terem havido obras de ampliação do açude, de aproveitamento hidrelétrico (casa de força, linhas de transmissão e distribuição), de abastecimento de água e rodoviárias (retificação). O quarto plano ‘bem sucedido’ foi o que dispunha sobre as medidas necessárias ao escoamento regular da produção das jazidas de fosfato de Olinda. As atividades consistiram no início da construção de uma ferrovia e na ampliação do porto de Recife. O quinto e último plano foi o que dispunha sobre o abastecimento de água para Campina Grande. Foram construídos um açude e uma adutora.

Outros cinco planos foram classificados como ‘em andamento’ pela declaração final do II Encontro. O primeiro deles dispunha sobre a instalação de um núcleo colonial destinado ao abastecimento de Fortaleza. Foi instalado o núcleo colonial Pio XII com 1.400 hectares, um grande açude e dois menores (totalizando capacidade de 10.000.000 metros cúbicos de água), irrigação de 300 hectares e casas construídas em lotes já demarcados. O documento afirmava que “em breve teremos os primeiros fornecimentos de verduras, frutas, aves e ovos à capital cearense” (SEGUNDO Encontro (...), 1959, p. 130).

O segundo plano dispunha sobre o auxílio financeiro para a instalação de armazéns destinados no Polígono das Sêcas. O texto afirmava terem sido concedidos Cr\$ 67.400.000,00 até junho de 1958. O terceiro plano dispunha sobre as medidas necessárias à produção e distribuição em tempo útil de sementes selecionadas, mudas e enxertos destinados à lavoura nordestina. Neste âmbito foram

distribuídas sementes de cereais e algodão herbáceo em 1958 e 1959, atividade na qual a Divisão de Fomento Agrícola teve a cooperação das dioceses.

O quarto plano dispunha sobre a instalação de um núcleo colonial no vale do rio Parnaíba. Tal indicação foi substituída por outra similar (por decisão do arcebispo de Teresina, D. Avelar Brandão), mas na margem do rio Gurgueia, o qual no momento da declaração estava em plena construção. O quinto e último plano 'em andamento' dispunha sobre a instalação de um núcleo colonial destinado ao abastecimento de Recife. Nesse sentido já havia sido adquirida uma fazenda e estavam em construção 42 casas para colonos.

Outros cinco planos foram classificados como 'em via de funcionamento'. O primeiro era relativo à construção do porto de Itoqui, estado do Maranhão. Neste sentido foi rompido o contrato com a firma 'inidônea' que deveria ter concluído o porto em 1956, e foi aberta nova concorrência. O segundo plano tratava da instalação de postos de migração em Pernambuco, Sergipe e Bahia. Foram instalados postos em Petrolina, Propriá, Aracaju, Feira de Sant'Ana e Mapeie. O terceiro abordava a instalação de 350 famílias nos núcleos coloniais localizados de Ituberá, Andaraí, Una e Pôrto Seguro, todos na Bahia. Foram construídas 90 casas e cerca de 160 lotes aguardam famílias selecionadas pela ANCAR.

O quarto plano era relativo à instalação do núcleo colonial no vale do rio Mearim, com capacidade para 2.000 famílias. Foi feito um aproveitamento do núcleo já existente de Barra do Corda, com a condição expressa por D. José Delgado, arcebispo de São Luís, de que o INIC instalasse "(...) concomitantemente um posto de triagem em Coroatá, ponto de passagem obrigatória dos nordestinos que se estabelecem no Maranhão" (SEGUNDO Encontro (...), 1959, p. 131). Tal posto já estava sendo instalado, porém o aproveitamento total do núcleo dependia da conclusão da hidrelétrica de Barra do Corda. O quinto plano 'em via de funcionamento' foi o que dispunha sobre a construção de casas para trabalhadores nordestinos. Foram construídas mais de 300 habitações rurais.

Outros três planos foram classificados como 'com dificuldades de andamento'. O primeiro era o que tratava do desenvolvimento da produção do sal e aperfeiçoamento de seus métodos na área do porto de Areia Branca, Rio Grande do Norte. De acordo com o documento o plano do porto teleférico, com a mecanização das salinas, estava em risco de não se concretizar por falta de entendimento entre os salineiros da região (Moçoró, Areia Branca e Grossos).

O segundo plano foi o que previa a instalação de 200 famílias na Colônia Pindorama em Alagoas. Este enfrentava problemas decorrentes do não entrosamento entre a coordenação geral dos planos advindos do Encontro de Campina Grande e a direção da colônia Pindorama. Na seção seguinte (6.4.) será feita uma análise de um artigo do então geógrafo do CNG Roberto Lobato Corrêa sobre a colônia agrícola de Pindorama (CORRÊA, 1963).

O terceiro plano 'em dificuldade de andamento' era o que dispunha sobre o desenvolvimento da indústria animal na Bahia e no Nordeste de Minas Gerais. Apesar da realização de estudos concretos a tarefa era de grande amplitude, tanto pela imensa área abrangida quanto pelo montante dos investimentos necessários à sua execução.

O documento final do encontro também apresentou um capítulo de sugestões, dividido em cinco temas. O primeiro tema era o da 'Educação de base e promoção operária'. Neste foram feitas as seguintes sugestões:

1. Estabelecimento de medidas de financiamento para um programa de educação de base através de escolas radiofônicas para o Nordeste.
2. Programa de educação de base através de escolas radiofônicas em Sergipe.
3. Programa de educação de base no norte do estado de Alagoas, através de escolas radiofônicas, missão rural e centro de treinamento.
4. Programa-piloto de desenvolvimento de artesanato - Rio Grande do Norte.
5. Curso de líderes rurais em cooperativismo da Missão Intermunicipal Rural Arquidiocesana, do Maranhão.
6. Escola de pesca em Maceió. (SEGUNDO Encontro (...), 1959, p. 131).

No segundo tema, 'Estrutura agrária', estas foram as sugestões:

1. Reativação do núcleo de abastecimento do Recife, previsto no decreto n.º 39 290.
2. Projeto do desenvolvimento social e agropecuário de Montes Claros, Minas Gerais.
3. Incentivo do desenvolvimento econômico do vale do rio Caraés (Ceará).
4. Experiências de colonização no Maranhão, em terras oferecidas pela Igreja.
5. Aproveitamento da bacia leiteira do rio Acaraú, no Ceará.
6. Valorização econômica e social do vale do Jaguaribe, no Ceará.
7. Plano de desenvolvimento da bacia hidrográfica do rio Mamanguape, na Paraíba.
8. Criação de uma fundação para o aproveitamento dos vales úmidos do Rio Grande do Norte.
9. Criação de um grupo de trabalho para irrigação em Alagoas, aproveitando as águas do São Francisco.
10. Recuperação do vale do Marituba Alagoas.
11. Colonização das fazendas "Suecas" e "Jenipapo" em Alagoas. (SEGUNDO Encontro (...), 1959, p. 131-132).

No terceiro tema, 'Agricultura e abastecimento', foram apresentadas as seguintes sugestões:

1. Abastecimento de água da cidade de Montes Claros, MG.
2. Incremento da pecuária, das pequenas indústrias rurais e caseiras bem como fomento da cultura do algodão mocó.
3. Grupo de trabalho para promover a intensificação dos trabalhos de colonização do núcleo colonial de Gurgueia, no Piauí, ampliando os trabalhos para os fomentos agropecuário, bem-estar e extensão rural.
4. Grupo de trabalho para o desenvolvimento agrícola de determinadas áreas no sentido de fornecimento de suprimentos alimentares a Aracaju.
5. Grupo de trabalho para incentivar o desenvolvimento agro-industrial dos vales úmidos do estado de Sergipe.
6. Grupo de trabalho para proporcionar a expansão de forrageiras nativas ou introduzíveis, com destaque da alba,

tendo em vista a necessidade de alimentar o gado, de proteger o solo. 7. Criação de um grupo de trabalho para a construção de uma rede de armazéns e silos no estado de Sergipe. 8. Grupo de trabalho para o desenvolvimento da agropecuária no agreste pernambucano. 9. Ampliação dos termos do decreto 39 287 no sentido de permitir o acesso aos pequenos agricultores de material de revenda para uso próprio. 10. Grupo de trabalho para o aproveitamento racional, inclusive para fomento de industrialização dos mangues do Maranhão. (SEGUNDO Encontro (...), 1959, p. 132).

O quarto tema, 'Saúde, maternidade e infância' apontou estas sugestões:

1. Programa de campanha sanitária através de centros educativos e de assistência médico-sanitária e a maternidade e infância. 2. Incentivo à campanha de combate ao tracoma no Cariri cearense. 3. Instalação de 10 unidades polivalentes de saúde: serviços de ambulatório, maternidade e pequena enfermaria - em Pernambuco. 4. Cooperação à rede existente hospitalar e materno-infantil das 3 dioceses do Rio Grande do Norte. (SEGUNDO Encontro (...), 1959, p. 132).

Por fim, o último tema, as 'Migrações internas' trouxe as seguintes sugestões:

1. Plano de trabalho que permita assegurar aos migrantes nordestinos assistência humana e condigna, em todas as fases do deslocamento e pôr todas as vias utilizadas. 2. Transformação das atuais hospedarias rurais, sem prejuízo dos programas de colonização. 3. Ampliação das atividades dos postos de migração de modo que sejam atendidos também os migrantes por via rodoviária. 4. Incorporação dos postos de migração de Teresina e de Coroa à rede de postos criada por sugestão do Encontro de Campina Grande, assegurando-lhe os meios financeiros e humanos necessários ao seu pleno funcionamento. (SEGUNDO Encontro (...), 1959, p. 132).

O próximo texto analisado trata justamente dos 'Convênios para execução das recomendações do Segundo Encontro dos Bispos do Nordeste' (CONVÊNIOS para execução das recomendações (...), 1960), e foi publicado pela RBG, na seção de noticiário, um ano após a realização do referido encontro. Em decorrência deste evento foram "(...) celebrados vários convênios para concretização das providências então sugeridas" (CONVÊNIOS para execução das recomendações (...), 1960, p.195). O texto apresentou a transcrição das ementas dos 20 decretos governamentais que consubstanciaram aquelas recomendações.

1) Dispõe sobre as medidas necessárias à racionalização e fomento da cultura do algodoeiro de fibra longa e da criação pecuária na região do Seridó, estado do Rio Grande do Norte, 2) Constitui grupo de trabalho com a finalidade de planejar e executar medidas necessárias ao desenvolvimento econômico e social do vale do rio Parnaíba, no estado do Piauí, objetivando o abastecimento de Teresina, 3) Constitui grupo de trabalho com a finalidade de planejar e executar as medidas necessárias ao abastecimento da capital do estado de Sergipe, bem como assistência social à população rural do município de Aracaju, com o aproveitamento das fazendas de Itacanema e Taboca, 4) Dispõe sobre as medidas necessárias ao aproveitamento dos vales úmidos no estado de Sergipe, com o desenvolvimento da agricultura nas áreas dos rios São Francisco, Sergipe, Vaza-Barris, Mangue, Sêco e Japarutuba; 5) Dispõe sobre as medidas necessárias ao desenvolvimento do cultivo de forrageiras, especialmente a algaroba, no Nordeste e dá outras providências, 6) dispõe sobre as medidas necessárias ao desenvolvimento da criação de gado e da indústria leiteira, nos municípios de São Bento do Una, Belo Jardim, Sanharó, Pesqueira, Arcoverde, Pedra, Buíque, Garanhuns, Poção, Bom Conselho e Alagoinha, no estado de Pernambuco, 7) Dispõe sobre o aproveitamento econômico do vale do rio Carás, no Cariri

cearense, 8) Dispõe sobre o plano de aproveitamento da bacia hidrográfica do rio Mamanguape, no estado da Paraíba, visando à exploração agropecuária e assistência às empresas agrícolas do vale, 9) Dispõe sobre as medidas necessárias ao aproveitamento do vale do rio Pajeú, no estado de Pernambuco, 10) Dispõe sobre experiência-piloto de colonização no estado do Maranhão, 11) Dispõe sobre o aproveitamento de vales úmidos do estado do Rio Grande do Norte e dá outras providências, 12) Dispõe sobre as medidas necessárias ao desenvolvimento econômico-social do Nordeste de Minas Gerais, incluído no Polígono das Sêcas, 13) Constitui grupo de trabalho com a finalidade de estudar e planejar o financiamento e a execução de um programa de educação de base no Nordeste, utilizando a radiodifusão; 14) Dispõe sobre a execução de um programa de educação de base para o estado de Sergipe através da radiodifusão; 15) Constitui grupo de trabalho com a finalidade de elaborar e pôr em execução um programa de fomento ao artesanato rural, no estado do Rio Grande do Norte; 16) Constitui grupo de trabalho com a finalidade de estudar, planejar e executar um programa de treinamento de dirigentes e líderes cooperativistas, no estado do Maranhão; 17) Modifica e amplia o decreto nº 39292, de 1º de junho de 1956, que dispõe sobre a instalação de Postos de Migração nos estados de Pernambuco, Sergipe e Bahia; 18) Constitui grupo de trabalho com a finalidade de projetar e executar a transformação das atuais hospedarias de migrantes, localizadas nas capitais dos estados do Ceará, Pará e Amazonas, em hospedarias sediadas na zona rural, sem prejuízo dos atuais regimes de colonização; 19) Dispõe sobre as medidas necessárias ao máximo aproveitamento do vale do rio Brumado e sua área de influência; e 20) Dispõe sobre a constituição de um grupo de trabalho para planejar e executar uma campanha de educação e saúde nas áreas suburbanas e rurais de Teresina e municípios vizinhos. (CONVÊNIOS para execução das recomendações (...), 1960, p.195-196)

Portanto, grande parte das sugestões feitas no II Encontro dos Bispos do Nordeste foram aceitas e transformadas em iniciativas governamentais, através da emissão destes decretos. Observamos, neste sentido, a força social e política que representavam os bispos católicos, em suas relações diretas com o chefe do executivo nacional. A importância deste grupo social também foi percebida em relação à formulação de políticas públicas, ao planejamento regional e local, e ao diagnóstico sobre o andamento dos planos propostos. Este texto encerra esta série na qual a escala foi a região Nordeste, e o objeto, o lançamento e andamento da Operação Nordeste, durante o governo Juscelino, além da crucial participação dos bispos nordestinos, como acima reafirmado.

O texto seguinte, publicado em 1960 na seção comentários da RBG, intitulava-se 'A Comissão do Vale do São Francisco - Objetivos e Realizações (SEREBRENICK, 1960) e tratou da transcrição de um anexo da conferência que o autor pronunciou no dia 30 de outubro de 1959 no Curso de Planejamentos Regionais da Associação dos Geógrafos Brasileiros (SRRG). Salomão Serebrenick era então chefe da Divisão de Estudos e Projetos da Comissão do Vale do São Francisco.

O primeiro capítulo do texto apresentou um pequeno histórico do vale do São Francisco. Este iniciava apontando que apesar do rio ter desempenhado um papel importante no 'desbravamento' do território brasileiro, durante os séculos XVI e XVII, "(...) as dificuldades do meio e alguns desníveis mais pronunciados do rio não permitiram ocupação ponderável do vale, sobretudo na sua parte

média, entre Pirapora e Paulo Afonso, onde perdurou o vazio populacional” (SEREBRENICK, 1960, p. 129).

Para Serebrenick, todavia, era “(...) patente a função de consolidador da unidade nacional que o destino reservara ao grande rio, graças à sua posição geográfica” (SEREBRENICK, 1960, p. 129). Sobre este destino do grande rio o autor discorreu:

(...) a importância que o preenchimento do vácuo entre as civilizações do Sul e do Norte teria, não só para o próprio vale - já por si vastíssimo - como para as restantes regiões do país, que se alinham na sua periferia. Efetivamente, o vale do São Francisco, região de imensa potencialidade, que cobre nada menos de 630.000 quilômetros quadrados, pertencentes a 6 estados, e que representa, sob diversos aspectos, uma das maiores riquezas do Brasil, ocupa uma posição central entre o Sul e o Norte do país, bem como entre o litoral leste e o Brasil Central; representa, pois, uma área de contacto entre os estados centro-meridionais e os do Nordeste, ao mesmo tempo que uma excelente base de expansão demográfica em direção ao Brasil Central. O clima relativamente favorável para as condições de vida; a existência de um grande rio e muitos afluentes, que podem servir como artérias de comércio, como grandes produtores de energia elétrica e como fonte ideal para abastecimento público e industrial de água, bem como para extensa e perene irrigação; a boa qualidade de grande parte dos seus solos e a riqueza em jazidas minerais são características seguras das importantes funções que poderia desempenhar a bacia sanfranciscana, desde que racionalmente desenvolvidos os seus recursos e criadas condições propícias à saúde do povo. (SEREBRENICK, 1960, p. 129-130).

Neste sentido foram muitas as tentativas governamentais de realizar o ‘melhoramento e o aproveitamento’ do São Francisco, e segundo o autor foram iniciadas com a designação do engenheiro Halfeld, pelo imperador Pedro II, ainda em 1852, para exploração e levantamento do rio, de Pirapora até o oceano. Outras iniciativas foram também descritas pelo autor:

(...) a visita do próprio imperador, em 1859, à região do Baixo São Francisco e da cachoeira de Paulo Afonso; a série de comissões designadas para promoverem o melhoramento da navegação (em 1861, 1868, 1879 e 1883); e, depois de 1930, os programas do Ministério da Viação, de melhoria das condições de navegabilidade, e as providências do Ministério da Agricultura para fomento da produção (Núcleo Colonial de Petrolândia) e para aproveitamentos hidrelétricos (organização da Companhia Hidrelétrica do São Francisco). (SEREBRENICK, 1960, p. 129)

Entre estes planos e os posteriores o chefe da Divisão de Estudos e Projetos da Comissão do Vale do São Francisco sinalizou uma grande ruptura. Os primeiros trataram-se de “(...) tentativas, e ensaios fragmentários e desprovidos de qualquer planejamento” (SEREBRENICK, 1960, p. 129). Assim, teria sido somente a partir da iniciativa dos constituintes de 1946, a qual inseriu o dispositivo que determinou a aplicação, durante 20 anos, de pelo menos 1% da renda tributária da União no estudo e na execução de um “plano de aproveitamento total das possibilidades econômicas do rio São Francisco e seus afluentes [que então se impulsionou] (...) racionalmente o desenvolvimento do vale” (SEREBRENICK, 1960, p. 129).

Contribuíram para essa ruptura de 1946 dois fatores mundiais: “(...) o exemplo recente da segunda guerra, com a necessidade de transporte de tropas pelo São Francisco e, ainda, o moderno movimento, generalizado no mundo, no sentido de ajuda a áreas subdesenvolvidas” (SEREBRENICK, 1960, p. 130). O movimento internacional mencionado no segundo fator seria refletido internamente na busca pelo “(...) necessário equilíbrio entre as suas regiões mais prósperas e as mais atrasadas” (SEREBRENICK, 1960, p. 130).

Identificamos nestas falas a perspectiva das diferenças espaciais tratadas como sequências temporais, e a utilização da ideia do ‘moderno’, como propulsora deste movimento em prol do ‘desenvolvimento’. Outro ponto que deve ser destacado é posição passiva dos espaços a serem desenvolvidos, já que o ator neste movimento seriam os lugares desenvolvidos, os quais prestariam uma ‘ajuda’ aos ‘subdesenvolvidos’.

Finalizando este capítulo histórico Serebrenick citou a criação, em dezembro de 1948, da Comissão do Vale do São Francisco, que na sua interpretação seria “(...) o mais genuíno – e sob certos aspectos o único – órgão de planejamento regional do Brasil” (SEREBRENICK, 1960, p. 130). O segundo capítulo de seu texto aborda a ‘Política de ação da CVSF’. Logo em seu início o autor explicou que a ‘finalidade moral’ da comissão seria “(...) criar na região fatores propícios à permanência e desenvolvimento da sua população, em condições de vida progressivamente melhores” (SEREBRENICK, 1960, p. 130).

Contudo Serebrenick ressalta que a amplitude das atividades colocadas sob gestão da comissão fora exagerada pelos legisladores, e somente teria sentido se a intenção fosse a de substituir toda a estrutura governamental então atuante no vale - federal, estadual e municipal, pela CVSF. Foram questionados no texto também, como insuficientes para tamanha tarefa, o prazo (20 anos) e o financiamento elencado (1% da renda tributária da União). Dentre estas tarefas o autor citou

(...) desde a construção de obras portuárias, de grandes barragens de regularização e usinas hidrelétricas, de sistemas de irrigação e recuperação de várzeas em larga escala, de extensa rede de estradas de rodagem, e de organização do tráfego fluvial, até a instalação e manutenção de um vasto conjunto de hospitais, a profilaxia de endemias, o saneamento urbano e a execução de trabalhos educacionais, passando pelo variado setor do fomento da produção agrícola, pecuária e industrial, inclusive imigração e colonização. (SEREBRENICK, 1960, p. 130).

A estratégia da CVSF nesta situação foi a de angariar responsabilidades sobre todos os empreendimentos, tanto aqueles menores (em escala geográfica e investimento) que trariam ‘efeitos palpáveis imediatos’, quanto os grandes, ‘fundamentais, porém de repercussão remota’, principalmente pelo tempo que dispensariam. Para a escolha desta opção contribuiu “(...) o

Desta maneira, continua Serebrenick, principalmente a grande irrigação e a navegação estariam atrasadas, todavia algumas iniciativas consideradas 'menores' já proporcionariam "(...) inúmeros benefícios imediatos, já sendo irrefutável a existência de sinais expressivos que traduzem o progresso iminente da região e a simultânea fixação das populações" (SEREBRENICK, 1960, p. 132). Dentre estas iniciativas já com resultado são citadas o fornecimento de água para 250 municípios, a erradicação de endemias, a assistência médica prestada em 67 hospitais e postos de saúde, a construção de 1.300 quilômetros de estradas, a construção de 'algumas dezenas' de usinas elétricas menores, e a 'disseminação' de residências agrícolas, postos de veterinária, núcleos de colonização e postos de irrigação.

O terceiro capítulo do texto, intitulado 'Programa de trabalhos da CVSF', apresentou a organização das atividades da comissão em oito itens: 1 - Estudos Gerais e Levantamentos; 2 - Regularização Fluvial; 3 - Energia; 4 - Transportes; 5 - Irrigação e Drenagem; 6 - Saúde; 7 - Desenvolvimento Cultural; e 8 - Desenvolvimento da Produção. O primeiro item seria a 'base racional e científica' dos planos, os itens de 2 a 5 seriam a 'infra-estrutura material', e os itens 6 e 7 a 'infra-estrutura social', que objetivava a 'recuperação do homem' de tal modo que 'elevasse' o seu nível de vida e o preparasse "(...) para cooperar na execução das obras básicas e para receber os benefícios delas decorrentes" (SEREBRENICK, 1960, P. 132). Já o item 8 corresponderia ao 'desenvolvimento econômico propriamente dito' da região.

A partir desta estrutura organizativa são descritas detalhadamente as atividades da comissão, sobre as quais comentaremos aqui somente os aspectos que mais nos interessam. Do item 1 'estudos gerais e levantamentos' destacamos a realização do 'Plano Geral de Aproveitamento Econômico da Bacia do São Francisco'. Além destes, novos estudos eram incentivados, para planejar futuros projetos, controlar o andamento dos já iniciados, e calcular os benefícios alcançados com os já finalizados. As pesquisas aconteciam principalmente nas seguintes especialidades: aerofotogrametria; cartografia; hidrologia; batimetria; reconhecimento dos afluentes do São Francisco; planejamentos para navegação; reconhecimento de ocorrências minerais; reflorestamento; pedologia; e planejamento da economia do vale.

Após variados estudos realizados pela CVSF o item 2, 'regularização fluvial', foi considerado fundamental para o 'progresso' da vida urbana e rural nas margens do São Francisco, destacadamente em relação à eliminação das grandes enchentes. Esta ação seria concretizada

através de grandes represamentos, os quais também permitiriam imensos aproveitamentos hidrelétricos, a perenidade da navegação, a irrigação de grandes áreas e atenuariam a erosão e o entulhamento do rio. Tal situação foi considerada como primordial para a instalação de centros industriais, para o aproveitamento agrícola das 'imensas vazantes' e para o 'saneamento' das áreas marginais.

A opção pela "(...) construção de um reduzido número de reservatórios, de porte grande e médio, a localizar em pontos adequados da bacia superior e do trecho submédio do São Francisco, êste entre Sobradinho e Paulo Afonso" (SEREBRENICK, 1960, P. 134), foi justificada através da observação de "(...) exaustivos estudos em torno da quantidade, porte e melhor localização dos reservatórios de acumulação destinados à regularização do regime fluvial do São Francisco" (SEREBRENICK, 1960, P. 134). Neste sentido destacava-se por 'sua importância fundamental' a 'enorme barragem' de Três Marias (**Figura 97**), a montante de Pirapora.

A obra da barragem de Três Marias (**Figura 98**) foi orçada em 8 bilhões de cruzeiros, e proporcionaria, segundo previsões do projeto, a armazenagem de 22 bilhões de metros cúbicos, um remanso de 150 quilômetros, uma barragem de 70 metros de altura e capacidade de 520.000 kW. Serebrenick afirmou estar avançado tal projeto:

(...) o rio já foi desviado através da tubulação, já se encontrando o leito do rio ocupado em toda a sua extensão pelo maciço da barragem, cujo erguimento prossegue celeremente a ponto de indicar que, dentro da previsão inicial, poderá a conclusão da obra verificar-se antes do fim do ano de 1960. (SEREBRENICK, 1960, p. 134-136).

Como benefícios imediatos alcançados pela construção da barragem foram citados a eliminação das enchentes 'catastróficas', a possibilidade de navegação mesmo nas estiagens, a irrigação, por gravidade e bombeamento, de 'vastas terras marginais', e a produção de 'farta' energia de 'baixo custo' no raio de 350 quilômetros, numa região 'preparada' para sua 'rápida absorção'. Além destes, Três Marias favoreceria a usina de Paulo Afonso, "(...) proporcionando-lhe, pelo aumento das descargas mínimas, a elevação da sua potência, como aproveitamento a fio d'água, de 540.000 para 900.000 kW" (SEREBRENICK, 1960, p. 134).

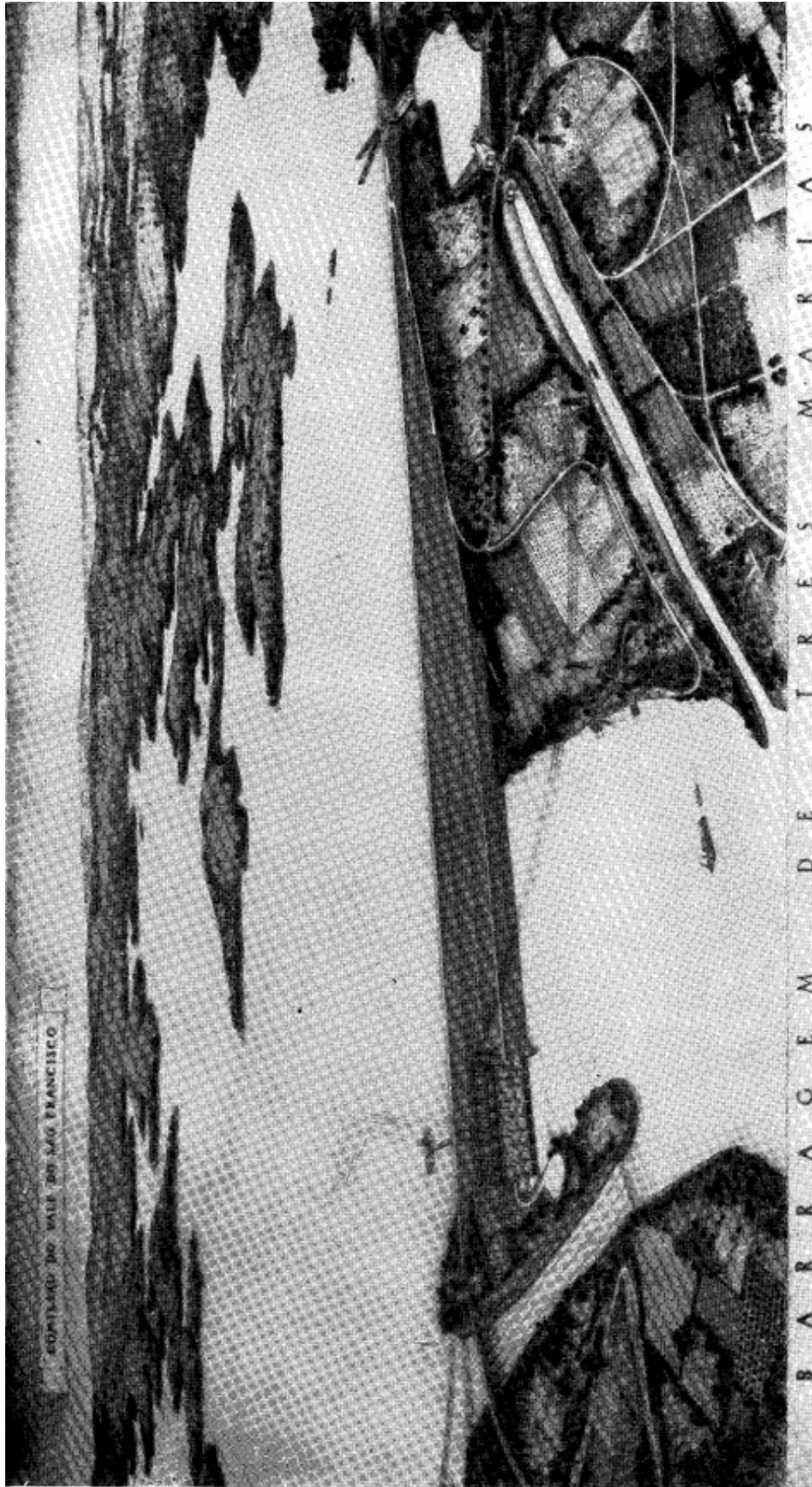


Figura 97: Perspectiva da barragem de Três Marias. Fonte: SEREBRENICK, 1960, p. 133.



Figura 98: Vista da obra na barragem de Três Marias. Fonte: SEREBRENICK, 1960, p. 135.

Outra barragem planejada pela CVSF considerada no texto como fundamental era a de Sobradinho. Esta seria construída pouco a montante de Juazeiro, sendo

(...) a obra hidráulica fundamental do grande plano de "aproveitamento múltiplo do trecho do São Francisco a jusante do desnível de Sobradinho", onde se situa a região mais complexa da

bacia, por assim dizer a sua área-problema, e cuja valorização racional terá profunda repercussão, não somente na parte do vale, longa de 800 quilômetros, que vai de Sobradinho ao oceano, mas também, por propagação, na região a montante do vale, e mesmo em todo o Nordeste do país. (SEREBRENICK, 1960, p. 137)

Destacamos neste trecho a utilização da ideia científica (e também moderna, industrial, desenvolvimentista) do planejamento de Estado, pela qual chefe da Divisão de Estudos e Projetos da CVSF apresentava os feitos da instituição. Nesse sentido identificamos a imprescindibilidade do estudo diagnóstico inicial, que balizava o planejamento, e identificava ‘áreas problema’, por exemplo. Em seguida a construção de um plano, no caso de ‘aproveitamento’ daquelas ‘áreas problema’. O plano significava centralmente a ‘valorização racional’ deste espaço diagnosticado como problemático.

Além dos impactos positivos locais, o autor promete e se baseia numa ideia de que o desenvolvimento/progresso representado por estas grandiosas intervenções pontuais seria propagável, a partir justamente dos planejamentos regionais.

O item 3 ‘energia’ tinha grande continuidade com o anterior, e apresentou os planos desse setor que complementariam a construção das duas imensas barragens já acima relatadas (Três Marias e Sobradinho). Desta maneira Serebrenick citou a construção de ‘algumas’ usinas hidrelétricas de porte ‘médio’ (sobretudo no médio São Francisco) e ‘reduzido’ (dezenas), e a construção de linhas de transmissão nos sistemas CEMIG (alto São Francisco) e CHESF (médio-baixo São Francisco). Tais usinas foram também indicadas em um mapa, aqui disponível como **Figura 99** (p.376).

Também foram mencionadas a construção, dispersa regionalmente, de “(...) pequenos grupos diesel-elétricos, nos municípios em relação aos quais não se justifique o transporte de energia de origem hidrelétrica para o suprimento local” (SEREBRENICK, 1960, p. 137). Assim sendo o autor concluiu que tais projetos comprovavam a

(...) a irrefutável vocação para a industrialização que caracteriza tanto o Alto como o Baixo São Francisco, onde há disponibilidade imediata ou próxima futura de abundante energia elétrica, e onde já constituem realidade, respectivamente, a barragem de Três Marias e a Central de Paulo Afonso. (SEREBRENICK, 1960, p. 137)

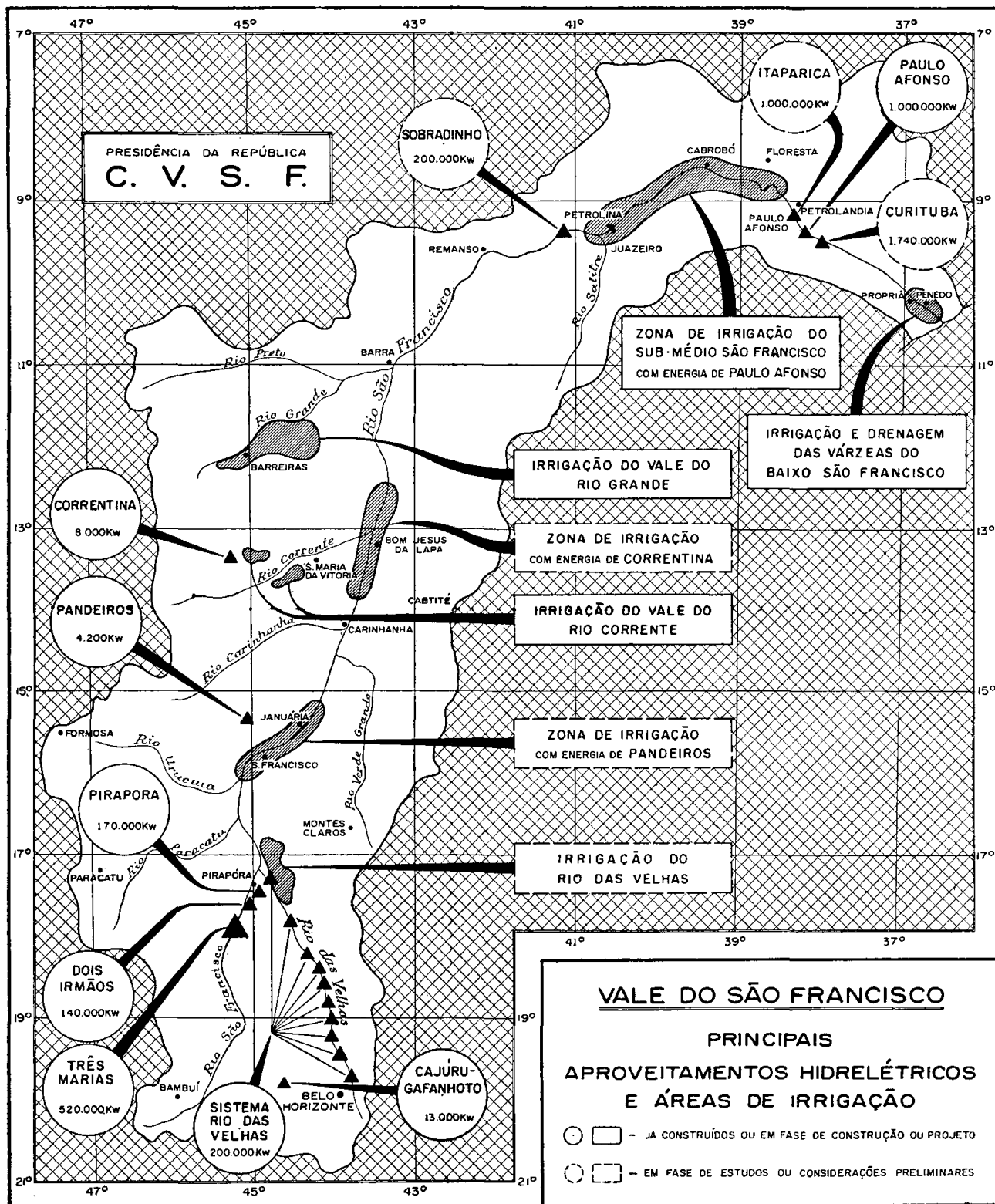


Figura 99: Mapa com os principais projetos de hidroeletricidade e áreas de irrigação. Fonte: SEREBRENICK, 1960, p. 136.

O item 4 dos 'Programa de trabalhos da CVSF' foi referente aos planejamentos do setor dos 'transportes'. Neste âmbito foi decidido que a prioridade seria o transporte fluvial, suplementado por "(...) um sistema rodoviário, que cubra racionalmente o vale, e ainda com uma rede de

aeroportos e campos de pouso, que permita apressar a penetração do progresso na região” (SEREBRENICK, 1960, p. 137). Novamente sobressai no texto analisado o caráter de aplicação de um planejamento ‘racional’, o qual seria o caminho mais fácil para a ‘penetração do progresso’ na região alvo.

Acerca do transporte fluvial, o objetivo final seria estabelecer-lo “(...) desde as proximidades de Belo Horizonte até a foz no oceano” (SEREBRENICK, 1960, p. 137). Contudo a ‘primeira meta’ era tornar ‘perfeitamente’ navegável o trecho médio do São Francisco, de Pirapora a Juazeiro. Neste sentido estavam sendo realizados serviços de balizamento, dragagem, derrocamento (**Figura 100**) e limpeza do leito e margens,

(...) afora o complexo problema da desobstrução da barra do São Francisco, que a Comissão pretende enfrentar a partir do ano de 1960. Finalmente, a CVSF concluiu praticamente a primeira fase do seu programa de obras de proteção e acostagem, compreendendo os portos de Pirapora, Januária, Lapa, Curaçá, Casa Nova, Sento Sé, Pilão Arcado, Petrolina, Propriá, Penedo e Piaçabuçu, sendo seu propósito modernizar as respectivas instalações portuárias à medida que a intensidade do tráfego o fôr aconselhando. (SEREBRENICK, 1960, p. 138).

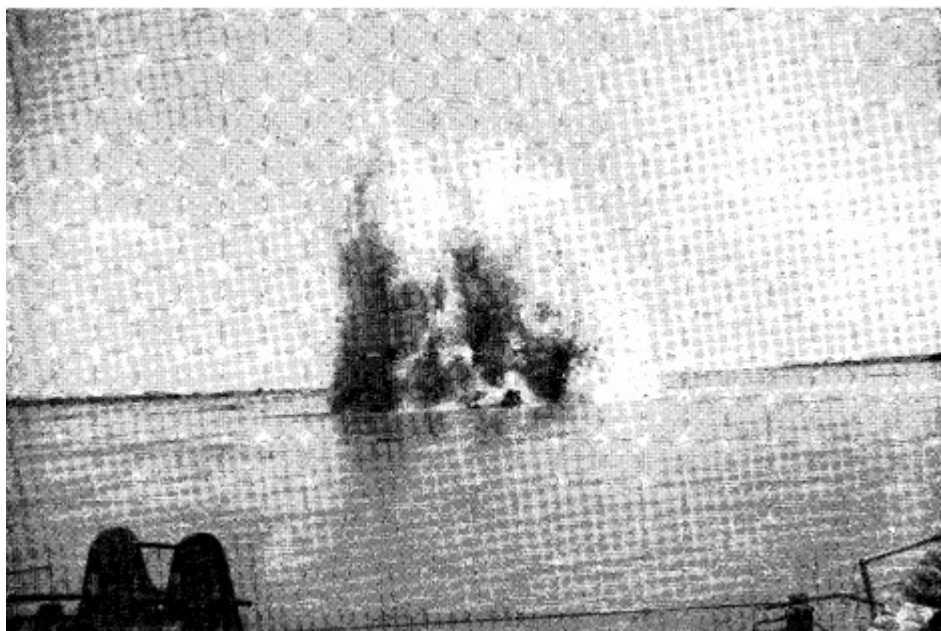


Figura 100: Trabalhos de derrocamento no ‘submédio’ São Francisco. Fonte: SEREBRENICK, 1960, p. 138.

Associado a estas ações deveria se “(...) organizar em moldes racionais e modernos a frota fluvial” (SEREBRENICK, 1960, p. 137). Isto seria efetivado, segundo o planejamento da CVSF, com a criação da sociedade de economia mista ‘Companhia de Navegação do São Francisco S/A’, a qual englobaria duas empresas particulares e duas estaduais: ‘Navegação Mineira do São Francisco’ e ‘Viação Baiana do São Francisco’. As duas primeiras já haviam sido desapropriadas, assim como a companhia mineira, e as suas tarefas funcionavam provisoriamente sob o controle do Serviço de Navegação da

CVSF, sediado em Pirapora.

Serebrenick observou que a CVSF não estaria tendo sucesso no tráfego fluvial, principalmente porque estes serviços eram ‘altamente deficitários’. Tal situação foi explicada pelo ‘engessamento legal’ o qual “(...) não permitia o reajustamento dos fretes, que são deveras irrisórios, e redução das tripulações, que são grandemente exageradas” (SEREBRENICK, 1960, p. 137). Estes dois ajustes foram identificados no texto como ‘recursos racionais indicados’ para a resolução do problema.

Em relação ao transporte rodoviário o texto destacava um ‘extenso programa rodoviário’ realizado através de convênios com os estados, já em andamento. O programa previa 17 estradas-tronco destinadas a efetuar a ligação entre os principais centros de distribuição e consumo. Estas totalizavam 2.800 quilômetros dos quais cerca de 1.300 tinham sido concluídos, 700 estavam em andamento e 800 ainda não iniciados. Além destas a CVSF trabalhava diretamente na construção de uma rede de estradas secundárias, intermunicipais e interdistritais, das quais já haviam sido executadas 500 quilômetros.

A CVSF ainda relatou sua promoção no setor do transporte aéreo, através do melhoramento dos campos de pouso existentes e a construção de novos campos auxiliares. Eram mais de 40 aeroportos e campos de pouso mantidos pela Comissão. Serebrenick sublinha que “(...) tais medidas visam não apenas a apressar a penetração do progresso na região como a facilitar à própria CVSF a execução dos seus trabalhos” (SEREBRENICK, 1960, p. 139).

O item 5 do texto referia-se ao tema da ‘irrigação e drenagem’, estabelecido como um dos objetivos ‘essenciais’ da CVSF, por ser necessário para o “(...) aproveitamento de extensas áreas do vale do São Francisco para o estabelecimento de uma agricultura intensiva, graças à construção de grandes sistemas de irrigação e à recuperação racional de várzeas” (SEREBRENICK, 1960, p. 139). As principais possibilidades de irrigação e recuperação de áreas no vale foram sinalizadas nos mapas **Figura 99** e **Figura 101** (p.376 e 379).

Em relação à irrigação dois grandes projetos foram citados por Serebrenick. O primeiro foi a construção do sistema de irrigação por gravidade na margem direita do rio Grande, na Bahia (municípios de Barreiras, Angical e Cotegipe).

Trata-se de uma obra de vastas proporções, destinada a irrigar na sua fase final uma área superior a 60.000 hectares, cujo custo total é estimado em alguns bilhões de cruzeiros. Por isso mesmo e porque é necessário contar previamente com uma eficiente rede de transportes para escoamento da produção, e ainda porque cabe primeiramente familiarizar os lavradores com a técnica da

irrigação e prepará-los metodicamente para a agricultura moderna, a Comissão adotou a política prudente de, inicialmente, executar, na referida região do rio Grande, uma etapa experimental, compreendendo um canal de pequenas dimensões, longo de 40 quilômetros e distanciado a irrigar apenas 2.000 hectares. O respectivo projeto, incluindo canais de distribuição e de escoamento, bem como o sistema viário interno, já está elaborado, tendo sido dado comêço à execução das obras. (SEREBRENICK, 1960, p. 139).

O segundo projeto de grande envergadura consistia na irrigação por bombeamento das terras marginais do São Francisco numa extensão de 450 quilômetros entre Juazeiro e Paulo Afonso. Esse planejamento estava sendo feito desde 1953, através de ‘sistemáticos’ levantamentos de aerofotogrametria, hidrologia e pedologia, e teria como objetivo “(...) criar, progressivamente, nos Estados da Bahia e Pernambuco, uma enorme faixa verde ao longo do citado trecho do rio, em pleno âmago da região mais árida do país” (SEREBRENICK, 1960, p. 139), como foi representado no mapa **Figura 101** (p.379).

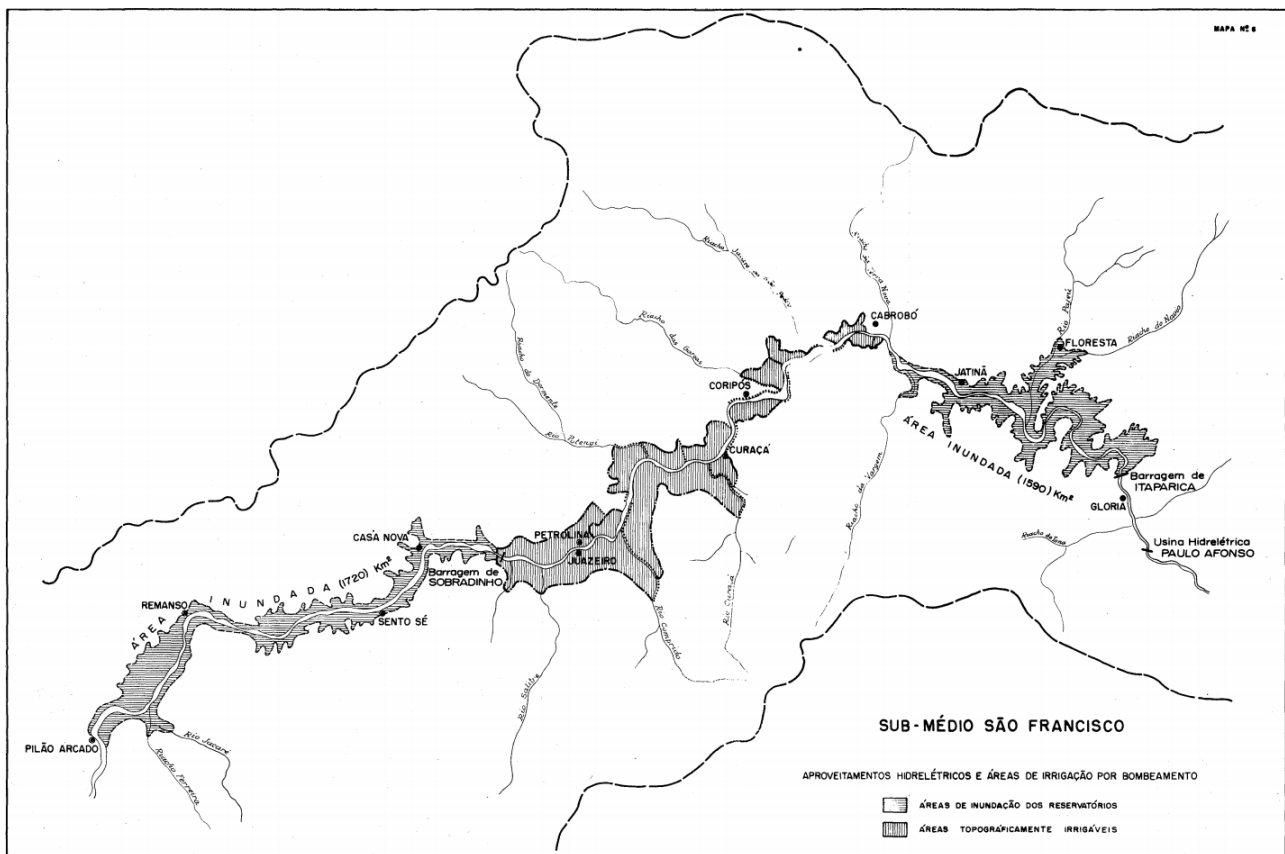


Figura 101: Mapa dos aproveitamentos hidrelétricos e áreas de irrigação por bombeamento no submédio São Francisco. Fonte: SEREBRENICK, 1960, p. 138.

No que tange à drenagem foi relato por Serebrenick que a CVSF estava executando recuperações de ‘amplas’ várzeas no baixo São Francisco, “(...) de modo a permitir o aproveitamento agrícola racional de várias dezenas de milhares de hectares” (SEREBRENICK, 1960, p. 140).

Novamente observamos nas citações acima o caráter ‘científico’ do planejamento em várias de suas

características: necessidade de estudos prévios ‘sistemáticos’, existência nos planos de etapas ‘experimentais’, promover o ‘aproveitamento’ ou ‘melhoramento’ ‘racional’ de determinados espaços, preocupação em capacitar tecnicamente a população atingida, e assim “(...) prepará-los metódicamente para a agricultura moderna” (SEREBRENICK, 1960, p. 139), entre outras.

O sexto item do ‘Programa de trabalhos da CVSF’ tratou do tema da saúde. Primeiramente, sobre os ‘serviços básicos de saneamento’ foi mencionada a instalação pela Comissão de ‘serviços de água’ em várias das principais cidades do vale, como Pirapora, Januária, Matozinho, Pedro Leopoldo, Lapa, Barra, Jacobina, Palmas do Monte Alto, Juazeiro, Petrolina, Delmiro, Pão de Açúcar, Propriá e Penedo. Em outros 200 municípios a instalação ou melhora dos sistemas de abastecimento de água estava sendo realizada através de cooperações técnicas e financeiras dos governos locais. Nos outros 50 municípios restantes do vale, o autor afirma que a CVSF pretendia estender o benefício em breve.

Além destas ações voltadas aos núcleos urbanos a CVSF estava perfurando poços tubulares para atender as populações rurais. O texto informou terem sido instalados 25 poços, e que no total, seriam 88 os poços administrados pela Comissão, integral ou parcialmente. Tal projeto iniciou-se nas regiões consideradas então como as ‘mais carentes’ da Bahia e Pernambuco.

Sobre ‘assistência médico-sanitária’ foi mencionado convênio da CVSF com o Serviço Especial de Saúde Pública. Desta maneira estariam sendo proporcionados “(...) serviços de assistência médica, medicina preventiva, educação sanitária, higiene e assistência dentária, através de 20 hospitais e 47 unidades sanitárias” (SEREBRENICK, 1960, p. 141). Ainda no item saúde Serebrenick citou convênio firmado com o Departamento Nacional de Endemias Rurais, que possibilitou “(...) combate sistemático à malária - já em via de erradicação, ao mesmo tempo que vem empregando recursos, em caráter supletivo, nos serviços contra o tracoma, a doença de Chagas, a esquistossomose e a brucelose” (SEREBRENICK, 1960, p. 141).

No item 7 foi tratado o tema ‘desenvolvimento cultural’, que abrangia ações para melhoria na educação. Segundo Serebrenick, “no domínio da recuperação do homem, embora venha dando toda a prioridade à elevação do nível de saúde da população, nem por isso a CVSF tem descurado do seu desenvolvimento cultural” (SEREBRENICK, 1960, p. 141). Neste sentido, através das dioceses sanfranciscanas a Comissão promovia “(...) com recursos substanciais trabalho de natureza educacional e assistencial de notável expressividade, incluindo a divulgação de práticas relativas à pequena agricultura e ao ensino técnico-profissional” (SEREBRENICK, 1960, p. 141). Além destes

programas,

Mantém ainda a Comissão em Pôrto Real do Colégio, mediante acôrdo com o Ministério da Agricultura, uma escola de arador-tratorista e outra de economia doméstica, e auxilia, financeiramente, cêrca de trinta ginásios, escolas normais e outros educandários, especialmente nos estados da Bahia e Pernambuco, uma escola agrícola em Minas Gerais, um patronato agrícola em Pernambuco, dois artesanatos, e custeia a manutenção de 18 escolas primárias e um grupo escolar, nas colônias de Paracatu, Formoso e Petrolândia. (SEREBRENICK, 1960, p. 141).

O último e oitavo item abordou o ‘desenvolvimento da produção’. Acerca do ‘fomento da produção vegetal e animal’ a CVSF estaria adotando ‘substancial’ e ‘extensivo’ programa de fomento ‘direto’ e ‘multiforme’ da produção agropecuária, que traria efeitos ‘palpáveis imediatos’. Tal programa seria estruturado regionalmente através de

(...) 11 residências agrícolas, 9 postos de veterinária e 7 postos de assistência à irrigação, convenientemente distribuídos pelo vale, afora 3 grandes colônias agropecuárias: Paracatu - Formoso - Petrolândia (...); e, como eficiente agente financiador, que facilita aos agricultores e criadores da região a aquisição de materiais e equipamentos, funciona a Carteira de Revenda da CVSF. (SEREBRENICK, 1960, p. 142).

O programa mencionado incluía medidas de fomento e defesa da agricultura e da pecuária. Sobre as primeiras foram citados a distribuição de sementes selecionadas, a defesa das culturas contra pragas, e a mecanização das lavouras. Como exemplos Serebrenick descreveu o crescimento da viticultura (**Figura 102**), da pomicultura, das culturas do alho (**Figura 103**), cebola (**Figura 104**), banana, uvas, algodão e tomate: “Assim, a parte mais árida da região sanfranciscana, que nada produzia, possui hoje uma fonte de riqueza baseada na exploração da agricultura, que se vai expandindo” (SEREBRENICK, 1960, p. 144). No baixo São Francisco teve destaque o ‘enorme’ aumento na produção de arroz (**Figura 107**), decorrente da “(...) implantação da mecanocultura, aliada à irrigação e complementada pela construção de inúmeros pequenos açudes (**Figura 105**). São cêrca de 200 tratores distribuídos pelas residências agrícolas e 1.200 bombas assistidas pelos postos de irrigação que respondem pelo êxito alcançado” (SEREBRENICK, 1960, p. 144). Em relação ao fomento e defesa da pecuária foram citadas “(...) a introdução em larga escala de raças finas e melhoradas, a fixação e a difusão de variedades apropriadas de plantas forrageiras, e ainda a vacinação sistemática dos animais contra as moléstias que incidem sôbre os rebanhos” (SEREBRENICK, 1960, p. 144). (**Figura 106**)



Figura 102: Viticultura no Submédio São Francisco. Fonte: SEREBRENICK, 1960, p. 143.



Figura 103: Cultura do alho no Submédio São Francisco. Fonte: SEREBRENICK, 1960, p. 143.



Figura 104: Cultura da cebola no Submédio São Francisco. Fonte: SEREBRENICK, 1960, p. 142.



Figura 105: Pequena irrigação (moto-bomba) no Submédio São Francisco. Fonte: SEREBRENICK, 1960, p. 144.

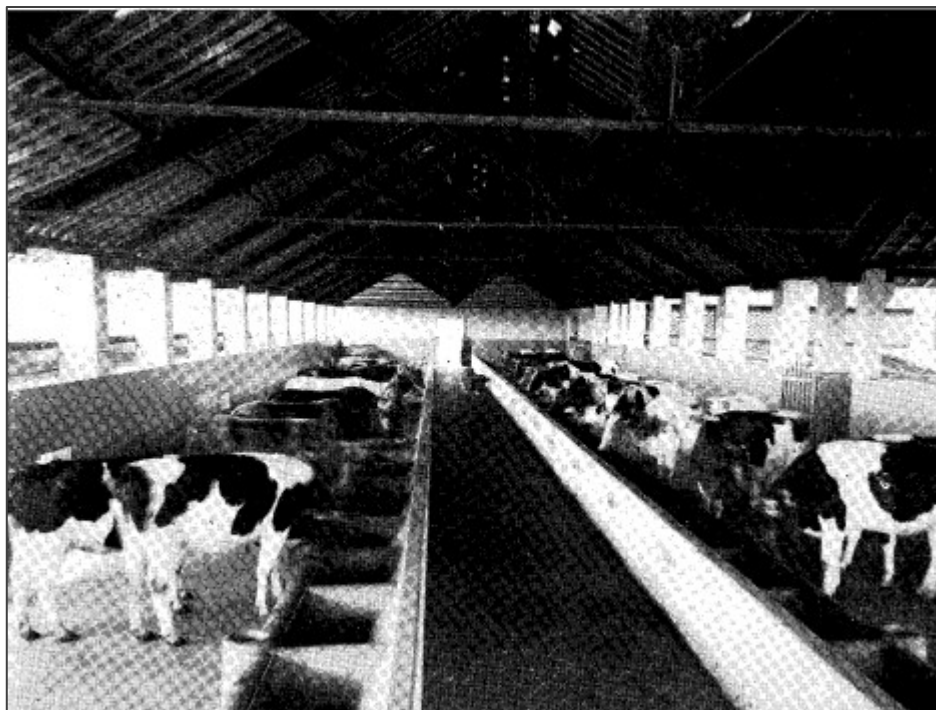


Figura 106: Gado holandês estabulado no Submédio São Francisco. Fonte: SEREBRENICK, 1960, p. 145.

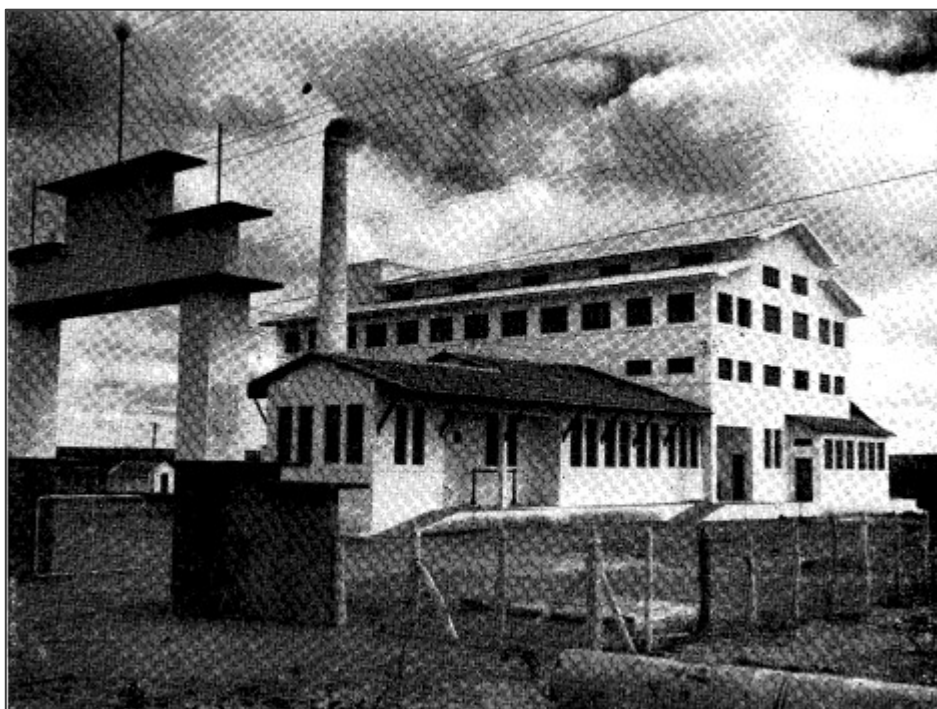


Figura 107: Usina de beneficiamento de arroz, em Petrolândia. Fonte: SEREBRENICK, 1960, p. 145.

Sobre os fomentos para a produção mineral o texto informou que era aguardado os trabalhos, “(...) a serem iniciados em 1960, de prospecção completa das principais ocorrências de minerais no vale, com vistas à avaliação da sua importância econômica” (SEREBRENICK, 1960, p. 144). Todavia a CVSF já prestaria ajuda a algumas empresas que exploravam depósitos minerais na região.

Ainda neste item oitavo foram relatados os fomentos concedidos para a produção industrial. Serebrenick explica que a CVSF não tinha ainda dedicado maiores esforços em prol do desenvolvimento industrial por três fatores principais. Primeiramente a não finalização dos levantamentos de recursos regionais e dos estudos sobre as 'potencialidades materiais de desenvolvimento'. Outro fator foi a insuficiência dos recursos energéticos disponíveis, e o último e mais importante, segundo o texto, o despreparo da população da região em 'se adaptar às exigências' da industrialização, do ponto de vista sanitário e educacional. Assim sendo a CVSF considerou "(...) prudente postergar a industrialização, dando prioridade a um programa de modernização agrícola e de melhoramento da infra-estrutura material e social" (SEREBRENICK, 1960, p. 146).

Contudo Serebrenick apontou que a CVSF considerava aquele momento (1960) um ponto inicial para retomar a questão da industrialização. Suas justificativas foram a de que 'vários' levantamentos estariam 'adiantados', o 'nível' sanitário e educacional se elevava 'razoavelmente' e as fontes de energia estariam 'se multiplicando'. Outro ponto mencionado foi a identificação das 'vocações' das diversas regiões do vale:

Alto São Francisco - grande indústria; Baixo São Francisco - grande indústria privilegiada, pois, além da abundância de energia e água, existe ali a possibilidade de acesso à navegação oceânica; Médio São Francisco - pequenas indústrias de beneficiamento e de transformação de produtos agrícolas, principalmente alimentares. (SEREBRENICK, 1960, p. 146).

Neste contexto a pretensão da Comissão era promover já naquele ano "(...) o planejamento da industrialização do vale, e, em conseqüência, orientar a implantação de indústrias, inclusive cooperando mediante a elaboração dos respectivos estudos e projetos e a eventual participação na sua instalação" (SEREBRENICK, 1960, p. 146).

O último capítulo do texto de Serebrenick sobre os objetivos e realizações da Comissão foi dedicado à uma análise da influência dos 'fatôres regionalistas nas realizações da CVSF'. O autor respondeu as críticas sobre tais influências explicando que nas 'realizações de menor porte' ela existiria e seria legítima, entretanto, nas 'realizações de grande porte e de importância fundamental' essas influências inexisteriam por completo. Sobre as influências 'legítimas' foi descrito que estas poderiam reforçar as desigualdades na densidade de realizações da CVSF, e que não passariam "(...) de uma simples variação do grau de empenho dos respectivos políticos - prefeitos municipais e parlamentares - sobretudo por ocasião da feitura da Lei Orçamentária" (SEREBRENICK, 1960, p. 146).

O autor exemplifica sua justificativa relatando as razões que ensejaram a decisão de iniciar primeiro

as obras do reservatório de Três Marias em detrimento do projeto de 'aproveitamento múltiplo do trecho do São Francisco a jusante do desnível de Sobradinho'. Assim, as acusações de favorecimento pela CVSF das partes 'norte' e 'sul' do vale foram respondidas utilizando-se do discurso aqui já analisado, no qual estudos diagnósticos 'racionais' e 'técnicos' teriam sido fundamentais na decisão sobre o planejamento.

6.4. O planejamento regional além do Vale Sanfranciscano (1958, 1961 e 1963)

Os três textos seguintes serão os derradeiros que apresentamos sobre os sertões na perspectiva do planejamento regional, todavia não possuem o recorte espacial dos últimos analisados acima – o vale do rio São Francisco, toda a região Nordeste, ou sua parte seca. Os dois primeiros textos são relativos aos grupos formados pelo governo federal para atuar em regiões específicas: A Comissão de Desenvolvimento do Planalto de Ibiapaba (COMISSÃO de Desenvolvimento (...), 1958); e o ‘Grupo de Trabalho sôbre o Babaçu’ (GRUPO de Trabalho (...), 1961). O terceiro e último texto deste capítulo (tanto em nossas apresentações, quanto em relação ao período pesquisado) é um estudo sobre uma colônia agrícola alagoana de Pindorama (Figura 108), feito pelo então geógrafo do CNG Roberto Lobato A. Corrêa (CORRÊA, 1963).

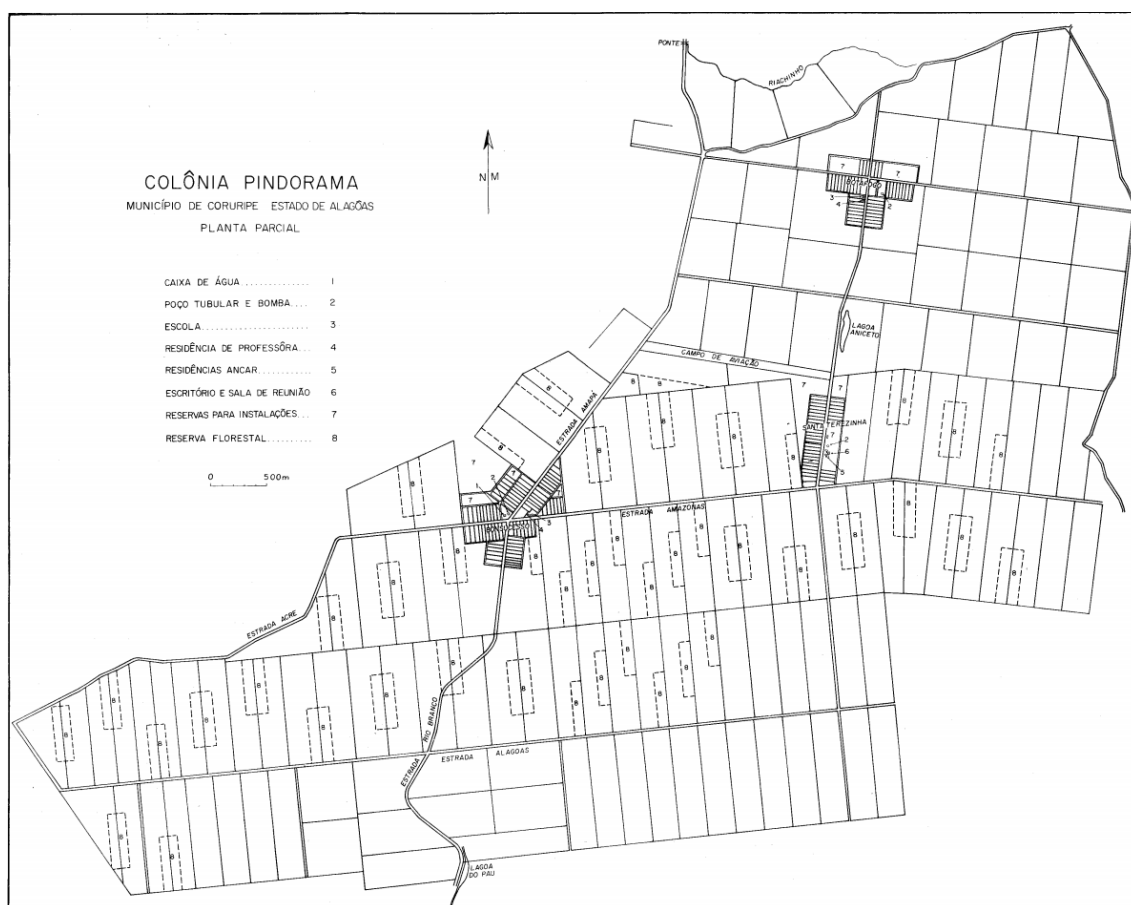


Figura 108: Planta parcial da Colônia Pindorama. Fonte: CORRÊA, 1963, p. 68-69.

O primeiro texto foi publicado na seção de noticiários da última RBG de 1958 e tratava-se do Decreto Presidencial (nº 44.684, de 20 de outubro de 1958) que regulamentou a Comissão de Desenvolvimento do Planalto de Ibiapaba (COMISSÃO de Desenvolvimento (...), 1958). A criação da CODEPI tinha acontecido em 1957, através da lei nº 3.161, de 1 de junho de 1957, sendo

A referida Comissão, diretamente subordinada ao Ministério da Agricultura, e com sede na cidade de Viçosa do Ceará, tem por finalidade promover o desenvolvimento e a melhoria da produção agrícola na área do planalto da serra de Ibiapaba, mediante assistência financeira, técnica e social aos proprietários rurais da região (COMISSÃO de Desenvolvimento (...), 1958, p. 185).

Além desta descrição mais geral o texto trazia dez atribuições específicas conferidas à nova comissão:

- I - Incentivar a organização de cooperativas de produção;
- II - Diligenciar pela localização na área do planalto de imigrantes agricultores e prestar-lhes a devida assistência promovendo, para êsse fim, os entendimentos necessários com o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC);
- III - Promover, diretamente ou através do financiamento aos interessados, a mecanização agrícola, a ensilagem e a armazenagem dos produtos, a perfuração de poços, a construção de barragens e a instalação de usinas hidrelétricas;
- IV - Estimular os processos de fenação, de irrigação e drenagem, a instalação de usinas de beneficiamento de produtos agrícolas e a criação de indústrias rurais de forma a desenvolver novos valores econômicos para a região;
- V - Promover a extensão agrícola e o crédito supervisionado, visando ao aprimoramento dos processos de cultura e ao aumento da produção na zona do planalto;
- VI - Organizar estabelecimentos de experimentação agrícola e depósitos de distribuição de mudas, sementes e fertilizantes;
- VII - Promover entendimentos com o Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, no sentido de incrementar o reflorestamento e o aproveitamento racional das terras (...);
- VIII - Promover entendimentos com a Divisão de Fomento da Produção Animal, do Ministério da Agricultura, visando à melhoria dos rebanhos e à introdução de novas raças indicadas à ecologia do planalto, bem como introduzir na pecuária local ensinamentos e métodos modernos de trabalho;
- IX - Promover entendimentos com as Divisões de Defesa Sanitária Animal e Vegetal, ambas do Ministério da Agricultura, no sentido de ampliar suas atividades na zona do planalto visando a atender às necessidades da região;
- X - Promover entendimentos com a Divisão do Fomento da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, objetivando a: a) incentivar as suas atividades na área do planalto, b) introduzir na agricultura local ensinamentos e métodos modernos de trabalho, c) difundir práticas de conservação do solo. (COMISSÃO de Desenvolvimento (...), 1958, p. 185-186)

Desta maneira observamos principalmente a amplitude das ações colocadas sob o comando da nova instituição, e seu caráter de introdução de métodos ‘modernos’ nas atividades regionais. Notamos também a disposição em se trabalhar integradamente com diversos outros órgãos estatais, principalmente na esfera federal. No seu parágrafo final o decreto também estabelecia que a comissão poderia firmar contratos com “(...) repartições federais, estaduais, municipais e privadas que tenham ação na zona do planalto da serra de Ibiapaba” (COMISSÃO de Desenvolvimento (...), 1958, p. 186). Outro ponto de destaque foi a primazia dada à atribuição que incentivava a organização cooperativa da produção regional.

O segundo texto foi publicado na seção de noticiário da RBG número quatro de 1961, sob o título ‘Grupo de Trabalho sobre o Babaçu’ (GRUPO de Trabalho (...), 1961). O texto consiste na transcrição

de excertos do relatório apresentado pelo grupo mencionado no título, conforme ato presidencial de maio de 1961.

O grupo de trabalho que teve a finalidade de estudar o aproveitamento econômico do babaçu foi composto por representantes da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, Carteira de Importação e Exportação do Banco do Brasil, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, IBGE, Departamento Nacional de Estradas de Ferro, Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais e governo dos estados do Maranhão, Piauí, Pará, Goiás.

No primeiro trecho transcrito na RBG o grupo de trabalho relatava sua consideração negativa à criação do 'Instituto do Babaçu'. A justificativa foi a de que já existiam órgãos federais como a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e a Superintendência do Desenvolvimento Econômico do Nordeste (SUDENE), os quais "(...) podem, em trabalho conjunto, atender às necessidades das regiões interessadas na exploração econômica do babaçu: Goiás, Pará, Maranhão e Piauí" (GRUPO de Trabalho (...), 1961, p. 142).

Tais estados conformavam a área de alcance das análises e propostas do GT, o qual ressaltou em seu relatório a informação de que o recorte espacial seria o 'interior' destes estados. Nesta grande área as atividades de apanha e quebra do coco babaçu tinham enorme importância social, "(...) representando o ganha-pão de cerca de 200.000 famílias" (GRUPO de Trabalho (...), 1961, p. 142), e cerca de 50% das exportações do Maranhão, tendo também importante participação nos outros estados.

Ao mesmo tempo em que tal importância social é destacada o GT sinalizou que tal região apresentava uma das 'mais baixas' renda per capita do país, e que

Se melhorada a produtividade da mão-de-obra aplicada naqueles serviços e obtida a elevação do preço pelo qual os apanhadores vendem as amêndoas, cerca de um milhão de brasileiros terão condições muito mais favoráveis de vida. Deixarão de ser marginais econômicos, para passarem a viver como seres humanos. (GRUPO de Trabalho (...), 1961, p. 142).

Sublinhamos aqui a descrição feita pelo GT para se referirem aos trabalhadores do babaçu: marginais econômicos, que só poderiam viver como humanos com as medidas propostas pelos autores. Tais medidas prometiam dobrar o rendimento do trabalho dos apanhadores de coco babaçu.

Além de atender aos moradores das áreas em questão o GT considerou que a aplicação das suas propostas seria de importância fundamental no sucesso do "(...) plano de colonização dos vales do

Maranhão, traçado pela SUDENE e que prevê a deslocação para aquelas regiões de 125.000 famílias nordestinas (...) no prazo de cinco anos” (GRUPO de Trabalho (...), 1961, p. 142-143). Neste sentido, a ideia do GT foi a de que tais colonos teriam como única oportunidade de trabalho imediata a apanha e a quebra do babaçu, e desta maneira se reduziriam os gastos dos órgãos oficiais para suas ‘manutenções’.

Segundo as análises efetuadas pelo GT a apanha e quebra do coco eram atividades familiares:

O chefe da família apanha o coco, a mulher e os filhos se encarregam da quebra. Criou-se essa situação porque, dada a falta de processos mecânicos para a quebra econômica do coco, tornava-se impossível justificar o transporte do mesmo para usinas onde fôsse industrializado. Só era viável o transporte das amêndoas, que representam de 6 a 8% de peso do coco. Com a expansão da rede rodoviária (estradas federais, estaduais e municipais), a abertura de estradas pioneiras e a adoção de métodos racionais de quebra, a situação se apresentará diferente. A produção de amêndoa do Maranhão é, hoje, da ordem de 80 000 toneladas, o que representa um volume de 1 280 000 toneladas de coco, operadas cada ano. (GRUPO de Trabalho (...), 1961, p. 143)

Além das estradas e adoção de métodos ‘racionais’ de quebra o GT aconselhou a instalação de usinas nos centros de gravidade das regiões produtoras. Tais usinas mecanizariam os processos de quebra do coco, retirada das amêndoas e produção de óleo. Assim sendo essa nova organização produtiva limitaria o trabalho do extrativista e sua família à apanha do coco, e sua entrega nas estradas, nos caminhões da usina central. Os autores do relatório indicam como vantagens imediatas: o maior rendimento do trabalho, pelo ganho de tempo em não realizar a tarefa da quebra; e a liberação das crianças e mulheres deste serviço.

Outra medida sugerida foi condicionar “(...) quaisquer favores que fôssem concedidos a empresas particulares para instalação de usinas centrais, (...) à fixação de um preço razoável para aquisição do coco, de forma a tornar efetiva a participação do extrativista na renda final do produto” (GRUPO de Trabalho (...), 1961, p. 143). Estes favores iriam desde ajuda financeira a longo prazo e juros módicos, até orientação técnica e ao planejamento, levando em consideração a capacidade de abastecimento da zona de sua localização.

Esta industrialização da produção do babaçu deveria ainda “(...) ser examinado a fundo, através de estudos e experiências a serem realizadas por institutos nacionais ou estrangeiros” (GRUPO de Trabalho (...), 1961, p. 143). Outra questão mencionada no relatório foi a necessidade de promoção do aproveitamento da casca do coco, a qual representa 94% do seu peso. Neste sentido a proposta do GT foi de imediatamente montar uma usina piloto, que permitisse “(...) chegar a resultados conclusivos sobre a produção econômica dos subprodutos da casca, bem como solucionar

definitivamente o problema da quebra e separação mecânica dos cocos, experimentando diversos tipos de máquinas” (GRUPO de Trabalho (...), 1961, p. 143).

Outra ação imediata e imprescindível sugerida foi a construção de uma estação experimental na zona ‘típica’ do babaçual, objetivando desenvolver estudos de genética e ecologia. Também a aplicação da técnica do desbaste foi prescrita pelo GT, o que possibilitaria o

(...) aumento do suprimento de matéria-prima, (...) favorecendo a circulação do ar e a ação direta da luz solar, (...) [permitindo] à palmeira melhores condições de frutificação e conseqüentemente, um aumento da produção. Será um modo de racionalizar a exploração do babaçu transformando os babaçuais nativos em verdadeiras plantações naturais e em consorciação com as lavouras de subsistência. (GRUPO de Trabalho (...), 1961, p. 143).

Com relação ao problema dos transportes o relatório propôs estabelecer um convênio entre SUDENE, SPEVEA e os órgãos de ‘planejamento’ e DER estaduais. Estes últimos se responsabilizariam pela parte técnica da construção, e a SUDENE e SPEVEA junto com os órgãos de ‘desenvolvimento e planejamento’, responderiam pela definição das regiões, e prioridades, a serem atendidas. O GT também informou que o governo federal, através do Plano Quinquenal de Obras Rodoviárias Federais (PQORF), havia prometido construir e pavimentar as seguintes extensões, no período de 1961-1965 (**Figura 109**):

	Construção (Km)	Pavimentação (Km)
Maranhão	710	154
Piauí	526	305
Goiás	1868	667
Pará	790	123

Figura 109: Obras Rodoviárias Federais – construção e pavimentação e suas extensões. **Fonte:** GRUPO de Trabalho (...), 1961, p. 144.

Para que fossem garantidos o aproveitamento máximo dos recursos investidos nestas construções (cerca de 20 bilhões de cruzeiros), o relatório sugere que

(...) as medidas de desenvolvimento das regiões produtoras, através da construção de estradas de penetração, organização de cooperativas de produção, instalações de usinas regionais ou melhoramentos da técnica agrícola, obedeçam a uma programação que se desenvolva paralelamente à execução dêste plano (GRUPO de Trabalho (...), 1961, p. 144).

Outra frente de trabalho seria a formação de pessoal especializado que pudesse acompanhar este empreendimento de “(...) explorar e industrializar o babaçu em bases tecnicamente orientadas” (GRUPO de Trabalho (...), 1961, p. 144). Esta era uma questão problemática no Brasil, porém mais agravada no ‘Norte do país’: “Os técnicos formados pelas escolas do Sul do país encontram logo no ambiente de formação, colocações compensadoras, pelo que não se abalançam a deslocar-se para o

extremo Norte, que, dêsse modo, tem que formar os seus técnicos em seu próprio meio” (GRUPO de Trabalho (...), 1961, p. 144).

Neste sentido seria urgente a formação de quadros regionais que fossem familiarizados com as ‘agruras’ da região, que vissem o ‘drama de suas vicissitudes’, e que conhecessem os problemas e as necessidades locais. Estes deveriam ser também habilitados “(...) para dirigir e orientar as múltiplas tarefas ligadas ao desenvolvimento e aproveitamento industrial do babaçu” (GRUPO de Trabalho (...), 1961, p. 144). Uma sugestão do GT seria assistir e aparelhar as já em funcionamento, no Pará, Escola Superior de Química e Escola de Agronomia.

Para a execução das medidas preconizadas no relatório fazia-se mister a articulação no planejamento e atuação dos órgãos envolvidos. Em relação à colonização, desbaste dos babaçuais, industrialização e montagem da usina-piloto e estação experimental, os dois órgãos de ‘valorização’, SPVEA e SUDENE, deveriam trabalhar coordenadamente com o Ministério da Agricultura. As concessões de financiamentos agrícolas e industriais exigiriam a atuação das entidades bancárias BB, BNDE, BCA e BN. No setor dos transportes agiriam o DNER, DNEF, DNPRC, na formulação de planos de melhoria e ampliação das redes rodoviárias, ferroviárias e fluviais.

Finalmente foi sugerida a formação de uma comissão para coordenar todos os programas de trabalho a “(...) serem desenvolvidos pelas diversas entidades ligadas ao problema de valorização do babaçu, parece-nos que, para ter a necessária autoridade, deveria ficar diretamente subordinada à Presidência da República” (GRUPO de Trabalho (...), 1961, p. 145). Tal Comissão Coordenadora teria oito membros, sendo o presidente nomeado pelo Presidente da República, quatro representantes estaduais nomeados pelos governos dos respectivos estados, e um representante do Ministério da Agricultura, um da SUDENE e um da SPVEA.

A Comissão organizaria e teria assessoramento de um Conselho Técnico Consultivo que seria responsável por

- a) estabelecer a coordenação dos programas de trabalho para execução dos serviços previstos na lei orçamentária anual; b) determinar de acordo com os recursos financeiros disponíveis os níveis anuais a serem atingidos na execução desses trabalhos; c) incluir nos planos de atividade quaisquer outras espécies oleíferas que ofereçam condições econômicas de exploração nos estados interessados; d) apresentar anualmente ao Presidente da República, relatório de suas atividades. (GRUPO de Trabalho (...), 1961, p. 145).

Em seguida foi apresentado o plano de ação definido para a comissão, dividido em seis ‘setores’. O primeiro setor abordado foi o agrícola, composto por sete sugestões:

A - Plano de colonização, baseado no parcelamento das terras, assegurando-se aos colonos condições de trabalho remunerado e de vida digna; B - Regularização da situação jurídica das terras ocupadas, visando defender os ocupantes e impedir a ação dos "grileiros"; C - Abertura de estradas de acesso para alargar a área de exploração do babaçu; D - Desbaste dos babaçuais, visando o aumento de sua produtividade e a implantação, nas áreas de derrubada, de lavouras de subsistência, condições *sine qua non* de fixação do homem ao solo e da elevação do seu nível de vida; E - Criação de cooperativa de babaçueiros, nos moldes, sempre que possível, da existente no estado de Goiás (Cooperativa dos Babaçueiros do Norte Goiano de Responsabilidade Ltda., com sede em Tocantinópolis). F - Aproveitamento racional das palmeiras abatidas em decorrência do desbaste; G - Instalação de uma estação experimental. (GRUPO de Trabalho (...), 1961, p. 146)

Quanto ao setor de transportes a comissão propôs seis ações:

A - Convênio entre os órgãos de desenvolvimento e os DER estaduais para abertura de estradas de penetração; B - Programação conjunta das medidas de aumento da produção e o PQORF 1961 - 1963; C - Melhoria das condições de navegabilidade dos rios Parnaíba, Itapicuru, Mearim, Pindaré, Turiaçu, Gurupi e Tocantins; D - Facilidade para aquisição de embarcações fluviais e de navios dotados de tanques para transporte de óleo; E - Melhoria dos portos de Luís Correia, São Luís (Itaqui), Turiaçu e Belém; F - Facilidade para construção de tanques para óleo nesses portos. (GRUPO de Trabalho (...), 1961, p. 146)

No plano de ações o setor industrial englobou três propostas:

A - Estudo, por organização especializada, nacional ou estrangeira, dos vários tipos de máquinas para quebra do coco; B - Instalação de usina-piloto para estudo do aproveitamento da casca do babaçu e de métodos para quebra dos cocos; C - Instalação de usinas centrais nos centros de gravidade das zonas produtoras. As referidas usinas, recebendo o coco inteiro, procederão à sua quebra, extração das amêndoas, produção de óleo, industrialização da casca. (GRUPO de Trabalho (...), 1961, p. 146)

Ao denominado setor de crédito foram dedicadas quatro propostas:

A - Aumento do número de agências do Banco do Brasil, do Banco de Crédito da Amazônia e do Banco do Nordeste, na região babaçueira; B - Criação de agências do Banco Nacional de Crédito Cooperativo no Pará, Goiás, Maranhão e Piauí, visando apoiar as cooperativas locais, através das quais terá de ser assegurado o financiamento ao pequeno produtor, na base de legislação específica; C - Financiamento pelos Bancos de Crédito da Amazônia, do Banco do Brasil, do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, do Banco do Desenvolvimento do Nordeste ao desbaste dos babaçuais, às minas e às fábricas de produtos derivados do babaçu. D - Operações de desconto realizável por esses bancos, com garantia de recibos de depósitos de óleo entregue nos tanques, nos portos de embarque, liquidável quando a retirada do produto dos tanques, nos portos de desembarque. Operações que poderiam ser realizadas pelas Carteiras Bancárias que operam nas regiões. Dentro do critério adotado pelo Banco do Brasil para a instalação das Unidades Móveis de Crédito Rural, dar prioridade para o funcionamento das mesmas nas agências que jurisdicionam zonas de babaçuais, compreendidas nos estados do Pará, Maranhão, Piauí e Goiás. (GRUPO de Trabalho (...), 1961, p. 146).

O último setor que teve suas propostas descritas no plano de ação da comissão foi o educacional, que só continha um ponto:

Concessão de dotações especiais à Escola Superior de Química do Pará e da Escola de Agronomia da Amazônia e criação de outras escolas técnicas dentro da área do babaçu, com finalidade de

preparar profissionais habilitados à investigação no que concerne à indústria oleífera. (GRUPO de Trabalho (...), 1961, p. 146)

Destas propostas consolidadas pela comissão em seu plano de ação verificamos que várias já haviam sido apresentadas e discutidas anteriormente no texto. Nesse sentido repetimos nossas observações, sobre o caráter moderno presente nas ideias da comissão. Dentre outras evidências salientamos nos trechos acima citados a promoção da ‘colonização’ em determinados espaços, processo associado à introdução de novidades técnicas e ao desenvolvimento advindo de grandes projetos e obras.

O último texto por nós selecionado para esta sessão derivou do estudo sobre uma colônia agrícola em Alagoas, feito pelo então geógrafo do CNG Roberto Lobato Corrêa.

Roberto Lobato de Azevedo Corrêa nasceu no Rio de Janeiro em 1939, graduou-se em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1961), realizou estudos de Geografia Humana e Econômica na Université de Strasbourg, França, 1965, e formou-se no mestrado em Geografia Urbana na University of Chicago (1974) e no doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1999). Ingressou no IBGE em 1959, onde permaneceu até 1960 como estagiário de Geografia, de 1960 a 1964 como Auxiliar Técnico de Geografia, de 1964 a 1974 como Geógrafo e de 1974 a 1993 como Geógrafo Senior (CORRÊA, 2016).

Portanto o período de nosso trabalho abarca somente os primeiros momentos de Corrêa no CNG/IBGE. Após 1964 o geógrafo foi Chefe dos seguintes setores daquela instituição: Setor de Geografia Urbana da Secção de Estudos Sistemática da Divisão de Geografia entre 1966 e 1973, Serviço de Análise Regional da Divisão de Estudos Regionais do Departamento de Estudos Geográficos (1977-1979), Divisão de Estudos Regionais do Departamento de Estudos Geográficos (1979-1980), Divisão de Estudos Urbanos do Departamento de Estudos Geográficos (1980-1982) e Departamento de Estudos Geográficos (1983-1984). No Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro Corrêa foi desde 1971 a 1978 Auxiliar de Ensino, de 1978 a 1993 Professor Conferencista, Professor Visitante (Titular) entre 1993 e 1994, Professor Assistente entre 1995 e 2000 e Professor Adjunto desde 2000 (CORRÊA, 2016).

Na tese de Almeida (2000) foram definidos três professores ‘incentivadores universitários’ franceses, os quais marcaram as formações e carreiras dos geógrafos do seu período no Rio de Janeiro. O primeiro teria sido Pierre Deffontaines “(...) o fundador dos cursos superiores de Geografia, tanto em São Paulo, quanto no Rio, da principal revista a RBG, e da principal associação profissional a AGB, além de ter sido o primeiro professor do primeiro grupo de profissionais que iniciou a pesquisa

geográfica no IBGE no final dos anos 30” (ALMEIDA, 2000, p.197). O segundo ‘incentivador universitário’ seria Francis Ruellan,

(...) o mais mais perfeito desse tipo de professor na Geografia do Rio de Janeiro (...), com os seus 15 anos de dedicação total à formação de legiões de geógrafos, entre 1940 até meados dos anos 60 (...). Ruellan pode ser considerado o único ‘chefe de escola’ da Geografia do Rio de Janeiro, pois além da formação no nível da graduação, sua influência foi também muito forte nos programas de especialização e de pós graduação dos brasileiros em universidades francesas. (ALMEIDA, 2000, p.197).

O terceiro ‘grande incentivador universitário francês’, conforme Almeida (2000, p.199) foi Michel Rochefort, na década de 1960 no IBGE, e nas duas décadas seguintes nas universidades brasileiras:

O poder de influência de Rochefort pode ser entendido pela grande quantidade de pesquisadores brasileiros que foram para a França se pós-graduar durante os últimos 30 anos, sob sua orientação direta ou com sua indicação para estudar nos vários laboratórios franceses em que ele tem voz ativa. Suas relações com o casal Nilo e Lisia Bernardes na Segunda metade da década de 60 criaram condições para que o estudo de redes urbanas se desenvolvesse no IBGE. (ALMEIDA, 2000, p.199).

Almeida caracterizou Corrêa como um ‘autêntico representante dessa fase no IBGE’, citando a indicação de Rochefort para que o jovem geógrafo brasileiro fosse estudar em Strasburg. Curiosamente Roberto Schmidt de Almeida, que também trabalhou no IBGE entre 1970 e 2004, indicou que a ‘fase seguinte’, de influência dominante da Geografia dos EUA, poderia ser igualmente representada por Corrêa, a partir de seus estudos sobre redes urbanas em Chicago com Brian Berry (ALMEIDA, 2000, p.199).

Ressaltamos aqui que essas ‘fases’ as quais Almeida referiam-se são decorrentes de uma periodização por ele desenvolvida, específica para um determinado contexto de análise. No caso a fase de domínio da influência dos EUA referida correspondia à corrente conhecida como Geografia Quantitativa, e não aos estudos efetuados anteriormente, principalmente na década de 1940 e 1950, sobre colonização e planejamento regional, os quais descrevemos no capítulo 6.1.

A ‘fase anterior’ seria a de influência de Michel Rochefort, e seus métodos de avaliação de redes urbanas. No depoimento citado a seguir Roberto Lobato Corrêa narrou essa sua sequência de vinculações à temas e métodos específicos, e as relações destes com outros geógrafos também personagens de nosso estudo:

Olha eu devo meu crescimento profissional no IBGE a duas pessoas fundamentalmente, primeiro Nilo Bernardes e depois a Lizia Bernardes, sobretudo a ela. Com Nilo Bernardes eu comecei a trabalhar em Agrária e cheguei a fazer trabalhos de campo, dois trabalhos de campo no sertão e agreste de Alagoas e Sergipe e uma parte da Bahia em 62 e em 64 na região de Amargosa no agreste Bahiano, aí comecei a trabalhar com Geografia Agrária, isso foi no período de 59 a 62. De

certa forma, esse foi o período de meu interesse pela Geografia Agrária. Ainda que eu fosse a campo em 1964 com Nilo Bernardes, meu foco de interesse já havia mudado desde 1961, quando eu fui trabalhar com Lizia Bernardes e embora trabalhando ainda em Geografia Agrária do Nordeste, paralelamente, eu já acompanhava de perto e namorando, o que a Lizia fazia sob orientação do Michel Rochefort, para definir a região de influência do Rio de Janeiro e depois as primeiras áreas de influência do Nordeste para o Banco do Nordeste do Brasil, foi a partir daí que começou meu interesse pela Geografia Urbana e isso eu devo a Lizia Bernardes sem a menor dúvida...” (ALMEIDA, 2000, p.199-200).

Neste sentido, analisaremos aqui um dos primeiros trabalhos profissionais do então recém admitido no IBGE, o texto intitulado “A Colônia Pindorama: uma modificação na paisagem agrária dos tabuleiros alagoanos”, publicado na seção de comentários da RBG (CORRÊA, 1963). O texto constitui ótimo exemplo de uma análise geográfica do planejamento regional, já no final do período recortado por nós. Neste sentido Corrêa destaca a colonização como motor deste planejamento, organizando o espaço ‘em bases agrárias’. Essa nova organização especial seria a responsável pela possibilidade de desenvolvimento “(...) em terras tradicionalmente consideradas impróprias para a agricultura” (CORRÊA, 1963, p. 67). O autor salientou que a organização do espaço deveria incluir o homem, considerado elemento fundamental da produção.

O caráter moderno desta análise feita por Corrêa deve ser destacado. O autor sinaliza o ‘pioneirismo’ desta colonização, estabelecendo a ‘exploração racional’ destes espaços, e sobrepondo-se aos ‘velhos preconceitos’ quanto ao uso agrícola de determinados tipos de ambiente. Assim para Corrêa tal experiência de Pindorama deveria se replicar na região dos tabuleiros alagoanos, provocando uma modificação na distribuição da população no espaço, e conseqüentemente “(...) melhorando o padrão social e econômico da região” (CORRÊA, 1963, p. 72).

Para tratar da colonização Corrêa desenvolve seu texto descrevendo as conseqüências dela em cinco temas: a forma de povoamento, o uso da terra, os regimes fundiário e de exploração, a demografia, e o quadro regional. Em relação a forma de povoamento o autor apontou o inédito estabelecimento das unidades agrícolas na faixa sedimentar terciária, anteriormente de um ‘vazio demográfico quase total’. Destarte,

Esta paisagem é o resultado de um empreendimento particular, feito pela Companhia Progresso Rural⁴⁶, que num plano considerado audacioso organizou uma colônia e cooperativa, tendo como

⁴⁶ Texto sobre a evolução do empreendimento, disponível na página eletrônica:

<<http://www.cooperativapindorama.com.br/historia.php>>

“Uma idéia que gerou bons frutos ao chegar em Alagoas em 1953, o suíço-francês René Bertholet impressionou-se com a intensidade do êxodo rural no Estado. Membro do Plano Nacional de Colonização, ele idealizou uma cooperativa que pudesse oferecer emprego e renda para as famílias da região, desenvolvendo a qualidade de vida das pessoas em uma comunidade auto-sustentável, diminuindo, com isso, o êxodo rural. Surge então, em 1956, a maior cooperativa agroindustrial do Nordeste, a Cooperativa Pindorama.

idéia central o aproveitamento econômico dos tabuleiros, e em torno desta idéia organizou o espaço. (CORRÊA, 1963, p. 67)

De tal modo “(...) ao contrário da região circundante, é no tabuleiro que se sente a presença da ação do homem, dando à paisagem a sua marca construtiva, em substituição à vegetação de tabuleiro que antes ocupava o espaço” (CORRÊA, 1963, p. 67). Outra característica do povoamento destacada por Corrêa foi a constituição de núcleos coloniais que aglomeravam a população, que tradicionalmente se distribuía esparsamente. Tal característica foi explicada pela intenção do empreendimento de valorizar agricolamente as terras do tabuleiro, e pela maior possibilidade de, desta maneira, atender “(...) às necessidades do grupo humano, necessidades de serviços, escolas, convivência social e à obtenção de água” (CORRÊA, 1963, p. 67-68).

O segundo tópico debatido foi como a colonização era o fator fundamental para a diferenciação do uso da terra na região. Assim as atividades antes limitadas à fertilidade natural dos vales e encostas foram implantadas nos terrenos de tabuleiro. Nas áreas de encosta-várzea existiam sistemas menos ‘evoluídos’, que produziam culturas para subsistência, e em pequena escala, arroz, além da pecuária extensiva. Corrêa constatou que não obstante os esforços da administração a tradição sustentada pela mão-de-obra regional era forte e mantinha tal sistema ativo.

Já nos tabuleiros, descrito pelo autor como o domínio das culturas comerciais,

(...) os sistemas agrícolas são adaptados aos solos arenosos, pobres em matéria orgânica, lixiviados e sujeitos a fortes lavagens no período chuvoso (1400 mm em média, dos quais a maior parte no período outono-inverno). O uso intensivo de adubos, químicos ou orgânicos (compostos de turfa, esta existente no vale do Piauí), culturas de cobertura, visando a diminuir os efeitos da erosão, e, ao mesmo tempo comerciais, permitem que elevados rendimentos econômicos sejam obtidos. (CORRÊA, 1963, p. 69)

Quanto ao uso da terra, as áreas dos tabuleiros apresentavam múltiplas atividades agrícolas,

A cooperativa gera, hoje, cerca de 1800 empregos no campo e 300 na indústria – destes, 100 na usina. Localizada na região sul do Estado, a Pindorama que possui uma área de 32 mil hectares entre os municípios de Feliz Deserto, Penedo e Coruripe é um projeto iniciado a partir de um assentamento de agricultores e que vem dando êxito desde a sua fundação.

A Pindorama é uma cooperativa comandada por pequenos produtores, onde todos os cooperados, além de fornecedores de matéria-prima são donos do negócio e participam dos lucros. Considerada o melhor exemplo de reforma agrária do país, a Pindorama destaca-se pelo sistema de cooperativismo que dá certo.

A inauguração da usina de açúcar, em 2003, significou a realização de um antigo sonho dos colonos e diversificou ainda mais a área de atuação da cooperativa que passou a produzir além de sucos, álcool e derivados do coco - o açúcar, produto de primeira necessidade na mesa dos brasileiros. Além disso, são desenvolvidos pela Pindorama, projetos de geração de emprego e renda para jovens e mulheres, como uma horta comunitária, um grupo de costureiras, fabricação de doces e vinagre.

A Cooperativa Pindorama tem muita história pra contar: já são meio século de lutas e vitórias. O pioneirismo de Renê Bertholet ajudou a transformar a antiga Cia. Progresso Rural na maior Cooperativa Agroindustrial do Nordeste. Restou aos cooperados homenagear o seu fundador e preservar uma história construída com a força e o trabalho das famílias assentadas na região. No memorial Bertholet, pode-se encontrar móveis, máquinas, fotos, livros e objetos pessoais do idealizador e patrono da Cooperativa Pindorama. O memorial é o testemunho de um empreendimento coletivo que valoriza e preserva a sua história”.

industriais e comerciais, todas concentradas na colônia e na cooperativa. Corrêa citou as culturas do maracujá e coco-da-praia como as principais. Portanto, reafirmando a leitura moderna da colonização, o autor explicou que

A ajuda técnica e financeira recebida pelos colonos, permitiram que sistemas agrícolas adiantados fossem introduzidos numa vasta região onde eram desconhecidos. O caboclo que usava a rotação de terras nas encostas do tabuleiro, agora num ambiente estranho a êle, pois eram antes os tabuleiros desprezados, passou a utilizar sistemas mais racionais de uso da terra. (CORRÊA, 1963, p. 70)

Outro investimento da Companhia Progresso Rural era a drenagem e saneamento do alto vale do Marituba (baixo Piauí) a fim de estender o cultivo de arroz em grande escala, para mais de mil famílias. Já se experimentavam a industrialização das culturas, como a da manga e rosela, para o fabrico de geleia e o reflorestamento com madeiras comerciais. Estas últimas eram feitas nas áreas devastadas, pois “(...) apesar do esforço na introdução de técnicas racionais, há colonos ainda que devastam além do que é necessário para a primeira parcela. Êste uso da terra se apresenta pioneiro e audacioso; é o resultado de uma organização planeja da do espaço antes improdutivo” (CORRÊA, 1963, p. 70-71).

O terceiro tema relacionado à colonização pelo autor foram os regimes fundiários e de exploração. Novamente Corrêa considerou a colonização como fundamental para a modificação da estrutura agrária:

Numa área onde os grandes estabelecimentos rurais ocupam sobretudo as várzeas, como por exemplo a usina Camaçari, no vale do Cururipe, ou como os estabelecimentos rizícolas do baixo São Francisco, ou ainda como os latifúndios pecuaristas próximos, observa-se a presença de pequenos estabelecimentos nos tabuleiros, explotados por pequenos proprietários. (CORRÊA, 1963, p. 71).

Em 1962 a área colonizada tinha 387 estabelecimentos de 15 a 30 hectares. Tais propriedades eram capazes de proporcionar ‘elevado padrão de vida’ continuamente, produzindo uma classe média rural inédita regionalmente. Esse regime de trabalho e produção contrastava diretamente com o ‘tradicional’, dos assalariados da usina Camaçari, dos meeiros da zona rizícola próxima, e ainda mais dos assalariados da zona do coco litorânea e dos rendeiros das zonas de criação.

Quanto ao tema da colonização e demografia, Corrêa apresentou três pontos: as modificações de ordem quantitativa e qualitativa e a nova distribuição espacial. No primeiro discorreu sobre como a região antes vazia tinha então cerca de 5.500 habitantes. Sobre o segundo, afirmou que “habitando casas de tijolos e caiadas, dispondo dos serviços indispensáveis (escola, hospital) e usando adequadamente a terra, esta população apresenta-se sadia, dentro de padrões de vida decentes”

(CORRÊA, 1963, p. 71). A nova distribuição espacial descrita foi a que estabeleceu a maior parte da população nas áreas de tabuleiro, ao contrário do período anterior quando essa localizava-se nos vales.

O último tema analisado por Corrêa foi a relação entre a colonização e o quadro regional. A colonização foi definida como uma "(...) forma de organização planejada do espaço, visando à valorização regional" (CORRÊA, 1963, p. 72). Desta maneira o 'fato colonial' seria associado intimamente à região de sua atuação. Tal associação foi pormenorizada no texto em seis itens.

O primeiro mostrou que se estabeleceu na região uma oferta complementar de trabalho,

(...) devido à diversidade existente entre o calendário agrícola da colônia e o da usina Camaçari. Sendo no período chuvoso que os trabalhos agrícolas na Colônia são mais importantes (sobretudo para as culturas de curto ciclo) há necessidade de mão-de-obra extra para ajudar ao pequeno proprietário, mão-de-obra que é fornecida pelos assalariados da usina, pois lá a época de maiores trabalhos é o verão, período sêco, quando se verifica a safra. (CORRÊA, 1963, p. 72)

O segundo item evidenciou a constante atração de lavradores, assalariados da usina, meeiros do baixo São Francisco, e rendeiros da região de criatório pela Colônia. Tal população 'miserável e subempregada' buscava melhorar de vida, mas a administração de Pindorama não tinha verba para recebê-la, embora houvesse bastante terras disponíveis.

O terceiro item abordou o 'espírito de expectativa de mudança na estrutura agrária das regiões vizinhas', temido por parte dos grandes proprietários. Estes empregavam diversos meios para 'frustrar a obra de colonização'. O item seguinte informou a possibilidade de abastecimento dos centros urbanos próximos, principalmente produtos hortigranjeiros para Penedo.

O quinto item tratou da "criação de uma nova mentalidade favorável à utilização racional das terras dos tabuleiros terciários através das experiências empreendidas pela Colônia Pindorama" (CORRÊA, 1963, p. 72). No último item o autor narrou a valorização de terras consideradas antes impróprias.

7. Geografia Agrária e Econômica

Reunimos aqui 12 textos publicados na RBG que tratam dos espaços nordestinos sob a perspectiva dos estudos de geografia agrária ou econômica. Esses textos tiveram variada distribuição ao longo dos 25 anos pesquisados, conforme verificado no gráfico **Figura 110**.

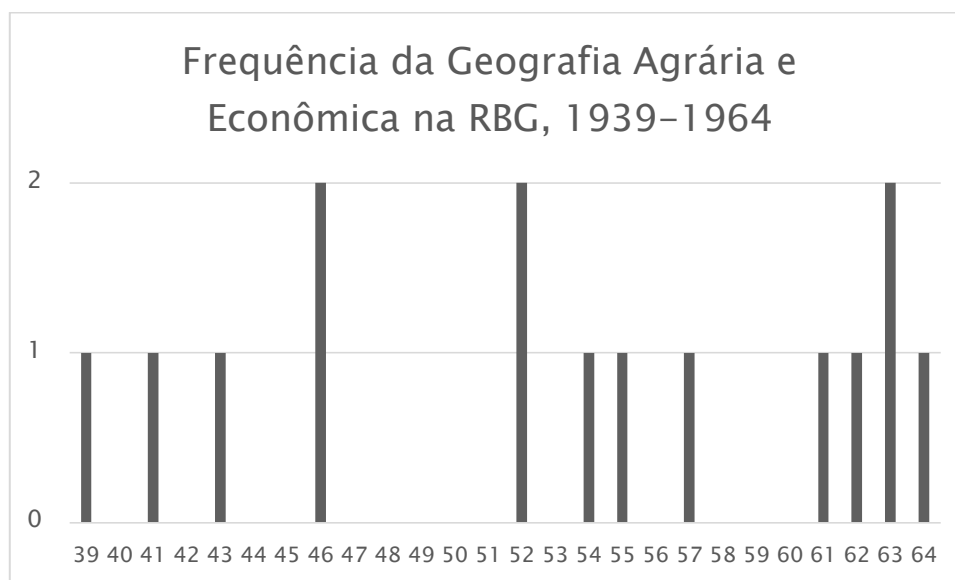


Figura 110: Gráfico da frequência dos temas Geografia Agrária e Econômica na RBG, 1939-1964. **Fonte:** Organizado pelo autor.

Os textos serão apresentados em ordem cronológica (à exceção de um, realocado por similaridade temática). Os dois primeiros textos, assim como o quinto, são de autoria de Sylvio Fróis Abreu, e trataram respectivamente do problema da colonização (ABREU, 1939), do patrimônio mineral (ABREU, 1941) e da questão petrolífera no Brasil (ABREU, 1946). O terceiro é uma resenha de uma publicação estadunidense *'The face of South America'* (ABREU, 1943), e o quarto, informações acerca das *'Conclusões da Comissão de Planejamento da Energia'* (CONCLUSÕES da Comissão (...), 1946). Dentre estes cinco primeiros textos somente o de Abreu sobre o petróleo no Brasil nos forneceu maiores dados, e sobre os outros apenas citamos informações isoladas.

Os dois textos seguintes tinham como objeto a região cacaueteira baiana, sobre os quais destacamos interessantes descrições e narrativas sobre os sertões nordestinos (ABREU, 1946 e BOTELHO, 1954). Estes dois últimos e os oito seguintes textos compartilham certas similaridades. São estudos de geografia agrária, concentrados nos aspectos econômicos e no uso da terra. Dados censitários e outros estatísticos eram utilizados e a construção de mapas muitas vezes era um dos objetivos dos trabalhos. Outra etapa metodológica comum eram os trabalhos de campo.

O oitavo texto abordou as grandes feiras de gado de Feira de Santana e Arcoverde a partir de observações pessoais feitas numa excursão ao 'Nordeste brasileiro' realizada quatro anos antes (STRAUCH, 1952).

Os quatro seguintes eram de autoria de Orlando Valverde, e tratavam: Do uso da terra, a partir da pesquisa, do campo e da produção cartográfica (VALVERDE, 1955); De observações geográficas ('econômicas e sociais') do autor feitas numa excursão do Grupo de Estudos do Babaçu (VALVERDE, 1957); Da 'geografia aplicada' feita através de trabalhos de campo sobre geografia agrária no âmbito de um projeto mundial da FAO sobre alimentação e saúde (VALVERDE; MESQUITA, 1961); de um relatório de 'geografia econômica e social', colaborativa e componente inicial do levantamento do uso da terra do estado do Rio Grande do Norte, com a apresentação fundamental dos mapas dos sistemas agrícolas e dos regimes de propriedades (VALVERDE; MESQUITA; SCHEINVAR, 1962).

O texto seguinte, nono do capítulo, difere-se dos outros pela sua escala de análise: toda a região Nordeste. O objetivo de Corrêa era analisar e descrever o 'regime de exploração da terra' no Nordeste através da cartografia, com o uso da estatística (CORRÊA, 1963). Os dois últimos textos (DUARTE, 1963 & BARROS, 1964) foram resultados de trabalhos de campo da excursão ao 'sertão do Nordeste' do CNG, chefiada por Nilo Bernardes (então diretor da Divisão de Geografia) e orientados por Lysia Bernardes (então chefe da 'Secção Regional Nordeste').

Sobre o primeiro texto desta seção 'Observações sobre a Guiana Maranhense', de autoria de Sylvio Fróis Abreu, consultor técnico da 'Secção I - Metodologia Geográfica' do CNG, pouco comentaremos. Destacamos o uso do conceito de colonização, a qual seria uma exploração seguida de um povoamento 'duradouro', e seria promovida na área de estudo na forma de 'surto' da exploração aurífera, que movimentariam 'enxames' de garimpeiros, e também pela exploração da borracha. O autor utilizou para complementar esta análise a interessante ideia de fatores anti-colonizadores, que no caso tiveram poderosa atuação: o clima, o índio e a mata (ABREU, 1939).

O segundo texto, publicado dois anos após este primeiro, é de mesma autoria e abordou 'O crescimento do patrimônio mineral do Brasil no último decênio'. Novamente faremos sobre o texto poucas observações. A primeira indica a importância conferida pelo autor ao código de minas, elaborado na gestão do coronel Juarez Távora (1934), e que, conforme narrou Abreu, tinha como fundamento a "(...) separação dos direitos sobre o solo e sobre o subsolo e facilitando a todo cidadão brasileiro a exploração de qualquer jazida mineral, trouxe um grande incentivo às novas pesquisas"

(ABREU, 1941, p. 7).

Abreu considerou que o momento de execução desta norma foi ótimo, pois regulamentou uma atividade que acelerava suas apostas:

Além do grande incentivo, a lei veio coincidir com uma época em que um espírito de trabalho e construção se manifesta em todos os pontos do País, de modo que trouxe como consequência um aumento considerável da produção mineral. Neste decênio entre 1931 e 1941 a ampliação dos conhecimentos do subsolo brasileiro foi maior que no último século, porque foi o próprio povo que se interessou pelas minas e nos mais longínquos municípios do Brasil houve ânsia de saber o que havia de aproveitável. (ABREU, 1941, p. 7-8).

Portanto tratava-se de um alargamento rápido do conhecimento sobre as potencialidades do subsolo nacional, que proporcionavam descobertas de novas 'riquezas naturais' do Brasil. Enquanto no ano de 1934 o governo federal concedeu apenas duas autorizações de pesquisa para estudo de subsolo, em 1938 foram 175, e no ano seguinte 29. Em 1941, somente até outubro, relatou o autor que haviam sido despachadas 367 autorizações de pesquisa. Tal esforço não teria sido em vão, pois no decênio 1931-1941 teriam sido descobertas importantes e promissoras jazidas minerais: "(...) os fosfatos de alumínio no Maranhão, a bauxita no planalto de Caldas e Espírito Santo, a magnesita na Baía e Ceará, o diatomito no litoral do Nordeste e na Amazônia, o níquel em Goiás, o rutilo em Goiás, Minas, Ceará, o sal gema em Alagoas e Sergipe e o petróleo na Baía" (ABREU, 1941, p. 8).

O texto seguinte foi publicado na seção de comentários da RBG número um de 1943, sob o título '*The face of South America*', e constituía-se numa resenha sobre o livro de mesmo nome, lançado no ano anterior pela *American Geographical Society* (New York) e de autoria de John Lyon Rich. O livro objetivou mostrar "(...) a face da América do Sul, tal como é vista dum avião, voando nas alturas normalmente adotadas nas rotas comerciais" (ABREU, 1943, p. 104).

Sobre a região Nordeste, e mais especificamente, sua porção semiárida, a resenha citou que o trabalho estadunidense afirmou constituir-se 'ainda' num 'problema de área', apesar de sua colonização ter sido anterior "(...) à chegada dos peregrinos a Plymouth Rock" (ABREU, 1943, p. 107). As fotografias tomadas demonstravam o denso povoamento das zonas mais elevadas, onde haveriam mais chuvas, contudo "(...) o desenvolvimento da maior parte dessa área tem sido dificultado pelas repetidas sêcas devastadoras" (ABREU, 1943, p. 107).

Rich teria afirmado que, assim como nas áreas florestais amazônicas, o semiárido nordestino não seria propício ao sistema de 'exploração pioneira individual' adotado pelo governo nacional. Como exemplo lembrou "(...) que o problema de açudagem e irrigação esposado pelo govêrno não ficou

demonstrado se resolverá ou não a situação, mostrando mais uma vez como é falha a idéia de terra de oportunidades individuais” (ABREU, 1943, p. 107).

A resenha publicada na RBG ainda citou passagem do livro “sôbre a zona Nordeste Ocidental, de transição entre as florestas úmidas e as caatingas” que afirmava “(...) haver uma possibilidade para o desenvolvimento duma importante indústria de óleo de babaçú, quando se fizerem plantações regulares e utilizar-se maquinária adequada à extração do óleo” (ABREU, 1943, p. 107).

O quarto texto sobre o qual trataremos nesta seção foi publicado como um ‘noticiário’, na RBG número 1 do ano de 1946, sob o título ‘Conclusões da Comissão de Planejamento da Energia’. Dentre as conclusões da Comissão destacamos a decisão de que:

(...) as cinco províncias petrolíferas do Brasil (Acre, Amazonas, Meio Norte, Nordeste e Sul sejam divididas em grandes concessões, para que todas as sociedades que se constituírem tenham o mesmo número de concessões em cada província, e no mínimo uma, só passíveis de transferência com permissão do governo (CONCLUSÕES da Comissão (...), 1946, p. 165).

Dentre essas concessões, em cada província, o governo poderia reservar “(...) para si, ou para companhias privadas brasileiras, as concessões que entender, outorgadas na forma do Código de Minas” (CONCLUSÕES da Comissão (...), 1946, p. 165). Por fim ressaltamos também o indicativo da Comissão sobre a promoção ao uso dos óleos vegetais:

Que o órgão específico do estudo dos óleos vegetais instale uma Estação Experimental, para estudos mais minuciosos dêstes óleos como combustíveis e lubrificantes, visando seu aproveitamento, principalmente o de mamona, destacando sua maior aplicação em motores Diesel; (CONCLUSÕES da Comissão (...), 1946, p. 165).

Em seguida abordaremos o texto ‘Aspectos geográficos, geológicos e políticos da questão do petróleo no Brasil’, publicado em 26 páginas da seção de artigos da RBG em 1946 e também de autoria de Sílvio Fróis Abreu, então consultor técnico do CNG e membro da Comissão de Publicações do mesmo órgão. O artigo contém seis capítulos, sendo o primeiro relativo a aspectos gerais do país.

No segundo, foram tratadas as probabilidades de se encontrar petróleo nas diversas bacias sedimentares nacionais:

No ponto de vista da possibilidade de se encontrar petróleo o Brasil pode ser dividido em duas categorias: a região de afloramento das rochas pré-cambrianas, onde o combustível nunca poderá ser achado, e as zonas cobertas por sedimentos que possibilitam a existência daquele combustível. De acôrdo com as avaliações de AVELINO I. DE OLIVEIRA, ex-diretor do Serviço de Fomento da Produção Mineral, as áreas cobertas pelas rochas pré-cambrianas, "negativas para petróleo", abrangem cêrca de 3,6 milhões de quilômetros quadrados ou seja aproximadamente 42,7% da área territorial do Brasil. Os restantes 57,3% foram classificados por aquêle profissional em 4 categorias: 1 - "com menores possibilidades", compreendendo 5,7% da área territorial; 2 -

"com interêsse" abrangendo 27,4%; 3- "com interêsse secundário ou ignorado" compreendendo 10,9%; 4 - "desinteressantes" compreendendo 13,3%. (ABREU, 1946, p. 78).

Na primeira categoria, com maiores possibilidades do país, incluíam-se as áreas nordestinas da faixa costeira situada entre a foz do Jaguaribe no Ceará e a bacia de Ilhéus no sul da Bahia. Nesta classificação, além das áreas mencionadas no Nordeste, apenas a zona do Acre.

No capítulo três, o autor relacionou a 'Distribuição e atividades da população' brasileira com a análise inicial, sobre as zonas mais propícias à exploração de petróleo. Neste sentido, o objetivo principal foi detectar quais áreas necessitariam mais deste produto, em face da oferta regional e nacional.

No tocante à região Nordeste o autor informou o seu consumo de uma quantidade 'regular' de produtos do petróleo, nomeadamente "(...) gasolina para os autos e caminhões, óleo Diesel para os motores, querosene para a iluminação doméstica e *fuel-oil* queimado nas caldeiras das grandes fábricas" (ABREU, 1946, p. 83). Esta demanda originava-se tanto nas faixas mais litorâneas da região (indústrias que beneficiavam principalmente cana de açúcar, algodão, e couro, mas também carnaúba, sementes oleaginosas e cereais) quanto nas porções interiores, centralmente no transporte.

Através de uma 'boa' rede de estradas de rodagens construída pela Inspetoria Federal de Obras contra as Sêcas eram exportados do interior nordestino todos os produtos acima citados, e por "(...) outro lado, essa população relativamente concentrada já tem um bom poder aquisitivo e importa muito do litoral. Isso se traduz por uma circulação intensa de produtos" (ABREU, 1946, p. 83). Conforme explana Abreu essa demanda é "(...) ainda mais acentuada pela carência de florestas; a lenha como combustível torna-se gradativamente mais difícil e mais cara. Nestas condições, a região necessita urgentemente de combustível barato e abundante" (ABREU, 1946, p. 83).

O autor ressaltou que

Nunca houve ali investigação pormenorizada, a não ser no Recôncavo, mas apenas trabalhos perfunctórios em Alagoas e Sergipe. Em Alagoas poucas sondagens não profundas revelaram indicações de óleo e poços profundos perfurados pelo C.N.P. deram resultados positivos, quanto à existência de óleo, porém em quantidades pequenas que não tornavam aconselhável a exploração comercial dos poços. Assim, em Ponta Verde (Alagoas) foram determinados horizontes petrolíferos que forneceram apenas 15 barris diários, em profundidades da ordem de 1 500 metros e mais. (ABREU, 1946, p. 83).

Neste sentido Abreu apostava que a "(...) exploração do Recôncavo da Bahia feita pelo C. N. P. na área de reserva nacional geograficamente estaria em condições de suprir as necessidades do Nordeste se a produção já correspondesse ao consumo daquela região" (ABREU, 1946, p. 83).

Todavia, lamentava que a produção ‘infelizmente’ ainda estaria muito aquém do necessário.

No capítulo quarto o autor analisa ‘Onde será mais vantajoso descobrir petróleo’ no Brasil. Sua opinião foi a de que “O Nordeste apresenta grande vantagem pela proximidade do litoral e conseqüente facilidade de transportar o óleo ao longo de toda a costa brasileira” (ABREU, 1946, p. 86-87). Ou ponto positivo desta região era a possibilidade da execução de pesquisas numa “(...) posição extremamente favorável, (...) em zonas relativamente salubres, sempre nas proximidades de vilas e cidades e em topografia não muito hostil” (ABREU, 1946, p. 87).

Em termos de estudos já realizados Abreu citou o Recôncavo baiano, a região de Socorro em Sergipe, e possibilidades em Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Nesse sentido o autor clamou por maiores pesquisas e incentivos ao setor, principalmente na região nordestina, pois seria “(...) recomendável insistir nessa faixa costeira, porque, se encontrado óleo, estará em excelentes condições para a distribuição pelos centros de consumo no país” (ABREU, 1946, p. 87).

Por fim Abreu discorreu sobre a ‘A região petrolífera do Recôncavo’, única região então produtora de petróleo no Brasil, com 4 pequenos campos explorados pelo Conselho Nacional do Petróleo. Apesar da “lei de distribuição dos campos de petróleo naquela região ainda não pôde ser determinada” (ABREU, 1946, p. 89), o autor citou que foram estudos realizados pelo próprio em parceria com Glycon de Paiva e I. do Amaral, influenciados por uma campanha na imprensa ‘em prol do petróleo baiano’ desenvolvida por Oscar Cordeiro (ex-diretor da Bolsa de Mercadorias da Bahia), que ensejaram a abertura do poço 163. A descoberta aconteceu em 1939, pelo Serviço de Fomento da Produção Mineral.

O Conselho Nacional do Petróleo, criado em 1938, criou uma reserva nacional na área da descoberta e aumentou as pesquisas, tendo inclusive aberto por volta de 90 na região do Recôncavo. Foram então descobertos “(...) 4 campos que são denominados de acordo com a localização: 1) Lobato-Joanes, 2) Aratu, 3) Candeias e 4) Itaparica” (ABREU, 1946, p. 90). Segundo o CNP as reservas do Recôncavo totalizavam 12 milhões de barris e a produção teria sido, em 1945, de 79.329 barris, ou 217 barris diários, embora a capacidade dos quatro campos estivesse calculada em 1.000 barris diários.

Ainda assim, ressaltou Abreu que os quase 80 mil barris anuais contemplavam somente 0,7% do consumo nacional de então “(...) e uma possibilidade de produção equivalente a 35%, o que demonstra que os campos do Recôncavo estão longe de solucionar integralmente o problema do

petróleo para o Brasil” (ABREU, 1946, p. 91). Nesta conclusão de seu artigo Abreu deixa claro a importância da pesquisa e exploração petrolífera para o país, principalmente pelas possibilidades aventadas. Destacamos a importância conferida pelo autor ao Nordeste, tanto em termos de pioneirismo, quanto em vantagens para uma futura exploração.

O texto seguinte - ‘O Cacau na Bahia’ - foi publicado em 1952 e escrito por Inês Amélia Leal Teixeira Guerra, da Divisão de Geografia do CNG. A autora abriu o texto anunciando a importância da produção cacauaieira baiana. O Brasil era então o segundo maior produtor mundial, só ficando atrás da Costa do Ouro, e desde 1925 a Bahia correspondia em média 95% da produção nacional. Dentre a soma de todos os valores dos produtos exportados pelo Brasil o cacau era o segundo em participação (GUERRA, 1952).

Guerra lembrou a condição nativa da Amazônia do cacau e sua chegada à Bahia, ainda no século XVIII. Todavia descreveu que foi somente no final do século seguinte que a lavoura cacauaieira baiana alcançou maior importância. A predominância da região sul do estado é absoluta, como pode-se comprovar no mapa (**Figura 111**, p.407), e como afirmou a autora foi lá “(...) que o cacau encontrou ambiente mais favorável ao seu desenvolvimento e prosperou de modo definitivo, seguro e duradouro” (GUERRA, 1952, p.81). Como vantagens locais foram citadas as condições naturais mais favoráveis e a existência do porto de Ilhéus, permitindo fácil escoamento da produção.

Foi ressaltado no texto que quase toda a produção nacional era exportada e maior comprador era os EUA, com pelo menos 75% de toda produção, seguido por alguns países europeus como Grã-Bretanha, Holanda, Itália, e pela Argentina. Outra questão crucial no mercado do cacau era a volatilidade dos seus preços, que variavam bruscamente e tornavam esta produção fonte de ‘de esplendor e de declínio’ (GUERRA, 1952, p.82). Estas fases eram sentidas de maneira particularmente forte na região de Ilhéus e Itabuna.

Guerra descreveu que a produção cacauaieira “(...) só é compensadora (...) quando realizada em grandes proporções, o que traz como consequência a implantação de uma economia monocultora” (GUERRA, 1952, p.96). Neste sentido a autora, apesar de ‘reconhecer’ a importância da cultura cacauaieira, responsável pelo povoamento e pelo desenvolvimento da região, não olvidou citar que “(...) o cacau impõe-se quase como único produto, sendo necessário importar de outras regiões os gêneros de primeira necessidade, o que encarece enormemente a vida, ficando a riqueza apenas concentrada na mão de poucos, os grandes senhores, possuidores dos imensos cacauais” (GUERRA,

1952, p.97). Na conclusão de seu artigo Guerra voltou ao tema e relacionou diretamente o relevante papel econômico do cacau no Brasil, com o 'sacrifício' no trabalho das populações rurais que a monocultura do cacau representava.

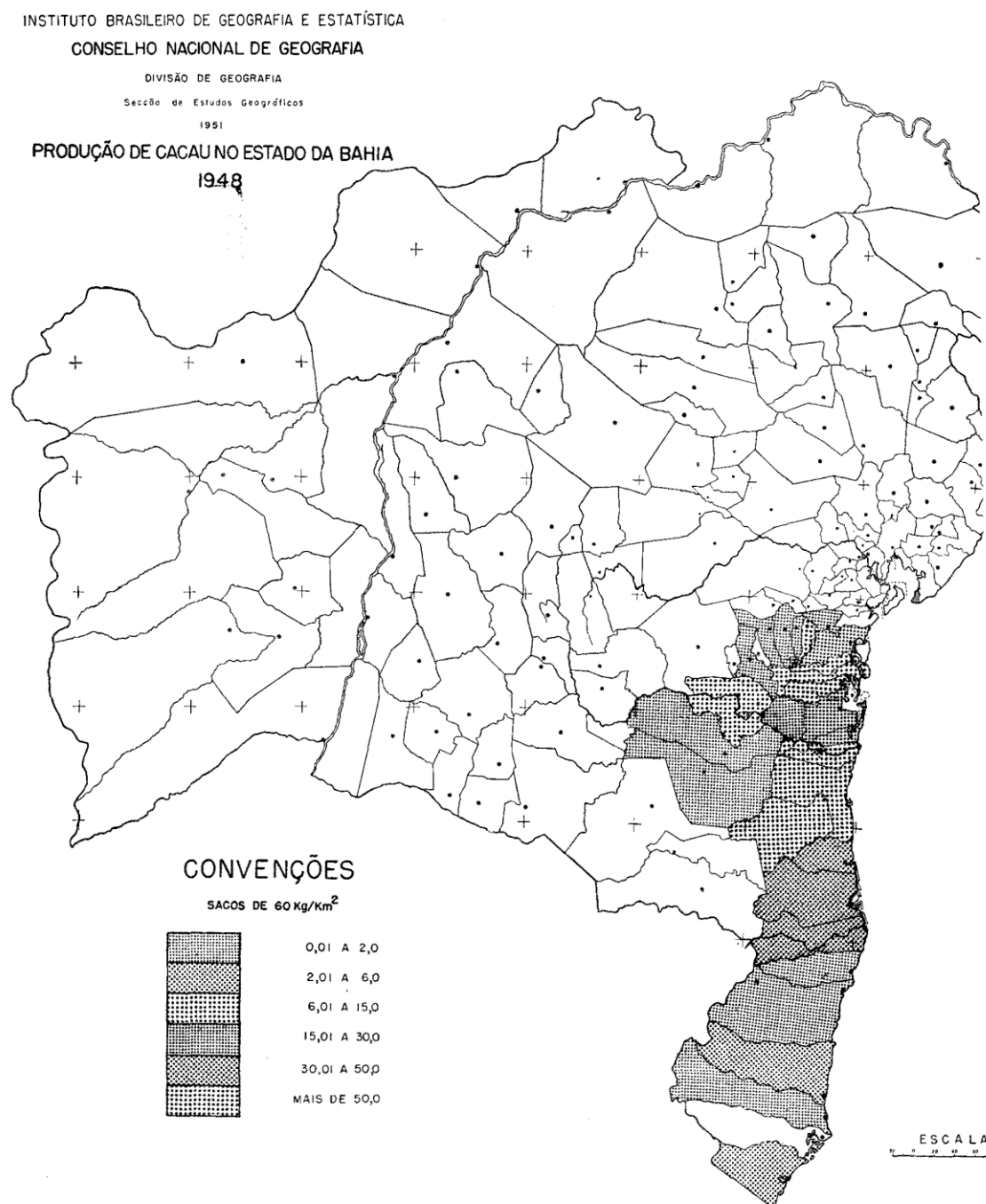


Figura 111: Mapa da produção de cacau na Bahia, por município, 1948. Fonte: GUERRA, 1952, p. 86.

A autora comentou que a importância do cacau iria além do chocolate, citando alguns outros subprodutos como a manteiga de cacau, o óleo, o sabão de cacau, a teobromina, o vinho e o licor. No momento do texto apenas poucas fábricas industrializavam o produto no Brasil e quase todo o cacau cultivado era exportado sob a forma de amêndoa.

Outras questões citadas como desafios ao setor cacauero nacional foram, de

(...) ordem interna, tais como, dificuldades de transporte, falta de braços para a lavoura, métodos antiquados de cultivo, melhoria da qualidade do produto, industrialização, alterações climáticas prejudiciais à lavoura, pragas, etc. e de ordem externa, como, dependência do mercado internacional que é muito instável, existência de estoques pertencentes a grande número de intermediários, especulação por parte dos grandes industriais, crises econômicas mundiais, bem como a grande concorrência africana. (GUERRA, 1952, p.96).

Guerra recordou a operação desde 1931 do Instituto do Cacau da Bahia na promoção do 'progresso' da cultura cacauera baiana. Como exemplo destas realizações citou a construção de um 'bom número' de rodovias, a melhorias dos processos de cultivo, a instalação de estações experimentais e postos meteorológicos, os empréstimos aos lavradores, e as participações nas transações comerciais para evitar especulações.

Dois anos depois foi publicado na RBG um artigo de 52 páginas assinado por Carlos de Castro Botelho, geógrafo da Divisão de Geografia do CNG, sob o título 'Aspectos geográficos da zona cacauera da Bahia'. Este trabalho resultou de uma excursão do autor à 'Zona Cacauera' da Bahia realizada entre janeiro e fevereiro de 1953.

Constavam no artigo quatro capítulos seguidos por uma seção de conclusões: 'O meio físico e a economia regional'; 'A ocupação humana e suas características' (este subdividido em 'O povoamento', 'Crescimento e distribuição da população' e 'Atividades do homem rural'); 'Tipos de uso da terra na zona cacauera' (subdividido em 'As faixas econômicas', 'Os tipos de uso da terra: o cacauero associado a outras culturas, o cultivo do cacau em mata brocada, e a formação de pastagens'); 'As vias de comunicação e os meios de transporte' (subdividido em 'Evolução e aspectos atuais', 'A concorrência dos transportes' e 'Os portos do cacau').

No primeiro capítulo o autor descreveu as melhores feições morfológicas, pedológicas, climáticas e florísticas que combinadas resultavam num ambiente propício para o desenvolvimento da cultura cacauera. "Tôdas essas necessidades naturais que o cacauero exige, êle as encontrou na região oficialmente conhecida como Zona Cacauera, e, particularmente, na faixa cacauera, assim por nós denominada" (BOTELHO, 1954, p. 3), como pode ser visto no mapa (**Figura 112**, p. 409).

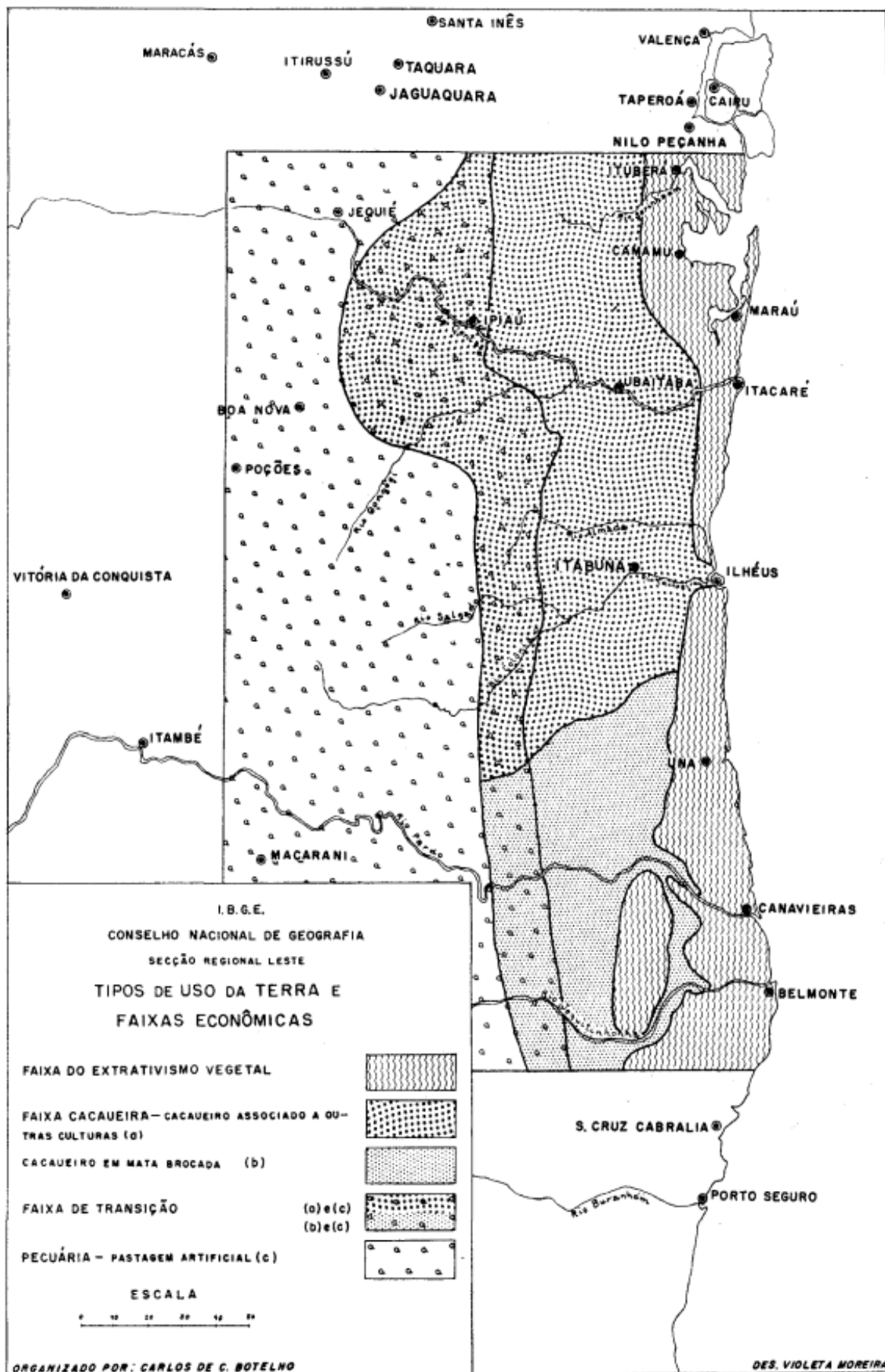


Figura 112: Mapa demonstrando os Tipos de Uso da Terra e Faixas Econômicas. Fonte: BOTELHO, 1954, p. 28.

No segundo capítulo Botelho narrou a história do povoamento da região, indicando que desde

(...) primórdios da colonização até às primeiras décadas do século passado, o interior da zona produtora de cacau não passava de uma região dominada por tribos indígenas que punham em perigo a existência dos poucos e decadentes núcleos brancos do litoral. A população, de densidade baixa, concentrada em pobres povoados, como São Jorge dos Ilhéus, o mais antigo, Camamu, Olivença, Itacaré, Belmonte e Canavieiras, circunscrevia as suas atividades, quase que totalmente, às necessidades do consumo de suas vilas. (BOTELHO, 1954, p. 8)

Destes povoados litorâneos coloniais “(...) vez ou outra, suas gentes aventuravam-se a formar bandeiras, rumo ao sertão” (BOTELHO, 1954, p. 8). Considerando-se a região demarcada no mapa (**Figura 112**, p. 409) somente se encontravam outros povoados na borda oposta ao litoral, “(...) já no sertão, (...) êsses inteiramente dedicados à economia pastoril (BOTELHO, 1954, p. 9).

Sinalizamos nosso interesse nesta descrição pela sua utilização da imagem espacial sertão. No caso o espaço qualificado como sertão e objeto do estudo sertão era uma porção da Zona Cacaueira e que exercia uma funcionalidade específica na configuração espacial dessa região. O desenvolvimento histórico desta configuração que incluía estes espaços sertão foi elemento importante no texto analisado.

Um dos episódios históricos que promoveu o comércio entre as cidades litorâneas e as do sertão mineiro foi a iniciativa do governo colonial (entre o fim do século XVIII e início do XIX) de instalar quartéis nas margens do Jequitinhonha:

(...) para impedir a desarmonia entre as tribos indígenas, que por aí vagavam, e para sustar os morticínios entre índios e brancos, quando êstes procurassem estabelecer-se nas margens do rio, visando à ordem e à harmonia, através do vale do Jequitinhonha, fundaram-se os quartéis de Cachoeira e do Salto, êste no planalto mineiro, na divisória da Bahia com Minas Gerais (BOTELHO, 1954, p. 9).

Outro eixo de comércio utilizado pelas cidades litorâneas, principalmente Ilhéus e Belmonte, foi a exportação de farinha de mandioca, arroz, madeiras de lei e aguardente, para Salvador e Porto Seguro. Assim, “(...) durante mais de três séculos, esse trecho do sul da Bahia não conheceu nenhuma razão que pudesse desviar, em sua direção, correntes povoadoras. Sômente, às suas bordas, na estreita faixa do litoral e no sertão, restringia-se o povoamento, explotando insuficientemente a terra” (BOTELHO, 1954, p. 9).

Portanto, assim como Guerra (1952), Botelho delimitou o início da cultura do cacau no sul da Bahia em meados do século XVIII, e “(...) a intensificação dessa lavoura, com a atração de mão de obra de outras regiões” (BOTELHO, 1954, p. 9) somente a partir da última década do século XIX. Tal mão de obra originou-se em sua maioria do recôncavo baiano e do ‘Nordeste’.

Neste sentido, a partir desta narrativa histórica o autor justificava por que “(...) atualmente, essa zona econômica da Bahia, apresenta forte densidade de população, em contraposição com outras áreas do estado” (BOTELHO, 1954, p. 10). O autor apresentou vários quadros (**Figura 113**, p.411 e **Figura 114**, p.411) e mapas demonstrando o crescimento da população por município e no total da Zona Cacauera.

CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO ⁹				
1872	1890	1900	1940	1950
37 518	57 687	70 947	372 450	476 828

VALORIZAÇÃO ECONÔMICA ¹⁰					
ANO	Produção (Toneladas)	Valor da produção (Cr\$ 1 000)	Contribuição do cacau (Cr\$ 1 000)	Renda estadual total (Cr\$ 1 000)	% fornecida pelo cacau
1875.....	812	248	15	2 308	0,65
1895.....	6 732	4 388	658	8 769	7,50
1915.....	41 546	37 144	6 388	22 363	28,56
1925.....	60 348	67 800	10 640	54 289	19,46
1935.....	95 408	128 494	17 885	78 885	22,67
1945.....	115 144	215 163	99 448	189 241	52,55

Figura 113: Quadros sobre o crescimento demográfico na zona cacauera e a valorização econômica do cacau.
Fonte: BOTELHO, 1954, p. 10.

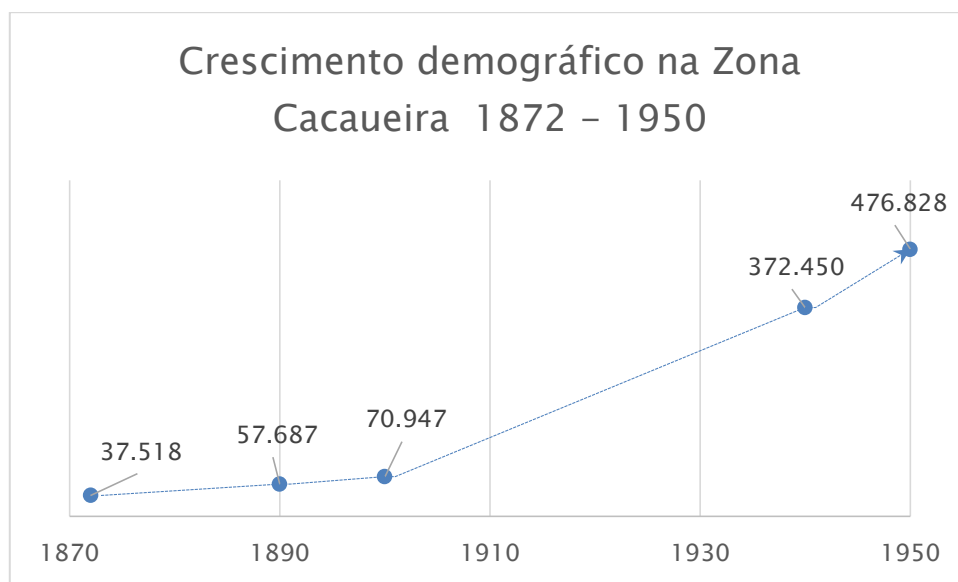


Figura 114: Gráfico do crescimento demográfico da Zona Cacauera, entre 1872 e 1950. **Fonte:** Elaborado pelo autor com base nos dados censitários expostos por Botelho⁴⁷ (1954, p. 10).

⁴⁷ Nota que explicou os cálculos efetuados pelo autor: “No cálculo da população foram utilizados os dados dos recenseamentos gerais, menos o de 1920 por não oferecer segurança. Nos dados transcritos foram considerados somente as populações dos seguintes municípios: Ituberá, Camamu, Iaraú, Itacaré, Ubaitaba, Ilhéus, Itabuna, Una, Canavieiras, Belmonte. Não constam as dos municípios

Conforme Botelho, regionalmente dois foram os “(...) fatores que mais influenciaram no crescimento da população (...) desde o início do ciclo econômico do cacau, o constante aumento das necessidades de cacau nos centros industriais europeus e as possibilidades oferecidas pela terra, para o desenvolvimento da monocultura” (BOTELHO, 1954, p. 10). Desta maneira a geografia populacional da Zona Cacaueira ficava diretamente associada, por um lado, às flutuações do mercado mundial de cacau, e em outra escala, às limitadas disponibilidades de terras propícias ao cacau regionalmente.

Botelho exemplificou essa teoria descrevendo que entre 1900 e 1935 o consumo mundial de cacau passou de 101.300 para 645.500 toneladas, sob um ritmo anual de crescimento de cerca de 107%. Associada a este aumento da demanda internacional ocorreu por parte da Zona Cacaueira uma captação de parte do fluxo migratório Nordeste-Sul destinado ao trabalho nas fazendas de café. Neste período também abundavam terras próprias para o cultivo do cacau, e conforme toda esta conjuntura o crescimento populacional foi acelerado (**Figura 113**, p.411 e **Figura 114**, p.411).

Assim sendo, com o aumento da demanda mundial por cacau e a disponibilidade de terras, “(...) contingentes humanos deslocavam-se mais intensamente para a região” (BOTELHO, 1954, p. 11).

Botelho detectou que o aumento da população entre 1940 e 1950 foi

(...) mais uma decorrência do crescimento vegetativo que de causas externas à zona, como ocorreu antes. As dificuldades de colocação do cacau no mercado internacional, a intensa ocupação de terras e a alta do custo da vida, são fatores que funcionam negativamente para a atração de consideráveis levas migratórias nesse período. Outros fatores, como as secas e as pragas, afastam número considerável de trabalhadores e de pequenos proprietários da zona cacaueira (BOTELHO, 1954, p. 12).

Neste sentido o autor identificou que a

(...) cultura cacaueira, atualmente, dentro do método agrícola empregado na região, atingiu os seus limites máximos. O próprio tipo de economia mista que separa a faixa cacaueira da zona pastoril do sertão, leva-nos a admitir que já foi atingido o limite oriental. Por conseguinte, diminuiu, de muito, as disponibilidades em terra para o cacau. Conseqüentemente a afluência de contingentes externos foi consideravelmente reduzida (BOTELHO, 1954, p. 12).

Botelho identificou diversos ‘tipos humanos’ que corresponderam a atividades exercidas na Zona Cacaueira, entre eles o fazendeiro, o administrador, o contratista, o empreiteiro, o tropeiro e o jagunço. Dentre todos estes somente o fazendeiro era dono de terra, podendo ser um médio ou grande proprietário. O suceder temporal já havia então, segundo o autor, diminuído a importância, e, portanto, o número de envolvidos na atividade do contratista e do tropeiro. O primeiro, pois

de Jequié, Ipiaú, Boa Nova e Poções por não facilitarem o cálculo de suas populações segundo os recenseamentos anteriores a 1940” (BOTELHO, 1954, p.10).

“atualmente, as terras boas para o plantio do cacau estão praticamente cultivadas. Não tem hoje o contratista a mesma importância que desfrutou no passado” (BOTELHO, 1954, p. 20). E o segundo pelo desenvolvimento das estradas de rodagem, que restringiu a área de ação dos tropeiros às roças, para transporte das bagas de cacau para os cochos de fermentação.

No capítulo seguinte o autor explicitou a diferença entre a Zona Cacaueira delimitada pelo CNG e o mapa (**Figura 112**, p. 409) por ele apresentado:

A denominada zona cacaueira da divisão regional do estado da Bahia, elaborada pelo Conselho Nacional de Geografia, não se justapõe, integralmente, aos limites figurados no mapa que representa os tipos de uso da terra. O desajustamento resulta mais do método e princípios adotados que do desconhecimento das realidades humanas e econômicas da zona em aprêço. Enquanto o Conselho Nacional de Geografia, leva em consideração os limites municipais, por questões administrativas e estatísticas, nós nos preocupamos em delimitar as áreas de ocorrência deste ou daquele tipo de uso da terra, segundo a forma mais comum na zona rural. Acresce, ainda, a circunstância de ser o zoneamento baseado nos fatos da geografia humana e econômica, que caracterizam um município ou um conjunto de municípios. No caso presente, não nos interessaram os fatos em conjunto, mas um único aspecto da ocupação do solo - o uso da terra. Daí a diferença apontada (BOTELHO, 1954, p. 24-25).

Tratando sobre as fontes para o mapa (**Figura 112**, p. 409), Botelho lamenta a disponibilidade ‘somente’ de ‘informações vagas’, além das fotografias aéreas, do ‘Mapa da Zona do Cacau’ do Instituto de Cacau da Bahia, e “(...) como elemento de referência, no campo, foi-nos de grande valia a carta ao milionésimo do estado da Bahia, executada pelo CNG com a colaboração do Departamento de Geografia, Engenharia Rural e Açudagem do Estado” (BOTELHO, 1954, p. 25). Outra ressalva feita ao mapa (**Figura 112**, p. 409) foi que embora representasse as principais áreas produtoras, “(...) onde a produção cacaueira é a mais densa e contínua, (...) entre Gandu e Itapebi e Ilhéus e Ibicaraí” (BOTELHO, 1954, p. 25), o autor explicou não ter tido a possibilidade de observar pessoalmente alguns municípios, por falta de tempo ou pela ‘inexistência de comunicações terrestres rápidas’: Santa Inês, Ubaíra, Jequiariá, Mutuípe, Laje, Valença, Taperoá, Nilo Peçanha e aqueles que integram o ‘Extremo Sul’.

Visualizando-se o mapa (**Figura 112**, p. 409) percebe-se

(...) uma sucessão de áreas econômicas, caracterizadas pela exploração mais importante de um produto sobre os demais. Essas áreas se sucedem, a grosso modo, paralelamente ao litoral. Por essa razão, denominamos essas áreas, mais ou menos retilíneas, orientadas na direção norte-sul, de faixas econômicas. Decorrendo dessa disposição, sucedem-se do litoral para o sertão as seguintes áreas: faixa do extrativismo vegetal, faixa cacaueira e faixa de transição. Somente após se entra no sertão, de economia baseada nas atividades pecuárias (BOTELHO, 1954, p. 25).

Neste sentido, sobre a ‘faixa de transição’ o autor indicou ser formada por espaços que ‘participam’

das economias vizinhas, a pecuária e a lavoura cacauera. Esta faixa “(...) indica-nos a proximidade do sertão e (...) evidencia-nos a penetração máxima que o cacauero pôde alcançar. Aí, nas fazendas, encontramos ao lado das atividades decorrentes do tipo de economia tropical litorânea, as que se originam da economia básica do sertão” (BOTELHO, 1954, p. 28).

Os tipos de uso da terra “(...) foram determinados em função exclusiva do cultivo do cacauero e da pecuária” (BOTELHO, 1954, p. 28): o cacauero associado a outras culturas; o cultivo do cacau em mata brocada; e a formação de pastagens. Segundo Botelho “os dois primeiros tipos se distribuem pelas faixas cacauera e de transição, enquanto o último interessa mais particularmente à zona mista” (BOTELHO, 1954, p. 28).

Em relação ao terceiro tipo afirmou o autor ser ‘dependente’ da pecuária, “(...) que se estende em torno das terras predominantemente cacaueras, dentro da faixa de transição. Apesar de nesta faixa encontrarmos dois tipos de economia, não significa que se verifique uma associação entre o cacau e a pecuária” (BOTELHO, 1954, p. 31). Isto porque o “(...) criatório, recente na região (mais ou menos desde há 30 anos), é uma atividade independente da agricultura cacauera. A única relação que existe entre gado e cacau é que o capital aplicado na pecuária, de modo geral, foi proveniente dos lucros obtidos com a lavoura” (BOTELHO, 1954, p. 31).

Nestas fazendas mistas, “(...) que caracterizam a faixa de transição, o gado é deixado em pastos artificiais cercados, para evitar a destruição do cacaual. Para formá-los, o homem derruba e queima a mata, após o que semeia o capim, de preferência o sempre verde ou o colônio” (BOTELHO, 1954, p. 31). As atividades pecuárias desta faixa de transição eram voltadas ao abastecimento dos municípios da Zona Cacauera, mas também estabeleciam contatos para fora desta região, importando gado do planalto mineiro, e comerciando suas boiadas “(...) em outros municípios, inclusive nas feiras de Jequié e de Feira de Sant’Ana” (BOTELHO, 1954, p. 31).

No quarto capítulo o autor apresentou as vias de comunicação e os meios de transporte que serviam à Zona Cacauera. Iniciou narrando a evolução histórica deste setor, explanando a progressiva substituição do transporte feito pelos rios, tropas e ferrovias, pelos realizados nas novas rodovias, muitas construídas pelo ICB, e pelos portos. Botelho descreveu, entre os aspectos do transporte contemporâneos ao texto, a concorrência existente entre tais modais.

Em suas conclusões o autor sinalizou a identificação de uma tendência de substituição do cacau por outras culturas, principalmente o café e a borracha. Tendência esta decorrente da situação então em

voga, na qual “(...) as oscilações da produção e da procura do cacau baiano vêm-se fazendo sentir com mais intensidade. A queda de produção, ano após ano, está provocando um certo desinterêsse pelo cacau” (BOTELHO, 1954, p. 47). Como principais razões foram apontadas “as pragas, as sêcas, o alto custo da produção, e a dificuldade de colocação do produto nos mercados externos” (BOTELHO, 1954, p. 47).

O autor também afirmava estar os governos acompanhando esta dinâmica produtiva, e que inclusive, o ICB e o Ministério da Agricultura mantinham estudos e campos experimentais sobre outras culturas além do cacau, “(...) para evitar-lhe as desvantagens de um interêsse agrícola monocultor. Se por um lado essa situação patenteia os recuos da cultura cacaeira, por outro, em futuro próximo, ela beneficiará tôda a região e seus habitantes”. (BOTELHO, 1954, p. 48). Portanto, Botelho finalizou o texto explicitando as agruras do sistema monocultor, que prejudicava o abastecimento até mesmo dos gêneros alimentícios, principalmente em períodos de seca, e, assim, valorando positivamente uma crescente busca pela diversificação produtiva.

No mesmo número da RBG em que foi publicado o texto de Guerra (1952) sobre o cacau na Bahia, também constou um comentário de 10 páginas intitulado ‘Contribuição ao Estudo das Feiras de Gado - Feira de Santana e Arcoverde’, de Ney Strauch da Divisão de Geografia do CNG (STRAUCH, 1952). O autor fez notar que o trabalho havia sido ‘fruto’ de observações pessoais realizadas durante excursão ao ‘Nordeste brasileiro’ em 1948. O trabalho também foi apresentado à V Assembléia Geral da AGB, acontecida em janeiro de 1950, e foi aprovado para publicação nos anais do evento. O autor também agradeceu a grande colaboração do professor Lindalvo B. dos Santos através de informações e críticas (STRAUCH, 1952).

O autor considerou as feiras como um tipo de comércio tradicional que especificamente no ‘Nordeste Oriental’ brasileiro sobreviveu desde os tempos coloniais. A permanente importância de tais ‘reuniões semanais’ foi exemplificada por Strauch pelo crescimento que promoveram nas duas cidades as quais comportam as maiores feiras de gado não só da região como do país: Feira de Santana, na Bahia e Arcoverde, em Pernambuco (STRAUCH, 1952).

A primeira seção do texto foi dedicada a encontrar explicações para a ‘existência das feiras de gado nos tempos atuais’. O autor considerou que o principal fator que justificaria as feiras de gado do Nordeste do Brasil serem ‘ainda’ importantes centros de comércio, resistindo assim à uma provável “(...) destruição pelo progresso do sistema comercial moderno”, [era] “a importância das feiras de

gado (...) no problema de abastecimento regional; em geral, são as capitais dos estados e cidades da Zona da Mata que possuem, via de regra, população densa” (STRAUCH, 1952, p 109).

Portanto destacamos que a narrativa de Strauch considerava normal o desaparecimento das feiras enquanto um tipo comercial tradicional, contrapondo-as ao sistema comercial ‘moderno’. Nesse sentido a ‘sobrevivência’ desta tradição frente ao ‘progresso moderno’ constituiu a questão que ensejou a feitura do trabalho publicado na RBG.

Outro ponto importante abordado no texto foi a magnitude do alcance das feiras de gado. Strauch asseverou que este alcance espacial era muito vasto, indo além do que seria esperado para estes centros de abastecimento regionais, o que foi explicado pelo uso massivo da criação extensiva como tipo de exploração do solo. O autor ponderou ainda que “(...) apesar de serem muito vastas as propriedades, o número de cabeças de gado é irrisório em relação às áreas das propriedades” (STRAUCH, 1952, p 110).

Especificamente sobre a feira de gado baiana o autor apontou que o grande trunfo dela era, por sua localização, no extremo sul da região nordestina, a “(...) possibilidade que tem de arrebanhar gado de Minas Gerais e Goiás, onde a criação ainda que extensiva, é facilitada pelas melhores condições do meio” (STRAUCH, 1952, p 110). Já em relação à feira da cidade pernambucana de Arcoverde, Strauch concluiu pela expansão da sua área de influência (em termos da origem do gado) sobre aqueles espaços polarizados por Feira de Santana, pela necessidade que tinha de abastecer um grande número de cidades. Tal concorrência estaria “(...) sendo feita à base de preços superiores aos da famosa feira baiana (STRAUCH, 1952, p 110).

Os quatro textos seguintes são de autoria de Orlando Valverde, diretor da Divisão de Geografia do CNG, sendo que o terceiro é em coautoria de Myriam G. C. Mesquita, assim como o quarto, sendo que este ainda tem mais uma coautora: Léa Scheinvar. O primeiro, intitulado ‘O uso da terra no Leste da Paraíba’, foi uma tese apresentada ao I Congresso Brasileiro de Geógrafos, promovido pela AGB na cidade de Ribeirão Preto (São Paulo) entre 19 e 28 de julho de 1954. A metodologia da pesquisa baseou-se em três ‘elementos fundamentais’:

Em primeiro lugar, figuram os trabalhos geográficos de equipe executados sob os auspícios da Associação dos Geógrafos Brasileiros, que tiveram como relatores os geógrafos Nilo Bernardes e Mário Lacerda de Melo, intitulados "Observações sôbre a Paisagem Agrária no Município de Areia" e "Aspectos da Geografia Agrária do Brejo Paraibano", respectivamente.

Em segundo lugar se consignam os trabalhos de campo, com caráter de reconhecimento geográfico, realizados pelo autor nos períodos de setembro de 1953 e fevereiro de 1954.

Por fim, na ordem cronológica, foi feita a interpretação de fotografias aéreas, tiradas em 1942, de grande altitude (20 000 pés ou 6 000 e tantos metros), pelo sistema trimetrogon (uma fotografia vertical e duas oblíquas). (VALVERDE, 1955, p. 49)

Neste sentido, os objetivos do longo texto de 42 páginas foram

(...) caracterizar e representar cartograficamente os sistemas de utilização da terra e os regimes de propriedade em vigor no leste da Paraíba, apresentar sugestões para um planejamento rural na região estudada e, finalmente, realizar uma experimentação de método, qual seja o da interpretação de fotografias aéreas no sistema trimetrogon para cartografar a utilização da terra. (VALVERDE, 1955, p. 49).

A estrutura do texto foi montada a partir de uma divisão regional da área de estudo. Foram quatro as regiões definidas, e a cada uma foi reservada uma seção do texto, intituladas 'O uso da terra' acompanhado do nome da região. A primeira, a Zona da Mata, teve como principais tópicos as usinas do vale do Paraíba do Norte, as demais baixadas quaternárias, as zonas de rotação de terras primitiva e a pecuária extensiva nos tabuleiros de arenito. Sobre estas últimas feições o autor fez interessante observação sobre a ocorrência da 'caatinga' (embora faça notar imediatamente depois que não utilizará mais o termo 'caatinga' pela 'extrema imprecisão' na sua conceituação):

Graças à ocorrência desses tabuleiros de arenito, a vegetação decídua do Agreste, que na Paraíba tem a denominação popular de "caatinga" avança mais para leste que em qualquer outro lugar do Brasil. Ao sul do vale do Mamanguape, ela só se detém no bordo da falésia que limita a praia (VALVERDE, 1955, p. 51).

Em seguida Valverde apresentou o uso da terra no Agreste, abordando basicamente os latifúndios agropecuários 'pré-capitalistas'. A terceira região foi o Brejo, sobre a qual foram debatidas as culturas do agave, cana e mandioca, além de um item sobre 'classes sociais no meio rural do Brejo'.

Por fim, a seção 'O uso da terra no Sertão' abordou as duas áreas que compõe esta unidade regional: o Curimataú, situado a oeste do Brejo, com altitudes mais baixas "(...) uma das regiões mais secas do estado da Paraíba, onde a caatinga tem, em quase toda sua extensão, a fisionomia de uma estepe de arbustos espinhentos" [e, com um] "caráter semelhante, embora não tão agressivo, (...) a caatinga da parte mais ocidental do município de Campina Grande, onde está a usina de beneficiamento de agave denominada Ôlho d'Água" (VALVERDE, 1955, p. 53).

Conforme Valverde, além da caracterização ambiental que o define, "(...) o Curimataú é o domínio da criação extensiva. Nêle predominam as grandes fazendas, onde se cria o gado zebu à solta, comportando o pasto nativo até duzentas cabeças para uma légua em quadro. Subsidiariamente, cria-se também a "miunça", isto é, o bode e o carneiro" (VALVERDE, 1955, p. 77). A cultura do agave não estaria em 'boas condições', devido ao clima e a falta de técnica, e "além disso, só uma ou outra

rocinha de subsistência se vê plantada nos leitos secos” (VALVERDE, 1955, p. 77). Sobre a cultura do algodão, o autor indicou que em 1954 não encontrou nenhum campo plantado, o que confirmaria para Valverde a tese defendida por Nilo Bernardes do desaparecimento desta cultura no Curimatáu.

Outra seção do texto de Valverde foi dedicada à análise do mapa do uso da terra no leste da Paraíba (**Figura 115**, p.419) que acompanha o artigo. O autor partiu da questão inicial sobre a existência de uma disposição lógica na distribuição dos sistemas agrícolas da área estudada, à qual responde imediatamente, justamente apelando para o caráter científico da Geografia Agrária.

O método utilizado por Valverde é derivado da leitura do já considerado por ele como um clássico, *‘Probleme der Landwirtschaftsgeographie’*, de autoria de Leo Waibel (Breslau, 1933). Neste texto, informou Valverde, Waibel “(...) exumou do olvido a teoria de Von Thünen sobre os tipos de utilização da terra em função da distância do mercado e ressaltou-lhe a profunda significação geográfica” (VALVERDE, 1955, p. 77). Waibel também teria demonstrado a aplicabilidade da teoria de Von Thünen na prática, ao estudar as faixas econômicas da Meseta Central de Costa Rica, conforme artigo publicado na RBG, ‘A teoria de Von Thünen sobre a influência da distância do mercado relativamente à utilização da terra. Sua aplicação a Costa Rica’ (WAIBEL, 1948).

A primeira característica da distribuição no uso da terra no Leste da Paraíba que serviu para definir faixas econômicas foi

(...) o fato das melhores terras do estado e as mais acessíveis a partir de João Pessoa, quais sejam as terras do baixo vale do Paraíba do Norte, [serem] ocupadas por usinas de açúcar (...). Realmente, a usina é o exemplo mais típico de plantation, isto é, de lavoura intensiva feita em moldes capitalistas (VALVERDE, 1955, p. 77).

Outro fato que confirmaria a possibilidade de estudar o tema proposto a partir do método das faixas econômicas foi a identificação de que a pecuária extensiva,

(...) o sistema mais extensivo de utilização da terra, aquele que exige a menor aplicação de trabalho e produz o menor rendimento por unidade de área, (...) [havia sido] relegado para as áreas mais longínquas a oeste, aquelas submetidas a um clima francamente semi-árido, bem como para as regiões de solos mais pobres do piedmont, que são as zonas dos tabuleiros de arenito da série Barreiras (VALVERDE, 1955, p. 78).

Por esta razão ambiental, a existência de solos pobres nos tabuleiros de arenito, afirmou Valverde que “(...) na Paraíba, logo ao sul do rio Mamanguape, os regimes de propriedade e os gêneros de vida do Sertão chegam até a própria orla das praias” (VALVERDE, 1955, p. 78). Assim sendo, pode-se identificar no mapa (**Figura 115**, p.419) a predominância absoluta dos sistemas agrícolas e pecuários extensivos, exceções feitas às “(...) plantations - usinas de açúcar do baixo Paraíba; a Santa Maria, no

Brejo, e a usina Ôlho d'Água, de agave, no Sertão -, a pequena área de granjas leiteiras ao sul de João Pessoa, e as culturas comerciais de agave e cana do Brejo” (VALVERDE, 1955, p. 78).

MAPA DO USO DA TERRA NO LESTE DA PARAÍBA

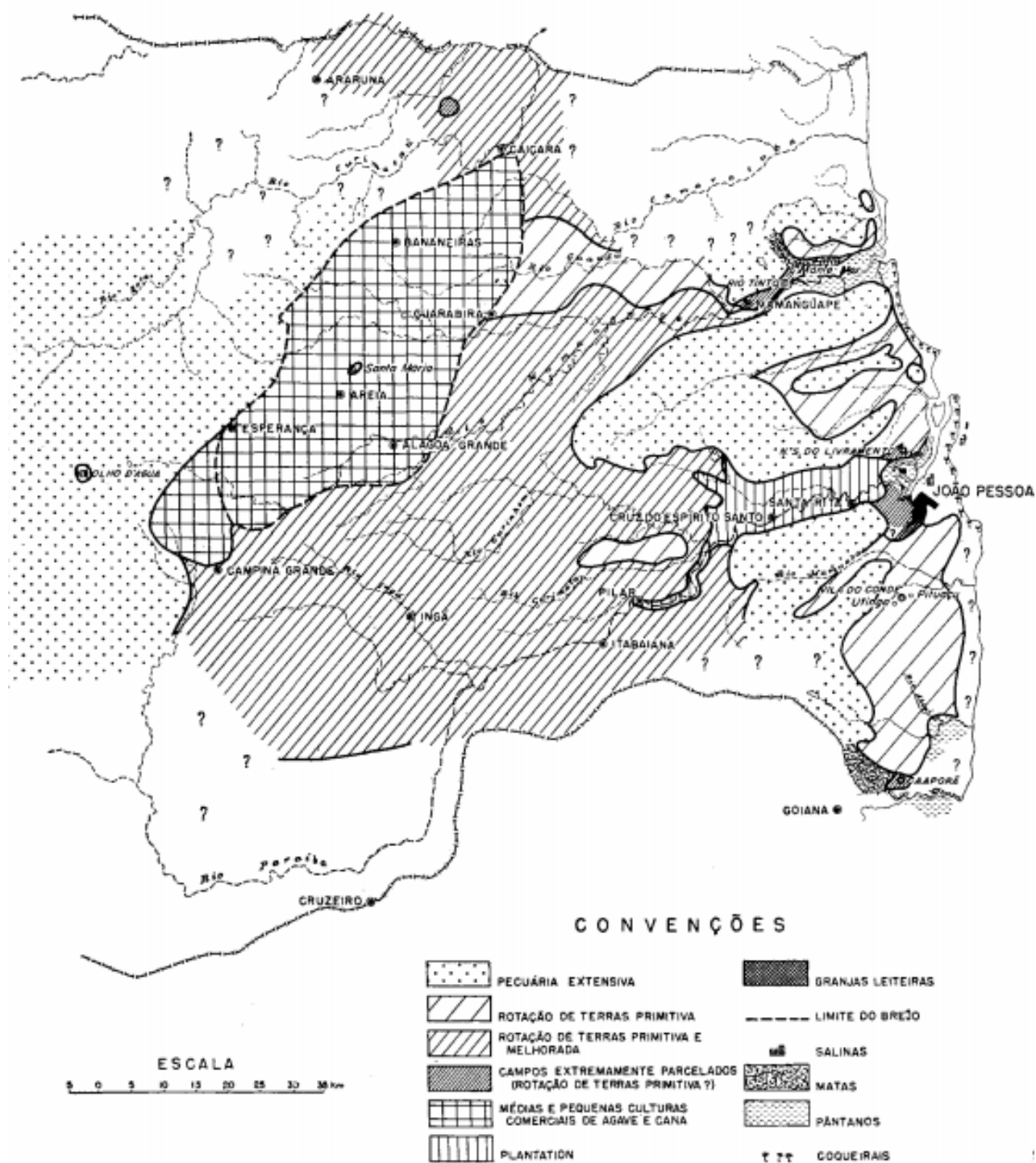


Figura 115: Mapa do uso da terra no leste da Paraíba. Fonte: VALVERDE, 1955, p. 55.

Tal situação na distribuição no uso das terras foi justificada pelo autor com base no regime de propriedade dominante na região, o latifúndio. Mais especificamente Valverde criticou “(...) o latifúndio pré-capitalista, quer seja êle exclusivamente agrícola, quer seja também de criação. Neste regime de propriedade, um grupo restrito de indivíduos apropriou-se de uma área enorme, mas não possui nem capital, nem crédito, nem capacidade para valorizá-la” (VALVERDE, 1955, p. 78). Neste sentido o latifúndio predominante na região seria uma unidade econômica quase autossuficiente e com um padrão de vida baixo, o que constituía um obstáculo ao perfeito estabelecimento da economia de trocas capitalista.

O regime de trabalho associado a estes latifúndios também teria feições pré-capitalistas, nas quais o trabalhador não tinha nenhuma garantia, “esse lavrador é, por isso, um nômade, sempre à procura de melhores condições de trabalho ou de terras mais férteis, que lhe deixem uma margem maior na partilha da ‘meia’. É fácil de entender que êle jamais encontrará condições que o satisfaçam por muito tempo” (VALVERDE, 1955, p. 78). Estes trabalhadores constituiriam a “(...) massa da população rural nas regiões de sistemas agrícolas extensivos. São uma gente flutuante, que vegeta num padrão de vida miserável, ignorante. Portanto, é incapaz, nem pode sequer estar interessada em aplicar sistemas intensivos de agricultura” (VALVERDE, 1955, p. 79).

Conforme visto no mapa (**Figura 115**, p.419) estes latifúndios pré-capitalistas se dividiam em três faixas, sendo a primeira, mais próxima ao litoral, com terras melhores e mais úmidas, formada por propriedades exclusivamente agrícolas, nas quais se praticava uma rotação de terras primitiva. A segunda faixa seria dos ‘latifúndios agropecuários pré-capitalistas’ situados no Agreste, de terras mais secas:

Aí além da rotação de terras primitiva, feita por moradores e meeiros, encontra-se a rotação de terras melhorada, praticada pelos proprietários, bem como uma pecuária extensiva, também dêstes, que não está associada a qualquer dos dois sistemas agrícolas. Há uma simples justaposição dos três tipos de atividades dentro da mesma propriedade (VALVERDE, 1955, p. 79).

No Sertão de terras semi-áridas e nos tabuleiros ‘pobres’ permitiu-se a instalação das fazendas de criação, constituídas pelo latifúndio de pecuária extensiva e alguma pequena lavoura de subsistência. Nas palavras do autor, “no Sertão, tirando as culturas de vazante que se fazem nos leitos secos, toda atividade agrícola é aleatória. A única solução é, então, o ‘criatório” (VALVERDE, 1955, p. 80).

Todavia caracterizasse estas faixas econômicas Valverde assinalou um ponto no qual a região em foco não corresponderia à teoria de Von Thünen: a presença de uma grande área de culturas

comerciais no Brejo, 'encravada' em meio aos latifúndios pré-capitalistas. Como justificativa para este 'paradoxo' o autor indicou a existência de três mercados, ao invés de somente um como no esquema teórico citado: o de João Pessoa, o de Campina Grande, e o do 'grande Sertão interior'. A 'considerável' população rural do Sertão teria como um dos alimentos básicos a rapadura, o que explicaria o desenvolvimento da economia tradicional dos engenhos rapadureiros no Brejo, zona úmida adjacente ao Sertão.

No último capítulo de seu artigo Valverde (1955) apresentou algumas sugestões para um planejamento rural da região, propondo formas de 'aproveitamento' das várzeas e dos tabuleiros de arenito Barreiras, citando problemas agrícolas e a indústria de veraneio do Brejo, e analisando as reservas florestais. O autor ressaltou que as sugestões não eram restritas aos governos, pois "geralmente, acha-se uma solução simplista atirando-se tudo às costas do govêrno. Não deixa de ser meio ridículo, num país em que o govêrno mal pode manter as instituições já existentes, vê-lo ameaçado pela criação de novos encargos" (VALVERDE, 1955, p. 80). Nesse sentido as sugestões poderiam eventualmente ser aproveitadas, isoladas ou em grupos, por administradores, legisladores ou capitalistas particulares.

Sobre as florestas existentes na região estudada Valverde concluiu, que somente duas áreas 'consideráveis' teriam matas 'ainda em pé'. Tal situação foi verificada através da interpretação das fotografias aéreas, e o autor alertou:

O estado da Paraíba ainda não tomou conhecimento de que a devastação indiscriminada está a exigir uma política florestal severa em futuro próximo. Neste caso, a única solução seria mesmo a desapropriação das referidas matas e a sua imediata organização em reservas florestais e áreas de experimentação de silvicultura. (VALVERDE, 1955, p. 82)

Outro tema tratado na conclusão do texto foi o da 'intensificação dos sistemas agrícolas', no sentido de propor uma reforma agrária planejada 'minuciosamente', e que estivesse 'combinada' com um trabalho de educação rural 'bem conduzido'. Tais medidas seriam necessárias pois "(...) qualquer tentativa de reforma agrária levantaria uma oposição feroz da classe dos senhores da terra, que poderia chegar até a guerra civil" (VALVERDE, 1955, p. 83).

O autor finalizou comentando sobre o valor das fotografias aéreas trimetrogon na identificação dos sistemas de utilização da terra e dos regimes de propriedade:

Não há dúvida de que elas constituem um recurso auxiliar excepcional. A delimitação das áreas por meio das fotografias passa a ser feita não mais ao longo de um itinerário, mas sôbre uma superfície, que é a coberta pelas fotos. Entretanto, é indispensável não esquecer que elas

desempenham um papel meramente auxiliar. É inútil tentar iniciar o trabalho partindo da interpretação das fotografias aéreas. Esta só pode ser começada após um reconhecimento prévio no terreno. O trabalho em questão, para ser completo, deve ser executado em três fases: 1ª reconhecimento no terreno; 2ª interpretação das fotografias aéreas; 3ª reconhecimento final no terreno, para dirimir as dúvidas restantes. (VALVERDE, 1955, p. 83).

Portanto Valverde reconheceu que seu artigo deveria ser considerado incompleto, pois ainda lhe faltaria à fase final, justamente o reconhecimento no terreno. Destacamos estas observações metodológicas, pois representam as novidades de então na ciência geográfica, sendo apresentadas ao amplo público da RBG. Além deste tema de nosso interesse o artigo de Valverde desenvolveu uma regionalização apoiada nos preceitos teóricos de Leo Waibel e Von Thünen, na qual a imagem de sertão foi bastante requisitada.

O texto seguinte, publicado na última RBG de 1957, intitulado 'Geografia Econômica e Social do Babaçu no Meio Norte', originou-se do relatório de 'observações geográficas' feitas por Valverde, em excursão compartilhada com outros membros do Grupo de Estudos do Babaçu (**Figura 116**), entre 19 de julho e 7 de agosto do mesmo ano. Tal grupo foi criado pelo governo federal, através de decreto nº 41.150 em 14 de março de 1957, com o objetivo de apresentar "(...) fundamentadamente, sugestões para o desenvolvimento da produção de babaçu em curto prazo" (VALVERDE, 1957, p. 3).

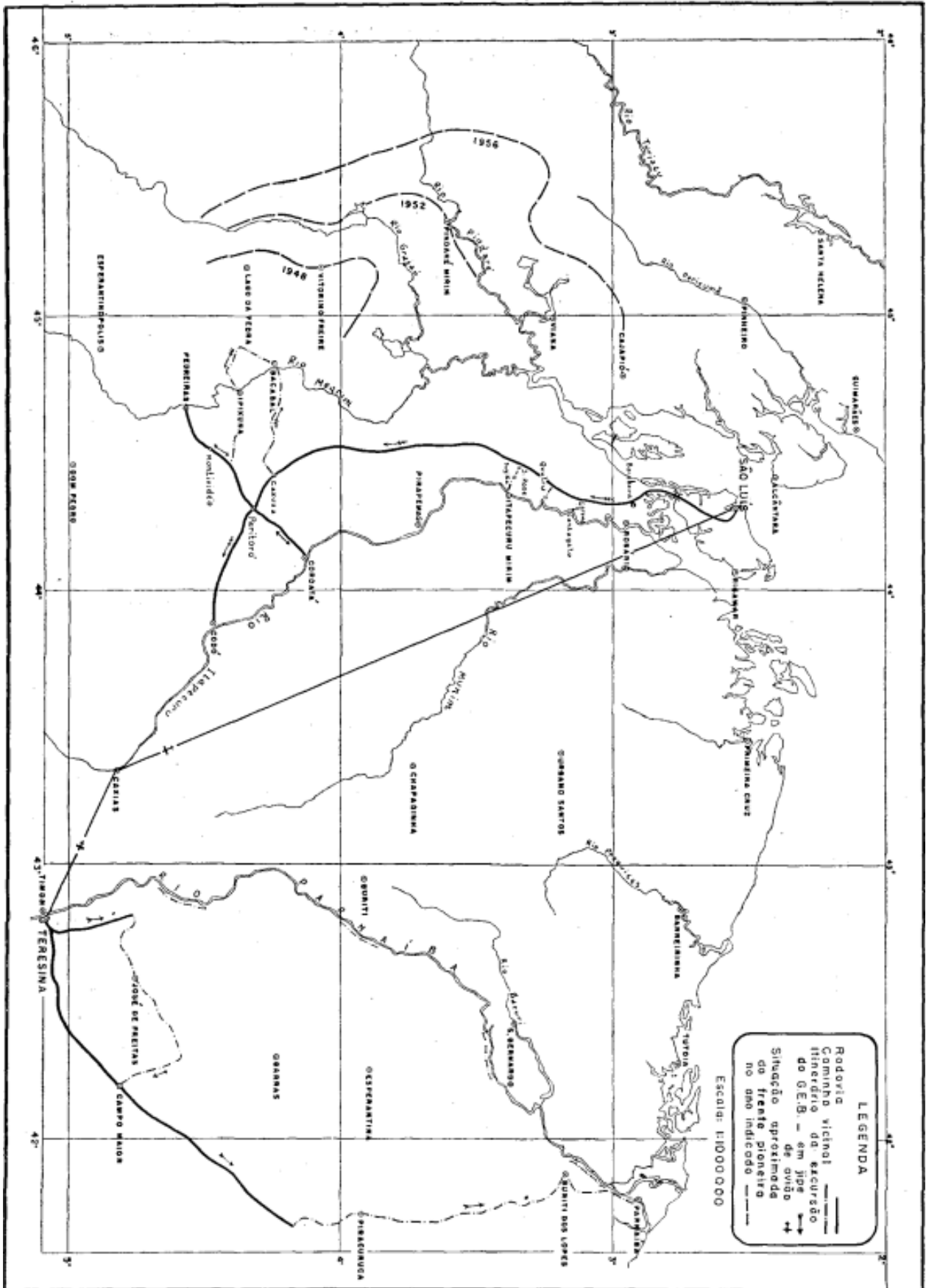


Figura 116: Mapa do itinerário da excursão do GEB. Fonte: VALVERDE, 1957, p. 16.

O artigo de 40 páginas foi estruturado nos seguintes temas e seções: O que é preciso saber sobre o babaçu; O abastecimento de matéria-prima à indústria; A ocupação da terra; As regiões produtoras (**Figura 118**); Problemas econômicos do babaçu; Problemas sociais e as ‘fórmulas salvadoras’; e Conclusões e recomendações.

Destacamos dois pontos discutidos pelo autor, que consideramos de maior interesse à nossa pesquisa. O primeiro é o uso da categoria ‘caboclo’ e o segundo a questão da colonização. O caboclo aparece no trabalho em duas versões: o maranhense e o cearense ou piauiense. O maranhense, segundo descrição de Valverde, teria contribuição das três ‘raças fundamentais’ formadoras do povo brasileiro. Esta miscigenação seria uma situação peculiar no país, todavia estes caboclos do Itapecuru “(...) formam uma população socialmente inferiorizada, indolente - sobretudo os homens -, que vegeta numa vida miserável nas fazendas, cultivando roças e criando porcos” (VALVERDE, 1957, p.19).

Os caboclos trabalhavam com o babaçu somente quando ‘estivessem precisando’ de dinheiro, sob a forma de rendeiros, parceiros e assalariados ou mesmo por conta própria. Contudo, e Valverde confirmou tal informação, “os compradores e exportadores atribuem, geralmente, a escassez e o mau preparo das amêndoas de babaçu à indolência e à má fé dos caboclos” (VALVERDE, 1957, p.26). O autor atribuiu esse mal preparo do babaçu pelos caboclos à sua condição ‘miserável’ e ‘sem instrução’.

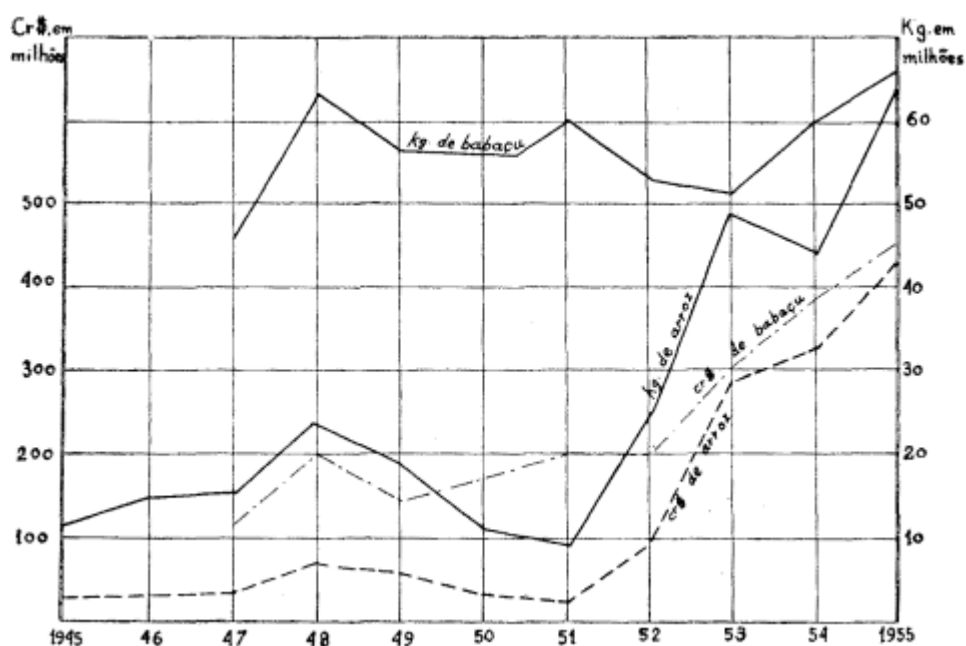


Figura 117: Gráfico da produção de babaçu e arroz no Maranhão, em volume e valor. Fonte: VALVERDE, 1957, p. 4.

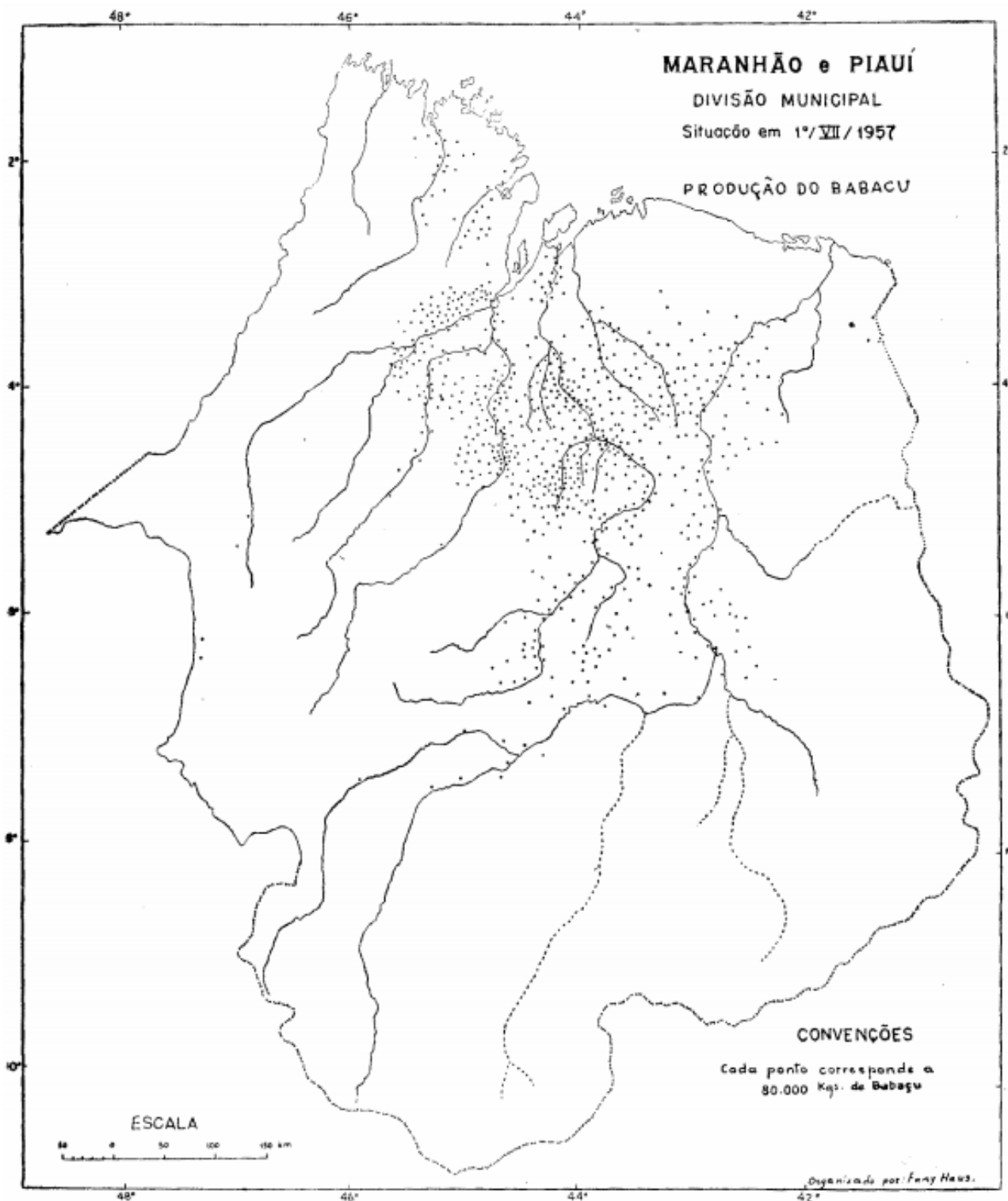


Figura 118: Mapa da produção de Babaçu no Maranhão e Piauí. Fonte: VALVERDE, 1957, p.6.

Esta condição de miséria seria o ponto em comum entre os caboclos citados por Valverde: “Apesar da tremenda influência igualitária da miséria, existem diferenças profundas nos aspectos sociais e psicológicos dos caboclos cearenses (e piauienses) do vale do Mearim e dos caboclos maranhenses do vale do Itapecuru” (VALVERDE, 1957, p.31). O autor ressaltou, como pontos positivos do caboclo cearense, sua forte iniciativa voltada ao trabalho, a participação de toda a família nos trabalhos, e o

respeito à 'honra do lar', que segundo Valverde, atingiria um caráter 'místico': "As infrações a êsse código não escrito são lavadas com sangue, a 'peixeira'. Os crimes são freqüentes e o jôgo é um flagelo social" (VALVERDE, 1957, p.32).

Por outro lado,

O caboclo maranhense é um vencido; a condição de dependência econômica, a tradição escravagista, a indolência o derrotaram. A sua função social quase se reduz à de um mero reprodutor da espécie. As mulheres, porém, trabalham desde tenra idade. Desde os 6 ou 7 anos começam a quebrar coco para se vestir e se enfeitar, mas aos 16 ou 17, na maioria, se prostituem (VALVERDE, 1957, p.32).

Assim sendo, os laços de família foram vistos como 'frouxos', e o autor descreve

(...) cenas (...) degradantes (...) em restaurantes à beira da rodovia-tronco de Codó a S. Luís, em que jovens adolescentes servem as mesas e provocam os viajantes ao deboche, ante os olhos indiferentes dos parentes mais velhos. Nesta região, as figuras do motorista de caminhão e do caixeiro-viajante desempenham papel de desagregação social (VALVERDE, 1957, p.32).

No mesmo sentido foi descrito o tratamento social dedicado aos caboclos maranhenses: "As pessoas de classe abastada e média tratam normalmente os caboclos do Itapecuru aos gritos, e êstes não reagem, acham natural, mesmo que não haja entre uns e outros relações de patrão para empregado. Tal atitude choca o forasteiro" (VALVERDE, 1957, p.32). Por fim o autor conclui proporcionar o Maranhão "(...) um exemplo, a bem dizer, didático de anarquia na produção e no comércio, intimamente geminado com o caos político" (VALVERDE, 1957, p.29).

Sujeito às variações no preço do produto final os caboclos eram os que mais sofriam com as quedas no preço e produção, contudo Valverde não ratificou a tese de que eles seriam também os maiores culpados pelos problemas na cadeia produtiva do babaçu:

Naturalmente, como diz o povo, 'a corda sempre rebenta do lado mais fraco'. É o caboclo, afinal, o que mais sofre, porque não tem reservas financeiras e está na base da pirâmide econômica e social. Por uma ironia, é a êle, à sua indolência e má fé, que se atribui a causa de todos os males. Contudo, não são, conforme se vê, as manobras e espertezas dos caboclos as que causam maiores danos à economia (VALVERDE, 1957, p.29).

O segundo tema que destacaremos do artigo de Valverde relaciona-se com o dos caboclos. O autor descreveu que dentre os 'remédios' propostos e tentados para resolver os 'intricados' problemas sociais acima narrados o que teria maior aceitação nos meios 'cultos' seria o da colonização. Entretanto tal solução era vista pela 'população regional' com 'ceticismo' e 'hostilidade'.

Valverde justificou essa atitude pela 'falência' dos dois projetos oficiais de colonização então recentemente esboçados, quais sejam o Núcleo Colonial do Alto Mearim e o Núcleo Colonial de Barra

do Corda:

O primeiro acarretou algumas despesas - máquinas, construções -, mas não chegou a introduzir colonos em suas terras. Óbices administrativos fizeram a idéia morrer no nascedouro.

O segundo projeto era mais ousado e foi mais longe. Tratava-se de povoar com pequenos proprietários uma grande área de terras devolutas. Os organizadores, como não se dispusesse de estradas, fizeram sobrevoar por avião uma área correspondente a um quadrado que teria de lado a distância percorrida em uma hora de vôo. Mas, como se pretendia fazer uma colonização 'nos moldes clássicos', a primeira medida tomada foi expulsar os posseiros dessas terras. Ora, Barra do Corda é um município que estava começando a exportar arroz, com base na produção das roças dessa gente. O resultado não se fêz esperar: a exportação cessou e o arroz faltou até para o abastecimento da cidade. Entrementes, o projeto se desenvolvia com lentidão - construções, pagamentos de funcionários, máquinas - até que caiu no descrédito geral e no abandono (VALVERDE, 1957, p.32).

Neste sentido Valverde avaliava ser justa a 'desconfiança' popular com a colonização. O autor criticou "a megalomania - grandes organismos centralizadores, grandes projetos - e a cultura livresca [as quais] tem matado muita iniciativa e custado muito dinheiro ao govêrno neste país" (VALVERDE, 1957, p.32-33).

Outra opção aventada na época foi a colonização estrangeira, a qual foi associada pelo autor aos "(...) preconceitos sôbre a 'malandragem' do nosso homem rural" (VALVERDE, 1957, p.33). No artigo tal 'solução' foi criticada pelo seu alto custo, e pela ponderação explicitada a seguir: "E convenhamos que fazer tais despesas para garantir o colono estrangeiro, deixando o nacional ao abandono, entregue à miséria e à espoliação, há de gerar um sentimento local de revolta, de conseqüências imprevisíveis" (VALVERDE, 1957, p.33).

Em suas conclusões, Valverde delimitou o papel da geografia no estudo e planejamento das questões regionais: "Não se pode pretender, olhando um problema regional tão complicado apenas pelo ângulo da Geografia, apresentar sugestões definitivas, muito embora a ciência geográfica tenha âmbito comum com muitas outras ciências naturais e sociais" (VALVERDE, 1957, p.35). O autor lembrou que o "(...) próprio ato que criou o Grupo de Estudos do Babaçu prudentemente restringiu suas conclusões à solução dos problemas a curto prazo. Os de longo alcance certamente demandarão estudos mais extensos e profundos" (VALVERDE, 1957, p.35). Neste sentido foram expostos 'rumos gerais' a serem seguidos pelas pesquisas geográficas, ecológicas e agronômicas relativas ao babaçu.

A colonização deveria ser "(...) orientada, antes de tudo, para uma forte mobilização dos serviços de demarcação e entrega de títulos de propriedade, a fim de pôr côbro à torpe 'indústria da grilagem'" (VALVERDE, 1957, p.35). Assim sendo o crédito aos produtores deveria ser condicionado à

apropriação da terra por eles cultivada.

Outras sugestões indicadas foram sobre a mecanização da produção e a aberturas de estradas vicinais. Sobre esta última Valverde citou possível apoio do governo à ‘Campanha da Produção’, iniciativa da Associação Comercial de São Luís. Neste caso o governo deveria fiscalizar a fim de “(...) impedir que os serviços sejam orientados ou paralisados com objetivos de luta comercial, em que os caboclos e a economia do Brasil sofrem os prejuízos maiores” (VALVERDE, 1957, p.36).

Sobre a quebra mecânica do babaçu, o autor sinalizou que o problema era antigo e de difícil solução, citando existirem à época 48 requerimentos de patentes relacionados à quebra do babaçu no Departamento de Propriedade Industrial, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Valverde postulou que embora nenhuma máquina tivesse resolvido definitivamente a questão, “(...) as pesquisas para a obtenção de máquinas de quebrar o coquilho, com alto rendimento, devem ser incentivadas” (VALVERDE, 1957, p.36). Tal mecanização e industrialização deveria ser instalar associada à disponibilidade da matéria-prima. Valverde ponderou que

A assistência médica, social e econômica à população de lavradores e produtores de babaçu não deve ficar a cargo de um só órgão, gigantesco e onipotente. Há vários órgãos governamentais, autárquicos ou ministeriais, que deverão colaborar num plano geral único, supervisionado por uma comissão pequena. (Esses órgãos seriam, por exemplo, SPVEA, CNER - Min. Educ., SESP, IO, IBGE e outros). (VALVERDE, 1957, p.36).

Nesse sentido o autor considerou ‘tarefa economicamente difícil’ a organização de plantations de babaçu por organizações privadas, em países que, como o Brasil, tivessem sujeitos à rápida desvalorização de sua moeda. Valverde concluiu seu artigo observando que

Levando-se em conta, entretanto, que a maquinaria industrial para a extração do óleo é mais ou menos a mesma, quer se trate do de algodão, amendoim, gergelim, babaçu, tucum, dendê ou coco da praia, deverá o govêrno conduzir as pesquisas agronômicas, juntamente com as de economia agrícola, encarando a possibilidade futura de serem criadas plantatíons dedicadas à cultura de um conjunto de plantas oleaginosas.

Não há, por conseguinte, um problema só do babaçu, a ser resolvido isoladamente. O Piauí tem problemas sociais e econômicos muito mais simples. Além disso, suas autoridades sempre manifestaram seus objetivos muito claros e consistentes. (VALVERDE, 1957, p.36).

Valverde considerava estes ‘objetivos’ demasiadamente audaciosos, criticando o ‘desejo’ destas autoridades pela organização de uma autarquia, com dotação anual de 0,5% da receita federal, para o desenvolvimento do vale do Parnaíba. O autor clamou ser sabidamente injusta a situação de abandono do estado, porém também solicitou o governo agir com cautela, para que tais projetos contribuam realmente para o soerguimento da economia regional.

O terceiro texto de autoria de Valverde aqui apresentado, 'Geografia agrária do baixo Açu', foi feito em conjunto com a também geógrafa Myriam G. C. Mesquita. Sua publicação aconteceu quatro anos após o texto analisado anteriormente e assim foi apresentado:

O presente trabalho é um exemplo de Geografia Aplicada. Resultou de observações e inquéritos realizados na região pelos autores, durante os meses de fevereiro e julho de 1960. Serviu de fundamento às pesquisas sobre hábitos alimentares, pela técnica de pesadas, efetuadas pela Missão Emma Reh, da FAO. Colaboraram para o êxito desta Missão quatorze repartições públicas brasileiras, em atividade conjunta, coordenada pela Comissão Nacional de Alimentação, do Ministério da Saúde. (VALVERDE; MESQUITA, 1961, p. 3).

O artigo contava com 40 páginas iniciando com um breve resumo do quadro físico, delimitando a região de estudo. Neste foi explicitada a importância do rio, seus afluentes e suas várzeas, numa região de clima semiárido. O rio Açu era periódico, contudo "(...) graças à construção de numerosos grandes açudes no seu alto curso, bem como no de seu afluente principal, o Seridó, o baixo Açu mantém, hoje em dia, pelo menos um filête d'água, mesmo no auge da estiagem" (VALVERDE; MESQUITA, 1961, p. 3).

Além dessas 'áreas deprimidas' dos vales dos rios e das lagoas o relevo da região era formado pelos 'tabuleiros', tomados pela caatinga. Os autores apontaram que "poucas são as lavouras abertas nessa vegetação relativamente mesquinha. A população nela instalada é também rarefeita" (VALVERDE; MESQUITA, 1961, p. 6).

Seguia-se uma seção, denominada 'Ocupação da terra', na qual os autores narravam o desenvolvimento histórico da 'rede fundiária' na região, desde as sesmarias, até o momento então presente. Esta descrição aportou elementos cruciais para a compreensão do habitat rural e urbano do baixo Açu. Foi identificada uma grande diferença entre o regime fundiário de acordo com a margem do Açu que fosse analisada:

Na margem direita, há pouca várzea e o retalhamento da terra tornou as propriedades pobres. A maioria dos seus donos não tem posses para adquirir máquina para tirar cêra. Alguns nem sequer podem empreitar esse serviço, por falta de dinheiro e porque possuem tão poucas carnaúbas que a despesa não é compensada.

Na margem esquerda, ao contrário, a várzea é muito mais larga e as propriedades, são com freqüência, muito maiores. Nos seus solos de várzea crescem os carnaubais e as culturas, e o homem que os explora nela se instalou também: Santo Antônio, Martins, Camboeiro e Carnaubais estão situados sobre a várzea alta. Na margem direita, mais estreita, há menos núcleos de população. (VALVERDE; MESQUITA, 1961, p. 6).

Os autores apresentaram também um interessante esquema 'ideal' de uma propriedade na margem esquerda do importante rio (**Figura 119**, p.430).

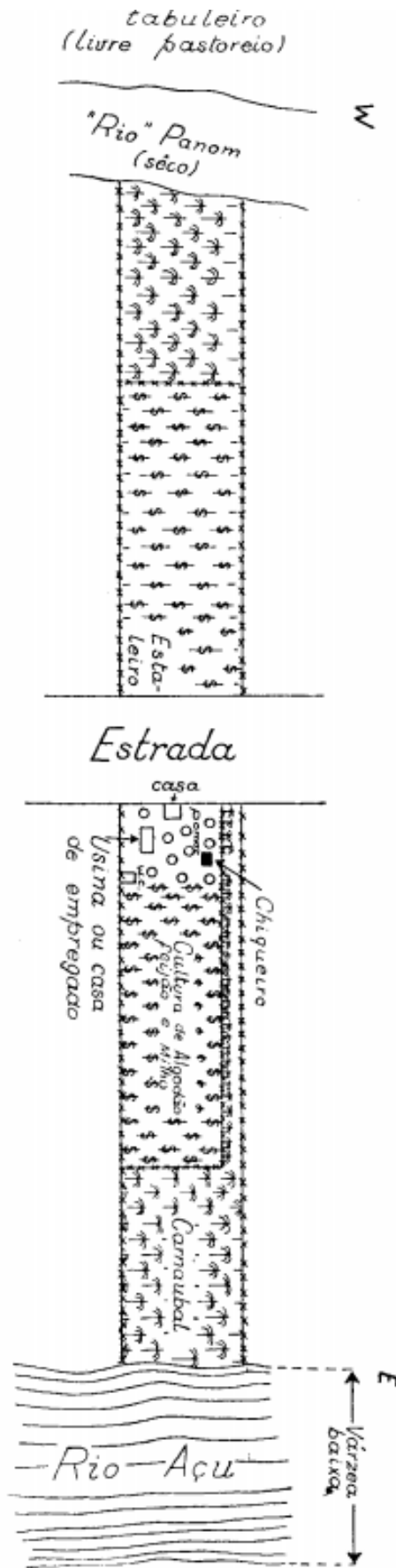


Fig. 7 — Esquema ideal da morfologia agrária de uma propriedade em Santo Antônio.

Figura 119: Esquema "ideal" de uma propriedade rural na margem esquerda do baixo rio Açú.

Fonte: VALVERDE; MESQUITA, 1961, p. 9.

O maior núcleo populacional da região e também principal centro administrativo e educacional era a cidade de Açu. Outras funções urbanas exercidas por Açu eram a convergência da produção regional aos seus estabelecimentos comerciais, e a realização de feira semanal. Valverde e Mesquita indicaram que a cidade poderia “(...) incluir-se na categoria das chamadas ‘capitais de sub-região’, de Rochefort” (VALVERDE; MESQUITA, 1961, p. 11).

Além da cidade de Açu os autores abordaram mais especificamente também o povoado de Santo Antônio. Tal núcleo populacional era ‘tipicamente’ rural, e tinha à época ‘no máximo’ 20 anos de existência. Seu estabelecimento se deu a partir da repartição por herança de uma grande fazenda e as atividades econômicas principais eram a extração de cêra de carnaúba e a fruticultura. O destaque dado ao povoado foi justificado pelos autores por conta da escolha da localidade pelos técnicos da Missão Emma Reh para o levantamento de hábitos alimentares.

Em seguida são apresentadas detidamente as atividades agropecuárias existentes na região do Açu, com destaque para a cêra de carnaúba, o algodão, a fruticultura, outras culturas alimentares, a pecuária e a pesca. Também são analisados e descritos a configuração espacial e econômica do abastecimento de alimentos da cidade de Açu, assim como sua estrutura social, quadro racial e perspectivas futuras.

Destacamos dentre estes temas o retrato feito pelos autores sobre a ‘absoluta miséria e subemprego’ a qual estava submetida grande parte da população no baixo Açu, e como consequência a alta emigração: “Um testemunho valioso e insuspeito estimou em cêrca de 4.000 pessoas o número de pobres que saíram da várzea do Açu, na década de 1950” (VALVERDE; MESQUITA, 1961, p. 30). Sobre a composição racial da população, os autores comentam que esta seria diversa “(...) das partes mais interiores do Nordeste, como o médio vale do São Francisco e o alto sertão pernambucano” (VALVERDE; MESQUITA, 1961, p. 30) nas quais teria predominado a mestiçagem entre brancos e índios:

(...) o baixo Açu, como, aliás, em quase todo o Rio Grande do Norte, sobreveio outra mestiçagem com sangue negro, proveniente, por certo, da zona da mata. Os representantes desta composição racial são portadores de características das três raças fundamentais que compõem o povo brasileiro. Junto a êsses, porém, chama a atenção, pelo contraste, um número elevado de indivíduos claros, baixos, de olhos azuis ou verdes. (VALVERDE; MESQUITA, 1961, p. 30)

O artigo ainda contém um capítulo, de autoria da geógrafa Maria Machado Portes no qual foram tratados os hábitos alimentares do povoado de Santo Antonio, abordando a procedência e preparação dos alimentos, a partir do inquérito feito. A autora apresentou uma relação de alguns

vegetais úteis da várzea e do tabuleiro e suas aplicações, analisou a agricultura de subsistência, notando que “com raras exceções, o grande proprietário não pratica a lavoura de subsistência. O morador faz a lavoura de subsistência e dá a têtça ao proprietário” (PORTES, 1961, p. 39). Por fim, a autora tratou dos produtos e o mercado na localidade.

O texto seguinte, último da série de quatro, teve como autores, além de Orlando Valverde e Myriam G. C. Mesquita, Léa Scheinvar. Intitulado ‘Geografia Econômica do Nordeste Potiguar’ foi uma tese apresentada na reunião da AGB, em Londrina, Paraná, realizada entre 7 e 17 de julho de 1961, e publicado em artigo de 40 páginas na primeira RBG de 1962.

Na introdução foi explicitado que o artigo seria uma peça inicial do levantamento do uso da terra do estado do Rio Grande do Norte. Dois mapas foram apresentados como elementos ‘fundamentais’ do relatório: o mapa dos sistemas agrícolas e dos regimes de propriedades (**Figura 121**, p.434), e o mapa fitogeográfico (**Figura 120**, p.433), que correlacionava o primeiro com os fatores ambientais.

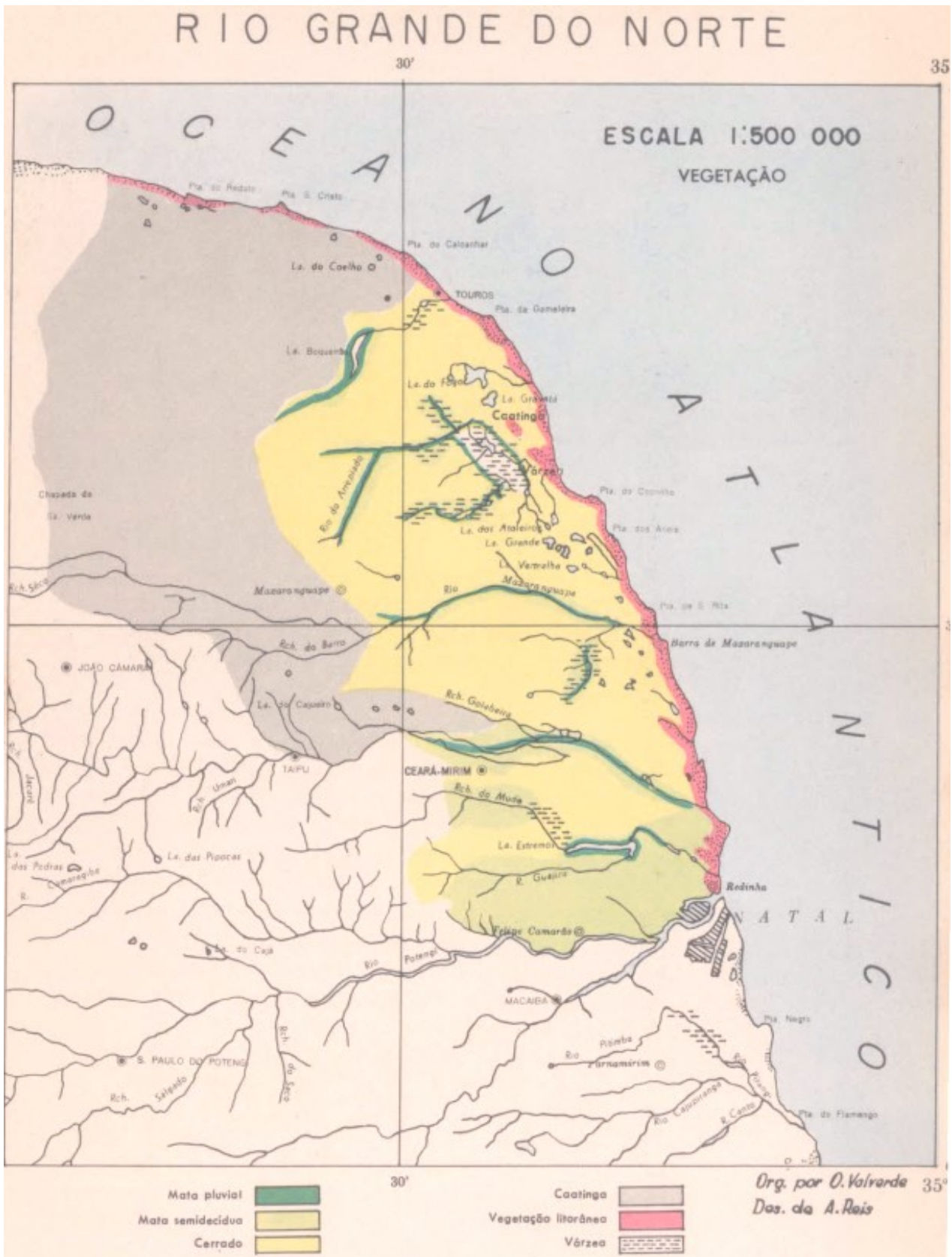
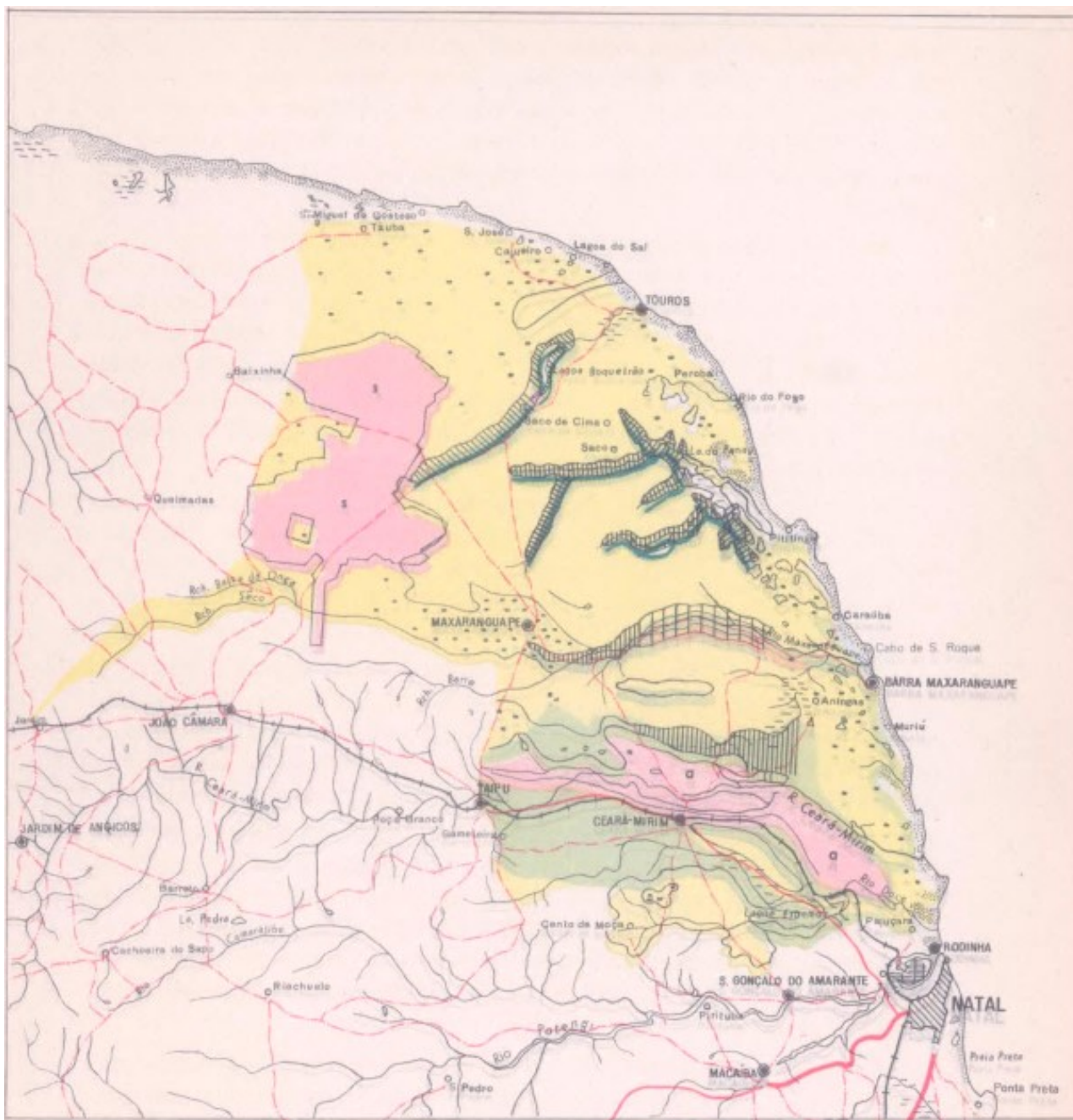











Figura 120: Mapa da vegetação da região de Touros (RN). Fonte: VALVERDE; MESQUITA e SCHEINVAR, 1962, p.20-21.



CONVENÇÕES

	Areias, não cultivadas		"Plantation" moderna: $\left\{ \begin{array}{l} a - \text{açúcar} \\ s - \text{sisal} \end{array} \right.$
	Livre pastoreio, sem roças		Propriedades grandes
	Livre pastoreio, com roças*		Propriedades médias e grandes
	Fruticultura e mandioca Morticultura		Propriedades médias e pequenas
	"Plantations" obsoletas: engenhos de aguardente ou rapadura (frutas, mandioca e pastos)		

*As roças não têm localização exata; são meramente símbolos.

Figura 121: Mapa do uso da terra na região de Touros (RN). Fonte: VALVERDE; MESQUITA e SCHEINVAR, 1962, p.19-20.

Também foi ressaltado o caráter colaborativo do trabalho, que reuniu pesquisadores de diversas especialidades, para elaborar um estudo de 'geografia econômica e social' da região de Touros:

A Prof.^a Léa Scheinvar, trabalhando sob a orientação do Prof. Alberto Castellanos, que também participou das pesquisas de campo, executou o mapa fitogeográfico e os textos relativos à vegetação; o Prof. Orlando Valverde fez o mapa do uso da terra e de regimes de propriedades, bem como o estudo de geografia agrária; a Prof.^a Myriam Mesquita estudou a pesca e a comercialização dos produtos; a Prof.^a Maria Machado Portes e o Dr. Jair de Montedônio pesquisaram os hábitos alimentares, sendo que o último elaborou a nota introdutória sobre a aplicação da geografia nos estudos regionais de nutrição (VALVERDE; MESQUITA e SCHEINVAR, 1962, p. 3).

O artigo iniciou-se justamente com esta apresentação escrita por Jair de Montedônio, na qual é explicado o conceito de 'inquérito global', sob o qual se estruturou a parcela da pesquisa especialmente focada nos hábitos alimentares. Essa pesquisa foi considerada um 'projeto-piloto' no estado e no país, ocorrida dentro de um 'plano coordenado de educação alimentar e atividades correlacionadas' e deveria completar sete inquéritos globais em áreas representativas da geoeconomia do estado. Os inquéritos estavam previstos em decreto do governo federal, e foram iniciados em 1960 e estavam programados para serem realizados até 1962, conforme planejamento da Comissão Nacional de Alimentação. Cada um dos sete inquéritos

(...) engloba seis levantamentos distintos, cujos relatórios informativos finais deverão conter informações bastantes para que, nelas baseados, se possam recomendar medidas práticas, objetivas e exequíveis, visando a orientar os planos de trabalho das entidades antes referidas, a fim de se atingir como objetivo próximo a elevação de nível de vida das comunidades rurais e, como objetivo distante, o soerguimento econômico do próprio estado. (VALVERDE; MESQUITA e SCHEINVAR, 1962, p. 3)

Os seis levantamentos eram: "a) estudo de antropologia cultural; b) estudo de geografia agrária; c) estudo botânico - fitogeografia aplicada à alimentação; d) estudo de hábitos e consumo alimentar pela técnica de pesada; f) estudo clínico de avaliação do estado nutritivo por sintomas e sinais de carência" (VALVERDE; MESQUITA e SCHEINVAR, 1962, p. 3). O autor ressaltou que todos estes levantamentos deveriam ter 'sentido geográfico', para que

(...) em dias do amanhã, reunindo os dados constantes de 7 amostras estudadas no Rio Grande do Norte, possamos falar, não em termos isolados, de economia, de hábitos, de credence alimentar, de carência aqui ou ali encontrada, porém em termos de geografia econômica, de geografia agrária, de fitogeografia aplicada à alimentação, de geografia dos hábitos e tabus, de geografia médica das carências, etc. É pois êste, o sentido geral que desejamos emprestar aos nossos trabalhos, para cuja execução é o geógrafo pedra de toque; só êle é capaz de comprovar o conteúdo científico e a aplicabilidade de nossos estudos. (VALVERDE; MESQUITA e SCHEINVAR, 1962, p. 4)

Portanto destacamos o papel que Montedônio esperava do geógrafo, uma sistematização geral de

vários trabalhos específicos sobre uma determinada região. Um segundo feito do geógrafo seria conceder uma espécie de chancela científica à cada um destes estudos particulares, além de lhes verificar a aplicabilidade.

A pesquisa, agora retomando o texto principal, assinado por Valverde, Mesquita e Scheinvar, foi realizada no Nordeste do estado do Rio Grande do Norte, designada no texto como região de Touros. Um dos fatores de interesse desta região para os cientistas da época nos é importante: Touros e sua região seriam

(...) uma área quase desconhecida; a bibliografia científica sobre ela é praticamente nula. A causa disso não está na falta de estradas; bastam um ou dois dias de sol para que seus numerosos caminhos de terra dêem acesso franco a jipes, automóveis e caminhões, desde Ceará-Mirim. (VALVERDE; MESQUITA e SCHEINVAR, 1962, p. 5).

Este 'desconhecimento científico' é uma das ideias que constituem a representação espacial sertão. Contudo tal região não foi caracterizada à época, pelo artigo em análise, como sertaneja. Os autores asseveram que "o verdadeiro motivo pelo qual a região estudada é quase desconhecida é que ela é pobre e não serve de passagem para parte alguma. As atuais vias de penetração leste-oeste do Rio Grande do Norte seguem os vales do Ceará-Mirim e do Potengi" (VALVERDE; MESQUITA e SCHEINVAR, 1962, p. 6). Destacamos essa argumentação, que relacionou diretamente o 'desconhecimento científico' de uma região com sua pobreza e relativo isolamento (havia estradas e as distâncias não eram grandes, porém os eixos mais importantes de comunicação do estado passavam fora da região).

O trabalho de campo durou 11 dias, entre 21 a 31 de janeiro de 1961, durante os quais foram percorridos os trajetos indicados no mapa (**Figura 122**, p.437). Os autores suplementaram suas observações de campo com a interpretação de fotografias aéreas pelo sistema trimetrogon para a elaboração dos mapas de vegetação (**Figura 120**, p.433) e de uso da terra (**Figura 121**, p.434).

Conforme caracterização ambiental exposta no artigo a região de Touros seria uma

(...) típica região de transição, que no Nordeste é tradicionalmente denominada agreste. Para o ocidente fica o sertão, com índices de aridez inferiores a 10 (fórmulas I e II, de De Martonne) (Celeste R. Maio: 'Considerações gerais sobre a semi-aridez no Nordeste do Brasil'. Rev. Bras. Geog., ano XXIII, nº 4); a sudeste, encontra-se a fímbria estreita, quente e úmida, da zona da mata - o Nordeste açucareiro -, cujas manifestações extremas se observam nos vales do Ceará-Mirim e do Maxaranguape [Figura 123, p.438 e Figura 124, p.439]. (VALVERDE; MESQUITA e SCHEINVAR, 1962, p. 7-8)

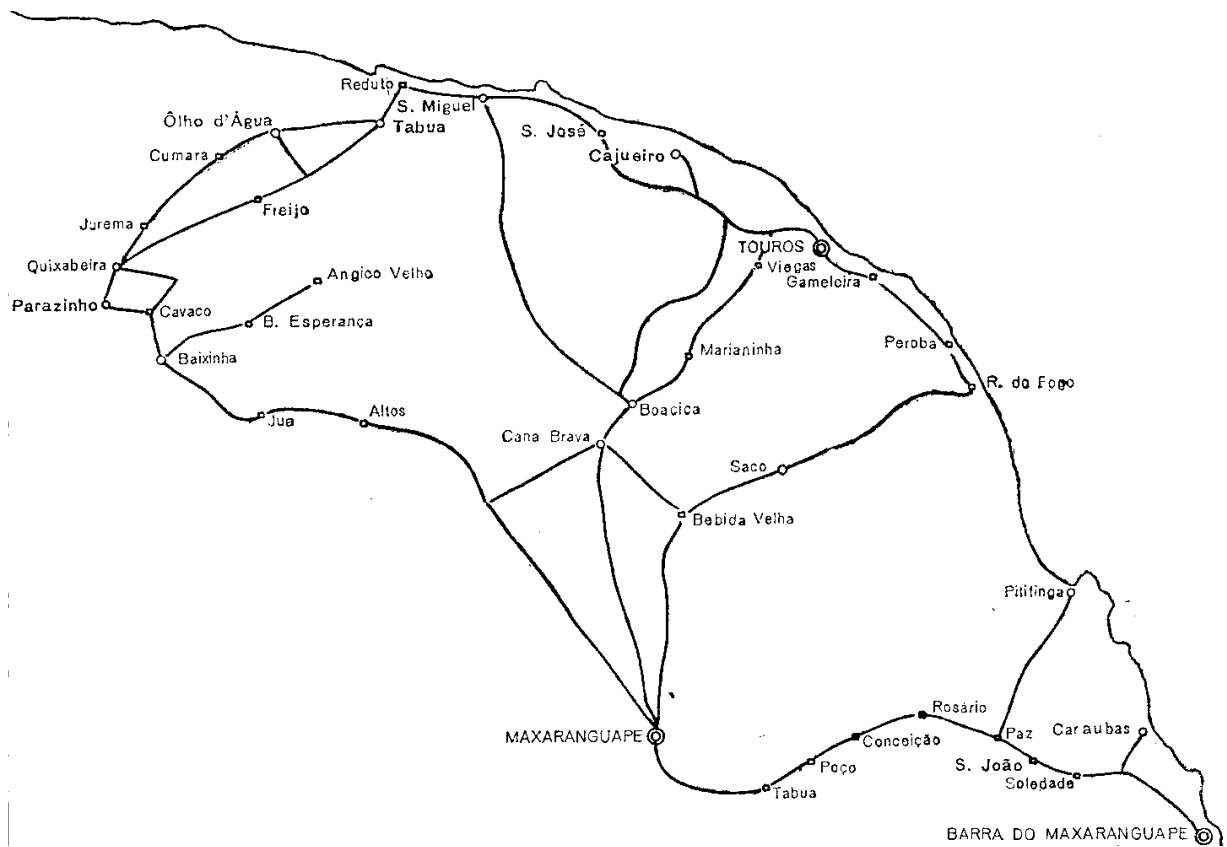


Figura 122: Mapa dos itinerários do trabalho de campo na região de Touros (RN).

Fonte: VALVERDE; MESQUITA e SCHEINVAR, 1962, p. 5

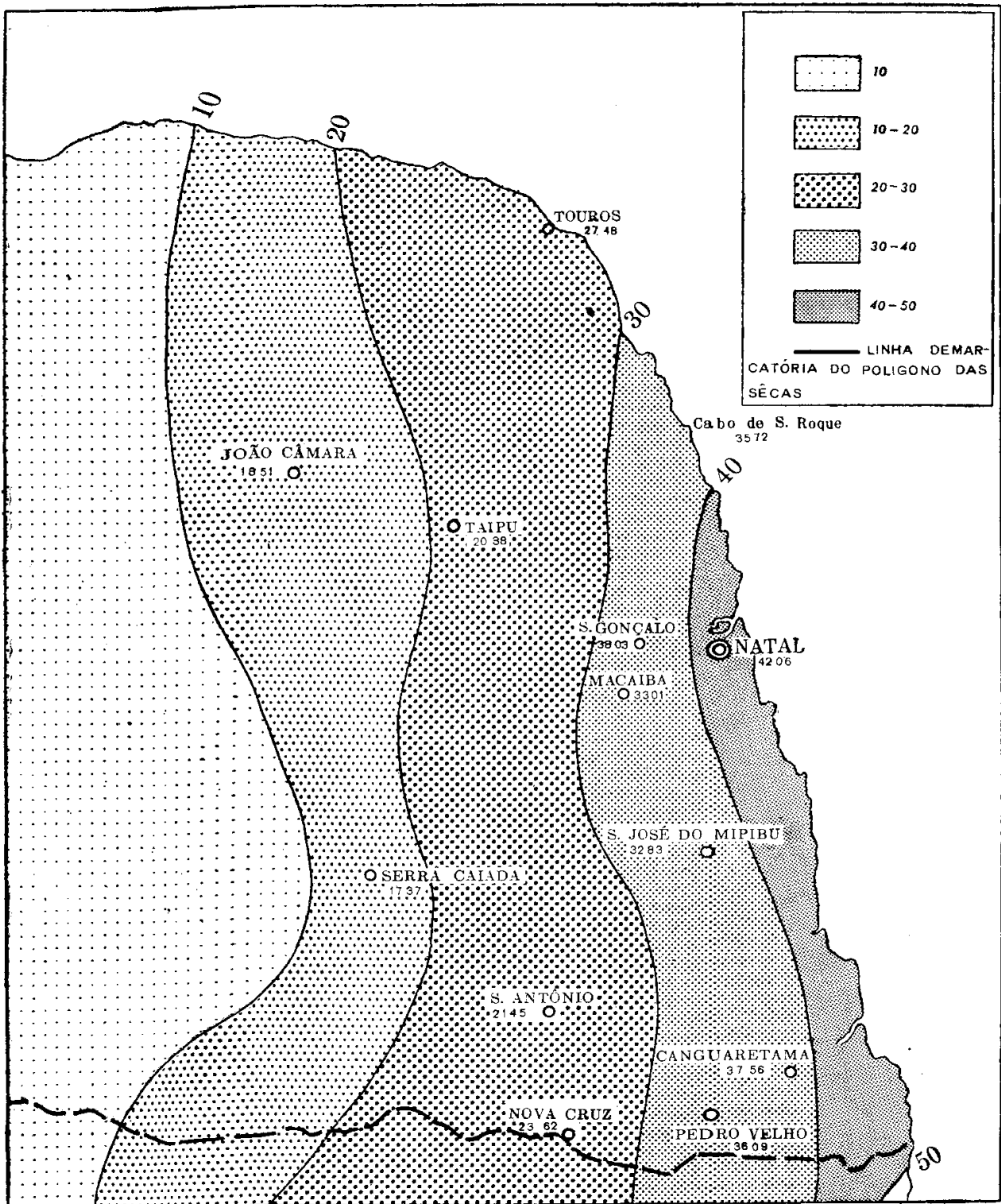


Figura 123: Mapa do índice de aridez I. Fonte: VALVERDE; MESQUITA e SCHEINVAR, 1962, p. 8.

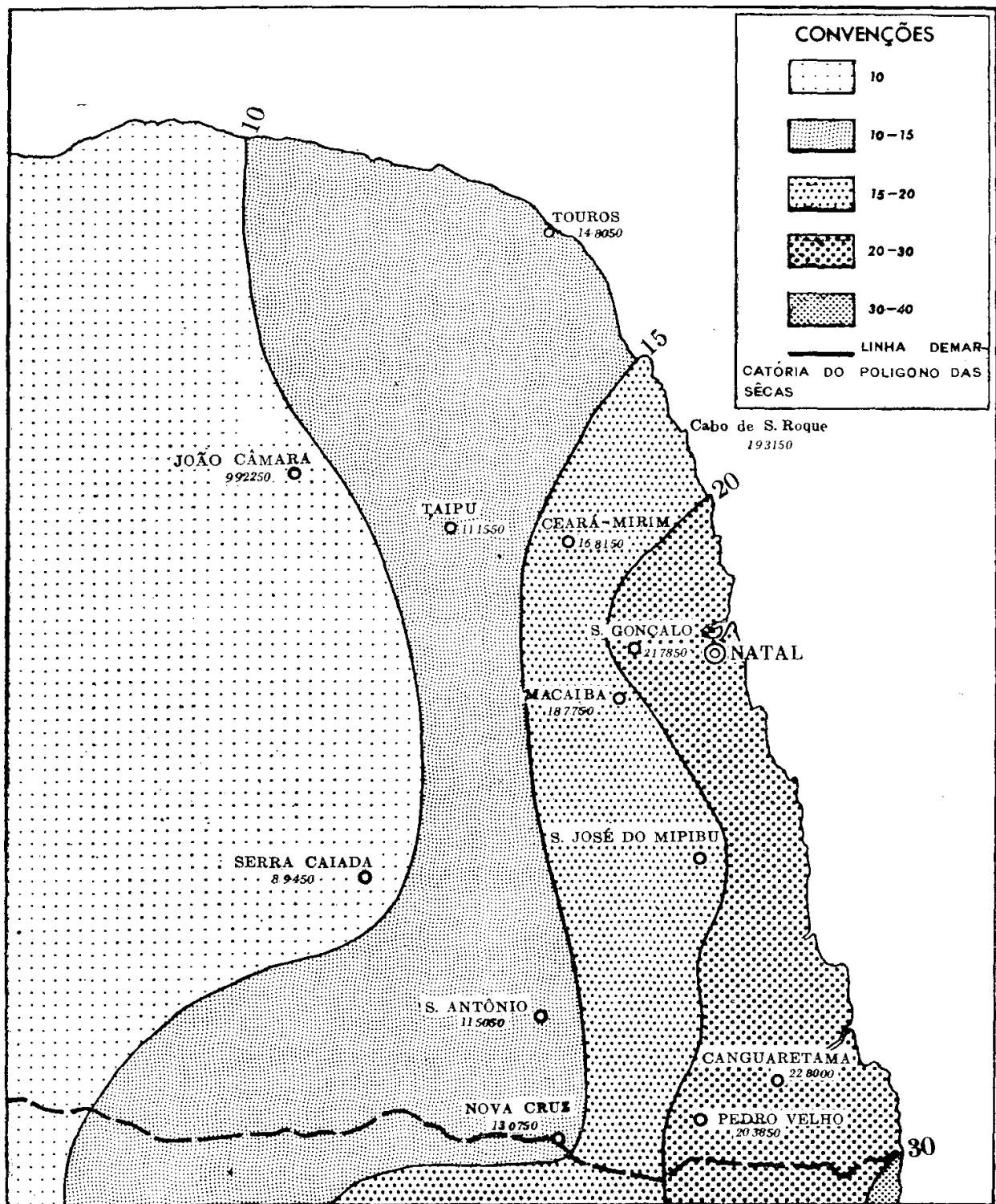


Figura 124: Mapa do índice de aridez II. Fonte: VALVERDE; MESQUITA e SCHEINVAR, 1962, p. 8.

Especificamente a região de Touros foi subdividida em três grandes unidades regionais: “a zona caiçara, formada pela franja costeira de praias e dunas; o tabuleiro, que é a plataforma monótona, continuada a sudoeste pela superfície do calcário Jandaíra, e, finalmente, os vales agrícolas, que interrompem a planura dos tabuleiros” (VALVERDE; MESQUITA e SCHEINVAR, 1962, p. 8).

Tais sub-regiões foram estudadas em seções particulares do artigo: zona caiçara, tabuleiro, vales agrícolas, os pequenos vales e os grandes vales. Destacaremos aqui apenas alguns pontos de maior interesse destas seções. O primeiro é que os autores ressaltam que mesmo a pesquisa estando em seu estágio inicial novas informações científicas sobre o uso da terra na região foram descobertas.

Os autores indicaram que “um desses fatos novos é a ocorrência de cerrados, até agora omissa na literatura sobre a vegetação do Rio Grande do Norte, mas que predomina nos municípios de Touros e Barra do Maxaranguape, embora tudo indique ser uma formação secundária” (VALVERDE; MESQUITA e SCHEINVAR, 1962, p. 40). Tal distribuição da vegetação foi exposta no artigo e pode ser aqui conferida no mapa (**Figura 120**, p.433)

Outro destaque foi o diagnóstico feito pelos autores de que a zona caiçara ofereceria “ (...) boas possibilidades de desenvolvimento pela racionalização da pesca e a industrialização do pescado; pelo aumento da produção de cocos, através do combate à lagarta, e pelo fomento da indústria de veraneio” (VALVERDE; MESQUITA e SCHEINVAR, 1962, p. 40). Portanto os autores já apresentaram sugestões baseadas em suas primeiras análises.

Os vales agrícolas foram comparados no artigo com ‘oásis’:

Nos pequenos vales, a horticultura e a fruticultura são fundamentais para o abastecimento da região e das cidades próximas [**Figura 125**, p.441]. Com sua alta densidade demográfica, formam o mais importante reduto da classe média (pequenos e médios proprietários), no meio rural do Nordeste potiguar. A horticultura e a fruticultura têm ainda possibilidades de expansão, mas tal como a exploração do veraneio, têm que vencer antes um sério obstáculo: a incidência da esquistossomose. Agora mesmo, está em desenvolvimento um projeto de colonização da várzea do Punaú, onde a taxa de ocorrência daquela doença é a mais elevada em todo o estado. (VALVERDE; MESQUITA e SCHEINVAR, 1962, p. 40).

Estes pequenos vales foram representados (assim como outras paisagens) no artigo sob a forma de desenho no qual se expunha esquematicamente um padrão próprio de uso do solo (**Figura 125**, p.441). Tais desenhos são muito bem executados e possuem uma ótima capacidade de expressão geográfica. Outras paisagens, ou padrões de uso do solo, foram também representados por significativas imagens inseridas no texto. Copiamos aqui à título de exemplo destas ilustrações o croqui ‘funcional’ da cidade de Touros (**Figura 126**, p.441), o desenho de Barbosa Leite sobre foto de Valverde dos ‘Balcões’ às margens de uma lagoa (**Figura 127**, p.441), a foto de Valverde que proporcionava uma ampla visão do Engenho Santa Agueda (**Figura 128**, p.442), e outro desenho esquemático de utilização do solo, este sobre o baixo vale do Maxaranguape (**Figura 129**, p.442).

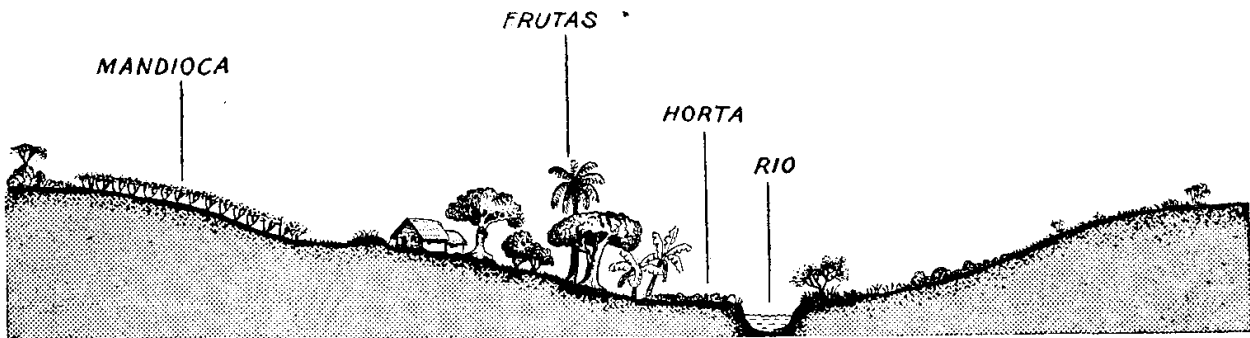


Figura 125: Esquema padrão de utilização do solo nos pequenos vales do Nordeste potiguar. Fonte: VALVERDE; MESQUITA e SCHEINVAR, 1962, p. 30.

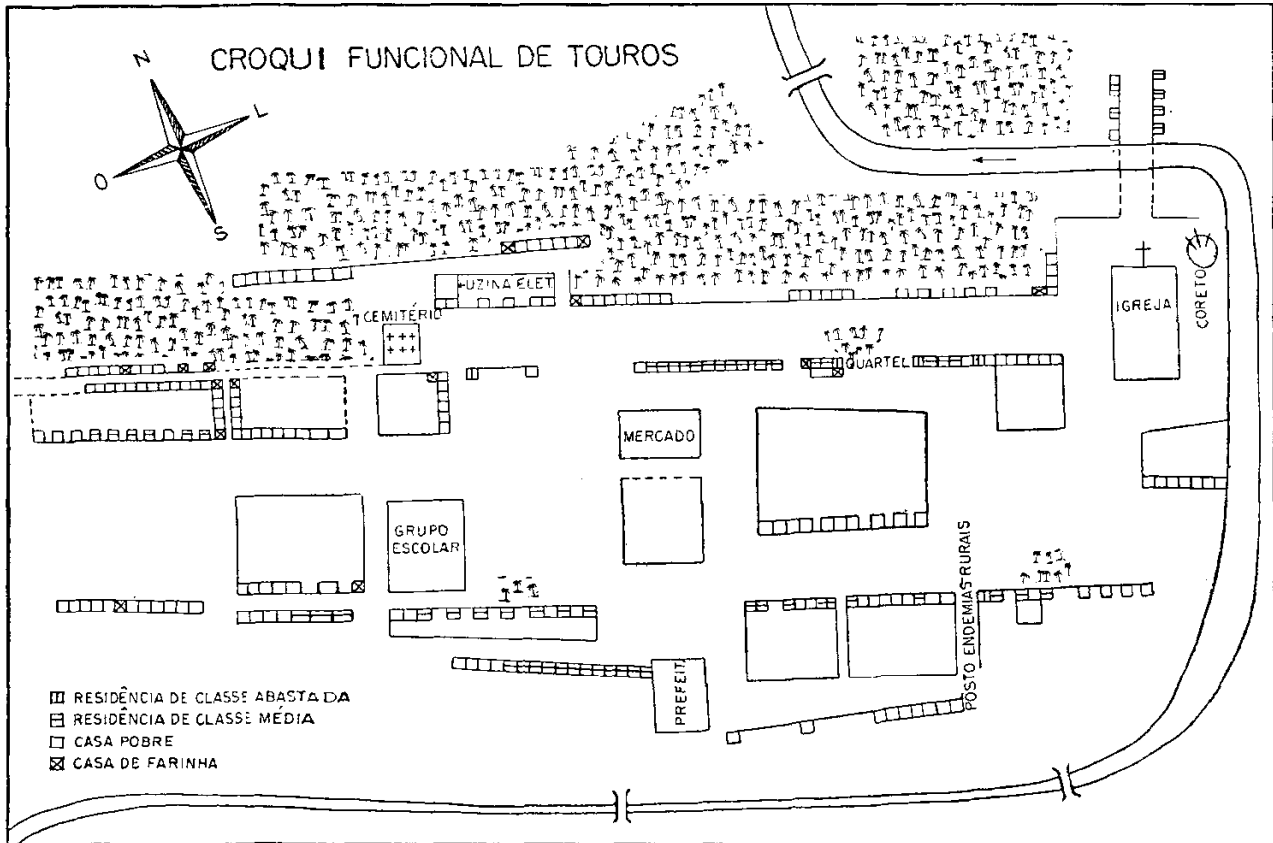


Figura 126: Croqui funcional de Touros. Fonte: VALVERDE; MESQUITA e SCHEINVAR, 1962, p. 12.



Figura 127: Desenho dos 'Balcões', na margem da Lagoa Boqueirão. Fonte: VALVERDE; MESQUITA e SCHEINVAR, 1962, p. 32.



Figura 128: Foto do Engenho Santa Águeda, por Valverde. Fonte: VALVERDE; MESQUITA e SCHEINVAR, 1962, p. 37.

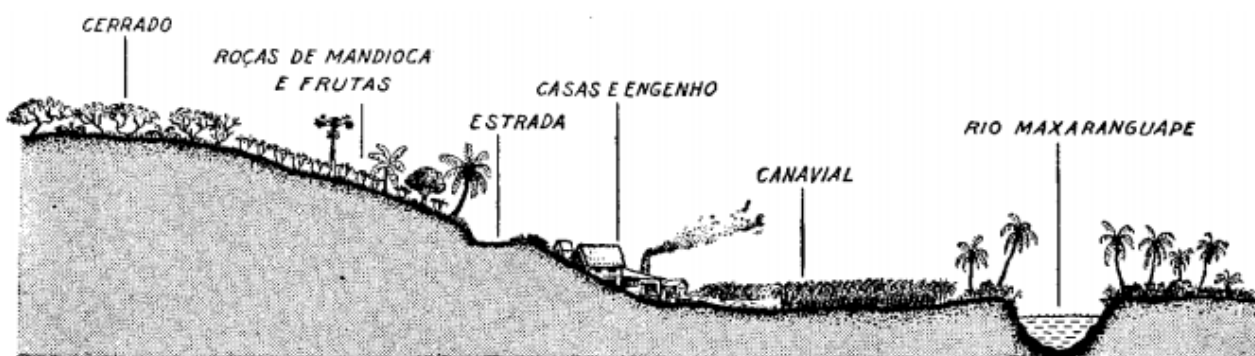


Figura 129: Esquema da utilização do solo no baixo vale do Maxaranguape. Fonte: VALVERDE; MESQUITA e SCHEINVAR, 1962, p. 38.

Destacamos também a sugestão feita pelos autores às rendeiras, habitantes tanto da zona caiçara quanto dos vales agrícolas: “(...) devem ser organizadas em cooperativas para se livrarem da exploração dos intermediários. Só assim poderá ser mantida essa admirável arte artesanal” (VALVERDE; MESQUITA e SCHEINVAR, 1962, p. 40). Outra questão sinalizada foi a descrição de como a empresa Sackraft se instalou na sub-região dos tabuleiros, e “(...) introduziu técnicas e relações de trabalho capitalistas no meio rural da região, constituindo-se em fator positivo de desenvolvimento” (VALVERDE; MESQUITA e SCHEINVAR, 1962, p. 40).

O próximo texto, de autoria do já mencionado Roberto Lobato Corrêa foi intitulado ‘Regime de exploração da terra no Nordeste - Uma tentativa de expressão cartográfica’, e publicado como um artigo de 28 páginas na RBG número três no ano de 1963. De início Corrêa explicou a definição de seu campo de pesquisa como um estudo de geografia agrária relativo a uma área específica. Neste tipo de estudo a ‘estrutura agrária’ seria dada por três elementos combinados: o regime fundiário, o regime de exploração e a modalidade do tipo de cultivo. Esses elementos teriam como ponto comum representarem relações entre o homem e a terra. Os três eram associados e interdependentes, “(...)

formando uma trindade coesa e homogênea, que resulta na própria estrutura agrária (CORRÊA, 1963, p. 47).

Corrêa explicitou que dentre esses três elementos da estrutura agrária o artigo em análise focou no regime de exploração,

(...) ou seja, as relações jurídicas e sociais (GEORGE, 1956) entre aquele que possui a terra e aquele ou aqueles que nela trabalham. Esta relação, regime de exploração, estreitamente ligada às duas outras é o resultado, num determinado momento, de todos os fatores que influem para a organização daquele espaço rural. Ela varia no tempo e no espaço de acordo com a ação de forças que modificam não só o regime de exploração mas toda a estrutura agrária. No Nordeste esta relação tem variado de área para área nestes 4 séculos e meio, mas, apesar de tudo, permanece essencialmente a mesma” (CORRÊA, 1963, p. 57).

Portanto, tratava-se de um estudo de geografia agrária que abarcou toda a grande região Nordeste (incluindo as regiões de então Nordeste e Leste Setentrional), e tinha como unidade essencial de análise os municípios. O recorte temático foi o regime de exploração, e com base nos dados relativos ao tema foram definidos três grupos: os assalariados, os parceiros, e os não remunerados.

Conforme se visualiza no mapa (**Figura 130**, p.444) as cores dos municípios representaram diferentes arranjos dos três grupos, com diferentes percentuais de cada:

Para este trabalho usamos o diagrama triangular no qual, para cada município são figuradas simultaneamente as porcentagens de assalariados, parceiros e não-remunerados. Concentrações se evidenciaram no triângulo, onde um dos três elementos predominava, ou onde entravam em proporção idêntica. É esta distribuição dos elementos do regime de exploração que procuraremos analisar (CORRÊA, 1963, p. 58).

Esta análise da distribuição geográfica dos regimes de exploração no Nordeste foi apresentada organizadamente, conforme explicitamos no quadro (**Figura 131**, p.445). Tal quadro também nos ajudou a melhor observar o mapa (**Figura 130**, p.444). Neste sentido, conforme pode-se visualizar no quadro (**Figura 131**, p.445), Corrêa definiu 19 unidades espaciais (regiões) a partir de dois fatores básicos: a contiguidade entre os municípios e homogeneidade no regime de exploração da terra adotado. Todas estas sub-regiões podem também ser identificadas no mapa (**Figura 130**, p.444).

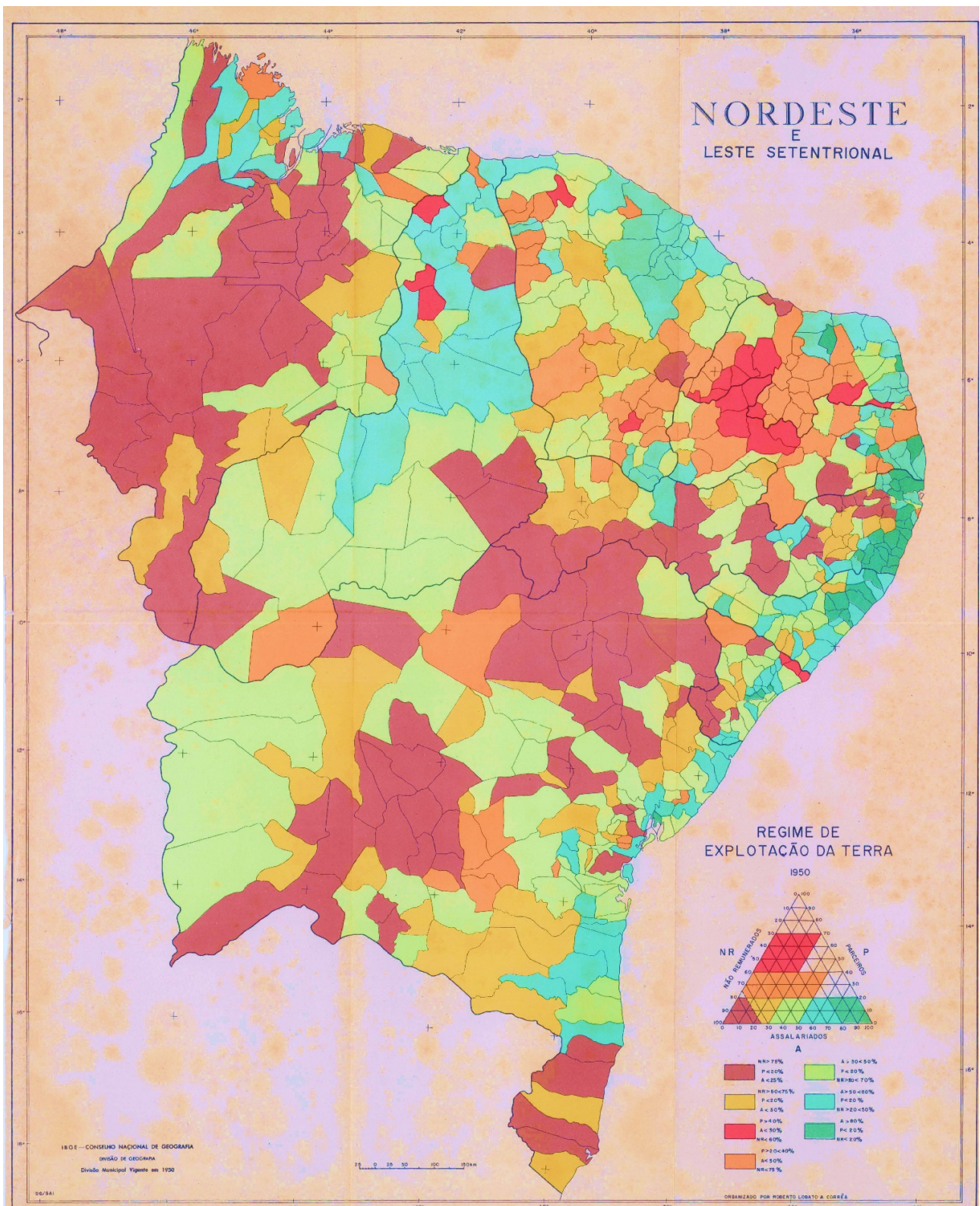


Figura 130: Mapa do regime de exploração de terra do Nordeste, 1950. Fonte: CORRÊA, 1963, p. 80-81.

Distribuição geográfica dos regimes de exploração da terra no Nordeste		
I. Áreas de predominância de assalariados	a. Áreas de predominância de assalariados na faixa úmida agrícola do litoral oriental.	1. Zona canavieira
		2. Zona produtora de côco
		3. Zona cacaeira e de gado
	b. Áreas de predominância de assalariados nos brejos e nas serras	1. Os brejos paraibanos e pernambucanos
		2. O Cariri cearense
		3. A região serrana de Baturité
		4. O planalto cafeeiro baiano
	c. Outras áreas de predominância de assalariados	1. No Maranhão
		2. No Piauí
3. No Rio Grande do Norte		
4. Na área de Batalha		
II. Área de maior expressão da parceria		1. O sertão algodoeiro
		2. Zona de arroz no baixo São Francisco
		3. A Chapada Diamantina
		4. Zona da Ibiapaba
		5. Outras áreas de parceria
III. Predominância de exploração direta e de não remunerados		1. Zona de arroz no Maranhão
		2. O agreste
		3. O sertão

Figura 131: Quadro da distribuição geográfica dos regimes de exploração da terra no Nordeste.

Fonte: Elaboração do autor com base no texto de CORRÊA (1963).

Aqui faremos apenas algumas observações pontuais sobre esta descrição bastante detalhada de tão grande região, focadas principalmente na análise sobre o uso da representação geográfica sertão.

Comentando sobre a Zona Cacaeira, área com predominância de assalariados, Corrêa relatou a presença de sertanejos ‘mesmo de áreas remotas’ na cultura do cacau, principalmente em fases específicas. Nesta região ‘sertão’ foi citado somente enquanto área adjacente à oeste e comparativamente, como sendo uma área ‘tradicionalmente pecuarista’.

Na região dos brejos paraibanos e pernambucanos sertão foi também utilizado para designar uma área fonte de mão de obra, necessária sazonalmente principalmente na serra da Baixa Verde. Aí as condições climáticas permitem a cultura da cana, e sendo “(...) área de brejo típica, a cana destina-se à produção de rapadura para abastecer o sertão” (CORRÊA, 1963, p.68).

Comentando sobre o Cariri cearense Corrêa citou que esta era uma região com maior densidade e mais úmida, comparativamente ao sertão. Na região serrana de Baturité o sertão foi novamente lembrado como área origem de mão-de-obra complementar nas épocas das safras do café e da cana (CORRÊA, 1963).

Corrêa, tratando do grupo de regiões do brejo e serras (grupo ‘b’, no quadro **Figura 131**, p.445), áreas de predominância de assalariados, as definiu em contraste com o sertão:

Destacando-se do Sertão, as áreas de brejo possuem, pelas suas condições físicas, pela presença

de produtos comerciais, sobretudo a cana, e pelo regime de exploração vigente, características próprias, que as distinguem do agreste, do sertão e que assemelham à zona da mata, região que em muitos casos os brejos são o prolongamento para o interior (CORRÊA, 1963, p. 70).

Ainda no escopo das áreas de predominância dos assalariados Corrêa indicou a 'área centralizada pela cidade de Batalha' no 'sertão alagoano'. Nesta região a expansão da cultura da palma era o principal fator dessa classificação, ao possibilitar

(...) uma valorização das terras sertanejas que pouco a pouco, vem eliminando as culturas de subsistência dos rendeiros e dos pequenos proprietários. Há mesmo formação de grandes estabelecimentos que utilizam 'moradores' para o preparo dos campos de palma e assalariados para o trato da forrageira e do gado.

(...) Da mesma forma, no sertão sergipano esta expansão tende a provocar uma transformação de toda estrutura agrária. (CORRÊA, 1963, p. 71-72).

Dentre as regiões classificadas como de predominância do regime de exploração da parceria estava o 'Sertão algodoeiro'. Estas seriam as áreas do algodão arbóreo, de cultura perene, que se adaptou bem às condições semi-áridas daqueles 'sertões'. Corrêa citou como pertinentes a este rótulo o 'Sertão' potiguar e paraibano, sobretudo nas regiões do Seridó e serrana do Rio Grande do Norte, e o 'sertão' do Salgado e Jaguaribe no Ceará. Em "(...) outros municípios sertanejos as pequenas porcentagens de parceria encontradas (...) devem-se, também, à presença deste regime de exploração, sempre característico da cultura do algodão arbóreo ou mocó" (CORRÊA, 1963, p. 73).

A definição da Zona da Ibiapaba também foi feita de maneira contrastiva ao sertão:

Na zona da serra da Ibiapaba as condições de umidade são melhores do que no sertão cearense, formando ela uma escarpa úmida, onde primitivamente a vegetação era de mata. A densidade de população e a divisão municipal contrastam com o sertão, e assemelham-se às do Cariri. Também o regime fundiário apresenta-se com estabelecimentos menores (variando entre 27 ha a 160 ha) que no sertão. Em função da umidade, dos solos mais espessos, da maior facilidade em obtenção de água, que aflora no pé-de-serra, assemelha-se às serras e aos brejos nordestinos (CORRÊA, 1963, p. 75).

A terceira e última classe de exploração da terra utilizada por Corrêa são os municípios nos quais predominam os trabalhadores não remunerados, pequenos proprietários e rendeiros:

(...) que explotam diretamente o estabelecimento, é encontrada sobretudo no vasto interior, onde as condições físicas não permitiram a introdução das culturas tropicais valorizadas as quais gerariam um regime de assalariados. À exceção das serras e brejos, onde a atividade predominante é agricultura, em boa parte comercial, predomina largamente no interior a pecuária como atividade principal. (CORRÊA, 1963, p. 76).

Dentre esse regime de exploração Corrêa definiu três regiões, o agreste, o sertão e a zona de arroz do Maranhão. O primeiro foi definido como "(...) uma zona de transição entre o litoral oriental úmido e o interior semi-árido. Na Paraíba, em Pernambuco e em Alagoas forma uma faixa contínua no

sentido norte-sul” (CORRÊA, 1963, p. 78). Neste sentido, por exemplo, o autor classificou a zona fumageira da Bahia:

Sem fazer parte do agreste tradicional, mas apresentando-se como êste, com um clima menos úmido que o litoral e mais úmido que o sertão, encontra-se na parte oeste do Recôncavo a famosa zona fumageira da Bahia, dotada de solos favoráveis à cultura de fumo que, à semelhança das anteriores, gerou uma estrutura agrária característica (CORRÊA, 1963, p. 80).

Desta maneira compreendemos que as definições de litoral, agreste e sertão são relacionais e interdependentes. Todavia, variavam os fatores utilizados para desenhar suas fronteiras: a ocorrência das secas, a distância do litoral, a ‘estrutura agrária’, a cultura, e muitos outros aspectos ambientais e sociais. Assim sendo, citamos o trecho a seguir como exemplar da utilização pelo autor de sertão:

Em Alagoas, o agreste até fins do século passado demográfica e culturalmente era sertão, e após o fechamento dos campos, gerado pelo aumento demográfico, surgiu uma classe também de reprodutores, que à semelhança dos de Pernambuco têm o mesmo tipo de atividade. Palmeira dos índios, possui área média de estabelecimentos de 19,8 ha, e da sua população rural 42% é formada por não remunerados (CORRÊA, 1963, p. 79).

Portanto o sertão no artigo de Corrêa foi considerado uma representação espacial, a qual iria além de significar a área de ocorrência de um dado regime de exploração. As características fundamentais que o autor apresentou foram as de tipo demográfico (a baixa densidade populacional) e cultural. Em outras palavras, embora Corrêa tenha definido uma unidade nomeada ‘sertão’ e outra ‘sertão algodoeiro’, a ideia de sertão que perpassa todo o artigo é alguma pré-determinada (um sertão ‘tradicional’) e mais ampla que a ‘estrutura agrária’ da qual trata especificamente o texto.

Na seção dedicada à descrição da unidade ‘Sertão’ Corrêa ponderou que o gado era o elemento vital para a economia da região e “o uso da terra no sertão está ainda essencialmente ligado à atividade que serviu de base para o seu povoamento. Sem dúvida, é aí que o gado se apresenta com maior significação para as populações” (CORRÊA, 1963, p. 80). Por outro lado, existia também, conformando a região, a agricultura principalmente de subsistência, praticada pela ‘rala população sertaneja’.

Corrêa destacou o papel primordial da água no sertão, citando a existência de leis e instituições dedicadas a regulamentar seu uso e distribuição, de técnicas ‘empíricas e modernas’ utilizadas na agricultura. O habitat também era condicionado pela disponibilidade de água:

(...) é comum encontrarmos os estabelecimentos alinhados ao longo dos rios e riachos e a subirem pelas encostas, sem haver sequer a preocupação com os limites do estabelecimento na caatinga, domínio ainda da pecuária a ‘sôlta’. É grande a concentração das populações ao longo

dos rios e riachos, contrastando com o vazio demográfico dos amplos interflúvios. (CORRÊA, 1963, p. 81).

Assim, em relação à estrutura agrária foram definidos dois domínios no sertão: o da agricultura de subsistência, com pequenas propriedades e exploração direta, familiar, não remunerada (principalmente a lavou tradicional de milho, feijão e algodão consorciados) e condicionada à específicas características ambientais, que muito restringem sua abrangência espacial; e o da pecuária, em vastos latifúndios, ocupando grande parte da região e tendo como mão-de-obra assalariados. Segundo Corrêa esta relação de trabalho assalariada na pecuária havia provocado o “(...) desaparecimento do vaqueiro que recebia a ‘sorte’ devido à valorização do gado” (CORRÊA, 1963, p. 81). O domínio da agricultura possuía maior densidade populacional, e o da pecuária, maior valor total de produção.

Corrêa indicou que as “(...) grandes lavas de população que se destinam ao Sudeste”, ‘forçadas às migrações’ por conta da ‘exigüidade’ de terras produtivas, dos sistemas ‘primitivos’, e das ‘incertezas climáticas’, eram provenientes do domínio sertanejo da agricultura, e não dos estabelecimentos voltados à pecuária. Outro ponto abortado pelo autor foi a detecção frequente

(...) de certa porcentagem de assalariados que se deve à expansão de culturas comerciais adaptadas às condições naturais do Sertão. A mamona e a agave, introduzidas recentemente, têm modificado o regime de exploração, fazendo com que a porcentagem de assalariados aumente, sem contudo predominar. Também a introdução da palma forrageira leva ao regime de assalariamento, pois devido ao seu custo elevado por unidade de área e à necessidade de amplas áreas, diminui a área de lavouras e proporciona percentualmente um acréscimo dos assalariados (CORRÊA, 1963, p. 82).

Fechando a análise sobre esta região, Corrêa reafirmou a larga predominância no sertão dos trabalhadores “(...) não-remunerados que se adensam nas partes mais favoráveis à obtenção da água, e que dão à paisagem uma característica de contraste, entre estas partes muito divididas e a superfície plana vazia” (CORRÊA, 1963, p. 82).

Em suas conclusões Corrêa afirmou que todo o Nordeste apresentava ‘graves’ problemas sociais ‘gerados’ pela estrutura agrária, independentemente da predominância de assalariados, parceiros ou não-remunerados. Como fatores específicos desta situação o autor listou

(...) a não participação na produção e as obrigações impostas ao assalariado, a dificuldade em obterem-se áreas para o plantio de culturas alimentares, a maior procura que oferta de trabalho pela exigüidade da área de cultivo, as condições irregulares do clima, a recente expansão da pecuária em detrimento dos produtos básicos de subsistência, o sistema empírico adotado e a falta de capitais e de organização comercial adequada (CORRÊA, 1963, p. 82).

Assim os diferentes regimes de exploração “(...) quase sempre contribuem com parcela ponderável

para a existência de diversos problemas rurais que afetam toda a região nordestina” (CORRÊA, 1963, p. 83). O maior exemplo destes problemas era

(...) o baixo padrão de vida dessas populações, que, mesmo na zona da mata, no agreste e no Recôncavo, onde mais se adensam, são incapazes de constituir um forte mercado de consumo. Dêsse baixo padrão de vida, que se acha expresso em todos os aspectos que um grupo humano pode apresentar, resulta uma migração que se processa em quase todo o Nordeste, internamente, para o agreste, sobretudo para Caruaru (Lavareda, 1960) do agreste e da mata para Recife (Lacerda de Melo, 1961), para as capitais estaduais, para a frente pioneira maranhense, e mesmo migrações sazonais para a safra da cana e do cacau. Também para o Sudeste há migrações que deslocam grandes contingentes em busca de melhores condições de vida. (CORRÊA, 1963, p. 83)

Como consequência do ‘baixo padrão’ de vida experimentado regionalmente foi detectada uma “(...) constante e crescente insatisfação social, que toma formas agressivas paradoxalmente, na zona mais úmida e fértil, onde organizações de classe de trabalhadores rurais começam a aparecer” (CORRÊA, 1963, p. 83). Por fim, para Corrêa, “(...) o subdesenvolvimento crônico que caracteriza toda a região, apesar de haver culturas valorizadas, de formas de adequação às condições naturais, de uma área de povoamento recente e em expansão [era também decorrente do] (...) regime de exploração, que afeta toda uma vasta região cuja economia se apóia nas atividades agrárias” (CORRÊA, 1963, p. 83).

Como efetuou seus estudos sobre os dados de 1950, portanto mais de dez anos antes da publicação deste texto, Corrêa explicou que

Estas características no regime de exploração apresentaram-se basicamente as mesmas durante a década 50-60. As observações acima alinhadas são, em suas linhas gerais, válidas atualmente, agravando-se, porém, em determinadas áreas onde a retirada de lavouras de subsistência pela expansão da palma e da pecuária provoca concentração fundiária e uma mudança de categoria, para o assalariamento, ao mesmo tempo que expulsa o excedente de mão-de-obra agrícola para as cidades do litoral ou para o Sudeste.

Também o crescimento natural, apesar das migrações, apresenta-se com taxas cada vez mais elevadas fazendo com que os problemas se agravem, o meio rural se torne cada vez menos capaz de atender as novas necessidades e a estrutura agrária menos compatível com as necessidades crescentes. (CORRÊA, 1963, p. 83)

O penúltimo texto selecionado nesta seção foi publicado no número seguinte da RBG do mesmo ano de 1963, sob o título “Irecê: uma área agrícola ‘insulada’ no sertão baiano”. O artigo de 22 páginas tinha como autor o geógrafo do CNG Aluizio Capdeville Duarte, e foi resultado de um trabalho de campo que compôs uma excursão ao ‘sertão do Nordeste’, durante fevereiro e março de 1962, chefiada pelo professor Nilo Bernardes. O autor ressaltou que apesar da permanência em Irecê ter sido de apenas dois dias “(...) o interesse apresentado pela área em questão e a inexistência de qualquer estudo a respeito da literatura geográfica brasileira, justifica, a nosso ver, essa pequena

contribuição” (DUARTE, 1963, p. 41).

Posteriormente ao nosso recorte temporal, já no início da década de 1970, Aluizio Capdeville Duarte trabalhou pela então Fundação IBGE no âmbito de um convênio firmado por esta instituição e a SUDENE, a qual objetivava fornecer estudos para apoiar a concepção do Plano Diretor da região. Os estudos focavam no levantamento dos ‘centros dinamizadores’ e ‘regiões programadas’ do Nordeste, e apresentavam para cada uma delas as possibilidades de ‘expansão econômica’.

Também neste contexto, como informou Almeida (2000, p.246) em meados da década de 1970 os estudos sobre ‘espaços polarizados’ tornaram-se prioritários com estruturação de grupos de trabalho específicos no IBGE e novas proposições metodológicas. Justamente os “(...) dois geógrafos que mais estudaram essas metodologias foram Roberto Lobato Corrêa e Aluizio Capdeville Duarte, coordenando uma equipe com uma socióloga, Cléia Sarmiento Garbaio e mais três geógrafos, Ney e Lourdes Strauch e Maria Thereza Bessa de Almeida” (ALMEIDA, 2000, p.246). Tais estudos baseavam-se na teoria das localidades centrais de Walter Christaller, e reformulações propostas por geógrafos ingleses e americanos, e também com algumas leituras de geógrafos franceses (ALMEIDA, 2000, p.246).

Entretanto o artigo de Aluizio Capdeville Duarte objeto de nossa análise no momento somente se apresenta como antecedente ao contexto acima descrito. O artigo foi estruturado em três capítulos além da conclusão: A área de Irecê, o quadro agrário e a evolução da paisagem agrária. No mapa (**Figura 132**, p.451) das zonas fisiográficas da Bahia pôde-se localizar o município de Irecê, na Zona da Chapada Diamantina. O autor ainda apresentou um ricamente detalhado mapa de uso de solo na região (**Figura 133**, p.452).

O interesse geográfico de então pela área em torno de Irecê derivava de sua situação: “(...) uma região agrícola em franco desenvolvimento, em contraste nítido com a paisagem comum do sertão baiano, sobretudo no sertão são-franciscano, onde a pecuária extensiva domina em quase tôdas as áreas” (DUARTE, 1963, p. 57). Um fator geológico provocava duas condições físicas (fertilidade do solo e presença de água subterrânea) fundamentais para a existência da região agrícola.

Contudo outras áreas possuíam tais condicionantes e estes não foram suficientes para a instalação e manutenção de lavouras. Como diferenciais da região de Irecê o autor apontou dois fatores sociais, embora relacionados a um fator ambiental: a mecanização da lavoura e a construção de uma rodovia federal, ambas facilitadas pela topografia vastamente plana da Chapada Diamantina.

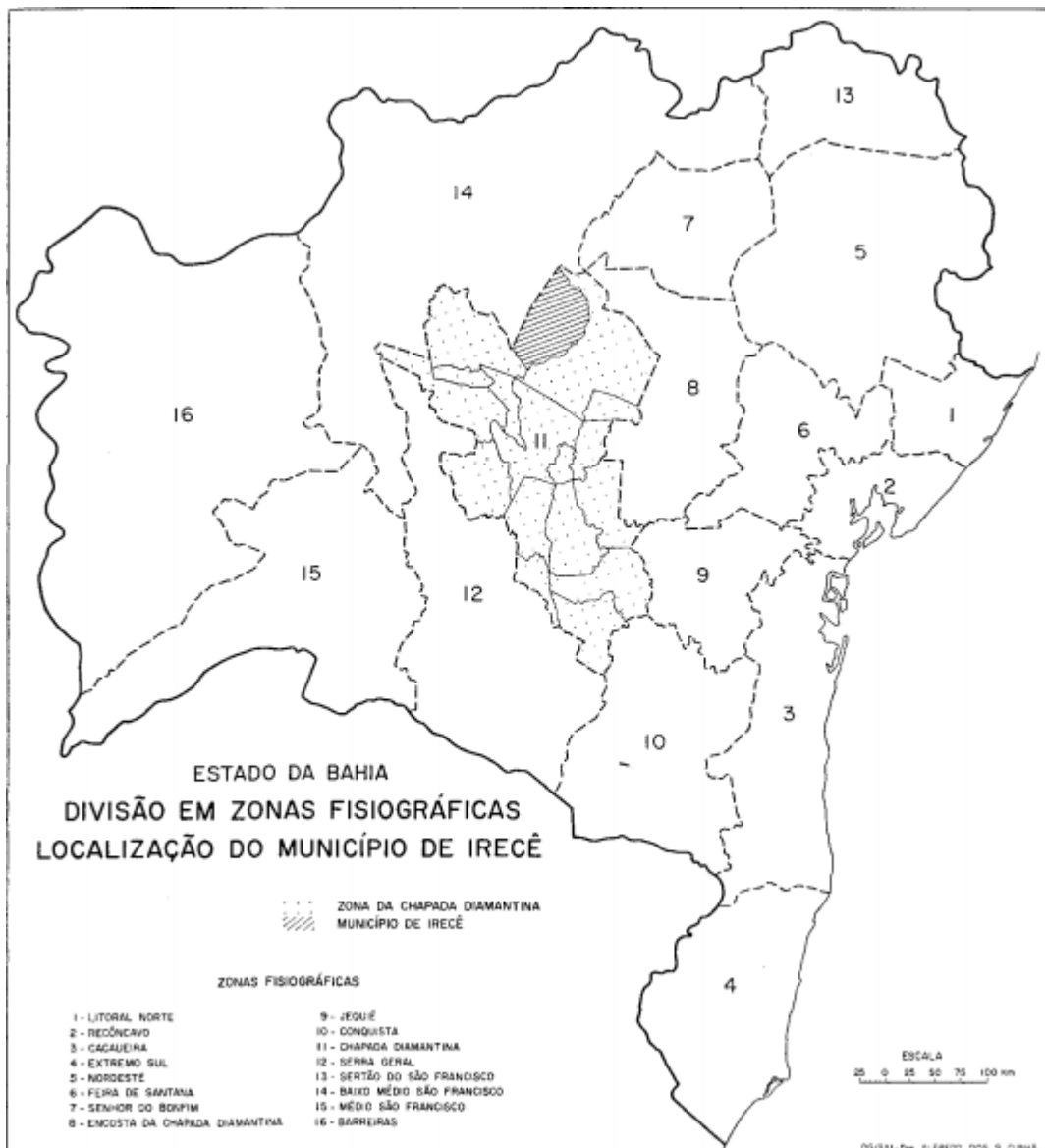


Figura 132: Mapa com a localização de Irecê na Zona da Chapada Diamantina, Bahia. **Fonte:** DUARTE, 1963, p. 42.

A mecanização, que teria sido incentivada por órgãos estaduais e federais, complementou a iniciativa privada e permitiu o ‘desenvolvimento’ da lavoura e o crescimento da área cultivada. O isolamento foi vencido pela

(...) construção da rodovia federal que facilitou enormemente o escoamento das safras e os transportes, incentivando a comercialização da produção agrícola. Com a importância crescente dessas condições técnicas, os cultivos evoluíram da lavoura itinerante de subsistência para o uso contínuo das parcelas, reflexo da lavoura comercial em expansão (DUARTE, 1963, p. 58).

Apesar deste quadro favorável Duarte identificou um problema climático e três outros de ordem econômica na região agrícola analisada. As flutuações pluviométricas poderiam provocar perda de colheitas, além de obrigar ao lavrador à inércia nos meses secos: “esta estação ociosa comum a todo o sertão contribui para uma expressiva perda do potencial humano da área” (DUARTE, 1963, p. 58).



Figura 133: Mapa do uso de terra na região agrícola de Irecê, 1962 (DUARTE, 1963, p. 61)

Quanto aos três problemas econômicos o autor ponderou que poderiam ser resolvidos ‘sem grandes dificuldades’. O primeiro citado foi a necessidade da construção de pequenos armazéns e silos para acondicionamento dos cereais nos anos de grandes colheitas. O segundo foi relativo ao acesso às máquinas agrícolas, sobre o qual Duarte afirmou ser necessário facilitar a compra aos pequenos proprietários. O último problema econômico descrito foi a falta de créditos para melhoria da produção e nas instalações dos estabelecimentos.

Duarte finalizou o texto lembrando a possibilidade de que outras regiões florescessem tais quais os arredores de Irecê, e da necessidade para alcançar esta situação de pesquisas científicas e da ‘efetiva ocupação’:

O caso de Irecê não deve constituir dentro do sertão a única área com essas possibilidades para os trabalhos agrícolas. Talvez outras áreas existam à espera de estudos e efetiva ocupação. Pesquisas geológicas, edáficas e do lençol freático precisam ser efetuadas no sertão, para que, aproveitando a lição de Irecê se possa avaliar, com mais precisão, as possibilidades incontáveis que o Nordeste pode oferecer (DUARTE, 1963, p. 59).

O artigo ainda continha uma última seção, na qual foram apresentadas ‘Algumas observações sobre um mapa de uso da terra em Irecê’ (**Figura 133**, p.452). O autor explicou ter feito o mapa “(...) mediante restituição expedita e interpretação das fotografias aéreas na escala aproximada de 1:25.000, executadas em 1961 (maio a setembro), pelos Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul S/A, a pedido da Comissão do Vale do São Francisco” (DUARTE, 1963, p. 59).

O objetivo do mapa (**Figura 133**, p.452) foi exemplificar a utilização da terra em uma pequena área em torno de Irecê, na qual foram selecionadas algumas características da organização do espaço agrícola. Assim sendo foram delimitadas quatro categorias de ‘parcelas’:

1) parcelas com culturas consorciadas de milho, feijão, mandioca e algodão que representam as mais expressivas culturas dessa área agrícola; 2) parcelas com cultura de agave; 3) capoeira rala onde, em certos trechos, há livre pastoreio, bem observáveis nas aerofotos, pelo pisoteio do gado onde a vegetação mais rala é marcada; 4) capoeira alta, mais fechada, -cuja antiga ocupação é testemunhada por trilhas visíveis e, ainda, pequenas parcelas de caatinga circundadas por parcelas em cultivo ou, mesmo, -capoeira rala (DUARTE, 1963, p. 59)

Do mapa representado na **Figura 133** Duarte aprendeu e ressaltou a intensa utilização da terra, e a ‘multiplicidade’ de parcelas em cultivo. Na área à oeste da cidade de Irecê essa concentração era acentuada, com destaque para o entorno do povoado Lagoa Canabrava, contrastando com a parte leste do município na qual predomina a ‘capoeira rala’. A nordeste da cidade de Irecê, distinguiram-se “(...) parcelas em cultivo dispersas na capoeira rala, dando-nos a idéia de possibilidade da permanência da lavoura itinerante nesse trecho do município. Ao mesmo tempo é nítido, aí, o avanço

da capoeira mais fechada sôbre a mais rala” (DUARTE, 1963, p. 59).

Outras observações derivadas da análise do mapa foram as de que

As parcelas têm tamanhos variados e são divididas por cêrcas vivas, caracterizando-se uma paisagem de campos fechados alternados com espaços abertos. Não há forma geométrica nítida das parcelas, porém, as situadas próximo aos povoados, estendendo-se entre caminhos ou estradas carroçáveis convergentes, têm forma aproximadamente triangular.

Como assinalamos, a rêde de estradas e caminhos se constituiu convergindo para os diversos pontos onde há ressurgência. Ao que tudo indica, os caminhos e estradas atuais deveriam ser as trilhas por onde o gado, na fase antiga do povoamento, transitava livremente em busca de água para beber.

É em tôrno dêsses pontos de ressurgência que se concentrou a população originando-se, assim, os povoados rurais. Daí notar-se, em Irecê, um habitat rural com tendência para a aglomeração. (DUARTE, 1963, p. 51).

Duarte ainda mencionou a presença constante na região mapeada de uma “(...) capoeira rala e vestígios das antigas parcelas cultivadas. Ela ocupa maior superfície na parte leste do município, reflexo do povoamento que se processou gradativamente do Vereda do Romão para oeste” (DUARTE, 1963, p. 60). Outra situação repetida diversas vezes foi a das pequenas aglomerações de 5 a 20 habitações em volta de um poço. Por fim o autor conclui que

As habitações isoladas e dispersas pelos campos em cultivo são em menor número. São encontradas com freqüência nas vizinhanças da cidade de Irecê, ou melhor, entre esta cidade e os povoados que a contornam. Podemos notar que há certa coincidência entre a dispersão do habitat com mais intensa e contínua utilização do solo. Nos aglomerados maiores as habitações apresentam, para os fundos, um lote de terreno individual demarcado, ora maior, ora menor. Isto já não ocorre nas habitações isoladas que estão dispersas nas áreas cultivadas. (DUARTE, 1963, p. 60).

O último texto desta seção foi o artigo de 43 páginas, publicado na RBG número 4 de 1964, exatamente a última revista por nós selecionada para a pesquisa. Tendo como autora Haidine da Silva Barros, ‘O Cariri Cearense - O quadro agrário e a vida urbana’ resultou das mesmas pesquisas de campo do texto anterior, “(...) uma excursão aos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará, em fevereiro e março de 1962, sob a chefia do geógrafo Nilo Bernardes, quando diretor da Divisão de Geografia, e que teve como objetivo a coleta de dados para posterior estudo de geografia agrária daqueles estados” (BARROS, 1964, p. 63).

A autora agradeceu a cooperação em campo de seus colegas Solange Tietzmann Silva, Aluizio Capdeville Duarte e Salomon Turnowski, e a Nilo Bernardes, pela orientação, especialmente na feitura do mapa de utilização da terra, e Lysia Maria Cavalcanti Bernardes, a quem coube também, como chefe da ‘Secção Regional Nordeste’, parte na orientação de Barros. O texto era dividido em

três capítulos, quais sejam ‘O quadro natural condicionante da ocupação humana’, ‘As modalidades de ocupação no Cariri e na Chapada’, ‘A Região Agrária do Cariri e sua vida urbana’, além das considerações finais.

A definição da região do Cariri (**Figura 135**) foi fundamentada em dois fatores principais que contrastam fortemente com o ‘espaço sertanejo’ circundante: “(...) uma paisagem que revela vida agrícola intensa, onde a presença incessante do homem no campo é traduzida pela população rural numerosa, e de outro uma rêde urbana organizada, polarizada pelo Crato (**Figura 134**) e Juazeiro do Norte” (BARROS, 1964, p. 103).

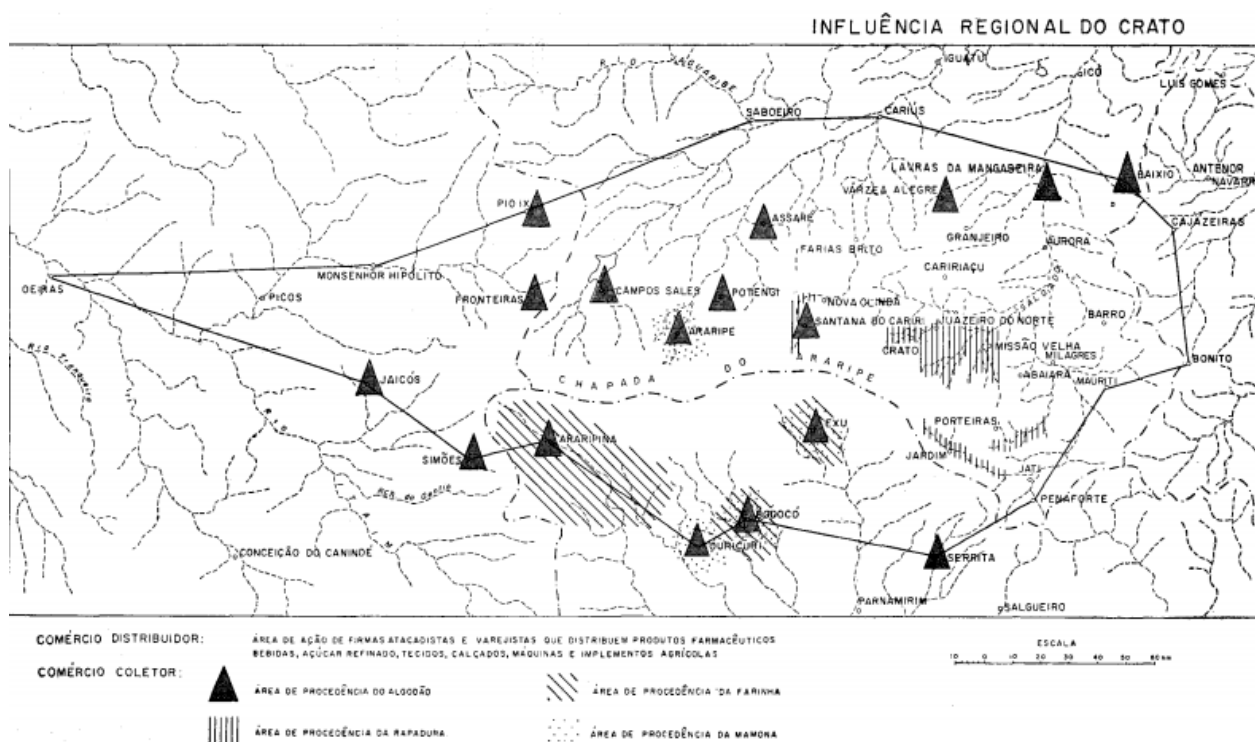


Figura 134: Mapa da influência regional do Crato. Fonte: BARROS, 1964, p. 100.

Neste sentido a relação entre Cariri e Sertão foi um dos assuntos recorrentes no artigo analisado. O autor assim narrou uma hipotética viagem ao Cariri: Finalmente, após se atravessar esta faixa transitória chega-se à região de paisagem verdejante, (...). “Essa região intensamente ocupada, localizada no extremo sul do estado do Ceará, tem o nome de região do Cariri – ‘ilha agrícola’ de grandes proporções dentro do sertão nordestino”. (BARROS, 1964, p. 64).

Portanto, detectamos aqui uma segunda similaridade entre o artigo de Barros e o último analisado, de Duarte (1963): apresentar como objeto do estudo uma região, interna ao sertão nordestino, definida exatamente por conter atributos diferenciadores em relação à região circundante. Assim, os dois textos enumeram várias características definidoras dos sertões as quais justamente serão

contrapostas às regiões pesquisadas, seja a de Irecê, ou a do Cariri (**Figura 135**).



Figura 135: Mapa de utilização da terra no Cariri cearense, 1962. **Fonte:** BARROS, 1964, p. 80-81.

No caso da região do Cariri, o autor comparou a densidade média da população rural de seus ‘distritos mais típicos’, superior a 40 hab./km², com as das zonas fisiográficas do sertão do Salgado e alto Jaguaribe, 20 hab./km², e das zonas do Araripe e sertão de sudoeste, inferior a 10 hab./km². Tal densidade demográfica foi suportada pela excepcionalidade climática do Cariri frente ao sertão semiárido:

Dentro de uma área de clima semi-árido do tipo Bsh, segundo a classificação de Köppen, a região do Cariri vê-se beneficiada pelas chuvas de origem orográfica que se precipitam sobre a Chapada do Araripe. A posição da chapada interceptando os ventos alísios de Nordeste, acarreta maior umidade, não se ressentindo a região com as sêcas que assolam o sertão nordestino. (BARROS, 1964, p. 64).

Assim sendo, o autor confirmou que

A existência do Cariri deve-se, porém, à presença da Chapada do Araripe, traço marcante que dá a essa região sua originalidade. Essa chapada, um dos remanescentes do capeamento sedimentar que recobriu durante o cretáceo o sertão nordestino, dispõe-se, aproximadamente, no sentido leste-oeste, no limite entre os estados de Pernambuco e Ceará. (BARROS, 1964, p. 64).

Barros apresentou um breve histórico da colonização dessa região, citando os primeiros estabelecimentos, nascidos para a atividade criatória, e como logo instalou-se a atividade agrícola. O autor justificou o baixo desenvolvimento do Cariri ao longo dos séculos iniciais da colonização pelo isolamento e pelo também fraco desenvolvimento dos sertões circundantes. Esta associação verificou-se, pois, o Cariri tornou-se supridor de rapadura e aguardente para o sertão nordestino, “(...) mercado cuja existência condicionou a implantação da lavoura comercial da cana-de-açúcar na região e a sua permanência na mesma”. (BARROS, 1964, p. 71). Segundo o autor a lavoura de cana-de-açúcar foi um dos elementos mais antigos da paisagem rural do Cariri.

Um trecho interessante em que o autor relacionou o Cariri e sertões, foi o que tratava da transumância comum em todo o Cariri: “(...) aqueles que não possuem terras na chapada, mandam seu gado para a área de caatinga do sertão pernambucano de Parnamirim, Bodocó e Ouricuri, ou então, para o que localmente chamam de ‘Sertão do Cariri’, isto é, Milagres, Mauriti, Brejo Santo, e Jati” (BARROS, 1964, p. 83). Destacamos a existência deste topônimo ‘sertão do Cariri’, o qual era incompatível com a conceituação sobre Cariri e Sertão formulada no presente artigo, pois o que individualizaria o Cariri seriam suas peculiaridades frente aos sertões. Portanto o topônimo popular sertão suplantaria os significados definidos por Barros.

Ao analisar os usos da terra na ‘faixa de transição’ do Cariri para o sertão, assim como em outras passagens, o autor mencionou o ‘sertão propriamente dito’, para diferenciar a região do Cariri dos sertões nordestinos. Essa faixa de transição não seria uniforme, pois “(...) o limite da região do Cariri com o sertão propriamente dito (...) se dá através de regiões morfológicas distintas” (BARROS, 1964, p. 86). Ainda assim,

Não obstante a variedade topográfica, a forma de ocupação nestas áreas se mantém mais ou menos uniforme, com pequenas variações, entre elas. O traço marcante do aproveitamento destas áreas, que as diferenciam do Cariri propriamente dito, é a ausência dos canaviais e extensos arrozais na paisagem, como se vê no mapa de uso da terra (**Figura 135**). Surge, aí, uma ocupação típica de sertão - algodão nas partes mais elevadas e arroz (em pequena quantidade), milho e feijão no fundo dos vales - porém, bem mais densa, o que justifica a denominação dada às mesmas de ‘faixa de transição’, onde a maior densidade de aproveitamento do solo é devida às condições de umidade. Outra característica dessa faixa de transição é que desaparece praticamente o regime de trabalho baseado nos moradores de sujeição que é substituído pelo

sistema de parceria, pela presença dos meeiros, característicos da agricultura sertaneja. Por outro lado, as propriedades são nesta faixa, em média, maiores do que as do Cariri propriamente dito. Enquanto que no Cariri predominam os sítios com menos de cinquenta tarefas, nas áreas de transição são comuns as propriedades de 50 a 100 tarefas, algumas das quais chegam mesmo a ultrapassar esse tamanho. (BARROS, 1964, p. 86-87).

A criação de gado bovino inexpressiva quando comparada à das áreas sertanejas e a presença de pequenos brejos foram outros fatos diferenciadores entre o Cariri e o sertão comentados pelo autor. No último capítulo do artigo Barros dedicou uma seção para definir a 'região agrária do Cariri', "(...) cuja unidade para nós é decorrente das características de seu quadro agrário" (BARROS, 1964, p. 90), e desta maneira, não era coincidente com a 'zona fisiográfica do Cariri' (Divisão Regional do IBGE) nem tampouco, com o 'Cariri tradicional', conceituação usada por Barros para se referir ao uso dominante na população regional.

A zona fisiográfica utilizada pelo IBGE para fins estatísticos, inclui as terras abrangidas pelos municípios de Abaíra, Barbalha, Barro, Brejo Santo, Caririaçu, Crato, Juazeiro do Norte, Jardim, Jati, Granjeiro, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Penaforte e Porteiras, cujo critério de criação deve ter sido baseado numa organização do espaço rural diferente daquela do sertão caracterizado pela população rarefeita, grandes estabelecimentos, pecuária extensiva, cultura de algodão arbóreo e outros aspectos.

Quanto à região que é considerada como Cariri pelos habitantes locais, coincide aproximadamente com a primeira. Segundo a conceituação popular existem dentro do Cariri quatro áreas: a serra, o pé-de-serra, os brejos e o sertão. Essa designação de sertão do Cariri estende-se às áreas por nós consideradas no decorrer deste estudo, como pertencentes à faixa de transição, pois nelas já aparecem características sertanejas que contrastam com as das áreas de pé-de-serra e brejo. (BARROS, 1964, p. 91).

Por conseguinte, ficou explícito que os fatores ambientais foram determinantes para a criação e nomeação da sub-região do Sertão do Cariri pelos habitantes locais, pois as outras sub-regiões também seguiram este critério (serra, pé-de-serra e os brejos). Já na definição proposta por Barros houve uma junção dos fatores ambientais e sociais, no que o próprio citou como uma paisagem agrária:

A região agrária do Cariri (...) abrange somente as áreas onde os elementos da estrutura agrária formam um contexto em que o pé-de-serra se salienta com culturas irrigadas com água de nascente e lavouras consorciadas de sequeiro e os brejos com suas várzeas ocupadas pela cana e arroz e suas baixas encostas, com cereais. (BARROS, 1964, p. 91).

Logo, conforme conclusão de Barros, a região do Cariri de que tratou o artigo foi definida pela presença de uma paisagem agrária que justificasse a terminologia comparativa 'ilha agrícola do sertão nordestino'. Esta delimitação foi expressa em mapa (**Figura 136**, p.459) e correspondia aos municípios de Crato, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Barbalha, Santana do Cariri, Jardim e Porteiras. Ao redor desta 'unidade agrária', Barros relatou a ocupação histórica das áreas limítrofes do sertão

e da serra como “(...) estreitamente a ela vinculadas, não só no que tange ao abastecimento como em relação à transumância do gado” (BARROS, 1964, p. 93).

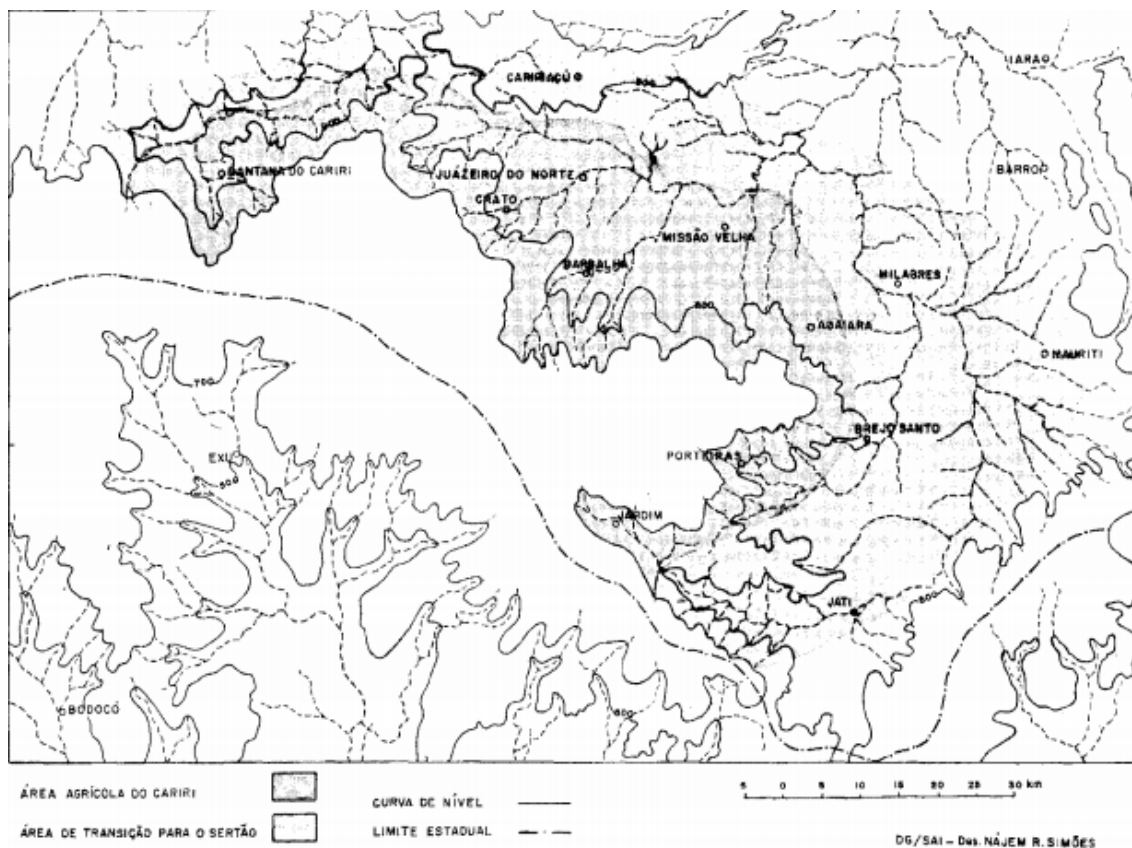


Figura 136: Mapa da região agrícola do Cariri e suas fronteiras com o Sertão. Fonte: BARROS, 1964, p. 92.

Não obstante tenha proposto uma nova definição para o Cariri, o autor destacou a tradicionalidade e dominância da delimitação utilizada localmente: “(...) a região agrária do Cariri juntamente com a serra e o sertão próximo formam o conhecido Cariri tradicional, considerado bem característico e admitido como uma unidade regional dentro do sertão nordestino” (BARROS, 1964, p. 93). (Figura 136).

Nas considerações finais de seu artigo Barros asseverou que embora a região do Cariri fosse muito contrastante dentro do espaço sertanejo sua estrutura agrária problemática e tradicional de longa permanência era facilmente identificável. O autor citou um ‘complexo de problemas interdependentes’ dentre os quais destacou como fundamentais o ‘regime de exploração’ e o da estrutura fundiária: “O primeiro está ainda, atualmente apoiado em relações de trabalho que lembram instituições medievais, baseando-se (...) no serviço prestado pelos moradores de sujeição, que são mantidos nas propriedades para garantia da mão-de-obra, no período da safra” (BARROS, 1964, p. 103). Logo, foi neste sentido, do ‘baixo nível de vida’ desses ‘moradores de sujeição’ que Barros aproximou o Cariri do ‘sertão propriamente dito’.

Já a 'classe dos proprietários' apresentava "(...) um padrão de vida bem mais elevado possuindo mesmo, os mais tradicionais, o ar senhorial que caracteriza os senhores de engenho" (BARROS, 1964, p. 103). Quanto ao segundo problema mencionado, o da estrutura fundiária, o autor indicou sua relação com a grande fragmentação das propriedades rurais e a conseqüente carência de terrenos para a lavoura, pois algumas propriedades não alcançam o tamanho suficiente para o sustento familiar: "Esta exigüidade de terras cultiváveis fêz com que se implantasse desde cedo, nas áreas mais férteis da região, um sistema agrícola que está baseado na utilização contínua do solo, próximo do qual aparece uma rotação de terras nos tabuleiros mais secos" (BARROS, 1964, p. 103).

Outro problema apontado por Barros foi a primitividade dos processos de trabalho agrícola, sem atenção à preservação e aumento de produtividade dos solos. Assim sendo a rentabilidade da produção estava caindo, pelo uso intenso da terra, o que provocava um aumento da área cultivada. Esta primitividade refletia, segundo o autor, um 'atraso cultural' dos lavradores, o que se repetiria em outras regiões do país. Por conseguinte, Barros citou a não aplicação do sistema de alternância de culturas, a ausência da adubação, a não construção de curvas de nível nos terrenos de pé-de-serra e a conseqüente intensificação da erosão das encostas, a permanência da enxada como principal instrumento de trabalho, e o da água "(...) aquêles que mais aflige os lavradores locais. Aliás, o Serviço Florestal criado no município de Crato já é uma primeira medida visando à preservação das nascentes" (BARROS, 1964, p. 104).

Por fim Barros conclui que todos estes problemas teriam soluções, mas que suas correções implicariam em profundas mudanças sociais:

Todos êsses problemas, por mais complexos que sejam, poderão encontrar soluções, uma vez que, as condições naturais da região favorecem o aproveitamento agrícola, desde que corrigidos os defeitos dos sistemas agrícolas, do regime de exploração e da estrutura fundiária vigentes, não se podendo esquecer, no entanto, que uma mudança da estrutura agrária implica em transformações sociais e econômicas profundas (BARROS, 1964, p. 104).

8. Outras lentes geográficas

8.1. Sertanejos Nordestinos na Amazônia

A presença de sertanejos nordestinos na Amazônia foi outro tema recorrente na RBG. Tal tema foi detectado, como veremos adiante, principalmente em textos que tratavam de diversos aspectos da imensa região norte do país.

Salientamos de início a concentração temporal dos seis textos que serão aqui discutidos. Estes foram publicados entres os anos de 1940 e 1945, sendo que três deles são de 1942. O primeiro, de autoria do tenente coronel Lima Figueiredo (então consultor técnico do Conselho Nacional de Geografia na Seção XXXVI - Geografia Regional), intitulava-se 'O Acre e suas possibilidades'.

O autor assim contextualizou seu artigo publicado na RBG número dois de 1940:

No ano de 1928 fui designado pelo meu querido amigo e ilustre chefe, general Cândido Rondon, para inspecionar as fronteiras do Perú e da Bolívia com o Brasil, no trecho compreendido entre a cabeceira do Santa Rosa, afluente raiano do Purús e a foz do Abunã no Madeira. Em face dessa missão tive que palmilhar metade do Território do Acre, executando levantamento expedito, fazendo recenseamentos e obtendo informações. (FIGUEIREDO, 1940, p. 173)

Neste sentido o artigo de Lima Figueiredo tratou de uma extensa gama de assuntos, todavia aqui nos deteremos apenas nos trechos que tangem a questão da presença de sertanejos nordestinos no território acreano. Logo na introdução o autor sinalizou a importância dos nordestinos atingidos pela seca, ao narrar brevemente a conquista do Acre pelos brasileiros:

Acoçada pela sêca de 1877, a população do Nordeste procura algumas plagas onde o sofrimento fôsse menor, e muitos dos seus habitantes, atraídos, outrossim, pelo preço fabuloso alcançado pela borracha, seguem em grandes grupos para a Amazônia, indo até ao Acre.

Dia a dia surgia uma barraca nova nas margens do caudaloso Purús e, logo em seguida, um varadouro unindo aqueles brasileiros que, dêsse modo, estavam levantando marcos para posse futura da terra que descobriram. (FIGUEIREDO, 1940, p. 173)

Após tratar de variados assuntos Figueiredo apresentou os resultados do recenseamento por ele conduzido. Os temas pesquisados foram: "(...) número, densidade e divisão por ofícios ou meio de vida, (...) origem étnica, grau de cultura e mentalidade" (FIGUEIREDO, 1940, p. 194). No conjunto da região foram recenseados 27.552 habitantes.

A sequência de apresentação seguia a das viagens, definidas pelos rios. No rio Purus foram contabilizadas 3.905 pessoas, entre o Amazonas e o Acre, sendo 60,6 % analfabetos. Em relação à sua distribuição foi detectado que "Os habitantes do Purús, assim como os dos seus afluentes se escravizaram ao rio, de modo que as margens estão relativamente muito habitadas e o interior quasi despovoado" (FIGUEIREDO, 1940, p. 195).

Esta particularidade provocou a decisão de apresentar as densidades demográficas em relação ao quilômetro de rio e não ao quilômetro quadrado. Neste sentido o rio Purus, no Acre, tinha 6 hab./km e o Amazonas 12 hab./km. Sobre a 'origem étnica', o autor afirmou que "Os habitantes do lugar são oriundos do Nordeste do Brasil. Aquela zona foi povoada pelos nordestinos, salientando-se o cearense no tempo em que a borracha valia muito ouro" (FIGUEIREDO, 1940, p. 195). O autor destacou ainda a presença de peruanos e dos índios:

No Brasil ainda campeiam os índios curinas e tucurinas completamente domesticados, havendo em território peruano os cachinoás ainda muito terríveis. Os índios não toleram os peruanos, em virtude do maltrato que receberam dos caucheiros do Perú. Os curinas e tucurinas habitam o Santa Rosa, onde pudemos contar uns 110. Em Papagaio, o Senhor Manuel Batista da Silva trabalha com 77 curinas, inclusive o tuchaua, os quais por qualquer motivo abandonam o patrão. (FIGUEIREDO, 1940, p. 196)

Sobre os 'ofícios ou meios de vida', a pesquisa demonstrou que a quase totalidade dos habitantes são seringueiros, cedreiros, agricultores e caixeiros, ou exerceriam as quatro profissões conjuntamente. Não iremos aqui nos deter à descrição detalhada do recenseamento, mas salientamos que em todos os rios pesquisados, excetuando-se somente o rio Abunã e seus 1.769 habitantes, a 'origem étnica' da população foi a mesma descrita para o rio Purus. Também foi destacada a presença indígena em toda a região.

O texto seguinte que tratou da questão do afluxo de nordestinos sertanejos à Amazônia foi o intitulado 'Devassamento e ocupação da Amazônia brasileira', de autoria do engenheiro Virgílio Correia Filho, então assistente técnico do Conselho Nacional de Geografia. O artigo constituiu o número da RBG dedicado ao quarto centenário do descobrimento do rio Amazonas, e foi amplamente ilustrado com fotografias, quadros e mapas, além de extensas e esclarecedoras notas.

A seção do artigo que contempla nossos interesses foi denominada 'Éxodo nordestino'. Assim como o texto anterior aqui analisado, Correia demarca a seca de 1877 como o início desse grande e importante movimento migratório:

Exposto às calamidades cíclicas das sêcas angustiantes, contra cujas fatais consequências não se empreendera ainda campanha alguma de defesa sistemática, o povo do Nordeste abrasado viu-se impelido, desde 1877, a refugiar-se na planície amazônica a êsse tempo esperançosa de prosperar com os resultados da indústria seringueira. (CORREIA FILHO, 1942, p. 27)

O autor também sinalizou que nesse momento a produção da borracha já estava consolidada, e que isso determinou os locais onde os migrantes nordestinos se instalariam:

Quando começaram a chegar os emigrantes do Nordeste, já não encontrariam a mesma facilidade para escolha de glebas no Baixo Amazonas, ou por ventura o próprio impulso

emigratório os empurraria para as terras distantes, cujo devassamento contribuiriam a ultimar. Exploraram o Purús, o Juruá e seus afluentes, que os levariam a desbravar o território do Acre, derradeira expansão do povoamento brasileiro por aquelas bandas, cujos limites o Tratado de Petrópolis, de 17 de Novembro de 1903, definitivamente fixou. (CORREIA FILHO, 1942, p. 28-29)

Correia prosseguiu ressaltando o 'espírito audaz' dos seringueiros, povoadores de 'rincões remotos', e sofredores de 'sacrifícios inenarráveis'. Notável foi a descrição da adaptabilidade do sertanejo ao ambiente amazônico:

O cearense, nome pelo qual mais geralmente se tornou conhecido o nordestino, pela afluência maior dos filhos do Ceará no trágico êxodo, ao trocar o ambiente ressequido e sobremaneira aclarado, pelo sombrio, em que sobeja a umidade, preferiu mudar inteiramente de profissão, para se dedicar à produção da borracha, que lhe abrasava o entusiasmo aventureiro, rios a dentro, até às mais remotas cabeceiras.

(...). Em cada seringueiro incubou-se valioso auxiliar dos geógrafos, como os que serviram de guia atilado a Chandless e a J. M. da Silva Coutinho. Não se carteavam com as estrêlas, mas sabiam esquadrinhar os segredos da terra dadivosa, onde se aclimaram, seduzidos por excitantes promessas de enriquecimento fácil. (CORREIA FILHO, 1942, p. 29)

Correia assim ressaltou as 'radicais' mudanças experimentadas pelos sertanejos migrantes no tocante ao trabalho, alimentação e vida social:

Lavrador, ou vaqueiro, no torrão natal, onde o olhar se espraia, não raro, por amplos horizontes, acostumou-se à espontânea cooperação nos motirões, em que se reúne a vizinhança para as tarefas superiores ao esforço de um só obreiro ...

(...) Na Amazônia, o sistema, que se desenvolveu, afastava uns dos outros os sertanejos, cuja existência iria desdobrar-se de maneira afeiçoada ao regime espontaneamente estabelecido. (CORREIA FILHO, 1942, p. 30-31)

Este regime 'espontâneo'

Constituiu-se, a propósito, a cadeia de interêsses, que enlaçavam, das florestas ao alto comércio de exportação, os trabalhadores, denominados "seringueiros", aos patrões, que eram "seringalistas", e seus fornecedores, negociantes atacadistas nas praças de Belém e Manaus, a quem se aplicava o apelido de "aviadores", por aviarem aos seus fregueses, ou "aviados", os pedidos de gêneros, mercadorias, até adiantamento de numerário, por sua vez ligados aos exportadores, a quem recorriam, quando minguados de capital circulante. (CORREIA FILHO, 1942, p. 31)

Tal sistema observou uma poderosa crise a partir de 1910, que obrigou a grandes mudanças na economia regional, destacadamente a necessidade do seringueiro de cultivar a terra.

E hoje, dos destroços da organização fracassada, ressurgiu a Amazônia, robustecida pela sua agricultura nascente, que facilita a manutenção da produção extrativa, a que se acha predestinada, desde a era colonial, quando as "drogas do sertão" proporcionavam preciosos artigos de escambo mercantil. Depois, o cacau, a castanha, a balata, além de madeiras várias, absorveram, cada qual a seu tempo, ou simultaneamente, até a atualidade, os esforços dos habitantes, fôssem os desambiciosos caboclos amazonenses, fôssem os imigrantes, seduzidos por excitantes promessas de enriquecimento fácil. A lavoura modernamente entra a corrigir os

defeitos das explorações apressadas e destituídas, até então, de base firme de apoio. (CORREIA FILHO, 1942, p. 34)

Neste sentido o texto narrou como, neste processo de ‘devassamente da Amazônia’, o ‘cearense transfigurado à sombra dos seringais’ dominou politicamente a região, embora em seguida

(...) suplantado, em outras formas da atividade humana, pelos nativos de quem adotou usos e costumes, tradições e processos industriais, idéias e sentimentos e até as particularidades do seu linguajar, (...) mercê da atuação perseverante e conservadora das morenas das selvas, em cujos filhos se processou a fusão de duas raças.

Assimilados os costumes indígenas, que derivavam da adaptação da vida humana ao habitat amazônico, desdobraram-se os povoados, que opulentam a toponímia de origem ameríndia, sempre às margens dos rios, como a colonial vila da Barra, para onde se transferiu a sede governativa, transfigurada em moderna capital - Manaus -, nome evocativo da tribo outrora dominante na região, que exuberantemente comprova, como igualmente Belém, as aspirações progressistas de suas respectivas populações e eficientes aptidões para realizá-las a primor. (CORREIA FILHO, 1942, p. 37-38)

Portanto verificamos no artigo de Correia a importância dedicada ao nosso tema foco desta seção, descrito e analisado em seus aspectos culturais, econômicos e políticos. O texto seguinte também compõe o número da RBG inteiramente dedicado às celebrações do quarto centenário do descobrimento do rio Amazonas, e trata-se do ‘Discurso do rio Amazonas’ proferido pelo então presidente Getúlio Vargas em Manaus, no dia 10/10/1940.

Destacamos deste texto o caráter de promoção pelo líder máximo da nação da ‘cruzada desbravadora’ do progresso colonizador sobre seu ‘grande inimigo’, “(...) o espaço imenso e despovoado”. Este processo colonizador deveria atingir uma segunda etapa, na qual o objetivo seria de concentração e fixação do ‘potencial humano’, ao invés dos esforços iniciais, ‘esparcos e eventuais’.

Nesse sentido Vargas defendia um povoamento ‘permanente’ o qual deveria estar associado com a superação dos ‘elementos humanos’ nordestinos (seringueiros, pioneiros e nômades) e ribeirinhos (naturais da região e ‘limitados’ às atividades de subsistência), e seus gêneros de vida, pois

Já não podem constituir por si sós êsses homens de resistência indobrável e de indomável coragem, (...) os elementos capitais do progresso da terra, numa hora em que o esforço humano, para ser socialmente útil, precisa concentrar-se técnica e disciplinadamente. O nomadismo do seringueiro e a instabilidade econômica dos povoadores ribeirinhos devem dar lugar a núcleos de cultura agrária, onde o colono nacional, recebendo gratuitamente a terra, desbravada, saneada e loteada, se fixe e estabeleça a família com saúde e conforto. (VARGAS, 1942, p. 4)

No número posterior da RBG foi publicado um artigo do tenente coronel Lima Figueiredo, da comissão de redação dessa revista, intitulado ‘Fronteiras amazônicas’, do qual retiramos uma

pequena citação digna de observação. Ao tratar da descrição da fronteira, em sua porção com a Guiana Francesa, o autor comentou sobre a fundação do núcleo colonial de Clevelândia, em 1922,

(...) com o escopo de receber os flagelados do Nordeste. A estes se juntaram alguns infelizes que na Amazônia só haviam encontrado o lado ruim da vida. E o novel núcleo chegou a ter quase meia centena de habitantes. Quando se pensava que tudo voava no vento do progresso, uma leva de presos políticos, mais mortos do que vivos, trouxe para aquele recanto uma série de doenças que depressa se transmitiram aos habitantes já combalidos pelo impaludismo. Os nordestinos não são homens para esperar a morte parados e, por isso, quando sentiram diante deles as unhas da fome, ganharam os igarapés na falaciosa esperança de ficarem ricos catando ouro. Só a fascinação leva o homem à Amazônia! (FIGUEIREDO, 1942, p. 44).

Destacamos que a narrativa conferiu um caráter altamente dinâmico à colonização amazônica, e especialmente e acentuadamente, aos nordestinos. Outro ponto interessante surgido no texto foi a definição da ‘fascinação’ como motor individual que levaria o homem à Amazônia.

O texto seguinte, intitulado ‘A exploração Amazônica’, de Araújo Lima (também autor de ‘Amazônia - a terra e o homem’), foi publicado no número 3 do ano de 1943 da RBG. Lima indicou como marco inicial do ‘período’ de exploração amazônica, a expedição de Pedro Teixeira, cujo êxito teria “(...) aberto (...) ao homem civilizado o vastíssimo vale fertilizado pelo rio já famoso” (LIMA, 1943, p. 54). Nesse sentido, a exploração amazônica foi definida como um empreendimento “(...) que há dois séculos visa penosamente violar o solo Amazônico e explotá-lo comercialmente, para o aproveitamento e posse de tôdas as riquezas que avaramente encerra, e que o homem amazônico e o nordestino têm quase inglóriamente lhe tentado arrebatat” (LIMA, 1943, p. 54).

Portanto o autor objetivou analisar a colonização como oposição, luta e enfrentamento entre o homem e o ambiente amazônico. O homem, limitado aos que merecem a alcunha de ‘civilizados’, foi caracterizado como resistente e desbravador, enquanto do ambiente foi narrada a sua violação e consequente tomada de todas suas riquezas, que encerrava ‘avarentamente’.

O autor narrou o início e desenvolvimento da produção de borracha na região, comentando o afluxo de ‘levas de imigração nordestina’, e a conquista do Acre, tomado como maior exemplo deste processo de conquista e ocupação territorial:

‘Acre’ passou a ser um símbolo, mas, ao contrário do que faria sugerir o significado corrosivo sugerido por sua feição semântica, um símbolo de esperança, de riqueza, de prosperidade. A sua história, - na vida guerreira de nossa brava gente sertaneja, ou nos anais pacíficos de nossa diplomacia, - transluz nos feitos de heroísmo de nosso povo, capaz de defender a integridade do vastíssimo território, que lhe coube pela boa sorte. (LIMA, 1943, p. 85)

Tal processo colonizador acontecia via “(...) atividade febril e desordenada, de trepidação comercial,

de produção convulsiva. Sem ritmo nem medida, a vida econômica desvairava-se num compasso aceleradíssimo” (LIMA, 1943, p. 85). Neste sentido, prosseguiu o autor, “(...) tôda a economia da Amazônia passou a gravitar em tórno da borracha, eixo de todos os negócios, numa órbita infinita, para a qual se dava a translação de todos os braços e de todos os recursos” (LIMA, 1943, p. 85).

Diante deste quadro econômico e social Lima asseverou que “(...) o grande mal da Amazônia é a borracha” (LIMA, 1943, p. 85). Essa constatação foi justificada precisamente pela ‘monopolização’ do trabalho e dos investimentos nas atividades seringueiras. Tal estado de absoluta concentração dos interesses foi atingido através de uma situação ‘febril’ de ‘sedução’, ‘arrebatação’ e ‘fascinação’. Associado a este grande problema o autor indicou ainda o fato da produção de borracha constituir-se numa “(...) ocupação extrativa, instável, e sobretudo destruidora, que não fixa o homem e não lhe firma vínculos da vida social, forçando-o a saquear e esgotar os seringais” (LIMA, 1943, p. 85).

Nestas afirmações foram relativizadas e colocadas em outras perspectivas a narrativa do progresso como resultado da conquista total da natureza pelo homem. Assim, o caráter ‘destruidor’ da produção da borracha, no qual o homem é ‘forçado’ a ‘saquear e esgotar’ os seringais foi qualificado como o ‘grande mal da Amazônia’ pelo autor.

Mais especificamente sobre a presença dos nordestinos na Amazônia o autor comentou que eles migraram quando a borracha já ‘avultava’ nos quadros de exportação, em meados do século XIX, e que, portanto, os primeiros extratores de borracha foram os ‘nativos’. Quanto mais “(...) flagelantes os surtos de sêcas alí reinantes” (LIMA, 1943, p. 86) mais pronunciados se tornava a corrente migratória. O autor identifica assim a migração nordestina diretamente com o fenômeno da seca: “(...) imigrantes que chegavam às plagas amazônicas em busca das terras em que abunda a água, em que não há o suplício da sêde, e, além disso, onde viceja e frutifica, segundo a lenda' então divulgada, uma árvore que dava dinheiro- a seringueira ...” (LIMA, 1943, p. 86).

Todavia lamentasse não existirem dados censitários sobre esta corrente migratória, Lima descreveu seu ganho de volume, afirmando enfim que a “(...) Amazônia passa a ser uma terra dos nordestinos” (LIMA, 1943, p. 87). Estes teriam sido

Guiados e providos pelos líderes do bandeirismo iniciado - os comerciantes do Pará, são, os retirantes, os heróis desbravadores de regiões impérvias, que êles enfrentaram, sem saúde nem instrução, mas com ousado e destemido espírito de aventura, aliado a uma têmpera rígida de conformismo e adaptação. A custa dessa gente, sem ciência nem arte de explorar uma terra desconhecida, operou-se a formidável emprêsa de domínio daquele agressivo deserto, domado e vencido pela intrepidez nordestina. Documento dessa conquista, nobilitante da raça, é a

estatística ascensional da exportação da borracha, que, acusando sete milhões de quilos em 1870, deu o máximo de quarenta e quatro milhões em 1913, quando começou a declinar pela concorrência oriental, que, com a baixa da cotação, fêz cair fragorosamente tôda a economia tributária da hévea na Amazônia. (LIMA, 1943, p. 87).

O autor associou a corrente migratória para produção gomífera com um ‘mecanismo de colonização quase automático’. Mecanismo esse que funcionava ‘à revelia’ do poder público, e ‘apenas amparado’ pela iniciativa privada. O comando deste sistema era externo aos espaços amazônicos: “A produção de nossas gomas subia sempre, proporcionalmente ao povoamento que se condensava pela afluência nordestina, ao sabor da cotação crescente dos mercados estrangeiros, até a hora da baixa do preço” (LIMA, 1943, p. 87).

Lima chegou inclusive a falar em “(...) um nomadismo imposto e regulado pelo imperativo econômico” (LIMA, 1943, p. 88), que se constituía em sucessivas ‘ondas’ de fluxo e refluxo de nordestinos. Como exemplo citou o ‘Plano Stevensop’ que restringiu a extração da borracha oriental pelo governo inglês, o que provocou uma alta ‘alucinante’ dos preços nos mercados internacionais. Contudo, já em 1926 o plano era retirado e a brusca queda nos preços provocou refluxo “(...) para o Nordeste, para o Baixo-Amazonas, para tôdas as direções, as colunas de seringueiros que haviam sido atraídos aos centros de extração nos altos-rios, seduzidos pelos altos preços, sedutores mas fugidios ...” (LIMA, 1943, p. 88).

Por fim o autor teceu forte crítica ao ato do presidente Epitácio Pessoa, de 1920, que ‘facilitava’ aos nordestinos dos seringais transporte gratuito para regressarem às ‘suas terras’, com fins de servirem nas obras contra as secas: “Foi um êxodo, desolador para a região abandonada. Afim de alcançarem os navios do Lóide em Manaus, desciam dos seringais em gaiolas, lanchas, batelões, canoas, montarias e até em balsas” (LIMA, 1943, p. 88).

Nesta finalização do texto identificamos que o autor critica medidas como a acima citada, as quais teriam promovido a ‘descolonização’ e a ‘derrocada’ amazônica, numa perspectiva diferente da adotada anteriormente, onde havia apontado o caráter destruidor e predatório da produção de borracha, e inclusive, caracterizando-a como o ‘grande mal da Amazônia’. Pensamos que tal contradição indique uma posição de Lima que ao mesmo tempo considerava a exploração, o progresso, a colonização e o estabelecimento da civilização como necessários, e positivos, porém também os associava diretamente com imagens como destruição, saque e esgotamento.

Em seu último parágrafo o autor preferiu celebrar os trabalhadores, sua resistência e patriotismo, e

as possibilidades abertas pela crescente indústria nacional:

Nestes vinte anos, a coragem e perseverança vieram escudando aviadores e seringalistas, obstinados em manter a indústria extrativa amazônica, preservando-a de definitiva eliminação nos mercados internacionais e nos centros manufatureiros, e, em apreciável obra de cooperação patriótica; fornecendo a matéria prima para a indústria fabril brasileira de borracha, que já consome cerca da metade da produção da bacia amazônica. (LIMA, 1943, p. 89)

O último texto tratado nesta seção é o artigo de Virgílio Correia Filho, denominado 'A Geografia como fator das vitórias diplomáticas do Barão do Rio Branco', publicado em 1945. O autor, membro da comissão de redação da RBG, no item 'Questão acreana', reafirmou a importância da ação povoadora e desbravadora dos nordestinos no sucesso das pretensões territoriais brasileiras na região:

Antes, porém, que fôsse locada no terreno a geodésica estremenha, a procura de seringais impeliu, ao arripio das corredeiras, crescente onda povoadora, em geral constituída de nordestinos, pelos cursos d'água orlados de héveas.

E assim como sucedera, na fase colonial, ao caduco meridiano de Tordesilhas, que não evitou a ocupação bandeirante do Centro-Oeste, também a incerta linha Madeira-Javari não impediu a fixação de forasteiros ao sul das raias praticamente desconhecidas. Ninguém sabia determinar-lhes os pontos de intersecção com o Acre, Purus, o Juruá e seus afluentes, de maneira que a pouco e pouco os pioneiros se foram apossando de suas margens. Quando a Bolívia, alarmada, pretendeu exercer atos de domínio, encontrou a região povoada de posseiros. Tentou expulsá-los. (CORREIA FILHO, 1945, p. 109)

Correia Filho citou também pretensões de representantes do 'capitalismo expansionista' que teriam sido contidas pelo "(...) território que os nordestinos desbravaram de boa fé, por lhe ignorarem os limites" (CORREIA FILHO, 1945, p. 113).

8.2. Estudos demográficos

Nesta seção trataremos de textos publicados na RBG entre 1951 e 1962. São 5 textos, sendo dois da autora Eugênia Gonçalves Egler, da Seção de Estudos Geográficos do CNG, dois da Maria Luísa da Silva Lessa (Maria Luiza Lessa Curtis) Geógrafa do CNG, e o último de Ruth Lopes da Cruz Magnanini.

Os dois primeiros textos abordam o tema da distribuição de população em 1940, sendo o primeiro específico do estado do Maranhão e o segundo sobre o Piauí. A autora é Eugênia Gonçalves Egler, da seção de estudos geográficos do CNG, e os textos foram publicados em 1951 na seção de artigos ('Distribuição da população no estado do Maranhão em 1940') e em 1952 na seção de comentários da RBG (").

O estilo dos dois textos é bastante semelhante, constituindo-se em um breve estudo de geografia regional, focado no problema da distribuição da população, baseado fortemente na leitura de dados censitários (Censo de 1940 e alguns dados preliminares do Censo de 1950) e dos mapas construídos a partir daqueles dados. Ambos os textos foram complementados por fontes históricas que forneceram um contexto econômico e também por análises ambientais, que perpassavam a narrativa.

Também a estrutura dos dois textos é similar. Inicialmente uma introdução na qual são apresentados dados gerais sobre o estado e pontos específicos que justificam uma divisão regional deste espaço. A partir daí são apresentadas em tópicos as regiões do estado, sendo também uma oportunidade para aprofundar a análise, tanto do contexto histórico, econômico e ambiental, quanto dos dados censitários.

Em relação ao estado maranhense Egler afirmou a irregularidade na distribuição populacional, em decorrência da complexidade física e econômica dada pela posição do estado: na transição entre as zonas ambientais das caatingas do Nordeste, das matas amazônicas e dos campos cerrados do planalto central. O Maranhão conforme o Censo de 1940 tinha 1.235.169 habitantes e nos dados preliminares do Censo de 1950, 1.600.396.

Egler ressaltou que 85% da população recenseada em 1940 vivia em áreas rurais, "(...) nos campos do interior, nas fazendas e sítios, entregues de preferência à exploração extrativa vegetal (babaçu e carnaúba), à lavoura e à criação" (EGLER, 1951, p. 71). O grande fator de concentração populacional do estado, tanto rural quanto urbana, era a rede hidrográfica, desde o início da colonização e devido, sobretudo à sua função de vias de comunicação.

Egler apresentou a distribuição populacional do Maranhão através de seis zonas: Golfão Maranhense, Médios Vales do Mearim e Itapecuru, Zona de Leste, Médio Parnaíba, Chapadas do Sul, e Noroeste Maranhense. No final do texto a autora concluiu existirem três aspectos que determinam a distribuição da população na metade norte do estado, e que na região sul do dominavam as chapadas e os campos cerrados, e a população era 'mais ou menos rarefeita', concentrando-se nos vales dos rios.

A primeira sub-região do norte maranhense era definida pelas características amazônicas da porção oeste desta área, "(...) onde a mata densa, o clima úmido e a presença de índios bravos têm dificultado a penetração e a ocupação da região, o que determinou o seu completo isolamento do resto do estado" (EGLER, 1951, p. 81). A Hiléia seria, portanto, um vazio demográfico. A segunda sub-região, o leste maranhense, foi identificada como "(...) tipicamente nordestina, com chuvas irregulares, clima relativamente sêco e de vegetação xerófita" (EGLER, 1951, p. 81) e que apresentava população muito 'rala'. Já a terceira, a porção centro-norte do estado, ou região dos cocais e do golfão maranhense, era "(...) densamente povoada, com um grande desenvolvimento agrícola e pastoril. É economicamente a região mais importante do estado, juntamente com os cursos médios do Mearim e do Itapecuru" (EGLER, 1951, p. 81).

Nos mapas que ilustraram o texto e aqui copiados pode-se visualizar de maneira bem direta a concentração da população urbana nas margens dos rios (**Figura 137**, p.472) e a distribuição da população pelas regiões descritas pela autora (**Figura 138**, p.473).

Em relação ao texto seguinte, sobre o estado do Piauí, Egler iniciou apontando a baixa densidade demográfica verificada no Censo de 1940, de apenas 3,28 habitantes por quilômetro quadrado. Assim como no Maranhão, Egler percebeu no Piauí uma distribuição populacional bastante irregular e também a importância dos rios como adensadores de população (**Figura 139** e **Figura 140**).

Neste texto também estão presentes dois mapas similares aos do anterior, e que bastante condicionam a narrativa da autora sobre a distribuição da população do Piauí. São destacadas a concentração populacional rural e urbana no médio e baixo Parnaíba, justamente seu trecho francamente navegável, e ao longo de todos os seus afluentes (**Figura 139** e **Figura 140**).

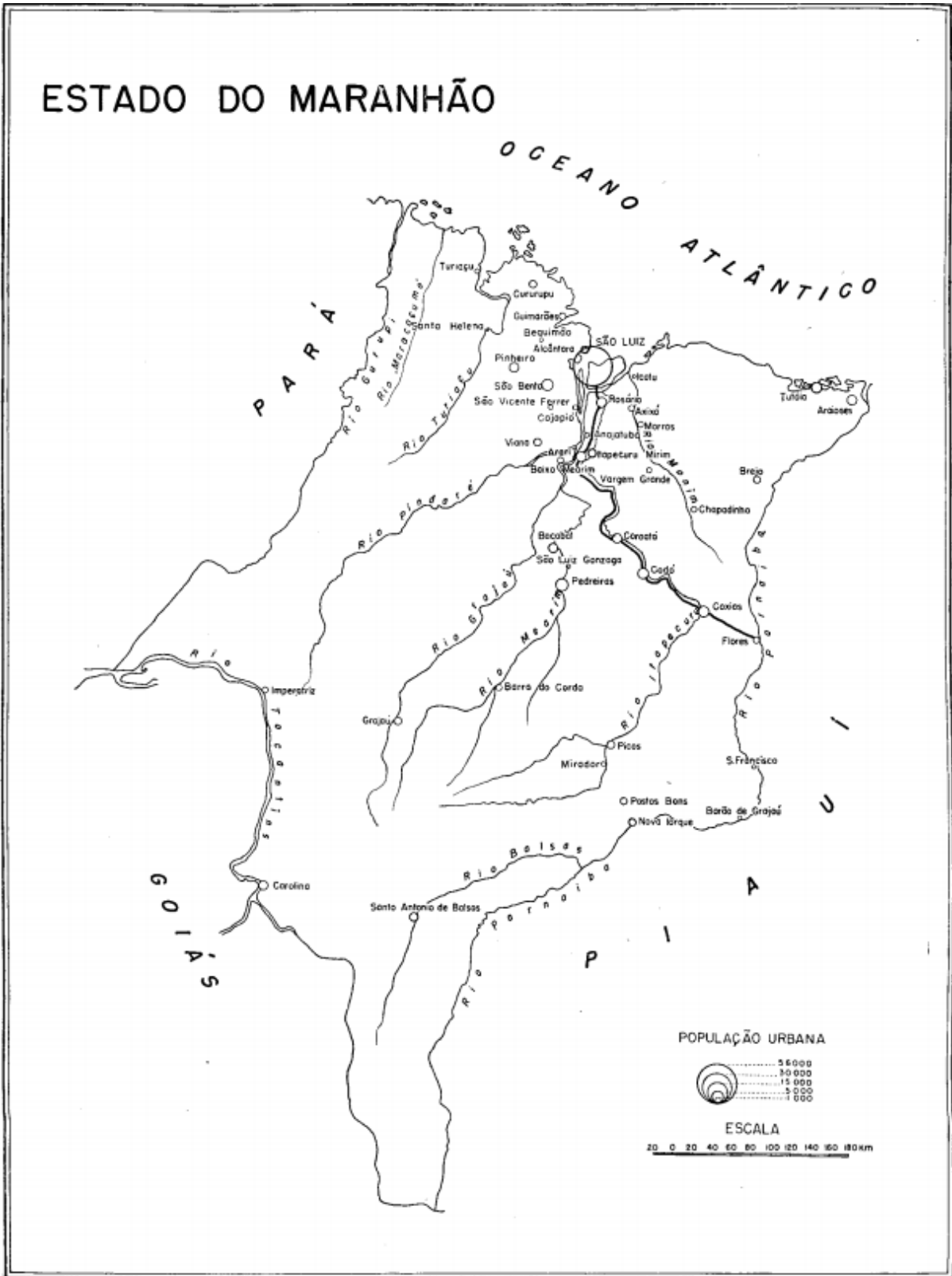


Figura 137: Mapa da população urbana do Maranhão, 1940. Fonte: EGLER, 1951, p. 74.

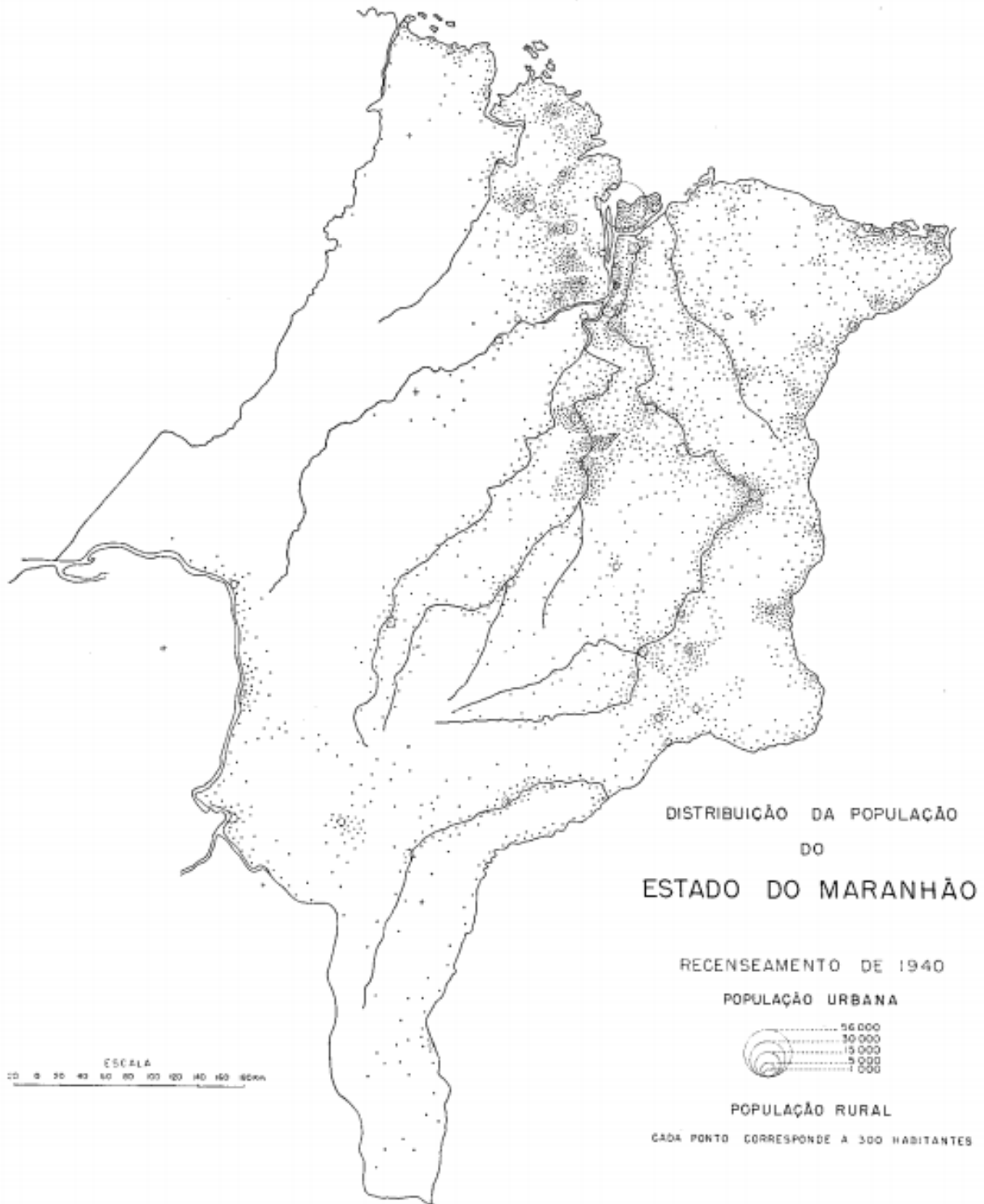
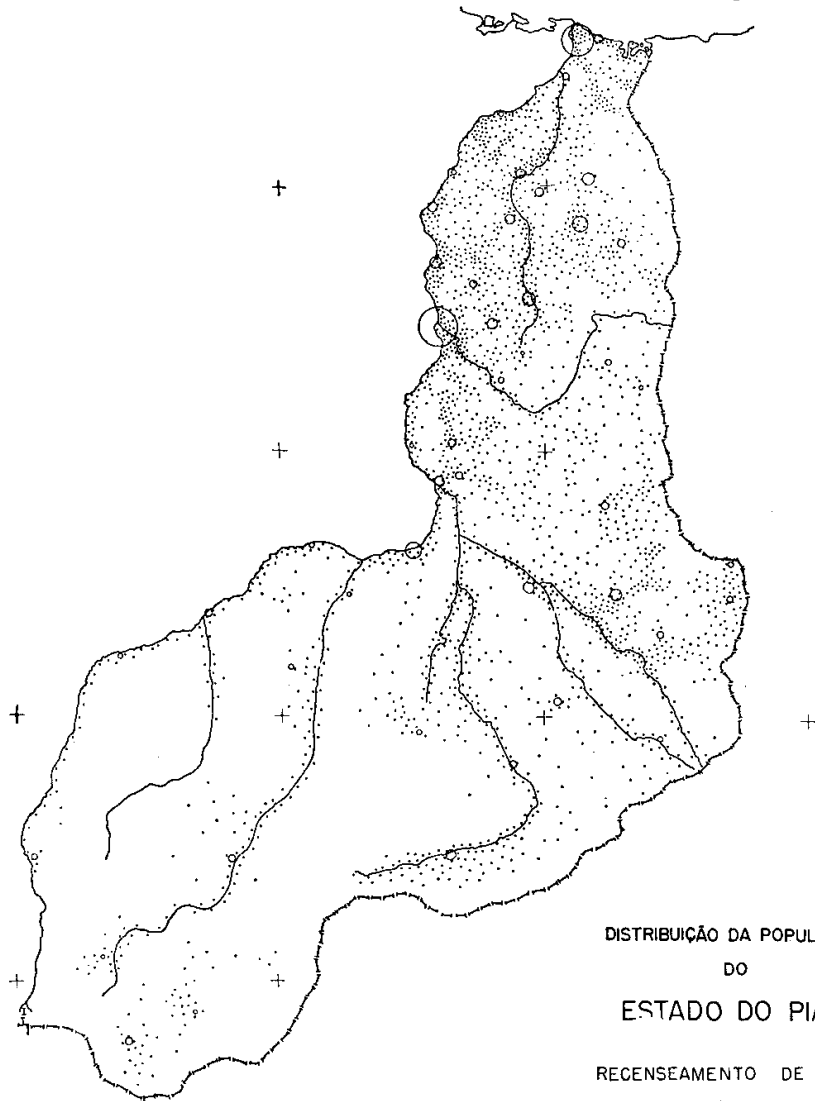


Figura 138: Mapa da distribuição da população do Maranhão por domicílio, 1940. Fonte: EGLER, 1951, p. 75.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA
SERVIÇO DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA
SEÇÃO DE ESTUDOS



DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO
DO
ESTADO DO PIAUÍ
RECENSEAMENTO DE 1940
POPULAÇÃO URBANA



POPULAÇÃO RURAL
CADA PONTO CORRESPONDE A 300 HABITANTES



Figura 139: Mapa da distribuição da população do Piauí, por situação de domicílio, 1940. Fonte: EGLER, 1952, p. 113.

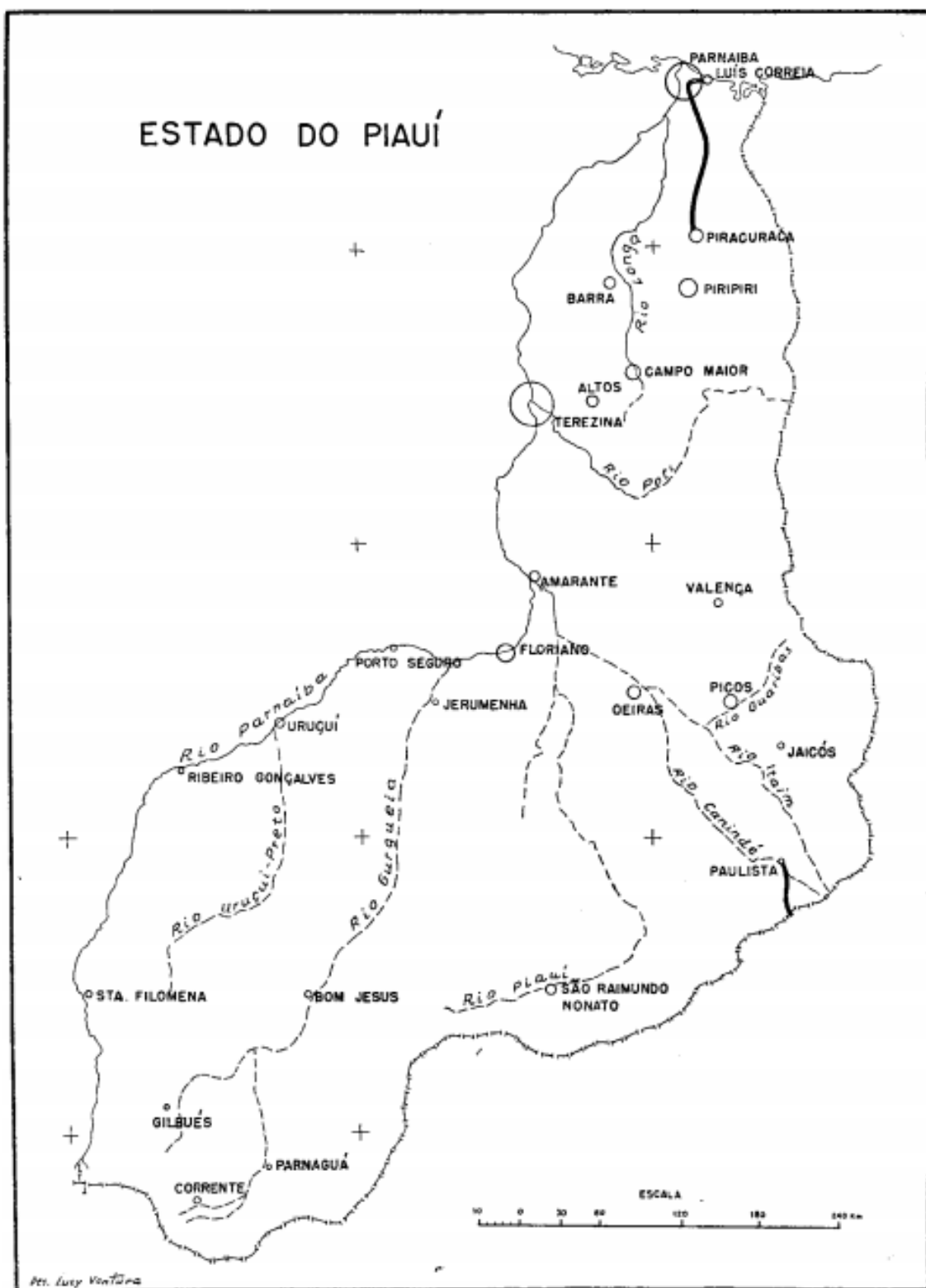


Figura 140: Mapa da população urbana do Piauí, 1940. Fonte: EGLER, 1952, p. 114.

A autora dividiu o estado em três zonas: Norte, Central ou Sertão e Sul. Como principais fatores de concentração populacional foram indicados os terrenos de maior unidade das serras do Araripe e de Ibiapaba, e a importância central do rio Parnaíba, tanto como via de comunicação como pelo

aproveitamento agrícola das suas margens e da presença dos carnaubais e babaçuais.

Ainda que considerado o papel destacado do Parnaíba no ‘progresso e no desenvolvimento’ do Piauí, conforme descrição de Egler, as margens deste rio não eram ‘intensamente’ ocupadas. Neste sentido a autora definiu duas zonas demográficas:

(...) a primeira, a mais povoada, estende-se por todo o baixo e médio rio até Floriano, onde se inicia a navegação regular. É a zona mais próspera e ativa para onde tem-se deslocado todo o movimento comercial e político do Piauí. Assim é, que a quase totalidade da produção não só desta região, como de todo o estado é drenada pelo rio para os mercados e portos do litoral. A zona menos povoada e de população rala ocupa o alto Parnaíba, coincidindo justamente com o trecho não navegável (EGLER, 1952, p. 120).

Os dois textos seguintes, ambos de autoria da geógrafa do CNG Maria Luísa da Silva Lessa, e publicados como comentários na RBG, tratam, o primeiro, do crescimento populacional entre 1920 e 1940 no Rio Grande do Norte e o segundo, da distribuição populacional do Ceará em 1950.

Na introdução de ‘Crescimento da população do estado do Rio Grande do Norte’ Lessa apresentou que neste estado a população passou de 537.135 em 1920 para 768.018 em 1940, representando um crescimento de 43% (LESSA, 1953). Sua primeira observação é de que este índice havia sido inferior ao dos estados do ‘Sul e Centro’, pois estes eram de ocupação mais recente. Em seguida a autora comparou este crescimento do estado foco do texto com o dos outros estados do Nordeste.

Com taxas de crescimento maior do que o Rio Grande do Norte a autora detectou apenas os estados do Ceará (58,5%) e Paraíba (48%). Os estados restantes da região tiveram índices menores, na ordem decrescente foram citados: Maranhão (41,2%), Piauí (34,2%), Pernambuco (24,7%), e Alagoas, que decresceu sua população (LESSA, 1953, p. 132).

Como área de povoamento antigo, sem os “(...) grandes movimentos de população adventícia que caracterizam as zonas de povoamento recente, trata-se de um crescimento eminentemente vegetativo, que retrata o desenvolvimento de sua economia” (LESSA, 1953, p. 136). Nesse sentido, o crescimento foi verificado de maneira ‘geral e equilibrada’ em todo o estado (ver mapa **Figura 141**, p.477), com exceção dos municípios do litoral oriental “(...) onde a falta de técnica e iniciativa têm provocado o estacionamento econômico” (LESSA, 1953, p. 136).

No restante do estado “(...) a crescente adaptação do homem ao meio, agora bem representada nas obras de açudagem; o desenvolvimento dos meios de transporte; e o uso da técnica, embora ainda em pequena proporção” (LESSA, 1953, p. 136) significaram uma prosperidade econômica. Esse desenvolvimento das suas atividades ‘básicas’ – a agricultura, a pecuária e a indústria salineira – foi

acompanhado, segundo a autora, por uma equivalente prosperidade demográfica.

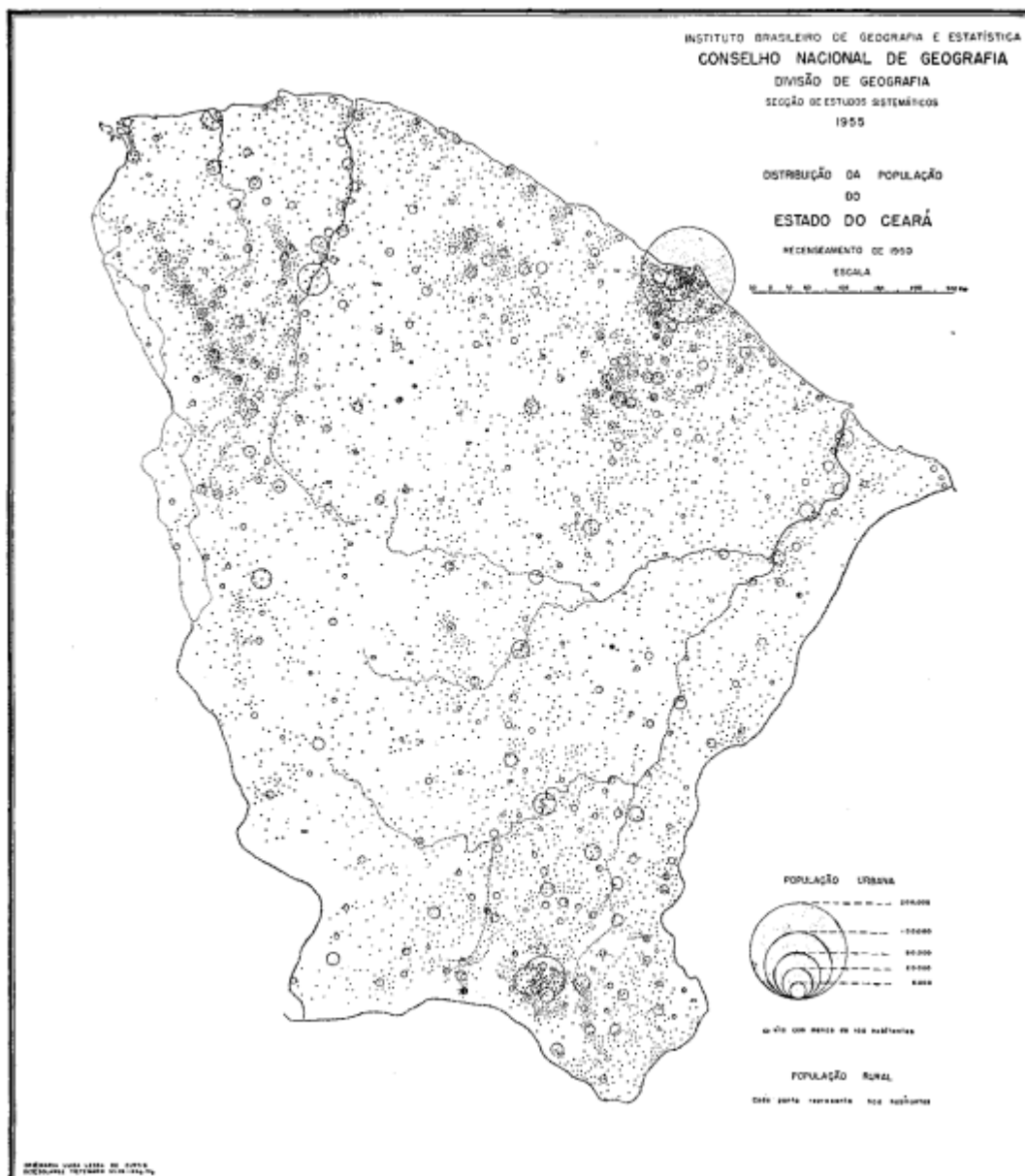


Figura 141: Mapa comparativo da população do Rio Grande do Norte, 1920 e 1940. Fonte: LESSA, 1953, p. 133.

O texto 'Distribuição da População no Estado do Ceará em 1950' Lessa Curtis é maior do que o anterior (treze páginas, contra sete) e dividiu-se em dois tópicos que abordavam uma região Litorânea e o Sertão, e outro a região das 'Serras'. O mapa (Figura 142, p. 478) representou graficamente os dados analisados por Lessa, permitindo a visualização da população urbana e rural, e suas densidades e concentrações.

A autora apontou que a distribuição da população cearense apresentava uma peculiaridade em relação aos outros estados nordestinos: sua faixa litorânea não possuía as condições favoráveis que as da Paraíba, Pernambuco e Alagoas, as quais ainda eram beneficiadas por chuvas abundantes. Nesse sentido a sua população litorânea é apenas pouco superior do que a do interior (Figura 142, p. 478). O Ceará era o estado nordestino com maior proporção de terras 'sertanejas'. Aqui a autora utiliza sertaneja como qualificador de áreas semi-áridas. Outras áreas que apresentam importante densidade populacional, ainda que encravadas nos sertões, são as serras de Baturité (no centro norte

do estado) de Ibiapaba (a noroeste), e a chapada do Araripe (na região do Cariri Velho, ao sul do estado) (**Figura 142**, p. 478).



Lessa informou em 1950 ter sido recenseada no Ceará uma população de 2.695.450 habitantes, distribuída de modo bastante regular pelo território estadual (**Figura 142**, p. 478). Especialmente na região sertaneja a autora identificou uma população constantemente distribuída, ocupando todo o território, porém de maneira esparsa, um padrão derivado do 'regime pastoril' ali predominante desde à época do seu desbravamento colonial:

É interessante salientar que a pecuária, além de ter sido o principal fator de fixação do homem rural à terra, teve grande influência na origem das cidades sertanejas, quase todas antigas fazendas de gado. As famosas estradas boiadeiras, sobretudo, tiveram papel preponderante na

formação dos primeiros núcleos urbanos do sertão. Quando duas estradas se cruzavam ou nos pontos até onde elas eram transitadas pelos carros-de-boi, as populações que aí se localizavam ganhavam logo mais alento, passando a nuclear zonas de influência comercial. Tal a origem de Icó, Quixeramobim, Sobral, dos mais antigos centros comerciais do Ceará. Presentemente são as estradas de ferro e de rodagem que, substituindo as estradas boiadeiras, apresentam grande importância como fator de desenvolvimento das cidades. Facilitando suas transações comerciais, elas têm condicionado, em grande parte, o progresso das mesmas (LESSA CURTIS, 1955, p.118).

Portanto haviam importantes cidades na região sertaneja do Ceará, sendo a maior delas Sobral, com 22.682 habitantes e situada no vale médio do Acaraú, no cruzamento das estradas litoral-sertão e as das serras vizinhas. Ainda nesta região a autora citou Iguatu (com 10.063 habitantes, na margem do rio Jaguaribe, era a maior exportadora de algodão do estado), Cedro e Icó (estas duas últimas com menos de 5 mil habitantes). Na parte central do estado foram mencionadas as cidades de Quixadá (5.417 habitantes), Quixeramobim (3.052 habitantes) e Senador Pompeu (5.158 habitantes).

No baixo Jaguaribe Lessa citou as cidades de Ruças (5.531 habitantes), Limoeiro do Norte, e Jaguaruana (estas duas últimas com menos de 5 mil habitantes). Nos 'sertões do Sudoeste' destacava-se a cidade de Crateús (7.391 habitantes), à margem esquerda do rio Poti, como um entreposto regional, que tinha como principais produtos comerciais o algodão, a mamona, e a farinha-de-mandioca.

Concluindo, a autora indicou a importância do relevo, do regime de chuvas e dos rios para definição da distribuição a população cearense no Censo de 1950:

Em suma, os principais aspectos do mapa [Figura 142, p. 478] são explicados pelo relêvo e pelas chuvas, o que é um reflexo do clima semi-árido que domina em grande parte o Ceará. É preciso fazer sentir, entretanto, a influência dos rios e das fontes no que diz respeito à fixação da população. Se no conjunto as chuvas explicam as linhas gerais do povoamento, os pormenores são explicados, sobretudo por aqueles fatores. Dentro de cada zona, o que fixa principalmente o homem ao solo são os rios, as fontes, os poços. Assim é que nas próprias áreas serranas, onde os lençóis são numerosos, é aí que a população se adensa (LESSA CURTIS, 1955, p. 123).

Todavia Lessa também sinalizou a importância de fatores humanos no povoamento e distribuição de população do Ceará, destacadamente "(...) a influência das estradas de ferro e de rodagem, facilitando sobretudo o desenvolvimento das cidades, e as obras do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, tornando certas áreas mais favoráveis ao estabelecimento do homem, propiciando, assim, a sua ocupação" (LESSA CURTIS, 1955, p. 123).

O último texto desta seção difere dos outros quatro anteriores, os quais foram trabalhos geográficos com forte viés demográfico, mas que também continham significativas discussões acerca do contexto histórico, econômico e ambiental dos seus recortes espaciais, via de regra um dos estados da região

Nordeste. Os textos (publicados entre 1951 e 1955) apresentaram mapas e discutiam os dados de população por situação de domicílio dos censos de 1920, 1940 e 1950.

Em outro sentido apresentamos o texto ‘Estrutura profissional do Nordeste e Leste Setentrional’, publicado na seção de comentários da RBG em 1962, portanto nos anos finais de nosso recorte temporal, e quase dez anos após os quatro primeiros textos. A autora é Ruth Lopes da Cruz Magnanini, que realizou a pesquisa pelo Grupo de Geografia da População da Divisão de Geografia do CNG, orientado pelo já mencionado por suas orientações a outros autores de texto por nós avaliados (como Roberto Lobato Corrêa e Lysia Bernardes) professor francês Michel Rochefort (da Universidade de Estrasburgo) e coordenado pela própria autora⁴⁸.

O curto comentário (seis páginas) concentrava-se na descrição e interpretação de um sofisticado mapa da estrutura profissional do Nordeste (**Figura 143** e **Figura 144**, p.482). Este texto era, segundo a autora, um exemplo de como na Divisão de Geografia, do CNG era aplicada a “(...) nova metodologia da Geografia da População (...) através de estudos dedicados à população brasileira, em seus variados aspectos estáticos e dinâmicos” (MAGNANINI, R. 1962, p. 150). No trabalho orientado por Rochefort objetivou-se investigar o ‘potencial humano’⁴⁹ do Nordeste e Leste Setentrional⁵⁰.

Magnanini, R. iniciou afirmando que essa região definida para o estudo, era, frente ao país,

(...) uma das áreas que, atualmente, encerram maiores problemas relativos à população: baixos níveis de vida, altos índices de mortalidade, precárias condições de saúde e, principalmente, forte instabilidade decorrente da não-fixação do homem ao solo. Este último fator confere à região em tela o seu característico mais evidente, e de se constituir em um foco de irradiação de correntes de povoamento para outras áreas brasileiras (MAGNANINI, R., 1962, p. 150).

Especificamente neste texto a autora tratou da estrutura profissional, “(...) um dos aspectos qualitativos mais estreitamente ligados às formas de economia imperantes em cada região” (MAGNANINI, R., 1962, p. 150). O caminho para feitura do mapa iniciava-se no recorte dos dados do Censo de 1950 sobre distribuição da população ativa por ramo de atividade coletiva. Já que tal censo

⁴⁸ O grupo tinha como membros participantes: Ariadne Soares Souto Mayor, Beatriz C. de Mello Petey, Marieta Mandarino Barcelos, Ney Rodrigues Inocêncio, Elizabeth F. Gentile, Henrique Azevedo Sant’Anna, Solange T. Silva, Mitiko Yanaga, Fany Haus Martins, Maria Luiza Behrendorf e Nysio Prado Meinicke (MAGNANINI, R., 1962).

⁴⁹ Esta linha de estudo ia além do texto aqui analisado: “A pesquisa sobre o potencial humano do Nordeste e Leste Setentrional baseou-se em vários mapas em que são tratados, isoladamente, os diferentes aspectos estáticos e dinâmicos da população: a distribuição das densidades demográficas, a evolução da população no tempo e no espaço, a proporção da população urbana e rural dentro da população total de cada município, a sua qualificação profissional, o seu grau de instrução, as suas taxas de juventude. Da interpretação comparada desses mapas, foi possível isolar, dentro do conjunto da região, zonas de comportamento igual quanto aos assuntos encarados, ou seja, regiões de população homogênea.” (MAGNANINI, R., 1962, p. 150).

⁵⁰ A conjunção das regiões Nordeste e Leste Setentrional acabavam por delimitar justamente a atual região Nordeste.

não apresentava completa especificação das profissões,

(...) os ramos de atividade coletiva foram agrupados em grandes grupos de actividade coletiva: setor agrícola (soma de: agricultura; pecuária e silvicultura); setor industrial (englobando as indústrias de transformação e as extrativas) e setor serviços (soma de tôdas as profissões não produtivas: a prestação de serviços, as profissões liberais, as atividades sociais, o comércio de mercadorias e de imóveis, transportes, armazenagem, administração, defesa nacional). (MAGNANINI, 1962, p. 150-151).

A autora descreveu ainda como foram calculadas as porcentagens de cada um destes setores para cada município da região estudada:

(...) com êsses dados básicos, construiu-se um gráfico ou diagrama triangular, localizando-se cada município na intersecção das três porcentagens, a agrícola, a industrial e a dos serviços, o que dá o seu grau médio de estrutura profissional. De acôrdo com o acúmulo de pontos representativos dos municípios ou com a sua dispersão foram escolhidas classes de municípios-tipo e gamas de côres a elas correspondentes, sendo que o seu mapeamento isola, com alguma nitidez, as zonas de especialização profissional. (MAGNANINI, 1962, p. 151)

A partir destes métodos cada município é classificado como unicamente agrícola; com 'estrutura profissional primária'; com 'estrutura profissional heterogênea ou mista'; e os com "(...) um entrelaçamento dos fenômenos industrial e urbano, tecendo uma estrutura já mais evoluída, com pequena participação da atividade agrícola" (MAGNANINI, 1962, p. 151).

Como esta classificação era uma definição de zonas 'aproximadamente homogêneas' de estrutura profissional 'média', a própria autora ressalta que o estudo aposta numa generalização excessiva, a qual apresenta duas importantes críticas: o fato de se usarem porcentagens médias para cada município, e de não poder demonstrar o estágio de desenvolvimento econômico de cada uma das zonas estudadas. Tais problemas eram agravados pela grande magnitude da área definida para o estudo:

(...) julga-se que a aplicação dêsse método aqui descrito a áreas menores, em que se pudesse realizar um estudo mais pormenorizado, ou a zonas em que houvesse maior heterogeneidade de estruturas profissionais, traria resultados mais interessantes, na base da utilização das porcentagens dos três setores por distrito, ao invés de por município. (MAGNANINI, 1962, p. 151)

Apesar destas ressalvas Magnanini considerou que ao possibilitar a identificação das grandes zonas de estrutura profissional homogênea, o estudo seria relevante. No trabalho em questão, a autora verificou a presença de "(...) uma grande massa de municípios de predominância agrícola, pois, na realidade, a maior parte da população da zona encarada dedica-se à pecuária e à agricultura" (MAGNANINI, 1962, p. 152). Estes municípios com mais de 85% do pessoal ocupado na agricultura ocorriam na quase totalidade da região estudada, e corresponderiam

(...) às zonas em que a agricultura de subsistência com caráter itinerante e a pecuária extensiva, condicionadas pelo ambiente pouco favorável - o clima semi-árido, de precipitações irregulares e escassas; os solos reconhecidamente férteis, porém rasos e pedregosos, não decompostos em virtude da erosão característica desse tipo de clima - ou pelo extremo isolamento e precariedade das comunicações, são os ramos de atividade coletiva básica. (MAGNANINI, 1962, p. 152)

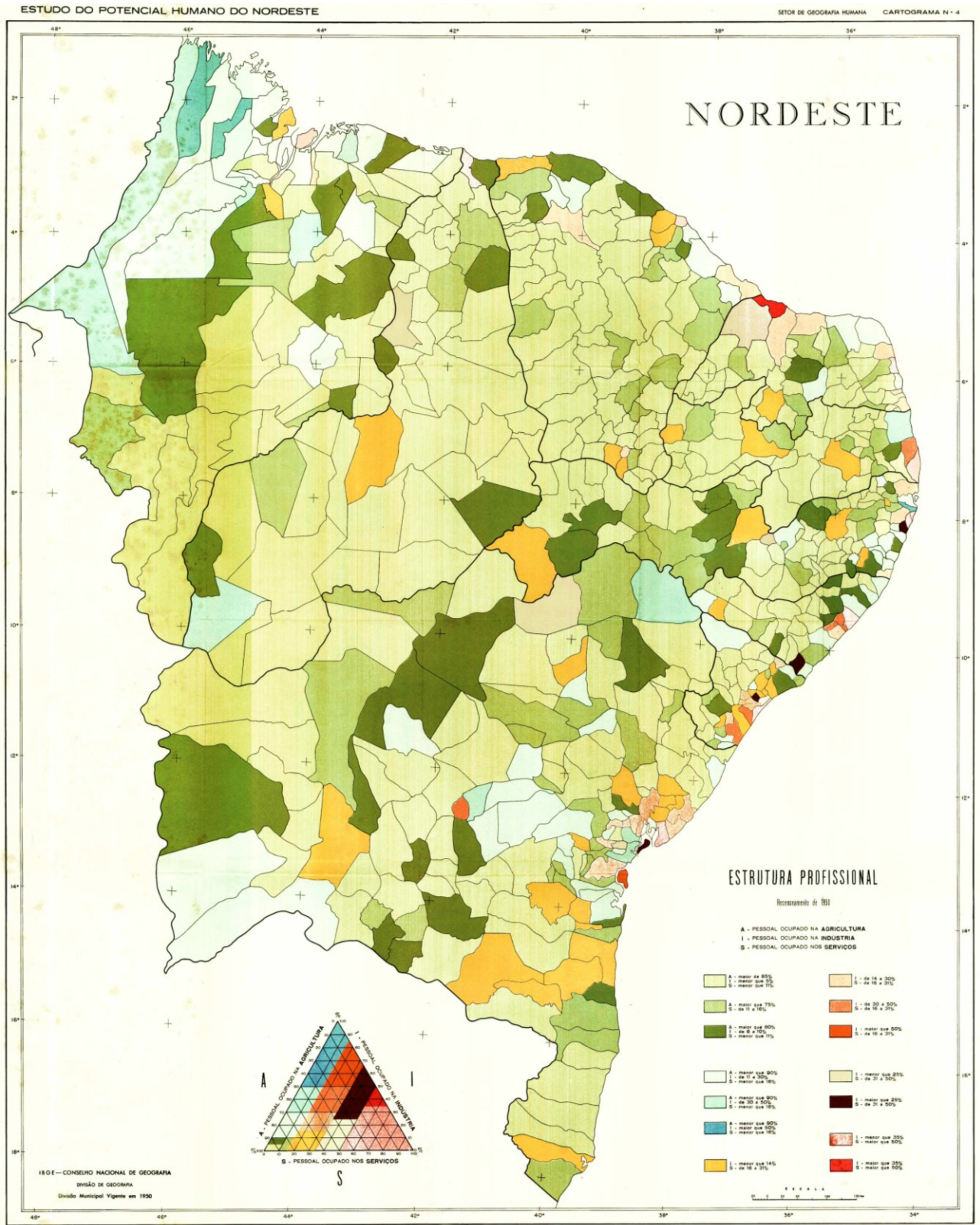


Figura 143: Mapa da estrutura profissional do Nordeste. Fonte: MAGNANINI, 1962, p. 152-153

ESTRUTURA PROFISSIONAL

Recenseamento de 1950

A - PESSOAL OCUPADO NA AGRICULTURA
 I - PESSOAL OCUPADO NA INDÚSTRIA
 S - PESSOAL OCUPADO NOS SERVIÇOS

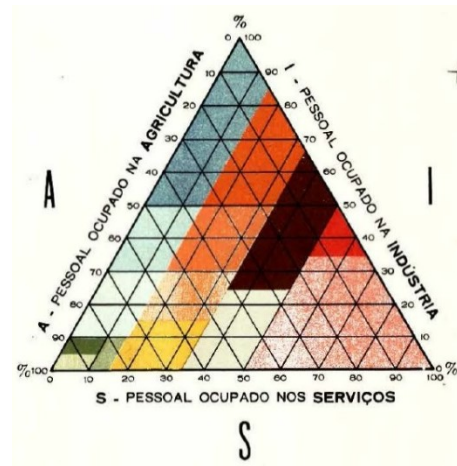


Figura 144: Recorte da legenda do Mapa da estrutura profissional do Nordeste. Fonte: MAGNANINI, 1962, p. 152-153

Toda essa zona tinha as mais baixas taxas de densidade demográfica, apresentando um padrão disperso de habitação, e sem centros urbanos muito expressivos. Tal 'estrutura profissional primária' foi detectada no centro-sul do Maranhão, no sertão e oeste da Bahia, sertão central do Ceará, Paraíba e Pernambuco (Figura 143, p.482). Neste sentido Magnanini concluiu que esta zona era a "(...) mais homogênea de tôdas as zonas de estrutura profissional encaradas no presente estudo e a que, (...) abrange maior área. Domina aí uma economia subdesenvolvida, uma exploração agrícola feita por métodos rotineiros, rudimentares, sem capitais ou planejamento" (MAGNANINI, 1962, p. 152).

Tal situação ainda seria mais grave, devido as condições climáticas 'especialmente pouco propícias' nos espaços aos quais a autora referiu-se como 'sertão do Nordeste propriamente dito e no vale do São Francisco'. Desta maneira, Magnanini descreveu que no sertão

(...) a agricultura de subsistência com características rotineiras, as lavouras extensivas de algodão, a exploração predatória do caroá e, principalmente, a pecuária extensiva, destinada ao corte, ocupam a maior parte da população ativa. É a zona de economia fechada com poucos produtos comerciais e, principalmente, voltada para o consumo interno. Forma de economia do período pré-capitalista, é a mais difundida na região estudada, um mundo predominantemente rural com rudimentares embriões de vida urbana. (MAGNANINI, 1962, p. 152).

Como exceção, verdadeiras ilhas nessa imensa zona homogênea, a autora apontou a presença de conjuntos de municípios isolados, que destoam pela presença de ‘alguma’ participação dos setores industrial ou de serviços. Foram citados como exemplos destas ‘ilhas’ a Chapada Diamantina, os ‘brejos’ pernambucanos e paraibano, o Seridó no Rio Grande do Norte, algumas serras do Ceará, e a zona do Mearim e Pindaré (**Figura 143**, p.482). Magnanini comentou que a distribuição espacial destas áreas demonstraria que a geografia da população “(...) é uma interação de fatores e não, a decorrência de uma influência única” (MAGNANINI, 1962, p. 152). Nesse sentido,

(...) percebe-se que a estrutura profissional se prende - além dos fatores físicos mais favoráveis que os caracterizam - ao potencial humano local; tôdas elas, na realidade, são mais povoadas que as áreas anteriormente descritas, correspondendo a trechos de áreas de plantation de cana-de-açúcar ou da agricultura do cacau, da policultura comercial típica do agreste, das serras cearenses e das zonas irrigadas do vale do Cariri, assim como as zonas de algodão comercial do Seridó e do Alto Pajeú - para citar apenas alguns exemplos. (MAGNANINI, 1962, p. 152-153).

Logo, observando o mapa (**Figura 143**, p.482) a autora descreveu

(...) que a maior parte do Nordeste e Leste Setentrional, incluindo praticamente todo o Maranhão e o Piauí, a maior parte dos estados do Nordeste Oriental e dois terços da Bahia, é caracterizada por uma estrutura profissional primária básica, agropastoril, em que a vida de relações dos pequenos centros urbanos é ínfima e o desenvolvimento industrial muito pequeno. (MAGNANINI, 1962, p. 153-154).

Também se destacava no mapa a maior concentração de cidades no litoral, e uma outra série de centros urbanos que se situam numa ‘faixa de transição’ entre o litoral e o sertão e marcavam as ‘portas do sertão’. Magnanini indicou que “No cartograma de estrutura profissional, os municípios em que se situam essas cidades marcam igualmente a passagem para uma distribuição de profissões mais diversificada” (MAGNANINI, 1962, p. 154).

Dentre cidades com este perfil a autora enumerou:

De sul para norte sucedem-se, com idêntica função de "contacto" entre um mundo predominantemente rural e um outro já apresentando vida de relações mais intensa e rudimentos de industrialização: Vitória da Conquista, Jequié, Amargosa, Santo Amaro, Alagoinhas, Capela, Caruaru, Palmares, Vitória de Santo Antão, Campina Grande, Sobral, Alcântara, etc. (MAGNANINI, 1962, p. 154).

8.3. Geografia Urbana

Foram sete os textos selecionados para esta seção. Os textos tiveram maior concentração no período final do nosso escopo temporal, sendo dois publicados em 1956 e 1958, três nos últimos três anos (**Figura 145**). Como exceção temos dois publicados na década de 1940 que são um ensaio ‘Geografia Urbana’ de Orlando Valverde (1944), sobre Pirapora (MG) e Lapa, e o outro uma nota informativa sobre uma de colaboração técnica do CNG para a prefeitura de Campina Grande (1949). Em seguida, já em 1956, foi publicado um grande artigo de Milton Santos sobre a cidade baiana de Jequié, e ‘sua região’. Dois anos depois a RBG publicou outro artigo do geógrafo baiano, este sobre a ‘Localização industrial em Salvador’. Mais adiante, temos três textos publicados, um por ano, de 1962 até o último ano delimitado para nossa pesquisa, 1964. O primeiro, que aqui somente será citado, foi um pequeno comentário de Arthur David Howard, da *Stanford University*, sobre ‘A linha de falha da escarpa de Salvador’. O segundo foi um grande artigo de Maria Francisca Thereza C. Cardoso, geógrafa do CNG, sobre Campina Grande e ‘sua função como capital regional’. O último texto já foi analisado na seção (sobre geografia agrária), mas aqui foi retomado rapidamente, pois acrescentava também ao tema da geografia urbana. É um artigo de Haidine da Silva Barros sobre o Cariri cearense, seu ‘quadro agrário’ e sua a ‘vida urbana’ (BARROS, 1964).

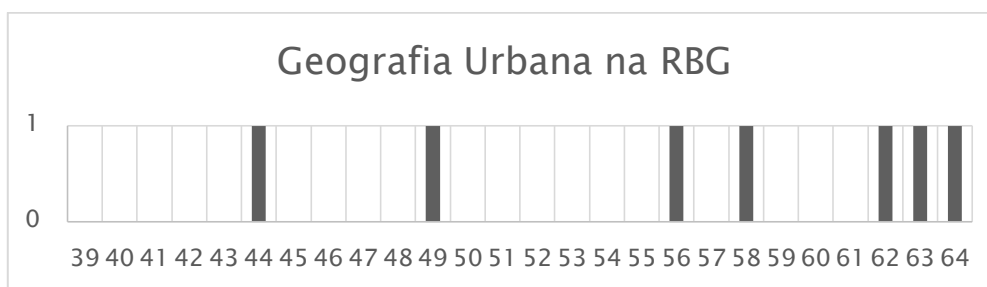


Figura 145: Gráfico da incidência de textos sobre Geografia Urbana na RBG entre 1939 e 1964. **Fonte:** Organização do autor.

Assim sendo, o primeiro texto a ser analisado nesta seção intitula-se ‘Dois ensaios de geografia urbana: Pirapora e Lapa’ de autoria de Orlando Valverde, da Comissão Orientadora do Boletim Geográfico e secretário-assistente do Serviço de Geografia e Cartografia. Com 17 páginas foi publicado na seção de artigo da última RBG do ano de 1944(b).

Na introdução do texto Valverde (1944b) ressaltou a baixa densidade demográfica da região do médio São Francisco, e que suas causas seriam o domínio da grande propriedade, da pecuária e da agricultura extensiva, e a falta de outras comunicações além da navegação fluvial. Neste sentido as cidades ribeirinhas tinham função regional muito restritas, sendo nomeadas pelo autor como

‘cidades-portos’. Além de escoarem produtos de áreas vizinhas, muitas vezes matérias-primas, esses núcleos urbanos serviam de residência aos fazendeiros “(...) enquanto empregados trabalham a sua terra, criam o seu gado, ou enquanto os trabalhadores dedicados ao extrativismo lhes proporcionam alguma renda, ou ainda, enquanto esperam calmamente que suba o valor das terras para vendê-las” (VALVERDE, 1944(b), p. 67).

Valverde indicou que de São Romão até Sobradinho todos os núcleos urbanos eram pequenos portos regionais e comerciais, excetuando-se “Pirapora e Juazeiro, que tem hipertrofiada a sua função comercial por serem extremos de linha de navegação e ponta de trilhos, e Lapa, que acrescenta à sua limitada função regional sua característica fundamental de cidade religiosa” (VALVERDE, 1944(b), p. 67).

Sobre Pirapora destacamos da descrição de Valverde a afirmação de que esta cidade “(...) foi, e é até hoje, um dos extremos do único elo de comunicação interior do Brasil Oriental com o Brasil Nordeste: o Rio São Francisco. O porto de Pirapora não teria ‘função regional’ (...) isto é, êle não atua como a porta de saída de uma região fechada a outras comunicações. Ao contrário, como uma verdadeira artéria, êle liga duas grandes regiões do país. Por conseguinte, Pirapora exerce uma função comercial” (VALVERDE, 1944(b), p. 76).

Como problemas da cidade Valverde destacou a necessidade de mudança do porto para a outra margem do rio, e outras questões sobre a navegação fluvial, ressaltando que Pirapora estava ‘abandonada’ “(...) a ponto de não satisfazer às exigências do comércio interno do país, causando demoras e danos materiais às mercadorias que circulam pelo seu porto” (VALVERDE, 1944(b), p. 77).

Quanto ao problema da ferrovia, Valverde apostava que brevemente a cidade estaria ligada à Bahia por este transporte, o que desafogaria o porto e a navegação fluvial, pois para os produtos mais caros o custo do trem seria factível. Por outro lado, o baixo custo da navegação não permitiria que este modal fosse desprezado.

Acerca da cidade de Bom-Jesus-da-Lapa (**Figura 146**) Valverde comentou: “(...) representa o caso típico de uma cidade cuja vida está estreitamente ligada a um afloramento calcáreo. Esse afloramento constitui o chamado morro da Lapa, de cêrca de 80 metros de altura, com forma alongada na direção geral leste-oeste” (VALVERDE, 1944(b), p. 78). A importância do afloramento calcáreo era a presença de “(...) uma gruta especialmente notável na extremidade direita, próximo ao rio. Foi nessa caverna que um religioso, em fins do século XVIII, se alojou e deu origem à capela e à

cidade” (VALVERDE, 1944(b), p. 78).

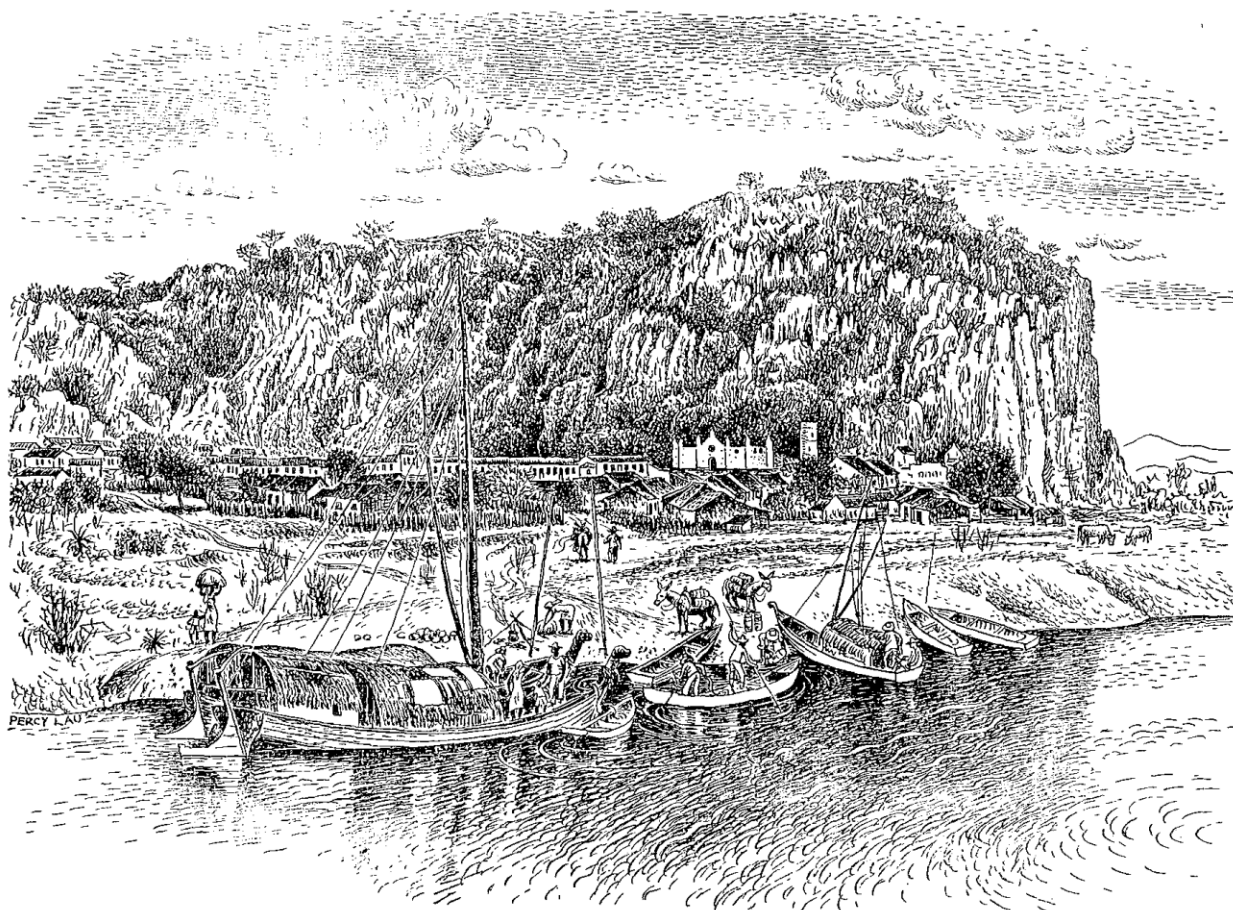


Figura 146: Desenho de uma vista do porto, cidade e morro de Bom Jesus da Lapa, por Percy Lau. Fonte: VALVERDE, 1944(b), p. 79.

Neste sentido, a relação da cidade com o rio São Francisco era totalmente diversa dos outros povoados ribeirinhos. Como “a idéia religiosa absorve os seus habitantes (...) a grande maioria das casas está voltada para o monte como para receber uma bênção que de lá venha. O rio é um acidente geográfico que se passa às suas costas, de somenos importância, como se não existisse” (VALVERDE, 1944(b), p. 78).

O autor afirmou que “êste pequeno templo é o ‘centro de gravidade’ da cidade de Lapa. As festas religiosas se estendem por três meses. Começam em maio e terminam culminando no dia 6 de agosto, dia da festa do Senhor Bom Jesus” (VALVERDE, 1944(b), p. 80). Comentando uma conversa com o pároco local, Valverde descreveu a enorme afluência para a festa, e como a cidade passava os outros nove meses do ano à espera da próxima celebração:

Segundo êle mesmo informou, a ela afluíram nos três meses de festejos do ano de 1943, cêrca de 60.000 romeiros, sendo que só nos dias 5 e 6 de agosto havia na Lapa 15.000 forasteiros. Segundo os dados provisórios fornecidos pelo recenseamento de setembro de 1940, o município de Lapa possui 13.752 habitantes. Por conseguinte, na sua sede se reúne uma população muito

superior ao d bros da popula o normal (VALVERDE, 1944(b), p. 80).

Assim, embora a cidade somente existisse pela sua importância religiosa, Valverde observou e narrou um quadro que contrastava com essa fun o:

Há na verdade uma pequena parte da popula o local que habita permanentemente as cavernas, às vêzes em espantosa promiscuidade. Ao que parece entre êsses trogloditas estão em maior número os leprosos e os tuberculosos. Há uma verdadeira pletora de gente de tôdas as classes sociais e de t da espécie. Uma multidão de mendigos estendidos por t da parte implora esmolas, expondo t da a sorte de misérias, de moléstias e de aleij es. Os trajas mais diversos, em que predominam os andrajosos, dão uma policromia especial às aglomera es. (VALVERDE, 1944(b), p. 81)

Em meio a esta situa o o autor notou que “as festas religiosas se misturam com os divertimentos profanos, e, nessa época, um mundo de pequenos comerciantes e de arrivistas de tôda a qualidade invade a Lapa. Nas praças organizam-se ‘mafu s’, quiosques, jogos e espetáculos de circo” (VALVERDE, 1944(b), p. 81). Valverde também lamentou as condi es em que se transportavam os participantes da festa, citando que em determinadas épocas formava-se “(...) um verdadeiro ‘rush’ que avassala a popula o do vale e de outras regiões mais afastadas” (VALVERDE, 1944(b), p. 81). Outra crítica foi feita   situa o “(...) dos que atulham a 2 a classe dos vap res, que viajam nas condi es mais sórdidas desde que se aboliu o tr fico de escravos” (VALVERDE, 1944(b), p. 81). Desta maneira, o autor concluiu seu artigo afirmando que “pondo de parte qualquer sentimento religioso, Lapa se afigura até aos olhos do observador leigo como um contrassenso geográfico” (VALVERDE, 1944(b), p. 81).

‘Planta Cadastral de Campina Grande – Paraíba’ foi uma curta nota publicada na se o de noticiário da RBG, em seu número quatro do ano de 1949. Em meia página foi informado que o CNG estava prestando

(...) colabora o técnica   Prefeitura de Campina Grande para elabora o da planta cadastral dessa próspera cidade paraibana constante da execu o do levantamento de sua área urbana. As opera es de medi o, levadas a efeito, estiveram a cargo do engenheiro Pedro Grande, assistente-técnico do C.N.G. (PLANTA Cadastral (...), 1949, p. 163).

De acordo com o relatório do engenheiro acima mencionado os trabalhos de medi o consumiram 309 dias de serviço, os quais incluíram também a demarca o da linha limítrofe da zona suburbana da cidade paraibana com a zona rural, com a coloca o de 11 marcos principais e 58 intermediários.

O texto seguinte   um grande artigo de autoria de Milton Santos (1956), intitulado ‘A cidade de Jequié e sua região’. O autor notou que o trabalho resultava de pesquisa feita ‘sob os auspícios’ da Funda o para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia. Notamos aqui tratar-se de uma primeira fase deste que

é considerado o maior geógrafo brasileiro, precedente a sua saída do país por força do regime militar instaurado em 1964.

Milton Santos (1926-2001) nasceu em Brotas de Macaúbas (BA) e migrou por diversas cidades com sua família até se estabelecer em Salvador. Formou-se bacharel em Direito pela Universidade Federal da Bahia em 1948. Trabalhou em Ilhéus como correspondente do jornal “A Tarde” na zona cacauzeira do Estado da Bahia entre 1949 e 1953, e depois, já em Salvador, como Redator principal do mesmo jornal, entre 1954 até sua saída do país. Em 1956 começou a dar aulas de Geografia Humana na Universidade Católica de Salvador, atividade que manteria até 1960, quando se tornou Livre Docente de Geografia Humana na Universidade Federal da Bahia. Entre 1956 e 1958, Milton concluiu seu doutorado na Universidade de Estrasburgo, na França (SANTOS, 2001).

Na volta ao Brasil tornou-se Professor Catedrático de Geografia Humana da UFBA e criou o Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, mantendo intercâmbio com os mestres franceses. Entre 1959 e 1961 Santos foi também Diretor da Imprensa Oficial da Bahia. Em 1961, “(...) viaja a Cuba, na qualidade de editor do jornal A Tarde, com a comitiva de Jânio Quadros, então eleito Presidente da República. Logo após ser empossado, Jânio o convida para ser subchefe da casa civil na Bahia, cargo que exerceu durante o curto mandato do presidente” (SANTOS, 2016). Entre 1962 e 1964, foi também Presidente da Fundação Comissão de Planejamento Econômico do Estado da Bahia no governo Lomanto Júnior, onde “(...) tratou de temas de política econômica e planejamento regional, a partir de uma perspectiva científica, sem, no entanto, negligenciar seu trabalho no Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais” (SANTOS, 2016).

O artigo de Santos na RBG que iremos analisar possui 42 páginas que foram estruturadas em quatro capítulos além da introdução e conclusão: I. O sitio e a situação de Jequié, com um subcapítulo, Os terraços do rio de Contas e o sítio de Jequié; II. O crescimento urbano, com cinco seções, As raízes do povoamento, A chegada da ferrovia e sua influência relativamente pequena, A captura econômica realizada por uma rodovia, O papel da Rio-Bahia no rejuvenescimento de Jequié, e Reflexo sobre a vida urbana; III. A estrutura da cidade, com três subcapítulos, Plano e fisionomia, O centro da cidade, e Os bairros, o qual por sua vez apresentou quatro itens, Jequiezinho, Mandacaru, Joaquim Romão e O bairro elegante; e IV. Ação regional de Jequié, com dez seções, A região de Jequié, As funções urbanas, A zona interna da região de Jequié, A paisagem rural, Diminui a população agrícola, Tendências da vida ‘urbana’, A zona externa da região de Jequié, O povoamento é recente, As

mudanças operadas pelos transportes, e A hierarquia dos núcleos.

O artigo foi muito bem ilustrado, com várias fotos, dois mapas (aqui copiados, **Figura 147**, e **Figura 148**), e diversos quadros com dados estatísticos populacionais e econômicos. Milton Santos destacou inicialmente o fato de ser Jequié à época a quinta cidade em população da Bahia, e também a ocorrência de um 'surto de progresso' que acompanhou a chegada da rodovia Rio-Bahia. O autor considerou ainda que

Foi muito feliz para Jequié a coincidência dêsse acontecimento com a presença de administrações operosas e dinâmicas, que contribuíram para melhoria do aspecto e dos equipamentos urbanos do antigo pouso dos mascates que, outrora, serviam a boa parte do sertão baiano (SANTOS, 1956, p. 71).

A cidade foi classificada como uma capital regional "(...) tendo sabido juntar às excelências de sua posição uma razoável capacidade de organização do espaço" (SANTOS, 1956, p. 71). O autor ressaltou que esta região de Jequié possuía grande diversidade de paisagens, naturais e humanas. Santos definiu duas zonas com características opostas, a "(...) semi-árida, onde se cria gado e se sofre de seca e a zona úmida onde se planta cacau e chove todo o ano" (SANTOS, 1956, p. 71), e delimitou o escopo da sua pesquisa ao trecho da zona cacauzeira baiana que pudesse ser incluído na região de Jequié.

Realmente a zona semi-árida não é mais citada no artigo e mesmo 'sertão' apareceu somente uma única vez, no primeiro item do segundo capítulo. Ao tratar das 'raízes do povoamento' regional, Santos citou que em finais do século XVIII as terras de Jequié, então coberta por 'densa mataria', estavam incluídas no 'Sertão da Ressaca', como era conhecida a faixa entre o rio de Contas e o rio Pardo.

Dentre os nove itens que compuseram a conclusão destacamos a afirmação de que a cidade de Jequié cresceu devido à sua situação de confluência de vias naturais, e o seu desenvolvimento urbano foi grandemente reforçado pela chegada da rodovia Rio-Bahia. Na escala interna da cidade Santos detectou um 'incipiente' zoneamento social da estrutura urbana. O autor também descreveu que Jequié desempenhava várias funções, e que a sua "(...) ação regional (...) faz-se sentir numa vasta extensão do território baiano, compreendendo áreas fisiográfica e economicamente distintas". Santos classificou duas zonas, uma denominada 'interna', "(...) típica da zona de transição entre a monocultura cacauzeira e a zona de pecuária extensiva" (SANTOS, 1956, p. 110) e a segunda, 'zona externa', que sofreria a ação do conjunto Ilhéus-Itabuna.

ÁREAS REGIONAIS DE JEQUIÉ E DO SISTEMA ILHÉUS-ITABUNA

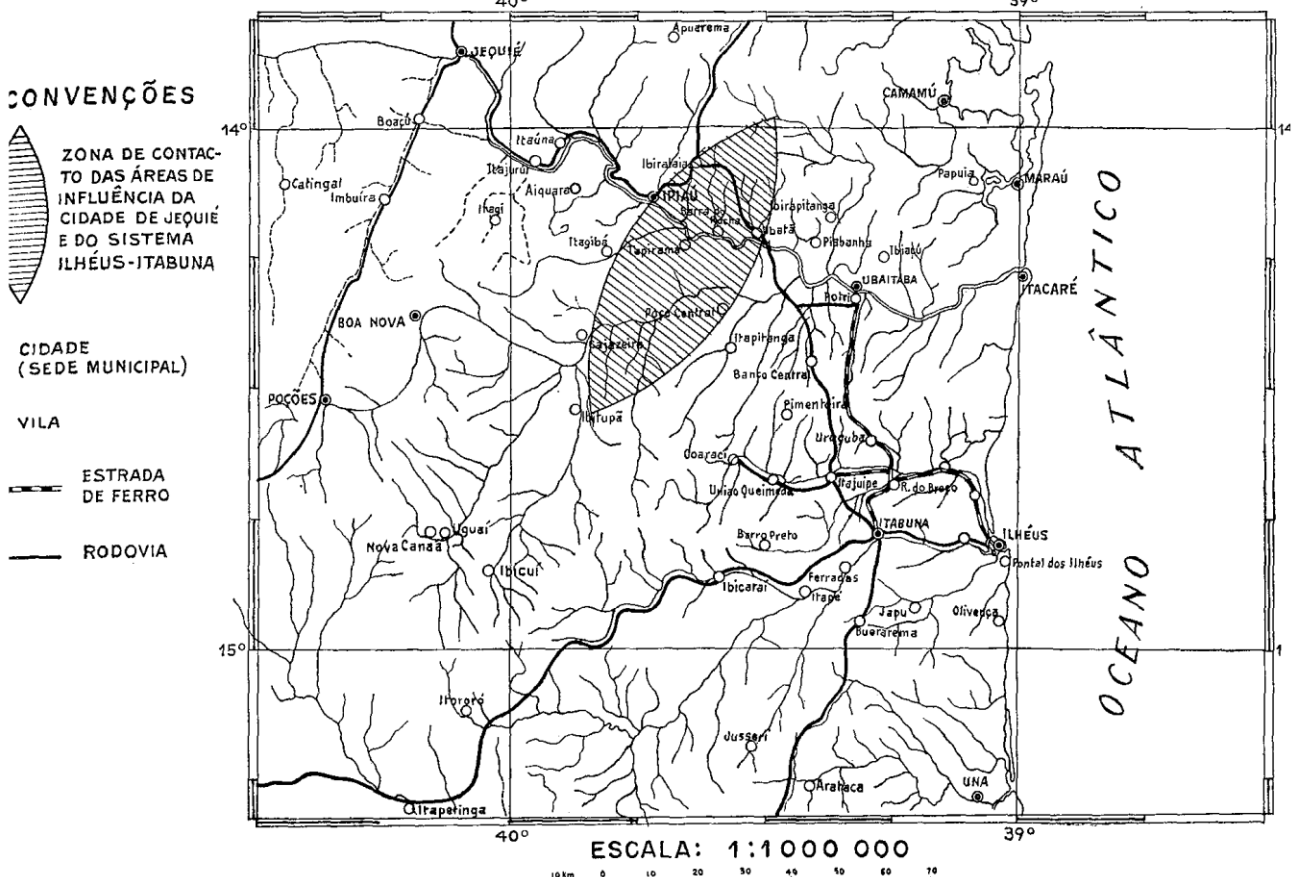


Figura 147: Mapa das áreas regionais de Jequié e Ilhéus-Itabuna. Fonte: SANTOS, 1956, p. 95.

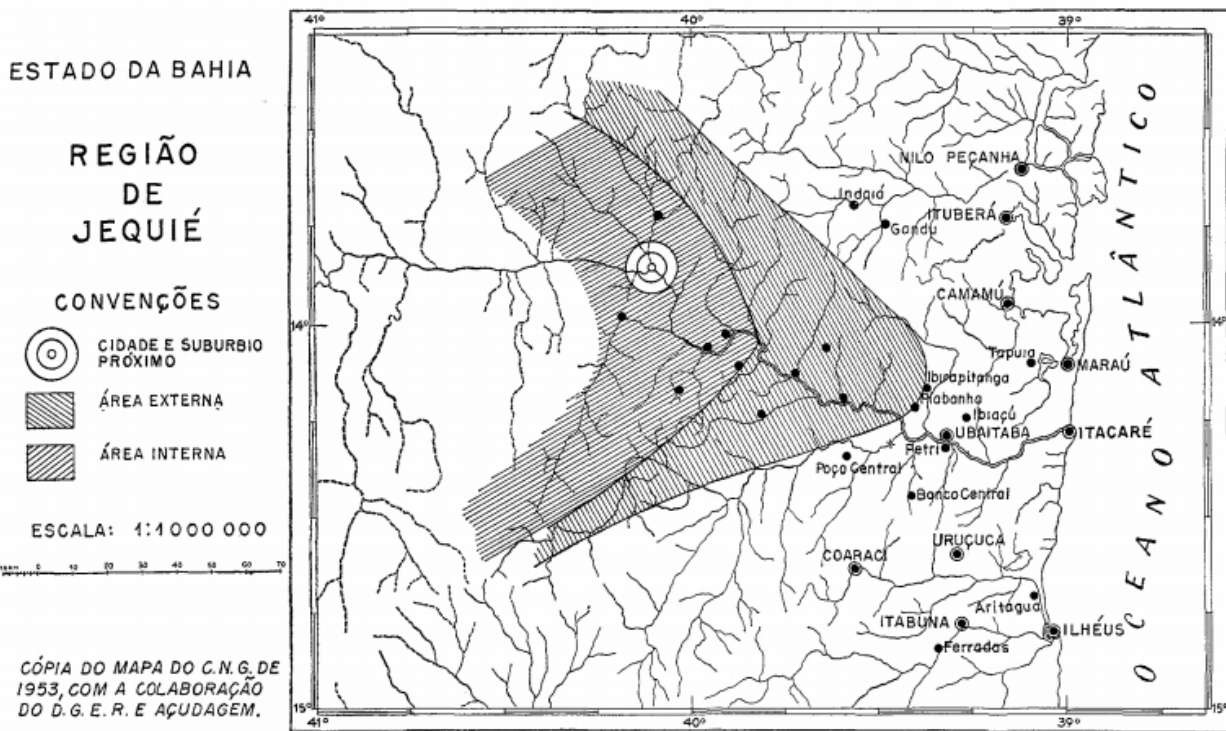


Figura 148: Mapa da Região de Jequié. Fonte: SANTOS, 1956, p. 99.

O próximo texto também é de Milton Santos, agora apresentado como professor da Faculdade Católica de Filosofia da Bahia, e teve como título 'Localização Industrial em Salvador'. O artigo de 32 páginas foi publicado na terceira RBG do ano de 1958 (SANTOS, 1958). O autor observou a colaboração da geógrafa Ana Dias da Silva Carvalho na organização dos mapas e tabelas, com sugestões, na atuação nas pesquisas de campo e a redação dos últimos dois capítulos.

O artigo foi apresentado contendo duas partes. A primeira 'Situação atual', continha três capítulos, Aspectos gerais, Distribuição geográfica, e Zoneamento legal e zoneamento de fato. Na segunda parte, mais quatro capítulos: Problemas e soluções, O problema da residência, O problema da água, e O problema da energia (SANTOS, 1958). Portanto não iremos analisar este texto, verificada a ausência do tema sertão.

O texto seguinte também tem como recorte de área a cidade de Salvador, embora trate de um tema totalmente diferente, 'A linha de falha da escarpa de Salvador'. Foi publicado em quatro páginas da seção de comentários da terceira RBG de 1962, e teve como autor Arthur David Howard da *Stanford University* (HOWARD, 1962). Também não analisaremos este texto, devido ao tema e recorte espacial.

O penúltimo texto desta seção sobre geografia urbana é o de Maria Francisca Thereza C. Cardoso, geógrafa do CNG, e foi intitulado 'Campina Grande e sua função como capital regional' (CARDOSO, M., 1963). O artigo teve 37 páginas do último número da RBG de 1963, e conforme nota da autora, foi resultado de pesquisa de campo realizada em julho de 1962, como parte de um plano de estudos urbanos programados pela 'Secção Regional Nordeste' da Divisão de Geografia.

A autora agradeceu a Lysia Maria Cavalcanti Bernardes, chefe da 'Secção Regional Nordeste' a orientação recebida, e aos auxiliares de geógrafos Olga Maria Buarque de Lima, Elizabeth Fortunato Gentile e Henrique Sant' Anna, pela colaboração na pesquisa de campo e coleta de dados (CARDOSO, M., 1963). Na introdução do artigo Cardoso, M. (1963) apresentou a cidade de Campina Grande, na Paraíba, como distinta das demais cidades da região, tanto pela organização de seu espaço urbano quanto pelo papel exercido regionalmente. Essa situação, 'um fenômeno profundamente impressionante' seria facilmente reconhecível pelos que se interessassem pelo estudo do fato urbano no Brasil, pois a cidade seria uma 'verdadeira' urbe, além de ter subordinado uma 'extensa' área do interior nordestino.

A autora exemplificou sua narrativa sobre a situação de Campina Grande expondo um exercício de

comparação com a cidade de São Paulo:

À semelhança de São Paulo que do planalto paulista domina no campo econômico todo o sul e parte do sudeste e centro-oeste do país, Campina Grande, embora em menores proporções, do alto da Borborema irradia sua atuação por extensa área do sertão, contrastando, assim, com a grande maioria dos centros urbanos nordestinos, que vivem apenas em função da área rural da própria comuna. É a posição geográfica das duas cidades que responde ao 'porquê' dessa atuação tão intensa que ambas desempenham. A capital paulista, metrópole de âmbito nacional, se constitui em verdadeira encruzilhada de caminhos para o interior. (CARDOSO, M., 1963, p. 3).

Conforme Cardoso, M. a posição de Campina Grande seria 'análoga', pois próxima aos limites mais altos da Borborema e de fácil comunicação tanto para o litoral quanto para o sertão. A autora afirmou então que a cidade era a capital do sertão nordestino, (no título do texto a expressão usada foi capital regional), justamente pela sua posição geográfica: "(...) tendo como hinterlândia um sertão áspero, domínio do criatório, Campina Grande constituiu-se, no entanto, como o maior empório comercial da região, depois do Recife, ocupando entre tôdas as cidades brasileiras posição privilegiada quanto a seu comércio" (CARDOSO, M., 1963, p. 4). A autora citou do artigo 'Aspectos do Fato Urbano no Brasil', de Pedro Geiger e Fany Davidovich, que o setor atacadista ocupava quase meio por cento do pessoal empregado no atacado do país (GEIGER; DAVIDOVICH, 1961, p. 350 *apud* CARDOSO, M., 1963, p. 4).

O primeiro capítulo foi voltado a descrever a 'Fisionomia e estrutura da cidade', do qual pouco destacamos. Apenas sinalizamos a informação que dentre as vias de transporte que proporcionavam entradas e saídas da cidade, somente duas delas não foram referidas pelos nomes das cidades para onde se direcionavam as estradas: a ferrovia para o 'interior' e Ceará, e a rodovia que seguia rumo ao 'Sertão', localizada nos limites oeste da cidade, próximo ao açude Bodocongó, como se vê no mapa (**Figura 149**, p.494). Tal informação corrobora o objetivo do texto, de demonstrar a cidade analisada como a capital regional, a capital do sertão, dos sertões nordestinos.

Identificamos esse dado como uma confirmação da permanência da representação espacial 'sertão', enquanto outras representações espaciais foram substituídas, ao menos no mapa da cidade, como rumos preferenciais. O texto confirmou essa hipótese, pois observou que antes de 1937 haviam vias que partiam de um núcleo central, "(...) em direções diversas em demanda do Brejo, do Sertão, dos Cariris Velhos e do Litoral" (CARDOSO, M., 1963, p. 6).

Nos dois subcapítulos seguintes, 'Uma capital do sertão' e 'A região de Campina Grande' Cardoso, M. iniciou e qualificou sua argumentação neste sentido. Logo de início a autora reafirmou que "Campina Grande por sua própria fisionomia urbana, já nos deixa entrever o papel que representa na vida de

relações do Nordeste” (CARDOSO, M., 1963, p. 11). Este papel de ‘verdadeira capital regional’ seria confirmado pela análise das funções exercidas pela cidade e suas repercussões em ‘ampla área sertaneja’.

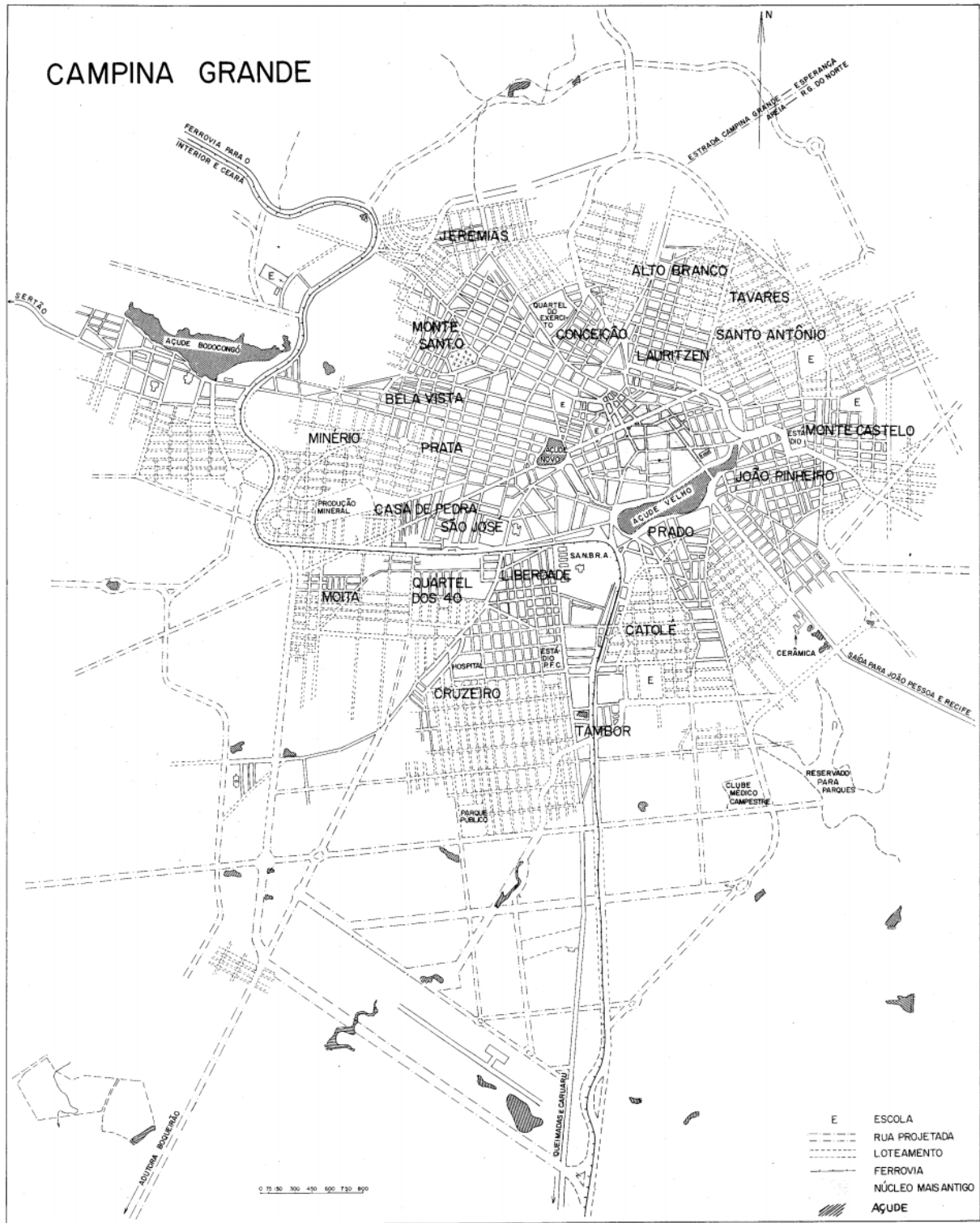


Figura 149: Mapa da cidade de Campina Grande (PB). Fonte: CARDOSO, M., 1963, p. 4-5.

O dado principal que ratificava essa afirmação era a “(...) sua extraordinária atividade comercial e a posição que ocupa no quadro geral das exportações do Nordeste” (CARDOSO, M., 1963, p. 11). Todavia, não somente este dado, mas outros econômicos, sociais e culturais foram pesquisados e utilizados para compor mapas que determinavam a área de influência de Campina Grande, em relação a cada função analisada.

Os oito mapas foram aqui copiados, e representavam a área de influência da cidade foco do artigo, em relação à atuação do comércio atacadista (**Figura 157**, p.501), à atuação do comércio varejista (**Figura 155**, p.499), às zonas de jurisdição dos bancos (**Figura 150**, p.495), ao transporte de passageiros rodoviário (**Figura 151**, p.496), ao transporte de passageiros ferroviário (**Figura 152**, p.496), aos dados de religião, saúde e jornalismo (**Figura 154**, p.498), às conexões com a vida rural (**Figura 153**, p.497), e às redes de vias de transporte (**Figura 156**, p.500).

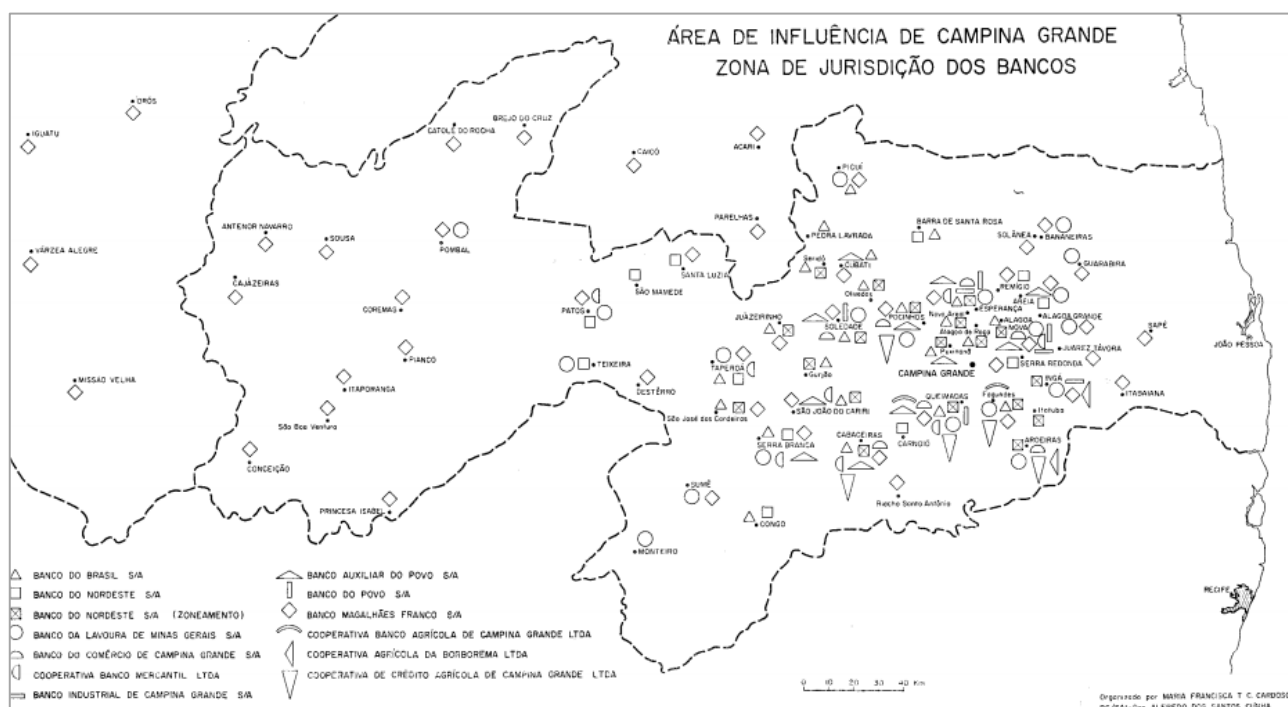


Figura 150: Mapa da área de influência de Campina Grande em relação às zonas de jurisdição dos bancos.

Fonte: CARDOSO, M., 1963, p. 19.

A partir do estudo comparativo destes mapas a autora definiu “(...) três áreas onde Campina Grande atua com intensidade variável, isto é, de maneira mais ou menos marcante” (CARDOSO, M., 1963, p. 20). A primeira área demarcava uma exclusiva e dominante influência de Campina Grande, e englobou as zonas do Brejo e dos Cariris Velhos, e para leste, Guarabira, Alagoa Grande, Ingá e em certos casos, Itabaiana.

Tal recorte teve sua principal verificação no mapa da influência bancária (**Figura 150**, p.495). Porém

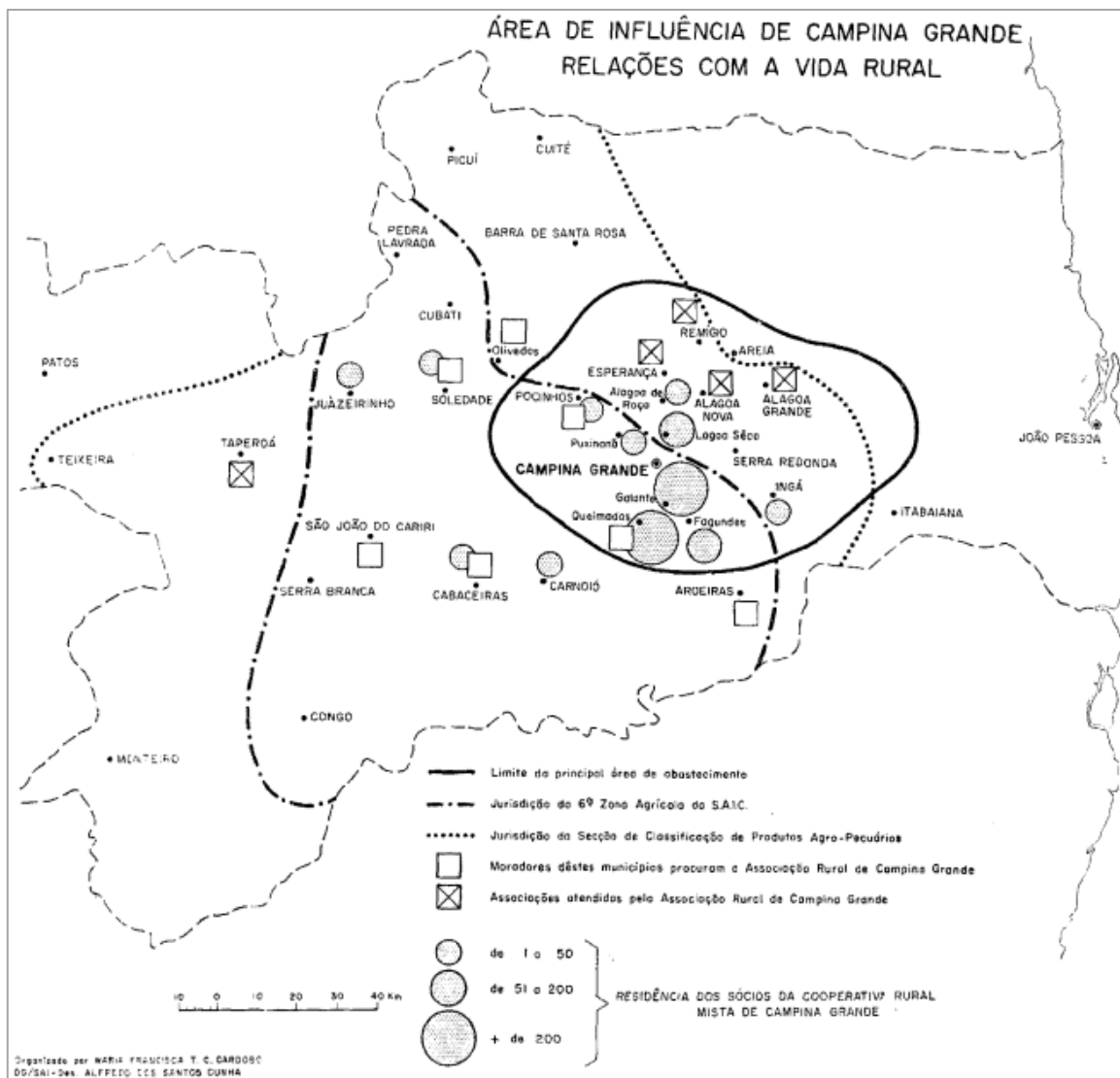


Figura 153: Mapa da área de influência de Campina Grande nas relações com a vida rural. Fonte: CARDOSO, M., 1963, p. 27.

Já o mapa que trouxe os dados da influência em relação à saúde e religião (Figura 154, p.498) também demonstrou esta primeira área imediata de influência direta, embora permitisse igualmente a visualização de outras áreas de alcance das influências exercidas por Campina Grande, conforme será descrito adiante.

Logo, concluiu a autora que “nesta área em que reconhecemos a influência imediata de Campina Grande, não se encontra nenhum outro centro urbano de realce. Nenhum deles tem condições para sobressair em qualquer setor de atividade, diante da forte polarização exercida pela capital regional” (CARDOSO, M., 1963, p. 21). Em seguida foi definida

Uma segunda área, onde a atuação de Campina Grande ainda é considerável e bem direta, abrange todo o restante do estado da Paraíba (excluindo apenas a região litorânea, subordinada diretamente a João Pessoa), alcança o sul do Rio Grande do Norte (a região de Parelhas, Caicó até Currais Novos) e, de certa forma, o sudeste do Ceará, isto é, a região do Crato e Juazeiro do Norte. (CARDOSO, M., 1963, p. 21).

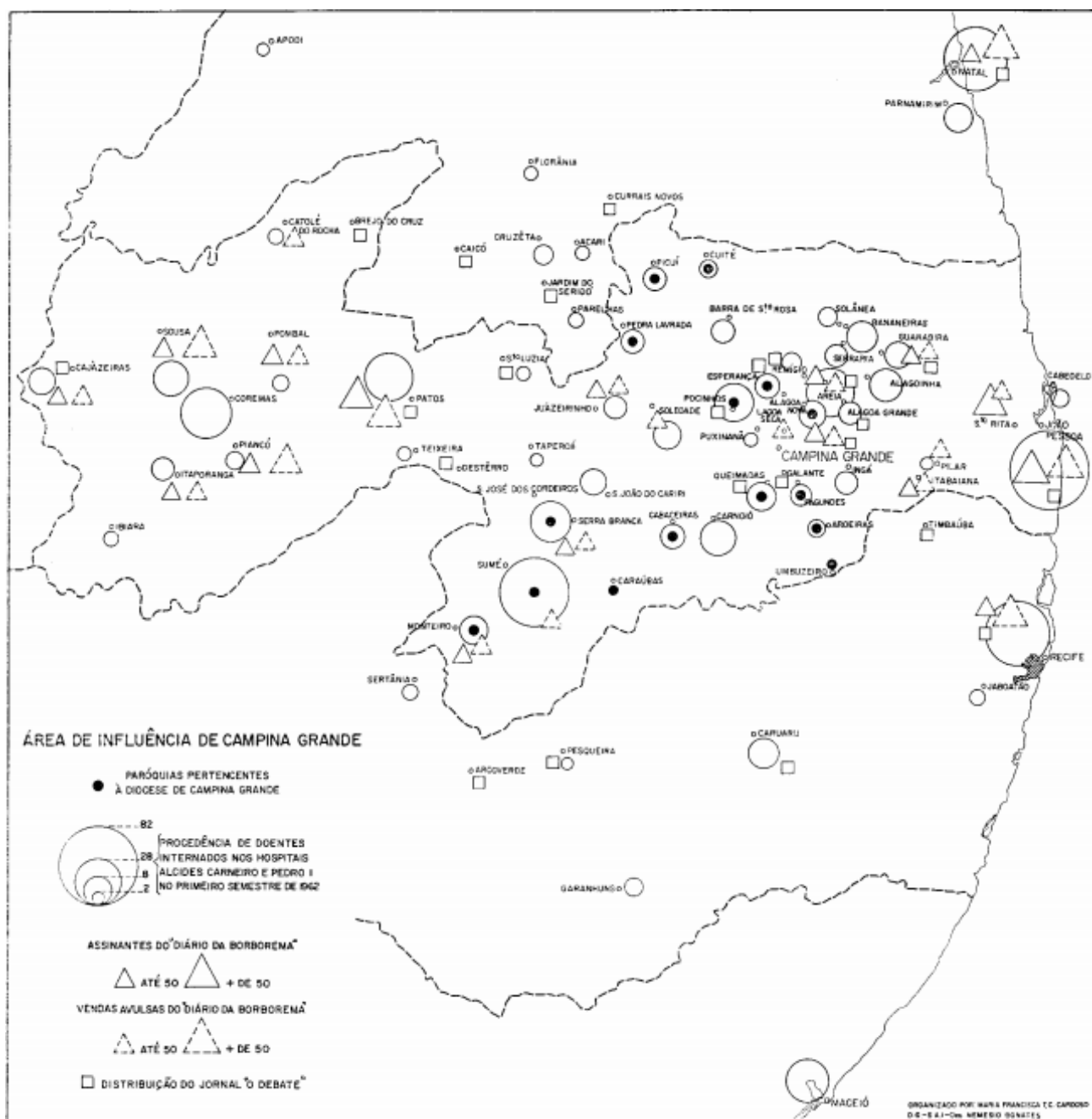


Figura 154: Mapa da área de influência de Campina Grande em relação à religião, saúde e jornalismo.

Fonte: CARDOSO, M., 1963, p. 24.

Esta segunda área foi definida com base na análise dos mapas de comércio (Figura 155, p.499 e Figura 157, p.501), de jornalismo e de saúde (Figura 154, p.498), e do transporte rodoviário de passageiros (Figura 151, p.496). A autora também notou que

Dentro desta segunda área, Campina Grande vai procurar algumas das matérias-primas destinadas às suas indústrias de beneficiamento: o algodão e a agave procedem do próprio estado paraibano, da zona dos Cariris Velhos e do sertão. Os minérios são provenientes da zona metalogenética da Borborema que compreende o centro-norte da Paraíba e o centro-sul do Rio Grande do Norte. (CARDOSO, M., 1963, p. 21-22).

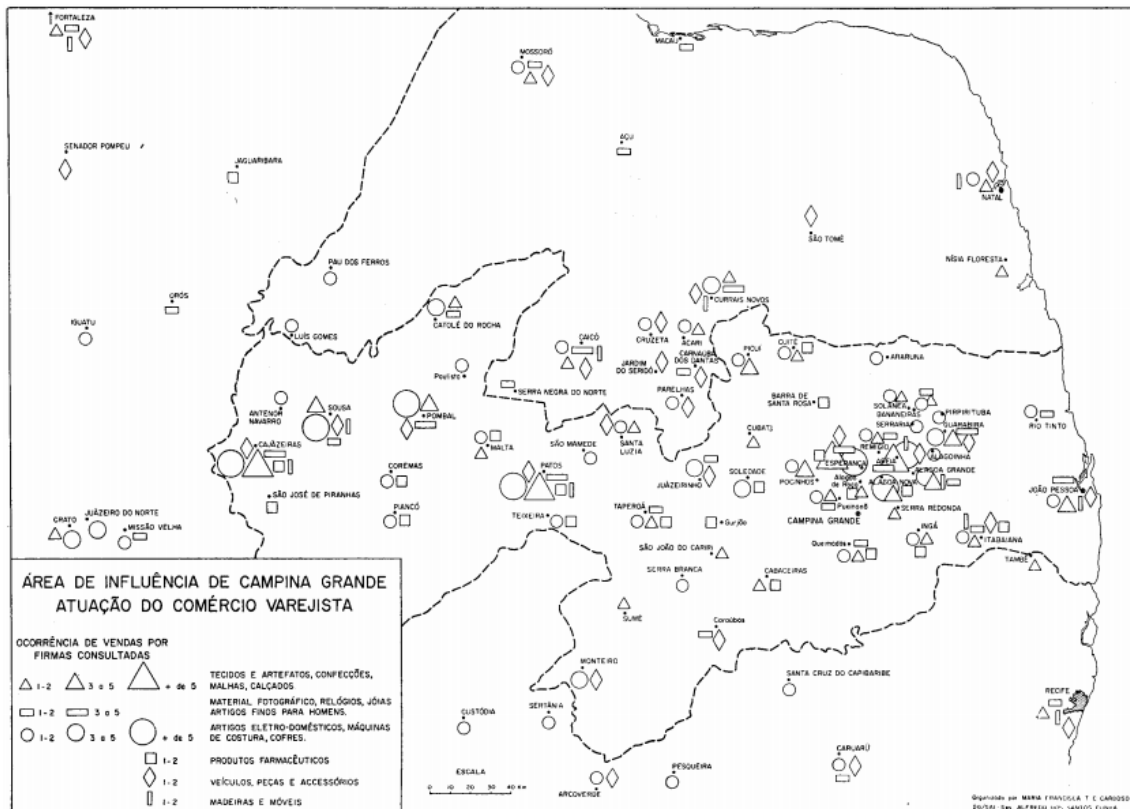


Figura 155: Mapa da área de influência de Campina Grande em relação ao comércio varejista. Fonte: CARDOSO, M., 1963, p. 18.

Neste sentido todas essas funções 'coletoras e distribuidoras' exercidas pela cidade analisada nessa segunda área foram condicionadas pelas facilidades das comunicações rodo-ferroviárias, demonstradas no mapa referente (Figura 156, p.500). Conforme Cardoso a segunda área de influência apresentava, ao contrário da primeira, alguns centros urbanos importantes, ainda que dependentes da 'grande capital do sertão'. Foram destacados Patos na Paraíba e Crato e Juazeiro do Norte, no Ceará, mas também citados, Sousa, Cajazeiras, Pombal e Catulé do Rocha, na Paraíba, e Caicó e Currais Novos, no Rio Grande do Norte. Essas cidades "(...) possuem, por sua vez, suas zonas de influência próprias, variável em decorrência da sua maior ou menor projeção" (CARDOSO, M., 1963, p. 22).

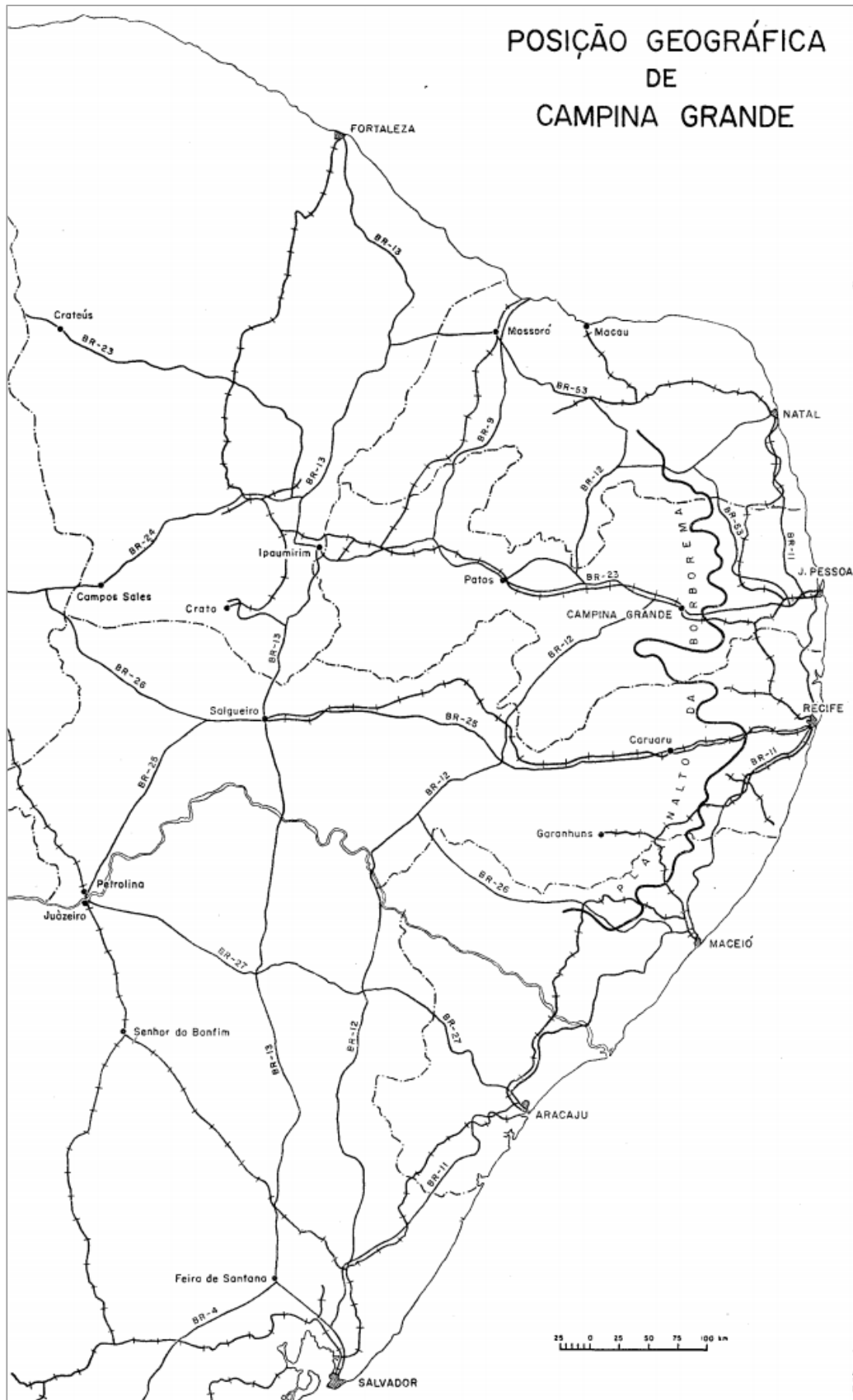


Figura 156: Mapa da posição geográfica de Campina Grande. Fonte: CARDOSO, M., 1963, p. 28.

Por fim a última área de influência de Campina Grande, onde esta atuava

(...) quase somente, através da sua função mais importante - aquela que é a detentora de maior poder de penetração, o comércio atacadista. Realmente, é a função distribuidora que melhor caracteriza a vida econômica de Campina Grande. Aquela que faz desta cidade um fenômeno extraordinário, não só da região nordestina, mas da própria rede urbana brasileira. (CARDOSO, M., 1963, p. 22).

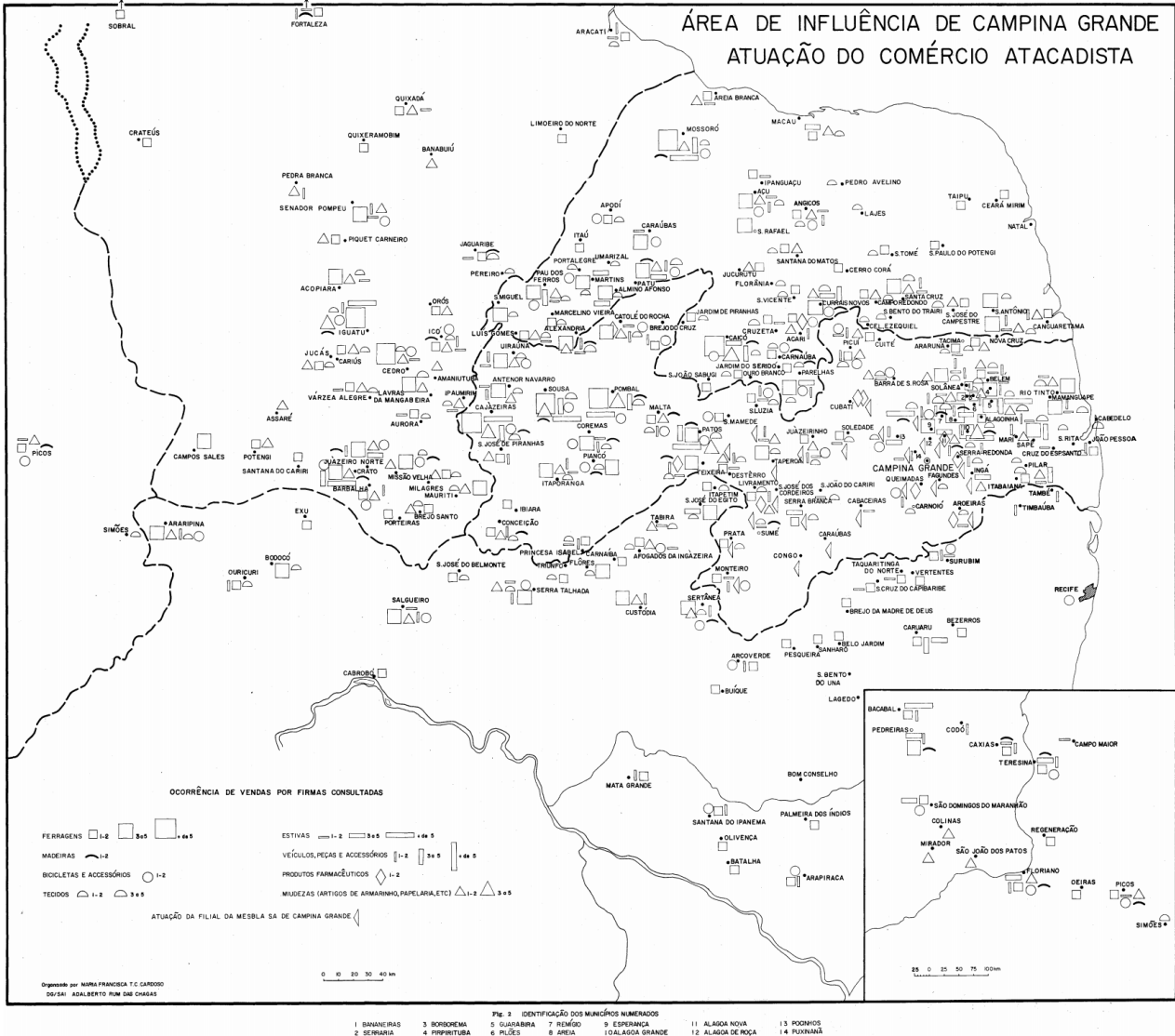


Figura 157: Mapa da área de influência de Campina Grande em relação ao comércio atacadista. Fonte: CARDOSO, M., 1963, p. 16.

Esta área foi detalhada no mapa sobre a influência do comércio atacadista da cidade foco (Figura 157, p.501), e abrangia a totalidade dos estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, além de parte considerável dos grandes estados de Pernambuco e do Ceará e também de Alagoas, assim como locais pontuais no Maranhão e no Piauí. Cardoso, M. observou que

A faixa periférica desta terceira área de influência da capital do sertão é uma zona de interpenetração entre a atuação da própria Campina Grande e a de outros centros nordestinos, como Fortaleza, Natal, Recife (através de Caruaru), predominando às vezes a de uma, às vezes a de outra.

Nessa faixa periférica são as vinculações econômicas que constituem a fôrça do domínio de Campina Grande, principalmente através da sua função distribuidora. Atuando em área tão vasta, Campina Grande é realmente o centro vital de grande parte do sertão nordestino, à qual serve das formas mais variadas através das suas numerosas funções em especial as de distribuição. (CARDOSO, M., 1963, p. 23-24).

Na seção intitulada 'O papel das comunicações na atuação da capital regional' a autora desenvolveu a tese de que toda essa atuação acima explicitada de Campina Grande "(...) resulta, indiscutivelmente, de sua posição geográfica, no contacto de regiões diferentes, o que facilita a concentração dos produtos mais diversos, e das facilidades oferecidas, hoje, por uma rede de estradas que dela partem em diversas direções" (CARDOSO, M., 1963, p. 25). Nesse sentido a cidade situava-se no 'entrelaçamento' de três regiões naturais, o agreste, o brejo e o sertão.

Cardoso, M. defendeu que o traçado das então atuais rodovias e ferrovias que potencializavam a cidade correspondiam aos antigos caminhos, e não encontravam grandes obstáculos naturais: "A natureza, portanto, favoreceu o que o homem, pela sua iniciativa e pelo seu trabalho, realizou ao implantar os trilhos e abrir as pistas por onde trafegam hoje milhares de caminhões, unindo Campina Grande às diversas regiões do estado e êste com o resto do país" (CARDOSO, M., 1963, p. 26). Outro favorecimento natural identificado pela autora foi a de que o clima seco permitia o tráfego durante todo o ano, mesmo nas estradas em não tão boas condições, e "até as vias carroçáveis são importantes no sertão, pois muitas delas podem ser trafegadas por caminhões" (CARDOSO, M., 1963, p. 29).

No último capítulo do artigo 'Etapas da evolução e razões do crescimento da cidade', Cardoso constatou que essa crucial relação entre o desenvolvimento econômico e urbano de Campina Grande e os meios e vias de transporte existentes e utilizados poderia ser analisada a partir de uma periodização de sua história que associasse estes pontos citados com a sucessiva ampliação da área que lhe era subordinada:

(...) dividi-la em três fases (...). A primeira fase compreendendo um período de tempo dilatado, estendeu-se desde o estabelecimento do aldeamento que deu origem a Campina Grande até a chegada da estrada de ferro em 1907; a segunda, dêste acontecimento até à abertura de modernas rodovias, já depois de 1930; e, finalmente, uma terceira fase caracterizada pela predominância destas vias de comunicação sôbre as demais. A desigualdade de duração de cada uma destas fases leva-nos a observar o ritmo acelerado do desenvolvimento de Campina Grande nestes últimos anos e, principalmente, como tomou ela vulto dentro da região. (CARDOSO, M., 1963, p. 30-31).

Portanto na avaliação da autora a cidade de Campina Grande foi durante seus dois primeiros períodos um centro comercial, e na terceira fase, "(...) com a abertura de estradas de rodagem e o

uso generalizado do transporte rodoviário, transformou-se em verdadeira capital regional do sertão nordestino” (CARDOSO, M., 1963, p. 34-35). Nas considerações finais foram retomadas estas conclusões, e apontado uma grande questão que a cidade enfrentava:

(...) uma grande disparidade entre os setores secundário e terciário de Campina Grande, o que poderá provocar num futuro não muito remoto uma transformação na conjuntura atual. Realmente, o desenvolvimento industrial embora expressivo, no panorama geral da industrialização do Nordeste quando comparado ao do próprio comércio da cidade é quase incipiente, pois se baseia ainda, predominantemente nos ramos de beneficiamento. Se tal desequilíbrio não for equacionado, poderá haver -certa paralisação ou diminuição no ritmo de crescimento da cidade observado nas últimas décadas e Campina Grande poderá perder a liderança que vem mantendo no sertão nordestino, principalmente, após o advento das rodovias. (CARDOSO, M., 1963, p. 36).

Sobre esta questão Cardoso, M. citou algumas importantes vantagens recém-conquistadas pela cidade, como o fornecimento da energia de Paulo Afonso, distribuída pela CHESF, e o abastecimento de água mediante captação da represa de Boqueirão, a presença de uma escola do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, além das vantagens já citadas e que também beneficiavam as atividades comerciais preponderantes. A disponibilidade de grande variedade de matérias-primas e a mão-de-obra abundante na região poderiam servir a Campina Grande e foram também ressaltadas. Como problema a autora mencionou a quase inexistência da possibilidade de a indústria utilizar-se da navegação “(...) dadas as condições precárias do pôrto que serve ao estado da Paraíba e, a própria deficiência do transporte marítimo brasileiro” (CARDOSO, M., 1963, p. 36-37).

Por fim Cardoso lembrou que o momento vivido pela cidade era deveras importante, e trazia possibilidades contrastantes. O grande fator dessa dinâmica era o avanço recente dos transportes rodoviários, o que acelerou a concretização do potencial comercial relacionado ao posicionamento de Campina Grande entre três regiões naturais. Essa posição havia se estabelecido historicamente, sempre tendo Recife como o polo ao qual a cidade estudada se subordinava. Todavia, com o avanço da rede rodoviária nacional Campina Grande assistia então um rompimento dessa dependência exclusiva à capital pernambucana, “(...) voltando-se cada vez mais para os grandes mercados do Sudeste: Rio de Janeiro e São Paulo” (CARDOSO, M., 1963, p. 37). Por outro lado, a autora aventou ao longo do texto algumas possibilidades da cidade ser prejudicada por esse desenvolvimento, como o surgimento de outros núcleos urbanos melhores posicionados, ou a rearticulação das redes de transportes, regionais e nacionais.

Porém o teor geral e dominante no artigo de Cardoso é esperançoso e otimista quanto à ‘capital do sertão nordestino’, e neste sentido a autora concluiu: “Campina Grande, o maior empório comercial

da Região Nordeste depois do Recife, ocupa lugar privilegiado entre tôdas as cidades brasileiras, sendo o seu nome, hoje, sinônimo de progresso urbano e um exemplo vivo da real capacidade de realização dos nordestinos” (CARDOSO, M., 1963, p. 37).

Além destes textos lembramos o artigo ‘O Cariri Cearense - O quadro agrário e a vida urbana’ (BARROS, 1964), já por nós analisado na seção anterior. O texto fez parte de uma pesquisa de geografia agrária, porém apresentou também uma descrição histórica sobre o povoamento regional na qual o papel das cidades de Juazeiro do Norte e Crato foi bastante destacado. Tal destaque era justamente devido ao fato de que historicamente na região foram importantes as funções urbanas exercidas por tais cidades.

Considerando este texto, o anterior sobre Campina Grande e outros apresentados nestas duas últimas seções não podemos deixar de notar a coincidência dos assuntos tratados por estudos ditos de geografia agrária ou geografia urbana, desde que tenham sido escritos e publicados nos últimos anos de nosso recorte temporal. Portanto, pensamos que neste caso, mais do que as divisões temáticas dentro da ciência geográfica, foram as metodologias então consideradas modernas que imprimiram as principais feições e objetivos dos trabalhos aqui analisados.

No caso do texto sobre o Cariri (BARROS, 1964), Nilo Bernardes, então diretor da Divisão de Geografia, havia sido o chefe de excursão para Bahia, Pernambuco e Ceará que fez parte das pesquisas de Haidine da Silva Barros para a escrita do artigo. Especificamente sobre nosso tema ‘sertão’, a definição relacional entre espaço sertanejo, paisagem e vida agrícola, e rede urbana polarizada sobre o Cariri descrita por Barros foi interessante:

A região do Cariri contrasta sobremodo dentro do espaço sertanejo, pois exhibe, de um lado, uma paisagem que revela vida agrícola intensa, onde a presença incessante do homem no campo é traduzida pela população rural numerosa, e de outro uma rede urbana organizada, polarizada pelo Crato e Juazeiro do Norte. (BARROS, 1964, p. 103).

8.4. Tipos e Aspectos do Sertão Nordestino

Destacamos a importância permanente durante todo o período definido para a pesquisa da região Nordeste como objeto da série 'Tipos e Aspectos do Brasil' (**Figura 158**, p.505). A publicação da série na RBG iniciou-se no seu segundo ano, 1940, e a partir do ano 1963 foi trocada pela série 'Imagens do Brasil'. Esta última publicava duas fotos coloridas em grande formato de alguma paisagem característica brasileira. Já a série Tipos e Aspectos do Brasil consistiu em uma das seções da RBG na qual eram publicados dois (um tipo humano e um aspecto da paisagem ou 'hábitat') desenhos à bico de pena feitos por Percy Lau (**Figura 146**) e dois pequenos textos respectivos, assinados ou não.

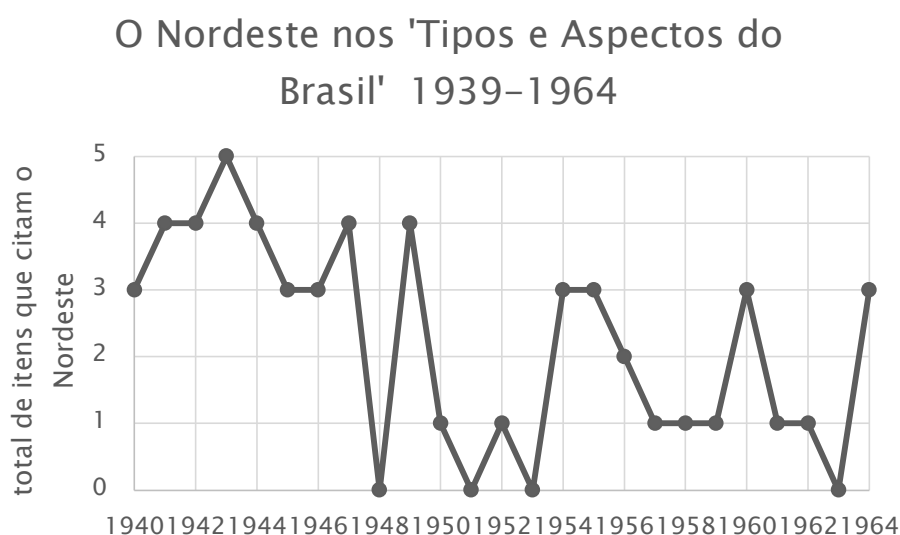


Figura 158: Gráfico da incidência de temas ligados ao Nordeste na série Tipos e Aspectos do Brasil, da RBG, entre 1940 e 1964.
Fonte: Confeção e Organização do autor.

No total, entre 1940 e 1964 detectamos 55 itens, entre tipos e aspectos, que representavam elementos típicos da região Nordeste, conforme a lista (**Figura 159**, p.506). Minoritariamente, alguns destes tipos e aspectos, embora se referissem primariamente à outras regiões, citavam de forma comparativamente elementos nordestinos. Portanto somente cinco dentre os 25 anos pesquisados não tiveram nenhum item detectado: 1939, 1948, 1951, 1953 e 1963. Assim sendo mais de um terço da série Tipos e Aspectos, durante os anos selecionados, descreveram elementos da região Nordeste (**Figura 158**, p.505).

Na seção de noticiários da terceira RBG de 1956 foi informado o lançamento pelo CNG do livro 'Tipos e Aspectos do Brasil', uma coletânea dos 'estudos regionais' já publicados pela RBG (TIPOS E ASPECTOS (...), 1956). Nesta edição foram 96 estudos, distribuídos em 443 páginas, e estruturados pelas grandes regiões nacionais. Dentre estas o Nordeste era a região com maior número de estudos, 26, seguida de perto pelas regiões Leste e Sul, com 23 cada e pelas regiões Norte e Centro-Oeste,

com 13 e 11 estudos respectivamente.

Neste informativo foi transcrito artigo do ‘acadêmico’ Menotti del Picchia no jornal Gazeta de Notícias, sob o título ‘Este Brasil’. No texto referido os Tipos e Aspectos foram descritos como ‘sínteses das terras e dos homens brasileiros’, pois representariam

(...) uma realidade geográfica étnica e econômica servindo o alentado volume como uma síntese da potência econômica de uma grande terra como a fixação dos usos de um grande povo. (...) dando, no seu conjunto, uma visão panorâmica do que representamos como terra e como povo na face do planeta (TIPOS E ASPECTOS (...), 1956, p. 160).

Ano	Tipos ou Aspectos	Ano	Tipos ou Aspectos
1940	Caatinga	1947	Mocambo
1940	Burros de carga	1947	O colhedor de cocos
1940	Floresta da encosta oriental	1949	Barranqueiros
1941	Coqueirais das praias do Nordeste	1949	As usinas de Caroá
1941	Jangadeiros	1949	Tirador de Caroá
1941	O vaqueiro do Nordeste	1949	Viveiros de peixes do Recife
1941	Agreste	1950	Cambiteiros
1942	Seringueiros	1952	Colheita de Carnaúba
1942	Vaqueiro do rio branco	1954	Vaquejadas
1942	Garimpeiros	1954	Água de cacimba no Nordeste
1942	Buritizal	1954	Cerâmica popular do Nordeste
1943	Rendeiras do Nordeste	1955	Tipo de pesca no Nordeste - a moita
1943	Carnaúbais	1955	O pau-de-arara
1943	Regatões	1955	Criação de caprinos no Nordeste
1943	Barqueiros do São Francisco	1956	Fabrico de rapadura no Nordeste
1943	Grutas calcáreas do São Francisco	1956	Feiras do sertão nordestino
1944	Salinas	1957	O tangerino
1944	Babaçuais	1958	Legendas de caminhões nas estradas nordestinas
1944	Charqueada	1959	Cêrcas sertanejas
1944	Gerais	1960	O vendedor de coco verde
1945	Extratores de Pinho	1960	A fazedeira de rês
1945	Pescadores do litoral Sul	1960	O vendedor de rês
1945	Restinga	1961	Caiçaras no Rio Grande do Norte
1946	Canavial	1962	O cajueiro nordestino
1946	Engenhos e usinas	1964	Cassacos
1946	Feira de gado	1964	O misto
1947	Aguadeiro (São Francisco)	1964	Rastejadores de abelhas
1947	Trecho encachoeirado do São Francisco		

Figura 159: Quadro com os ‘tipos’ e ‘aspectos’ detectados direta e indiretamente sobre o Nordeste, na RBG, 1940-1964. **Fonte:** Organização do autor.

9. Considerações finais

Nossa investigação sobre os sertões nordestinos na Revista Brasileira de Geografia transpassaram 26 anos, e dentre muitos outros fatos históricos, 10 mudanças de presidentes da república, a criação de Brasília e a instalação da capital no centro do território, os primeiros anos do CNG/IBGE, a institucionalização universitária da geografia brasileira, a realização de um Congresso Internacional da União Geográfica Internacional no Rio de Janeiro, o início e o fim da segunda guerra mundial, o despertar de uma nova ordem mundial baseada na bipolaridade EUA-URSS, o período inicial e o fim do Estado Novo e o golpe de Estado de 1964.

Analizamos inúmeras aparições do termo sertão nos 104 números da revista que foi o principal meio de divulgação do CNG/IBGE. Esta instituição foi ligada diretamente à presidência da república durante todo o período de nossa pesquisa, estabelecendo íntimo contato com grandes debates nacionais em voga. Os variados discursos que identificamos na RBG informaram, potencializaram, e desconstruíram processos políticos e econômicos fundamentais do Estado e da sociedade nacional.

Se as fronteiras internacionais estavam relativamente consolidadas, a imensidão do território nacional impunha uma permanente tensão espacial. Esse espaço que se tornou o Brasil do século XX foi objeto de sucessivas guerras internas durante séculos. O povoamento e a colonização dos sertões ainda eram questões chave no pensamento social quando Vargas estabeleceu o CNG/IBGE⁵¹. O claro caráter espacial destes discursos situava a ciência geográfica no centro idealizador das estratégias e projetos que disputavam e comandavam ações do Estado.

O florescer dos cursos universitários em geografia, história e outras ciências sociais ainda significavam as etapas iniciais na segmentação desses campos disciplinares. A geografia além do íntimo debate com essas disciplinas, era atravessada pela sua vertente física, a qual também estabelecia muitas relações com ciências correlatas como a geologia e a meteorologia. Nesse sentido os estudos regionais – básico fazer geográfico científico no período – abarcavam uma ampla gama de temas que a partir de então seriam pesquisados como objetos nos departamentos universitários.

Mesmo a geografia produzida e divulgada pela agência estatal não era feita majoritariamente por

⁵¹ Relembramos como exemplar o discurso proferido em Manaus pelo então presidente Getúlio Vargas sobre o rio Amazonas em 1940, no qual promoveu uma ‘cruzada desbravadora’ do progresso colonizador sobre seu ‘grande inimigo’, “(...) o espaço imenso e despovoado” (VARGAS, 1942). Observamos também como as diferentes narrativas sobre a colonização da Amazônia (por nós abordadas quando marcadas pela participação do sertanejo nordestino) possuíam muitas similaridades com vários dos principais elementos que constituem a representação espacial sertão.

geógrafos, embora tal situação fosse mudando rapidamente no período pesquisado. Neste âmbito, os discursos geográficos que perquirimos são aqueles professados à época tendo como editora e propagadora uma instituição vinculada ao comando do poder executivo federal.

Nosso critério de seleção dos textos que seriam analisados foi a aparição do termo sertão (e suas variações), e dentre estes identificamos aqueles que tinham como recorte espacial a região Nordeste atual (ou alguma porção dela). Outro critério de seleção foram os temas dos textos. Nos interessaram aqueles que abordavam temas que de algum modo pudessem se relacionar com os elementos desta poderosa representação espacial, tais como os espaços 'vazios', 'amplos', 'incultos', 'distantes' e 'pretendidos'.

Logo obtivemos uma imensa variedade de textos, desde grandes monografias publicadas em números sequenciais da revista, até curtos informes pontuais. Desta maneira montamos nosso universo de textos, que foram lidos, interpretados e classificados por diferentes critérios. Grandes recortes temáticos foram feitos no sentido de melhor apresentar tão diverso material, dando origem aos capítulos de 3 ao 8 desta tese.

Uma segunda fase na organização destes discursos presentes na RBG sobre os sertões nordestinos foi fazer a síntese destas análises expostas nos capítulos acima mencionados captando recorrentes imagens, caracterizações, propostas e perspectivas. Por conseguinte objetivamos nessas considerações finais apontar sinteticamente nossas conclusões e as novas questões surgidas.

Partimos da constatação de que tanto o sertão/os sertões como o Nordeste/Nordeste são representações espaciais. Grande parte de nossa pesquisa constituiu-se em identificar, contextualizar e analisar os discursos que utilizavam essas duas representações particulares. As relações estabelecidas entre as duas representações espaciais foram também objeto central de nossa pesquisa.

Descrevemos como algumas das mais recorrentes características de sertão, Nordeste e nação foram cristalizadas nos clássicos 'Os Sertões' e 'Casa Grande & Senzala', indicando como estas obras conformaram os grandes debates então feitos sobre o Brasil. Suas narrativas eram conformadas pelas ideias que relacionavam o espaço, a natureza, o meio físico e o clima à raça, ao homem, à cultura, e à sociedade.

Euclides da Cunha não apenas relatou epicamente a guerra de Canudos, mas também a história de uma 'terra' e um tipo de 'homem' constituídos organicamente, em páginas que marcaram

profundamente as narrativas e imagens sobre o Brasil. Por trás dos horrores da guerra feita em nome da nação o engenheiro militar fluminense também denunciou o esquecimento a que estavam condenadas vastíssimas porções do território pátrio, e as populações que lá habitavam.

Três décadas depois Gilberto Freyre propôs uma impressionante interpretação nacional radicalmente diferente, embora também apoiada empiricamente em descrições e estudos feitos em espaços que são parte da atual região Nordeste. O pernambucano fundador da antropologia brasileira conferiu ao complexo 'Casa Grande & Senzala' a responsabilidade pela criação e manutenção desta que seria uma inédita 'sociedade moderna', 'nacional e duradoura' nos trópicos.

Sertões nordestinos experimentados pela análise geográfica do fenômeno das secas

O ‘fenômeno da seca’ foi o que mais justificou a realização de trabalhos que mobilizassem as representações espaciais sobre o sertão e Nordeste na RBG. Tais textos estavam associados aos periódicos, porém irregulares, eventos das grandes secas bem como às legislações que destinavam orçamentos, criavam comissões e definiam recortes territoriais. A quase totalidade desses textos professaram discursos advindos do campo da geografia física.

Buscamos traçar em linhas gerais a sequência destas medidas governamentais, desde a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS em 1909, passando pelos artigos constitucionais que destinavam 4% (em 1934) ou 3% (em 1946) do orçamento federal especificamente para o problema das secas do Nordeste, e pelas sucessivas demarcações (1936, 1946 e 1951) da área sujeita à aplicação destes recursos – o Polígono das Secas. Pelos 20 decretos de Juscelino Kubitschek regulamentando sugestões extraídas do Encontro dos Bispos Nordestinos (Campina Grande, 1956), e chegando nas articulações políticas e institucionais que precederam a instalação da SUDENE, nas quais foi fundamental o estudo diagnóstico e propositivo de Celso Furtado feito ainda no âmbito do BNDE, em 1959. Como demonstramos, essas ações institucionais do governo federal foram bastante divulgadas e debatidas nas páginas da RBG.

Dois dos primeiros e principais meteorologistas brasileiros, Adalberto Serra e Sampaio Ferraz publicaram artigos e comunicações na RBG informando sobre a meteorologia do Nordeste (SERRA, 1945), advertindo a iminência de uma grande seca (FERRAZ, 1950) e comentando sobre a ocorrência de uma grande seca naquele momento (FERRAZ, 1953). Estes foram trabalhos que foram reconhecidos como referenciais por vários estudos posteriores, principalmente por aqueles feitos sob o rótulo dos estudos de Climatologia.

Outro padrão verificado nesses textos da RBG que tinham como justificativa a seca foi a estipulação do objetivo de delimitar os espaços de ocorrência do fenômeno da seca. Estudando aspectos geológicos, geomorfológicos, meteorológicos e de vegetação, um professor do Instituto de Educação do Distrito Federal, em meio a um artigo sobre a Geologia do Brasil, definiu uma ‘Região da Sêca’, também mencionada como ‘nossos desertos de pedra e areia nordestinos’ (VÁRZEA, 1942, p. 119 e 121). ‘Nossos desertos’ teriam também seus ‘oásis’, as serras úmidas descritas como ‘autênticos jardins suspensos’.

Especificamente no campo da Climatologia geográfica apresentamos alguns importantes textos da RBG que também objetivaram definir a zona de ocorrência do fenômeno da seca. O primeiro deles foi um artigo escrito pela geógrafa Lysia Bernardes (1951), que anos mais tarde se especializaria em planejamento regional e urbano, classificando e mapeando os climas da bacia do rio São Francisco pelo sistema de Köppen.

Em um artigo de 1954 Carlos Senra comparou o método de Köppen ao de Serebrenick no mapeamento do clima dessa mesma região, concluindo que ambos seriam efetivos. Senra também fez questão de salientar que conforme demonstrado o clima semiárido do Nordeste não abrangia toda a região, o que demonstrava a difusão no senso comum do momento dessa associação entre o Nordeste e a região de ocorrência do clima semiárido (assim como também observamos a associação entre sertão e Nordeste).

Já a também geógrafa do CNG Ignez Guerra (1955) definiu que as chuvas (seus regimes e suas quantidades) seriam o melhor critério para classificar e mapear os climas do Nordeste. Contudo, uma limitação inerente ao método (uso de médias de um longo período) fazia dessas classificações uma representação do clima 'normal' da região, não alcançando as irregularidades, justamente as quais acarretavam as grandes secas.

Um ano depois, outra geógrafa do CNG teve uma tese aprovada no XVIII Congresso Internacional de Geografia no Rio de Janeiro, na qual buscou outras variáveis e métodos que possibilitassem superar as dificuldades expostas por Guerra (1955) na demarcação da área de ocorrência do semiárido. Maio (cujo artigo somente foi publicado em 1961, p. 87) concluiu que o 'verdadeiro conceito semiárido' seria melhor esclarecido se os estudos se dedicassem aos valores pluviométricas e térmicos mensais ao invés dos anuais.

Linton Barros, também geógrafo do CNG à época, apresentou um mapa de aridez do Nordeste e outro de probabilidade de chuvas do Brasil (BARROS, 1957). Outro tipo de texto foi o interessante e informado artigo 'Água no Nordeste' escrito pelo engenheiro agrônomo e precursor da estatística agrícola no Brasil, Pimentel Gomes. Esse além de oferecer extenso estudo da hidrografia da região seca do Nordeste, aplicou à essa região três diferentes métodos de classificações dos climas quanto à umidade, o do geógrafo francês De Martonne, o de Köppen, e o de Widtsoe, e propôs uma 'classificação ecológica'.

O Nordeste teria potencial de tornar-se uma das regiões agrícolas mais ricas do Brasil e do mundo se

águas disponíveis fossem usadas de acordo com as técnicas agrônômicas, se fosse realizado um reflorestamento em grande escala e se fosse aplicado adaptado o sistema de lavoura seca dos EUA (GOMES, 1960). Dois outros pontos (a açudagem e o Polígono das Secas) comentados por esse autor foram comuns a outros textos e iremos retomá-los.

O primeiro foi que Gomes considerou a açudagem “(...) o grande meio de corrigir (...) os regimes [dos rios]. As barragens vertedoras são utilíssimas. Deter a água, represá-la, é a grande providência. Não há açudes inúteis no Nordeste” (GOMES, 1960, p.43). O segundo foi o questionamento feito ao “(...) Polígono das Sêcas, dos políticos, que não é o mesmo dos geógrafos e agrônomos” (GOMES, 1960, p.25).

Quanto ao segundo, Maio (1961) e Guerra (1955) compartilharam da mesma perspectiva, contestando as delimitações do Polígono em suas bases científicas. Guerra (1955) pontuou a dificuldade na definição precisa do que seria a área afetada pelas secas, justamente pela ‘excepcionalidade’ dos eventos de secas mais catastróficos. Por sua vez Maio (1961, p.88) apontou que embora o DNOCS tenha buscado demarcar áreas onde ‘os efeitos das calamidades parecessem mais severos’, os limites criados obedeceriam aos objetivos políticos e administrativos.

Em outro sentido, Sampaio Ferraz (1950, p.8) entendeu que o Polígono das Secas relacionava-se ao fato de que as secas nordestinas podiam ser parciais, totais ou grandes: as ‘parciais’ seriam fortes, porém não abrangeriam toda a área; as ‘totais’ abrangeriam toda a área, porém em menor intensidade e persistência; e as ‘grandes secas’ seriam ‘inconfundíveis’, pela maior intensidade, persistência e estender-se-iam pelo ‘polígono semiárido já bem delimitado’.

Quanto ao primeiro ponto acima destacado no texto de Gomes (1960), a açudagem, indicamos que a grande maioria dos textos sobre o assunto na RBG divergiu desse autor. Guerra (1955, p. 90-91) criticou o alto custo de construção dos açudes e o fato desses (e a irrigação a eles relacionada) constituírem a única política sobre problema das secas. Paul Vageler (1953, p.156), pedólogo prussiano, lembrou sua experiência ‘de mais de 50 anos’ e em ‘quatro continentes’ para expressar sua veemente reprovção pela construção de pequenas e grandes represas como obras de combate à seca.

Em suas propostas finais Vageler (1953, p.161) citou a necessidade da aplicação imediata de um ‘levantamento global agro-geológico’, da realização de um ‘minucioso estudo botânico e ecológico’ da flora nativa visando sua ‘apropriação’ para o reflorestamento, e possível fornecimento de

ferragem e alimentação humana, e de uma 'exata pesquisa geofísica' que indicasse os locais de presença da água doce no subsolo.

Outro ponto mencionado por Guerra, acerca das possibilidades agrícolas nas zonas secas, foi a avaliação de que a agricultura na região é praticada de 'maneira rotineira', não considerando a conservação dos solos, e assim, "o homem é (...) em parte, culpado pelos efeitos desastrosos da seca. Ele acelera a erosão do solo não o conservando convenientemente" (GUERRA, 1955, p.96).

A técnica agrícola da conservação dos solos foi justamente o cerne da proposta para as regiões secas nordestinas feita pelo professor da UB e consultor técnico do CNG Hilgard Sternberg (1951), conhecida por nós através da transcrição na RBG de sua exposição na 'Comissão do Polígono das Secas' no Congresso Federal. Com Sternberg instituímos uma nova demarcação nos discursos geográficos sobre os sertões nordestinos.

Primeiramente indicamos que a concepção científica de Sternberg foi fortemente influenciada pelo pensamento alemão de Otto Schluter (e a sua geografia da paisagem) quando, em 1943, estudou com o estadunidense Carl Sauer. Neste período aprofundou seu interesse na aplicação combinada das perspectivas geográfica e histórica na apreciação orgânica das comunidades humanas e seus habitats.

Assim sendo as reflexões de Sternberg ultrapassavam o escopo analítico dos vários textos acima comentados e voltados exclusivamente para pesquisa em subcampos da geografia física. Em sua exposição o geógrafo defendeu que a seca podia ser considerada um 'acontecimento social', no sentido de que desta derivavam 'problemas sociais'. O fenômeno da seca também seria social em outro sentido, pois além de sofrer a calamidade das secas o 'homem' também teria participação ativa nos fatores que contribuem e aprofundam estes problemas ao adotar técnicas agrícolas 'impróprias'.

As hipóteses e conclusões de Sternberg são justificadas com exemplos internacionais, demonstrando um domínio da questão que também resultou de sua participação no do Comitê de Pesquisas de Terras Áridas da UNESCO (1955-1956). Junto aos exemplos de variadas práticas agrícolas que deram certo ou não, Sternberg prescreveu uma concepção teórica particular, bastante influenciada pela geografia de então nos EUA. Desta maneira a agricultura conservadorista deveria ser considerada o eixo de "(...) qualquer programa que tenha por objeto prevenir os efeitos das secas e valorizar a região nordestina" (STERNBERG, 1951, p.16).

Esse 'sistema de agricultura racional' pressupunha um planejamento baseado no estudo das

possibilidades e dos problemas específicos da região foco, e nesse sentido não excluiria de início as duas outras mais tradicionais propostas de combate à seca: a açudagem e a silvicultura, “(...) mas utiliza uma e outra dentro de um sistema orgânico, estabelecido após cuidadosa análise regional” (STERNBERG, 1951, p.16).

Apesar de inicialmente ter apresentado a seca como um fenômeno ‘cultural’, o geógrafo exprimiu claramente a necessidade de definir a área de ocorrência do fenômeno seca nas suas variadas magnitudes, de forma objetiva, precisa e definitiva, o que seria feito a partir de critérios puramente naturais. Assim, o ‘fator’ demarcatório do ‘Nordeste semiárido’ de Sternberg foi a ‘carência’ de água, “(...) que limita o crescimento das plantas e a expansão e progresso da civilização” (STERNBERG, 1951, p.13). Porém essa demarcação abarcaria duas regiões, as serras e o sertão. A primeira seria quase que totalmente aproveitável agricolamente, se aplicada as técnicas conservacionistas. Contudo a ‘sub-região nordestina do sertão’ comportaria duas situações, definidas a partir das diferentes possibilidades de chuvas.

Na maioria dos espaços do sertão a condição das chuvas era variável, acompanhando diretamente a consideração da seca como um fenômeno social/cultural ou natural. Assim, após a estipulação de um padrão mínimo suficiente de chuvas as condições poderiam ser consideradas ‘culturais’ ou ‘físicas’ (STERNBERG, 1951, p.28). Nos anos em que as chuvas ultrapassassem o padrão a aplicação da agricultura conservadora e suas técnicas ‘modernas’, ‘racionais’ e ‘próximas cientificamente da geografia’ seriam suficientes, porém, caso contrário, não.

A segunda situação espacial do sertão caracterizado por Sternberg foi definida por fatores naturais, e apesar de minoritária alcançava “(...) grandes extensões niveladas de rochas graníticas, impermeáveis que se tostam a um sol ardente, em zonas quase sem chuvas. Aí, podemos concluir com Arrojado Lisboa, aí teremos sempre o deserto” (STERNBERG, 1951, p.28).

Como destacamos Sternberg também ressaltou a elevada pertinência da ciência geográfica e de seus estudos regionais no tratamento da questão das secas. Regionalmente a Geografia analisaria conjuntamente fatores sociais e naturais e teria condição de propor soluções mais efetivas pois adaptadas às especificidades locais. Sternberg exemplificou tal vantagem ao condicionar a feitura de um bom programa de estudos regionais à superação da tradicional opção pela açudagem e irrigação relacionada, o que exigiria ir além das questões ‘de Engenharia’ e enfrentar os problemas nas perspectivas, por exemplo, da ‘Bioclimatologia’, da ‘Agronomia’ e da ‘Sociologia Rural’.

Assim sendo abordamos esse outro tipo de discurso no qual a ‘delimitação da área de ocorrência do fenômeno seca’ também era fundamental, porém as ações de planejamento, consideradas estas delimitações, deveriam avançar em estudos regionais mais complexos e específicos. Nesse sentido Sternberg apresentou-se à Comissão do Polígono das Secas como defensor de uma ruptura nas políticas do poder central relacionadas à seca nordestina.

A arquitetura do DNOCS foi objeto de críticas variadas e crescentes com o passar dos anos na RBG. Essas denunciavam uma ineficácia das políticas adotadas, situação associada ao insuficiente investimento em pesquisas feitas com ‘métodos modernos’ e em ‘planejamentos racionais’. Percebemos aqui uma dinâmica política-científica que se propunha superar as políticas nacionais para a região das secas e para o Nordeste vigentes há décadas e que se confundiam com aquela instituição.

Apresentamos como exemplar dessa política então criticada o relatório de Edilberto Amaral apresentado em 1942 à ‘Secção de Solos’, da ‘Comissão de Serviços Complementares da Inspetoria de Sêcas’ (IFOCS, que se tornaria DNOCS em 1945), e publicado em 1946 na RBG. O autor lamentou que o seu era o quarto levantamento realizado (após os de 1916, 1928 e 1931) pelo IFOCS e que devido às ‘dificuldades’ enfrentadas, como ‘o atraso das obras’ e a ‘multiplicação dos custos’ não cumpriam seus objetivos.

Paradigmático desta situação foi o trecho do relatório no qual o autor denunciou a realização de um estudo, com mais de mil sondagens de terra, que foi ignorado no prosseguir das obras: “O mapa que resultou dêsse levantamento agrológico tem apenas valor como curiosidade histórica. Destarte o estudo procedido na bacia de irrigação em nada orientou o traçado dos canais principais, que obedeceu tão somente ao critério topográfico” (AMARAL, 1946, p. 73).

Salientamos que todos esses debates, observados através da perspectiva declaradamente científica e geográfica, relacionavam-se diretamente com disputas políticas e econômicas de grande magnitude, bastando lembrar o montante das verbas constitucionalmente destinadas ao ‘problema das secas do Nordeste’.

Sertões nordestinos experimentados pelas expedições geográficas: a seca e os transportes

Simultaneamente e relacionado à justificativa da seca identificamos a segunda grande característica dos discursos verificados na RBG que trataram dos sertões nordestinos, justamente a ativação daquelas tradicionais representações que acompanham sertão: espaços vazios, desconhecidos, incultos, distantes, isolados e pretendidos.

Exemplarmente iniciamos com um tipo de discurso que mobilizou as duas principais 'justificativas' que identificamos na RBG para pesquisar os sertões nordestinos, além de estar situado no início de nosso escopo temporal. São os relatos feitos pelo engenheiro Gilvandro Pereira e pelo naturalista, geomorfólogo, e geógrafo do CNG Alfredo Domingues, sobre as expedições para levantamento de coordenadas geográficas para o mapeamento da região.

Os autores propuseram uma regionalização da imensa área levantada com base em características que variavam desde a constituição geológica, passando pela vegetação, cultura, meios de transporte, tipos de relevo e paisagem, e alcançavam até mesmo os 'tipos humanos característicos'. Embora todos esses elementos fossem efetivamente analisados e relacionados, a delimitação final das três regiões (do Chapadão, a oeste, do Vale do São Francisco, no centro e do Espinhaço, a leste,) proposta pelos expedicionários foi determinada pelos fatores naturais.

Os autores concluíram que à despeito dessa regionalização natural, ou "(...) da diferença paisagística e topográfica, o homem, nesta vasta área, enfrenta os mesmos problemas básicos, que se resumem na falta d'água e de transporte, com tôdas as suas conseqüências" (PEREIRA, G., 1946, p. 69).

Logo, a seca foi novamente indicada como problema básico desses espaços, juntamente com a falta de 'transporte'. Estes fatores condicionavam a presença humana, situação exemplificada pela identificação pelos dois autores de um padrão para classificar a distribuição populacional por município na sub-região do Espinhaço: quanto mais montanhoso o relevo (e com maiores disponibilidades de água) e quanto maior a proximidade com a estrada dos Romeiros (principal eixo de transporte da área), maior seria a densidade demográfica municipal (PEREIRA, G., 1946).

Nesse discurso o problema dos transportes era diretamente associado às principais questões nacionais, das quais eram 'dependentes'. Foram citados nos relatos os problemas na educação, saúde pública, indústria, abastecimento das grandes cidades do litoral, exploração mineral e agrícola e custo de vida.

As representações do sertão e Nordeste (a Bahia não era na época Nordeste, o que é levado em consideração pelos autores) foram amplamente associadas aos dois maiores problemas da região. Assim, as áreas mais secas (ou com a vegetação da caatinga) eram comparadas por Pereira e Domingues com os similares espaços nordestinos. Por sua vez, os sertões, embora caracterizassem toda a região, em alguns espaços teriam sua maior expressão e potência.

Outra característica básica da representação espacial do sertão mobilizada nos relatos das expedições foi a justificativa da realização destas pesquisas pelo desconhecimento científico da região. Deste modo, espaços desconhecidos sendo desbravados por estudos declaradamente científicos e modernos.

Associado a este caráter científico e moderno todos os espaços descritos eram classificados, a partir de variáveis demográficas, econômicas, políticas e geográficas, numa escala estabelecida pelas expectativas de 'progresso' (em progresso, estagnado, decadente). Os aspectos políticos mais usuais eram as denúncias feitas pelos textos sobre o abandono oficial da região, o qual provocava também uma maior exploração do trabalho.

O desbravamento dos sertões ocorria não só pelo estudo científico de regiões antes desconhecidas, mas também na construção das próprias condições que permitiriam tais pesquisas. Neste sentido citamos a passagem onde Pereira explicou que o CNG (devido à grande extensão da zona a percorrer, às dificuldades de transportes, às grandes distâncias entre pontos de provável abastecimento, ao tempo relativamente exíguo, ao grande volume da bagagem a transportar e às dificuldades topográficas da região) "(...) resolveu e contratou a construção de um caminho que permitisse a passagem de automóveis ou caminhões. (...) Esta estrada foi (...) o verdadeiro 'abre-te Sésamo' de toda a zona" (PEREIRA, G., 1942, p.90).

As viagens eram mencionadas nos relatos como 'explorações geográficas' e abundaram as descrições sobre as estradas ruins, os acidentes de automóveis, os erros de caminho, a falta de alimentos, o cansaço extremo, e até trágicas mortes de membros das expedições. Hegemonicamente as características ambientais eram narradas a partir de sua 'dureza', associadas recorrentemente a um sinalizado 'vazio populacional'. Outros espaços tinham sua caracterização natural positiva, todavia ofuscada na maioria das vezes por sérios problemas sociais.

Contudo, para o autor, 'grandes obras' seriam capazes de 'resolver' estes problemas e então a região entraria "(...) numa fase de inestimável progresso, podendo desenvolver-se grandemente, elevando

o nível de vida do baiano e do brasileiro, tornando-se um enorme celeiro de gêneros alimentícios e recursos minerais” (PEREIRA, G., 1946, p. 70). As soluções propostas passavam por ‘grandes obras’ como a construção de ‘grandes e numerosos’ lagos artificiais e uma ‘racional’ rede de canais, pela construção de ferrovias (alimentadas pela energia hidráulica ao invés de lenha) e uma rede de rodovias subsidiárias, pelo estabelecimento de linhas aéreas regulares, pela reforma no sistema telegráfico, pelo aumento e a ‘modernização em elevadas proporções’ dos navios que fazem a navegação do São Francisco e seus afluentes navegáveis, pela construção de açudes que regularizassem os regimes destes rios e servissem para o “(...) aproveitamento , em larga escala, do enorme potencial de energia hidro-elétrica (...), permitindo também um grande desenvolvimento industrial, como o aproveitamento das matérias primas de que a região é riquíssima” (PEREIRA, G., 1946, p. 70).

Estas transformações constituiriam

(...) uma obra que redimiria esta área e elevaria ainda o nome do Brasil no meio dos grandes países do mundo civilizado.

Muitos poderão julgar utopia a realização de tal plano, mas os exemplos de outras nações aí estão para mostrar que sua realização é perfeitamente viável, nada tendo de impossível. Apenas persistência e honestidade são necessárias para que possa ser concretizada. Nunca devemos nos esquecer que, sendo o Brasil um dos maiores países do mundo em extensão territorial, seus problemas são relativamente ainda maiores que sua extensão. Jamais as futuras gerações brasileiras nos desculparão se não realizarmos esta obra que já devia estar, pelo menos iniciada ... (PEREIRA, G., 1946, p. 70).

Portanto observamos a importância da expedição e de seu relato não só quanto aos objetivos específicos da empreitada, mas principalmente pelo seu caráter desbravador de um território desconhecido. Pereira produziu e divulgou um diagnóstico científico geográfico de uma região descrita como subpovoada, pobre, sujeita a problemas ambientais seríssimos e fortemente isolada. Mais além o autor utilizou seu diagnóstico para propor ‘grandes obras’ de ‘modernização’ baseadas em ‘planos racionais’ que promoveriam o ‘desenvolvimento industrial’ e a ‘civilização’.

Ligeiramente próximos a este discurso dos relatos das expedições identificamos os trabalhos na RBG sobre a questão dos transportes. A série ‘Geografia dos Transportes no Brasil’, do engenheiro Moacir Silva foi publicada em onze números sequenciais da revista, de 1939 a 1941 e compartilhou algumas ideias, objetivos e perspectivas com os relatos de Pereira e Domingues.

Nestes textos observamos a discussão sobre as propostas de regionalização brasileiras, muitas narrativas e análises sobre o povoamento e a colonização a partir da perspectiva dos transportes, e

diversas propostas de políticas públicas em espaços caracterizados como sertões. Identificamos a classificação espacial de acordo com ‘etapas civilizacionais’, definidas prioritariamente por fatores relacionados a circulação e comunicação.

As referências sobre sertão (este ‘interior vastíssimo e profundo’) são frequentes e poderosas, pois o processo histórico de interiorização, ou o ‘desbravamento dos sertões brasileiros’, significaram o ‘completo devassamento do território’ e a sua conquista pela civilização. Todavia Silva tenha utilizado sertão na maioria dos casos para se referir a esse processo de longa data, muitas vezes deixou claro que esse processo ainda não estaria finito, como no trecho em que conclamou o brasileiro a “(...) conquistar, pacificamente, o sertão, ligá-lo ao litoral, e às fronteiras dos países de oeste, por estradas de ferro, e de rodagem, por linhas de navegação aérea, por todos os sistemas, enfim, de transportes e comunicações” (SILVA, 1939(a): p.87).

Assim sendo as ‘eficientes e modernas’ rodovias foram incensadas como ‘caminhos civilizadores’, tal como a principal estrada do plano rodoviário regional, a Transnordestina. Essa obra conectaria Salvador e Fortaleza, tendo um caráter ‘eminentemente político e social’, expresso pela função de ligar as diversas e isoladas ‘linhas de penetração’ do litoral rumo ao interior, e proporcionar fácil acesso ao rio São Francisco. O plano rodoviário, assim como muitas das políticas públicas atuantes nesses espaços estavam sob responsabilidade da IFOCS.

Sertões nordestinos experimentados pelo planejamento regional brasileiro e suas influências estadunidenses

No final da década de 1940 identificamos um outro discurso geográfico expresso na RBG acerca dos sertões nordestinos. Eram os textos que informavam sobre o planejamento de Estado, em diferentes escalas. Alguns desses textos debatiam a própria teoria do planejamento regional e sua pertinência geográfica, enquanto outros eram unicamente trabalho subsidiários aos projetos de planejamento (nesta classificação podemos incluir também alguns dos textos já mencionados que trataram da seca, como: EGLER, 1951; BERNARDES, 1951; SENRA, 1954 e BARROS, 1957).

Neste contexto foi fundamental o convênio assinado em 1949 diretamente pelo Presidente da República entre a recém instalada CVSF e o CNG, para que esse obtivesse ‘urgentemente’ dados cartográficos, geográficos e estatísticos, produzisse uma investigação ‘objetiva’ das condições de adaptação humana ao meio físico da região e organizasse uma mapoteca, uma fototeca e um arquivo municipal.

Num segundo momento o CNG deveria interpretar tais dados e produzir estudos específicos tais como: um atlas da bacia do São Francisco, um estudo sobre a ‘Divisão Regional da Bacia do São Francisco’, pesquisas acerca das possibilidades de povoamento da bacia do São Francisco, estudos ‘completos’ sobre a geografia dos recursos minerais, geomorfologia e geologia, e a compilação cartográfica, desenho e impressão de mil exemplares de cinco mapas específicos (CONVÊNIO, sobre Estudos Geográficos (...), 1950).

O mesmo convênio definiu que a empresa Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul S.A., contratada pelo Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais para efetuar o levantamento aéreo do vale do São Francisco deveria doravante prestar seus serviços à CVSF. O levantamento aéreo fotográfico constituía-se numa novidade altamente valorizada política e economicamente.

Valendo-se de tecnologias recentemente desenvolvidas para uso militar a utilização de fotografias aéreas significou uma revolução nos processos de mapeamento e levantamento territorial. Entre 1942 e 1945, durante a 2ª guerra mundial foi realizado o primeiro levantamento aerofotogramétrico no Brasil pela Força Aérea dos Estados Unidos (USAF) abarcando mais da metade do território nacional na escala 1:40.000. Tais fotos foram disponibilizadas ao Brasil, e ficaram sob a guarda do CNG, sendo utilizadas para mapeamento, por compilação, na escala 1:1.000.000 (SILVA, 2015).

A utilização desse material pelos técnicos do CNG teve grande responsabilidade na consolidação de

diferentes métodos de pesquisa, sobre variados temas. Combinados ou competindo com os trabalhos de campo a incorporação da aerofotogrametria nos estudos geográficos foi assunto de significativos debates.

Relembramos que durante suas expedições ao oeste baiano, justamente para viabilizar o mapeamento daquela área, Gilvandro Pereira encontrou-se, fortuitamente, num navio no rio São Francisco com

(...) três oficiais da Aeronáutica do Exército norte-americano que, afim de levantarem coordenadas geográficas nos vales dos rios Preto e Sapão, para localização e amarração de levantamento aerofotogramétrico- por eles executados sob as ordens do cônsul Asla Kson, da Embaixada dos Estados Unidos da América, - iam para a zona da qual vínhamos. (PEREIRA, G., 1943, p. 82)

Pereira relatou que eles já eram ‘sabedores’ dos trabalhos da expedição e ‘convidaram para uma conferência’ os brasileiros,

(...) que se realizou, sem mais tardança, no próprio navio, e da qual resultou, diante da exposição de nossos serviços, altamente satisfatórios, na desistência de suas atuações nesta área, seguindo êles a viagem, em procura de outras áreas, onde mais útil fôssem os seus trabalhos. · Posteriormente, em Salvador, foi-lhes facilitada a cópia do que necessitavam, não sem antes haverem êles exibido um cartão do Brigadeiro Tromposwsky, Chefe do Estado Maior de nosso Ministério de Aeronáutica, que recomendava-lhes fôsse facilitado tudo o que necessitassem, em todos os sentidos. Útil se tornará a utilização, por nós, da enorme faixa de mais de 100 quilômetros de largura, pelos mesmos aerofotografadas, e que acompanha, mais ou menos, a atual linha aérea Rio-Barreira-Belém, além da parte sanfranciscana, tôdas já terminadas, conforme pelo menos nos foi dito. (PEREIRA, G., 1943, p. 82-83)

A concessão destas fotos aéreas tiradas pela USAF ao CNG pode ser compreendida no contexto das relações entre o Brasil e os EUA durante a segunda guerra. Justamente o avanço da navegação aérea anterior à guerra introduziu uma nova questão-chave na geopolítica do Atlântico Sul. A proximidade do chamado ‘*Brazilian bulge*’, ou a ‘Protuberância brasileira’ do continente africano era uma preocupação que ocupava a superpotência militar mundial e inclusive ensejou a criação de um plano (‘*Plan Rubber*’) para a ocupação da costa nordeste do Brasil anterior à decisão brasileira de declarar guerra ao Eixo. Neste sentido nas negociações que precederam à entrada do Brasil na guerra a permissão do uso da base aérea de Natal (RN) pelas forças militares dos EUA foram um trunfo brasileiro.

Depois da guerra e ao longo do período da pesquisa o cenário geopolítico da guerra-fria continuou mantendo ativa a questão do Nordeste brasileiro como área estratégica: “(...) a região é descrita no relatório como sujeita a conflitos sociais e um ‘potencial centro de agitação e disseminação de ideais

comunistas’, mas considerada crucial para a defesa do Atlântico-Sul e dos Estados Unidos em caso de um ataque russo a partir da África” (FELLET, 2017).

Assim sendo dois eixos paralelos são defendidos pelo órgão de inteligência dos EUA. O primeiro era apoiar a contrapropaganda soviética e ‘eliminar ou neutralizar’ os grupos comunistas que estariam presentes em ‘todo o país e em diferentes esferas do governo’. O segundo eixo propunha ‘sanar’ o ‘atraso cultural’, a pobreza e a ‘politização das massas por agentes comunistas’ que impediriam o ‘desenvolvimento’ do Brasil e que poderiam facilitar a disseminação do comunismo no país (FELLET, 2017).

No âmbito do IBGE as relações Brasil – EUA foram fortalecidas no contexto da 2ª Guerra com a dificuldade na manutenção do forte intercâmbio com França. Como descrevemos após a primeira ida de Jorge Zarur para Wisconsin (EUA) vários geógrafos do órgão também estudaram e teceram relações no ambiente universitário estadunidense. Essas relações binacionais, no tocante ao Nordeste, foram identificadas na RBG através dos textos de Zarur (1942, 1944), Preston James (1939, 1949) e Orlando Valverde (1944).

Zarur, contratado pela *National Planning Association* de Washington (EUA), e inspirado pela utilização dos conhecimentos geográficos naquela que considerou uma das realizações do século, a TVA (*Tennessee Valley Administration* - Administração do vale do Tennessee), produziu uma análise regional da bacia do São Francisco publicado nos EUA (uma resenha de James na *Geographical Review* foi traduzida na RBG) e no Brasil pelo CNG. Em seu trabalho de campo Zarur foi acompanhado por Valverde, na condição de representante do CNG, e o relatório do geógrafo do CNG também foi publicado na RBG.

Zarur (1942) também havia publicado uma resenha sobre a principal obra de James, ‘*Latin America*’, classificada como uma moderna geografia. Esta caracterização acompanha Zarur: sua conferência ‘Geografia: ciência moderna ao serviço do homem’ também transcrita na RBG (ZARUR, 1944), foi apresentada pelo secretário geral do CNG entre 1937 e 1950 Cristóvão Leite de Castro, que chamou Zarur de ‘o geógrafo moderno’. Em seu discurso Zarur (1944) explicou que a geografia moderna seria utilitária e regional, servindo à administração pública, ao capital e à guerra.

Da resenha feita por Zarur (1942, p. 137) do livro de James, indicamos que o geógrafo estadunidense definiu os sertões como uma ‘vasta zona intermediária’ de transição entre as regiões de ‘população concentrada’ na costa e as pequenas áreas do interior ‘nunca aproveitadas’, nem mesmo pela

economia de subsistência. Além dessa posição intermediária os sertões para James seriam vastas extensões de terras, com população escassa e largamente esparsa, utilizadas pontualmente para a subsistência.

Porém o principal contributo do sertão à 'evolução da vida nacional' era o desenvolvimento de um 'espírito especulativo' e 'fútil' que condicionou nacionalmente as 'relações do povo com a terra' e produziram um 'tipo de população instável e nômade'. Essa abordagem do importante geógrafo estadunidense e também ativo participante da inteligência militar dos EUA é reafirmada na sua resenha sobre o trabalho de Zarur acerca do vale do São Francisco.

Na interpretação de James (1949) enquanto que para o brasileiro o vale do São Francisco seria o sertão, a grande dificuldade na apresentação desse espaço ao público estadunidense seria explicar essa lacuna formada pela difícil tradução desta palavra. James então associou sertão às específicas concepções que em sua análise comandaram a consolidação do Estado brasileiro: o espírito especulativo, exploratório e extrativo.

Esse espírito/'sentimento quase místico' desenvolvido pelo/no sertão seria tão poderoso que 'condicionava as relações do povo com a terra' até mesmo nos 'centros da civilização brasileira', as grandes cidades. Esse espírito-sertão foi contraposto por James às vantagens 'reais ou imaginárias' oferecidas pelas grandes cidades crescentemente ao longo do século XX. Para James uma 'pouco densa' embora 'contínua' migração do sertão para as 'áreas habitadas' comprovava uma modificação da utilização da representação espacial do sertão no Brasil.

Contudo, na perspectiva de James, o problema-sertão não seria assim solucionado, pois era justamente a 'escassez' de população que 'retroalimentava' o ciclo que 'impedia o desenvolvimento'. Consequentemente, sem uma política de atração de imigrantes em larga escala, e sem nenhuma perspectiva de que o 'brasileiro da cidade' iniciasse um 'grande avanço para o interior' e desvendasse 'as riquezas do sertão', o quadro não era positivo.

Lucas Lopes, diretor da CVSF, discursou na IX Assembleia Geral do CNG, em 1949 convocando os geógrafos para uma experiência inédita de planejamento regional no país. Lembramos que o convênio CVSF-CNG acabara de ser assinado concedendo aos geógrafos do Conselho a tarefa de conduzir pesquisas que caracterizassem o melhor possível a região-alvo desta política.

O diretor da CVSF desenvolveu um diagnóstico do território nacional definindo dois tipos de espaços. O primeiro seria representado pelo 'Centro' e pelo 'Nordeste', regiões isoladas entre si, e que

concentravam a 'presença humana', a 'população', a 'produção', a 'riqueza', o 'trabalho', a 'vida social' além de encontrarem-se então em 'franco progresso'. O segundo tipo de espaço no território nacional seriam as vastas regiões 'vazias' existentes entre o Centro e o Nordeste e também em várias outras áreas.

A proposta da CVSF era conduzir a 'ocupação efetiva' e a 'valorização econômica' do vale do São Francisco 'eliminando o vazio' entre os dois polos econômicos-demográficos. Assim seria cumprido o destino do São Francisco, coincidente ao objetivo "(...) do mais alto interesse político da nação, (...) fundamental para dar vazão ao esforço que ainda precisamos despender para consolidar a unidade nacional" (LOPES, 1950, p. 123).

Notamos, portanto, a consolidação de um discurso profundamente formatado e informado por teorias e métodos advindos dos EUA. Somente na conferência de Lucas Lopes foram citados ao menos oito geógrafos estadunidenses, todos com grande destaque. O diretor da CVSF também defendeu a geografia moderna, utilitária, pragmática e baseada na análise regional. Assim a Geografia seria capacitada para diagnosticar regiões nas quais a 'ocupação humana' e o 'progresso' sofreriam naturalmente maiores 'resistências e oposições'.

Lopes, assim como Zarur, também citou a experiência fundamental da TVA, indicando que sua maior lição para o planejamento do São Francisco seria a sua 'tese política': a implantação de uma perspectiva 'sadia de planejamento democrático'. Por conseguinte, além do TVA ter lançado 'as bases de uma revolução técnica' no planejamento, naquele momento pós-guerra, ele representava um trunfo político no uso bem-sucedido do instrumento do planejamento frente ao mundo comunista. Lopes contrapôs o planejamento de governos 'totalitários' e o feito nos EUA, um 'plano democrático', que tinha 'o cidadão como colaborador'. Para a perfeita execução deste tipo de 'planejamento democrático' Lopes ressaltou uma dupla necessidade na relação entre cientistas e administradores. Os políticos deveriam ouvir os cientistas e os cientistas deveriam raciocinar em termos políticos, transformando a 'ciência pura' em 'realidades práticas e úteis à humanidade'.

Comentamos com base nas explanações de Lopes sobre o TVA acerca da limitação desse caráter democrático da iniciativa, no projeto e execução de obras hidráulicas. Esta seria o único 'setor' no qual o TVA possuiria 'poderes absolutos'. Sinalizamos que tais obras provocam enormes consequências nos espaços atingidos e frequentemente são objetos de reclamações e repúdio pelas populações locais. Justamente a importância transversal e fundamental destas 'obras hidráulicas' nos

planejamentos regionais, sobretudo naqueles executados em bacias hidrográficas, demonstrou que o propalado espírito democrático não era o foco desses projetos.

Dez anos depois uma situação similar (a transcrição na RBG de uma conferência de diretor da CVSF numa assembleia de geógrafos) nos forneceu mais alguns pontos dos discursos que caracterizavam os espaços dos sertões nordestinos. Salomão Serebrenick (1960) também mobilizou os argumentos do ‘preenchimento do vácuo entre as civilizações do Sul e do Norte’, e o de que o vale representava uma ‘excelente base de expansão demográfica em direção ao Brasil Central’, para justificar o investimento no rio que, ‘graças à sua posição geográfica teria a ‘patente’ função de consolidador da unidade nacional.

Identificamos neste texto a utilização da ideia do ‘moderno’ como propulsora do ‘desenvolvimento’. Neste sentido o diretor da CVSF também tratou diferenças espaciais como sequências temporais ao classificar regiões ‘mais prósperas’ e ‘mais atrasadas’ e basear sua proposta na busca de um ‘necessário equilíbrio’.

Logo, sobressaiu novamente na RBG um discurso sobre os sertões nordestinos que reafirmava o caráter ‘científico’ do planejamento em suas variadas perspectivas: necessidade de estudos prévios ‘sistemáticos’, existência nos planos de etapas ‘experimentais’, promoção do ‘aproveitamento’ ou ‘melhoramento’ ‘racional’ de determinados espaços, preocupação em capacitar tecnicamente a população atingida, e assim “(...) prepará-los metódicamente para a agricultura moderna” (SEREBRENICK, 1960, p. 139).

Grande parte dos planos da CVSF para a ‘infraestrutura material’ relacionavam-se diretamente com a realização de enormes represas fundamentais para o ‘progresso’ regional. As barragens regularizariam os regimes fluviais, eliminando as temidas enchentes periódicas, permitiriam imensos aproveitamentos hidrelétricos, a irrigação de grandes áreas, a perenidade da navegação e a atenuação da erosão e do entulhamento do rio. Estas obras de grande magnitude seriam primordiais para o aproveitamento agrícola das ‘imensas vazantes’, para o ‘saneamento’ das áreas marginais, e também para o desenvolvimento industrial.

Foram citadas como fundamentais a ‘enorme barragem’ de Três Marias e a de Sobradinho. Esta última teria especial relevância, pois atingiria a região mais ‘complexa’ da bacia, sua ‘área-problema’, a qual estaria sujeita ao plano de ‘aproveitamento múltiplo’ e ‘valorização racional’. Tais ações pontuais propagariam desenvolvimento e progresso justamente através do planejamento regional.

Por exemplo, os projetos das grandes barragens se relacionavam com a construção de várias usinas hidrelétricas de porte médio e reduzido, e das linhas de transmissão dos sistemas CEMIG (alto São Francisco) e CHESF (médio-baixo São Francisco).

A partir do meio da década de 1950 e mais intensamente entre 1958 e 1961, se manifestam na RBG vários textos que nos permitiram definir um novo tipo de discurso voltado aos sertões nordestinos, também no campo do planejamento regional. Foram principalmente transcrições de discursos do presidente Juscelino e informes sobre os Encontros de Bispos do Nordeste. Aqui, além das imagens já tradicionais assumia o protagonismo a noção de desenvolvimento.

Como um dos elementos que marcaram esse tipo de discurso identificamos a reivindicação de similaridade entre Operação Nordeste e a Operação Pan-Americana. Ambas foram iniciativas do governo Kubitschek e conforme o próprio pautaram-se nos mesmo princípios ou ‘forças invencíveis’ que seriam ‘a aspiração de uma vida melhor e mais alta’, ‘o desejo veemente de progresso’ e ‘o ideal cristão de fraternidade e de justiça’:

A Operação Nordeste é a aplicação dos princípios da Operação PanAmericana, por um país, dentro do seu próprio território. Realizando-a, demonstraremos às nobres nações da América que somos capazes de fazer, dentro de casa, aquilo que almejamos, em escala maior, para o continente, conforme tivemos ocasião de expressar, quando dirigimos aos povos americanos o nosso apêlo, em favor da luta em comum contra o subdesenvolvimento.

A Operação Nordeste não se deterá, como não se deterá a Operação PanAmericana. (...) A primeira pretende redimir, no seio do Brasil, uma região que se empobreceu e que, entretanto, possui abundantes riquezas para dar à grande pátria. A segunda almeja banir das Américas as penúrias e privações que desfiguram a personalidade humana e erguer, em todo o continente, uma civilização que honre a nossa época e os nossos povos. (SEMINÁRIO (...), 1959, p. 194).

Neste contexto o Presidente da República reafirmou o pretense caráter inexorável desta ‘guerra’ pela ‘libertação das garras seculares do subdesenvolvimento’ citando as obras de imensas magnitudes realizadas sob seu comando na Amazônia (‘turmas que abriram na floresta selvagem o primeiro caminho por onde se realizará a redenção do mundo amazônico’), e nas usinas hidrelétricas de Furnas (então a maior obra da América Latina em execução, com enormes empréstimos do BIRD) e a acima comentada por Serebrenick, Três Marias, a maior barragem de terra do mundo na época.

Desta maneira o subdesenvolvimento deveria, como o ‘atraso crônico’, ‘ser superado’, e o primeiro passo era um ‘estudo meticoloso’ que identificasse ‘as peculiaridades regionais’, seguido de ‘planificações técnicas’ que visassem modificações na ‘estrutura econômica’ daqueles espaços. Este estudo, encomendado por Juscelino e realizado por Celso Furtado, então diretor do BNDE para o Nordeste, foi apresentado em fevereiro de 1959 no Palácio do Catete, quando o presidente assinou

e apresentou a mensagem que propunha a criação da SUDENE para o Congresso e os governadores da região.

Identificamos que em seus discursos Juscelino não definiu exatamente uma delimitação para a região Nordeste, todavia tratou transversalmente do ‘problema nordestino’ e citou o ‘complexo econômico do Nordeste’, composto pela ‘faixa úmida do litoral’ e pela ‘zona semiárida’. Essa abarcava ‘extenso território’ do Piauí à Bahia e demarcava os espaços onde se ‘concentravam especialmente’ os ‘aspectos mais dramáticos’ do ‘problema do Nordeste’: “(...) onde vivem cêrca de 12 milhões de pessoas, que se dedicam basicamente a uma agricultura de sobrevivência, de baixo rendimento, à cultura do algodão e outras plantas xerófilas, e à pecuária. A economia dessa área é particularmente débil; a sua produtividade, quase primitiva” (OPERAÇÃO Nordeste, 1959, p. 104).

Portanto esses textos, quando contextualizados em nossa narrativa, expuseram o próprio processo político de criação da SUDENE. Foram então caracterizados dois campos, o primeiro, comandado pelo próprio Presidente da República, com apoio do BNDE, da CVSF, da CHESF, da CNI, do Exército (preocupado com o acirramento dos conflitos agrários), dos Bispos do Nordeste (os quais, na declaração final do II Encontro, asseveraram que o planejamento econômico regional ‘necessitava’ ser completado por ‘aspectos humanos’ e por ‘implicações sociais’) e parcela importante da mídia, e o segundo formado pelos governadores dos estados nordestinos, seus deputados e senadores, e a já pesadamente estabelecida agência de combate às secas, o DNOCS.

O diagnóstico produzido por Furtado reforçava as imensas desigualdades entre o Nordeste e o Centro-Sul, responsabilizava a escassez relativa do fator terra e a menor concentração de capitais, e previa uma tendência de aceleração do desequilíbrio regional. A aposta de Furtado, avalizada por Juscelino era a ‘modificação da estrutura vigente no sistema de produção’, justamente aquela baseada na lavoura de subsistência. Neste sentido os ‘programas setoriais de irrigação’ seriam insuficientes para superar os ‘grandes desajustamentos econômicos’ existentes na região semiárida.

Além de iniciativas para a ‘recuperação da zona agropecuária’, foram destacadas nos discursos presidenciais a propulsão da industrialização, priorizando as indústrias de base, a opção pela ‘fonte hidráulica’ para o provimento de energia elétrica, com vultosos investimentos e obras planejadas até 1964, a escolha do modal rodoviário em detrimento do ferroviário para ‘integrar os mercados’, altíssimos investimentos para quadruplicar em quatro anos as vias pavimentadas da região (estas seriam ‘criadoras’ de ‘vida, riqueza e progresso’ ao longo de seus percursos), projetos de irrigação, a

responsabilidade da iniciativa provada, principalmente em conter à fuga de capitais, o abastecimento de água nas cidades da região e o abastecimento de alimentos nos principais centros urbanos.

Uma outra medida proposta foi a

(...) a abertura de frentes de colonização, que permitam à economia do Nordeste o aproveitamento pleno de terras periféricas bem servidas de água, mas ainda insuficientemente utilizadas. Esse deslocamento da fronteira agrícola nordestina será facilitado pela obra de desbravamento das regiões centrais do país, cuja expressão máxima é a rodovia Belém-Brasília. (OPERAÇÃO Nordeste, 1959, p. 105).

A justificativa da iniciativa foi a de que a magnitude populacional detectada na região semiárida não permitiria o desenvolvimento. Prevendo dificuldades neste projeto o presidente mencionou que um 'esforço coordenado de reorganização econômica e social' seria exigido para efetivar essa sugestão de avanço das 'frentes de colonização' e 'fronteiras agrícolas' nas áreas 'sub-utilizadas' da região central do Brasil (OPERAÇÃO Nordeste, 1959, p. 105).

Como vimos esse parecer não era inédito. O geógrafo da Universidade de Lisboa e especialista em geomorfologia e agricultura Mariano Feio fez avaliação similar em artigo na RBG, indicando que mesmo que as atividades rurais fossem 'racionalizadas' e mecanizadas existiriam 'nordestinos que cultivam terras' que não conseguiriam se sustentar pois a situação frente aos fatores ambientais e demográficos era de 'impossível resolução'. Assim sendo, Feio advogou que a 'retirada' dessa população para áreas não sujeitas às secas seria a única alternativa.

Também o local de destino dessa população foi o mesmo de Juscelino, o norte de Goiás. Feio (1954) fez um exercício de imaginar e descrever um 'novo Nordeste' no território mais próximo com boas condições agrícolas. Seriam construídas estradas 'diretas e eficientes', a colonização avançaria em 'grande escala' nas terras 'previamente limpas de mata', sob 'orientação' de agrônomos e 'defendida' da especulação (FEIO, 1954, p.66).

Por conseguinte, notamos o grau de impacto que tais políticas poderiam alcançar. Isso somente era possível através da escala de pesquisa e ação adotada, a federal, que suplantava os estados e municípios valendo-se das técnicas de planejamento regional. Esta disputa nas escalas de poder administrativo (Federal, Estadual e Municipal) sempre foi tradicional na história brasileira. Depois da tomada do poder por Getúlio Vargas em 1930 e durante uma década foram estudadas propostas de redefinição da divisão territorial brasileira por Mário Augusto Teixeira de Freitas e João Segadas Viana, ainda no âmbito dos órgãos que depois dariam origem ao IBGE. A própria não concretização destas propostas, mesmo sob um governo ditatorial, indicava a potência dos estados em relação à

escala Federal.

Observamos também com estão imbricadas a produção científica, sua valoração e divulgação, e disputas político-administrativas e econômicas, que atravessavam diversas escalas. Desde disputas locais pela localização e uso dos açudes construídos pelo DNOCS e o crescimento de movimentos sociais rurais como a Liga Camponesa, passando pelas denúncias de corrupção que assolavam o órgão e pelas ações midiáticas que as divulgavam, e chegando até os mais restritos poderes da república, e mesmo aos relatórios militares das agências de espionagem estadunidenses.

No contexto do programa de aceleração do desenvolvimento encaminhado por Juscelino Kubitschek, muitas grandes obras estavam sendo planejadas e executadas, numa dinâmica inédita no país. Grandes empresas de engenharia e empreiteiras foram constituídas, entre elas a Hidroservice, de Henry Maksoud, contratada pelo CODENO e cujo extenso relatório foi publicado na RBG. Indicamos que apesar da terceirização eram íntimas as ligações entre a empresa e diversos órgãos e instancias do poder público.

Maksoud além de grande empresário foi um dos maiores divulgadores do pensamento liberal no Brasil. Neste sentido o discurso mobilizado no relatório foi o do trabalho científico e 'puramente técnico', o qual seria oposto e impermeável às questões políticas e de administração pública. Justamente nessa 'vantagem' se fundamentava o autor para defender a maior eficácia deste tipo de trabalho de consultoria ao planejamento regional.

Outro ponto interessante deste novo tipo de discurso apresentado na RBG foi o destaque concedido ao geógrafo e à geografia nos projetos de planejamento e desenvolvimento regional. O tema do relatório era dos mais estratégicos 'O estado atual dos conhecimentos sobre os recursos de água do Nordeste', e foram diagnosticadas regionalmente a ocorrência, as características, o uso e o controle dos recursos de água, além da disponibilidade e adequabilidade das informações relacionadas (MAKSOUUD, 1961, p.3).

A partir desta avaliação foram prescritas 'mudanças' que atingem variados temas e muitas escalas da administração pública. Assim, apesar de ser declaradamente um trabalho técnico, subsidiário e aplicado ao planejamento regional são oferecidos pareceres que discutem diretamente políticas públicas de grande amplitude e seus modos de administração.

Maksoud (1961) participou também do debate sobre a introdução de novos métodos de pesquisa derivados dos avanços no campo do mapeamento aéreo. A fotografia aérea foi considerada uma

imprescindível “(...) ferramenta de estudo e planejamento, mediante a técnica conhecida como fotointerpretação” (MAKSOU, 1961, p.94).

O relatório celebrou a precisão, a rapidez e a economia proporcionada por esta técnica. Confirmando essa importância conferida à fotointerpretação foi produzido um mapa que mostrava o alcance dos levantamentos aéreo fotográficos na região Nordeste (além do já citado, da USAF, o da Cruzeiro do Sul, da PROSPEC, e da Diretoria de Hidrografia e Navegação).

Este marcante relatório da Hidroservice para o CODENO foi publicado em 1961 e retomava críticas feitas em diversos textos aqui mencionados e publicados nas décadas de 1940 e 1950, quanto ao ‘controle indiscriminado, por meio de açudes, das bacias fluviais’. O relatório da empresa consultora também orientou o ‘abandono’ dos ‘inadequados’ métodos usados para o ‘dimensionamento hidrológico’ dos açudes no Polígono das Secas (MAKSOU, 1961, p.4).

Nesse sentido, a solução hidráulica, definida por Sternberg (1951), como a ‘solução da engenharia’, era naquele tempo com o DNOCS, e anteriormente com o IFOCS, ‘a tarefa primordial’ exercida pelos governos no Nordeste. Contrapondo-se a este campo que sustentava a ‘solução hidráulica’ percebemos o surgimento do discurso do planejamento regional. Nessa dinâmica os textos publicados na RBG, a partir de variados temas específicos, foram fundamentais para consolidar esse discurso do planejamento.

Além dos já citados lembramos do ‘enfático diagnóstico negativo’ sobre as políticas efetuadas em relação ao fenômeno ‘social e econômico’ das secas elaborado por Feio (1954), e do lamento de Maio (1961) sobre o que denominou de ‘desconhecimento científico do meio regional’. A geógrafa do CNG também demandou uma ação governamental que impulsionasse ‘o reerguimento do Nordeste’, comentando as possibilidades oferecidas pelos planejamentos regionais, os quais “(...) podem amenizar ou sobrepor-se às hostilidades do meio, como tem ocorrido em tantas outras regiões de características semelhantes ou mais severas ainda” (MAIO, 1961, p.89).

Os discursos dos subcampos da Geografia Humana sobre os sertões nordestinos na RBG

Os trabalhos de geografia que enveredavam nos nascentes subcampos sociais/humanos da disciplina constituem outro tipo de discurso sobre os sertões nordestinos também identificado na RBG. Estes representam uma geração de geógrafos formados nos primeiros cursos universitários de geografia, e que desenvolvem pesquisas principalmente em Geografia Agrária e Geografia Urbana. Nesse sentido não são necessariamente trabalhos relacionados aos projetos de planejamento, ou a específicas instâncias da administração pública, pois as escalas dessas investigações (cidades, regiões polarizadas por cidades, colônias agrícolas, e regiões de estados, por exemplo) não acompanhavam majoritariamente os recortes administrativos comuns aos planejamentos regionais (órgãos do Governo Federal).

Estes textos registraram uma variedade de leituras sobre os sertões nordestinos que representam uma ruptura aos anteriores. Destacaremos aqui três textos publicados entre 1955 e 1956 e outros cinco entre 1962 e 1964.

Iniciamos com o longo artigo de Orlando Valverde (que embora pioneiro no CNG já lá permanecia por uma década e havia cambiado seus métodos e interesses⁵²), no qual ele propôs uma geografia agrária e econômica, com significativa ênfase no mapeamento.

O autor se baseou nas leituras de Leo Waibel sobre as teorias de Von Thünen (citados por Valverde como fiadores de um ‘caráter científico’ da ‘Geografia Agrária’) e definiu faixas econômicas baseadas no uso da terra no leste da Paraíba. Sertão seria a faixa mais à oeste da região estudada e foi subdividida em duas áreas, igualmente definidas de acordo com o uso da terra, considerando a variável intensidade dos demarcadores da representação sertão.

Desta maneira, a área mais a oeste, o Curimataú, foi caracterizada como ‘domínio da criação extensiva’ e “(...) uma das regiões mais secas do estado da Paraíba, onde a caatinga tem, em quase toda sua extensão, a fisionomia de uma estepe de arbustos espinhentos” (VALVERDE, 1955, p. 53). A

⁵² Como por exemplo nos seguintes textos publicados na RBG e já analisados: o precursor artigo sobre a geografia urbana de duas cidades ribeirinhas do médio São Francisco, Pirapora e Lapa (VALVERDE, 1944(b)); o relatório de ‘observações geográficas’ (‘econômicas e sociais’) feitas por ocasião da excursão compartilhada com outros membros do Grupo de Estudos do Babaçu, realizada entre 19 de julho e 7 de agosto de 1957 (VALVERDE, 1957); o texto ‘Geografia agrária do baixo Açu’, um exemplo de ‘geografia aplicada’ no âmbito de um projeto mundial da FAO sobre alimentação e saúde (VALVERDE e MESQUITA, 1961); e o relatório de ‘geografia econômica e social’, colaborativo (VALVERDE, MESQUITA e SCHEINVAR, 1962) e componente inicial do levantamento do uso da terra do estado do Rio Grande do Norte.

outra área foi definida por ter um ‘caráter semelhante, embora não tão agressivo’, e possuir uma usina de beneficiamento de agave.

Valverde também desenvolveu uma interessante ferramenta teórica para justificar o ‘paradoxo’ da Faixa do Brejo, uma grande área de ‘culturas comerciais’ ‘encravada’ em meio às faixas do Sertão, Zona da Mata e Agreste, todas domínios dos ‘latifúndios pré-capitalistas’. Isso seria possível pela existência de três mercados na região, ao invés de somente um como no esquema teórico citado: o de João Pessoa, o de Campina Grande, e o do ‘grande Sertão interior’. A ‘considerável’ população rural do Sertão teria como um dos alimentos básicos a rapadura, o que explicaria o desenvolvimento da economia tradicional dos engenhos rapadureiros no Brejo, zona úmida adjacente ao Sertão.

Destacamos a consideração de Valverde sobre a associação verificada entre a presença do regime de propriedade do ‘latifúndio pré-capitalista’ e um regime de trabalho relacionado, também com feições pré-capitalistas, no qual o trabalhador não teria nenhuma garantia, sendo, portanto, “(...) um nômade, sempre à procura de melhores condições de trabalho ou de terras mais férteis” (VALVERDE, 1955, p. 78). Essa questão foi apontada como um ‘obstáculo’ ao ‘perfeito’ estabelecimento da economia de trocas capitalista, além de não ‘permitir’ que a ‘massa da população rural’ possa sequer estar interessada em aplicar sistemas intensivos de agricultura.

Alguns trabalhos publicados na RBG demarcaram regiões sertanejas através de estudos demográficos. Foi o caso do artigo da geógrafa do CNG Maria Luísa Lessa (1955) que avaliou a distribuição populacional do Ceará em 1950. A demarcação da região do sertão cearense é justificada como sendo similar ao recorte da zona semiárida. O sertão cearense foi descrito como tendo uma população constantemente distribuída, ocupando todo o território de maneira esparsa, em um padrão derivado do ‘regime pastoril’ ali predominante desde à época colonial. A presença de importantes cidades na região sertaneja foi também notada.

Lessa (1955) também identificou que as ‘linhas gerais do povoamento’ no Ceará foram condicionadas pelo relevo e pelo regime de chuvas, e que a hidrografia condicionaria mais localmente a fixação da população. Dentre os fatores humanos com influência na distribuição populacional destacaram-se as ferrovias e rodovias. Elas seriam ‘fatores de desenvolvimento’ das cidades, condicionando seu progresso.

Igualmente ao feito por Valverde (1955), Lessa (1955) também identificou áreas de exceção ‘encravadas’ nos sertões, no caso as serras de Baturité, de Ibiapaba, e a chapada do Araripe. Uma

peculiaridade posicional também foi característica fundamental no artigo de Milton Santos (1956) sobre a cidade baiana de Jequié e 'sua região'.

No caso de Jequié a singularidade era sua equidistância das zonas das caatingas e úmida. Tal condição teria resultado na criação e crescimento da cidade, pois "Mercê dessa posição conseguiu disciplinar as trocas comerciais forçosamente provocadas na faixa de contacto, entre áreas economicamente diferentes, organizando em torno de si um vasto espaço rural e, ao mesmo tempo, colaborando na sua ocupação e desenvolvimento" (SANTOS, 1956, p.73).

Logo, um 'ponto de contato' entre duas áreas 'fisiograficamente e economicamente' distintas, natural de confluência de estradas, 'centro de trocas'. Regionalmente a cidade cumpria funções bancárias, comerciais, educacionais, hospitalares e administrativas. Santos detectou um crescimento de mais de 40% na quantidade de estabelecimentos comerciais em Jequié no período de 1940-1950, e o acelerar da urbanização na região, com o decréscimo, no mesmo período, de quase 10% da população municipal rural, e o crescimento de várias vilas em 'detrimento do mundo rural' (SANTOS, 1956, p.84).

Sinalizamos a descrição pelo geógrafo baiano do 'surto de progresso' que Jequié atravessava, como exemplar uso dessa categoria tão simbólica. Santos mencionou uma 'autêntica interdependência natural' entre as atividades comerciais e as outras funções urbanas em Jequié, permitindo a observação de que 'tudo se desenvolvia em ritmo acelerado' (SANTOS, 1956, p.83).

Notamos que sertão somente é usado no artigo para mencionar um antigo 'Sertão da Ressaca', região entre o rio de Contas e o rio Pardo no final do século XVIII. O zoneamento da região de Jequié foi definido por oposição: uma 'zona acaatingada', "(...) semi-árida, onde se cria gado e se sofre de sêca e a zona úmida onde se planta cacau e chove todo o ano" (SANTOS, 1956).

A seguir sintetizaremos algumas dessas exemplares caracterizações geográficas dos sertões nordestinos a partir de textos publicados na RBG durante os últimos três anos de nosso escopo temporal.

O primeiro texto representou um dos vários trabalhos realizados no âmbito do Grupo de Geografia da População da Divisão de Geografia do CNG, orientado pelo professor Michel Rochefort (da Universidade de Estrasburgo), e coordenado pela autora, Ruth Lopes Magnanini (1962), a qual reivindicou o texto como exemplar aplicação da 'nova metodologia da Geografia da População'. Intitulado 'Estrutura profissional do Nordeste e Leste Setentrional' o texto apresentava um mapa que

se constituía no principal produto da pesquisa.

A problemática caracterização social e geográfica da região justificou a definição do recorte espacial. Magnanini citou os 'baixos níveis de vida', os altos índices de mortalidade, as precárias condições de saúde e, principalmente, a forte instabilidade decorrente da não-fixação do homem ao solo como fatores que conformavam a mais 'evidente' característica da região, "a de se constituir em um foco de irradiação de correntes de povoamento para outras áreas brasileiras (MAGNANINI, 1962, p. 150).

A maior das zonas definidas neste estudo foi justamente a dos municípios com mais de 85% do pessoal ocupado na agricultura. Essa massa de municípios ocorreria 'na quase totalidade da região estudada' e a maior parte da população regional se dedicava à pecuária extensiva e à agricultura de subsistência. Tais atividades eram ainda condicionadas pelo 'ambiente pouco favorável' (o clima semiárido e os solos erodidos) ou pelo 'extremo isolamento e precariedade das comunicações' (MAGNANINI, 1962, p. 152). Outras características dessa região seriam suas 'atividades rudimentares', sua 'economia subdesenvolvida', ter 'as mais baixas taxas de densidade demográfica e um padrão disperso de habitação, não possuir centros urbanos expressivos e apresentar grande homogeneidade. Esta 'estrutura profissional primária' foi detectada no 'centro-sul do Maranhão', no 'sertão e oeste da Bahia', e no 'sertão central do Ceará, Paraíba e Pernambuco'.

Além desta demarcação Magnanini mencionou um 'sertão do Nordeste propriamente dito', que junto com o 'vale do São Francisco', formava uma região na qual a situação seria ainda mais grave, principalmente pelas condições climáticas.

O sertão, ou essa 'imensa zona homogênea', teria 'verdadeiras ilhas', como sublinhamos em outros textos, as quais se diferenciavam por ter 'alguma' participação dos setores industrial ou de serviços. Outra classificação relacionada ao sertão foram as das cidades consideradas como 'portas do sertão', uma série de centros urbanos que se situam numa 'faixa de transição' entre o litoral e o sertão, como por exemplo: Vitória da Conquista, Jequié (problematizada por SANTOS, 1956), Amargosa, Santo Amaro, Alagoinhas, Capela, Caruaru, Palmares, Vitória de Santo Antão, Campina Grande (estudada por CARDOSO, 1963), Sobral e Alcântara. Tais cidades exerceriam uma função de 'contato' "(...) entre um mundo predominantemente rural e um outro já apresentando vida de relações mais intensa e rudimentos de industrialização" (MAGNANINI, 1962, p. 154).

O artigo de Roberto Lobato Corrêa, publicado na RBG em 1963, 'Regime de exploração da terra no Nordeste - Uma tentativa de expressão cartográfica', apresentou algumas similaridades com o texto

anterior. A primeira era a primazia dada ao mapa 'como um resultado dentro da metodologia de pesquisa.

Corrêa definiu seu estudo como geografia agrária relativa a uma área específica. Neste tipo de estudo a 'estrutura agrária' seria dada por três elementos combinados: o regime fundiário, o regime de exploração e a modalidade do tipo de cultivo. Esses elementos teriam como ponto comum representarem relações entre o homem e a terra. Os três eram associados e interdependentes, "(...) formando uma trindade coesa e homogênea, que resulta na própria estrutura agrária (CORRÊA, 1963, p. 47). Corrêa explicitou que dentre esses três elementos da estrutura agrária o artigo em análise focou no regime de exploração.

Os municípios do Nordeste foram classificados em 19 unidades espaciais, descritas individualmente e definidas pela contiguidade entre os municípios e homogeneidade no regime de exploração da terra adotado. Concluímos que para Corrêa (1963) as definições de litoral, agreste e sertão eram relacionais e interdependentes.

Os critérios que definiam estas unidades espaciais como sertões variaram: a ocorrência das secas, a distância do litoral, a 'estrutura agrária', a cultura, e muitos outros aspectos ambientais e sociais. Assim, além de significar a área de ocorrência de um dado regime de exploração, sertão para Corrêa (1963) tinha como características fundamentais a baixa densidade populacional e aspectos culturais. Uma das 19 unidades foi nomeada como 'sertão' e outra como 'sertão algodoeiro', contudo a ideia de sertão que perpassava todo o artigo era outra, pré-determinada (um sertão 'tradicional') e mais ampla que a 'estrutura agrária' da qual trata especificamente o texto.

Essa unidade 'Sertão' comportaria dois domínios, definidos por sua estrutura agrária. O primeiro seria o da agricultura de subsistência praticada pela 'rala população sertaneja', com pequenas propriedades e exploração direta, familiar, não remunerada e condicionada à específicas características ambientais, que muito restringem sua abrangência espacial. O segundo seria o da pecuária, o qual ocorria em vastos latifúndios, ocupando grande parte da região e tendo assalariados como mão-de-obra.

O domínio da agricultura possuía maior densidade populacional, e o da pecuária, maior valor total de produção. A água teria papel primordial para a distribuição da população no Sertão: "é grande a concentração das populações ao longo dos rios e riachos, contrastando com o vazio demográfico dos amplos interflúvios" (CORRÊA, 1963, p. 81). O autor citou que os emigrantes eram provenientes do

domínio sertanejo da agricultura, 'forçados às migrações' pela 'exiguidade' de terras produtivas, dos sistemas 'primitivos', e das 'incertezas climáticas'.

Contudo, independentemente da predominância de assalariados, parceiros ou não-remunerados, ou seja, do regime de exploração existente, Corrêa (1963) afirmou que todo o Nordeste estaria sujeito à um 'subdesenvolvimento crônico' e apresentava 'graves' problemas sociais 'gerados' pela estrutura agrária,

O maior destes problemas era o 'baixo padrão de vida' dessas populações, que promovia a emigração 'em busca de melhores condições de vida' para o agreste, para a mata, para Recife, para as capitais estaduais, para a frente pioneira maranhense, sazonalmente para trabalhar nas safras da cana e do cacau, e para o Sudeste. Este problema do 'baixo padrão de vida' também gerava uma "(...) constante e crescente insatisfação social, que toma formas agressivas paradoxalmente, na zona mais úmida e fértil, onde organizações de classe de trabalhadores rurais começam a aparecer" (CORRÊA, 1963, p. 83).

As já mencionadas 'ilhas de exceção em meio ao sertão' foram objeto de estudo para dois outros textos publicados na RBG nestes últimos dois anos do período da pesquisa (DUARTE, 1963 e BARROS, 1964). Outro ponto em comum entre tais artigos era serem resultados dos trabalhos de campo da excursão do CNG ao 'sertão do Nordeste' chefiada por Nilo Bernardes (então diretor da Divisão de Geografia) e orientada por Lysia Bernardes (então chefe da 'Secção Regional Nordeste'). Como veremos outro texto que mencionaremos proximamente (CARDOSO, M., 1963) também se realizou no âmbito desta excursão.

O geógrafo do CNG Aluizio Capdeville Duarte escreveu sobre 'Irecê: uma área agrícola 'insulada' no sertão baiano'. Sua diferenciação regional seria dada pelo 'franco desenvolvimento' de Irecê "(...) em contraste nítido com a paisagem comum do sertão baiano, sobretudo no sertão são-franciscano, onde a pecuária extensiva domina em quase tôdas as áreas" (DUARTE, 1963, p. 57).

Esta excepcionalidade de Irecê foi explicada por um fator geológico que proporcionava fertilidade do solo e presença de água subterrânea, fundamentais para a existência da região agrícola. Contudo, conforme Duarte (1963) o diferencial de Irecê não seria somente essa característica natural, também verificada em outros lugares, mas a conjunção desta com dois outros essenciais e simbióticos 'fatores sociais': a mecanização da lavoura e a construção de uma rodovia federal, ambas facilitadas pela topografia plana da Chapada Diamantina.

Assim sendo identificamos a utilização pelo geógrafo do CNG da representação espacial sertão de maneira contrastante ao espaço-objeto do texto – a região de Irecê. Deste modo foram reforçadas as seguintes características deste espaço-sertão: o desconhecimento científico, as possibilidades incontáveis, a disponibilidade no tempo (espaços à espera) e no espaço (amplos espaços), a dificuldade para realizar a produção agrícola, o vazio populacional, o abandono administrativo e a pretensão de posse.

O segundo texto derivado da excursão ao 'sertão do Nordeste', foi o artigo de Haidine Barros (1964) publicado na última revista que selecionamos para a pesquisa, e teve como tema o Cariri cearense. Observamos que tanto Duarte (1963) quanto Barros (1964) definiram uma região interna ao sertão nordestino como seus objetos de estudo. Esta região foi definida em ambas pesquisas exatamente por conter atributos diferenciadores em relação à região-sertão circundante. Assim, os dois textos enumeram várias características definidoras dos sertões as quais justamente foram contrapostas às regiões pesquisadas, seja a de Irecê, ou a do Cariri.

A narrativa feita por Barros de uma hipotética viagem ao Cariri era exemplar da relação entre essa região e o sertão: "Finalmente, após se atravessar esta faixa transitória chega-se à região de paisagem verdejante (...). Essa região intensamente ocupada, localizada no extremo sul do estado do Ceará, tem o nome de região do Cariri – 'ilha agrícola' de grandes proporções dentro do sertão nordestino" (BARROS, 1964, p. 64).

A excepcionalidade do Cariri seria climática, pois era uma área de maior umidade frente ao sertão semiárido nordestino. Segundo Barros (1964) tal característica 'suportava' uma densidade demográfica superior a 40 hab./km², duas vezes maior do que a verificada nos sertões do Salgado e alto Jaguaribe, e quatro vezes a das zonas do Araripe e do sertão de sudoeste. Portanto. Essa comparação reforçou a característica do vazio populacional dos sertões.

A relação histórica entre a região agrícola do Cariri e os 'sertões circundantes' foi descrita por Barros (1964) como umbilical. A existência do 'mercado' de rapadura e aguardente do sertão nordestino 'condicionou' o estabelecimento e a permanência da lavoura comercial da cana-de-açúcar na região do Cariri (assim como havia permitido esta mesma cultura nos Brejos paraibanos, conforme lemos em VALVERDE, 1955). Nesse sentido, o 'fraco desenvolvimento dos sertões circundantes' e o 'isolamento' justificaram o 'baixo desenvolvimento' do Cariri ao longo dos séculos iniciais da colonização (BARROS, 1964).

Desta maneira Barros postulou que a ‘região agrária do Cariri’ foi demarcada pela presença de uma paisagem agrária que justificasse a terminologia comparativa ‘ilha agrícola do sertão nordestino’. Contudo, a autora reconheceu também a importância dos topônimos usados tradicionalmente na região: “(...) a região agrária do Cariri juntamente com a serra e o sertão próximo formam o conhecido Cariri tradicional, considerado bem característico e admitido como uma unidade regional dentro do sertão nordestino” (BARROS, 1964, p. 93).

Barros também definiu uma ‘faixa de transição’ que separava o Cariri do Sertão. Essa faixa tinha características variáveis, e comportava, por exemplo, a área localmente conhecida como ‘sertão do Cariri’ (uma contradição sob a perspectiva do texto). Foi neste sentido que a autora aludiu ao ‘sertão propriamente dito’, aquele que estaria após a faixa de transição, e foi contraposto ao popular ‘sertão do Cariri’. As características que diferenciavam o Cariri e o ‘sertão propriamente dito’ eram amplas, abarcando diversos fatores naturais e sociais. A existência de uma ‘rede urbana organizada’ e polarizada por Juazeiro do Norte e Crato era um dos fatores que caracterizavam o Cariri como excepcional dentro do ‘espaço sertanejo’ em que se localizava (os outros eram a ‘vida agrícola intensa’ e a numerosa e ‘incessante’ população rural).

Por outro lado, o ‘baixo nível de vida’ seria um fator comum ao Cariri e ao ‘sertão propriamente dito’. No Cariri o problema era derivado do ‘regime de exploração’ que manteria relações de trabalho que lembrariam instituições medievais. A primitividade dos processos de trabalho agrícola também foi ressaltada, embora se indicasse que não era exclusividade desta região. Logo, na avaliação de Barros (1964) todos estes problemas teriam soluções, todavia suas aplicações implicariam em profundas mudanças sociais.

Outro artigo, ‘Campina Grande e sua função como capital regional’, de autoria da igualmente geógrafa do CNG Maria Francisca Cardoso, publicado em 1963 na RBG, e foi resultado de pesquisa de campo realizada em 1962 como parte de um plano de estudos urbanos programados pela ‘Secção Regional Nordeste’ da Divisão de Geografia, coordenada por Lysia Bernardes. Cardoso também descreveu um estudo geográfico que efetuou a análise de uma cidade como ‘capital regional’, e para tanto mobilizou representações espaciais sobre os sertões nordestinos. Além de ‘capital regional’, outra representação oportuna era a de ‘porta do sertão’, conforme definiu Magnanini (1962, p. 154) e como Santos (1956) analisou Jequié.

Cardoso salientou como ‘um fenômeno profundamente impressionante’ a excepcionalidade de

Campina Grande pela organização de seu espaço urbano (uma ‘verdadeira’ urbe) e pelo papel exercido regionalmente (subordinando uma ‘extensa’ área do interior nordestino). A autora comparou o domínio econômico paulista sobre ‘todo o sul e parte do sudeste e centro-oeste do país’, com a atuação de Campina Grande sobre uma ‘extensa área do sertão’, indicando tais situações serem decorrentes da posição geográfica.

A cidade paraibana também citada pela geógrafa como capital do sertão nordestino situava-se no ‘entrelaçamento’ de três regiões naturais, o agreste, o brejo e o sertão. Esta posição teria sido potencializada pela instalação dos caminhos e estradas: “A natureza, portanto, favoreceu o que o homem, pela sua iniciativa e pelo seu trabalho, realizou ao implantar os trilhos e abrir as pistas por onde trafegam hoje milhares de caminhões, unindo Campina Grande às diversas regiões do estado e êste com o resto do país” (CARDOSO, M., 1963, p. 26).

Os traçados destas ‘modernas’ estradas ‘correspondiam’ aos antigos caminhos, os quais por sua vez também não encontraram grandes obstáculos naturais, tanto para o litoral quanto para o sertão. Assim, “(...) tendo como hinterlândia um sertão áspero, domínio do criatório, Campina Grande constituiu-se, no entanto, como o maior empório comercial da região, depois do Recife, ocupando entre tôdas as cidades brasileiras posição privilegiada quanto a seu comércio” (CARDOSO, M., 1963, p. 4).

Cardoso expôs uma periodização da história municipal de Campina Grande fundamentada na relação entre o seu desenvolvimento econômico e urbano, os seus meios e vias de transporte majoritários e a sucessiva ampliação da área que lhe era subordinada. Desta maneira a autora avaliou que a cidade foi durante seus dois primeiros períodos um centro comercial, e na terceira fase, “(...) com a abertura de estradas de rodagem e o uso generalizado do transporte rodoviário, transformou-se em verdadeira capital regional do sertão nordestino” (CARDOSO, M., 1963, p. 34-35).

A confirmação deste papel exercido por Campina Grande foi feita através da análise das funções exercidas pela cidade e suas repercussões em ‘ampla área sertaneja’. O principal dado que justificou essa caracterização foi a “(...) sua extraordinária atividade comercial e a posição que ocupa no quadro geral das exportações do Nordeste” (CARDOSO, M., 1963, p. 11). Logo, a maior expressão da ‘força do domínio’ da ‘capital do sertão’ era sua função distribuidora.

O artigo continha mapas que representavam especificamente a área de influência exercida por Campina Grande em relação a cada função analisada. Assim sendo foram apresentados mapas sobre

atuação do comércio atacadista e varejista, jurisdição bancária, transporte de passageiros rodoviário e ferroviário, redes de transporte, religião, saúde e jornalismo. Comparando estes mapas a autora definiu “(...) três áreas onde Campina Grande atua com intensidade variável, isto é, de maneira mais ou menos marcante” (CARDOSO, M., 1963, p. 20).

Uma primeira área demarcava uma ‘exclusiva e dominante influência imediata’ de Campina Grande, aonde “(...) não se encontra nenhum outro centro urbano de realce. Nenhum deles tem condições para sobressair em qualquer setor de atividade, diante da forte polarização exercida pela capital regional” (CARDOSO, M., 1963, p. 21). Esta área foi demarcada principalmente com base no mapa da influência bancária, mas também foi identificada nos mapas de transporte de passageiros, de comércio varejista, saúde, religião e aquele que representou as relações da cidade com a vida rural.

Na segunda área definida por Cardoso a atuação de Campina Grande ainda era ‘considerável e bem direta’, e abrangia “(...) todo o restante do estado da Paraíba (excluindo apenas a região litorânea, subordinada diretamente a João Pessoa), alcança o sul do Rio Grande do Norte (a região de Parelhas, Caicó até Currais Novos) e, de certa forma, o sudeste do Ceará, isto é, a região do Crato e Juazeiro do Norte” (CARDOSO, M., 1963, p. 21).

Nessa área existiam outros centros urbanos importantes, embora dependentes da ‘grande capital do sertão’, como Patos na Paraíba e Crato e Juazeiro do Norte, no Ceará, mas também citados, Sousa, Cajazeiras, Pombal e Catulé do Rocha, na Paraíba, e Caicó e Currais Novos, no Rio Grande do Norte. Essas cidades “(...) possuem, por sua vez, suas zonas de influência próprias, variável em decorrência da sua maior ou menor projeção” (CARDOSO, M., 1963, p. 22).

Cardoso ressaltou que todas as funções ‘coletoras e distribuidoras’ exercidas por Campina Grande nessa segunda área foram condicionadas pelas facilidades das comunicações rodoferroviárias. Especificamente os mapas de comércio, jornalismo e transporte rodoviário de passageiros demonstravam os limites dessa segunda área. Esta também servia como área fonte para Campina Grande adquirir algumas matérias-primas como algodão, agave e minérios.

Na terceira e última área de influência de Campina Grande os limites foram definidos

(...) quase somente, através da sua função mais importante - aquela que é a detentora de maior poder de penetração, o comércio atacadista. Realmente, é a função distribuidora que melhor caracteriza a vida econômica de Campina Grande. Aquela que faz desta cidade um fenômeno extraordinário, não só da região nordestina, mas da própria rede urbana brasileira. (CARDOSO, M., 1963, p. 22).

Esta área abrangia a totalidade dos estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, além de parte considerável dos grandes estados de Pernambuco e do Ceará e também de Alagoas, assim como locais pontuais no Maranhão e no Piauí. Conforme observação da autora essa terceira área teria uma faixa periférica, na qual outros centros nordestinos como Fortaleza, Natal, Recife também disputavam a influência com Campina Grande.

Em sua narrativa histórica que relacionava o desenvolvimento, a rede de comunicações e transportes e as áreas de influências regionais de Campina Grande, Cardoso descreveu o momento de então como tendo possibilidades contrastantes. O avanço dos transportes rodoviários teria acelerado a concretização do potencial comercial relacionado ao posicionamento da cidade entre três regiões naturais, e duas tendências foram verificadas. A primeira seria a de que a dependência exclusiva de Campina Grande à capital pernambucana estaria sendo rompida, e a cidade paraibana estaria voltando-se aos grandes mercados do Sudeste, Rio de Janeiro e São Paulo. A segunda seria a cidade sofrer alguma consequência negativa dessa dependência às redes de transportes, como o surgimento de outros núcleos urbanos melhores posicionados, ou mesmo a rearticulação destas redes.

Todavia, na conclusão do artigo foi mantido o teor dominante de esperança e otimismo: “Campina Grande, o maior empório comercial da Região Nordeste depois do Recife, ocupa lugar privilegiado entre tôdas as cidades brasileiras, sendo o seu nome, hoje, sinônimo de progresso urbano e um exemplo vivo da real capacidade de realização dos nordestinos” (CARDOSO, M., 1963, p. 37).

Dessa maneira fizemos referências a estes textos considerados exemplares de um novo tipo de discurso geográfico sobre os sertões nordestinos que se iniciou na RBG a partir da metade da década de 1950 e se estabeleceu como majoritário no início da década seguinte. Apesar de possuírem diferentes perspectivas (geografia agrária, econômica e urbana; análises de redes urbanas) estes textos apresentavam outra estrutura (mais ‘científica’, hermética, e ‘especializada’), novos métodos (como fotointerpretação, uso massivo de estatísticas e o destaque ao mapeamento que expressava estes dados quantitativos, ainda que não exclusivos, pois associados, por exemplo à uma abordagem histórico-geográfica e ao trabalho de campo), escalas diferenciadas de abordagem (cidades, municípios, redes urbanas, zonas agrícolas), e alguns também compartilham a característica de serem gestados em grupos de pesquisa constituídos no IBGE, como o do professor Michel Rochefort e o de Lysia Bernardes.

Referências Bibliográficas:

AB' SABER, A. Pierre Monbeig: a herança intelectual de um geógrafo. **Estud. Av.**, São Paulo, v. 8, n. 22, dez. 1994.

ABREU, M. de A. Sobre a memória das cidades. **Revista da Faculdade de Letras — Geografia I**, vol. XIV. Porto: 1998, pp. 77-97. Disponível em <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1609.pdf>> Acesso em: 25 abr 2012

_____. Construindo uma geografia do passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII. **Revista Geosp**, nº 7. São Paulo: USP, 2000.

_____. **Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)**, 2 vols. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio & Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010.

ABREU, Sylvio Fróis. Observações sobre a Guiana Maranhense. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.1, n. 4, p.26–54, out./dez. 1939. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 06 jul 2015.

_____. O Crescimento do Patrimônio Mineral do Brasil no Último Decênio. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.3, n. 4, p.3–16, out./dez. 1941. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 06 jul 2015.

_____. *The Face of South America* – Comentários. Obra de John L. Rich, comentada pelo prof. S. Fróis Abreu. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.5, n. 1, p.104–112, jan./mar. 1943. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 06 jul 2015.

_____. Aspectos Geográficos, Geológicos e Políticos da Questão do Petróleo no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.8, n. 4, p.75–100, out./dez. 1946. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 06 jul 2015.

ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS. **Biografia Hilgard O'Reilly Sternberg**, S/D. Disponível em: <<http://www.abc.org.br/~hilgards>>. Acesso em: set. 2015.

ADAS, Sérgio. **O campo do Geógrafo: colonização e agricultura na obra de Orlando Valverde (1917-1964)**. São Paulo, 2007. 491f. Tese do Programa de Pós-Graduação em Geografia (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP), 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-04062007-152940/publico/TESE_SERGIO_ADAS_VOLUME_1.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2014.

ALBUQUERQUE Jr., D. M. de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. 3ª ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2006 [1999].

ALMANAK LAEMMERT. Ano 1934, Edição A00090. 1934. p.128. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 28 jan 2015.

ALMEIDA, Roberto Schimit de. **A Geografia e os geógrafos do IBGE no período 1938-1998**. Rio de Janeiro, 2000. 720f. Tese do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66453.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2014.

ALVES, F. D.; FERREIRA, E. R. História da Geografia Agrária Brasileira: Pierre Monbeig e Leo Waibel. **Revista Mercator**, vol. 10, nº 22. mai./ago, 2011(a).

ALVES, V. de A. **A Geografia do Comércio Atacadista Carioca (1855-1900)**. Rio de Janeiro, 2011. 200f.

Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011(b).

AMADO, J. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**. Vol. 8, n. 15. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1995. p. 145-151.

AMARAL, Edilberto. Levantamento do mapa de solos da bacia de irrigação do açude público Santo Antônio de Ruças (município de Ruças, estado do Ceará). **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.8, n. 3, p.71–86, jul./set. 1946. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 06 jul 2015.

ANDRADE, M. C. de. O Nordeste: Região de Contrastes. In: **O Homem e a Terra no Nordeste**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1963.

_____. Josué de Castro: o homem, o cientista e seu tempo. **Estudos Avançados**., 1997, vol.11, n.29, p. 169-194.

_____. A construção da geografia brasileira. **Finisterra**, v.: XXXIV, n.67-68, p.21-30, 1999.

_____. A geografia no contexto das ciências sociais em Pernambuco. **Revista brasileira de Ciências. Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 65, out. 2007.

ANTONIO FILHO, Fadel David. Sobre a palavra “sertão”: origens, significados e usos no Brasil (do ponto de vista da ciência geográfica). **Ciência Geográfica - Bauru**, v. XV, n. 1, p. 84–87, 2011. Disponível em: <http://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXV_1/AGB_dez2011_artigos_versao_interne_t/AGB_dez2011_11.pdf>. Acesso em: 25 maio 2014.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Guerra e Paz: Casa-Grande & Senzala e a Obra de Gilberto Freyre nos Anos 30**. Rio de Janeiro, Edição 34, 1994. p. 1-216

_____. **Entrevista com Ricardo Benzaquen**. Por Rodrigo Elias e Claudia Bojunga. 2010a. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/ricardo-benzaquen>> Acesso em: 22 maio 2013.

_____. Gilberto Freyre. **Mal-estar na Cultura**, 2010b. Disponível em: <<http://www.difusaocultural.ufrgs.br/adminmalestar/documentos/arquivo/BenzaquenGilbertoFreire.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2013.

AVERITT, Paul. **Geological Society of Washington - Secretary's report**. Washington , 26 mar. 1952. Disponível em: <<http://www.gswweb.org/minutes/GSW1952.htm>>. Acesso em: 19 fev. 2015.

Barnes, T.J. *Geographical intelligence: American geographers and research and analysis in the Office of Strategic Services 1941-1945*. **Journal of Historical Geography**, v. 32, p.149-168. 2006. Disponível em: <http://blogs.ubc.ca/trevorbarnes/files/2015/01/PAPER_Geographical_Intelligence.pdf>. Acesso em: 22 set. 2016.

BARROS, Haidine da Silva. O Cariri Cearense - O Quadro Agrário e a Vida Urbana. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p.63–106, out./dez. 1964. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 06 jul 2015.

BARROS, Linton Ferreira de. Contribuição ao estudo das massas de ar da bacia do São Francisco. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p.49–88, jul./set. 1957. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 06 jul 2015.

BASTOS, Elide Rugai. Gilberto Freire: Casa-Grande & Senzala. In: **Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico**. Mota, L. D. (org.). 2ª ed. São Paulo: Ed. Senac, 1999. p.215-233.

BERNARDES, Antonio. Quanto às categorias e aos conceitos. **Revista Formação Online**, n. 18, volume 2, p. 39-62, jul./dez., 2011

BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. Notas sobre o clima da bacia do São Francisco. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p.149–155, jul./set. 1951. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 06 jul 2015.

BONDAR, Gregório. As possibilidades econômicas do centro do estado da Bahia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.12, n.4, p.106–112, out./dez. 1950. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 06 jul 2015.

BOTELHO, Carlos de Castro. Aspectos Geográficos da Zona Cacaueira da Bahia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.16, n.2, p.3–54, out./dez. 1954. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 06 jul 2015.

BOURDIEU, P. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: **O Poder Simbólico**. Lisboa: Defiel, 1989a. p. 107-132.

_____. *Esprits d'Etat. Gènese et structure Du champ bureocratique*. In: **Raisons Pratiques. Sur la Théorie de L'Action**. Paris: Seuil, 1989b.

BRAY, Silvio Carlos. A Geografia em Rio Claro – São Paulo: a trajetória de uma escola. In.: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo, 20 a 26 de março de 2005. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Teoriaymetodo/Investigacion/08.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2015.

BRASIL. DECRETO nº 4.478, de 16 de Janeiro de 1922. Autoriza o Poder Executivo a erigir um monumento comemorativo da proclamação da Republica no qual seja lembrada a acção dos seus principaes fundadores, Benjamim Constant, Deodoro da Fonseca e Quintino Bocayuva, e outro que perpetue a memoria de Francisco de Paula Rodrigues Alves. **Câmara dos Deputados**, Rio de Janeiro, RJ, 16 jan. 1922. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4478-16-janeiro-1922-568028-publicacaooriginal-91403-pl.html>>. Acesso em: jun. 2012.

BRASIL. Art 5º - Compete privativamente à União: XV - organizar defesa permanente contra os efeitos da seca nos Estados do Norte. In.: CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, de 16 de Julho de 1934. **Portal da Legislação Governo Federal**, Rio de Janeiro, RJ, 16 jul. 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: mai. 2015.

BRASIL. Lei nº 175, de 07 de Janeiro de 1936. Regula o disposto no art. 177 da Constituição. **Portal da Legislação Governo Federal**, Rio de Janeiro, RJ, 07 jan. 1936. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L175.htm>. Acesso em: mai. 2015.

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 9.857, de 13 de Setembro de 1946. Modifica o artigo 1º do Decreto-lei nº 8.486, de 28 de dezembro de 1945. **Portal da Legislação Governo Federal**, Rio de Janeiro, RJ, 13 set. 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del9857.htm>. Acesso em: mai. 2015.

BRASIL. Art 5º - Compete à União: XIII - organizar defesa permanente contra os efeitos da seca, das endemias rurais e das inundações. In.: CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, de 18 de Setembro de 1946. **Portal da Legislação Governo Federal**, Rio de Janeiro, RJ, 16 set. 1946. Disponível

em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em: mai. 2015.

BRASIL. Lei nº 1.348, de 10 de Fevereiro de 1951. Dispõe sobre a revisão dos limites da área do polígono das sêcas. **Portal da Legislação Governo Federal**, Rio de Janeiro, RJ, 10 fev. 1951. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L1348.htm>. Acesso em: mai. 2015.

BRASIL. Decreto Federal nº 45.106-A, de 24 de Dezembro de 1958. Altera a tabela de salário-mínimo e dá outras providências. **Câmara dos Deputados**, Rio de Janeiro, RJ, 24 dez. 1958. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-45106-a-24-dezembro-1958-384179-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: jun. 2012.

BRASIL. Decreto Federal nº 46.386, de 7 de Julho de 1959. Dispõe sobre a coordenação dos trabalhos a que se referem os decretos resultantes dos Encontros dos Bispos do Nordeste. **Senado Federal**, Rio de Janeiro, RJ, 7 jul. 1959. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=156555&norma=177144>>. Acesso em: jun. 2014.

BRITO, R. Soeiro. In Memoriam. **Geolnova**, Lisboa, 4, p. 5-6. 2001.

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. A Revista Brasileira de Geografia e a organização do campo geográfico no Brasil (1939-1980). **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 23-39, jan./jun. 2009.

CAMPOS, José Nilson B. Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.28, n. 82, out./dez. 2014. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000300005>. Acesso em: 25 abr 2015.

CÂNDIDO, Antonio. Antonio Cândido indica 10 livros para conhecer o Brasil. **Teoria e Debate**, v. 30 setembro, n. 41, 2000. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/05/17/antonio-candido-indica-10-livros-para-conhecer-o-brasil/>>. Acesso em: 18 maio 2013.

CARDOSO, Fernando Henrique. Prefácio. In: FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Recife: Global, 2003, 48ª ed.

CARDOSO, Maria Francisca Theresa. Esboço morfológico do planalto ocidental do São Francisco. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.19, n. 1, p.87-92, jan./mar. 1957. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 abr 2015.

_____. Campina Grande e sua função como Capital Regional. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.25, n. 4, p.3-39, out./dez. 1963. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 abr 2015.

CARVALHO, Delgado de. Comentários: Alterações nos tipos de povoamento no estado de S. Paulo. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.1, n. 1, p.77-79, jan./mar. 1939. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 abr 2015.

CARVALHO, Ricardo E. Ismael de. A invenção do Nordeste na obra de Gilberto Freyre e de Celso Furtado. **Anais do XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ**, 2006. Disponível em: <[http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Ricardo E Ismael de Carvalho.pdf](http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Ricardo%20E%20Ismael%20de%20Carvalho.pdf)>. Acesso em: 22 maio 2014.

CASTRO, I. E. **O mito da necessidade. Discurso e prática do regionalismo nordestino**. Rio de Janeiro,

1989. 242 p. Tese de Doutorado do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ), 1989.

_____. O problema da escala. In: CASTRO I. et al (org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 6ª ed. Bertrand: Rio de Janeiro, 2003 [1995]. p.117-140.

CEZAR JUNIOR, Gervasio. Organização do projeto neoliberal nos anos 1970: revista Visão e sua ação orgânica partidária. In: **VI Simpósio Nacional Estado e Poder: Cultura**, 2010, Aracaju. VI Simpósio Nacional Estado e Poder: Cultura. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2010. p. 1-12. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT5/GT5-GERVASIO.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2016.

CHAUÍ, M. A Verdade (Unidade 3), e O Conhecimento (Unidade 4). In: **Convite a Filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2001, pp. 90-178.

CIA. **The Office of Strategic Services: Research and Analysis Branch. Historical Document – News & Information**. Online: Posted: Jan 28, 2010 12:03 PM. Disponível em: <<https://www.cia.gov/news-information/featured-story-archive/2010-featured-story-archive/oss-research-and-analysis.html>>. Acesso em: 13 mai 2015.

COMISSÃO Consultiva para a Pesquisa das Regiões Áridas – Noticiário. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.17, n. 1, p.117, jan./mar. 1955. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 abr 2015.

COMISSÃO de Desenvolvimento do Planalto de Ibiapaba – Noticiário. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.20, n. 4, p.185-186, out./dez. 1958. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 20 mai 2015.

CONCLUSÕES da Comissão de Planejamento da Energia - Noticiário. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p.164–167, jan./mar. 1946. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

CONVÊNIO, sobre Estudos Geográficos e Cartográficos do Vale do São Francisco – Noticiário. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p.153–158, jan./mar. 1950. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 abr 2015.

CONVÊNIOS para execução das recomendações do Segundo Encontro dos Bispos do Nordeste – Noticiário. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p.195–196, jul./set. 1960. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 abr 2015.

CORRÊA, Roberto Lobato. **CURRÍCULO: Roberto Lobato Corrêa**. 2016. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/robertolobatocorrea/curriculo>>. Acesso em: set. 2016.

_____. A Colônia Pindorama: uma modificação na paisagem agrária dos tabuleiros alagoanos – Comentários. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p.68–72, out./dez. 1961. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 20 mai 2016.

_____. Regime de Exploração da Terra no Nordeste. Uma Tentativa de Expressão Cartográfica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p.57–86 jul./set. 1963. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 20 mai 2016.

_____. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1987.

_____. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO I. et al (org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 6ª ed. Bertrand: Rio de Janeiro, 2003 [1995]. p.15-47.

CORREIA FILHO, Virgílio. Devassamento e Ocupação da Amazônia Brasileira. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p.7–42 abr./jun. 1942. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 20 mai 2016.

_____. A Geografia como fator das vitórias diplomáticas do Barão do Rio Branco. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p.77–118 abr./jun. 1945. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 20 mai 2016.

CRISAFULI, Erick de Paula. **A contribuição de Frederico Pimentel Gomes para o desenvolvimento da Estatística Experimental no Brasil**. São Paulo, 2006. 111f. Dissertação de Mestrado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, História da Ciência, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.sapili.org/livros/pt/cp018931.pdf>>. Acesso em: 12 dez 2015.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões: campanha de Canudos**. Rio de Janeiro: F. Alves Ed.; Publifolha, 39ª ed., 2000 [1902].

DAVEAU, Suzanne. A obra geográfica de Mariano Feio. **Finisterra**, Lisboa, XXXVII, 73, p. 101-107. 2002. Disponível em: <<http://revistas.rcaap.pt/finisterra>>. Acesso em: jul. 2016.

DÉCIMO Aniversário do Conselho Nacional de Geografia – Noticiário. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p.141–145, abr./jun. 1947. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 abr 2015.

DIMAS, Antonio. Um manifesto guloso. In: **Manifesto Regionalista**. 7a. ed. Recife: Fundação J. Nabuco / Editora Massangana, 1996. Disponível em: <<http://jornadaonline.blogspot.com.br/2010/08/um-manifesto-guloso.html>>. Acesso em: 21 maio 2014.

DISPOSITIVOS da Carta Constitucional de 1946, que interessam à Geografia – Noticiário. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p.143–147, jul./set. 1946. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 abr 2015.

DNOCS. **História**. REGISTROS. Divisão de Comunicação Social. DNOCS, s/d. Disponível em: <http://www.dnocs.gov.br/php/comunicacao/registros.php?f_registro=2&>. Acesso em: 25 abr 2015.

DOMINGUES, Alfredo José Porto. Contribuição a geologia da região centro-ocidental da Bahia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p.57–82, jan./mar. 1947(a). Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 abr 2015.

_____. Contribuição ao estudo da geografia da região sudoeste da Bahia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.9, n.2, p.29–92, abr./jun. 1947(b). Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 abr 2015.

_____. Contribuição a geologia do sudoeste da Bahia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p.95–127, abr./jun. 1948. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 abr 2015.

_____. Contribuição a geomorfologia da área da folha Paulo Afonso. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p.27–56, jan./mar. 1952. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 abr 2015.

DUARTE, Aluizio Capdeville. Irecê: uma área agrícola "insulada" no sertão baiano. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p.41–62, out./dez. 1963. Disponível em:

<<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 abr 2015.

EGLER, Eugênia Gonçalves. Distribuição da População no Estado do Maranhão em 1940. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p.71–84, jan./mar. 1951. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 13 abr 2015.

_____. Distribuição da População no Estado do Piauí em 1940. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p.112–121, out./dez. 1952. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 13 abr 2015.

EGLER, Walter Alberto. Contribuição ao estudo da Caatinga Pernambucana. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p.65–78, out./dez. 1951. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 abr 2015.

ERICHSEN, Alberto G. Polígono das Sêcas - Súmula dos seus recursos minerais. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.15, n.3, p.153–157, jul./set. 1953. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 abr 2015.

EVANGELISTA, H de A. O XVIII Congresso Internacional da União Geográfica Internacional. **Revista geo-paisagem**. Ano 3, nº 5, jan./jun., 2004.

_____. Onde está a geografia na Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística? **Revista geo-paisagem**. Ano 4, nº 7, jan./jun., 2005

FEIO, Mariana. Perspectivas da Açudagem no Nordeste Seco. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.16, n.2, p. 55-69, abr./jun. 1954. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 abr 2015.

FELLET, João. Para CIA, Nordeste era crucial para defender EUA de ataque soviético. **BBC Brasil**. Washington, 19 jan. 2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-38660151>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga. **Do Sertão Carioca ao Parque Estadual da Pedra Branca: a construção social de uma Unidade de Conservação à luz das políticas ambientais fluminenses e da evolução urbana do Rio de Janeiro**. 2009. UFRJ, 2009. Disponível em: <http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/cp094884.pdf>. Acesso em: 14 maio 2014.

FERRAZ, J. de Sampaio. Iminência duma "Grande" Seca Nordestina. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.12, n.1, p. 3-12, jan./mar. 1950. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 abr 2015.

_____. A atual sêca nordestina. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p. 162-164, jan./mar. 1953. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 abr 2015.

FIGUEIREDO, Lima. O Acre e suas possibilidades. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p. 173-215, abr./jun. 1940. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 18 jun 2015.

_____. Fronteiras Amazônicas. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.4, n.3, p. 39-82, abr./jun. 1940. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 18 jun 2015.

FONSECA, Edson Nery da. Gilberto Freyre conciliador de contrários. **Ciência & Trópico**, Recife, v. 2, n. 15, p. 169-174, jul./dez. 1987.

FRANCO, J. L. de A.; DRUMMOND, J. A.: Armando Magalhães Corrêa: gente e natureza de um sertão

quase metropolitano. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 12, n. 3, p. 1033-1059, set.-dez. 2005.

FREYRE, Gilberto. **Manifesto Regionalista**. 7a. ed. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1996. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cdrom/freyre/freyre.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

_____. **Casa-grande & senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48ª ed. Recife: Global, 2003. [1933]

FURTADO, C. **Dialética do desenvolvimento**. 2ªed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

GALVÃO, M. V.; FAISSOL, S. A revolução quantitativa na geografia e seus reflexos no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 4, p. 5-22, out./dez. 1970.

GALVÃO, M.C.C. **Aspectos da Geografia Agrária do Sertão Carioca**. CPGB/UFRJ, 1962.

_____. **O Rio de Janeiro e a Zona Rural Circunvizinha**. AGB, UFRJ, 1965.

_____. **Breve Histórico da Ocupação Territorial Fluminense - 1890/1990**. Coordenação, Atlas Fundiário do Rio de Janeiro, Governo do Estado do Rio de Janeiro, SEAF: p. 29-37. 1991.

_____. **Percursos geográficos**. Rio de Janeiro: Lamparina, PPGG/UFRJ, 2009.

GEIGER, Pedro Pinchas. Excursão ao Jalapão - Trechos de um relatório inédito. **Terra Brasilis** (Nova Série) [Online], Rio de Janeiro, v. 3 | 2014 [1943]. Disponível: <<http://terrabrasilis.revues.org/1030>>. Acesso em: fev. 2016.

GODOY, Solange de Sampaio. **Biografia: Ferraz, Joaquim de Sampaio**. S/D. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/pop/pop_bio/43/70da4d5749e36d8f7fe70be9ce882752>. Acesso em: out. 2016.

GOMES, P. C. da C. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996.

_____. *Geografia fin de siècle: o discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões*. In: **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.

_____. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO I. et al (org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 6ª Ed. Bertrand: Rio de Janeiro, 2003 [1995]. p. 49-76.

_____. Um lugar para a geografia: contra o simples, o banal e o doutrinário. In: MENDONÇA, F. de A. et al (org.). **Espaço e Tempo: Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba: ADEMADAN, 2009. p. 13-30.

GEIGER, P. P. Renovação na geografia. **Revista Brasileira de Geografia**. Vol.32, No. 1, p. 93-97. Rio de Janeiro, 1970.

GOMES, Pimentel. Água no Nordeste. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.22, n.3, p.23-60, jul./set. 1960. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 abr 2015.

_____. **Casa-grande & senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global Editora, 2003 [1933], 48ª ed.

GOULD, Stephen J. SOMBRAS DE LAMARCK. **O Polegar do Panda**. Lisboa: Gradiva Publicações Lda., 1980. Disponível em: <http://www.cientic.com/tema_evoluc_txt5.html>. Acesso em: 21 maio 2013.

GREGÓRIO BONDAR. In: **WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre**. Flórida: *Wikimedia Foundation*, 2015. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Greg%C3%B3rio_Bondar&oldid=43724522>. Acesso

em: 23 out. 2015.

GRUPO de Trabalho sobre o Babaçu - Noticiário. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.23, n.4, p.142–146, out./dez. 1961. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 20 mai 2015.

GUERRA, Antônio Teixeira. Vultos da Geografia no Brasil: Jorge Zarur. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 20, n.3, p. 73-76, jul./set. 1958. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 12 jun 2015.

GUERRA, Ignez Amélia Leal Teixeira. O Cacau na Bahia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 14, n.1, p.81-100, jan./mar. 1952. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 12 jun 2015.

_____. Tipos de Clima do Nordeste. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p.63–110, out./dez. 1955. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 abr 2015.

GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares. **Divisão regional do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1942. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS-RJ/divisaoregionalbrasil.pdf>>.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. A experiência pioneira da Academia de Altos Estudos – Faculdade de Filosofia e Letras do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1916-1921). **Revista Teias**, v. 1, n. 1, p. 11 pgs., 2 ago. 2007. Disponível em: <<http://periodicos.proped.pro.br/index.php/revistateias/article/view/16>>. Acesso em: 23 maio 2014.

HAESBAERT, R. e PORTO-GONÇALVES, C. W. A constituição do sistema-mundo moderno-colonial. In: **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Ed. Unesp, 2006, pp. 13-29.

HAESBAERT, R. **Regional-Global: Dilemas da Região e Regionalização na Geografia Contemporânea**. Bertrand Brasil, 2010.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2006 [1989].

HOBSBAWM, E. J. O Mundo na Década de 1780, e A Ciência. In: **A era das revoluções 1789 – 1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. [1962] pp. 23-43 e 301-321.

HOHENTHAL Jr, W. As tribos indígenas do médio e baixo São Francisco. **Revista do Museu Paulista**, Nova Série, 12. São Paulo. 1960. p. 37-71.

HOWARD, Arthur David. A linha de falha da escarpa de Salvador. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 157-160, jul./set. 1962. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 abr 2015.

HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Objetiva, 2002.

IANNI, O. Processo político e desenvolvimento econômico. In: **Política e revolução social no Brasil**. Col. Retratos do Brasil, v.33. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. p.11-62.

IBGE. **Bibliografia Geográfica – Estatística Brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE – CNE, 1956.

IBGE. **Evolução da divisão territorial do Brasil 1872-2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <<ftp://geoftp.ibge.gov.br>>.

JAMES, Preston E. O problema da colonização permanente no sul do Brasil. **Revista Brasileira de**

Geografia, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p.70–84, out./dez. 1939. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 abr 2015.

_____. A bacia do São Francisco: Um sertão brasileiro - Comentários. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p.119–122, jan./mar. 1949. Tradução de Cecília Zarur. Publicado originalmente em *Geographical Review*, vol. XXXVIII, n. 4, october 1948. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 abr 2015.

JUBILEU do Conselho Nacional de Geografia - Noticiário. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p.149–168, abr./jun. 1962. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 abr 2015.

KOHLHEPP, Gerd. Pioneiros brasileiros nas pesquisas geográficas de desenvolvimento regional: Orlando Valverde e Hilgard O'Reilly Sternberg. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, 3 (1), p. 27-54, outubro de 2015. Disponível em: <www.furb.br/rbdr>. Acesso em: set. 2016.

KUHLMANN, EDGAR. Aspectos gerais da vegetação do alto São Francisco - Comentários. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 13, n.3, p.141–149, jul./set. 1951. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 abr 2015.

LACORTE, *et al.* Hilgard O'Reilly Sternberg. **Espaço Aberto**, (Rio de Janeiro, 1917- Fremont, 2011), v. 1, n. 1, p. 189-194, Jul. 2011. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2048/1815>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

L'ESTOILE, B.; NEIBURG, F. ; SIGAUD, L. Antropologia, impérios e estados nacionais: uma abordagem comparativa. In: L'ESTOILE, B. et al (org.). **Antropologia, impérios e estados nacionais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará / FAPERJ, 2002.

LESSA, Maria Luísa da Silva. Crescimento da População do Estado do Rio Grande do Norte. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 15, n.2, p.132–137, abr./jun. 1953. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 abr 2015.

LESSA CURTIS, Maria Luiza. Distribuição da População no Estado do Ceará em 1950. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 17, n.3, p.111–124, jul./set. 1955. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 abr 2015.

LIMA, Araújo. A Exploração Amazônica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 5, n.3, p.51–98, jul./set. 1943. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 abr 2015.

LIMA, Maria Helena Palmer (org.) *et al.* **Divisão Territorial Brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/doc/DivisaoTerritorialBrasileira_IBGE.pdf>. Acesso em: 22 maio 2014.

LIMA, M. A. de. Os anos dourados da Geografia Brasileira: antecedentes, realizações e conseqüências dos anos 50 e 60. **Revista geo-paisagem**. Ano 2, nº 3, jan./jun., 2003.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Revan / IUPERJ, UCAM, 1999.

LOPES, Lucas. O Vale do São Francisco - Experiência de planejamento regional. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.12, n.1, p.122–136, jan./mar. 1950. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

MACHADO, Lia Osorio. Origens do pensamento geográfico no Brasil. In: CASTRO I. *et al* (org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 6ª Ed. Bertrand: Rio de Janeiro, p. 309-352, 2003 [1995].

_____. As idéias no lugar. **Terra Brasilis** [Online], 2 | 2000. Disponível em: <<http://terrabrasilis.revues.org/298>>. Acesso em: 12 agosto 2013.

MACHADO, M. S. A implantação da geografia universitária no Rio de Janeiro. **Scripta Nova**. Universidad de Barcelona. Nº 69 (5), 1º de agosto de 2000.

MACHADO, Mônica Sampaio e ZARUR, Marcela Bonelli. Primeira aproximação da geografia institucional brasileira com a geografia norte-americana: uma análise a partir da obra de Jorge Zarur. **Revista Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 323-338. 2015. Disponível em: < <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/19676/14672>>. Acesso em: 12 jun 2016.

MACIEL, C. A. A. **Metonímias Geográficas: imaginação e retórica da paisagem no semi-árido pernambucano**. Rio de Janeiro, 2004. 178f. Tese do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

MAGALHÃES CORRÊA, Armando. **O sertão carioca**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936.

MAGNAGO, Angélica Alves. A divisão regional brasileira - uma revisão bibliográfica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.57, n.4, p.67-94, out./dez. 1995. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

MAIA, J. M. E. **A terra como invenção**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____. O pensamento social brasileiro e a imaginação pós-colonial. **Revista Estudos Políticos**, v. 0, p. 64 – 78, 2010. Disponível em: <<http://revistaestudospoliticos.com/o-pensamento-social-brasileiro-e-a-imaginacao-pos-colonial-por-joao-marcelo-ehlert-maia/>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

MAIO, Celeste Rodrigues. Considerações gerais sobre a semi-aridez do Nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.23, n.4, p.55-92, out./dez. 1961. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

MAGNANINI, Alceo. Walter Alberto Egler (1924-1961) - Vultos da Geografia do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.24, n.4, p. 71, out./dez. 1962. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 19 dez 2015.

MAGNANINI, Ruth Lopes da Cruz. Estrutura profissional do Nordeste e Leste Setentrional. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.24, n.3, p.150-156, jul./set. 1962. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

MAKSOUUD, Henry. O estado atual dos conhecimentos sôbre os recursos de água do Nordeste. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.23, n.1, p.3-120, jan./mar. 1961. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

MARTIN, Geoffrey J. **Preston E. James, 1899–1986. *Annals of the Association of American Geographers***, v. 78, iss. 1, p. 164-175, mar. 1988. Disponível em: < <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-8306.1988.tb00201.x/pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

MASSEY, D. B. **Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008 [2005].

MEDEIROS, Maristela Turl. **Do sertão à zona rural. Que sertão?**. Tese (Doutorado em Educação) –

Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.lpp-buenosaires.net/ppfh/documentos/teses/maristelaturlmedeiros.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2014.

MELEIRO, Mário José Silva. **“Novidade de palavras” no português do século XV**. Lisboa, 2011. 227f. Tese do Programa de Pós Graduação em LETRAS do Departamento de Linguística Geral e Românica, Universidade de Lisboa, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/3737/2/ulsd60824_td_Tese_Mario_Meleiro.pdf>. Acesso em: 25 maio 2014.

MELLO-LEITÃO, Cândido de. As Zonas de Fauna da América Tropical. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p.71–118, jan./mar. 1946. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

MELLO, Flavio Miguez (coord.); Corrado Piasentin (ed.). **A história das barragens no Brasil, Séculos XIX, XX e XXI: cinquenta anos do Comitê Brasileiro de Barragens**. Rio de Janeiro: CBDB, 2011. 524p.

MIGNOLO, W. *Espacios geográficos y localizaciones epistemológicas o la ratio entre la localización geográfica y la subalternización de conocimientos*. **Estudios**, nº 11. Caracas: Universidad Simón Bolívar, 1998. p. 11-32.

_____. **Entrevista**. Por Rodrigo Abdelmalack; Revisão: Roselaine Wandscheer; Edição: Carlos Albuquerque. 2010. Disponível em: <<http://dw.de/p/MAwD>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **A Geografia no Brasil (1934-1977): Avaliação e tendências**. São Paulo: Instituto de Geografia da USP, 1980.

MORAES, A. C. R. de. **Ideologias geográficas**. 3ªed. São Paulo: Hucitec, 1996. [1988].

_____. O Sertão: um “outro” geográfico. **Terra Brasilis**. Anos III-IV, nº4-5. Rio de Janeiro, 2002-2003, p. 11-23.

_____. **Geografia, Interdisciplinaridade e Metodologia**. Manuscrito, 2011. Disponível em: <<https://docs.google.com/file/d/0B6oPLnXRkMRkOTAzMWRmMGMtM2UwOC00ZTBILTkyYWQtYTkzNDQ5YzUzYzEy/edit?pli=1>>. Acesso em: 6 jul. 2012.

MORAES, Kleiton de. Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas. In: ABREU, Alzira Alves de *et al* (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

MOREIRA, R. **O pensamento geográfico brasileiro**. 3 vols. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. **Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica**. São Paulo: Contexto, 2008.

MOTA, Lourenço Dantas. Introdução. In: **Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico**. Mota, L. D. (org.). 2ª ed. São Paulo: Ed. Senac, 1999. p.9-22.

NAME, Leo. A natureza como o Outro de diferentes partes: uma discussão sobre Ratzel e alteridade. In.: **Biblio 3W - Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, v. XV, n. 854, 2010. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-854.htm>>. Acesso em: 21 maio 2013.

NIMER, Edmon. Circulação atmosférica do Nordeste e suas consequências – o fenômeno das secas. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p.3–13, abr./jun. 1964. Disponível em:

<<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

OLIVEIRA, Cêurio de. **Dicionário cartográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 3.ed. rev., 1987. Disponível em: <<http://servicodados.ibge.gov.br/Download/Download.ashx?http=1&u=biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66323.pdf>>. Acesso em: out. 2016.

OLIVEIRA, Ricardo de. **A Invenção da Brasilidade Sertaneja**. Rio de Janeiro, Procult/UFRJ. Disponível em: <http://www.ifcs.ufrj.br/humanas/0033.htm>. Acessado em 13/10/2014.

OPERAÇÃO Nordeste – Noticiário. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.21, n. 2, p.101-109, abr./jun. 1959. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 abr 2015.

PAUL VAGELER. In: **WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre**. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Paul_Vageler&oldid=45068088>. Acesso em: 14 mar. 2016.

PEDROZA, Manoela. Táticas camponesas da luta pela terra nos sertões cariocas (1950-1968); um exemplo de práticas da cultura popular rebelde. **Métis: história & cultura**, v. 2, n. 3, p. 249–274, 2003. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/1054>>. Acesso em: 12 maio 2014.

_____. **Terra de resistência: táticas e estratégias camponesas nos sertões cariocas (1950-68)**. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, 2003.

PEREIRA, Gilvandro Simas. Expedição ao divisor de águas Tocantins-São Francisco. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.4, n.4, p.85-130, out./dez. 1942. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

_____. Expedição ao Jalapão. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, p.53–102, out./dez. 1943. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

_____. Expedição a Região Centro Ocidental da Bahia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.7, n.4, p.29–76, out./dez. 1945. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

_____. Expedição ao Sudoeste da Bahia (Relatório- 1945). **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.8, n. 4, p.3–74, out./dez. 1946. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

PEREIRA, José Veríssimo da Costa. Arrojado Lisboa (1872-1932) – Vultos da Geografia do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p.95–100, out./dez. 1944. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

_____. Euclides da Cunha - Vultos da Geografia do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 96-97, abr./jun. 1940. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

PIERSON, D. **O homem no Vale do São Francisco**. Rio de Janeiro: SUVALE/IBGE, 1972.

PLANTA Cadastral de Campina Grande – Paraíba - Noticiário. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.11, n. 4, p.163, out./dez. 1949. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 abr 2015.

PORTES, Maria Machado. Hábitos Alimentares. In.: VALVERDE, Orlando; MESQUITA, Miriam G. C.

- Geografia Agrária do Baixo Açú. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 23 n.3, p. 32-41, jul./set. 1961. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 16 ago 2015.
- PRIBERAM. "sertão", In.: *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [on line]*, 2008-2013, <http://www.priberam.pt/DLPO/ser%C3%A3o> [consultado em 19-05-2014].
- PROFESSOR Jorge Zarur – Noticiário. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.7, n. 1, p.168, jan./mar. 1945. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 22 mai 2015.
- PULHEZ, Magaly Marques. Engenheiros consultores: profissionais do desenvolvimento territorial e urbano — 1960/70. In: PEIXOTO, Elane Ribeiro; DERNTL, Maria Fernanda; PALAZZO, Pedro Paulo; TREVISAN, Ricardo (Orgs.) **Tempos e escalas da cidade e do urbanismo: Anais do XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Brasília, DF: Universidade Brasília- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2014. Disponível em: <<http://www.shcu2014.com.br/content/engenheiros-consultores-profissionais-do-desenvolvimento-territorial-e-urbano-196070>>. Acesso em: set. 2016.
- REGRESSO da Expedição científica que esteve nas regiões limítrofes de vários Estados – Noticiário. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.4, n. 4, p.185–187, out./dez. 1942. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 abr. 2015.
- RESOLUÇÃO nº 18, de 12 de julho de 1938. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro: IBGE, v.1, n. 1, p.7–8, jan./mar. 1939. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 abr. 2015.
- ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- SAID, E. **Orientalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. [1978].
- SACK, R. D. *The meaning of territoriality*. In: **Human Territoriality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. p. 5-27.
- SANT'ANNA NETO, João Lima. **História da Climatologia no Brasil: gênese, paradigmas e a construção de uma Geografia do Clima**. Tese de Livre-Docência. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2001.
- SANTOS, Leonardo Soares dos. **As obras de saneamento no Sertão Carioca das décadas de 30 e 40**. Disponível em: <<http://ihbaja.blogspot.com.br/2012/10/14.html>>.2012a.
- _____. Expansão urbana, mercado imobiliário e conflitos de terra no Sertão Carioca (1940-1964). **Confluenze. Rivista di Studi Iberoamericani**, v. 4, n. 1, p. 263–281, 25 maio 2012. Disponível em: <<http://confluenze.unibo.it/article/view/3096>>. Acesso em: 14 maio 2014. 2012b.
- _____. Os valores de uma luta: A economia moral do movimento pela terra dos pequenos lavradores do Sertão Carioca nos difíceis anos de 1945-1964. **Mundo Agrário**, [online]. 2006, vol.6, n.12, La Plata ene./jun, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1515-59942006000100001&lng=es&nrm=iso&tlng=pt>.
- _____; RIBEIRO, Jayme Lúcio Fernandes. O que querer vender quer dizer: urbanização e conflitos de terra através dos classificados imobiliários do Sertão Carioca (1927-1964). **Revista Ideas - Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 78-94, jul.-dez. 2007. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/cpda/ideas/revistas/v01/n01/IDeAS-v01_n01-artigo_LEONARDO_SANTOS.pdf>. Acesso em: 14 maio 2014.
- SANTOS, Milton. A Cidade de Jequié e sua Região. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.18, n.1, p. 71-112, jan./mar. 1956. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 06 jul 2014.

_____. Localização Industrial em Salvador. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.20, n.3, p. 3-34, jul./set. 1958. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 06 jul 2014.

_____. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Edusp, 2002. [1996].

_____. **Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 5ª ed., 2007. [2003].

_____. **CURRICULUM VITAE de Milton Santos**. Junho, 2001. Disponível em: <http://www.miltonsantos.com.br/site/miltonsantos_curriculum.pdf>. Acesso em: set. 2016.

MILTON SANTOS. In: **WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre**. Flórida: *Wikimedia Foundation*, 2016. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Milton_Santos&oldid=48167813>. Acesso em: out. 2016.

SARMENTO, Carlos Eduardo. **Pelas veredas da capital: Magalhães Corrêa e a invenção formal do sertão carioca**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1998.

SCHAEFER, F. K. *Exceptionalism in Geography: A Methodological Examination*. In: **Annals, Association of American Geographers**, v. 43, 1953, p. 226-249.

SEGUNDO Encontro dos Bispos do Nordeste – Noticiário. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.21, n. 4, p.127–132, out./set. 1959. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

SEMINÁRIO para o Desenvolvimento do Nordeste – Noticiário. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.21, n. 3, p.185–194, jul./set. 1959. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

SENRA, Carlos A. Fragoso. Köppen e Serebrenick - Climas da Bacia do Rio São Francisco. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p.82-95, jul./set. 1954. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 06 jul. 2014.

SEREBRENICK, Salomão. A Comissão do Vale do São Francisco 1 - Objetivos e Realizações - Comentários. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p.129–147, abr./jun. 1960. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 06 jul 2014.

SERRA, Adalberto. Meteorologia do Nordeste Brasileiro. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p.3–90, jul./set. 1945. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 06 jul 2014.

SILVA, Daniel Carneiro da. Evolução da Fotogrametria no Brasil. **Rev. Bras. Geom.**, v.3, n. 2, p. 081-96, jul/dez. 2015.

SILVA, Moacir M. F. Geografia dos Transportes no Brasil: I. O Meio. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 01, n. 2, p.84-97, abr./jun. 1939a. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 06 jul 2014.

_____. Geografia dos Transportes no Brasil: II. Penetração. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 01, n. 3, p.60-72, jul./set. 1939b. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 06 jul 2014.

_____. Geografia dos Transportes no Brasil: III. Interiorização. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 01, n. 4, p.55-69, out./dez. 1939c. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>.

Acesso em: 06 jul 2014.

_____. Geografia dos Transportes no Brasil: IV. Produção. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 02, n. 1, p.35-52, jan./mar. 1940a. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 06 jul 2014.

_____. Geografia dos Transportes no Brasil: V. Circulação Interna Primitiva. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 02, n.2, p. 216-239, abr./jun. 1940b. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 06 jul 2014.

_____. Geografia dos Transportes no Brasil: VI. Circulação Interna Atual. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 02, n.3, p. 407-439, jul./set. 1940c. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 06 jul 2014.

_____. Geografia dos Transportes no Brasil: VII. Circulação Interna Atual. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 02, n.4, p. 560-587, set./dez. 1940d. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 06 jul 2014.

_____. A Geografia dos Transportes no Brasil: Circulação Interna Atual. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE. v. 03. n. 01. 1941a.

_____. A Geografia dos Transportes no Brasil: IX. Circulação Periférica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 03, n.2, p. 150-176, mai./jul. 1941b. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 06 jul 2014.

_____. A Geografia dos Transportes no Brasil: Circulação Superior. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE. v. 03. n. 03, p.97-112, julho/ set, 1941c. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 06 jul 2014.

_____. A Geografia dos Transportes no Brasil: Último Capítulo. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE. v. 03. n. 04, p. 57-76, out/ dez, 1941d. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 06 jul 2014.

_____. Transportes na Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 04, n.3, p. 83-110, jul./set. 1942. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 06 jul 2014.

_____. A Geografia no Plano Rodoviário Nacional. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 06, n.1, p. 106-123, jan./mar. 1944. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 06 jul 2014.

_____. Uma Estrada de Ferro do Nordeste. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 12, n.1, p. 97-121, jan./mar. 1950. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 06 jul 2014.

SILVA, Suely Braga da. **50 anos em 5: o Plano de Metas**. FGV/ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), s/d. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/PlanodeMetas>>. Acesso em: jan 2016.

SIMAS, Adriana; MACHADO, Mônica S.. Moacir Silva e a Geografia dos Transportes no Brasil. MACHADO, Mônica S. e MARTIN, André R.(orgs.) In.: **Dicionário dos Geógrafos Brasileiros**, v. 1. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

SINGER, P. **A política das classes dominantes. Política e revolução social no Brasil**. Col. Retratos do Brasil, v. 33. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. p. 63-125

SIQUEIRA, A. J. **Sertão, Sertões: povoamento e sociedade**. Conf. de Abert. II Simpósio de Estudos Sobre o Sertão. FAFIDAM, Limoeiro do Norte (CE), 19 de maio de 2008.

SOARES, José Carlos de Macedo. Apresentação. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n.1, p. 3-6, jan./mar. 1939. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 06 jul 2014.

SOUZA, M. L. de. A expulsão do paraíso. O “paradigma da complexidade” e o desenvolvimento sócio-espacial. In: CASTRO, I. et al. (org.). **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. et al. (org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003. p. 77-116.

SOUZA, Ricardo Luiz de. **Identidade nacional e modernização na historiografia brasileira: o diálogo entre Romero, Euclides, Cascudo e Freyre**. Belo Horizonte, 2006. 421 f. Tese do Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2006. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/>>. Acesso em: 14 mar. 2014.

STERNBERG, Hilgard O'Reilly. Aspectos da Seca de 1951, no Ceará. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.13, n.3, p.3-45, jul./set. 1951. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 06 jul 2014.

_____. Os Problemas das Terras Áridas (Conjugação de esforços para sua solução). **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.17, n.2, p.107-110, abr./jun. 1955. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 06 jul 2014.

_____. Faculdade Nacional de Filosofia – Noticiário. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.20, n.3, p. 90-94, jul./set. 1958. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 03 jun 2016.

STRAUCH, Ney. Contribuição ao Estudo das Feiras de Gado - Feira de Santana e Arcoverde. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p.160-161, jan./mar. 1956. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 abr 2015.

TIPOS e aspectos do Brasil - Noticiário. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p.101-110, jan./mar. 1952. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 abr 2015.

UFRJ – SiBI. **Manual para elaboração e normalização de dissertações e teses**. Organizado por Elaine Baptista de Matos Paula et al. – 6. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.sibi.ufrj.br/index.php/manuais-e-publicacoes>>. Acesso em: maio de 2015.

VAGELER, Paulo. Contribuição para o Problema da Sêca. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p. 156-161, jan./mar. 1953. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 06 jul 2014.

VALVERDE, Orlando. Divisão regional do Vale do São Francisco. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 6, n.2, p. 27-66, abr./jun. 1944. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 16 ago 2015.

_____. Dois Ensaio de Geografia Urbana: Pirapora e Lapa. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 6, n.4, p. 67-84, out./dez. 1944b. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 16 ago 2015.

_____. O Uso da Terra no Leste da Paraíba. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 17, n.1, p. 49-90, jan./mar. 1955. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 16 ago

2015.

_____. Geografia Econômica e Social do Babaçu no Meio Norte. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 19 n.4, p. 3-42, out./dez. 1957. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 16 ago 2015.

VALVERDE, Orlando; MESQUITA, Miriam G. C. Geografia Agrária do Baixo Açu. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 23 n.3, p. 3-41, jul./set. 1961. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 16 ago 2015.

VALVERDE, Orlando; MESQUITA, Miriam G. C.; e SCHEINVAR, Léa. Geografia Econômica do Nordeste Potiguar. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 24 n.1, p. 3-42, jan./mar. 1962. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 16 ago 2015.

VARGAS, Getúlio. Discurso do Rio Amazonas. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 4 n.2, p. 3-6, abr./jun. 1942. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 16 ago 2015.

VÁRZEA, Affonso. Relêvo do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p.97-130, jan./mar. 1942. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 abr 2015.

WAIBEL, Léo. A Teoria de VON THÜNEN sobre a Influência da Distância do Mercado Relativamente à Utilização da Terra. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p.3-40, jan./mar. 1948. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 abr 2015.

WAIBEL, L. H. As zonas pioneiras do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, ano XVII, n. 4 (3-36), Rio de Janeiro, IBGE, out.-dez., 1955.

_____. O sistema da Geografia Agrária. In: **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro, IBGE, 1958. p.29-35.

ZARUR, Jorge. "*Latin America*" Odissey Press Inc. – New York. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 4, n.3, p. 125-138, jul./set. 1942. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 06 jul 2014.

_____. Geografia: ciência moderna ao serviço do homem. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 6, n.3, p. 5-18, jul./set. 1944. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 06 jul 2014.